

Relatório do Desenvolvimento Humano 2019



Além do rendimento, além das médias, além do presente:
Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI



O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 é o mais recente de uma série de Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais publicados pelo PNUD desde 1990, como uma análise intelectualmente independente e empiricamente fundamentada das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento.



Encontram-se disponíveis online recursos suplementares relacionados com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019, em <http://hdr.undp.org>, incluindo versões digitais e traduções do Relatório e da síntese em mais de 10 línguas; uma versão Web interativa do Relatório; uma série de documentos de investigação e de artigos de opinião e análise sobre o desenvolvimento humano encomendados, tendo em vista a elaboração do Relatório; visualizações interativas e bases de dados, contendo indicadores de desenvolvimento humano, explicações integrais das fontes e metodologias usadas nos índices do relatório; fichas informativas dos países e outro material de base; bem como os anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano de cariz global, regional e nacional. Estão igualmente disponíveis online correções e adendas.

A capa reflete as desigualdades no desenvolvimento humano num mundo em mudança. Os pontos de cores diferentes representam o carácter complexo e multidimensional destas desigualdades. O espectro da crise climática e das arrebatadoras mudanças tecnológicas, evocado pela cor do plano de fundo da capa, que sugere calor, dará forma ao progresso do desenvolvimento humano no século XXI.

Copyright © 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, eletrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem permissão prévia.

eISBN: 978-92-1-004502-5

Declarações gerais de exoneração de responsabilidade. As designações empregues e a apresentação do material desta publicação não implicam a expressão de opinião alguma por parte do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em relação ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área nem das respetivas autoridades, nem a respeito da delimitação das respetivas fronteiras ou limites. As linhas pontilhadas e tracejadas nos mapas representam linhas fronteiriças aproximadas, para as quais poderá ainda não haver um consenso.

As conclusões, análises e recomendações do presente Relatório, à semelhança dos anteriores Relatórios, não representam a posição oficial do PNUD nem de qualquer dos Estados-membro da ONU que integram o seu Conselho Executivo. Não são, ademais, necessariamente subscritas pelas pessoas mencionadas nos agradecimentos ou citadas.

A referência a empresas específicas não implica que sejam apoiadas nem recomendadas pelo PNUD em detrimento de outras de indole equiparável que não sejam mencionadas.

Alguns dos números que constam da parte analítica do relatório foram, nos casos em que tal é indicado, estimados pelo GRDH ou por outros contribuidores para o Relatório e não constituem, necessariamente, as estatísticas oficiais do país, da área ou do território em causa, que poderá recorrer a métodos alternativos. Todos os números que constam do Anexo Estatístico provêm de fontes oficiais. O GRDH tomou todas as precauções razoáveis para verificar as informações que constam da presente publicação. Todavia, o material publicado é distribuído sem qualquer garantia de índole alguma, quer explícita quer implícita.

A responsabilidade pela interpretação e utilização do material incumbe ao/à leitor(a). Em caso algum o GRDH e o PNUD serão responsáveis por prejuízos decorrentes da sua utilização.

Impresso nos EUA por AGS, RR Donnelley, com papel livre de cloro elementar certificado pelo Forest Stewardship Council. Impresso com tinta à base de óleos vegetais.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2019

Além do rendimento, além das médias, além do presente:

As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI



Publicado pelo
Programa das
Nações Unidas para o
Desenvolvimento
(PNUD)

*Ao serviço
das pessoas
e das nações*

Agradecimento:

A tradução e a publicação da edição portuguesa do *Relatório de Desenvolvimento Humano 2019* só foram possíveis graças ao apoio do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.



Equipa do Relatório do Desenvolvimento Humano 2019

Diretor e autor principal

Pedro Conceição

Investigação e estatística

Jacob Assa, Cecilia Calderon, George Ronald Gray, Nergis Gulasan, Yu-Chieh Hsu, Milorad Kovacevic, Christina Lengfelder, Brian Lutz, Tanni Mukhopadhyay, Shivani Nayyar, Thangavel Palanivel, Carolina Rivera e Heriberto Tapia

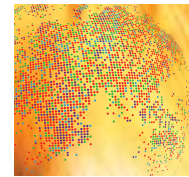
Produção, comunicações, área operacional

Botagoz Abdreyeva, Oscar Bernal, Andrea Davis, Rezarta Godo, Jon Hall, Seockhwan Bryce Hwang, Admir Jahic, Fe Juarez Shanahan, Sarantuya Mend, Anna Ortubia, Yumna Rathore, Dharshani Seneviratne, Elodie Turchi e Nu Nu Win

Contribuidores externos

Capítulo 3 (pelo World Inequality Lab): Lucas Chancel, Denis Cogneau, Amory Gethin, Alix Myczkowski e Thomas Piketty

Caixas e destaques: Elizabeth Anderson, Michelle Bachelet, Bas van Bavel, David Coady, James Foster, Nora Lustig e Ben Philips



Prefácio

A vaga de protestos que tem assolado diversos países é um sinal inequívoco de que, apesar de todo o nosso progresso, há algo na nossa sociedade globalizada que não está a funcionar.

São vários os motivos que levam as pessoas a sair para as ruas: o custo de um bilhete de comboio, o preço da gasolina, a reivindicação política da independência.

Um dos fios condutores é, porém, uma profunda e crescente frustração com as desigualdades.

Compreender de que modo se deve fazer face à atual inquietação exige um olhar “*Além do Rendimento, Além das Médias e Além do Presente,*” como se propõe fazer este Relatório do Desenvolvimento Humano.

A desigualdade é, demasiadas vezes, enquadrada pela economia, alimentada e medida pela ideia de que ganhar dinheiro é o mais importante na vida.

Contudo, as sociedades ameaçam soçobrar sob o peso desta premissa e, embora as pessoas possam protestar para manter uns cêntimos nas suas carteiras, o poder é o protagonista desta história: o poder de uns poucos, a impotência de muitos e o poder coletivo das pessoas para exigir mudanças.

Para ir além do rendimento será necessário enfrentar os interesses estabelecidos — as normas sociais e políticas profundamente enraizadas na história e na cultura de uma nação ou de um grupo.

Olhando além do presente, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 articula a ascensão de uma nova geração de desigualdades.

Tal como a disparidade ao nível dos padrões de vida elementares tem decrescido, com um número sem precedentes de pessoas em todo o mundo a escaparem à pobreza, à fome e à doença, as capacidades de que as pessoas necessitarão para competir no futuro imediato evoluíram.

Abriu-se um novo fosso, como no ensino superior e no acesso à banda larga — oportunidades outrora consideradas um luxo são, hoje em dia, consideradas como essenciais para a competitividade e a pertença, sobretudo numa economia do conhecimento, onde um número crescente de jovens instruídos, se encontram sem opções de ascensão social.

Em simultâneo, as alterações climáticas, a desigualdade de género e os conflitos violentos continuam a promover e a enraizar desigualdades, tanto as estabelecidas quanto as novas. Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano expõe, a incapacidade de enfrentar estes desafios sistémicos levará ao reforço

das desigualdades e à consolidação do poder e do domínio político de uns poucos.

Aquilo a que assistimos atualmente é a crista de uma onda de desigualdade. O que se segue depende das opções tomadas. Do mesmo modo que a desigualdade começa à nascença, define a liberdade e as oportunidades de crianças, adultos e idosos e estende-se à geração seguinte, também as políticas de prevenção das desigualdades podem acompanhar o ciclo de vida.

Desde os investimentos a montante do mercado laboral, na saúde e na nutrição das crianças mais jovens, até aos investimentos no mercado laboral e além do mesmo, em torno do acesso a capitais, dos salários mínimos e dos serviços sociais, os políticos e as pessoas responsáveis pela formulação de políticas dispõem de uma gama de opções que, quando devidamente combinadas em função do contexto de cada país ou grupo, se traduzirão num investimento, para toda a vida, na igualdade e na sustentabilidade.

A concretização dessas opções começa com o compromisso de enfrentar a complexidade do desenvolvimento humano — de alargar as fronteiras para apoiar os países e as comunidades na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

É esta a missão que está no âmago do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em colaboração com os 170 países e territórios que servimos.

Há cerca de 40 anos, o pai fundador do desenvolvimento humano, o Professor Doutor Amartya Sen, colocou uma questão ilusoriamente simples: igualdade de quê? Respondeu-lhe com a mesma simplicidade: das coisas que nos importam para construir o futuro a que almejamos.

As palavras do Prof. Doutor Sen ajudam-nos a adotar uma nova perspetiva, a ir além do crescimento e dos mercados para compreender por que motivos as pessoas saem à rua para protestar e o que os líderes podem fazer quanto a isso.

Gostaria de agradecer a todos e a todas que nos acompanharam nesta jornada de exploração dos últimos 12 meses — e insto-vos a continuarem a ler.

Achim Steiner

Administrador

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Agradecimentos

A elaboração de um Relatório do Desenvolvimento Humano é um verdadeiro empreendimento coletivo, que reflete os contributos, formais e informais, de diversas pessoas e instituições. Aquilo que acaba por constar destas páginas não consegue espelhar, na sua totalidade, a abundância de ideias, interações, parcerias e colaborações associadas a este esforço. Estes agradecimentos são uma tentativa imperfeita de reconhecer as pessoas que doaram, generosamente, o seu tempo e a sua energia para ajudar a elaborar o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 — peço desculpa às muitas que contribuíram e que não nos foi possível incluir aqui. Enquanto autores, esperamos que o conteúdo corresponda aos extraordinários contributos recebidos e que o Relatório acrescente àquilo que a Assembleia Geral da ONU reconheceu como “um exercício intelectual independente” que se tornou “uma importante ferramenta de sensibilização para o desenvolvimento humano em todo o mundo.”

A nossa primeira palavra de agradecimento é endereçada aos membros do nosso Conselho Consultivo, vigorosamente dirigido por Thomas Piketty e Tharman Shanmugaratnam, na respetiva qualidade de Co-Presidente. Os outros membros do Conselho Consultivo são Olu Ajakaiye, Kaushik Basu, Haroon Bhorat, Francisco Ferreira, Janet C. Gornick, David Grusky, Ravi Kanbur, Enrico Letta, Chunling Li, Nora Lustig, Laura Chinchilla Miranda, Njuguna Ndung'u e Frances Stewart.

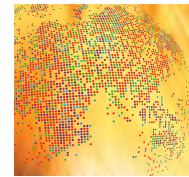
Em complemento às recomendações do nosso Conselho Consultivo, o Painel de Consultores Estatísticos do Relatório ofereceu orientações quanto a vários aspetos metodológicos e dos dados do Relatório, em particular no tocante ao cálculo dos índices de desenvolvimento humano do Relatório. Estamos gratos a todos os membros do painel: Oliver Chinganya, Albina A. Chuwa, Ludgarde Coppens, Marc Fleurbaey, Marie Haldorson, Friedrich Huebler, Dean Mitchell Jolliffe, Yemi Kale, Steven Kapsos, Robert Kirkpatrick, Jaya Krishnakumar, Mohd Uzir Mahidin, Max Roser e Pedro Luís do Nascimento Silva.

Muitos outros ofereceram sugestões generosas sem exercer formalmente qualquer função consultiva, incluindo Sabina Alkire, Sudhir Anand, Amar Battacharya, Sarah Cliffe, Miles Corak, Angus Deaton, Shanta Devarajan, Vitor Gaspar,

Carol Graham, Kenneth Harttgen, Homi Kharas, Michèle Lamont, Santiago Levy, Ako Muto, Ambar Nayaran, Alex Reid, Carolina Sánchez-Páramo, Paul Segal, Amartya Sen, Juan Somavia, Yukio Takasu, Senoe Torgerson e Michael Woolcock.

Agradecemos, igualmente, as contribuições escritas de Lucas Chanel e dos nossos colegas no World Inequality Lab, que contribuíram com o capítulo 3 do Relatório. As caixas e os destaques foram um contributo de Elizabeth Anderson, Michelle Bachelet, Bas van Bavel, David Coady, James Foster, Nora Lustig, Ben Phillips, a Associação Internacional das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo e o Instituto de Investigação para a Paz, em Oslo. Os documentos de investigação e contributos escritos foram elaborados por Fabrizio Bernardi, Dirk Bezemer, Matthew Brunwasser, Martha Chen, Sirianne Dahlum, Olivier Fiala, Valpy FitzGerald, James K. Galbraith, Jayati Ghosh, John Helliwell, Martin Hilbert, Patrick Kabanda, Emmanuel Letouze, Juliana Martínez, Håvard Mokleiv, José Antonio Ocampo, Gudrun Østby, Inaki Permanyer, Ilze Plavgo, Siri Aas Rustad, Diego Sánchez-Ancochea, Anya Schiffrin, Jeroen P.J.M. Smits, Eric Uslaner, Kevin Watkins e Martijn van Zomerem. Estamos gratos a todos eles e a todas elas.

Foram consultados vários peritos em determinadas áreas temáticas e regiões, por diversas ocasiões, entre março e setembro de 2019, incluindo em Beirute, Bona, Buenos Aires, Cairo, Doha, Genebra, Marraquexe, Nairóbi, Nursultan, Paris, Rabat e Tóquio. Pelos seus contributos durante estas consultas, estamos especialmente gratos a Touhami Abdelkhalek, Touhami Abi, Hala Abou Ali, Laura Addati, Shaikh Abdulla bin Ahmed Al Khalifa, Ibrahim Ahmed Elbadawi, Asmaa Al Fadala, Abdulrazak Al-Faris, Najla Ali Murad, Facundo Alvaredo, Yassamin Ansari, Kuralay Baibatyrova, Alikhan Baimenov, Radhika Balakrishnan, Carlotta Balestra, Luis Beccaria, Debapriya Bhattacharya, Roberto Bissio, Thomas Blanchet, Sachin Chaturvedi, Alexander Chubrik, Paulo Esteves, Elyas Felfoul, Cristina Gallach, Amory Gethin, Sherine Ghoneim, Liana Ghukasyan, Manuel Glave, Xavier Godinot, Heba Handoussa, Gonzalo Hernández-Licona, Ameena Hussain, Hatem Jemmali, Fahmida Khatun, Alex



Klemm, Paul Krugman, Nevena Kulic, Christoph Lakner, Tomas de Lara, Eric Livny, Paul Makdisi, Gordana Matkovic, Rodrigo Márquez, Roxana Maurizio, Marco Mira, Cielo Morales, Salvatore Morelli, Rabie Nasr, Heba Nassar, Andrea Villarreal Ojeda, Chukwuka Onyekwena, Andrea Ordonez, Magued Osman, Mónica Pachón, Emel Memiş Parmaksiz, Maha El Rabbat, Racha Ramadan, Hala El Saeed, Ouedraogo Sayouba, Sherine Shawky, André de Mello e Souza, Paul Stubbs, Hamid Tijani, René Mauricio Valdés, Peter Van de Ven, Ngu Wah Win, Xu Xiuli, Cai Yiping, Sabina Ymeri e Stephen Younger. Foi, ainda, prestado apoio por outras pessoas cujo elevado número não nos permite elencá-las neste espaço (está disponível uma lista de consultas em <http://hdr.undp.org/en/towards-hdr-2019>, sendo outros parceiros e intervenientes mencionados em <http://hdr.undp.org/en/acknowledgements-hdr-2019>). Os contributos, o apoio e a assistência das instituições parceiras, incluindo os gabinetes regionais e nacionais do PNUD, são igualmente reconhecidos com profunda gratidão.

O Relatório também beneficiou das avaliações pelos pares de cada capítulo, levadas a cabo por Paul Anand, Carlos Rodriguez Castelan, Lidia Ceriani, Daniele Checchi, Megan Cole, Danny Dorling, Csaba Feher, Oliver Fiala, Maura Francese, Aleksandr V. Gevorkyan, Leonard Goff, Didier Jacobs, Silpa Kaza, Jeni Klugman, Anirudh Krishna, Benoit Laplante, Max Lawson, Marc Morgan, Teresa Munzi, Brian Nolan, Zachary Parolin, Kate E. Pickett, Sanjay Reddy, Pascal Saint-Amans, Robert Seamans, Nicholas Short e Marina Mendes Tavares.

Estamos gratos aos muitos e às muitas colegas da família das Nações Unidas que apoiaram a elaboração do relatório através da realização de consultas ou dos seus comentários e conselhos. Este grupo inclui Prosper Tanyaradzwa Muwengwa, Thokozile Ruzvidzo e Saurabh Sinha da Comissão Económica para África (CEA); Alberto Arenas, Alicia Bárcena, Mario Cimoli e Nunzia Saporito, da Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (CEALC); Khalid Abu-Ismael, Oussama Safa and Niranjana Sarangi da Comissão Económica e Social para a Ásia Ocidental (CESAO); Roger Gomis, Damian Grimshaw, Stefan Kühn e Perin Sekerler, da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Astra Bonini, Hoi Wai Jackie

Cheng, Elliott Harris, Ivo Havinga, Marcelo Lafleur, Shantanu Mukherjee, Marta Roig, Michael Smedes e Wenyan Yang, do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (DAESNU); Manos Antoninis, Bilal Fouad Barakat e Anna Cristina D’Addio, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Lakshmi Narasimhan Balaji, Laurence Chandy e Mark Hereward, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Shams Banihani, Jorge Chediek e Xiaojun Grace Wang, do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC); Paul Ladd, do Instituto de Investigação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD); Rachel Gisselquist, Carlos Gradin e Kunal Sen, do Instituto Mundial para a Investigação Económica sobre o Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas (UNU-WIDER); Margaret Carroll e Emma Morley, dos Voluntários das Nações Unidas (VNU); Shruti Majumdar, Shahrashoub Razavi e Silke Staab, da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), e Theadora Swift Koller, da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Muitos e muitas colegas do PNUD ofereceram aconselhamento e motivação. Luis Felipe López-Calva, Michele Candotti, Joseph D’Cruz e Abdoulaye Mar Dieye deram orientação, não apenas quanto ao conteúdo do relatório, mas também no sentido da evolução do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano nos anos vindouros. Estamos, de igual modo, gratos a Marcel Alers, Fernando Aramayo, Gabriela Catterberg, Valerie Cliff, Esuna Dugarova, Mirjana Spoljaric Egger, Almudena Fernández, Cassie Flynn, Stephen Gold, Nicole Igloi, Boyan Konstantinov, Raquel Lagunas, Marcela Meléndez, Ruben Mercado, Ernesto Pérez, Kenroy Roach, Renata Rubian, Narue Shiki, Ben Slay, Mourad Wahba, Douglas Webb, Haoliang Xu e Diego Zavaleta.

Tivemos a felicidade de contar com o apoio de talentosos estagiários — Farheen Ghaffar, Michael Gottschalk, Xiao Huang, Sneha Kaul e Adrian Pearl — e verificadores de factos — Jeremy Marand, Tobias Schillings e Emilia Toczydlowska.

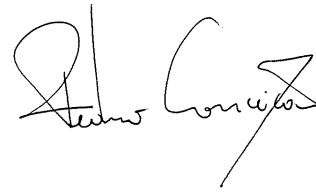
O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano manifesta, ainda, a sua sincera gratidão para com a República da Coreia pelo seu contributo financeiro. A sua dedicação e apoio

contínuos à investigação no domínio do desenvolvimento e ao Relatório são muito prezados.

Estamos gratos pela edição e pela paginação altamente profissionais da equipa da Communications Development Incorporated — liderada por Bruce Ross-Larson, com Joe Caponio, Nick Moschovakis, Christopher Trott e Elaine Wilson.

Por fim, estamos extremamente gratos ao Administrador do PNUD Achim Steiner por nos desafiar constantemente a ambicionar mais, dando-nos espaço para sermos ousados. Ele pediu-nos um Relatório que apelasse ao público, às pessoas responsáveis pela formulação de políticas

e aos peritos — pois essa é a única forma de fazer progredir a causa do desenvolvimento humano. Esperamos ter correspondido a estas expectativas.



Pedro Conceição

Director

Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano

Índice do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019

Prefácio	iii
Agradecimentos	iv
Síntese	1

PARTE I

Além do rendimento 23

CAPÍTULO 1

A desigualdade no desenvolvimento humano: “Alvos Móveis” (Questões Fulcrais em Permanente Mudança) no século XXI 29

Compreender a desigualdade de capacidades	30
---	----

As dinâmicas da desigualdade no desenvolvimento humano: Convergência nas capacidades básicas, divergência nas capacidades avançadas	32
---	----

A convergência ao nível básico não tem sido benéfica para todos: Identificar os mais desfavorecidos	48
---	----

Rumo a uma agência reforçada	51
------------------------------	----

Os “alvos móveis” e as desigualdades no século XXI	57
--	----

CAPÍTULO 2

AAs desigualdades podem acumular-se ao longo da vida, refletindo Interligadas e persistentes 73

Como as desigualdades começam à nascença — e podem persistir	74
--	----

Como as desigualdades interagem com outras condicionantes contextuais do desenvolvimento humano	82
---	----

As desigualdades podem acumular-se ao longo da vida, refletindo desequilíbrios profundos de poder	93
---	----

PARTE II

Além das médias 97

CAPÍTULO 3

Medir a desigualdade no rendimento e na riqueza 103

O combate à desigualdade começa com uma boa medição	103
---	-----

A curva em forma de elefante da desigualdade e do crescimento mundiais	109
--	-----

Quão desigual é África?	116
-------------------------	-----

A desigualdade nos países BRIC desde a década de 2000	119
---	-----

Desigualdade e redistribuição na Europa e nos Estados Unidos	120
--	-----

Desigualdade na riqueza mundial: O capital está de volta	127
--	-----

Posfácio: A transparência dos dados enquanto imperativo mundial	132
---	-----

CAPÍTULO 4

As desigualdades de género além das médias: Entre as normas sociais e os desequilíbrios de poder 147

A desigualdade de género no século XXI	148
--	-----

Estarão as normas sociais e os desequilíbrios de poder a mudar?	152
---	-----

Escolhas limitadas e desequilíbrios de poder ao longo do ciclo de vida	158
--	-----

Capacitar as raparigas e as mulheres para a igualdade de género: Um modelo de redução das desigualdades horizontais	164
---	-----

PARTE III

Além do presente 171

CAPÍTULO 5

Alterações climáticas e desigualdades no Antropoceno 175

Como as alterações climáticas e as desigualdades no desenvolvimento humano estão interligadas	178
---	-----

As desigualdades e injustiças ambientais são generalizadas — um retrato global dos resíduos, do consumo de carne e da utilização da água	186
--	-----

Uma rutura com o passado: Tomar opções diferentes pelas pessoas e pelo planeta	192
--	-----

CAPÍTULO 6

O potencial da tecnologia para a divergência e para a convergência: Fazer face a um século de transformação estrutural 199

As dinâmicas da desigualdade no acesso à tecnologia: Convergência nas capacidades básicas, divergência nas capacidades avançadas	200
--	-----

A tecnologia está a transformar o mundo: Como irá moldar a desigualdade no desenvolvimento humano?	205
--	-----

Potenciar a tecnologia para uma Grande Convergência no desenvolvimento humano	208
---	-----

CAPÍTULO 7

Políticas de redução das desigualdades no desenvolvimento humano para o século XXI: A escolha é nossa 223

Rumo à convergência nas capacidades, além do rendimento: Do universalismo básico ao universalismo avançado	225
--	-----

Rumo ao aumento inclusivo do rendimento: Elevar a produtividade e reforçar a equidade	233
---	-----

Pós-escrito: A escolha é nossa	245
--------------------------------	-----

Notas	257
-------	-----

Referências	268
-------------	-----

ANEXO ESTATÍSTICO

Guia do Leitor	289
----------------	-----

Tabelas Estatísticas

1. Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes	294
2. Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990–2018	298
3. Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	302
4. Índice de Desenvolvimento Humano por Género	306
5. Índice de Desigualdade de Género	310
6. Índice de Pobreza Multidimensional: países em desenvolvimento	314

Painéis do desenvolvimento humano

1. Qualidade do desenvolvimento humano	317
2. Disparidades de género no decurso da vida	322
3. Capacitação das mulheres	327
4. Sustentabilidade ambiental	332
5. Sustentabilidade socioeconómica	337

Regiões em vias de desenvolvimento

Referências Estatísticas	343
--------------------------	-----

CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

Uma nova perspetiva da desigualdade	26
-------------------------------------	----

CAIXAS

1 Uma nova abordagem da Curva do “Grande Gatsby”	11
1.1 A abordagem com base nas capacidades e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	25
1.1 Desigualdade de capacidades	31
1.2 Artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: O direito a um nível básico de vida	37
1.3 Desigualdade na esperança de vida saudável	38
1.4 Divergências ao nível da esperança de vida na terceira idade no Chile	43
1.5 Crises e divergência	52
1.6 Exclusão social das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo	54
1.7 Desigualdade ao nível da segurança humana no Japão: O papel da dignidade	55
1.8 Desigualdades horizontais na Índia: Diferentes dinâmicas ao nível das capacidades básicas e avançadas	56
1.9 Uma perspetiva psicossocial da desigualdade	58
D1.3.1 Cenários de redução da pobreza de rendimento até 2030	67
2.1 Competências fundamentais de aprendizagem socioemocional	79
2.2 Como a perceção das privações relativas afeta os resultados ao nível da saúde	80
2.3 O poder das perceções de desigualdade na África do Sul	86
2.4 O poder de um vizinho	87
2.5 Desigualdade económica e desenvolvimento humano	89
2.6 Conflitos armados internos e desigualdades horizontais	92
3.1 O jornalismo de investigação à descoberta da desigualdade	106
3.2 Que conceitos de rendimento medimos?	109
3.3 E quanto ao consumo?	110
3.4 Qual é a sua posição na distribuição mundial do rendimento?	114
3.5 Aumento do rendimento dos 40 percentis inferiores — superior à média nacional?	119
4.1 Necessidades e interesses práticos e estratégicos de género	151
4.2 Identidades que se sobrepõem e intersectam	153
4.3 O índice multidimensional de normas sociais de género — medição de enviesamentos, preconceitos e crenças	155
4.4 A caixa da masculinidade	159

4.5 Alterações climáticas e desigualdade de género	163
4.6 São necessários melhores dados acerca das desigualdades de género	165
5.1 Rendimento familiar, desigualdade e emissões de gases com efeito de estufa	175
5.2 Do Holoceno ao Antropoceno: O poder — e quem o exerce — à beira de uma nova era	177
5.3 Quando a História deixa de ser um bom guia	187
5.4 O impacto da mudança do regime alimentar mundial sobre o desenvolvimento humano sustentável	189
6.1 A tecnologia móvel promove a inclusão financeira	203
6.2 Tecnologias digitais em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:	209
6.3 A inteligência artificial e o risco de preconceito: agravamento das desigualdades horizontais?	212
6.4 Os princípios de Enquadramento Ético dos Dados (Data Ethics Framework) do Reino Unido	213
6.5 Direitos de propriedade intelectual, inovação e difusão da tecnologia	217
7.1 Reforço das capacidades na China: Abordagem das raízes da desigualdade	227
7.2 Concretizar o potencial da educação pré-primária para o avanço do desenvolvimento humano na Etiópia	227
7.3 A persistência de gradientes da saúde apesar da cobertura universal de cuidados de saúde	228
7.4 As opções e oportunidades das raparigas na área da programação	230
7.5 A igualdade de género no mercado de trabalho	235
7.6 Como a concentração do mercado pode afetar desproporcionalmente as pessoas desfavorecidas	240
7.7 O poder da redistribuição fiscal	241
D7.1.1 Ter razão não basta: Para reduzir a desigualdade, é necessário um movimento que parta da base	248

FIGURAS

1 A percentagem da população que afirma que o rendimento deveria ser mais equitativo aumentou entre as décadas de 2000 e 2010	2
2 As crianças nascidas em 2000, em países com rendimentos diferentes, farão um percurso muito desigual até 2020	2
3 Além do rendimento, além das médias e além do presente: A exploração das desigualdades no desenvolvimento humano conduz a cinco mensagens principais	3
4 Pensar as desigualdades	5
5 O desenvolvimento humano, das capacidades básicas às capacidades avançadas	6
6 De forma transversal aos países, o mundo permanece profundamente desigual quer ao nível das capacidades básicas quer das avançadas	8
7 Convergência lenta das capacidades básicas, divergência rápida das capacidades avançadas	9
8 Educação e saúde ao longo do ciclo de vida	10
9 Desigualdades, assimetrias de poder e a eficácia da governação	12
10 O preconceito contra a igualdade de género está a aumentar: A percentagem de mulheres e homens, à escala mundial, sem preconceitos quanto às normas sociais em função do género decresceu entre 2009 e 2014	13
11 Entre 1980 e 2017, o rendimento depois de impostos aumentou quase 40% no caso dos 80% mais pobres da população europeia, em comparação com mais de 180% no caso dos 0,001% no topo	14
12 Um quadro para a conceção de políticas de correção das desigualdades no desenvolvimento humano	15
13 As transferências e os impostos redistributivos diretos explicam, quase na totalidade, a diferença entre a desigualdade de rendimento nas economias avançadas e emergentes	16

14	Estratégias para o universalismo prático nos países em vias de desenvolvimento desiguais	16	D1.3.2	A pobreza ao nível dos \$1,90 por dia está ligada à pobreza multidimensional	69
15	A Pegada Ecológica aumenta com o desenvolvimento humano	18	D1.3.3	Os países subsarianos apresentam o maior número de privações sobrepostas	69
16	A tecnologia pode substituir algumas tarefas, mas também criar outras	19	2.1	A mobilidade intergeracional do rendimento é inferior em países com uma maior desigualdade no desenvolvimento humano	74
I.1	A percentagem da população que afirma que o rendimento deveria ser mais equitativo aumentou entre as décadas de 2000 e 2010	23	2.2	Educação e saúde ao longo do ciclo de vida	76
1.1	As crianças nascidas em 2000 em países com rendimentos diferentes terão capacidades drasticamente diferentes em 2020	29	2.3	A persistência intergeracional da educação é superior em países com uma maior desigualdade no desenvolvimento humano	76
1.2	Persiste uma enorme desigualdade no desenvolvimento humano em todo o mundo, 2017	30	2.4	As disparidades ao nível das competências surgem na primeira infância, consoante a instrução dos pais	77
1.3	O desenvolvimento humano, das capacidades básicas às capacidades avançadas	33	2.5	O estatuto socioeconómico afeta áreas específicas da saúde em etapas posteriores do ciclo de vida	81
1.4	O mundo permanece profundamente desigual em áreas fundamentais do desenvolvimento humano, tanto nas capacidades básicas nas avançadas	34	2.6	O esvaziamento da classe média na África do Sul	83
1.5	Em todas as regiões do mundo, a perda no desenvolvimento humano decorrente da desigualdade está a diminuir, refletindo o progresso ao nível das capacidades básicas	35	2.7	A eficácia da governação: Um ciclo sem fim	90
1.6	Convergência nas capacidades básicas, divergência nas capacidades avançadas	36	3.1	Dezenas de países apresentam uma transparência quase nula quanto aos dados relativos à desigualdade	105
1.7	As desigualdades relativas à esperança de vida e à mortalidade persistem	38	3.2	A desigualdade de rendimento, com base na parcela de rendimentos dos 10% do topo, aumentou, desde a década de 1980, na maioria das regiões, mas a ritmos distintos	111
1.8	A desigualdade ao nível da esperança de vida em mudança, 2005–2015: Os países com um baixo nível de desenvolvimento humano estão a aproximar-se quanto à esperança de vida à nascença, embora fiquem para trás em relação à esperança de vida na terceira idade	40	3.3	A curva em forma de elefante da desigualdade e do crescimento mundiais	112
1.9	As taxas de mortalidade infantil, um fator determinante da esperança de vida à nascença, têm decrescido por toda a parte, mas subsistem gradientes significativos	41	3.4	Em 2010, os 10 percentis com maiores rendimentos receberam 53 por cento do rendimento mundial, mas, se o rendimento médio tivesse sido totalmente igual entre os países, os 10 por cento do topo teriam recebido 48 por cento do rendimento global	113
1.10	Mortalidade: Convergência nas capacidades básicas, divergência nas capacidades avançadas	41	3.5	O rácio entre o rendimento médio dos 10 por cento do topo e o dos 40 percentis do meio aumentou em 20 pontos percentuais, entre 1980 e 2016, mas o rácio entre o rendimento médio dos 40 por cento do meio e o dos 50 percentis inferiores decresceu em 27 pontos percentuais	114
1.11	Quanto mais baixo for o desenvolvimento humano de um país, maiores as disparidades no acesso à educação	44	3.6	A composição geográfica de cada percentil da distribuição mundial do rendimento evoluiu entre 1990 e 2016	115
1.12	As disparidades no acesso à educação entre as crianças e os jovens também são acentuadas dentro de cada país	44	3.7	Entre 1995 e 2015, a parcela de rendimentos dos 10 percentis superiores do Norte de África e da África Ocidental permaneceu relativamente estável, ao passo que, na África Austral, a parte dos 40% da base diminuiu	117
1.13	A desigualdade ao nível do ensino primário e secundário tem diminuído ao longo da última década	45	3.8	A parcela de rendimentos dos 1% do topo aumentou significativamente na China, na Índia e na Federação Russa desde o início da década de 1980	120
1.14	Dinâmica das realizações educativas, 2007–2017	46	3.9	A parcela de rendimentos brutos dos 10 percentis superiores dos Estados Unidos aumentou de cerca de 35 por cento, em 1980, para quase 47 por cento, em 2014	123
1.15	As desigualdades dentro dos próprios países no ensino pós-secundário estão a aumentar	47	3.10	Entre 1980 e 2017, a parcela do rendimento nacional líquido auferida pelos 10 por cento do topo aumentou de 21 para 25 por cento no Norte da Europa, enquanto a parcela recebida pelos 40 percentis inferiores desceu de 24 por cento para 22 por cento	124
1.16	Agravamento da desigualdade entre países ao nível da disponibilidade de médicos	48	3.11	Entre 1980 e 2017, os rendimentos líquidos aumentaram quase 40 por cento, no caso dos 80% mais pobres da população europeia, em comparação com mais de 180 por cento no caso dos 0,001% do topo	125
1.17	Pontuações nos testes, uniformizadas de forma transversal aos grupos de desenvolvimento humano	48	3.12	Entre 1980 e 2017, a parcela de rendimentos brutos auferida pelos 40 percentis inferiores dos Estados Unidos diminuiu de cerca de 13 por cento para 8 por cento, enquanto a parte recebida pelos 1% do topo aumentou de cerca de 11 por cento para 20 por cento	126
1.18	A mortalidade infantil está a convergir com o desenvolvimento humano, mas não para os 20 por cento mais pobres	50	3.13	Entre 1980 e 2017, o rendimento bruto médio auferido pelos 40 por cento da base cresceu 36 por cento na Europa, ao passo que, nos Estados Unidos, diminuiu 3 por cento	126
1.19	Cerca de 846.000 das 3,1 milhões de mortes de crianças são evitáveis se os 20 percentis inferiores convergirem com a média nacional	50	3.14	O rendimento bruto médio dos 10 percentis superiores dos Estados Unidos era cerca de 11 vezes superior ao dos 40 por cento da base, em 1980, e 27 vezes superior, em 2017, enquanto, na Europa, o rácio aumentou de 10 para 12 vezes	127
1.20	As taxas de abandono escolar estão a convergir com o desenvolvimento humano, mas não para os 20 por cento mais pobres	51			
D1.1.1	Descrição das fases do desenvolvimento das economias de mercado históricas	61			
D1.1.2	Associação entre o risco de maré alta e as inundações catastróficas: A igualdade económica e política potencia o ajuste das instituições às circunstâncias e a prevenção de catástrofes	62			
D1.2.1	Transmissão das desigualdades no desenvolvimento humano no decurso do ciclo de vida	65			
D1.2.2	Distribuição mundial do bem-estar subjetivo (medido pela satisfação global das pessoas com as respetivas vidas)	66			
D1.3.1	Cerca de 600 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza de \$1,90 por dia	68			

3.15	Entre 1981 e 2017, a taxa média do escalão superior do imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, na União Europeia, decresceu de cerca de 50 por cento para 25 por cento, enquanto a taxa média do imposto sobre o valor acrescentado aumentou de cerca de 18 por cento para mais de 21 por cento	127	D4.1.1	Cerca de um terço das mulheres com idade igual ou superior a 15 anos sofreram violência física ou sexual por parte de um parceiro íntimo, 2010	166
3.16	A riqueza privada líquida dos países da Europa Ocidental elevou-se de 250–400 por cento do rendimento nacional, em 1970, para 450–750 por cento, em 2016	129	D4.1.2	As deputadas dos parlamentos europeus apresentam taxas elevadas de atos de violência política contra as mulheres, 2018	167
3.17	Os países estão a enriquecer, mas os governos estão a ficar mais pobres	130	D4.1.3	As normas sociais tradicionais incentivam diversas formas de violência contra as mulheres	168
3.18	Tendências da desigualdade ao nível da riqueza	132	5.1	As pegadas ecológicas per capita aumentam com o desenvolvimento humano	176
3.19	Se as atuais tendências persistirem, até 2050, os 0,1% do topo mundial poderão vir a deter uma parte da riqueza mundial equivalente à dos 40 percentis médios da população mundial	133	5.2	Os atuais países desenvolvidos são responsáveis pela grande maioria das emissões cumulativas de dióxido de carbono	179
D3.1.1	Padrões contíguos de desenvolvimento humano, transversais às fronteiras nacionais: o Golfo da Guiné	134	5.3	Entre os 10 percentis de países com as maiores emissões de equivalentes de dióxido de carbono, 40 por cento situam-se na América do Norte e 19 por cento, na União Europeia	179
D3.1.2	Os níveis de subnutrição entre mulheres adultas e de crianças com um atraso no crescimento podem ser elevados em agregados familiares que não são pobres	135	5.4	A desigualdade intranacional em termos de emissões de dióxido de carbono equivalente é, hoje em dia, tão importante quanto a desigualdade entre países para a dispersão mundial das emissões de dióxido de carbono equivalente	180
D3.2.1	A curva de Lorenz	136	5.5	Os prejuízos económicos decorrentes de riscos naturais extremos têm aumentado	181
4.1	Um progresso notável quanto às capacidades básicas sendo que bem menor no caso das capacidades avançadas	147	5.6	As crises de desenvolvimento humano são mais frequentes e profundas nos países em vias de desenvolvimento	184
4.2	A desigualdade de género está correlacionada com uma perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade	149	5.7	Quanto mais baixo o nível de desenvolvimento humano, mais mortíferas as catástrofes	185
4.3	O progresso rumo à igualdade de género está a abrandar	150	5.8	Em El Salvador e nas Honduras, as pessoas que ocupam os quintis inferiores da distribuição do rendimento estavam mais suscetíveis a inundações e deslizamentos de terras	185
4.4	Quanto maior a capacitação, mais acentuadas as disparidades de género	151	5.9	Menos mortes na década de 2000 do que nas de 1960 e 1970, apesar do maior número de ocorrências de catástrofes naturais	186
4.5	Nos países em vias de desenvolvimento, geralmente, a percentagem de trabalho informal no emprego não agrícola é, no caso das mulheres, superior à dos homens	152	5.10	Os países mais ricos geram mais resíduos per capita	188
4.6	Como as creanças sociais podem obstruir a capacitação de género e das mulheres	154	5.11	Os países em vias de desenvolvimento serão responsáveis pela maior parte do aumento da produção de carne até 2030	190
4.7	Apenas 14 por cento das mulheres e 10 por cento dos homens, a nível mundial, não apresentam quaisquer preconceitos quanto às normas sociais de género	156	5.12	Nalguns países, a cobertura dos serviços básicos de água e saneamento é, pelo menos, duas vezes superior no quintil mais abastado do que no quintil mais pobre	192
4.8	A percentagem, à escala mundial, quer de mulheres quer de homens sem preconceitos quanto às normas sociais em função do género decresceu entre 2005–2009 e 2010–2014	156	6.1	Divisões digitais: Os grupos mais desenvolvidos têm um maior acesso e as desigualdades são mais acentuadas nas tecnologias avançadas, 2017	202
4.9	O progresso, entre 2005–2009 e 2010–2014, relativamente à percentagem de homens sem preconceitos ao nível das normas sociais de género, foi mais acentuado no Chile, na Austrália, nos Estados Unidos e nos Países Baixos, enquanto a maioria dos países evidenciou uma reação adversa na percentagem de mulheres sem preconceitos quanto às normas sociais em função do género	157	6.2	Dinâmicas do acesso à tecnologia	204
4.10	Os países com maiores preconceitos ao nível das normas sociais tendem a apresentar uma desigualdade de género superior	157	6.3	A disparidade, ao nível da largura de banda, entre os países com um elevado rendimento e os restantes decresceu de 22 para 3 vezes mais	205
4.11	Os preconceitos das normas sociais evidenciam um gradiente	158	6.4	A distribuição das assinaturas de telemóveis tem convergido com a distribuição regional da população, mas não o potencial instalado de largura de banda	206
4.12	O uso de contraceptivos é mais acentuado entre raparigas adolescentes não casadas e sexualmente ativas, mas também as necessidades de planeamento familiar por satisfazer o são, 2002–2014	160	6.5	Entre 1987 e 2007, pouco mudou na classificação mundial do potencial instalado de largura de banda, mas, a partir da transição de milénio, a situação começou a mudar, com a expansão da largura de banda na Ásia Oriental e do Norte	206
4.13	As disparidades no trabalho não remunerado de prestação de cuidados mantêm-se nas economias em vias de desenvolvimento	161	6.6	O poder sobre o mercado tem vindo a crescer, sobretudo no caso de empresas com uma utilização intensiva de tecnologias de informação e de comunicação	208
4.14	Uma grande percentagem de mulheres com emprego considera que a opção pelo trabalho acarreta o sofrimento dos seus filhos, ao passo que uma elevada percentagem das donas de casa julga estar, ao ficar em casa, a abdicar de uma carreira ou da independência económica, 2010–2014	162	6.7	A tecnologia pode substituir algumas tarefas, mas também restaurar outras	210
4.15	Em 2018, a percentagem de mulheres com conta junto de uma instituição financeira ou de um prestador de serviços de dinheiro móvel é inferior a 80 por cento em todas as regiões de países em vias de desenvolvimento	163	6.8	A probabilidade de frequência do ensino para adultos é superior no caso dos trabalhadores com uma remuneração média ou elevada	214
4.16	É mais provável que as raparigas e mulheres em idade fértil residam em agregados familiares pobres do que os rapazes e homens	164	6.9	Existem enormes assimetrias ao nível da investigação e do desenvolvimento entre os agrupamentos de desenvolvimento humano	217
			6.10	O rendimento e a produtividade apresentam uma forte correlação e, quanto maior a produtividade, maior a parcela da produtividade que o(a) trabalhador(a) mediano(a) auferem como remuneração	218
			6.11	Uma desvinculação significativa entre as emissões e o desenvolvimento permitiu a alguns países reduzirem as respetivas emissões de dióxido de carbono, refletindo modos de produção mais eficientes	219

7.1	Um modelo para a conceção de políticas de correção das desigualdades no desenvolvimento humano	224	3.3	Diferença entre o crescimento do rendimento dos 40 percentis inferiores e o crescimento médio do rendimento numa seleção de países africanos, 1995–2015 (pontos percentuais)	118
7.2	Uma maior produtividade laboral está associada a uma menor concentração do rendimento do trabalho no topo	233	3.4	Desigualdade e crescimento nos países BRIC	120
7.3	A relação entre a produtividade laboral e a concentração do rendimento do trabalho aparenta manter-se ao longo do tempo, na maioria dos níveis de desenvolvimento humano	233	3.5	Crescimento do rendimento líquido médio e dos 40 por cento da base na Europa e nos Estados Unidos, 1980–2017 e 2007–2017	121
7.4	Salário mínimo: uma ferramenta para a partilha dos frutos do progresso?	236	D3.1.1	Erros na definição de parâmetros de inclusão e de exclusão: a representação significa testes	135
7.5	Os trabalhadores familiares não remunerados, os trabalhadores industriais externos, as pessoas que trabalham em casa e os trabalhadores ocasionais são, maioritariamente, mulheres com baixos rendimentos e um elevado risco de pobreza, ao passo que os funcionários e trabalhadores informais convencionais com salários mais elevados e um menor risco de pobreza são, com maior frequência, homens	237	D3.2.1	Estatísticas mais frequentemente publicadas em 10 bases de dados internacionais de uso comum	138
7.6	O crescente poder das empresas sobre o mercado, nas últimas décadas, tem sido impulsionado por empresas dos 10 percentis superiores da distribuição das margens de lucro	238	D3.3.1	Comparação de conceitos de rendimento em bases de dados com indicadores relativos à redistribuição fiscal	141
7.7	As taxas dos escalões superiores do imposto sobre o rendimento de pessoas singulares têm decrescido em todo o mundo	242	4.1	Índice de Desigualdade de Género: Painel regional	149
7.8	A riqueza em offshores é maior do que o valor das empresas de topo ou dos multimilionários	244	6.1	Diferentes tarefas apresentam um potencial distinto de substituição pela inteligência artificial	211
D7.1.1	Estratégias para o universalismo prático nos países em vias de desenvolvimento (desiguais)	246			
D7.1.2	O poder da elite económica e seus mecanismos de ação	247			
D7.3.1	Redistribuição fiscal nos países europeus, 2016	251			
D7.3.2	Progressividade e esforço fiscais nos países europeus, 2016	252			
D7.3.3	Desigualdade de rendimento no mercado e variação da redistribuição fiscal	252			

DESTAQUES

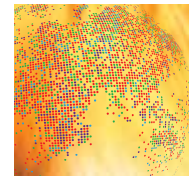
1.1	Concentração do poder e captura do Estado: Lições da História acerca das consequências do domínio do mercado para a desigualdade e as calamidades ambientais	60
1.2	Aumento das perceções subjetivas da desigualdade, desigualdades crescentes ao nível da perceção de bem-estar	64
1.3	A base da distribuição: O desafio da erradicação da pobreza de rendimento	67
3.1	Uma perspetiva do seio dos países e dos agregados familiares	134
3.2	A escolha de um índice de desigualdade	136
3.3	Medir a redistribuição fiscal: conceitos e definições	139
4.1	O acesso desigual das mulheres à segurança física — e, portanto, à capacitação social e política	166
5.1	Medir os impactos das alterações climáticas: Além das médias nacionais	194
5.2	Vulnerabilidade climática	195
7.1	Fazer face aos constrangimentos das opções sociais	246
7.2	A produtividade e a equidade assegurando simultaneamente a sustentabilidade ambiental	249
7.3	Variação do impacto redistributivo das transferências e dos impostos diretos na Europa	251

TABELAS

1.1	Convergência limitada na saúde e na educação, 2007–2017	49
D1.1.1	Casos certos e possíveis de economias de mercado	60
3.1	Principais fontes de dados para a medição da desigualdade	107
3.2	Diferença entre o crescimento do rendimento dos 40 percentis inferiores e o crescimento médio do rendimento nas cinco sub-regiões de África, 1995–2015 (pontos percentuais)	118

Síntese

As desigualdades
no desenvolvimento
humano no século XXI



Síntese

As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI

Em todos os países, muitas pessoas têm poucas perspectivas de um futuro melhor. Desprovidas de esperança, propósito ou dignidade, assistem, nas margens da sociedade, ao avanço dos outros, rumo a uma prosperidade cada vez maior. A nível mundial, muitos escaparam à pobreza extrema, mas são ainda mais os que nunca tiveram nem as oportunidades nem os recursos para gerir as suas vidas. O género, a etnia ou a riqueza dos pais ainda determinam, com demasiada frequência, o lugar de uma pessoa na sociedade.

Desigualdades. As provas estão por todo o lado. A preocupação também. Em todo o mundo, um número crescente de pessoas, de todos os quadrantes políticos, consideram que a desigualdade de rendimento no respetivo país deveria ser reduzida (figura 1).

As desigualdades no desenvolvimento humano são mais profundas. Tome-se como exemplo duas crianças nascidas em 2000, uma num país com um nível muito elevado de desenvolvimento humano e outra num país com um baixo nível de desenvolvimento humano (figura 2). Hoje em dia, a primeira tem uma probabilidade superior a 50% de estar matriculada no ensino superior: mais de metade das pessoas com 20 anos de idade, nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, frequentam o ensino superior. Em contraste, é muito menos provável que a segunda esteja viva. Cerca de 17 por cento das crianças nascidas em países com um baixo nível de desenvolvimento humano em 2000 terão morrido antes do seu 20.º aniversário, em comparação com apenas 1 por cento das crianças nascidas em países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. Também é pouco provável que a segunda criança frequente o ensino superior: nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, apenas 3 por cento estão matriculadas. Já lhes foram determinados percursos distintos e desiguais — e provavelmente irreversíveis — por circunstâncias quase inteiramente alheias ao seu controlo. As desigualdades são igualmente elevadas no interior dos países — quer em vias de desenvolvimento quer desenvolvidos. Em alguns países desenvolvidos, as disparidades na esperança de vida aos 40 anos, entre o percentil mais elevado da distribuição do rendimento e o percentil mais baixo, foram estimadas num valor que chega a atingir 15 anos, no caso dos homens, e 10 anos, no das mulheres.

As desigualdades nem sempre espelham um mundo injusto. Algumas, provavelmente, são inevitáveis, tais como as desigualdades resultantes da difusão de uma nova tecnologia. No entanto, quando estes percursos desiguais têm pouco que ver com a valorização do

esforço, do talento ou dos riscos corridos por empreendedores, podem ser ofensivos para o sentido coletivo de equidade e uma afronta à dignidade humana.

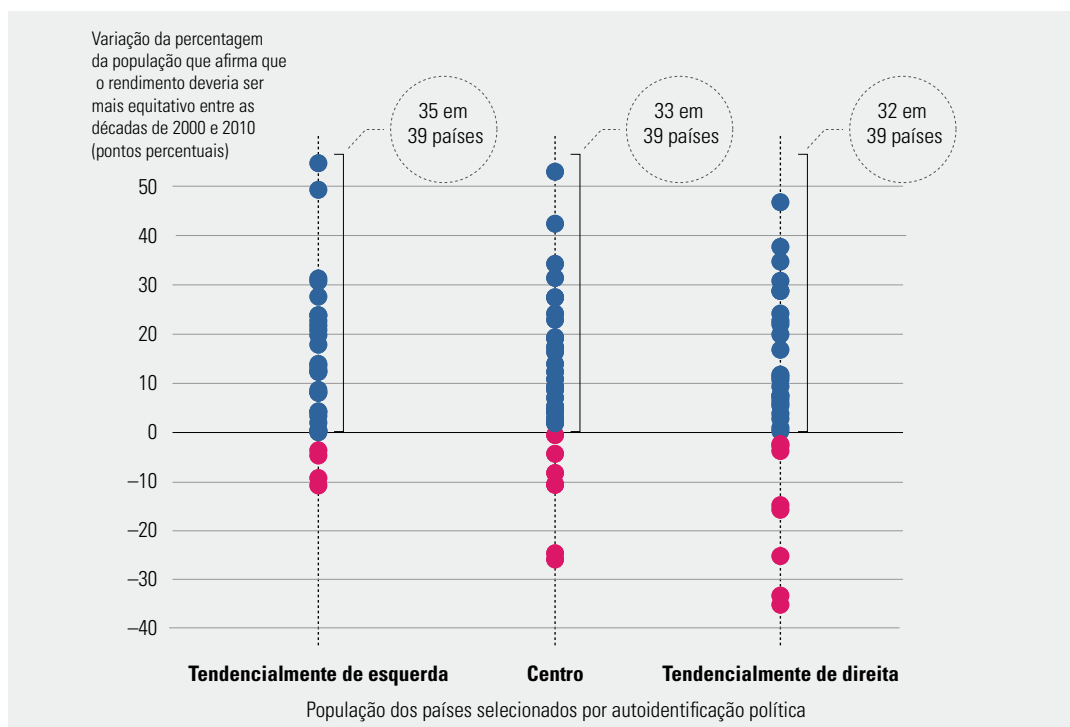
Tais desigualdades no desenvolvimento humano prejudicam as sociedades, enfraquecendo a coesão social e a confiança das pessoas no governo, nas instituições e entre si. Na sua maioria, lesam as economias, desperdiçam o potencial das pessoas, no trabalho e na vida pessoal, impossibilitando-as de concretizá-lo plenamente. Muitas vezes, impedem que as decisões políticas reflitam as aspirações da sociedade no seu todo e protejam o planeta, já que uns poucos, melhor posicionados, exercem o seu poder para moldar as decisões à medida, sobretudo, dos seus atuais interesses. Em casos extremos, as pessoas podem sair para as ruas.

Estas desigualdades no desenvolvimento humano são um obstáculo à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Não se trata somente de discrepâncias no rendimento e na riqueza. Não é possível representá-las através da mera utilização de indicadores sumários de desigualdade que se focam numa única dimensão. Irão, além disso, enformar as perspectivas das pessoas que viverem até ao século XXII. A exploração das desigualdades no desenvolvimento humano deve, por isso, ir além do rendimento, além das médias e além do presente, o que nos conduz a cinco mensagens principais (figura 3).

Em primeiro lugar, enquanto muitas pessoas estão a superar os patamares mínimos de progresso em termos de desenvolvimento humano, as disparidades permanecem disseminadas. Nas primeiras duas décadas do século XXI, registou-se um progresso notável na redução das privações extremas, mas as discrepâncias permanecem inaceitavelmente acentuadas num conjunto de capacidades as liberdades necessárias para que as pessoas sejam e façam algo desejável, tal como ir à escola, conseguir um emprego ou ter o que comer. Além disso, o progresso tem passado ao lado de algumas das pessoas mais vulneráveis, mesmo no tocante às privações

FIGURA 1

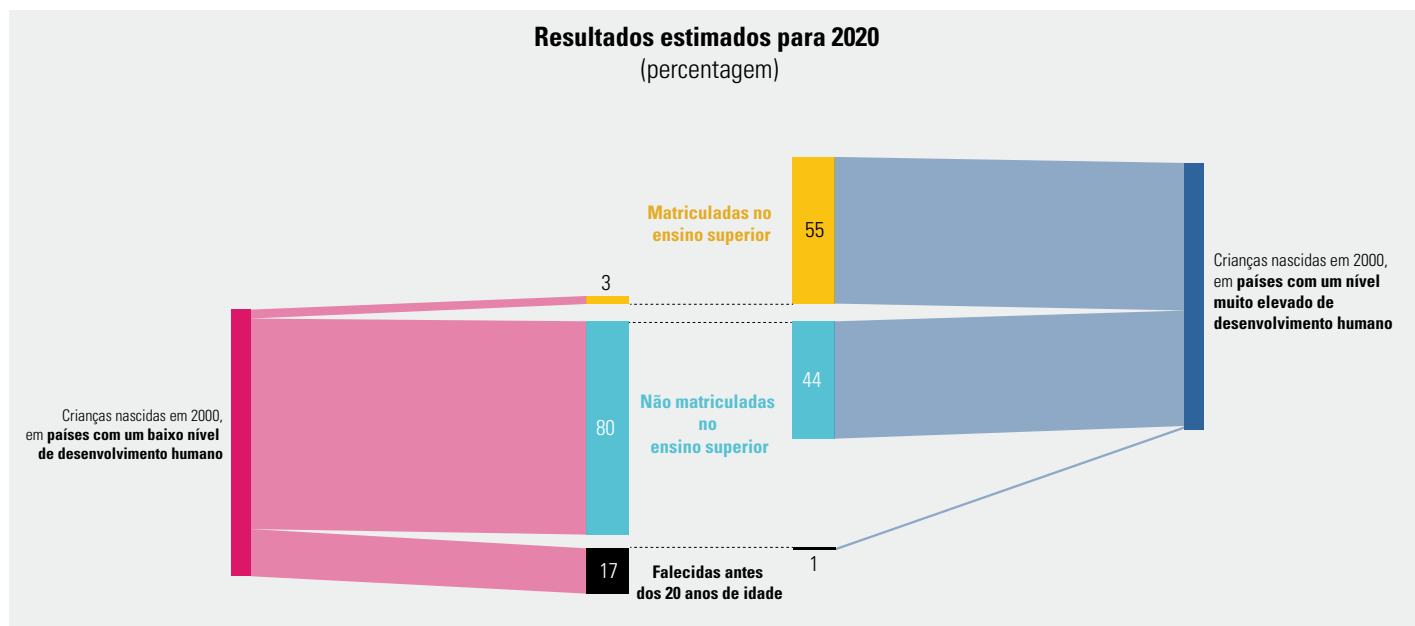
A percentagem da população que afirma que o rendimento deveria ser mais equitativo aumentou entre as décadas de 2000 e 2010



Nota: Cada ponto representa um dos 39 países com dados comparáveis. A amostra abrange 48 por cento da população mundial. Com base em respostas numa escala de 1 a 5, em que 1 significa "o rendimento deveria ser mais equitativo" e 5, "precisamos de maiores diferenças no rendimento." Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Inquérito Mundial de Valores, 4.ª, 5.ª e 6.ª edições.

FIGURA 2

As crianças nascidas em 2000, em países com rendimentos diferentes, farão um percurso muito desigual até 2020



Nota: Trata-se de estimativas (a partir de valores médios) para um indivíduo típico de um país com um baixo nível de desenvolvimento humano e de um país com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. Os dados relativos à frequência do ensino superior baseiam-se nos dados de inquéritos às famílias relativos a pessoas com idades entre os 18 e os 22 anos, tratados pelo Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, in www.education-inequalities.org (acedido em 5 de novembro de 2019). As percentagens dizem respeito a pessoas nascidas em 2000. O número de pessoas falecidas antes dos 20.º aniversário é calculado com base nos nascimentos ocorridos por volta de 2000 e na estimativa do número de mortes desse segmento populacional entre 2000 e 2020. O número de pessoas matriculadas no ensino superior em 2020 é calculado com base no número estimado de pessoas vivas (pertencentes ao segmento nascido por volta de 2000) e nos dados mais recentes quanto à frequência do ensino superior. As pessoas não matriculadas no ensino superior constituem o complementar. Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas e do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

FIGURA 3

Além do rendimento, além das médias e além do presente: A exploração das desigualdades no desenvolvimento humano conduz a cinco mensagens principais



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

mais extremas, tanto que o mundo não está em vias de as erradicar até 2030, conforme o apelo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em segundo lugar, tem surgido uma nova geração de graves desigualdades no desenvolvimento humano, ainda que muitas das que ficaram por resolver no século XX estejam em declínio. Sob o espectro da crise climática e das arrebatadoras mudanças tecnológicas, as desigualdades no desenvolvimento humano têm assumido novas formas no século XXI. As desigualdades ao nível das capacidades estão a evoluir de variadas maneiras. As desigualdades relativas às capacidades básicas, associadas às privações mais extremas, têm vindo a diminuir. Nalguns casos, vertiginosamente, como sucede com as desigualdades mundiais ao nível da esperança de vida à nascença. Muitas pessoas na base estão, atualmente, a alcançar as primeiras etapas do desenvolvimento humano. Simultaneamente, as desigualdades no domínio das capacidades avançadas estão a aumentar, o que reflete aspetos da vida que, provavelmente, se tornarão mais importantes no futuro, ao proporcionarem uma maior capacitação. As pessoas que, nos dias de hoje, se encontram adequadamente capacitadas parecem destinadas a avançar ainda mais amanhã.

Em terceiro lugar, as desigualdades no desenvolvimento humano podem acumular-se ao longo da vida e frequentemente serem realçadas por profundos desequilíbrios de poder. Apresentam-se mais como uma consequência do que uma causa da imparidade, impulsionadas por fatores profundamente enraizados nas sociedades, economias e estruturas políticas. O combate às desigualdades no desenvolvimento humano implica a resposta aos seguintes fatores: Uma melhoria genuína não partirá da tentativa de corrigir as disparidades apenas quando as pessoas já auferem rendimentos muito diferentes, uma vez que as desigualdades têm início à nascença ou mesmo antes, podendo acumular-se ao longo da vida das pessoas. Tão-pouco assentarão num regresso ao passado e na simples tentativa de restaurar as políticas e instituições que mantiveram as desigualdades sob controlo, por vezes e em alguns países, durante o século XX. Foi nessas mesmas condições que os desequilíbrios de poder se agravaram, acentuando, em muitos casos, a acumulação de vantagens ao longo do ciclo de vida.

Em quarto lugar, a avaliação das desigualdades no desenvolvimento humano exige uma revolução nas métricas. As boas políticas começam por uma boa

O futuro das desigualdades no desenvolvimento humano, no século XXI, está nas nossas mãos. Não podemos, contudo, ser complacentes. A crise climática mostra que o preço a pagar pela inação se agrava à medida que o tempo passa, pois gera mais desigualdade, o que, por sua vez, pode dificultar a aplicação de medidas ambientais. A tecnologia já está a transformar os mercados laborais e a vida, embora se desconheça, por enquanto, até que ponto as máquinas poderão substituir as pessoas

medição e uma nova geração de desigualdades carece de uma nova geração de indicadores. Conceitos mais claros ligados aos desafios da atualidade, combinações mais amplas de fontes de dados, ferramentas analíticas mais incisivas — todos estes elementos são necessários. Os trabalhos inovadores em curso sugerem que o rendimento e a riqueza poderão estar a acumular-se no topo em muitos países, a um ritmo demasiado veloz para poder ser apreendido com base em indicadores sumários de desigualdade. A sistematização e ampliação destes esforços pode contribuir para esclarecer os debates públicos e tornar as políticas mais adequadas. As métricas podem não parecer uma prioridade, até se contemplar o peso contínuo de indicadores como o produto interno bruto desde a sua criação na primeira metade do século XX.

Em quinto lugar, a correção das desigualdades no desenvolvimento humano, no século XXI, é possível — se agirmos já, antes que os desequilíbrios no poder económico se traduzam num domínio político arraigado. A melhoria das desigualdades ao nível de algumas capacidades básicas comprova que o progresso é possível. Porém, os antecedentes do progresso quanto às capacidades básicas não darão resposta às aspirações das pessoas para o atual século. Para mais, o reforço continuado da redução das desigualdades ao nível das capacidades básicas, embora necessário, não é suficiente. Se é um facto que as capacidades avançadas estão associadas a um maior grau de poder, ignorar as discrepâncias emergentes neste domínio pode levar à alienação das pessoas responsáveis pela formulação de políticas face às necessidades das pessoas, a sua capacidade de fazer escolhas que concretizem as suas aspirações e valores. Apenas voltando a nossa atenção para o combate a uma nova geração de desigualdades ao nível das capacidades avançadas, muitas das quais só agora estão a emergir, será possível evitar que as desigualdades no desenvolvimento humano se consolidem ainda mais no decurso do século XXI.

Como? Não será através de uma visão isolada das políticas nem da fé numa solução mágica que resolva todos os problemas. A redistribuição do rendimento, que domina, frequentemente, o debate das políticas relativas à igualdade, é, por vezes, encarada como a tal solução mágica. Contudo, nem um pacote completo de medidas redistributivas, com quatro políticas ambiciosas — impostos sobre o rendimento mais elevados e progressivos, deduções aplicadas sobre os rendimentos auferidos nos escalões inferiores, subsídios tributáveis pagos por cada criança e um rendimento mínimo para todos os indivíduos — seria suficiente para inverter, na íntegra, o aumento da desigualdade

de rendimento no Reino Unido entre o final da década de 1970 e 2013. Não se pretende, com isto, afirmar que a redistribuição não importa — bem pelo contrário. Ainda assim, a mudança a longo prazo, tanto ao nível do rendimento quanto do leque mais vasto de desigualdades no desenvolvimento humano, depende de uma abordagem que passa por políticas mais amplas e sistémicas.

O que fazer? A abordagem proposta no Relatório delinea políticas que visam corrigir as desigualdades no desenvolvimento humano, enquadradas de um modo que alie o aumento e a distribuição quer das capacidades quer do rendimento. As opções abrangem políticas pré-mercado, no mercado e pós-mercado. Os salários, os lucros e as taxas de participação no mercado laboral são, tipicamente, determinados pelos mercados, os quais são condicionados pela regulamentação, pelas instituições e pelas políticas vigentes (no mercado). No entanto, estes fatores também dependem de políticas que afetam as pessoas antes de surtirem efeito na economia (pré-mercado). As políticas pré-mercado podem reduzir as discrepâncias em termos de capacidades, contribuindo para que todas as pessoas entrem no mercado laboral com uma melhor preparação. As políticas no mercado afetam a distribuição do rendimento e das oportunidades durante o trabalho, produzindo resultados que tanto podem promover como desincentivar a igualdade. As políticas pós-mercado afetam as desigualdades depois de o mesmo, juntamente com as políticas no mercado, terem determinado a distribuição do rendimento e das oportunidades. Estes conjuntos de políticas interagem. Por exemplo, a prestação de serviços públicos pré-mercado poderá depender, em parte, da eficácia das políticas pós-mercado (impostos sobre o rendimento derivado do mercado para financiar, a título exemplificativo, a saúde e a educação), que são importantes para arrecadar receita pública, de modo a custear aqueles serviços. Já os impostos, por sua vez, têm o seu fundamento no grau de redistribuição do rendimento, que a sociedade está disposta a efetuar, transferindo-o das pessoas mais abastadas para as menos favorecidas. O futuro das desigualdades no desenvolvimento humano, no século XXI, está nas nossas mãos. Não podemos, contudo, ser complacentes. A crise climática mostra que o preço a pagar pela inação se agrava à medida que o tempo passa, pois gera mais desigualdade, o que, por sua vez, pode dificultar a aplicação de medidas ambientais. A tecnologia já está a transformar os mercados laborais e a vida, embora se desconheça, por enquanto, até que ponto as máquinas poderão substituir as pessoas. Estamos, porém, à beira de um abismo além do qual será difícil recuperar. Apesar disso, a escolha é nossa — e devemos fazê-la agora.

Além do rendimento, além das médias e além do presente

O Relatório tem por base um novo quadro de análise que avalia as desigualdades, indo além do rendimento, além das médias e além do presente (figura 4).

Além do rendimento

Qualquer avaliação abrangente da desigualdade deve atender ao rendimento e à riqueza. Porém, deve ainda ir além dos dólares e das rupias para compreender as diferenças noutros aspetos do desenvolvimento humano e os processos que lhes subjazem. Existe, com certeza, desigualdade económica, mas há, igualmente, desigualdades noutros elementos fundamentais do desenvolvimento humano, tais como a saúde, a educação, a dignidade e o respeito pelos direitos humanos. Estas últimas poderão não se revelar se apenas se tiver em conta a desigualdade ao nível do rendimento e da riqueza. Uma abordagem da desigualdade com base no desenvolvimento humano adota uma perspetiva centrada nas pessoas: diz respeito às capacidades que lhes permitem exercer a sua liberdade de serem e fazerem aquilo a que aspiram na sua vida.

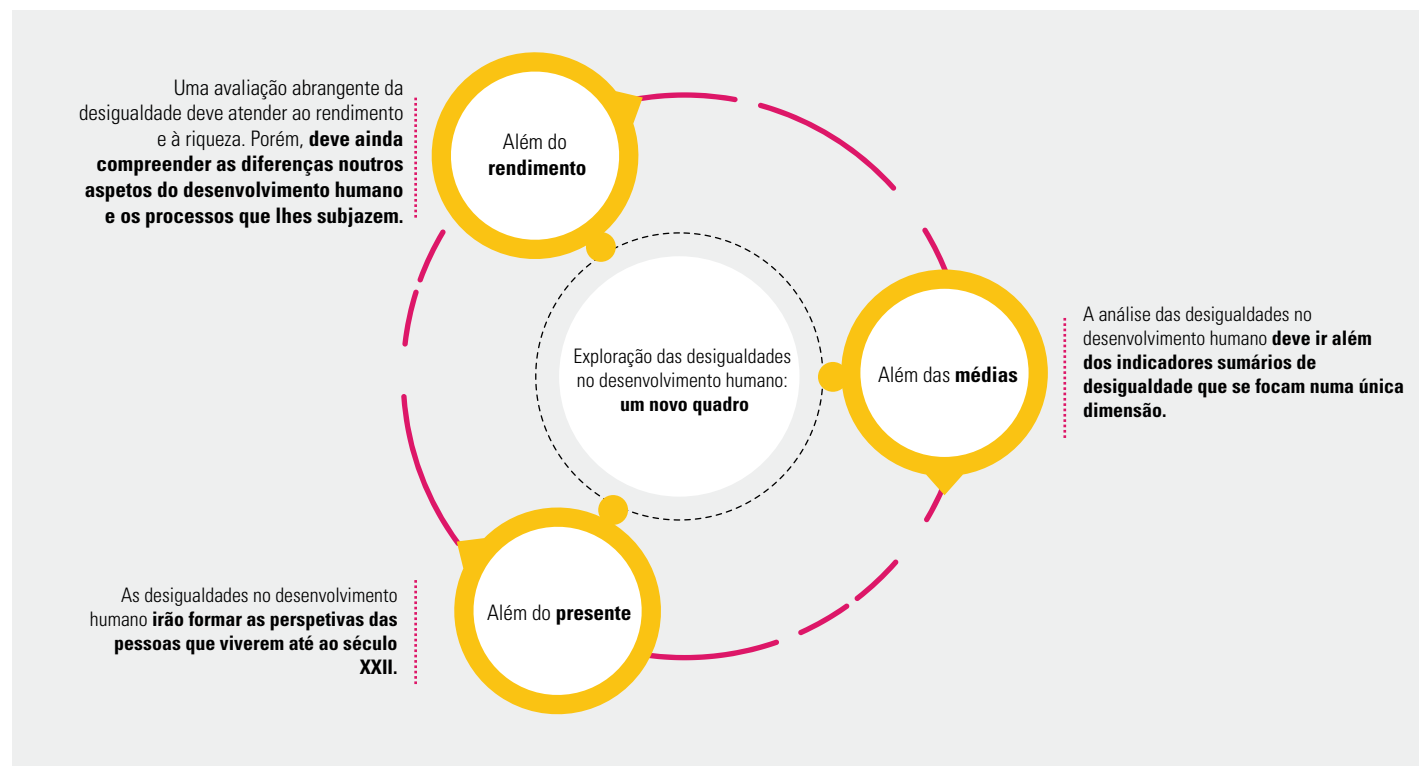
Até mesmo a compreensão das disparidades de rendimento exige a análise de outras formas de desigualdade. As desvantagens no domínio da saúde e da educação (quer próprias quer dos pais) interagem e, frequentemente, agudizam-se ao longo da vida. As disparidades têm início antes de se nascer, começando pela “lotaria do nascimento” que é o acaso do lugar de origem de uma criança, e podem agravar-se com o passar dos anos. As crianças oriundas de famílias pobres podem não ter meios para pagar a sua educação e estão em desvantagem ao tentarem encontrar um emprego. É provável que estas crianças, quando entrarem no mercado de trabalho, penalizadas por sucessivas camadas de desvantagens, auferam vencimentos inferiores aos das provenientes de famílias com um maior rendimento.

Além das médias

Demasiadas vezes, o debate em torno da desigualdade é excessivamente simplificado, apoiando-se em indicadores sumários da desigualdade e dados incompletos que traçam um retrato parcial e, por vezes, enganador, quer no tocante aos tipos de desigualdade a ter em consideração quer às pessoas afetadas. A análise deve ir além das médias, que condensam as informações relativas à distribuição num único número, e examinar as manifestações da

FIGURA 4

Pensar as desigualdades



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

desigualdade de forma transversal à população, em diferentes lugares e ao longo do tempo. Em cada aspecto do desenvolvimento humano, o que importa é o gradiente de desigualdade como um todo (as diferenças nas realizações do conjunto da população, segundo uma variedade de características socioeconômicas).

Além do presente

Uma grande parte das análises concentra-se no passado ou no aqui e agora. Porém, um mundo em mudança exige que se considerem os fatores que moldarão a desigualdade no futuro. Os atuais — e novos — tipos de desigualdade irão interagir com forças sociais, econômicas e ambientais de relevo, determinando as vidas da juventude de hoje e da sua descendência. O século XXI será moldado por duas transições drásticas: as alterações climáticas e as transformações tecnológicas. A crise climática já atinge com maior dureza os mais pobres, enquanto os avanços tecnológicos, como a aprendizagem automática e a inteligência artificial, poderão deixar grupos inteiros para trás, ou mesmo países — assombrados pela incerteza do futuro dessas transições.

As aspirações humanas em evolução: Das capacidades básicas às capacidades avançadas

Ao perguntar com que forma de desigualdade nos deveríamos preocupar, em última instância (“Igualdade de quê?”), Amartya Sen argumentou que as capacidades das pessoas — a liberdade de fazer escolhas quanto à sua

vida — são cruciais. As capacidades estão no âmago do desenvolvimento humano. O Relatório vai nesse sentido e explora as desigualdades ao nível das capacidades.

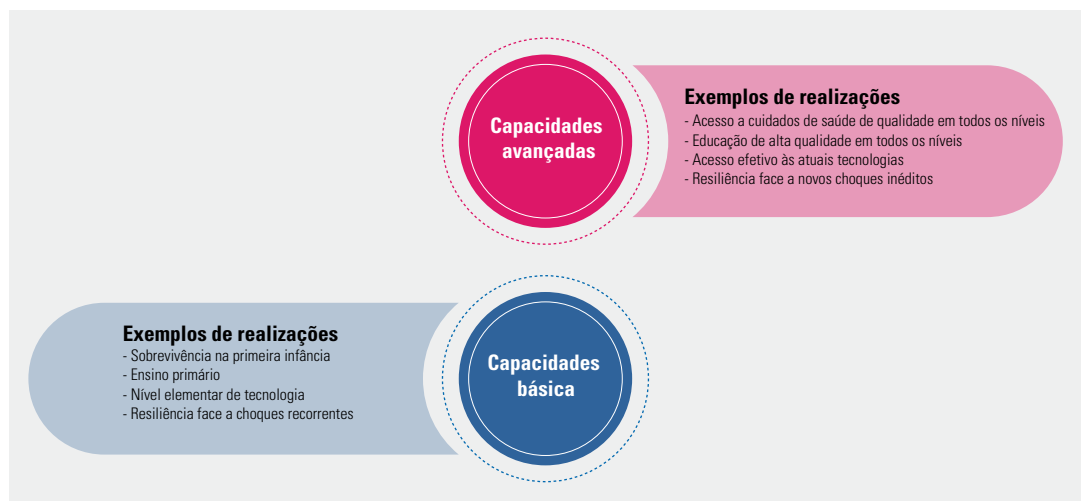
As capacidades evoluem consoante as circunstâncias, os valores e a mudança nas exigências e aspirações das pessoas. Hoje em dia, possuir um conjunto de capacidades básicas — as associadas à ausência de privações extremas — não é suficiente. As capacidades avançadas têm vindo a tornar-se essenciais para que as pessoas assumam a responsabilidade pela “narrativa das suas vidas”.

As capacidades avançadas acarretam um maior grau de ação ao longo da vida das pessoas. Dado que algumas capacidades são adquiridas no decurso da vida de uma pessoa, alcançar um conjunto básico — como sobreviver até aos 5 anos ou aprender a ler — proporciona um ponto de partida para a formação de capacidades avançadas em etapas posteriores da vida (figura 5).

Uma evolução semelhante das capacidades básicas para as avançadas é a que se reflete na utilização da tecnologia ou na capacidade de lidar com choques ambientais, desde perigos frequentes, mas menores, até eventos imprevisíveis de grande escala. A distinção é igualmente importante no que diz respeito à compreensão das desigualdades de forma transversal aos grupos, como no caso da transição do direito de voto das mulheres (uma capacidade básica) para a participação na política enquanto líderes nacionais (uma capacidade avançada). A evolução da ambição, das capacidades básicas às avançadas, espelha a passagem dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

FIGURA 5

O desenvolvimento humano, das capacidades básicas às capacidades avançadas



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Um mundo em mudança exige que se leve em conta os fatores que moldarão a desigualdade no futuro. Os atuais — e novos — tipos de desigualdade irão interagir com forças sociais, econômicas e ambientais de relevo, determinando as vidas da juventude de hoje e da sua descendência

Mensagem principal 1: As disparidades no desenvolvimento humano permanecem generalizadas, apesar dos progressos na redução das privações extremas

O século XXI assistiu a um grande e disseminado progresso dos padrões de vida, tendo um número sem precedentes de pessoas, em todo o mundo, levado a cabo uma “grande evasão” da fome, da doença e da pobreza — cruzando o limiar mínimo de subsistência. O Índice de Desenvolvimento Humano evidencia um progresso impressionante, em média, refletindo melhorias drásticas em situações como a esperança de vida à nascença, impulsionadas, em larga medida, por decréscimos acentuados das taxas de mortalidade infantil.

Ainda assim, muitas pessoas foram deixadas para trás e as desigualdades permanecem generalizadas em relação a todas as capacidades. Algumas são questões de vida ou morte, outras prendem-se com o acesso ao conhecimento e a tecnologias com um impacto determinante na vida das pessoas.

Apesar de ter sofrido uma redução considerável, a diferença ao nível da esperança de vida à nascença entre os países com um grau baixo e muito elevado de desenvolvimento humano é ainda de 19 anos. Existem diferenças ao nível da longevidade prevista em todas as idades. A diferença na esperança de vida aos 70 anos é de quase 5 anos. Cerca de 42 por cento dos adultos concluíram o ensino primário nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, em comparação com 94 por cento nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. Existem discrepâncias em todos os níveis de instrução. Apenas 3,2 por cento dos adultos possuem um grau de ensino superior nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, em comparação com 29 por cento nos países desenvolvidos. Quanto ao acesso à tecnologia, os países em vias de desenvolvimento têm 67 assinaturas de telemóveis por cada 100 habitantes, metade do número dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. No tocante ao acesso à banda larga, os países com um baixo nível de desenvolvimento humano apresentam menos de 1 assinatura por cada 100 habitantes, em comparação com 28 por cada 100 habitantes nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano (figura 6).

Os países pior posicionados abrangem os 600 milhões de pessoas que ainda vivem abaixo do limiar da pobreza extrema — um número que dispara para 1,3 mil milhões quando medido segundo o Índice de Pobreza Multidimensional. Cerca de 262 milhões de crianças não estão matriculadas no ensino primário nem no secundário e 5,4 milhões de crianças não sobrevivem além dos primeiros cinco anos de vida. Apesar de um maior acesso às imunizações e a tratamentos mais económicos, as taxas de mortalidade infantil nos agregados familiares mais desfavorecidos dos países mais pobres do mundo permanecem elevadas. As taxas mais

elevadas verificam-se nos países com um nível baixo e médio de desenvolvimento humano, mas existem disparidades acentuadas no interior de cada país: Os 20 percentis mais pobres, em alguns países de rendimento médio, chegam a registar uma taxa média de mortalidade infantil equivalente à de um típico país de baixo rendimento.

Mensagem principal 2: Está a surgir uma nova geração de desigualdades, com a divergência nas capacidades avançadas, apesar da convergência nas capacidades básicas

À medida que nos aproximamos da década de 2020, um novo conjunto de capacidades está a tornar-se fundamental para a vida no século XXI. As desigualdades no domínio destas capacidades avançadas revelam dinâmicas marcadamente distintas das que se verificam nas capacidades básicas. Estão na raiz de uma nova geração de desigualdades.

As desigualdades relativas a algumas das capacidades básicas têm-se estreitado, lentamente, na maioria dos países, embora ainda haja muito por fazer. Tanto a esperança de vida à nascença quanto a percentagem da população que concluiu o ensino primário e as assinaturas de telemóveis evidenciam o estreitamento das desigualdades, de forma transversal aos grupos de desenvolvimento humano (figura 7). As pessoas mais desfavorecidas estão a progredir a um ritmo mais acelerado do que os escalões superiores. Os ganhos ao nível da esperança de vida à nascença entre 2005 e 2015, no caso dos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, quase atingiram o triplo dos registados nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, estimulados pela redução das taxas de mortalidade infantil nos países em vias de desenvolvimento. Além disso, os países com um grau inferior de desenvolvimento humano estão a convergir no tocante ao ensino primário e ao acesso a telemóveis.

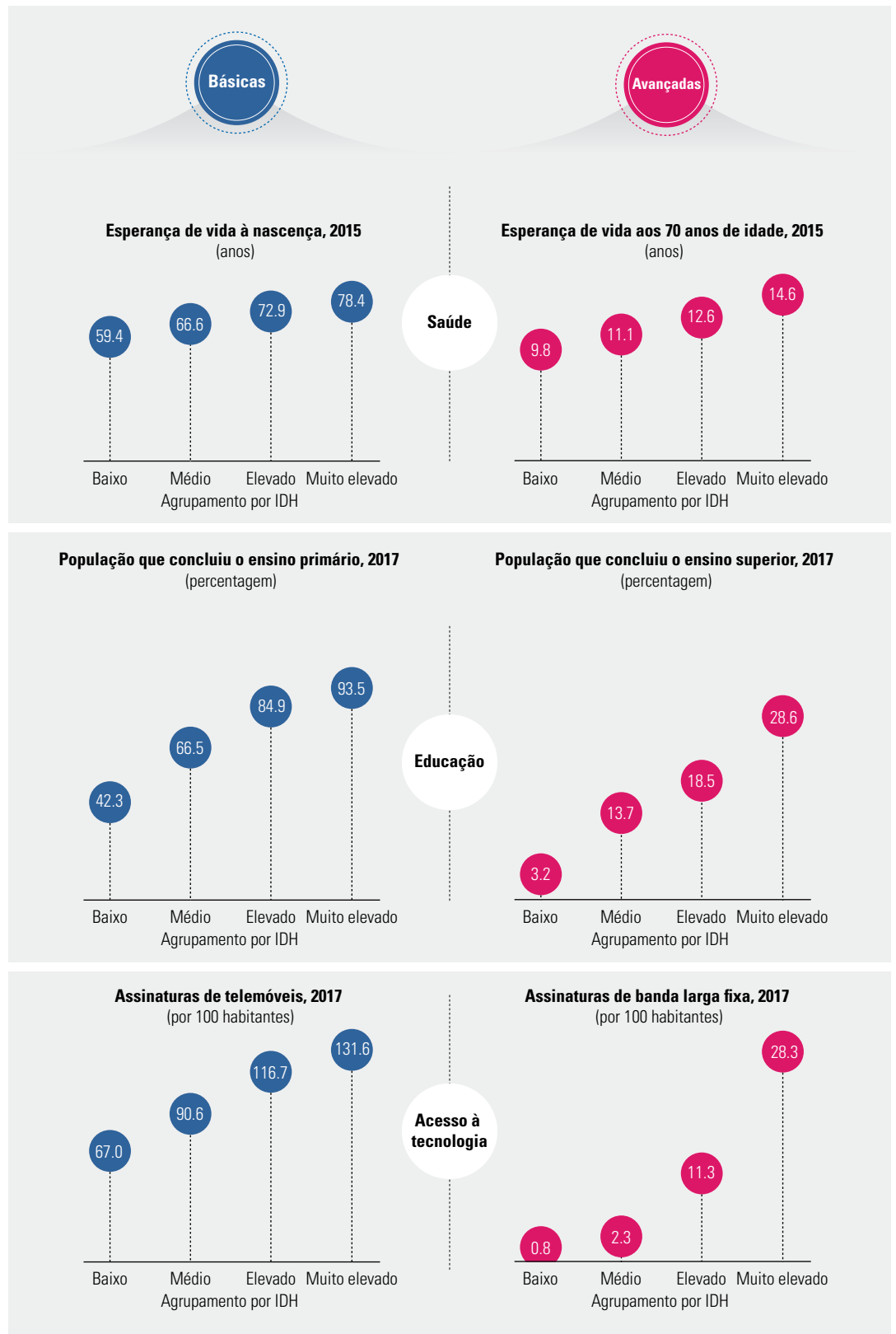
Há, contudo, duas ressalvas a fazer quanto a estas boas notícias. Em primeiro lugar, apesar do progresso, o mundo não está em vias de erradicar as privações extremas no campo da saúde e da educação até 2030, visto que ainda se estima que, todos os anos, morram 3 milhões de crianças com idades inferiores a 5 anos (pelo menos 850.000 acima da meta traçada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e que 225 milhões de crianças abandonem a escolaridade. Em segundo lugar, as discrepâncias estão a diminuir, em parte, porque as pessoas no topo têm pouca margem para continuarem a progredir.

Diferentemente, as desigualdades no domínio das capacidades avançadas estão a agravar-se. Por exemplo,

As desigualdades relativas a algumas das capacidades básicas têm-se estreitado, lentamente, na maioria dos países, embora ainda haja muito por fazer. Tanto a esperança de vida à nascença quanto a percentagem da população que concluiu o ensino primário e as assinaturas de telemóveis evidenciam o estreitamento das desigualdades, de forma transversal aos grupos de desenvolvimento humano

FIGURA 6

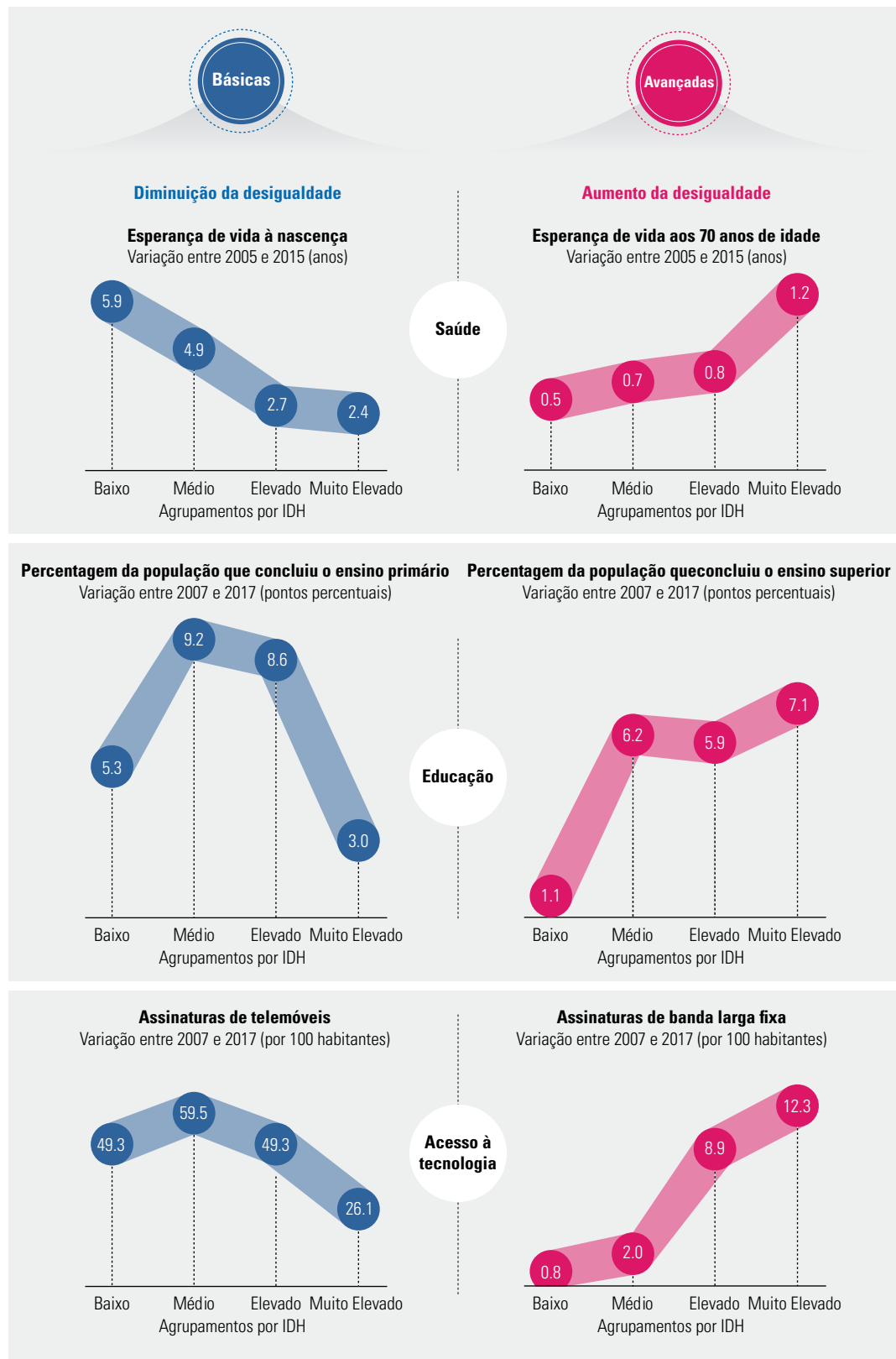
De forma transversal aos países, o mundo permanece profundamente desigual quer ao nível das capacidades básicas quer das avançadas



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da União Internacional de Telecomunicações, do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

FIGURA 7

Convergência lenta das capacidades básicas, divergência rápida das capacidades avançadas



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da União Internacional de Telecomunicações, do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

As desigualdades chegam a começar antes do nascimento, além de que muitas das disparidades podem agravar-se ao longo da vida. Quando isso acontece, pode levar a desigualdades persistentes

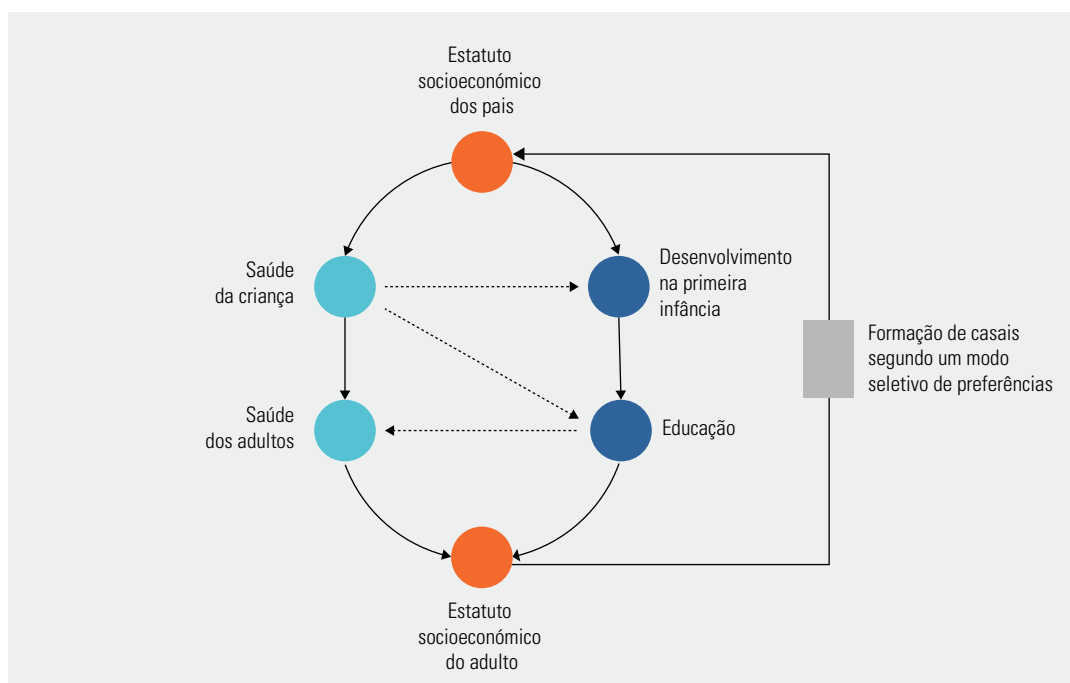
apesar dos desafios no tocante aos dados, as estimativas apontam para ganhos ao nível da esperança de vida aos 70 anos, entre 1995 e 2015, duas vezes superiores nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, em relação aos países com um baixo nível de desenvolvimento humano.

Existem elementos que demonstram a presença do mesmo padrão de divergência num vasto leque de capacidades avançadas. De facto, as divergências no acesso a um conhecimento mais avançado e à tecnologia são ainda mais vincadas. A proporção da população adulta com um grau de ensino superior, nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, está a aumentar a um ritmo mais do que seis vezes superior ao dos países com um baixo nível de desenvolvimento humano e as assinaturas de banda larga fixa, a uma velocidade 15 vezes maior.

Estas novas desigualdades — quer entre países quer dentro de cada país — têm um impacto tremendo. Dando forma às sociedades do século XXI, estão a dilatar as fronteiras no domínio da saúde e da longevidade, do conhecimento e da tecnologia. São, provavelmente, estas desigualdades que determinarão se as pessoas serão capazes de tirar partido das oportunidades do século XXI, de se ajustar à economia do conhecimento e de lidar com as alterações climáticas.

FIGURA 8

Educação e saúde ao longo do ciclo de vida



Nota: Os círculos representam as diferentes fases do ciclo de vida, sendo que os laranja correspondem aos resultados finais. O retângulo representa o processo de formação de casais segundo um modo seletivo de preferências. As linhas tracejadas referem-se às interações que não são descritas em detalhe. A saúde de uma criança afeta o desenvolvimento na primeira infância e as perspetivas educativas. Por exemplo, uma criança portadora de deficiências cognitivas não poderá usufruir do desenvolvimento na primeira infância nem das oportunidades educativas do mesmo modo que uma criança saudável. A educação também pode promover um estilo de vida saudável e transmitir informações sobre como recorrer a um determinado sistema de saúde em caso de necessidade (Cutler e Lleras-Muney 2010). Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, adaptado de Deaton (2013a).

Mensagem principal 3: As desigualdades acumulam-se ao longo da vida, refletindo, com frequência, desequilíbrios profundos de poder

Compreender a desigualdade — incluindo a desigualdade de rendimento — significa apreender os processos subjacentes que conduzem à mesma. Os diferentes tipos de desigualdade interagem, ao passo que a sua dimensão e o seu impacto se alteram ao longo da vida das pessoas. O corolário deste facto consiste na insuficiência de uma transferência mecânica de rendimentos para a formulação de políticas que combatam a desigualdade económica. É, frequentemente, necessário que as mesmas contemplem as normas sociais, as políticas e as instituições profundamente enraizadas na história.

Desvantagens ao longo da vida

As desigualdades podem começar antes do nascimento, sendo que muitas das disparidades podem agravar-se ao longo da vida. Quando isso acontece, pode levar a desigualdades persistentes. Isto pode acontecer de variadas formas, em especial nas inter-relações entre a saúde, a educação e o estatuto socioeconómico dos pais (figura 8).

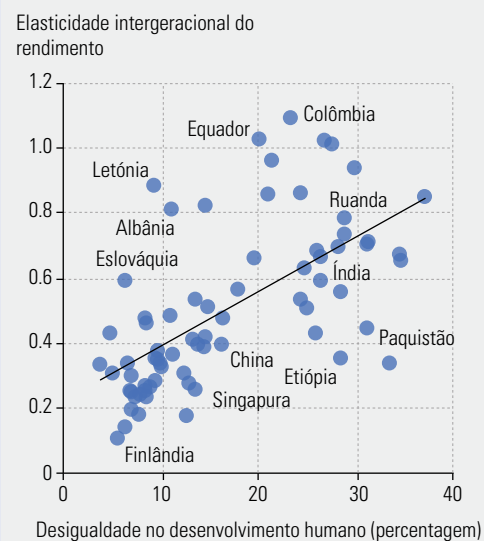
CAIXA 1

Uma nova abordagem da Curva do “Grande Gatsby”

A correlação positiva entre uma desigualdade de rendimento superior e uma menor mobilidade intergeracional ao nível do rendimento é bem conhecida. Esta relação, apelidada de Curva do “Grande Gatsby”, também se verifica caso se utilize um indicador da desigualdade no desenvolvimento humano e não apenas da desigualdade de rendimento (ver figura). Quanto maior for a desigualdade no desenvolvimento humano, menor será a mobilidade intergeracional ao nível do rendimento — e vice-versa.

Estes dois fatores caminham lado a lado, embora isso não signifique que um é a causa do outro. Na verdade, é mais provável que ambos sejam impulsionados por fatores económicos e sociais subjacentes, pelo que compreender e lidar com estes últimos pode, simultaneamente, promover a mobilidade e corrigir a desigualdade.

A mobilidade intergeracional do rendimento é inferior em países com uma maior desigualdade no desenvolvimento humano



Nota: A desigualdade no desenvolvimento humano é medida pela perda percentual no valor do Índice de Desenvolvimento Humano devida à desigualdade em três componentes: rendimento, educação e saúde. Quanto maior for a elasticidade do rendimento intergeracional, mais forte será a associação entre o rendimento dos pais e o dos filhos, refletindo uma menor mobilidade intergeracional. Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, utilizando dados da GDIM (2018), adaptado de Corak (2013).

Os rendimentos e as circunstâncias dos pais afetam a saúde, a educação e os rendimentos dos respetivos filhos. Os gradientes da saúde — as disparidades neste domínio entre grupos socioeconómicos — têm, frequentemente, início antes do nascimento e podem acumular-se, pelo menos, até à idade adulta, se não forem contrabalançados. As crianças nascidas no seio de famílias com baixos rendimentos são mais suscetíveis a problemas de saúde e a terem um grau inferior de escolaridade. As que possuem um nível inferior de instrução têm uma menor probabilidade de auferir rendimentos idênticos aos das restantes, enquanto as crianças com uma saúde mais frágil apresentam uma maior propensão para o absentismo escolar. Além disso, se, já na idade adulta, tiverem uma relação com alguém que possua um estatuto socioeconómico semelhante (como é, com frequência, o caso em fenómenos de formação de casais segundo um modo seletivo de preferências), as desigualdades entre gerações poderão persistir.

Este ciclo pode ser difícil de romper, muito por causa das formas de evolução conjunta da desigualdade de rendimento e do poder político. Quando as pessoas com uma maior riqueza moldam políticas em proveito próprio e dos seus descendentes — o que sucede com frequência — podem, ao fazê-lo, reproduzir a acumulação de rendimentos e oportunidades no topo. Não é, por isso, surpreendente que a mobilidade social tenda a ser menor nas sociedades mais desiguais. Ainda assim, algumas sociedades apresentam uma mobilidade superior à de outras — pelo que as instituições e políticas importam — porque o que tende a reduzir as desigualdades fomenta, em simultâneo, a mobilidade social (caixa 1).

Desequilíbrios de poder

As desigualdades de rendimento e de riqueza trazem-se, não raro, em desigualdade política, em parte porque as desigualdades desincentivam a participação política, conferindo aos grupos de interesses particulares uma maior margem de manobra para influenciarem as decisões em seu proveito. As pessoas mais privilegiadas podem capturar o sistema, ajustando-o de modo a corresponder às suas preferências, conduzindo, potencialmente, a um número ainda maior de desigualdades. As assimetrias de poder, inclusivamente, podem levar ao colapso das funções institucionais, prejudicando a eficácia das políticas. A captura das instituições pelos mais prósperos faz com que os cidadãos estejam menos dispostos a tomar parte nos contratos sociais (os conjuntos de normas e expectativas comportamentais voluntariamente acatadas pelas pessoas que estão na base das sociedades estáveis). Quando este fenómeno se manifesta num

menor cumprimento dos deveres tributários, isso enfraquece a capacidade do Estado de oferecer serviços públicos de qualidade. Este facto, por sua vez, pode levar a um agravamento das desigualdades ao nível da saúde e da educação. Quando o sistema, na sua generalidade, é visto como injusto, devido, possivelmente, a exclusões ou clientelismos sistemáticos (a prestação de apoio político em troca de ganhos pessoais), as pessoas tendem a retirar-se dos processos políticos, incrementando a influência das elites.

Uma forma de compreender a interação entre a desigualdade e as dinâmicas do poder consiste na criação de um quadro que explique a forma como as desigualdades são geradas e perpetuadas. No seu âmago, este processo é frequentemente apelidado de governação — ou o modo como diferentes agentes sociais negociam para chegarem a acordos (políticas e regras). Quando estes

acordos assumem a forma de políticas, podem alterar diretamente a distribuição dos recursos numa sociedade (a seta na porção inferior do ciclo direito da figura 9, “jogo dos resultados”). Por exemplo, as políticas relativas à fiscalidade e às despesas sociais determinam quem paga pelo sistema orçamental e quem beneficia do mesmo. Estas políticas influenciam diretamente os resultados ao nível do desenvolvimento, tais como a desigualdade económica (e o crescimento). No entanto, ao redistribuir os recursos económicos, estas políticas também redistribuem o poder de facto (a seta na porção superior do ciclo direito da figura 9). Este facto pode gerar (ou reforçar) assimetrias de poder entre os agentes negociadores na arena das decisões políticas, o que, por sua vez, pode ter efeitos adversos sobre a sua implementação. Por exemplo, as assimetrias de poder podem manifestar-se na captura das políticas por agentes da elite — minando a capacidade dos governos de se comprometerem com a consecução de objetivos a longo prazo. Em alternativa, podem manifestar-se através da exclusão de certos grupos populacionais do acesso a serviços públicos de elevada qualidade — minando a cooperação ao prejudicarem a predisposição para pagar impostos. Isto pode conduzir a um círculo vicioso de desigualdade (armadilhas de desigualdade), em que as sociedades desiguais começam a institucionalizar a desigualdade. Este ciclo desenvolve-se nas instituições e normas sociais vigentes (o jogo dos resultados) e pode levar a que os agentes decidam alterar as regras do jogo (a seta na porção inferior do ciclo esquerdo da figura 9). Deste modo, o poder de jure também é redistribuído. Este fenómeno pode ter consequências bem mais importantes, uma vez que não altera apenas os resultados presentes, como também estabelece as condições que moldam o futuro comportamento dos

agentes. Uma vez mais, o modo como as assimetrias de poder influenciam a arena das decisões políticas pode exacerbar e solidificar as desigualdades (é evidente que a desigualdade pode prejudicar a eficácia da governação) ou abrir caminho a dinâmicas mais igualitárias e inclusivas.

Desigualdade de género

Alguns grupos de pessoas são sistematicamente desprivilegiados, de diversas formas. Estes grupos podem definir-se pela etnia, pela língua, pelo género ou pela casta — ou, simplesmente, pelo facto de residirem no norte, sul, este ou oeste de um país. Existem muitos exemplos de tais grupos, mas, a nível mundial, o maior é, sem dúvida, o das mulheres. Por toda a parte, as disparidades de género estão entre as formas mais enraizadas de desigualdade. Uma vez que estas desvantagens afetam metade do mundo, a desigualdade de género é uma das maiores barreiras ao desenvolvimento humano.

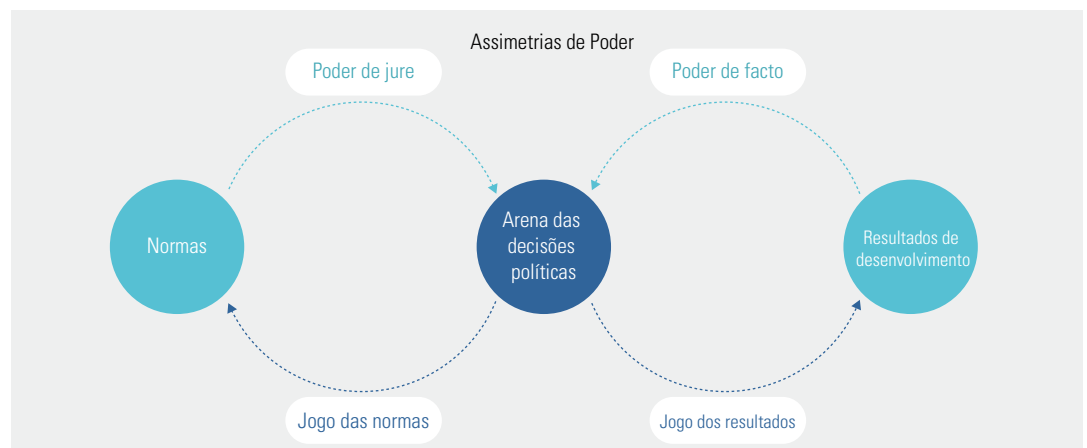
A desigualdade de género é complexa, com progressos e retrocessos distintos de um lugar para outro e consoante o assunto. O grau de sensibilização aumentou através do movimento #MeToo ou do movimento #NiUnaMenos, que chamaram a atenção para a violência contra as mulheres. Além disso, em todo o mundo, as raparigas têm progredido em algumas áreas básicas, como a matrícula no ensino primário.

Existem, porém, menos motivos para celebrar no que toca ao progresso além destas questões básicas. A desigualdade ainda é acentuada na divisão do poder que os homens e as mulheres exercem no lar, no local de trabalho ou na política. Em casa, as mulheres efetuam mais do que o triplo do trabalho não remunerado de prestação de cuidados do que os homens. Apesar de, em muitos países, as

Por toda a parte, as disparidades de género estão entre as formas mais enraizadas de desigualdade. Uma vez que estas desvantagens afetam metade do mundo, a desigualdade de género é uma das maiores barreiras ao desenvolvimento humano

FIGURA 9

Desigualdades, assimetrias de poder e a eficácia da governação



Nota: Regras refere-se a regras formais e informais (normas). Resultados ao nível do desenvolvimento refere-se à segurança, ao crescimento e à equidade. Fonte: Banco Mundial 2017b.

mulheres e os homens terem as mesmas condições para exercer o direito de voto, há assimetrias nas mais altas esferas do poder político. Quanto maior o poder, mais profunda a divergência da paridade, que se eleva a 90 por cento no caso dos chefes de Estado e de governo.

As normas sociais e culturais favorecem, com frequência, comportamentos que perpetuam estas desigualdades. Quer as normas quer a falta de poder têm impacto sobre todas as formas de desigualdade de género, desde a violência contra as mulheres até ao teto de vidro. O Relatório apresenta um novo índice de normas sociais que examina as ligações entre as convicções sociais e a igualdade de género, em múltiplas dimensões. A nível global, apenas 1 em cada 10 homens (e 1 em cada 7 mulheres) não apresentaram qualquer forma de preconceito claro contra a igualdade de género. Os preconceitos seguem um padrão: tendem a ser mais intensos em áreas onde há mais poder em jogo. Existe, ainda, uma reação adversa, visto que a proporção de pessoas com preconceitos contra a igualdade de género cresceu nos últimos anos (figura 10), embora os padrões sejam distintos entre os países.

Mensagem principal 4: A avaliação e a resposta às desigualdades no desenvolvimento humano exige uma revolução nas métricas

Os padrões e as práticas existentes de medição da desigualdade são inadequados para informar o debate público ou apoiar a tomada de decisões.

Uma parte do desafio consiste no enorme número de modos de compreender a desigualdade. Passamos a destacar alguns:

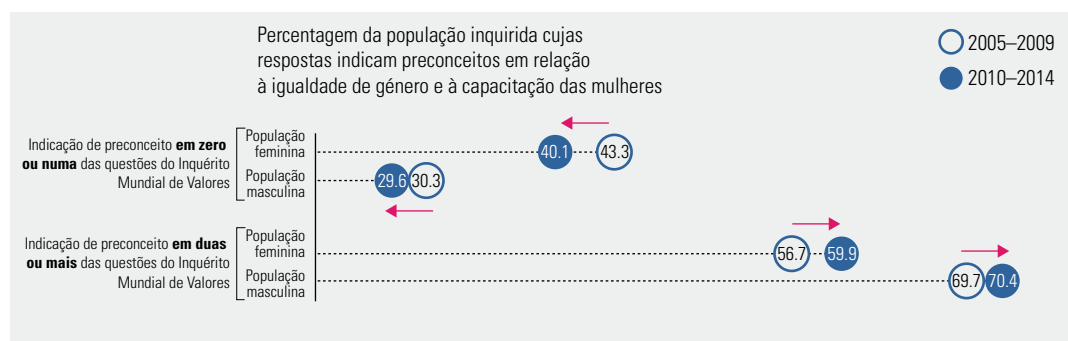
- Existem desigualdades entre grupos (desigualdades horizontais) e entre indivíduos (desigualdades verticais).
- Existem desigualdades entre países e no seio dos mesmos, que podem ter diversas dinâmicas.
- Existem desigualdades dentro do mesmo domicílio (por exemplo, em 30 países subsarianos, cerca de três quartos das mulheres com um peso insuficiente e das crianças malnutridas não se encontram nos agregados familiares dos 20 percentis mais pobres e cerca de metade não pertencem aos 40 por cento mais pobres).

É necessária uma nova geração de métricas para preencher as muitas lacunas dos dados, de forma a medir estas diversas desigualdades e, de um modo mais geral, ir sistematicamente além das médias. Este processo tem início nas lacunas de algumas das estatísticas mais básicas, faltando ainda sistemas essenciais de registo em muitos países em vias de desenvolvimento. No tocante ao rendimento e às desigualdades na riqueza, o progresso, ao longo dos últimos anos, tem sido notável. Contudo, os dados permanecem escassos, devido, em parte, à falta de transparência e à reduzida disponibilidade das informações. Num novo índice apresentado no Relatório, 88 países obtiveram uma pontuação igual ou inferior a 1 (numa escala de 20 pontos), quanto à disponibilidade de informações acerca do rendimento e das desigualdades em termos de riqueza — o que significa que possuem 5 por cento ou menos daquele que seria o nível ideal de transparência.

Estão em curso trabalhos inovadores — alguns experimentais — dirigidos por académicos, organizações multilaterais e até alguns governos, com vista a uma utilização mais sistemática e comparável das estatísticas relativas à desigualdade de rendimento. Apesar disso, as fontes de dados ainda só estão parcialmente integradas e o seu âmbito permanece muito limitado.

FIGURA 10

O preconceito contra a igualdade de género está a aumentar: A percentagem de mulheres e homens, à escala mundial, sem preconceitos quanto às normas sociais em função do género decresceu entre 2009 e 2014



Nota: Painel equilibrado de 32 países e territórios, com dados quer da 5.ª edição (2005-2009) quer da 6.ª edição (2010-2014) do Inquérito Mundial de Valores, representando 59 por cento da população mundial. Os preconceitos de género das normas sociais são medidos através das opiniões das pessoas acerca dos papéis em função do género na política (desde os direitos políticos até à qualificação para a liderança), na educação (importância de um grau académico), na economia (desde o direito ao trabalho até à capacidade para exercer funções executivas) e quanto à integridade física das mulheres (desde a violência em relações íntimas até à saúde reprodutiva).
Fonte: Com base em dados do Inquérito Mundial de Valores.

Os padrões e as práticas existentes de medição da desigualdade são inadequados para informar o debate público ou apoiar a tomada de decisões

Não há nada de inevitável em muitas das desigualdades mais perniciosas ao nível do desenvolvimento humano. Esta é, em termos individuais, a mensagem mais importante do Relatório

A metodologia das contas nacionais distributivas ainda está a dar os primeiros passos e muitas das suas premissas foram postas em causa. Ainda assim, enquanto permanecer inteiramente transparente e continuar a ser melhorada, pode incorporar, numa agenda englobante, a combinação dos dados do Sistema de Contas Nacionais, dos inquéritos às famílias e dos dados administrativos, de forma a proporcionar novas perspetivas da evolução da distribuição do rendimento e da riqueza. Este quadro abrangeria algumas das principais recomendações da Comissão para a Medição do Desempenho Económico e do Progresso Social (Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress), incluindo um enfoque integrado no rendimento e nas desigualdades ao nível da riqueza. O Relatório apresenta resultados, com base na referida metodologia, que revelam dinâmicas da desigualdade de rendimento mascaradas pela utilização de indicadores sumários assentes numa única fonte de dados. A título de exemplo, os resultados sugerem que o topo da distribuição do rendimento, na Europa, foi o principal beneficiário do crescimento do rendimento desde 1980 (figura 11).

Os indicadores sumários de desigualdade agregam informações complexas num só número. Baseiam-se em juízos implícitos acerca das formas de desigualdade que são — ou não — importantes. Tais juízos raramente são transparentes e podem nem sequer refletir os pontos de vista da sociedade. Para compreender qualquer aspeto individual da desigualdade

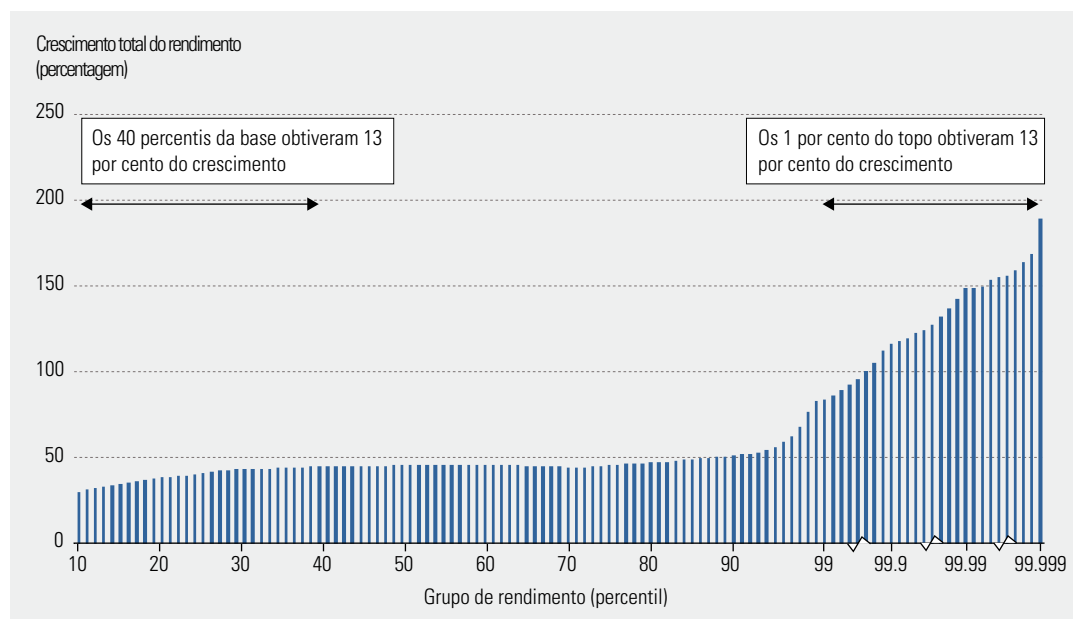
— e são muitos — devemos debruçar-nos sobre a totalidade da população, indo além das médias. Que percentagem das pessoas sobrevive até determinadas idades, atinge níveis fundamentais de instrução ou auferem um certo rendimento? E qual é a probabilidade de a posição relativa de um indivíduo, de uma família ou de um grupo específico na sociedade sofrer alterações ao longo do tempo? Os indicadores sumários permanecem importantes — quando são o reflexo de propriedades compatíveis com a avaliação das distribuições — mas não passam de uma pequena janela para uma discussão mais ampla em torno das desigualdades no desenvolvimento humano.

Mensagem principal 5: Podemos corrigir as desigualdades se agirmos já, antes que os desequilíbrios no poder económico se consolidem politicamente

Não há nada de inevitável em muitas das desigualdades mais perniciosas ao nível do desenvolvimento humano. Esta é a mensagem mais importante do Relatório. Cada sociedade tem uma série de escolhas quanto aos níveis e espécies de desigualdade que tolera. Tal não significa que o combate à desigualdade seja uma tarefa fácil. Uma ação eficaz deve identificar os fatores por detrás da desigualdade, que são, provavelmente, complexos e multifacetados, frequentemente

FIGURA 11

Entre 1980 e 2017, o rendimento depois de impostos aumentou quase 40% no caso dos 80% mais pobres da população europeia, em comparação com mais de 180% no caso dos 0,001% no topo



Nota: Após o 90.º percentil, a escala do eixo horizontal altera-se. A composição das faixas de rendimento mudou entre 1980 e 2017, pelo que as estimativas não representam as alterações do rendimento dos mesmos indivíduos ao longo do tempo.
Fonte: Blanchet, Chancel e Gethin (2019); World Inequality Database (<http://WID.world>).

relacionados com as estruturas de poder em vigor, que as pessoas atualmente prevaletentes poderão não pretender alterar.

Porém, o que fazer? Há muitas formas de corrigir as desigualdades no desenvolvimento humano, através de políticas com caráter dualista. O primeiro é a aceleração da convergência nas capacidades básicas, invertendo, concomitantemente, a divergência ao nível das capacidades avançadas e eliminando as desigualdades assentes no género e noutras filiações (ou horizontais). Em segundo lugar, a promoção simultânea da equidade e da eficiência nos mercados, incrementando a produtividade, o que se traduz em rendimentos crescentes e amplamente partilhados — corrigindo a desigualdade de rendimento. Os dois conjuntos de políticas são interdependentes; as que visam o progresso das capacidades além do rendimento exigem, frequentemente, recursos para sustentar as áreas da saúde ou educação públicas, financiadas pelos impostos. Além disso, os recursos gerais disponíveis estão, por sua vez, associados à produtividade, ligada, em parte, às capacidades das pessoas. Os dois conjuntos de políticas podem, assim, funcionar em simultâneo num círculo virtuoso de políticas (figura 12).

É, frequentemente possível alcançar o progresso, ao mesmo tempo, da equidade e da eficiência. As políticas antimonopólio são um exemplo. Restringem a capacidade das empresas de recorrer ao seu poder sobre o mercado, promovendo a igualdade de condições e aumentando a eficiência. Conduzem, de resto, a resultados mais equitativos, ao reduzirem as rendas económicas que acentuam a concentração do rendimento.

Uma série integrada de políticas, para além de qualquer solução mágica

Os impostos — quer incidam sobre o rendimento, a riqueza ou o consumo — podem fazer muito pela correção

das desigualdades. Permitem a arrecadação de receitas para a melhoria de serviços públicos fundamentais (cuidados de saúde e escolas) e a oferta de prestações sociais — beneficiando quer as pessoas desfavorecidas quer as que se situam nos escalões intermédios da distribuição do rendimento.

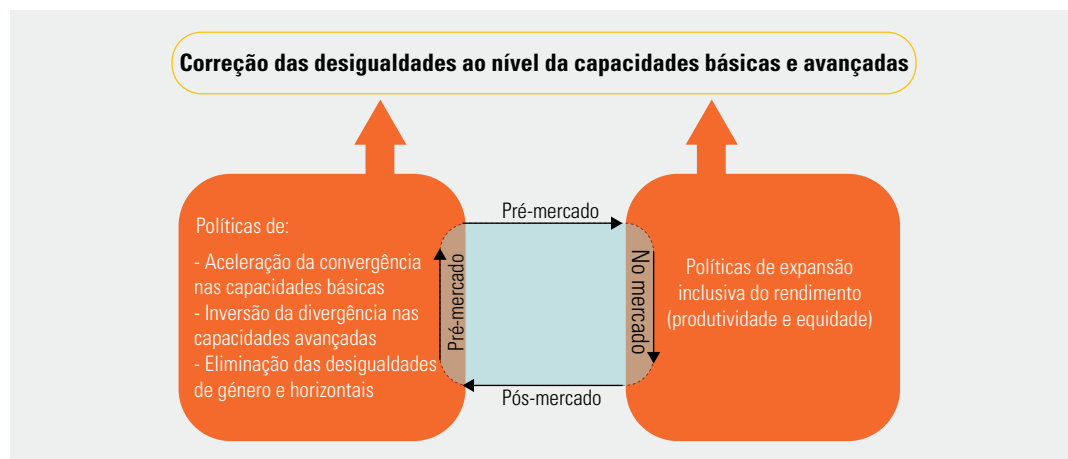
A desigualdade de rendimento decresce após o pagamento de impostos e as transferências estatais, embora o impacto da redistribuição seja variável. Numa seleção de países desenvolvidos, os impostos e as transferências levaram a uma redução em 17 pontos do coeficiente de Gini, comparando os rendimentos antes e depois do pagamento de impostos. No entanto, nos países em vias de desenvolvimento, a redução foi de apenas 4 pontos (figura 13).

É, contudo, igualmente importante ir além da tributação e das transferências (políticas pós-mercado), corrigindo também as desigualdades no contexto laboral (políticas no mercado) e antes do início da carreira (políticas pré-mercado).

As políticas no mercado podem equilibrar o campo económico. As políticas relativas ao poder sobre o mercado (antimonopólio), inclusive o acesso ao capital produtivo, a negociação de contratos coletivos e os salários mínimos afetam o modo de distribuição dos benefícios da produção. As políticas pré-mercado destinadas a igualar as oportunidades, na área da saúde e da educação, durante a infância são igualmente relevantes — assim como as políticas pós-mercado, tais como os impostos sobre o rendimento e a riqueza, as transferências públicas e a proteção social. Uma das claras funções das políticas pré-mercado diz respeito à primeira infância, durante a qual as intervenções que visam a redução das desigualdades podem apoiar o desenvolvimento ao nível da saúde, da nutrição e cognitivo, gerando um grande retorno sobre o investimento feito. Tal não significa que todas as boas

FIGURA 12

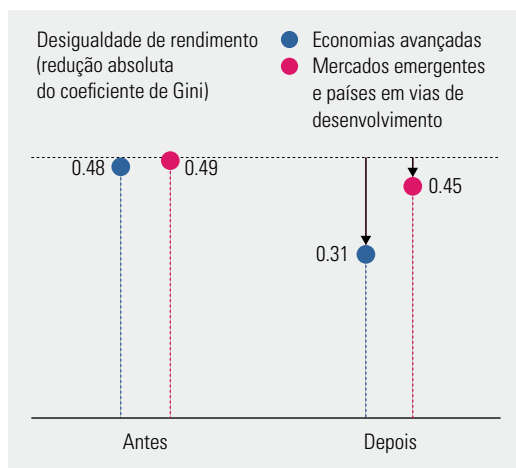
Um quadro para a conceção de políticas de correção das desigualdades no desenvolvimento humano



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

FIGURA 13

As transferências e os impostos redistributivos diretos explicam, quase na totalidade, a diferença entre a desigualdade de rendimento nas economias avançadas e emergentes



Fonte: Com base em FMI (2017a).

políticas possam reduzir a desigualdade e melhorar o bem-estar social — conforme se observou anteriormente, processos como a difusão das novas tecnologias e as realizações ao nível do desenvolvimento humano em vastos segmentos da sociedade podem levar ao aumento da desigualdade. O que importa é saber se o processo causador de desigualdade é, em si, de algum modo preconceituoso ou injusto.

Criar incentivos à mudança

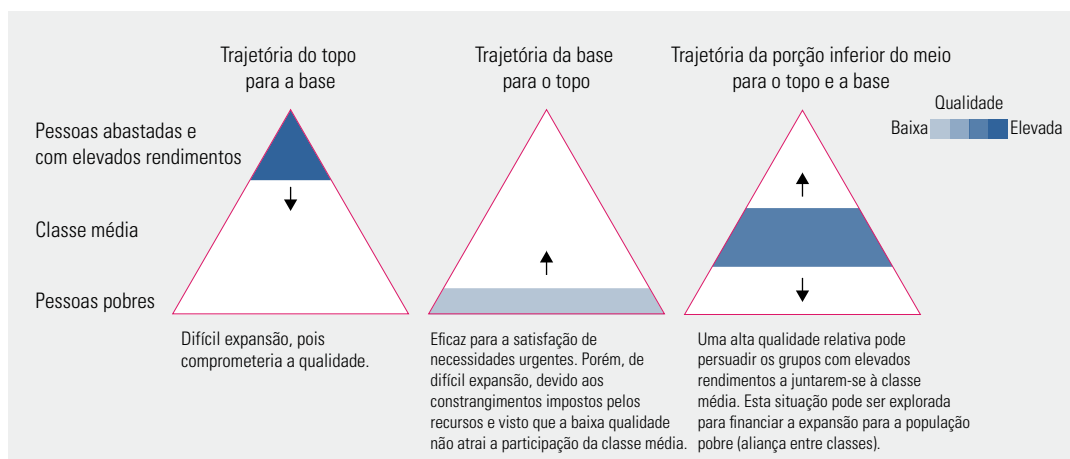
Ainda que haja recursos disponíveis para encetar uma agenda de convergência quer ao nível das capacidades básicas quer das avançadas, a redução das desigualdades é, em última análise, uma opção social e política. A história,

o contexto e a política importam. É difícil alterar as normas sociais que podem levar à discriminação. Mesmo com uma legislação que estabeleça direitos iguais, as normas sociais podem prevalecer na determinação dos resultados. A análise que o Relatório faz da desigualdade de género evidencia que as reações se tornam mais intensas em áreas onde está em causa mais poder, o que pode culminar numa reação adversa aos próprios princípios da igualdade de género. As políticas de combate explícito aos estereótipos e à estigmatização de grupos excluídos são uma parte importante do conjunto de ferramentas de redução das desigualdades.

A economia política do combate à desigualdade pode ser particularmente desafiante. No caso dos serviços públicos, as mudanças podem partir do topo para a base, alargando os benefícios usufruídos pelas pessoas no topo às restantes (figura 14). Porém, os que já são beneficiados poderão ter poucos incentivos para o alargamento dos serviços se isso for associado a uma redução da qualidade. A mudança também pode partir da base para o topo, aumentando o limiar mínimo do rendimento abaixo do qual uma família passa a ser abrangida por serviços públicos gratuitos ou compartilhados, por exemplo. Os grupos com rendimentos superiores podem, no entanto, resistir a estas alterações se raramente utilizarem tais serviços. Uma terceira abordagem consiste em partir do meio — caso em que um sistema abrange as pessoas que, não sendo as mais pobres, são as mais vulneráveis, tais como os trabalhadores formais que auferem baixos salários. Neste caso, a cobertura pode ser alargada tanto ao topo quanto à base. À medida que a qualidade do serviço aumenta, torna-se provável que os grupos com maiores rendimentos pretendam participar, ampliando o apoio ao alargamento dos serviços às pessoas desfavorecidas.

FIGURA 14

Estratégias para o universalismo prático nos países em vias de desenvolvimento desiguais



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base na discussão in Martínez e Sánchez-Ancochea (2016).

É frequentemente possível alcançar o progresso, em simultâneo, da equidade e da eficiência

Nos países desenvolvidos, um dos desafios à manutenção das políticas sociais consiste em assegurar que beneficiem uma base alargada, incluindo as classes médias. Porém, tais benefícios podem estar a ser erodidos. Em vários países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, os membros da classe média consideram ter sido deixados cada vez mais para trás, no tocante ao rendimento, à segurança e ao acesso económico a serviços de saúde e educação de qualidade.

Nos países em vias de desenvolvimento, o desafio consiste, frequentemente, em consolidar as políticas sociais destinadas a uma classe média que continua vulnerável. Nalguns destes países, os membros da classe média pagam mais pelos serviços sociais do que recebem e, não raro, consideram a qualidade dos cuidados de saúde e da educação fraca. Voltam-se, deste modo, para os prestadores privados: A percentagem de estudantes inscritos em escolas privadas no ensino primário, nalguns destes países, aumentou de 12 por cento, em 1990, para 19 por cento, em 2014.

A apropriação dos recursos das pessoas que ocupam o topo seria uma resposta natural. No entanto, os mais abastados, embora em número reduzido, podem ser um obstáculo à expansão dos serviços. Além disso, podem gerar as medidas tomadas de variadas formas, através de lobbies e donativos a campanhas políticas, influenciando a imprensa e servindo-se do seu poder económico de outras formas, como resposta a decisões que lhes desagradam.

A globalização significa que o âmbito das políticas nacionais é, frequentemente, circunscrito por entidades, normas e eventos que escapam ao controlo dos governos nacionais, com pressões restritivas generalizadas no tocante aos escalões do imposto sobre o rendimento coletivo e às normas laborais. A evasão e a fraude fiscal são facilitadas pela insuficiência da informação, pela ascensão de grandes empresas digitais com atividades em vários ordenamentos fiscais e por uma cooperação judiciária internacional inadequada. Nestes domínios legislativos, a ação coletiva internacional deve complementar a ação nacional.

Qual é o próximo destino?

Uma abordagem assente no desenvolvimento humano abre novas perspetivas acerca das desigualdades — por que motivo importam, de que modo se manifestam e o que fazer quanto às mesmas — ajudando à transição para medidas concretas. Contudo, as oportunidades para o combate às desigualdades no desenvolvimento humano não param de diminuir, à medida que a inação prevalece, pois os desequilíbrios no poder económico podem, com o tempo,

traduzir-se no domínio político. E isso, por seu turno, pode gerar mais desigualdades. Nessa etapa, as intervenções são bem mais difíceis e menos eficazes do que seriam se tivessem sido tomadas anteriormente. As medidas, evidentemente, dependem de cada contexto. O cariz e a importância relativa das desigualdades variam de um país para outro — tal como deveria ser o caso das políticas que visam combatê-las. Essencialmente do mesmo modo que não existe uma solução mágica para resolver as desigualdades no interior de um país, também não existe um modelo uniforme de políticas para combater as desigualdades entre os países. Ainda assim, em todos os países, as políticas terão de fazer face a duas tendências que têm dado forma às desigualdades no desenvolvimento humano, por toda a parte: as alterações climáticas e a aceleração do progresso tecnológico.

Alterações climáticas e desigualdades no desenvolvimento humano

A desigualdade e a crise climática estão interligadas — desde as emissões e os impactos até às políticas e à resiliência. Os países com um grau superior de desenvolvimento humano emitem, geralmente, mais carbono per capita e apresentam, globalmente, pegadas ecológicas maiores (figura 15).

As alterações climáticas irão prejudicar o desenvolvimento humano de múltiplas formas, para lá da perda de colheitas e das catástrofes naturais. Entre 2030 e 2050, estima-se que as alterações climáticas provoquem 250.000 mortes suplementares por ano, devido à subnutrição, à malária, à diarreia e ao stress térmico. Outras centenas de milhões de pessoas poderão estar expostas a temperaturas mortíferas até 2050 e o alcance geográfico dos vetores de doenças — tais como os mosquitos que transmitem a malária ou o dengue — irá, provavelmente, sofrer alterações e expandir-se.

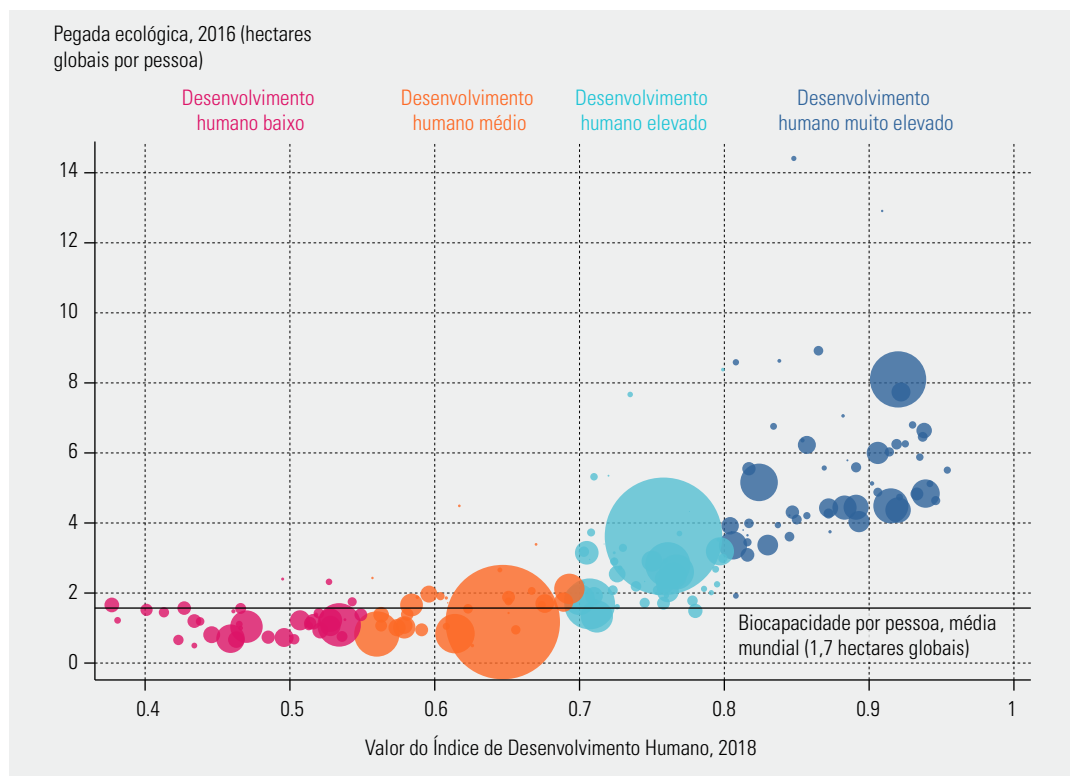
O impacto global sobre as pessoas dependerá da respetiva exposição e vulnerabilidade. Ambos os fatores estão inter-relacionados com a desigualdade, formando um círculo vicioso. As alterações climáticas atingirão, com maior intensidade e em primeiro lugar, os trópicos, sendo muitos dos países em vias de desenvolvimento tropicais. Porém, os países em vias de desenvolvimento e as comunidades desfavorecidas têm uma menor capacidade, em relação aos seus homólogos mais abastados, de se adaptarem às alterações climáticas e às condições severas do clima. Os efeitos das alterações climáticas agravam, por isso, as fraturas sociais e económicas já existentes.

Existem, ainda, efeitos no sentido oposto, havendo dados que comprovam que algumas formas de desigualdade poderão dificultar a tomada de medidas em relação ao clima. Uma elevada desigualdade de rendimento no seio

A análise que o Relatório faz da desigualdade de género evidencia que as reações se tornam mais intensas em áreas onde está em causa mais poder, o que pode culminar numa reação adversa aos próprios princípios da igualdade de género

FIGURA 15

A Pegada Ecológica aumenta com o desenvolvimento humano



Nota: Os dados abrangem 175 países constantes da base de dados da Global Ecological Footprint Network (www.footprintnetwork.org/resources/data/; acessado em 17 de julho de 2018). A pegada ecológica consiste na utilização per capita de terras agrícolas e pastagens, quer internamente quer no estrangeiro. Cada bolha representa um país e o tamanho da bolha é proporcional à respetiva população. Fonte: Cumming e von Cramon-Taubadel 2018.

Uma abordagem assente no desenvolvimento humano abre novas perspectivas acerca das desigualdades — por que motivo importam, de que modo se manifestam e o que fazer quanto às mesmas — ajudando à transição para medidas concretas

dos países pode prejudicar a disseminação de novas tecnologias ecológicas. A desigualdade pode, de igual modo, influenciar o equilíbrio de poder entre os que defendem e os que se opõem à diminuição das emissões de carbono. A concentração do rendimento no topo pode coincidir com os interesses de grupos opostos à adoção de medidas climáticas.

As desigualdades no desenvolvimento humano são cruciais para a crise climática de um outro modo. Retardam a tomada de medidas eficazes, pois uma maior desigualdade tende a tornar a ação coletiva, fundamental para a contenção das alterações climáticas, quer no interior dos países quer entre os mesmos, mais difícil.

Existem, contudo, opções para combater as desigualdades económicas e a crise climática em simultâneo, orientando os países para um desenvolvimento humano inclusivo e sustentável. A definição de preços para o carbono é uma delas. Alguns dos impactos distributivos inevitáveis dos preços do carbono podem ser solucionados através da prestação de apoio financeiro às pessoas mais pobres, desproporcionalmente atingidas por contas de energia mais elevadas. Tais estratégias, no

entanto, enfrentam vários desafios na prática, uma vez que a distribuição do dinheiro não é a única variável a considerar. É igualmente importante ter em conta um conjunto mais amplo de pacotes de políticas sociais que abordem, simultaneamente, as desigualdades e o clima, sem deixarem de promover a concretização dos direitos humanos. Os países e as comunidades têm uma série de escolhas, à medida que elevam as suas ambições quanto a um desenvolvimento humano inclusivo e sustentável.

Tirar partido do progresso tecnológico para reduzir as desigualdades no desenvolvimento humano

O progresso científico e a inovação tecnológica — da roda ao microchip — têm proporcionado melhorias nos padrões de vida ao longo da história. De resto, as mudanças tecnológicas permanecerão, provavelmente, o principal fator de prosperidade, impulsionando o aumento da produtividade e, assim se espera, possibilitando a transição para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

Qual será, porém, a dimensão das futuras mudanças e de que modo serão distribuídos os proveitos da inovação? Tem havido uma preocupação crescente em torno do modo como as mudanças tecnológicas transformarão os mercados laborais, sobretudo a forma como a automatização e a inteligência artificial poderão vir a substituir as tarefas atualmente desempenhadas por humanos.

As mudanças tecnológicas já foram um fator de perturbação no passado, com o qual se pode aprender imenso. Uma lição fundamental é a garantia de que as principais inovações disruptivas favoreçam todas as pessoas, o que exige políticas igualmente inovadoras e, eventualmente, novas instituições. A atual vaga de progresso tecnológico tornará outras alterações necessárias, incluindo políticas antimonopólio mais robustas e leis que regulem a utilização ética dos dados e da inteligência artificial. Muitas dessas carecerão da cooperação internacional para serem bem-sucedidas.

A Revolução Industrial lançou a humanidade na senda de melhorias sem precedentes ao nível do bem-estar. Também desencadeou, no entanto, a Grande Divergência,

separando as poucas sociedades que se industrializaram das muitas que não o fizeram. A diferença, atualmente, prende-se com o facto de que — quiçá pela primeira vez na história — uma grande parte da tecnologia por detrás da atual transformação pode ser acedida a partir de qualquer lugar. Contudo, as discrepâncias verificadas na capacidade dos países de aproveitarem as novas oportunidades são muito acentuadas, com enormes implicações no domínio da desigualdade e do desenvolvimento humano.

As mudanças tecnológicas não acontecem no vazio, sendo, ao invés, moldadas por processos económicos e sociais. Trata-se de um resultado da ação humana. As pessoas responsáveis pela formulação de políticas podem influenciar o rumo das mudanças tecnológicas por forma a potenciar o desenvolvimento humano. Por exemplo, a inteligência artificial pode vir a substituir tarefas desempenhadas por pessoas, mas também pode reavivar a procura por mão-de-obra, ao criar novas tarefas para os humanos, gerando um efeito globalmente positivo que pode levar à redução das desigualdades (figura 16).

FIGURA 16

A tecnologia pode substituir algumas tarefas, mas também criar outras



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

A desigualdade pode influenciar o equilíbrio de poder entre os que defendem e os que se opõem à diminuição das emissões de carbono. A concentração do rendimento no topo pode coincidir com os interesses de grupos opostos à adoção de medidas climáticas

Rumo à redução das desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI

No Relatório, argumentamos que o combate às desigualdades é possível. Porém, não é fácil. Exige a clarificação das desigualdades relevantes para o avanço do desenvolvimento humano e uma melhor compreensão dos padrões de desigualdade e das respectivas forças motrizes. O Relatório insta todas as pessoas a reconhecerem que os atuais indicadores normalizados para a representação da desigualdade são imperfeitos e, frequentemente, enganadores — uma vez que se focam no rendimento, sendo demasiado opacos para esclarecer os mecanismos geradores de desigualdades. Por este motivo, defendemos, no Relatório, o valor da análise das desigualdades além do rendimento, além das médias — e dos indicadores sumários de desigualdade — e além do presente.

Deveria celebrar-se o progresso notável que permitiu a muitas pessoas de todo o mundo alcançarem os padrões mínimos de desenvolvimento humano. Contudo, a mera prossecução das políticas que conduziram a estes sucessos é insuficiente. Algumas pessoas foram deixadas para trás. Ao mesmo tempo, as aspirações de muitas pessoas estão a mudar. O enfoque exclusivo na desigualdade ao nível das capacidades mais básicas é uma atitude míope por parte das sociedades. Olhar além do presente significa sondar o futuro para reconhecer e lidar com as novas formas de desigualdade ao nível das capacidades avançadas, cuja importância tem vindo a aumentar. As alterações climáticas e as transformações tecnológicas estão a agudizar esta urgência.

O combate a estas novas desigualdades pode ter um impacto profundo sobre a formulação de políticas. No Relatório, não afirmamos que um mesmo conjunto de políticas irá resultar em toda a parte. Argumentamos, no entanto, que as políticas devem transpor a superfície da desigualdade, de modo a lidarem com os fatores que lhe subjazem. A abordagem de alguns destes fatores implicará o realinhamento dos atuais objetivos das políticas: enfatizando, por exemplo, uma educação de elevada qualidade em todas as faixas etárias, incluindo ao nível pré-primário, ao invés do foco nas taxas de matrícula no ensino primário e secundário. Muitas

destas aspirações já se repercutem na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Os desequilíbrios de poder estão no âmago de muitas desigualdades. Podem ser económicos, políticos ou sociais. Exemplificando, as próprias políticas poderão ter de reduzir a influência política desproporcional de um grupo específico. Poderá ser necessário criar condições económicas equitativas, através de medidas antimonopólio que promovam a concorrência em benefício dos consumidores. Nalguns casos, a remoção das barreiras à igualdade implica lidar com normas sociais profundamente enraizadas na história e na cultura de um país. São muitas as opções que tanto potenciarão a equidade quanto a eficiência — e o principal motivo para a raridade da sua prossecução tem que ver com o poder dos interesses estabelecidos, que têm pouco a ganhar com a mudança.

Assim, embora as políticas sejam importantes para as desigualdades, as desigualdades também o são para as políticas. A ótica do desenvolvimento humano — colocar as pessoas no centro da tomada de decisões — é fulcral para uma nova perspectiva do combate à desigualdade, inquirindo por que motivos e em que ocasiões esta é importante, como se manifesta e qual a melhor forma de lidar com a mesma. Trata-se de uma conversa que cada sociedade deve ter. Trata-se, ainda, de uma conversa que deveria ter início hoje. É certo que a ação pode acarretar um risco político. A história ensina-nos, porém, que os riscos da inação podem ser bem maiores, acabando as desigualdades acentuadas por impelir uma sociedade para tensões económicas, sociais e políticas.

Ainda há tempo para agir. O relógio, no entanto, não para. Compete, em última instância, a cada sociedade determinar o que fazer para solucionar as desigualdades no desenvolvimento humano. Essa determinação advirá de debates políticos porventura tensos e difíceis. O Relatório contribui para esses debates através da apresentação de factos relativos às desigualdades no desenvolvimento humano, da sua interpretação, mediante a abordagem com base nas capacidades, e da proposta de ideias para a redução das mesmas no decurso do século XXI.

A atual vaga de progresso tecnológico tornará necessárias políticas antimonopólio mais robustas e leis que rejam a utilização ética dos dados e da inteligência artificial

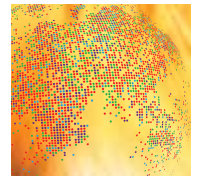
Ainda há tempo para agir. O relógio, no entanto, não para. Compete, em última instância, a cada sociedade determinar o que fazer para solucionar as desigualdades no desenvolvimento humano.

Parte I

Além do rendimento

PARTE I.

Além do rendimento



Desigualdade de quê? Ao debruçar-se sobre esta pergunta aparentemente simples, Amartya Sen desenvolveu a abordagem que tem moldado os Relatórios do Desenvolvimento Humano desde que o primeiro foi publicado, em 1990.¹ Sen colocou aquela questão porque a celebração da diversidade humana apela à reflexão sobre o tipo de desigualdade com o qual, em última análise, nos deveríamos preocupar. A resposta à interrogação de Sen, “desigualdade de quê?”, é a “desigualdade de capacidades”.

À medida que a segunda década do século XXI se aproxima do fim, as questões em torno da desigualdade que motivaram Sen, no final dos anos 70, têm ressurgido com uma urgência agravada. Atualmente contudo, a discussão não tem somente a ver com a compreensão do tipo de desigualdade a medir; prende-se, igualmente, com a forma de combatê-la.² Em todo o mundo, um número muito maior de pessoas, com diversas orientações políticas, considera, fortemente, que a desigualdade de rendimento deveria ser reduzida, uma preferência que tem vindo a intensificar-se desde a década de 2000 (figura I.1). De facto, alguns dados indiciam que o interesse pelo crescimento global — frequentemente associado a melhorias mais profundas, ao nível do

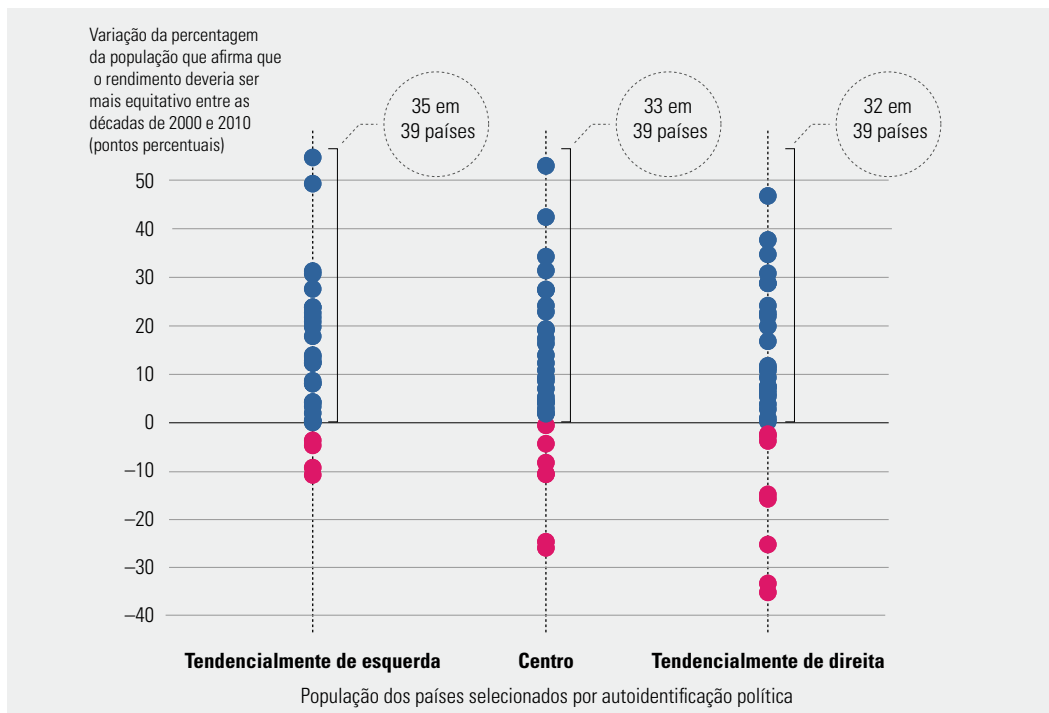
desenvolvimento, em todo o mundo — cedeu o primeiro lugar ao interesse pela desigualdade global.³

A redução da desigualdade foi consagrada na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que atestam a aspiração à redução da desigualdade em diversas dimensões. Em sintonia com a Agenda 2030, a parte I do Relatório expõe a necessidade de ir além do rendimento na exploração da temática da desigualdade — especialmente no combate às novas desigualdades do século XXI. Postula a ideia de que a abordagem assente nas capacidades é adequada à compreensão e ao combate a estas novas desigualdades.⁴

Em todo o mundo, um número muito maior de pessoas, com diversas orientações políticas, considera, fortemente, que a desigualdade de rendimento deveria ser reduzida, uma preferência que tem vindo a intensificar-se desde a década de 2000

FIGURA I.1

A percentagem da população que afirma que o rendimento deveria ser mais equitativo aumentou entre as décadas de 2000 e 2010



Nota: Cada ponto representa um dos 39 países com dados comparáveis. A amostra abrange 48 por cento da população mundial. Com base em respostas numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “o rendimento deveria ser mais equitativo” e 5, “precisamos de maiores diferenças no rendimento.”

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Inquérito Mundial de Valores, 4.ª, 5.ª e 6.ª edições.

Apesar da melhoria e da convergência nas capacidades centrais da Declaração do Milênio de 2000 e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, algumas disparidades permanecem vincadas e têm surgido outras ao nível das capacidades que, cada vez mais, diferenciarão entre as pessoas capazes de aproveitar, por inteiro, as novas oportunidades do século XXI e as que não poderão fazê-lo.

Afinal de contas, porque é que as preocupações em torno da desigualdade haveriam de aumentar na atualidade — uma época de grande e disseminado progresso dos padrões de vida, em que um número sem precedentes de pessoas, em todo o mundo, levou a cabo uma “grande evasão”⁵ da fome, da doença e da pobreza?⁶ Apesar de muitas pessoas ainda ficarem para trás, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) revela, em média, uma melhoria impressionante — até mesmo uma convergência — ao nível das capacidades incluídas no IDH. No entanto, o capítulo 1 mostra que, a par da convergência nas capacidades básicas em que se focavam os Relatórios do Desenvolvimento Humano do início dos anos 90, têm emergido divergências noutras indicadores, quer dentro dos países quer entre os mesmos: A esperança de vida nas idades mais avançadas está a tornar-se mais desigual, tal como o acesso ao ensino superior. Em suma, apesar da melhoria e da convergência nas capacidades centrais da Declaração do Milênio de 2000 e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, algumas disparidades permanecem vincadas e têm surgido outras ao nível das capacidades que, cada vez mais, diferenciarão entre as pessoas capazes de aproveitar, por inteiro, as novas oportunidades do século XXI e as que não poderão fazê-lo. A análise demonstra, vezes sem conta, que os países e as pessoas mais desfavorecidas estão a aproximar-se dos mais ricos, no que diz respeito às capacidades básicas, ao passo que as do topo se têm afastado ao nível das capacidades avançadas.⁷

A convergência nas capacidades básicas oferece um rumo à mudança, mas não significa que as disparidades estejam inteiramente corrigidas. Na verdade, os mais desfavorecidos têm feito pouco ou nenhum progresso. Assim, o Capítulo 1 mostra que as estimativas apontam para que o mundo atinja 2030 com disparidades evitáveis em relação à mortalidade infantil, ao abandono escolar e à pobreza de rendimento extrema. Partindo de dados granulares para depois se focar em zonas geográficas, documenta as privações sobrepostas e as exclusões interseccionais. Por fim, o capítulo alarga o seu âmbito à dinâmica do risco — choques no domínio da saúde, das catástrofes naturais ou dos conflitos que expõem grupos ou indivíduos a uma vulnerabilidade acrescida. A estes padrões subjaz o desafio perene do reforço das capacidades dos mais desfavorecidos.

A importância das desigualdades persistentes e crescentes ao nível das capacidades avançadas transcende o seu valor instrumental. O Capítulo 1 analisa, igualmente, o modo como se repercutem na dignidade humana. Os indivíduos ou grupos de pessoas podem ter acesso a recursos — sem, contudo, um tratamento equitativo

em virtude da legislação formal ou das normas sociais. Nem todas as injustiças sociais são visíveis — muito menos reconhecidas — pelas instituições sociais, como sucede, frequentemente, com grupos indígenas ou étnicos; migrantes; pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, trans e intersexo e outros grupos socialmente estigmatizados vítimas de abuso e discriminação.⁸ Em demasiados lugares, este tipo de desigualdade também afeta a situação das mulheres, que — mesmo quando partilham o lar com um homem, dando-lhes acesso, em princípio, a bens e serviços idênticos — estão sujeitas a papéis impostos e, muitas vezes, à violência. O movimento #MeToo evidenciou a amplitude do abuso e humilhação sistemáticos e que os mesmos não se cingem ao estatuto social ou em termos de rendimento.⁹

É certo que as desigualdades de rendimento e de riqueza podem ter um papel significativo e central no pensamento das pessoas responsáveis pela formulação de políticas acerca da desigualdade no desenvolvimento humano. Tais desigualdades económicas, de um ponto de vista estreito, podem ser consideradas injustas ou condicionar, efetivamente, o bem-estar das pessoas (através de diversos canais, conforme se explora no capítulo 2). A análise das desigualdades de rendimento e de riqueza é, por isso, necessária e tida em consideração em todo o Relatório, mas um foco exclusivo nas desigualdades de rendimento e de riqueza seria demasiado redutor, por não ter em conta, na sua totalidade, o leque de desigualdades no desenvolvimento humano.

O Capítulo 2 documenta o modo como surgem as desigualdades ao nível das capacidades, demonstrando a frequente interligação entre as mesmas e a sua persistência. A par da redução das diferenças no domínio das capacidades básicas, à medida que um número crescente de pessoas adquire as capacidades básicas necessárias às concretizações mínimas em termos de saúde e educação, os gradientes — que significam que os indivíduos mais abastados apresentam melhores resultados em matéria de saúde e educação do que os mais desfavorecidos — persistem ou agravam-se.

Os mecanismos que explicam o surgimento das desigualdades ao nível das capacidades são descritos no capítulo 2, em dois níveis. Primeiro, ao adotar uma abordagem centrada no ciclo de vida, investigando o modo como as vantagens dos pais em termos de rendimento, saúde e educação moldam o percurso dos seus filhos ao longo do tempo, conduzindo, com frequência, a um “açambarcamento de oportunidades” entre gerações. Segundo, ao observar que estes mecanismos não ocorrem no vazio e que o contexto, incluindo a desigualdade económica, dá forma às oportunidades através de diversos canais, tais como o modo de

conceção e implementação das políticas. A distribuição dos recursos e das oportunidades numa sociedade depende, em forte medida, da distribuição do poder. A concentração do poder gera desequilíbrios e pode levar à captura quer do governo quer dos mercados por elites influentes — o que pode exacerbar a desigualdade de rendimento e de riqueza, num ciclo que enfraquece a resposta às aspirações da população em geral. Este padrão parece já ter acontecido na História (ver destaque 1.1 no final do capítulo 1).¹⁰ Esta dinâmica, por sua vez, pode minar a governação, prejudicando o desenvolvimento humano.¹¹

A Parte I do Relatório leva a discussão em torno da desigualdade para lá do rendimento, no sentido das capacidades, expandindo a gama de dados tidos em consideração no debate acerca da desigualdade e

revelando padrões de convergência e divergência no desenvolvimento humano. Demonstra que não é suficiente focar-se em elevar as pessoas acima dos mínimos, dado que os gradientes de desigualdade nas capacidades persistem e continuam a agudizar-se.

A Parte I do Relatório expande a nossa perspetiva das desigualdades no desenvolvimento humano. Contudo, este é tão somente o primeiro passo. Conforme aponta a Alta Comissária para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, na sua Contribuição Especial, “O diagnóstico não basta — devemos lutar por políticas públicas que combatam estas formas de injustiça.” Estas conclusões, inspiradas por uma abordagem assente no do desenvolvimento humano, serão cruciais para o apoio aos esforços de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (caixa I.1).¹²

CAIXA I.1

A abordagem com base nas capacidades e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

As dimensões da desigualdade no desenvolvimento humano consideradas no presente relatório refletem-se na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a acompanham.

O consenso global em torno dos ODS representa uma evolução daquilo que os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio consideravam “básico” ou essencial para os países em vias de desenvolvimento no final do século XX. Este relatório inspira-se nessa evolução e tem em conta dimensões da desigualdade que são universalmente relevantes e vão além do básico.

Os ODS visam reduzir a desigualdade de variadas formas. Não apenas pretendem reduzir a desigualdade entre países e no seio dos mesmos (ODS 10), mas também perspetivam o fim absoluto de algumas privações: a pobreza, em todas as suas formas (ODS 1), e a fome (ODS 2). Procuram, ainda, o alargamento de algumas condições básicas a todas as pessoas: vidas saudáveis (ODS 3),

uma educação de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida (ODS 4), igualdade de género e capacitação de todas as mulheres e raparigas (ODS 5), água e saneamento sustentáveis (ODS 6), energia fiável e sustentável (ODS 7), empregos dignos (ODS 8) e acesso à justiça (ODS 16). Outros objetivos visam o avanço da oferta de bens públicos globais (como a estabilidade climática).

À semelhança de qualquer abordagem global, a consideração de um conjunto específico de dimensões apresenta limitações. Não tem em conta todas as dimensões de iniquidade e injustiça que podem ser localmente relevantes. Todavia, o Relatório complementa e verifica os indicadores globalmente definidos de desigualdade — com base em dados objetivos — através de informações acerca das perceções de desigualdade, de indicadores da desigualdade em termos de bem-estar subjetivo e de alguns indicadores definidos ao nível nacional.

Não é suficiente focar-se em elevar as pessoas acima dos mínimos, dado que os gradientes de desigualdade nas capacidades continuam a persistem e continuam a agudizar-se.

Uma nova perspectiva da desigualdade

Como em cada ano, a edição de 2019 do Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento convida-nos a olhar-nos ao espelho. Ao integrar, sistematicamente, informações acerca do desenvolvimento das nossas sociedades, somos confrontados com provas do que conseguimos e daquilo em que temos falhado.

Estas provas são bem mais do que uma compilação de números e figuras. Isto porque o que realmente importa é o bem-estar das pessoas: Cada disparidade que subsiste ou aumenta é um chamamento ao combate à injustiça da desigualdade por meio de políticas eficazes. O que se pode esperar quando uma rapariga nasce em situação de pobreza, sem qualquer cobertura adequada de saúde e num ambiente em que é cada vez mais difícil obter acesso a água potável devido às alterações climáticas? Por quanto tempo mais poderão as nossas sociedades persistir no erro quando aquilo que fazem viola direitos humanos básicos? São estes os problemas que a desigualdade nos faz confrontar.

Sabemos que as desigualdades assumem muitas formas. Em grande parte, como no caso das desigualdades de rendimento ou de género, têm-nos acompanhado há muito tempo. O progresso considerável que foi alcançado em relação a estes problemas, em várias latitudes, deveria constituir um ponto de honra. O presente Relatório enfatiza que as desigualdades no domínio das capacidades básicas, refletindo privações extremas, têm decrescido. Por exemplo, o mundo tem-se aproximado da paridade de género, em média, no acesso à educação primária e secundária. Ao mesmo tempo, porém, as desigualdades que refletem níveis superiores de capacitação e que serão mais importantes para o futuro tendem a ser mais acentuadas e, nalguns casos, a aumentar. Quanto a este fenómeno, oferecemos o exemplo da representatividade das mulheres nas mais altas esferas da política.

Embora ainda haja um longo caminho a percorrer, temos acumulado experiências em relação aos aspetos da proteção social, dos instrumentos financeiros e das trajetórias de mobilidade social que funcionam. Existem casos de sucesso no que diz respeito a uma maior representatividade das mulheres, a uma participação mais equitativa no mercado laboral ou à eliminação da discriminação contra a diversidade sexual. O paradoxo da persistência de desigualdades tão imorredouras consiste em termos encontrado, enquanto sociedade, trajetórias de mudança positiva. O que falta, em muitos casos, é a vontade política.

Existem, contudo, desigualdades que nos colocam perante desafios ainda maiores. São precisamente estas que o Relatório visa elucidar: Trata-se de desigualdades com origem em novos fenómenos e conflitos globais. Estas desigualdades são mais desafiantes, visto que reagem a processos complexos e dinâmicos que ainda não são bem

compreendidos. Estaremos plenamente cientes do impacto das migrações, dos efeitos das catástrofes climáticas ou das novas ameaças epidemiológicas à nossa coexistência? É, pois, disto mesmo que se trata: como conseguir viver juntos, face a estes novos cenários, e alcançar um nível superior de bem-estar para todos? É um trajeto que temos de aprender a trilhar em conjunto.

O acesso à saúde, à educação, às novas tecnologias, a áreas verdes e a espaços livres de poluição constituem, cada vez mais, um indicador da forma como as oportunidades e o bem-estar se distribuem entre grupos de pessoas e mesmo entre países.

Explicar e compreender as dimensões das desigualdades mais vitais para o bem-estar das pessoas auxilia a escolha dos melhores rumos de ação. O diagnóstico não basta — devemos lutar por políticas públicas que combatam estas formas de injustiça.

Por isso, todos os países têm uma função a desempenhar. Ao longo de muitos anos, porém, temos descoberto que os esforços individuais não chegam; muitos dos desafios exigem uma abordagem coletiva.

No Sistema das Nações Unidas, acreditamos que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o tipo de resposta de que necessitamos nestes tempos modernos: Adotam uma perspectiva abrangente dos fenómenos e das soluções, visam a convergência entre as ações dos governos e as das agências internacionais e baseiam-se em indicadores transparentes e comparáveis. Com a sua abordagem intersectorial e o compromisso de todos os governos, os ODS colocam-nos a todos ao serviço de um único empreendimento.

O melhor exemplo daquilo que temos em mãos é o imenso desafio de limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C. O nosso Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos disse-o claramente: As alterações climáticas afetarão, direta e indiretamente, uma série de direitos humanos que devem ser garantidos. É com satisfação que constatamos que a ciência, os governos, o mundo empresarial e a sociedade civil começam a congrega-se em torno de metas concretas. Assim, a pouco e pouco, tem-se quebrado o isolamento e as controvérsias sectoriais.

É neste percurso que devemos insistir. Temos o dever de erradicar formas antigas e novas de desigualdade e exclusão que, quotidianamente, violam os direitos de milhões de pessoas que habitam o nosso planeta.

Seria um erro pensar que não houve sucessos, que a injustiça do mundo não recuou. Porém, enquanto a desigualdade causar dor e sofrimento, é nosso dever confrontar aquilo que estamos a fazer mal e o que podemos emendar.

Temos mais futuro do que ontem: É este o convite que cada pessoa deve tornar seu.

Michelle Bachelet Jeria

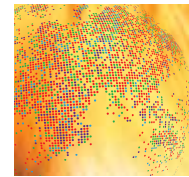
Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

Capítulo 1

A desigualdade no desenvolvimento humano: “Alvos Móveis” (Questões Fulcrais em Permanente Mudança)

1.

A desigualdade no desenvolvimento humano: “Alvos Móveis” (Questões Fulcrais em Permanente Mudança)



O presente capítulo aborda duas questões principais: Em que ponto se encontram, atualmente, as desigualdades no desenvolvimento humano e como estão a mudar? Muitas das desigualdades no desenvolvimento humano dão corpo à injustiça. Para se perceber de que modo, tome-se como exemplo dois bebés, ambos nascidos em 2000, um num país com um baixo nível de desenvolvimento humano e outro num país com um nível muito elevado de desenvolvimento humano (figura 1.1). O que sabemos acerca das suas perspetivas para a atual vida adulta? Sabemos que são amplamente diferentes. O primeiro, muito provavelmente, estará matriculado no ensino superior, à semelhança da maioria dos jovens com 20 anos de idade nos países atualmente mais desenvolvidos. Ela ou ele estará a preparar-se para viver num mundo altamente globalizado e competitivo e tem uma hipótese de fazê-lo enquanto trabalhador(a) altamente qualificado(a).

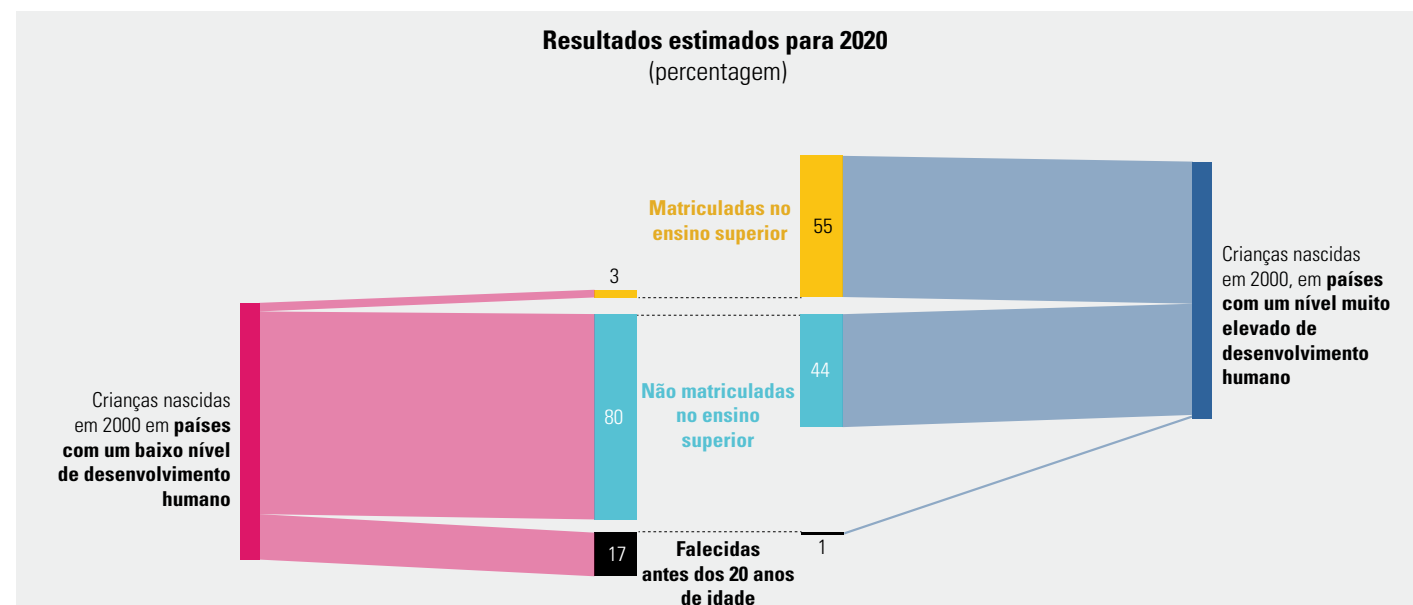
Cerca de 17 por cento das crianças nascidas em países com um baixo nível de desenvolvimento humano em 2000 terão morrido antes do seu 20.º aniversário, em comparação com apenas 1 por cento das crianças nascidas em países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. Além disso, estima-se que as que sobrevivem tenham menos 13 anos de vida do que as suas congéneres do grupo dos países mais desenvolvidos. É igualmente improvável que a criança do país com um baixo nível de desenvolvimento humano ainda frequente o ensino: Apenas 3 por cento cursam o ensino secundário.¹ Ambos os jovens acabam de iniciar a sua vida adulta, mas já lhes foram

determinados percursos distintos e desiguais por circunstâncias quase inteiramente alheias ao seu controlo, em termos de saúde, educação, emprego e rendimento — uma divergência que pode ser irreversível.

Algumas desigualdades no seio dos países — quer em vias de desenvolvimento quer desenvolvidos — são tão extremas quanto as do anterior exemplo entre países. Nos Estados Unidos, a esperança média de vida aos 40 anos do percentil mais elevado da distribuição do rendimento e do percentil mais baixo diferem em 15 anos, no caso dos homens, e 10 anos, no das mulheres.² Este tipo de disparidades têm-se dilatado.

FIGURA 1.1

As crianças nascidas em 2000 em países com rendimentos diferentes terão capacidades drasticamente diferentes em 2020



Nota: Trata-se de estimativas (a partir de valores medianos) para um indivíduo típico de um país com um baixo nível de desenvolvimento humano e de um país com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. Os dados relativos à frequência do ensino superior baseiam-se nos dados de inquéritos às famílias relativos a pessoas com idades entre os 18 e os 22 anos, tratados pelo Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, in www.education-inequalities.org (acedido em 5 de novembro de 2019). As percentagens dizem respeito a pessoas nascidas em 2000. O número de pessoas falecidas antes do 20.º aniversário é calculado com base nos nascimentos ocorridos por volta de 2000 e na estimativa do número de mortes desse segmento populacional entre 2000 e 2020. O número de pessoas matriculadas no ensino superior em 2020 é calculado com base no número estimado de pessoas vivas (pertencentes ao segmento nascido por volta de 2000) e nos dados mais recentes quanto à frequência do ensino superior. As pessoas não matriculadas no ensino superior constituem o complementar.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas e do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

O século XXI apresenta uma gama de experiências humanas com uma amplitude sem precedentes. Veja-se, por exemplo, como a distribuição dos indicadores não referentes ao rendimento do Índice de Desenvolvimento Humano, em relação a áreas subnacionais, cobre um enorme leque de resultados ao nível da saúde e da educação. Subsistem privações extremas, que não se cingem aos países com um baixo nível de desenvolvimento humano (figura 1.2). As elites globais, que incluem pessoas dos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, desfrutam de um maior conhecimento, de mais anos de vida saudável e de um maior acesso a tecnologias que impactam profundamente a vida das pessoas.

Porque persistem desigualdades tão evidentes? Em parte, devido a estruturas sociais — muitas com raízes históricas — que permanecem entranhadas nas instituições formais e informais, resistindo, intransigentes, à mudança.³ Para modificar a curva das desigualdades no desenvolvimento humano, não basta melhorar apenas um ou dois indicadores específicos. É, ao invés, necessário alterar as estruturas sociais que perpetuam a iniquidade.⁴

Traçar um retrato do alcance das desigualdades no desenvolvimento humano e da respetiva evolução é um

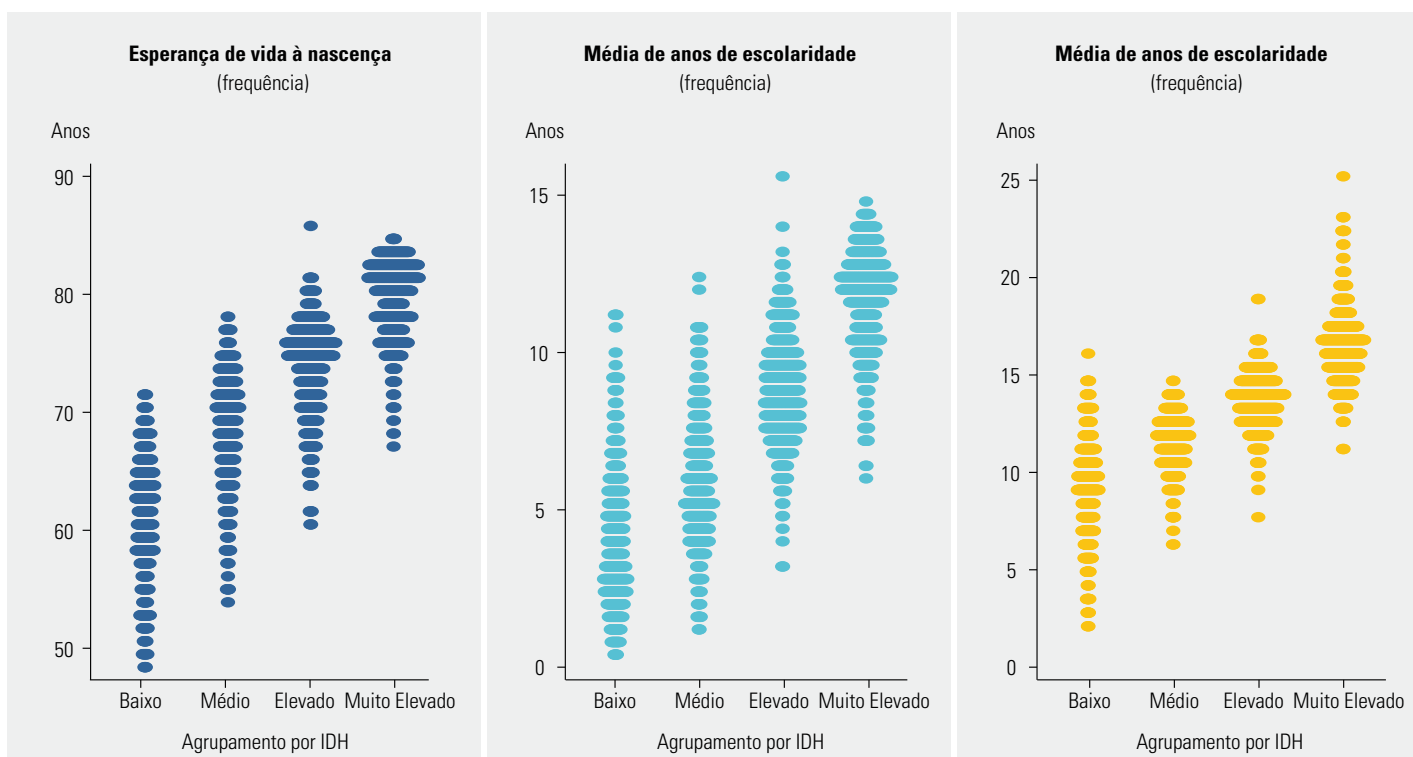
desafio de monta, dado que são dinâmicas, complexas e multidimensionais. Quais incluir? Como medi-las? Como agregá-las? Como analisá-las? E a que nível: global, nacional, subnacional, no seio dos grupos sociais ou até mesmo do agregado familiar? Por entre esta complexidade, no entanto, poderá ser possível discernir padrões amplos de evolução das desigualdades que sejam, em grande medida, comuns. É esta a tarefa que o resto deste capítulo explora.

Compreender a desigualdade de capacidades

O desenvolvimento humano significa a expansão das liberdades substantivas que permitem às pessoas fazerem aquilo a que dão valor e que têm motivos para valorizar.⁵ O que as pessoas decidem, efetivamente, ser e fazer — a funcionalidade por si alcançada — é possibilitado pelo rendimento e pela riqueza, embora se distinga destes últimos. Acresce que, apesar da importância da funcionalidade alcançada, o desenvolvimento humano não se define, meramente, pelas opções que as pessoas acabam por tomar; define-se, de igual modo, pela “liberdade de uma pessoa na escolha do conjunto

FIGURA 1.2

Persiste uma enorme desigualdade no desenvolvimento humano em todo o mundo, 2017



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em cálculos dos valores subnacionais do Índice de Desenvolvimento Humano por Permanyer e Smits (2019).

de funcionalidades viáveis, a que nos referimos como a capacidade da pessoa.⁶ Deste modo, a análise da desigualdade neste capítulo tem em consideração a desigualdade de capacidades (caixa 1.1).

Porém, que capacidades devem ser tidas em conta? Sen defendia que devemos ajustar-nos em resposta à evolução das condições sociais e económicas. Por exemplo, na Índia, por volta da independência, em 1947, era razoável concentrar-se “no ensino primário, nos cuidados básicos de saúde, (...) e não se preocupar demasiado com a possibilidade universal de comunicação eficaz em todo o país e além-fronteiras.”⁷ Posteriormente, todavia — com a Internet e as suas aplicações, bem como avanços mais amplos ao nível das tecnologias de informação e comunicação — o acesso à Internet e a liberdade geral de comunicação tornaram-se uma capacidade importante para todos os indianos. Ao passo que um dos aspetos relevantes deste discernimento está estritamente associado às capacidades (acesso à Internet), um outro intersecta os direitos humanos e, especificamente, o direito à liberdade de opinião e de expressão.⁸ Além disso, as capacidades evoluem não apenas em função das circunstâncias, mas também dos valores e das mudanças nas exigências e aspirações das pessoas.

A abordagem com base nas capacidades é, assim, aberta, o que alguns observadores consideram uma lacuna.⁹ Uma das objeções assenta no facto de a mesma não se prestar à especificação de um objetivo

normalizado e fixo para a avaliação do bem-estar social, uma vez que as capacidades são alvos em mobilidade contínua. O presente Relatório adota uma perspetiva diferente: Considera que as desigualdades com que nos preocupamos podem, com efeito, ser “alvos móveis” (questões fulcrais em permanente mudança) e, assim, visa identificar os padrões e as dinâmicas da desigualdade num conjunto mais vasto de capacidades que poderão assumir uma relevância crescente no decurso do século XXI.

Outro desafio é a forma de medição das capacidades — isto é, como transitar dos conceitos para a avaliação empírica do modo de distribuição das capacidades. Neste ponto, o Relatório segue a abordagem adotada aquando da introdução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e identifica um pequeno número de funcionalidades destinadas a alcançar capacidades mais amplas (por exemplo, no caso do IDH, a possibilidade de uma vida longa e saudável está associada ao indicador da esperança de vida à nascença). De modo a fundamentar as informações empíricas consideradas, recorre-se a uma abordagem centrada no ciclo de vida, dado que as realizações ao nível do desenvolvimento humano se repercutem ao longo da vida de uma pessoa, através de uma sequência de indicadores observáveis e mensuráveis. As etapas iniciais, tais como a sobrevivência até aos 5 anos de idade, a aprendizagem da leitura e de competências matemáticas básicas, são vitais para o posterior desenvolvimento: Estas

As desigualdades com que nos preocupamos podem, com efeito, ser alvos móveis

CAIXA 1.1

Desigualdade de capacidades

À semelhança dos anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano, o presente Relatório adota a premissa, de um ponto de vista normativo, de que as desigualdades com uma importância intrínseca são as que existem ao nível das capacidades. As capacidades — latamente definidas como a liberdade das pessoas para escolherem o que ser e o que fazer — não se podem cingir, unicamente, ao rendimento e à riqueza, pois os mesmos são instrumentais.¹ Também não podem ser definidas como mera utilidade nem medidas pelas opções efetivas das pessoas, uma vez que isso encobriria as diferenças reais no modo como os indivíduos utilizam o rendimento para as realizações que valorizam.² Ao invés, as capacidades são as liberdades que permitem às pessoas escolherem o que pretendem ser e fazer — quer tomem, efetivamente, essas opções ou não. Assim, as capacidades estão estreitamente relacionadas com o conceito das

oportunidades: Não basta saber que alguém nunca viajou para o estrangeiro; é necessário saber se se tratou de uma escolha livre ou se a pessoa queria viajar, mas não tinha meios para tal ou a sua entrada foi recusada.³

Os primeiros Relatórios do Desenvolvimento Humano adotaram a abordagem assente nas capacidades para intervir no discurso contemporâneo em torno do desenvolvimento, numa época em que os debates se focavam nas necessidades básicas,⁴ levando à introdução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — que mede a capacidade de viver uma vida longa e saudável, de adquirir conhecimento e auferir rendimentos suficientes para um nível mínimo de vida.⁵ Pretendia-se que o IDH fosse uma métrica de uma lista diminuta de capacidades, “visando níveis básicos mínimos de qualidade de vida.”⁶ Nunca foi uma estatística a maximizar, como no caso da utilidade agregada. Foi calculado ao nível nacional, devido, principalmente, à disponibilidade de dados, destinando-se a enriquecer a avaliação do desempenho dos países quanto ao desenvolvimento.⁷

Notas

1. Sen (1990) foi além da teoria dos bens sociais primários de Rawls, adotando, essencialmente, o mesmo argumento — de que os mesmos são, na melhor das hipóteses, instrumentais. 2. Mais precisamente, Sen (1990) pretendia expor as limitações do utilitarismo enquanto princípio normativo de avaliação do bem-estar. Segundo o utilitarismo, o bem-estar social é avaliado com base nas opções efetivamente tomadas pelas pessoas. Presume-se que as pessoas maximizam a respetiva utilidade individual — uma função crescente do rendimento, embora gere menos utilidade à medida que o mesmo aumenta. Deste modo, alcançar o grau ideal de bem-estar social implica a maximização do somatório da utilidade numa determinada sociedade. Por sua vez, tal só pode acontecer se o rendimento estiver distribuído por forma a nivelar a utilidade marginal individual. Sen recorreu a um exemplo bem conhecido e convincente para ilustrar o modo como este princípio poderia dar azo a resultados contrários ao nosso sentido de equidade. Considere-se dois indivíduos: Um deles, que é portador de uma deficiência, não é muito eficiente na conversão de um dólar adicional de rendimento em utilidade; o outro, pelo contrário, obtém satisfação com cada dólar suplementar. O utilitarismo ditaria a atribuição de um maior rendimento à segunda pessoa, um resultado que ofende o nosso sentido de equidade. 3. Basu e Lopez-Calva 2011. 4. Stewart, Ranis e Samman 2018. 5. Sen (2005) reconhece o trabalho conjunto com Mahbub Ul Haq, com vista ao desenvolvimento de um índice geral para a avaliação e crítica globais, indo além do produto interno bruto (PIB). 6. Sen 2005. 7. Poveventura mais importante, citando Klasen (2018, p. 2). “Muitas das batalhas dos anos 90 que viriam a definir os Relatórios do Desenvolvimento Humano foram ganhas. Hoje em dia, toda a comunidade do desenvolvimento aceita que o mesmo transcende o aumento do produto interno bruto (PIB) per capita... O IDH tornou-se canónico em todos os manuais normalizados de economia do desenvolvimento ou de estudos do desenvolvimento... e é considerado a alternativa mais séria e abrangente ao PIB per capita. (...)”

As etapas iniciais, tais como a sobrevivência até aos 5 anos de idade, a aprendizagem da leitura e de competências matemáticas básicas, são vitais para o posterior desenvolvimento: Estas realizações básicas manifestam algumas das condições necessárias para a criação de novas capacidades ao longo da vida. As realizações avançadas que se seguem, tais como uma vida adulta longa e saudável ou o ensino superior, refletem o avanço do acesso às oportunidades

realizações básicas manifestam algumas das condições necessárias para a criação de novas capacidades ao longo da vida.¹⁰ As realizações avançadas que se seguem, tais como uma vida adulta longa e saudável ou o ensino superior, refletem o avanço do acesso às oportunidades.

Apesar de estas realizações observáveis consistirem naquilo que é mensurável (e comparável entre países num relatório global), considera-se que representam um conjunto mais amplo de capacidades, que também abrange desde as básicas às avançadas. Deverá enfatizar-se o conceito subjacente de capacidades básicas e avançadas, em detrimento das medidas específicas, que podem evoluir e mudar de um país para o outro. Esta orientação foi inspirada pela definição, por Amartya Sen, de uma capacidade básica como “a capacidade de atingir determinadas funcionalidades elementares e crucialmente importantes até certos níveis.”¹¹ As capacidades básicas referem-se, deste modo, à liberdade de efetuar as escolhas necessárias à sobrevivência e à evasão ou ao escape da pobreza ou de outras privações sérias.

A diferenciação entre as capacidades básicas e avançadas é igualmente válida para outras dimensões do desenvolvimento humano que não estão, necessariamente, ligadas a um ciclo de vida individual — por exemplo, no progresso das tecnologias básicas para as de vanguarda e na capacidade de lidar com choques ambientais, desde eventos porventura frequentes, mas com um baixo impacto, até desastres de grande escala e imprevisíveis.

Esta distinção entre as capacidades básicas e avançadas é semelhante à análise das necessidades práticas e das necessidades estratégicas no âmbito da capacitação de género, cuja pioneira foi Caroline Moser.¹² A distinção surge associada a uma advertência: Apesar de o investimento nas necessidades básicas ser essencial, focar-se exclusivamente nas mesmas equivaleria a negligenciar as desigualdades presentes em aspetos estratégicos da vida, os que alteram a distribuição do poder.

Por este motivo, a secção seguinte apresenta uma análise estilizada de duas dimensões fundamentais para lá do rendimento: a saúde e o acesso ao conhecimento — ambas dimensões centrais da abordagem com base no desenvolvimento humano, desde o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano. A sequência que conduz das capacidades básicas às avançadas pode ser enquadrada numa análise do ciclo de vida (que também é utilizada no capítulo 2, ao analisar os mecanismos que provocam desigualdades ao nível das capacidades). Mais adiante

no Relatório, os mesmo padrões serão exemplificados em duas outras dimensões: a segurança humana face a choques associados às tendências das alterações climáticas (capítulo 5) e a tecnologia (capítulo 6).¹³ A consideração destes fatores de distribuição das capacidades no século XXI não implica que outros, como as alterações demográficas, não sejam importantes ou que apenas aqueles dois importem, destinando-se, ao invés, a permitir uma elaboração passível de tratamento dos argumentos que evidenciam a relevância da análise das dinâmicas das desigualdades, quer ao nível das capacidades básicas quer das avançadas.

Admitimos que a restrição da análise a estas quatro dimensões é arbitrária. Além disso, estes aspetos não devem, de modo algum, ser encarados como os mais importantes ou detentores de qualquer significado normativo. É, contudo, plausível alegar que a distribuição e evolução das capacidades de forma transversal a estas quatro dimensões será da máxima importância para determinar a agência das pessoas sobre o século XXI — ou seja, “a capacidade de decidir o que pretendem e o poder de concretizá-lo.”¹⁴ Estas capacidades, apesar de essenciais para a agência, não são os seus únicos fatores determinantes, dado que as motivações humanas não se prendem exclusivamente com melhorias no próprio bem-estar; o “sentido de equidade das pessoas e a preocupação com o tratamento justo das próprias e dos demais”¹⁵ também importam. Apesar de um tratamento exaustivo das implicações destes fatores mais amplos de determinação da agência ultrapassar o âmbito do Relatório, este capítulo encerra com uma secção em que se analisam as perceções de desigualdade (que poderão indicar o modo de evolução de um sentido de equidade ou da sua falta), bem como alguns dos fatores sociais e psicológicos subjacentes à formação destas perceções e ao modo como se associam à dignidade humana.

As dinâmicas da desigualdade no desenvolvimento humano: Convergência nas capacidades básicas, divergência nas capacidades avançadas

Em cada uma das quatro dimensões consideradas no Relatório, é possível identificar uma diferenciação das capacidades, das básicas às avançadas (figura 1.3):

- *Saúde.* Por exemplo, desde a capacidade de sobreviver além dos primeiros anos de vida até à perspetiva do reforço de uma longevidade saudável.

- *Educação e conhecimento.* Por exemplo, desde a conclusão do ensino primário básico até ao acesso a uma experiência de aprendizagem de elevada qualidade a todos os níveis.
- *Segurança humana face a choques.* Desde a ausência quotidiana de liberdade do medo, em casos de violência interpessoal desenfreada, até ao confronto das consequências do conflito. A capacidade de fazer face a choques recorrentes e as capacidades para lidar com eventos imprevisíveis ligados às alterações climáticas são abordadas no capítulo 5.
- *Acesso às novas tecnologias.* Desde o nível inicial até aos mais avançados (discutidos em maior detalhe no capítulo 6, sendo alguns dos resultados apresentados neste capítulo).

De forma transversal às dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, encontram-se as três principais conclusões da secção:

- *As desigualdades e a injustiça persistem.* As desigualdades no desenvolvimento humano permanecem disseminadas.
- *Verifica-se uma convergência ao nível das capacidades básicas.* As pessoas que se encontram na base estão a confluir em relação aos aspetos básicos.
- *Verifica-se uma divergência ao nível das capacidades avançadas.* As disparidades no domínio das capacidades avançadas superam as relativas às básicas ou estão a aumentar (nalguns casos, ambas as afirmações se aplicam).

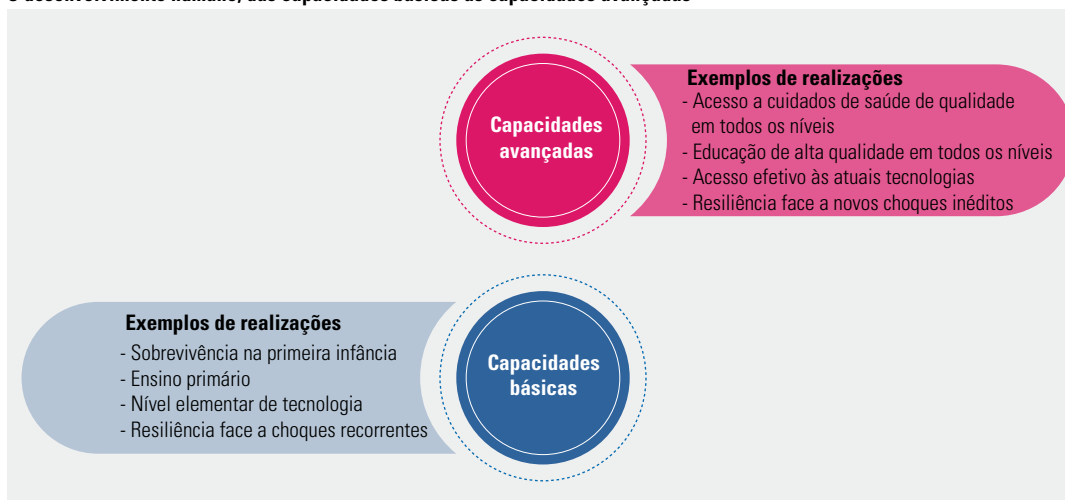
Em primeiro lugar, as desigualdades persistem e estão generalizadas. Transversalmente a todas as dimensões consideradas, existem desigualdades significativas em áreas constituintes do desenvolvimento humano:

Algumas são questões de vida ou morte e outras prendem-se com o acesso ao conhecimento e a tecnologias com um impacto determinante na vida das pessoas. De forma transversal aos países, o mundo permanece profundamente desigual em áreas fundamentais do desenvolvimento humano, quer ao nível das capacidades básicas quer das avançadas (figura 1.4). Existe uma diferença de 19 anos, ao nível da esperança de vida à nascença, entre os países com um grau baixo e muito elevado de desenvolvimento humano, que reflete disparidades no acesso à saúde. Este número representa a perda de um quarto do tempo de vida, por causa, tão só, do nascimento num país pobre. As diferenças tendem a subsistir ao longo do ciclo de vida. A diferença na esperança de vida aos 70 anos é de quase 5 anos, representando a perda de um terço do tempo restante de vida. A percentagem de adultos que concluíram o ensino primário é de 42 por cento nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, em comparação com 94 por cento nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. Novamente, as disparidades persistem ao longo do ciclo de vida: Apenas 3 por cento dos adultos possuem um grau de ensino superior nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, em comparação com 29 por cento nos países desenvolvidos. Quanto ao acesso à tecnologia, existem 67 assinaturas de telemóveis por cada 100 habitantes nos países em vias de desenvolvimento, metade do número dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. No tocante a tecnologias mais avançadas, como o acesso à banda larga fixa, existe menos de uma assinatura por cada 100 habitantes, em comparação com 28 nos

As desigualdades e a injustiça persistem. As desigualdades no desenvolvimento humano permanecem disseminadas. Verifica-se uma convergência ao nível das capacidades básicas. As pessoas mais desfavorecidas estão a confluir em relação aos aspetos básicos. Verifica-se uma divergência ao nível das capacidades avançadas. As disparidades no domínio das capacidades avançadas superam as relativas às básicas ou estão a aumentar

FIGURA 1.3

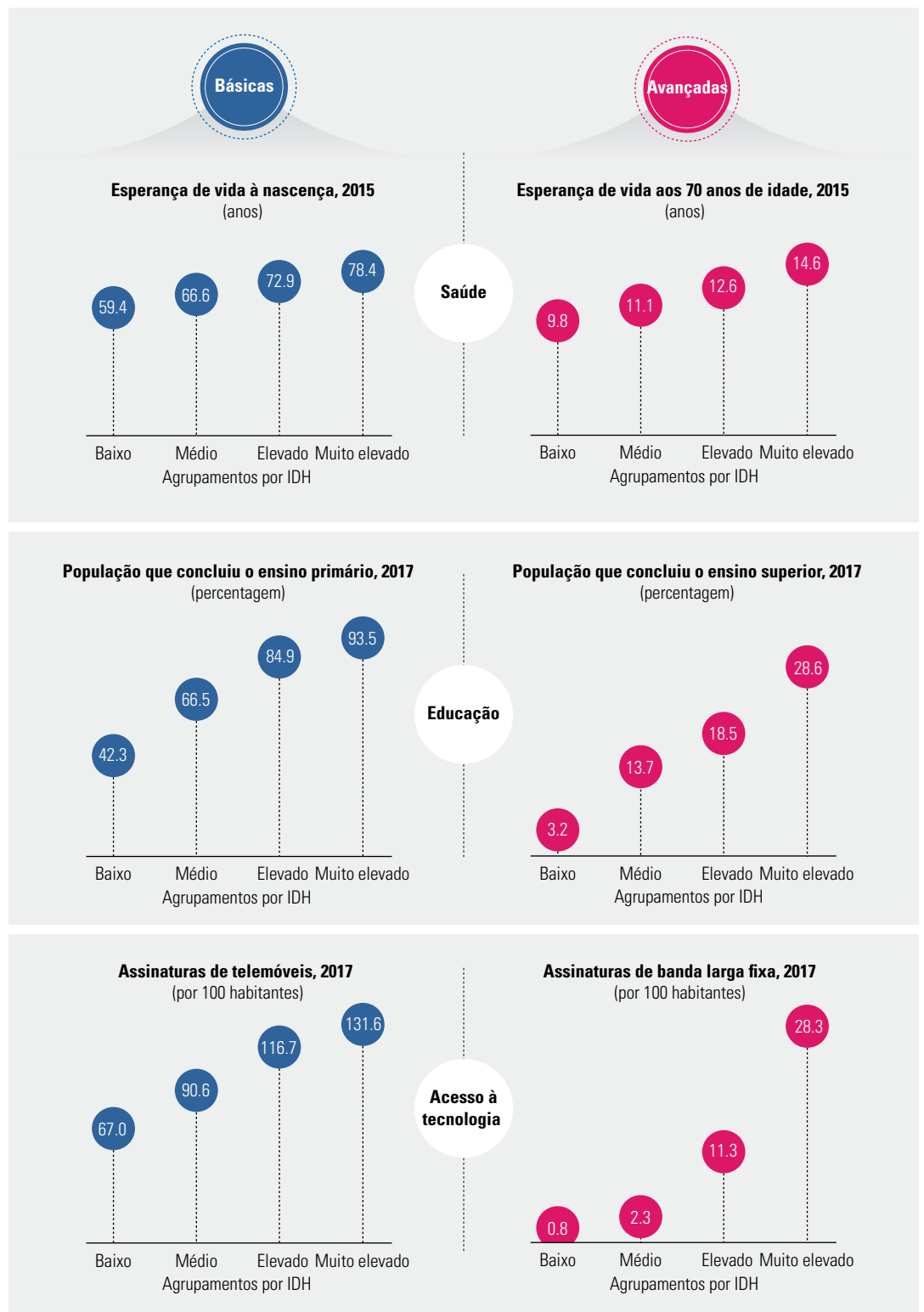
O desenvolvimento humano, das capacidades básicas às capacidades avançadas



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

FIGURA 1.4

O mundo permanece profundamente desigual em áreas fundamentais do desenvolvimento humano, tanto nas capacidades básicas nas avançadas



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da União Internacional de Telecomunicações, do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano.

O mesmo sucede no dentro de cada país. Uma das formas de registar as desigualdades no seio dos países em áreas fundamentais do desenvolvimento humano é o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), que ajusta o valor do IDH à desigualdade em cada país, em cada um dos seus componentes (saúde, educação e rendimento). De acordo com o IDHAD, a perda média global no desenvolvimento humano devido à desigualdade é de 20 por cento.

Em segundo lugar, verifica-se, em média, uma convergência nas capacidades básicas. A desigualdade ao nível das capacidades básicas do desenvolvimento humano incluídas no IDH tem diminuído. Este fenómeno pode ser constatado a partir da evolução do IDHAD, em que os indicadores que representam as capacidades básicas têm ponderações implícitas muito elevadas.¹⁶ Em todas as regiões do mundo, a perda no desenvolvimento humano decorrente da desigualdade está a diminuir (figura 1.5). Esta tendência repete-se em muitos valores subnacionais do IDH¹⁷ e tem ocorrido num contexto de progresso agregado ao nível do desenvolvimento, de forma transversal às realizações que representam as capacidades básicas em diferentes áreas.¹⁸ A taxa mundial de pobreza extrema baixou de 36 por cento, em 1990, para 9 por cento, em 2018.¹⁹ As taxas de mortalidade infantil têm diminuído de forma consistente. As taxas de matrícula no ensino primário têm dado grandes passos, com uma cobertura universal na maioria dos países,

e o ensino secundário está a progredir rapidamente (se bem que o peso significativo destas realizações deve ser analisado no âmbito de uma “crise de aprendizagem” iminente, conforme se discute adiante no capítulo).²⁰ O número de pessoas que vivem em países com um baixo nível de desenvolvimento humano cifra-se, atualmente, nos 923 milhões, um decréscimo face a 2,1 mil milhões em 2000. As pessoas têm-se “evadido” da prisão das privações extremas, utilizando a expressão de Angus Deaton.²¹ O presente capítulo documenta, igualmente, a incompletude desta questão, pois o desafio de alcançar os mais desfavorecidos mantém-se.

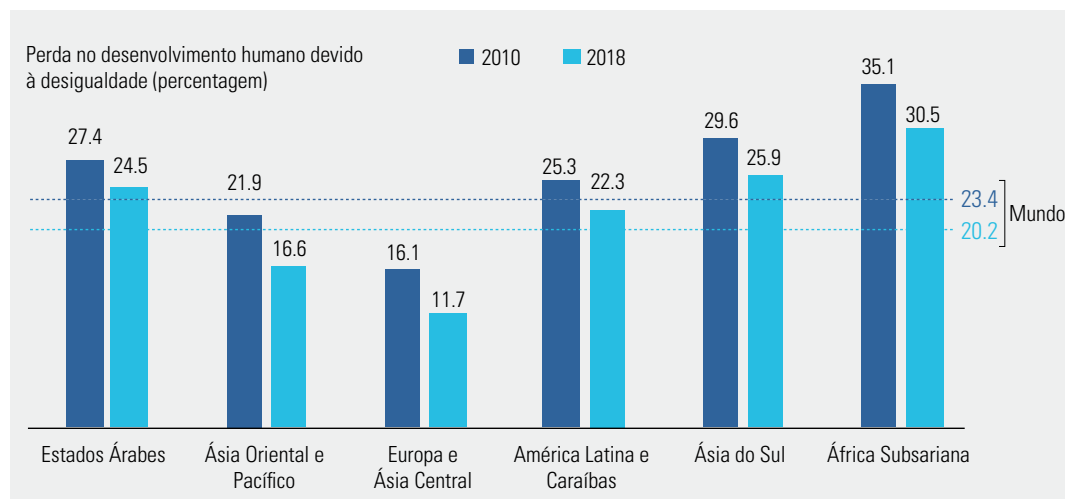
Apesar de existir uma aproximação ao nível básico, apenas se verifica anos depois de os segmentos mais afortunados da sociedade terem esgotado a sua margem para mais progressos nestas dimensões. As pessoas que ocupam o topo da distribuição atingiram, normalmente, o limite do progresso ao nível das capacidades básicas: A cobertura universal do ensino primário e do ensino secundário, as taxas de mortalidade infantil muito baixas e o acesso a tecnologias básicas são, nos dias que correm, dados adquiridos entre os segmentos mais abastados da maioria das sociedades. Estes últimos têm em vista objetivos mais avançados. O que está a acontecer nestas áreas avançadas?

Em terceiro lugar, verifica-se uma divergência quanto às capacidades avançadas. Tipicamente, a desigualdade é mais acentuada nas capacidades avançadas e, mesmo quando não é este o caso, está a agravar-se. Em cada uma das dimensões fundamentais do desenvolvimento humano tidas em conta — saúde, educação,

Apesar de existir uma aproximação ao nível básico, apenas se verifica anos depois de os segmentos mais afortunados da sociedade terem esgotado a sua margem para alcançar progressos adicionais nestas dimensões

FIGURA 1.5

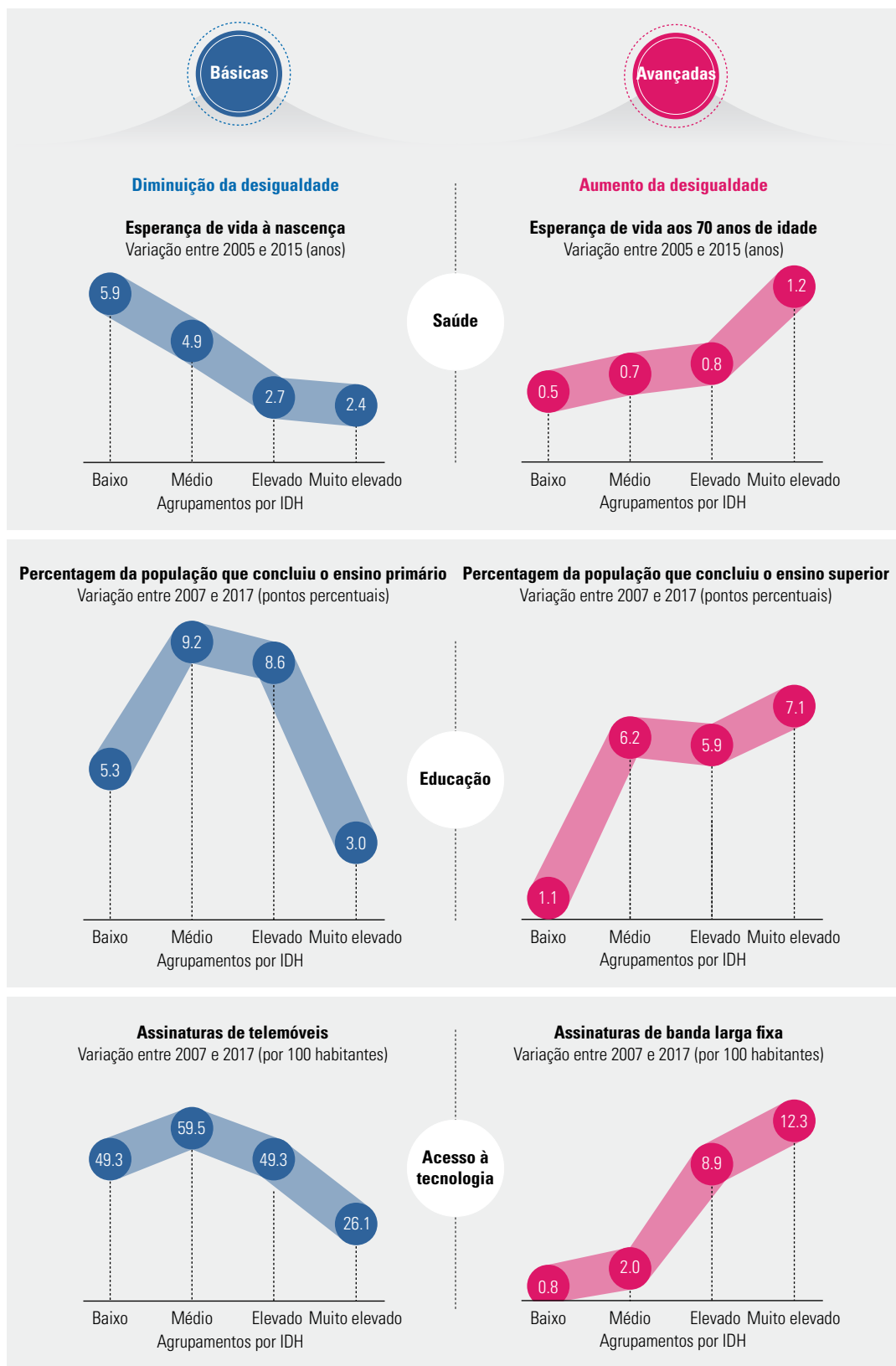
Em todas as regiões do mundo, a perda no desenvolvimento humano decorrente da desigualdade está a diminuir, refletindo o progresso ao nível das capacidades básicas



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

FIGURA 1.6

Convergência nas capacidades básicas, divergência nas capacidades avançadas



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da União Internacional de Telecomunicações, do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

padrões de vida, acesso à tecnologia e segurança — os grupos convergentes ao nível das capacidades básicas têm ficado para trás no acesso às capacidades avançadas. O alargamento das ambições tem definido “alvos móveis”. Porém, este conjunto de realizações avançadas determinará, cada vez mais, a vida das pessoas neste século, em parte devido à sua associação a alguns dos fatores de mudança mais consequentes da nossa época: a tecnologia e as alterações climáticas.

A figura 1.6 resume o fosso emergente no desenvolvimento humano através de pares de indicadores, medindo o progresso, no decurso da última década, num indicador básico e noutra avançado para cada uma das três dimensões fundamentais do desenvolvimento humano: a saúde, a educação e o acesso às tecnologias. Nos grupos de desenvolvimento humano, registam-se duas tendências opostas quanto aos gradientes das capacidades básicas e avançadas. As desigualdades têm decrescido ao nível das capacidades básicas, uma vez que os países com um grau mais baixo de desenvolvimento humano têm alcançado, em média, progressos mais vincados. Quando os países menos bem posicionados crescem mais rápido, verifica-se uma convergência. Pelo contrário, as desigualdades têm-se acentuado ao nível das capacidades avançadas, dado que os países com um nível elevado ou muito elevado de desenvolvimento humano se têm adiantado, conduzindo a uma divergência. O Relatório documenta, adiante, a observação destas tendências, igualmente, dentro dos próprios países.

Todos os indicadores básicos que constam da figura refletem o estreitamento das desigualdades entre países, em diversos grupos de desenvolvimento humano. Por exemplo, quanto à esperança de vida à nascença (cujo principal fator é a sobrevivência até aos 5 anos de idade), ao acesso ao ensino primário e ao acesso a telemóveis, os países com um grau mais baixo de desenvolvimento humano têm progredido mais rapidamente e têm-se aproximado dos países com um nível mais elevado de desenvolvimento humano.

Pelo contrário, os indicadores mais avançados da figura revelam desigualdades crescentes. Os países com um grau mais elevado de desenvolvimento humano começam com uma vantagem ao nível da esperança de vida aos 70 anos, das matrículas no ensino superior e do acesso à banda larga — e a sua liderança nestas áreas tem-se acentuado. O efeito destas disparidades crescentes — que representam apenas alguns exemplos das capacidades avançadas — tornar-se-á visível ao longo do século XXI. Este efeito, de resto, afetará as pessoas que nasceram na atualidade, muitas das quais atingirão o século XXII. O remanescente desta secção debruça-se, em maior detalhe, sobre as

dinâmicas de convergência e divergência na saúde e na educação.

Saúde: Os mais abastados têm vidas mais saudáveis e duradouras no século XXI

As desigualdades ao nível da saúde podem ser uma clara manifestação da injustiça social (ver capítulo 2 para uma discussão mais detalhada). Estas desigualdades refletem, ainda, lacunas ao nível do respeito pelos direitos humanos básicos, tais como os definidos no Artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (caixa 1.2).

CAIXA 1.2

Artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: O direito a um nível básico de vida

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

“A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma proteção social.”

Fonte: www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/.

Estima-se que as pessoas nascidas em países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano vivam quase 19 anos (ou cerca de um terço) mais do que as pessoas dos países com um baixo nível de desenvolvimento humano

As desigualdades ao nível dos resultados relativos à saúde estão generalizadas

A esperança de vida à nascença é um indicador útil para o rastreio das desigualdades na área da saúde. Um dos três componentes do IDH, tem sido utilizado para a representação de uma vida longa e saudável desde o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, de 1990.

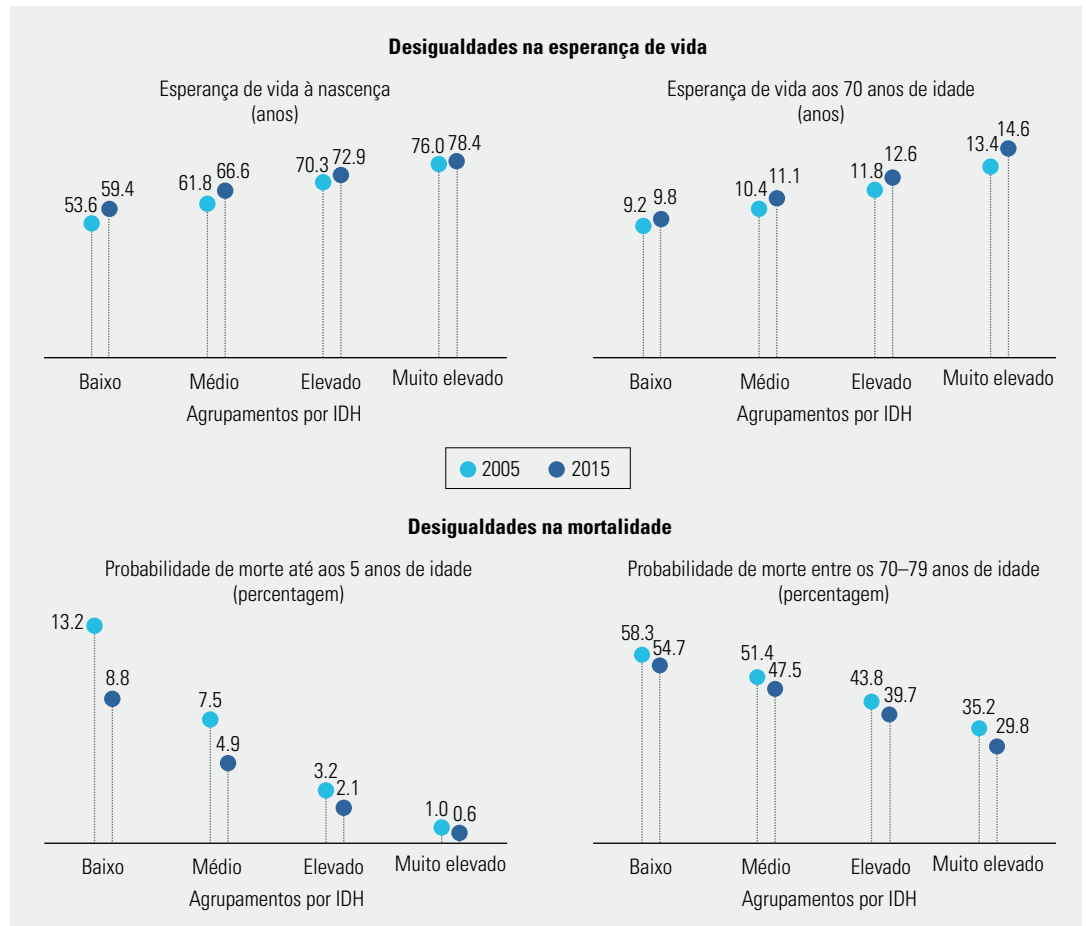
Neste ponto, a análise expande o âmbito da esperança de vida para lá da nascença, passando a incluir a que se verifica em diferentes idades, de forma a identificar as dinâmicas da saúde ao longo do ciclo de vida. A abordagem centrada no ciclo de vida torna possível o registo de alterações quer ao nível da transição demográfica quer da socioeconómica. Demonstra, além disso, que, em vários indicadores, não só persistem desigualdades profundas, como também se têm aberto novos fossos. As esperanças de vida — quer à nascença quer na terceira idade — são consideravelmente superiores em países com um rendimento ou um grau de desenvolvimento humano maior (figura 1.7) — um fenómeno frequentemente apelidado de gradiente da

saúde. Estima-se que as pessoas nascidas em países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano vivam quase 19 anos (ou cerca de um terço) mais do que as pessoas dos países com um baixo nível de

desenvolvimento humano.²² Estima-se que as pessoas com 70 anos de idade dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano vivam quase 5 anos (ou cerca de 50 por cento) mais do que as pessoas

FIGURA 1.7

As desigualdades relativas à esperança de vida e à mortalidade persistem



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

CAIXA 1.3

Desigualdade na esperança de vida saudável

Embora a longevidade seja importante para o desenvolvimento humano, o modo como se vive esse número de anos é igualmente essencial. É possível desfrutá-los? Mantém-se um bom estado de saúde? O indicador da esperança de vida saudável indicia grandes discrepâncias. A esperança de vida saudável, nos países com um grau muito elevado de desenvolvimento humano, ronda os 68 anos, em comparação com apenas 56 anos nos países com um baixo grau de desenvolvimento humano.¹

A atenção dada a algumas doenças específicas pode elucidar as causas da desigualdade ao nível da esperança de vida e da esperança de vida saudável. A prevalência da tuberculose, por exemplo, é de apenas 0,8 casos por 100.000 pessoas nos Emirados

Árabes Unidos, mas cifra-se em 724 por 100.000 no Lesoto. A taxa de prevalência do VIH entre adultos é de 27,2 por cento no Reino de Essuatíni, mas de apenas 0,1 por cento numa grande parte dos países com um grau muito elevado de desenvolvimento humano, entre os quais a Austrália, o Bahrein, o Koweit e a Roménia.² A malária foi erradicada no Sri Lanca e as projeções apontam para a sua erradicação, em 2020, na Argentina, no Belize, na Costa Rica, no Equador, em El Salvador, no México, no Paraguai e no Suriname.³ Contudo, a prevalência ainda é elevada no Mali, com 459,7 casos por cada 1.000 pessoas em risco, e no Burquina Faso, com 423,3.⁴ Em maio de 2019, na República Democrática do Congo, 1.572 pessoas padeciam de ébola.⁵

Notas

1. Ver tabela estatística 8 em <http://hdr.undp.org/en/human-development-report-2019>. 2. UNDP 2018a. 3. OMS 2017. 4. UNDP 2018a. 5. OMS 2019.

dos países com um baixo nível de desenvolvimento humano. As disparidades são também muito acentuadas quando se tem em conta a qualidade da saúde (caixa 1.3).

Confluência nos aspetos básicos: Convergência mundial na esperança de vida à nascença, sobretudo através da redução da mortalidade infantil

O aumento da esperança de vida à nascença — de uma média ponderada de 47 anos, na década de 1950, para 72 anos, por volta de 2020 — ilustra o extraordinário progresso no domínio da saúde.²³ Em 2000, vários países ainda apresentavam uma esperança de vida à nascença inferior a 50 anos, uma categoria cujo desaparecimento das médias de todos os países está estimado até 2020.²⁴ A melhoria foi observada de modo transversal aos grupos de desenvolvimento humano (ver figura 1.7). Acresce que os países com um baixo nível de desenvolvimento humano ganharam quase 6 anos de esperança de vida à nascença entre 2005 e 2015, em comparação com 2,4 anos no caso dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano (figura 1.8, painel da esquerda). Trata-se de uma realidade compatível com uma redução, em mais de 4 pontos percentuais, das taxas de mortalidade de menores de cinco anos nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano. Outra área em que se verificou uma redução significativa foi a mortalidade materna, que decresceu 45 por cento entre 1990 e 2013.²⁵

Um exame minucioso da situação dentro dos países em vias de desenvolvimento confirma estas tendências. Por forma a facilitar um grau significativo de comparabilidade, a figura 1.9 agrupa os resultados no seio dos países (informação por quintil, num conjunto de 54 países), segundo o seu nível de desenvolvimento humano. Atente-se no exemplo das taxas de mortalidade infantil, um fator determinante da esperança de vida à nascença. As mesmas têm decrescido por toda a parte, mas subsistem gradientes significativos: As crianças que nasceram nos quintis mais pobres apresentam uma probabilidade muito superior de morte durante o primeiro ano de vida do que as nascidas em quintis mais abastados. O mesmo se aplica a todos os grupos de desenvolvimento humano.

A convergência das taxas de mortalidade em idades mais jovens confirma-se, de igual modo, dentro dos países: A mortalidade infantil aparenta estar a diminuir em todos os segmentos da população e, na maior parte dos países, as maiores reduções da mortalidade infantil correspondem aos três quintis mais pobres. Este

resultado é consistente com o declínio da dispersão da esperança de vida à nascença documentado numa análise de mais de 1.600 regiões, em 161 países, abrangendo mais de 99 por cento da população mundial.²⁶

Desigualdades crescentes no domínio das capacidades avançadas: Divergências ao nível da esperança de vida na terceira idade

Considere-se os níveis e a evolução das taxas médias de mortalidade em diferentes grupos de países, quer em idades jovens (0–5 anos) quer em idades mais avançadas (70–79 anos) (figura 1.10). Embora o nível de desigualdade, quanto às taxas de mortalidade, seja bastante superior em idades jovens do que nas mais avançadas, as alterações das taxas de mortalidade são o reflexo de padrões distintos. As taxas de mortalidade infantil estão a convergir — uma queda mais pronunciada nos países com um grau mais baixo de desenvolvimento humano — à medida que as taxas de mortalidade na terceira idade divergem.

Caso os países com um fraco desempenho em 2005 apresentem o maior progresso entre 2005–2015, existe uma aproximação ou convergência. No entanto, caso os países com o pior desempenho em 2005 apresentem a melhoria menos acentuada entre 2005–2015, existe uma divergência. Diferentes definições da esperança de vida levam à observação de padrões distintos: desde uma nítida convergência na esperança de vida à nascença até uma clara divergência na esperança de vida aos 70 anos (ver figura 1.8, painel da direita).²⁷

As desigualdades ao nível da esperança de vida na terceira idade são uma forma emergente de desigualdade no desenvolvimento humano no século XXI. A divergência ao nível da esperança de vida em idades mais avançadas é bastante mais vincada hoje em dia do que durante a segunda metade do século XX.²⁸ Além disso, desde a transição de século, a esperança de vida na terceira idade tem aumentado, nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, a um ritmo bastante superior ao dos restantes. Durante o período de 2005–2015, a esperança de vida aos 70 anos aumentou 0,5 anos nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano e 1,2 anos, nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano.

As melhorias no domínio tecnológico, o reforço dos serviços sociais e os hábitos saudáveis estão a deslocar as fronteiras da sobrevivência em todas as idades. Embora a margem de redução da mortalidade antes dos 5 anos de idade esteja a encolher rapidamente, permanece ampla nas idades mais avançadas (até aos 80 anos).²⁹ Um importante fator por detrás das diferentes taxas

Os países com um baixo nível de desenvolvimento humano ganharam quase 6 anos de esperança de vida à nascença entre 2005 e 2015, em comparação com 2,4 anos no caso dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano

FIGURA 1.8

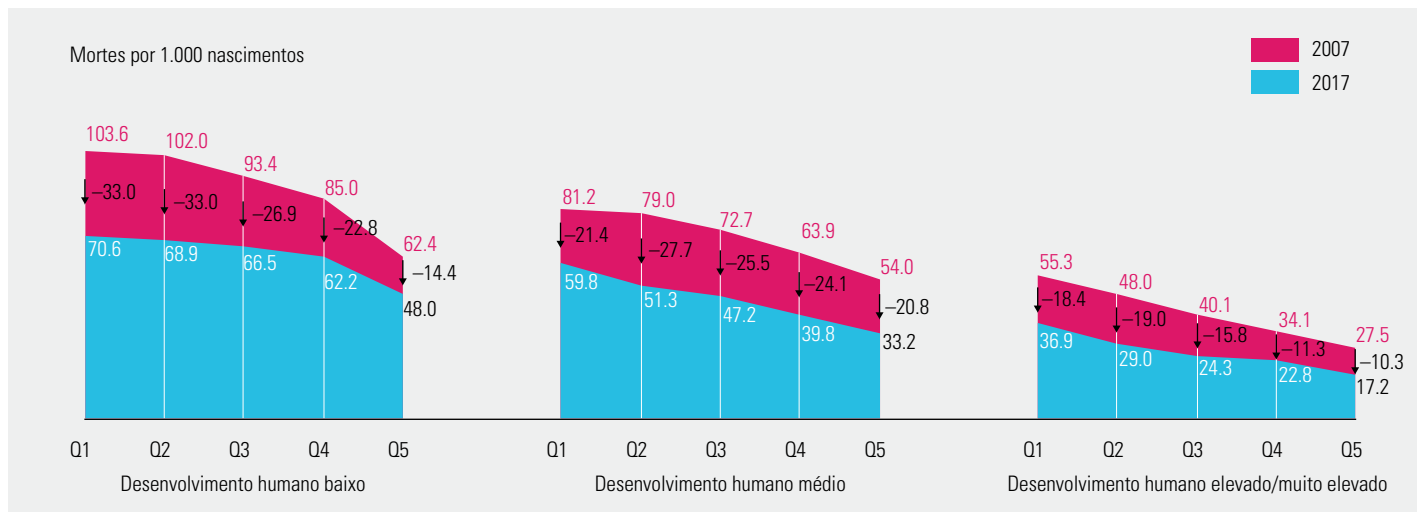
A desigualdade ao nível da esperança de vida em mudança, 2005–2015: Os países com um baixo nível de desenvolvimento humano estão a aproximar-se quanto à esperança de vida à nascença, embora fiquem para trás em relação à esperança de vida na terceira idade



Nota: A convergência e a divergência são testadas de duas formas: por meio do declive de uma equação que opera a regressão das alterações do valor inicial, datado de 2005, entre 2005 e 2015 (utilizando os métodos dos mínimos quadrados e das regressões robustas e medianas de quantis) e através da comparação dos ganhos dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano com os ganhos dos países com um nível baixo ou médio de desenvolvimento humano. Relativamente à esperança de vida aos 70 anos, ambas as métricas revelam uma divergência (valores-p inferiores a 1 por cento). Relativamente à esperança de vida à nascença, ambas as métricas revelam uma convergência (valores-p inferiores a 1 por cento).
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

FIGURA 1.9

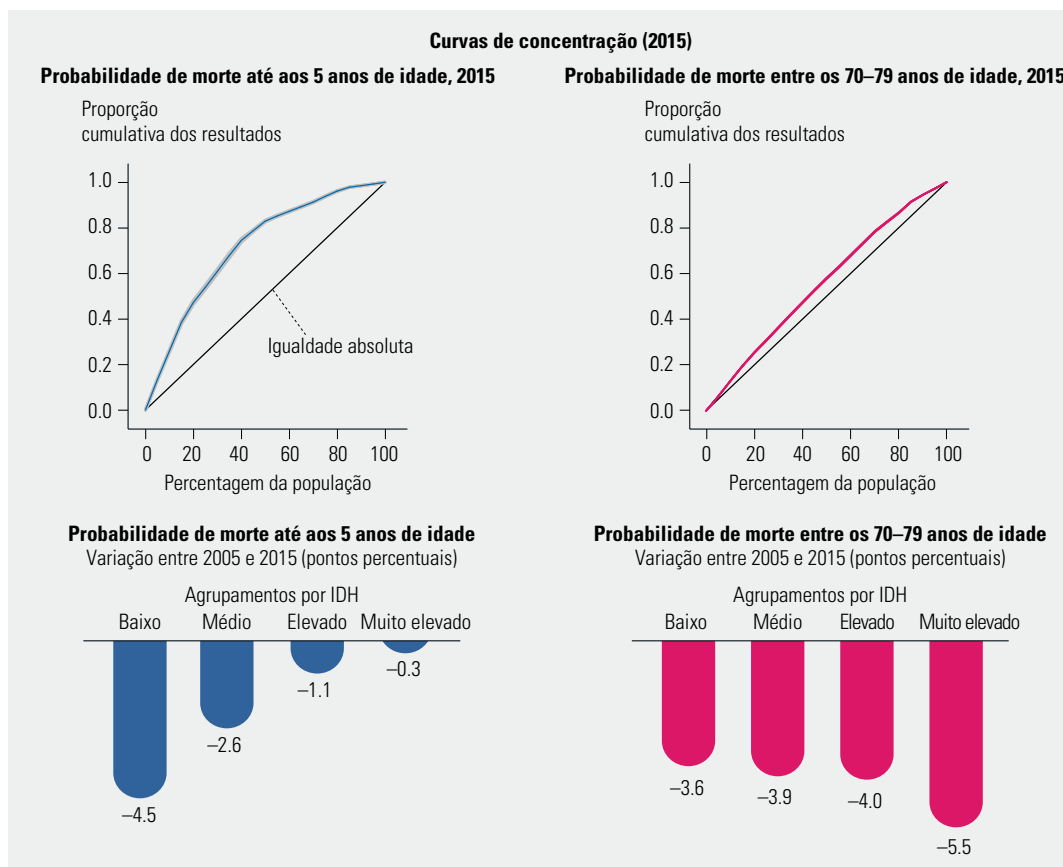
As taxas de mortalidade infantil, um fator determinante da esperança de vida à nascença, têm decrescido por toda a parte, mas subsistem gradientes significativos



Nota: Os dados relativos a 2007 referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período de 1998–2007 e os dados relativos a 2017 referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período de 2008–2017. Os dados representam médias simples para todos os grupos de desenvolvimento humano. A amostra inclui um único país com um nível muito elevado de desenvolvimento humano (Cazaquistão). Os quintis que refletem uma distribuição intranacional dos ativos estão organizados por grupo de desenvolvimento humano.
 Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

FIGURA 1.10

Mortalidade: Convergência nas capacidades básicas, divergência nas capacidades avançadas



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro e dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância.

O ensino tem atravessado uma expansão na maioria dos países, em todos os níveis de desenvolvimento. A desigualdade, porém, persiste, quer ao nível das matrículas entre as gerações mais jovens quer no nível de instrução dos adultos

de mortalidade na terceira idade é a variação das taxas de doenças não transmissíveis entre grupos distintos. As pessoas com um estatuto socioeconómico inferior ou que residem em comunidades mais marginalizadas apresentam um risco mais relevado de morte devido a uma doença não transmissível.³⁰

O mundo está a envelhecer rapidamente. As pessoas com uma idade superior a 60 anos são a faixa etária da população mundial com o crescimento mais veloz. Estima-se que, até 2050, uma em cada cinco pessoas, em todo o mundo, pertença a este grupo etário; nas regiões mais desenvolvidas, estima-se que esta proporção seja de uma em cada três.³¹ Por conseguinte, a relevância das desigualdades relacionadas com os idosos irá acentuar-se.

Estes resultados entre países são coerentes com os dados que têm vindo a lume em estudos no seio dos países. Nos Estados Unidos, um rendimento superior está associado a uma maior longevidade. A desigualdade ao nível da esperança de vida tem, de resto, aumentado nos últimos anos. Entre 2001 e 2014, os indivíduos dos 5 percentis superiores da distribuição do rendimento ganharam mais de 2 anos de esperança de vida aos 40 anos, enquanto, no caso dos 5 percentis inferiores, o tempo de vida permaneceu quase inalterado.³² A importância dos fatores socioeconómicos é sublinhada pelo facto de a esperança de vida aos 40 anos das pessoas com baixos rendimentos (o quartil inferior), variar em cerca de 4,5 anos entre cidades: Os indivíduos com baixos rendimentos em cidades prósperas com populações altamente instruídas e níveis elevados de despesa pública, como Nova Iorque e São Francisco, tendem a viver mais tempo (e a ter um estilo de vida mais saudável) do que os residentes de outros locais. Foi, além disso, nas mesmas cidades que se registaram os maiores ganhos, em termos de esperança de vida das pessoas pobres, durante a década de 2000. Por último, as diferenças ao nível da esperança de vida restringem a redistribuição, uma vez que os indivíduos com baixos rendimentos recebem benefícios dos programas sociais durante menos anos do que os indivíduos com elevados rendimentos.³³

Outros estudos demonstram o aumento das desigualdades relativas à esperança de vida no Canadá,³⁴ na Dinamarca,³⁵ na Finlândia,³⁶ no Japão,³⁷ no Reino Unido,³⁸ nos Estados Unidos³⁹ e em alguns países da Europa Ocidental.⁴⁰ Quanto aos países em vias de desenvolvimento e emergentes, a literatura é muito escassa.⁴¹ No Chile, o aumento das desigualdades ao nível da esperança de vida na terceira idade, entre 2002 e 2017, está ligado ao estatuto socioeconómico dos municípios (caixa 1.4).

Estas desigualdades emergentes são o reflexo do modo como os avanços na longevidade têm deixado amplos segmentos da população para trás.

São necessárias análises mais pormenorizadas para identificar fatores determinantes e medidas políticas destinadas a garantir que os frutos do progresso estejam ao alcance de todas as pessoas. Porém, se estas tendências não forem invertidas, conduzirão a um aumento da desigualdade ao nível da progressividade das políticas públicas centradas no apoio aos cidadãos seniores.⁴²

Educação: Acesso crescente, apesar do agravamento da desigualdade de capacidades

Por intermédio da educação, os estudantes oriundos de meios desfavorecidos podem aumentar a probabilidade da respetiva mobilidade social. Contudo, no caso das crianças que abandonam precocemente o sistema escolar ou que não recebem uma educação de elevada qualidade, as disparidades na aprendizagem podem tornar-se uma armadilha, com implicações vitalícias e mesmo intergeracionais.⁴³

As desigualdades na educação estão generalizadas

O ensino tem atravessado uma expansão na maioria dos países, em todos os níveis de desenvolvimento. A desigualdade, porém, persiste, quer ao nível das matrículas entre as gerações mais jovens quer do nível de instrução dos adultos. Em média, quanto mais baixo for o desenvolvimento humano de um país, maiores as disparidades no acesso à educação (figura 1.11).⁴⁴ Quanto aos países com um nível baixo ou muito elevado de desenvolvimento humano, as disparidades nas taxas de matrícula estão compreendidas entre os 20 pontos, no caso do ensino primário, os 58 pontos, no ensino secundário e superior, e os 61 pontos, no ensino pré-escolar.

As disparidades no acesso à educação entre as crianças e os jovens também são acentuadas no interior de cada país (figura 1.12). De um modo transversal aos níveis de desenvolvimento humano, os quintis inferiores de rendimento têm, quase sempre, um menor acesso à educação, exceto no caso do ensino primário, nos países com um nível elevado ou muito elevado de desenvolvimento humano, em que o acesso já é universal.

Confluência nos aspetos básicos: Convergência no ensino primário, embora não suficientemente rápida

A desigualdade é, habitualmente, menor no ensino primário e secundário, sendo que a maioria dos países

Divergências ao nível da esperança de vida na terceira idade no Chile

Historicamente, o Chile é um país desigual em termos de rendimento, com um coeficiente de Gini de 0,50 em 2017 (números oficiais do Inquérito CASEN (Caracterización Socioeconómica Nacional)). Quanto à esperança de vida na terceira idade, a desigualdade é, também, significativa. Na Região Metropolitana de Santiago, os residentes das comunas (municípios) mais abastadas têm uma maior esperança de vida aos 65 anos — superior, em média, em mais de 2 anos (os que ocupam o canto superior direito da figura). Nos últimos 15 anos, assistiu-se a uma melhoria generalizada da esperança de vida (entre os censos de 2002 e 2017). Contudo, as diferenças entre comunas são persistentes e, de facto, aumentaram. Atualmente, em termos de esperança de vida na terceira idade, existem poucas semelhanças entre a situação das comunas mais afortunadas e a das restantes.

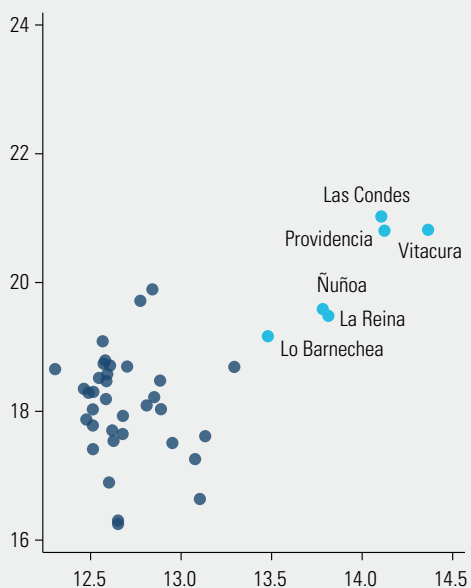
A divergência ao nível da esperança de vida na terceira idade tem várias implicações. Em primeiro lugar, refletem o desequilíbrio

do progresso ao nível da saúde, em todo o país. Tem havido avanços no que diz respeito à vida saudável, embora estes não atinjam todos os grupos sociais e territórios de forma equitativa. Em segundo lugar, verificam-se efeitos distributivos potencialmente regressivos, através do sistema de pensões, em que as prestações de reforma estão associadas ao montante amealhado numa conta-poupança individual e à esperança de vida após a reforma — atualmente comum a todos os grupos sociais.

Este exemplo ilustra a importância de uma análise abrangente das desigualdades através do prisma do desenvolvimento humano, indo além do rendimento (avaliando a dimensão da saúde), além das médias (examinando dados desagregados em diversas áreas) e além do presente (abrangendo as desigualdades que se prevê virem a tornar-se mais importantes nos próximos anos). Esta nova perspetiva das desigualdades emergentes é essencial para a conceção de políticas.

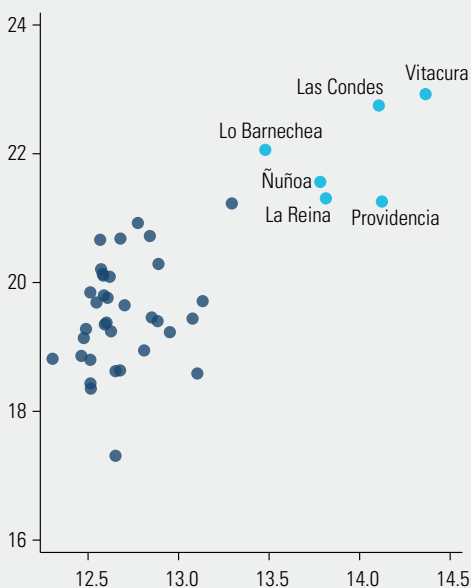
Os residentes das comunas mais abastadas da Região Metropolitana de Santiago viram a sua esperança de vida na terceira idade, já superior, aumentar, em média, mais do que a dos residentes das comunas mais pobres

Esperança de vida aos 65 anos de idade, 2002 (anos)



Registo do rendimento per capita do agregado familiar, 2017

Esperança de vida aos 65 anos de idade, 2017 (anos)



Registo do rendimento per capita do agregado familiar, 2017

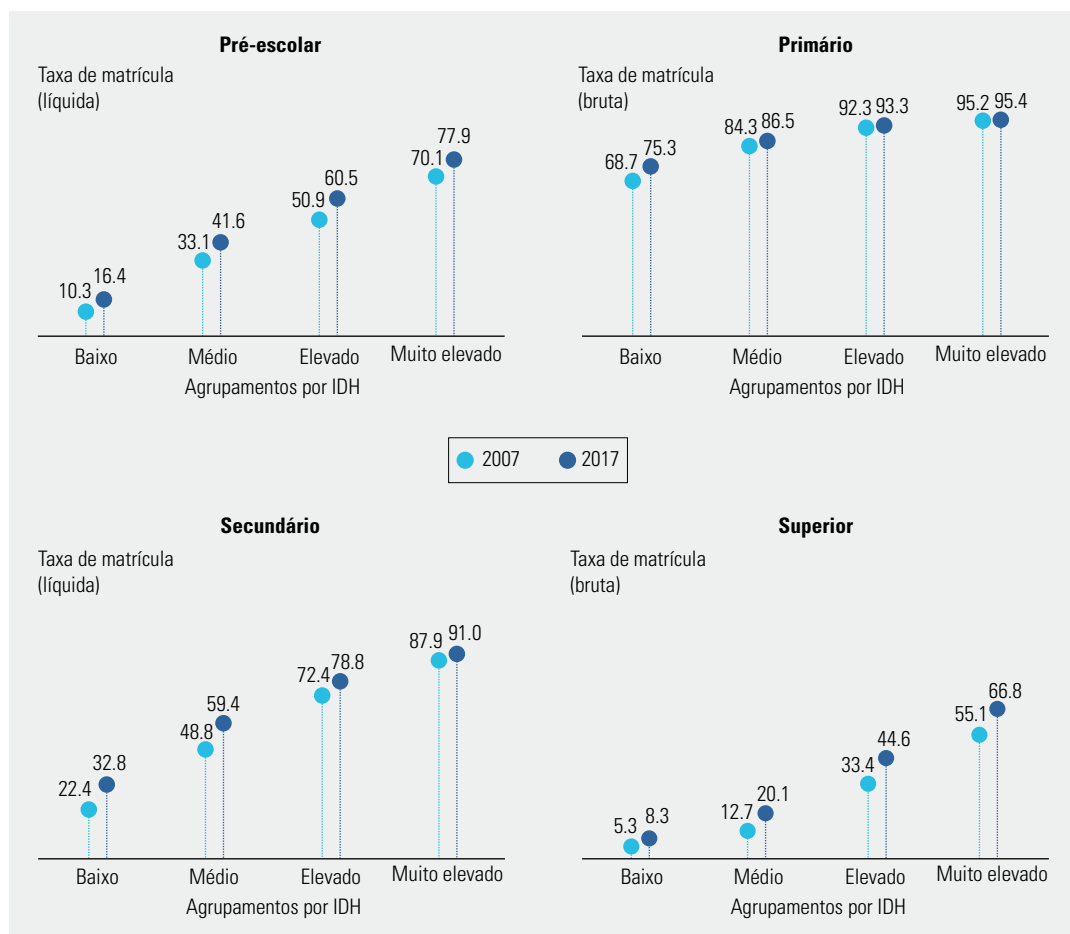
Fonte: Com base em dados de Hsu e Tapia (2019).

estão em vias de alcançar o ensino primário universal, que representa a potencial aquisição de capacidades básicas. A matrícula no ensino secundário é quase universal nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, ao passo que, nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, apenas um terço das crianças estão matriculadas. O sucesso da redução da desigualdade é registado pelas curvas de

concentração, que mostram a igualdade enquanto proximidade da diagonal (figura 1.13, painel superior). A desigualdade ao nível do ensino primário e secundário tem diminuído ao longo da última década. As pessoas dos países com um baixo nível inicial de matrículas (predominantemente, com um grau baixo ou médio de desenvolvimento humano) apresentam os maiores aumentos, em média (ver figura 1.13, painel inferior).

FIGURA 1.11

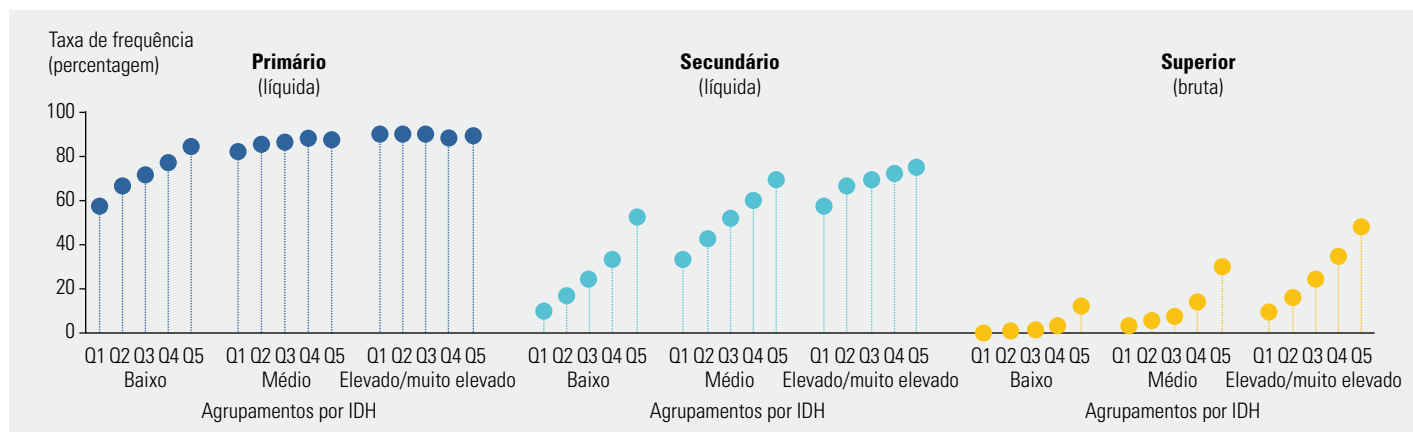
Quanto mais baixo for o desenvolvimento humano de um país, maiores as disparidades no acesso à educação



Nota: Os dados representam médias simples dos dados nacionais.
 Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

FIGURA 1.12

As disparidades no acesso à educação entre as crianças e os jovens também são acentuadas dentro de cada país



Nota: A amostra inclui um único país com um nível muito elevado de desenvolvimento humano (Montenegro). Dados referentes a 2016 ou ao ano mais recente disponível. Os quintis baseiam-se na distribuição da propriedade dos ativos no seio dos países.
 Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro, dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância e do Banco Mundial.

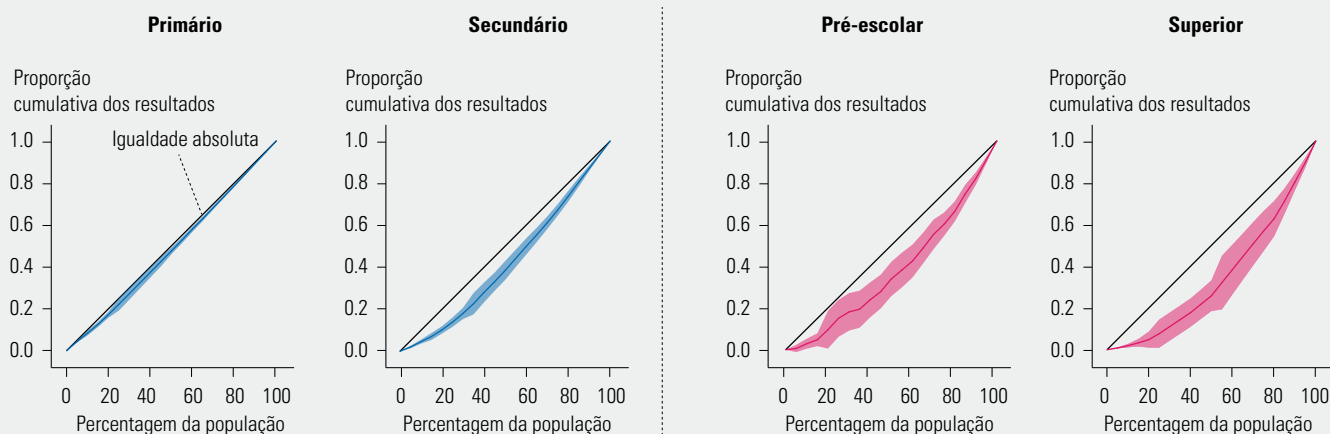
FIGURA 1.13

A desigualdade ao nível do ensino primário e secundário tem diminuído ao longo da última década

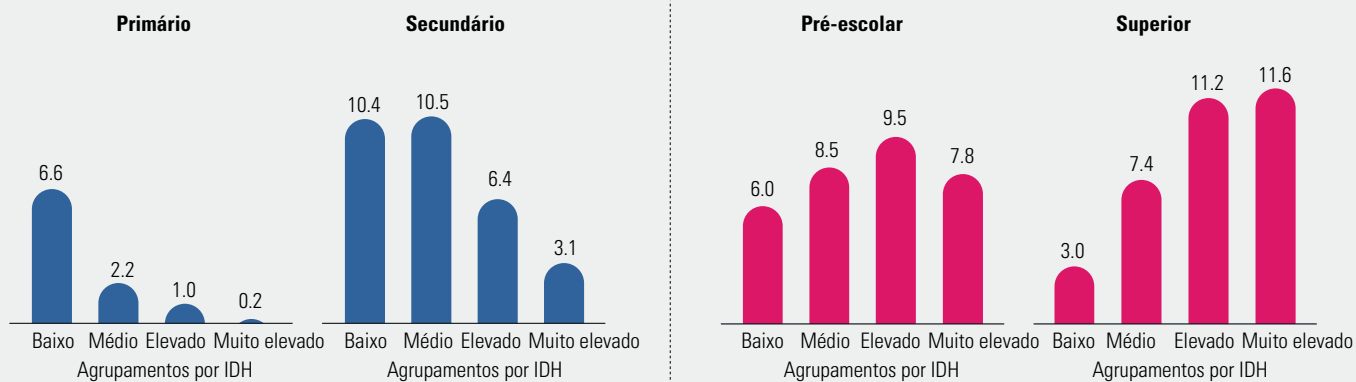
As desigualdades ao nível das **capacidades básicas** são menores e estão a decrescer (convergência): é o caso das taxas de matrícula no ensino primário e secundário. Os países com um baixo nível de desenvolvimento humano estão a aproximar-se dos países com um nível elevado ou muito elevado de desenvolvimento humano.

Contudo, as desigualdades no domínio das **capacidades avançadas** são acentuadas e estão a agravar-se (divergência): as desigualdades ao nível das taxas de matrícula no ensino pré-escolar e superior são acentuadas ou estão a agravar-se.

Curvas de concentração (2017)



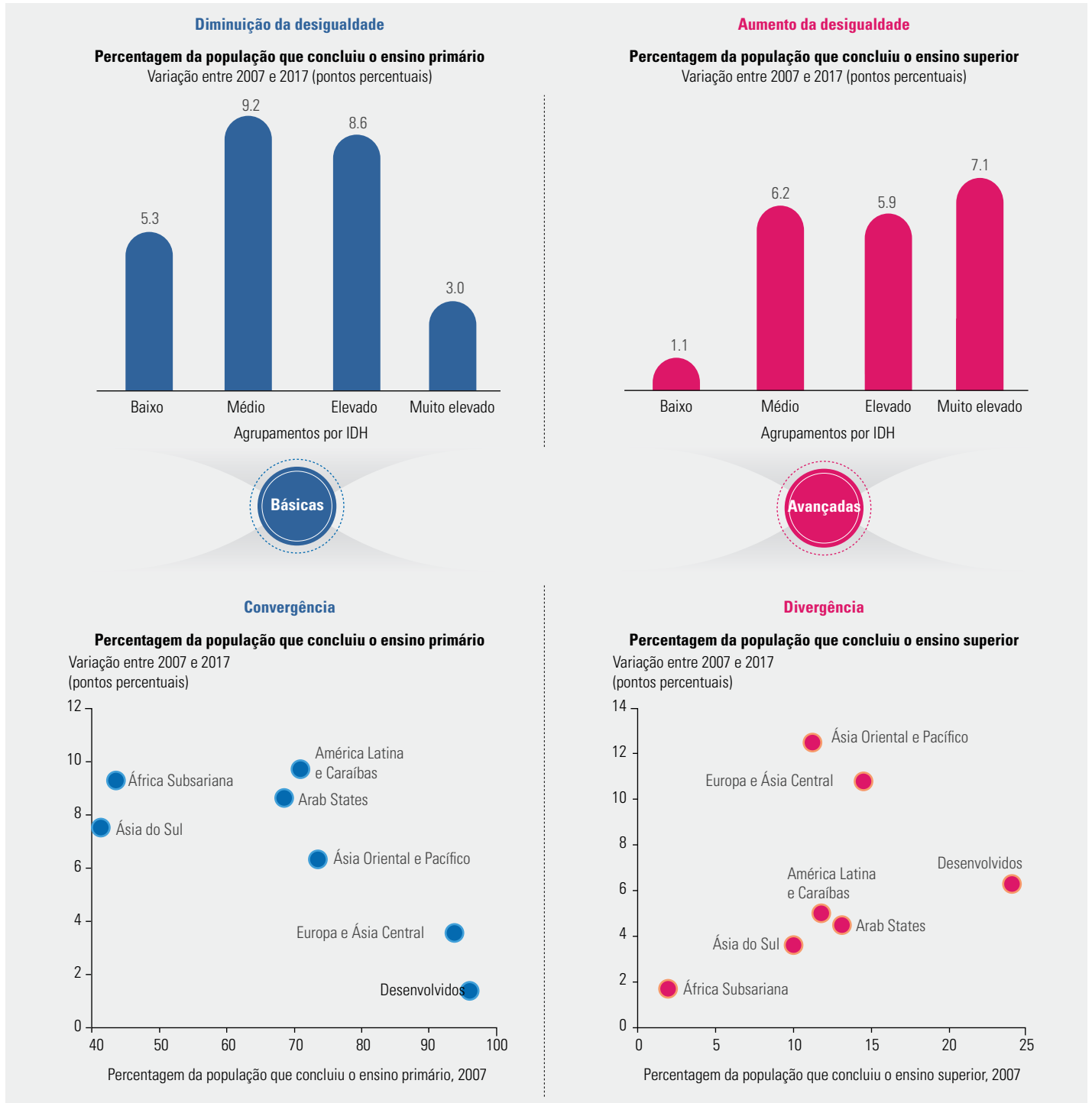
Varição da taxa de matrícula entre 2007 e 2017
(pontos percentuais)



Nota: As curvas de concentração estão ordenadas segundo o valor do Índice de Desenvolvimento Humano.
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano com base em dados do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura ao nível nacional.

FIGURA 1.14

Dinâmica das realizações educativas, 2007–2017



Nota: A convergência e a divergência são testadas de duas formas: por meio do declive de uma equação que opera a regressão das alterações do valor inicial, datado de 2007, entre 2007 e 2017 (utilizando os métodos dos mínimos quadrados e das regressões robustas e medianas de quantis) e através da comparação dos ganhos dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano com os ganhos dos países com um nível baixo ou médio de desenvolvimento humano. Relativamente à conclusão do ensino primário, ambas as métricas revelam uma convergência (valores-p inferiores a 1 por cento em todas as regressões e inferiores a 5 por cento na comparação entre grupos de desenvolvimento humano). Quanto à conclusão do ensino superior, verifica-se, de acordo com ambas as métricas, uma divergência, sendo que as regressões apresentam graus de significância diferentes: o parâmetro é positivo na totalidade dos casos; não é estatisticamente significativo na regressão dos mínimos quadrados, embora seja estatisticamente relevante na regressão robusta dos quantis (valor-p inferior a 10 por cento) e na regressão mediana dos quantis (valor-p abaixo de 1 por cento), bem como para a comparação entre os grupos de desenvolvimento humano (valor-p inferior a 5 por cento).

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura ao nível nacional.

As tendências relativas ao nível de instrução são idênticas: Verifica-se uma forte redução das disparidades no ensino primário (figura 1.14). No entanto, trata-se de médias e a convergência não é igualmente acentuada em todos os contextos, dado que alguns grupos estão a ficar para trás (conforme se discute adiante neste capítulo).

Desigualdades crescentes no domínio das capacidades avançadas: As disparidades no ensino superior e pré-escolar são vincadas e estão a aumentar

As desigualdades no ensino pré-escolar e pós-secundário são acentuadas e, em muitos lugares, estão a agravar-se. As curvas de concentração refletem a distribuição mais desigual destas realizações no caso do ensino pré-escolar e superior (ver figura 1.13, lado direito). Além do mais, as disparidades têm, em média, crescido: Os países com um baixo nível de desenvolvimento humano — já numa posição inferior — tendem a apresentar um progresso mais lento.

Estas tendências — para a convergência, no ensino básico, e para a divergência, nos patamares superiores de ensino — não são uma fatalidade; existe heterogeneidade, reflexo de espaço para intervenção política. Considerando as informações relativas à instrução, por exemplo, a Ásia Oriental e Pacífico e a Europa e Ásia Central atingiram um progresso notável na expansão do ensino superior, estando cada vez mais perto dos países desenvolvidos (ver figura 1.14). Contudo, as outras regiões acompanham a tendência global, estando a África Subsariana a aproximar-se a um ritmo muito acelerado no ensino primário e a ficar para trás no ensino superior.

Os dados relativos a 47 países em vias de desenvolvimento evidenciam uma divergência na aquisição de capacidades avançadas: Os quintis com um maior acesso ao ensino pós-secundário há 10 anos apresentam os maiores ganhos (figura 1.15).

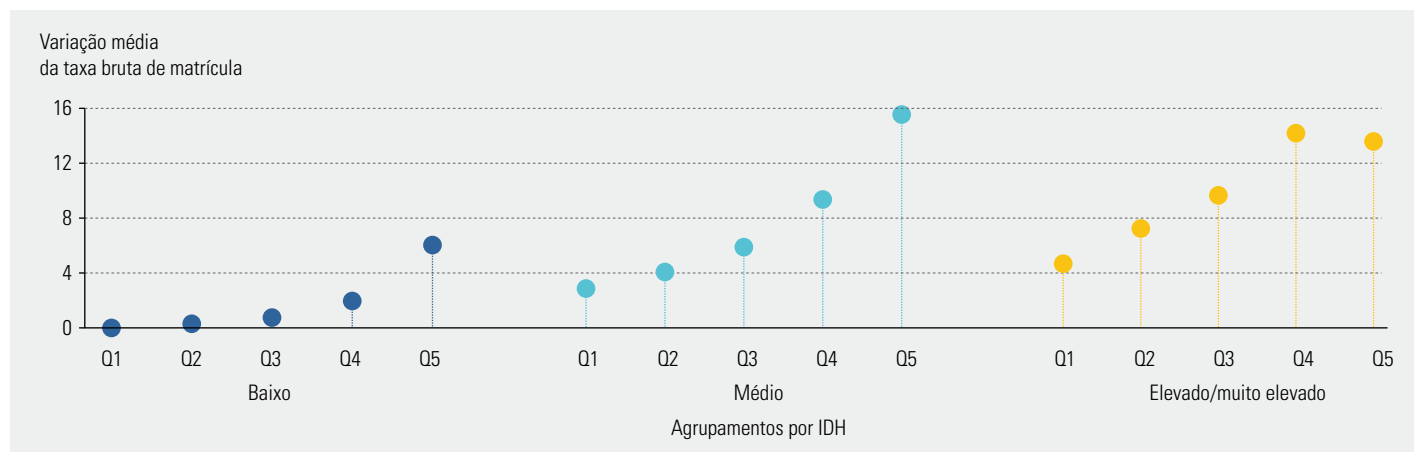
O desequilíbrio da distribuição tem consequências para o desenvolvimento humano. As disparidades mais marcadas surgem na formação das capacidades avançadas, que são as áreas com maiores retornos: no ensino pré-escolar, com o maior retorno social,⁴⁵ e no ensino superior, com o maior retorno privado.⁴⁶ Esta análise considera o ensino pré-escolar uma realização avançada, dada a sua importância e uma vez que as sociedades só a reconheceram recentemente. As desigualdades na formação de capacidades avançadas abrem o caminho à futura desigualdade, ao longo do ciclo de vida, em particular no acesso a oportunidades de trabalho e de rendimento.⁴⁷

A distinção entre as capacidades básicas e avançadas, no domínio da educação, depende do efeito das várias realizações sobre o que as pessoas conseguem fazer. As disparidades acentuadas e crescentes não apenas revelam o acesso diferenciado ao ensino superior e o seu impacto direto sobre o acesso à aprendizagem, mas também determinam as desigualdades na disponibilidade de profissionais entre países e dentro dos mesmos, com efeitos sobre diversas áreas do desenvolvimento humano. Por exemplo, a desigualdade entre países ao nível da disponibilidade de médicos está a agravar-se. Os países com um nível elevado ou muito elevado de desenvolvimento humano tinham um número significativamente superior de médicos per capita em 2006 e fizeram aumentar, em média, as disparidades entre os mesmos e os países com um nível baixo ou médio de desenvolvimento humano (figura 1.16).

Os dados relativos a 47 países em vias de desenvolvimento evidenciam uma divergência na aquisição de capacidades avançadas: Os quintis com um maior acesso ao ensino pós-secundário há 10 anos apresentam os maiores ganhos

FIGURA 1.15

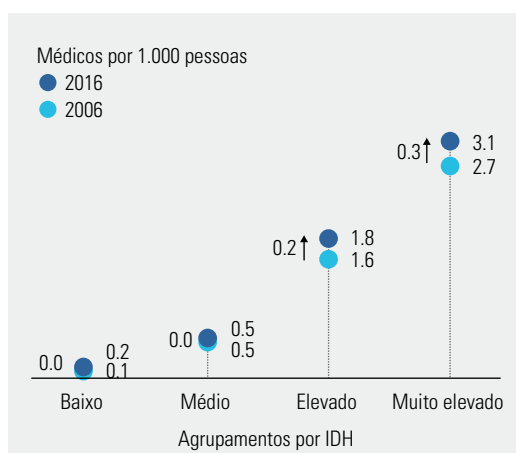
As desigualdades dentro dos próprios países no ensino pós-secundário estão a aumentar



Nota: A amostra inclui o único país com um nível muito elevado de desenvolvimento humano (Montenegro). Os quintis baseiam-se na distribuição da propriedade dos ativos no seio dos países.
 Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde e dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos tratados pelo Banco Mundial.

FIGURA 1.16

Agravamento da desigualdade entre países ao nível da disponibilidade de médicos



Nota: Os dados representam médias simples para cada grupo de desenvolvimento humano. Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados ao nível nacional da base de dados de Indicadores do Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial.

Apesar de mais de 90 por cento das crianças, em todo o mundo, possuírem, atualmente, algum grau de escolaridade, menos de metade das que frequentam a escola adquirem competências mínimas nos domínios da leitura e da matemática até à conclusão do ensino primário

Desigualdades crescentes nas áreas de maior capacitação: A crise da aprendizagem

A educação deveria significar a garantia de que a escolaridade conduz à aprendizagem. Porém, a grande expansão da educação não se traduziu em ganhos comensuráveis ao nível da aprendizagem, um domínio em que existem amplas disparidades. Ainda há, além disso, muito a fazer — em muitos países, a deficiência das realizações ao nível da aprendizagem é perturbadora. Apesar de mais de 90 por cento das crianças, em todo o mundo, possuírem, atualmente, algum grau de escolaridade, menos de metade das que frequentam a escola adquirem competências mínimas nos domínios da leitura e da matemática até à conclusão do ensino primário.⁴⁸

A acelerada expansão da educação nos países em vias de desenvolvimento levou à matrícula de milhões de alunos de primeira geração, que carecem do apoio das respetivas famílias quando se atrasam no currículo escolar. Os estudantes que ficam para trás podem ter dificuldades se o nível de instrução da turma (com base em manuais que seguem padrões curriculares ambiciosos) for consideravelmente superior ao seu nível de aprendizagem.⁴⁹ Estes problemas exacerbam-se nos graus superiores de ensino, caso os alunos progridam automaticamente para o grau seguinte, sem terem adquirido competências basilares. A insuficiência das competências continua a prejudicar as oportunidades de carreira — e os rendimentos auferidos — bem depois do fim da escolaridade. Em quase todos os países, a proveniência familiar — incluindo o grau académico

dos pais, o estatuto socioeconómico e as condições em casa (como o acesso a livros) — permanece o melhor fator de previsão dos resultados da aprendizagem.⁵⁰

O gradiente da aprendizagem leva à acumulação de desigualdades: Os membros de grupos desprivilegiados não só têm menos oportunidades de se instruírem, como também aprendem muito menos já na sala de aula (figura 1.17). Estas desigualdades socioeconómicas permaneceram acentuadas e estáveis, no decurso das duas últimas décadas, nos países com um historial mais antigo de dados normalizados.⁵¹

A convergência ao nível básico não tem sido benéfica para todos: Identificar os mais desfavorecidos

Este capítulo documentou a convergência transversal às capacidades básicas.

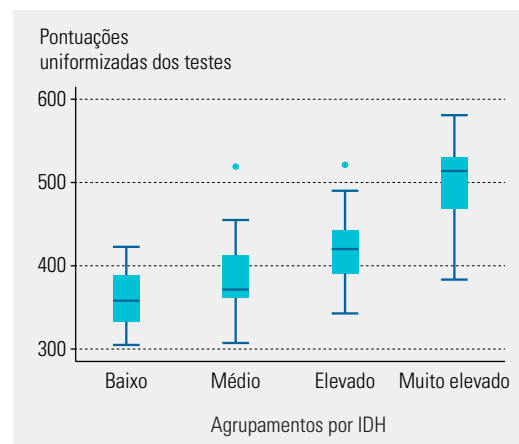
Porém, será que isto implica que a maré alta esteja a elevar todos os navios? A presente secção revela que, apesar da convergência, muitas pessoas são excluídas e ficam presas no fundo da pirâmide social. A convergência nas capacidades básicas não é absoluta — os avanços na saúde e na educação, dentro de cada país, continuam a deixar muitas pessoas para trás.

A convergência média não é uma condição suficiente para que ninguém fique para trás. A convergência pode ser dividida em quatro casos, a partir do ponto de vista de um grupo específico:

- Convergência absoluta: o grupo aproxima-se de todos os melhor posicionados.

FIGURA 1.17

Pontuações nos testes, uniformizadas de forma transversal aos grupos de desenvolvimento humano



Nota: Cada caixa mapeia os 50 percentis intermédios da distribuição; a linha central representa a mediana; as linhas das extremidades representam o mínimo e o máximo aproximados da distribuição. Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados ao nível nacional do Banco Mundial (2018b).

- **Convergência fraca:** um grupo aproxima-se, em média, dos que estão no topo.
- **Divergência simples:** um grupo regista um progresso muito lento, pelo que a discrepância, em média, face aos do topo aumenta.
- **Divergência absoluta:** existe um retrocesso, com um fosso crescente em relação aos demais e à situação inicial.

Os dois indicadores do IDH que estão mais associados às capacidades básicas (esperança de vida à nascença e média de anos de escolaridade) ilustram os limites da convergência média. A análise assenta na percentagem da população dos países com um nível baixo, médio e elevado de desenvolvimento humano que estão (ou não) a convergir com as realizações típicas de um desenvolvimento humano muito elevado (tabela 1.1). Entre 2007–2017, verificou-se uma convergência significativa, mas foi parcial (apenas metade da população) e, essencialmente, fraca (apenas 0,3 por cento alcançaram uma convergência plena absoluta). A diferença entre a convergência absoluta e a convergência fraca foi consequente: o progresso “perdido” quanto à esperança de vida à nascença cifrou-se em 2,8 anos e, quanto à média de anos de escolaridade, em 0,7 anos. Por outro lado, 36 por cento da população situou-se numa faixa mista, com convergência numa das variáveis e divergência na outra (células amarelas da tabela 1.1). Além disso, 14 por cento da população encontrava-se na faixa da divergência (células vermelhas da tabela 1.1).

A convergência parcial e fraca tem implicações para o futuro e para o cumprimento dos ODS. Hoje em dia, 5,4 milhões de crianças, mais de metade das quais recém-nascidas, não sobrevivem além dos primeiros cinco anos de vida;⁵² 262 milhões de crianças abandonam a escolaridade ora ao nível primário ora ao secundário e quase 600 milhões de pessoas, em todo o

planeta, ainda vivem com menos de 1,90 \$ por dia.⁵³ Esta realidade indicia que as pessoas com um baixo nível de desenvolvimento humano enfrentam um duplo desafio. Uma parte da população não reúne o conjunto básico de capacidades de desenvolvimento humano no que diz respeito à sua esperança de vida, à escolaridade e ao rendimento. Acresce que uma parte maior também tem ficado para trás no que toca ao conjunto de capacidades avançadas, que gira em torno de patamares superiores de instrução e de competência laboral e digital.

Apesar de um maior acesso às imunizações e a tecnologias médicas mais económicas, as taxas de mortalidade infantil nos agregados familiares mais desfavorecidos dos países mais pobres do mundo permanecem elevadas (figura 1.18). As taxas mais elevadas concentram-se nos países com um nível baixo ou médio de desenvolvimento humano. Existem, de resto, disparidades acentuadas no interior de cada país: Os 20 percentis mais pobres da Guatemala, país com um rendimento médio, registam uma taxa média de mortalidade equivalente à do Senegal, com um baixo rendimento.

Ao atual ritmo de progresso, haverá cerca de 3 milhões de mortes infantis em 2030. A maior parte decorreria de causas notoriamente evitáveis, com raízes na pobreza e no acesso desigual a cuidados de saúde de qualidade. Cerca de 850.000 serão o reflexo da lacuna entre a meta dos ODS e os resultados da atual trajetória. Uma vez que o rácio de mortes entre os mais pobres e os mais ricos é superior a 5 para 1, a aceleração do progresso das crianças mais pobres funcionaria como um vigoroso catalisador do progresso global — o que exemplifica o poder da convergência, ao elevar as pessoas da base, salvando 4,7 milhões de vidas entre 2019 e 2030 (figura 1.19).

Hoje em dia, 5,4 milhões de crianças, mais de metade das quais recém-nascidas, não sobrevivem além dos primeiros cinco anos de vida; ao atual ritmo de progresso, haverá cerca de 3 milhões de mortes infantis em 2030

TABELA 1.1

Convergência limitada na saúde e na educação, 2007–2017

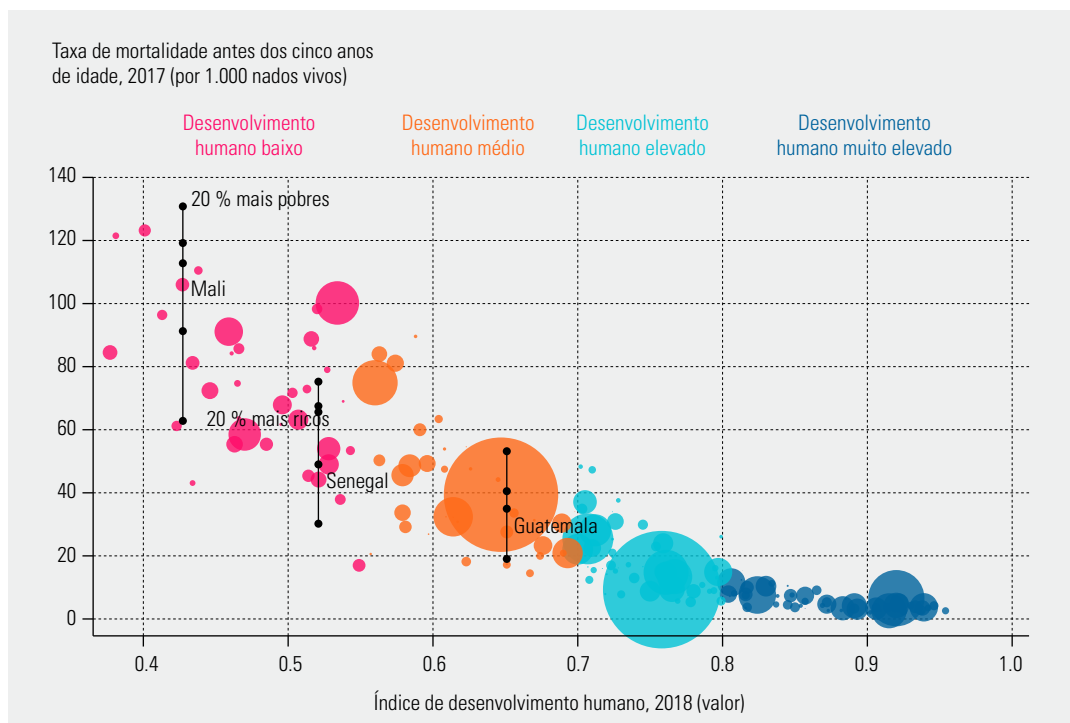
(percentagem da população dos países com um grau baixo, médio ou elevado de desenvolvimento humano)

		Média de anos de escolaridade			
		Divergência absoluta	Divergência	Convergência fraca	Convergência absoluta
Esperança de vida a nascença	Divergência absoluta	0,1	3,5	2,7	0,2
	Divergência	0,2	10,6	16,4	1,7
	Convergência fraca	1,0	12,9	42,8	4,3
	Convergência absoluta	0,0	1,4	1,7	0,3

Nota: As estimativas relativas ao desempenho dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento são ponderadas pela população. Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados ao nível subnacional de Permanyer e Smits (2019).

FIGURA 1.18

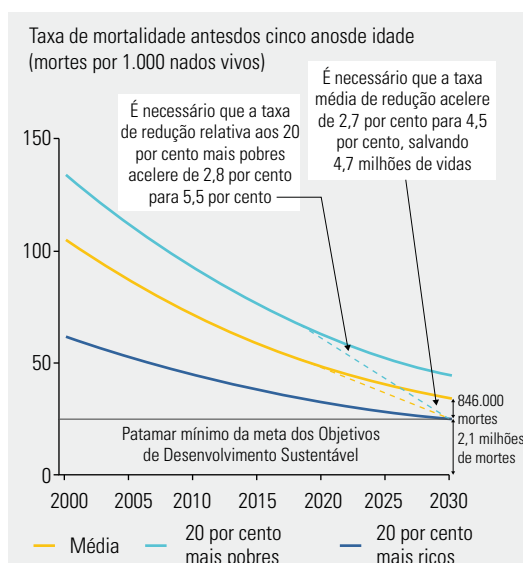
A mortalidade infantil está a convergir com o desenvolvimento humano, mas não para os 20 por cento mais pobres



Cerca de 262 milhões de crianças e jovens não frequentavam a escola em 2017

FIGURA 1.19

Cerca de 846.000 das 3,1 milhões de mortes de crianças são evitáveis se os 20 percentis inferiores convergirem com a média nacional



As principais causas da morte de crianças com menos de 5 anos de idade permanecem por solucionar. Entre as mesmas, incluem-se as complicações associadas ao parto prematuro (18 por cento do total global), a pneumonia (16 por cento) e a complicações durante o parto (12 por cento), representando as anomalias congénitas, a diarreia, a sépsis neonatal e a malária, respetivamente, entre 5–10 por cento adicionais.⁵⁴ As intervenções direcionadas em casos de tuberculose, pneumonia e diarreia apresentam alguns dos maiores retornos na redução da mortalidade de menores de cinco anos no mundo em vias de desenvolvimento. Além disso, três quartos das mortes de menores com 0–14 anos de idade resultam de doenças transmissíveis, perinatais e nutricionais.⁵⁵ A escassez dos dados é outro problema. As intervenções direcionadas beneficiam da manutenção de registos em tempo real, com recurso a registos domésticos complementares aos dos prestadores de cuidados de saúde. Os países pioneiros na adoção de registos médicos eletrónicos — Peru, Quênia, Malawi e Haiti — demonstram como os sistemas de informação podem auxiliar o microdirecionamento para os mais desfavorecidos.

A permanência na escolaridade continua a ser um desafio na base da distribuição global. Cerca de 262

milhões de crianças e jovens não frequentavam a escola em 2017, dos quais 64 milhões com idades correspondentes ao ensino primário, 61 milhões ao primeiro ciclo do ensino secundário e 138 milhões ao segundo ciclo do ensino secundário.⁵⁶ A África Subsariana apresenta as maiores taxas de exclusão. De resto, a mera frequência da escola não garante a aprendizagem das crianças. Mais de metade das crianças de todo o mundo não conseguem ler e compreender uma estória simples aos 10 anos de idade.⁵⁷ Tal como no caso das taxas de mortalidade, existem vastas discrepâncias dentro de cada país, o que revela que pertencer à base da distribuição do rendimento nacional aumenta, acentuadamente, a probabilidade do abandono escolar (figura 1.20).⁵⁸

Se as atuais tendências se mantiverem, a taxa de abandono escolar baixará de 18 por cento, em 2017, para 14 por cento, em 2030. Trata-se de um desvio da meta, representando 225 milhões de crianças⁵⁹ cuja vida se inicia com uma desvantagem dificilmente reversível.

O panorama misto do progresso pode ser observado pelo ângulo do Índice de Pobreza Multidimensional Global, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pela Iniciativa para a Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford. Nos dias de hoje, 1,3 mil milhões de pessoas dos países em vias de desenvolvimento encontram-se numa situação de pobreza multidimensional. Num estudo detalhado de 10 países com dados comparáveis ao longo

do tempo, nove assistiram a uma redução da taxa de pobreza multidimensional nos últimos anos. Acresce que, em nove dos mesmos, a melhoria registada nos 40 percentis da base foi mais acelerada do que a melhoria da população total. Estes dados sugerem uma convergência em termos globais. No entanto, ao olhar para lá das médias, a situação é heterogénea. Ao passo que, na Índia, os territórios que tinham ficado para trás conseguiram aproximar-se de um modo bastante significativo — especialmente Bihar e Jharkhand — na Etiópia, alguns dos territórios mais pobres são os que apresentaram o progresso mais lento, especialmente Oromia.⁶⁰

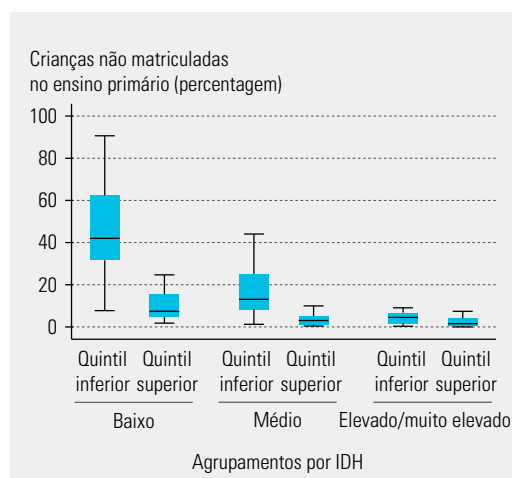
A insuficiência da segurança humana, numa aceção lata, é um dos fatores que subjazem à divergência em determinados territórios (caixa 1.5). O desenvolvimento humano, no caso das pessoas que ocupam a base da distribuição, é atrasado por choques — de rendimento, saúde, conflitos ou calamidades — que aumentam a vulnerabilidade de agregados familiares que já estão vulneráveis. Os riscos dizem respeito a potenciais eventos nocivos para o bem-estar, podendo definir-se a vulnerabilidade como a dimensão (*ex ante*) da ameaça para os resultados ao nível do desenvolvimento humano.⁶¹ Os indivíduos e as famílias podem reduzir a respetiva vulnerabilidade — isto é, podem reforçar a sua capacidade de lidar com choques quando estes acontecerem — mediante o acesso a ativos capazes de atenuar o seu impacto.

Há muita coisa em jogo na base. Os choques podem afetar as ações das pessoas de formas prejudiciais ao potencial de desenvolvimento humano a longo prazo (conduzindo, por exemplo, ao abandono escolar), além de poderem projetar os indivíduos e as famílias para uma situação de privação extrema, sem grande aviso prévio.

Se as atuais tendências se mantiverem, a taxa de abandono escolar baixará de 18 por cento, em 2017, para 14 por cento, em 2030. Trata-se de um desvio da meta, representando 225 milhões de crianças

FIGURA 1.20

As taxas de abandono escolar estão a convergir com o desenvolvimento humano, mas não para os 20 por cento mais pobres



Nota: Cada caixa mapeia os 50 percentis intermédios da distribuição; a linha central representa a mediana; as linhas das extremidades representam o mínimo e o máximo aproximados da distribuição. Fonte: Estimativas do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Rumo a uma agência reforçada

A secção precedente apresentou alguns factos estilizados acerca das desigualdades no desenvolvimento humano — indo além do rendimento. Contudo, a análise de algumas dimensões através de um conjunto de indicadores normalizados está longe de ser exaustiva. As desigualdades relevantes para o desenvolvimento humano variam, provavelmente, entre zonas geográficas, culturas e épocas. Com efeito, a abordagem do desenvolvimento humano, centrada nas pessoas, é pluralista — admitindo diferentes valorações e prioridades — e aberta.

Crises e divergência

As crises económicas são um importante fator de divergência das condições económicas e sociais. Os países que atravessam recessões demoram, frequentemente, anos a recuperar.¹ De resto, em cada país, as crises tendem a prejudicar as pessoas mais vulneráveis. Num estudo dos países latino-americanos, todas as crises económicas foram seguidas de um aumento da taxa de pobreza e, na maioria dos casos, de um aumento da desigualdade.²

As catástrofes associadas a riscos naturais podem ter um impacto devastador e lesar o desenvolvimento humano, conforme se discute no capítulo 5. Além disso, tais catástrofes tornar-se-ão mais comuns à medida que a crise climática se agrava. Os efeitos podem ser verdadeiramente devastadores. A 14 de março de 2019, o ciclone Idai atingiu a costa do porto da Beira, em Moçambique, antes de atravessar a região. Milhões de pessoas, no Malawi, em Moçambique e no Zimbabué, foram afetadas pela pior catástrofe natural em, pelo menos, duas décadas na África Austral.³ Seis semanas depois, o ciclone Kenneth atingiu a costa Norte de Moçambique — a primeira vez na história, desde que há registo, que dois ciclones tropicais fortes atingiram o país na mesma estação. Os ciclones deixaram cerca de 1,85 milhões de pessoas, em Moçambique, entregues à sua sorte, com uma necessidade urgente de auxílio humanitário.

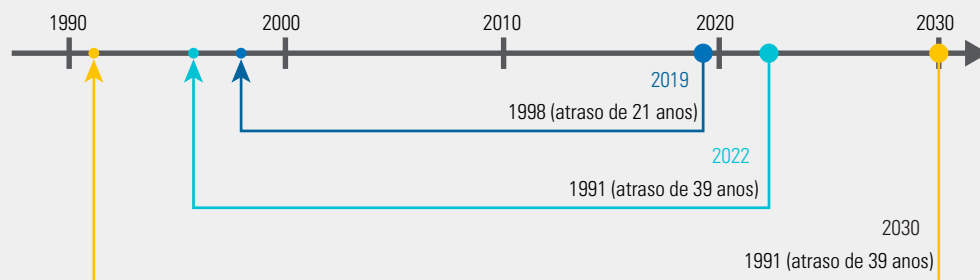
Foram apenas o início daquilo que se tornaria uma catástrofe educativa e sanitária. Cerca de 3.400 salas de aula foram

destruídas ou danificadas em Moçambique e quase 305.000 crianças faltaram à escola após as inundações.⁴ Os casos de malária ascenderam a 27.000 e os de cólera, a quase 7.000. Cerca de 1,6 milhões de pessoas receberam auxílio alimentar e quase 14.000 foram forçadas a residir em centros de desalojados. Os efeitos cumulativos das intempéries só serão plenamente conhecidos no decurso dos próximos anos.

Os conflitos são igualmente devastadores para o desenvolvimento humano. Antes do agravamento do conflito no lémen, em 2015, o país estava classificado em 153.^o lugar quanto ao desenvolvimento humano, 138.^o em relação à pobreza extrema, 147.^o ao nível da esperança de vida e 172.^o em nível de instrução. O conflito inverteu a marcha do desenvolvimento — provocando a morte de quase um quarto de milhão de pessoas, ora diretamente, devido aos combates, ora indiretamente, em virtude da falta de alimentos, infraestruturas e serviços de saúde. Aproximadamente 60 por cento das vítimas mortais são crianças com menos de 5 anos de idade. O seu impacto a longo prazo coloca-o entre os conflitos mais destrutivos desde o final da Guerra Fria (ver figura) e já atrasou o desenvolvimento humano do país em 21 anos. Caso o conflito prossiga até 2022, inclusive, o desenvolvimento será atrasado em 26 anos — mais do que uma geração. Se persistir até 2030, inclusive, o impacto aumentará para quase 40 anos.

O conflito já atrasou o desenvolvimento humano do lémen em 21 anos

Índice de Desenvolvimento Humano
(anos de atraso no final do conflito)



Fonte: Moyer and others 2019.

Notes

1. São necessários mais de quatro anos para recuperar os empregos perdidos; cerca de dois anos, para o nível de produção (Reinhart e Rogoff 2009) e, em muitos casos, ainda mais (Cerra e Saxena 2008). 2. Lustig 2000. 3. UNICEF 2019b. 4. Ver UNICEF (2019b).

Qual a melhor forma de gerir esta complexidade — o cariz multidimensional e mutável das desigualdades — de modo a explorar as desigualdades emergentes no século XXI?

A presente secção aborda esta questão através do exame de dois aspetos de relevo para a agência das pessoas, complementando os aspetos ligados às desigualdades ao nível das capacidades anteriormente discutidas. Conforme se observou, as capacidades são fatores determinantes do bem-estar e necessárias à agência — mas não são os únicos fatores determinantes. Assim, a

presente secção contempla, em primeiro lugar, o modo como a desigualdade, frequentemente sob a forma da discriminação, priva as pessoas da sua dignidade. As desigualdades são prejudiciais porque condicionam o acesso aos frutos do progresso, com efeitos perversos sobre a mobilidade social e o progresso social a longo prazo (capítulo 2), e porque erodem a dignidade humana — e, com ela, o reconhecimento social e o respeito, o que pode limitar a agência. Em segundo lugar, a desigualdade, por ser um conceito social e relacional, dá resposta a comparações transversais aos

grupos sociais e entre indivíduos. Deste modo, as percepções sociais podem oferecer informações acerca das diferenças sociais que importam às pessoas, dado que as ações humanas também são guiadas por percepções de equidade em relação ao que acontece à própria pessoa e às demais.

As desigualdades e a procura da dignidade

A procura da dignidade é crucial para a definição dos aspetos constituintes do desenvolvimento no século XXI. Isto é verdade quer ao nível das capacidades e das realizações básicas quer das avançadas, tratando-se de uma visão importante para a exploração das causas emergentes da exclusão — causas difíceis de captar por meio dos indicadores tipicamente comunicados pelos institutos nacionais de estatística. A procura da dignidade é explícita na teoria das “capacidades centrais” de Martha Nussbaum.⁶² Amartya Sen, por sua vez, sublinha que, na definição do mínimo necessário de liberdades, não é só o efeito dos resultados diretamente observáveis — como o rendimento — que importa, mas também as potenciais restrições da capacidade de funcionar na sociedade sem sentir vergonha.⁶³ Segue a senda d’*A Riqueza das Nações* de Adam Smith, destacando o papel das privações relativas — com uma relevância social simbólica, ainda que não sejam essenciais para a subsistência biológica — na definição das necessidades básicas. Trata-se de uma das raízes dos “alvos móveis” (questões fulcrais em permanente mudança) do desenvolvimento. Com efeito, de resto, a dignidade humana tem sido um elemento central da evolução do consenso global em torno das ambições universalmente partilhadas, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, até aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2015.

A procura da dignidade pode, ainda, ser crucial para a formulação de políticas, sobretudo nos casos em que o reconhecimento (na aceção da igualdade de tratamento) for necessário para complementar outras políticas de fomento da equidade, incluindo a redistribuição.⁶⁴ O progresso ao nível do reconhecimento e dos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e intersexo (LGBTI) é um exemplo. A capacidade de aparecer em público sem sentir vergonha é gravemente comprometida quando a identidade de uma pessoa é socialmente sancionada. A exclusão das pessoas LGBTI assume a forma da discriminação no trabalho e nas comunidades. Um ambiente hostil às pessoas LGBTI força os indivíduos a escolher entre enfrentar a opressão e ocultar a sua identidade e

preferências sexuais, limitando as suas possibilidades de interação social franca e de realização pessoal (caixa 1.6).

A dignidade, enquanto igualdade de tratamento e não discriminação, pode ser ainda mais importante do que os desequilíbrios na distribuição do rendimento. No Chile, país com uma distribuição muito desigual do rendimento, a desigualdade ao nível do rendimento ocupava um lugar cimeiro nas preocupações exprimidas pelas pessoas (53 por cento das pessoas afirmaram que a desigualdade de rendimento as incomodava) num inquérito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 2017.⁶⁵ Contudo, manifestaram um descontentamento ainda maior com o acesso desigual aos serviços de saúde (68 por cento), o acesso desigual à educação (67 por cento) e a desigualdade ao nível do respeito e da dignidade com que as pessoas são tratadas (66 por cento). Entre os 41 por cento das pessoas que afirmaram ter sido tratadas com desrespeito no ano anterior, 43 por cento afirmaram que tal se devia à sua classe social, 41 por cento atribuíram-no ao seu sexo feminino, 28 por cento, ao seu local de residência e 27 por cento, ao modo como se vestiam. Neste contexto, o progresso em termos de políticas de promoção da agência e redução da vergonha e da discriminação afigura-se tão importante como as referentes à melhoria das condições materiais.⁶⁶ No Japão, o conceito e a medição da dignidade sinalizam, igualmente, desigualdades que outros indicadores materiais são incapazes de captar (caixa 1.7).

A ausência da igualdade de tratamento e da não discriminação também se refletem nas desigualdades entre grupos, designadas por desigualdades horizontais.⁶⁷ As desigualdades horizontais são injustas, por terem origem em características alheias à vontade das pessoas. Os ODS incentivam a análise das desigualdades horizontais através da desagregação, que enfatiza grupos prioritários — os tradicionalmente desfavorecidos em virtude do rendimento, género, idade, raça, etnia, estatuto migratório, incapacidade, localização geográfica e de outras características relevantes nos respetivos contextos nacionais.⁶⁸

As desigualdades horizontais podem refletir uma discriminação deliberada das políticas, leis e medidas — ou mecanismos enraizados nas normas sociais, em preconceitos inconscientes ou no funcionamento dos mercados. Frequentemente, os movimentos culturais que fomentam a desigualdade horizontal estão suficientemente enraizados para perpetuá-la, apesar da aplicação de políticas destinadas a bani-la ou atenuá-la, como se sucede na Índia (caixa 1.8). Na América

A procura da dignidade é crucial para a definição dos aspetos constituintes do desenvolvimento no século XXI

À escala global, as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo (LGBTI) continuam a enfrentar a exclusão social em diferentes esferas da vida, com base na sua orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais. Os enquadramentos jurídicos restritivos, a discriminação e a violência com base nesses atributos (perpetradas por entidades estatais e não estatais), a par da ausência de políticas públicas eficazes, figuram entre as principais causas da exclusão de pessoas LGBTI.¹

Enquadramentos jurídicos restritivos

A criminalização é uma das maiores barreiras ao desenvolvimento das pessoas LGBTI. Em maio de 2019, 69 membros da ONU ainda criminalizavam atos sexuais consentidos entre adultos do mesmo sexo, pelo menos 38 dos quais ainda detêm, julgam e condenam pessoas à prisão, a penas corporais ou até à morte com base neste tipo de leis.² De resto, muitos Estados-membros da ONU possuem, ainda, leis que criminalizam diversas formas de expressão de género e de travestimento, utilizadas para a perseguição de pessoas trans e com diversidade de género.³

A ausência de reconhecimento jurídico do seu género⁴ é um dos obstáculos mais desafiantes à inclusão social das pessoas trans e com diversidade de género. Quando os documentos pessoais não correspondem à aparência do(a) portador(a), convertem-se num enorme entrave à realização de atividades comuns do dia-a-dia, como a abertura de uma conta bancária, a candidatura a uma bolsa, a procura de um emprego e o arrendamento ou a compra de um imóvel. Esta situação expõe, além disso, as pessoas trans à devassa, à desconfiança e até à violência por parte de estranhos. Em muitos países, o reconhecimento jurídico do género só é concedido mediante requisitos patologizantes, como cirurgias, tratamentos/exames invasivos ou apresentações por terceiros.⁵ Acresce que, quando as leis de combate à discriminação não protegem, explicitamente, as pessoas com base na sua orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais, as pessoas LGBTI não conseguem garantir que seja feita justiça em relação a atos discriminatórios que as impeçam de aceder a serviços vitais, incluindo os cuidados de saúde, a educação, a habitação, a segurança social e o emprego.

Discriminação e violência com base na orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais

Ser vítima de violência e discriminação pode ter um impacto profundo sobre a capacidade de levar uma vida produtiva e gratificante.

Existe uma ampla investigação que evidencia o modo como as pessoas LGBTI sofrem apagamento, negação, discriminação e violência:⁶ uma espiral de rejeição que pode ter início numa idade muito jovem, no seio da família, e continuar na escola,⁷ no emprego,⁸ nos estabelecimentos de cuidados de saúde e nos espaços públicos.⁹ As autoridades estatais podem ser os principais perpetradores de violência e abuso contra as pessoas LGBTI, praticando detenções arbitrárias, chantagem, atos humilhantes, assédio e até exames médicos forçados. As pessoas LGBTI enfrentam, ainda, a exclusão do acesso à justiça, o que contribui para o défice na denúncia de casos de violência contra pessoas LGBTI e para as reduzidas taxas de julgamento dos autores desta violência, dado que as pessoas LGBTI se encontram, com frequência, isoladas das instituições estatais por receio da autoincriminação e de posteriores abusos.¹⁰

Ausência de políticas públicas eficazes

O terceiro principal conjunto de causas da exclusão social das pessoas LGBTI prende-se com a inação do Estado quanto às questões das políticas públicas de diversidade sexual e de género.¹¹ À semelhança de outros grupos sociais que foram submetidos a longos períodos de discriminação, a plena inclusão social das pessoas LGBTI exige mais do que a eliminação da legislação discriminatória e a promulgação de proteções jurídicas. Para compensar os efeitos da exclusão sistémica, são necessárias políticas públicas eficazes concebidas e implementadas de forma a combater, mitigar e, eventualmente, erradicar o preconceito e o estigma social, sobretudo no caso das pessoas que vivem em situação de pobreza. Poderão, ainda, ser necessárias ações afirmativas.

As pessoas intersexo enfrentam, igualmente, formas específicas de exclusão que diferem das experienciadas por pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans. Em particular, são frequentemente submetidas a intervenções médicas desnecessárias à nascença, caracterizadas como mutilação genital intersexo.¹² Estas intervenções são frequentemente executadas de acordo com protocolos médicos que permitem que os profissionais de saúde mutilem os corpos intersexo, sem consentimento, de forma a modificar características sexuais atípicas, normalmente quando as vítimas se encontram na primeira infância. Estas experiências traumáticas e intrusivas podem prosseguir no decurso da infância e da adolescência e provocar um sofrimento mental, sexual e físico grave.¹³ Este último é, em regra geral, agravado pelo total secretismo em torno das condições das pessoas intersexo, pela falta de informação dos familiares e pelo preconceito social.¹⁴

Fonte: Associação Internacional das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Notas

1. OutRight Action International 2019. 2. ILGA 2019. 3. Greef 2019; ILGA 2019. 4. O reconhecimento jurídico do género refere-se ao direito das pessoas trans de mudarem legalmente os elementos que indicam o seu género e os seus nomes em documentos oficiais. Para um levantamento da legislação vigente relativa ao reconhecimento jurídico do género em mais de 110 países, ver Chiam, Duffy e Gil (2017). 5. Chiam, Duffy e Gil 2017. 6. Harper e Schneider 2003. 7. Almeida e outros 2009. 8. Pizer e outros 2012; Sears e Mallory 2011. 9. Eliason, Dibble e Robertson 2011. 10. ILGA 2019. 11. Oleske 2015. 12. Wilson 2012. 13. Grupo de Estudo da OMS sobre a Mutilação Genital Feminina e Resultados Obstétricos 2006. 14. Human Rights Watch 2017.

Latina, as desigualdades horizontais parecem estar associadas a uma cultura de privilégio, com raízes na época colonial.⁶⁹

À descoberta dos fatores por trás das percepções de desigualdade no século XXI

A proporção de pessoas que ambicionam uma maior igualdade ao nível do rendimento tem aumentado ao longo da última década (ver figura 1.1). A desigualdade é considerada um desafio da máxima importância nos 44 países em que a Pew Research levou a cabo

um inquérito. Uma mediana de 60 por cento dos inquiridos, nos países em vias de desenvolvimento, e de 56 por cento, nos países desenvolvidos, concordam que “o fosso entre os ricos e os pobres é um enorme problema” nos seus países.⁷⁰ Extraordinariamente, esta impressão é comum a todos os quadrantes políticos.

De um modo semelhante, segundo os mais recentes inquéritos de perceção realizados na União Europeia, uma esmagadora maioria julga que as diferenças de rendimento são excessivas (84 por cento), concordando que os respetivos governos deveriam tomar medidas no

Desigualdade ao nível da segurança humana no Japão: O papel da dignidade

No Japão, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituem uma oportunidade para rever as prioridades de desenvolvimento do país a partir de uma perspectiva centrada nas pessoas. O que define a privação quando a maior parte das carências materiais foram supridas? O Índice de Segurança Humana inclui três dimensões a vida, o sustento e a dignidade. A vida e o sustento estão associados à tranquilidade de espírito e a sensações de segurança. A dignidade visa uma sociedade em que cada pessoa possa orgulhar-se de si própria.

No Japão, foram recolhidos dados acerca de 47 prefeituras, com recurso a uma bateria de 91 indicadores. A dimensão

da dignidade foi medida através de 26 indicadores: 7 relativos à situação das crianças e das mulheres, 6 quanto à confiança no setor público, 2 acerca da satisfação com a vida e 11 sobre a comunidade, a participação cívica e a integração adequada dos migrantes.

Os primeiros resultados indiciam desigualdades significativas no Japão, transversalmente às três dimensões principais. Contudo, o subíndice da dignidade revela uma média inferior aos subíndices relativos à vida e ao sustento. Segundo este ângulo, a maior margem para melhoria corresponderia à promoção da dignidade.

Fonte: Based on Takasu (2019).

sentido da sua redução (81 por cento).⁷¹ Na América Latina, a perceção de injustiça na distribuição da riqueza aumentou desde 2012, regressando a níveis idênticos aos do final da década de 1990; apenas 16 por cento dos inquiridos consideraram a distribuição justa na sua avaliação.⁷² Não se pretende, com isto, dar a entender que se trata do único assunto, nem mesmo do mais importante, com que as pessoas se preocupam — mas constitui uma prova clara do profundo e crescente desejo de uma maior igualdade.

Estas perceções importam e poderão depender de um contexto mais amplo, consoante os rendimentos estejam estagnados ou em expansão. As perceções de desigualdade — por oposição aos níveis efetivos de desigualdade — condicionam as preferências sociais quanto à redistribuição.⁷³ Na Argentina, as pessoas que julgavam ocupar uma posição na distribuição do rendimento superior à que efetivamente lhes cabia tendiam a pretender uma maior redistribuição ao serem informadas da sua classificação real.⁷⁴

A forma como as sociedades processam as desigualdades é complexa. A tendência que as pessoas exibem para subestimar as desigualdades foi quantificada por estudos de economia comportamental (ver destaque 1.2 no final do capítulo). A psicologia social, além disso, investigou os mecanismos e as condições socioestruturais que determinam a perceção das desigualdades como resultados injustos e a resposta a essas perceções. A literatura em causa oferece novas perspetivas acerca dos motivos pelos quais as pessoas se conformam com um grau muito elevado de desigualdade, do ponto de vista social. Em primeiro lugar, as pessoas podem aceitar ou até contribuir para a desigualdade através da autossegregação, em busca da harmonia. Em segundo lugar, determinadas narrativas podem justificar a desigualdade, além de que os estereótipos e as normas sociais têm uma enorme influência (caixa 1.9). Trata-se de um coerente e poderoso complemento à teoria

das preferências adaptativas — assente na tendência dos indivíduos para a subestimação das privações, de modo a torná-las suportáveis — feita a partir de uma perspetiva social.

Em suma, os indicadores subjetivos indicam, de forma consistente, que muitas pessoas, em todo o mundo, consideram o atual nível de desigualdade excessivo. Os dados relativos às perceções — nos casos em que as limitações são bem compreendidas — podem complementar os indicadores objetivos. Na verdade, os indicadores subjetivos representam uma parte da vanguarda da medição das capacidades e da agência.⁷⁵ As perceções de desigualdade tendem à subestimação da situação real, pelo que, em níveis elevados, revestem um valor particular enquanto sinal de alerta. Alguns dos indicadores objetivos de desigualdade — tais como o coeficiente de Gini, nos países em vias de desenvolvimento — ainda não registam esta realidade e é plausível que omitam uma parte da narrativa.⁷⁶ A discussão empírica a que se procede no presente relatório fornece numerosos exemplos do modo como ir além do rendimento, além das médias (e dos indicadores sumários, como o coeficiente de Gini) e além do presente na medição (captando elementos que se estima virem a tornar-se mais importantes) é relevante na descoberta das desigualdades crescentes que poderão subjazer às referidas perceções.

Por último, a maior exigência de igualdade nos inquéritos de perceção tem consequências concretas para a sociedade. Independentemente do grau de subjetividade e da potencial distorção, as opiniões em causa podem vir a fazer parte do debate político e a promover a tomada de medidas. Existe uma necessidade urgente de abordagens políticas assentes em dados, por forma a dar resposta a novas exigências.

Os indicadores subjetivos indicam, de forma consistente, que muitas pessoas, em todo o mundo, consideram o atual nível de desigualdade excessivo

Desigualdades horizontais na Índia: Diferentes dinâmicas ao nível das capacidades básicas e avançadas

A Índia é uma economia em rápido crescimento. O seu rendimento nacional bruto per capita mais do que duplicou desde 2005. Graças à combinação do crescimento económico acelerado e de políticas sociais, verificou-se uma redução acentuada da pobreza multidimensional. Entre 2005/2006 e 2015/2016, o número de pessoas em situação de pobreza multidimensional na Índia decresceu em mais de 271 milhões. Em média, o progresso foi mais intenso no seio dos estados e dos grupos mais desfavorecidos.¹

Apesar do progresso ao nível dos indicadores de desenvolvimento humano, as desigualdades horizontais persistem e as suas dinâmicas acompanham o padrão descrito no contexto das desigualdades verticais no desenvolvimento humano: disparidades significativas, convergência nas capacidades básicas e divergência nas capacidades avançadas.

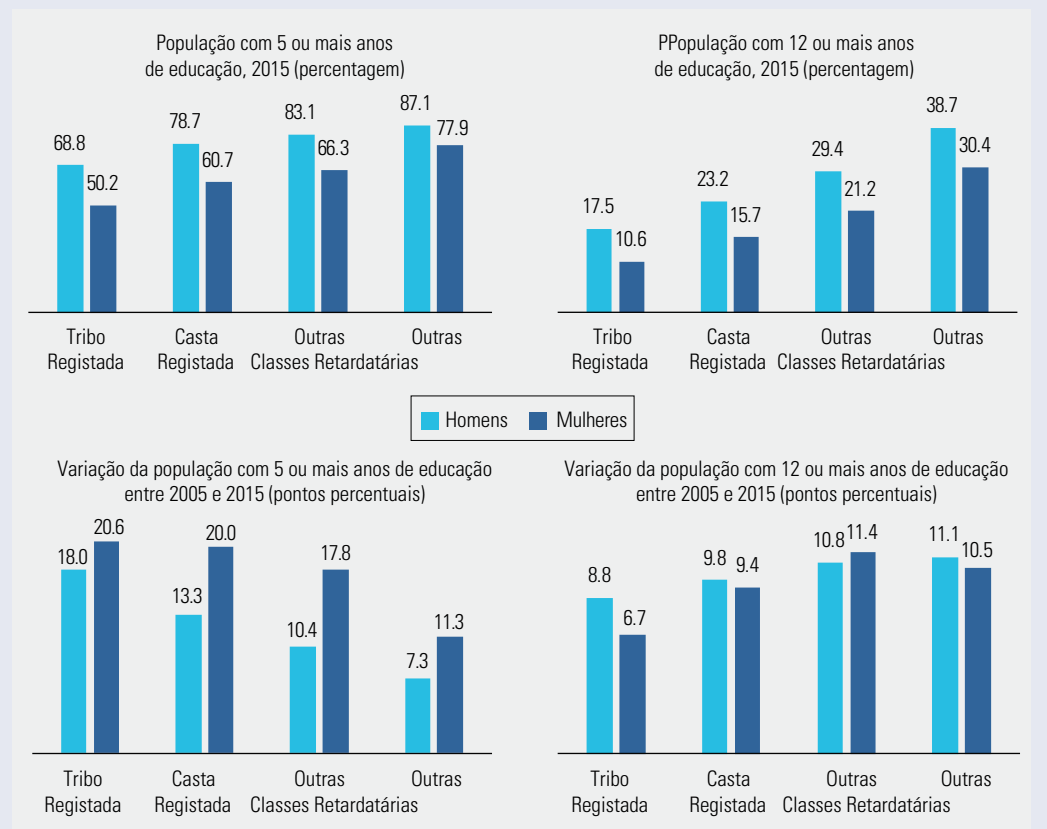
Em primeiro lugar, as Castas Registadas, as Tribos Registadas e as Outras Classes Retardatárias apresentam um desempenho inferior ao do resto da sociedade, de um modo transversal aos indicadores de desenvolvimento humano, incluindo o nível de instrução e o acesso às tecnologias digitais (figuras 1 e 2 da caixa).²

Estes grupos são estigmatizados e excluídos há vários séculos. A Índia moderna tentou corrigir, constitucionalmente, as disparidades através de ações afirmativas, da discriminação positiva e de políticas de reserva destinadas a estes grupos.³

Em segundo lugar, desde 2005/06, verificou-se uma redução das desigualdades em áreas elementares do desenvolvimento humano. Por exemplo, há uma convergência do nível de instrução, em que os grupos historicamente marginalizados estão a aproximar-se do resto da população no tocante à percentagem de pessoas com cinco ou mais anos de educação. De um modo semelhante, verifica-se uma convergência no acesso a telemóveis e na adoção dos mesmos.

Em terceiro lugar, ocorreu um aumento das desigualdades nas áreas avançadas do desenvolvimento humano, tais como o acesso a computadores e a um período de 12 ou mais anos de instrução: Os grupos mais avantajados em 2005/2006 obtiveram os maiores ganhos e os grupos marginalizados estão a evoluir, mas, em termos comparativos, têm ficado para trás, apesar dos progressos.

Figura 1 da caixa Índia: Desigualdade horizontal ao nível da instrução das pessoas em idade laboral (15–49 anos)



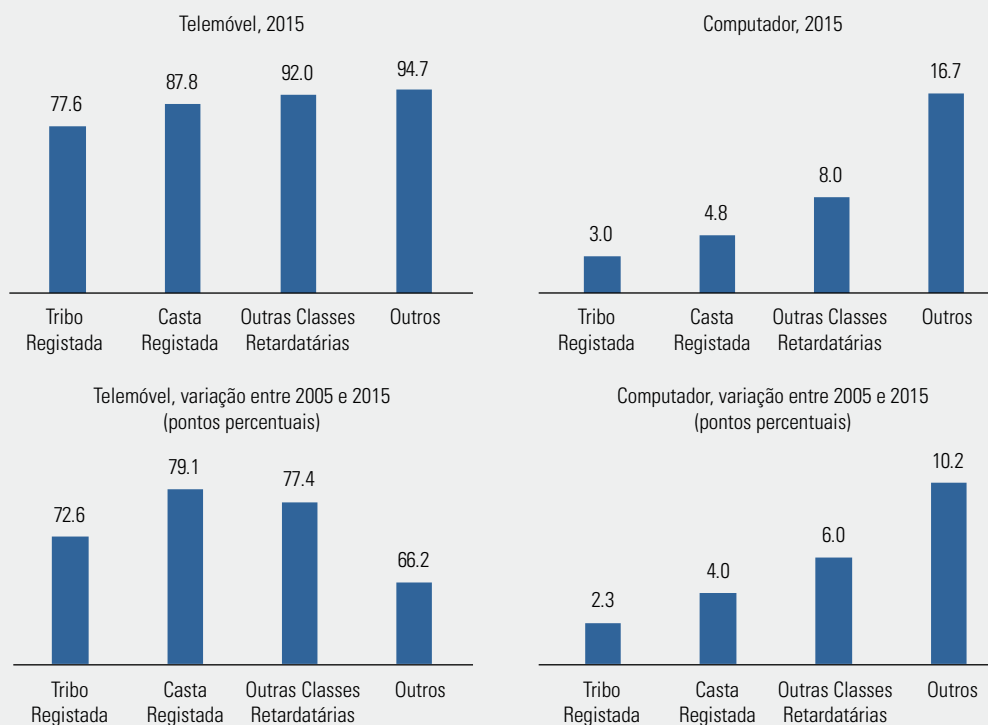
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde.

(continuação)

Desigualdades horizontais na Índia: Diferentes dinâmicas ao nível das capacidades básicas e avançadas

Figura 2 da caixa Índia: Desigualdade horizontal no acesso à tecnologia

Agregados familiares com acesso (percentagem)



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde.

Notas

1. Ver PNUD e OPHI 2019. 2. Ver IIPS e Macro International (2007) e IIPS e IFC International (2017). 3. Mosse 2018.

Os “alvos móveis” e as desigualdades no século XXI

A metamorfose das aspirações das pessoas, em virtude de realizações individuais e sociais, pode ser uma componente natural do processo de desenvolvimento. Este “alvo móvel” é inerentemente relativo e, portanto, necessita de uma forma mais flexível de avaliação da desigualdade. Uma definição de desigualdade criada há algumas décadas poderá já não ser relevante. Num mundo sem pobreza extrema, por exemplo, o limiar de pobreza irá, inevitavelmente, aumentar — de facto, nos países desenvolvidos, a pobreza é, geralmente, medida em termos relativos. No caso do desenvolvimento humano, a transição de um foco nas capacidades básicas para as avançadas poderá ser relevante. É, além disso, inevitável que aquilo que se considera avançado mude com o tempo: Pensemos no modo como o acesso a infraestruturas de eletricidade e saneamento passou de ambicioso para básico durante o século XX. No caso

das disparidades provocadas pelo desenvolvimento, a redução da desigualdade é desejável e esperada, não através da restrição dos ganhos na dianteira, mas antes da ampla difusão das novas e mais avançadas dimensões do desenvolvimento.⁷⁷

No presente capítulo, postulou-se a medição do desenvolvimento humano com base na formação de capacidades, de um modo gradual, das básicas às avançadas. Documentou-se as grandes disparidades ao nível do desenvolvimento humano, em todas as dimensões. Porém, a evolução das desigualdades revela dois padrões distintos. Em termos gerais, a base mundial tem convergido quanto às capacidades básicas e a desigualdade parece estar em declínio. Contudo, o topo mundial tem-se adiantado no que diz respeito às capacidades avançadas, um domínio em que a desigualdade se está a agravar. As pessoas na base estão a aproximar-se dos objetivos e das aspirações do século XX, ao passo que as pessoas no topo têm acentuado as suas vantagens ao nível dos que são relevantes no século

A metamorfose das aspirações das pessoas, em virtude de realizações individuais e sociais, pode ser uma componente natural do processo de desenvolvimento

Uma perspectiva psicossocial da desigualdade

Esta caixa assenta numa perspectiva psicossocial emergente, que considera as pessoas *seres relacionais*, motivadas para a regulação da sua rede de relações sociais. Esta perspectiva, que transcende as perspectivas mais individualistas, sugere que a *inserção social* (a experiência da ligação social no seio de redes sociais e através de identidades coletivas) e a *privação relativa* (a experiência de se encontrar, injustamente, numa situação pior do que a dos outros, com base em comparações sociais com os mesmos) têm consequências importantes.

Os humanos são uma espécie ultrassocial, com uma necessidade de pertença. Os vínculos psicológicos com os outros que os indivíduos desenvolvem através da interação social refletem fontes de apoio social e agência e proporcionam alvos de comparação social (avaliações subjetivas da superioridade ou inferioridade da situação dos demais face a si próprio).¹ Este fenómeno é fundamental para a compreensão das consequências da desigualdade, visto que uma perspectiva psicossocial se foca na existência e nas características da percepção e da sensação subjetivas dos indivíduos quanto ao facto de a desigualdade depender da sua rede de relações.

Porém, mesmo quando os indivíduos percebem a desigualdade, podem não considerá-la injusta.² As redes sociais tendem a ser homogêneas, uma vez que os indivíduos tendem a segregar-se a si próprios (“diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és”).³ Frequentemente, os indivíduos comparam-se a si mesmos com as pessoas à sua volta, as que formam uma “bolha” e que, por isso, apresentam uma maior probabilidade de afirmar as suas opiniões quanto à desigualdade. O contacto com os demais — por exemplo, entre membros de grupos privilegiados e desfavorecidos — pode levar ao incremento da consciência que as pessoas têm da desigualdade,⁴ embora a investigação também indique que o mesmo contacto é, com frequência, marcado pelo desejo de preservar a harmonia, ao invés de discutir a verdade inconveniente da desigualdade entre grupos (a “ironia da harmonia”).⁵ Assim sendo, a inserção social comporta, frequentemente um efeito sedativo no que toca à percepção da desigualdade — não é possível agir sobre o que não se vê no interior da própria bolha.⁶

Existe, igualmente, uma explicação relacionada com as motivações para que não se considere a desigualdade, ainda que percebida, injusta. Mais especificamente, os indivíduos podem ser motivados a negar ou justificar a existência da desigualdade de forma a

preservar crenças acerca da equidade do sistema, a um nível mais amplo.⁷ A desigualdade em termos de rendimento pode ser vista como justa pelas pessoas que subscrevem um sistema de crenças meritocrático (que postula condições equitativas para todos). Com efeito, é frequente usar-se estereótipos para admitir as desigualdades com vista à sua manutenção e, por conseguinte, à do sistema mais amplo em que se inserem.⁸

Contra este plano de fundo, uma perspectiva psicossocial oferece respostas a questões como as razões da ação ou inação das pessoas no que diz respeito à desigualdade (como no caso da discrepância salarial entre os géneros) e os motivos pelos quais parecem agir de um modo irracional (votando, por exemplo, num partido que não protege os seus interesses). Uma tal perspectiva ajuda a ir além das correlações gerais entre dados agregados (tais como os indicadores entre países da desigualdade ao nível do rendimento e da saúde pública) e foca-se na parcela da relação mais ampla que é passível de explicação através de processos psicológicos como a inserção e a privação relativa.⁹

Uma perspectiva psicossocial da desigualdade vai, ainda, além da desigualdade de rendimento. Muitas das desigualdades ao nível da saúde têm antecedentes sociais em várias formas de desigualdade, incluindo o género, a etnia e a raça.¹⁰ As obras de referência e os grupos de comparação social apontam para a importância de saber com quem as pessoas se comparam e, por conseguinte, quem pertence à sua rede e que identidades coletivas valorizam — e as formas específicas de desigualdade que mais provavelmente considerarão injustas e em relação às quais julgarão encontrar-se numa situação de privação. Estas dimensões psicológicas podem, com facilidade, perder-se à medida que o nível de análise e de agregação se eleva.

Atentemos na educação. Não se trata de um mero fator objetivo que concede ou veda oportunidades de mobilidade social. Pode, de igual modo, constituir um potencial fator de formação de bolhas e identidades no âmbito da participação política.¹¹ Por exemplo, consciencializar as pessoas para as diferenças entre os estatutos de grupos com diferentes níveis de instrução só reforça essas diferenças, as quais, provavelmente, assentam na confirmação dos estereótipos de competência associados às pessoas com um nível inferior ou superior de educação.¹² Este fenómeno traz à memória o modo como a crença na meritocracia pode justificar as desigualdades.¹³

Notas

1. Festinger 1954; Smith e outros 2012. 2. Deaton 2003; Jost 2019; Jost, Ledgerwood e Hardin 2008; Major 1994. 3. Dixon, Durrheim e Tredoux 2005. 4.

MacInnis e Hodson 2019. 5. Saguy 2018. 6. Cakal e outros 2011. 7. Jost, Ledgerwood e Hardin 2008; Major 1994. 8. Jost, Ledgerwood e Hardin 2008; Major 1994. 9. Corcoran, Pettinicchio e Young 2011; Green, Glaser e Rich 1998. 10. Marmot 2005. 11. Spruyt e Kuppens 2015. 12. Spruyt, Kuppens, Spears e van Noord por publicar. 13. Jost 2019.

Fonte: Com base em dados de van Zomeren (2019).

XXI. Entre a base e o topo da distribuição do desenvolvimento humano encontra-se a classe média global mais diversa da história. É diversa na sua composição cultural, localização geográfica e posição relativa ao nível das dinâmicas de convergência e de divergência. Trata-se, igualmente, de uma classe média cada vez mais fragmentada no seio dos países, no que toca ao acesso a bens e serviços, uma realidade documentada nos países desenvolvidos.⁷⁸

Pode argumentar-se que algumas das novas desigualdades são uma consequência natural do progresso.⁷⁹ O progresso tem de começar por algum lado, pelo que alguns grupos assumem a dianteira. Com base no progresso gradual, a evolução da desigualdade pode assumir a forma de um “U” invertido ao longo do tempo, uma versão da curva de Kuznets.⁸⁰ Quando um número muito reduzido de pessoas alcança uma “meta” (como o acesso a uma nova tecnologia), o grau de desigualdade é baixo: A maior parte das pessoas tem um desempenho igualmente fraco. Em seguida, à medida que mais pessoas obtêm acesso, a desigualdade começa a aumentar, refletindo a divisão entre as pessoas que

o atingem e as restantes. Posteriormente, assim que uma grande percentagem da população obtém acesso, a desigualdade principia o seu declínio: A maioria das pessoas exibe um desempenho igualmente satisfatório. Este fenómeno evidencia a existência de diferentes tipos de desigualdade. São vários os processos de divergência e de convergência que ocorrem ao mesmo tempo — curvas de Kuznets sobrepostas⁸¹—pelo que a mesma pessoa pode estar a aproximar-se ao nível das capacidades básicas e, em simultâneo, ficar para trás quanto à aquisição de capacidades avançadas. Quando estes padrões não são aleatórios e alguns grupos tendem a assumir a dianteira, enquanto outros ficam constantemente para trás, é inevitável que este processo seja encarado como injusto.

Deste modo, ainda que a desigualdade transitória ande a par de algumas formas de progresso, uma tal desigualdade pode ser injusta se o progresso subsequente não se disseminar de forma ampla e suficientemente rápida. As desigualdades relativas às capacidades avançadas que já eram acentuadas há 10 anos atrás têm aumentado desde então. Esta situação pode ser alterada,

tratando-se de uma fonte de motivação para políticas que visem, especificamente, a igualdade de capacidades.

Estes padrões simultâneos de convergência e de divergência desempenharão, provavelmente, um papel de destaque no século XXI. Ambas as tendências são importantes, não só devido aos seus respectivos efeitos — a atenuação das privações extremas, no primeiro caso, e a concentração do poder, no segundo — mas também às suas implicações políticas. O progresso poderá não ter tanto significado em combinação com o aumento da desigualdade em áreas com que as pessoas se preocupam profundamente, em virtude das suas ligações à capacitação e à agência.

Assim que a maioria da população atinge certos objetivos, outros elementos tornam-se mais relevantes para o modo como as pessoas se encaram a si próprias,

em relação às outras, e ao modo como as outras as percebem. Começam a focar-se no seu lugar na sociedade e nos direitos, nas responsabilidades e nas oportunidades que daí decorrem. As desigualdades emergentes podem desencadear percepções de injustiça, na medida em que a convergência for inexistente ou lenta.

Porém, “alvos móveis” também poderão constituir um desafio ao desenvolvimento humano, caso sejam necessários esforços e realizações suplementares para obter as mesmas capacidades. É provável que as pessoas sintam que estão constantemente a ficar para trás.⁸²

Estas dinâmicas⁸³ colocam novos e difíceis desafios, que afetarão as trajetórias de desenvolvimento nas décadas vindouras. O Capítulo 2 volta-se para uma descrição dos mecanismos que subjazem a estas dinâmicas.

Porém, os “alvos móveis” também poderão constituir um desafio ao desenvolvimento humano, caso sejam necessários esforços e realizações suplementares para obter as mesmas capacidades

Destaque 1.1

Concentração do poder e captura do Estado: Lições da História acerca das consequências do domínio do mercado para a desigualdade e as calamidades ambientais

Bas van Bavel, Distinto Professor de Transições Económicas e Sociais, Universidade de Utreque, Países Baixos

A organização dos mercados, o seu funcionamento, a sua interação com o Estado e os seus efeitos, a um nível mais amplo, sobre uma economia e sociedade desenvolvem-se a um passo lento. Embora os debates em torno da desigualdade sejam dominados por acontecimentos que se cingem a algumas décadas e até, com frequência, alguns anos, a observação e análise do modo como a desigualdade surge, como leva à concentração do poder e como pode conduzir à captura dos mercados e do Estado carecem de uma perspetiva histórica, com um alcance bem maior. Uma tal abordagem a longo prazo pode ter parecido irrelevante para questões relacionadas com a economia de mercado, dado que se defendia amplamente que a economia de mercado era um fenómeno moderno, que apenas se desenvolvera a partir do século XIX, com uma associação próxima à modernização. O trabalho recentemente desenvolvido no domínio da história económica transformou, contudo, esta ideia, ao identificar diversas economias de mercado muito anteriores na história.¹

Foram identificadas, com certeza, nove economias de mercado, desde a antiguidade até à era moderna, seis das quais deixaram dados suficientes para uma investigação adequada. (tabela D1.1.1). Não se

trata, portanto, de um conjunto arbitrário, mas antes de casos bem conhecidos de economias com mercados dominantes, que podem ser acompanhados ao longo de um período extenso. Este processo permite uma melhor compreensão do modo de desenvolvimento das economias de mercado, algo de que os trabalhos teóricos e formais, bem como os estudos de caso acerca de breves períodos, são incapazes.

As seis economias de mercado exibiam, na sua totalidade, uma evolução semelhante. Em cada um dos três casos que foram objeto de uma análise aprofundada — o Iraque, a Itália e os Países Baixos²—os mercados surgiram numa conjuntura equitativa e tornaram-se dominantes, com uma organização institucional que facilitava o acesso ao mercado por parte de vastos segmentos da sociedade. As oportunidades oferecidas pelas trocas comerciais impulsionaram o crescimento e o bem-estar económicos, com uma distribuição bastante igualitária dos frutos do crescimento. À medida que os mercados se tornaram dominantes, especialmente os mercados fundiários, laborais e de capitais, a desigualdade também se acentuou, num processo lento, que acompanhou a concentração da propriedade da terra e do capital. A desigualdade em termos de riqueza,

TABELA D1.1.1

Casos certos e possíveis de economias de mercado

Localização	Período	Data	Nota
Babilónia	Ur da III dinastia ou do período babilónico antigo	c. 1900–1600 a.C.	Possível caso
Babilónia	Período neobabilónico	c. 700–300 a.C.	Dados limitados
Atenas/Ática	Período clássico	c. 600 a.C.–300 a.C.	Possível caso
Itália	Período romano	c. 200 a.C.–200 d.C.	Dados limitados
Iraque	Período islâmico antigo	c. 700–1000 CE	
Baixo Yangtzé	Dinastia Song	c. 1000–1400 d.C.	Dados limitados
Itália (Centro e Norte)		c. 1200–1600 d.C.	
Países Baixos (especialmente a região ocidental)		c. 1500–1900 d.C.	
Inglaterra		c. 1600–	
Estados Unidos (Norte)		c. 1825–	
Noroeste da Europa		c. 1980–	

Fonte: Bas van Bavel (Universidade de Utreque, Países Baixos).

nestes casos, agravou-se até atingir um índice Gini de 0,85 ou superior³, partindo de níveis substancialmente inferiores.

À medida que a desigualdade se acentuava, o crescimento económico continuou, inicialmente, mas traduziu-se cada vez menos num bem-estar alargado. Com a estagnação do poder de compra de uma grande percentagem da população, a desaceleração da procura e o declínio da rentabilidade dos investimentos económicos, os proprietários de grandes fortunas canalizaram, progressivamente, os seus investimentos para os mercados financeiros. Serviram-se da sua riqueza para adquirir influência política, através do patrocínio e da compra de cargos políticos ou mediante a aquisição de cargos-chave no aparelho fiscal, na burocracia e nas finanças e através do seu domínio dos mercados financeiros e da sua posição enquanto credores do Estado. No decurso de 100–150 anos, os mercados tornaram-se menos abertos e equitativos, quer devido ao peso económico dos grandes proprietários quer à sua capacidade de manipular a organização institucional dos mercados.⁴ Por conseguinte, os investimentos produtivos decresceram, a economia entrou em estagnação e a desigualdade económica agravou-se ainda mais, em combinação com uma crescente iniquidade e até coação políticas.

Cada uma das economias de mercado partiu de uma situação muito equitativa, com uma distribuição relativamente igualitária da riqueza económica e do poder de decisão política. Esta situação foi o resultado de um longo período anterior de revoltas, de pequena e grande escala, e formas de auto-organização das pessoas comuns

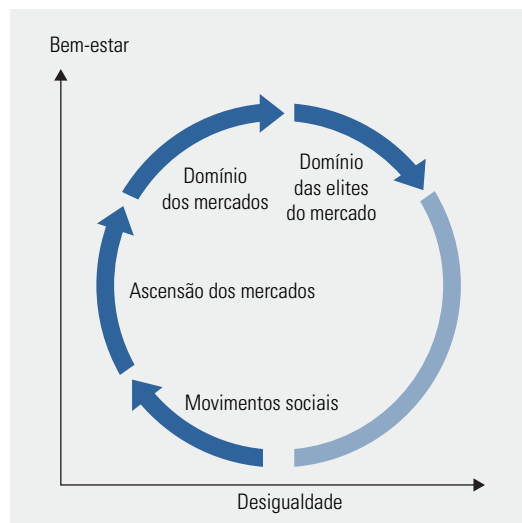
— em guildas, confrarias, associações, corporações, terras comuns e companhias (figura D1.1.1).⁵ Tal organização permitiu-lhes quebrar os padrões existentes de iniquidade e coerção e alcançar uma distribuição mais equitativa da riqueza e dos recursos. Conquistaram, ainda, a liberdade de transacionar as suas terras, o seu trabalho e o seu capital sem serem restringidas pelo poder da elite, criando, deste modo, a oportunidade de utilizar o mercado para esse efeito. As suas lutas e formas de auto-organização estiveram, assim, na base da ascensão dos fatores de mercado — que teve lugar numa conjuntura relativamente igualitária, assegurando que grupos de grandes dimensões pudessem ter acesso ao mercado e usufruir do intercâmbio comercial.

Esta fase formativa e positiva também se encontra nos casos mais familiares e modernos de economias de mercado: A Inglaterra, onde o mercado se tornou dominante no século XVII, e no norte dos Estados Unidos, na primeira metade do século XIX. Ambas eram as sociedades mais equitativas da sua época, com um elevado grau de liberdade, um bom acesso à tomada de decisões e uma distribuição relativamente igualitária da terra e de outras formas de riqueza.⁶ As economias de mercado não foram, assim, o pilar da liberdade e da equidade, como defendem algumas teorias, tendo-se desenvolvido, ao invés, com base na liberdade e na equidade anteriormente conquistadas. O mercado veio, posteriormente, a substituir as associações e organizações de pessoas comuns enquanto sistema de afetação de recursos, um processo que acelerou quando as elites do mercado e estatais se sobrepuseram e, em conjunto, frequentemente de modo deliberado, marginalizaram estas organizações. Esta evolução limitou as oportunidades das pessoas comuns para defenderem a liberdade, o seu acesso ao poder decisório e o seu controlo da terra e dos recursos.

Os sistemas de afetação prevaletentes antes da ascensão do mercado, quer se trate de terras comuns ou de outras associações, incorporavam, o mais das vezes, a segurança a longo prazo e a sustentabilidade ambiental no seu funcionamento, com a garantia das respetivas normas. O mercado, contudo, não o faz explicitamente.⁷ Além disso, nestes outros sistemas, a causa e o efeito, o agente e a pessoa afetada tinham uma ligação mais estreita, dada a sua menor escala. Nos mercados, essa proximidade é menor. Esta situação constitui um risco, uma vez que, numa economia de mercado, os detentores das terras, do capital e dos recursos naturais estão, frequentemente, muito distanciados das pessoas afetadas pelos prejuízos da exploração de recursos. Enfrentam, de resto, menos constrangimentos à exploração do que em sistemas com direitos de propriedade mais repartidos.

FIGURA D1.1.1

Descrição das fases do desenvolvimento das economias de mercado históricas



Fonte: van Bavel 2016.

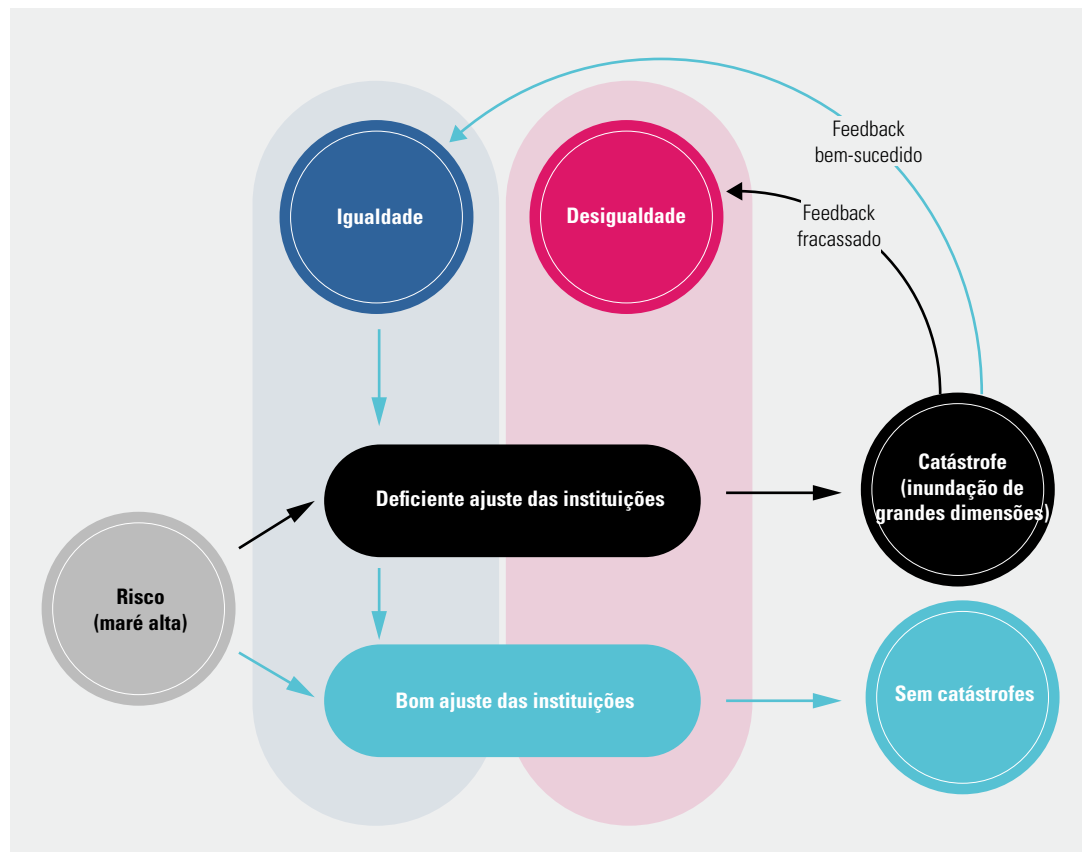
Na Flandres costeira, uma economia de mercado madura entre os séculos XIV e XVI, os investidores acumulavam terras em áreas onde não residiam. Estes investidores ausentes alteraram a lógica da proteção da costa contra inundações, transitando da segurança a longo prazo para baixos custos e elevados riscos, agravando o perigo de inundação e a marginalização das populações locais.⁸ De um modo mais geral, todos os casos de economias de mercado em fases tardias, decadentes, atravessaram graves dificuldades ecológicas, desde a salinização e rutura de sistemas essenciais de irrigação (Irão medieval) até ao aumento dos episódios de cheias e de fome (Itália renascentista), passando pela malária e por inundações (zonas costeiras dos Países Baixos), apesar de as economias de mercado tardias modernas terem evitado, cada vez mais, os efeitos negativos da deterioração ecológica, através da aquisição de recursos no ultramar.

De modo a observar a interação entre as economias de mercado, a desigualdade material e a vulnerabilidade a choques naturais, atentemos na forma como

três das regiões dos Países Baixos mais dominadas pelo mercado (a Flandres costeira, a zona ribeirinha holandesa e Groningen) confrontaram, a muito longo prazo, o perigo da subida dos lençóis freáticos.⁹ A crescente desigualdade material levou ao aumento da incidência de inundações graves, não diretamente, mas por intermédio do quadro institucional de gestão dos recursos hídricos. Só nos casos em que esta organização institucional foi adaptada à crescente desigualdade material foi possível evitar efeitos calamitosos (figura D1.1.2). Esta adaptação, no entanto, não teve uma feição automática nem inevitável, mesmo nos casos em que as sociedades foram confrontadas com enormes inundações.¹⁰ Nos casos em que quer a propriedade quer os direitos de decisão se encontravam amplamente distribuídos, era maior a probabilidade de as instituições de gestão hídrica se adaptarem e ajustarem à evolução das circunstâncias por forma a reduzir o risco de inundações catastróficas. Quando os agentes abastados e os grupos de interesses controlavam os direitos de propriedade sobre os principais recursos

FIGURA D1.1.2

Associação entre o risco de maré alta e as inundações catastróficas: A igualdade económica e política potencia o ajuste das instituições às circunstâncias e a prevenção de catástrofes



Fonte: Adaptado de van Bavel, Curtis e Soens (2018).

e detinham o poder decisório, porém, preservavam as estruturas vigentes de modo a defenderem os seus interesses particulares, ainda que isso enfraquecesse a capacidade de adaptação da sociedade. Acresce que, apesar de alguns ajustes efetuados nos casos referidos, os mesmos destinavam-se, frequentemente a aumentar a capacidade do sistema económico de recuperar os níveis de produção após um choque — mas à custa dos segmentos populacionais que já não eram incluídos na tomada de decisões.¹¹ O risco da ocorrência destes resultados negativos e da deficiente adaptação das instituições às circunstâncias ecológicas e sociais era elevado nas economias de mercado com uma desigualdade acentuada ao nível da riqueza, nas quais o poderio de um pequeno grupo de proprietários particulares sobre os recursos naturais era mais vincado e o poder de decisão se concentrava nas suas mãos.

Quão relevantes são estas observações para os atuais desenvolvimentos? Os casos históricos de emergência dos mercados enquanto sistema dominante de afetação de fatores de produção (terra, trabalho e capital) demonstram, no seu conjunto, um acumular de riqueza nas mãos de um pequeno grupo, o qual, em seguida, concentrou, igualmente, o poder político, dando forma aos incentivos de mercados que promoviam a desigualdade e as calamidades ambientais. Nos dias de hoje, mesmo nas democracias parlamentares, a riqueza económica parece, novamente, traduzir-se em influência política — através dos lóbis, do financiamento de campanhas e da propriedade dos meios de comunicação

social e de informação — ao passo que os detentores de riquezas móveis podem, com facilidade, isolar-se, por exemplo, da agitação social e da deterioração ambiental.¹² A história mostra-nos que estes desenvolvimentos não são anomalias nem eventos acidentais. Talvez, de resto, careçam de uma consideração mais ampla e aprofundada de um leque mais vasto de medidas políticas destinadas a refrear a concentração do poder económico e político. A concentração do poder económico (riqueza), que constitui a primeira etapa, é a mais fácil de mitigar. Contudo, após a consolidação do poder económico e a sua conversão em predomínio político, esta tarefa torna-se bem mais difícil.

Notas

- 1 Esta afirmação é verdadeira ainda que a economia de mercado seja definida numa aceção muito estrita — isto é, como uma economia na qual não só os bens, produtos e serviços, mas também os insumos (terra e recursos naturais, trabalho e capital) são predominantemente afetados por meio do mercado.
- 2 van Bavel 2016. Para uma análise dos padrões cíclicos de longo prazo do agravamento e do declínio da desigualdade, ver também Turchin e Nefedov (2009).
- 3 van Bavel 2016 (ver pp. 72–73, sobre o Iraque, 128, sobre a Florença de 1427, e 194–195, sobre Amesterdão em 1630).
- 4 Esta afirmação é igualmente verdadeira no caso de sistemas políticos (relativamente) inclusivos, por oposição ao argumento de Acemoglu e Robinson (2012), onde se presume formarem um círculo virtuoso.
- 5 van Bavel 2019.
- 6 Quanto aos Estados Unidos, ver Acemoglu e Robinson (2012) e Larson (2010). Decerto, uma posição alcançada às custas da população indígena.
- 7 Quanto à não inerência dos resultados do mercado, ver Gemici (2007).
- 8 Soens 2011.
- 9 van Bavel, Curtis e Soens 2018.
- 10 Ver também Rohland (2018).
- 11 Soens 2018.
- 12 Gilens e Page 2014; Schlozman 2012.

Destaque 1.2

Aumento das percepções subjetivas da desigualdade, desigualdades crescentes ao nível da percepção de bem-estar

As percepções subjetivas da desigualdade não se coadunam com o declínio das privações extremas evidenciado pelos dados objetivos. Os inquéritos têm revelado o incremento das percepções de desigualdade, da preferência por um maior grau de igualdade e da desigualdade mundial ao nível das percepções subjetivas de bem-estar. Todas estas tendências deveriam constituir sinais flagrantes de alerta — sobretudo, dadas as tendências dos pontos de vista subjetivos para a subestimação da desigualdade de rendimento e de riqueza, em alguns países, e para a desvalorização das desigualdades mundiais em termos de bem-estar.

Enviesamento para baixo nas percepções da desigualdade de rendimento e de riqueza

Em média, as pessoas têm uma percepção errada da desigualdade real ao nível do rendimento e da riqueza. A subestimação da desigualdade é comum em alguns países, como o Reino Unido e os Estados Unidos.¹ Num dos inquéritos, os norte-americanos consideraram que o quintil do topo, em termos de riqueza, detinha cerca de 59 por cento da riqueza total; o número real rondava os 84 por cento.² Além disso, as distribuições ideais da riqueza são significativamente mais igualitárias do que as estimativas dos inquiridos. Todos os grupos demográficos almejavam uma distribuição mais igualitária da riqueza do que o *status quo*.³ De resto, o rácio real entre o salário dos presidentes executivos e o dos trabalhadores não qualificados (354:1) excedia, de longe, o rácio estimado (30:1), o qual, por sua vez, era consideravelmente superior ao rácio ideal (7:1).⁴

Outros estudos pediram aos inquiridos que estimassem a sua posição na distribuição do rendimento ou da riqueza. Na Argentina, apenas 15 por cento, aproximadamente, dos inquiridos situou o rendimento do seu agregado familiar no decil correto.⁵ Uma percentagem significativa dos indivíduos mais pobres sobrestimou o seu posicionamento, enquanto uma percentagem significativa dos indivíduos mais ricos subestimou o seu. Verificaram-se preconceitos semelhantes num inquérito randomizado experimental realizado em oito países.⁶

Desigualdade mundial crescente ao nível das percepções subjetivas de bem-estar

Ao avaliar as desigualdades, uma forma de olhar para lá do rendimento — um indicador inteiramente objetivo

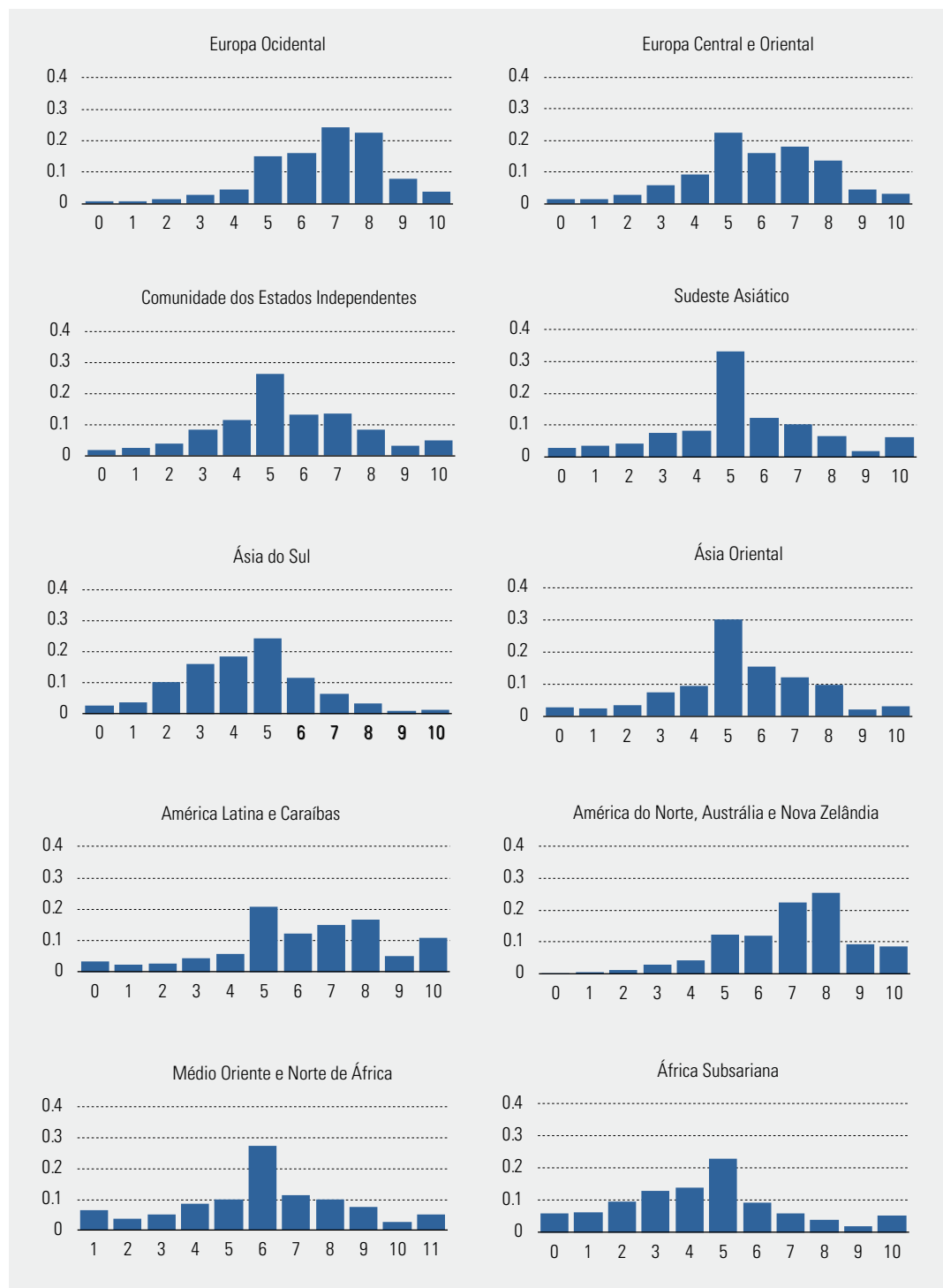
— é ter em consideração as percepções subjetivas de bem-estar e a respetiva distribuição. Estas últimas variam segundo a região (figura D1.2.1). Em primeiro lugar, quer a capacidade de apreciar a vida quer a capacidade de avaliar as experiências pelo prisma do bem-estar desempenham um papel crucial na obtenção de bem-estar direto e de “fundamentação empírica” para informar a tomada de decisões individuais.⁷ Em segundo lugar, os indicadores subjetivos podem facultar informações preciosas para complementar algumas das lacunas dos dados objetivos.

É certo que os indicadores subjetivos de bem-estar devem ser tratados com cautela — mas aquilo que dá azo a dúvidas é também o que fortalece a defesa da abordagem do aumento das percepções de desigualdade. Segundo a teoria das preferências adaptativas de Amartya Sen, as pessoas adaptam as preferências às suas circunstâncias.⁸ De acordo com os dados relativos à felicidade manifestada pelas próprias, as pessoas que sofrem privações moderam as suas preferências de modo a tornar a sua condição mais suportável. Pelo contrário, os mais afortunados exprimem um grau de felicidade menor do que aquele que a sua riqueza poderá dar a entender, uma vez que a sua elevada saciedade reduziu a margem para o acréscimo de satisfação pessoal.⁹ Por ambos os motivos, os indicadores subjetivos de felicidade podem subvalorizar as desigualdades ao nível do bem-estar.

De um modo notável, a felicidade manifestada pelas próprias pessoas revela um agravamento da desigualdade ao nível do bem-estar subjetivo à escala mundial — uma tendência que exhibe um aumento íngreme desde 2010 (figura D1.2.2). Trata-se de uma tendência que se acentuou entre 2006–2018, em todas as regiões que não a Europa.¹⁰ A desigualdade na Comunidade dos Estados Independentes estabilizou, inicialmente, mas tem-se agravado desde 2013. A desigualdade na América Latina permaneceu estável até 2014 e tem aumentado desde então, tal como aumentou, até 2010, na região da América do Norte, Austrália e Nova Zelândia, dominada pelos EUA. A desigualdade tem-se acentuado, desde 2010, no Sudeste Asiático, embora não tenha aumentado tanto quanto no resto da Ásia. Na África Subsariana, a desigualdade tem feito um percurso íngreme desde 2010, à semelhança do Sudeste Asiático. Já no Médio Oriente e no Norte de África, a desigualdade aumentou entre 2009 e 2013, mas estabilizou desde então.

FIGURA D1.2.1

Transmissão das desigualdades no desenvolvimento humano no decurso do ciclo de vida



Nota: Respostas dos inquiridos às questões de avaliação da vida colocadas na sondagem, numa escala de 0 (o pior possível) a 10 (o melhor possível).
 Fonte: Helliwell 2019.

FIGURA D1.2.2

Distribuição mundial do bem-estar subjetivo (medido pela satisfação global das pessoas com as respetivas vidas)



Fonte: Human Development Report Office calculations based on Helliwell (2019), using Gallup data.

A tendência para uma maior desigualdade ao nível do bem-estar subjetivo constitui um desafio. Em primeiro lugar, a satisfação global das pessoas com a sua vida é, de várias formas, um barómetro de tudo o resto nas suas vidas. Existe uma forte associação entre avaliações mais positivas da vida e vários indicadores fundamentais do desenvolvimento humano — incluindo uma maior satisfação com o emprego e um governo mais eficaz — e uma associação moderada entre uma maior satisfação com a vida, por um lado, e um grau superior de liberdade de escolha e inferior de desigualdade, por outro.¹¹ Além disso, as variáveis que a literatura acerca do bem-estar subjetivo e, de um modo

notável, os *World Happiness Reports* demonstram estar fortemente correlacionadas com as avaliações da vida — designadamente, o rendimento, o apoio social, a esperança de vida saudável à nascença, a liberdade de fazer escolhas acerca da própria vida, a generosidade e a corrupção — são, na sua totalidade, dimensões do desenvolvimento humano.¹² Assim, se uma sociedade é mais desigual na sua experiência da satisfação com a vida, é provável que seja mais desigual na sua experiência da vida e do desenvolvimento humano.

Em segundo lugar, uma maior desigualdade ao nível do bem-estar subjetivo está associada a um menor bem-estar subjetivo.¹³ Por outras palavras, uma maior desigualdade em termos de felicidade deixa toda a gente menos feliz.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Notas

- 1 Hauser e Norton 2017.
- 2 Norton e Ariely 2011.
- 3 Norton e Ariely 2013.
- 4 Kiatpongsan e Norton 2014.
- 5 Cruces, Pérez-Truglia e Tetaz 2013.
- 6 Bublitz 2016. Estes países incluem o Brasil, a França, a Alemanha, a Federação Russa, a Espanha, a Suécia, o Reino Unido e os Estados Unidos. Em relação à estimativa da própria posição quanto ao rendimento, os indivíduos do quintil inferior do rendimento apresentam um enviesamento positivo quanto à mesma, enquanto os indivíduos dos quintis superiores do rendimento exibem uma propensão para subestimar a sua posição em termos de rendimento (exceto os indivíduos do segundo quintil, que revelam um enviesamento quase nulo quanto à posição ao nível do rendimento).
- 7 Ver Sen (2008a).
- 8 Ver, por exemplo, Sen (1999, pp. 62–63).
- 9 Graham 2012.
- 10 Helliwell 2019.
- 11 Ver Hall (2013).
- 12 Ver Hall (2013).
- 13 Helliwell 2019.

Destaque 1.3

A base da distribuição: O desafio da erradicação da pobreza de rendimento

Nos dias de hoje, cerca de 600 milhões de pessoas vivem com menos de 1,90 \$ por dia.¹ A luta contra a pobreza conheceu um progresso considerável nas últimas décadas. A taxa de pobreza extrema de rendimento baixou de 36 por cento, em 1990, para 8,6 por cento, em 2018. Apesar deste progresso, o número de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema, em todo o mundo, é inaceitavelmente elevado e a redução da pobreza poderá não ser suficientemente rápida para erradicar a pobreza até 2030, conforme ditam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Após décadas de progresso, a redução da pobreza está a abrandar (caixa D1.3.1).

Em termos gerais, as taxas de pobreza extrema tendem a ser mais elevadas em países com um baixo nível de desenvolvimento humano, mas é possível encontrar pessoas pobres em países de todos os níveis de desenvolvimento (figura D1.3.1). Embora as taxas de pobreza tenham decrescido em todas as regiões, o progresso tem sido desigual e mais de metade das pessoas que vivem em situação de pobreza extrema residem na África Subsariana, onde os números absolutos de pessoas que vivem em situação de pobreza estão a aumentar. Caso

as atuais tendências persistam, em 2030, quase 9 em cada 10 das pessoas que vivem em situação de pobreza extrema localizar-se-ão na África Subsariana.²

A pobreza de rendimento é apenas uma forma de pobreza. Os mais desfavorecidos padecem de privações sobrepostas, de normas sociais discriminatórias e da ausência de capacitação política. Os riscos e as vulnerabilidades só enfatizam a fragilidade das realizações — conforme se explica na iniciativa “Leaving No One Behind” (“Não Deixar Ninguém para Trás”) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.³

A maioria dos países “fora de pista”, neste contexto, situa-se em África e mais de um terço dos mesmos apresentam níveis elevados de conflito ou violência.⁴ Juntos, constituem alguns dos desafios mais sérios do mundo ao nível do desenvolvimento. Partilham, além disso, um fraco esforço fiscal e um baixo nível de despesas com a saúde e a educação. São prejudicados pelo débil desenvolvimento do setor privado, no segmento dos serviços não agrícolas, e têm em comum uma acentuada dependência dos recursos naturais. O aumento do rendimento do trabalho é fulcral para as pessoas que ocupam o fundo da base.⁵ O acesso a ativos

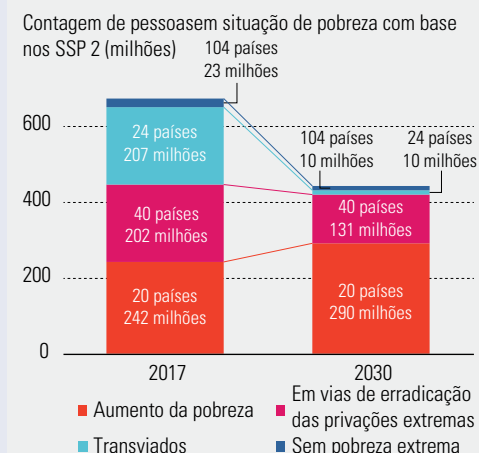
CAIXA D1.3.1

Cenários de redução da pobreza de rendimento até 2030

Atualmente, a cada minuto, 70 pessoas escapam à pobreza, mas, assim que a maioria dos países asiáticos alcançarem o objetivo de pobreza, as projeções apontam para que a taxa de redução da pobreza abrande para menos de 50 pessoas por minuto, em 2020. A taxa de pobreza mundial projetada para 2030 varia entre 4,5 por cento (cerca de 375 milhões de pessoas) e quase 6 por cento (mais de 500 milhões de pessoas) (ver figura). Mesmo as projeções mais otimistas preveem que, em 2030, mais de 300 milhões de pessoas vivam em situação de pobreza extrema na África Subsariana.

De acordo com o cenário de referência, 24 países estão em vias de atingir o objetivo de pobreza, estimando-se que 207 milhões de pessoas escapem à pobreza antes de 2030. Em 40 dos países transviados, apesar da previsão de queda da contagem de pessoas em situação de pobreza, estima-se que 131 milhões de pessoas permaneçam nessa situação até 2030. Em 20 países, projeta-se que o número de pessoas que vivem em situação de pobreza aumente de 242 milhões para 290 milhões (ver figura). No entanto, o cenário de referência é uma perspetiva relativamente otimista do futuro desenvolvimento económico, especialmente na África Subsariana.

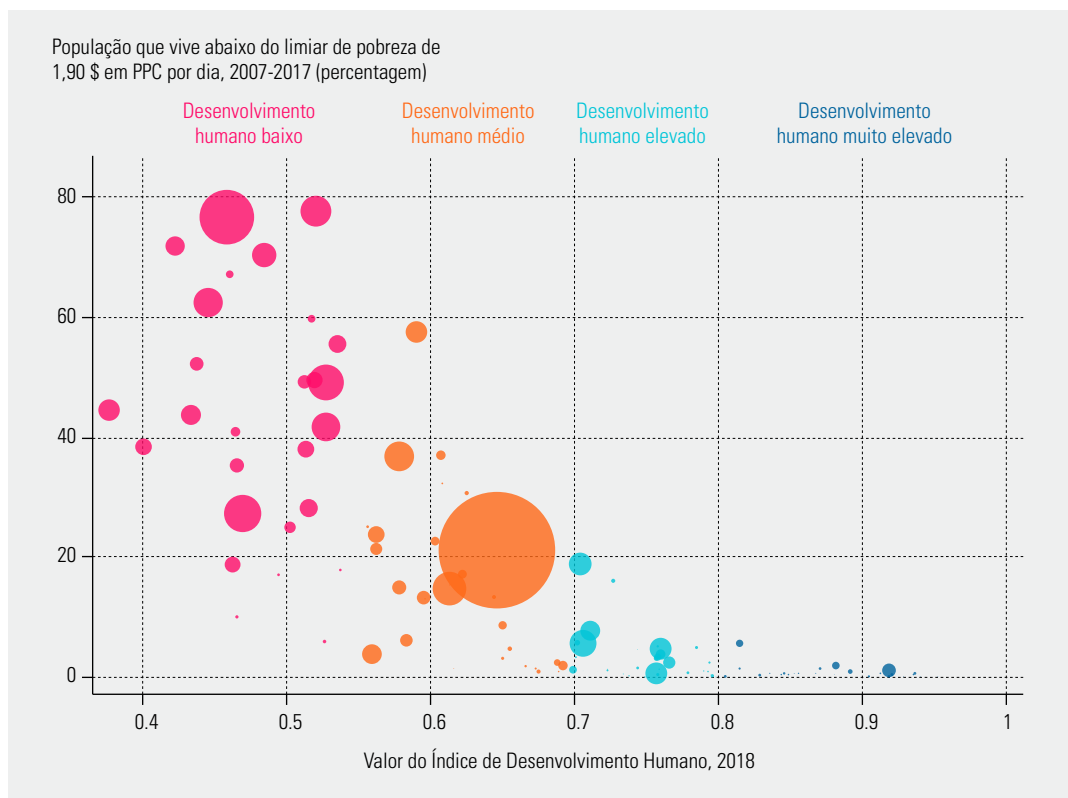
Figura 1 da caixa Contagem de pessoas em situação de pobreza por classificação da trajetória, 2017 e 2030



Nota: Os Shared Socioeconomic Pathways (Cenários Partilhados de Evolução Socioeconómica) do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas refletem diversos graus de mitigação e de adaptação às alterações climáticas. O SSP2 corresponde ao cenário de referência e presume a continuação das atuais tendências socioeconómicas globais.
Fonte: Cuaresma e outros 2018.

FIGURA D1.3.1

Cerca de 600 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza de \$1,90 por dia



Nota: Cada bolha representa um país e o tamanho da bolha é proporcional à respetiva população em situação de pobreza de rendimento.
 Fonte: Estimativas do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

físicos e financeiros é igualmente importante — a terra e o capital, a par de outros insumos da produção ou dos serviços, também ajudam, enquanto fontes constantes de rendimento e “almofadas” contra choques.⁶ A proteção social, sob a forma de um pagamento mínimo de base não contributiva, provendo às necessidades dos mais vulneráveis, é igualmente importante.⁷

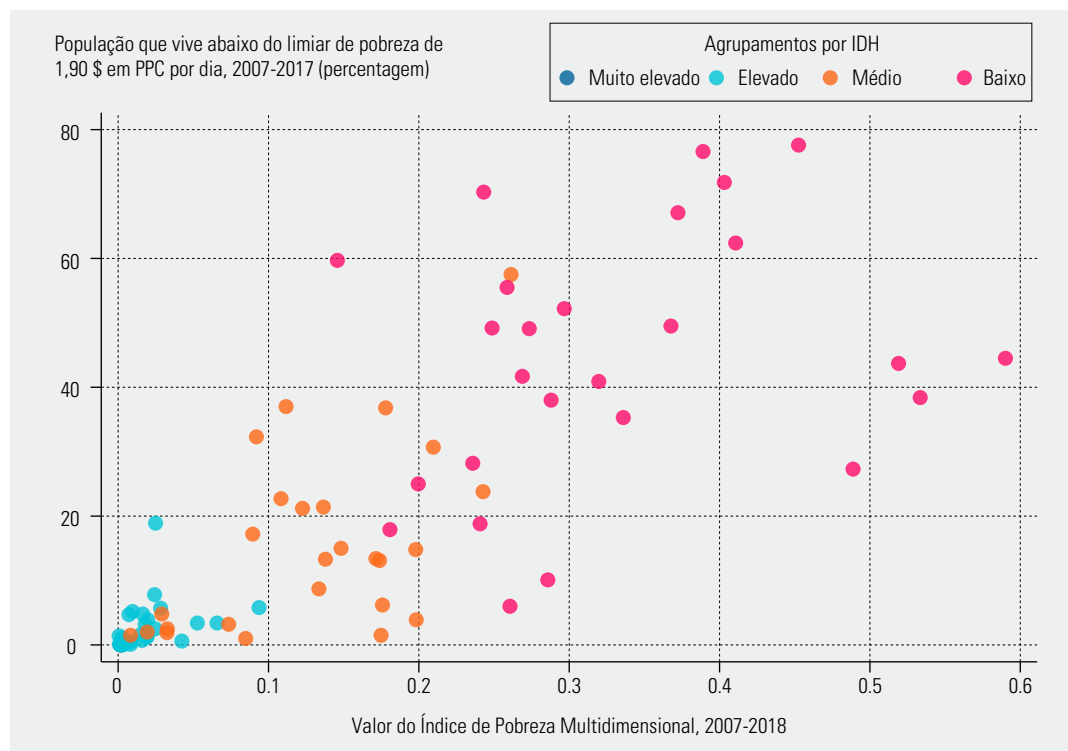
O progresso do desenvolvimento humano implica a capacidade de gerar rendimento e convertê-lo em capacidades, incluindo melhores resultados ao nível da saúde e da educação. Este processo desenrola-se ao longo do ciclo de vida. O desenvolvimento de cada pessoa começa cedo — mesmo antes do nascimento, com a nutrição, o desenvolvimento cognitivo e as oportunidades de educação ao dispor das crianças.

Prossegue com a educação formal, a saúde sexual e a segurança face à violência, antes do ingresso no mercado laboral. Para as pessoas mais pobres, o ciclo de vida é uma corrida de obstáculos que reforça as privações e as exclusões.

Os índices de pobreza multidimensional podem contribuir para a elucidação da realidade das pessoas mais desfavorecidas, ao registarem as privações sobrepostas nos agregados familiares e nos agrupamentos de agregados familiares de uma determinada área geográfica. Estão associados à pobreza de rendimento, embora apresentem variações significativas (figura D1.3.2). O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) mundial abrange 101 países, que albergam 77 por cento da população global, ou seja, 5,7 mil milhões de pessoas. Cerca de 23 por cento destas pessoas (1,3 mil milhões) encontram-se numa situação de pobreza multidimensional. Os dados do IPM ilustram o desafio que representa o combate às privações sobrepostas: 83 por cento do conjunto de pessoas em situação de pobreza multidimensional vivem na Ásia do Sul e na África Subariana, 67 por cento, em países com um nível médio de rendimento, 85 por cento, em áreas rurais e 46 por cento, em situação de pobreza grave.⁸ As pessoas pobres dos meios rurais tendem a sofrer privações quer ao nível da educação quer no acesso à água, ao saneamento, à eletricidade e à habitação. No entanto, os desafios

FIGURA D1.3.2

A pobreza ao nível dos \$1,90 por dia está ligada à pobreza multidimensional



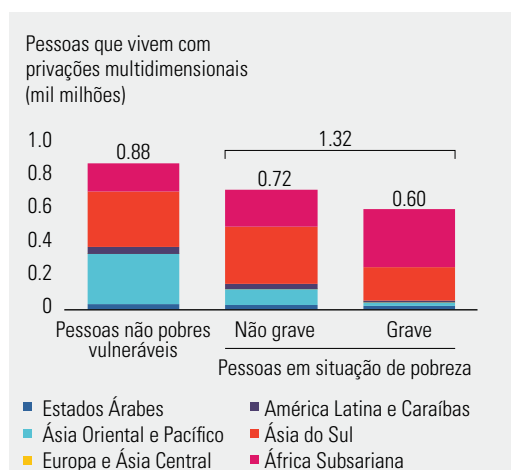
Fonte: Estimativas do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

também incluem as áreas urbanas: A mortalidade infantil e a subnutrição são mais comuns em áreas urbanas.⁹ A África Subariana apresenta a maioria das privações sobrepostas ao nível do IPM — mais de metade das populações do Burundi, da Somália e do Sudão do Sul encontram-se em situação de pobreza multidimensional grave, com 50 ou mais por cento de privações sobrepostas (figura D1.3.3).

À medida que os países se desenvolvem, as pessoas tendem a escapar à pobreza, mas o progresso não é nem linear nem mecânico. Abrange quer um movimento ascendente (a evasão) quer o risco de um movimento descendente (o retorno). A própria definição de um patamar de classe média pode ser calculada na ótica da probabilidade, ao invés de uma linha absoluta. Por outras palavras, uma pessoa pode ser considerada de classe média se não for pobre e correr um risco muito diminuto de vir a sê-lo. No caso de dúzias de países que reduziram a pobreza, há muita coisa em jogo na preservação do progresso dos últimos 15–20 anos. Conforme indicado por Anirudh Krishna na sua análise das histórias de vida de 35.000 agregados familiares na Índia, no Peru, no Uganda e na Carolina do Norte (Estados Unidos), no caso de muitos indivíduos com baixos rendimentos, a pobreza está à distância de um episódio de

FIGURA D1.3.3

Os países subsarianos apresentam o maior número de privações sobrepostas



Nota: A população não pobre vulnerável refere-se às pessoas com 20 por cento ou mais e com menos de 33 por cento de privações sobrepostas. A população em situação de pobreza não grave refere-se a pessoas com 33–50 por cento de privações sobrepostas e a população em situação de pobreza grave refere-se a pessoas com 50 ou mais por cento de privações sobrepostas.
 Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base na metodologia utilizada para calcular o Índice de Pobreza Multidimensional, in GRDH e OPHI (2019).

doença.¹⁰ Mesmo os agregados familiares relativamente abastados podem descer abaixo da linha de pobreza, na sequência de choques pessoais (como problemas graves de saúde) ou comunitários (como uma catástrofe ou o encerramento da principal fonte de emprego). Um outro estudo revela que apenas 46 por cento dos ugandenses que se encontravam no quintil inferior em 2013 haviam ocupado a mesma posição dois anos antes.¹¹ Na Indonésia, 52 por cento dos agregados familiares com crianças não se encontravam no quintil inferior no ano antes de entrarem para ele.¹²

Entre 2003 e 2013, dezenas de milhões de pessoas escaparam à pobreza na América Latina. Contudo, um grande número de pessoas permanecem vulneráveis ao regresso à pobreza. No Peru, a receção de uma pensão pela pessoa responsável pelo agregado familiar correspondia a um aumento da probabilidade de fuga à pobreza em 19 pontos percentuais e a uma redução da probabilidade de retorno à pobreza em 7 pontos percentuais. Em comparação, o acesso a remessas correspondia a uma redução da probabilidade de regresso à pobreza em 4 pontos percentuais.¹³

Do mesmo modo, as desigualdades horizontais têm efeitos dinâmicos. Entre 2002 e 2005, no México, a origem étnica determinava uma redução da probabilidade de evasão à pobreza em 12 pontos percentuais e a um aumento da probabilidade de retorno à pobreza, a partir de uma situação de vulnerabilidade, em 10 pontos percentuais.¹⁴

Notas

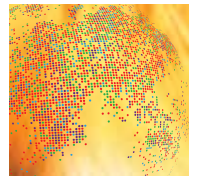
- 1 Ver Banco Mundial (2018a) e World Poverty Clock k (<https://worldpoverty.io>).
- 2 Ver www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview.
- 3 UNDP 2018b. Ver também UNSDG 2019.
- 4 Com base na classificação de Gert e Kharas (2018).
- 5 Ver Azevedo e outros (2013).
- 6 Ver López Calva e Castelán (2016).
- 7 Ver OIT (2017).
- 8 OPHI and UNDP 2019.
- 9 Aguilar e Sumner 2019.
- 10 Krishna 2010.
- 11 Kidd e Athias 2019.
- 12 Esta análise parte de Martínez e Sánchez-Ancochea (2019a).
- 13 Abud, Gray-Molina e Ortiz-Juarez 2016.
- 14 Ver Abud, Gray-Molina e Ortiz-Juarez (2016).

Capítulo **2**

As desigualdades
no desenvolvimento
humano: Interligadas
e persistentes

2.

As desigualdades no desenvolvimento humano: Interligadas e persistentes



“A desigualdade apresenta-se mais como uma consequência do que uma causa dos processos económicos, políticos e sociais. (...) Alguns dos processos que geram desigualdade são amplamente considerados justos. Outros, contudo, são profunda e obviamente injustos, tendo-se tornado numa fonte legítima de indignação e alheamento.”¹

De que modo surgem os padrões de desigualdade no desenvolvimento humano? Onde se encontram as oportunidades para os corrigir? Uma grande parte do debate em torno destas questões tem-se centrado na tese de que a desigualdade de rendimento, por si só, tem efeitos nocivos sobre o desenvolvimento humano. Assim, a redução da desigualdade de rendimento — principalmente através da redistribuição, mediante impostos e transferências — também potenciaria as capacidades e levaria a uma distribuição mais igualitária das mesmas.

Trata-se, porém, de uma formulação demasiado redutora e mecânica dos vínculos entre a desigualdade de rendimento e as capacidades. Como no capítulo 1, é crucial ir além do rendimento e delinear os mecanismos através dos quais as desigualdades ao nível do desenvolvimento humano surgem — e, frequentemente, persistem.

A abordagem deste capítulo acompanha o argumento de Amartya Sen em *O Desenvolvimento como Liberdade*, segundo o qual o combate às privações numa dimensão não só apresenta benefícios em si, como também auxilia a melhoria das demais.² Por exemplo, as privações no domínio da habitação ou nutricionais podem prejudicar os resultados relativos à saúde e à educação. Embora o rendimento seja, igualmente, um fator, as privações não estão, necessariamente, associadas à capacidade do agregado familiar de comprar bens e serviços nos mercados. É essa a motivação do Índice de Pobreza Multidimensional global, o indicador não monetário de privação publicado no Relatório do Desenvolvimento Humano desde 2010.³ Ter uma saúde precária e poucas qualificações académicas pode, por sua vez, prejudicar a capacidade de auferir rendimento ou participar na vida social e política. Estas privações podem reforçar-se mutuamente e acumular-se ao longo do tempo — impulsionando e até agravando as disparidades em termos de capacidades.

A dificuldade desta abordagem é, no entanto, semelhante à do capítulo 1: por onde começar?

O presente capítulo debruça-se sobre a questão mediante uma dúplici abordagem. A primeira adota uma perspetiva assente no ciclo de vida, idêntica à que inspirou a análise das capacidades ligadas à saúde e à educação

efetuada no capítulo 1 (sendo as alterações climáticas e a tecnologia abordadas em profundidade na parte III do Relatório), e tem em conta o que sucede às crianças desde o seu nascimento e até antes a par do modo como as famílias, os mercados laborais e as políticas públicas dão forma às oportunidades das crianças.⁴ Os pais, através das suas ações e decisões, transmitem aos seus filhos as qualidades que o mercado de trabalho valoriza ou desvaloriza, o que explica, em parte, o modo como os antecedentes familiares determinam o rendimento pessoal. O nível de instrução das crianças depende do estatuto socioeconómico dos seus pais, o que também condiciona a saúde das crianças, desde antes do seu nascimento, e as suas capacidades cognitivas, em parte através dos estímulos na primeira infância. Esse estatuto também determina o bairro em que crescem, as escolas que frequentam e as oportunidades de que dispõem no mercado laboral, em parte através do seu conhecimento e das suas redes.

Apesar de esta abordagem centrada no ciclo de vida ser útil para a elucidação dos mecanismos ao nível individual e do agregado familiar, os fatores determinantes da distribuição das capacidades não podem ser explicados, na íntegra, pelo comportamento nestes domínios. As políticas, as instituições e o ritmo de crescimento e de mudança da estrutura económica, entre outros fatores, revestem, de igual modo, uma grande importância. Por este motivo, o capítulo adota uma segunda abordagem, de forma a ter em consideração o modo como a desigualdade de rendimento interage com as instituições e os equilíbrios de poder, o modo de funcionamento das sociedades e até a natureza do crescimento económico. Ir além do rendimento não implica a exclusão da desigualdade ao nível do mesmo. Significa, ao invés, que a desigualdade de rendimento não deve, nas palavras de Angus Deaton, ser considerada uma espécie de “poluição” que prejudica, diretamente, os resultados ao nível do desenvolvimento humano.⁵ É imprescindível explicar os mecanismos através dos quais a desigualdade de rendimento interage com a sociedade, com a política e com a economia e de que forma podem, simultaneamente, produzir mais desigualdades e lesar o desenvolvimento humano.

Nos países com um grau elevado de desigualdade de rendimento, a associação entre o rendimento dos pais e o dos seus filhos é mais vincada — ou seja, a mobilidade intergeracional ao nível do rendimento é inferior

Um exemplo destes fenómenos é o modo como a desigualdade de rendimento, as instituições e os equilíbrios de poder evoluem em conjunto. Quando os grupos de elite podem moldar as políticas em proveito próprio e dos seus descendentes, isso reproduz a acumulação de rendimentos e oportunidades no topo. Um grau elevado de desigualdade de rendimento está, deste modo, relacionado com uma menor mobilidade — a capacidade dos indivíduos de melhorarem o seu estatuto socioeconómico.

A mobilidade intergeracional ao nível do rendimento — a medida em que o rendimento dos pais explica o rendimento dos seus filhos — é persistentemente baixa em algumas sociedades.⁶ Quando isso sucede, a alocação das competências e do talento numa economia não é, necessariamente, a mais eficiente, conduzindo à redução do crescimento económico, face a um cenário contrafactual em que os recursos são afetados de forma a gerar o maior retorno possível. A questão a salientar não é tanto a precisão das estimativas econométricas transnacionais quanto a identificação de um mecanismo plausível que faça a transição de um nível elevado de desigualdade para o crescimento económico, através da oportunidade (crucial para o desenvolvimento humano) — e a repita.

A natureza da desigualdade é igualmente importante. Por exemplo, as desigualdades horizontais — que, conforme se destacou no capítulo 1, se referem às disparidades entre grupos, ao invés dos indivíduos — parecem ser relevantes para o conflito. A explicação do mecanismo é, de novo, fulcral: Neste caso, as desigualdades horizontais não apenas originam ressentimentos partilhados no seio de um grupo, mas podem, de igual modo, interagir com a desigualdade política, mobilizando a ação coletiva de modo a que o grupo em causa recorra às armas.

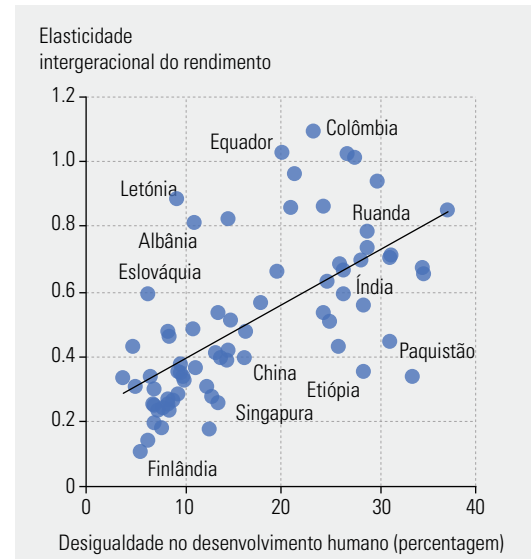
Como as desigualdades começam à nascença — e podem persistir

Nos países com um grau elevado de desigualdade de rendimento, a associação entre o rendimento dos pais e o dos seus filhos é mais vincada — ou seja, a mobilidade intergeracional ao nível do rendimento é inferior. Esta relação é conhecida como a Curva do “Grande Gatsby”,⁷ frequentemente ilustrada pelo mapeamento cruzado dos dados nacionais, com a desigualdade de rendimento no eixo horizontal e um indicador da correlação entre o rendimento dos pais e o dos respetivos filhos no eixo vertical. A Curva do “Grande Gatsby” também se verifica caso se utilize um indicador da desigualdade no desenvolvimento humano e não apenas da desigualdade de rendimento (figura 2.1): Quanto maior for a desigualdade no desenvolvimento humano, maior será a elasticidade intergeracional ao nível

O combate às privações numa dimensão não só apresenta benefícios em si, como também auxilia a melhoria das demais

FIGURA 2.1

A mobilidade intergeracional do rendimento é inferior em países com uma maior desigualdade no desenvolvimento humano



Nota: O indicador da desigualdade utilizado é a perda percentual no valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) devida à desigualdade em três componentes: rendimento, educação e saúde. A perda pode ser considerada uma representação da desigualdade em termos de capacidades. O coeficiente de correlação é de 0,6292. A desigualdade de rendimento é o fator mais [1] correlacionado [2] entre os três componentes (com um coeficiente de correlação de 0,6243), seguida da desigualdade na educação (0,4931) e da desigualdade ao nível da esperança de vida (0,4713).
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, utilizando dados da GDIM (2018), adaptado de Corak (2013).

do rendimento — ou seja, menor será a mobilidade. Esta relação não implica uma causalidade direta, nem num sentido nem no outro, podendo ser explicada por um número de mecanismos bidirecionais.⁸ Esta secção explora o modo como “os resultados obtidos pelas crianças na idade adulta refletem uma série de gradientes entre as respetivas realizações em pontos específicos das suas vidas e as desigualdades socioeconómicas prevaletentes a que estão expostas.”⁹

Os mecanismos subjacentes a esta relação podem ser compreendidos, deixando a desigualdade de parte (uma vez que é igualmente possível explicar a relação no sentido que leva de uma reduzida mobilidade a uma desigualdade acentuada), do seguinte modo: “A desigualdade conduz à redução da mobilidade por moldar as oportunidades disponíveis. Acentua as consequências, ao nível do rendimento, das diferenças entre os indivíduos à nascença; modifica, igualmente, as oportunidades, os incentivos e as instituições que se formam, se desenvolvem e transmitem as características e competências valorizadas no mercado de trabalho; desloca, ainda, o equilíbrio de poder, levando a que a posição de alguns grupos lhes permita estruturar as políticas ou apoiar, de outro modo, as realizações dos respetivos filhos, não obstante o seu talento.”¹⁰ As

oportunidades são, desta forma, determinadas pelos incentivos e pelas instituições que interagem enquanto fatores subjacentes à Curva do “Grande Gatsby”. Nos países com uma maior desigualdade, a ascensão tende a ser mais difícil, visto que as oportunidades apresentam uma distribuição desigual entre a população.¹¹ No entanto, que fatores constituem a desigualdade de oportunidades? Existem vários, incluindo — sem restrição — os antecedentes familiares, o género, a raça e o local de nascimento — todos cruciais para a explicação da desigualdade de rendimento.¹² A hipótese acima postulada é apoiada por uma associação negativa entre um indicador da desigualdade de oportunidades e a mobilidade quanto à educação, concluindo-se que a parcela da desigualdade de rendimentos atribuível às circunstâncias é superior em países com uma menor mobilidade ao nível da educação.¹³ Descobriu-se uma relação idêntica entre a desigualdade de oportunidades e a mobilidade em termos de rendimento.¹⁴

A desigualdade de oportunidades constitui, deste modo, um elo de ligação entre a desigualdade e a mobilidade intergeracional: Se um maior grau de desigualdade dificulta a mobilidade, tal deve-se, provavelmente, à distribuição mais desigual das oportunidades de progresso entre as crianças. Inversamente, uma mobilidade inferior pode contribuir para a persistência das desigualdades através, precisamente, da acentuada diferenciação dos conjuntos de oportunidades dos filhos de famílias abastadas e dos que descendem de pessoas pobres.¹⁵ Estas oportunidades não só afetam o nível de bem-estar que será atingido, como também determinam os esforços que terão de ser envidados para alcançar certos resultados.¹⁶ Um indicador da desigualdade que apenas avalia os resultados nunca será, por isso, capaz de apreciar por completo a equidade de uma determinada afetação dos recursos.¹⁷

A mobilidade relativa não é, porém, o único fator importante para o desenvolvimento humano. Sem a mobilidade absoluta, a educação e o rendimento não aumentariam entre gerações, o que é importante para o progresso, sobretudo no caso dos países com um baixo nível de desenvolvimento humano que necessitam de convergir ao nível das capacidades (ver capítulo 1).¹⁸

Conforme a apresentação do conceito no capítulo 1, um gradiente descreve o modo como as realizações numa dada dimensão (como a saúde ou a educação) aumentam consoante o estatuto socioeconómico. A forma como os gradientes surgem e persistem é descrita por uma vasta literatura. Angus Deaton expõe que os gradientes no domínio da saúde eram planos — representando uma diferença diminuta entre os resultados, ao nível da saúde, das pessoas ricas e das

pobres — até que as inovações neste setor, por volta do século XVIII, possibilitaram o acesso dos mais abastados a tecnologias de saúde: “O poder e o dinheiro nada valem contra a força da mortalidade sem armas para combatê-la.”¹⁹ Os gradientes ao nível da saúde foram meticolosamente documentados na Grã-Bretanha e noutros locais, na segunda metade do século XIX, e a sua persistência continua a ser um tema de debate político e académico.²⁰

De que modo se convertem os gradientes da saúde e da educação em oportunidades? É possível descrever o que sucede ao longo do ciclo de vida através de algumas interações (figura 2.2).

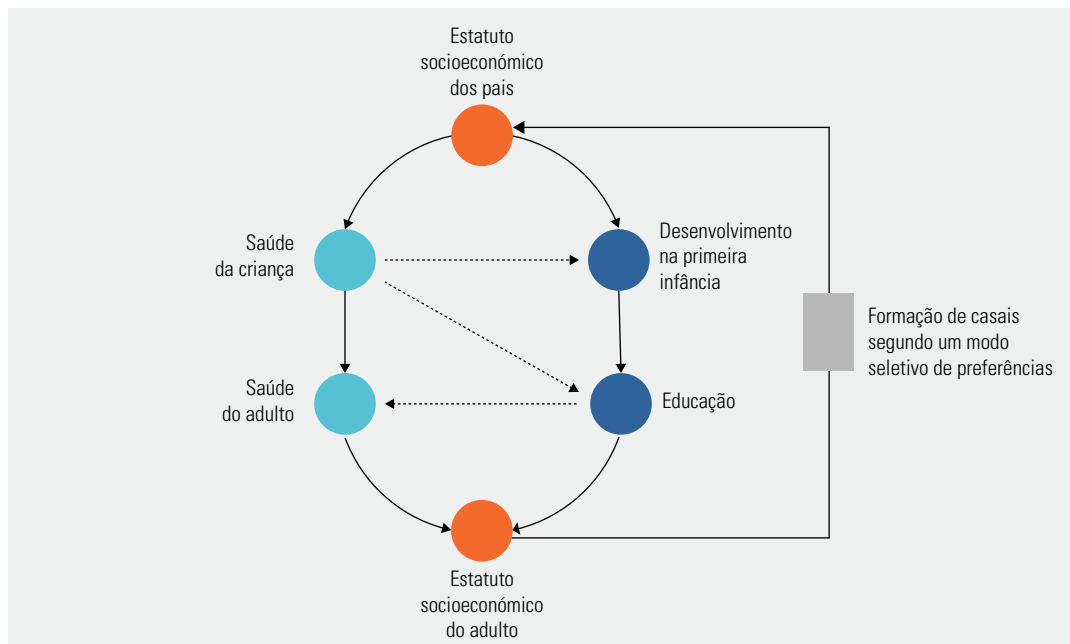
Um dos principais veículos para um potencial círculo vicioso de mobilidade reduzida é um ciclo ao nível da educação. O ensino mobiliza os indivíduos para a melhoria da sua sorte, mas, quando os pais transmitem uma fraca instrução aos seus filhos, essas oportunidades de melhoria não são plenamente aproveitadas. Para quebrar estes ciclos é necessário compreender o seu modo de funcionamento, apontando oportunidades de intervenção, contempladas na secção seguinte. Um outro ciclo significativo prende-se com o estado de saúde, tendo início à nascença e evoluindo no decurso da vida, consoante as opções da família e as políticas no domínio da saúde.²¹ A distribuição desigual das condições de saúde pode contribuir para as desigualdades noutras áreas da vida, tais como a educação e a possibilidade de gerar rendimento.²² A relação é bidirecional: os gradientes da saúde em função do rendimento sugerem que um maior rendimento “protege” a saúde, o que, por sua vez, possibilita a menor propensão das pessoas para a perda de rendimento em virtude de doenças (acarretando a possibilidade de um círculo vicioso inverso, no caso das pessoas com um menor rendimento).

As desigualdades em áreas fundamentais do desenvolvimento humano estão, por conseguinte, interligadas e podem persistir entre gerações. Muitos aspetos dos resultados das crianças podem repercutir-se noutras fases do ciclo de vida, afetando a sua capacidade de gerar rendimento em adultas. O estatuto socioeconómico resultante enforma os comportamentos dos adultos quanto à seleção de parceiros.²³ As pessoas com um certo grau de rendimento e instrução tendem a casar-se (ou viver em conjunto) com parceiros com um estatuto socioeconómico semelhante (formação de casais segundo um modo seletivo de preferências).²⁴ Quando estes casais produzem descendência, o ciclo de ação/reacção pode iniciar-se, novamente, a partir do topo,²⁵ sendo a saúde e o desenvolvimento das crianças na primeira infância moldados pelo estatuto socioeconómico dos respetivos pais.²⁶

As pessoas com um certo grau de rendimento e instrução tendem a casar-se (ou viver em conjunto) com parceiros com um estatuto socioeconómico semelhante

FIGURA 2.2

Educação e saúde ao longo do ciclo de vida



Nota: Os círculos representam as diferentes fases do ciclo de vida, sendo que os laranja correspondem aos resultados finais. O retângulo representa o processo de formação de casais segundo um modo seletivo de preferências. As linhas tracejadas referem-se às interações que não são descritas em detalhe no presente capítulo. A saúde de uma criança afeta o desenvolvimento na primeira infância e as perspectivas educativas. Por exemplo, uma criança portadora de deficiências cognitivas não poderá usufruir do desenvolvimento na primeira infância nem das oportunidades educativas do mesmo modo que uma criança saudável. A educação também pode promover um estilo de vida saudável e transmitir informações sobre como recorrer a um determinado sistema de saúde em caso de necessidade (Cutler e Lleras-Muney 2010).
 Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, adaptado de Deaton (2013b).

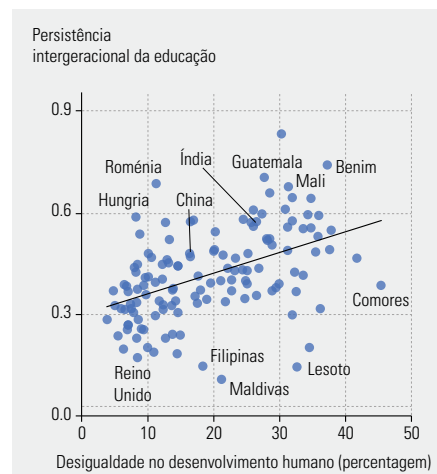
Os países com uma maior desigualdade no desenvolvimento humano registam uma maior persistência intergeracional da educação

Educação: como as disparidades podem surgir no início da vida

À semelhança da Curva do “Grande Gatsby” e da figura 2.1, verifica-se, nos países com uma maior desigualdade em termos de desenvolvimento humano, uma maior persistência intergeracional da educação (um coeficiente que estima o impacto de um ano adicional de escolaridade dos pais sobre o número de anos de escolaridade dos inquiridos).²⁷ Tal significa que os níveis de instrução são mais inflexíveis entre gerações (ou seja, existe uma menor mobilidade relativa) nos países mais desiguais (figura 2.3). A componente com o maior coeficiente de correlação é a educação, o que significa que a persistência intergeracional é, neste domínio, tão mais acentuada quanto maior for a desigualdade da distribuição da média de anos de escolaridade numa determinada sociedade. Tal como no caso anterior, não deve inferir-se qualquer causalidade direta sem examinar os mecanismos responsáveis pela correlação, o que carece de uma análise ao nível individual e não nacional. As questões prendem-se com o modo como o estatuto socioeconômico (em especial, os seus níveis de instrução) e o estado de saúde (ver secção seguinte) dos pais se relacionam com a educação dos respetivos

FIGURA 2.3

A persistência intergeracional da educação é superior em países com uma maior desigualdade no desenvolvimento humano



Nota: O indicador da desigualdade utilizado é a perda percentual no valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) devida à desigualdade em três componentes: rendimento, educação e saúde. A perda pode ser considerada uma representação da desigualdade em termos de capacidades. O coeficiente de correlação é de 0,4679. A desigualdade na educação é o fator mais correlacionado entre os três componentes (com um coeficiente de correlação de 0,5501), seguida da desigualdade ao nível da esperança de vida (0,4632) e da desigualdade de rendimento (0,1154).
 Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, utilizando dados da GDIM (2018).

filhos, bem como o papel que as instituições desempenham nessa relação.

As desigualdades ao nível da educação têm início na infância. A exposição a estímulos e a qualidade dos cuidados, quer no seio da família quer em ambientes institucionais, são cruciais para a ampliação das opções das crianças em etapas posteriores da vida e para o pleno desenvolvimento do seu potencial.²⁸ Os pais proporcionam estímulos às crianças mais jovens e as famílias podem contribuir para a sua criação. A educação dos pais dá forma aos cuidados prestados à criança, desde a sua conceção até à primeira infância: um ambiente doméstico recetivo, que ofereça apoio emocional e favoreça a satisfação das necessidades nutricionais e de saúde da criança, estimulante e apropriado do ponto de vista do seu desenvolvimento, que inclua oportunidades para que a mesma brinque, explore e se proteja das adversidades.²⁹ A capacidade dos pais de aproveitar as oportunidades para a criação dos seus filhos é, contudo, desigual. Por exemplo, as crianças das famílias de profissionais dos EUA estão expostas a mais do triplo do número de palavras, em comparação com as crianças das famílias que recebem subsídios estatais.³⁰ Este fenómeno influencia os resultados dos testes no início da aprendizagem e nos níveis mais avançados de instrução, levando à persistência intergeracional da educação.

As instituições podem desempenhar um papel crucial na promoção da mobilidade. Existe, por exemplo,

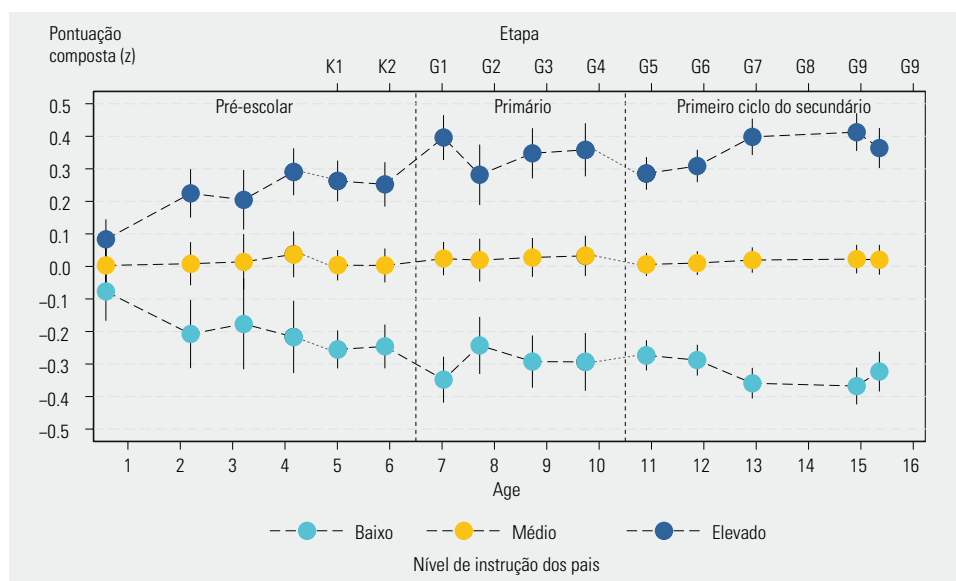
um retorno de 13,7 por cento sobre o investimento numa educação inicial abrangente e de elevada qualidade, desde o nascimento até aos 5 anos de idade, um valor, inclusive, superior às anteriores estimativas.³¹ No entanto, as crianças de famílias com diferentes estatutos socioeconómicos têm um acesso desigual a estes programas, ao nível nacional e mundial. A taxa de matrícula em programas pré-primários (dos 3 anos à idade escolar) varia entre 21 por cento, nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, 31 por cento, nos países com um grau médio de desenvolvimento humano, 74 por cento, nos países com um elevado nível de desenvolvimento humano, e 80 por cento, nos países com um grau muito elevado de desenvolvimento humano.³²

Porém, ainda que as crianças frequentem programas pré-primários, as disparidades ao nível das capacidades de aprendizagem, já são frequentemente evidentes, pelos motivos acima explicitados. Consideremos a relação entre as pontuações médias dos testes, por idade das crianças, e os níveis de instrução dos pais na Alemanha (uma representação do estatuto socioeconómico; figura 2.4). As diferenças ao nível das pontuações específicas de cada idade são substanciais e evidenciam um enorme aumento no decurso dos primeiros cinco anos da vida de uma criança, persistindo ao longo da infância. Tal não significa que as crianças não aprendam na escola (dado que os testes se tornam mais difíceis), nem que

As desigualdades ao nível da educação têm início na infância, uma vez que a capacidade dos pais de aproveitar as oportunidades para a criação dos seus filhos é desigual. Porém, as instituições podem desempenhar um papel crucial na promoção da mobilidade

FIGURA 2.4

As disparidades ao nível das competências surgem na primeira infância, consoante a instrução dos pais



Nota: As linhas verticais tracejadas destacam as dinâmicas temporais das disparidades em termos de progresso, desde o ensino pré-escolar até ao primeiro ciclo do secundário, inclusive. O índice composto (z) engloba diversos indicadores, em todos os intervalos de medição, exceto o dos 7 meses de idade, que inclui uma única avaliação (competências sensoriomotoras), e o dos 4 anos de idade, que inclui, igualmente, uma única avaliação (aptidões matemáticas). As previsões baseiam-se em modelos de regressão específicos das fases da vida. As linhas verticais em cada ponto representam intervalos de confiança de 95 por cento para as previsões. K refere-se ao jardim de infância e G refere-se ao ano de escolaridade. As linhas pretas com tracejados longos unem dados relativos ao mesmo grupo do National Educational Panel Study (Estudo do Painel Nacional de Educação).
Fonte: Skopec e Passaretta 2018.

a escolaridade em nada contribua para o auxílio das crianças desfavorecidas (pois é muito provável que as disparidades aumentassem significativamente ao longo da infância se não fosse o efeito nivelador da escolarização). O referido fenômeno sublinha, porém, a influência da instrução dos pais nas realizações dos filhos ao nível da educação — mesmo num país com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, uma reduzida desigualdade quanto ao desenvolvimento humano e uma baixa persistência intergeracional no tocante à educação.³³ Por conseguinte, a participação universal em programas de desenvolvimento na primeira infância, ainda antes do ensino pré-primário, apresenta um potencial de redução da desigualdade em termos de educação, bem como de incremento da mobilidade no mesmo domínio.

Em muitos países com um menor grau de desenvolvimento humano, os estímulos desiguais na primeira infância não são o único obstáculo à mobilidade na área da educação. As crianças provenientes de famílias com um estatuto socioeconómico inferior podem não ter condições para a frequência da escola devido aos seus afazeres domésticos ou agrícolas, ou por necessitarem de obter rendimentos para a família.³⁴ Contudo, ainda que todas as crianças tivessem o mesmo nível de instrução, a discrepância quanto à numeracia universal apenas diminuiria em 8 por cento na Índia e em 25 por cento no Paquistão; já a discrepância relativa à literacia universal decresceria em apenas 8 por cento no Uganda e em 28 por cento no Paquistão. Deste modo, mesmo se uma criança oriunda de um agregado familiar pobre concluísse os mesmos anos de escolaridade do que uma criança de um agregado familiar rico, a probabilidade de atingir a numeracia ou a literacia não seria equivalente para ambas. As crianças dos agregados familiares pertencentes aos 40 percentis mais pobres exibem, em regra geral, menores capacidades ao nível da numeracia e da literacia, em todos os anos de escolaridade. Ainda que estas crianças apresentassem os mesmos perfis de aprendizagem — isto é, a mesma relação entre anos de escolaridade e um indicador das competências ou da aprendizagem — das crianças provenientes de famílias prósperas, a discrepância quanto à numeracia universal apenas diminuiria em 16 por cento no Paquistão e no Uganda e em 34 por cento na Índia; a discrepância relativa à literacia universal decresceria entre 13 por cento (Uganda) e 44 por cento (Índia).³⁵ Consequentemente, além da expansão do acesso à educação, é necessária a redução das disparidades relativas à capacidade de aprender; quanto mais cedo, melhor, conforme ilustra o exemplo da Alemanha.

Os estímulos na primeira infância não são a única vantagem das crianças oriundas de famílias com um elevado estatuto socioeconómico. Ainda que exibam

um fraco desempenho escolar, apresentam uma probabilidade muito superior de transição para o ensino superior, conforme evidenciam a França, a Alemanha e outros países europeus, assim como outros contextos institucionais e políticos, como a cidade soviética de Leninegrado, no final da década de 1960, e os Estados Unidos, no final dos anos 70.³⁶ Os pais com um elevado estatuto socioeconómico podem oferecer um apoio direto, pagar explicações particulares, computadores e viagens ou transferir os seus filhos para escolas especiais ou para uma escola menos exigente e, deste modo, proporcionar-lhes uma segunda oportunidade.³⁷

Uma outra potencial causa de divergência é a aprendizagem socioemocional, um fator crítico para a criação de adultos produtivos (caixa 2.1).³⁸ A aprendizagem socioemocional fomenta não apenas a produtividade, mas também uma interação social pacífica em sociedades coesas.³⁹ As modalidades modernas de educação têm, cada vez mais, em conta este tipo de aprendizagem na conceção dos currículos, mas trata-se de um desafio suplementar para muitos países com um grau baixo ou médio de desenvolvimento humano que têm envidado esforços consideráveis para oferecer uma educação básica universal. É provável, portanto, que haja uma divergência ainda maior entre os países.

Esta situação elucidada uma questão vital, congruente com os dados apresentados no capítulo 1: Embora se tenha dedicado muita atenção à elevação das pessoas acima de um certo “patamar”, tal não elimina a persistência — e, em alguns casos, a geração — de gradientes mais acentuados ao nível da instrução. As políticas voltadas para a elevação das pessoas acima de um dado patamar omitem a potenciação das oportunidades dos jovens para a ascensão a níveis superiores de ensino. As intervenções devem, pois, ter em consideração quer formas de suprimir as lacunas ao nível das realizações do ensino básico quer de travar a divergência persistente — ou mesmo crescente — quanto às realizações educativas mais avançadas.

O efeito do gradiente repercute-se, de igual modo, no mercado laboral. Alguém com um elevado estatuto socioeconómico, mas que apresente um baixo nível final de instrução — como um membro de uma família privilegiada sem um curso universitário ou um diploma do segundo ciclo do ensino secundário — tem uma probabilidade de possuir um trabalho bem remunerado e de evitar o trabalho manual muito superior à de uma pessoa menos privilegiada. As pessoas oriundas de famílias com um elevado estatuto socioeconómico conseguem, com frequência, evitar a mobilidade profissional descendente em relação aos seus pais, ainda que apresentem um fraco desempenho escolar.⁴⁰ É possível

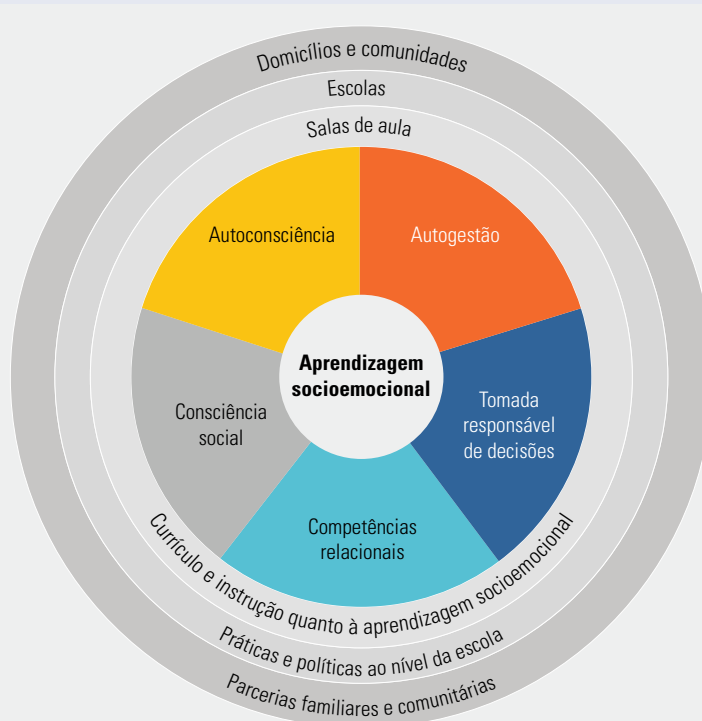
As intervenções devem ter em consideração quer formas de suprimir as lacunas ao nível das realizações do ensino básico quer de travar a divergência persistente — ou mesmo crescente — quanto às realizações educativas mais avançadas

Competências fundamentais de aprendizagem socioemocional

Identificaram-se cinco competências-chave sociais e emocionais essenciais: autoconsciência, autogestão, consciência social, competências relacionais e tomada responsável de decisões (ver figura). Estão interrelacionadas, sendo sinérgicas e integrais quanto ao crescimento e desenvolvimento das crianças e dos adultos.¹ A inclusão e o reforço de materiais de aprendizagem que ensinam competências sociais e emocionais nos currículos de base têm demonstrado uma elevada eficácia nos países europeus,

especialmente no caso de crianças em risco, tais como as pertencentes a minorias étnicas e culturais, as provenientes de contextos socioeconómicos com privações e as que enfrentam desafios sociais, emocionais e de saúde mental.² A aprendizagem socioemocional pode, assim, nivelar o gradiente da educação, através da ampliação das capacidades, com um potencial de redução das desigualdades no desenvolvimento humano e de promoção da equidade e da inclusão social.

Cinco competências-chave sociais e emocionais e como adquiri-las



Fonte: Jagers, Rivas-Drake e Borowski 2018.

Notas

1. Jagers, Rivas-Drake e Borowski 2018. 2. Cefai e outros 2018.

atribuir um papel crucial, quanto a este fenómeno, aos círculos sociais e à atividade familiar na criação de redes.⁴¹ Nalguns países, as melhorias quanto à mobilidade em termos de educação não surtiram o efeito nivelador esperado sobre o rendimento, devido à importância crescente das redes e das atividades na sua criação, que podem, por vezes, ser mais eficazes do que um nível superior de instrução no mercado de trabalho.⁴²

Em suma, as crianças começam em pé de desigualdade, dadas as suas experiências antes do ingresso no sistema educativo formal — em particular, a educação inicial e os estímulos proporcionados pelos pais. Juntamente com as diferenças no acesso à educação e na sua qualidade (ver capítulo 1), esta realidade explica a persistência intergeracional ao nível da educação no interior dos países. As crianças provenientes de famílias

com um baixo estatuto socioeconómico apresentam uma menor probabilidade de prosseguir a sua educação, ainda que esteja disponível e acessível. Acresce que as redes de contactos são cruciais para a entrada no mercado laboral.

Assim sendo, existem oportunidades importantes de correção das desigualdades em três pontos principais do ciclo de vida: a primeira infância, a idade escolar e a juventude (especialmente durante a transição da escola para o mercado de trabalho). Além disso, é necessária a aprendizagem ao longo da vida. Sobretudo nos atuais mercados laborais, sujeitos a constantes avanços tecnológicos e, por conseguinte, à requalificação, são necessários investimentos substanciais em todas as etapas da vida. Trata-se de uma estratégia simultaneamente económica e social, em busca de formas de ampliação das

Nos atuais mercados laborais, sujeitos a constantes avanços tecnológicos e, por conseguinte, à requalificação, são necessários investimentos substanciais em todas as etapas da vida

O rendimento e a instrução dos pais têm efeitos profundos sobre a saúde dos filhos, o que, por sua vez, afeta o nível de instrução destes últimos (e a sua saúde na idade adulta) e, conseqüentemente, o seu futuro rendimento, caso não sejam compensados

capacidades ao longo da vida.⁴³ (A Parte III desenvolve ideias concretas para intervenções.)

Saúde: Como os resultados desiguais tanto promovem quanto refletem capacidades desiguais

O rendimento e a instrução dos pais têm efeitos profundos sobre a saúde dos filhos, o que, por sua vez, afeta o nível de instrução destes últimos (e a sua saúde na idade adulta) e, conseqüentemente, o seu futuro rendimento, caso não sejam compensados.⁴⁴ Deste modo, os gradientes no domínio da saúde — as disparidades na saúde entre grupos socioeconômicos — têm início à nascença ou até antes, podendo acumular-se ao longo do ciclo de vida. As famílias com um estatuto socioeconômico mais elevado investem na saúde, consomem de forma mais saudável e apresentam uma melhor capacidade de evitar condições de trabalho física e psicossocialmente exigentes, o que, por sua vez, conduz ao agravamento da discrepância entre indivíduos com um estatuto socioeconômico baixo e elevado, originando, inclusivamente, diferenças quanto à esperança de vida.⁴⁵

As condições de saúde à nascença — ou mesmo antes — têm uma forte influência na saúde ao longo do ciclo de vida.⁴⁶ De resto, quando os adultos afetados se tornam, eles próprios, pais, o gradiente da saúde em função do estatuto socioeconômico pode repercutir-se nas gerações posteriores, dado que a desigualdade ao nível da saúde começa nas primeiras fases da vida — na verdade, com o feto.⁴⁷ A título de exemplo, o estatuto profissional dos pais e o código postal da residência são indicativos da saúde de um bebé à nascença, por vários motivos:⁴⁸ a alimentação e os demais hábitos de saúde (tabagismo) da mãe, intimamente associados à educação; a exposição da mãe à poluição, relacionada com o estatuto socioeconômico dos pais; e a prestação ou ausência de cuidados de saúde pré-natais.⁴⁹

Além disso, também o comportamento, em termos de saúde, dos pais condiciona a saúde da criança após o seu nascimento. A obesidade infantil, por exemplo, deve-se a fatores naturais e ao modo como as crianças são criadas dependendo, em parte, dos genes e, por outro lado, dos padrões alimentares e de vida da família.⁵⁰ Já no caso dos adolescentes, o mecanismo do gradiente da saúde em função do estatuto socioeconômico apresenta um funcionamento distinto. O estatuto social subjetivo é mais importante para a saúde manifestada pelos próprios do que o rendimento e os ativos do agregado familiar transmitidos pelos pais, mesmo quando aplicados controlos estatísticos para contabilizar a instrução destes últimos. Este fenómeno deve-se ora ao reforço mútuo entre o estatuto social subjetivo e a saúde manifestada pelos próprios adolescentes, devido à sua relação causal bidirecional, ora ao forte peso de outros fatores mais importantes nesta etapa do ciclo de vida sobre a avaliação do estatuto social subjetivo (bom desempenho escolar, rede de amigos).⁵¹ Mesmo os resultados dos adultos no domínio da saúde podem, por vezes, ser afetados pela percepção do estatuto socioeconômico (caixa 2.2).

O debate em torno da relação entre a desigualdade de rendimento e os resultados ao nível da saúde tem-se servido, principalmente, de representações da esperança de vida à nascença e da mortalidade infantil.⁵² Porém, os efeitos do gradiente da saúde em função do estatuto socioeconômico podem nem sempre ser fatais, nem tão-pouco imediatos. Uma análise mais subtil de diferentes tipos de resultados ao nível da saúde revela o modo como o estatuto socioeconômico afeta algumas áreas específicas da saúde em etapas posteriores do ciclo de vida (figura 2.5). Um cálculo sumário demonstra que, numa seleção de países com um grau médio de rendimento, a probabilidade de fracos resultados ao nível de alguns aspetos da saúde é entre duas e quase quatro vezes superior no caso do grupo com um estatuto socioeconômico

CAIXA 2.2

Como a percepção das privações relativas afeta os resultados ao nível da saúde

A percepção de privação relativa — o modo como as pessoas percebem a sua situação, em comparação com a das outras — conduz a piores resultados ao nível da saúde.¹ Porquê? Uma das respostas reside na experiência da percepção de privação relativa enquanto estado emocional. As pessoas sentem-se pior do que as outras, o que causa sentimentos de raiva e ressentimento.² Mesmo as pessoas que se encontram, objetivamente, numa melhor situação podem senti-lo, enquanto as pessoas numa situação objetivamente pior podem não o fazer. Estes estados emocionais, nem sempre relacionados com a desigualdade média real num dado país, provocam piores resultados ao nível da saúde, tais como mais stress

e um maior número de doenças mentais e físicas, manifestados pelas próprias pessoas.³

Um fator potencialmente atenuante deste mecanismo é o enraizamento social — vínculos sociais nas relações interpessoais, no seio de redes sociais e identidades coletivas.⁴ O enraizamento social atua como um “amortecedor”, apelidado de “cura social”, reduzindo o stress e a ansiedade.⁵ O enraizamento social favorece, ainda, a saúde, uma vez que as pessoas socialmente integradas se exercitam mais, se alimentam melhor, fumam menos e observam os regimes médicos, a menos que se envolvam em redes tóxicas que fomentam comportamentos de risco.⁶ Deste modo, a saúde e o enraizamento social reforçam-se mutuamente.

Notas

1. Mishra e Carleton 2015; Sim e outros 2018; Smith e outros 2012. 2. Smith e outros 2012. 3. Van Zomeren 2019. 4. Van Zomeren 2019. 5. Jetten e outros 2009. 6. Uchino 2006.

mais baixo, face ao grupo com o estatuto socioeconómico mais elevado — um padrão que é idêntico no Reino Unido e nos Estados Unidos.⁵³ Os gradientes dos países com um nível médio de rendimento podem estar, em parte, relacionados com a urbanização (os gradientes mais acentuados registaram-se em áreas urbanas). Podem, ainda, ser o reflexo das lacunas dos sistemas públicos de saúde dos países em causa. Contudo, mesmo na Suécia, um país com uma boa cobertura universal de cuidados de saúde, os gradientes das realizações ao nível da saúde persistem e, por vezes, agravam-se ao longo do ciclo de vida. Com a máxima importância, a presença de especialistas médicos numa família beneficia a saúde dos respetivos membros, um facto atestado pela longevidade, pelo reduzido consumo de estupefacientes e pela vacinação, em todas as idades.⁵⁴ Não basta,

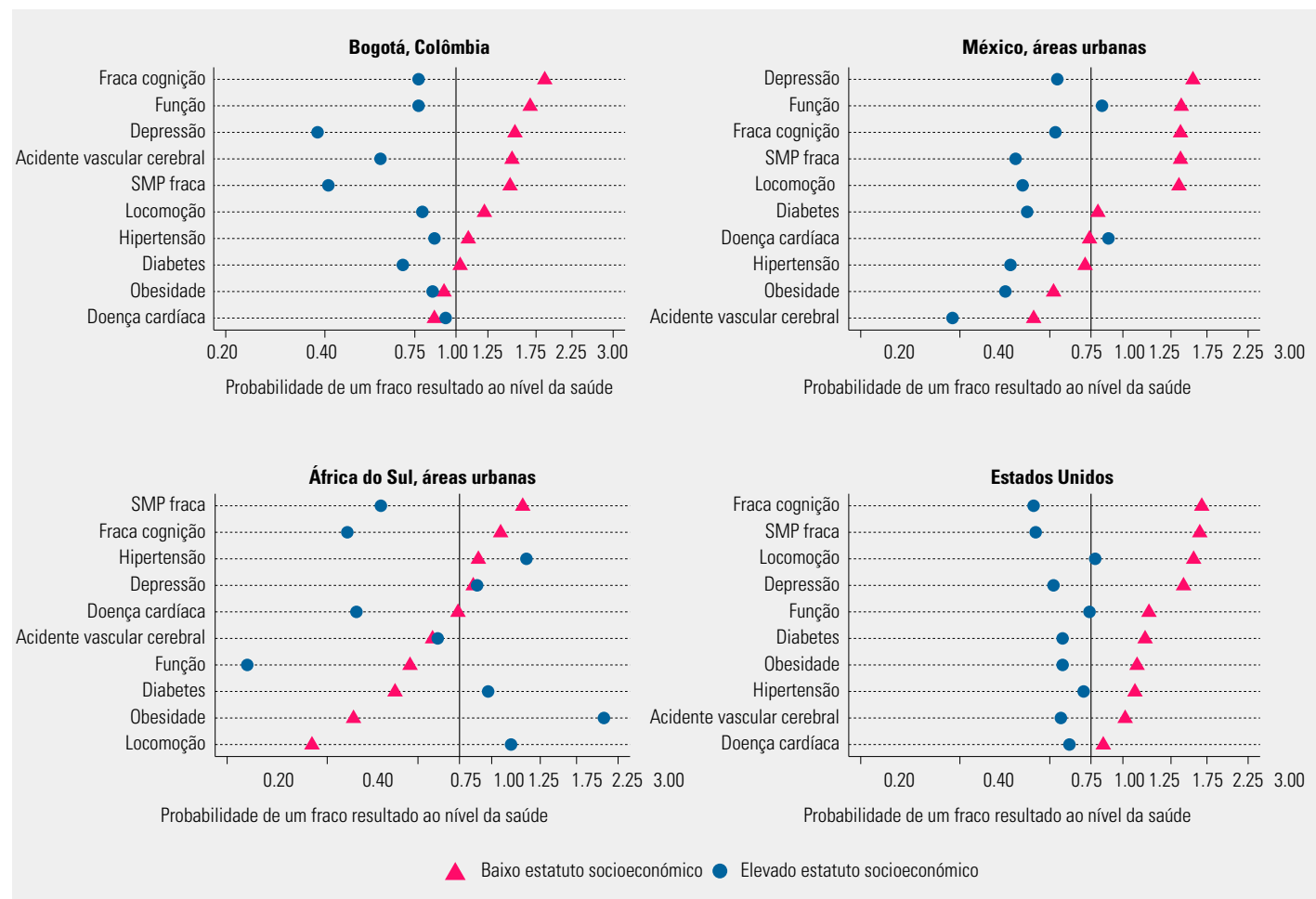
portanto, elevar as pessoas acima de um certo patamar para garantir que os gradientes não se mantenham.

O estatuto socioeconómico influencia, deste modo, a saúde, a qual, por sua vez, é fulcral para outras oportunidades da vida. As políticas de redistribuição do rendimento são incapazes de quebrar este ciclo sem lidar com os mecanismos subjacentes. A cobertura universal de cuidados de saúde é imprescindível para que as pessoas possam recorrer aos serviços de saúde preventivos, curativos, paliativos e reabilitativos de que necessitam (ver meta 3.8 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Os serviços disponíveis devem ser comunicados ao público e promovidos, juntamente com informações relativas a estilos de vida saudáveis, para que as pessoas possam efetuar escolhas conscientes. Ainda assim, os gradientes da saúde não

Não basta elevar as pessoas acima de um certo patamar para garantir que os gradientes não se mantenham

FIGURA 2.5

O estatuto socioeconómico afeta áreas específicas da saúde em etapas posteriores do ciclo de vida



SMP significa a saúde manifestada pelos próprios inquiridos.

Nota: A probabilidade de um fraco resultado ao nível da saúde foi calculada através da razão de probabilidades (escala logarítmica). Os dados relativos à Colômbia foram extraídos do Inquérito Nacional de Saúde, Bem-estar e Envelhecimento), os dados relativos ao México e à África do Sul, do Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde e os dados relativos aos Estados Unidos, do Health and Retirement Study (Estudo da Saúde e da Reforma). Os valores superiores a 1 (a linha vertical) indicam uma maior probabilidade de um determinado resultado ao nível da saúde, em comparação com as pessoas com um estatuto socioeconómico intermédio, e os valores inferiores a 1 indicam uma menor probabilidade. Por exemplo, em Bogotá, no México e nos Estados Unidos, a probabilidade das pessoas com um baixo estatuto socioeconómico de desenvolver uma fraca cognição é quase duas vezes superior à das pessoas com um estatuto socioeconómico intermédio, embora seja muito inferior no caso das pessoas com um elevado estatuto socioeconómico.

Fonte: Adaptado de McEniry e outros (2018).

podem ser corrigidos através da mera orientação das políticas para a oferta universal de um nível mínimo de acesso a serviços de saúde. Existem outras condicionantes sociais igualmente relevantes.

Como as desigualdades interagem com outras condicionantes contextuais do desenvolvimento humano

Esta secção vai além da análise, ao nível individual, do ciclo de vida, contemplando o modo como as desigualdades interagem com outras condicionantes contextuais do desenvolvimento humano. Não pretendendo ser exaustiva, tem em consideração quatro dimensões cruciais para o desenvolvimento humano: a economia (o modo de interação das desigualdades com os padrões de crescimento económico), a sociedade (o modo como as desigualdades afetam a coesão social), a esfera política (o modo como as desigualdades influenciam a participação política e o exercício do poder político) e a paz e segurança (o modo como as desigualdades interagem com a violência, influenciado por fatores económicos, sociais e políticos).

Desigualdades de rendimento e de riqueza, crescimento económico e mudança estrutural

Existe um debate de longa data em torno da relação entre a mudança estrutural de uma economia, o crescimento económico e as desigualdades ao nível do rendimento e da riqueza. O crescimento económico sustentado é, tipicamente, acompanhado de mutações estruturais da economia (com a transição do emprego e do valor acrescentado, da agricultura para a indústria e os serviços). No entanto, a relação com a distribuição do rendimento é mais ambígua. Simon Kuznets foi a primeira pessoa a abordar o assunto de um modo sistemático, propondo uma hipótese segundo a qual, com o crescimento económico, à medida que a mão-de-obra transita do setor agrícola e rural para atividades económicas não agrícolas e urbanas (com um salário médio superior ao da agricultura e uma distribuição mais ampla dos proveitos), haveria duas etapas da evolução da distribuição global do rendimento.⁵⁵ Durante a etapa inicial, a desigualdade acompanharia, de um modo transversal à economia, o aumento do crescimento económico, à medida que a importância relativa do setor não agrícola se acentuasse, partindo de níveis diminutos. Contudo, seguindo a contração da percentagem de mão-de-obra empregue no setor

agrícola, atingir-se-ia, eventualmente, um ponto de viragem, em que a desigualdade começaria a diminuir (dada a reduzida importância do setor agrícola e rural).

Aquilo que veio a ser conhecido como a hipótese de Kuznets previa, deste modo, uma relação em “U” (ou curva) entre os níveis de rendimento e de desigualdade, uma relação que se explicaria, principalmente, pelo mecanismo da mudança estrutural. Esta tese tornou-se o legado mais duradouro do artigo de Simon Kuznets, datado de 1955, embora não se trate, de modo algum, o único contributo dessa obra.

Simon Kuznets analisou outros mecanismos que julgava influenciarem a interação entre o crescimento, a mudança estrutural e a desigualdade. Abrangiam desde as alterações demográficas (incluindo as trajetórias económicas dos imigrantes rumo a economias de rápido crescimento em vias de modernização) à influência dos processos políticos na determinação da distribuição do rendimento: “Nas sociedades democráticas, o poder político crescente dos grupos urbanos com menores rendimentos conduziu a uma panóplia legislativa de proteção e apoio, grande parte da qual visava contrabalançar os piores efeitos da industrialização e da urbanização aceleradas e corresponder à reivindicação, pelas massas, de uma quota-parte mais adequada do crescimento económico do país.”⁵⁶ A análise mais matizada e sofisticada que consta do artigo original de Kuznets perdeu-se com o tempo, suplantada, quase exclusivamente, pela descrição de uma relação mecânica entre o crescimento e a desigualdade.⁵⁷ De resto, o melhor entendimento da hipótese de Kuznets será, porventura, enquanto descrição da evolução do rendimento durante as principais fases de mudança estrutural, segundo as “ondas de Kuznets”, por oposição a um trajeto determinista, “de uma vez por todas”, da desigualdade face ao desenvolvimento das economias.⁵⁸

Acresce que a mudança estrutural, o crescimento e a desigualdade podem interagir através de outros mecanismos que não as alterações da composição sectorial destacadas por Simon Kuznets. O cariz das mudanças tecnológicas e o seu modo de interação com os mercados laborais constituem um veículo especialmente importante. Jan Tinbergen postulou que, caso as alterações tecnológicas fossem enviesadas pelas competências — isto é, se carecessem de trabalhadores mais qualificados —, seria de esperar uma “corrida” entre a tecnologia e a oferta de competências.⁵⁹ Com a marcha da tecnologia, se a oferta de competências fosse insuficiente, seria de esperar a atribuição de um prémio salarial a um nível superior de competências, levando ao incremento dos salários no topo da distribuição das competências/do rendimento e, por conseguinte, da

Aquilo que veio a ser conhecido como a hipótese de Kuznets previa uma relação em “U” invertido (ou curva) entre os níveis de rendimento e de desigualdade quanto ao mesmo, uma relação que se explicaria, principalmente, pelo mecanismo da mudança estrutural

desigualdade, à medida que os trabalhadores menos qualificados ficassem para trás na corrida. Alguns dados relativos a uma parte das economias desenvolvidas, nos finais do século XX, são compatíveis com esta hipótese,⁶⁰ embora a “corrida” de Tinbergen pareça não explicar, na íntegra, os desenvolvimentos mais recentes dos mercados laborais no século atual.

Ao invés de um gradiente íngreme, uma grande parte dos mercados de trabalho das economias desenvolvidas exhibe uma polarização. Esta última manifesta-se, por vezes, num aumento da percentagem de mão-de-obra representada quer pela base quer pelo topo, a par de um esvaziamento do meio.⁶¹ O modelo da corrida de Tinbergen deve, portanto, ser ajustado de modo a justificar o crescimento dos salários na base — presumindo-se que o mesmo mecanismo possa explicar ora os aumentos salariais, ora os ganhos ao nível da percentagem de emprego ocorridos no topo. Formou-se uma vasta literatura explicativa da polarização do emprego, radicada num conceito segundo o qual não apenas a tecnologia, mas também outros fatores — incluindo o comércio — determinam a procura de competências.

A abordagem mais influente, neste ramo, tem em conta as tarefas e avalia a medida em que podem, com facilidade, ser substituídas ora pela tecnologia, ora pela globalização (mediante a deslocação da produção para economias com menores custos de mão-de-obra). Neste âmbito, algumas tarefas não rotineiras (logo, difíceis de

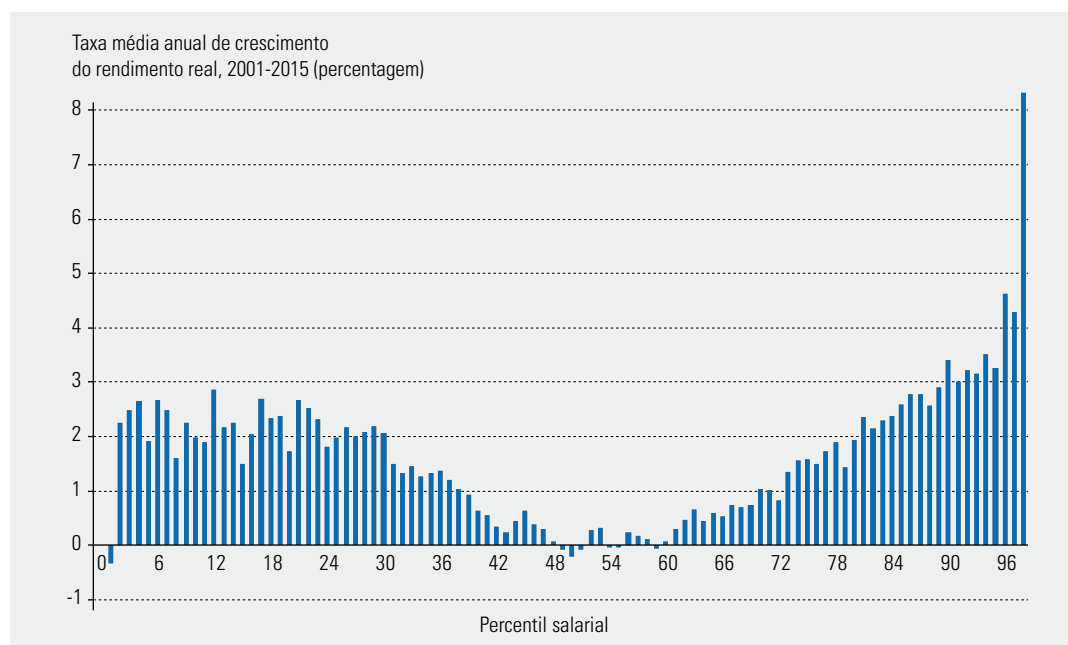
automatizar) e com uma maior imunidade face à globalização (não comerciáveis, numa aceção mais técnica, tais como os cuidados pessoais e sociais) podem ter uma procura elevada, ainda que correspondam a baixas qualificações.⁶² É no segmento intermédio da distribuição das competências, com várias tarefas do setor industrial, que se verifica uma maior vulnerabilidade quanto à deslocalização ou à substituição tecnológica, o que explica o seu esvaziamento.⁶³ Estes fatores parecem desempenhar, igualmente, um papel em alguns países em vias de desenvolvimento.⁶⁴ No decurso do atual século, registou-se um esvaziamento da classe média, medido, neste caso, através das alterações da distribuição salarial na África do Sul (figura 2.6).⁶⁵ Este fenómeno pode ser parcialmente explicado por estes mecanismos bem como pelo facto de instituições do mercado de trabalho, como o salário mínimo, não protegerem as pessoas de rendimento mediano ou como pelo crescimento da apropriação parcial dos sindicatos pelas pessoas no topo. A relação entre a polarização e a desigualdade ainda é debatida, tendo um impacto ambíguo sobre os indicadores agregados de desigualdade.⁶⁶

O debate conheceu várias vicissitudes em torno da validade empírica da hipótese de Kuznets, da sua interpretação, dos mecanismos alternativos, das direções da causalidade e da relação entre o crescimento económico e a desigualdade de rendimento.⁶⁷ A apreciação do peso das provas empíricas é particularmente desafiante,

Com a marcha da tecnologia, se a oferta de competências fosse insuficiente, seria de esperar a atribuição de um prémio salarial a um nível superior de competências, levando ao incremento dos salários no topo da distribuição das competências/ do rendimento e, por conseguinte, da desigualdade, à medida que os trabalhadores menos qualificados ficassem para trás

FIGURA 2.6

O esvaziamento da classe média na África do Sul



Fonte: Bhorat e outros 2019.

O que importa é a identificação de políticas que possam levar tanto ao crescimento quanto a uma partilha mais inclusiva dos ganhos derivados da expansão do rendimento

dada a amplitude dos indicadores de desigualdade de rendimento presentes na literatura, bem como a dificuldade em separar os erros de medição das relações causais plausíveis.⁶⁸ A análise é, ainda, dificultada por fatores que, em algum ponto da história e em determinados contextos, têm uma maior influência sobre a desigualdade do que o crescimento ou a mudança estrutural. Esta questão reside no âmago da crítica de Thomas Piketty à hipótese de Kuznets, argumentando que as dinâmicas da desigualdade dependem, em primeiro lugar, das instituições e das políticas.⁶⁹ Além disso, Walter Scheidel opõe que a violência e as grandes epidemias têm sido, em termos históricos, os maiores fatores de decréscimo da desigualdade, ao invés da mudança estrutural e das políticas.⁷⁰

Transcendendo a abordagem estrutural mais secular e a mais longo prazo explorada por Simon Kuznets, assim como o debate subsequente, encontra-se uma questão relacionada, quanto à existência de *tradeoffs* entre o crescimento e a desigualdade em quadros temporais mais reduzidos. As preocupações com a eficiência ou com a velocidade a que o rendimento cresce têm, tradicionalmente, prevalecido sobre as preocupações em torno da equidade ou da sua distribuição. Arthur Okun sugeriu a existência de *tradeoffs* entre a eficiência económica e a igualdade, argumentando que um maior grau de igualdade poderia debilitar o crescimento económico, prejudicando os incentivos ao trabalho, à poupança e ao investimento.⁷¹ De resto, uma vez que o crescimento do rendimento tem um efeito tão assoberbante, a longo prazo, sobre a melhoria dos padrões de vida, o impacto da redistribuição da produção empalideceria face ao “potencial aparentemente ilimitado do aumento da produção.”⁷² Alguns estudos empíricos recentes, no entanto, concluem que uma maior desigualdade de rendimento pode estar associada a um crescimento inferior e menos duradouro,⁷³ inclusive nos países em vias de desenvolvimento.⁷⁴ Porém, quer os dados quer as técnicas a que alguns destes estudos econométricos recorrem permanecem sob disputa, alçando a sombra da incerteza sobre alegações de que a desigualdade é ora “boa”, ora “má” para o crescimento económico.⁷⁵

Em última análise, a exploração (mecânica) do carácter prejudicial da desigualdade para o crescimento é menos relevante do que a compreensão do impacto das políticas sobre a distribuição do rendimento e o crescimento económico.⁷⁶ Além disso, a avaliação do impacto das políticas sobre a distribuição depende, por sua vez, do peso que a sociedade e as pessoas responsáveis pela sua formulação atribuem a diferentes segmentos da população. Deste modo, as afirmações genéricas acerca do efeito da desigualdade sobre o crescimento

não são úteis, em parte porque não permitem discernir se o rendimento é auferido pela classe média ou pela base da distribuição. Acresce que, pelo menos desde o artigo de Simon Kuznets, em 1955, o facto de os processos de crescimento surtirem, por vezes, um efeito de desnível tem sido bem compreendido. O que importa é a identificação de políticas que possam levar tanto ao crescimento quanto a uma partilha mais inclusiva dos ganhos derivados da expansão do rendimento.

A identificação destes padrões de crescimento mais inclusivos é particularmente importante para as pessoas que se encontram na base da distribuição do rendimento. Neste caso, a redistribuição da capacidade produtiva (conduzindo à acumulação de ativos, ao acesso aos mercados e à ligação entre os retornos e a utilização de ativos na base) pode levar quer ao crescimento quer a ganhos ao nível do rendimento da base, reduzindo a desigualdade.⁷⁷ De uma forma mais mecânica, as interações entre o crescimento e a desigualdade afetam a dimensão do fluxo do rendimento para as pessoas pobres.⁷⁸ Em termos de pura decomposição aritmética, o impacto do incremento do rendimento médio sobre a pobreza depende da taxa de crescimento, bem como da dimensão dos fluxos de rendimento adicional para a base da distribuição.⁷⁹ A redistribuição para a base pode gerar mais do que um caso isolado de redução da pobreza e da desigualdade — pode alterar a elasticidade do rendimento quanto à pobreza, o que aumentaria o impacto do crescimento sobre a redução da mesma ao longo do tempo.⁸⁰ Um exercício recente de simulação quantifica a contribuição da redução da desigualdade para a redução da pobreza, recorrendo às referidas relações diretas. O número de pessoas em situação de pobreza extrema permaneceria acima dos 550 milhões, em 2030, caso o PIB *per capita* crescesse de acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional e a desigualdade se mantivesse constante. No entanto, a redução do índice de Gini em 1 por cento ao ano, em todos os países, diminuiria a taxa mundial de pobreza para cerca de 5 por cento, em 2030, o que subtrairia mais 100 milhões de pessoas à pobreza extrema.⁸¹

No intuito de compreender outros possíveis mecanismos da interação entre a desigualdade e o crescimento, uma das hipóteses prevê que, se um grau elevado de desigualdade reduzir a mobilidade, tal levará a uma afetação ineficiente dos recursos (talento, competências e capital), a qual, em comparação com um cenário contrafactual em que os recursos são afetados de um modo eficiente, prejudicaria o crescimento. Caso este mecanismo se verifique, haverá um impacto negativo da desigualdade de rendimento sobre o crescimento económico, cujo veículo passaria pelas desigualdades

ao nível das oportunidades.⁸² Porém, novamente, a sustentação empírica deste veículo é ambígua.⁸³

Uma outra hipótese é a de que a relação funciona por meio da eficiência: O maior aumento da produtividade e, conseqüentemente, do PIB dá-se quando os recursos são utilizados de forma eficiente e o potencial de aprendizagem tecnológica é plenamente aproveitado.⁸⁴ Historicamente, este fenómeno foi demonstrado pelo modelo de crescimento da Ásia Oriental. Os investimentos na educação, entre outros, contribuíram para o crescimento económico, através de aumentos da produtividade.⁸⁵ A produtividade, na maior parte dos países com uma desigualdade de rendimento acentuada, é inferior à dos países com uma reduzida desigualdade de rendimento.⁸⁶ Uma das razões poderá ser a diminuição dos incentivos à inovação e ao investimento devido à desigualdade, através de diversos mecanismos do lado da oferta.⁸⁷

A relação pode, ainda, funcionar de modo inverso: Um crescimento económico lento poderá levar ao aumento da desigualdade em determinadas circunstâncias. Por exemplo, quando as taxas de retorno são superiores à de crescimento económico, sobretudo no caso de grandes patrimónios, a desigualdade ao nível da riqueza tende a aumentar.⁸⁸ Juntamente com outros mecanismos que contribuem para o aumento do poder negocial do topo e dos elevados rendimentos (incluindo a remuneração dos executivos de topo), esta dinâmica poderá gerar um círculo vicioso de crescimento lento e desigualdade acentuada.

Confiança e interação social em sociedades desiguais

A desigualdade de rendimento pode lesar a coesão das sociedades. A confiança, a solidariedade e a interação social podem ser lesadas por grandes disparidades ao nível do rendimento, prejudicando o contrato social (conjuntos de normas e expectativas comportamentais voluntariamente acatadas pelas pessoas que estão na base das sociedades estáveis). No entanto, será que a desigualdade de rendimento simplesmente lesa a coesão social ou tratar-se-á de uma relação mútua — será que uma fraca coesão social cria barreiras à criação de políticas redistributivas?

As características importantes da coesão social incluem a solidez das relações sociais, os valores partilhados, os sentimentos de identidade e o sentido de pertença a uma determinada comunidade.⁸⁹ Um dos indicadores mais comuns da coesão social é o nível de confiança no seio de uma sociedade. A confiança nas pessoas implica a aceitação de estranhos enquanto membros da comunidade e a partilha, com os mesmos, da comunhão de valores subjacente. A confiança baseia-se num sentido de otimismo e de controlo:

Confiar em estranhos não é encarado como um risco.⁹⁰ Contudo, um grau mais elevado de desigualdade pode levar a que os menos favorecidos se sintam impotentes e confiem menos numa sociedade geralmente tida por injusta, ao passo que as pessoas no topo poderão não considerar que partilhem o destino daquelas na base ou que devam pugnar por um objetivo comum.⁹¹

As provas empíricas revelam que, nos países desenvolvidos, quanto mais acentuada for a desigualdade de rendimento, menor será o nível de confiança no seio da sociedade.⁹² Além disso, nos países europeus com uma maior desigualdade de rendimento, as pessoas estão menos dispostas a melhorar as condições de vida das demais, não obstante o rendimento do agregado familiar, ao passo que a solidariedade será, provavelmente, menor, tal como a probabilidade de as pessoas apoiarem as instituições redistributivas.⁹³ A interação entre as desigualdades e a solidariedade pode, deste modo, ser bidirecional.

Quando as desigualdades horizontais são acentuadas ou percecionadas como tal, as pessoas podem escusar-se de determinadas interações sociais (caixa 2.3), o que pode, ainda, fazer decrescer a confiança e a coesão social.⁹⁴ Nos países altamente desiguais, é menor a probabilidade de convívio e interação entre pessoas de estratos sociais distintos.⁹⁵ É provável que vivam em bairros diferentes, que os seus filhos frequentem escolas diferentes, que leiam jornais diferentes e pertençam a grupos diferentes nas redes sociais (caixa 2.4). As suas visões do mundo, provavelmente, diferem e pouco sabem quanto ao destino dos seus concidadãos. As pessoas que não se encontram nem interagem não têm um contacto direto com as preocupações e as necessidades das outras (ver caixa 1.9, no capítulo 1),⁹⁶ o que pode levar a um menor apoio das políticas igualitárias.

Uma comparação entre o Canadá e os Estados Unidos, ao nível subnacional, evidencia o efeito da segregação sobre a mobilidade intergeracional do rendimento. Em média, a mobilidade dos Estados Unidos é inferior à do Canadá, embora, ao nível subnacional, o sul dos Estados Unidos seja a região menos móvel, à semelhança do norte do Canadá. Um dos motivos da baixa mobilidade no sul dos Estados Unidos é a história de exclusão das pessoas afro-americanas, muitas das quais não foram plenamente integradas na economia convencional.⁹⁷ Algumas localidades do norte do Canadá apresentam, igualmente, uma menor mobilidade em relação ao resto do país, muito provavelmente devido à localização geográfica remota de alguns povos indígenas, o que torna a sua integração na economia um desafio. No entanto, a percentagem da população que estes representam é muito inferior à da população afro-americana do sul dos Estados Unidos.⁹⁸

Quando as desigualdades horizontais são acentuadas ou percecionadas como tal, as pessoas podem escusar-se de determinadas interações sociais, o que pode fazer decrescer a confiança e a coesão social

O poder das percepções de desigualdade na África do Sul

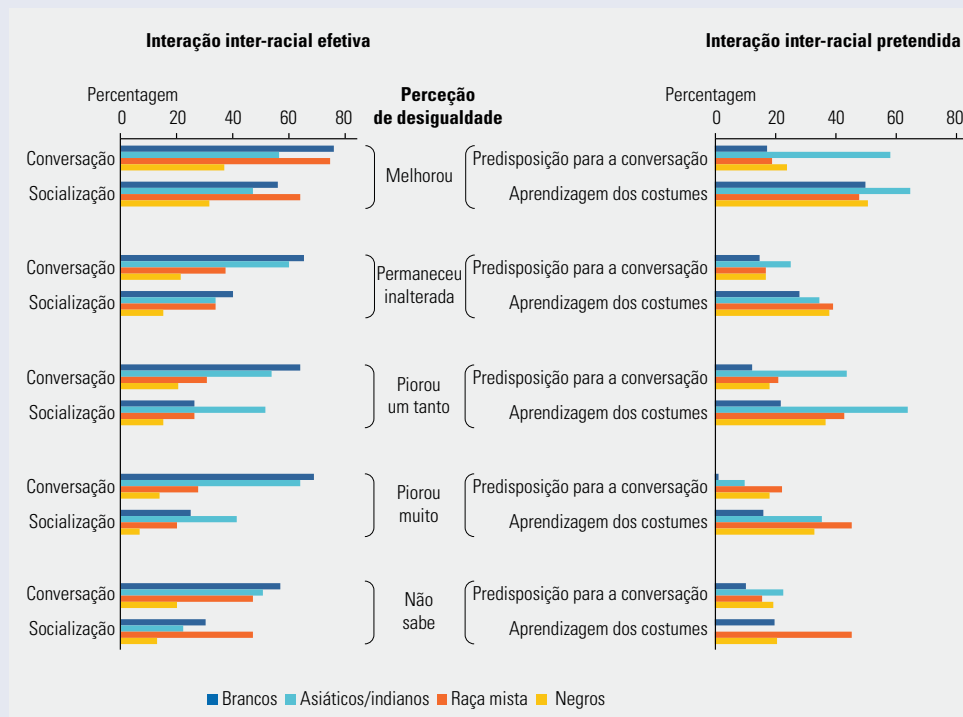
A África do Sul é um interessante caso de estudo da coesão social e das desigualdades, tendo em consideração sua história de segregação racial e as desigualdades verticais e horizontais associadas. De acordo com os indicadores multidimensionais do nível de vida, a desigualdade entre indivíduos e etnia decresceu significativamente desde 2008. Acresce, contudo, que as interações inter-raciais — medidas através das interações sociais inter-raciais efetivas, da vontade de interação e da intenção de conhecer os costumes das pessoas de outras raças — também decresceram desde 2010. Embora represente apenas uma parte da coesão social, a interação inter-racial é crucial na África do Sul. Estas conclusões são, por isso, contrárias à intuição e contrastam com as conclusões empíricas de outros países.

Uma possível explicação consiste na maior importância da percepção das tendências da desigualdade, que diferem consideravelmente das tendências reais, para prever socialização inter-racial. Os cerca de 70 por cento de sul-africanos que julgam que a desigualdade não sofreu grandes mudanças ou, até, que aumentou ao longo do tempo apresentam uma probabilidade de participação

na socialização inter-racial inferior à dos que consideram que a desigualdade se encontra em declínio. Transversalmente aos grupos raciais, a socialização inter-racial e a vontade de interação aumentam à medida que a percepção de desigualdade diminui (ver figura). A vontade de interação é crucial neste aspeto, pois varia entre as interações reais, em função das circunstâncias. A conclusão permanece significativa, mesmo após o controlo estatístico do Indicador do Nível de Vida (Indicador que mede a qualidade de vida e rendimento disponível), da raça, da instrução, da confiança e de outros indicadores.

Estas conclusões são importantes, dado o caráter crucial da interação inter-racial para a coesão social da África do Sul. A coesão social, por sua vez, aumenta a probabilidade de um consenso em torno de políticas igualitárias que reduzam a desigualdade. De resto, existem elementos, embora insuficientes, que indiciam que a redução da desigualdade objetiva conduz à melhoria da coesão social. Este facto constitui uma oportunidade para a criação de um círculo virtuoso de coesão social e de reduzidas desigualdades.

Mais interação inter-racial com uma menor percepção de desigualdade



Fonte: David e outros 2018.

Fonte: David e outros 2018.

O poder de um vizinho

Os seres humanos não agem isoladamente — o seu comportamento depende, em parte, do comportamento das pessoas da sua vizinhança cognitiva.¹ Um exemplo dos modelos baseados em agentes demonstra o cariz emergente das desigualdades humanas.² Um modelo de segregação de bairros segundo as divisões étnicas — que pode ser encarada como uma forma de desigualdade geográfica — revela que, mesmo quando existem poucos preconceitos individuais, a segregação pode, ainda assim, decorrer da mera interação entre os indivíduos.³

O modelo de segregação contém dois tipos de agentes — vermelhos e verdes — em igual número, cada um dos quais ocupa um “pedaço” do ambiente do modelo (equivalente a uma casa). Em média, cada agente começa por ter o mesmo número de vizinhos verdes e vermelhos. Um parâmetro fundamental é a percentagem média de vizinhos da mesma cor de quem os agentes pretendem viver perto (como 30 por cento ou 70 por cento). Caso um agente não tenha um número suficiente de vizinhos da sua própria cor (de acordo com o parâmetro de preferência), desloca-se para um local próximo.

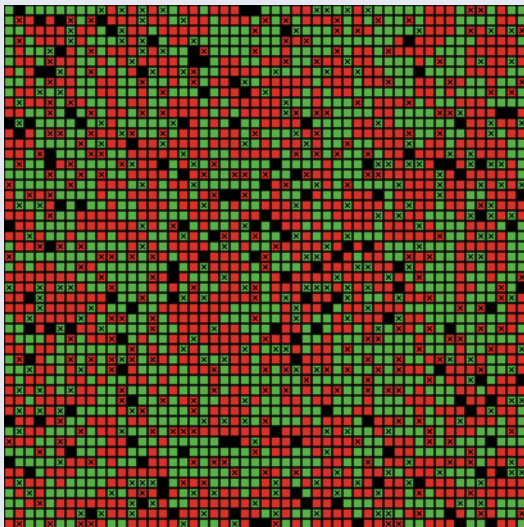
Os resultados da simulação são dramáticos. Partindo de uma preferência pela igualdade absoluta (com 50 por cento de vizinhos da mesma cor), os movimentos individuais dos agentes originaram uma segregação agregada em torno dos 86 por cento (por outras palavras, cerca de 86 por cento dos vizinhos de cada um acabaram por ser da mesma cor, apesar de cada pessoa pretender um nível de diversidade de 50 por cento). A redução da preferência para 40 por cento resulta na redução da taxa global de segregação para, aproximadamente, 83 por cento; uma redução para 30 por cento faz diminuir a segregação para 75 por cento (ver figura). Apenas a diminuição da preferência para um único dígito resulta

numa segregação emergente muito reduzida (por exemplo, 9 por cento origina 52 por cento). Isto significa que as pessoas com características étnicas semelhantes se deslocam, automaticamente, para perto umas das outras. Estes padrões comportamentais podem acelerar as desigualdades, devido ao poder do efeito de vizinhança — uma expressão utilizada para descrever o impacto da vizinhança sobre a possibilidade de ascensão da escala social por um indivíduo, especialmente através da influência dos congêneres e dos modelos a seguir. Na maioria dos países em vias de desenvolvimento, é provável que os efeitos de vizinhança sejam ainda mais acentuados, dadas as enormes diferenças na prestação de bens e serviços públicos, sobretudo entre as áreas rurais e urbanas.⁵

No entanto, as intervenções das políticas públicas podem ajudar a moldar o comportamento humano, oferecendo incentivos contrários destinados a atenuar o poder do efeito de vizinhança. Nos Estados Unidos, a desigualdade ao nível dos preços da habitação restringe a capacidade dos trabalhadores se mudarem para uma localização com um maior potencial de ganho monetário.⁶ De um modo semelhante, a qualidade dos serviços públicos, tais como as escolas, pode variar entre vizinhanças, agravando ainda mais as desigualdades. A oferta de subsídios estatais à habitação ou de escolas públicas com um nível igualmente elevado de qualidade poderia contribuir para a compensação deste efeito. A experiência Moving to Opportunity (Mudar-se para a Oportunidade) demonstrou a eficácia destas políticas, ao oferecer a famílias aleatoriamente selecionadas vales-habitação, de forma a que se mudassem para bairros mais abastados. A deslocação levou ao aumento da frequência de universidades e dos rendimentos das pessoas que se mudaram durante a infância.⁷

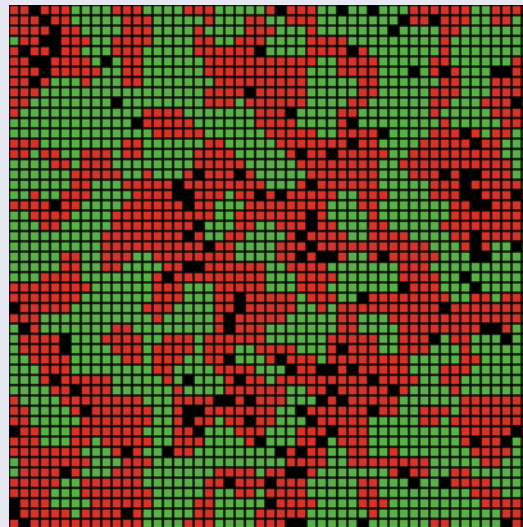
Como a segregação pode decorrer da interação

Ponto de partida, com o mesmo número de vizinhos verdes e vermelhos



Fonte: Wilensky 1997.

Após a interação entre os agentes



Notas

1. Iversen, Krishna e Sen 2019. 2. AOs modelos baseados em agentes têm sido utilizados para prever o comportamento humano. Recorrendo a uma variedade de ferramentas informáticas, os modelos baseados em agentes criam, tipicamente, um grupo de agentes (pessoas, empresas, árvores, animais, sociedades, países, etc.), delimitam regras comportamentais simples (quer para todos os agentes quer para subgrupos), colocam os agentes num determinado ambiente simulado (que, habitualmente, consiste nas dimensões do tempo e do espaço) e, em seguida, permitem que os agentes interajam livremente, com base nas regras comportamentais. O objetivo da simulação é observar os fenómenos emergentes e as propriedades agregadas que decorrem das interações assentes nestas configurações básicas, sem qualquer determinação ex ante do equilíbrio ou outro objetivo. 3. Schelling 1978. 4. Os números exatos dependem do exercício específico de simulação e do parâmetro de densidade (isto é, a percentagem de ocupação da vizinhança; neste caso, 95 por cento). 5. Iversen, Krishna e Sen 2019. 6. Bayoumi e Barkema 2019. 7. Chetty, Hendren e Katz 2016.

Quando há um maior número de incentivos à interação voltados para a diversidade (incluindo pessoas de todas as etnias, religiões e estratos sociais), é possível criar interação, confiança, redes e coesão social.⁹⁹ As quotas étnicas e os subsídios a atividades culturais, associações cívicas, escolas e organizações afins podem constituir um modo eficaz de facilitar a interação a longo prazo. Inicialmente, as pessoas podem resistir à interação e pode verificar-se um declínio temporário da confiança, mas, a longo prazo, a interação entre grupos compensa estes efeitos negativos iniciais, levando ao incremento da confiança e até à melhoria da percepção de qualidade de vida.¹⁰⁰

O ciclo da coesão social e das desigualdades está fortemente associado ao ciclo da educação e das desigualdades, o qual, novamente, está ligado ao ciclo dos gradientes da saúde. A educação pode gerar fortes vínculos sociais entre grupos diversos de uma sociedade, ao ensinar diferentes culturas e colocar as pessoas em contacto com outras, provenientes de meios distintos. Do mesmo modo, pode inculcar normas e valores e promover uma cidadania participativa e ativa.

Contudo, as escolas podem, igualmente, funcionar como um fator de nivelamento do gradiente da saúde, ensinando às crianças hábitos saudáveis e como observar um regime alimentar equilibrado e nutritivo.¹⁰¹ A convergência no ensino primário e secundário (ver capítulo 1) oferece, assim, esperança quanto à futura criação de círculos virtuosos de equidade.

Como as desigualdades se repercutem na desigualdade política — e vice-versa

A maioria da literatura conclui que, nos países com um grau elevado de desenvolvimento humano, as desigualdades deprimem a participação política, sobretudo a frequência do debate político e da participação em eleições por parte de todos os cidadãos, com exceção dos mais afortunados.¹⁰² As elites económicas (e, por vezes, até a classe média-alta) e os grupos organizados de representação de interesses empresariais têm, deste modo, um papel consideravelmente mais importante na formulação das políticas do que o cidadão médio ou os grupos que representam os interesses das massas. Acresce que os mecanismos através dos quais este fenómeno se produz incluem a formação de opiniões, os lóbis e o clientelismo.¹⁰³ As desigualdades de rendimento e de riqueza convertem-se, deste modo, em desigualdade política (caixa 2.5), sendo o sistema moldado pelos grupos privilegiados consoante as suas necessidades e preferências, o que leva a desigualdades ainda mais acentuadas. A margem de manobra política do governo para corrigir as desigualdades é estrangida, uma vez que

as decisões políticas refletem o equilíbrio de poder na sociedade. Este fenómeno é frequentemente apelidado de apropriação indevida das instituições pelas elites.¹⁰⁴

As assimetrias de poder, inclusivamente, podem levar ao colapso das funções institucionais, limitando a eficácia das políticas. Quando as instituições padecem de clientelismo e são apropriadas pelas elites, os cidadãos podem estar menos dispostos a cooperar com os contratos sociais. Quando este fenómeno se manifesta, por exemplo, num menor cumprimento dos deveres tributários, a capacidade do Estado de oferecer serviços públicos de qualidade é enfraquecida. Esta situação, por sua vez, pode levar a desigualdades mais acentuadas e persistentes — por exemplo, na saúde e na educação. Dado que o sistema, na sua generalidade, será visto como injusto, as pessoas tenderão a retirar-se dos processos políticos, o que reforça ainda mais a influência das elites.¹⁰⁵

Num mundo em que a informação se tem tornado cada vez mais acessível e importante, os meios de comunicação social são um veículo decisivo de amplificação dos desequilíbrios de poder. As diversas partes interessadas “criam, intercetam ou dirigem os fluxos de informação de formas que se coadunam com os seus objetivos e que modificam, permitem ou impossibilitam a agência dos outros, no conjunto das antigas e das novas configurações mediáticas e entre as mesmas.”¹⁰⁶ Apesar de a informação ser facilmente acessível a muitas pessoas, nem todas estão igualmente informadas. Nos países com um elevado nível de penetração da Internet, a desigualdade de rendimento apresenta uma correlação positiva quer com a desigualdade de informação (medida pelo coeficiente de Gini, estimado em relação ao número de fontes noticiosas consultadas pelos indivíduos) quer com a pobreza de informação (a probabilidade de recurso a nenhuma ou a uma única fonte noticiosa). Na Austrália, no Reino Unido e nos Estados Unidos, onde a desigualdade de rendimento e de informação são acentuadas, 1 em cada 10 indivíduos serve-se de nenhuma ou de uma única fonte noticiosa (pobreza de informação).¹⁰⁷ Os eleitores menos informados tornam-se mais suscetíveis à influência política acima descrita por parte das poucas fontes mediáticas que consomem. Dependendo do modo de financiamento dessas fontes, as mesmas podem promover e proteger os interesses de um grupo específico. Esta forma de comunicação enviesada foi designada por poder mediático.¹⁰⁸ A combinação de elevados níveis de pobreza de informação e de poder mediático pode enfraquecer os processos democráticos,¹⁰⁹ pois pode influenciar o comportamento dos eleitores, uma questão especialmente delicada no tocante às falsas notícias (*fake news*).¹¹⁰

A margem de manobra política do governo para corrigir as desigualdades é estrangida, uma vez que as decisões políticas refletem o equilíbrio de poder na sociedade. Este fenómeno é frequentemente apelidado de apropriação indevida das instituições pelas elites

Qual é a importância da desigualdade para o desenvolvimento humano? Limita as perspectivas de desenvolvimento das pessoas menos favorecidas. Prejudica a capacidade das políticas não direcionadas de estímulo do crescimento para a redução da pobreza, uma vez que a maior parte do crescimento será apropriado pelos mais abastados. Reduz, ainda, a mobilidade social, ao permitir que os grupos privilegiados acumulem as oportunidades e formem uma frente unida contra os que ocupam uma posição inferior.

Além destas preocupações, os teóricos políticos têm chamado a atenção para os aspectos relacionais da desigualdade, transcendendo os meros factos da desigualdade distributiva: As desigualdades distributivas refletem, reproduzem e, por vezes, constituem relações sociais opressivas de dominação, estima e estatuto.¹ Não é apenas o simples prejuízo material da usurpação dos salários ou de ser fisicamente agredido por um parceiro doméstico, mas antes o facto de viver em sujeição a outros, que detêm o poder de infligir danos com impunidade e que se sentem livres para sacrificar os interesses vitais de outrem em prol da própria ganância ou vaidade, que não só priva como também oprime. Não é apenas o simples facto de não possuir um vestuário adequado, mas antes o estigma que as outras pessoas associam a essa privação, que faz com que a pobreza doa. Não é só a mera dificuldade física dos portadores de deficiência em se deslocarem nos espaços públicos, mas também a pouca consideração que os arquitectos estatais e as políticas públicas tiveram pelos seus interesses, que não só os incomoda, como constitui, ainda, o seu estatuto diminuído aos olhos das outras pessoas.

Em todo o mundo, a desigualdade acompanha diferenças de identidade social, como as de género, raça, etnia, religião, casta, classe e orientação sexual — distinguindo, arbitrariamente, alguns grupos sociais como superiores aos outros nas oportunidades de que usufruem, nos poderes ao seu dispor e no respeito que lhes é devido. Em tais condições, os membros dos grupos subordinados carecem de meios eficazes para a reivindicação dos seus direitos humanos, mesmo em estados que os reconhecem legalmente. Os grupos que são alvo de assédio e agressão sexual não conseguem reivindicar os seus direitos se as normas sociais ou jurídicas descredibilizarem sistematicamente o seu testemunho. Os grupos sujeitos aos efeitos nocivos desproporcionais dos depósitos de resíduos tóxicos e das indústrias poluentes não podem reivindicar os seus direitos se não forem coletivamente representados ou se as pessoas responsáveis pelas decisões estatais não lhes prestarem contas de outro modo.

Os grupos a quem um acesso eficaz à educação é negado não conseguem fazer valer os seus direitos se não souberem quais são ou se forem incapazes de se orientar por entre os processos judiciais e burocráticos necessários à sua garantia. A desigualdade distributiva, no caso das relações sociais, mina a confiança entre os membros da sociedade, bem como nas instituições. Deprime a participação política, cívica, social e cultural. Incita à violência comunitária e ao crime. Prejudica a democracia, ao permitir que os mais afortunados capturem o Estado e, deste modo, se apropriem de uma parcela desproporcional dos bens públicos, desviem o ónus fiscal num sentido regressivo, apliquem a austeridade financeira e se esquivem à responsabilidade por comportamentos predatórios e criminosos. Até as leis e a regulamentação que constituem a infraestrutura económica de base dos mercados, da propriedade e das empresas foram concebidas sob a influência de grupos poderosos, de forma a deturpar normas supostamente isentas consoante os seus interesses.²

Estes efeitos podem ocorrer em estados de todos os níveis de desenvolvimento humano, incluindo os que apresentam um baixo índice de pobreza. São exacerbados por desigualdades

extremas no percentil superior da distribuição do rendimento e da riqueza,³ assim como uma classe média reduzida ou estagnada.

A importância normativa independente da desigualdade sugere que a abolição da pobreza e das privações não deveria ser a única meta; a concentração do rendimento e da riqueza no topo também deveriam ser limitados.⁴ Em 2019, os 26 indivíduos mais ricos do mundo possuíam tanta riqueza quanto a metade mais desfavorecida da população mundial.⁵ Não existe qualquer justificação normativa para uma desigualdade tão extrema. A riqueza das pessoas extremamente ricas nem sempre foi acumulada de forma legal — dada a enorme escala da corrupção global, do crime organizado, da manipulação financeira, do branqueamento de capitais e da evasão fiscal. Contudo, mesmo nos casos em que o foi, esse facto apenas colocaria em questão a justificação para leis tão fortemente enviesadas em prol dos interesses dos ricos. É absurdo atribuir tal desigualdade a diferenças de mérito, dada a parcela crescente do rendimento formada pelo capital, que recompensa a mera propriedade, e o grande impacto do acaso sobre os resultados. Do mesmo modo, não se pode racionalizar uma desigualdade tão extrema como necessária para a redução da pobreza, nem socialmente vantajosa em qualquer outro aspeto. A riqueza extrema não aumenta, sequer, o leque de possibilidades de consumo das pessoas extremamente ricas, que não conseguem, pessoalmente, consumir toda a sua riqueza, nem mesmo uma fração significativa.

De facto, grande parte daquilo que as pessoas extremamente ricas fazem com as suas fortunas consiste no exercício de poder sobre outras. Caso possuam, dirijam ou girem uma empresa, empregam a sua riqueza para controlar os seus trabalhadores e as respetivas condições de trabalho. Caso detenham um monopólio ou monopólio, podem dominar os consumidores, os fornecedores e as comunidades em que operam. Caso recorram a lóbbis ou donativos a políticos, podem apropriar-se do Estado. As pessoas extremamente ricas exercem, igualmente, um controlo desproporcional sobre as instituições globais, sobretudo no tocante às regras da finança mundial, que contribuíram para os riscos financeiros sistémicos e para a instabilidade que muitos países atravessam em todo o mundo.

Na era atual, assiste-se a um retrocesso democrático global, após uma vaga de democratização na década de 1990 e no início dos anos 2000. Segundo a Freedom House, em 41 democracias, 22 tornaram-se menos livres nos últimos cinco anos.⁶ Apesar de os vínculos causais entre a desigualdade distributiva (incluindo concentrações extremas de riqueza no topo e o declínio das perspectivas do segmento intermédio global) e a deterioração das normas e instituições democráticas ainda não terem sido plenamente explorados, aquilo que já se sabe deveria fazer soar o alarme. Enquanto as pessoas extremamente ricas escapam aos piores efeitos das alterações climáticas globais por mitigar, o que acontecerá aos milhares de milhões que ficarão sem lar, doentes ou apátridas devido à subida do nível do mar, a inundações extremas, secas, ondas de calor e aos concomitantes conflitos sociais e guerras civis? As grandes desigualdades definidas pelo estatuto de cidadania põem em perigo a liberdade dos refugiados ambientais e de guerra, ao passo que os políticos dos estados de acolhimento atacam as instituições democráticas em nome do encerramento das suas fronteiras. Precisamente no momento em que o confronto dos desafios colocados pelas alterações climáticas exige uma cooperação internacional cada vez maior, os estados estão a retirar-se das instituições globais. É necessária uma maior atenção à defesa da igualdade, quer dentro de cada estado quer entre os mesmos e na governação das instituições globais, para promover o desenvolvimento humano e lidar com o maior desafio que a humanidade enfrenta no século XXI.

Notas

1. Anderson 1999; Fourie, Schuppert e Wallimann-Helmer 2015. 2. Harcourt 2011; Pistor 2019. 3. Piketty 2014. 4. Robeyns 2019. 5. Oxfam 2019. 6. Freedom House 2019.

Algumas formas de desigualdade de cariz horizontal agravam-se antes da deflagração do conflito, durante o mesmo e nos anos imediatamente posteriores

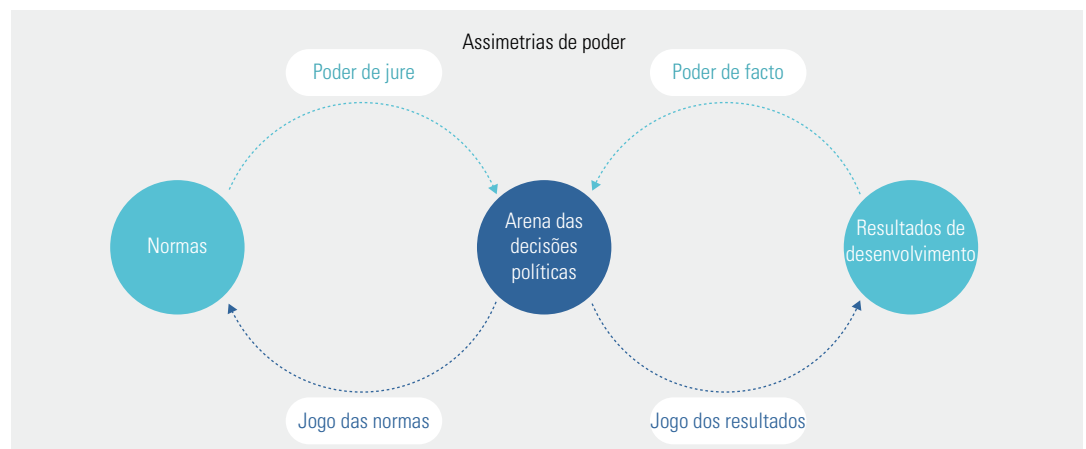
As desigualdades podem, ainda, fazer aumentar quer a procura quer a oferta de líderes populistas e autoritários. Quando o agravamento das desigualdades leva ao reforço do sentido de injustiça sistémica, pode tornar o público mais recetivo a movimentos políticos não convencionais.¹¹¹ Nalguns contextos, a participação política aumenta em condições de elevada desigualdade de rendimento, quando os líderes populistas alimentam os ressentimentos ao associarem, explicitamente, a exclusão política à socioeconómica.¹¹² De um modo mais geral, os líderes populistas servem-se da ansiedade económica, do descontentamento popular e da legitimidade diminuída dos partidos do *status quo* para criarem narrativas que exploram uma das duas clivagens seguintes: O populismo de direita prospera à conta das clivagens culturais, incluindo as diferenças religiosas, étnicas ou nacionais, enquanto o populismo de esquerda enfatiza as diferenças económicas entre a elite opulenta e as classes desfavorecidas.¹¹³ Ambos dividem a sociedade e enfraquecem a coesão social.

Uma forma de compreender a interação entre a desigualdade e as dinâmicas do poder consiste em basear-se num quadro de exploração de um dos processos através dos quais as desigualdades são geradas e perpetuadas. No seu âmago, este processo é frequentemente apelidado de governança — ou o modo como diferentes agentes sociais negociam para chegarem a acordos (políticas e regras). Quando estes acordos assumem a forma de políticas, têm o poder de afetar diretamente a distribuição dos recursos numa sociedade (a seta na porção inferior do ciclo direito da figura 2.7, “jogo dos resultados”). Por exemplo, as políticas relativas à fiscalidade e às despesas sociais determinam quem paga pelo sistema orçamental e quem beneficia do mesmo. Estas políticas influenciam diretamente os

resultados ao nível do desenvolvimento, tais como a desigualdade económica (e o crescimento). No entanto, ao redistribuir os recursos económicos, estas políticas também redistribuem o poder de facto (a seta na porção superior do ciclo direito da figura 2.7). Este facto pode gerar (ou reforçar) assimetrias de poder entre os agentes negociadores na arena das decisões políticas, o que, por sua vez, pode ter efeitos adversos sobre a implementação das políticas de desenvolvimento. Por exemplo, as assimetrias de poder podem manifestar-se na captura das políticas por agentes da elite — minando a capacidade dos governos de se comprometerem com a consecução de objetivos a longo prazo. Em alternativa, podem manifestar-se através da exclusão de certos grupos populacionais do acesso a serviços públicos de elevada qualidade — prejudicando a cooperação ao lesarem a motivação para o pagamento de impostos. Isto pode conduzir a um círculo vicioso de desigualdade (armadilhas de desigualdade), em que as sociedades desiguais começam a institucionalizar a desigualdade. Este ciclo desenvolve-se nas instituições e normas sociais vigentes (o jogo dos resultados) e pode levar a que os agentes decidam alterar as regras do jogo (a seta na porção inferior do ciclo esquerdo da figura 2.7). Deste modo, o poder de jure também é redistribuído. Este fenómeno pode ter consequências bem mais importantes, uma vez que não apenas altera os resultados presentes ao nível do desenvolvimento, mas também estabelece as condições que moldam o futuro comportamento dos agentes. Uma vez mais, o modo como as assimetrias de poder influenciam a arena das decisões políticas pode exacerbar e solidificar as desigualdades ou abrir caminho a dinâmicas mais igualitárias e inclusivas. Trata-se de uma das formas evidentes de detrimento da eficácia da governação pela desigualdade.¹¹⁴

FIGURA 2.7

A eficácia da governação: Um ciclo sem fim



Nota: Regras refere-se a regras formais e informais (normas). Resultados ao nível do desenvolvimento refere-se à segurança, ao crescimento e à equidade. Fonte: Banco Mundial 2017b.

Violência e desigualdades: O círculo vicioso mais cruel

Esta última seção expende aqueles que podem ser considerados os dois círculos viciosos mais cruéis: as relações entre as desigualdades e os homicídios e conflitos violentos. São cometidos mais homicídios nos países com uma maior desigualdade de rendimento, em todas as categorias de desenvolvimento humano. No caso dos países com um nível elevado ou muito elevado de desenvolvimento humano, a associação é vinculada: A desigualdade de rendimento explica quase um terço da variação global das taxas de homicídio, ainda que se tenha em conta os anos de escolaridade, o PIB per capita, a democratização e o fracionamento étnico.¹¹⁵ A educação tem um efeito moderador sobre esta relação, mas apenas nos países com um nível elevado ou muito elevado de desenvolvimento humano: 1,8 anos suplementares de escolaridade média reduzem para menos de metade a associação entre a desigualdade de rendimento e as taxas de homicídio.¹¹⁶ As conclusões de um estudo da guerra ao narcotráfico no México são compatíveis com a tese de que a desigualdade de rendimento está associada a um maior grau de violência. Um aumento de 1 ponto no coeficiente de Gini, entre 2006 e 2010, traduziu-se num aumento superior a 10 homicídios relacionados com o tráfico por 100.000 habitantes.¹¹⁷

O mecanismo por detrás desta relação é menos evidente. Alguns autores sugerem que a sensação de vergonha e de humilhação nas sociedades desiguais fomenta a violência, predominantemente exercida por homens jovens pressionados a garantir o seu estatuto.¹¹⁸ Outros propõem uma explicação psicossocial: A desigualdade de rendimento agudiza as hierarquias sociais, provocando ansiedade social e conflitos de classe, prejudicando a confiança e a coesão social.¹¹⁹ Esta hipótese é empiricamente sustentada por dados que demonstram uma correlação negativa entre a confiança e a desigualdade de rendimento — pelo menos nos países desenvolvidos (ver acima). As sociedades com um baixo nível de confiança e uma fraca coesão social têm uma menor capacidade de criar comunidades seguras, o que, aliado à elevada pressão quanto ao estatuto, pode levar ao aumento da violência.

A um nível macro, os dados relativos à relação entre as desigualdades e o conflito violento são mistos. Alguns estudos concluem que a desigualdade de rendimento provoca instabilidade, podendo conduzir à violência.¹²⁰ Outros não acham qualquer relação entre a desigualdade de rendimento e o conflito violento.¹²¹ Mais recentemente, Frances Stewart argumentou que a agitação política — incluindo o conflito violento e a

guerra civil — decorrem de desigualdades horizontais entre grupos diferentes, cada um dos quais se distingue dos outros pela sua história, religião, linguagem, raça, região, classe ou característica afim.¹²² As diferenças entre grupos são uma marca de todas as sociedades, mas só são passíveis de conflito e violência quando as desigualdades sociais, económicas e políticas são exacerbadas pela exclusão política de determinados grupos.¹²³

Uma condição para que as desigualdades horizontais gerem conflitos é que os líderes ou elites tenham interesse em mobilizar grupos e desencadear um conflito. Um tal interesse decorre, não raro, de desigualdades políticas horizontais no seio da própria elite.¹²⁴ A este fenómeno, acrescem outras condicionantes do conflito: a natureza do Estado, o papel das instituições locais, a existência de recursos naturais¹²⁵ e a luta entre alguns grupos pelo acesso ao poder, a recursos, serviços e à segurança.¹²⁶

Também os choques podem interagir com as desigualdades horizontais e contribuir para episódios de instabilidade. Exemplo disso é o contributo da seca que se fez sentir na Síria para as revoltas de 2011, revelando o modo como os choques e as desigualdades horizontais (principalmente entre a população rural atingida pela seca e a população das áreas urbanas) podem interagir de forma a provocar instabilidade.¹²⁷

Apesar de apenas 9 por cento dos episódios de conflito armado ocorridos entre 1980 e 2010 coincidirem com catástrofes como secas ou ondas de calor, a proporção aumenta para 23 por cento em contextos etnicamente fracionados, nos quais os eventos perturbadores parecem ter um resultado particularmente trágico.¹²⁸ As secas aumentam, ainda, significativamente a probabilidade de conflito violento prolongado em contextos de baixo rendimento nos quais os grupos étnica ou politicamente excluídos dependem da agricultura. Esta realidade produz um círculo vicioso entre o conflito violento e os choques ambientais, em que a vulnerabilidade dos grupos a um dos fenómenos agrava a sua vulnerabilidade ao outro.¹²⁹

A comparação de conflitos civis e comunitários entre 155 grupos étnicos politicamente significativos, em África, evidencia que quer as desigualdades horizontais políticas quer as económicas podem levar ao conflito. Contudo, os alvos da violência divergem. A exclusão política conduz à violência contra o governo central. As desigualdades horizontais ao nível do rendimento ou da riqueza desempenham um papel mais amplo enquanto condicionante da violência política organizada, agravando o risco de conflitos civis e comunitários. Os conflitos comunitários parecem ser essencialmente

A agitação política —
incluindo o conflito
violento e a guerra civil
— podem decorrer das
desigualdades horizontais

O modo como as assimetrias de poder influenciam a arena das decisões políticas pode exacerbar e solidificar as desigualdades ou abrir caminho a dinâmicas mais igualitárias e inclusivas

impulsionados por grupos politicamente incluídos com menos motivos para temer a intervenção do governo.¹³⁰

Os dados do Afrobarometer relativos às percepções indiciam que não só as desigualdades horizontais reais, mas também as percepções de desigualdade e de exclusão, são importantes para o conflito (ver caixa 2.3). A probabilidade de agitação social aumenta quando os indivíduos consideram o respetivo grupo desfavorecido. O apoio à violência atinge o grau mais acentuado quando os grupos incluídos que desfrutam de um

elevado estatuto político julgam que o governo os trata injustamente. Porém, o efeito da exclusão sobre o apoio à violência pode, de igual modo, ser atenuado por percepções subjetivas (quanto às percepções de desigualdade, ver destaque 1.2, no capítulo 1).¹³¹

As desigualdades horizontais podem promover o conflito violento e, nalguns casos, podem agravar-se ainda mais antes da sua deflagração, durante o mesmo e nos anos imediatamente posteriores (caixa 2.6). Apesar de alguns conflitos em grande escala, como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, poderem abater

CAIXA 2.6

Conflitos armados internos e desigualdades horizontais

Instituto de Investigação para a Paz de Oslo

O impacto do conflito armado interno sobre as desigualdades de cariz horizontal pode dar-se de várias formas. Nalguns casos, pode reduzir as desigualdades horizontais,¹ enquanto noutros pode exacerbá-las.

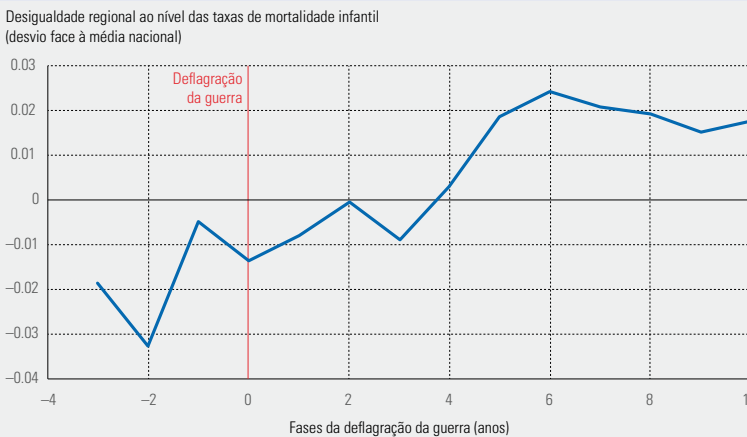
Em primeiro lugar, caso os custos do conflito interno sejam maiores para as pessoas que já são mais pobres,² as desigualdades de cariz horizontal podem acentuar-se. Muitos países e áreas em que decorrem conflitos armados apresentavam desigualdades de cariz horizontal vincadas anteriormente ao conflito, desigualdades essas que se exacerbam quando os grupos mais desfavorecidos são desproporcionalmente afetados pelos mesmos. Em segundo lugar, é frequente o conflito armado interno limitar-se ou focar-se, em grande medida, em determinadas zonas de um país. Estas áreas e os grupos que nelas residem podem ser isolados do resto da sociedade e da economia. Algumas zonas serão, ainda, desproporcionalmente atingidas pela destruição de instalações, edifícios e vidas humanas.

Na fase do pós-conflito, estes resultados podem desvanecer-se, à medida que a economia retoma e que o conflito deixa de impor

custos diretos (em algumas áreas).³ No entanto, as redistribuições, no pós-conflito, do poder e dos recursos podem depender do resultado do conflito. Os padrões de desigualdade no rescaldo do conflito podem estar subordinados ao resultado, designadamente a existência de um acordo pós-conflito que assegure os interesses quer dos vencidos quer dos vencedores.

Nos anos anteriores ao conflito armado, a desigualdade regional ao nível das taxas de mortalidade infantil — utilizadas, neste relatório, como uma representação de uma dimensão das desigualdades de cariz horizontal — aumenta (ver figura). Este aumento prossegue nos anos imediatamente posteriores (1–5) à deflagração do conflito, o que se coaduna com o argumento de que a desigualdade horizontal se agrava durante o mesmo. Esta aceleração, contudo, dissipa-se após 5–10 anos. Assim, alguns dados indiciam a associação da fase do pós-conflito ao decréscimo de um indicador de uma das dimensões das desigualdades de cariz horizontal.

Desigualdade regional ao nível das taxas de mortalidade infantil antes e depois do deflagrar do conflito



Nota: O eixo x indica o número de anos antes e depois da deflagração do conflito. O conflito define-se, nesta secção, como um conflito armado com, pelo menos, 1.000 mortes em combate. O eixo y representa a média global do desvio dos países face ao respetivo nível médio de desigualdade horizontal. Por outras palavras, regista-se os países apresentarem uma desigualdade de cariz horizontal superior ou inferior ao normal. A desigualdade regional é medida através do rácio entre as regiões com o melhor e com o pior desempenho quanto às taxas de mortalidade infantil. Fonte: Dahlum e outros por publicar.

Notas

1. A participação política das mulheres, por exemplo, aumenta, frequentemente, em conjunturas de pós-conflito (Banco Mundial 2017b). 2. Gates e outros 2012. 3. Bircan, Brück e Voithknecht 2017. Fonte: Dahlum e outros por publicar.

a desigualdade de rendimento (essencialmente, ao aumentarem o poder negocial do trabalho, quando é necessária a mobilização em massa),¹³² as provas empíricas extraídas dos conflitos (internos) recentes demonstram que a desigualdade de rendimento aumenta durante o conflito violento e no decurso dos cinco primeiros anos da típica reconstrução do pós-guerra. O agravamento da desigualdade de rendimento associado ao conflito violento não é permanente — embora demore entre 19–22 anos para que a desigualdade volte a atenuar-se, podendo demorar 40 anos até regressar aos níveis de desigualdade de rendimento anteriores à guerra, caso a paz seja mantida.¹³³

Os conflitos violentos podem, igualmente, dilatar as desigualdades noutras áreas do desenvolvimento humano, tais como a saúde e a educação. Tal sucede porque os conflitos violentos afetam desproporcionalmente as pessoas pobres: Fazem aumentar a subnutrição, a mortalidade infantil e o número de pessoas privadas de acesso a água potável.¹³⁴ Dado ser frequente que os gastos sociais diminuam em virtude do aumento da despesa militar,¹³⁵ a prestação de serviços públicos é igualmente debilitada — outra potencial causa do incremento das desigualdades ao nível do desenvolvimento humano.

A prevenção da violência nas etapas iniciais do conflito constitui, sem dúvida, a melhor abordagem para evitar o sofrimento, as mortes e outros custos do conflito violento. A violência depende do percurso histórico: Assim que tem início, os incentivos e sistemas funcionam de modo a mantê-la. Os ressentimentos coletivos devem ser reconhecidos desde logo, para que se possa lidar com os padrões de exclusão e as debilidades institucionais.¹³⁶ Quando a prevenção é ineficaz, os convénios do pós-conflito, que envolvam, com frequência, a partilha do poder político e possam incluir, ainda, a redistribuição económica, oferecem oportunidades para impedir a recorrência.¹³⁷

As desigualdades podem acumular-se ao longo da vida, refletindo desequilíbrios profundos de poder

Este capítulo adota uma dupla abordagem quanto à elucidação dos mecanismos através dos quais as desigualdades em áreas fundamentais do desenvolvimento humano surgem, se reproduzem e persistem entre gerações. Revela, ainda, como estes domínios do desenvolvimento humano estão ligados e como interagem, fazendo repercutir as desigualdades numa área do desenvolvimento humano em outra.

A primeira parte assume a perspetiva do ciclo de vida, argumentando-se que o estatuto socioeconómico dos pais influencia fortemente a saúde dos filhos e o desenvolvimento na primeira infância, os quais ajudam a determinar o modo como as crianças usufruem do ensino primário e secundário universal. O seu nível de instrução, por sua vez, constitui o ponto de partida para uma estreia bem-sucedida no mercado de trabalho. No entanto, o estatuto socioeconómico dos pais é, também, relevante nesta fase do ciclo de vida. Consoante o conhecimento e as redes de conhecimento dos pais, os adolescentes podem partir de uma posição de vantagem, rumo a melhores oportunidades no mercado laboral. A formação de casais segundo um modo seletivo de preferências encerra, em seguida, o ciclo de ação/reação, dando origem a famílias em que ambos os pais provêm de um estatuto socioeconómico idêntico.

A segunda abordagem transcende os resultados individuais e examina a macroestrutura destes mecanismos. Debruça-se sobre a forma como as desigualdades afetam as instituições e os equilíbrios de poder, o modo de funcionamento das sociedades e sobre se as desigualdades promovem ou não o crescimento económico. Uma das principais questões consiste no facto de a natureza da desigualdade ser igualmente importante: As desigualdades entre grupos podem determinar a guerra ou a paz — uma decisão fulcral para qualquer intenção de aumentar as capacidades ao nível individual e social.

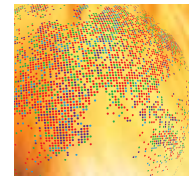
A desigualdade de rendimento aumenta durante o conflito violento e no decurso dos cinco primeiros anos da típica reconstrução do pós-guerra. Porém, os conflitos violentos podem, igualmente, dilatar as desigualdades noutras áreas do desenvolvimento humano, tais como a saúde e a educação

Parte II

Além das médias

PARTE II.

Além das médias



A parte I do relatório centra-se nas desigualdades ao nível das capacidades, indo além do rendimento. Paralelamente, a parte I aponta para a grande amplitude das disparidades, mesmo no interior dos segmentos da população, em particular no caso das pessoas mais desfavorecidas. A evolução de indicadores como o rácio da contagem de pessoas em situação de pobreza omite a explicação daquilo que sucede aos que são deixados para trás, bem como àqueles que, tendo escapado ou nem sequer tendo passado por privações, sucumbem à indigência¹. A parte I destaca, igualmente, que um dos aspetos consequentes da desigualdade prende-se com as desigualdades entre grupos — ou horizontais. Alguns grupos tomam a dianteira, enquanto outros permanecem, na prática, bloqueados — por vezes, de um modo insidioso — quanto à plena participação económica e social. Ainda assim, as informações acerca da desigualdade entre grupos são frequentemente ignoradas e, por vezes, simplesmente não se encontram disponíveis, apesar do forte apelo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável à recolha de tais dados.

Estes aspetos têm uma coisa em comum: Escondem-se por detrás de padrões médios de desigualdade que lesam o progresso do desenvolvimento humano.² A parte II aborda esta questão de um modo frontal. Vai além das médias³ para evidenciar o que está a acontecer ao nível das distribuições de rendimento e de riqueza, na sua totalidade, revelando padrões de evolução destas distribuições.⁴ Enfoca, além disso, a manifestação mais sistemática e disseminada da desigualdade horizontal — a desigualdade entre géneros — frequentemente encoberta pelo enviesamento da recolha de dados e da análise, que prejudicam as mulheres num mundo “feito para os homens.”⁵ O destaque 3.1, no final do capítulo 3, ilustra a importância da análise do interior dos países e até dos agregados familiares para uma melhor identificação das pessoas que ficaram mais para trás, que podem ter sido ocultadas pelas médias.

O combate à desigualdade começa com uma boa medição e com bons dados. Com efeito, uma das principais debilidades do atual discurso público em torno da desigualdade é o seu recurso a indicadores sumários, cuja escolha está longe de ser trivial (ver destaque 3.2 no final do capítulo 3). Não se trata de um assunto académico — é crucial para as políticas.

Os indicadores sumários convencionais da desigualdade podem não identificar os aspetos da distribuição do rendimento, da riqueza e de outros resultados do desenvolvimento humano que realmente preocupam as pessoas. Por exemplo, os rácios entre as parcelas de rendimentos são insensíveis a transferências regressivas no seio da população pobre (conforme observado no destaque 3.1), uma questão importante para a formulação de políticas. A desigualdade de rendimento é frequentemente descrita mediante o coeficiente de Gini. É verdade que o coeficiente de Gini é sensível a transferências regressivas em toda a distribuição e é frequentemente utilizado neste Relatório — tal como

nas políticas e em grande parte da investigação da desigualdade. Poderá, contudo, não indicar, na íntegra, aquilo que preocupa as pessoas, pelo que poderá necessitar do complemento de novas informações.

De facto, os indicadores sumários de desigualdade são sensíveis a partes diferentes da distribuição. Todos os indicadores sumários implicam julgamentos acerca do valor a atribuir às parcelas de rendimentos das pessoas mais pobres e mais ricas. Estes últimos são, por vezes, apelidados de “ponderações” numa função de bem-estar social. Cada estatística sumária atribui implicitamente estas ponderações — e, para a maioria das pessoas, de uma forma não muito transparente. Algumas podem mesmo recorrer a ponderações sociais que não refletem os valores sociais. Tony Atkinson, no final da década de 1960, escreveu: “[Ao analisar] o problema da medição da desigualdade (...) atualmente, este problema é habitualmente abordado através da utilização de estatísticas sumárias como o coeficiente de Gini (...). Este método convencional de abordagem é enganador [porque a] análise das funções de bem-estar social implícitas nestes indicadores revela que, em diversos casos, estas apresentam propriedades cuja aceitação é pouco provável e, em geral, nada leva a crer que estejam alinhadas com os valores sociais. (...) Espero que estes indicadores convencionais sejam rejeitados.”⁶ Por outras palavras, o conceito de desigualdade utilizado, bem como os julgamentos éticos que o mesmo implica, determinarão a conclusão alcançada a respeito da mesma.⁷

Na realidade, o coeficiente de Gini é mais sensível a transferências de rendimento no meio da distribuição do que na base ou no topo — enquanto, em muitos países, a maior parte da atividade ao nível das dinâmicas do rendimento e da riqueza tem lugar, precisamente, nos extremos da distribuição (capítulo 3). Em particular, grande parte da atividade, quanto à desigualdade, ocorre na extremidade do topo, pelo que

os indicadores que analisam os 10 percentis superiores — até, em alguns casos, os 1 por cento do topo — carecem da resolução necessária a um registo completo da acumulação de rendimento e de riqueza.

Acresce que os conceitos e as medições interagem, levando cada um dos fatores a influenciar a evolução do outro. A presunção de que a fundamentação axiomática de todos os indicadores de desigualdade foi desenvolvida antes da sua utilização é historicamente inexata. O Índice de Desenvolvimento Humano, regularmente publicado nos Relatórios do Desenvolvimento Humano, é ilustrativo deste facto. Como afirmou Amartya Sen, foi introduzido enquanto um indicador “grosseiro e pronto a utilizar” das capacidades básicas sendo que vários aspetos do mesmo — incluindo as alterações efetuadas ao longo dos anos — permanecem controversos.⁸ No entanto, pode dizer-se o mesmo a respeito das estimativas das contas nacionais e da origem de agregados macroeconómicos como o produto interno bruto (PIB). Na estrutura dos manuais estatísticos acordada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, as contas nacionais podem parecer uma construção inexpugnável — embora não passem disso mesmo: uma construção.

Traçando a história das contas nacionais e do PIB, Diane Coyle relata o debate dos anos 40, nos Estados Unidos, acerca da inclusão das despesas estatais no PIB.⁹ O Departamento de Comércio, na época, argumentava que as despesas do governo deveriam ser incluídas. Contudo, um dos pais fundadores da medição do PIB, Simon Kuznets, defendia a sua exclusão (em parte, porque considerava que uma parcela das despesas governamentais não melhorava, necessariamente, o bem-estar). Em última instância, segundo Coyle, a decisão de incluí-las teve profundas implicações para a perceção da função do governo na economia enquanto agente diferenciado, juntamente com os atores privados (a mesma abordagem defendida por John Maynard Keynes). Hugh Rockoff vai além, demonstrando como algumas estatísticas económicas, à semelhança dos índices de preços e das taxas de desemprego, deram origem “a acesos debates em torno das políticas económicas, em última análise, acerca da distribuição do rendimento.”¹⁰

A medição influencia, nitidamente, as políticas. Esta questão é, porém, mais complexa do que a pura medição. Uma coisa é concordar em olhar para lá de indicadores sumários da desigualdade de rendimento, outra é dispor dos dados para fazê-lo. Os indicadores sumários são, por certo, construídos a partir de informações relativas à mesma distribuição que condensam numa só estatística sumária, apesar de os dados acerca

dessa distribuição serem, com frequência, demasiado rudimentares. No entanto, graças a esforços inovadores que reúnem informações de várias fontes quanto à distribuição do rendimento e da riqueza, a estimativa, a um nível mais granular, do modo como o rendimento se distribui e de como esta distribuição se altera ao longo do tempo, em relação a vários segmentos populacionais, é agora exequível. Atendendo à crescente procura por estimativas da desigualdade comparáveis entre países, várias bases de dados, com um âmbito regional ou global, oferecem estimativas relativas a um conjunto de países e anos. Embora haja um consenso alargado entre diversas bases de dados, existem diferenças ao nível dos conceitos de rendimento utilizados, com importantes implicações para as conclusões, tais como a medida em que a redistribuição fiscal afeta a desigualdade (ver destaque 3.3 no final do capítulo 3).¹¹

Para ir além das médias, a parte II contém dois capítulos. O Capítulo 3 apresenta conclusões recentes acerca dos níveis de desigualdade e das tendências da riqueza e dos rendimentos brutos globais, indicando que, a manter-se a atual situação, os 1 por cento mais abastados da população estão em vias de apropriar 35 por cento da riqueza global até 2030. O capítulo divide estas tendências entre regiões, recorrendo a dados recentes e a novos métodos de rastreio da desigualdade de rendimento. Debruça-se, em seguida, sobre as dinâmicas da concentração da riqueza.

A aplicação de métodos inovadores para explicar a evolução da desigualdade de rendimento e de riqueza, de forma transversal à distribuição, revelou padrões anteriormente ocultos de acumulação na extremidade do topo de muitos países.

Os fatores desta acumulação devem ser compreendidos em detalhe e é provável que variem consoante o país. (Por exemplo, uma análise recente revelou que, tipicamente, pessoas com maiores ganhos dos Estados Unidos obtêm os seus elevados rendimentos da fundação ou gestão dos seus negócios, ao invés do capital financeiro).¹² Os métodos inovadores deste capítulo ainda estão em evolução, carecendo de premissas que são disputadas pela literatura.¹³

O capítulo 3 é transparente quanto às premissas e decisões tomadas para lidar com os desafios dos dados, por forma a incentivar o tipo de exame que, com o tempo, melhorará os dados e as informações acerca da desigualdade. Deverá ter-se em conta que até as estatísticas económicas mais solidamente estabelecidas apresentam um grau de incerteza. Neste capítulo, defende-se que as atuais inovações na medição da desigualdade económica podem abrir o caminho a uma medição e comunicação mais sistemáticas da distribuição do

rendimento e da riqueza. Uma tal comunicação complementar os indicadores agregados que, hoje em dia, tendem a dominar a literatura e as políticas, quer se trate das taxas de crescimento do PIB ou das alterações do coeficiente de Gini.

O capítulo 4 contempla a desigualdade de género.

Apesar dos sinais de progresso, o capítulo indica que o mesmo poderá estar a abrandar. De facto, existem sinais perturbadores de que a desigualdade está, novamente, a ser imposta — ligados à reação adversa, ao nível das normas sociais, observada em metade dos países que dispõem de dados. É verdade que a maioria das raparigas de todo o mundo estão a confluír nos aspetos básicos, como a educação primária. Estas concretizações práticas são evidentes. Contudo, à medida que

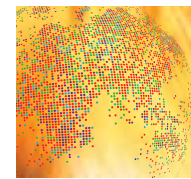
as mulheres convergem, os alvos deslocam-se e, com demasiada frequência, as capacidades avançadas que acarretam a capacitação estratégica escapam-lhes. O capítulo documenta a feição multidimensional das desigualdades de género, que permeiam a vida, em graus diferentes, de forma transversal quer aos países em vias de desenvolvimento quer aos desenvolvidos. Tal deve-se a ao facto de serem culturais e estarem enraizadas nas normas sociais — os preconceitos e a discriminação de género são endémicos das nossas instituições sociais.¹⁴ O capítulo discute a forma como o desafio da redução das desigualdades de género abrange desde o modo de criação de condições propícias às mudanças culturais até à prevenção de reações sociais contra o progresso em direção à equidade de género.

Capítulo **3**

Medir a desigualdade
no rendimento
e na riqueza

3.

Medir a desigualdade no rendimento e na riqueza



Uma contribuição do *World Inequality Lab*

A medição da desigualdade de rendimento é um passo fundamental para a sua devida correção. Os debates públicos assentes em factos são críticos para que as sociedades determinem em que medida aceitam a desigualdade, que políticas devem implementar para a combater e o tipo de tributação a que recorrerão — uma decisão particularmente difícil.

A transparência das dinâmicas do rendimento e da riqueza é igualmente essencial para avaliar as políticas públicas e rastrear o progresso dos governos rumo a economias mais inclusivas. São, ainda, necessários dados sólidos acerca do rendimento e da riqueza para combater a evasão (legal) e a fraude (ilegal) fiscais, possibilitadas, em parte, pela opacidade incorporada no sistema financeiro global.¹ Uma maior transparência apoiaria, deste modo, a obtenção do máximo retorno pelas políticas fiscais, uma parte do pacote de políticas destinadas à redução da desigualdade e ao financiamento de investimentos com vista aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.²

O secretismo em torno da propriedade de ativos em todo o planeta — sobretudo de ativos financeiros — torna, atualmente, impossível o devido rastreio da acumulação de capital, tal como impossibilita a garantia de que as pessoas com maiores rendimentos e detentoras de uma maior riqueza paguem a sua quota-parte de impostos. Realizou-se algum progresso, no que diz respeito à transparência financeira, desde a crise financeira de 2008, embora este tenha sido demasiado lento e limitado em relação ao desafio em causa. A parcela da riqueza mundial escondida em paraísos fiscais é estimada em 8 por cento do PIB global.³

A atual falta de transparência acerca das dinâmicas do rendimento e da riqueza é uma opção política. Embora a maioria dos governos possuam (ou possam descobrir, caso o pretendam) informações detalhadas quanto aos rendimentos e à riqueza dos mais afortunados, não as divulgam. Trata-se de um paradoxo da era digital: As multinacionais dispõem de informações detalhadas acerca das vidas dos indivíduos e podem transacioná-las no mercado global. As pessoas, porém, têm dificuldades em obter informações básicas sobre a divisão do crescimento do rendimento e da riqueza entre a população. Ainda é raro as estatísticas públicas irem além da comunicação das médias. Esta debilidade aplica-se à desigualdade económica e a outras formas de desigualdade — sobretudo a desigualdade relacionada com a poluição — que não são examinadas pela maior parte das atuais instituições estatísticas (ver capítulo 5).

O combate à desigualdade começa com uma boa medição

A publicação de estatísticas atempadas, normalizadas e universalmente reconhecidas é fundamental para abordar a desigualdade. Com efeito, a elaboração de estatísticas normalizadas do PIB, a partir da década de 1950,⁴ graças aos Sistemas de Contas Nacionais das Nações Unidas, teve um imenso impacto sobre o enquadramento dos debates em torno das políticas e a sua formulação nas últimas sete décadas. É igualmente provável que uma nova geração de estatísticas acerca do crescimento, distribuídas entre os grupos de rendimento (distributional national accounts⁵ ou contas distributivas nacionais) enforme estes debates em torno das políticas. A transição para o desenvolvimento e a publicação de tais indicadores requer o esforço de todos os agentes: responsáveis pela formulação de políticas, academia e sociedade civil. As sinergias entre diferentes agentes empenhados na transparência torna-se visível quando, por exemplo, as informações relativas à evasão fiscal são divulgadas por jornalistas e posteriormente analisadas por investigadores, incluindo alguns do World Inequality Lab.⁶

Neste capítulo, discutem-se os desafios e avanços recentes da metodologia e da recolha de dados, de forma a preencher uma lacuna crucial dos dados relativos ao desenvolvimento humano. Introduce, em primeiro lugar, um novo índice de transparência dos dados relativos à desigualdade. Em seguida, com base em dados da World Inequality Database e na análise do *World Inequality Report*, apresenta conclusões recentes acerca da desigualdade dos rendimentos globais. Também é examinada a desigualdade de rendimento em três grupos de países, avaliando a evolução da desigualdade através da comparação da taxa de crescimento do rendimento dos 40 percentis inferiores com a da totalidade da população — uma meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 10. O primeiro grupo é composto por países africanos — em que foram recentemente disponibilizadas novas estimativas acerca da desigualdade. O segundo consiste no Brasil, na China, na Índia e na Federação Russa. O terceiro, por último, integra

A publicação de estatísticas atempadas, normalizadas e universalmente reconhecidas é fundamental para a devida abordagem da desigualdade

países europeus e os Estados Unidos, observando o impacto relativo de diferentes políticas quanto à distribuição do rendimento. Por fim, o capítulo volta-se para a medição da desigualdade de riqueza em todo o mundo.

Medir a lacuna ao nível da transparência

Os dados de rastreio da desigualdade de rendimento e de riqueza permanecem escassos à escala global (figura 3.1). Para medir a desigualdade num país, as autoridades estatísticas nacionais realizariam, idealmente, inquéritos anuais às famílias acerca das condições de vida dos indivíduos. Além disso, a administração fiscal publicaria, anualmente, dados fiscais administrativos em relação ao rendimento e à riqueza. Para rastrear a desigualdade de rendimento e de riqueza, os dados dos inquéritos e os dados fiscais seriam associados, de forma a possibilitar o conhecimento das receitas comunicadas nos dados fiscais por um indivíduo inquirido no âmbito do inquérito acerca das condições de vida. Porém, a associação dos dados de inquéritos e fiscais é uma exceção em todo o mundo, levada a cabo por apenas alguns países: por exemplo, a Suécia e outros países nórdicos. De resto, mesmo nestes casos, a capacidade de medição da desigualdade deteriorou-se nas últimas décadas, parcialmente devido à avultada riqueza oculta em ativos financeiros situados em offshores, sem o acompanhamento de um sistema internacional adequado de registo.⁷

Em muitos países, os dados fiscais não são disponibilizados ao público. A elaboração de dados fiscais administrativos tem apresentado, historicamente, uma relação próxima com a existência de um imposto sobre o rendimento ou a riqueza num determinado país. Foi a introdução do imposto sobre o rendimento nos Estados Unidos, em 1913, e na Índia, em 1922, que levou as administrações públicas a divulgarem estatísticas relativas ao referido imposto. Estas informações são vitais para a devida gestão dos impostos pelas administrações fiscais e para que os legisladores e contribuintes estejam informados quanto às políticas fiscais. No entanto, por vezes, os governos não estão dispostos a divulgar, publicamente, os dados.⁸

Enquanto alguns países publicaram novos dados fiscais ao longo da última década, outros, na verdade, deixaram de elaborá-los. Ora, quando os governos revogam impostos sobre o rendimento ou a riqueza, as ferramentas estatísticas de medição da desigualdade também desaparecem. A deterioração dos dados fiscais administrativos dá, assim, azo a preocupações sérias, pois a existência de informações adequadas acerca da riqueza e do rendimento é fundamental para o rastreio da desigualdade e a informação do debate público. Contudo, a situação tem vindo a piorar em vários países, ao invés de melhorar.

Num novo índice de transparência dos dados relativos à desigualdade, que compreende os valores entre 0 e 20, nenhum país obteve uma pontuação superior a 15 e dezenas obtiveram uma pontuação de 0 (ver figura 3.1). A escassez de dados é particularmente acentuada em África e na Ásia Central. Este índice simples é provisório e será aperfeiçoado à medida que forem divulgadas mais informações quanto aos impostos sobre o rendimento e a riqueza e à disponibilidade de dados de inquéritos. Já oferece, porém, uma visão panorâmica dos esforços necessários ao fornecimento de dados mais transparentes acerca da desigualdade.

Apesar da reduzida disponibilidade de dados oficiais, o cruzamento de diversas fontes proporcionou uma nova perspetiva da desigualdade de rendimento e de riqueza. O jornalismo de investigação desempenhou um papel essencial, facultando novas informações que influenciaram a discussão pública e a tomada de decisões (caixa 3.1).

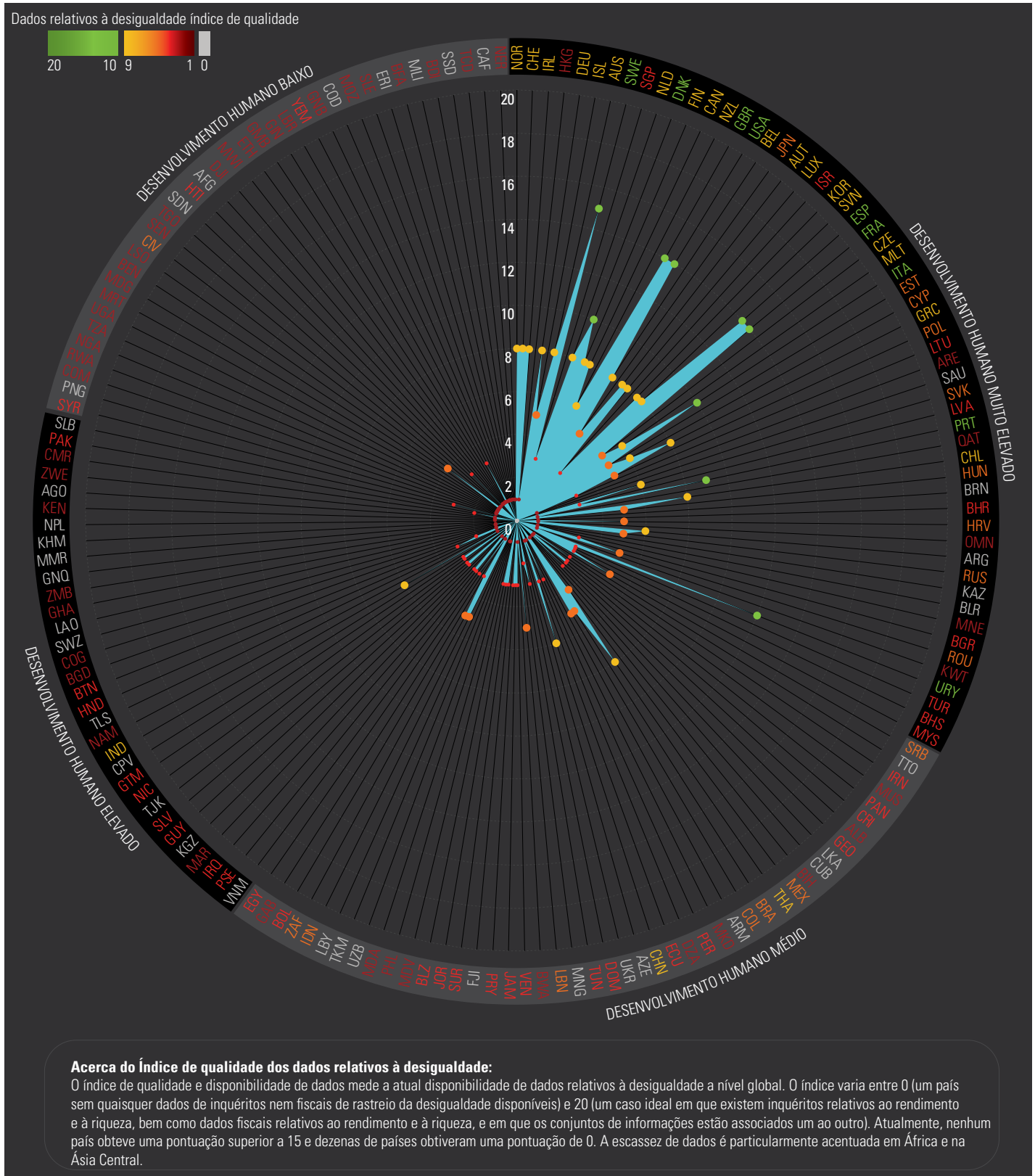
Onde procurar dados acerca da desigualdade de rendimento global

Ao longo das últimas décadas, foram construídas várias bases de dados acerca da desigualdade de rendimento a um nível global.⁹ Entre as mesmas, incluem-se a PovcalNet do Banco Mundial, que faculta dados acerca da desigualdade extraídos de inquéritos às famílias; a World Inequality Database, que elabora Contas Distributivas Nacionais com base em contas fiscais, de inquéritos e nacionais; o LIS Cross-National Data Center, no Luxemburgo (LIS),¹⁰ que uniformiza, com um elevado nível de detalhe, os conceitos de rendimento e de riqueza dos países ricos, com recurso a inquéritos às famílias; a Base de Dados sobre Distribuição do Rendimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico,¹¹ que contém dados de inquéritos distributivos realizados em economias avançadas; a Inequality Project Database da Universidade do Texas,¹² que utiliza dados industriais e setoriais para medir a desigualdade; e o Commitment to Equity Data Center,¹³ que faculta informações acerca da incidência fiscal — o impacto dos impostos e das transferências sobre diversos grupos de rendimento. A World Income Inequality Database do Instituto Mundial para a Investigação Económica sobre o Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas oferece uma gama de estatísticas acerca da desigualdade de rendimento em vários países.¹⁴ Existem, ainda, bases de dados regionais detalhadas, como a Base de Dados Socioeconómicos da América Latina e Caraíbas,¹⁵ as estatísticas regionais uniformizadas mantidas pela Comissão Económica

Num novo índice de transparência dos dados relativos à desigualdade, que compreende os valores entre 0 e 20, nenhum país obteve uma pontuação superior a 15 e dezenas obtiveram uma pontuação de 0

FIGURA 3.1

Dezenas de países apresentam uma transparência quase nula quanto aos dados relativos à desigualdade



Nota: O índice representa o nível de disponibilidade e qualidade dos dados relativos à desigualdade de rendimento e de riqueza.
 Fonte: World Inequality Lab (<http://wid.world/transparency>).

O jornalismo de investigação à descoberta da desigualdade

O jornalismo de investigação pode elucidar e gerar dados acerca de aspetos da desigualdade em relação aos quais não existem quaisquer normas de medição ou que têm permanecido opacos devido a assimetrias na distribuição do poder (ver capítulo 2). É possível que a criação de protocolos novos e disseminados para estimar as pessoas deixadas para trás ou a concentração extrema da riqueza demore anos ou mesmo décadas, com constrangimentos que abrangem desde a corrupção à pressão por parte de grupos de interesses.

O jornalismo de investigação tem desempenhado um papel notável na informação do público quanto a dimensões importantes da desigualdade. Hoje em dia, dispomos de um maior conhecimento da globalização da riqueza oculta, graças a revelações como as dos casos dos Panama Papers e dos Paradise Papers.¹ Na outra vertente da distribuição, o relato descentralizado com base em pesquisas do jornalismo de investigação é responsável pela descoberta regular de episódios de abuso de grupos desfavorecidos: Quando os demais mecanismos de representação dos grupos excluídos fracassam, o jornalismo é, frequentemente, a sua derradeira esperança.²

Amartya Sen argumentou que uma imprensa livre e uma oposição política ativa constituem sistemas eficazes de alerta precoce quanto a crises alimentares, uma vez que a informação e a pressão política promovem a ação.³ Do mesmo modo, os meios de comunicação social têm desempenhado um papel importante na frustração de comportamentos que impedem o desenvolvimento humano — o tráfico de pessoas e, nos piores casos, a escravatura, o trabalho infantil, os casamentos infantis, a mutilação genital e a subnutrição, especialmente entre as crianças, que pode provocar um atraso no crescimento com efeitos para toda a vida.⁴ A exposição jornalística da corrupção pode, ainda, proteger as finanças públicas.⁵

Num mundo globalizado, os esforços internacionalmente coordenados de pesquisa e divulgação de informações podem detetar agentes que operam estrategicamente em diversos países, tirando partido de lacunas ao nível da transparência. A Rede Global de Jornalismo Investigativo e o Consórcio Internacional de Jornalismo de Investigação são dois exemplos eminentes desta abordagem.⁶ Estas redes apresentam um potencial de desenvolvimento e defesa das normas de relato responsável e de diversificação do risco de pressão por parte de grupos de interesses.

O jornalismo de qualidade tende a fazer face aos desafios financeiros, políticos e de segurança. Quando o jornalismo e os meios de comunicação social produzem informações e conhecimento que se assemelham a um bem público, os subsídios indiretos e diretos permanecem fundamentais para a prevenção de uma cobertura insuficiente.⁷ Os jornalistas podem ser submetidos a pressões, intimidação e ataques, cuja ocorrência parece estar a aumentar em muitos países,⁸ sublinhando a importância da proteção de meios de comunicação social independentes, plurais e diversos.

O investimento no jornalismo investigativo de qualidade tem um elevado retorno social, desencorajando e corrigindo a corrupção, protegendo as pessoas deixadas para trás e informando as políticas públicas. Uma área a explorar é um papel reforçado da cooperação internacional: Atualmente, apenas cerca de 0,3 por cento do apoio oficial ao desenvolvimento é dependido no desenvolvimento dos meios de comunicação social, uma pequena parcela dos quais está claramente associada ao jornalismo de investigação.⁹

Notas

1. A par do incremento da consciência e da responsabilidade públicas, estes dados têm sido utilizados no âmbito da investigação académica. Ver, por exemplo, a análise da relação entre a evasão fiscal e a desigualdade realizada por Alstadsæter, Johannessen e Zucman (2019). 2. Ver exemplos e discussão in Brunwasser (2019). 3. Sen 1982, 1999. 4. Schiffrin 2019. 5. Brunwasser 2019; Schiffrin 2019. 6. Brunwasser 2019; Schiffrin 2019. 7. Schiffrin 2019. 8. Na sua resolução n.º 33/2, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas exprimiu uma "profunda preocupação" com o número crescente de jornalistas e trabalhadores dos meios de comunicação social que foram vítimas de homicídio, tortura, apreensão ou detenção nos últimos anos, como consequência direta da sua profissão (CDHNU 2018). 9. No período de 2010–2015, \$ 32,5 milhões parecem estar claramente relacionados com o jornalismo de investigação. Ver anexo 1 de Myers e Juma (2018). Trata-se de um montante reduzido, em comparação com os benefícios líquidos associados aos projetos individuais de jornalismo de investigação. Ver exemplos in Hamilton (2016) e Sullivan (2016).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Brunwasser (2019) e Schiffrin (2019).

para a América Latina e as Caraíbas¹⁶ e a base de dados de Estatísticas da União Europeia sobre o Rendimento e as Condições de Vida (para obter fontes adicionais, ver destaque 1.3 no final do capítulo).¹⁷

Estas bases de dados têm auxiliado investigadores, responsáveis pela formulação de políticas, jornalistas e o público em geral no enfoque na evolução da desigualdade ao longo das últimas décadas. Não existe uma só base de dados perfeita acerca da desigualdade, nem nunca existirá: Os diferentes conjuntos de dados apoiam conhecimentos complementares acerca da desigualdade e a decisão de recorrer a um ou a outro depende, em grande medida, das questões específicas a estudar.¹⁸ Alguns, como o da PovcalNet, têm sido utilizados para o cálculo de indicadores da pobreza global. Outros, como a base de dados do LIS, têm sido

utilizados por gerações de investigadores para estudar a desigualdade económica e as suas interações com outras dimensões do bem-estar, segundo uma perspectiva internacional. As bases de dados regionais, como a Base de Dados Socioeconómicos da América Latina e Caraíbas e a base de dados de Estatísticas da União Europeia sobre o Rendimento e as Condições de Vida, possibilitaram análises regionais pormenorizadas da desigualdade, a par do Commitment to Equity Data Center, a que se pode recorrer para a análise do impacto das políticas fiscais e de transferências.

A maior parte destas bases de dados dependem, quase exclusivamente, de um tipo de fontes de informação — os inquérito às famílias, com entrevistas presenciais ou virtuais em que os indivíduos são inquiridos acerca do seu consumo, rendimento, riqueza e outros aspetos

socioeconómicos das suas vidas. Os inquéritos, à semelhança de qualquer outra fonte de dados, apresentam prós e contras quanto à medição da desigualdade (tabela 3.1). Uma das formas de superar as limitações de cada fonte de dados consiste na combinação de dados de diferentes tipos de fontes, em particular de dados fiscais administrativos com dados de inquéritos.

Atente-se, por exemplo, no nível e na evolução da desigualdade no Brasil e na Índia. No Brasil, os inquéritos às famílias revelam que os 10 por cento mais ricos auferiram um pouco mais de 40 por cento do rendimento total em 2015, mas, quando se tem em conta todas as formas de rendimento — não apenas o rendimento comunicado nos inquéritos — as estimativas revistas sugerem que aos 10 por cento do topo coube, na verdade, mais de 55 por cento do rendimento total. Na Índia, as estimativas com base em dados fiscais administrativos demonstram que o 1 por cento do topo pode ter uma parcela de rendimentos próxima dos 20 por cento. Contudo, os agregados familiares

comunicaram uma parcela de rendimentos de cerca de 10 por cento, indiciando uma acentuada subestimação, por parte dos dados dos inquéritos às famílias, dos rendimentos do topo da distribuição. A medida desse desvio varia consoante o país, mas é provável que seja substancial. Além disso, os inquéritos podem, de igual modo, não captar evoluções importantes.¹⁹ No Brasil, os inquéritos às famílias indicam que a parcela de rendimentos dos 10 percentis do topo decresceu no decurso das duas últimas décadas. No entanto, as estimativas revistas com base em fontes suplementares de informação, extraída das contas nacionais e dos dados fiscais, sugerem que a parcela de rendimentos tem permanecido essencialmente estável. Os inquéritos às famílias registaram com suficiente precisão o aumento do rendimento salarial na maior parte da distribuição, o que, de facto, tem acontecido no Brasil desde a década de 2000, mas não captaram integralmente as dinâmicas dos rendimentos superiores — em particular, dos rendimentos de capital.

TABELA 3.1

Principais fontes de dados para a medição da desigualdade

Fonte de dados	Prós	Contras
Dados dos inquéritos às famílias	<ul style="list-style-type: none"> Os dados dos inquéritos reúnem informações relativas ao rendimento ou aos ativos, bem como às dimensões sociais e demográficas, fundamentais para o desenvolvimento humano. Os inquéritos às famílias contribuem para uma melhor compreensão dos fatores determinantes da desigualdade de rendimento e de riqueza, permitindo a sua análise em combinação com outras dimensões — como as raciais, espaciais, a educação ou a desigualdade de género. 	<ul style="list-style-type: none"> A dimensão restrita da amostra constitui um problema. Dado o reduzido número de indivíduos extremamente ricos e de alguns grupos vulneráveis, a probabilidade da respetiva inclusão nos inquéritos é, tipicamente, diminuta. Estes fenómenos são apelidados de erros de amostragem. As informações comunicadas pelas próprias pessoas quanto ao rendimento e à riqueza são erráticas. Geralmente, subestimam, em grande medida, a parcela de rendimentos do topo. A sobreamostragem não permite corrigir este viés. Estes fenómenos são designados por erros de não amostragem. Os conceitos e o âmbito podem demonstrar uma ampla variação entre países e ao longo do tempo, dificultando as comparações internacionais e históricas. Os inquéritos podem ser realizados com uma frequência irregular. Os totais de rendimento e de riqueza não correspondem, geralmente, aos totais das contas nacionais, motivo pelo qual, tipicamente, as taxas de crescimento dos inquéritos são inferiores às das estatísticas macroeconómicas de crescimento.
Dados (fiscais) administrativos	<ul style="list-style-type: none"> Nos países com uma boa execução fiscal, os dados fiscais registam o rendimento e a riqueza das pessoas que ocupam o topo da distribuição da riqueza. Os dados fiscais abrangem, de resto, períodos mais extensos do que os inquéritos. Em regra geral, os dados administrativos são disponibilizados anualmente, a partir do início do século XX, no caso dos impostos sobre o rendimento, e, nalguns países, remontam aos primórdios do século XIX, em relação aos impostos sucessórios. 	<ul style="list-style-type: none"> Os dados fiscais apresentam uma abrangência limitada quanto à porção inferior da distribuição. Sobretudo nos países em vias de desenvolvimento, incluem, tipicamente, apenas uma pequena parcela da população. A fraude e a evasão fiscal afetam os dados fiscais. Os dados fiscais tendem a subestimar o rendimento e a riqueza do topo. Na maior parte dos casos, deve-se-á considerar que as estimativas da desigualdade baseadas nestes dados pecam por defeito. Os dados fiscais estão sujeitos a alterações dos conceitos fiscais ao longo do tempo e entre países, dificultando as comparações históricas e internacionais.
Dados das contas nacionais (produto nacional bruto, rendimento nacional, riqueza nacional)	<ul style="list-style-type: none"> Os dados das contas nacionais observam as definições internacionalmente normalizadas para a medição da atividade económica dos países, pelo que possibilitam uma comparação diacrónica e transnacional mais consistente do que os dados fiscais. As definições das contas nacionais, em particular, não dependem das variações locais da legislação fiscal nem de outros elementos do ordenamento jurídico. 	<ul style="list-style-type: none"> As contas nacionais não facultam informações quanto à medida em que os diferentes grupos sociais beneficiam do crescimento do rendimento nacional e do produto interno bruto. As mesmas são heterogéneas entre os países, determinadas pela qualidade dos dados nacionais e das premissas específicas de cada país

Fonte: Com base em Alvaredo e outros (2018).

A World Inequality Database e as Contas Distributivas Nacionais

O estudo da desigualdade num contexto de extrema opacidade dos dados é difícil e os resultados são necessariamente imperfeitos e provisórios. Porém, as dinâmicas do rendimento e da riqueza devem ser rastreadas o mais sistematicamente possível. O projeto da World Inequality Database visa combinar fontes de dados de um modo transparente e consistente, de forma a estimar as distribuições do rendimento e da riqueza nacionais. Com este método, o principal objetivo do projeto é a reconciliação do estudo macroeconómico do rendimento e da riqueza (que se debruça sobre o crescimento económico, a dívida pública ou os fluxos internacionais de capitais) com o estudo microeconómico da desigualdade (que considera o modo como as taxas de crescimento do rendimento e da riqueza efetivamente experienciadas pelos indivíduos, num único país, diferem consoante a respetiva posição na distribuição do rendimento).

O projeto da World Inequality Database teve início com um renovado interesse na utilização de dados fiscais para o estudo das dinâmicas da desigualdade a longo prazo, na sequência do trabalho pioneiro em torno das séries de desigualdade de rendimento e de riqueza da autoria de Simon Kuznets e de Tony Atkinson e A. J. Harrison.²⁰ As parcelas de rendimentos do topo, com base em dados fiscais, foram inicialmente elaboradas para a França²¹ e para os Estados Unidos²² e logo se alargaram a dezenas de países, graças ao contributo de mais de 100 investigadores.²³ Estas séries tiveram um grande impacto sobre o debate global acerca da desigualdade, uma vez que possibilitaram a comparação das parcelas de rendimentos dos grupos do topo (como o 1% do topo) em longos períodos de tempo, evidenciando novos factos e recentrando a discussão nas evoluções históricas, a longo prazo, da desigualdade ao nível do rendimento e da riqueza.

Mais recentemente, o projeto da World Inequality Database tem procurado ir além das parcelas de rendimentos do topo com base em dados fiscais, passando a elaborar contas distributivas nacionais, alicerçadas numa combinação consistente e sistemática de fontes de dados fiscais, de inquéritos às famílias, acerca da riqueza e de contas nacionais.²⁴ O objetivo das contas distributivas nacionais consiste no melhor aproveitamento possível de todas as fontes de dados (ver tabela 3.1). Os dados fiscais são utilizados para o devido rastreio do topo da distribuição — e, quando disponíveis, são ainda utilizadas informações acerca da evasão fiscal.²⁵ Os dados dos inquéritos são utilizados para obter

informações que não estão disponíveis nos registos administrativos. Por último, os dados das contas nacionais são utilizados como enquadramento geral, visto que fornecem os conceitos de rendimento e de riqueza com o reconhecimento mais universal da atualidade.

O projeto da World Inequality Database enfatiza, de igual modo, a distribuição do rendimento nacional e da riqueza nacional. Fá-lo, principalmente, por dois motivos. Em primeiro lugar, é impossível rastrear a desigualdade de rendimento de um modo adequado, sobretudo no topo da distribuição, sem um indicador sólido das dinâmicas da desigualdade ao nível riqueza. De facto, nos casos em que se verificou um agravamento recente da desigualdade de rendimento, o mesmo deve-se, frequentemente e em larga medida, ao aumento súbito dos rendimentos de capital (rendas, dividendos, resultados retidos, etc.) das pessoas abastadas.²⁶ Em segundo lugar, as taxas de retorno sobre a riqueza têm sido muito superiores ao crescimento macroeconómico do rendimento nas últimas quatro décadas, o que significa que a riqueza tem assumido um papel cada vez mais importante nas economias do século XXI.²⁷ O modo de distribuição do rápido crescimento da riqueza entre a população torna-se uma questão premente. Infelizmente, os dados oficiais disponíveis são ainda mais escassos quanto à riqueza do que em relação ao rendimento, pelo que, atualmente, as estimativas das contas distributivas nacionais no tocante à desigualdade de riqueza abrangem apenas alguns países.

Por uma questão de transparência, o projeto das Contas Distributivas Nacionais divulga as estimativas das contas nacionais e os métodos utilizados para o seu cálculo. As especificações técnicas e os códigos informáticos utilizados para a elaboração das estimativas (incluindo os apresentados no presente capítulo) são publicados em linha, no sítio Web da World Inequality Database.²⁸ Este nível de transparência deveria tornar-se a norma para as bases de dados existentes de estatísticas económicas.

A série acerca da desigualdade publicada online deveria, igualmente, ser o mais exaustiva possível, dadas as limitações dos indicadores sumários de desigualdade (conforme se discute na introdução da parte II do Relatório), o que pode ocultar dinâmicas relevantes da desigualdade sob o manto da estabilidade. Para além da oferta de indicadores sumários e de um conjunto limitado de parcelas relativas a decis, o projeto da World Inequality Database publica os níveis médios de rendimento e de riqueza de cada percentil da população de um determinado país ou região (ou seja, os percentis de rendimento e de riqueza). Dada a importância dos grupos da extremidade do topo quanto ao crescimento do rendimento e da riqueza, o projeto decompõe o 1% do

O projeto da World Inequality Database visa combinar fontes de dados de um modo transparente e consistente, de forma a calcular as distribuições do rendimento e da riqueza nacionais

topo em subgrupos de menor dimensão (até aos 0,001 por cento do topo) e estima os níveis de rendimento e de riqueza de cada um.

Atualmente, o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas inclui normas e orientações, unicamente, a respeito dos indicadores agregados.²⁹ A próxima revisão, prevista para o período entre 2022–2024, poderá contemplar o modo como se deverá abranger a distribuição do crescimento do rendimento e da riqueza entre a população, em consonância com as recomendações do Relatório de 2008 da Comissão para a Medição do Desempenho Económico e do Progresso Social.³⁰ Uma tal evolução representaria um progresso significativo das estatísticas públicas globais e dos debates públicos globais em torno do crescimento e da desigualdade. O quadro das contas distributivas nacionais abordado no presente capítulo proporciona um modelo concreto do possível modo de funcionamento desta transição para lá das médias.

A curva em forma de elefante da desigualdade e do crescimento mundiais

A divulgação de novos dados fiscais e os recentes desenvolvimentos metodológicos a que presidiram os investigadores que colaboram com a World Inequality Database e o World Inequality Lab possibilitam a elaboração de novas estimativas da desigualdade (para as definições dos conceitos de rendimento e de consumo utilizados ao longo do Relatório, ver caixas 3.2 e 3.3).³¹ Um ponto de partida do rastreio da evolução da desigualdade de rendimento, ao longo do tempo e de um modo transversal aos países, consiste na estimativa da parcela do rendimento total auferida pelos 10 percentis mais ricos da população. Este indicador, no entanto, deve ser complementado por outros — idealmente, o nível ou o crescimento do rendimento de cada percentil ou 1 por cento da população, conforme se segue.

CAIXA 3.2

Que conceitos de rendimento medimos?

O presente capítulo centra-se na distribuição do rendimento nacional, que consiste na soma de todos os rendimentos auferidos pelos indivíduos de uma economia. Esta soma corresponde ao produto interno bruto, ao qual se acrescenta o rendimento líquido obtido no estrangeiro (quando um cidadão brasileiro detém uma empresa na Índia, o rendimento do seu capital é contabilizado no Brasil) e do qual se subtraem os montantes necessários à substituição de quaisquer aparelhos produtivos (estradas, máquinas, computadores) que se tenham tornado obsoletos.

Existem duas formas genéricas de medir o rendimento auferido pelos indivíduos de um país: anteriormente ao pagamento de impostos e às transferências estatais (rendimento bruto) e após a tributação e as transferências governamentais (rendimento líquido). Há várias formas de definir o rendimento bruto e líquido, podendo as definições afetar substancialmente os resultados. No quadro de contas distributivas nacionais do World Inequality Lab, o rendimento nacional bruto define-se como a soma de todos os fluxos pessoais de rendimento, antes de se ter em conta o sistema fiscal e de transferências, mas após a consideração dos sistemas de pensões e de prestações de desemprego. Este conceito adapta os cálculos tradicionais do “rendimento do mercado”, conforme se explica no destaque 3.3. As contribuições para os sistemas de seguros de pensões e de desemprego são consideradas rendimentos diferidos, sendo, por isso, deduzidas, embora os benefícios correspondentes sejam incluídos.

Este ajuste é crucial para uma comparabilidade satisfatória da desigualdade ao nível do rendimento bruto entre países. De outro modo, um país com um sistema público de pensões apresentaria uma desigualdade artificialmente elevada ao nível do rendimento

bruto (uma vez que os indivíduos aposentados não teriam qualquer rendimento bruto e figurariam enquanto “pobres virtuais” antes das operações fiscais), enquanto um país com um regime privado de pensões exibiria um rendimento bruto positivo no caso dos idosos (pois estes beneficiariam do rendimento bruto obtido através dos respetivos planos de pensões). As diferenças entre países ao nível dos indicadores de desigualdade não refletiriam as diferenças quanto à concentração do rendimento nem quanto à eficácia dos sistemas de pensões, limitando-se às diferentes opções tomadas no tocante à organização do sistema previdenciário.

Afinal de contas, o rendimento bruto é idêntico ao rendimento tributável em muitos países, embora a sua definição seja, geralmente, mais ampla e comparável entre países. Importa analisar as diversas variantes do rendimento bruto, que são discutidas em maior detalhe nas diretrizes relativas às contas distributivas nacionais. Salvo indicação em contrário, o conceito de rendimento utilizado no presente capítulo é o rendimento bruto.¹

O rendimento nacional líquido equivale ao rendimento bruto deduzido de todos os impostos e acrescido de todo o tipo de transferências estatais. De acordo com a metodologia das contas distributivas nacionais, todas as formas de despesa estatal são imputadas a indivíduos, de modo a que a soma dos rendimentos líquidos seja equivalente ao rendimento nacional. A omissão deste método levaria a que os países com uma melhor oferta de bens públicos parecessem, de um modo mecânico, mais pobres. Por definição, ao nível agregado ou macroeconómico — somados todos os rendimentos de todos os indivíduos de um país — o rendimento nacional líquido é exatamente igual ao rendimento nacional bruto e ao rendimento nacional.

Nota

1. Para uma descrição técnica dos conceitos de rendimento e dos métodos utilizados neste capítulo, ver Alvaredo e outros (2016).

E quanto ao consumo?

Para o projeto de contas distributivas nacionais do World Inequality Lab e da sua rede de parcerias, o objetivo é uma representação plenamente integrada da economia. A mesma associaria o estudo microeconómico da desigualdade de rendimento e de riqueza (tipicamente focado nos salários dos agregados familiares, nas transferências e na pobreza ou na desigualdade) a questões macroeconómicas como a acumulação de capital, a estrutura agregada da propriedade e as políticas de privatização ou nacionalização. As questões “micro” e “macro” têm sido, demasiadas vezes, separadamente abordadas.

Para que fique claro, são, no entanto, necessários grandes progressos para possibilitar a publicação de uma abordagem plenamente integrada destas questões, analisando a evolução conjunta da desigualdade de rendimento e de riqueza em todos os países. Com efeito, esta abordagem exige uma medição cuidadosa, não apenas da desigualdade ao nível do rendimento bruto e líquido, mas também da distribuição das taxas de poupança entre diversos escalões de rendimento.

A elaboração de uma tal série — desigualdade ao nível do rendimento bruto, do rendimento líquido e das taxas de poupança

— permitirá relacionar, de um modo sistemático, o rendimento, a riqueza e, a prazo, o consumo (rendimento deduzido das poupanças). A nosso ver, contudo, seria um erro dar demasiada ênfase à perspectiva do consumo, como o faz, por vezes, a literatura acerca da pobreza. O consumo é, obviamente, um indicador de riqueza da máxima importância, sobretudo na base da distribuição. O problema prende-se com a tendência dos inquéritos às famílias regularmente utilizados a fim de medir o consumo para a subestimação do rendimento, do consumo e da riqueza do topo.

Acresce que o consumo nem sempre é bem definido no tocante aos grupos com maiores rendimentos, os quais, geralmente, poupam uma enorme parcela dos mesmos, optando por um maior consumo em anos posteriores e, de um modo mais geral, pelo consumo do prestígio ou do poder económico ou político conferido pela riqueza. O desenvolvimento de uma perspectiva congruente e global da desigualdade económica — que encare os agentes económicos não apenas como consumidores e trabalhadores, mas também enquanto proprietários e investidores — carece de uma ênfase equivalente sobre o rendimento e a riqueza.

Fonte: Extraído de Alvaredo e outros (2018).

A desigualdade de rendimento, com base na parcela de rendimentos dos 10% do topo, aumentou, desde a década de 1980, na maioria das regiões, mas a ritmos distintos

A União Europeia destaca-se enquanto região mais igualitária, com base na parcela do rendimento bruto correspondente aos 10 percentis superiores, que se cifra em 34 por cento. O Médio Oriente é a região mais desigual, em que os 10 percentis do topo detêm 61 por cento do rendimento bruto.³² De permeio, verifica-se uma pluralidade de níveis de desigualdade, que não parecem estar correlacionados com o rendimento médio. Estima-se que os 10 percentis superiores auferam 47 por cento do rendimento nos Estados Unidos, 41 por cento na China e 55 por cento na Índia.³³

A desigualdade de rendimento, com base na parcela de rendimentos dos 10% do topo, aumentou, desde a década de 1980, na maioria das regiões, mas a ritmos distintos (figura 3.2). O aumento foi extremo na Federação Russa, que era um dos países mais igualitários em 1990 (pelo menos, segundo este indicador) e se tornou um dos mais desiguais em apenas cinco anos. O agravamento foi igualmente pronunciado na Índia e nos Estados Unidos, embora não tão acentuado quanto o da Federação Russa. Na China, após um aumento vincado, a desigualdade estabilizou em meados da década de 2000. O agravamento da desigualdade na Europa foi mais moderado do que noutras regiões. A desigualdade na África Subsariana, no Brasil e no Médio Oriente permaneceu extremamente elevada, com uma parcela de rendimentos dos 10 percentis superiores na ordem dos 55–60 por cento. Estes níveis extremos de desigualdade nos países com um

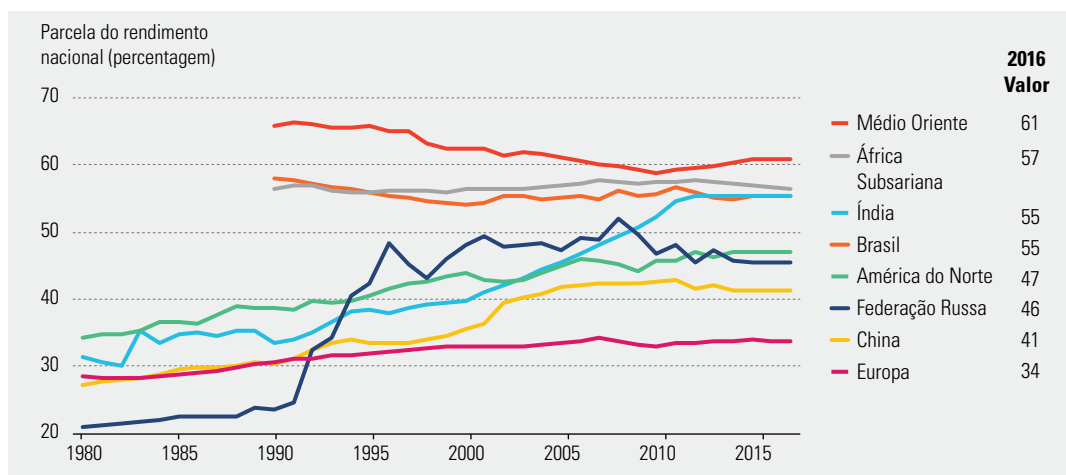
rendimento baixo ou médio merecem, de igual modo, uma atenção especial.³⁴

A diversidade de padrões entre os países, desde 1980, demonstra que o agravamento extremo da desigualdade em algumas partes do mundo era evitável, estando dependente de opções políticas. A abertura ao comércio e a digitalização da economia são, frequentemente, apontadas como motivos do aumento da desigualdade num dado país, embora estes argumentos não justifiquem, na íntegra, a diversidade de trajetórias ora apresentada. A divergência radical entre os Estados Unidos e a Europa — apesar de exposições idênticas à mudança tecnológica e à abertura ao comércio — revela a existência de outros fatores — especificamente, fatores relativos às políticas nacionais. As diferenças entre os Estados Unidos e a Europa não se devem tanto às transferências e aos impostos diretos quanto a outros mecanismos das políticas, sobretudo os sistemas de saúde, educação, desemprego e pensões, assim como as instituições do mercado de trabalho.³⁵ A redistribuição fiscal e as transferências monetárias a favor dos mais desprivilegiados auxiliaram, de facto, os grupos com baixos rendimentos na Europa, mas não desempenharam o papel de maior relevo na contenção do agravamento da desigualdade de rendimento.³⁶

O que aconteceu à desigualdade entre os indivíduos ao nível global — tratando o mundo como um único país? Branko Milanovic foi um pioneiro desta

FIGURA 3.2

A desigualdade de rendimento, com base na parcela de rendimentos dos 10% do topo, aumentou, desde a década de 1980, na maioria das regiões, mas a ritmos distintos



Fonte: Com base em Alvaredo e outros (2018), recorrendo a dados da World Inequality Database (<http://wid.world/>).

O primeiro percentil do topo global, a elite económica dos países ricos e pobres, obteve enormes ganhos entre 1980–2016

análise, defendendo a sua relevância num mundo mais integrado e globalizado.

Um gráfico do crescimento do rendimento, entre 1980 e 2016, relativo à população mundial, classificada dos mais pobres aos mais ricos,³⁷ exibe a silhueta de um elefante com a tromba erguida (figura 3.3).³⁸ Na base da distribuição do rendimento global (do lado esquerdo), os países emergentes com um rendimento baixo ou médio apresentavam um elevado crescimento: acima dos 100 por cento — representando a duplicação do rendimento por adulto desde 1980. Nalguns países, como a China, os 50 percentis inferiores da população assistiram a um crescimento em torno dos 400 por cento — quintuplicando os rendimentos.³⁹

Estas dinâmicas ilustram o modo como centenas de milhões de indivíduos escaparam à pobreza de rendimento e viram o seu nível de vida melhorar. Note-se que a figura representa os ganhos relativos, os quais, no caso da base da distribuição, partem de níveis muito reduzidos — uma figura representativa dos ganhos absolutos tem um aspeto essencialmente plano, com exceção do pico correspondente às pessoas que ocupam o escalão superior.⁴⁰ Na Índia, a taxa de pobreza absoluta diminuiu para menos de metade no período em causa e, ao nível global, a percentagem de pessoas que vivem em situação de pobreza absoluta foi reduzida para menos de um terço.⁴¹ Porém, na metade superior da distribuição, os rendimentos cresceram a um ritmo muito menos rápido, com um aumento inferior a 50 por cento desde 1980. Este segmento da distribuição do rendimento global corresponde aos grupos com baixos ou médios rendimentos da Europa

e da América do Norte. Nos Estados Unidos, a situação era ainda pior: Os 50 percentis da base foram quase inteiramente excluídos do crescimento económico.

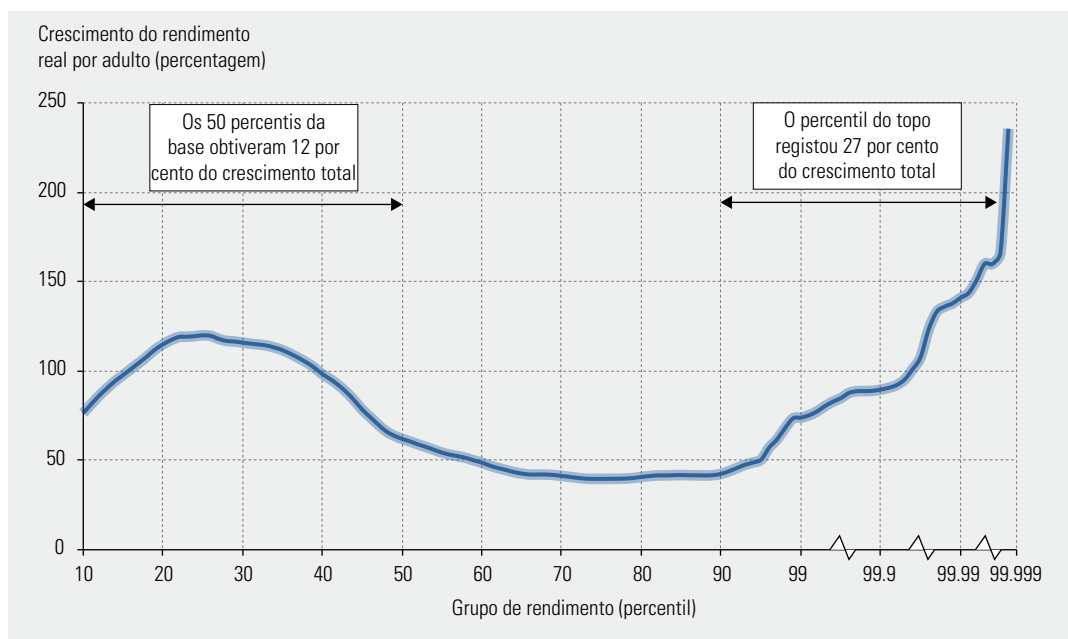
No escalão superior da distribuição do rendimento global, as taxas de crescimento são extremamente elevadas — superiores a 200 por cento. O primeiro percentil do topo global, a elite económica dos países ricos e pobres, obteve enormes ganhos entre 1980–2016. Na China e na Índia, por exemplo, as taxas de crescimento do topo da escala de rendimentos atingiram os três dígitos. Estes resultados, baseados em dados novos e mais exatos (que combinam dados fiscais, de inquéritos e das contas nacionais), amplificam os resultados dos estudos anteriores com recurso a menos fontes de dados.⁴²

O 1% do topo, por si só, recebeu 27 por cento do crescimento do rendimento no período em causa, em comparação com os 12 por cento auferidos pelos 50 percentis da base. Uma imensa parcela do crescimento global beneficiou, deste modo, o topo da distribuição do rendimento global.

Será uma tal concentração do crescimento global nas mãos de uma fração da população necessária para desencadear o crescimento entre os grupos com menores rendimentos? Os estudos de casos de países e regiões oferecem uma fraca sustentação empírica da hipótese do trickle-down (transposição gradual do rendimento, dos mais ricos para os mais pobres) nas últimas décadas.⁴³ O crescimento mais acentuado do rendimento no topo da distribuição não tem correlação com um crescimento mais elevado na base. A comparação entre os Estados Unidos e a Europa é ilustrativa deste facto. Conforme se observou, o crescimento ocorrido no

FIGURA 3.3

A curva em forma de elefante da desigualdade e do crescimento mundiais



Nota: No eixo horizontal, a população mundial divide-se em 100 grupos com uma população equivalente, dispostos por ordem ascendente, da esquerda para a direita, segundo o rendimento de cada grupo. O grupo do percentil do topo divide-se em 10 grupos, o mais rico dos quais é igualmente dividido em 10 grupos com uma população equivalente, sendo o mais rico desse grupo novamente dividido em 10 grupos com uma população equivalente. O eixo vertical exibe o crescimento do rendimento total de um indivíduo médio de cada grupo entre 1980 e 2016. No caso do grupo do percentil p99p99.1 (os 10 por cento mais pobres entre o percentil mais rico do mundo), o crescimento cifrou-se em 74 por cento entre 1980 e 2016. O 1% do topo registou 27 por cento do crescimento total no decurso deste período. As estimativas do rendimento têm em conta as diferenças entre os países no tocante ao custo de vida. Os valores são líquidos de inflação. A composição de cada grupo sofreu alterações entre 1980 e 2016.
 Fonte: Com base em Alvaredo e outros (2018), recorrendo a dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

topo, nos Estados Unidos, foi muito superior ao da Europa, embora os 50 percentis da base pouco tenham beneficiado do crescimento, ao passo que a Europa foi mais bem-sucedida no fomento do crescimento da maioria da sua população, apesar de um crescimento inferior no topo.

Convergência entre países versus divergência no seio de cada país

Para compreender as dinâmicas da desigualdade de rendimento ao nível mundial, no decurso das últimas quatro décadas, é igualmente útil a divisão da desigualdade global em dois componentes.⁴⁴ Um deles é a evolução da desigualdade global entre países, determinada pelo aumento da produtividade nos países emergentes e pela confluência tecnológica com os países da vanguarda. O outro é a desigualdade no interior de cada país. Ambas as forças têm desempenhado um papel ao longo das últimas quatro décadas, apesar do aparente domínio desta última.

A parcela do rendimento global dos 10 percentis superiores aumentou de menos de 50 por cento, em 1980, para 55 por cento, em 2000, tendo diminuído ligeiramente, a partir de meados dos anos 2000, para 52 por cento, em 2016 (figura 3.4). Consideremos

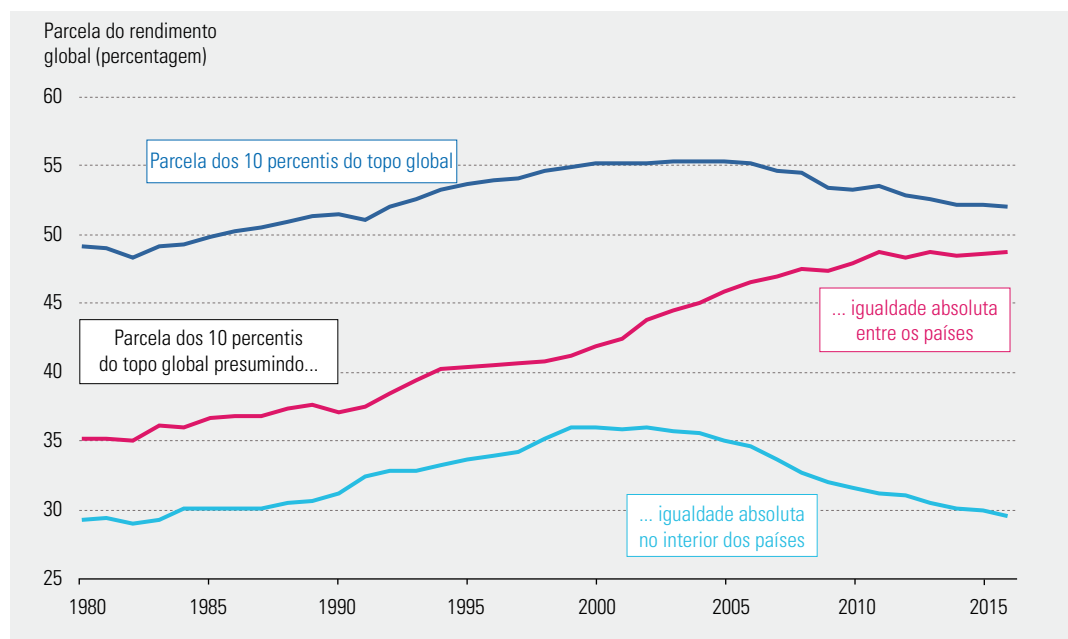
dois cenários contrafactuais. O primeiro consiste num mundo sem diferenças ao nível do rendimento médio entre os países (todos os países convergiram no mesmo rendimento médio), embora com uma desigualdade no seio dos países correspondente aos níveis observados na realidade desde 1980. O segundo equivale a um mundo sem desigualdade no seio dos países (todos os indivíduos no seio de um mesmo país auferem o mesmo rendimento), mas em que os rendimentos médios nacionais diferem exatamente do modo observado na realidade desde 1980.⁴⁵

No primeiro contrafactual, a parcela de rendimentos dos 10 percentis do topo aumenta significativamente no período considerado, devido ao agravamento da desigualdade de rendimento na maior parte dos países. No segundo cenário, a parcela de rendimentos dos 10 percentis superiores aumenta ligeiramente, diminui e, em seguida, regressa, no período recente, ao nível de 1980. Desde meados da década de 2000, a redução da desigualdade entre países tem predominado, mas não o suficiente para que a desigualdade global retorne ao nível do início dos anos 80.

Um outro modo de analisar a importância relativa das desigualdades dentro dos próprios países e entre os mesmos consiste em focar-se no índice de Theil, que oferece uma medida da desigualdade que pode ser

FIGURA 3.4

Em 2010, os 10 percentis com maiores rendimentos receberam 53 por cento do rendimento mundial, mas, se o rendimento médio tivesse sido totalmente igual entre os países, os 10 por cento do topo teriam recebido 48 por cento do rendimento global



Fonte: Com base em Alvaredo e outros (2018), recorrendo a dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

O declínio da desigualdade entre países não foi suficiente para contrabalançar o agravamento da desigualdade intranacional desde 1980 ou 1990

decomposta num componente entre países e noutro no seio de cada um. A soma dos dois componentes representa uma medida geral da desigualdade global. A decomposição confirma e amplia os resultados acima expostos: O declínio da desigualdade entre países não foi suficiente para contrabalançar o agravamento da desigualdade no seio dos países desde 1980 ou 1990. De acordo com o Índice de Theil, a desigualdade global aumentou de 0,92 em 1980 para 1,07 em 2016, atingindo o pico em 2007, antes de uma ligeira diminuição, seguida da estabilização a partir do início da década de 2010.⁴⁶

Ir além dos indicadores sumários de desigualdade

As dinâmicas da desigualdade global de rendimento ao longo das últimas décadas são o resultado das dinâmicas das desigualdades entre países e no seio de cada país. Estas últimas não são adequadamente registadas por um indicador da desigualdade frequentemente utilizado: o coeficiente de Gini. Desde 1980, o coeficiente de Gini relativo ao rendimento global tem-se situado em torno dos 0,65, verificando-se um pico de 0,68 no período de 2005–2006. Este indicador sumário de desigualdade mascara, deste modo, a convergência dos grupos de baixos rendimentos com o

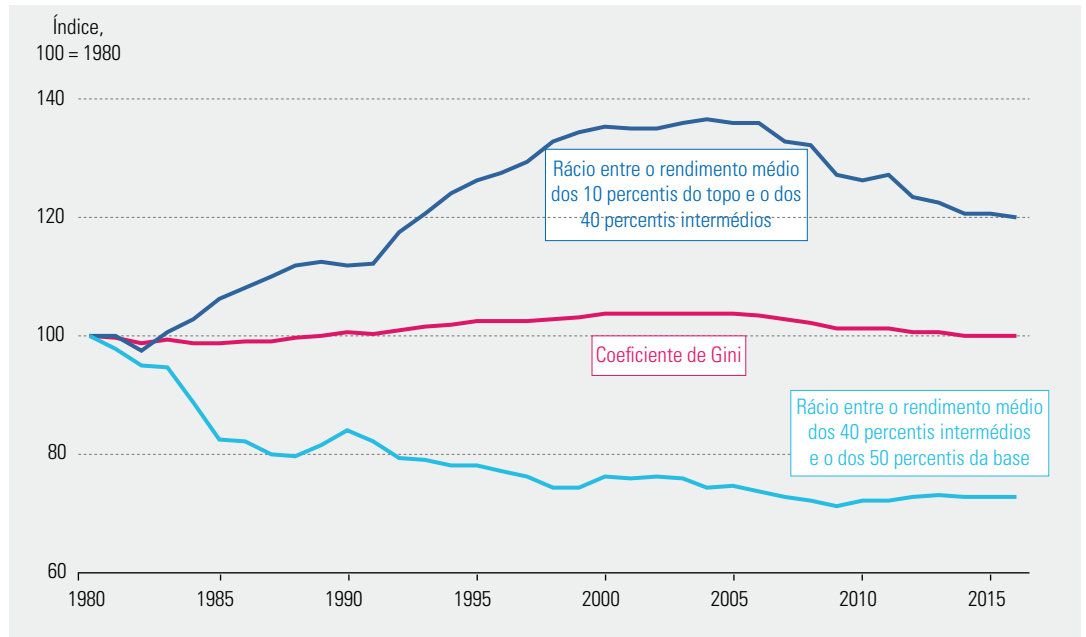
segmento intermédio do rendimento global (redução da desigualdade entre países), bem como o decréscimo relativo do meio, em comparação com o topo (aumento da desigualdade no seio de cada um dos países ricos). Entre 1980 e 2016, as disparidades ao nível do rendimento entre os 10 percentis do topo e os 40 por cento intermédios aumentaram em 20 pontos percentuais (figura 3.5). Contudo, a lacuna entre os 40 percentis intermédios e os 50 por cento da base decresceu em mais de 20 pontos percentuais. Em suma: O coeficiente de Gini oculta uma grande parte da evolução.

A geografia da desigualdade global de rendimento em mudança

A compreensão das dinâmicas da desigualdade global implica, de igual modo, o exame das alterações da distribuição geográfica (caixa 3.4). A composição geográfica de cada percentil da distribuição mundial do rendimento sofreu evoluções. Em 1990, a população asiática encontrava-se, no essencial, ausente dos grupos do topo do rendimento global e maciçamente representada na base da distribuição mundial (figura 3.6), enquanto os norte-americanos e canadianos representavam a maior fatia das pessoas que ocupavam os escalões superiores do rendimento global, estando quase ausentes da extremidade da base da distribuição. A

FIGURA 3.5

O rácio entre o rendimento médio dos 10 por cento do topo e o dos 40 percentis do meio aumentou em 20 pontos percentuais, entre 1980 e 2016, mas o rácio entre o rendimento médio dos 40 por cento do meio e o dos 50 percentis inferiores decresceu em 27 pontos percentuais



Fonte: Com base em Alvaredo e outros (2018), recorrendo a dados da World Inequality Database ([1]<http://wid.world/> [2]).

CAIXA 3.4

Qual é a sua posição na distribuição mundial do rendimento?

Quem faz parte do 1% do topo global? Quanto, de resto, é preciso auferir para pertencer aos 40 percentis intermédios globais? Nem sempre é claro quanto rendimento é necessário para pertencer aos diversos escalões de rendimento discutidos nos debates académicos ou públicos em torno da desigualdade.

O simulador em linha da World Inequality Database permite que qualquer pessoa posicione o seu rendimento em relação ao das outras de todo o mundo. Com 1.000 \$ por mês, por exemplo, um

indivíduo adulto faz parte dos 8 percentis com maiores rendimentos da Costa do Marfim (ver tabela). O mesmo rendimento colocaria um indivíduo nos 33 percentis do topo da China e nos 22 por cento da base dos Estados Unidos. Ao nível mundial, esse indivíduo pertence aos 33 percentis superiores. O patamar de ingresso nos 1 por cento do topo global é de 11.990 \$ por adulto por mês.

Em diferentes escalões de diversos países

Rendimento mensal por adulto (PPC em \$)	Costa do Marfim	China	Estados Unidos	Mundo
\$100	20 percentis da base	7 percentis da base	5 percentis da base	8 percentis da base
\$1.000	8 percentis do topo	33 percentis do topo	22 percentis da base	33 percentis do topo
\$2.000	3 percentis do topo	12 percentis do topo	42 percentis da base	18 percentis do topo
\$5.000	1 por cento do topo	4 percentis do topo	24 percentis do topo	5 percentis do topo
\$12.000	1 por cento do topo	1 por cento do topo	5 percentis do topo	1 por cento do topo

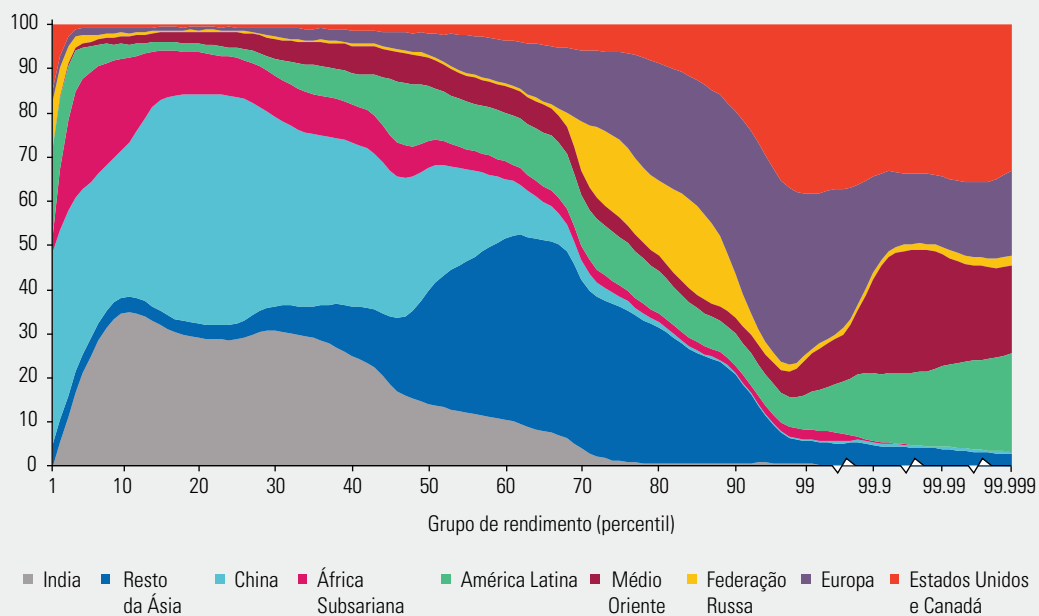
Fonte: Sítio Web da World Inequality Database (<http://wid.world/simulator>)

FIGURA 3.6

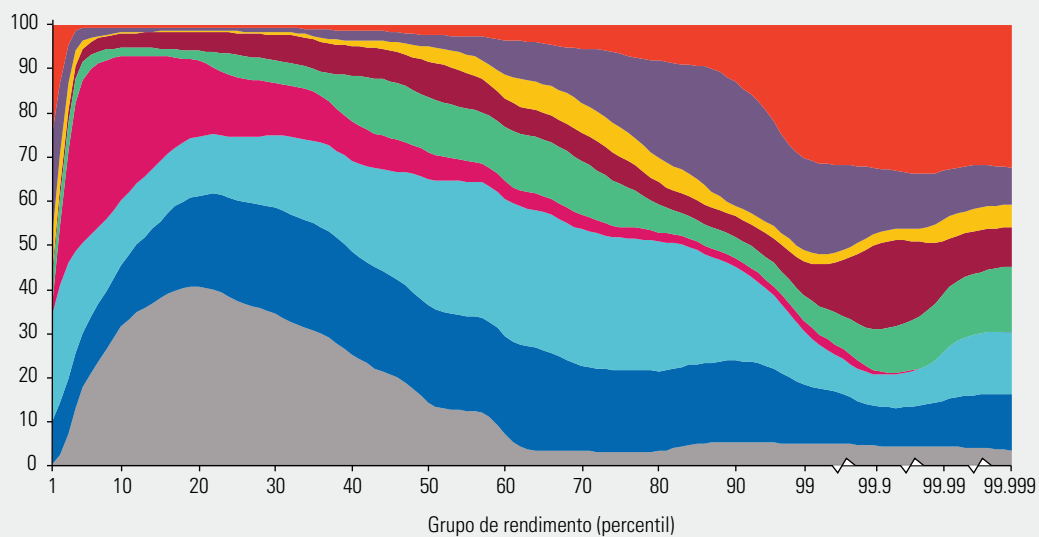
A composição geográfica de cada percentil da distribuição mundial do rendimento evoluiu entre 1990 e 2016

Em **1990**, 33 por cento da população do grupo de rendimento dos 0,001 por cento do topo mundial residia nos Estados Unidos e no Canadá.

Parcela da população no seio de cada grupo global de rendimento (percentagem)



Em **2016**, 5 por cento da população do grupo de rendimento dos 0,001 por cento do topo mundial residia na Federação Russa.



Fonte: Com base em Alvaredo e outros (2018), recorrendo a dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

Europa apresentava uma boa representação na metade superior da distribuição global, embora fosse menos significativa nos grupos de extremidade do topo. As elites médio-oriental e latino-americana estavam desproporcionalmente representadas nos grupos da extremidade do topo mundial, representando, cada uma,

20 por cento dos 0,001 por cento da população com os maiores rendimentos.

Em 2016, esta situação alterara-se consideravelmente. Os chineses estão, atualmente, presentes em toda a distribuição do rendimento. Os indianos permanecem concentrados na base. Os russos encontram-se, igualmente, dispersos, dos grupos de rendimento mais pobres

aos mais ricos, por oposição a 1990. Os africanos, presentes em toda a metade inferior da distribuição, estão, atualmente, ainda mais concentrados no quartil da base, devido à lentidão do crescimento em África, quando comparado com o dos países asiáticos. No topo da distribuição, tanto a parcela da América do Norte quanto a da Europa decresceram (abrindo espaço aos seus congêneres asiáticos), uma diminuição muito superior no caso da Europa. Qual o motivo? A maioria dos grandes países europeus percorreu uma trajetória mais equitativa de crescimento, no decurso das últimas décadas, do que a dos Estados Unidos e dos gigantes asiáticos.

Quão desigual é África?

Os elementos disponíveis ao nível global e relativamente a África revelam que o rendimento médio dos 1 por cento com maiores rendimentos é, tipicamente, 1,5–2 vezes superior ao comunicado nos inquéritos

Com base nos dados dos inquéritos relativos aos países africanos,⁴⁷ a parcela de rendimentos dos 10 percentis do topo situa-se, tipicamente, por volta dos 30–35 por cento (com exceção dos países da África Austral), em comparação com 34 por cento, na Europa, 45–55 por cento, na América do Norte e do Sul, e 40–55 por cento, na Ásia.⁴⁸ A comparação poderia, assim, indiciar uma reduzida desigualdade na maioria dos países africanos.⁴⁹

Existem, no entanto, boas razões para considerar que os dados baseados em inquéritos subestimam, significativamente, a desigualdade em África. Em primeiro lugar, os conceitos utilizados para a medição da desigualdade e do crescimento (ora o consumo, ora o rendimento) são, frequentemente, comparados de forma indiscriminada, apesar de o recurso ao consumo levar, tipicamente, à subestimação da desigualdade em 25–50 por cento, em comparação com o recurso ao rendimento.⁵⁰ Em segundo lugar, os indivíduos que ocupam o topo da distribuição estão insuficientemente representados nos inquéritos, em particular nos países em vias de desenvolvimento.⁵¹ Os elementos disponíveis ao nível global e relativamente a África revelam que o rendimento médio dos 1 por cento com maiores rendimentos é, tipicamente, 1,5–2 vezes superior ao comunicado nos inquéritos.⁵²

Nesse caso, os países africanos caracterizam-se por uma desigualdade reduzida ou acentuada? A questão, embora simples, é de difícil resposta, devido à discrepância entre as fontes de dados. A aplicação, na medida do possível, do método das contas distributivas nacionais a África produz estimativas que se coadunam melhor com as mais recentes em relação aos países desenvolvidos e emergentes. Estas estimativas, porém, ainda estão longe da perfeição e sofrerão grandes melhorias à medida que forem divulgados mais dados administrativos, como nos casos da Costa do Marfim, do Senegal, da África do Sul e da Tunísia.

Algumas das novas estimativas, que combinam dados de inquéritos, fiscais e das contas nacionais, sugerem que a desigualdade permanece muito acentuada na maioria dos países africanos. O rendimento auferido pelos 10 percentis do topo varia entre 37 por cento, na Argélia, e 65 por cento, na África do Sul, ao passo que o recebido pelos 40 por cento da base se cifra, quando muito, em 14 por cento na Argélia e cerca de 4 por cento na África do Sul.

As diferenças regionais em África são consideráveis.⁵³ A África Austral é, claramente, a mais desigual das regiões. A parcela do rendimento nacional correspondente aos 10 percentis superiores é mais elevada na África do Sul (65 por cento em 2014) e na Namíbia (64 por cento em 2015), enquanto os 40 por cento da base receberam 4 por cento do rendimento nacional em ambos os países.

A desigualdade de rendimento é, em média, inferior na África Central, embora muito acentuada. Em 2011, por exemplo, os 10 percentis com maiores rendimentos do Congo receberam 56 por cento, ao passo que os 40 por cento da base auferiram 7 por cento. Os países da África Oriental são um tanto menos desiguais, especialmente na base. No Quênia, em 2015, os 10 percentis do topo receberam 48 por cento do rendimento nacional, enquanto os 40 por cento da base auferiram 9 por cento.

A desigualdade de rendimento tende a decrescer à medida que nos aproximamos do norte e do oeste do continente. Na Serra Leoa, em 2011, aos 10 por cento do topo coube 42 por cento do rendimento nacional, ao passo que os 40 percentis inferiores auferiram 12 por cento, uma parcela de rendimentos semelhante à dos países circundantes. A desigualdade menos acentuada verifica-se no Norte de África: Na Argélia, o menos desigual dos países africanos para os quais estão disponíveis estimativas, os 10 percentis com maiores rendimentos auferiram 37 por cento do rendimento nacional em 2011, enquanto aos 40 por cento da base coube 14 por cento.

Trajetórias heterogêneas: Tendências da desigualdade entre 1995 e 2015

Não existe uma tendência africana única no tocante à desigualdade, nem mesmo tendências regionais nítidas. As distribuições do rendimento evoluíram de variadas formas nos diversos países, o que sublinha o papel das instituições e políticas nacionais na determinação da desigualdade. Dadas as importantes diferenças, ao nível da qualidade dos dados, entre os países africanos, a ausência de uniformização dos instrumentos de recolha de dados e dos conceitos de bem-estar, a par do cariz irregular da disponibilidade de inquéritos, a comparação das tendências relativas à desigualdade é um exercício arriscado, cujos resultados devem ser

interpretados com grande cautela. (Na presente secção, quanto aos países assinalados com um asterisco [*], estão, unicamente, disponíveis dados relativos ao período entre 1995 e 2005; no caso dos países com dois asteriscos [**), apenas estão disponíveis dados posteriores a 2005.) Em média, ao que parece, a desigualdade, medida pela parcela de rendimentos auferida pelos 10 por cento do topo e pelos 40 percentis da base, aumentou na África Austral, mas diminuiu na África Oriental, no final dos anos 90, antes de estabilizar na década de 2000, tendo estagnado na África do Norte, Central e Ocidental, apesar de ligeiras oscilações (figura 3.7).

Na África Austral, o aumento dramático da parcela de rendimentos dos 10 percentis superiores deu-se à custa quer do meio quer da base da distribuição, cujas parcelas de rendimentos decresceram. Com efeito, o desempenho da África Austral entre 1995 e 2015 foi vincadamente negativo (em média, os rendimentos dos 40 por cento da base cresceram menos 70 pontos percentuais do que a média), tratando-se do pior no conjunto das sub-regiões africanas (tabela 3.2). Esta tendência foi, em grande medida, impulsionada pela África do Sul (de longe, o país mais populoso da África Austral), que assistiu a um acentuado agravamento da desigualdade de rendimento (tabela 3.3), apesar do decréscimo das taxas de pobreza.⁵⁴ Com base nestas estimativas, é possível apresentar elementos que atestam a evolução da desigualdade, comparando o crescimento

do rendimento dos 40 por cento da base com o da totalidade da população (caixa 3.5). No caso do Botsuana, do Lesoto, de Essuatíni* e da Namíbia**, a desigualdade diminuiu: Os rendimentos dos 40 percentis inferiores cresceram a ritmos distintos: entre 10 e 88 pontos percentuais acima da média.

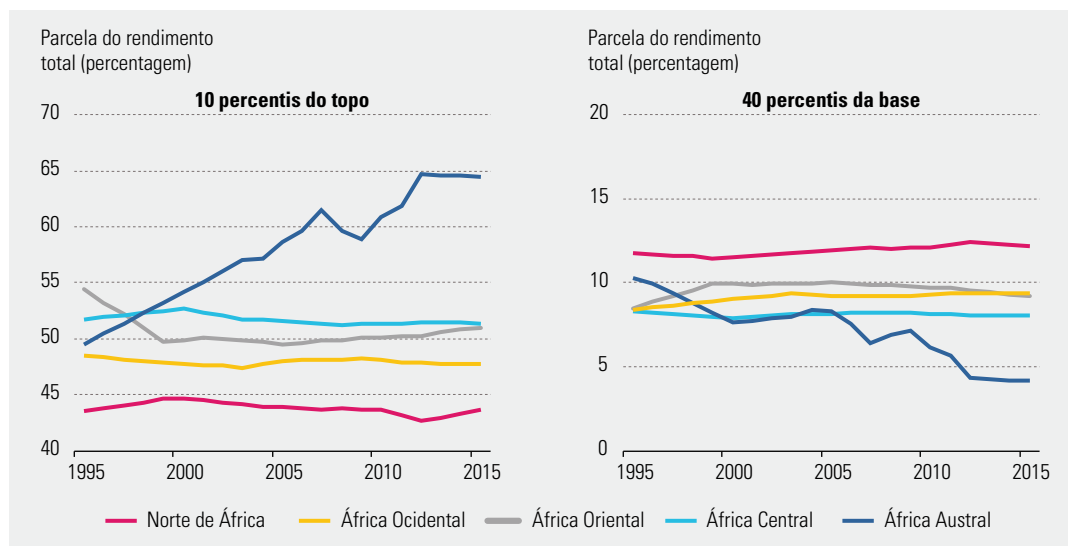
Na África Oriental, a parcela de rendimentos dos 10 por cento do topo decresceu significativamente entre 1995 e 2000 e o crescimento dos rendimentos dos 40 por cento da base superou a média. Desde o início dos anos 2000, porém, a distribuição permaneceu relativamente estável: As parcelas de rendimentos apresentam, unicamente, um ligeiro decréscimo no topo e um aumento pouco acentuado na base (ver figura 3.7).

Esta tendência geral pode explicar-se pelo declínio da desigualdade em dois dos países mais populosos, a Etiópia e o Quénia. O decréscimo generalizado foi drástico na Etiópia, onde os rendimentos dos 40 percentis inferiores cresceram 48 pontos percentuais acima da média. A desigualdade agravou-se na maior parte dos outros países da sub-região. O aumento foi modesto no Madagáscar e mais significativo no Djibouti**, na Tanzânia e no Uganda, países em que os rendimentos dos 40 por cento da base cresceram menos 6–15 pontos percentuais do que a média. Em Moçambique**, os rendimentos dos 40 percentis inferiores cresceram 40 pontos percentuais abaixo da média e, na Zâmbia, aumentaram menos 60 pontos percentuais.

A desigualdade, medida pela parcela de rendimentos auferida pelos 10 por cento do topo e pelos 40 percentis da base, aumentou na África Austral, mas diminuiu na África Oriental, no final dos anos 90, antes de estabilizar na década de 2000, tendo estagnado na África do Norte, Central e Ocidental

FIGURA 3.7

Entre 1995 e 2015, a parcela de rendimentos dos 10 percentis superiores do Norte de África e da África Ocidental permaneceu relativamente estável, ao passo que, na África Austral, a parte dos 40% da base diminuiu



Nota: Os dados são ponderados pela população. As estimativas combinam dados de inquéritos, orgametais e das contas nacionais. Fonte: Chancel e outros (2019), com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

TABELA 3.2

Diferença entre o crescimento do rendimento dos 40 percentis inferiores e o crescimento médio do rendimento nas cinco sub-regiões de África, 1995–2015 (pontos percentuais)

Sub-região	1995–2015	1995–2005	2005–2015
África Oriental	47,2	40,5	-4,9
África Central			11,4
Norte de África	18,3	7,8	8,0
África Austral	-70,3	-19,2	-54,8
África Ocidental	25,0	18,8	0,6

Nota: As estimativas combinam dados de inquéritos, orçamentais e das contas nacionais. As estimativas combinam dados de inquéritos, orçamentais e das contas nacionais, derivando das distribuições pan-regionais; não consistem em médias de indicadores nacionais. As células verdes (vermelhas) indicam os casos em que a taxa de crescimento do rendimento dos 40 percentis da base foi superior (inferior) à média.

Fonte: Chancel e outros (2019), com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

TABELA 3.3

Diferença entre o crescimento do rendimento dos 40 percentis inferiores e o crescimento médio do rendimento numa seleção de países africanos, 1995–2015 (pontos percentuais)

País	1995–2015	1995–2005	2005–2015
Argélia	32,5	19,6	9,6
Angola		-26,1	
Botsuana	56,4	-9,8	71,8
Camarões			-19,3
Costa do Marfim	-21,2	-22,1	8,2
Egito	-7,1	-5,5	-0,6
Etiópia	48,3	75,1	-46,8
Gabão			10,4*
Gana	-24,1	-13,7	-4,5
Quênia	12,6	-8,6	25,7
Madagáscar	-0,0	10,4[1] a[2]	-8,4
Mali		70,6	
Nigéria		19,2	
África do Sul	-74,4	-22,7	-57,8
Zâmbia	-59,6	-24,7	-20,9

Nota: As estimativas combinam dados de inquéritos, orçamentais e das contas nacionais. As células verdes (vermelhas) indicam os casos em que a taxa de crescimento do rendimento dos 40 percentis da base foi superior (inferior) à média.

a. O rendimento médio decresceu.

Fonte: Chancel e outros (2019), com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

No Norte de África, os rendimentos dos 40 por cento da base cresceram 18 pontos percentuais acima da média, entre 1995 e 2015. O decréscimo da desigualdade deu origem a duas tendências opostas. A desigualdade diminuiu significativamente na Argélia, onde os rendimentos dos 40 percentis inferiores cresceram 33 pontos percentuais acima da média, e na

Tunísia, em que os rendimentos dos 40 por cento da base aumentaram mais 54 pontos percentuais do que a média. O declínio da parcela de rendimentos do topo foi impulsionado, em muito maior grau, pela extremidade do topo da distribuição da Tunísia, ao passo que a desigualdade estagnou em Marrocos e aumentou moderadamente no Egito.

Na África Ocidental, os rendimentos dos 40 por cento da base aumentaram 25 pontos percentuais acima da média. Este facto, contudo, oculta uma grande variedade de trajetórias. A desigualdade aumentou na Costa do Marfim, no Gana e na Guiné-Bissau, com um crescimento dos rendimentos dos 40 percentis inferiores 20 pontos percentuais abaixo da média, e ainda mais no Benim**, onde os rendimentos dos 40 por cento da base aumentaram menos 30 pontos percentuais do que a média.

A desigualdade diminuiu noutras zonas da sub-região. No Senegal, a melhoria foi ligeira (os rendimentos dos 40 por cento da base cresceram apenas 2 pontos percentuais acima da média). Na Mauritânia, os rendimentos dos 40 percentis inferiores aumentaram mais 21 pontos percentuais do que a média. Na Nigéria*, os rendimentos dos 40 por cento da base cresceram 19 pontos percentuais acima da média. No Níger, a desigualdade decresceu substancialmente, com um aumento dos rendimentos dos 40 percentis inferiores superior à média em 35 pontos percentuais.

A desigualdade diminuiu na Gâmbia, na Guiné e no Mali*, países em que os rendimentos dos 40 por cento da base cresceram 60–80 pontos percentuais acima da média. Os maiores decréscimos da desigualdade tiveram lugar no Burquina Faso, onde os rendimentos dos 40 percentis da base aumentaram 93 pontos percentuais acima da média, e na Serra Leoa, em que o crescimento foi superior à média em 117 pontos percentuais.

Os dados relativos à África Central são escassos e abrangem um curto horizonte temporal. Nenhum país evidenciou uma forte tendência ao nível da desigualdade, nem ascendente nem descendente, sobretudo no topo. Na maioria dos países, os dados só incluem o período entre 2000 e 2010. Nos Camarões**, no Chade** e no Congo**, a desigualdade agravou-se, tendo os rendimentos dos 40 percentis inferiores crescido 13–19 pontos percentuais abaixo da média. A desigualdade estagnou em São Tomé e Príncipe** e decresceu acentuadamente no Gabão**, país em que o rendimento médio decresceu: os rendimentos dos 40 por cento da base aumentaram cerca de 12 pontos percentuais acima da média. Os dois países com dados relativos a 1995 e 2005 são Angola* e a República Centro-Africana*. Em Angola, a desigualdade acentuou-se em ambos

Aumento do rendimento dos 40 percentis inferiores — superior à média nacional?

Na meta 10.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, lê-se: “Até 2030, alcançar progressivamente e manter de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional.”¹

A inclusão desta meta relativa à desigualdade na lista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não foi simples. Vários países opuseram-se, inicialmente, defendendo que apenas a redução da pobreza importava.² A sua inclusão marca, assim, uma importante transformação no modo como os países encaram o desenvolvimento sustentável.

A que se refere a meta relativa à desigualdade de rendimento? Procura assegurar que as pessoas pertencentes aos escalões de rendimento mais baixos alcancem um crescimento, pelo menos, tão elevado quanto a média. Embora a meta se destine a ser atingida até 2030, um olhar sobre o passado é útil para o exame da prestação dos países quanto aos indicadores relevantes para a meta. Nos Estados Unidos, apesar de um crescimento económico global elevado, os 40 percentis populacionais da base assistiram a uma redução do rendimento bruto por adulto em 2 por cento, de 13.700 \$, em 1980, para 13.400 \$, em 2017.³ Durante o mesmo período, o rendimento médio do país cresceu 66 por cento, de 41.900 \$ para 61.400 \$. Se o rendimento dos 40 por cento da base tivesse crescido ao ritmo da média, equivaleria, atualmente, a 22.600 \$.

A garantia de que os 40 percentis inferiores alcancem um crescimento, pelo menos, tão elevado quanto a média poderá não ser suficiente para conter o agravamento das desigualdades. Tomemos outro exemplo: Ao nível global, no caso dos 40 por cento da base, o rendimento bruto médio anual aumentou 95 por cento (líquido de inflação), de 1.300 €, em 1980, para 2.500 €, em 2017, embora, no geral, tenha crescido 40 por cento, de 11.100 € para 16.600 €. Deste modo, os 40 percentis da base global registaram um crescimento superior, em 45 pontos percentuais, à média global.

No outro extremo da distribuição, o rendimento bruto médio anual dos 0,1 por cento do topo aumentou 117 por cento, de 671.600 € para 1.462.000 €. Apesar do seu reduzido número, os 0,1 por cento obtiveram uma parcela do crescimento total superior à dos 40 percentis populacionais da base — de, aproximadamente, 12 por cento, versus cerca de 8,5 por cento. De facto, é matematicamente impossível que todos os grupos assistam a um crescimento superior à média. Ao nível global, quem ficou a perder foram os 40 percentis intermédios, cujo rendimento médio se elevou em pouco mais de 33 por cento, de 11.900 €, em 1980, para 15.600 €, em 2016. Por conseguinte, a respetiva parcela do rendimento global diminuiu. Este facto demonstra que a garantia de que o rendimento dos 40 por cento da base cresça ao ritmo da média poderá ser insuficiente para fazer face à desigualdade em todos os segmentos da distribuição.

Na China, os rendimentos dos 40 por cento da base cresceram uns impressionantes 263 por cento entre 2000 e 2018, o que contribuiu para a acelerada redução da pobreza extrema

Notas

1. www.un.org/sustainabledevelopment/inequality/. 2. Para uma discussão dos debates em torno da inclusão da meta relativa à desigualdade de rendimento, ver Chancel, Hough e Voituriez (2018). 3. Todos os valores são líquidos de inflação. Uma vez que os dados das contas distributivas nacionais relativos a 2014–2016 ainda não se encontram disponíveis, presumiu-se que, desde 2014, os 40 por cento da base registaram um crescimento, pelo menos, tão elevado quanto a média — uma presunção muito otimista, visto que essa situação só se verificou seis vezes entre 1980 e 2014, duas das quais coincidiram com recessões.

Fonte: World Inequality Lab.

os extremos da distribuição. Na República Centro-Africana, a desigualdade decresceu, a par, contudo, dos rendimentos médios.

A desigualdade nos países BRIC desde a década de 2000

Esta secção apresenta o crescimento do rendimento dos 40 percentis da base e dos 1 por cento do topo, em comparação com o crescimento médio do rendimento, nos quatro países BRIC — Brasil, Federação Russa, Índia e China (tabela 3.4).

Na China, os rendimentos dos 40 por cento da base cresceram uns impressionantes 263 por cento entre 2000 e 2018, o que contribuiu para a acelerada redução da pobreza extrema e para o declínio da taxa global de pobreza extrema. No entanto, esse crescimento foi significativamente inferior à média da China (361 por cento), representando apenas metade da taxa de crescimento do 1% do topo. Esta diferença entre as taxas de crescimento conduziu ao agravamento da desigualdade de rendimento na China. Entre 2007 e 2018, no

entanto, a taxa de crescimento de 135 por cento dos 40 percentis inferiores e a média de 138 por cento da China ficaram muito mais próximas e o aumento da desigualdade estagnou (esta estabilização poderá, em parte, ser um reflexo das limitações dos dados). O período mais recente, na China, é ainda marcado por um crescimento dos salários superior ao da produção, em benefício dos grupos com baixos rendimentos.

Na Índia, o crescimento do rendimento dos 40 por cento da base — em 58 por cento, entre 2000 e 2018 — foi significativamente inferior à média. No outro extremo do espectro, o percentil do topo assistiu a um aumento dos respetivos rendimentos significativamente superior à média, desde 2000 e desde 2007.

No Brasil, os rendimentos dos 40 por cento da base cresceram 14 pontos percentuais acima da média entre 2000 e 2018. Contudo, o percentil do topo registou, igualmente, um aumento superior à média. Visto não ser possível todos os grupos crescerem acima da média, tal significa que os grupos com rendimentos médios (entre os 40 por cento da base e o percentil superior) encolheram, com um crescimento inferior à média.

TABELA 3.4

Desigualdade e crescimento nos países BRIC

País	2000–2018				2007–2018			
	Crescimento médio do rendimento (percentagem)	Crescimento dos 40 percentis da base (percentagem)	Diferença entre o crescimento do rendimento dos 40 percentis inferiores e o crescimento médio do rendimento (pontos percentuais)	Crescimento dos 1 por cento do topo (percentagem)	Crescimento médio do rendimento (percentagem)	Crescimento dos 40 percentis da base (percentagem)	Diferença entre o crescimento do rendimento dos 40 percentis inferiores e o crescimento médio do rendimento (pontos percentuais)	Crescimento dos 1 por cento do topo (percentagem)
Brasil	5	20	14	16	-3	3	6	-2
China	361	263	-97	518	138	135	-3	117
Índia	122	58	-64	213	68	41	-27	78
Federação Russa	72	121	49	68	6	35	29	-20

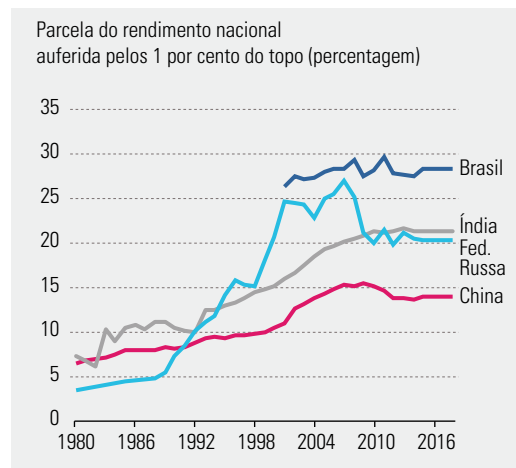
Nota: Distribuição do crescimento do rendimento nacional bruto por adulto. Para obter informações sobre a série ao nível nacional, ver <http://wid.world/methodology>. Presume-se que o crescimento do rendimento entre 2016 e 2018 seja neutro quanto à distribuição (todos os grupos beneficiam do crescimento do rendimento nacional médio). As células verdes (vermelhas) indicam os casos em que a taxa de crescimento do rendimento dos 40 percentis da base foi superior (inferior) à média.
Fonte: Com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

Na Federação Russa, os rendimentos dos 40 percentis da base aumentaram acima da média entre 2000 e 2018, enquanto os rendimentos dos 1 por cento do topo cresceram a um ritmo próximo da média. O percentil superior assistiu, na verdade, à queda dos seus rendimentos entre 2007 e 2018. Entre 1980 e 2018, os 0,01 por cento do topo registaram taxas de crescimento do rendimento de quatro dígitos. A atual desigualdade ao nível do rendimento e da riqueza permanece extrema, de acordo com os padrões globais, e o recente decréscimo do percentil do topo não foi, de todo, suficiente para inverter esta situação.⁵⁵

Uma breve análise das trajetórias do crescimento e da desigualdade nos países BRIC demonstra que a evolução dos indicadores subjacentes à meta 10.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável deve ser interpretada com prudência. A suplementação da meta relativa aos 40 percentis da base com outros indicadores (tais como a taxa de crescimento do rendimento dos 1 por cento do topo) proporciona uma explicação mais completa das dinâmicas de crescimento de um dado país. A avaliação das dinâmicas em vários quadros temporais é igualmente enriquecedora. Um bom desempenho num curto espaço de tempo pode camuflar um enorme aumento da desigualdade ao nível do rendimento e da riqueza a longo prazo. A parcela de rendimentos dos 1% do topo aumentou significativamente na China, na Índia e na Federação Russa desde o início da década de 1980 (figura 3.8). No Brasil, a parcela de rendimentos do percentil superior tem permanecido essencialmente estável desde o início da década de 2000, embora num nível elevado.

FIGURA 3.8

A parcela de rendimentos dos 1% do topo aumentou significativamente na China, na Índia e na Federação Russa desde o início da década de 1980



Nota: Distribuição do crescimento do rendimento nacional bruto por adulto. Para obter informações sobre a série ao nível nacional, ver <http://wid.world/methodology>. Presume-se que o crescimento do rendimento entre 2016 e 2018 seja neutro quanto à distribuição.
Fonte: Com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

Desigualdade e redistribuição na Europa e nos Estados Unidos

A desigualdade de rendimento nos países europeus e nos Estados Unidos ascendeu a graus diversos e a ritmos distintos.⁵⁶ A desigualdade, quer no topo quer na base da distribuição, exhibe uma ampla variação no seio dos países desenvolvidos. Estas dinâmicas heterogêneas estão ligadas a trajetórias institucionais, escolhas políticas e padrões de crescimento inclusivo diferentes.

Ao combinar os inquéritos, os dados fiscais e as contas nacionais, tornou-se possível elaborar estimativas de rastreio das dinâmicas da desigualdade entre indivíduos, da base aos 0,001 por cento do topo, de um modo inteiramente compatível com as contas nacionais.⁵⁷ Qual o desempenho dos países europeus e dos Estados Unidos, no tocante à promoção do crescimento inclusivo, nas últimas décadas?

Desde os primórdios dos anos 80, quase nenhum dos países contemplados na análise assistiu a um crescimento superior à média para as pessoas nos 40% da base do rendimento (tabela 3.5). O aumento ora foi neutro, de um ponto de vista distributivo, ora está associado ao agravamento da desigualdade. Na Noruega, em Espanha, em França e na Croácia, a diferença é quase nula: Os 40 por cento da base viram os seus rendimentos crescer a uma taxa semelhante à do rendimento médio. Na Noruega e em França, porém, o percentil superior do rendimento cresceu acima da média, o que significa que a parcela de rendimentos dos grupos intermédios encolheu. Em todos os demais países, especialmente na Europa Oriental e nos Estados Unidos, os indivíduos mais desfavorecidos ficaram muito aquém das médias nacionais entre 1980 e 2007 e as pessoas mais abastadas beneficiaram de uma parcela desproporcional do crescimento do rendimento,

embora o aumento do rendimento dos 40 percentis inferiores tenha sido superior à média nacional em vários países, a partir de 2007, em particular na Europa Oriental.

A desigualdade de rendimento nos Estados Unidos sofreu um aumento superior ao de qualquer outro país desenvolvido desde 1980

O agravamento das desigualdades nos Estados Unidos, desde os anos 80, foi impelido por um rápido crescimento dos rendimentos do topo, aliado a um escasso ou nulo aumento do rendimento bruto dos indivíduos mais pobres. A atual desigualdade ao nível do rendimento nos Estados Unidos apresenta uma enorme diferença face aos níveis observados no final da Segunda Guerra Mundial. Na verdade, é possível dividir as alterações da desigualdade, desde 1945, em duas fases (figura 3.9). Entre 1946 e 1980, a desigualdade diminuiu. Durante este período, os rendimentos médios dos 50 percentis da base mais do que duplicaram. Pelo contrário, o período de 1980–2014 coincidiu com um crescimento menor e muito mais enviesado, com a estagnação, no essencial, do rendimento médio da metade inferior (que aumentou menos de 2 por cento, enquanto o dos 40 percentis da base decresceu 5

Os países europeus assistiram, igualmente, ao aumento da concentração do rendimento no topo. Os rendimentos dos 0,1 por cento do topo mais do que duplicaram no período em questão e os rendimentos dos 0,001 por cento do topo quase triplicaram

TABELA 3.5

Crescimento do rendimento líquido médio e dos 40 por cento da base na Europa e nos Estados Unidos, 1980–2017 e 2007–2017

País	1980–2017				2007–2017			
	Crescimento médio do rendimento (percentagem)	Crescimento do rendimento dos 40 percentis da base (percentagem)	Diferença entre o crescimento do rendimento dos 40 percentis inferiores e o crescimento médio do rendimento (pontos percentuais)	Crescimento do rendimento dos 1 por cento do topo (percentagem)	Crescimento médio do rendimento (percentagem)	Crescimento do rendimento dos 40 percentis da base (percentagem)	Diferença entre o crescimento do rendimento dos 40 percentis inferiores e o crescimento médio do rendimento (pontos percentuais)	Crescimento do rendimento dos 1 por cento do topo (percentagem)
Europa Oriental								
Albânia					17,8	20,0	2,2	5,4
Bósnia-Herzegovina	318,7	229,8	-89,0	475,5	16,7	15,4	-1,3	16,8
Bulgária	102,2	39,6	-62,6	583,3	36,6	30,1	-6,6	51,9
Croácia	3,8	2,2	-1,6	77,5	0,8	5,0	4,2	-2,2
Chéquia	37,3	17,6	-19,7	382,5	10,3	9,5	-0,9	21,0
Estónia	88,1	44,4	-43,6	202,7	7,4	8,3	0,9	-18,8
Hungria	47,1	2,3	-44,8	426,0	11,8	6,4	-5,3	2,9
Letónia	48,0	10,4	-37,7	212,2	12,5	15,2	2,8	19,8
Lituânia	66,9	15,1	-51,8	318,4	20,8	12,1	-8,7	31,5
Moldávia (República da)					36,5	54,6	18,1	23,7
Montenegro	-20,1	-33,4	-13,4	16,7	16,2	17,2	1,0	22,3
Macedónia do Norte	-0,2	-19,3	-19,1	16,0	22,3	39,1	16,8	10,5

(continuação)

TABELA 3.5 (CONTINUAÇÃO)

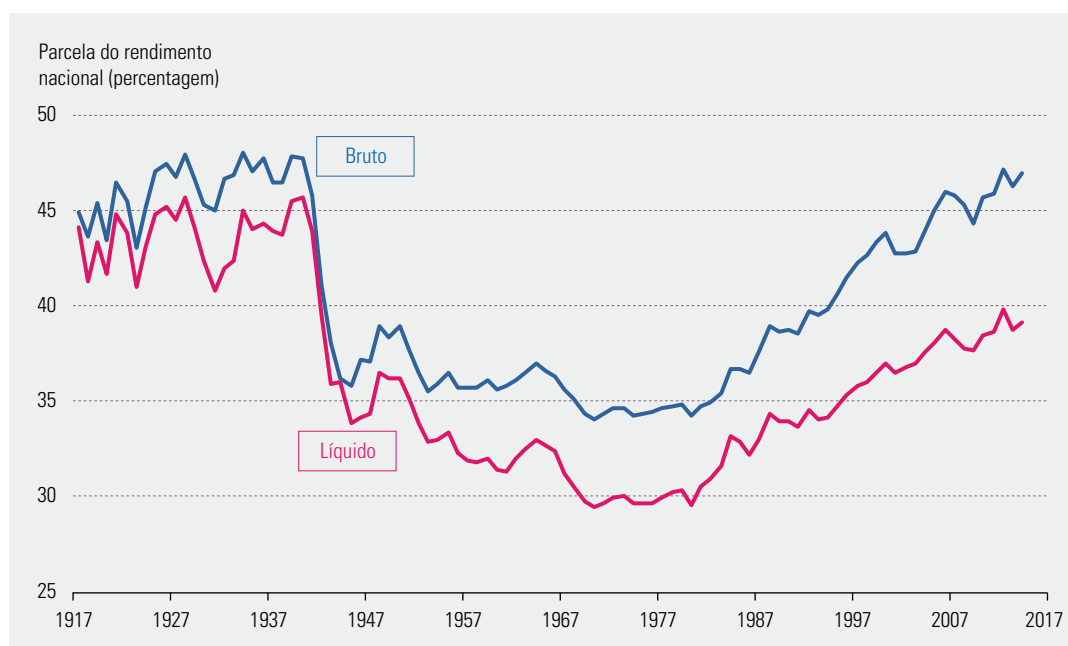
Crescimento do rendimento líquido médio e dos 40 por cento da base na Europa e nos Estados Unidos, 1980–2017 e 2007–2017

País	1980–2017				2007–2017			
	Crescimento médio do rendimento (percentagem)	Crescimento do rendimento dos 40 percentis da base (percentagem)	Diferença entre o crescimento do rendimento dos 40 percentis inferiores e o crescimento médio do rendimento (pontos percentuais)	Crescimento do rendimento dos 1 por cento do topo (percentagem)	Crescimento médio do rendimento (percentagem)	Crescimento do rendimento dos 40 percentis da base (percentagem)	Diferença entre o crescimento do rendimento dos 40 percentis inferiores e o crescimento médio do rendimento (pontos percentuais)	Crescimento do rendimento dos 1 por cento do topo (percentagem)
Polónia	94,8	33,6	-61,2	551,2	30,8	28,0	-2,8	18,0
Roménia	69,9	21,0	-48,9	242,0	30,6	43,0	12,4	-3,2
Sérvia	-8,1	-27,1	-19,0	44,4	10,5	9,0	-1,5	40,6
Eslováquia	69,1	57,7	-11,4	198,0	19,1	19,7	0,6	7,3
Eslovénia	12,4	-7,3	-19,7	127,7	-1,1	-5,6	-4,5	35,3
Europa Meridional								
Chipre					-15,5	-19,1	-3,6	-6,8
Grécia					-31,3	-43,8	-12,5	5,9
Itália	16,5	-3,5	-20,0	69,5	-10,6	-16,3	-5,7	-16,6
Malta					28,8	13,4	-15,3	183,2
Portugal	60,1	34,1	-26,0	54,4	-0,3	4,3	4,6	-14,7
Espanha	61,1	68,5	7,4	60,0	3,1	1,1	-2,0	31,0
Europa Ocidental								
Áustria	53,2	45,6	-7,7	118,2	-0,1	-2,2	-2,1	20,8
Bélgica	51,3	43,1	-8,2	79,1	1,6	-0,6	-2,2	-2,5
França	42,3	42,9	0,6	71,0	0,6	1,0	0,5	-5,5
Alemanha	40,9	21,2	-19,7	97,9	9,8	3,7	-6,0	10,7
Irlanda	182,0	141,3	-40,7	323,3	2,9	0,6	-2,2	4,3
Luxemburgo	93,4	63,4	-30,0	163,5	-32,6	-35,9	-3,3	-33,0
Países Baixos	36,1	26,8	-9,3	90,6	-0,6	-4,2	-3,7	-17,6
Suíça	26,2	21,0	-5,2	58,4	0,7	4,7	4,0	1,8
Reino Unido	77,9	75,7	-2,2	136,8	1,3	10,7	9,4	-23,0
Norte da Europa								
Dinamarca	64,7	43,1	-21,6	263,2	2,4	-8,6	-11,0	60,3
Finlândia	68,0	58,7	-9,4	179,7	-6,7	-9,5	-2,8	-7,7
Islândia					6,9	15,4	8,6	-41,4
Noruega	84,9	91,9	7,1	158,4	-2,1	-0,2	1,9	-9,6
Suécia	95,5	70,2	-25,2	172,6	10,5	4,8	-5,7	-0,9
Estados Unidos	63,2	10,8	-52,4	203,4	3,1	-0,1	-3,2	7,6

Nota: As células verdes indicam os países que atingiram a meta 10.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no período em consideração e as células vermelhas indicam os países que não a alcançaram.
Fonte: Blanchet, Chancel e Gethin (2019), com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world/>).

FIGURA 3.9

A parcela de rendimentos brutos dos 10 percentis superiores dos Estados Unidos aumentou de cerca de 35 por cento, em 1980, para quase 47 por cento, em 2014



Fonte: Piketty, Saez e Zucman 2018.

O agravamento das desigualdades nos Estados Unidos coincide com um decréscimo gradual da progressividade do sistema fiscal norte-americano ao longo das últimas décadas

por cento), tendo o rendimento dos 1 por cento do topo mais do que triplicado. Do mesmo modo, a parcela do rendimento nacional bruto auferida pelos 10 por cento do topo aumentou de 34 por cento para mais de 45 por cento e a do percentil superior cresceu de 10 para 20 por cento.

A inclusão dos efeitos redistributivos dos impostos e das transferências não altera as dinâmicas. Entre 1980 e 2014, a parcela do rendimento nacional líquido auferida pelos 10 por cento do topo aumentou de 30 para cerca de 40 por cento. No decurso do mesmo período, o rendimento líquido dos 50 percentis da base aumentou uns escassos 20 por cento, o que se deveu integralmente aos programas de saúde Medicare e Medicaid. O incremento dos rendimentos da metade inferior da distribuição é imputável, na íntegra, a transferências em espécie, no domínio da saúde, e a despesas coletivas.

O agravamento das desigualdades nos Estados Unidos coincide com um decréscimo gradual da progressividade do sistema fiscal norte-americano ao longo das últimas décadas, uma tendência manifesta em muitos outros países (ver capítulo 7). A proporção do rendimento nacional representada pela totalidade dos impostos do país, incluindo os federais, estaduais e locais, aumentou de 8 por cento, em 1913, para 30 por cento, no final da década de 1960, tendo, desde então, permanecido ao mesmo nível. As taxas efetivas de imposto pagas pelos indivíduos (total de impostos pagos em percentagem do rendimento total) sofreram uma compressão. Nos anos 50, o percentil com maiores rendimentos

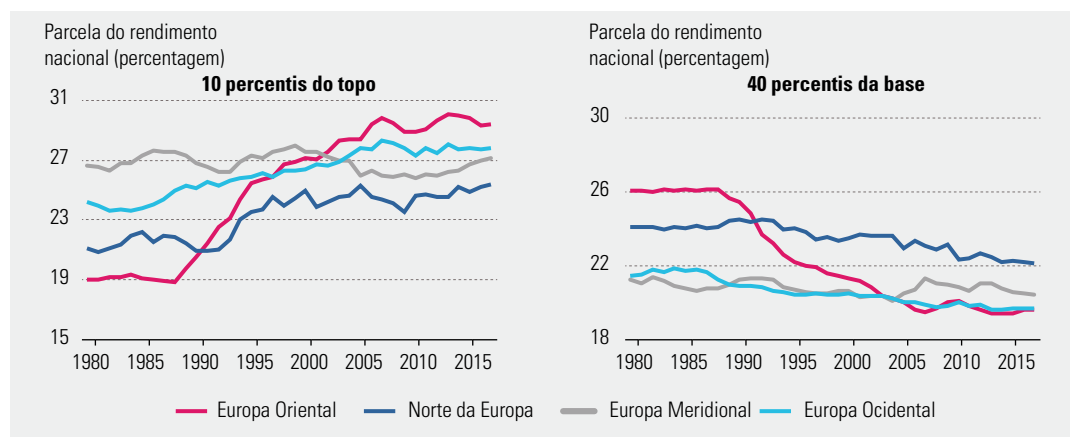
pagava 40–45 por cento do respetivo rendimento bruto em impostos, ao passo que os 50 por cento da base despendiam 15–20 por cento. Hoje em dia, a discrepância é muito menor. As pessoas com rendimentos superiores pagam cerca de 30–35 por cento, enquanto a metade mais desfavorecida contribui, aproximadamente, com 25 por cento.

A desigualdade agravou-se na maioria dos países europeus

Embora as desigualdades na Europa permaneçam menos acentuadas do que nos Estados Unidos, os países europeus assistiram, igualmente, ao aumento da concentração do rendimento no topo. Em 1980, as disparidades ao nível do rendimento na Europa Ocidental eram, em regra geral, superiores às da Escandinávia e da Europa Oriental (figura 3.10). A discrepância acentuou-se entre 1980 e 1990, à medida que a desigualdade de rendimento se agravava na Alemanha, em Portugal e no Reino Unido. Entre 1990–2000, pelo contrário, a desigualdade de rendimento no topo sofreu um aumento acelerado na Finlândia, na Noruega e na Suécia, bem como nos países do Leste europeu. Consequentemente, a desigualdade de rendimento é, atualmente, mais elevada em quase todos os países europeus do que no início da década de 1980. Em 2017, os 10 percentis com maiores rendimentos auferiram

FIGURA 3.10

Entre 1980 e 2017, a parcela do rendimento nacional líquido auferida pelos 10 por cento do topo aumentou de 21 para 25 por cento no Norte da Europa, enquanto a parcela recebida pelos 40 percentis inferiores desceu de 24 por cento para 22 por cento



Fonte: Blanchet, Chancel e Gethin (2019), com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

O agravamento das desigualdades nos Estados Unidos, desde os anos 80, foi impelido por um rápido crescimento dos rendimentos do topo, aliado a um escasso ou nulo aumento do rendimento bruto dos indivíduos mais pobres

mais de 30 por cento do rendimento nacional, na maior parte dos países da Europa Ocidental, e 25–35 por cento, nos países da Europa Oriental.⁵⁸

A parcela de rendimentos dos 10 por cento do topo, na Europa Meridional, era ligeiramente superior à das outras regiões nos anos 80, mas sofreu um aumento menor (ver figura 3.10). As disparidades em termos de rendimento ampliaram-se, por exemplo, na Itália e em Portugal, mas permaneceram estáveis em Espanha e oscilaram na Grécia. Na Europa do Norte e Ocidental, em contrapartida, a desigualdade de rendimento registou um aumento mais linear. A Europa Oriental é a área em que a desigualdade de rendimento mais se agravou, devido ao crescimento verificado no topo da distribuição, nos anos 90 e no início da década de 2000.⁵⁹ Nos dias de hoje, a desigualdade ao nível do rendimento líquido no Norte da Europa permanece, em média, ligeiramente inferior à de outras regiões do continente.

As pessoas com maiores rendimentos foram, assim, as principais beneficiárias do crescimento do rendimento na Europa desde a década de 1980. Acresce que, entre 1980 e 2017, a taxa de pessoas em risco de pobreza ora estabilizou ora aumentou na maior parte dos países.⁶⁰

A desigualdade aumentou no conjunto da Europa

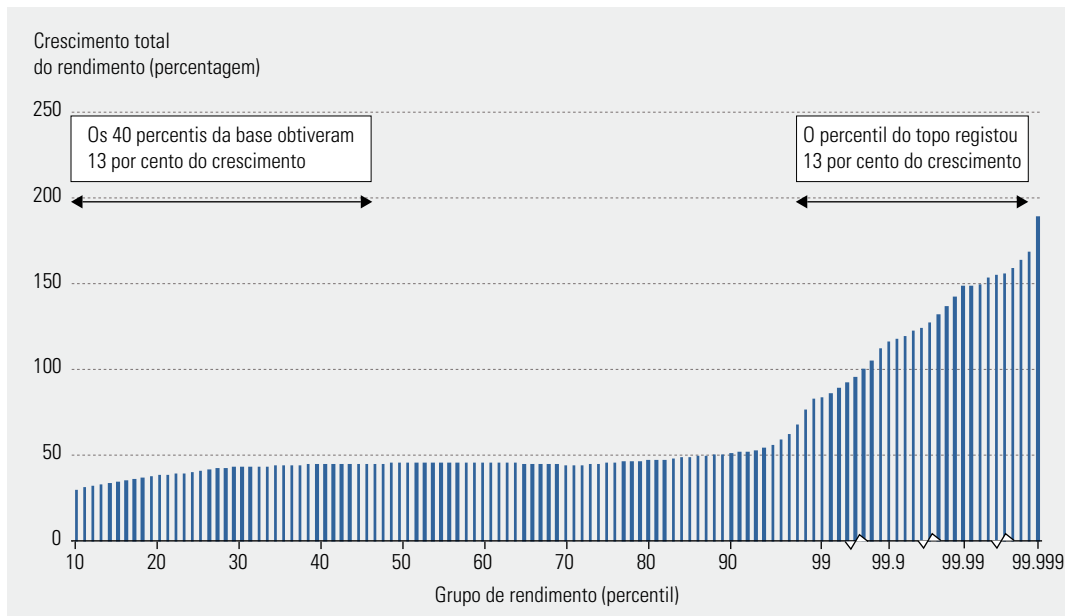
Considerando os países europeus na sua globalidade, os 10 percentis com maiores rendimentos brutos da Europa auferiram 29 por cento do rendimento regional total em 1980, enquanto os 50 por cento da base

receberam 24 por cento. Em 2017, a parcela de rendimentos dos 10 por cento do topo havia aumentado para 34 por cento, ao passo que a metade mais desfavorecida da população recebera apenas um quinto. Nos últimos 37 anos, os rendimentos dos 40 percentis europeus mais pobres cresceram 30–40 por cento (figura 3.11). A classe média europeia beneficiou somente um pouco mais do crescimento do que os grupos mais pobres, visto que os rendimentos das pessoas entre os percentis 40 e 90 aumentaram 40–50 por cento. Quanto aos segmentos mais afortunados da sociedade, contudo, as taxas de crescimento total são vincadamente superiores. Os rendimentos dos 0,1 por cento do topo mais do que duplicaram no período em questão e os rendimentos dos 0,001 por cento do topo quase triplicaram.

Enquanto a desigualdade de rendimento aumentou significativamente na Europa, a pobreza, essencialmente, estagnou. Cerca de 20 por cento dos europeus viviam com menos de 60 por cento do rendimento mediano europeu em 1980, em comparação com 22 por cento em 2017. Em anos mais recentes, a convergência moderada entre os países, devido ao crescimento mais acelerado da Europa Oriental, levou a uma ligeira redução da percentagem de pessoas em risco de pobreza no conjunto da Europa, embora esta tendência tenha sido compensada, na íntegra, pelo aumento das percentagens noutros países europeus, sobretudo na Europa Meridional. A convergência seria insuficiente para solucionar a questão da percentagem de pessoas em risco de pobreza na Europa: Caso todos os países convergissem plenamente no mesmo rendimento nacional médio, a percentagem ao nível europeu permaneceria elevada, na ordem dos 17 por cento.

FIGURA 3.11

Entre 1980 e 2017, os rendimentos líquidos aumentaram quase 40 por cento, no caso dos 80% mais pobres da população europeia, em comparação com mais de 180 por cento no caso dos 0,001% do topo



Nota: Após o 90.º percentil, a escala do eixo horizontal altera-se. A composição das faixas de rendimento mudou entre 1980 e 2017, pelo que as estimativas não representam as alterações do rendimento dos mesmos indivíduos ao longo do tempo.

Fonte: Blanchet, Chancel e Gethin (2019), com base em dados da World Inequality Database (<http://WID.world>).

A existência de elevados rácios riqueza-rendimento significa que a desigualdade em termos de riqueza irá desempenhar um papel crescente na estrutura global da desigualdade económica

A comparação entre os EUA e a Europa sugere políticas de pré-distribuição e redistribuição destinadas a combater as desigualdades

Desde 1980, os Estados Unidos e a Europa percorreram trajetórias divergentes no que à desigualdade diz respeito. Em 2017, a parcela do rendimento nacional auferida pelos 1 por cento do topo nos Estados Unidos era superior, em mais do dobro, à recebida pelos 40 por cento mais pobres. Na Europa, pelo contrário, a parcela correspondente aos 40 percentis da base excedia a auferida pelos 1 por cento do topo (figura 3.12). Este nem sempre foi o caso: Em 1980, a quota-parte dos 40 percentis inferiores das duas regiões era idêntica, situando-se em torno dos 13 por cento (figura 3.13).

A divergência das trajetórias não é atribuível nem ao comércio nem à tecnologia, fatores frequentemente evocados para explicar a evolução da desigualdade nos países desenvolvidos, uma vez que todos os países em análise apresentam uma exposição semelhante a ambos. A diferença das dinâmicas de desigualdade parece, ao invés, decorrer, em maior grau, das escolhas políticas e das configurações institucionais.

As conclusões que aqui apresentamos possibilitam uma melhor compreensão dos fatores determinantes das diferenças entre a Europa e os Estados Unidos. Estas diferenças devem-se, principalmente, à exacerbação da

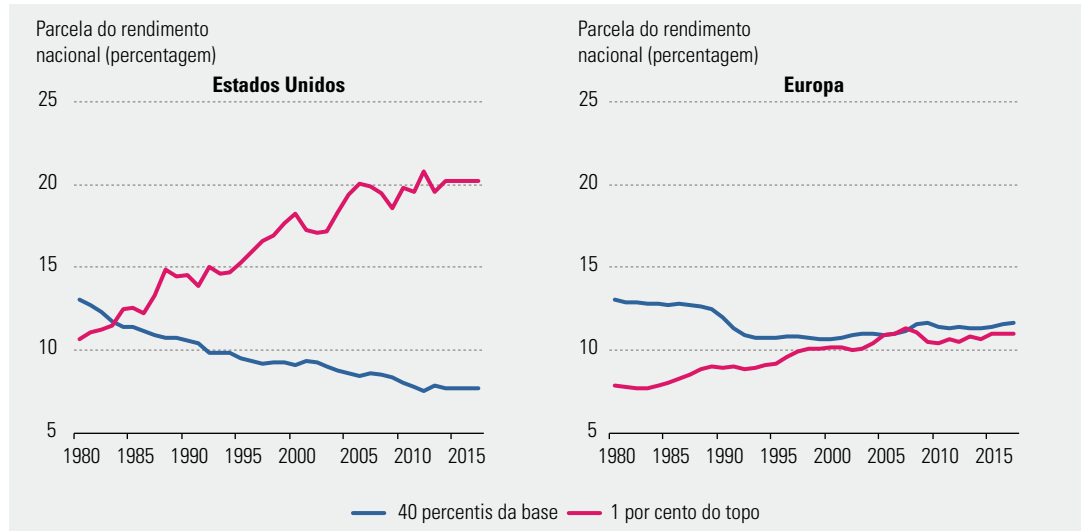
desigualdade ao nível do rendimento bruto (medido antes das transferências e dos impostos diretos, ver caixa 3.3), muito mais pronunciada nos Estados Unidos. Em 1980, nos Estados Unidos, o rendimento médio dos 10 percentis do topo era 10 vezes superior ao dos 40 por cento da base. Em 2017, este múltiplo disparou para mais de 26. Na Europa, o mesmo indicador aumentou de 10 para 12 durante o mesmo período.

Quanto à desigualdade em termos de rendimento líquido, o rácio elevou-se de 7 para 14 nos Estados Unidos, entre 1980 e 2017, e de 8 para 9, na Europa (figura 3.14). Assim, os sistemas nacionais de tributação (incluindo os impostos sobre o rendimento e a riqueza) e os sistemas de transferências sociais (como as prestações por invalidez ou o apoio à habitação) não possibilitaram, por conseguinte, a moderação do agravamento das desigualdades, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa.

O funcionamento conjunto de todos os mecanismos com efeitos sobre os rendimentos brutos permitiu que a Europa contivesse o aumento do rácio entre os 10 por cento do topo e os 40 percentis da base. As despesas de cariz social — que incluem, sobretudo, a despesa pública com a educação, a saúde e as pensões de reforma — desempenham um papel importante. Os sistemas de educação e de saúde de qualidade e acessíveis são particularmente fundamentais para a garantia do acesso

FIGURA 3.12

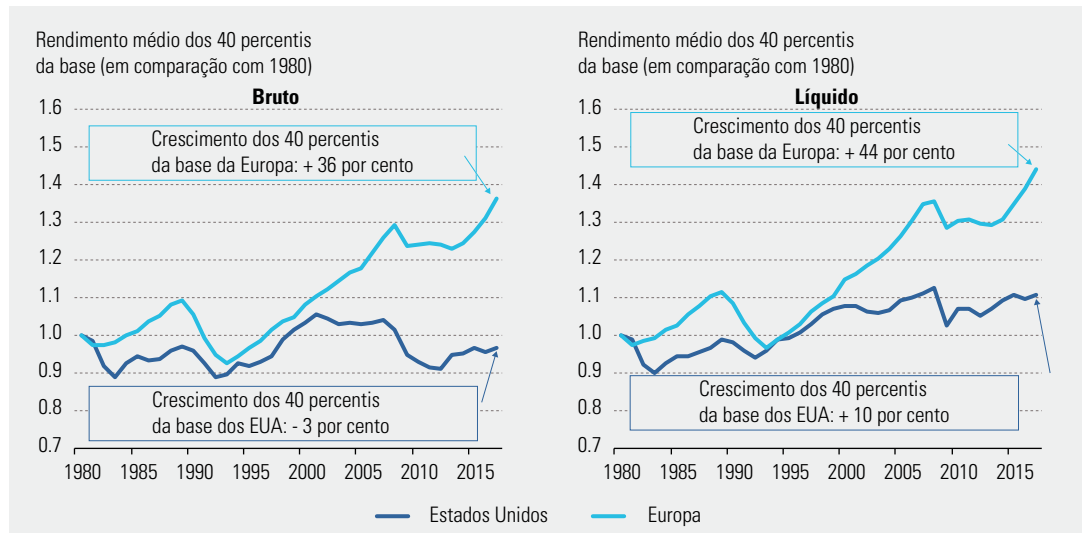
Entre 1980 e 2017, a parcela de rendimentos brutos auferida pelos 40 percentis inferiores dos Estados Unidos diminuiu de cerca de 13 por cento para 8 por cento, enquanto a parte recebida pelos 1% do topo aumentou de cerca de 11 por cento para 20 por cento



Fonte: Blanchet, Chancel e Gethin (2019), com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

FIGURA 3.13

Entre 1980 e 2017, o rendimento bruto médio auferido pelos 40 por cento da base cresceu 36 por cento na Europa, ao passo que, nos Estados Unidos, diminuiu 3 por cento



Fonte: Blanchet, Chancel e Gethin (2019), com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

dos indivíduos com origens humildes a oportunidades económicas.

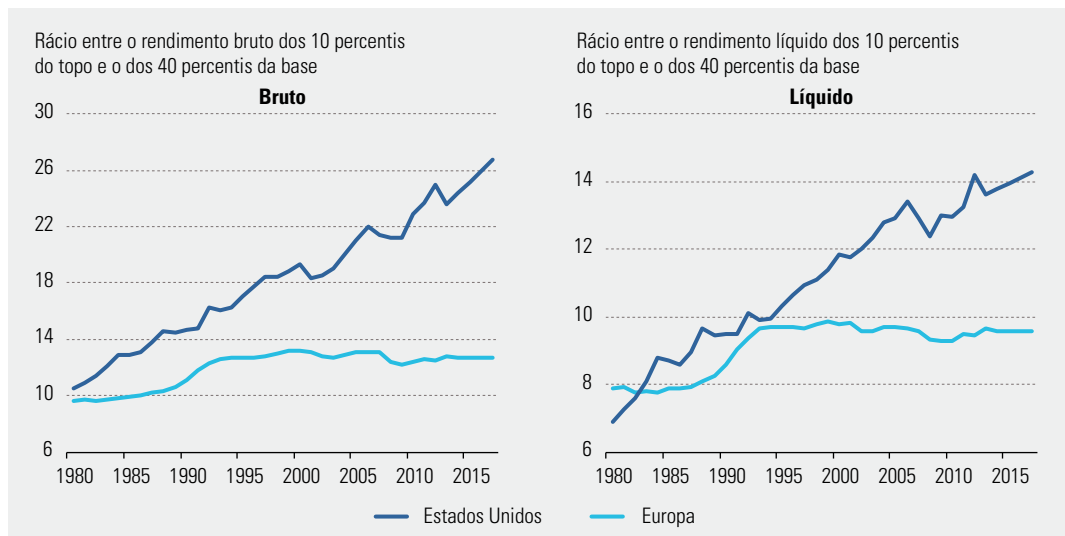
O nível de despesa social da Europa permanece acentuadamente superior ao dos Estados Unidos e do resto do mundo. Ascende a 25–28 por cento do PIB na maior parte dos países da Europa continental, em comparação com 19 por cento nos Estados Unidos.⁶¹ Além

disso, o acesso à saúde e à educação na Europa é, geralmente, mais igualitário do que nos Estados Unidos, em particular através da formação em cuidados de saúde e vocacional gratuita ou a baixo custo, que contribui para uma distribuição menos desigual do rendimento bruto.

Outras dinâmicas importantes contribuem para a explicação do crescimento mais marcado do rendimento na base da

FIGURA 3.14

O rendimento bruto médio dos 10 percentis superiores dos Estados Unidos era cerca de 11 vezes superior ao dos 40 por cento da base, em 1980, e 27 vezes superior, em 2017, enquanto, na Europa, o rácio aumentou de 10 para 12 vezes



Fonte: Blanchet, Chancel e Gethin (2019), com base em dados da World Inequality Database (<http://WID.world>).

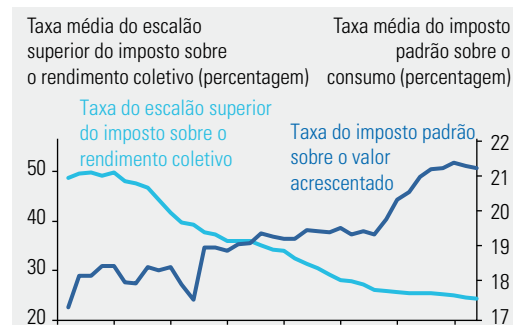
A globalização da gestão da riqueza, desde a década de 1980, coloca novos desafios, sendo uma quantidade crescente da riqueza mundial mantida em centros financeiros offshore

distribuição da Europa. Por exemplo, entre 1980 e 2017, nos Estados Unidos, o salário mínimo decresceu de 42 por cento do rendimento médio para 24 por cento. Em muitos países europeus, a deslocação deu-se no sentido oposto, ora mediante a manutenção do salário mínimo num nível elevado (como em França, onde representa cerca de 50 por cento do salário médio) ora através da sua introdução (como no Reino Unido, nos anos 90, e, mais recentemente, na Alemanha).⁶²

Verificou-se, em todo o caso, uma redução da progressividade fiscal na Europa, nas últimas décadas, tendo a taxa do escalão superior do imposto sobre o rendimento coletivo diminuído de quase 50 por cento, no início da década de 1980, para 25 por cento, na atualidade — o que se insere numa tendência global comum aos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento (ver capítulo 7). Também a taxa marginal do escalão superior do imposto sobre o rendimento singular decresceu, na maioria dos países europeus. Além disso, o imposto sobre o valor acrescentado, que atinge desproporcionalmente as pessoas com baixos rendimentos, aumentou, em média, mais de 3 pontos percentuais desde o início dos anos 80. Embora a Europa, no seu todo, tenha conseguido um agravamento mais moderado da desigualdade do que os Estados Unidos, estes desenvolvimentos poderão vir a limitar a capacidade dos governos de assegurar que os vencedores do crescimento europeu contribuam para o financiamento dos serviços públicos, que tão fundamentais têm sido para conservar os rendimentos do meio e da base da distribuição (figura 3.15).

FIGURA 3.15

Entre 1981 e 2017, a taxa média do escalão superior do imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, na União Europeia, decresceu de cerca de 50 por cento para 25 por cento, enquanto a taxa média do imposto sobre o valor acrescentado aumentou de cerca de 18 por cento para mais de 21 por cento



Fonte: Eurostat (taxa-padrão de IVA) e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (taxa do escalão superior do imposto sobre o rendimento coletivo).

Desigualdade na riqueza mundial: O capital está de volta

Para proceder ao devido rastreio das dinâmicas da desigualdade económica, não basta o mero foco no rendimento.⁶³ É igualmente necessário rastrear as dinâmicas da concentração da riqueza. Embora os dados relativos à riqueza permaneçam especialmente escassos (mais ainda do que os relativos ao rendimento), a investigação recente levou à descoberta de algumas conclusões quanto à evolução e composição da riqueza nacional dos

O funcionamento conjunto de todos os mecanismos com efeitos sobre os rendimentos brutos permitiu que a Europa contivesse o aumento do rácio entre os 10 por cento do topo e os 40 percentis da base

países. A análise da composição da riqueza nacional de uma economia, ativos que ora são propriedade privada ora pública, constitui um prelúdio à compreensão das dinâmicas da desigualdade de riqueza entre indivíduos.

O renovado esforço que se tem envidado no estudo da desigualdade ao nível da riqueza é crucial, uma vez que a mesma está associada ao agravamento da desigualdade de rendimento observado no topo da distribuição a partir de 1980, visto que os rendimentos de capital tendem a concentrar-se na posse das pessoas mais abastadas. A preponderância da riqueza na determinação da distribuição do rendimento está ligada à sua importância relativa em muitas economias, tendo a riqueza nacional, em termos agregados, crescido significativamente mais do que o rendimento em muitos países.⁶⁴

Uma vez que a maior parte dos países não tributam diretamente a riqueza, a elaboração de estimativas fiáveis da desigualdade ao nível da riqueza exige a combinação de diferentes fontes de dados, tais como as classificações de multimilionários e os dados relativos aos impostos sobre o rendimento e sucessórios.⁶⁵ A globalização da gestão da riqueza, desde a década de 1980, coloca novos desafios, sendo uma quantidade crescente da riqueza mundial mantida em centros financeiros offshore. Com efeito, os ativos offshore são desproporcionalmente detidos pelos mais abastados, pelo que a consideração destes ativos offshore tem vastas implicações para a medição da riqueza na extremidade do topo da distribuição.⁶⁶ De um modo mais geral, a medição da desigualdade de rendimento e de riqueza segundo uma perspetiva global e não meramente ao nível nacional tem vindo a tornar-se crucial.

A compreensão da evolução do nível e da estrutura do capital nacional (ou riqueza nacional)⁶⁷ e da respetiva relação com o rendimento nacional é fundamental para a abordagem de diversas questões de política económica e pública. A riqueza é um conceito “normalizado”: Trata-se da soma de todos os ativos acumulados no passado (em particular, habitação, negócios e ativos financeiros), deduzida da dívida. A riqueza privada apresenta, em todos os casos, uma maior concentração do que o rendimento, enquanto a riqueza pública, propriedade de um governo, afeta, em grande medida, a sua capacidade de implementar políticas redistributivas. É por este motivo que o exame da evolução dos rácios entre a riqueza e o rendimento nacionais e da repartição da riqueza entre os setores privado e público pode auxiliar a compreensão da evolução da desigualdade económica. Convém não esquecer, no entanto, que as definições de propriedade pública e privada variam entre países.⁶⁸

Existe, a nível global, uma escassez de dados macroeconómicos fiáveis acerca da riqueza. Na Alemanha, a publicação de balanços nacionais oficiais com informações

relativas ao volume total de riqueza e à sua evolução apenas teve início em 2010. Em muitos países emergentes e em vias de desenvolvimento, não existe qualquer informação macroeconómica quanto à riqueza. A ausência de dados relativos à riqueza constitui, por si só, um problema, visto que a existência de informações exatas acerca das dinâmicas da riqueza pode revelar-se vital para a prevenção de crises financeiras ou para a afinação precisa das políticas fiscais. A escassez de dados torna, ainda, impossível o devido rastreio das dinâmicas da riqueza ao nível micro — entre indivíduos. A discussão macroeconómica da riqueza cinge-se, deste modo, às economias desenvolvidas e a algumas economias emergentes com dados relativos à riqueza.

Os rácios entre a riqueza privada e o rendimento nacional sofreram um aumento acentuado em todos os países desde 1970, com variações regionais consideráveis

As trajetórias nacionais da Europa Ocidental foram, grosso modo, idênticas: A riqueza privada líquida elevou-se de 250–400 por cento do rendimento nacional, em 1970, para 450–750 por cento, em 2016 (figura 3.16). Os maiores aumentos registaram-se na Itália e no Reino Unido, países em que os rácios mais do que duplicaram. O rácio entre a riqueza e o rendimento privados sofreu, igualmente, um grande aumento no Canadá (de 250 por cento para mais de 550 por cento) e um acréscimo menor (embora substancial) na Austrália. Aumentou em metade nos Estados Unidos (de menos de 350 por cento para cerca de 500 por cento) e quase duplicou no Japão (de 300 por cento para quase 600 por cento).

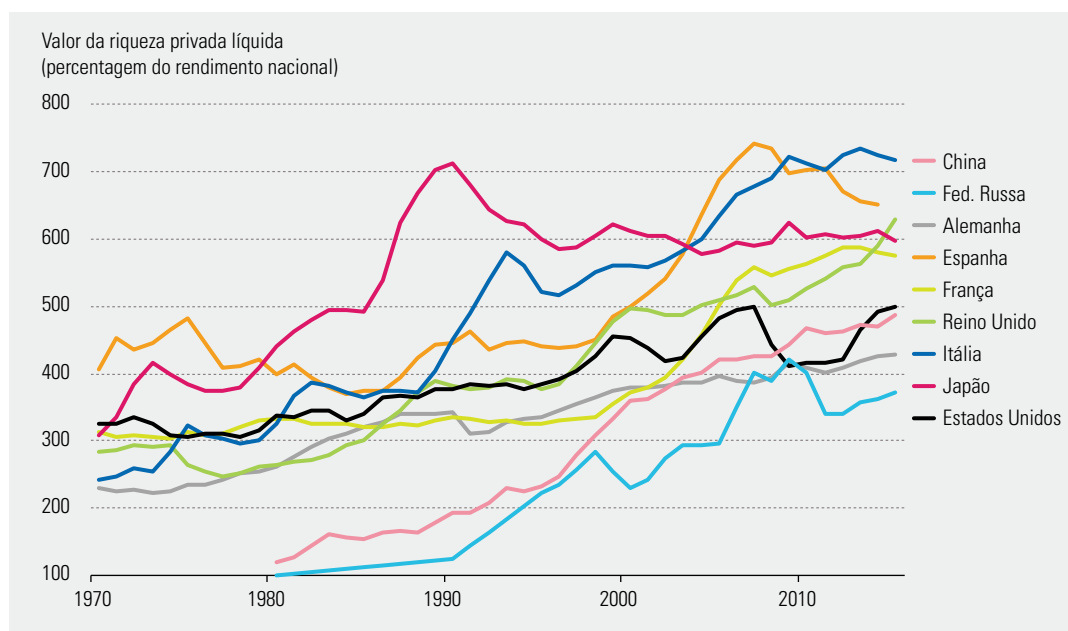
A China e a Federação Russa apresentam os maiores incrementos. Na China, a riqueza privada cresceu de 110 por cento do rendimento nacional, em 1978 (aquando do início da política de abertura), para 490 por cento do rendimento nacional, em 2015. Na Federação Russa, o rácio triplicou entre 1990 e 2015 (de 120 para 370 por cento).

Note-se que a crise financeira de 2008 não modificou, significativamente, esta tendência: Apesar da ligeira queda na sequência do colapso dos mercados, os rácios riqueza-rendimento recuperaram, a ritmos diferentes e em diversas medidas.

Contudo, os rácios entre a riqueza pública e o rendimento nacional sofreram um declínio acentuado e constante, em quase toda a parte. A riqueza pública atingiu níveis negativos no Reino Unido e nos Estados Unidos e representa, atualmente, apenas 10–20 por cento do rendimento nacional em França, na Alemanha e no Japão. Na China, pelo contrário, o valor da riqueza pública permaneceu bastante estável em relação ao rendimento nacional (250 por cento em

FIGURA 3.16

A riqueza privada líquida dos países da Europa Ocidental elevou-se de 250–400 por cento do rendimento nacional, em 1970, para 450–750 por cento, em 2016



Fonte: Alvaredo e outros (2018), com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

Os rácios entre a riqueza pública e o rendimento nacional sofreram um declínio acentuado e constante, em quase toda a parte

1978 e 230 por cento em 2015) e, na Federação Russa, sofreu um decréscimo dramático, passando de uma percentagem do rendimento nacional superior a 230, em 1990, para cerca de 90 por cento, em 2015.

Estas duas tendências alteraram radicalmente a estrutura da riqueza nacional na maioria dos países. No final dos anos 70, o valor da riqueza pública equivalia a cerca de 50–100 por cento do rendimento nacional nos países desenvolvidos; atualmente, é negativo no Reino Unido e nos Estados Unidos e só marginalmente positivo em França, na Alemanha e no Japão. Este predomínio da riqueza privada no conjunto da riqueza nacional representa uma mudança acentuada em relação à década de 1970 (figura 3.17).

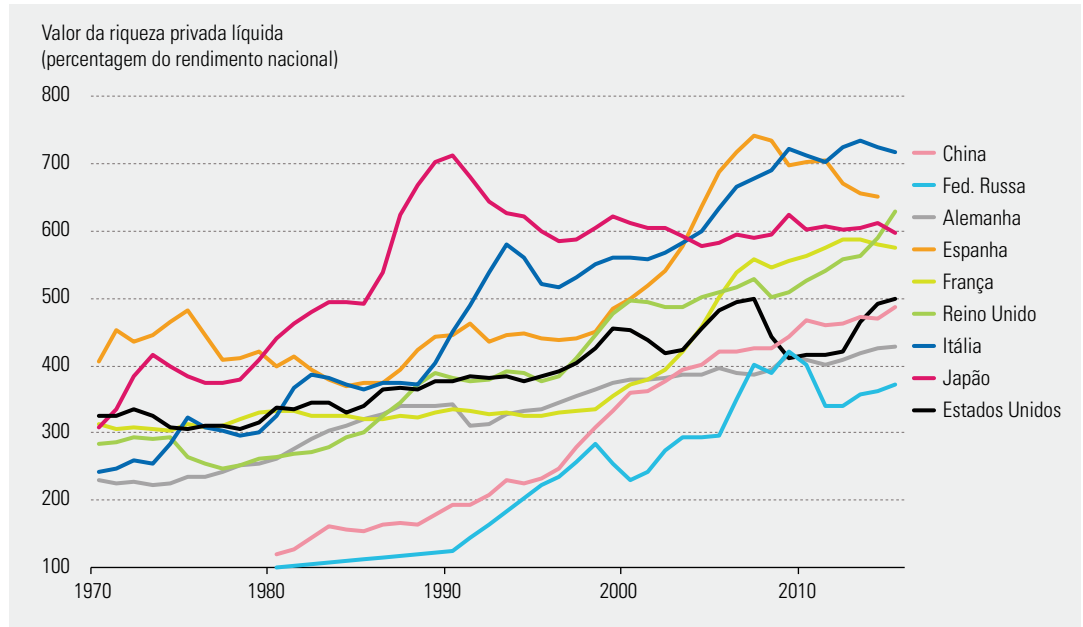
De acordo com os padrões históricos, uma riqueza pública nula ou negativa constitui uma exceção. Os governos tendem a adotar diferentes estratégias para a recuperação de níveis positivos de riqueza pública, tais como a inflação, a anulação de dívida ou impostos progressivos sobre a riqueza — como sucedeu, após a Segunda Guerra Mundial, na Europa (França e Alemanha). De modo a compreender as implicações de uma conjuntura de riqueza pública líquida nula ou negativa, atentemos no seguinte: Um governo com uma riqueza pública negativa disposto a pagar as suas dívidas teria de alienar todos os seus ativos financeiros (tais como ações) e não financeiros (tais como estradas),

mas, ainda assim, permaneceria endividado. Os contribuintes vir-se-iam, assim, forçados a continuar a pagar impostos para reembolsar os credores da dívida e os cidadãos teriam, ainda, de pagar uma renda aos novos proprietários do stock de capital anteriormente público (estradas, sistemas energéticos ou hídricos ou infraestruturas de saúde ou educação). É possível argumentar que uma tal situação deixa o governo com uma reduzida margem para o investimento no futuro (por exemplo, na educação ou na proteção ambiental) e, consequentemente, para o combate à desigualdade presente e futura em termos de rendimento e de riqueza.

Estas tendências são explicadas por uma combinação de fatores. A redução da parcela de riqueza pública justifica, em parte, o acréscimo da riqueza privada. De igual modo, a diminuição da riqueza pública líquida deve-se, em larga medida, ao aumento da dívida pública. A razão entre os ativos públicos e o rendimento nacional tem permanecido bastante estável devido à privatização de uma porção significativa dos ativos públicos (sobretudo ações em empresas públicas ou semipúblicas) e ao aumento do valor de mercado dos restantes ativos. Porém, o declínio, a longo prazo, da parcela de riqueza pública na riqueza total, de modo algum inevitável, é o resultado de opções de política pública (privatização de ativos públicos, expansão da dívida pública ou manutenção de défices orçamentais).

FIGURA 3.17

Os países estão a enriquecer, mas os governos estão a ficar mais pobres



Fonte: Alvaredo e outros (2018), com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

Verificou-se, em todo o caso, uma redução da progressividade fiscal na Europa, nas últimas décadas, tendo a taxa do escalão superior do imposto sobre o rendimento coletivo diminuído de quase 50 por cento, no início da década de 1980, para 25 por cento, na atualidade

Em termos gerais, a evolução dos rácios entre a riqueza nacional (pública e privada) e o rendimento nacional é determinada pela interação entre as poupanças nacionais, o crescimento económico (fator quantitativo) e os preços relativos dos ativos (fator preço). Quanto mais elevada for a taxa de poupança, maior será a acumulação de ativos. Por outro lado, quando mais elevada for a taxa de crescimento económico, menor será a acumulação de ativos em relação ao rendimento nacional. Os preços relativos dos ativos dependem de fatores institucionais e políticos (como o controlo das rendas) e dos padrões das estratégias de poupança e investimento. Nos países desenvolvidos, os efeitos quantitativos contribuíram em cerca de 60 por cento para o acúmulo de riqueza entre 1970 e 2010 e os efeitos de preço, em cerca de 40 por cento, com variações entre os países.

As diferenças no tocante às estratégias de privatização e aos fatores preço e volume explicam, igualmente, a ampla divergência dos padrões de acumulação de riqueza nacional da Federação Russa e da China. De facto, a riqueza nacional da Rússia registou um fraco aumento, de 400 por cento do rendimento nacional, em 1990, para 450 por cento, em 2015, ao passo que a da China duplicou, de 350 por cento do rendimento nacional, em 1978, para 700 por cento, em 2015.

A Federação Russa optou pela transferência de riqueza do setor público para o privado com a máxima celeridade possível. Assim, o crescimento da riqueza privada foi o único fator responsável pelo rápido aumento da riqueza nacional, em detrimento da riqueza pública. Pelo contrário,

a privatização de ativos públicos na China foi muito mais gradual, permitindo que a riqueza pública permanecesse constante à medida que a riqueza privada aumentava. Acresce que as taxas de poupança foram vincadamente superiores na China. Além disso, as poupanças chinesas financiaram, essencialmente, o investimento de capital nacional (levando a uma maior acumulação do mesmo), enquanto cerca de metade das poupanças russas financiaram investimentos externos. Os preços relativos dos ativos registaram, igualmente, um aumento mais acentuado na China.

A longo prazo, os baixos rácios de meados do século XX podem ter-se devido a circunstâncias muito especiais, cuja recorrência será, porventura, improvável.⁶⁹ Assim sendo, as taxas de poupança e de crescimento, principais fatores determinantes destes rácios a longo prazo, revestirão uma grande importância no futuro próximo. De resto, dados os seus atuais valores, as razões entre a riqueza nacional e o rendimento nacional poderão estar a regressar aos níveis da “Era Dourada” do século XIX. A existência de elevados rácios riqueza-rendimento significa que a desigualdade em termos de riqueza irá desempenhar um papel crescente na estrutura global da desigualdade económica. Uma vez que a riqueza tende a estar muito concentrada, esta situação levanta novas questões acerca da tributação e da regulamentação do capital. Estas questões surgem num contexto em que a capacidade dos governos de regular e redistribuir o rendimento pode ser restringida pelo decréscimo da riqueza pública.

Desigualdade global ao nível da riqueza entre indivíduos

As dinâmicas da desigualdade de riqueza entre indivíduos estão associadas à evolução da desigualdade de rendimento e da desigualdade entre o capital público e o privado. A longo prazo, a desigualdade ao nível da riqueza entre indivíduos depende, de igual modo, da desigualdade das taxas de poupança entre as faixas de rendimento e de riqueza, da desigualdade dos rendimentos do trabalho e das taxas de retorno sobre a riqueza — bem como da progressividade dos impostos sobre o rendimento e a riqueza.

De que modo estes fatores afetaram o processo de concentração da riqueza no passado e o que nos dizem quanto às eventuais futuras dinâmicas? A investigação recente revelou que alterações relativamente pequenas dos comportamentos de poupança, dos retornos sobre a riqueza ou da progressividade dos impostos podem ter um impacto considerável sobre a desigualdade de riqueza.⁷⁰ Esta instabilidade reforça a necessidade da melhoria da qualidade dos dados, com vista ao devido estudo e à compreensão das dinâmicas do rendimento e da riqueza.

Dada a escassa disponibilidade de dados relativos à desigualdade de riqueza entre indivíduos, as estimativas da distribuição global da riqueza provêm de apenas um punhado de países: França, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos e, em menor grau, a China. Estão, ainda, disponíveis estimativas menos precisas quanto à Federação Russa e aos países do Médio Oriente.

A concentração da riqueza é substancialmente superior à do rendimento: Em 2017, os 10 percentis do topo global (os 10 por cento mais ricos dos Estados Unidos, da Europa e da China) possuíam mais de 70 por cento da riqueza total e o percentil superior detinha 33 por cento, enquanto aos 50 percentis da base cabia menos de 2 por cento.⁷¹ Estas estimativas pecam por defeito, dado que a desigualdade seria, provavelmente, mais acentuada caso a África, a América Latina e o resto da Ásia tivessem sido incluídos.

A desigualdade ao nível da riqueza tem aumentado desde 1980, indiferente à crise de 2008. A evolução da distribuição global da riqueza é condicionada pela disparidade, quanto à riqueza média, entre os países e no seu interior. Desde 1980, o aumento da riqueza privada média tem sido mais acelerado em economias emergentes de grande dimensão, como a China,⁷² do que nos países desenvolvidos, devido à maior velocidade do crescimento económico e às transferências em massa de riqueza do setor público para o privado. Esta conjuntura levou a um acentuado aumento da riqueza dos 75 percentis da base da distribuição global.

Este acréscimo foi mais do que compensado, no topo, pelo agravamento generalizado da desigualdade de riqueza no seio dos países, pelo que a riqueza aumentou a um ritmo muito superior no topo da distribuição global: Ao passo que o crescimento médio da riqueza se cifrou em 2,8 por cento ao ano por adulto, entre 1987–2017, atingiu 3,5 por cento, no caso do percentil superior, 4,5 por cento, no dos 0,1 por cento do topo, e 5,7 por cento quanto aos 0,01 por cento mais abastados.

Os fatores que influenciam a desigualdade ao nível da riqueza (desigualdade de rendimento, desigualdade das taxas de poupança e taxas de retorno sobre os ativos) são afetados pelas políticas públicas. Por exemplo, a tributação progressiva influencia a desigualdade ao nível do rendimento e da poupança, enquanto a regulamentação e a inovação financeiras podem ter um impacto sobre as taxas de retorno dos ativos. Também a privatização pode desempenhar um papel, quando beneficia, maioritariamente, um segmento específico da distribuição, como no caso de muitos países, desde os anos 80, e, em particular, dos países emergentes. O agravamento da desigualdade de riqueza no seio dos países nada tem, portanto, de inevitável.

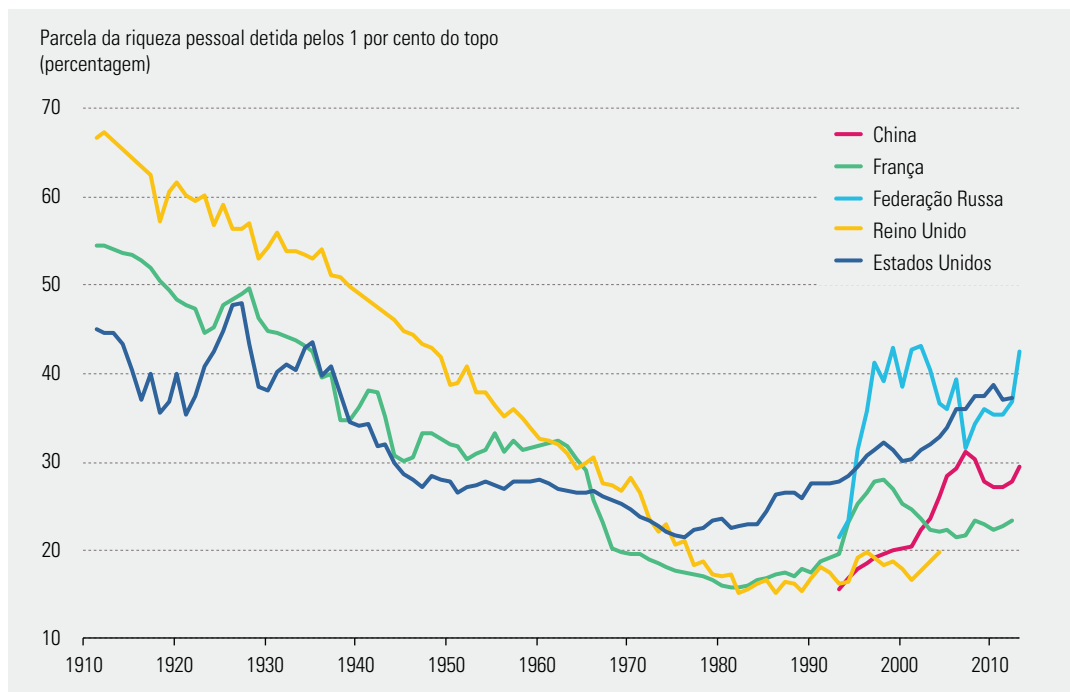
Na Federação Russa e na China, a concentração da riqueza aumentou desde a década de 1990. A quota-parte dos 1 por cento do topo duplicou (de 22 por cento, em 1995, para 43 por cento, em 2015, na Federação Russa, e de 15 para 30 por cento, na China, embora com alguma volatilidade; figura 3.18). As divergências entre os dois países decorrem das diferenças entre as respetivas estratégias de privatização: O ritmo acelerado da privatização de ativos públicos na Federação Russa favoreceu ainda mais as pessoas mais abastadas do que na China. Na Federação Russa, a habitação surtiu um ligeiro efeito moderador sobre o agravamento da desigualdade. Na China, o património habitacional foi privatizado através de um processo extremamente desigual, enquanto a abordagem da Federação Russa foi mais gradual e equitativa.

Os Estados Unidos assistiram a um agravamento menos abrupto, embora não menos significativo, da desigualdade de riqueza a partir de meados dos anos 80, após um declínio considerável nas décadas de 1930 e 1940, então devido, especialmente, às políticas do New Deal (ver figura 3.18). A parcela de riqueza detida pelo 1% do topo aumentou de um nível historicamente baixo de 22 por cento, em 1978, para quase 39 por cento, na década de 2010. O principal catalisador deste acréscimo foi a subida repentina dos rendimentos da extremidade do topo, possibilitada pela desregulação financeira e pela diminuição das taxas de imposto dos escalões superiores. A desigualdade ao nível das taxas de poupança e das taxas de retorno sobre os ativos ampliou o fenómeno, gerando uma “bola de neve”.

A concentração da riqueza é substancialmente superior à do rendimento: Em 2017, os 10 percentis do topo global (os 10 por cento mais ricos dos Estados Unidos, da Europa e da China) possuíam mais de 70 por cento da riqueza total e o percentil superior detinha 33 por cento, enquanto aos 50 percentis da base cabia menos de 2 por cento

FIGURA 3.18

Tendências da desigualdade ao nível da riqueza



Fonte: Alvaredo e outros (2018), com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

A desigualdade ao nível da riqueza tem aumentado desde 1980, indiferente à crise de 2008

Entretanto, o rendimento do meio e da base da distribuição estagnou e o endividamento das famílias (hipotecas, empréstimos estudantis e dívida de cartões de crédito, entre outros) registou um aumento acentuado. Este facto conduziu a uma diminuição substancial da parcela de riqueza dos 40 percentis intermédios — de um nível historicamente elevado de 37 por cento, em 1986, para 28 por cento, em 2014.

Em França e no Reino Unido, a desigualdade de riqueza também se agravou, após um declínio histórico, embora a um ritmo muito mais lento do que nos Estados Unidos. A parcela dos 1 por cento do topo aumentou de 16 por cento, em ambos os países, em 1985, para 20 por cento, no Reino Unido, em 2012, e 23 por cento, em França, em 2015. Este fenómeno deveu-se a maiores disparidades ao nível do rendimento, ampliadas pela diminuição da progressividade fiscal, pela privatização de setores anteriormente geridos pelo Estado e, mais importante, pela crescente desigualdade das taxas de retorno sobre os ativos, uma vez que os retornos sobre os ativos financeiros, desproporcionalmente detidos pelas pessoas abastadas, aumentaram.

Pequenas alterações dos diferenciais das taxas de poupança entre faixas de riqueza, bem como dos padrões de tributação progressiva, podem ter um enorme impacto sobre a desigualdade de riqueza, embora possa demorar várias décadas até que o mesmo se faça sentir. Este facto

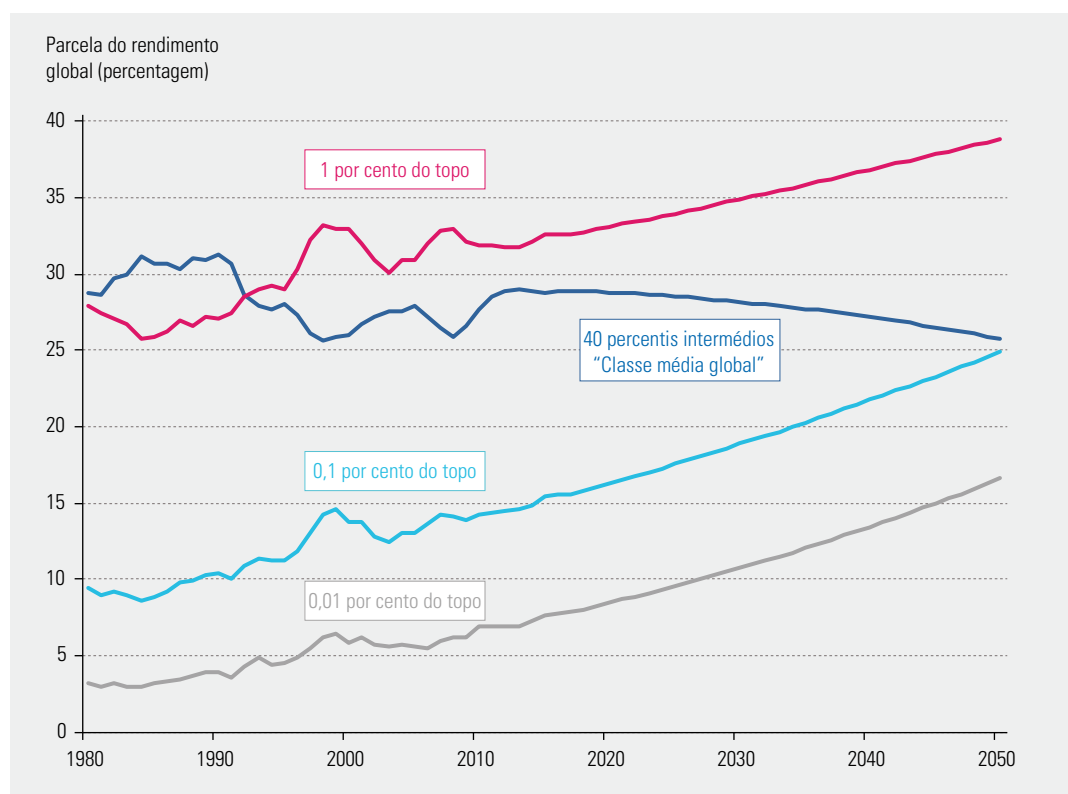
coloca diversas questões quanto ao futuro da desigualdade de riqueza: Caso as atuais tendências relativas à desigualdade ao nível da poupança, do rendimento e das taxas de retorno persistam, a desigualdade de riqueza no seio de cada país poderá, nas décadas vindouras, regressar aos níveis da “Era Dourada” do século XIX. À escala global, se as atuais tendências persistirem, até 2050, os 0,1% do topo mundial poderão vir a deter uma parte da riqueza mundial equivalente à dos 40 percentis médios da população mundial (figura 3.19).

Posfácio: A transparência dos dados enquanto imperativo mundial

Neste capítulo, discutiram-se os avanços recentes da metodologia e da recolha de dados, de forma a preencher uma lacuna dos dados em que assenta o debate público. Tais informações são necessárias a debates pacíficos e deliberativos em torno da desigualdade de rendimento e do crescimento. De um modo preocupante, nos escassos anos da era digital, a qualidade dos económicos publicamente disponíveis acerca destas questões tem-se deteriorado em muitos países, sobretudo no que diz respeito aos fiscais relativos aos rendimentos de capital, à riqueza e à sucessão patrimonial.

FIGURA 3.19

Se as atuais tendências persistirem, até 2050, os 0,1% do topo mundial poderão vir a deter uma parte da riqueza mundial equivalente à dos 40 percentis médios da população mundial



Fonte: Alvarado e outros (2018), com base em dados da World Inequality Database (<http://wid.world>).

O atual conhecimento da desigualdade global de rendimento e de riqueza permanece limitado e insatisfatório. Será necessária uma recolha muito maior de dados para expandir o âmbito geográfico dos dados relativos à desigualdade — e para oferecer representações mais sistemáticas da desigualdade ao nível do rendimento bruto e líquido e da riqueza

De forma a oferecer estimativas histórica e internacionalmente comparáveis da desigualdade ao nível do rendimento e da riqueza, os esforços a envidar carecem da utilização das melhores fontes disponíveis de dados dos inquéritos às famílias, dados fiscais administrativos, das contas nacionais ou de fugas de informação financeira.

É certo que o atual conhecimento da desigualdade global de rendimento e de riqueza permanece limitado e insatisfatório. Será necessária uma recolha muito maior para expandir o âmbito geográfico dos dados relativos à desigualdade — e para oferecer representações mais sistemáticas da desigualdade ao nível do

rendimento bruto e líquido e da riqueza. Apesar destas restrições dos dados, o agravamento da desigualdade de rendimento e de riqueza que se observou em todo o mundo nas últimas décadas não é uma fatalidade. Decorre de opções de política económica e institucional. Conforme se demonstra na parte III, é possível percorrer trajetos distintos nas próximas décadas — caso haja vontade política para tal. Para que as políticas de amanhã sejam o reflexo de um debate saudável em torno das desigualdades económicas nacionais e mundiais, é, claramente, necessária a publicação contínua de dados transparentes e oportunos acerca das desigualdades ao nível do rendimento e da riqueza.

Destaque 3.1

Uma perspectiva do seio dos países e dos agregados familiares

A compreensão da desigualdade para lá das médias implica a análise dos acontecimentos ao nível subnacional: no interior de uma nação, no seio de um grupo ou mesmo dos agregados familiares. É particularmente importante uma melhor apreensão de quem são e onde se encontram os mais desfavorecidos e as pessoas que ocupam a extremidade da base da distribuição do rendimento. Um dos modos de análise do interior dos países consiste na identificação dos focos, dos distritos, dos estados ou das províncias para os quais se prevê um PIB per capita inferior a 4000 \$, em dólares constantes de 2005 ajustados à paridade de poder de compra, em 2030.¹ Existem 840 focos de pobreza, nesta aceção, a nível mundial, distribuídos entre mais de 3.600 distritos, estados e províncias. Além disso, em 102 países, existe, pelo menos, uma região que cabe nesta categoria.

Por outras palavras, as pessoas estão a ser deixadas para trás num grupo amplo e diverso de países. Existe, contudo, uma variação considerável no interior dos países. Em mais de metade dos países com um baixo rendimento, existe, pelo menos, uma região que não é um foco de pobreza; 36 dos 46 países com um rendimento médio-baixo abrangem, pelo menos, uma região que o é. Mesmo entre os países com um grau médio-alto de rendimento, cerca de 30 por cento das regiões são focos de pobreza.²

Uma outra forma de identificar a diversidade dentro dos próprios países consiste em ter em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ao nível subnacional.³ Segundo este indicador, existem agrupamentos de focos que cruzam fronteiras nacionais (para um exemplo no

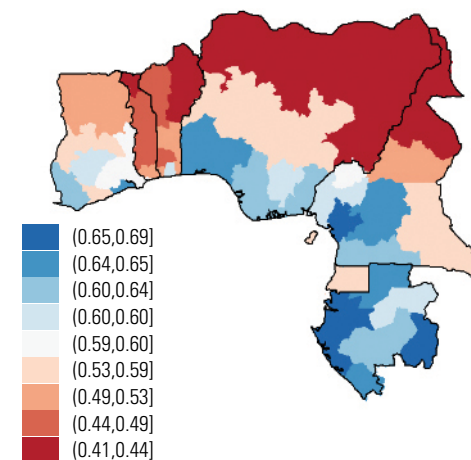
seio de um grupo de países do Golfo da Guiné, ver figura D3.1.1). Existem concentrações de baixos valores subnacionais do IDH na América Latina, incluindo em partes da América Central. Na Ásia Central e do Sul, as áreas subnacionais abrangem desde o Tadjiquistão e o Quirguizistão até à maioria do Afeganistão e, no Sudeste Asiático, secções do Camboja e do Vietname. Evidentemente, nem todas as pessoas de um foco são, necessariamente, pobres. Em qualquer área, a etapa seguinte envolve a identificação dos agregados familiares com maiores necessidades em matéria de assistência social. A maior parte dos países recorre a algum tipo de prova para decidir quem reúne os requisitos para a obtenção de assistência, provas essas que, geralmente, apresentam falhas. Um dos desafios críticos para as provas prende-se com o seu elevado número de erros de exclusão (não inclusão de indivíduos ou agregados familiares que se qualificam para uma prestação, embora não a recebam) e de erros de inclusão (de indivíduos ou agregados familiares que não reúnem as condições para a obtenção de uma prestação, embora a recebam). Num conjunto de economias africanas, os erros de inclusão e de exclusão são notórios (tabela D3.1.1). Estima-se, por exemplo, que o Gana tenha uma taxa de erros de inclusão de 35 por cento (35 por cento dos agregados familiares identificados como pobres não o são) e de erros de exclusão, de 63 por cento (63 por cento dos agregados pobres não são identificados enquanto tal pela representação (proxy) da prova de rendimentos).

É, por último, importante efetuar uma análise ainda mais aprofundada do interior dos agregados familiares. Conforme se observou, muitos países procuram identificar os agregados familiares pobres e vulneráveis. Existem bons motivos para recorrer aos agregados familiares enquanto representação (proxy) geral. Um dos motivos é o facto de os dados relativos ao rendimento e ao consumo serem, com frequência, objeto de uma melhor recolha — e compreensão — ao nível dos agregados familiares. Um outro consiste na correlação entre o bem-estar médio de um agregado familiar e o bem-estar individual dos seus membros. Assim, embora a identificação dos agregados familiares comporte, inevitavelmente, erros de inclusão e de exclusão, tem sido a norma há décadas.

Os valores aberrantes deste padrão são significativos e abrangem, frequentemente, pessoas portadoras de deficiência, órfãs e viúvas, migrantes e populações itinerantes, bem como os sem-abrigo. O número destes casos é considerável. Em 30 países subsarianos, cerca de três quartos das mulheres com um peso insuficiente e das crianças malnutridas não se encontram nos agregados

FIGURA D3.1.1

Padrões contíguos de desenvolvimento humano, transversais às fronteiras nacionais: o Golfo da Guiné



Fonte: Permanyer e Smits 2019.

TABELA D3.1.1

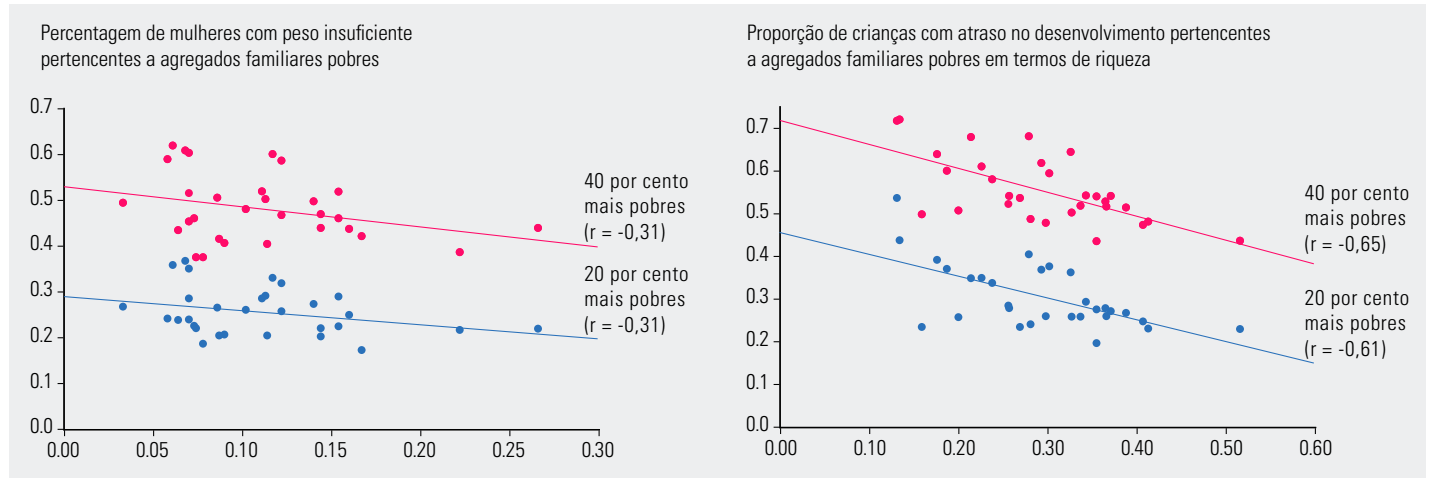
Erros na definição de parâmetros de inclusão e de exclusão: a representação significa testes

País	Taxa de erros de inclusão	Taxa de erros de inclusão	Taxa de erros de inclusão	Taxa de erros de inclusão	Erro de parametrização	Erro de parametrização
	Limiar fixo de pobreza				Taxa fixa de pobreza	
	$z = F^{-1}(0,2)$		$z = F^{-1}(0,4)$		H = 0,2	H = 0,4
Burquina Faso	0,401	0,751	0,304	0,375	0,522	0,329
Etiópia	0,515	0,945	0,396	0,362	0,621	0,413
Gana	0,354	0,628	0,257	0,350	0,428	0,288
Malawi	0,431	0,880	0,333	0,451	0,353	0,373
Mali	1,000	1,000	0,348	0,485	0,553	0,375
Níger	0,539	0,875	0,384	0,340	0,584	0,362
Nigéria	0,332	0,348	0,247	0,243	0,392	0,244
Tanzânia, República Unida da	0,396	0,822	0,323	0,291	0,513	0,314
Uganda	0,357	0,663	0,350	0,294	0,455	0,335
Média	0,481	0,807	0,309	0,359	0,505	0,319

Nota: $F^{-1}(x)$ indica o limiar de pobreza consistente com a fixação da taxa de pobreza em x . $H = x$ significa uma taxa de pobreza per capita de x .
 Fonte: Brown, Ravallion e van de Walle 2018.

FIGURA D3.1.2

Os níveis de subnutrição entre mulheres adultas e de crianças com um atraso no crescimento podem ser elevados em agregados familiares que não são pobres



Fonte: Brown, Ravallion e van de Walle 2017.

familiares dos 20 percentis mais pobres e cerca de metade não pertencem aos 40 por cento mais pobres (figura D3.1.2). Nos países com taxas mais elevadas de subnutrição, tende a haver uma maior proporção de indivíduos subnutridos nos agregados familiares não pobres.⁴

de decaída abaixo da linha nacional de pobreza é inferior a 10 por cento (Lopez-Calva e Ortiz-Juarez 2014).

2 Cohen, Desai e Kharas 2019.

3 Permanyer e Smits (2019).

4 Os novos dados relativos ao consumo individual revelam que, no Senegal, a desigualdade no seio do agregado equivale a quase 16 por cento da desigualdade total. Uma das consequências desta repartição desigual dos recursos no interior dos agregados familiares é a potencial existência de "pobres invisíveis" nos domicílios classificados como não pobres. A percentagem de indivíduos pobres que vivem em agregados familiares que não o são ascende a 12,6 por cento. Os dados relativos ao Senegal sugerem que, quanto mais complexa for a estrutura do agregado familiar e quanto maior for a sua dimensão, maior será a probabilidade de subestimação da desigualdade, quando calculada com recurso a inquéritos normalizados acerca do consumo (Lambert e de Vreyer 2017).

Notas

1 Este limiar de 4.000 \$ representa o dobro do patamar dos países com baixos rendimentos, conforme definidos pelo Banco Mundial em 2015. Corresponde, aproximadamente, a um rendimento diário em relação ao qual a probabilidade

Destaque 3.2

A escolha de um índice de desigualdade

James Foster, Professor de Economia e Assuntos Internacionais na Universidade George Washington, e Nora Lustig, Professora da cátedra Samuel Z. Stone de Economia Latino-americana e Diretora do Commitment to Equity Institute na Universidade de Tulane

Uma forma útil de descrever a distribuição do rendimento consiste na curva de Lorenz, construída do seguinte modo.¹ Em primeiro lugar, a população é classificada de acordo com o rendimento (ou consumo, riqueza ou outro indicador de recursos), de modo ascendente. Em seguida, as parcelas cumulativas dos indivíduos no conjunto da população são mapeadas em função da respetiva parcela cumulativa do rendimento total. A curva desenhada é apelidada de curva de Lorenz. O eixo horizontal da curva de Lorenz exhibe as percentagens cumulativas da população, dispostas por ordem crescente de rendimento. O eixo vertical mostra a percentagem do rendimento total auferida por uma parte da população. Por exemplo, o ponto (80 por cento, 60 por cento) na curva de Lorenz significa que os 80 percentis mais pobres da população recebem 60 por cento do rendimento total, enquanto os 20 percentis mais ricos auferem 40 por cento do rendimento total.²

A figura D3.2.1 apresenta duas curvas de Lorenz: a L_1 e a L_2 . Caso todas as pessoas aufram o mesmo rendimento, a curva de Lorenz coincidirá com a linha dos 45 graus. Quanto maior o nível de desigualdade, mais distante ficará a curva de Lorenz da linha dos 45 graus. Na figura, a curva L_2 situa-se abaixo e à direita da L_1 , pelo que seria de esperar que um índice de desigualdade

indicasse uma desigualdade mais acentuada no caso da curva L_2 . Uma outra forma de ler a figura traduz-se no facto de que os x por cento mais pobres da população terão sempre uma parcela igual ou superior de rendimento na curva L_1 do que na L_2 , não obstante o valor de x . Trata-se do critério de dominância de Lorenz ou, abreviadamente, do critério de Lorenz.

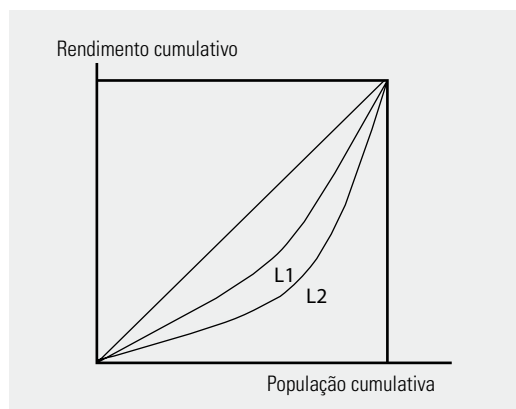
O que constitui um “bom” índice de desigualdade? Uma das abordagens consiste em exigir que o indicador seja compatível com o critério de Lorenz: ou seja, consistente com Lorenz. Para que tal se verifique, é necessário reunir as duas condições que se seguem: Em primeiro lugar, a desigualdade aumenta (diminui) quando a curva de Lorenz se situa, em todos os pontos, abaixo (acima) da curva de Lorenz original, como no caso da curva L_2 , em comparação com a L_1 (L_1 em comparação com L_2), ambas da figura. Em segundo lugar, a desigualdade é equivalente quando as curvas de Lorenz são idênticas. Para que um indicador seja Ligeiramente Consistente com Lorenz, a 1.ª condição torna-se na seguinte: 1'. a desigualdade aumenta (ou diminui) ou permanece igual quando a curva de Lorenz se situa, em todos os pontos, abaixo (acima) da curva de Lorenz original.

Uma segunda abordagem consiste na exigência do cumprimento dos quatro seguintes princípios pelo índice de desigualdade:

- 1 Simetria (ou anonimato). Em caso de permuta de rendimentos entre duas pessoas, o nível do índice deverá permanecer inalterado.
- 2 Independência do tamanho da população (ou independência da replicação). Caso a população seja replicada ou “clonada”, uma ou mais vezes, o nível do índice deverá permanecer inalterado.
- 3 Independência da escala (ou independência da média). Caso se multipliquem todos os rendimentos por um fator escalar comum (por exemplo, o dobro), o nível do índice deverá permanecer inalterado.
- 4 Sensibilidade a Transferências (ou Critério de Transferências de Pigou-Dalton). Caso haja transferência de rendimento de uma pessoa para outra, mais rica, o nível do índice deverá aumentar. Por outras palavras, face a uma transferência regressiva, o nível do índice deve subir.

FIGURA D3.2.1

A curva de Lorenz



Fonte: Criação dos autores.

É possível demonstrar que os índices que satisfazem estes quatro princípios são Consistentes com Lorenz e vice-versa.

Tais índices incluem:

- **Índices sumários** baseados em fórmulas relativamente complexas, concebidas para captar a desigualdade em toda a distribuição. Os mais frequentemente utilizados são (por ordem alfabética): os indicadores de Atkinson, Gini e Theil (e os índices de entropia generalizada, de um modo mais genérico).

Embora os indicadores de desigualdade que satisfazem o critério de transferências sejam de uso comum, existem, igualmente, índices mais simples que não reúnem as condições 1–4, mas são populares. Estes últimos incluem:

- **Índices parciais** baseados em fórmulas simples, que se focam na desigualdade entre determinadas partes da distribuição. Os mesmos incluem os rácios de Kuznets, expressos enquanto divisão da parcela de rendimentos dos x por cento do topo pela parcela de rendimentos dos y por cento da base. Existem, naturalmente, muitos rácios de Kuznets possíveis. A razão proposta por Simon Kuznets, vencedor do Prémio Nobel, é de 20/40.³ Os índices parciais incluem, ainda, as parcelas de rendimentos do topo, expressas enquanto parcela de rendimentos dos x por cento do topo. A parcela de rendimentos dos 1 por cento do topo ou dos 10 percentis superiores constituem exemplos comuns.⁴ As parcelas de rendimentos do topo são, de facto, casos restritivos de rácios de Kuznets, obtidos através da configuração da parcela de rendimentos da “base” de modo a abranger a totalidade da população: isto é, definindo y por cento = 100 por cento.⁵

Tais Índices parciais satisfazem o seguinte critério:

- 4' Critério de baixa sensibilidade a transferências: Caso haja transferência de rendimento de uma pessoa para outra, mais rica (ou igualmente rica), o nível do índice deverá aumentar ou permanecer inalterado.

Por outras palavras, face a uma transferência regressiva, o índice de desigualdade nunca pode diminuir, podendo, no entanto, permanecer inalterado. É possível demonstrar que os índices que cumprem os princípios 1–3 e 4' são ligeiramente consistentes com Lorenz e vice-versa.

Resumidamente, os índices sumários de Atkinson, Gini e Theil (assim como toda a família de Índices de Entropia Generalizada) satisfazem os critérios 1–3 e 4 e, por conseguinte, são consistentes com Lorenz (e vice-versa). Isto garante que, face a uma transferência regressiva (progressiva), em qualquer ponto da distribuição, a desigualdade medida por qualquer destes índices aumentará (diminuirá). Pelo contrário, os rácios de Kuznets e as parcelas de rendimentos do topo focam-se em intervalos restritos de rendimentos e, deste modo, infringem o critério de sensibilidade a transferências (não sendo, assim, consistentes com

Lorenz). Este último significa que as transferências ocorridas, na íntegra, dentro ou fora dos intervalos relevantes não têm qualquer efeito sobre a medição da desigualdade. Por exemplo, o rácio de 10/40 é insensível a transferências regressivas que se limitem aos 40 percentis mais pobres, aos 10 por cento mais ricos ou aos restantes 50 percentis intermédios, enquanto a parcela de rendimentos dos 1 por cento do topo é insensível a transferências no seio dos mesmos e dentro dos 99% da base. Apesar da sua discordância com o princípio de transferência e, logo, com o critério de Lorenz, estes índices parciais são úteis para a transmissão de informações de fácil compreensão acerca do grau de desigualdade. Significativamente, satisfazem o critério de baixa sensibilidade a transferências e, deste modo, garantem que, face a uma transferência regressiva, em qualquer ponto da distribuição, a desigualdade medida por qualquer destes índices nunca diminuirá, embora, de forma notável, possa permanecer inalterada.

Pelo contrário, outros índices comuns de desigualdade nem sequer reúnem o critério de baixa sensibilidade a transferências (princípio de transferência 4'). Entre os mesmos, incluem-se os rácios de quantis (por exemplo, entre o rendimento do percentil 90 e o rendimento do 10.º percentil, também conhecido como rácio $p90/p10$) e a variância dos logaritmos. A título exemplificativo, uma transferência do 5.º percentil para o 10.º reduziria o rácio $p90/p10$, apesar de a transferência ser claramente regressiva, dado que redistribui o rendimento das pessoas muito pobres para as menos desfavorecidas. As transferências regressivas na extremidade superior da distribuição podem diminuir a variância dos logaritmos e levar a conflitos extremos com o critério de Lorenz.⁶

Por fim, o rácio entre a média e a mediana (a média dividida pela mediana) é um indicador de enviesamento igualmente passível de interpretação enquanto índice parcial de desigualdade. Praticamente todos os indicadores de desigualdade consistem num rácio entre dois “padrões de rendimento” que condensam a dimensão das distribuições do rendimento a partir de duas perspetivas, uma das quais enfatiza os mais elevados, enquanto a segunda destaca os mais baixos.⁷ Contanto que se considerem unicamente as distribuições com um viés à direita, a média excede a mediana e o rácio entre a média e a mediana assume esta forma. Este índice cumpre os três primeiros princípios, embora possa infringir o critério de baixa sensibilidade a transferências nos casos em que uma transferência regressiva faz aumentar o rendimento mediano. À semelhança dos outros índices parciais, é mais débil no que diz respeito às propriedades que reúne, embora a sua simplicidade constitua uma vantagem e seja frequentemente utilizado na área da economia política.⁸

Como aplicar os critérios acima expostos na prática? Ao proceder a comparações aos pares, dever-se-á, em primeiro lugar, criar o gráfico das curvas de Lorenz. Caso estas não se intersectem, é possível efetuar uma comparação das curvas de Lorenz sem ambiguidade. Conclui-se, assim, que qualquer indicador razoável (isto é, consistente com Lorenz) concordaria no aumento ou na diminuição, de uma forma não ambígua, da desigualdade, conforme indicado pelas curvas de Lorenz. É, contudo, igualmente possível que as curvas de Lorenz se cruzem, caso em que os indicadores razoáveis de desigualdade podem divergir. O que se pode fazer quando as curvas de Lorenz se intersectam? Uma das abordagens consiste em restringir o conjunto de indicadores razoáveis de desigualdade, recorrendo a um critério adicional. Por exemplo, os indicadores sensíveis a transferências são índices consistentes com Lorenz que enfatizam as alterações da distribuição na extremidade inferior, em detrimento das ocorridas na do topo. Os índices da classe de Atkinson e os dois de Theil (incluindo o desvio logarítmico médio) são indicadores sensíveis a transferências. Inversamente, o coeficiente de variação (o desvio-padrão dividido pela média) é neutro quanto à localização das transferências, ao passo que muitos outros índices de entropia generalizada dão ênfase a alterações da distribuição na extremidade superior, pelo que não pertencem ao conjunto de indicadores sensíveis a transferências.

Em que casos é que todos os indicadores sensíveis a transferências concordam? Enquanto subconjunto de indicadores consistentes com Lorenz, concordam quando as curvas de Lorenz não se cruzam, assim como em muitos dos casos em que o fazem. Por exemplo, suponhamos que as curvas de Lorenz se intersectam num ponto e que a primeira curva de Lorenz é mais elevada no caso dos rendimentos inferiores do que a segunda. Existe um teste simples: A primeira apresenta uma desigualdade inferior à da segunda, de acordo com todos os indicadores sensíveis a transferências, exatamente nos casos em que o coeficiente de variação da primeira é igual ou inferior ao da segunda.⁹ Uma abordagem ainda mais simples consiste na seleção de um conjunto (finito) de indicadores de desigualdade particularmente relevantes para a comparação da mesma. Caso todos concordem numa determinada comparação, o resultado é fiável. Caso contrário, a conclusão é ambígua em relação ao conjunto de indicadores em questão, sendo a desigualdade classificada de um modo por alguns e invertida por outros.

A tabela D3.2.1 exhibe as estatísticas mais frequentemente publicadas em bases de dados internacionais de uso comum.⁹

TABELA D3.2.1

Estatísticas mais frequentemente publicadas em 10 bases de dados internacionais de uso comum

Estatística	Frequência
Gini	9
Rácio entre os quantis 90/10	4
Theil	3
10 percentis do topo	3

Fonte: Criação dos autores.

Deste modo, entre os indicadores de desigualdade apresentados com maior frequência, figuram dois que são consistentes com Lorenz (os índices de Gini e de Theil), um que é ligeiramente consistente com Lorenz (os 10 percentis do topo) e um outro que não o é (o rácio entre os quantis 90/10). Além dos indicadores de desigualdade, os conjuntos internacionais de dados comunicam outras estatísticas. Entre elas, a mais frequente é a distribuição do rendimento por decil.¹⁰

Notas

- 1 O seu nome deve-se a Max Otto Lorenz, um economista norte-americano que desenvolveu a ideia da curva de Lorenz em 1905.
- 2 Frequentemente, sobretudo no caso dos dados históricos, apenas dispomos de dados agrupados ou de informações em relação a grupos populacionais de igual dimensão, como quintis ou decis (5 ou 10 grupos, respetivamente). A curva de Lorenz resultante é uma aproximação da curva de Lorenz real em que a desigualdade no interior de cada grupo foi suprimida.
- 3 Algumas bases de dados internacionais apresentam os rácios 20/20 (por vezes apelidado de S80/S20) e 10/40.
- 4 O percentil superior tem sido o foco da literatura recente acerca dos rendimentos do topo. Ver, por exemplo, Atkinson, Piketty e Saez (2011).
- 5 Por definição, 100 por cento da população auferem 100 por cento do rendimento, pelo que o denominador do rácio de Kuznets se converte em $100/100 = 1$ e, por conseguinte, o rácio de Kuznets $1/100$ equivale a 1 por cento.
- 6 Foster e Ok 1999.
- 7 Foster e outros (2013, p. 15). Por exemplo, um índice de Atkinson compara a média aritmética mais elevada com as médias geométricas menores; a parcela de rendimentos dos 1 por cento compara, efetivamente, a média mais elevada do percentil com a média aritmética inferior.
- 8 O rácio entre a média e a mediana é o indicador de desigualdade utilizado por Meltzer e Richards (1981) no seu modelo de previsão da dimensão do governo. Quanto maior o rácio, mais elevados serão os impostos e a redistribuição.
- 9 Para mais pormenores, ver Shorrocks e Foster (1987). Ver também Zheng (2018), que apresenta critérios suplementares para a realização de comparações nos casos em que as curvas de Lorenz se intersectam.
- 10 O conjunto completo de indicadores constantes das bases de dados internacionais e das respetivas propriedades pode ser consultado em materiais complementares relativos a este destaque, disponíveis em <http://hdr.undp.org/en/2019-report>.

Destaque 3.3

Medir a redistribuição fiscal: conceitos e definições

Várias bases de dados publicam indicadores do grau de redistribuição do rendimento em virtude de impostos e transferências. A título de exemplo, publicam coeficientes de Gini pré-fiscais e pós-fiscais, bem como outros indicadores de desigualdade e de pobreza. Por ordem alfabética, as bases de dados multinacionais e multirregionais mais frequentemente utilizadas são a do Data Center on Fiscal Redistribution (Centro de Dados sobre Redistribuição Fiscal) do Commitment to Equity Institute (CEQ), da Universidade de Tulane, a Base de Dados sobre Distribuição do Rendimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), o LIS Cross-National Data Center, no Luxemburgo, e a World Inequality Database (Escola de Economia de Paris). Existem, ainda, duas bases de dados regionais: O EUROMOD (Institute for Social and Economic Research, Universidade de Essex), um modelo de microsimulação de benefícios fiscais da União Europeia, e o Expert Group on Disparities in a National Accounts Framework (Grupo de Peritos em Disparidades no Quadro das Contas Nacionais – EGDNA) da OCDE e do Eurostat.¹

Uma característica partilhada por estas bases de dados é o seu recurso à análise da incidência fiscal, o método utilizado para a imputação de impostos e da despesa pública aos agregados familiares, de modo a que os rendimentos brutos e as transferências possam ser comparados com os rendimentos líquidos. A análise-padrão da incidência fiscal cinge-se ao exame dos montantes pagos e recebidos, sem ter em conta as respostas comportamentais que os impostos e a despesa pública podem desencadear nos indivíduos ou agregados familiares. Este método é frequentemente designado por “abordagem contabilística”.²

O alicerce da análise da incidência fiscal é a definição de conceitos de rendimento. Tal significa que, a partir de um conceito de rendimento bruto, cada novo conceito de rendimento é formado através da subtração dos impostos e da adição das componentes relevantes da despesa pública ao conceito anterior de rendimento. Embora esta abordagem seja comum, no essencial, às cinco bases de dados mencionadas, a definição dos conceitos específicos de rendimento, os conceitos de rendimento incluídos na análise e os métodos de imputação dos impostos e da despesa pública diferem. O presente destaque enfoca a comparação da definição dos conceitos de rendimento — ou seja, os tipos de rendimento, impostos e despesa pública incluídos na formulação dos conceitos de rendimento bruto e

líquido. Existem diferenças importantes, algumas das quais podem ter implicações significativas quanto à escala de redistribuição observada.

A seguinte tabela compara as definições de rendimento utilizadas pelas seis bases de dados supramencionadas.

Existem cinco diferenças importantes:

- Apesar de as seis bases de dados, na sua totalidade, partirem de definições semelhantes do rendimento dos fatores, os componentes adicionais incluídos no rendimento bruto diferem. Este facto é importante, uma vez que o rendimento bruto é o critério utilizado por cada base de dados para classificar os indivíduos, previamente à adição das transferências e à subtração dos impostos, pelo que afetará os subseqüentes resultados da redistribuição (ver ponto relativo ao tratamento das pensões abaixo). Por exemplo, o EUROMOD não inclui o valor do consumo da produção própria no âmbito do rendimento bruto, enquanto as restantes bases de dados o fazem. O EUROMOD, a Base de Dados sobre Distribuição do Rendimento e o LIS não incluem o valor (imputado) das habitações ocupadas pelos proprietários, ao passo que as três restantes o fazem. Existe, ainda, uma diferença fundamental ao nível do tratamento das pensões de base contributiva (ver parágrafo seguinte). Por último, a World Inequality Database inclui, igualmente, os lucros não distribuídos na sua definição do rendimento bruto.
- Em segundo lugar, o EGDNA, o EUROMOD, a Base de Dados sobre Distribuição do Rendimento e o LIS consideram as pensões de velhice da segurança social transferências puras, enquanto a World Inequality Database as trata (juntamente com os subsídios de desemprego) puramente como rendimento diferido. O Data Center on Fiscal Redistribution do CEQ apresenta resultados para ambos os cenários. Esta premissa pode implicar uma diferença significativa no caso dos países com uma elevada percentagem de reformados cujos únicos ou principais rendimentos provêm de pensões de velhice. Na União Europeia, por exemplo, o efeito redistributivo, no cenário em que as pensões de base contributiva equivalem a transferências puras, é de 19,0 pontos de Gini, cifrando-se, por outro lado, em 7,7 pontos de Gini quando as pensões de velhice são tratadas puramente como rendimentos diferidos.³ Nos Estados Unidos, os valores são de 11,2, no cenário das transferências puras, e de 7,2, no dos rendimentos diferidos puros.⁴

- Em terceiro lugar, o EUROMOD, a Base de Dados sobre Distribuição do Rendimento e o LIS apresentam informações acerca da redistribuição fiscal relativa aos impostos diretos e às transferências diretas, ao passo que o Data Center on Fiscal Redistribution do CEQ também inclui o impacto dos impostos e dos subsídios indiretos, bem como das transferências em espécie, e a World Inequality Database inclui todas as receitas e despesas governamentais. O EGDNA não inclui os impostos e subsídios indiretos, embora inclua as transferências em espécie (educação, saúde e habitação).
- Em quarto lugar, nas informações publicadas acerca das variáveis predefinidas, o Data Center on Fiscal Redistribution do CEQ apresenta indicadores baseados no rendimento per capita, o EGDNA, o EUROMOD, a Base de Dados sobre Distribuição do Rendimento e o LIS comunicam-nos com base no rendimento equivalente⁵ e a World Inequality Database, com base no rendimento por adulto.⁶
- Em quinto lugar, todas apresentam os rendimentos conforme constam dos microdados, com exceção do EGDNA e da World Inequality Database, que ajustam todas as variáveis de forma a corresponderem aos totais administrativos dos registos fiscais e das contas nacionais.

Fonte: Lustig por publicar.

Notas

O autor exprime a sua profunda gratidão para com Carlotta Balestra (EGDNA), Maynor Cabrera (CEQ), Lucas Chancel (World Inequality Database, Escola de Economia de Paris), Michael Forster e Maxime Ladaique (Base de Dados sobre Distribuição do Rendimento da OCDE), Teresa Munzi (Estudo sobre Rendimento do Luxemburgo), Daria Popova (EUROMOD, Universidade de Essex) e Jorrit Zwiijnenburg (EGDNA) pelos seus contributos para a tabela relativa à comparação dos conceitos de rendimento.

- 1 Encontram-se disponíveis pormenores acerca das metodologias aplicadas por cada base de dados nas seguintes obras: Data Center on Fiscal Redistribution do CEQ: Lustig 2018a, capítulos 1, 6 e 8; EGDNA: Zwiijnenburg, Bournot e Giovannelli 2017; EUROMOD: Sutherland e Figari 2013; Base de Dados sobre Distribuição do Rendimento da OCDE: OCDE 2017b; LIS: documento metodológico da DART por publicar; World Inequality Database: Alvaredo e outros 2016.
- 2 Para uma discussão aprofundada da metodologia da incidência fiscal, ver, por exemplo, Lustig (2018a).
- 3 Os dados relativos à UE 28 provêm das estatísticas do EUROMOD acerca da distribuição e decomposição do rendimento disponível, acedidas em www.iser.essex.ac.uk/euromod/statistics/, através da versão G3.0 do EUROMOD. A diferença representa, provavelmente, uma sobrestimação, uma vez que, em muitos casos, é impossível distinguir as pensões de base contributiva das sociais.
- 4 Ver capítulo 10, in Lustig (2018a).
- 5 O rendimento equivalente é igual à divisão do rendimento do agregado familiar pela raiz quadrada do respetivo número de membros, excluindo os empregados domésticos.
- 6 A World Inequality Database define um adulto como um indivíduo com uma idade superior a 20 anos.

TABELA D3.3.1

Comparação de conceitos de rendimento em bases de dados com indicadores relativos à redistribuição fiscal

Conceito de rendimento	CEQ	EGDNA	EUROMOD	IDD	LIS	WID.World	
Bruto	Rendimento do mercado acrescido das pensões	Rendimento do mercado	Rendimentos primários	Rendimento do mercado	Rendimento do mercado	Rendimento do mercado	Rendimento bruto
	Rendimento dos fatores	Rendimento dos fatores	Rendimento dos fatores	Rendimento dos fatores	Rendimento dos fatores	Rendimento dos fatores	Rendimento dos fatores
							MAIS Lucros não distribuídos
	MAIS Pensões de velhice de regimes da segurança social						MAIS Pensões de velhice e subsídios de desemprego de regimes da segurança social
	MAIS Transferências recebidas de instituições sem fins lucrativos e de outros agregados familiares, pagamentos de regimes de pensões associados ao emprego, valor imputado aos serviços relativos a habitações ocupadas pelos proprietários e ao consumo da produção própria	MAIS Transferências recebidas de instituições sem fins lucrativos e de outros agregados familiares, valor imputado aos serviços relativos a habitações ocupadas pelos proprietários e ao consumo da produção própria	MAIS Valor imputado aos serviços relativos a habitações ocupadas pelos proprietários e ao consumo da produção própria	MAIS Transferências recebidas de instituições sem fins lucrativos e de outros agregados familiares	MAIS Transferências recebidas de instituições sem fins lucrativos e de outros agregados familiares e consumo da produção própria	MAIS Transferências recebidas de instituições sem fins lucrativos e de outros agregados familiares e consumo da produção própria	MAIS Transferências recebidas de instituições sem fins lucrativos e de outros agregados familiares, pagamentos de regimes de pensões associados ao emprego, valor imputado aos serviços relativos a habitações ocupadas pelos proprietários e ao consumo da produção própria
MENOS Contribuições para pensões de velhice de regimes da segurança social						MENOS Contribuições para pensões de velhice e subsídios de desemprego de regimes da segurança social	

(continuação)

TABELA D3.3.1 (CONTINUAÇÃO)

Comparação de conceitos de rendimento em bases de dados com indicadores relativos à redistribuição fiscal

Conceito de rendimento	CEQ	EGDNA	EUROMOD	IDD	LIS	WID.World	
Líquido: disponível	Rendimento disponível	Rendimento disponível	Rendimento disponível	Rendimento disponível	Rendimento disponível	Rendimento disponível	Rendimento disponível líquido
	Rendimento do mercado	Rendimento do mercado	Rendimentos primários	Rendimento do mercado	Rendimento do mercado	Rendimento do mercado	Rendimento do mercado líquido
MAIS	MAIS	MAIS	MAIS	MAIS	MAIS	MAIS	MAIS
Outras prestações pecuniárias (excluindo pensões de velhice) da segurança social e prestações de assistência social	Pensões de velhice e outras prestações pecuniárias recebidas de regimes da segurança social e prestações de assistência social	Pensões de velhice e outras prestações pecuniárias recebidas de regimes da segurança social, prestações de assistência social e transferências recebidas de (pagas a) instituições sem fins lucrativos e outros agregados familiares	Pensões de velhice e outras prestações pecuniárias recebidas de regimes da segurança social e prestações de assistência social	Pensões de velhice e outras prestações pecuniárias recebidas de regimes da segurança social e prestações de assistência social	Pensões de velhice e outras prestações pecuniárias recebidas de regimes da segurança social e prestações de assistência social	Pensões de velhice e outras prestações pecuniárias recebidas de regimes da segurança social e prestações de assistência social	Outras prestações pecuniárias (excluindo pensões de velhice e subsídios de desemprego) de seguros sociais públicos e prestações de assistência social
MENOS	MENOS	MENOS	MENOS	MENOS	MENOS	MENOS	MENOS
Contribuições para outros regimes da segurança social (excluindo pensões de velhice)	Contribuições para pensões de velhice, subsídios de desemprego e outras prestações de regimes da segurança social	Contribuições para pensões de velhice, subsídios de desemprego e outras prestações de regimes da segurança social	Contribuições para pensões de velhice, subsídios de desemprego e outras prestações de regimes da segurança social	Contribuições para pensões de velhice, subsídios de desemprego e outras prestações de regimes da segurança social	Contribuições para pensões de velhice, subsídios de desemprego e outras prestações de regimes da segurança social	Contribuições para pensões de velhice, subsídios de desemprego e outras prestações de regimes da segurança social	Contribuições para outros prestações de regimes da segurança social (excluindo pensões de velhice e subsídios de desemprego)
MENOS	MENOS	MENOS	MENOS	MENOS	MENOS	MENOS	MENOS
Rendimento direto de pessoas singulares e impostos sobre imóveis	Impostos sobre o rendimento direto de pessoas singulares	Impostos sobre o rendimento direto de pessoas singulares	Impostos sobre o rendimento direto de pessoas singulares	Impostos sobre o rendimento direto de pessoas singulares	Impostos sobre o rendimento direto de pessoas singulares	Impostos sobre o rendimento direto de pessoas singulares	Rendimento direto de pessoas singulares e impostos sobre imóveis
Líquido: consumível	Rendimento consumível	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Rendimento disponível	Rendimento disponível					
MAIS	MAIS						
Subsídios indiretos ao consumo	Subsídios indiretos ao consumo						
MENOS	MENOS						
Impostos indiretos sobre o consumo (sobre o valor acrescentado, especiais sobre o consumo, sobre as vendas e afins)	Impostos indiretos sobre o consumo (sobre o valor acrescentado, especiais sobre o consumo, sobre as vendas e afins)						

(continuação)

TABELA D3.3.1 (CONTINUAÇÃO)

Comparação de conceitos de rendimento em bases de dados com indicadores relativos à redistribuição fiscal

Conceito de rendimento	CEQ	EGDNA	EUROMOD	IDD	LIS	WID.World	
Líquido: incluindo transferências em espécie	Rendimento final	Rendimento final	Rendimento disponível ajustado	n.a.	n.a.	n.a.	Rendimento nacional líquido
	Rendimento consumível	Rendimento consumível	Rendimento consumível				Rendimento disponível líquido
	MAIS Despesa pública em educação e saúde	MAIS Despesa pública em educação, saúde e habitação	MAIS Despesa pública em educação, saúde e habitação				MAIS Subsídios indiretos ao consumo
						MENOS Impostos indiretos sobre o consumo (sobre o valor acrescentado, especiais sobre o consumo, sobre as vendas e afins) e outros impostos.	
						MAIS Despesa pública em educação, saúde, defesa, infraestrutura e outras	

Rubricas por memória

Pensões de base contributiva	Rendimentos diferidos	Transferência estatal	Transferência estatal	Transferência estatal	Transferência estatal	Transferência estatal	Rendimentos diferidos
Indicador de bem-estar ^a	Rendimento	Rendimento	Rendimento	Rendimento	Rendimento	Rendimento	Rendimento
Valores totais	Conforme sugerem os microdados	Conforme sugerem os microdados	Correspondem às contas nacionais	Conforme sugerem os microdados	Conforme sugerem os microdados	Conforme sugerem os microdados	Correspondem às contas nacionais
Unidade	Per capita	Per capita	Equivalente ^b	Equivalente ^b	Equivalente ^b	Equivalente ^b	Por adulto ^c

"n.a." significa não aplicável. CEQ significa o Data Center on Fiscal Redistribution do Commitment to Equity Institute. EGDNA significa o Expert Group on Disparities in a National Accounts Framework (Grupo de Peritos em Disparidades no Quadro das Contas Nacionais) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) e do Eurostat. IDD significa a Base de Dados sobre Distribuição do Rendimento da OCDE. LIS significa o LIS Cross-National Data Center. WID.world significa a World Inequality Database.

a. Nos casos em que os inqueritos às famílias apenas incluem as despesas de consumo (sem informações relativas ao rendimento), o Data Center on Fiscal Redistribution do CEQ presume que as despesas de consumo equivalem ao rendimento disponível e define os restantes conceitos de rendimento da forma acima descrita, enquanto a World Inequality Database transforma as distribuições do consumo em distribuições do rendimento, recorrendo a perfis estilizados de poupança no caso dos países relativamente aos quais não estão disponíveis dados quanto ao rendimento.

b. O rendimento equivalente é igual à divisão do rendimento do agregado familiar pela raiz quadrada do respetivo número de membros (excluindo o pessoal doméstico).

c. Um indivíduo é classificado como adulto caso a sua idade seja superior a 20 anos.

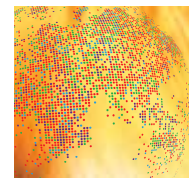
Fonte: Data Center on Fiscal Redistribution do CEQ. Lustig 2018a, capítulo 6 (<http://commitmenttoequity.org/publications-ceq-handbook/>); Accounts Framework da OCDE e do Eurostat: [www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=STD/DOC\(2016\)10&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=STD/DOC(2016)10&docLanguage=En); EUROMOD: www.euromod.ac.uk/publications/euromod-modelling-conventions; <https://www.euromod.ac.uk/using-euromod/statistics>; LIS: documento metodológico da DART por publicar; Base de Dados sobre Distribuição do Rendimento da OCDE: www.oecd.org/els/soc/IDD-ToR.pdf; World Inequality Database: <https://wid.world/document/dinaguidelines-v1/>.

Capítulo 4

As desigualdades
de género além
das médias: Entre
as normas sociais
e os desequilíbrios
de poder

4.

As desigualdades de gênero além das médias: Entre as normas sociais e os desequilíbrios de poder



Na generalidade dos países, as disparidades de gênero permanecem entre as formas mais persistentes de desigualdade.¹ Dado que estas desvantagens afetam metade da população mundial, podemos argumentar que a desigualdade de gênero é uma das maiores barreiras ao desenvolvimento humano. Com demasiada frequência, as mulheres e raparigas são discriminadas nos domínios da saúde, da educação, doméstico e do mercado laboral — o que acarreta repercussões negativas sobre a sua liberdade.

O progresso ao nível da redução da desigualdade de gênero, no decurso do século XX, foi notável no que diz respeito às realizações básicas na saúde e na educação, bem como à participação nos mercados e na política (figura 4.1).² Uma grande parte deste progresso foi celebrada através da Plataforma de Ação de Pequim, durante a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em 1995.³ Contudo, à medida que o 25.º aniversário deste evento se aproxima, em 2020, subsistem muitos desafios à igualdade, sobretudo no tocante às capacidades avançadas que modificam as relações de poder e potenciam a agência.

O mundo não está em vias de alcançar a igualdade de gênero até 2030. Com base nas atuais tendências, seriam necessários 202 anos para corrigir as disparidades de gênero ao nível das oportunidades económicas.⁴ O Índice de Desigualdade de Gênero do Relatório do Desenvolvimento

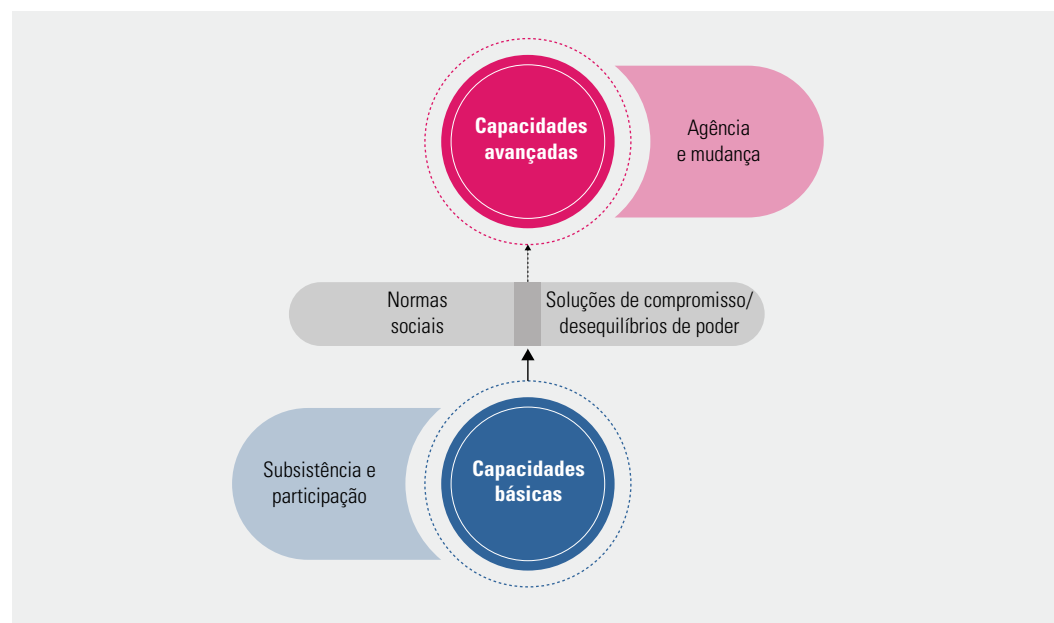
Humano — um indicador da capacitação das mulheres quanto à saúde, à educação e ao estatuto económico — revela que o progresso, em termos gerais, ao nível da desigualdade de gênero tem abrandado nos últimos anos.⁵

Atentemos em dois desenvolvimentos: Em primeiro lugar, as disparidades de gênero são mais profundas do que se julgava inicialmente. A Pessoa do Ano de 2017 da revista *Time* foram as “quebradoras do silêncio”, as mulheres que denunciaram casos de abuso. As mulheres com uma carreira de sucesso estavam desprotegidas face ao abuso sexual persistente. Também o movimento #MeToo deu voz às responsáveis pela quebra do silêncio, revelando casos de abuso e de vulnerabilidade das mulheres, bem além do âmbito das estatísticas oficiais. Na América Latina, de igual modo, o movimento #NiUnaMenos expôs os feminicídios e a violência contra as mulheres, da Argentina ao México.⁶

A desigualdade de gênero está correlacionada com uma perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade

FIGURA 4.1

Um progresso notável quanto às capacidades básicas sendo que bem menor no caso das capacidades avançadas



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Em segundo lugar, existem sinais preocupantes quanto às dificuldades e vicissitudes do percurso em direção à igualdade de género — no que diz respeito às chefes de Estado e de governo e à participação feminina no mercado de trabalho, inclusive nas regiões com uma economia pujante e paridade de género no acesso à educação.⁷ Existem, além disso, sinais de uma reação adversa. Em diversos países, a agenda da igualdade de género está a ser caracterizada como parte da “ideologia de género”.⁸

Por outras palavras, precisamente no momento em que a consciência de que é necessário fazer mais para atingir a igualdade de género tem aumentado, o trajeto está a tornar-se mais acidentado. O presente capítulo explora os motivos do abrandamento do progresso, identificando as atuais barreiras que constituem desafios quanto às perspectivas de futuro da igualdade, entre as quais as crenças pessoais e coletivas, bem como as práticas que originam preconceitos contra a igualdade de género. Reflete sobre o reflexo de desequilíbrios intrínsecos de poder na desigualdade de género — um facto bem conhecido dos movimentos de mulheres e das pessoas especialistas em feminismo — documentando-se duas tendências:

- As desigualdades de género são intensas, generalizadas e subjazem à distribuição desigual do progresso ao nível do desenvolvimento humano entre os escalões de desenvolvimento socioeconómico.
- A desigualdade de género tende a ser mais intensa em áreas que envolvem uma capacitação individual e um poder social maiores. Este fenómeno significa que o progresso é mais fácil quanto às capacidades mais básicas e mais árduo no que diz respeito às capacidades mais avançadas (capítulo 1).

A primeira tendência assinala a urgência do combate à desigualdade de género para a promoção dos direitos humanos básicos e do desenvolvimento. A segunda faz soar o alerta quanto ao progresso no futuro. A evolução ao nível básico é necessária à igualdade de género, mas não basta.

As normas sociais e as soluções de compromisso específicas de cada género representam barreiras fundamentais à igualdade de género. As normas sociais e culturais favorecem, com frequência, comportamentos que perpetuam as desigualdades, ao passo que a concentração do poder gera desequilíbrios e leva à apropriação por parte de grupos poderosos, tais como as elites patriarcais dominantes. Ambas afetam todas as formas de desigualdade de género, desde a violência contra as mulheres até aos “tetos de vidro” no campo dos negócios e da política. De resto, as soluções de compromisso específicas de cada género pesam sobre as opções complexas com que as mulheres se deparam no trabalho, no ambiente familiar e na vida social — criando barreiras estruturais e cumulativas à igualdade. Estas compensações são fortemente influenciadas pelas normas sociais

e por uma estrutura de disparidades de género que se reforçam mutuamente. Estas normas e disparidades não são diretamente observáveis, pelo que, frequentemente, são ignoradas, omitindo-se o seu estudo sistemático.

A desigualdade de género no século XXI

A desigualdade de género está intrinsecamente associada ao desenvolvimento humano, apresentando as mesmas dinâmicas de convergência ao nível das capacidades básicas e de divergência quanto às capacidades avançadas. De um modo geral, ainda é verdade — conforme apontado por Martha Nussbaum — que “as mulheres, em grande parte do mundo, carecem de apoio em relação às funções fundamentais da vida humana.”⁹ Esta realidade é posta em evidência pelo Índice de Desigualdade de Género e pelos seus componentes — refletindo disparidades ao nível da saúde reprodutiva, da capacitação e do mercado laboral. Em nenhum lugar do mundo existe igualdade de género. Na África Subariana, 1 em cada 180 mulheres que dão à luz morre (uma taxa mais de 20 vezes superior à dos países desenvolvidos) e as mulheres adultas são menos instruídas, têm um menor acesso aos mercados de trabalho do que os homens, na maioria das regiões, e carecem de acesso ao poder político (tabela 4.1).

A desigualdade de género enquanto lacuna do desenvolvimento humano

A desigualdade de género está correlacionada com uma perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade (figura 4.2). País algum atingiu um baixo nível de desigualdade, em termos de desenvolvimento humano, sem moderar a perda decorrente da desigualdade de género. O investimento na igualdade das mulheres e na melhoria quer do seu nível de vida quer da sua capacitação são fulcrais para a agenda do desenvolvimento humano. “O desenvolvimento humano, se não abranger o género, está em perigo”, concluiu o Relatório do Desenvolvimento Humano pioneiro de 1995, com base em dados semelhantes.¹⁰

A atualidade tem um aspeto diferente de 1995. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 1995 observou disparidades de género consideráveis, superiores às atuais, mas documentou um progresso substancial no decurso das duas décadas anteriores, em particular na educação e na saúde, áreas em que era possível perspetivar a igualdade. A conclusão foi: “Estas impressões são um motivo de esperança — e não de pessimismo — quanto ao futuro.”¹¹

TABELA 4.1

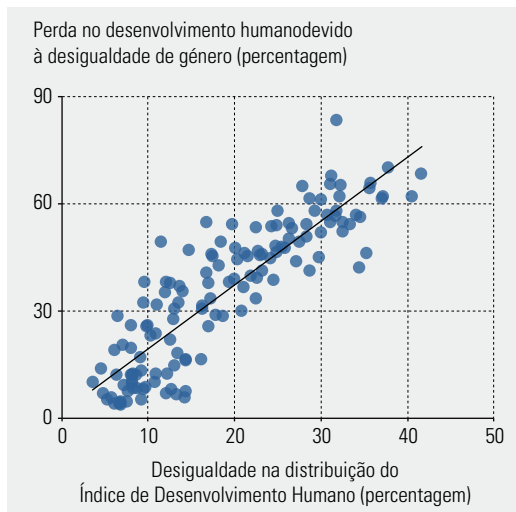
Índice de Desigualdade de Género: Painel regional

Região	Índice de Desigualdade de Género	Taxa de mortalidade materna (mortes por 100.000 nados vivos)	Taxa de partos na adolescência (nascimentos por 1.000 mulheres dos 15 aos 19 anos)	Percentagem de assentos no parlamento (% do sexo feminino)	População com pelo menos uma parte do ensino secundário (% com 25 anos ou mais)		Taxa de participação na força de trabalho ^[1] (% com 15 anos ou mais)	
					Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
					2010–2018	2010–2018	2018	2018
Estados Árabes	0,531	148,2	46,6	18,3	45,9	54,9	20,4	73,8
Ásia Oriental e Pacífico	0,310	61,7	22,0	20,3	68,8	76,2	59,7	77,0
Europa e Ásia Central	0,276	24,8	27,8	21,2	78,1	85,8	45,2	70,1
América Latina e Caraíbas	0,383	67,6	63,2	31,0	59,7	59,3	51,8	77,2
Ásia do Sul	0,510	175,7	26,1	17,1	39,9	60,8	25,9	78,8
África Subsariana	0,573	550,2	104,7	23,5	28,8	39,8	63,5	72,9

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (ver tabela estatística 5)

FIGURA 4.2

A desigualdade de género está correlacionada com uma perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade



Nota: Países mapeados segundo o seu desempenho ao nível do Índice de Desigualdade de Género, em relação ao seu desempenho quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade. Quanto maior for a perda devido à desigualdade de género, maior é a desigualdade em termos de desenvolvimento humano.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Hoje em dia, as perspetivas são diferentes. Nas duas últimas décadas, verificou-se um progresso notável na educação, quase atingindo a paridade no nível médio de matrículas no ensino primário, assim como na saúde, com uma redução da taxa global de mortalidade materna em 45 por cento desde 2000.¹² No entanto, os ganhos noutras dimensões da capacitação das mulheres não foram tão intensos e o progresso rumo à igualdade de género tem vindo a desacelerar (figura 4.3). A margem de melhoria com base nas atuais

estratégias poderá estar a deteriorar-se e, a menos que os obstáculos impostos por crenças e práticas preconceituosas que alimentam as desigualdades persistentes de género sejam solucionados, o progresso em direção à igualdade será bem mais difícil num futuro previsível.

Desigualdade de género e capacitação: Confluência nos aspetos básicos, disparidades crescentes ao nível das capacidades avançadas

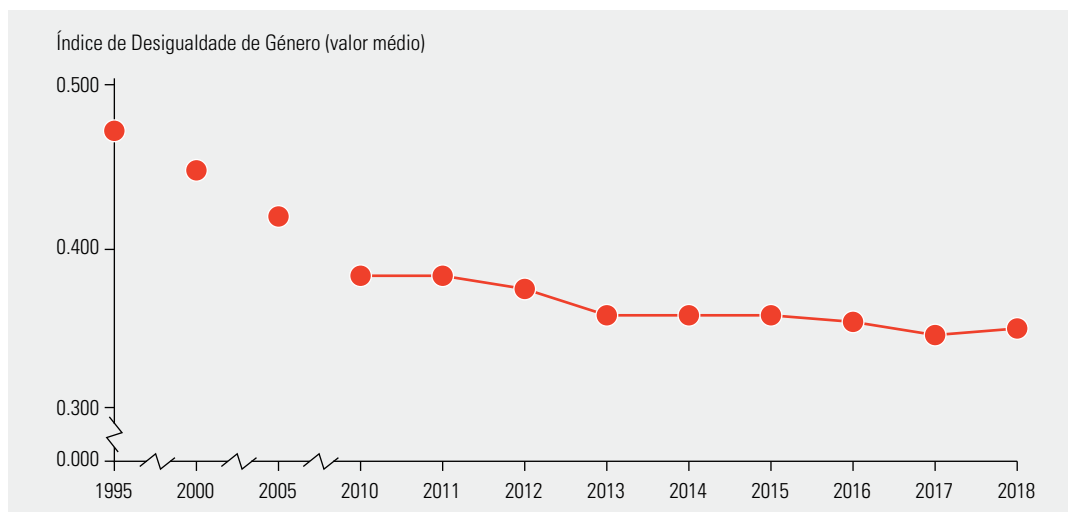
A acumulação de capacidades implica realizações com um cariz diverso. Conforme se discute no capítulo 1, o progresso no domínio do desenvolvimento humano está associado à expansão de liberdades substantivas, capacidades e funcionalidades, das básicas às mais avançadas. O progresso rumo à igualdade tende a ser mais acelerado quanto às capacidades básicas e mais difícil no tocante às capacidades avançadas. As capacidades relacionadas com a igualdade de género seguem um padrão idêntico. Um ponto positivo é a convergência das mulheres em áreas elementares do desenvolvimento. As barreiras legais à igualdade de género foram removidas na maior parte dos países: As mulheres podem votar e ser eleitas, têm acesso à educação e podem participar na economia sem restrições formais. Contudo, o progresso tem sido desigual, à medida que as mulheres transitam das áreas básicas para as avançadas, as discrepâncias tendem a ser mais acentuadas.

Estes padrões podem ser encarados como um reflexo da distribuição da capacitação individual e do poder

Um ponto positivo é a convergência das mulheres em áreas elementares do desenvolvimento. Contudo, o progresso tem sido desigual, à medida que as mulheres transitam das áreas básicas para as avançadas, em que as discrepâncias tendem a ser mais acentuadas

FIGURA 4.3

O progresso rumo à igualdade de género está a abrandar



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (ver tabela estatística 5).

As mulheres alcançam um progresso maior e mais rápido nos domínios em que a sua capacitação individual ou o seu poder social são inferiores (capacidades básicas). Enfrentam, porém, um teto de vidro nas áreas de maior responsabilidade, de liderança política e com proveitos sociais nos mercados, na vida social e na política (capacidades avançadas)

social: As mulheres alcançam um progresso maior e mais rápido nos domínios em que a sua capacitação individual ou o seu poder social são inferiores (capacidades básicas). Enfrentam, porém, um teto de vidro nas áreas de maior responsabilidade, de liderança política e com proveitos sociais nos mercados, na vida social e na política (capacidades avançadas) (figura 4.4). Esta visão dos gradientes da capacitação está intimamente ligada à literatura fundadora acerca das necessidades básicas e estratégicas decorrentes do planeamento relativo ao género (caixa 4.1).

Considere-se o acesso à participação política (ver figura 4.4, painel esquerdo). Tanto as mulheres quanto os homens apresentam uma taxa semelhante de participação eleitoral. Existe, deste modo, paridade no nível de ingresso na participação política, em que o poder é muito difuso. Todavia, quando está em causa um poder político mais concentrado, as mulheres apresentam um grave défice de representação. Quanto maiores forem o poder e a responsabilidade, maior é a disparidade entre os géneros — que, no caso dos chefes de Estado e de governo, se cifra em quase 90 por cento.

Mesmo no caso das mulheres que atingem níveis superiores de poder, registam-se gradientes semelhantes. Apenas 24 por cento dos membros dos parlamentos nacionais eram mulheres em 2019,¹³ e as suas áreas de competência exibiam uma distribuição desigual. Os cargos mais comuns entre as mulheres diziam respeito ao ambiente, aos recursos naturais e à energia, a que se seguiam os setores sociais, como os assuntos sociais, a educação e a família. Havia um menor número de mulheres titulares de cargos em domínios como os

transportes, a economia ou as finanças. Certas áreas de atividade são tipicamente associadas a características femininas ou masculinas, à semelhança do que sucede na educação e no mercado de trabalho.

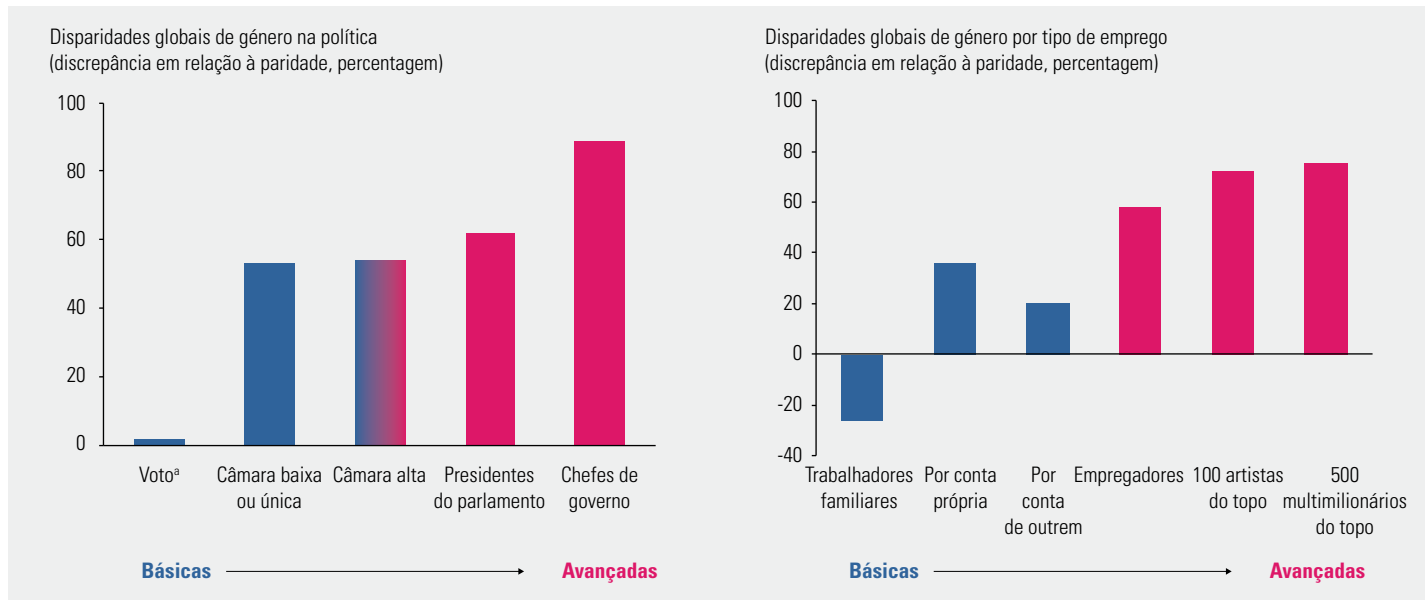
A participação económica apresenta, de igual modo, um gradiente (ver figura 4.4, painel direito). Nos casos em que a capacitação é básica e precária, as mulheres encontram-se sobrerrepresentadas, a exemplo dos trabalhadores familiares (tipicamente não remunerados). Posteriormente, à medida que o poder económico aumenta, dos trabalhadores aos empregadores e dos empregadores aos artistas de sucesso e aos multimilionários, a discrepância entre os géneros agrava-se.

Os gradientes de capacitação parecem lineares num conjunto uniforme de empresas, como no caso das disparidades de género na liderança das empresas do índice S&P 500. Embora o emprego global de mulheres nestas empresas esteja próximo da paridade, as mulheres estão sub-representadas nos mais altos cargos.

Nos países em vias de desenvolvimento, a maioria das mulheres cujo trabalho é remunerado pertencem à economia informal. Os países com elevadas taxas de trabalho informal feminino incluem o Uganda, o Paraguai, o México e a Colômbia (figura 4.5), onde mais de 50 por cento das mulheres são protegidas por uma regulamentação mínima, dispõem de poucos ou nenhuns benefícios, carecem de representação, segurança social e condições dignas de trabalho, encontrando-se vulneráveis à prática de baixos salários e à potencial perda do emprego.

FIGURA 4.4

Quanto maior a capacitação, mais acentuadas as disparidades de género



a. Presume-se uma percentagem equivalente de homens e de mulheres no conjunto da população eleitoral.
 Source: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Inquérito Mundial de Valores, da União Interparlamentar, da OIT (2019b) e da Forbes (2019).

CAIXA 4.1

Necessidades e interesses práticos e estratégicos de género

A noção de necessidades e interesses práticos e estratégicos de género (proposta por Carolina Moser),¹ que enforma, em grande medida, o quadro de análise das políticas relativas ao género, está ligada à conceção das capacidades básicas e avançadas e das realizações no presente Relatório. Conforme se articula nas análises das políticas sociais quanto ao género,² as necessidades práticas de género referem-se às necessidades das mulheres e dos homens no tocante à amenização da vida quotidiana, tais como o acesso a água, melhores transportes, estabelecimentos de cuidados infantis, etc. A resolução destas questões não colocará, diretamente, em causa as relações de poder entre géneros, embora possa suprimir importantes obstáculos à capacitação económica das mulheres. As necessidades estratégicas de género referem-se às necessidades

sociais de transformação dos papéis e das relações em função do género, como uma lei que condene a violência com base no mesmo, a igualdade no acesso ao crédito e sucessória, entre outras. A solução destes problemas deverá alterar as relações de poder entre géneros. Por vezes, as necessidades práticas e estratégicas coincidem — por exemplo, a necessidade prática de cuidados infantis coincide com a necessidade estratégica de encontrar um trabalho externo ao lar.³ A diferença é comparável à que existe entre as capacidades básicas e avançadas, discutida neste Relatório. As alterações renovadoras passíveis de transformações normativas e estruturais são os fatores mais sólidos de previsão de intervenções práticas e estratégicas de ampliação da agência e da capacitação das mulheres, com vista à igualdade de género.

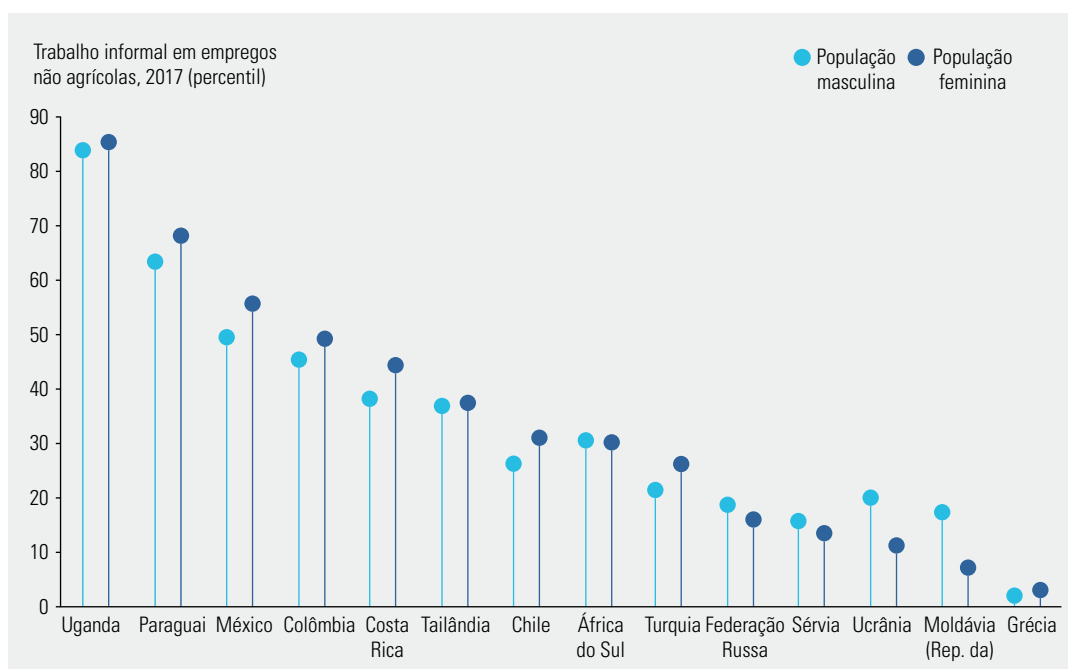
Notas
 1. Molyneux 1985; Moser 1989. 2. Moser 1989. 3. ASDI 2015.

As mulheres da atualidade são as mais qualificadas da história e as gerações mais jovens de mulheres alcançaram a paridade ao nível da frequência do ensino primário.¹⁴ Tudo indica, no entanto, que isso já não seja suficiente para atingir a paridade na idade adulta. A transição do sistema educativo para o mundo do trabalho remunerado é marcada por uma descontinuidade na igualdade de género, associada às

funções reprodutoras das mulheres (ver Painel 2 do anexo estatístico), o que revela um dos “alvos móveis” discutidos no capítulo 1. Alguns representam uma parte normal do processo de desenvolvimento — a necessidade constante de dilatar as fronteiras para ir além. Outros assinalam a reação das normas sociais profundamente enraizadas, destinada a preservar a estrutura de poder que lhes subjaz.

FIGURA 4.5

Nos países em vias de desenvolvimento, geralmente, a percentagem de trabalho informal no emprego não agrícola é, no caso das mulheres, superior à dos homens



Fonte: OIT 2019b.

Estarão as normas sociais e os desequilíbrios de poder a mudar?

Há muito que a desigualdade de género está associada a normas sociais discriminatórias persistentes, que ditam os papéis sociais e as relações de poder entre os homens e as mulheres no seio da sociedade

Há muito que a desigualdade de género está associada a normas sociais discriminatórias persistentes, que ditam os papéis sociais e as relações de poder entre os homens e as mulheres no seio da sociedade.¹⁵ As normas sociais sustentadas pelos indivíduos e pelos respetivos grupos de referência são valores, crenças, atitudes e práticas que afirmam as dinâmicas preferenciais de poder no contexto das interações entre os indivíduos e as instituições.¹⁶ Enquanto construções, numa aceção mais ampla, as normas são aplicadas mediante crenças, atitudes e práticas.¹⁷

As expectativas das pessoas quanto às funções dos indivíduos nos agregados familiares, nas comunidades, nos locais de trabalho e nas sociedades podem determinar o funcionamento de um grupo. As mulheres deparam-se frequentemente com expectativas sociais convencionais vinculadas que lhes atribuem o papel de prestadoras de cuidados e donas de casa; do mesmo modo, é esperado que os homens sejam responsáveis pelo rendimento familiar.¹⁸ Estas normas sociais incorporam padrões duradouros de exclusão da tomada de decisões domésticas e comunitárias, que restringem as oportunidades e opções das mulheres. Assim, apesar da convergência quanto a alguns indicadores de resultados — como o acesso a

todos os níveis de ensino e aos cuidados de saúde — as mulheres e raparigas de muitos países ainda não são capazes de concretizar a plenitude do seu potencial.¹⁹

As crenças acerca do que os outros fazem e do que julgam que uma pessoa do mesmo grupo de referência deveria fazer, mantidas pela aprovação e censura sociais, orientam, frequentemente, as ações tomadas em contextos sociais.²⁰ Importa, pois, quantificar as crenças e atitudes que geram vieses e preconceitos em relação à capacitação das mulheres no seio da sociedade.

As normas sociais abrangem vários aspetos da identidade de um indivíduo — género, idade, etnia, religião, capacidade, etc. — que são heterogéneos e multidimensionais. As normas sociais discriminatórias e os estereótipos reforçam as identidades associadas aos géneros e determinam as relações de poder que condicionam o comportamento das mulheres e dos homens de formas que geram desigualdade. As normas influenciam as expectativas quanto aos comportamentos masculinos e femininos considerados socialmente aceites ou mal vistos. Afetam, assim, diretamente as escolhas, liberdades e capacidades dos indivíduos.

As normas sociais são, ainda, o reflexo de características partilhadas por grupos de indivíduos. As regras comportamentais são estipuladas de acordo com os padrões de comportamento ou ideais vinculados ao

sentido de identidade de um grupo.²¹ Os indivíduos apresentam uma multiplicidade de identidades sociais, comportando-se em função de ideais relacionados com as mesmas, e esperam que os outros que partilham uma identidade comum se comportem de acordo com esses ideais. As normas comportamentais associadas a esses ideais afetam a percepção que as pessoas têm de si próprias e das demais, engendrando, deste modo, um sentido de pertença a grupos identitários específicos. As crenças no que diz respeito aos comportamentos apropriados determinam, com frequência, o leque de opções e preferências que as pessoas adotam — neste

contexto, as normas podem condicionar a autonomia e a liberdade e as crenças relativas à censura e à reprovação social erguendo barreiras aos transgressores. No caso dos papéis atribuídos em função do género, estas crenças podem ser particularmente importantes para a determinação das liberdades e das relações de poder com outras identidades — consolidadas pela sobreposição e interseção com as que dizem respeito a hierarquias etárias, raciais e de classe (caixa 4.2).

Qual a prevalência dos preconceitos baseados em normas sociais? De que modo estão a evoluir? Como afetam a igualdade de género? Trata-se de questões

CAIXA 4.2

Identidades que se sobrepõem e intersectam

Quando as identidades de género se sobrepõem a outras identidades, combinam-se e intersectam-se, gerando preconceitos distintos e práticas discriminatórias que infringem a igualdade de direitos dos indivíduos em sociedade. A interseccionalidade é o modo complexo e cumulativo segundo o qual os efeitos de diferentes formas de discriminação se combinam, sobrepõem ou intersectam — e, em conjunto, se amplificam.¹ Um termo sociológico, a interseccionalidade refere-se à interligação entre categorias sociais como a raça, a classe, o género, a idade, a etnia, a capacidade e o estatuto residencial, encaradas como a origem de sistemas sobrepostos e interdependentes de discriminação ou imposição de desvantagens. Provém da literatura acerca dos direitos legais civis, reconhecendo que as políticas podem excluir pessoas que se defrontam com discriminações sobrepostas que lhes são únicas.

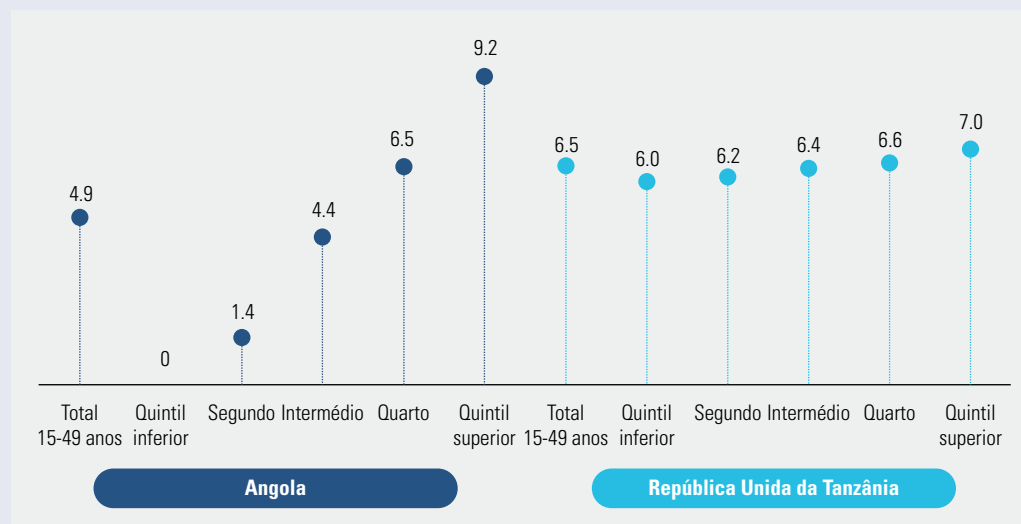
As identidades sobrepostas devem ser tidas em consideração na investigação e na análise de políticas, visto que diferentes normas sociais e estereótipos de exclusão podem estar associados a

diversas identidades. Por exemplo, no que se refere à mediana de anos de escolaridade concluídos em Angola e na República Unida da Tanzânia, uma importante disparidade separa as mulheres do quintil superior de riqueza das que ocupam o segundo quintil ou o da base (ver figura). Caso as diferenças não sejam explicitamente contempladas, os programas públicos podem deixar as mulheres dos quintis inferiores para trás.

Acresce que as diversas identidades sociais dos indivíduos podem exercer uma profunda influência sobre as respetivas crenças e experiências no que diz respeito ao género. As pessoas que se identificam com múltiplos grupos minoritários, tais como as mulheres pertencentes a minorias raciais, facilmente podem ser excluídas e negligenciadas pelas políticas. Contudo, a invisibilidade gerada pela interação entre as identidades pode, igualmente, proteger os indivíduos vulneráveis, tornando-os alvos menos estereotípicos de formas comuns de preconceito e exclusão.²

Os índices multidimensionais de normas sociais de género evidenciam uma associação à desigualdade de género. Nos países com maiores preconceitos, a desigualdade é mais acentuada

Como as disparidades ao nível da mediana de anos de escolaridade distinguem os ricos dos pobres em Angola e na República Unida da Tanzânia, 2015



Nota: O quintil inferior refere-se aos 20 percentis mais pobres; o quintil superior refere-se aos 20 percentis mais abastados.
Fonte: Inquéritos sobre Demografia e Saúde.

Notas
1. IWDA 2018. 2. Biernat e Sesko 2013; Miller 2016; Purdie-Vaughns e Eibach 2008.

complexas, sobretudo porque as normas e atitudes sociais são difíceis de observar, interpretar e medir. Ainda assim, através de dados da 5.ª edição (2005–2009) e da 6.ª edição (2010–2014) do Inquérito Mundial de Valores, é possível construir um índice de normas sociais que registre o modo como as crenças sociais podem obstruir a igualdade de género em múltiplas dimensões (figura 4.6 e caixa 4.3).

Preconceitos generalizados e reação adversa

Os índices multidimensionais per capita e de elevada intensidade de normas sociais de género (ver caixa 4.3) revelam preconceitos disseminados quanto às normas sociais de género. De acordo com o índice per capita, apenas 14 por cento das mulheres e 10 por cento dos homens, a nível mundial, não apresentam quaisquer preconceitos quanto às normas sociais de género (figura 4.7). As mulheres exibem uma propensão para um menor preconceito contra a igualdade de género e a capacitação feminina. Verifica-se uma concentração nos segmentos intermédios da distribuição no caso dos homens, 52 por cento dos quais apresentam dois a quatro preconceitos quanto às normas sociais de género. O índice de elevada intensidade demonstra que mais de metade da população mundial tem um preconceito de elevada intensidade contra a igualdade de género e a capacitação das mulheres.

Ambos os índices comprovam uma estagnação ou reação adversa entre os períodos de 2005–2009 e 2010–2014. A percentagem, à escala mundial, quer de mulheres quer de homens sem preconceitos quanto às normas sociais em função do género decresceu (figura 4.8).

O progresso, no que toca à percentagem de homens sem preconceitos em relação às normas sociais de género, foi mais acentuado no Chile, na Austrália, nos Estados Unidos e nos Países Baixos (figura 4.9). No outro extremo, indiciando uma reação adversa, a percentagem de homens sem qualquer preconceito diminuiu na Suécia, na Alemanha, na Índia e no México.

Os maiores aumentos da proporção de mulheres sem preconceitos no tocante às normas sociais de género ocorreram nos Países Baixos, no Chile, na e na Austrália. Contudo, a maior parte dos países da amostra revelam uma reação adversa, encabeçados pela Suécia, Índia, África do Sul e Roménia (ver figura 4.9).

Desigualdade de género e normas sociais

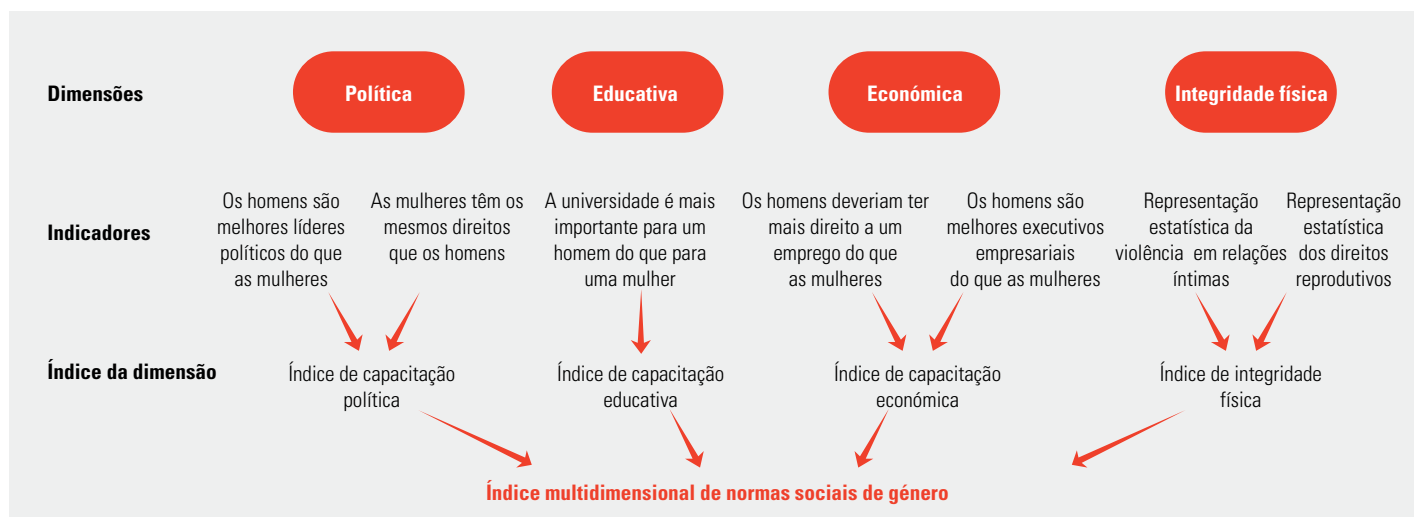
Os índices multidimensionais de normas sociais de género evidenciam uma associação à desigualdade de género, como seria de esperar. Nos países com um nível mais elevado de preconceito (medido através dos índices multidimensionais de normas sociais de género), a desigualdade global (medida pelo Índice de Desigualdade de Género) é mais acentuada (figura 4.10). De um modo semelhante, os índices apresentam uma relação positiva com o Índice de Desigualdade de Género no tocante ao tempo despendido em tarefas domésticas e na prestação de cuidados sem remuneração.

Os preconceitos das normas sociais evidenciam, igualmente, um gradiente. As dimensões políticas e económicas do índice multidimensional de normas sociais de género indicam preconceitos em prol das realizações básicas das mulheres e contra um progresso mais avançado por parte das mesmas (figura 4.11). Em termos gerais,

As identidades sobrepostas devem ser tidas em consideração na investigação e na análise de políticas, visto que diferentes normas sociais e estereótipos de exclusão podem estar associados a diversas identidades

FIGURA 4.6

Como as crenças sociais podem obstruir a capacitação de género e das mulheres



Fonte: Mukhopadhyay, Rivera e Tapia 2019.

O índice multidimensional de normas sociais de género — medição de enviesamentos, preconceitos e crenças

A investigação efetuada no âmbito deste Relatório propôs o índice multidimensional de normas sociais de género, que visa registar o modo como as crenças sociais podem obstruir a igualdade de género em várias dimensões. O índice abrange quatro dimensões — política, educativa, económica e integridade física — e é elaborado com base nas respostas a sete questões do Inquérito Mundial de Valores, utilizadas para a criação de sete indicadores (ver figura 4.5, no corpo do texto). A seleção de respostas varia consoante o indicador. No caso dos indicadores com uma seleção de respostas que inclui “concordo fortemente”, “concordo”, “discordo” e “discordo fortemente”, o índice define os indivíduos com preconceito como aqueles que respondem “concordo fortemente” e “concordo”. Em relação ao indicador político relativo aos direitos das mulheres, cuja resposta consiste numa escala numérica, de 1 a 10, o índice define os indivíduos com preconceito como aqueles que selecionam uma classificação igual ou inferior a 7. Já quanto aos indicadores referentes à integridade física, cuja resposta também oscila entre 1 e 10, o índice define os indivíduos com preconceito através de uma representação estatística (proxy) variável da violência em relações íntimas e de outra relativa aos direitos reprodutivos.

Agregação

Em cada indicador, uma variável apresenta um valor de 1 quando um indivíduo tem preconceitos e de 0, quando não os tem. Em seguida, são utilizados dois métodos de agregação para a apresentação dos resultados relativos ao índice.

O primeiro consiste numa contagem simples (equivalente à abordagem de união), em que os indicadores são, simplesmente, somados, pelo que têm a mesma ponderação. Este resultado tem um valor mínimo de 0 e um máximo de 7:

O cálculo é uma simples adição de variáveis dicotómicas, embora complique a desagregação e a análise por dimensão e por indicador.

Para solucionar esta questão, o segundo método adota a metodologia de Alkire–Foster,¹ contando os diferentes preconceitos relativos às normas sociais de género que um indivíduo enfrenta em simultâneo (seguindo a abordagem interseccional). Estas dimensões são analisadas por forma a determinar quem apresenta um preconceito, quanto a cada indicador. Este resultado contabiliza apenas as pessoas com um preconceito de elevada intensidade.

Os métodos são aplicados a dois conjuntos de países. O primeiro conjunto é composto por países com dados relativos ora à 5. edição (2005–2009) ora à 6. edição (2010–2014) do Inquérito Mundial de Valores, recorrendo aos dados mais recentes disponíveis. Este conjunto inclui 77 países e territórios, representando 81 por cento da população mundial.

O segundo conjunto é formado, unicamente, por países com dados quer da 5. edição quer da 6. edição. Este conjunto inclui 32 países e territórios, representando 59 por cento da população mundial.

Definição de preconceito dos indicadores do índice multidimensional de normas sociais de género

Dimensão	Indicador	Opções	Definição de preconceito
Política	Os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres	Concordo fortemente, concordo, discordo, discordo fortemente	Concordo fortemente e concordo
	As mulheres têm os mesmos direitos que os homens	1, não essencial, a 10, essencial	Forma intermédia: 1–7
Educativa	A universidade é mais importante para um homem do que para uma mulher	Concordo fortemente, concordo, discordo, discordo fortemente	Concordo fortemente e concordo
Económica	Os homens deveriam ter mais direito a um emprego do que as mulheres	Concordo, não concordo nem discordo, discordo	Concordo fortemente e concordo
	Os homens são melhores executivos empresariais do que as mulheres	Concordo fortemente, concordo, discordo, discordo fortemente	Concordo
Integridade física	Representação estatística da violência em relações íntimas	1, nunca, a 10, sempre	Forma mais forte: 2–10
	Representação estatística dos direitos reprodutivos	1, nunca, a 10, sempre	Forma mais fraca: 1

Fonte: Mukhopadhyay, Rivera e Tapia 2019.

Nota
1. Alkire e Foster 2011.
Fonte: Mukhopadhyay, Rivera e Tapia 2019.

os preconceitos parecem ser mais intensos em relação às formas mais avançadas de participação das mulheres. A proporção de pessoas que favorecem os homens, em detrimento das mulheres, quanto aos altos cargos de liderança política e económica é superior à percentagem de pessoas que preferem os homens às mulheres no tocante ao acesso a direitos políticos básicos ou ao emprego remunerado.

Estas diferenças podem ser justificadas por várias teorias relacionadas com as normas sociais. Uma das quais sugere a incapacidade de discernir entre a confiança e a competência. Caso as pessoas interpretem, erroneamente, a confiança como um sinal de competência, podem ser induzidas em erro, julgando que os homens são melhores líderes do que as mulheres, quando, na verdade, são apenas mais confiantes. Por outras palavras, no que diz respeito à liderança, a única vantagem dos homens sobre as mulheres é o facto de

as manifestações de excesso de confiança, frequentemente dissimulado como carisma ou charme, serem comumente confundidas com o potencial para a liderança e muito mais frequentes entre os homens do que entre as mulheres.²²

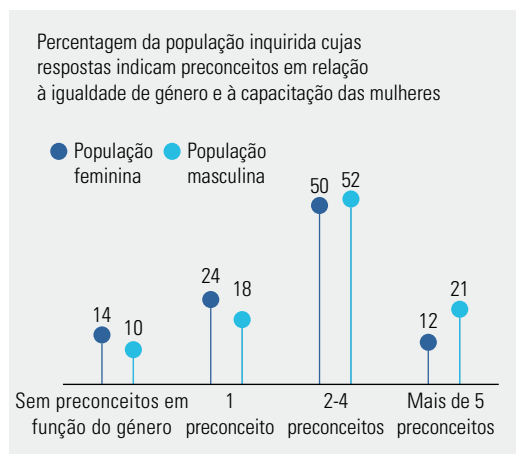
É provável que os gradientes dos preconceitos afetem as eleições e as decisões económicas e familiares, dificultando a consecução da igualdade de género nas situações que envolvem níveis superiores de capacitação.

O que leva à mudança — e o que determina a sua natureza?

De que modo podem as práticas e os comportamentos mudar ou, por outro lado, preservar os papéis tradicionais em função do género? As normas podem evoluir à medida que as economias se desenvolvem, mediante

FIGURA 4.7

Apenas 14 por cento das mulheres e 10 por cento dos homens, a nível mundial, não apresentam quaisquer preconceitos quanto às normas sociais de género



Nota: Painel equilibrado de 77 países e territórios, com dados da 6. edição (2010–2014) do Inquérito Mundial de Valores, representando 81 por cento da população mundial.
Fonte: Mukhopadhyay, Rivera e Tapia (2019), com base em dados do Inquérito Mundial de Valores.

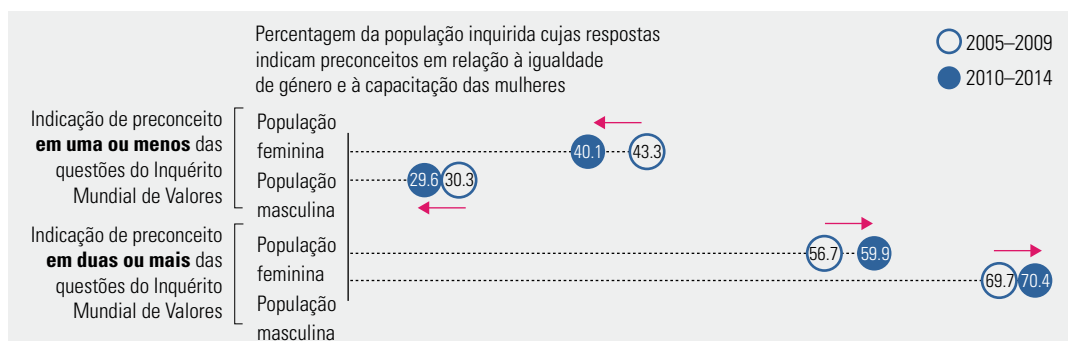
As normas podem evoluir à medida que as economias se desenvolvem, mediante alterações das tecnologias de comunicação, novas leis, políticas ou programas, por meio do ativismo social e político e da exposição a ideias e práticas diferentes, através de canais formais e informais (educação, modelos a seguir e meios de comunicação social)

alterações das tecnologias de comunicação, novas leis, políticas ou programas, por meio do ativismo social e político e da exposição a ideias e práticas diferentes, através de canais formais e informais (educação, modelos a seguir e meios de comunicação social).²³

Os legisladores focam-se, frequentemente, em aspetos tangíveis — leis, políticas, compromissos orçamentais, declarações públicas e assim sucessivamente. Esta situação deve-se, em parte, à vontade de medir o impacto (e, deste modo, provar a eficácia), à frustração com o cariz vago das discussões dos “círculos de debate” em torno de direitos e normas e à pura impaciência face ao ritmo lento da mudança. Porém, negligenciar o poder invisível das normas equivaleria a renunciar a uma compreensão mais aprofundada da mudança social.²⁴

FIGURA 4.8

A percentagem, à escala mundial, quer de mulheres quer de homens sem preconceitos quanto às normas sociais em função do género decresceu entre 2005–2009 e 2010–2014



Painel equilibrado de 32 países e territórios, com dados quer da 5. edição (2005–2009) quer da 6. edição (2010–2014) do Inquérito Mundial de Valores, representando 59 por cento da população mundial.
Fonte: Mukhopadhyay, Rivera e Tapia (2019), com base em dados do Inquérito Mundial de Valores.

Atentemos nas diferenças subtis entre as normas descritivas e as injuntivas.²⁵ As normas descritivas consistem em crenças relativas às práticas consideradas normais no interior de um grupo ou de uma área. As normas injuntivas ditam aquilo que as pessoas de uma comunidade deveriam fazer. Esta distinção é importante, na prática, pois pode levar à compreensão dos motivos pelos quais alguns aspetos das normas e relações entre os géneros se transformam a um ritmo mais acelerado do que outros.²⁶

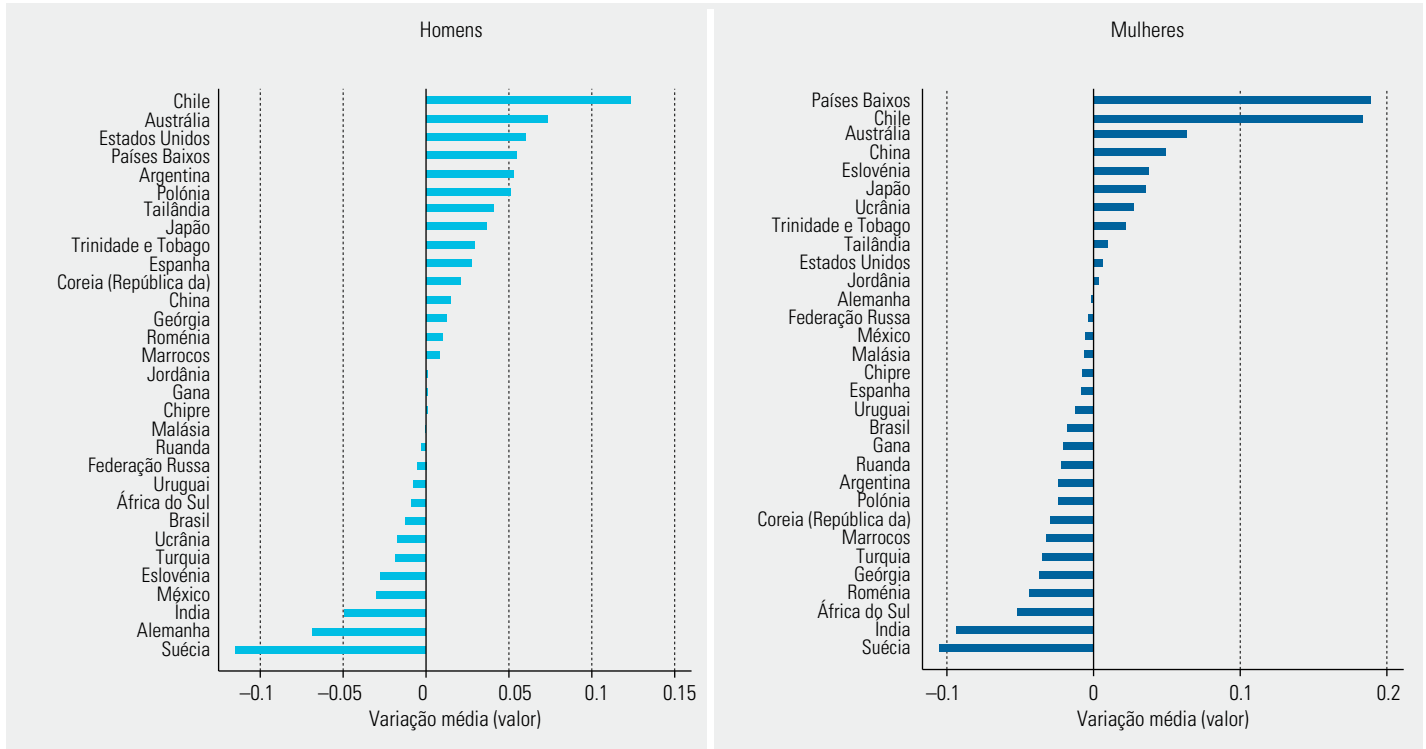
A família define normas e as experiências da infância geram um preconceito inconsciente em relação ao género.²⁷ As atitudes dos pais quanto ao género influenciam as crianças até à média adolescência, inclusive, e os menores em idade escolar têm uma perceção dos papéis em função do género.²⁸ As práticas e os comportamentos de parentalidade encontram-se, assim, entre os fatores de previsão dos comportamentos e das expectativas dos indivíduos com ligação ao género. Por exemplo, as crianças tendem a imitar (nas suas atitudes e ações) o modo como os seus pais dividem o trabalho remunerado e não remunerado.²⁹

As experiências de parentalidade podem, no entanto, influenciar a alterar as normas sociais e os papéis em função do género dos adultos. Num fenómeno designado por “mighty girl effect”, a consciência de cada pai no tocante às desvantagens associadas ao género aumenta quando tem filhas a seu cargo.³⁰ Ser pai de uma rapariga em idade escolar faz com que seja mais fácil, para um homem, colocar-se na posição da sua filha, nutrir empatia pelas raparigas que enfrentam normas tradicionais em função do género e adotar outras, não tradicionais, que não deixem as suas filhas em desvantagem face aos homens no mercado laboral.³¹

A adolescência é outra etapa fundamental para a socialização com base no género, sobretudo para os rapazes.³²

FIGURA 4.9

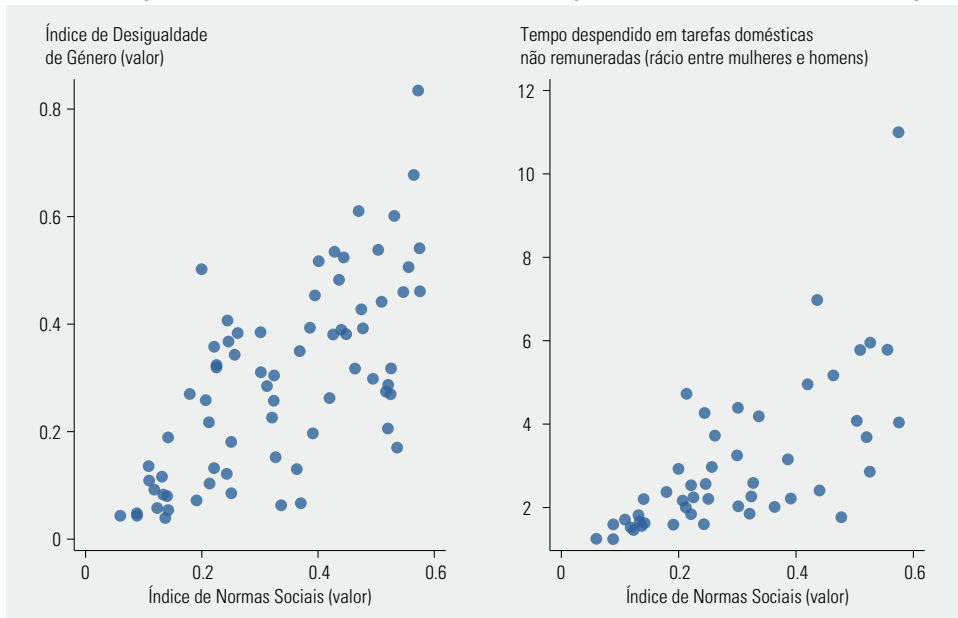
O progresso, entre 2005–2009 e 2010–2014, relativamente à percentagem de homens sem preconceitos ao nível das normas sociais de género, foi mais acentuado no Chile, na Austrália, nos Estados Unidos e nos Países Baixos, enquanto a maioria dos países evidenciou uma reação adversa na percentagem de mulheres sem preconceitos quanto às normas sociais em função do género



Note: Painel equilibrado de 32 países e territórios, com dados quer da 5. edição (2005–2009) quer da 6. edição (2010–2014) do Inquérito Mundial de Valores, representando 59 por cento da população mundial.
 Fonte: Mukhopadhyay, Rivera e Tapia (2019), com base em dados do Inquérito Mundial de Valores.

FIGURA 4.10

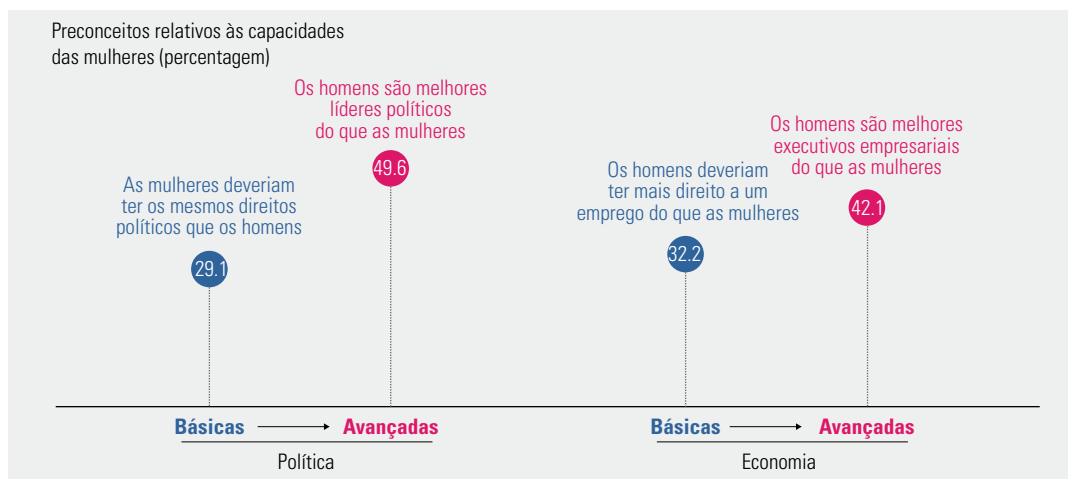
Os países com maiores preconceitos ao nível das normas sociais tendem a apresentar uma desigualdade de género superior



Fonte: Mukhopadhyay, Rivera e Tapia (2019), com base em dados do Inquérito Mundial de Valores e do painel 2 do anexo estatístico.

FIGURA 4.11

Os preconceitos das normas sociais evidenciam um gradiente



Note: Painel equilibrado de 77 países e territórios, com dados da 6. edição (2011–2014) do Inquérito Mundial de Valores, representando 81 por cento da população mundial. Fonte: Mukhopadhyay, Rivera e Tapia (2019), com base em dados do Inquérito Mundial de Valores.

A impotência manifesta-se na incapacidade de participar em decisões que afetam profundamente a própria vida ou influenciá-las, enquanto agentes mais poderosos as tomam, apesar de desconhecerem a situação das pessoas vulneráveis e não terem os seus interesses em mente

É comum que os jovens adolescentes oriundos de diversos contextos culturais perfilhem normas que perpetuam as desigualdades de género e os pais e colegas são fulcrais para a formação destas atitudes. Algumas das normas de masculinidade subscritas dizem respeito à resistência física (ostentar uma maior tolerância à dor, envolver-se em brigas, participar em competições desportivas), à autonomia (independência financeira, proteção e sustento da família), ao estoicismo emocional (não “agir como uma rapariga” nem demonstrar vulnerabilidades, lidar com os problemas sozinho) e às proezas heterossexuais (ter relações sexuais com um grande número de raparigas, exercer o controlo sobre as mesmas em relações) (caixa 4.4).³³

As convenções sociais referem-se ao modo como o cumprimento das normas sociais de género é internalizado através de valores individuais positiva ou negativamente reforçados. O reforço positivo recorre à aprovação social ou psicológica, ao passo que o negativo pode variar entre o ostracismo e a violência ou execução de medidas jurídicas. O estigma pode restringir aquilo que é considerado normal ou aceitável, bem como ser usado para a manutenção de estereótipos e normas sociais relativamente aos comportamentos apropriados. Uma norma social será tão mais persistente quanto mais os indivíduos tiverem a ganhar com o cumprimento da mesma e a perder com o seu confronto.³⁴ As normas sociais têm um poder suficiente para impedir que as mulheres reivindiquem os seus legítimos direitos, devido à pressão para corresponderem às expectativas sociais.³⁵

As normas sociais podem, ainda, prevalecer quando os indivíduos não dispõem de informações ou conhecimento que lhes permitam agir ou pensar de um modo

diferente.³⁶ Devido à interligação entre as dinâmicas sociais,³⁷ o confronto das normas discriminatórias que impedem a igualdade de género e a capacitação das mulheres exige a tomada de medidas simultâneas em relação a vários fatores.

Escolhas limitadas e desequilíbrios de poder ao longo do ciclo de vida

A desigualdade de género no seio das famílias e das comunidades caracteriza-se por uma desigualdade transversal a múltiplas dimensões, constituindo um círculo vicioso de impotência, estigmatização, discriminação, exclusão e privação material, fenómenos que se reforçam mutuamente. A impotência manifesta-se de diversas formas, mas, no seu âmago, reside a incapacidade de participar em decisões que afetam profundamente a própria vida ou influenciá-las, enquanto agentes mais poderosos as tomam, apesar de desconhecerem a situação das pessoas vulneráveis e não terem os seus interesses em mente. O desenvolvimento humano prende-se com a expansão das liberdades substantivas e das opções. Nesta secção, apresentamos elementos que demonstram as escolhas limitadas ou mesmo trágicas com que as mulheres se defrontam.³⁸

É possível identificar exemplos de opções limitadas com base numa abordagem centrada no ciclo de vida. Algumas representam restrições flagrantes de liberdades básicas e direitos humanos; outras consistem em manifestações subtis de preconceitos quanto ao género. As disparidades na infância e na adolescência agravam-se

A caixa da masculinidade

O envolvimento dos homens e rapazes é uma parte crucial da promoção da agenda da igualdade de gênero. A igualdade de gênero implica a mudança e a transformação da forma como os indivíduos exprimem e experienciam o poder nas suas vidas, relações e comunidades. Ao alcançarem a igualdade, as mulheres e os homens disporão da mesma agência para fazer escolhas e participar na sociedade. Ainda que as mulheres e raparigas sofram a maioria das consequências das desigualdades de gênero, os homens e rapazes também são afetados pelas concepções tradicionais do gênero.

O gênero é uma construção social das funções ou dos atributos associados ao masculino e ao feminino. Os significados de homem e de mulher são aprendidos e internalizados com base em experiências e mensagens, ao longo da vida, e normalizados através das estruturas sociais, da cultura e das interações. Embora os homens tenham, normalmente, uma agência superior à das mulheres quanto às respetivas vidas, as suas decisões são, de igual modo, profundamente moldadas por expectativas sociais e culturas rígidas em relação à masculinidade.

A masculinidade é o padrão de comportamentos ou práticas sociais associado aos ideais relativos ao modo como os homens devem comportar-se.¹ Algumas características da masculinidade dizem respeito à dominação, à dureza e à assunção de riscos, o que, recentemente, se tem designado por masculinidade tóxica ou caixa da masculinidade, visto que os comportamentos tradicionais dos papéis em função do gênero restringem a ação dos homens de uma

forma que preserva as estruturas de poder existentes. Em 2019, o Instituto Promundo, em parceria com a Unilever, estimou os impactos económicos da caixa da masculinidade no México, no Reino Unido e nos Estados Unidos, considerando a intimidação, a violência, a depressão, o suicídio, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e os acidentes de viação custos da restrição dos homens a comportamentos masculinos.² Duas das consequências mais nocivas para os homens dizem respeito à sua saúde mental: é menos provável que os homens procurem serviços de saúde mental do que as mulheres e os primeiros apresentam uma maior probabilidade de suicídio do que estas últimas. Para além dos benefícios éticos e sociais da igualdade de gênero, os homens, enquanto indivíduos, poderiam tirar partido da livre expressão, desde disporem de mais opções quanto às suas próprias experiências e comportamentos até formarem relações melhores e mais saudáveis com as mulheres e raparigas.

Assim sendo, importa desafiar as normas rígidas de gênero e as dinâmicas de poder dos agregados familiares e das comunidades, bem como envolver os homens e rapazes na concretização destas mudanças. O envolvimento dos homens na prevenção da violência com base no gênero, no apoio à capacitação económica das mulheres, na prossecução da mudança ao nível da saúde reprodutiva e no seu papel enquanto pais e prestadores de cuidados constitui um exemplo do modo como os homens podem pôr em causa as suas noções de masculinidade e de si próprios.

Importa desafiar as normas rígidas de gênero e as dinâmicas de poder dos agregados familiares e das comunidades, bem como envolver os homens e rapazes na concretização destas mudanças

Notas

1. Ricardo e MenEngage 2014. 2. Heilman e outros 2019.

quando as mulheres atingem a idade adulta, conforme exemplificam as diferenças ao nível da participação na população ativa e da representação das mulheres em cargos de poder, nos negócios e na política (ver figura 4.4). No caso do trabalho não remunerado de prestação de cuidados, as mulheres carregam um fardo maior, desempenhando mais do que o triplo das tarefas realizadas pelos homens.³⁹ Além disso, os desafios das mulheres mais velhas acumulam-se no decurso da vida: É menos provável, em relação aos homens, que tenham acesso a pensões, ainda que a sua esperança de vida seja superior em três anos. As normas sociais e a dependência do percurso histórico — o modo como os resultados atuais afetam os futuros resultados — interagem ao longo de todo este trajeto, formando um sistema altamente complexo de disparidades estruturais entre géneros.

Nascimento, primeira infância e idade escolar

Em algumas culturas, as normas sociais tradicionais podem afetar as raparigas mesmo antes do seu nascimento, visto que alguns países têm uma grande preferência por filhos do sexo masculino. Ao passo que, na década de 1990, apenas alguns países dispunham de tecnologia para determinar o gênero de um bebé

e somente 6 países apresentavam um rácio desequilibrado entre os sexos à nascença, hoje em dia, 21 países exibem um rácio enviesado. A preferência por um filho pode levar a abortos seletivos em função do sexo e a um grande número de mulheres “em falta”, sobretudo no caso de alguns países da Ásia do Sul.⁴⁰ A discriminação mantém-se no modo como os agregados familiares dividem os recursos. As raparigas e mulheres, por vezes, comem em último lugar e menos do que os restantes membros do agregado.⁴¹ As políticas alimentares em função do gênero — nutridas por premissas, normas e práticas relativas às menores necessidades calóricas das mulheres — podem impeli-las para uma situação perpétua de subnutrição e deficiência proteica.

As oportunidades educativas, incluindo o acesso e a qualidade, são afetadas quer pelas normas sociais do agregado familiar quer pelas da comunidade. As diferenças entre géneros manifestam-se nas famílias das raparigas, primeiramente, no tocante à educação enquanto direito humano e, posteriormente, em relação ao respeito pela agência das mulheres quanto à decisão de estudar e ao campo disciplinar da sua preferência. As normas sociais podem definir o nível de instrução que uma rapariga pode atingir ou a sua escolha quanto aos estudos. A restrição, o controlo e a fiscalização do

comportamento e das decisões de uma rapariga ou mulher no que diz respeito à sua educação ou trabalho, ou ao seu acesso a recursos financeiros ou à respetiva distribuição, constituem uma forma de violência económica (ver destaque 4.1, no final do capítulo). De resto, ainda que as raparigas tenham uma educação com a mesma qualidade da que é ministrada aos rapazes, os restantes efeitos da desigualdade — impulsionados, em particular, por normas sociais em função do género — reduzem a sua posterior probabilidade de alcançar cargos de poder e de participar na tomada de decisões.

À escala mundial, uma em cada oito raparigas em idade escolar não frequenta o ensino primário nem o secundário. Apenas 62 dos 145 países atingiram a paridade de género ao nível do ensino primário e secundário.⁴² A despeito do progresso observado em alguns países no tocante às taxas de matrícula, persistem grandes diferenças no tocante aos resultados da aprendizagem e à qualidade da educação.

Mesmo entre as crianças que frequentam a escola, os fatores determinantes das opções profissionais surgem muito precocemente. É menos provável que as raparigas estudem disciplinas do domínio das ciências, tecnologia, engenharia e matemática, enquanto os rapazes representam uma minoria dos estudantes da área da saúde e da educação.⁴³

Adolescência e início da idade adulta

A adolescência é a fase em que os futuros das raparigas e dos rapazes começam a divergir; enquanto os mundos dos rapazes se expandem, os das raparigas contraem-se.⁴⁴ Todos os anos, 12 milhões de raparigas são vítimas de casamentos forçados.⁴⁵ As raparigas obrigadas a casar na infância são vítimas de uma violação dos direitos humanos, condenadas a viver uma vida com escolhas muito restritas e um baixo grau de desenvolvimento humano.

O casamento infantil não só aliena as raparigas das respetivas famílias e redes de sociabilização, como ainda agrava o risco de se tornarem vítimas de violência doméstica.⁴⁶ Exacerba a desigualdade de género, na sua aceção geral, ao nível da educação e do emprego, ao reduzir, acentuadamente, a probabilidade de que uma rapariga conclua a sua educação formal e desenvolva competências para um emprego externo ao lar.⁴⁷ Conduz, ainda, a múltiplas gravidezes precoces, aumentando os riscos de saúde, tanto das raparigas casadas quanto dos seus filhos, uma vez que os riscos de morte dos filhos recém-nascidos, de mortalidade e de morbilidade infantil são mais elevados no caso das crianças concebidas por mulheres com uma idade inferior a 20 anos.⁴⁸

Os efeitos do casamento precoce sobre a saúde contam-se entre os muitos riscos neste domínio que são mais elevados no caso das mulheres e raparigas do que no dos homens e rapazes. Uma das formas transversais de desigualdade

horizontal mais disseminadas em todo o mundo, o casamento precoce acarreta riscos desproporcionais para a saúde das mulheres e raparigas, refletindo quer as diferenças biológicas quer ao nível das normas sociais (ver caixa 4.3). Além disso, o casamento precoce limita as opções das raparigas.

A taxa de gravidez na adolescência entre as mulheres com idades compreendidas entre 15–19 anos é de 104,7 por 1.000 na África Subsariana e de 63,2 na América Latina e nas Caraíbas. Quando uma rapariga adolescente engravida, a sua saúde é posta em perigo, as suas perspetivas educativas e laborais podem cessar abruptamente e a sua vulnerabilidade à pobreza e à exclusão multiplica-se.⁴⁹ A gravidez na adolescência, frequentemente o resultado da falta de oportunidades e de liberdade das raparigas, pode ser o reflexo da ausência de proteção dos seus direitos pelas pessoas em seu redor.

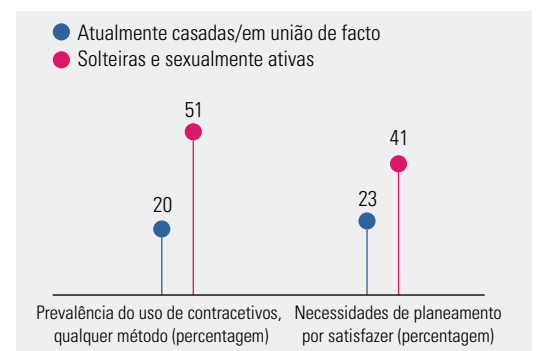
A contraceção é importante para a manutenção de uma boa saúde sexual e reprodutiva.⁵⁰ O uso de contraceptivos é mais acentuado entre adolescentes não casadas e sexualmente ativas, mas também as necessidades de planeamento familiar por satisfazer o são, especialmente na Ásia e Pacífico e na África Subsariana (figura 4.12). Persiste, em muitos países, um estigma em torno das mulheres não casadas que necessitam de serviços de planeamento familiar. Nalguns países, de resto, a regulamentação impede o acesso a estes serviços. Além disso, muitas mulheres não têm meios para pagar cuidados de saúde.

As normas sociais e os comportamentos tradicionais representam, geralmente, uma ameaça à saúde reprodutiva das mulheres. Estas últimas são mais vulneráveis à perda de agência para ter uma vida sexual satisfatória e segura, a capacidade de reproduzir-se e a liberdade de decidir se, quando e com que frequência o farão.⁵¹ Quando os homens recorrem ao seu poder para decidir em nome das mulheres, restringem o acesso das mulheres a recursos e ditam o seu comportamento. Em

As diferenças entre géneros ao nível do trabalho remunerado e não remunerado e os gradientes de capacitação agrupam vários elementos que restringem as opções das mulheres

FIGURA 4.12

O uso de contraceptivos é mais acentuado entre raparigas adolescentes não casadas e sexualmente ativas, mas também as necessidades de planeamento familiar por satisfazer o são, 2002–2014



Fonte: FNUAP 2016.

termos mais amplos, se as mulheres forem encaradas como objetos, ao invés de agentes dos agregados familiares e das comunidades, esta forma de desigualdade horizontal pode levar à violência e ao assédio (ver destaque 4.1, no final do capítulo), afetando a sua saúde mental.⁵²

Idade adulta e terceira idade

Em termos globais, as mulheres realizam mais trabalhos não remunerados do que os homens.⁵³ No entanto, a disparidade salarial global entre géneros é de 44 por cento (ver *tabela estatística 4*). As diferenças entre géneros ao nível do trabalho remunerado e não remunerado e os gradientes de capacitação agrupam vários elementos que restringem as opções das mulheres. As discrepâncias ilustram os efeitos multidimensionais da desigualdade de género sobre as escolhas profissionais, o rendimento, a independência financeira e a resiliência das mulheres face a choques externos.

Um dos fatores fundamentais que constroem a tomada de decisões por parte das mulheres consiste nas suas desvantagens em relação à quantidade de trabalho não remunerado que desempenham, assumindo uma quota-parte desproporcional da responsabilidade pelas tarefas domésticas, cuidando dos familiares e realizando, voluntariamente, trabalho comunitário.⁵⁴ Em média, as mulheres despendem cerca de 2,5 vezes mais tempo na realização de trabalhos não remunerados de prestação de cuidados e domésticos do que os homens.⁵⁵ Este facto afeta a participação das mulheres na população ativa, faz diminuir a produtividade em toda a economia e restringe as suas oportunidades para

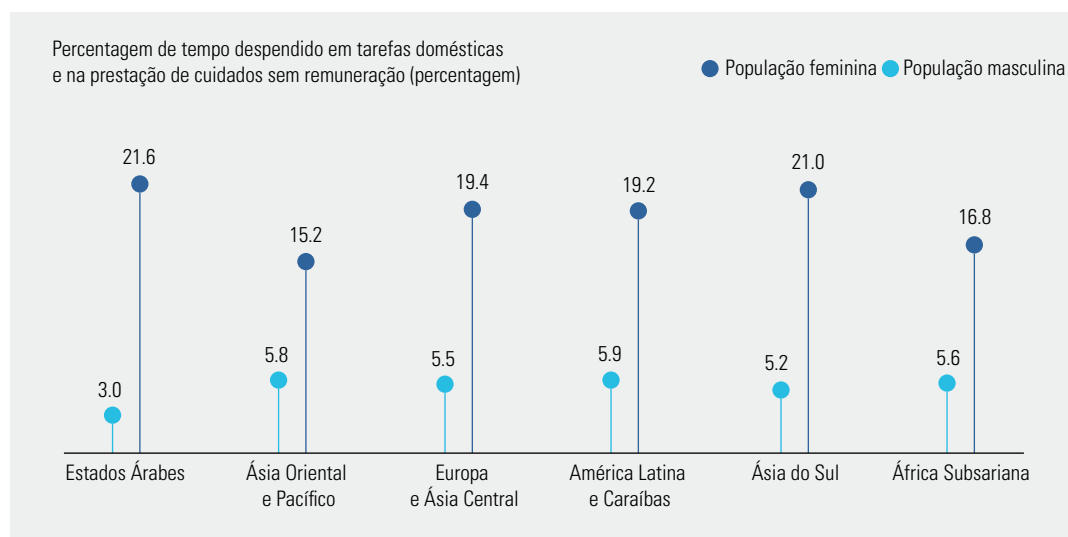
disporem do seu tempo livremente.⁵⁶ Este tipo de desigualdade de género está ligado aos níveis de rendimento: As regiões com um maior rendimento apresentam uma disparidade menor ao nível do trabalho não remunerado de prestação de cuidados. As regiões com as discrepâncias mais vincadas são os Estados Árabes, a Ásia do Sul, a África Subariana e a América Latina e Caraíbas — as mesmas que apresentam as maiores disparidades quanto à participação das mulheres na população ativa (figura 4.13). O esforço de conciliação das responsabilidades pelo trabalho de prestação de cuidados com o emprego remunerado pode levar à despromoção profissional das mulheres, uma situação em que optam por empregos inferiores ao seu nível de competências e aceitam piores condições de trabalho.⁵⁷

Algumas das restrições enfrentadas pelas mulheres são invisíveis quando as disparidades são examinadas de um modo isolado. As estatísticas, tipicamente, registam realizações (as funcionalidades), mas não o conjunto completo de escolhas (as capacidades). Este prisma parcial tende a ocultar os preconceitos multidimensionais presentes nas opções das mulheres. Considere-se, a título exemplificativo, uma mulher qualificada que tem filhos e se vê forçada a decidir entre aceitar um novo emprego e ficar em casa. As desigualdades no local de trabalho (incluindo as disparidades salariais⁵⁸ e o risco de assédio), as normas sociais (pressão para desempenhar o papel de mãe) e os desequilíbrios no lar (uma carga superior de trabalhos domésticos não remunerados), entre outros fatores, podem dissuadi-la da participação no emprego remunerado. A opção da mulher pode acarretar um sentimento de culpa ou arrependimento. Uma grande percentagem das

Uma maior participação feminina na gestão dos recursos naturais, nas atividades agrícolas produtivas e na resposta às catástrofes naturais pode fomentar a eficácia e a sustentabilidade das políticas e dos projetos

FIGURA 4.13

As disparidades no trabalho não remunerado de prestação de cuidados mantêm-se nas economias em vias de desenvolvimento



Nota: A regra de agregação foi relaxada; as estimativas não foram publicadas no painel.
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

A independência financeira das mulheres pode depender de fatores socioeconômicos, como a profissão, os rendimentos e a estabilidade dos mesmos, ou da discriminação jurídica e das normas associadas ao gênero

donas de casa julga estar, ao ficar em casa, a abdicar de uma carreira ou da independência econômica. Uma elevada percentagem de mães com profissões remuneradas é defrontada com stress causado pelo sentimento de que a sua opção traz sofrimento aos seus filhos (figura 4.14).

Acresce que as desigualdades de cariz doméstico exacerbam a desigualdade de género em função do mercado, através da desigualdade salarial devido à maternidade — um termo que pode referir-se ora à diferença entre o salário das mães e das mulheres sem filhos, ora à que existe entre as mães e os pais, ao invés de todos os homens e todas as mulheres pertencentes à população ativa. A desigualdade salarial devido à maternidade é, normalmente, mais acentuada nos países em vias de desenvolvimento e, em todos os países, aumenta consoante o número de filhos de cada mulher. A combinação de baixos rendimentos com dependentes conduz à sobre-representação das mulheres entre as pessoas pobres, durante a sua idade fértil: As mulheres apresentam uma probabilidade de residência num agregado familiar pobre, entre os 25 e os 34 anos de idade, superior, em 22 por cento, à dos homens.⁵⁹

De acordo com o Global Findex de 2017, do Banco Mundial, entre os 1,7 mil milhões de adultos sem conta bancária em todo o mundo, 56 por cento são mulheres, ao passo que, nos países em vias de desenvolvimento, a probabilidade de as mulheres não possuírem conta bancária é superior à dos homens em 9 pontos percentuais.⁶⁰ Os Estados Árabes e a África Subsariana apresentam a menor percentagem de mulheres com conta junto de uma instituição financeira ou de um prestador de serviços de dinheiro móvel, mas esta percentagem é inferior a 80 por cento em todas as

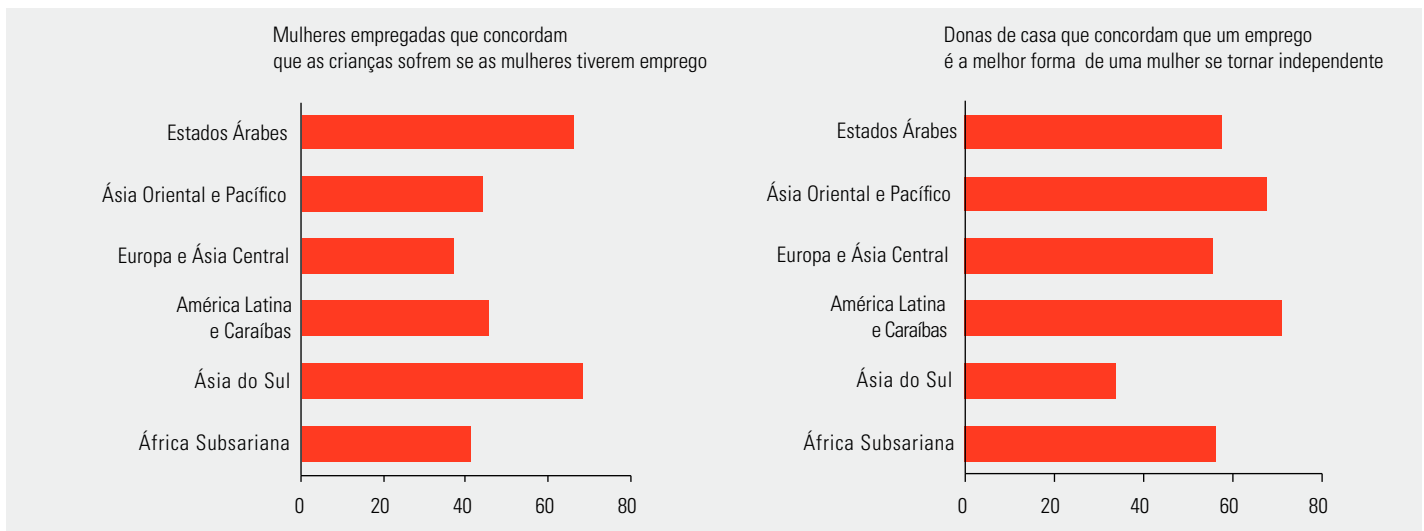
regiões de países em vias de desenvolvimento (figura 4.15). A independência financeira das mulheres pode depender de fatores socioeconômicos, como a profissão, os rendimentos e a sua estabilidade⁶¹ ou da discriminação jurídica e das normas associadas ao género.⁶² A restrição dos recursos das mulheres não se cinge ao domínio financeiro: as alterações climáticas, em particular, exacerbam as desigualdades existentes ao nível dos meios de subsistência das mulheres e reduzem a sua resiliência (caixa 4.5).

Conforme se observou, a probabilidade de pertença a agregados familiares pobres das raparigas e mulheres em idade fértil (15–49 anos) é superior à dos rapazes e homens da mesma idade (figura 4.16). Este fenómeno põe em causa a abordagem da composição dos agregados familiares com base em “definições de chefe”, no âmbito da análise de perfis de pobreza, segundo a qual é mais provável que os agregados familiares com um homem que aufera o rendimento, uma esposa sem rendimentos e crianças incluam mulheres pobres. As crianças e os demais dependentes podem ser um importante fator de vulnerabilidade para as mulheres em idade fértil. Quanto às pessoas de ambos os géneros, a partilha de recursos e a presença de um maior número de adultos com um emprego remunerado num agregado familiar podem protegê-las de uma situação de pobreza, tal como a educação, especialmente no caso das mulheres.⁶³

Para a maioria das pessoas, as condições de trabalho ao longo da vida têm um enorme impacto sobre as condições económicas e a autonomia na terceira idade. No caso das mulheres — sobre-representadas entre a população idosa — é provável que as disparidades anteriores, em termos de saúde, salários, produtividade,

FIGURA 4.14

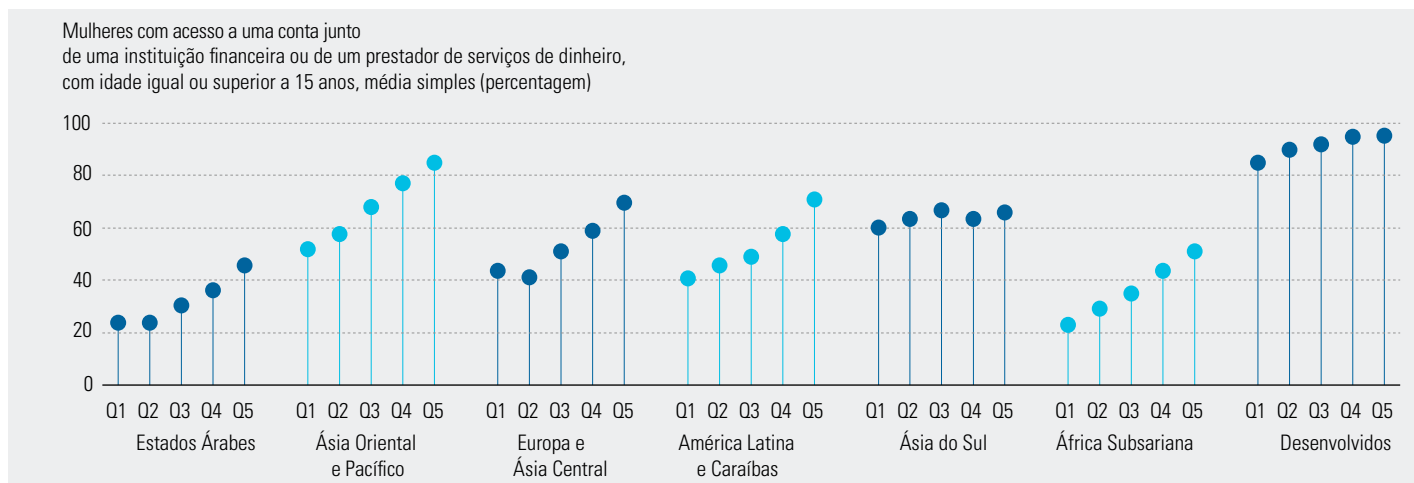
Uma grande percentagem de mulheres com emprego considera que a opção pelo trabalho acarreta o sofrimento dos seus filhos, ao passo que uma elevada percentagem das donas de casa julga estar, ao ficar em casa, a abdicar de uma carreira ou da independência econômica, 2010–2014¹



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da 6.ª edição (2010–2014) do Inquérito Mundial de Valores.

FIGURA 4.15

Em 2018, a percentagem de mulheres com conta junto de uma instituição financeira ou de um prestador de serviços de dinheiro móvel é inferior a 80 por cento em todas as regiões de países em vias de desenvolvimento



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em dados da base de dados do Global Findex.

CAIXA 4.5

Alterações climáticas e desigualdade de género

As mulheres tendem a ser responsáveis pela aquisição e pelo fornecimento de alimentos aos agregados familiares e representam a maioria dos trabalhadores empregues na agricultura de subsistência. Representam, em média, 43 por cento da mão-de-obra agrícola dos países em vias de desenvolvimento.¹

Ainda assim, padecem de um acesso iníquo à terra e aos insumos agrícolas,² o que pode afetar a sua produtividade no setor, gerando uma discrepância face à produtividade dos homens. Na Etiópia, no Malawi, no Ruanda, na Tanzânia e no Uganda, as disparidades de género em termos de produtividade agrícola variam entre os 11 e os 28 por cento.³ A diferença deve-se ao acesso ao crédito, à propriedade da terra, à utilização de fertilizantes e sementes e à disponibilidade de mão-de-obra. À semelhança do que sucede em muitas outras dimensões, as normas e tradições relativas ao género no seio do agregado familiar subjazem à afetação iníqua dos fatores de produção, restringindo, deste modo, a agência, o poder de decisão e a participação das mulheres no mercado laboral. Além disso, as disparidades de género no setor agrícola prejudicam a redução da pobreza e da desigualdade e a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e da deterioração do meio ambiente.

Uma maior participação feminina na gestão dos recursos naturais, nas atividades agrícolas produtivas e na resposta às catástrofes naturais pode fomentar a eficácia e a sustentabilidade das políticas e dos projetos. A abolição das disparidades de género em termos de produtividade agrícola aumentaria o rendimento das colheitas em 7–19 por cento na Etiópia, no Malawi, no Ruanda, na Tanzânia e no Uganda.⁴

As alterações climáticas podem afetar o rendimento e a instrução das mulheres, assim como o seu acesso aos recursos, às tecnologias e à informação,⁵ implicando consequências económicas e sociais para as mesmas. As mulheres dos países em vias de desenvolvimento são altamente vulneráveis nos casos em que dependem, em grande medida, dos recursos naturais locais para o seu sustento. As mulheres, porém, são poderosos agentes de mudança. Enquanto atores fundamentais em setores produtivos vitais, estão bem posicionadas para identificar e adotar estratégias apropriadas para o combate às alterações climáticas, ao nível doméstico e comunitário.

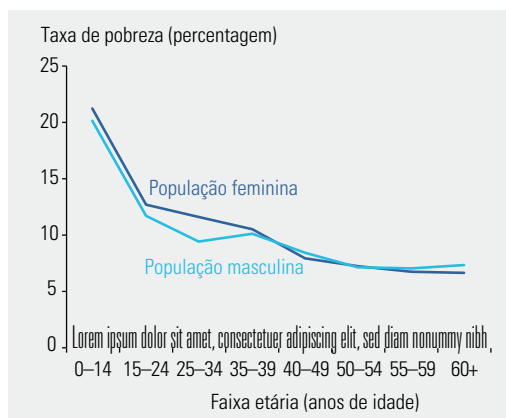
Uma análise que vá além das médias exige mais e melhores dados para continuar a lutar pela igualdade de género e tornar as outras desigualdades horizontais visíveis

Notas

1. FAO 2011. 2. ONU Mulheres, PNUD e PNUA 2018. 3. ONU Mulheres, PNUD e PNUA 2018. 4. ONU Mulheres, PNUD e PNUA 2018. 5. Brody, Demetriades e Esplen 2008.

FIGURA 4.16

É mais provável que as raparigas e mulheres em idade fértil residam em agregados familiares pobres do que os rapazes e homens



Fonte: Munoz Boudet e outros 2018.

participação laboral, trabalho formal versus informal, trabalho remunerado versus não remunerado, permanência no mercado laboral e capacidade de possuir propriedade e de poupança, se convertam em disparidades posteriores entre géneros ao nível do bem-estar.⁶⁴ A discrepância agrava-se quando os sistemas de pensões têm base em regimes contributivos e ainda mais quando assumem a forma de contas individuais.⁶⁵ Na maior parte dos países desenvolvidos, as mulheres têm um acesso igual às pensões. Contudo, na maioria dos países em vias de desenvolvimento relativamente aos quais existem dados, verifica-se uma disparidade quanto às pensões das mulheres (ver *Painel 2* do anexo estatístico).

Capacitar as raparigas e as mulheres para a igualdade de género: Um modelo de redução das desigualdades horizontais

A expansão das oportunidades das mulheres e raparigas, a promoção da sua participação económica, social e política e a melhoria do seu acesso à proteção social, ao emprego e aos recursos naturais tornam as economias mais produtivas. Este tipo de investimentos reduzem a pobreza e a desigualdade e contribuem para sociedades mais pacíficas e resilientes.⁶⁶ Tudo isto é bem conhecido. A transformação das normas sociais aponta para a alteração dos papéis sociais em função do género. Porém, enquanto algumas normas convencionais de género evoluem nos setores privado e público, os seus efeitos enfrentam, igualmente, uma reação

adversa quanto às relações convencionais de poder entre homens e mulheres nas atuais hierarquias sociais.

A reação adversa contra a mudança dos papéis em função do género nos agregados familiares, nos locais de trabalho e na política afeta a sociedade inteira, influenciada pela transição das relações de poder. A resistência à mudança das expectativas associadas ao género pode originar uma perceção de confronto — um conflito, por exemplo, entre os direitos das mulheres e os valores tradicionais — ou revelar preconceitos inconscientes. Ainda assim, também as normas podem ser modificadas com vista à igualdade de género.

Esta transformação pode ser apoiada através de uma postura proativa, criando uma nova regulamentação e intervenções políticas que inscrevam a igualdade de género e a capacitação das mulheres na corrente social dominante. Embora isto tenha vindo a suceder, não tem sido suficiente para gerar mudanças de longo prazo ao nível dos estereótipos e papéis tradicionais em função do género. As desigualdades enraizadas persistem, devido a normas sociais discriminatórias e a práticas e comportamentos nocivos, que prejudicam a implementação. As intervenções bem-intencionadas podem fracassar ou produzir consequências imprevistas, caso as pessoas responsáveis pela formulação de políticas não tenham em conta as normas e práticas profundamente enraizadas. A título de exemplo, as ações afirmativas (ou discriminação positiva) têm, por vezes, negligenciado ou desprezado os efeitos das normas sociais sobre os resultados globais.⁶⁷

Os esforços de promoção da representação das mulheres em cargos de liderança ainda não tiveram sucesso, persistindo graves preconceitos quanto à capacidade das mulheres para a participação política e o desempenho de altos cargos. As quotas de representação das mulheres não alcançam, por vezes, a transformação almejada, arriscando-se a promover a participação meramente simbólica, ao introduzir a presença das mulheres sem que o poder deixe de estar enraizado nas hierarquias e nos privilégios tradicionais assentes noutras identidades, como a classe, a raça e a etnia.

A variedade de alternativas deveria ser prioritária, à luz de identidades diversas e complementares, ao invés de opostas e conflitantes — as múltiplas identidades de um indivíduo enquanto mulher, mãe, trabalhadora e cidadã deveriam apoiar-se mutuamente, em vez de se contraporem. Deste modo, deve dar-se prioridade a escolhas que reforcem múltiplas liberdades, em detrimento de opções baseadas numa única identidade que restrinjam outras liberdades. Qualquer abordagem da desigualdade de género deve ter em consideração o teor multidimensional do género e ser sensível às normas

As normas sociais e os comportamentos tradicionais representam, geralmente, uma ameaça à saúde das mulheres

sociais locais. As intervenções cientes das normas relativas às mulheres focam-se em prestar-lhes apoio, oferecendo soluções para contornar os constrangimentos impostos pelas normas sociais existentes.

As opções de redução das desigualdades de género — e de muitas outras horizontais — devem contemplar o direcionamento imediato das mudanças ao nível das relações desiguais de poder entre os membros de uma comunidade ou o confronto de papéis profundamente enraizados. Esta ação pode incluir um conjunto de esforços educativos, consciencializando através da facultação de novas informações e da modificação de incentivos.

Uma outra consideração importante para influenciar a mudança das normas sociais e dos papéis tradicionais em função do género consiste na inclusão quer de

homens quer de mulheres nas opções tomadas, o que poderá, ainda, aplicar-se a outras desigualdades de cariz horizontal. Ao escolher entre alternativas — quer as cientes das normas sociais quer as que pugnam pela sua alteração — é essencial voltar-se tanto para as mulheres quanto para os homens. Embora se reconheça a importância de um envolvimento adequado dos homens e rapazes na superação da desigualdade de género ou da correção das suas próprias vulnerabilidades relacionadas com o género, existe um longo caminho a percorrer quanto às medidas tomadas.

Por último, uma análise que vá além das médias exige mais e melhores dados para continuar a lutar pela igualdade de género e tornar as outras desigualdades horizontais visíveis (caixa 4.6).

A reação adversa contra a mudança dos papéis em função do género nos agregados familiares, nos locais de trabalho e na política afeta a sociedade inteira, influenciada pela transição das relações de poder

CAIXA 4.6

São necessários melhores dados acerca das desigualdades de género

Os dados relativos ao género enfrentam desafios quantitativos e qualitativos. Os primeiros referem-se à insuficiência dos dados para ilustrar a atual situação das mulheres. Por exemplo, no conjunto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estão em falta mais de 70 por cento dos dados relativos a 58 indicadores associados à igualdade de género e a capacitação das mulheres.¹ Os segundos prendem-se com os dados atuais, que poderão não ser um reflexo exato da realidade e subestimar o papel e os contributos das mulheres.

Algumas organizações consideram a recolha e elaboração de dados relativos ao género dispendiosas, tanto em relação ao tempo quanto ao custo. Alguns dos métodos de recolha de dados são obsoletos e enviesados em detrimento das mulheres, visto que refletem as normas sociais relativas ao género, por exemplo ao

limitar as entrevistas ao chefe de família, ao não desagregar os dados por sexo e idade, ao fazerem recurso a medições desatualizadas da utilização do tempo e da recolha exclusiva de dados relativos aos agregados familiares, por oposição aos indivíduos. A alteração destas medições pode afetar indicadores como o Índice de Pobreza Multidimensional, calculado em relação aos agregados familiares, ao invés dos indivíduos, pelo que poderá ser necessária uma investigação complementar para elucidar a relação entre o género e a pobreza.²

São necessárias informações adicionais para obter um melhor retrato dos preconceitos de género específicos de cada região, país ou comunidade, tal como no caso das informações acerca do impacto dos meios de comunicação social e das redes sociais sobre o reforço das normas e dos estereótipos tradicionais.³

Notas

1. Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da ONU Mulheres (2017). 2. PNUD 2016. 3. Broockman e Kalla 2016; Paluck e outros 2010.

Destaque 4.1

O acesso desigual das mulheres à segurança física — e, portanto, à capacitação social e política

A violência contra as mulheres é uma das formas mais cruéis de descapacitação das mesmas, podendo perpetuar-se através das normas sociais

A violência contra as mulheres é uma das formas mais cruéis de descapacitação das mesmas. Amplificando a desigualdade, tem lugar ao longo de todo o ciclo de vida, em diferentes espaços — famílias, instituições, espaços públicos, esfera política e Internet — em todas as sociedades, no seio de todos os grupos socioeconômicos e em todos os níveis de instrução. É, além disso, o reflexo das mesmas normas sociais que legitimam o assédio e a discriminação.

Mais de um terço das mulheres — e mais de dois terços, em alguns países — sofreram maus-tratos físicos ou sexuais em relações íntimas ou violência sexual por parte de não parceiros (figura D4.1.1).¹ Cerca de 20 por cento das mulheres sofreram abusos sexuais durante a infância. Quase um quarto das raparigas com idades compreendidas entre 15–19 anos, em todo o mundo, afirmam ter sido vítimas de violência após o seu 15.º aniversário.² Acresce que a violência é, tipicamente, subestimada, devido ao estigma, à negação, à desconfiança face às autoridades e a outros obstáculos à comunicação de casos pelas mulheres.

A violência nas relações íntimas tem sido, recorrentemente, associada a fatores como a idade, a riqueza, o estado civil, o número de crianças, o nível de instrução e a capacitação económica. A decomposição destes

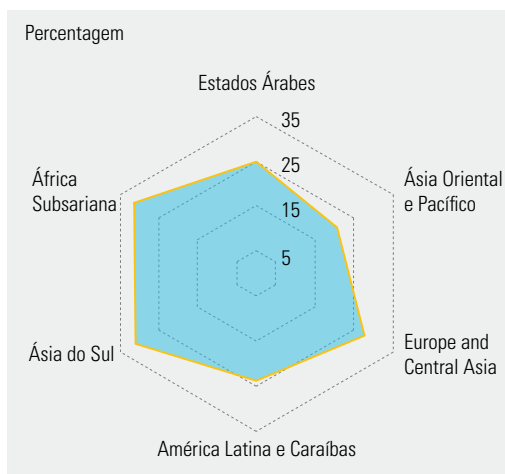
fatores revela a desigualdade no modo como a violência é vivida, um conhecimento que pode auxiliar a conceção de intervenções mais focadas. Por exemplo, ainda que a violência possa ocorrer em todos os níveis de formação académica, um nível superior de instrução pode proteger as mulheres da violência por parte de parceiros. As mulheres instruídas dispõem de um maior acesso a informações e recursos que as ajudam a identificar uma relação abusiva e pôr-lhe fim.³ A capacitação económica das mulheres, através da participação na população ativa, demonstrou associações ao risco de violência contraditórias em relações íntimas,⁴ pondo em causa a ideia de que a capacitação económica protege as mulheres da violência com base no género. Esta conclusão sublinha o peso da influência das normas sociais sobre as perceções das mulheres quanto ao próprio estatuto social em algumas culturas. Nos países em vias de desenvolvimento, as mulheres representam uma grande percentagem da mão-de-obra do setor informal, desempenhando trabalhos com uma baixa remuneração, uma estrutura passível da perpetuação do mito da hegemonia masculina.⁵

A violência contra as mulheres pode ser perenizada pelas normas sociais. Por exemplo, a incisão e a mutilação genital feminina permanecem disseminadas. Estima-se que, entre as mulheres e raparigas atualmente vivas, 200 milhões tenham sido submetidas à mutilação genital feminina, embora a maior parte dos homens e das mulheres se oponham à prática em muitos dos países onde é levada a cabo.⁶ A violência contra as mulheres e raparigas é alimentada por comportamentos e crenças individuais, bem como pelas normas sociais das comunidades e das redes que retardam a mudança. As ações, atitudes e condutas violentas são desencadeadas por relações desiguais de poder que ditam papéis em função do género no interior dos agregados familiares. Entre os exemplos, incluem-se as crenças de que um homem tem direito a castigar fisicamente uma mulher por um comportamento incorreto, de que o divórcio é algo vergonhoso ou de que o homem tem direito ao sexo no casamento.

Quando as mulheres afirmam a sua autonomia ou aspiram ao exercício de qualquer nível de poder — do agregado familiar ao governo nacional — enfrentam, com frequência, uma reação adversa que pode incluir a violência (psicológica, emocional, física, sexual ou económica), quer sob a forma de discriminação, assédio, agressão ou feminicídio. Mais de 85 por cento das deputadas dos

FIGURA D4.1.1

Cerca de um terço das mulheres com idade igual ou superior a 15 anos sofreram violência física ou sexual por parte de um parceiro íntimo, 2010



Fonte: OMS 2013.

parlamentos europeus foram vítimas de violência psicológica e 47 por cento foram alvo de ameaças de morte, violação, espancamento ou rapto (figura D4.1.2).⁷ Além disso, o único país do mundo que criou um enquadramento penal específico para a violência política é a Bolívia.⁸ Nos restantes, na ausência de leis, regulamentação e sanções, as mulheres permanecem desprotegidas face a este tipo de violência. Em 2016, foi lançada a campanha #NotTheCost, destinada a consciencializar as pessoas quanto à violência contra as mulheres na política e a travá-la. O nome alude ao modo como se transmite às mulheres que o assédio, as ameaças, os maus-tratos psicológicos e outras formas de violência são “o preço a pagar” pela participação política.⁹ As normas tradicionais de género desempenham um papel neste tipo de violência política.

Têm sido envidados esforços, ao nível mundial, para combater a reação adversa. A violência política e o assédio e agressão sexual foram um foco de atenção em 2017, quando a atriz norte-americana Alyssa Milano instou as mulheres a exporem as suas experiências. Em resposta, foram publicados cerca de 1,7 milhões de tweets com a hashtag #MeToo e, em 85 países, registaram-se, pelo menos, 1.000 publicações com esta identificação. O movimento conferiu visibilidade à questão e impulsionou iniciativas que promovem uma maior investigação a respeito do assédio e agressão sexual, especialmente nos Estados Unidos. Cerca de 81 por cento das mulheres e 43 por cento dos homens, nos Estados Unidos, afirmaram ter sofrido alguma forma de assédio ou agressão sexual no decurso da sua vida. As formas mais comuns de assédio sexual são o assobio,

a buzinação, os comentários desrespeitosos ou indesejados e o toque ou roçamento forçado. As mulheres são assediadas, sobretudo, em espaços públicos, no seu local de trabalho, residência ou escola.¹⁰

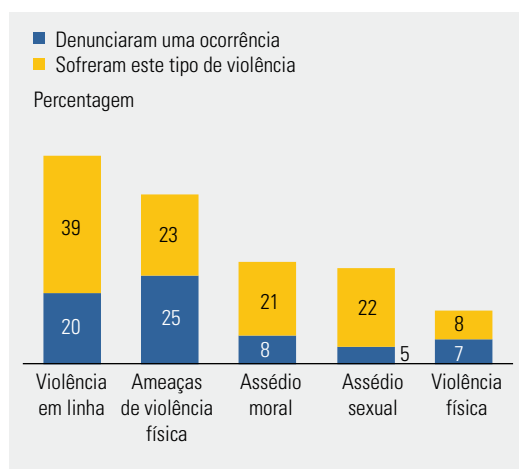
Através das redes sociais e de outras plataformas e aplicações em linha, as mulheres são vulneráveis ao assédio e à intimidação num novo espaço — o espaço público digital. A garantia de que este espaço seja seguro e capacite as mulheres e raparigas constitui um novo desafio. Cerca de 73 por cento das internautas já foram expostas a algum tipo de ciberviolência e a probabilidade de as mulheres serem vítimas da mesma é 27 vezes superior à dos homens.¹¹ Além do impacto da violência contra as mulheres e raparigas noutros espaços, a ciberviolência prejudica a sua inclusão digital e impede que desfrutem dos dividendos digitais. Ainda que a tecnologia possa ligar e capacitar, é igualmente possível que reforce os papéis tradicionais em função do género e normalize estereótipos que refletem uma cultura de misoginia e marginalização. A segurança e o assédio figuram entre as cinco principais barreiras à propriedade e utilização de telemóveis pelas mulheres.¹² O assédio em linha, as atitudes machistas e os comentários misóginos podem erodir o sentido de legitimidade, competência e segurança das mulheres, levando à desconfiança face à tecnologia e até à recusa em utilizá-la. Além de lesar a inclusão tecnológica, a violência contra as mulheres e raparigas neste espaço acarreta um custo emocional e físico cumulativo para as mesmas.

Por cada mulher demograficamente “em falta”, são muitas mais as que não conseguem obter a instrução, o emprego ou a responsabilidade política que teriam obtido se fossem homens.¹³ O género é um fator global da desigualdade em termos de autonomia humana, segurança física e capacitação social, económica e política. O desenvolvimento humano das mulheres depende de fatores socioeconómicos favoráveis, como a capacidade de prosseguir uma carreira, alcançar a estabilidade do rendimento e auferir vencimentos comparáveis aos dos homens. A capacitação das mulheres nos domínios da saúde, da educação, das oportunidades de rendimento, da participação e dos direitos políticos pode modificar a tomada de decisões sociais e o desenvolvimento nesta área (figura D4.1.3). O desenvolvimento humano das mulheres exige, ainda, normas positivas quanto ao género e a ausência de discriminação, com leis que previnam a desigualdade de tratamento, o assédio e a violência contra as mulheres. A educação, os direitos reprodutivos e a participação política são ativos cruciais em todos estes domínios, ao passo que o direito à segurança humana é fundamental.

As mulheres são assediadas, sobretudo, em espaços públicos, no seu local de trabalho, residência ou escola

FIGURA D4.1.2

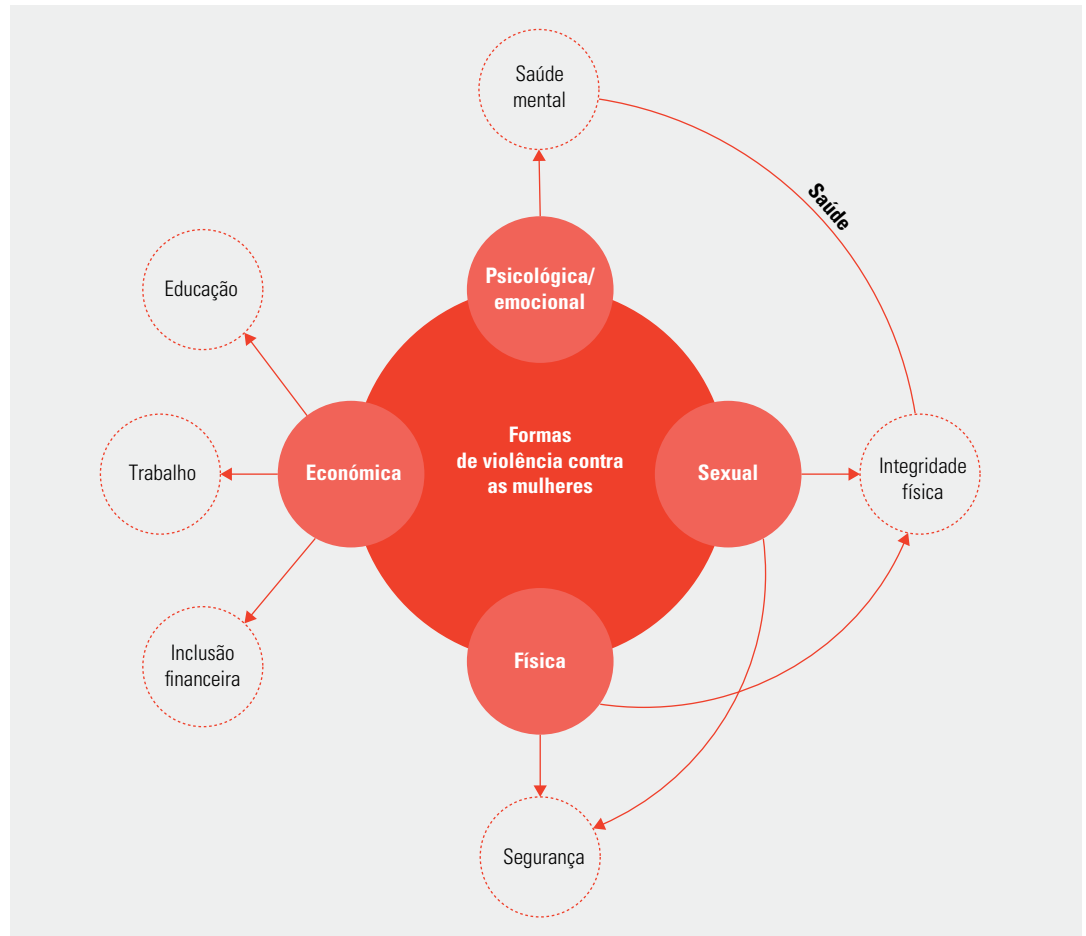
As deputadas dos parlamentos europeus apresentam taxas elevadas de atos de violência política contra as mulheres, 2018



Fonte: UIP 2019.

FIGURA D4.1.3

As normas sociais tradicionais incentivam diversas formas de violência contra as mulheres



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base na Assembleia Geral da ONU (2006).

A capacitação das mulheres nos domínios da saúde, da educação, das oportunidades de rendimento, da participação e dos direitos políticos pode modificar a tomada de decisões sociais e o desenvolvimento nesta área

Notas

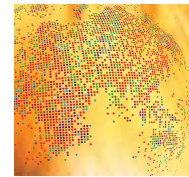
- 1 OMS 2013.
- 2 UNICEF 2014a.
- 3 Flake 2005; Waites 1993.
- 4 Sardinha e Catalán 2018.
- 5 Uthman, Lawoko e Moradi 2011.
- 6 UNICEF 2018a.
- 7 UIP 2019.
- 8 Governo da Bolívia 2012.
- 9 NDI 2019.
- 10 Kearl 2018.
- 11 Grupo de Trabalho sobre Banda Larga e Género da Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Digital 2015; Messenger 2017.
- 12 Programa Connected Women da GSMA 2015.
- 13 Duflo 2012.
- 14 Caprioli 2005.
- 15 Ouedraogo e Ouedraogo 2019.
- 16 Stone (2015), apud O'Reilly, Ó Súilleabháin e Paffenholz (2015).

Parte III

Além do presente

PARTE III.

Além do presente



Este Relatório levou-nos numa viagem. Identifica a evolução de diversas desigualdades ao nível do desenvolvimento humano e são analisados os modos dinâmicos como as liberdades humanas são restritas. Vai além das médias, descobrindo tendências no conjunto da distribuição do rendimento e da riqueza. Volta, ainda, a sua análise para a desigualdade de género, perscrutando os fatores que retardam o progresso de metade da humanidade. Encontramo-nos, agora, perto do final desta viagem: O que fazer?

Nenhuma política será suficiente por si só, nem as mesmas políticas se adequarão a todos os países. Existem amplas e significativas diferenças entre os países, no que diz respeito à história, às instituições, ao rendimento e às capacidades administrativas. As normas culturais e sociais também são importantes, conforme sublinha a discussão em torno da desigualdade de género (capítulo 4). Além disso, as desigualdades no desenvolvimento humano estão interligadas. É pouco provável que os agregados familiares desprovidos de capacidades avançadas — e ainda menos no caso dos que carecem de capacidades básicas — ocupem o topo da escala de rendimentos. É igualmente improvável que as mulheres vítimas de discriminação no acesso à educação e ao emprego figurem entre as pessoas muito ricas. Conforme se destaca nas partes I e II do Relatório, as desigualdades nas várias dimensões interagem e geram ciclos de ação e reação. Este fenómeno faz do combate à desigualdade uma tarefa hercúlea. De que modo podem os países lidar com a miríade de políticas e instituições subjacentes a todas as dimensões da desigualdade? Por onde devem começar? Devem focar-se nas capacidades, no rendimento ou no género? Que políticas são mais eficazes em cada fase e local?

A Parte III do Relatório, em que se aborda as políticas, debruça-se sobre estas questões. Propõe-se, agora, um quadro de auxílio aos países na adoção de uma resposta às desigualdades no desenvolvimento humano que se adequa às suas circunstâncias específicas, tendo em conta as respetivas limitações políticas e capacidades administrativas. O objetivo é apoiá-los na definição das suas próprias respostas — em vez de oferecer uma única receita extensível a todos.

Ao começar a ponderar o que pode ser feito, é essencial ter em consideração o tempo e o espaço. O combate às desigualdades no desenvolvimento humano, no século XXI, não é o mesmo que era no passado. Os legisladores com interesse na luta contra as desigualdades terão em conta as complexidades e os desafios do presente. É certo que há muito a aprender com as políticas que resultaram e as que fracassaram

no passado, mas essas lições devem ser relevantes para o aqui e agora.

Neste contexto, os capítulos 5 e 6 discutem duas tendências fundamentais que podem lesar o combate às desigualdades em todos os países. A compreensão destas tendências é essencial, dado que, se se permitir que continuem, tenderão a conduzir ao aumento das desigualdades em termos de desenvolvimento humano.

A primeira tendência prende-se com as alterações climáticas (capítulo 5). Este assunto tem feito correr muita tinta — o enfoque, nesta secção, incide sobre a sua interação com a desigualdade. Resumidamente, é provável que o aumento da volatilidade do clima mundial e das temperaturas médias se traduza em mais inundações, secas, furacões e fenómenos relacionados. O presente capítulo documenta, igualmente, a distribuição desigual dos futuros impactos no interior dos países ou entre os mesmos. Alguns países sofrerão mais do que os outros e, no seio de cada um, certas regiões serão mais afetadas do que outras. Paralelamente, o impacto será maior em alguns agregados familiares.

Tudo isto tenderá a levar ao agravamento das desigualdades, podendo mesmo reduzir a eficácia das políticas. Exemplificando, é possível que os países alcancem progressos, no que diz respeito à desigualdade de rendimento, através de uma tributação mais progressiva, mas esse progresso poderá ser anulado pela maior exposição das famílias aos riscos climáticos. As alterações climáticas poderão, assim, impor o fortalecimento de velhas ferramentas e a introdução de novas — desde culturas resistentes à seca até novas abordagens na área dos seguros. Este capítulo contempla, ainda, as interações no sentido inverso — o modo como as desigualdades podem complexificar a resposta às alterações climáticas. É, deveras, bem mais difícil mobilizar as sociedades mais polarizadas em torno de respostas comuns.

O capítulo 6 enfoca as mudanças tecnológicas. Estas últimas sempre nos acompanharam; porém, desde a revolução industrial, têm afetado a distribuição do rendimento e das capacidades de formas bem mais

profundas e duradouras, devido, em parte, à associação entre a prosperidade económica — e, cada vez mais, o cariz da sustentabilidade — e o rumo das mudanças tecnológicas. As tendências mais recentes no domínio da robótica e da inteligência artificial constituem novos desafios, embora também criem oportunidades. A procura relativa por competências e tarefas sofrerá mutações, a par da localização das atividades económicas, dado o aumento dramático das economias de escala e a tremenda redução do custo dos transportes. Estas transformações ocasionarão a deslocalização de algumas tarefas e o desaparecimento de outras. As capacidades avançadas serão indispensáveis para que as pessoas se orientem por entre as perturbações que a tecnologia pode acarretar. A própria tecnologia pode ser útil neste aspeto, se forem selecionadas políticas que possibilitem o seu contributo para a recuperação da procura de mão-de-obra.

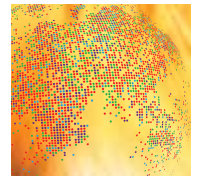
Com estes dois capítulos como pano de fundo, o capítulo 7 trata das políticas de combate às desigualdades no desenvolvimento humano. Não prescreve uma receita para todos os países, uma vez que as políticas são específicas de cada um. Apresenta, ao invés, um quadro de ponderação das políticas de correção de desigualdades perniciosas ao nível do desenvolvimento humano. Coloca em evidência a amplitude das políticas disponíveis e a exequibilidade da abordagem de alguns dos fatores que subjazem às desigualdades em termos de capacidades. A mensagem principal é inequívoca. As tendências documentadas nas partes I e II não são inevitáveis — decorrem de políticas e instituições, havendo um grande número de medidas possíveis, quer ao nível nacional quer internacional, para a sua reforma. A escolha é nossa. Devemos fazê-la agora.

Capítulo **5**

Alterações climáticas e desigualdades no Antropoceno

5.

Alterações climáticas e desigualdades no Antropoceno



O clima está em crise. Os efeitos já se estão a fazer sentir, sob a forma do degelo das calotas polares e, provavelmente, de ondas de calor inéditas e tempestades extremas. Sem uma ação coletiva arrojada, estes fenómenos só se agravarão com o tempo, seguidos de uma série de outras calamidades, desde a diminuição do rendimento das colheitas até ao aumento do nível do mar, passando por eventuais conflitos. Conforme se reconhece nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e no Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas, estas últimas constituem um desafio global.

No entanto, nem todos serão igualmente afetados — nem do mesmo modo, nem ao mesmo tempo, nem à mesma escala. Os países e as pessoas mais pobres sofrerão impactos mais precoces e graves. Alguns países poderão, literalmente, desaparecer. Entre todos os efeitos desigualitários das alterações climáticas, nenhum, porventura, supera o impacto sobre a posteridade, que carregará o fardo das trajetórias de desenvolvimento das gerações anteriores, dependentes dos combustíveis fósseis.

A desigualdade perpassa as alterações climáticas, das emissões e dos impactos à resiliência e às políticas. As alterações climáticas são uma receita para mais desigualdade, num mundo em que a mesma já é abundante. Contudo, as alterações climáticas e a

desigualdade, bem como a interação entre ambas, são opções, não factos inevitáveis. Apesar de a margem para uma ação decisiva e audaciosa quanto ao clima estar a contrair-se, ainda há tempo para fazer escolhas diferentes.

O presente capítulo sugere que, se corrigirmos as desigualdades, as medidas relativas ao clima também poderão ser facilitadas e agilizadas. Para entender porquê, atentemos em dois dos vários vetores possíveis em causa.¹ O primeiro relaciona-se com o modo como as decisões individuais de consumo se convertem no total de emissões (caixa 5.1).² O segundo, em que este capítulo se centra e que terá, provavelmente, mais consequências, diz respeito ao modo de interação entre a desigualdade, por um lado, e as mudanças tecnológicas

CAIXA 5.1

Rendimento familiar, desigualdade e emissões de gases com efeito de estufa

Um rendimento mais elevado do agregado familiar está associado a maiores emissões, mas o impacto da desigualdade sobre as emissões agregadas depende da velocidade do aumento das emissões em função do rendimento.¹ Existe uma grande variedade de estimativas empíricas quanto a esta relação, as quais demonstram que, no cômputo geral, as emissões aumentam a um ritmo inferior ao do rendimento na maior parte dos países desenvolvidos e com um rendimento médio, embora, no caso dos países com menores rendimentos, o ritmo desse aumento seja equivalente (ou até um tanto superior) ao do rendimento.²

A consideração exclusiva deste mecanismo implicaria que a desigualdade de rendimento estivesse associada a menores emissões nos países desenvolvidos. Para perceber de que modo, atentemos no impacto da transferência de rendimentos das pessoas ricas para as pobres num país desenvolvido. Apesar de os mais afortunados gerarem mais emissões, uma vez que

a respetiva taxa de crescimento é inferior à do rendimento,³ o aumento das emissões das pessoas pobres superaria o correspondente decréscimo do consumo das pessoas ricas, levando a um aumento líquido das emissões. Seria de esperar o oposto nos países em vias de desenvolvimento, em que a redução da desigualdade levaria à diminuição das emissões.⁴ No entanto, a escala do impacto da desigualdade, quanto a este fenómeno, tende a ser diminuta, o que é certo em comparação com outras condicionantes da variação das emissões, como as mudanças e políticas tecnológicas.⁵

Quiçá com uma maior importância, parece pouco provável que a interação entre estes padrões de consumo, no seio dos países e entre si — apesar da respetiva tendência geral para a redução das emissões — reduza substancialmente as emissões agregadas globais.⁶

Notas

1. **Depende**, igualmente, do modo de interação da desigualdade com o aumento do rendimento. Para uma descrição exaustiva das várias possibilidades, ver Ravallion, Heil e Jalan (2000). 2. Ver, por exemplo, Liddle (2015). Para uma estimativa detalhada relativa às Filipinas, ver Serriño e Klasen (2015). 3. Quando esta relação é medida em função da influência de uma alteração percentual do rendimento sobre uma correspondente alteração percentual das emissões — em termos técnicos, elasticidade — isso implica uma elasticidade inferior a 1. 4. Mais precisamente, este fenómeno ocorreria caso a elasticidade fosse superior a 1. Para a sustentação empírica desta hipótese de impacto diferencial da desigualdade sobre as emissões nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, ver Grunewald e outros (2017). 5. A título ilustrativo, Sager (2017) calculou as curvas de Engel relativas às emissões de carbono com base no consumo (evidenciando a relação entre o rendimento dos agregados familiares e as emissões médias de dióxido de carbono) para os Estados Unidos, quanto a vários anos do período entre 1996 e 2009. Num cenário em que o rendimento é redistribuído de forma a alcançar a igualdade plena (um caso dramático e extremo), as emissões médias de dióxido de carbono, em 2009, teriam aumentado 2,3 por cento, das 33,9 toneladas por agregado familiar do cenário real para 34,7 toneladas. Por outro lado, se não tivessem ocorrido mudanças tecnológicas e presumindo a mesma composição do consumo em 1996 e 2009, as emissões médias teriam aumentado 70 por cento, para 57,9 toneladas. 6. Caron e Fally 2018. Uma maior desigualdade tende a dificultar a ação coletiva, fundamental, quer no interior dos países quer entre os mesmos, para a contenção das alterações climáticas.

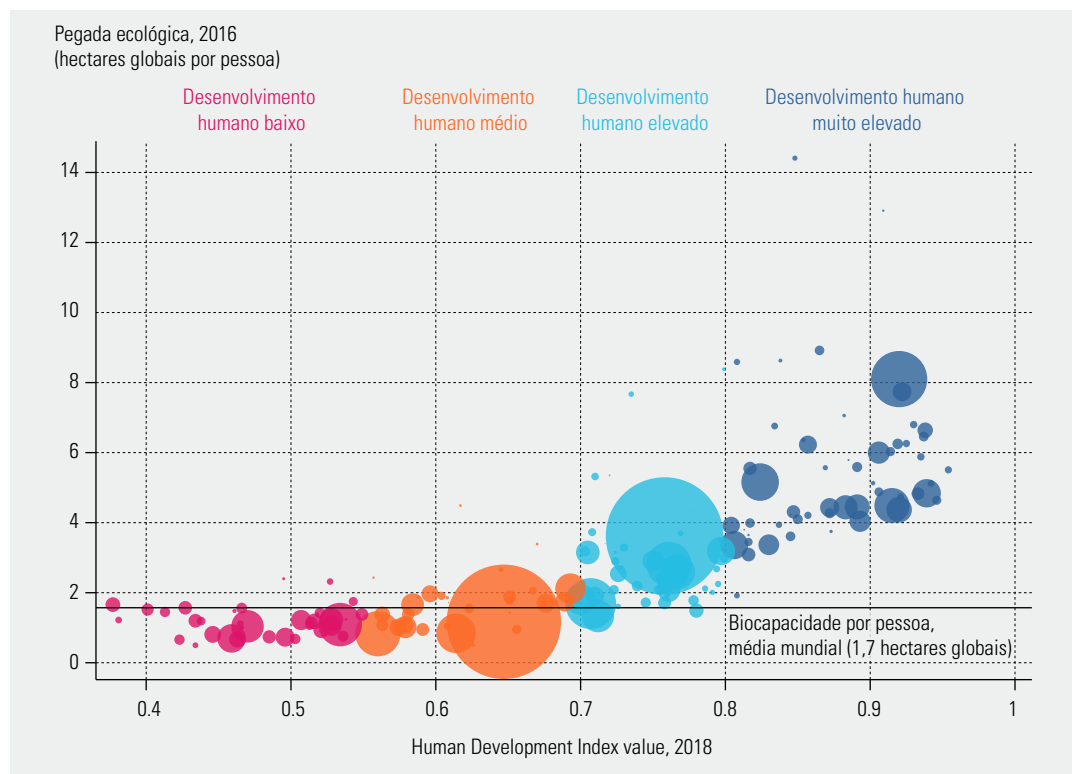
Uma maior desigualdade tende a dificultar a ação coletiva, fundamental, quer no interior dos países quer entre os mesmos, para a contenção das alterações climáticas

e a formulação de políticas, por outro. Alguns dados indicam que um elevado grau de desigualdade prejudica a difusão de novas tecnologias que respeitam o meio ambiente.³ A desigualdade pode influenciar o poder relativo dos interesses que defendem e dos que se opõem à diminuição das emissões. Estima-se que estas sejam superiores quando o rendimento se encontra concentrado no topo e a consequente concentração do poder económico coincide com os interesses de grupos opostos à adoção de medidas climáticas.⁴ De um modo mais geral, uma maior desigualdade tende a dificultar a ação coletiva, fundamental, quer no interior dos países quer entre os mesmos, para a contenção das alterações climáticas.⁵ A informação é vital para a ação coletiva, mas a capacidade de comunicação dos diversos grupos de interesses tende a diminuir quando a desigualdade é acentuada,⁶ podendo a concentração do rendimento levar à supressão ou disseminação de informações em proveito de um interesse particular.⁷ Uma outra parte dos mecanismos de interação prende-se com o modo como a desigualdade molda as perceções de equidade (com implicações ao nível do cumprimento e da execução).⁸

Nos casos em que as emissões estão a ser dissociadas do crescimento económico — um sinal positivo que aponta na direção certa, embora a uma escala ainda insuficiente, apesar da aceleração no decurso das duas últimas décadas — esta opção está relacionada com o facto de os países disporem de “enquadramentos políticos subjacentes que são mais favoráveis quanto à energia renovável e aos esforços de atenuação das alterações climáticas,”⁹ o que evidencia a exequibilidade da rutura com modelos insustentáveis de desenvolvimento que perduram há séculos.¹⁰ Em todo o caso, os países com um grau superior de desenvolvimento humano emitem, geralmente, mais carbono per capita e apresentam pegadas ecológicas per capita maiores (figura 5.1).¹¹ Embora os países e as comunidades com mais posses valorizem as preocupações locais, como a qualidade da água e do ar, tendem a não sentir, no próprio território, a plenitude do seu impacto ambiental, mais condicionado pelo seu rendimento do que pelas identidades “ecológicas” que assumem e pelos comportamentos associados.¹² Pelo contrário, transferem, amiúde, uma parte significativa do impacto ambiental das suas preferências de consumo para países e comunidades menos

FIGURA 5.1

As pegadas ecológicas per capita aumentam com o desenvolvimento humano



Nota: Estão abrangidos 175 países constantes da base de dados da Global Ecological Footprint Network (www.footprintnetwork.org/resources/data/; acessado em 17 de julho de 2018). A pegada ecológica é medida pela utilização per capita de terras agrícolas e pastagens, quer internamente quer no estrangeiro. Cada bolha representa um país e o tamanho da bolha é proporcional à respetiva população.
Fonte: Cumming e von Cramon-Taubadel 2018.

visíveis de outras regiões, incluindo os que fazem parte das cadeias globais de abastecimento.¹³ No que diz respeito às alterações climáticas, transmitem, igualmente, o impacto às futuras gerações, ainda menos visíveis.

A transferência das responsabilidades ambientais ocorre não apenas em relação às emissões de gases com efeito de estufa, mas também de um modo transversal a diversos domínios ambientais.¹⁴ Assim sendo, o presente capítulo vai além do clima, analisando as desigualdades e a transferência de responsabilidades noutras áreas importantes, como a produção de resíduos, o consumo de carne e a utilização de recursos hídricos. A deslocação do fardo ambiental está ligada aos gradientes do poder económico e político. É provável que as tentativas de reequilíbrio destas diferenças de poder e do modo como se manifestam no meio ambiente assumam uma importância crescente à medida que a humanidade transita para a era que veio a ser conhecida como o Antropoceno (caixa 5.2).

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2007/2008 não só demonstrou que as alterações climáticas constituíam uma ameaça existencial às futuras

gerações, exacerbando a desigualdade intergeracional de rendimento, mas ainda que fariam aumentar a desigualdade de rendimento entre os países e no seu interior.¹⁵ A investigação mais recente confirmou e especificou o quão desigualitárias podem ser as alterações climáticas: A desigualdade de rendimento entre países pode já ser 25 por cento superior ao que poderia ter sido sem as alterações climáticas.¹⁶

O presente capítulo alarga o âmbito dessa análise, colocando em evidência o modo como as alterações climáticas agudizam as desigualdades noutras dimensões do desenvolvimento humano e como a desigualdade é igualmente relevante para o reforço da resiliência face ao clima e às catástrofes. Alguns elementos sugerem que o “desenvolvimento por si só” poderá não ser um fator de proteção contra os impactos negativos das alterações climáticas.¹⁷ Poderão ser necessárias novas abordagens comuns com uma adesão ampla. Reiterando um tema central deste Relatório, o presente capítulo conclui pela convergência ao nível das capacidades básicas de confronto das alterações climáticas e pela divergência quanto às avançadas. Os países estão a convergir — ainda que persistam grandes disparidades — no tocante

O desafio reside na garantia de que a resiliência climática não se torne no apanágio de um grupo seleto de países e comunidades com meios para assegurá-la

CAIXA 5.2

Do Holoceno ao Antropoceno: O poder — e quem o exerce — à beira de uma nova era

O ambiente tem um impacto profundo sobre as capacidades das pessoas e sobre a sua capacidade de convertê-las em concretizações — e, por conseguinte, sobre o desenvolvimento humano.¹ Inversamente, a atividade humana afeta o mundo natural, moldando os processos e padrões ambientais à escala global. É lícito argumentar que, atualmente, a humanidade não está apenas a assistir, mas também a causar a sexta extinção em massa de espécies da história da Terra.² Embora a comunidade estratigráfica ainda não tenha declarado, formalmente, uma nova era (o que significa que a humanidade ainda se encontra no Holoceno), as mudanças ambientais em curso são tão vertiginosas e tão fortemente influenciadas pelos humanos que a expressão Antropoceno entrou no discurso corrente.³

O Antropoceno pressagia uma combinação preocupante de poder, fragilidade e incerteza. O final do último período glacial e o início do Holoceno, há mais de 10.000 anos, trouxeram um regime climático estável — um berço climático para a humanidade — com condições favoráveis à agricultura permanente e à alvorada da civilização. O incremento das populações, da riqueza e do conhecimento tecnológico traduziram-se num poder maior, aparentemente ilimitado, incluindo sobre o ambiente. Porém, as fragilidades sempre foram evidentes. As colheitas são suscetíveis a pragas e a más condições meteorológicas. Surgiram doenças infecciosas, provindas dos animais domésticos (ou por eles transmitidas) ou com outras origens.⁴ A interação entre os humanos, a geografia e o ambiente foi central para o modo como as civilizações principiaram e se extinguiram.⁵

Já nos dias de hoje, o entrelaçamento do poder, da fragilidade e da incerteza permanece inalterado. As diferenças residem na escala e no que está em causa. A humanidade detém um poder muito superior para afetar o ambiente, incluindo ao nível planetário, mas nem por isso o seu grau de controlo aumentou. A lista de reações negativas às atividades humanas abrange desde a introdução de espécies invasivas à epidemia de plástico nos

oceanos, passando pela pressão e colapso piscatórios e pelas emissões dos combustíveis fósseis e alterações climáticas.⁶ Estas e outras atividades não só desestabilizaram os ecossistemas, como também modificaram os processos biogeoquímicos do planeta.⁷ Julga-se que a humanidade já ultrapassou, pelo menos, quatro das nove fronteiras planetárias, os limites seguros de atividade dos diversos componentes do sistema terrestre, tido por vital para a manutenção de um estado estável análogo ao Holoceno.⁸ Duas destas fronteiras — as alterações climáticas e a integridade da biosfera — são consideradas nucleares, o que significa que têm o potencial de, por si só, impelir a Terra para um novo estado.⁹ Os humanos excederam o intervalo seguro de atividade em ambos os casos; o risco de superação de um patamar crítico, desestabilizando o sistema terrestre e pondo fim ao Holoceno, já não é garantidamente baixo.¹⁰

É nisto que consiste o Antropoceno: o poder humano à escala, sem ilusões de controlo e sem compreender ou atender, na íntegra, às consequências. Por meio das emissões desenfreadas de gases com efeito de estufa e de outras ações, a humanidade tem-se subtraído à estabilidade relativa da atual era geológica, ingressando na incerteza de uma nova. O Antropoceno é, na sua essência, um salto para o desconhecido. A opção pelo desenvolvimento humano sustentável, com base na conjuntura única de cada país, é necessária. Não é, porém, fácil — e torna-se ainda mais penosa quando a persistência de uma desigualdade acentuada, nas suas múltiplas formas e com os seus efeitos corrosivos, implica que tanto as pessoas quanto o planeta fiquem a perder. As escolhas assentes na inclusão e na sustentabilidade podem inverter a relação histórica nociva entre o desenvolvimento e as pegadas ecológicas — libertando a humanidade de velhas abordagens do desenvolvimento que, simplesmente, deixarão de funcionar à medida que entramos no admirável mundo novo do Antropoceno.

Notas
1. Robeyns 2005. 2. Barnosky e outros 2011; Ceballos, Ehrlich e Dirzo 2017; Ceballos, García e Ehrlich 2010; Ceballos e outros 2015; Dirzo e outros 2014; McCallum 2015; Pimm e outros 2014; Wake e Vredenburg 2008. 3. Scott (2017) atribui a Paul Crutzen a cunhagem do termo e a proposta de atribuição da data de início da era ao final do século XVIII, coincidindo com a invenção da máquina a vapor, que desencadeou a Revolução Industrial (embora o próprio Scott proponha o conceito de um “Antropoceno leve”, que poderá remontar à utilização do fogo pelos homínidos). Em maio de 2019, o Grupo de Trabalho sobre o Antropoceno, com 34 membros, votou a favor da designação do Antropoceno como nova era geológica. O painel pretende apresentar uma proposta formal à Comissão Internacional de Estratigrafia, que superintende a escala oficial de tempo geológico. 4. Dobson e Carper 1996; McNeill 1976; Morand, McIntyre e Baylis 2014; Wolfe, Dunavan e Diamond 2007. 5. Crosby 1986; Diamond 1997, 2005. 6. Choy e outros 2019; Early 2016; Avaliação Ecosistémica do Milénio 2005; Seebens e outros 2015; US NOAA 2018. 7. Campbell e outros 2017; Steffen e outros 2015. 8. Steffen e outros 2015. 9. Steffen e outros 2015. 10. Steffen e outros 2015.

Alguns elementos sugerem que é improvável que o desenvolvimento por si só seja um fator de proteção contra os impactos negativos das alterações climáticas

à preparação para choques “normais”, os que se prevê ocorrerem com uma certa frequência e gravidade, com base nas tendências históricas — o que constitui uma capacidade básica de resiliência. As consequências das alterações climáticas, porém, nem sempre se coadunam com as tendências históricas, verificando-se um maior número de “surpresas” do que no passado.¹⁸ Os choques adquirem um caráter novo e imprevisível. O reforço da preparação — que depende menos da experiência do passado do que do contributo da ciência e da tecnologia, incluindo os sistemas avançados de previsão meteorológica, para a prontidão face a um futuro incerto — tem vindo a tornar-se uma capacidade avançada, em relação à qual têm surgido disparidades. O desafio reside na garantia de que a resiliência climática não se torne no apanágio de um grupo seleto de países e comunidades com meios para assegurá-la, agravando, assim, ainda mais o impacto da crise climática sobre a desigualdade.

Nunca é demais sublinhar a urgência das medidas de combate às alterações climáticas, incluindo a plena implementação do Acordo de Paris ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas. Sendo assim, porque não se tem feito mais? É verdade que existe, em muitos países do mundo, um interesse renovado na definição de preços para o carbono, mas, só para referir um exemplo, apenas 5 por cento das emissões são abrangidas por um preço do carbono suficientemente elevado para alcançar as metas do Acordo de Paris.¹⁹ Alguns autores chegam mesmo a defender que a definição de preços para o carbono não será suficiente e que, ao invés da confiança nos sinais do mercado, serão necessárias transformações mais radicais das economias e sociedades.²⁰ Os diversos mecanismos através dos quais a desigualdade influencia a difusão e as políticas tecnológicas, sumariamente analisados acima, atestam a complexa interação entre as alterações climáticas e a desigualdade e até o modo como as medidas climáticas podem ser paralisadas, como no caso do *Mouvement des gilets jaunes* (movimento dos coletes amarelos), porventura um caso em que as pessoas sentiram que estavam a ser deixadas para trás.

O combate à desigualdade e à crise climática, em simultâneo, pode orientar os países para um desenvolvimento humano inclusivo e sustentável. Por exemplo, quando a definição de preços para o carbono integra um conjunto mais amplo de pacotes de políticas sociais, é possível fazer face, simultaneamente, à desigualdade e ao clima, sem deixar de promover a concretização dos direitos humanos das pessoas. As políticas climáticas podem gerar ciclos virtuosos de ação/reação, em que as

emissões diminuem devido aos efeitos diretos (como o preço do carbono) e aos indiretos (como uma menor desigualdade, que pode facilitar até as políticas climáticas mais arrojadas). Este capítulo, tal como o capítulo 7, destrinça algumas destas questões fundamentais.

Como as alterações climáticas e as desigualdades no desenvolvimento humano estão interligadas

A presente secção começa por transcender as desigualdades entre países no tocante às emissões de carbono, ao considerar as desigualdades dentro dos mesmos, adicionando à narrativa mais familiar em torno dos prejuízos que as alterações climáticas causarão — e que já se fizeram sentir — em diferentes dimensões do desenvolvimento humano. Por último, adota uma perspectiva ilustrativa da resiliência climática, enquadrando-a enquanto capacidade avançada em risco de divergência.

Da desigualdade ao nível das emissões à desigualdade do impacto: Duas dimensões da injustiça climática

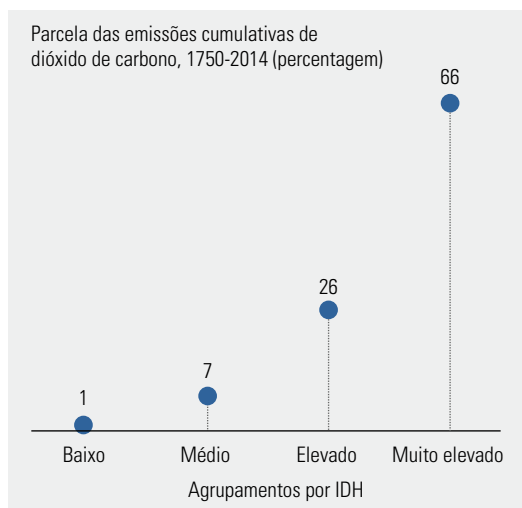
O dióxido de carbono não é o gás antropogénico com efeito de estufa mais potente, embora seja o mais disseminado, devido, em esmagadora medida, à utilização de combustíveis fósseis (87 por cento das emissões totais de dióxido de carbono no período de 2008–2017) para a geração de eletricidade, o transporte e outros fins.²¹ A sua disseminação deve-se a quão enraizadas estão as emissões de carbono nos atuais padrões de produção e consumo e, em regra geral, às tentativas, por parte dos poderosos interesses ligados aos combustíveis fósseis, de manter essa situação.²²

Os países mais ricos representam a maior fatia das emissões cumulativas de dióxido de carbono (figura 5.2) e ainda se incluem nos principais poluidores, per capita e quanto às atuais emissões nacionais agregadas.²³ Estas desigualdades ao nível das emissões cumulativas são fulcrais para o debate global em torno do clima, sobretudo no que diz respeito à justiça climática, à partilha de responsabilidades e à sus diferenciação.²⁴

Verifica-se o mesmo padrão de desigualdade no seio dos países, sendo os agregados familiares do topo da distribuição do rendimento responsáveis por uma maior quantidade de emissões de carbono por pessoa do que os da base. Apesar de não existir uma forma direta de imputação das emissões aos indivíduos, as projeções baseadas em estimativas plausíveis indicam uma elevada concentração das emissões de dióxido de

FIGURA 5.2

Os atuais países desenvolvidos são responsáveis pela grande maioria das emissões cumulativas de dióxido de carbono



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em Ritchie e Roser (2018).

carbono equivalente: Os 10 percentis de emissores do topo representam 45 por cento das emissões globais, enquanto os 50 por cento da base correspondem a 13 por cento. Os 10 percentis do topo dos emissores residem em todos os continentes, um terço dos quais em economias emergentes (figura 5.3).²⁵

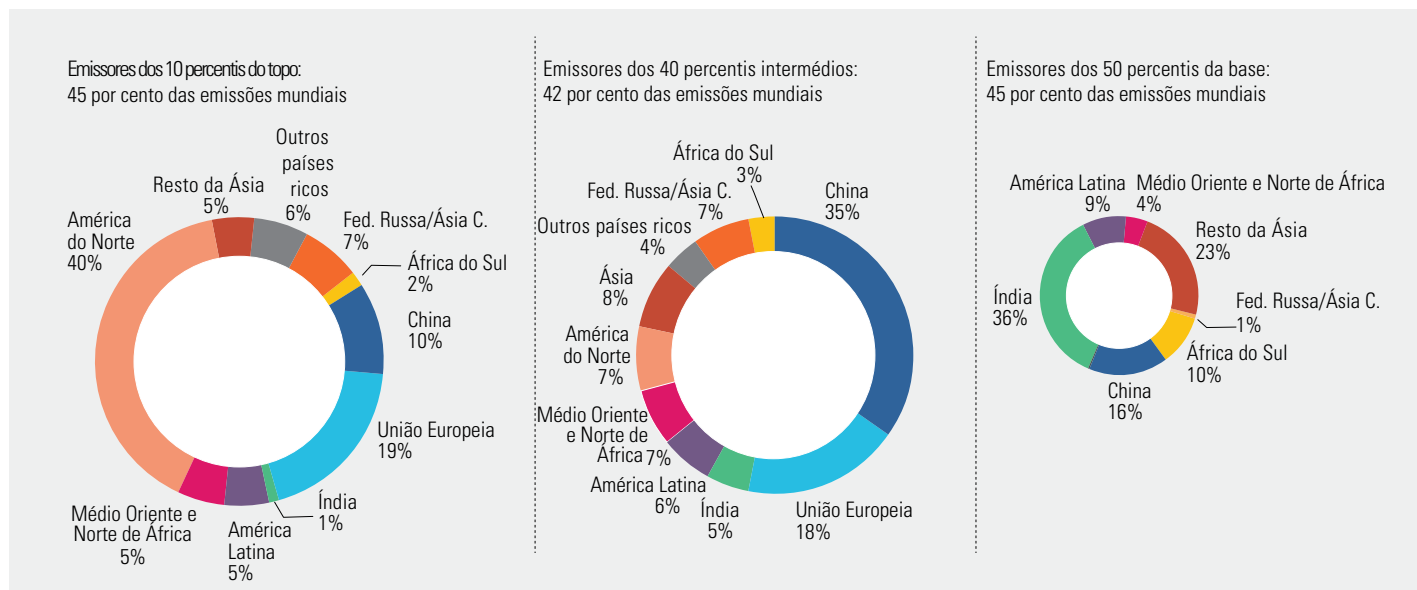
A desigualdade entre os indivíduos ao nível das emissões globais de dióxido de carbono equivalente decresceu, mas a desigualdade intranacional tem vindo a aumentar de forma constante, aproximando-se da parcela que a desigualdade entre países representa no conjunto da dispersão mundial das emissões de dióxido de carbono equivalente (figura 5.4). Em 1998, um terço da desigualdade em termos de emissões globais de dióxido de carbono equivalente decorria da desigualdade intranacional; em 2013, atingiu a metade.

Convertendo as emissões em impactos, as alterações climáticas por atenuar fomentam as desigualdades ao nível do desenvolvimento humano mediante dois mecanismos principais: a exposição diferencial e a vulnerabilidade.²⁶ O debate sobre a importância relativa de cada um prossegue. Neste capítulo, postula-se a importância de ambos. A exposição diferencial é real: As alterações climáticas atingirão, com maior intensidade e em primeiro lugar, os trópicos, onde se situam muitos dos países em vias de desenvolvimento.²⁷ Simultaneamente, os países em vias de desenvolvimento e as comunidades desfavorecidas e vulneráveis têm uma menor capacidade, em relação aos seus homólogos mais abastados, de adaptação às alterações climáticas e às condições severas do clima. Uma parte do cariz desigualitário das alterações e catástrofes climáticas deve-se à anterior existência da desigualdade; estes fenómenos atravessam, exploram e agravam as fraturas sociais e económicas existentes. Estas fraturas foram postas a

Uma parte do cariz desigualitário das alterações e catástrofes climáticas deve-se à anterior existência da desigualdade; estes fenómenos atravessam, exploram e agravam as fraturas sociais e económicas existentes

FIGURA 5.3

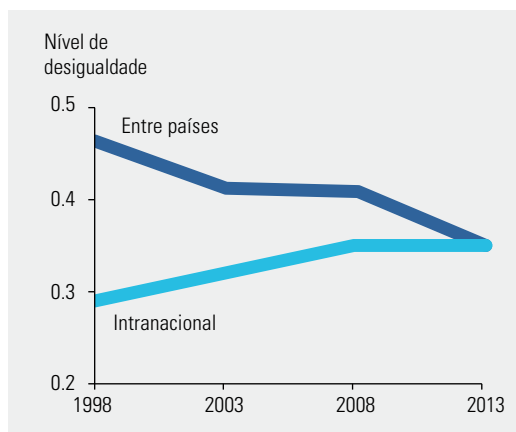
Entre os 10 percentis de países com as maiores emissões de equivalentes de dióxido de carbono, 40 por cento situam-se na América do Norte e 19 por cento, na União Europeia



Fonte: Chancel e Piketty 2015.

FIGURA 5.4

A desigualdade intranacional em termos de emissões de dióxido de carbono equivalente é, hoje em dia, tão importante quanto a desigualdade entre países para a dispersão mundial das emissões de dióxido de carbono equivalente



Nota: Em 2008, a componente intranacional do índice de Theil, que mede a dispersão da distribuição de uma variável perfeitamente decomponível em componentes intragrupo e intergrupos, cifrou-se em 0,35 e a componente transnacional, em 0,40 — ou seja, a desigualdade entre países representava 53 por cento da desigualdade total.
Fonte: Chancel e Piketty 2015.

nu, de um modo dramático, quando o furacão Katrina atingiu Nova Orleães em 2005. Um exemplo mais recente é a perda trágica de vidas e a devastação que o furacão Dorian provocou nas Bahamas, em 2019. Dorian foi o furacão mais intenso que atingiu o país desde o início dos registros, em 1851.²⁸ As comunidades mais afetadas abrangem bairros de lata cuja população é maioritariamente composta por imigrantes haitianos pobres, alguns dos quais haviam fugido ao sismo devastador que atingiu o seu país natal em 2010.²⁹

Os impactos económicos globais das alterações climáticas foram modelados inúmeras vezes, originando um leque de estimativas, cada uma com um intervalo próprio de possíveis resultados. Entre estas estimativas, salientam-se dois pontos principais: Em primeiro lugar, as alterações climáticas levarão à redução do PIB global, especialmente a longo prazo, e, em segundo lugar, os impactos económicos adversos são, geralmente, mais graves em patamares mais elevados de temperatura.³⁰ Ir além destas tendências gerais, elaborando estimativas mais precisas, constitui um desafio. A dimensão exata dos efeitos económicos das alterações climáticas é altamente incerta e varia de acordo com a zona geográfica e muitos outros fatores. Esta questão é complicada pela ausência de linearidade: É pouco provável que cada unidade adicional de alteração no clima provoque o mesmo impacto adicional ao longo do tempo.³¹ As complexidades do sistema climático possibilitam pontos de viragem e limiares significativos — por exemplo a possibilidade de eventos catastróficos, cujo impacto, de um modo geral,

não é sistematicamente registado por muitos dos modelos.³² Conforme alegou, outrora, Martin Weitzman, “Todas as funções de prejuízos são inventadas — sobretudo no caso das situações extremas,”³³ apesar do que uma grande parte dos modelos económicos mais difundidos das alterações climáticas recorrem a funções “suaves” de prejuízos, as quais poderão não ter em conta, na íntegra, a possibilidade de eventos catastróficos.³⁴

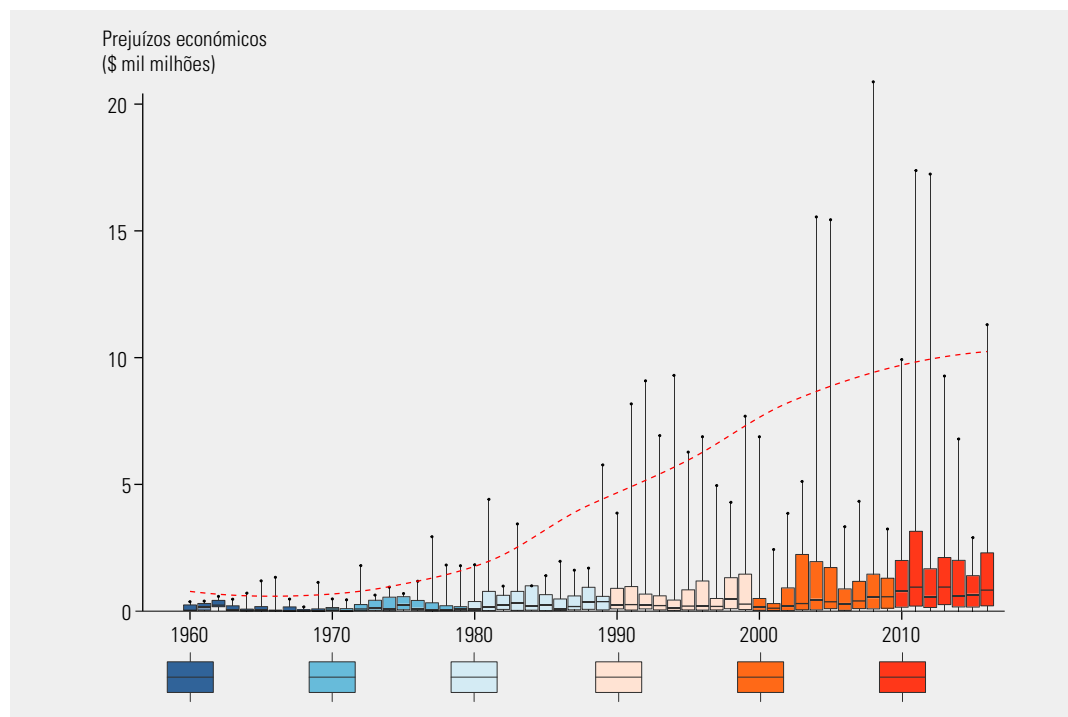
Nos últimos anos, os investigadores têm procurado incorporar os pontos de viragem nos modelos integrados de avaliação. As conclusões desses trabalhos sublinharam, na generalidade dos casos, a necessidade de uma abordagem mais cautelosa no que diz respeito ao clima.³⁵ A conclusão final é a de que as estimativas dos efeitos económicos das futuras alterações climáticas proporcionam um certo grau de consenso quanto ao rumo a seguir e, embora as incertezas abundem, os custos dos potenciais eventos catastróficos, juntamente com o ritmo a que os dados científicos relativos à escala dos danos se têm acumulado, reforçam a defesa da adoção de medidas vigorosas cedo.³⁶ A título exemplificativo, existem dados sólidos que comprovam que os prejuízos económicos dos desastres naturais extremos têm aumentado, ao nível global, no decurso das últimas décadas (figura 5.5). Algumas das novas abordagens de modelização que tentam incorporar o risco e a incerteza apontam para os elevados custos associados à demora na adoção de medidas de mitigação, custos esses que se multiplicam com o tempo (um atraso de cinco anos implica um custo de \$ 24 trilhões e um atraso de 10 anos acarreta um custo de \$ 100 trilhões).³⁷

As consequências prejudiciais das alterações climáticas são extensíveis à saúde e à educação. Entre 2030 e 2050, estima-se que as alterações climáticas venham a provocar cerca de mais 250.000 mortes por ano, devido à subnutrição, à malária, à diarreia e ao stress do calor.³⁸ Outras centenas de milhões de pessoas poderão estar expostas a temperaturas mortíferas até 2050 e o alcance geográfico dos vetores de doenças — tais como as espécies de mosquitos que transmitem a malária ou o dengue — irá, provavelmente, sofrer alterações, podendo vir a expandir-se.³⁹ A diminuição da produtividade agrícola, devido às mudanças de temperatura, pode afetar a segurança alimentar e a insegurança neste domínio pode piorar a nutrição. Uma boa nutrição é essencial para uma gravidez saudável e para a sobrevivência na primeira infância e o desenvolvimento, podendo levar à redução das desigualdades no desenvolvimento humano (capítulo 2). É igualmente importante para a assiduidade, o desempenho e o sucesso escolares.⁴⁰ A subnutrição, pelo contrário, complica a evolução de outras doenças, como a tuberculose e a SIDA.

As complexidades do sistema climático possibilitam pontos de viragem e limiares significativos

FIGURA 5.5

Os prejuízos económicos decorrentes de riscos naturais extremos têm aumentado



Nota: Os dados representam a distribuição anual dos prejuízos económicos associados às 10.901 catástrofes ocorridas, a nível mundial, entre 1960 e 2015. A cor dos intervalos parciais das caixas corresponde à respetiva década. O limite inferior representa a mediana, a linha do meio corresponde ao 75.º percentil, o limite superior indica o 90.º percentil e o traço da extremidade superior representa o 99.º percentil. A linha tracejada vermelha acompanha a evolução do 99.º percentil ao longo do tempo.
Fonte: Coronese e outros 2019.

Até ao final do século XXI, as alterações climáticas, se não forem atenuadas, poderão causar 1,4 mil milhões de casos adicionais de exposição à seca por ano e 2 mil milhões de casos anuais suplementares de exposição à precipitação extrema, aumentando, inevitavelmente, o risco de inundação.⁴¹ O impacto destes choques sobre os meios de subsistência pode impedir o desenvolvimento humano, influenciando fatores que vão da disponibilidade de alimentos à capacidade de suportar custos com cuidados de saúde e da escolarização. Todos os anos, as despesas de saúde ordinárias deixam cerca de 100 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema.⁴² Mesmo nos casos em que a escolaridade é gratuita, os choques ao nível dos meios de sustento podem desviar as crianças da escola para atividades geradoras de rendimento. Estes choques inter-relacionados e sobrepostos, em combinação, terão consequências ao nível da saúde mental, que, atualmente e em alguns países, consta das estratégias nacionais de adaptação às alterações climáticas na área da saúde.⁴³

É provável que as alterações climáticas já tenham sido uma força motriz do aumento da desigualdade de rendimento entre os países e no seu interior (ver destaque 5.1, no final do capítulo), conforme se observou na introdução deste capítulo. As alterações climáticas têm, do mesmo

modo, promovido a desigualdade noutras dimensões do desenvolvimento humano. Uma análise dos últimos 40 anos corrobora o padrão geral: Os choques relacionados com a temperatura atingem os países mais pobres com maior intensidade do que os mais abastados.⁴⁴ De facto, ainda que alguns dos países mais ricos tenham usufruído, em média, de pequenos benefícios do aumento das temperaturas, os dados indicam que todos os países acabarão por ser negativamente afetados pelas alterações climáticas.⁴⁵

No tocante à saúde, os dados dos estudos empíricos de grande escala acerca dos impactos climáticos revelam o seguinte:⁴⁶

- A percentagem de pessoas vulneráveis à exposição ao calor está a aumentar em todas as regiões. Os idosos representam uma parcela significativa dessa vulnerabilidade (ver destaque 5.2, no final do capítulo). O stress do calor, as doenças cardiovasculares e as renais figuram entre as principais causas de doença e de morte relacionadas com o calor.⁴⁷ Em 2017, registou-se uma perda de 153 mil milhões de horas de trabalho devido ao calor, um aumento 62 mil milhões de horas superior em relação a 2000.
- A capacidade vetorial global⁴⁸ para a transmissão do vírus da febre do dengue não para de aumentar, tendo atingido um nível recorde em 2016. Por

É provável que as alterações climáticas já tenham sido uma força motriz do aumento da desigualdade de rendimento entre os países e no seu interior. Têm, do mesmo modo, promovido a desigualdade noutras dimensões do desenvolvimento humano

outras palavras, as condições têm-se tornado mais favoráveis à transmissão do dengue.

- Nos planaltos da África Subsariana, a capacidade vetorial da malária aumentou 27,6 por cento em relação à linha de base de 1950.
- Na região do Báltico, a alteração das temperaturas superficiais do mar levaram a um aumento constante do número de surtos de cólera.

Uma vez que os países pobres — e as populações desfavorecidas e vulneráveis de cada país — são desproporcionalmente atingidos por estas condições sanitárias, as alterações climáticas já têm fomentado o agravamento das desigualdades ao nível da saúde, quer entre países quer no seio dos mesmos.⁴⁹

Em muitos países em vias de desenvolvimento, a exposição a inundações, secas e furacões in utero e durante a infância prejudica os subsequentes resultados escolares e cognitivos. No Sudeste Asiático, a ocorrência de temperaturas superiores à média durante o período pré-natal e a infância está associada a um menor número de anos de escolaridade, devido, eventualmente, ao impacto negativo do calor sobre o rendimento escolar nos locais cujo clima é historicamente quente e húmido.⁵⁰ Em alguns dos países desenvolvidos, existem, ainda, elementos que indicam que a exposição pré-natal ao calor agrava o risco de hospitalização materna e de reentrada no hospital durante o primeiro ano de vida dos recém-nascidos, com impactos diferenciados entre os segmentos da população, o que tende a acentuar as disparidades ao nível da saúde materna.⁵¹ Estes e outros potenciais impactos das alterações climáticas sobre os resultados educativos têm claras implicações quanto à desigualdade, quer no seio de cada geração quer intergeracionalmente.

Conforme se observou anteriormente, os impactos climáticos são frequentemente concebidos enquanto interação entre a exposição e a vulnerabilidade.⁵² A vulnerabilidade pode ser um fator de exposição, dado que os grupos vulneráveis são forçados a deslocarem-se para locais menos seguros e mais suscetíveis a catástrofes, especialmente nas zonas urbanas.⁵³ Este tipo de exposição, acentuado pela vulnerabilidade, é generalizado. A localização ou o funcionamento de fábricas e vias rápidas, unidades de gestão de resíduos⁵⁴ e aterros sanitários, parques oficialmente reconhecidos, áreas protegidas,⁵⁵ e até mesmo aeroportos⁵⁶ e outros centros de transportes poluentes (assim como a respetiva expansão) em comunidades vulneráveis ou na sua proximidade assentam em decisões que podem passar pelo aproveitamento, quer explícito quer implícito, do défice relativo de poder dessas comunidades. Por exemplo, as análises custo-benefício das decisões políticas — que se pressupõem objetivas, imparciais ou eficientes — podem, entre outros perigos, abusar, de forma implícita, das comunidades vulneráveis, ao interpretarem erroneamente

a capacidade de pagar como predisposição para fazê-lo, subvalorizando, deste modo, sistematicamente as suas necessidades e pretensões.⁵⁷

Considere-se o impacto das alterações climáticas sobre o rendimento das colheitas. Sem variedades melhoradas das culturas, as alterações climáticas causarão um declínio significativo do rendimento médio das colheitas, ao longo do século XXI, em muitas regiões. Os maiores decréscimos ocorrerão em locais onde a insegurança alimentar já constitui uma ameaça.⁵⁸ A desigualdade relacionada com as alterações climáticas é, em parte, um fenómeno biofísico de exposição diferencial. Nas regiões em que a variabilidade natural do clima é menor — como nos trópicos, onde se encontra um grande número de países em vias de desenvolvimento — os sinais climáticos distinguir-se-ão mais rápida e facilmente do “ruído”.⁵⁹ Os modelos mais recentes demonstram que os países mais pobres, em geral, sofrerão alterações meteorológicas antes dos países mais ricos. Prevê-se que os extremos regionais de calor, por exemplo, se alterem consideravelmente em África, em grande parte da Índia e na maioria dos países da América do Sul após um aquecimento de 1,5 °C, mas as regiões de latitudes médias não assistirão a essas mudanças até que as temperaturas globais aumentem em cerca de 3 °C.⁶⁰

A desigualdade provocada pelo clima é, igualmente, um fenómeno social. As pessoas vulneráveis serão mais afetadas, uma vez que, a título de exemplo, uma menor irrigação conduz ao aumento da dependência das colheitas face às condições meteorológicas. Com mecanismos de estabilização do mercado de cereais em menor número e menos robustos, os meios de subsistência podem tornar-se voláteis. Com menos rendimento e riqueza, as pessoas desfavorecidas são menos capazes de absorver aumentos bruscos dos preços dos géneros alimentícios. Com leis discriminatórias, os grupos marginalizados têm de suportar a multiplicação das inseguranças. Estima-se que as alterações climáticas venham a exacerbar estas e outras vulnerabilidades, com a confluência das respetivas dimensões biofísicas e sociais num mesmo sentido: rumo ao agravamento da desigualdade.⁶¹

A modelização mais recente começou a registar a interação entre os aspetos biofísicos e sociais, através da correlação espacial entre a produtividade cerealífera dos países e os benefícios do comércio. As alterações climáticas, em vez de afetarem o rendimento dos cereais de cada país de um modo único ou independente, provocarão alterações regionais, com consequências sobre o rendimento agrícola dos países que serão tão mais semelhantes quanto mais próximos estiverem uns dos outros. Deste modo, os países em vias de desenvolvimento serão diretamente atingidos pelas alterações climáticas, à medida que o rendimento dos cereais diminuir, e, de novo, quando os países circundantes

As dimensões biofísicas e sociais das alterações climáticas estão a confluir num mesmo sentido: rumo ao agravamento da desigualdade

também sofrerem um declínio. O decréscimo da produtividade no seio das redes comerciais adjacentes reduz os lucros comerciais, o que poderá agravar a desigualdade de rendimento entre os países em 20 pontos percentuais suplementares no decurso do século XXI.⁶²

Há muito que os mecanismos de feedback são importantes para a ciência climática, sobretudo no que diz respeito aos sistemas biofísicos. Os mecanismos económicos de feedback, como a repercussão dos efeitos comerciais, têm ganho uma atenção crescente. Outro exemplo é o impacto da diminuição do PIB por motivos climáticos sobre as emissões de carbono. A redução do PIB causada pelo clima pode, por sua vez, levar ao decréscimo da utilização de energia e das emissões de carbono ao longo do século XXI. Em alguns cenários, as emissões de combustíveis fósseis contraem 13 por cento, suficiente para compensar os mecanismos de feedback positivo de emissões de carbono dos sistemas naturais.⁶³

Neste domínio, a análise empírica mais recente complementa, novamente, as projeções relativas à desigualdade de rendimento. Um dos estudos sugere, com base em dados longitudinais referentes a mais de 11.000 circunscrições de 37 países, que, desde 2000, o aquecimento deixou os países tropicais, no mínimo, 5 por cento mais pobres do que seriam de outro modo.⁶⁴ O estudo elucida, ainda, a importância da exposição e da vulnerabilidade enquanto mecanismos das desigualdades relacionadas com o clima: As disparidades ao nível do impacto económico do aquecimento devem-se, em maior grau, às diferenças em termos de exposição do que às diferenças relativas à vulnerabilidade subjacente. Por outras palavras, as consequências negativas do aquecimento afetam as comunidades, em todos os níveis de desenvolvimento, de um modo idêntico. As mais abastadas não estão à margem do aquecimento por serem ricas, nem as mais pobres são singularmente vulneráveis devido à escassez dos seus meios. Uma parte do desafio prende-se com o facto de a exposição a temperaturas nocivas ser muito mais comum nas regiões pobres.

As conclusões do estudo, que implicam a primazia da exposição, correspondem às de um outro estudo recente acerca do impacto do clima sobre a educação em 29 países, na sua maioria tropicais. Este último conclui que o nível de instrução das pessoas responsáveis pelos agregados familiares não os isola dos impactos a longo prazo dos eventos climáticos adversos.⁶⁵ Na verdade, as crianças pertencentes a agregados familiares mais instruídos foram mais penalizadas ao nível da educação e as temperaturas elevadas apresentam um efeito nivelador sobre o nível de instrução. Por outro lado, um estudo recente, recorrendo a dados globais que abrangem um período de quatro décadas, concluiu o oposto: que os países mais ricos estão mais isolados dos efeitos do aumento das temperaturas do que os países mais pobres.⁶⁶

Assim, o debate prossegue em torno de uma questão controversa e perturbadora: Poderão as alterações climáticas sobrecarregar as capacidades de resposta, na sua típica aceção, em muitos — quiçá na totalidade — dos níveis de desenvolvimento humano? No caso dos países em que as alterações climáticas representam uma ameaça existencial, a resposta é um retumbante “sim”. Quanto aos restantes, se a importância da exposição, em última análise, for muito superior à da vulnerabilidade, as alterações climáticas poderão não ser passíveis de compensação através do crescimento ou do “desenvolvimento”.

Os países já começaram a adotar ferramentas, implementar políticas e realizar investimentos que reforçam a resiliência face às alterações climáticas e a outros tipos de choque, precisamente porque os velhos procedimentos são insuficientes perante a tarefa em mãos.⁶⁷ Estão, ainda, a cartografar diferentes trajetórias de desenvolvimento que procuram dar resposta à austera e hodierna realidade das alterações climáticas. Os dados e a tecnologia, desde as imagens de satélite até às sementes resistentes a secas, são considerados aspetos importantes de uma adaptação climática providente.⁶⁸ Também o são as normas orçamentais que auxiliam a proteção das economias contra choques climáticos imprevistos.⁶⁹ Acresce que o reforço da resiliência é um bom investimento do ponto de vista económico. A Comissão Global de Adaptação concluiu que cada dólar investido na mesma poderá acarretar benefícios na ordem dos \$ 2 a \$ 10.⁷⁰

Assim sendo, não é necessário que as análises empíricas centradas nos percursos assentes na exposição questionem a lógica da resiliência. Pelo contrário, esses estudos oferecem lições históricas importantes acerca da importância dos esforços conscientes de reforço da resiliência — e da sua urgência. Segundo uma ótica prospetiva da desigualdade, o desafio reside na garantia de que a resiliência climática seja uma capacidade amplamente partilhada e um instrumento coletivo de desenvolvimento humano, ao invés de uma capacidade reservada a um grupo seletivo de países e comunidades com meios para assegurá-la, inaugurando, deste modo, uma nova área de divergência em face de uma crise climática global.

De acordo com as observações de alguns analistas, certos impactos das alterações climáticas poderão ser menores do que as consequências das mudanças demográficas e do crescimento económico.⁷¹ As projeções acerca da pobreza em determinados níveis de aquecimento dependem, de um modo análogo, tanto ou mais dos cenários de desenvolvimento do que do aquecimento em si.⁷² O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011 examinou a forma como diversos cenários ao nível do ambiente e da desigualdade poderão afetar o desenvolvimento humano, de um modo transversal aos países com um nível baixo, médio, elevado e muito elevado de desenvolvimento humano.⁷³

Os países já começaram a adotar ferramentas, implementar políticas e realizar investimentos que reforçam a resiliência face às alterações climáticas e a outros tipos de choque, precisamente porque os velhos procedimentos são insuficientes perante a tarefa em mãos

Um mundo em que a desigualdade é mais acentuada é um dos futuros possíveis, consoante as opções que, em última instância, as sociedades tomarem. Embora a ausência de mitigação das alterações climáticas reduza gradualmente essas opções — e, com efeito, algumas das alterações climáticas já tenham sido assimiladas, devido às emissões históricas — ainda é possível mudar muita coisa. As emissões de dióxido de carbono e dos demais gases com efeito de estufa são um produto de escolhas humanas, mediadas, em larga medida, por processos biofísicos, bem como pelos sistemas económicos e sociais.⁷⁴ É igualmente possível optar por percursos de desenvolvimento que deem prioridade à resiliência e à inclusão. Os impactos desproporcionais sobre os países pobres — e sobre as pessoas desfavorecidas e vulneráveis no interior de cada país — refletem, em grande medida, as desigualdades estruturais e, provavelmente, decorrem, pelo menos em parte, das mesmas. Caso essas desigualdades — quanto ao rendimento, à riqueza, à saúde, à educação e a outros componentes do desenvolvimento humano — sejam substancialmente causadas por opções sociais, conforme se argumenta no presente Relatório, o trajeto das alterações climáticas e o modo como, em última análise, a desigualdade é afetada por estas comportam um elevado grau de escolha. Ainda há tempo para opções diferentes.

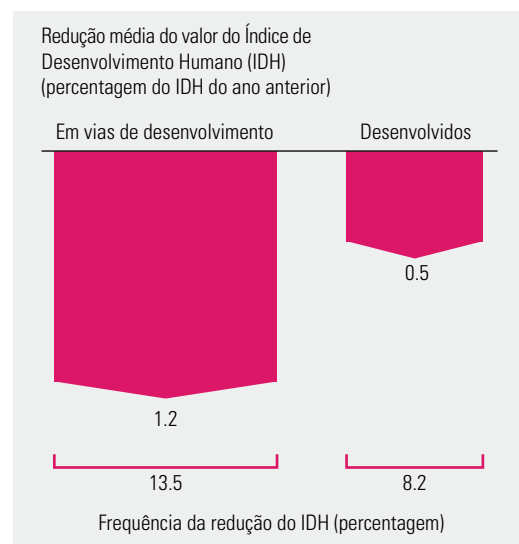
Trajetórias diferenciadas da capacidade de adaptação às alterações climáticas: Convergência nas capacidades básicas e divergência nas avançadas, de novo?

Esta secção debruça-se sobre as assimetrias ao nível das capacidades relevantes para a resistência às catástrofes associadas a riscos naturais. Os efeitos dos choques (associados não apenas às catástrofes, mas também a outras causas, desde o conflito às crises dos acordos comerciais) não parecem apresentar uma distribuição aleatória entre diferentes grupos; pelo contrário, ao que parece, causam maiores prejuízos aos grupos mais vulneráveis. Entre 1980 e 2017, os países em vias de desenvolvimento registaram uma maior frequência de crises do desenvolvimento humano, aferidas pela redução anual do valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do que os países desenvolvidos, com um impacto mais grave. A diminuição média do valor do IDH, nos períodos de crise, cifrou-se em 0,5 por cento, no caso dos países desenvolvidos, mas atingiu 1,2 por cento entre os países em vias de desenvolvimento (figura 5.6).

Os países com um baixo nível de desenvolvimento humano estão mais expostos às perdas humanas e económicas decorrentes de choques com todo o tipo de origens. Apesar de alguns choques negativos extremos poderem surtir um efeito igualitário no interior dos países,⁷⁵ as pessoas dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano estão mais resguardadas dos custos, uma vez que dispõem de um

FIGURA 5.6

As crises de desenvolvimento humano são mais frequentes e profundas nos países em vias de desenvolvimento



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano para os países em relação aos quais estão disponíveis dados anuais relativos a 1980–2017.

maior número de opções de resposta aos choques, de uma maior capacidade de deslocação e de mais recursos para a recuperação. A probabilidade de morte devido a catástrofes decorrentes da concretização de riscos naturais, nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, é 10 vezes superior à dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. De resto, o custo relativo (em percentagem do PIB) das catástrofes nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano é cerca de quatro vezes inferior ao dos restantes países (figura 5.7). Estes resultados são meramente indicativos e devem ser inseridos no contexto das tendências mais latas de redução global do número de baixas associadas a riscos naturais e da aceleração do agravamento dos danos económicos — com impactos assimétricos entre as regiões climáticas, conforme o tipo de risco.⁷⁶

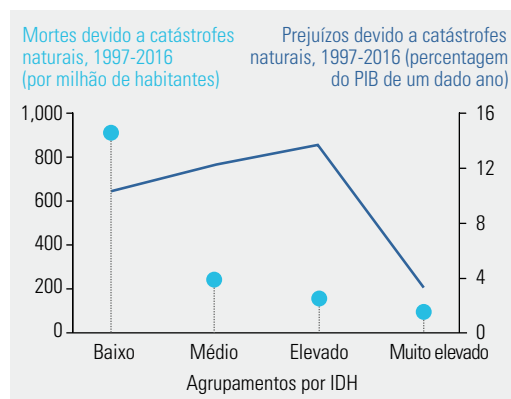
Os países em vias de desenvolvimento tendem a possuir menos recursos para a prevenção de catástrofes relacionadas com riscos naturais e para a resposta às mesmas.⁷⁷ O apoio e a aplicação das normas de edificação, a construção e manutenção de infraestruturas básicas e o desenvolvimento de planos de contingência, entre outros investimentos, exigem recursos. Além disso, dado que a pobreza e as privações são muito mais correntes nos países em vias de desenvolvimento, as pessoas estão mais vulneráveis.⁷⁸

No seio de cada país, os efeitos das catástrofes variam consoante o rendimento. As pessoas mais desfavorecidas têm uma maior probabilidade de serem afetadas por desastres naturais. Em 12 dos 13 estudos de âmbito nacional realizados em países em vias de desenvolvimento, a

Os efeitos dos choques não parecem apresentar uma distribuição aleatória; pelo contrário, ao que parece, causam maiores prejuízos aos grupos mais vulneráveis

FIGURA 5.7

Quanto mais baixo o nível de desenvolvimento humano, mais mortíferas as catástrofes



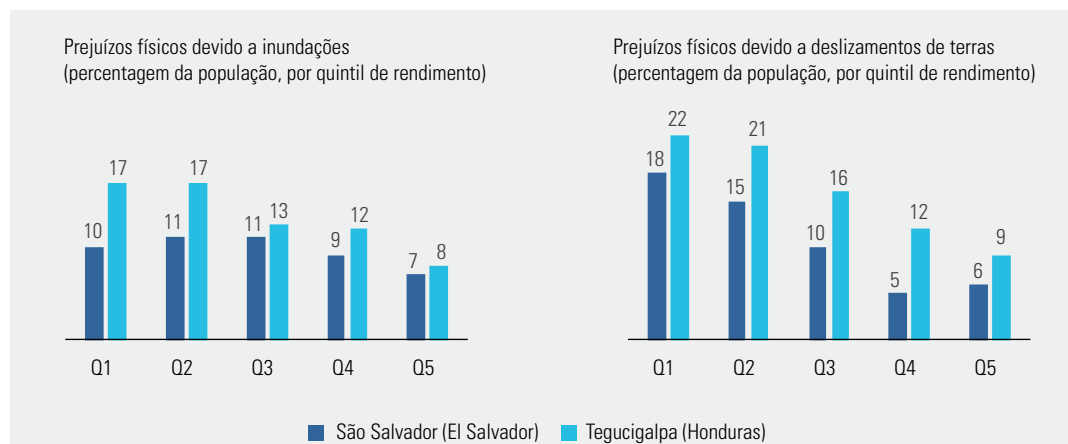
Nota: Os dados representam médias simples para todos os grupos de desenvolvimento humano. Os valores de cada país representam a soma da população ou do PIB ao longo de 20 anos, dividida pela população ou pelo PIB de um ano representativo.
 Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da Emergency Events Database (Base de Dados de Emergências) do Centro de Investigação sobre a Epidemiologia de Catástrofes (www.emdat.be/database; acessado a 28 de outubro de 2019).

percentagem de pessoas pobres afetadas por desastres naturais excedeu a de pessoas não pobres.⁷⁹ Em El Salvador e nas Honduras, as pessoas que ocupam os quintis inferiores da distribuição do rendimento estavam mais suscetíveis a inundações e deslizamentos de terras (figura 5.8).

Foram alcançados progressos no que toca à contenção dos efeitos dos choques recorrentes que subjazem às catástrofes. Embora persista um número excessivo de baixas evitáveis decorrentes de eventos como inundações, secas e sismos, o total de baixas por cada evento registado diminuiu. Nas décadas de 1960 e 1970, verificou-se o dobro das mortes ocorridas nos últimos 20 anos, apesar de o número

FIGURA 5.8

Em El Salvador e nas Honduras, as pessoas que ocupam os quintis inferiores da distribuição do rendimento estavam mais suscetíveis a inundações e deslizamentos de terras



Fonte: Hallegatte e outros (2017), com base em Fay (2005).

de eventos registados no primeiro período ser uma fração dos que sucederam no segundo (figura 5.9). Este facto é um reflexo do bom trabalho levado a cabo nas áreas da prevenção, da preparação e da resposta às catástrofes.

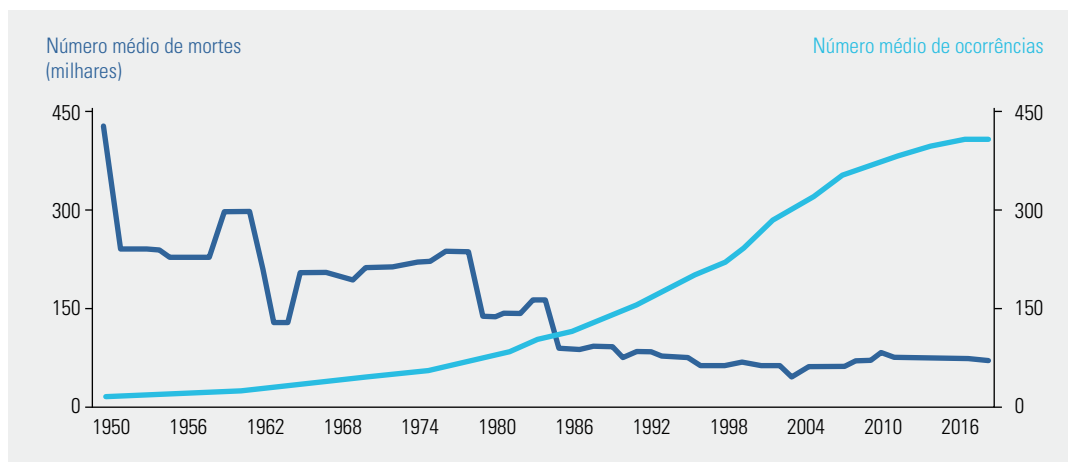
Os instrumentos internacionais — incluindo a Estratégia de Yokohama (1994) e o Quadro de Ação de Hyogo (2005), que conduziu ao Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes de 2015 — mobilizaram partes interessadas, em todo o mundo, para o investimento na redução do risco de catástrofes.⁸⁰ Em consequência, os países em vias de desenvolvimento e desenvolvidos estão a convergir numa menor vulnerabilidade.⁸¹

No entanto, o progresso na redução do número absoluto de mortes parece ter estagnado desde os anos 90 — devido, provavelmente, à força de dois fatores. Um deles é a prossecução do progresso ao nível da adaptação, levando à convergência rumo a uma maior preparação para eventos recorrentes. Em segundo lugar, temos a maior frequência e gravidade dos choques, possivelmente relacionadas com as alterações climáticas — fazendo aumentar o custo humano nas áreas mais pobres, gerando desigualdades. O Relatório-Síntese do PIAC de 2014 avisa que “a continuação das emissões de gases com efeito de estufa causará um maior aquecimento (...) aumentando a probabilidade de impactos graves, difundidos e irreversíveis sobre as pessoas e os ecossistemas.”⁸² Quanto às alterações climáticas, “os riscos estão desigualmente distribuídos e são, em geral, maiores no caso das pessoas e comunidades desfavorecidas dos países, em todos os níveis de desenvolvimento.”⁸³ Caso as catástrofes tendam a atingir as pessoas desfavorecidas com maior dureza, as alterações climáticas poderão perenizar os círculos viciosos de fracos resultados e poucas oportunidades.⁸⁴

As desigualdades ambientais convertem-se numa lente para compreender e fazer face a outras formas de desigualdade, assim como a distribuição do poder e a tomada de decisões, de um modo mais abrangente

FIGURA 5.9

Menos mortes na década de 2000 do que nas de 1960 e 1970, apesar do maior número de ocorrências de catástrofes naturais



Nota: Os dados representam médias móveis de períodos de 20 anos.
 Fonte: Emergency Events Database do Centro de Investigação sobre a Epidemiologia de Catástrofes (www.emdat.be/database).

Os choques, incluindo os relacionados com as alterações climáticas, podem projetar as pessoas para uma situação de pobreza. No Senegal, os agregados familiares afetados por uma catástrofe natural apresentavam um risco de pobreza 25 por cento superior ao dos restantes, no período de 2006–2011.⁸⁵ Os impactos das catástrofes naturais vão além do rendimento. Na Etiópia, no Quênia e no Níger, as crianças nascidas em períodos de seca têm uma maior probabilidade de padecer de subnutrição.⁸⁶ Nos Camarões, os choques climáticos reduzem a probabilidade de conclusão do ensino primário das raparigas em 8,7 pontos percentuais. Na Mongólia, os incêndios reduziram a probabilidade de conclusão do ensino secundário em 14,4 pontos percentuais.⁸⁷

As alterações climáticas podem, ainda, levar a um maior número de movimentos populacionais forçados. Em 2017, registaram-se 18,8 milhões de novas deslocações internas associadas a catástrofes, em 135 países e territórios, causadas, na sua maioria, por inundações (8,6 milhões) e tempestades, incluindo ciclones, furacões e tufões (7,5 milhões). Apesar de terem afetado países com diferentes graus de rendimento, a maioria das deslocações tiveram lugar em países em vias de desenvolvimento,⁸⁸ nos quais o risco de perda da habitação devido a catástrofes representa mais do triplo do que se verifica nos países desenvolvidos.

Em suma, os impactos das alterações climáticas, por intermédio das catástrofes, diferem ao nível mundial, com transformações tanto na natureza das ocorrências quanto da sua probabilidade. Esta realidade afeta a capacidade de medição dos efeitos e de formulação de políticas (caixa 5.3). Os países desenvolvidos aparentam possuir um conjunto mais amplo de recursos e instituições que possibilitam uma melhor preparação para

os choques imprevistos e uma resposta mais adequada aos mesmos, incluindo os relacionados com o clima.⁸⁹

As desigualdades e injustiças ambientais são generalizadas — um retrato global dos resíduos, do consumo de carne e da utilização da água

As desigualdades e injustiças ambientais têm raízes muito mais profundas do que a atual crise climática.⁹⁰ O movimento pela justiça ambiental tem mantido fortes vínculos com outros movimentos pela justiça social.⁹¹

Em última instância, as desigualdades ambientais — e a justiça neste domínio — não se cingem ao ambiente. Dão expressão a normas sociais estigmatizantes e a leis e práticas discriminatórias, que são manifestações da desigualdade em diferentes dimensões, assumindo, em muitos casos, a forma de desigualdades de cariz horizontal.⁹² Assim, as desigualdades ambientais convertem-se numa lente para compreender e fazer face a outras formas de desigualdade, assim como a distribuição do poder e a tomada de decisões, de um modo mais abrangente.

Em todo o mundo, persiste um grande número de desigualdades e injustiças ambientais. São muitas, disseminadas e persistentes, uma vez que também as diferenças ao nível do poder (e do seu exercício) o são. As desigualdades ambientais têm efeitos a várias escalas, reproduzindo e reforçando gradientes familiares, conforme se observou na precedente discussão do clima e noutros pontos do presente Relatório. O resto deste capítulo debruça-se sobre algumas destas desigualdades,

Caso as catástrofes tendam a atingir as pessoas desfavorecidas com maior dureza, as alterações climáticas poderão perenizar os círculos viciosos de fracos resultados e poucas oportunidades

Quando a História deixa de ser um bom guia

Face à recorrência de um evento, é provável que as sociedades se adaptem, através da aprendizagem de quatro aspetos:

- A natureza do choque.
- A probabilidade de ocorrência.
- Os efeitos do evento sobre o bem-estar.
- As medidas de redução dos danos.

O conhecimento partilhado acumula-se ao longo do tempo, informado pelas condições históricas, com as lições aprendidas no tocante às ações eficazes na redução dos efeitos negativos dos choques. Assim, quando os eventos são incertos, mas os seus efeitos são “conhecidos”, graças à experiência histórica, o desenvolvimento de mecanismos de sobrevivência torna-se mais fácil. O resultado é uma diminuição considerável dos efeitos negativos dos choques.¹ Este tipo de adaptação tem lugar em todas as sociedades, de formas distintas.

No entanto, quando os eventos não se enquadram na norma histórica, existe uma imprevisibilidade significativa quanto aos

quatro aspetos acima indicados. Além disso, face às alterações climáticas, tudo indica que as comunidades de todo o mundo se defrontarão com um número crescente de “surpresas” (choques alheios à experiência histórica).²

Com as alterações climáticas, a estrutura básica dos choques, ao invés de se extinguir, evolui, tornando-se um processo diferente. Os atuais enquadramentos políticos poderão tornar-se insuficientes. Alguns dos efeitos das alterações climáticas poderão assumir a forma de “cisnes negros”, eventos com uma baixa probabilidade, mas com um elevado impacto, aos quais a deficiente preparação das instituições, quer públicas quer privadas, não permite dar uma resposta adequada. Noutros casos, os efeitos são inteiramente desconhecidos e imprevisíveis: quando se observam eventos nunca antes experienciados (como novas temperaturas recorde). A capacidade de adaptação, com sucesso, às alterações climáticas depende dos recursos disponíveis para um sistema avançado de preparação e resposta.³

Notas

1. Ver, por exemplo, Clarke e Diercon (2016). 2. Para um exemplo com base no impacto do clima sobre a temperatura dos oceanos, ver Pershing e outros (2019); para as implicações no tocante à necessidade de desenvolvimento de uma capacidade mais prospectiva, por oposição a retrospectiva, de resposta a choques inesperados, ver Ottersen e Melbourne-Thomas (2019). 3. Ver, por exemplo, Farid e outros (2016).
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

sob a forma dos resíduos, da carne e da utilização de recursos hídricos.

Resíduos

Os resíduos⁹³ decorrem do fluxo de materiais, frequentemente produtos, no seio da sociedade. Uma maior quantidade de resíduos é, geralmente, um sinónimo do incremento da extração de matérias-primas, desde a exploração mineira à desflorestação, com um impacto negativo sobre os habitats naturais. Significa, ainda, uma maior conversão de matérias-primas em produtos, o que, normalmente, implica a utilização intensiva de energia industrial (especialmente combustíveis fósseis), o consumo de água e a emissão de poluentes em redes interligadas.

A gestão de resíduos exige transportes e energia. Representa um contributo notório para as alterações climáticas. Quase 5 por cento das emissões globais de gases com efeito de estufa têm origem na gestão de resíduos (excluindo o transporte), maioritariamente impulsionadas pelo desperdício alimentar e pela gestão indevida.⁹⁴ Quando incinerados a céu aberto, os resíduos contribuem para a poluição atmosférica e para os riscos de saúde; quando depositados em aterros sanitários, ocupam espaço e podem levar à infiltração de toxinas no solo e nas águas subterrâneas.

Os resíduos acabam, igualmente, por alcançar os cursos de água e os oceanos. Os oceanos de todo o mundo contêm mais de 270.000 toneladas de resíduos plásticos,⁹⁵ concentrados em enormes ilhas de

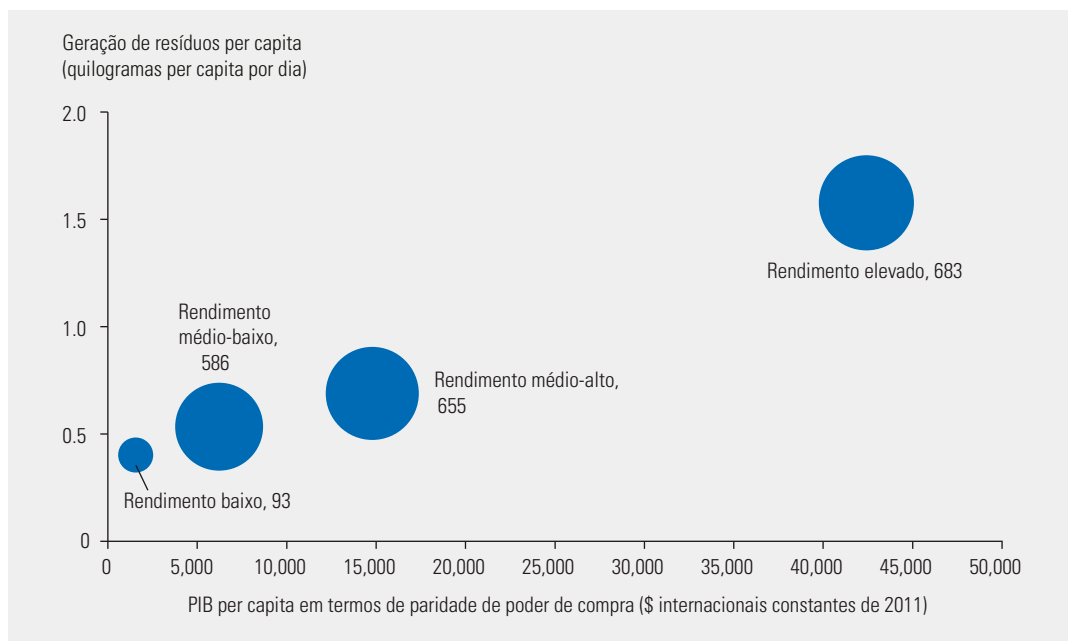
dejetos pelos giros oceânicos. Até ao presente, foram identificadas três: uma situada no Pacífico Norte (a Grande Ilha de Lixo do Pacífico), uma no Pacífico Sul e outra no Atlântico Norte.⁹⁶ A Grande Ilha de Lixo do Pacífico mede 1,6 milhões de quilómetros quadrados (o triplo do tamanho da França) e algumas partes da mesma contêm mais de 100 quilogramas de plástico por quilómetro quadrado.⁹⁷ O plástico pode circular nos oceanos durante muitos anos, decompondo-se, devido à luz solar, em microplásticos e formando uma espécie de sopa apimentada que é consumida pelas aves e pelos peixes.⁹⁸ Os microplásticos marinhos não se confinam à superfície marítima, tendo, igualmente, sido documentados na coluna de água e na fauna das profundezas do mar.⁹⁹ As águas profundas, que são o maior espaço vital da Terra, poderão ainda vir a revelar-se como um dos maiores reservatórios de microplásticos, que também foram descobertos na atmosfera e em montanhas remotas.¹⁰⁰

Em 2016, o mundo gerou um pouco mais de 2 mil milhões de toneladas métricas de resíduos sólidos (ou 0,74 quilogramas por pessoa por dia), uma média altamente variável consoante o país (0,11—4,54 quilogramas).¹⁰¹ Num cenário inalterado, estima-se que o total de resíduos aumente para 3,4 mil milhões de toneladas métricas em 2050 — e que cresça a um ritmo mais acelerado nos países com baixos rendimentos, triplicando em 2050. Os países mais ricos produzem mais resíduos per capita e os países mais pobres, uma menor quantidade (figura 5.10).

Os oceanos de todo o mundo contêm mais de 270.000 toneladas de resíduos plásticos, concentrados em enormes ilhas de detritos pelos giros oceânicos

FIGURA 5.10

Os países mais ricos geram mais resíduos per capita



Fonte: Kaza e outros 2018.

As taxas de recolha de resíduos variam consideravelmente entre países e no seu interior. A recolha de resíduos é praticamente universal nos países com elevados rendimentos, com uma reduzida disparidade entre as áreas urbanas e rurais. Nos níveis inferiores de rendimento, as taxas de recolha de resíduos diminuem a um ritmo constante, surgindo disparidades vincadas entre as áreas urbanas e rurais. Cerca de 40 por cento dos resíduos globais são consignados a aterros sanitários e um terço dos mesmos são despejados a céu aberto. A esmagadora maioria dos resíduos dos países com um baixo rendimento são vertidos a céu aberto, uma prática que cede, cada vez mais, lugar aos aterros sanitários à medida que o rendimento dos países aumenta. O recurso à incineração verifica-se, sobretudo, nos países com um rendimento médio-alto ou elevado. Tipicamente, os resíduos industriais excedem, em grande medida, os resíduos sólidos municipais, evidenciando um gradiente, conforme o rendimento de cada país. Em regra geral, a reciclagem só é um método significativo de eliminação de resíduos nos países com um rendimento elevado.¹⁰²

Além dos contrastes entre as áreas urbanas e rurais, as desigualdades ao nível dos resíduos são evidentes no seio dos países.¹⁰³ Os depósitos de resíduos, as fábricas poluentes e as vias rápidas e aeroportos barulhentos constituem poluição visual e riscos para a saúde, dos quais nenhuma comunidade quer estar próxima. A sua localização nas comunidades mais desfavorecidas é, assim, o reflexo de outras formas de desigualdade.

Consumo de carne

A pecuária é importante para o sustento das pessoas e para as economias. Emprega, pelo menos, 1,3 mil milhões de pessoas, à escala mundial, e oferece meios de subsistência a, aproximadamente, 600 milhões de agregados familiares pobres, na sua maioria situados em países em vias de desenvolvimento,¹⁰⁴ onde esta atividade representa 20 por cento da produção agrícola total. Os alimentos de origem animal são uma componente importante de regimes alimentares saudáveis e nutritivos, contribuindo, em especial, para o crescimento equilibrado e o desenvolvimento cognitivo das crianças. Entre muitos outros benefícios, o gado pode, ainda, ajudar a amparar os agregados familiares face ao impacto negativo dos choques, como é o caso das secas.¹⁰⁵

A pecuária é a atividade agrícola com uma maior utilização de recursos fundiários, sendo os pastos e as terras de cultivo de forragens responsáveis pela utilização de quase 80 por cento do total de terras agrícolas (fornecendo, no entanto, apenas 37 por cento da proteína mundial e 18 por cento das calorias — mesmo incluindo a aquicultura).¹⁰⁶ Cerca de um quinto da água doce disponível é afetada à pecuária.¹⁰⁷ A intensidade da utilização de recursos pela criação de gado está intimamente associada, direta e indiretamente, às ineficiências energéticas dos sistemas de produção de alimentos para animais. A maior parte da matéria vegetal que os animais ingerem, incluindo a

A pecuária é a atividade agrícola com uma maior utilização de recursos fundiários, sendo os pastos e as terras de cultivo de forragens responsáveis pela utilização de quase 80 por cento do total de terras agrícolas

forragem, é utilizada pelos próprios animais, ao invés de ser armazenada, sob a forma de músculo ou gordura, para consumo humano. O rácio de perdas é variável, embora algumas estimativas ascendam a 90 por cento,¹⁰⁸ tornando os animais uma fonte altamente ineficiente de calorias para consumo humano. Por cada caloria, a produção de rações exige muito mais terra e recursos do que a produção de uma quantidade equivalente de alimentos de origem vegetal.¹⁰⁹

No máximo, 80 por cento das emissões de gases com efeito de estufa geradas pelo setor agrícola global provêm da pecuária, o que perfaz 7,1 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente por ano — ou 14,5 por cento das emissões globais de gases antropogénicos com efeito de estufa.¹¹⁰ As emissões emanam de toda a cadeia de abastecimento, figurando a produção de forragens, a fermentação entérica, os resíduos de origem animal e as alterações da utilização da terra entre as fontes mais importantes ao nível das explorações).¹¹¹ O gado é responsável por cerca de dois terços das emissões de dióxido de carbono equivalente relacionadas com a pecuária, grande parte das quais sob a forma de emissões de metano, um gás com efeito de estufa com um potencial de retenção de calor, aproximadamente, 30 vezes superior ao do dióxido de carbono.¹¹²

A melhoria da gestão das explorações é uma das formas de redução destes e de outros impactos ambientais. No caso de uma grande parte dos principais produtos agrícolas, as emissões de gases com efeito de estufa apresentam uma ampla variação entre as explorações. A pecuária não é uma exceção. No caso da carne bovina, os 10 por cento com maiores emissões geram até 12 vezes mais gases com efeito de estufa por unidade de proteína do que os 10 por cento

com menores emissões. O problema concentra-se no topo: A maioria das emissões dos criadores de gado bovino provêm dos 25 percentis de produtores com maior impacto. As abordagens homogéneas têm uma baixa probabilidade de sucesso, mas existem oportunidades significativas de redução da variabilidade entre explorações e de atenuação dos impactos ambientais da carne bovina, da pecuária e da produção agrícola em geral. Outra opção é a redução das perdas em toda a cadeia de abastecimento, assim como a diminuição da procura por carne, se tal for possível e apropriado. A título de exemplo, por cada unidade de proteína, as emissões de gases com efeito de estufa dos 10 percentis de criadores de gado bovino da base ainda excedem as dos produtores de ervilhas por um fator de 36.¹¹³

Os benefícios ambientais da mudança dos regimes alimentares superam os que os produtores conseguiriam alcançar autonomamente (caixa 5.4).¹¹⁴ Contudo, a tendência aponta no sentido inverso, devido, sobretudo, ao crescimento da população, mas também a outras variáveis, como a urbanização e o acréscimo do rendimento per capita, que tendem a levar ao aumento da procura por alimentos de origem animal.¹¹⁵ Between 2000 and 2014 the global production of meat rose 39 percent and milk 38 percent. Entre 2000 e 2014, a produção global de carne aumentou 39 por cento e a de leite, 38 por cento. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura estima que, até 2030, a produção de carne venha a aumentar mais 19 por cento em relação aos níveis de 2015–2017, sendo os países em vias de desenvolvimento responsáveis pela quase totalidade do crescimento (figura 5.11). Prevê-se, para o mesmo período, um aumento da produção de leite em 33 por cento.¹¹⁶ Ainda que os países em vias de desenvolvimento sejam

No máximo, 80 por cento das emissões de gases com efeito de estufa geradas pelo setor agrícola global provêm da pecuária, o que perfaz 7,1 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente por ano — ou 14,5 por cento das emissões globais de gases antropogénicos com efeito de estufa

CAIXA 5.4

O impacto da mudança do regime alimentar mundial sobre o desenvolvimento humano sustentável

Uma mudança do regime alimentar global, favorecendo os alimentos de origem vegetal e respeitando as diretrizes nutricionais, afetaria várias dimensões do desenvolvimento humano sustentável, quer em termos agregados quer ao nível da distribuição. Também o clima beneficiaria. Uma das estimativas indica que a transformação dos hábitos nutricionais poderia reduzir o crescimento das emissões de gases com efeito de estufa do setor alimentar em 29–70 por cento até 2050.¹ Per capita, a diminuição das emissões associadas aos alimentos, nos países mais ricos, poderia atingir o dobro da que se verificaria nos mais pobres, atenuando a desigualdade entre os mesmos no tocante às emissões de dióxido de carbono equivalente.² Este decréscimo dever-se-ia, principalmente, à redução do consumo de carne vermelha, que implica, igualmente, benefícios em termos de saúde³ (embora uma série de análises

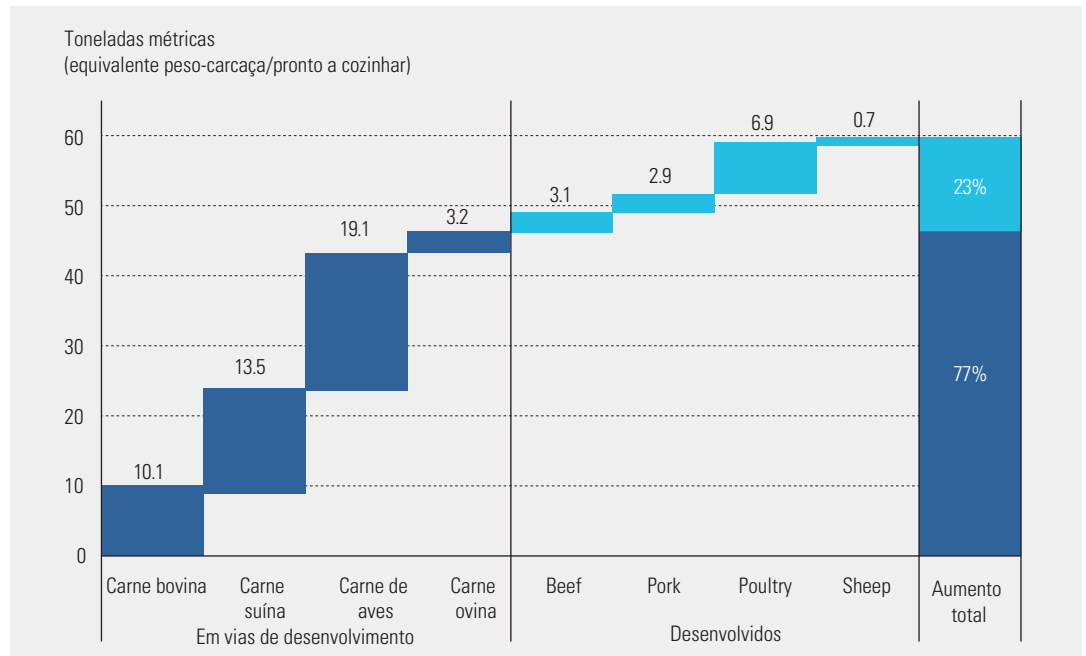
sistemáticas recentes tenha, não sem controvérsia, questionado até que ponto a redução do consumo de carne vermelha e processada conduz à melhoria dos principais indicadores de saúde).⁴ Os impactos de regimes alimentares nutritivos, de base vegetal, inclusive quanto à redução da mortalidade geral, foram estimados por numerosos estudos.⁵ Os benefícios, contudo, não se distribuem de forma equitativa. Per capita, os países com rendimentos elevados ou médios poderiam obter mais benefícios, devido à redução do consumo de carne vermelha e dos insumos energéticos.⁶ Uma transição global para regimes alimentares sustentáveis e nutritivos de base vegetal poderia, deste modo, contribuir para a melhoria geral da saúde ao nível global, embora pudesse levar ao agravamento simultâneo de alguns tipos de desigualdade, no domínio da saúde, entre os países.

Notas

1. Springmann e outros 2016. 2. Springmann e outros 2016. 3. Springmann e outros 2016. 4. Han e outros por publicar; Vermooy e outros por publicar; Zeraatkar, Han e outros por publicar; Zeraatkar, Johnston e outros por publicar. Ver também Carroll e Doherty (2019) e Johnston e outros (por publicar). 5. Key e outros 2009; Le e Sabaté 2014; Orlich e outros 2013; Springmann e outros 2016; Tilman e Clark 2014. 6. Springmann e outros 2016.

FIGURA 5.11

Os países em vias de desenvolvimento serão responsáveis pela maior parte do aumento da produção de carne até 2030



Fonte: FAO 2018.

responsáveis pelo futuro crescimento da produção de carne, os países mais ricos do mundo consomem-na com a maior intensidade, uma situação que previsivelmente persistirá durante bastante tempo.¹¹⁷

À medida que os rendimentos aumentam, as despesas alimentares voltam-se para alimentos mais ricos em nutrientes, como os de origem animal (Lei de Bennett).¹¹⁸ Este fenómeno deve-se, em parte, aos benefícios nutricionais da carne e de outros produtos de origem animal, especialmente no caso das crianças dos agregados familiares mais pobres. Existem desigualdades nítidas, no que diz respeito às despesas com carne, entre os quintis de rendimento, embora as desigualdades ao nível do consumo de carne se atenuem consoante o aumento do rendimento.¹¹⁹

As projeções relativas ao consumo de carne — e às desigualdades — não têm em conta fatores imprevisíveis, como descobertas tecnológicas que alterem as atuais trajetórias e reduzam os danos ambientais. Estima-se em 31 o número de start-ups que estão a trabalhar no sentido de se tornarem a primeira empresa a comercializar proteínas sintéticas de origem animal.¹²⁰ A concorrência pode, de igual modo, partir de outros segmentos, em particular dos novos sucedâneos veganos da carne.¹²¹ Poderão emergir novas áreas de divergência, visto que é provável que os produtos sejam lançados, numa primeira fase, nos países ricos. Além disso, caso estes alimentos proporcionem benefícios suplementares quanto ao combate às doenças intransmissíveis, podem exacerbar as desigualdades ao nível da saúde.

Utilização de recursos hídricos

A água e o saneamento são essenciais para o desenvolvimento humano. Foram igualmente reconhecidos enquanto direitos humanos.¹²² Apesar da expansão dos serviços de água potável e saneamento com um tratamento adequado nas duas últimas décadas, persistem lacunas significativas. Em 2017, 29 por cento da população mundial carecia de um acesso seguro a água potável. A discrepância é ainda mais acentuada no caso do saneamento, cifrando-se em 55 por cento.¹²³

A quantidade de água usada pela humanidade e os respetivos modos de utilização acarretam consequências para o ambiente e as sociedades. A extração global de água quase septuplicou no século passado, superando o crescimento da população por um fator de 1,7.¹²⁴ A maior parte destina-se a fins agrícolas (69 por cento), a que se seguem os industriais (19 por cento) e municipais (12 por cento).¹²⁵ Houve várias tentativas de definição de um intervalo seguro e significativo de atividade para a utilização de recursos hídricos ao nível global.¹²⁶ Os fundamentos concetuais também têm sido repensados, por forma a ter em consideração as fronteiras subnacionais e transcender a utilização de água azul (água doce, sob a forma de rios, lagos, águas subterrâneas, etc.) para consumo, incorporando a água verde (humidade do solo que sofre evaporação ou transpiração) e outros elementos do ciclo hidrológico, global e dinâmico. Ainda há muito trabalho analítico,

A extração global de água quase septuplicou no século passado, superando o crescimento da população por um fator de 1,7. A maior parte destina-se a fins agrícolas

de gestão e político por fazer ao nível nacional e a escalas espaciais menores, como a das bacias.¹²⁷

É a estas escalas espaciais que a pressão hídrica, a escassez e as crises se manifestam. Segundo algumas estimativas, o número de pessoas que vivem em condições de escassez hídrica grave durante pelo menos um mês do ano ascende a 4 mil milhões, por volta de dois terços da população global.¹²⁸ Quinhentos milhões de pessoas defrontam-se com a escassez de água durante todo o ano.¹²⁹ Considera-se que um terço dos 37 maiores sistemas de aquíferos do mundo se encontram numa situação de pressão hídrica.¹³⁰ À escala global, as disponibilidades de água doce são suficientes para satisfazer a procura anual, mas a ausência de correspondência espacial e temporal entre a oferta e a procura de água levam à escassez hídrica. No Relatório do Desenvolvimento Humano de 2006, defende-se, com veemência, que os limites da oferta física não são o problema fulcral, mas antes que “as raízes da crise em termos da água prendem-se com a pobreza, com a desigualdade e com relações desiguais de poder, bem como com políticas deficientes de gestão da água que aumentam a escassez.”¹³¹

As pegadas hídricas são uma das formas de compreender e mensurar a utilização humana da água. Cada país tem uma pegada hídrica nacional, a quantidade de água produzida ou consumida per capita. Esta pegada inclui a água virtual, ou seja, utilizada na produção de bens, como alimentos ou produtos industriais. De um modo transversal aos países, a agricultura constitui o principal componente (92 por cento) da pegada de consumo de recursos hídricos, cujo maior subcomponente são os cereais (27 por cento), seguidos da carne (22 por cento) e dos laticínios (7 por cento).¹³² Uma vez que a pegada hídrica nacional, pela ótica do consumo, inclui a água virtual importada, alguns países apresentam pegadas hídricas muito superiores às que seriam de esperar com base, unicamente, na dotação nacional de recursos hídricos. O movimento transfronteiriço da água virtual é significativo. Entre 1996 e 2005, cerca de um quinto da pegada hídrica global estava ligada a bens exportados, entre os quais a maior quota-parte cabia ao comércio de géneros agrícolas.¹³³

As pegadas hídricas variam consideravelmente entre países. A maior variação verifica-se nos países em vias de desenvolvimento. Alguns, de facto, exibem pegadas hídricas nacionais, pela ótica do consumo, equivalentes — ou superiores — às dos países desenvolvidos.¹³⁴ As elevadas pegadas hídricas de alguns países em vias de desenvolvimento foram atribuídas, em maior grau, à menor eficiência da utilização de água nos produtos consumidos do que a um consumo globalmente superior desses produtos em si,¹³⁵ embora este último possa também ser relevante.¹³⁶ Este facto indicia o enorme potencial por explorar ao nível da melhoria da eficiência.

O acesso à água e o seu consumo apresentam, igualmente, uma grande variação no interior de cada país. Considere-se o acesso seguro à água potável e ao saneamento, um domínio em que persistem desigualdades significativas entre os países e no seu seio. Há muito que as discrepâncias entre as áreas urbanas e rurais ao nível da cobertura são importantes. À escala global, as disparidades estreitaram-se nas últimas duas décadas, decrescendo de 47 pontos percentuais para 32, no caso dos serviços de água potável com um tratamento adequado, e de 14 pontos percentuais para 5, no dos serviços de saneamento com um tratamento adequado. Em muitos países, as desigualdades em função da riqueza são significativas. Nalguns, a cobertura dos serviços básicos de água e saneamento é, pelo menos, duas vezes superior no quintil mais abastado do que no quintil mais pobre (figura 5.12). Quanto aos recursos hídricos, num mesmo país, as desigualdades em função da riqueza excedem, geralmente, as que existem entre áreas urbanas e rurais. Embora, em termos genéricos, a cobertura dos serviços de água e de saneamento tenha melhorado nas duas últimas décadas, na maioria (mas não na totalidade) dos países, as desigualdades em função da riqueza não exibem a mesma tendência geral. Nalguns países, as desigualdades atenuaram-se; noutros, agravaram-se.¹³⁷

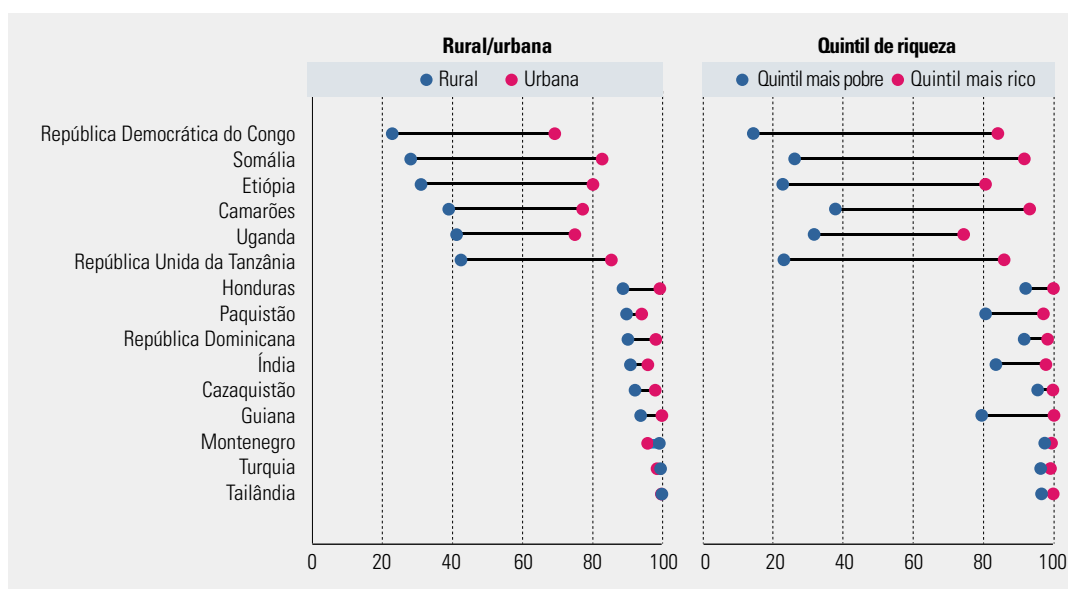
À semelhança dos contrastes entre zonas urbanas e rurais, as médias nacionais podem dissimular diferenças e privações a uma menor escala. Na África do Sul, o índice de Gini nacional, em relação à água canalizada, é de 0,36, embora varie consideravelmente entre as províncias do país, de 0,06 (menos desigual) a 0,57 (mais desigual).¹³⁸ A redução da desigualdade no acesso aos recursos hídricos e na sua utilização não pode ser conseguida à custa da negação do direito das pessoas à água, um direito consagrado na constituição da África do Sul e reforçado por leis que abrangem o saneamento.¹³⁹ O direito humano à água e ao saneamento é igualmente afirmado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A própria concretização deste direito representaria um grande contributo para a redução das desigualdades.

A crescente gravidade das crises hídricas, em todo o mundo, tem impelido o que alguns consideram uma transição fundamental ao nível dos recursos de água doce e da respetiva gestão. As abordagens centradas, unicamente, na satisfação da procura por água têm cedido o lugar a outras, mais multifacetadas, que reconhecem vários limites sobre a oferta e o valor ecológico e social, numa aceção mais ampla, da água, bem como os custos e a eficiência da utilização humana. Têm surgido abordagens do tipo “nexus”, que identificam e atendem ao modo como a água está associada a outros recursos, como a energia, os alimentos e as florestas.¹⁴⁰

Os percursos históricos de desenvolvimento têm imposto um fardo ambiental e social excessivo. É necessário que mudem — e existem sinais encorajadores de que estão a fazê-lo

FIGURA 5.12

Nalguns países, a cobertura dos serviços básicos de água e saneamento é, pelo menos, duas vezes superior no quintil mais abastado do que no quintil mais pobre



Fonte: UNICEF e OMS 2019.

As desigualdades ambientais são, em grande medida, uma questão de escolha, feita pelas pessoas com poder para tal. A sua correção é, igualmente, uma escolha

Tanto os sistemas de produção económica quanto as tendências demográficas e as alterações climáticas têm desempenhado um papel de relevo nesta transição. Também a tecnologia o tem feito. Nas duas últimas décadas, por exemplo, a difusão de tecnologias sofisticadas de irrigação de precisão aumentou a eficiência da utilização agrícola de recursos hídricos. As tecnologias modernas têm, ainda, transformado o tratamento e a reutilização de águas residuais, bem como a viabilidade económica da dessalinização da água do mar. A deteção remota tem fornecido dados em tempo real. Quer os contadores inteligentes de água quer a reforma das políticas de preços da água podem melhorar a eficiência.¹⁴¹ A resposta a estas novas ferramentas e tendências e a sua formulação — a medida em que a inclusão for convertida num princípio basilar da transição para a sustentabilidade da água doce — desempenharão um papel relevante na determinação da (não) concretização gradual dos direitos humanos à água e ao saneamento, da redução das desigualdades no acesso a ambos e da realização de um percurso que conduza a uma utilização sustentável dos recursos hídricos.

Uma rutura com o passado: Tomar opções diferentes pelas pessoas e pelo planeta

No presente capítulo, demonstrou-se que as desigualdades ambientais são múltiplas e inextricáveis das desigualdades ao nível do desenvolvimento humano.

Refletem o modo como o poder económico e político — e a intersecção entre ambos — se distribui e é exercido, quer entre os países quer no seu interior. Frequentemente, estas desigualdades e injustiças ambientais são o legado de gradientes enraizados em termos de poder, que remontam a décadas passadas e, no caso das alterações climáticas, séculos. Os países e as comunidades com maior poder transferiram, conscientemente ou não, uma parte das consequências ambientais do seu consumo para pessoas pobres e vulneráveis, para grupos marginalizados, para a posteridade. As desigualdades ambientais são, em grande medida, uma questão de escolha. Corrigi-las é, de igual modo, uma opção, a qual, porém, não pode implicar o sacrifício da concretização, na íntegra, do conjunto dos direitos humanos.

A tecnologia tem sido uma protagonista da narrativa do clima. Esteve na base de trajetórias de desenvolvimento diretamente relacionadas com a crise climática. A tecnologia, sob a forma das energias renováveis e da eficiência energética, oferece um vislumbre de uma eventual quebra com o passado — caso a oportunidade seja atempadamente aproveitada e amplamente partilhada.¹⁴² Se isso acontecer, tanto as pessoas quanto o planeta terão a ganhar. A forma como as pessoas lidam com estas e com outras tecnologias de modo a que incentivem, ao invés de ameaçar, um desenvolvimento humano sustentável e inclusivo é o assunto do capítulo que se segue acerca da tecnologia.

A adoção e a ampla difusão das tecnologias, novas ou antigas, que preservam o clima será crítica para a definição de novas trajetórias de desenvolvimento em todos os países. Os percursos históricos de desenvolvimento têm imposto um fardo ambiental e social excessivo. É necessário que mudem — e existem sinais encorajadores de que estão a fazê-lo. Os ODS, o Acordo de Paris e o renovado interesse numa definição progressiva de preços para o carbono, bem como a expansão desta prática, apontam para uma senda promissora. Pode-se dizer o mesmo dos esforços de consolidação da resiliência climática envidados até ao presente. No entanto,

ainda são muitas as tarefas urgentes por implementar no campo das políticas, com o esforço conjunto dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, de forma a evitar perigosos pontos de viragem climática e assegurar que as pessoas pobres e vulneráveis não sejam deixadas para trás. No capítulo 7, que delinea uma visão panorâmica das opções políticas apresentadas no Relatório, discutem-se algumas das potenciais políticas de combate simultâneo às alterações climáticas e à desigualdade, na esperança de que auxiliem os países no mapeamento de percursos que conduzam a um desenvolvimento humano mais sustentável e inclusivo.

Em muitos países, a cobertura dos serviços básicos de água e saneamento é, pelo menos, duas vezes superior no quintil mais abastado do que no quintil mais pobre

Destaque 5.1

Medir os impactos das alterações climáticas: Além das médias nacionais

Um estudo recente, que foi além das médias nacionais, adotando uma perspetiva mais granular dos impactos das alterações climáticas em 3.143 municípios dos Estados Unidos continentais¹, pode assinalar o futuro das avaliações do impacto económico das alterações climáticas — em parte, porque alguns dos parâmetros do modelo estão associados a dados observados no mundo real.

O estudo descobriu uma heterogeneidade espacial significativa ao nível da produtividade agrícola e da mortalidade, independentemente da causa. Os impactos económicos projetados apresentam uma ampla variação entre municípios, desde perdas medianas superiores a 20 por cento do respetivo produto interno bruto a ganhos medianos superiores a 10 por cento. Os impactos económicos negativos concentram-se no Sul e no Centro-Oeste, ao passo que o Norte e o Oeste evidenciam impactos negativos menores — ou mesmo ganhos líquidos.

O estudo concluiu que as alterações climáticas agravarão a desigualdade nos Estados Unidos, uma vez que os piores impactos se concentram em regiões que já são, em média, mais pobres. Prevê-se que, até à segunda metade do século XXI, o terço mais pobre dos municípios sofra danos na ordem dos 2–20 por cento do rendimento municipal. Estima-se que os efeitos sobre o terço mais rico sejam menos graves, variando entre danos na ordem dos 6,7 por cento do rendimento municipal e benefícios na ordem dos 1,2 por cento. Ao nível nacional, cada aumento em 1 °C da temperatura superficial média global custará 1,2 por cento do PIB.

O estudo não aborda um dos principais mecanismos de sobrevivência às alterações climáticas: a migração. Esta última afetaria as estimativas do impacto nacional, bem como os custos e os benefícios absolutos para cada município. Teoricamente, a migração poderia, ainda, atenuar o impacto sobre a desigualdade, dado que as pessoas atingidas pelos impactos mais negativos se deslocam para áreas menos afetadas e com mais oportunidades. Os Estados Unidos têm um longo historial de migração em busca de oportunidades económicas, inclusive em épocas de crise ambiental e económica (como o Dust Bowl, uma série de fortes tempestades de areia, nos anos 30).² Hoje em dia, contudo, alguns dados sugerem que, na prática, a migração poderá não ser um mecanismo significativo de sobrevivência das

peças pobres, agravando, assim, a desigualdade. Nas últimas décadas, a mobilidade tem decrescido nos Estados Unidos.³

Enquanto, nos países com um rendimento médio, o aquecimento tem levado ao aumento da emigração para os centros urbanos e para outros países, nos países mais pobres, o mesmo fenómeno tem reduzido a probabilidade de emigração.⁴ Embora isto não signifique que seja menos provável que as pessoas mais desfavorecidas dos países prósperos migrem em resposta às alterações climáticas, indicia, porém, a possibilidade de interação de outras variáveis — eventualmente, as que dizem respeito à pobreza, a vários níveis — com as alterações climáticas, determinando a probabilidade de migração e a capacidade geral de sobrevivência. Sugere, ainda, que a migração, enquanto mecanismo de sobrevivência às alterações climáticas, é menos comum nos países mais pobres do que nos mais ricos.

As análises granulares, adaptadas consoante as diferenças no tocante à disponibilidade e qualidade dos dados, podem ser úteis noutros contextos. Podem, ainda, ser associadas a dados relativos às privações e à vulnerabilidade, de modo a que a exposição climática, os impactos e as vulnerabilidades sejam reunidas, sobrepostas e integradas, visando uma análise e visualização relevantes para a conceção de políticas, recorrendo, eventualmente, a sistemas de informação geográfica. Poder-se-ia identificar os focos de vulnerabilidade — espacialmente e por população — com vista à adoção de políticas, incluindo a mitigação dos impactos e o reforço da resiliência. As análises granulares seriam, ainda, fundamentais para o desenvolvimento de planos de adaptação específicos de cada local, o que poderia contribuir para o progresso da adaptação às alterações climáticas, para a redução da desigualdade estrutural e para uma consecução mais disseminada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ao “identificar pontos de viragem locais e socialmente notórios antes da sua concretização, com base naquilo a que as pessoas atribuírem valor e nas soluções de compromisso que considerarem aceitáveis.”⁵

Notas

- 1 Hsiang e outros 2017.
- 2 Hornbeck 2012.
- 3 Carr e Wiemers 2016.
- 4 Cattaneo e Peri 2016.
- 5 Roy e outros 2019, p. 458.

As alterações climáticas agravarão a desigualdade nos Estados Unidos, uma vez que os piores impactos se concentram em regiões que já são, em média, mais pobres

Destaque 5.2

Vulnerabilidade climática

À semelhança dos mecanismos económicos de feedback, a atenção às desigualdades estruturais e aos défices de desenvolvimento, no contexto das alterações climáticas, é um avanço relativamente recente. Numa análise da literatura, em quatro publicações científicas especializadas nas alterações climáticas, no decurso de 2012, 70 por cento dos estudos publicados descreveram as alterações climáticas em si como a principal causa da vulnerabilidade, ao passo que menos de 5 por cento abordaram as suas origens sociais.¹ O Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC), de 2014, contribuiu para a correção deste desequilíbrio.²

O modo de agregação das variáveis da vulnerabilidade social (ou estrutural) a diferentes níveis — dos indivíduos e agregados familiares aos países e às regiões, passando pelas localidades e cidades e pelos distritos e províncias — dará forma aos padrões dos impactos associados ao clima, de forma transversal aos espaços e às respetivas populações. Poderão surgir diversos padrões de desigualdade a diferentes escalas e consoante o tipo de desigualdade medido. O impacto sobre as desigualdades, aos diferentes níveis, depende, crucialmente, da incidência desproporcional de uma maior quantidade de impactos negativos sobre os extremos inferiores das distribuições existentes da desigualdade — isto é, das pessoas que já sofrem vários tipos de privações graves ou défices de desenvolvimento. Dado que as desigualdades estruturais existem sob variadas formas e são inextricáveis da capacidade de sobrevivência das comunidades e dos países face às alterações climáticas, fatores atenuantes anteriormente inexistentes, uma parte do agravamento da desigualdade causado pelas alterações climáticas já está “embutido.” Além disso, os conceitos de limites “suaves” e “duros” de adaptação, assim como os de “perdas e danos” e “riscos residuais relacionados com o clima”, presentes na literatura acerca das alterações climáticas constituem um reconhecimento da variabilidade das comunidades e das instituições humanas no tocante à resposta e à sobrevivência aos impactos das alterações climáticas.³ O relatório especial do PIAC de 2018, relativo a um aquecimento global de 1,5 °C, traça uma breve síntese da literatura mais recente acerca das abordagens e opções políticas destinadas a fazer face ao risco residual e às perdas e danos, analisando as estratégias de adaptação e de redução do risco de catástrofes, as considerações de equidade

indenizatória, distributiva e processual, os litígios e os riscos associados, a ajuda internacional (como no caso dos mecanismos públicos regionais de seguros) e a governação global.⁴

O Quinto Relatório de Avaliação do PIAC concluiu, com um elevado grau de confiança, que as alterações climáticas agudizariam a pobreza existente e exacerbariam as igualdades.⁵ O relatório especial do PIAC de 2018 condensou a literatura posterior, demonstrando que “as pessoas pobres continuarão a sofrer gravemente com as alterações climáticas, as quais irão exacerbar a pobreza (*grau muito elevado de confiança*).”⁶ O relatório especial cita dados relativos a comunidades de subsistência mais desfavorecidas que já são afetadas pelas alterações climáticas, através da diminuição do rendimento e da qualidade das colheitas, do aumento das pragas e doenças agrícolas e da perturbação da cultura. Uma série de estudos referidos no relatório especial indicam que as crianças e os idosos são desproporcionalmente afetados pelas alterações climáticas e que as mesmas podem agravar a desigualdade de género. O relatório especial cita, ainda, um relatório de 2017 em que se afirma que, até 2030, um número suplementar de 122 milhões de pessoas poderá sucumbir à pobreza extrema, devido, principalmente, ao aumento dos preços dos géneros alimentícios e à deterioração da saúde. Os 20 percentis mais pobres de 92 países sofreriam perdas adicionais de rendimento substanciais. Prevê-se que os países com menores rendimentos padeçam de perdas socioeconómicas desproporcionais devido às alterações climáticas, fomentando a desigualdade entre países e contrariando as tendências de diminuição da mesma que têm prevalecido nas últimas décadas.⁷ O relatório, de resto, identifica lacunas críticas ao nível da investigação, declarando que “é provável que os impactos incidam, simultaneamente, sobre a segurança dos meios de subsistência, alimentar, humana, hídrica e dos ecossistemas... mas a literatura acerca dos efeitos inter-relacionados e em cadeia permanece escassa.”⁸

Um relatório do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (DAESNU) de 2016 sumariza a literatura acerca das desigualdades estruturais e da sua relação com a exposição e a vulnerabilidade climáticas.⁹ No interior dos países, o relatório do DAESNU observa que muitas das pessoas pobres residem em planícies aluviais, nas margens de rios ou em colinas precárias, por falta de alternativas, o que as

Uma parte do agravamento da desigualdade causado pelas alterações climáticas já está “embutido.” Os conceitos de limites “suaves” e “duros” de adaptação constituem um reconhecimento da variabilidade das comunidades e das instituições humanas no tocante à resposta e à sobrevivência aos impactos das alterações climáticas

coloca em maior risco de inundação, deslizamentos de lama e outras catástrofes meteorológicas. Um dos axiomas das alterações climáticas postula que as áreas mais húmidas se tornarão ainda mais húmidas e que as áreas secas ficarão mais secas. Estima-se que a frequência das inundações duplique para outras 450 milhões de pessoas residentes em áreas suscetíveis.¹⁰ As alterações climáticas aumentarão, ainda, a pressão associada às secas no caso das que habitam em zonas áridas e semiáridas, onde existem grandes concentrações de pessoas pobres e marginalizadas. Prevê-se que as pessoas desfavorecidas fiquem mais expostas a secas, nos cenários de aquecimento superior a 1,5 °C, em vários países da Ásia e da África Austral e Ocidental.¹¹ As populações rurais desfavorecidas dos países pobres sofrerão um duplice efeito das alterações climáticas: um choque negativo ao nível do seu sustento aliado ao aumento súbito dos preços alimentares, devido ao decréscimo do rendimento agrícola global.

Notas

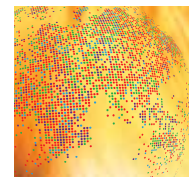
- 1 Tschakert (2016), com base em dados Bassett e Fogelman (2013).
- 2 PIAC 2014.
- 3 Klein e outros (2014), apud Roy e outros (2019).
- 4 Roy e outros 2019.
- 5 PIAC 2014.
- 6 Roy e outros 2019, p. 451.
- 7 Pretis e outros (2018), apud Roy e outros (2019).
- 8 Roy e outros 2019, p. 452.
- 9 DAESNU 2016.
- 10 Arnell e Gosling (2016), apud Roy e outros (2019).
- 11 Winsemius e others (2018), apud Roy e outros (2019).

Capítulo **6**

O potencial da tecnologia para a divergência e para a convergência: Fazer face a um século de transformação estrutural

6.

O potencial da tecnologia para a divergência e para a convergência: Fazer face a um século de transformação estrutural



Irão as transformações tecnológicas a que estamos a assistir levar ao aumento da desigualdade? Muitos julgam que sim, mas a escolha é nossa. Existe, certamente, um precedente histórico para a emergência de desigualdades profundas e persistentes devido a revoluções tecnológicas. A Revolução Industrial pode ter lançado a humanidade para uma época de melhorias sem precedentes ao nível do bem-estar. No entanto, também inaugurou a Grande Divergência,¹ separando as sociedades que se industrializaram,² produzindo e exportando bens manufaturados, das muitas que dependiam de produtos de base até bastante depois de meados do século XX.³ Além disso, ao operar a transição energética para a utilização intensiva de combustíveis fósseis (começando pelo carvão), a Revolução Industrial abriu trajetórias de produção que culminaram na crise climática (capítulo 5).⁴

Caberá aos futuros historiadores determinar se as mudanças tecnológicas em curso podem ser caracterizadas como uma revolução. A digitalização da informação e a capacidade de partilhá-la e transmiti-la de um modo instantâneo e global têm sido consolidadas ao longo de várias décadas, como no caso dos computadores, dos telemóveis e da Internet. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2001 considerou formas de assegurar a implementação destas e de outras tecnologias em prol do desenvolvimento humano, com enfoque no seu potencial para beneficiar os países em vias de desenvolvimento e as pessoas pobres.⁵ Embora o relatório não aborde o impacto da tecnologia sobre os empregos e os rendimentos em detalhe, destacou a crescente procura por competências tecnológicas e o potencial de criação de emprego, quer nas economias desenvolvidas quer nas que estão em vias de desenvolvimento, indiciando a possibilidade de redução da desigualdade no interior dos países e entre si. Contudo, os recentes avanços de tecnologias como a automatização e a inteligência artificial, aliados às vicissitudes dos mercados laborais no decurso do século XXI, demonstram que estas tecnologias estão a substituir tarefas desempenhadas por humanos — levantando, com uma urgência acrescida, a questão de saber se a tecnologia dará origem a uma Nova Grande Divergência.

Os progressos ao nível da inteligência artificial conquistaram as manchetes quando um programa informático se converteu, numa questão de horas, no melhor jogador de xadrez do mundo. O programa não dispunha de quaisquer informações prévias quanto à modalidade. Tendo-lhe sido dadas, unicamente, as regras, ensinou-se a si próprio a vencer — não só no xadrez, mas também no Go e no Shogi.⁶ Tratou-se da mais recente de uma série

de inovações tecnológicas possibilitadas por técnicas de inteligência artificial designadas por aprendizagem automática — em particular, a aprendizagem profunda — que permitem que as máquinas igualem — ou superem — as capacidades dos humanos para tarefas que abrangem desde a tradução de idiomas até ao reconhecimento de imagens e do discurso.⁷ À medida que o desempenho da inteligência artificial, de acordo com os parâmetros de referência, continua a melhorar em relação a um leque alargado de tarefas,⁸ é provável que reconfigure o mundo do trabalho de formas fundamentais — quer para os trabalhadores que desempenham as tarefas em causa quer para o conjunto do mercado laboral.⁹

A inteligência artificial não é a única tecnologia relevante, nem atua isoladamente. Interage com as tecnologias digitais de formas que têm alterado o paradigma dos mercados de trabalho, das economias e das sociedades com base no conhecimento.¹⁰ Porventura pela primeira vez na história da humanidade, estas tecnologias são, praticamente, do conhecimento geral. Os países da Ásia Oriental têm investido fortemente na inteligência artificial e no progresso da sua utilização (discutidas adiante no presente capítulo). Também os países africanos têm tirado partido do potencial dos telemóveis para o fomento da inclusão financeira.¹¹

Estas tecnologias também alteram a política, a cultura e os estilos de vida. Um conjunto de algoritmos básicos de inteligência artificial, destinados a aumentar o número de cliques nas redes sociais, levaram a que milhões de pessoas perfilhassem pontos de vista extremos e obstinados.¹² Em alguns países, a família e os amigos têm vindo a ser substituídos pela Internet enquanto principal meio de constituição de casais, em parte devido à melhoria dos algoritmos de inteligência artificial com este propósito.¹³

A tecnologia não é algo externo às economias e sociedades que determina os resultados por si só

O mundo das finanças tem atravessado uma reestruturação fundamental, com a prestação de serviços de pagamento por empresas tecnológicas não financeiras. A China ocupa a dianteira no domínio dos pagamentos móveis, que representam 16 por cento do PIB, seguida dos Estados Unidos, da Índia e do Brasil — embora distantes, com uma parcela ainda inferior a 1 por cento do PIB.¹⁴ Estas empresas têm, ainda, oferecido serviços de crédito e outros de cariz financeiro. Na China, a inteligência artificial permite que as instituições de crédito em linha tomem decisões acerca dos empréstimos em segundos, tendo concedido crédito a mais de 100 milhões de pessoas.¹⁵ De resto, os bancos centrais, da China¹⁶ ao Ruanda,¹⁷ têm contemplado a introdução de moedas digitais.

Agora, recuemos um pouco. A tecnologia sempre progrediu, em todas as sociedades, gerando perturbações e oportunidades (desde a pólvora até à imprensa). Contudo, os avanços eram, tipicamente, isolados e não se traduziam no progresso contínuo e acelerado¹⁸ que Simon Kuznets descreveu como o “crescimento económico moderno.”¹⁹ A melhoria ininterrupta da produtividade e do nível de vida depende da introdução constante de novas ideias e da sua utilização de um modo produtivo.²⁰ No entanto, a garantia de que estes ganhos em termos de produtividade e bem-estar aproveitem a todos não é um dado adquirido e, quando o acesso é, simplesmente, presumido, as pessoas que carecem de acesso podem defrontar-se com privações inéditas e mais profundas.²¹

A tecnologia não é algo externo às economias e sociedades que determina os resultados por si só.²² Evolui em conjunto com os sistemas sociais, políticos e económicos. Este facto significa que a utilização produtiva da tecnologia demora tempo a consolidar-se, uma vez que necessita de mudanças complementares ao nível dos sistemas económicos e sociais.²³ Porém, o modo como a tecnologia irá moldar a evolução e a distribuição do desenvolvimento humano no século XXI não deve ser deixado ao acaso. No mínimo, dever-se-á evitar uma nova Grande Divergência, fazendo, simultaneamente, face à crise climática.

O impacto das mudanças técnicas pode ser uma preocupação explícita dos legisladores.²⁴ Com uma ênfase clara na promoção do desenvolvimento humano, é possível aumentar a empregabilidade dos trabalhadores e melhorar o alcance e a qualidade dos serviços sociais. Os investimentos na inteligência artificial não devem limitar-se simplesmente à automatização de tarefas levadas a cabo por humanos, podendo, igualmente, gerar procura de mão-de-obra. Por exemplo, a inteligência artificial pode definir necessidades de ensino mais detalhadas e personalizadas e, deste modo, incrementar a procura por professores que prestem um leque mais amplo de serviços educativos.²⁵ De um modo mais geral, as mudanças tecnológicas podem

ser direcionadas de forma a reduzir a desigualdade e promover, em simultâneo, a sustentabilidade ambiental.²⁶

Poderá a inteligência artificial potenciar o desenvolvimento humano? O sentido das mudanças tecnológicas envolve muitas decisões por parte de governos, empresas e consumidores.²⁷ Porém, em alguns países, a adoção das tecnologias de modo a que beneficiem as pessoas e a natureza já é um assunto de debate.²⁸ As políticas públicas e o investimento público determinarão as mudanças tecnológicas, tal como o fizeram historicamente.²⁹ No entanto, também a distribuição das capacidades o fará. As eventuais clivagens poderão não ser, necessariamente, entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento ou entre as pessoas que ocupam o topo e as pessoas na base da distribuição do rendimento. A América do Norte e a Ásia Oriental, a título exemplificativo, estão bastante adiantadas no que diz respeito à expansão do acesso à Internet de banda larga, acumulando dados e desenvolvendo a inteligência artificial.³⁰

O presente capítulo evidencia, apesar da convergência no acesso às tecnologias elementares, a existência de uma divergência crescente ao nível da utilização das avançadas, retomando as conclusões da parte I do Relatório. O capítulo descreve o modo como alguns aspetos da tecnologia estão associados ao agravamento de algumas formas de desigualdade — por exemplo, a transferência de rendimento para o capital, em detrimento do trabalho, bem como o aumento da concentração do mercado e do poder das empresas. Debruça-se, em seguida, sobre o potencial da inteligência artificial e das tecnologias de vanguarda para o estreitamento das desigualdades em termos de saúde, educação e governação — sublinhando o potencial da tecnologia para a correção das desigualdades no desenvolvimento humano. Conclui que a tecnologia tanto pode substituir quanto recuperar a mão-de-obra — trata-se, em última instância, de uma questão de escolha, uma escolha que não é determinada apenas pela tecnologia.

As dinâmicas da desigualdade no acesso à tecnologia: Convergência nas capacidades básicas, divergência nas capacidades avançadas

Um tema recorrente deste Relatório prende-se com a persistência, apesar da convergência quanto às capacidades básicas, de grandes disparidades ao nível das capacidades avançadas — que, em muitos casos, se têm acentuado.

É também este o caso da tecnologia, sobretudo no tocante ao acesso, que é o foco desta secção. É certo que esta não passa de uma perspetiva parcial, dadas as desigualdades quanto ao aproveitamento das novas tecnologias, à participação no seu desenvolvimento e à formação ou requalificação para a sua aplicação. Existem, igualmente, disparidades de género, sob a forma da sub-representação das mulheres e raparigas no ensino e nas profissões da área das ciências, tecnologia, engenharia e matemática.³¹ Ainda assim, os dados relativos ao acesso que constam deste capítulo põem em evidência, apesar da convergência no acesso às tecnologias básicas (que ainda está longe de ser igual), a divergência no acesso e na utilização das avançadas.

Com efeito, a capacidade de acesso e de utilização das tecnologias digitais desempenha um papel determinante quer quanto aos padrões de produção e de consumo quer ao modo de organização das sociedades, das comunidades e até dos agregados familiares. São cada vez mais os fatores que dependem — em grande medida — da capacidade de ligação às redes digitais. A presente secção demonstra que:

- Os grupos com um menor grau de desenvolvimento humano têm, sistematicamente, menos acesso a um conjunto variado de tecnologias, um facto amplamente comprovado.
- As disparidades ao nível das tecnologias rudimentares, embora ainda sejam evidentes, têm decrescido — refletindo a convergência quanto às capacidades básicas.
- As disparidades ao nível das tecnologias avançadas³² (mesmo quando tidas por triviais, segundo os padrões de muitos) estão a acentuar-se — um reflexo do padrão das capacidades avançadas anteriormente identificado no Relatório.

As desigualdades no acesso à tecnologia são generalizadas

Quanto mais elevado for o nível de desenvolvimento humano, maior é o acesso à tecnologia (figura 6.1, painel superior). A revolução digital tem ocorrido a um ritmo acelerado e com um impacto enorme, embora esteja longe de ser universal. Em 2017, cerca de 2 mil milhões de pessoas ainda não utilizavam telemóvel.³³ Acresce que, entre os 5 mil milhões de subscritores de telemóveis ao nível mundial, quase 2 mil milhões — a maioria dos quais em países com um rendimento baixo ou médio — não têm acesso à Internet.³⁴ Em 2017, o número de assinaturas de banda larga fixa por 100 habitantes era de apenas 13,3, ao nível global, e de 9,7, nos países em vias de desenvolvimento, e o número de assinaturas de banda larga móvel por 100 habitantes era de 103,6 nos países desenvolvidos, em comparação com apenas 53,6 nos países em vias de desenvolvimento.³⁵ As desigualdades são muito mais acentuadas no caso das tecnologias avançadas, como o acesso a um computador, à Internet ou à banda larga (figura 6.1, painel inferior).

A convergência ao nível das tecnologias básicas, como os telemóveis,³⁶ capacitou pessoas tradicionalmente marginalizadas e excluídas — constituindo a maior inclusão financeira um bom exemplo (caixa 6.1). Porém, as disparidades digitais podem, de igual modo, tornar-se barreiras não apenas ao acesso a serviços e à possibilidade de transações económicas, mas também à pertença a uma “sociedade de aprendizagem”.³⁷ Importa, assim, complementar este retrato estático das disparidades com uma análise do seu modo de evolução.

Confluência nos aspetos básicos, disparidades crescentes ao nível das tecnologias avançadas

As desigualdades no acesso às tecnologias elementares estão a decrescer. Os telemóveis, incluindo os respetivos serviços básicos, têm-se disseminado rapidamente na maior parte do mundo (figura 6.2, painel esquerdo). Em 2007, existiam 102 subscritores de telemóveis por 100 habitantes nos países desenvolvidos, em comparação com 39 nos países em vias de desenvolvimento. Até 2017, a discrepância tinha diminuído, com 127 subscritores de telemóveis por 100 habitantes nos países desenvolvidos e 99 nos países em vias de desenvolvimento. Esta convergência reflete quer a acelerada expansão na base quer um estrangimento incontornável no topo, em que sobra pouca margem de crescimento.

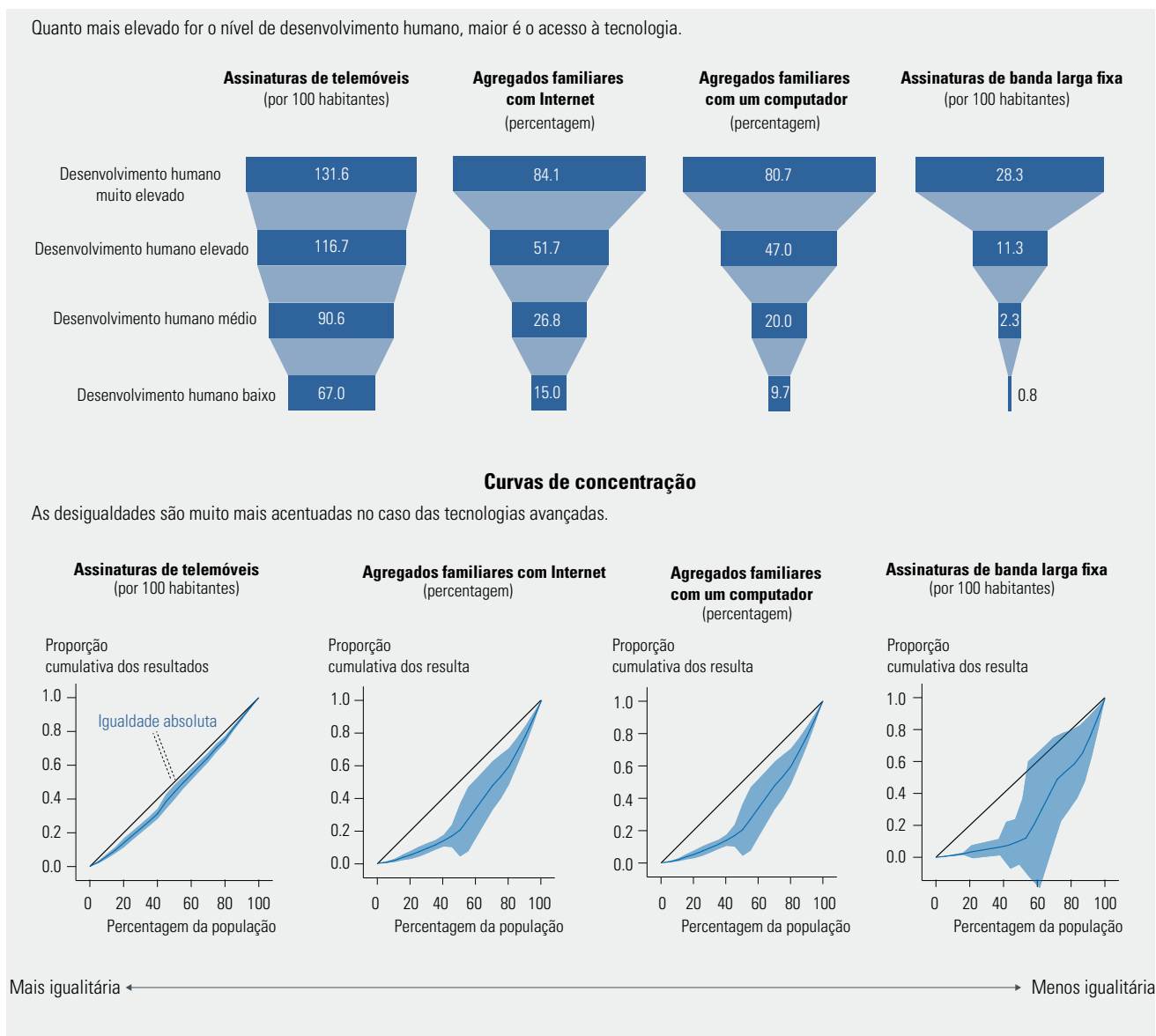
Nas áreas tecnológicas de maior capacitação, que implicam o acesso a mais informações e uma potencial transição do consumo de conteúdos para a sua produção, as disparidades são mais acentuadas e estão a dilatar-se (figura 6.2, painel direito). Os países com um baixo nível de desenvolvimento humano alcançaram os menores progressos quanto a estas tecnologias — uma tendência que se coaduna com as crescentes disparidades em termos de capacidade instalada de banda larga, especialmente no que se refere às diferenças absolutas, uma temática que o presente capítulo desenvolve em seguida.³⁸

A distinção entre o número de assinaturas de telecomunicações e as disponibilidades de largura de banda era pouco relevante quando só existiam redes fixas de telefonia, visto que todas as conexões tinham, essencialmente, a mesma largura de banda. No entanto, à medida que a inteligência artificial e as tecnologias associadas continuam a evoluir, a largura de banda será cada vez mais importante (tal como a computação em nuvem, que depende da capacidade de ligar os computadores uns aos outros). O acesso à largura de banda comparável, quantitativa e qualitativamente, ao dos países desenvolvidos é essencial para que os países em vias de desenvolvimento cultivem a sua própria inteligência artificial e as aplicações relacionadas.

Nas áreas tecnológicas de maior capacitação, que implicam o acesso a mais informações e uma potencial transição do consumo de conteúdos para a sua produção, as disparidades são mais acentuadas e estão a dilatar-se

FIGURA 6.1

Divisões digitais: Os grupos mais desenvolvidos têm um maior acesso e as desigualdades são mais acentuadas nas tecnologias avançadas, 2017



Nota: Os dados representam médias simples para todos os grupos de desenvolvimento humano. As áreas sombreadas representam intervalos de confiança de 95 por cento.
 Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados ao nível nacional da União Internacional de Telecomunicações.

Igualmente essenciais são a transferência e a adoção de tecnologias desenvolvidas pelos líderes do mundo digital. Considerando estes dois grupos de países de forma agregada, verificou-se uma convergência. Em 2007, os países com um elevado rendimento tinham uma largura de banda per capita 22,4 vezes superior à dos restantes países; em 2017, o rácio decrescera para 3,4 (figura 6.3).

Apesar de, na sua generalidade, a convergência ao nível da banda larga entre os países em vias de desenvolvimento ser positiva, o padrão de convergência tecnológica tem diferido entre as regiões. Atente-se nas assinaturas de

telemóveis e no potencial instalado de banda larga. A distribuição regional das assinaturas de telemóveis já reflete a distribuição da população (o que significa que a distribuição de ambas é, grosso modo, equivalente), e, na Ásia Oriental e Pacífico, as assinaturas de telemóveis já convergiram com a parcela da região no conjunto da população global (figura 6.4). Em África, ainda existe uma diferença, embora a convergência não esteja muito longe.

Contudo, a distribuição do potencial instalado de largura de banda não acompanha nem a distribuição da população nem a distribuição do rendimento nacional

A tecnologia móvel promove a inclusão financeira

A inclusão financeira consiste na capacidade de aceder e utilizar um conjunto de serviços financeiros apropriados e oferecidos de um modo responsável num ambiente adequadamente regulamentado.¹ O dinheiro móvel, a identificação digital e o comércio eletrónico conferiram a um número muito maior de pessoas a capacidade de poupar dinheiro e efetuar transações em segurança, sem necessidade de numerário, de se segurarem contra riscos e de pedirem empréstimos para a expansão dos seus negócios e a presença em novos mercados.

Em 2017, 69 por cento dos adultos detinham uma conta junto de uma instituição financeira, uma subida de 7 pontos percentuais em comparação com 2014.² Isto significa que mais de quinhentos milhões de adultos obtiveram acesso a ferramentas financeiras no espaço de três anos.

Entre os exemplos mais famosos de dinheiro móvel — plataformas que permitem aos utilizadores enviar, receber e conservar dinheiro por meio de um telemóvel — figuram a M-Pesa, no Quênia, e a Alipay, na China. O dinheiro móvel levou os serviços financeiros a pessoas há muito ignoradas pelos bancos tradicionais, alcançando regiões remotas sem sucursais bancárias físicas. Pode, ainda, contribuir para o acesso das mulheres aos serviços financeiros — um aspeto importante da igualdade, visto que, em muitos países, a probabilidade de as mulheres serem titulares de uma conta bancária é inferior à dos homens.³

O incremento do comércio eletrónico tem sido igualmente dramático, incluindo a venda de produtos e serviços por indivíduos e pequenas empresas em plataformas cibernéticas. O comércio eletrónico inclusivo, que promove a participação das pequenas empresas na economia digital, é particularmente importante, uma vez que pode gerar novas oportunidades para os grupos tradicionalmente excluídos. Na China, a título de exemplo, estima-se que 10 milhões de pequenas e médias empresas realizem vendas na plataforma Taobao; quase metade dos empreendedores inscritos na plataforma são mulheres e mais de 160.000 são portadores de deficiência.⁴

Da inteligência artificial à criptografia, a inovação ao nível da tecnologia financeira está a transformar o setor à escala mundial.⁵ Embora a tecnologia financeira proporcione um grande número de potenciais benefícios, existem, igualmente, preocupações importantes quanto às vulnerabilidades destas novas tecnologias. A tecnologia de cadeias de blocos, por exemplo, oferece aplicações que incluem uma infraestrutura digital segura para a verificação da identidade, a facilitação de pagamentos internacionais mais rápidos e económicos e a proteção dos direitos de propriedade. No entanto, estas tecnologias acarretam novos riscos que não são inteiramente contemplados pela regulamentação existente.⁶ As pessoas responsáveis pela formulação de políticas terão de alcançar várias soluções de compromisso para colherem os eventuais benefícios da tecnologia financeira.

Notas

1. UNCDF 2019. 2. Demirgüç-Kunt e outros 2018. 3. McKinsey 2018; Banco Mundial 2016. 4. Luohan Academy 2019. 5. He e outros 2017. 6. Sy e outros 2019.

bruto. A região da Ásia Oriental e Pacífico já assumiu a dianteira ao nível do potencial instalado de largura de banda, que, em 2017, se cifrava em 52 por cento.

Deste modo, as clivagens tecnológicas emergentes não correspondem a uma simples dicotomia entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento e as disparidades emergentes são relativamente recentes. Entre 1987 e 2007, pouco mudou na classificação mundial do potencial de largura de banda instalado (figura 6.5). Em 1987, um grupo de países desenvolvidos ocupava o topo das classificações globais: Os Estados Unidos, o Japão, a França e a Alemanha albergavam mais de metade da largura de banda mundial, através, principalmente, da telefonia fixa. A partir da transição de milénio, a situação começou a mudar, sobretudo com a expansão da largura de banda na Ásia Oriental e do Norte: Em 2007, o Japão, a República da Coreia e a China ocupavam a 1.^a, a 3.^a e a 5.^a posições. Já em 2011, a China assumiu a dianteira em termos de largura de banda instalada. Para além da banda larga, as projeções relativas à distribuição dos futuros benefícios económicos associados à inteligência artificial confirmam esta transformação da geografia da divergência tecnológica, com estimativas que sugerem que, até 2030, cerca de 70 por cento dos benefícios económicos globais ligados à

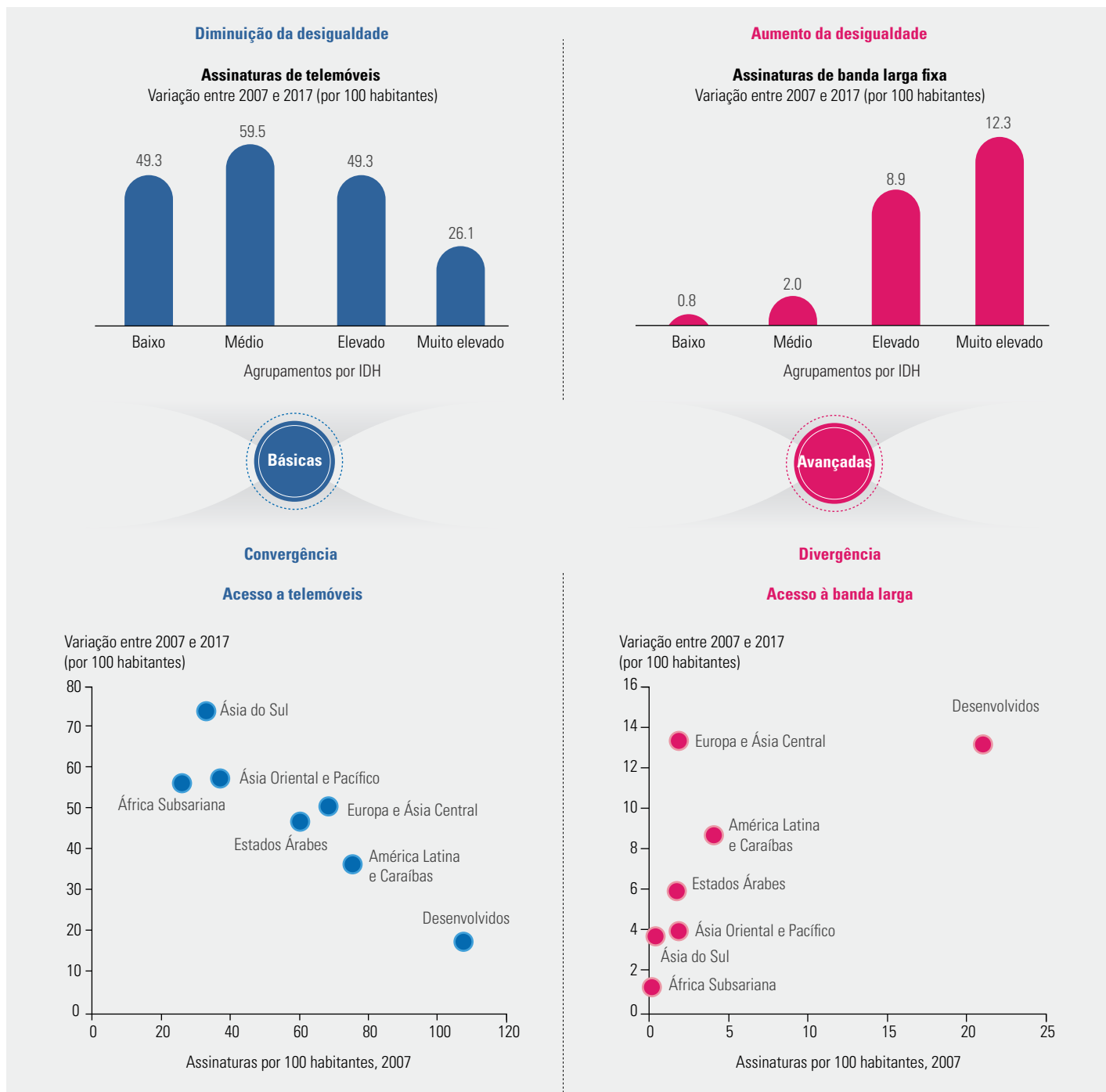
inteligência artificial caibam à América do Norte e à Ásia Oriental.³⁹

As novas tecnologias tendem a apresentar um preço mais elevado aquando da sua introdução inicial, seguindo-se, à medida que as tecnologias se difundem, o decréscimo dos preços e o aumento da qualidade.⁴⁰ Assim, cada inovação tem o potencial de, inicialmente, gerar um contraste, nas primeiras etapas do processo de difusão — um argumento que também é apresentado no capítulo 2, na discussão do modo de emergência dos gradientes ao nível da saúde aquando da disponibilização de tecnologias neste domínio. O contributo desta secção consiste na demonstração do alargamento das disparidades relativas às tecnologias avançadas, ao invés da sua diminuição — constituindo uma nova geografia da divergência que vai além dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Evitar uma Nova Grande Divergência implica prestar atenção à evolução da distribuição da tecnologia, uma vez que a sua difusão benéfica não é automática nem instantânea.⁴¹ Pelo contrário, é bem possível que a tecnologia catalise a divergência quanto aos resultados do desenvolvimento humano. Por meio de que processos? Trata-se do tópico da secção seguinte.

A região da Ásia Oriental e Pacífico já assumiu a dianteira ao nível do potencial instalado de largura de banda, que, em 2017, se cifrava em 52 por cento

FIGURA 6.2

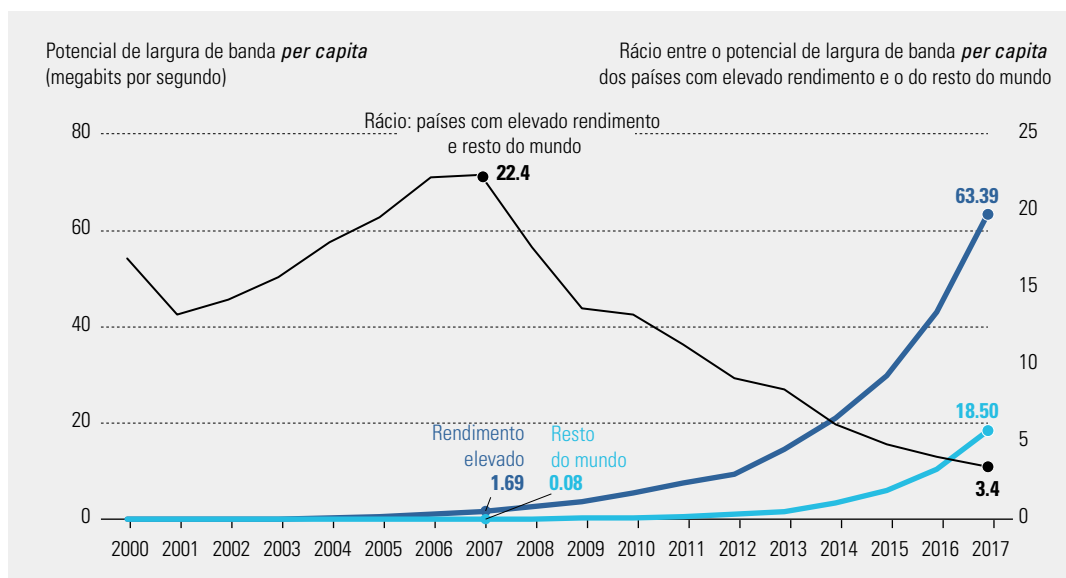
Dinâmicas do acesso à tecnologia



Nota: A convergência e a divergência são testadas de duas formas: por meio do declive de uma equação que opera a regressão das alterações do valor inicial, datado de 2007, entre 2007 e 2017 (utilizando os métodos dos mínimos quadrados e das regressões robustas e medianas de quantis) e através da comparação dos ganhos dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano com os ganhos dos países com um nível baixo ou médio de desenvolvimento humano. No tocante às assinaturas de telemóveis, ambas as métricas revelam uma convergência (valores-p inferiores a 1 por cento). No tocante às assinaturas de banda larga fixa, ambas as métricas revelam uma divergência (valores-p inferiores a 1 por cento).
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da União Internacional de Telecomunicações.

FIGURA 6.3

A disparidade, ao nível da largura de banda, entre os países com um elevado rendimento e os restantes decresceu de 22 para 3 vezes mais



Fonte: Hilbert 2019.

A tecnologia está a transformar o mundo: Como irá moldar a desigualdade no desenvolvimento humano?

A tecnologia tem mudado vidas — não apenas as economias, mas também as sociedades e até a política.

Que mudanças específicas influenciarão a desigualdade no desenvolvimento humano? Esta questão é de difícil abordagem, uma vez que, em parte, poderá nunca vir a ser possível atribuir à tecnologia a responsabilidade exclusiva por nenhuma das principais alterações que reestruturarão a desigualdade ao nível do desenvolvimento humano, especialmente porque a globalização e a sua interação com a mudança tecnológica também desempenham um papel de relevo. Em todo o caso, esta secção destaca alguns aspetos emblemáticos do modo como a tecnologia tem vindo a subverter os padrões estáveis de distribuição do rendimento e do poder económico. O objetivo, mais do que atribuir a causalidade, é oferecer uma ideia do potencial da tecnologia para a reformulação das desigualdades no desenvolvimento humano nos próximos anos.

Desvelar as tendências estáveis⁴²

Na maior parte do século XX, as parcelas do rendimento nacional auferidas pelo trabalho e pelo capital mantiveram-se notavelmente constantes em muitas economias.⁴³ Este facto estava longe de constituir um facto consumado para

aqueles que assistiam à evolução do crescimento económico.⁴⁴ Pode, de resto, tratar-se do resultado da criação e do reforço de instituições como os sindicatos e a previdência social.⁴⁵ No entanto, com o declínio da parcela de rendimentos do trabalho, a partir da década de 1980, quer nas economias em vias de desenvolvimento quer nas desenvolvidas, esta regularidade empírica tem vindo a desfazer-se.⁴⁶ No caso das economias desenvolvidas, a tecnologia tem sido um fator fundamental deste decréscimo, em parte através da substituição de tarefas rotineiras, conforme descrito no capítulo 2.⁴⁷ Já quanto aos países em vias de desenvolvimento, os dados são ambíguos e tanto a tecnologia quanto a globalização desempenham papéis importantes.⁴⁸

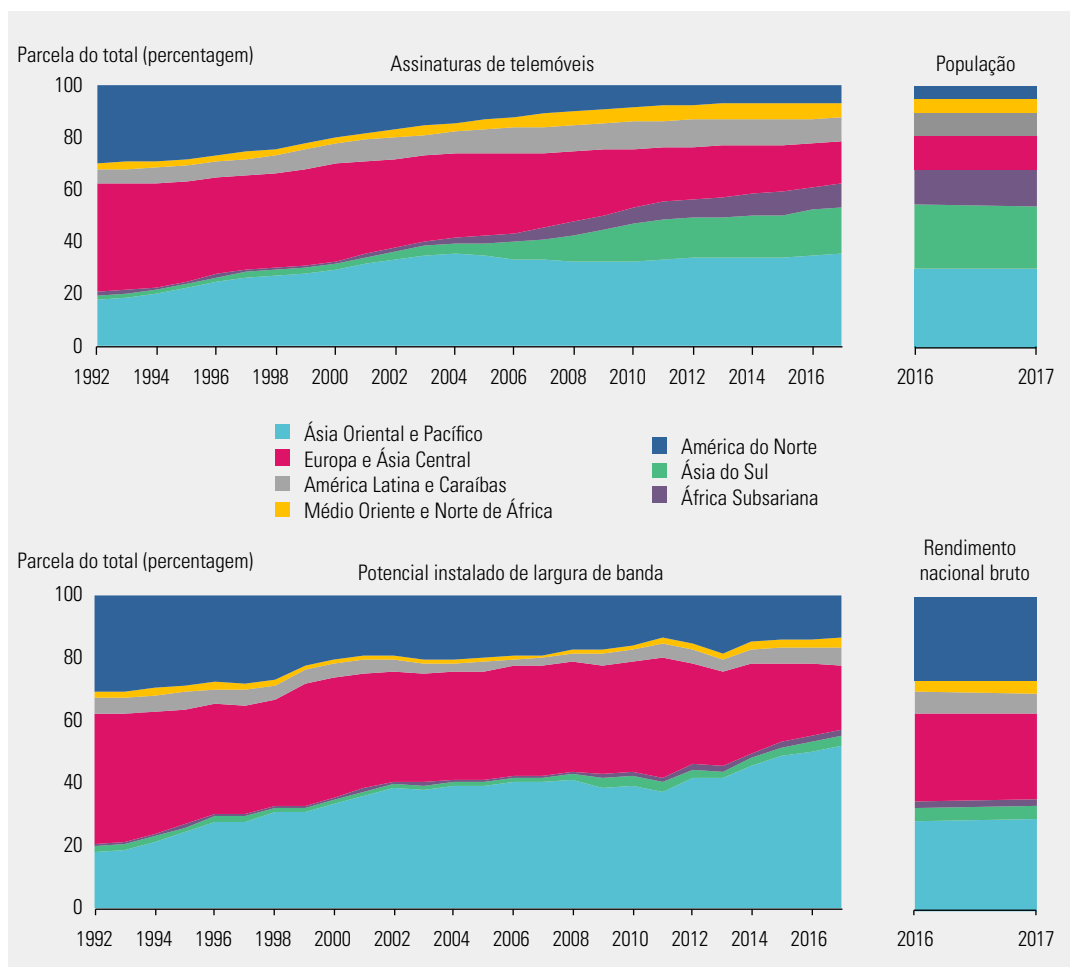
Uma tendência relacionada é a diminuição abrupta do preço das máquinas e dos equipamentos, como sucede com os computadores (geralmente classificados como capital ou bens de investimento), em relação ao preço dos bens de consumo.⁴⁹ Desde os anos 70, nos países em vias de desenvolvimento, os preços relativos dos bens de investimento decresceu quase 60 por cento, tendo 75 por cento da redução ocorrido a partir da década de 1990.⁵⁰ Entre os bens de investimento, o decréscimo dos preços foi dramático no caso dos equipamentos informáticos e de comunicações, apontando para um vínculo entre a tecnologia e os incentivos à substituição da mão-de-obra por capital por parte das empresas, um processo que, nos países em vias de desenvolvimento, também estava associado a uma maior integração nas cadeias globais de valor.⁵¹

Um outro desenvolvimento recente, associado às duas tendências ora observadas, bem como ao aumento dos

Na maior parte do século XX, as parcelas do rendimento nacional auferidas pelo trabalho e pelo capital mantiveram-se notavelmente constantes em muitas economias

FIGURA 6.4

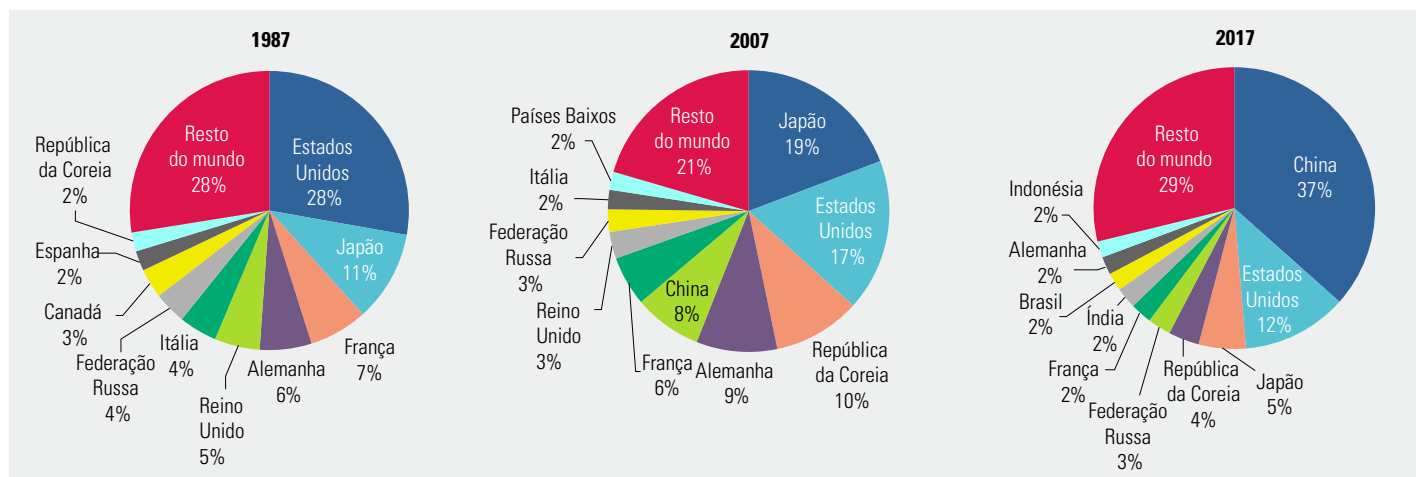
A distribuição das assinaturas de telemóveis tem convergido com a distribuição regional da população, mas não o potencial instalado de largura de banda



Fonte: Hilbert 2019.

FIGURA 6.5

Entre 1987 e 2007, pouco mudou na classificação mundial do potencial instalado de largura de banda, mas, a partir da transição de milénio, a situação começou a mudar, com a expansão da largura de banda na Ásia Oriental e do Norte



Fonte: Hilbert 2019.

lucros empresariais (discutidos adiante) e à alteração das taxas dos impostos sobre o rendimento coletivo (discutida no capítulo 7), é a transição no equilíbrio entre as poupanças dos agregados familiares e das empresas. As poupanças nacionais (incluindo as dos agregados familiares, das empresas e dos governos) são necessárias para o custeio de investimentos. Até ao final da década de 1980, a maioria das poupanças eram detidas por agregados familiares, mas, hoje em dia, o setor empresarial chega a representar dois terços das mesmas.⁵² Além disso, dado que o investimento empresarial tem permanecido estável, isto significa que as empresas têm conservado estas poupanças, utilizando-as, nalguns países, para a recompra das suas próprias ações.

Porventura mais consequente, no tocante à distribuição do rendimento, é a rutura, em muitos países, da associação entre a melhoria da produtividade do trabalho e o rendimento típico dos trabalhadores, um fenómeno bem documentado no caso dos países desenvolvidos. O presente Relatório já demonstrou a tendência, em muitos países, para a acumulação do rendimento no topo (capítulo 3). Nesta secção, a ênfase recai, especificamente, sobre o rendimento do trabalho. Esta desassociação entre a produtividade e o rendimento não só contraria tendências outrora estáveis, como também é incompatível com modelos simples do mercado laboral.

À medida que os trabalhadores se tornam mais produtivos (em parte, devido às mudanças tecnológicas), seria de esperar que os seus rendimentos aumentassem. Trata-se, afinal de contas, do processo pressuposto para a melhoria do nível de vida através das mudanças tecnológicas — possivelmente não de todas as pessoas e imediatamente, mas da maioria, ao longo do tempo. Acresce que, de facto, até aos anos 80, os rendimentos reais médios dos 90 percentis populacionais da base (uma representação do rendimento de um agregado familiar típico) aumentaram, em muitos países, em sintonia com o crescimento da produtividade.⁵³ Desde então, tem-se verificado uma separação entre a evolução destes dois indicadores, com a estagnação dos rendimentos de uma família típica ou um acréscimo inferior ao crescimento da produtividade. A Organização Internacional do Trabalho documentou uma desassociação idêntica em 52 economias desenvolvidas, evidenciando, entre 1999 e 2017, um aumento da produtividade do trabalho em 17 por cento, ao passo que os vencimentos reais subiram 13 por cento.⁵⁴

Transformação do poder económico

O poder das empresas sobre o mercado pode manifestar-se na sua capacidade de cobrar preços superiores ao custo de produção ou no pagamento de salários inferiores aos que seriam necessários num mercado laboral eficiente. Existem dados que comprovam que ambas as manifestações de poder sobre o mercado se têm acentuado e,

embora a tecnologia não seja o único fator desta transição, tem desempenhado um papel importante.

Registou-se um aumento abrupto das margens de lucro (a diferença entre o que uma empresa cobra e o custo marginal de produção), um fenómeno diretamente associado ao decréscimo da parcela de rendimentos do trabalho.⁵⁵ Embora a tendência para o aumento do poder sobre o mercado seja amplamente partilhada por vários setores e indústrias, as empresas de setores com uma utilização intensiva de tecnologias da informação e da comunicação têm assistido a aumentos maiores e mais acelerados das margens de lucro (figura 6.6), o que sugere que a relevância da tecnologia é transversal a um vasto conjunto de empresas.⁵⁶ Voltemos, agora, a nossa análise para as grandes empresas digitais, comumente designadas por “Big Tech” (grandes empresas de tecnologias), e exploremos o modo como têm adquirido poder sobre o mercado.

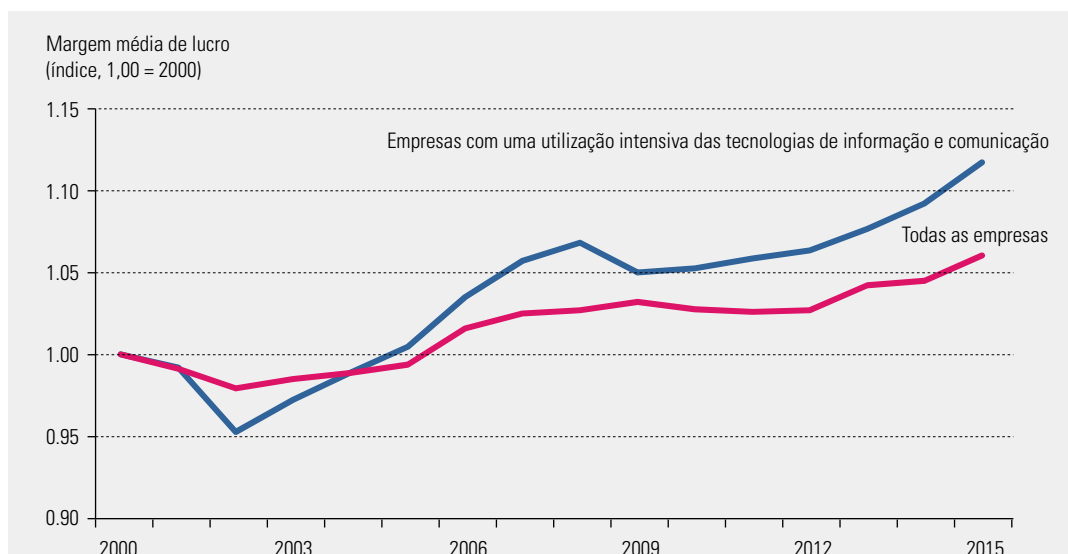
Muitas das grandes empresas de tecnologias são plataformas. A Uber, uma empresa de serviços de transporte suportados em plataformas em linha, é uma plataforma em que os condutores oferecem os seus serviços e os clientes procuram esses serviços. A Gojek e a Grab operam de um modo semelhante na Ásia. A Amazon é uma plataforma que liga vendedores de produtos a potenciais compradores. Todas as plataformas beneficiam de efeitos de rede — ou seja, o valor da plataforma aumenta quando existem mais participantes em ambos os lados do mercado. No caso da Amazon, quanto maior for o número de vendedores e de compradores, melhor para cada grupo — e, evidentemente, para a própria Amazon.⁵⁷ Alcançar uma grande dimensão ajuda a mantê-la, uma vez que os compradores são relutantes em abandonar uma plataforma onde encontram vendedores e vice-versa. As empresas de redes sociais, como o Facebook e o Instagram, também beneficiam diretamente de efeitos de rede — as pessoas permanecem na rede onde os seus amigos e a sua família se encontram.

As grandes empresas de tecnologias utilizam dados de forma intensiva e recorrem, cada vez mais, à inteligência artificial, pelo que outra vantagem do efeito de rede, comum a todas as plataformas, consiste nas economias de escala quanto à utilização de dados, tornando estas empresas propensas à aquisição de poder sobre o mercado.⁵⁸ Ainda que estas plataformas diminuam os custos para os consumidores (pelo que, segundo esta perspetiva, poderá parecer que uma medida mais tradicional do poder sobre o mercado, como as margens de lucro, não se aplica), podem exercer o seu poder sobre o mercado ao restringir, potencialmente, a concorrência e as alternativas.⁵⁹ Os principais atores despendem montantes avultados em lóbis, de forma a influenciar políticas que conservem a sua posição e impeçam a chegada de novos participantes.⁶⁰ Podem, além disso, servir-se das suas vastas reservas monetárias para comprar, simplesmente, as novas plataformas que comecem a deixar a sua marca no mercado.

Registou-se um aumento abrupto das margens de lucro (a diferença entre o que uma empresa cobra e o custo marginal de produção), um fenómeno diretamente associado ao decréscimo da parcela de rendimentos do trabalho

FIGURA 6.6

O poder sobre o mercado tem vindo a crescer, sobretudo no caso de empresas com uma utilização intensiva de tecnologias de informação e de comunicação



Nota: Os valores representam as margens médias de lucro das empresas de 20 países, avançados e emergentes, quer cotadas em bolsa quer de capital fechado.
Fonte: Díez, Fan e Villegas-Sánchez 2019.

Paralelamente à ascensão do poder de monopólio sobre os mercados de produtos, encontra-se o crescente poder sobre os mercados laborais — o poder de monopsonio (exercido pelos empregadores), que, uma vez mais, está associado ao decréscimo da parcela de rendimentos do trabalho

A Google comprou as suas concorrentes DoubleClick e YouTube. O Facebook adquiriu, em primeiro lugar, o Instagram e, posteriormente, o WhatsApp. Ambas as empresas, a par de outras, são o produto de centenas de fusões.⁶¹

Paralelamente à ascensão do poder de monopólio sobre os mercados de produtos, encontra-se o crescente poder sobre os mercados laborais — o poder de monopsonio (exercido pelos empregadores), que, uma vez mais, está associado ao decréscimo da parcela de rendimentos do trabalho.⁶² De resto, quando os empregadores têm poder sobre os mercados laborais, o impacto da mudança tecnológica sobre a desigualdade pode amplificar-se.⁶³

A tecnologia tem possibilitado o poder de monopsonio das plataformas em linha que atribuem tarefas a humanos com base em quem cobra o menor preço. Este fenómeno abrange o trabalho em mercados laborais digitais, como o TaskRabbit e o Mechanical Turk da Amazon, comumente designado por fornecimento coletivo de trabalho (crowdworking). A disponibilidade do trabalho online pode levar à diminuição dos custos de procura, o que aumentaria a competitividade dos mercados. Contudo, o poder sobre o mercado é elevado, mesmo neste grande e diverso mercado à vista. No caso do Mechanical Turk da Amazon, os empregadores obtêm uma parte muito maior dos excedentes gerados pela plataforma. Este facto tem implicações quanto à distribuição dos proveitos dos mercados laborais digitais, que, provavelmente, crescerão com o tempo.⁶⁴ Embora o fornecimento coletivo de trabalho seja um produto dos avanços tecnológicos, representa, de igual modo, um regresso ao passado do trabalho ocasional

nas economias industrializadas e, nas economias em vias de desenvolvimento, expande a mão-de-obra temporária.⁶⁵

A discussão, neste ponto, ilustra o modo como a tecnologia já está a moldar a distribuição do rendimento⁶⁶ e do poder económico através do aumento das margens de lucro, com o exercício do poder das empresas em prol dos trabalhadores e consumidores, uma realidade que se reflete no decréscimo da parcela de rendimentos do trabalho e na desvinculação entre os salários medianos e a produtividade do trabalho.⁶⁷ Os ulteriores avanços tecnológicos, associados a progressos ao nível da automatização e da inteligência artificial, poderão acelerar estas dinâmicas,⁶⁸ levando, em simultâneo, os quadros de contenção do poder sobre o mercado existentes ao seu limite. O mérito das medidas antimonopolistas ainda é principalmente avaliado pela taxa de aumento dos preços de venda ao consumidor.⁶⁹ As plataformas tecnológicas, porém, assentam no intercâmbio de dados do utilizador por “serviços gratuitos.” Têm-se feito, deste modo, apelos à reforma das atuais abordagens de defesa da concorrência e da sua extensibilidade à contenção do poder de monopsonio.⁷⁰

Potenciar a tecnologia para uma Grande Convergência no desenvolvimento humano

Neste capítulo, começámos por afirmar que a prevenção de outra Grande Divergência era uma questão de escolha — embora isso não signifique que a tarefa seja

fácil. Concluímos com indicações quanto ao modo de exercício dessa escolha e de desencadeamento de uma Grande Convergência no desenvolvimento humano. O foco continuará a incidir sobre as tecnologias digitais e associadas, sob a pauta de um conjunto amplo de princípios ligados à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (caixa 6.2). Oferece-se, em primeiro lugar, um quadro de análise do impacto da inteligência artificial e da automatização que sugere oportunidades para gerar procura de mão-de-obra. A discussão tem, ainda, em conta os desafios colocados pela inteligência artificial, incluindo o potencial de exacerbação das desigualdades horizontais, bem como a respetiva ética. Faculta, em seguida, exemplos concretos do modo como a tecnologia pode, na prática, reduzir a desigualdade, mediante, em particular, a correção da divergência ao nível das capacidades avançadas identificada na parte I do Relatório.

Automatização, inteligência artificial e desigualdade: Será possível aumentar a procura de mão-de-obra?

A automatização e a inteligência artificial não têm de levar à diminuição da procura líquida de mão-de-obra.⁷¹ A automatização pode ser potenciada de forma a criar novas tarefas — um efeito de recuperação que compensaria o efeito de deslocalização.⁷² O impacto sobre a desigualdade dependerá do modo como a tecnologia alterar o conteúdo das tarefas de produção — ora substituindo ora recuperando mão-de-obra, através da criação de novos tipos de tarefas. Por exemplo, empregos como funcionário de um centro de execução de encomendas, consultor de redes sociais e personalidade mediática do YouTube não existiam há algumas décadas. O progresso tecnológico

conduz, ainda, a um aumento geral da produtividade, incrementando a procura por todos os fatores de produção, incluindo a mão-de-obra (figura 6.7). Após a descrição do potencial deste quadro de identificação de oportunidades para uma utilização da inteligência artificial que fomenta a procura por mão-de-obra, a discussão volta-se para alguns dos riscos mais genéricos associados à mesma.

O potencial da inteligência artificial para a recuperação do trabalho

Além da quantidade, importa ter em consideração a qualidade do trabalho. Será que a natureza das novas tarefas criadas através da tecnologia diferirá, fundamentalmente, das antigas? A título de exemplo, a ascensão das plataformas poderá fazer diminuir o número de funcionários das lojas físicas de retalho, aumentando, simultaneamente, o número de empregados dos centros de execução, que preparam as encomendas em linha para a expedição.⁷³ O trabalho disponibilizado nas plataformas levou à flexibilidade e ao alargamento das oportunidades profissionais em alguns setores, mas criou desafios como o tratamento do grande volume de dados relativos aos trabalhadores, que constitui um risco para a sua privacidade e pode ter outras consequências, dependendo do modo de utilização dos dados.⁷⁴

Além de oferecerem novas oportunidades de trabalho, as plataformas podem promover a inclusão financeira. Este fenómeno tem-se verificado no Sudeste Asiático (onde mais de três quartos da população não dispõe de uma conta bancária), graças a serviços de transporte suportados em plataformas em linha, como o Gojek e o Grab.⁷⁵ Assim que os condutores aderem a estas plataformas, obtêm apoio para a abertura de

A automatização pode ser potenciada de forma a criar novas tarefas — um efeito de recuperação que compensaria o efeito de deslocalização

CAIXA 6.2

Tecnologias digitais em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

Criar as condições certas As tecnologias digitais têm um potencial transformador. Para que sejam aplicadas à devida escala, é necessária a participação de diversos agentes em diferentes níveis. Ainda existem muitas aplicações por desenvolver. São necessárias políticas — ao nível nacional e global — para oferecer os incentivos certos às entidades que desenvolvem e adotam as tecnologias nos domínios mais benéficos para o desenvolvimento humano.

O Secretário-Geral da ONU estabeleceu o Paineil de Alto Nível sobre Cooperação Digital, em julho de 2018, para identificar exemplos e propor formas de cooperação intersectorial, interdisciplinar e internacional.

Do seu relatório final constam várias recomendações, subordinadas a temáticas abrangentes, como a construção de uma economia e sociedade digitais inclusivas, a proteção dos direitos humanos e da agência humana, em simultâneo com a promoção da confiança, da segurança e da estabilidade digitais, e a criação de uma nova estrutura de cooperação digital global.¹

No seguimento desse relatório, a Carta Global para uma Era Digital Sustentável consagra um conjunto de princípios e normas para a comunidade internacional, visando aliar a era digital à perspetiva da sustentabilidade global.

O documento delineia diretrizes concretas de ação para lidar com os desafios da era digital.²

Notes

1. ONU 2019a. 2. Sítio Web do Conselho Consultivo alemão para as Mutações Globais (www.wbgu.de/en/publications/charter).

FIGURA 6.7

A tecnologia pode substituir algumas tarefas, mas também restaurar outras



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

contas bancárias, tendo as apps vindo a tornar-se veículos de transações financeiras, incluindo em numerário. Os incentivos à adoção de métodos mais formalizados de pagamento são extensíveis a retalhistas, como os merceiros que recorrem à plataforma para a entrega aos clientes.⁷⁶

Basear o impacto da inteligência artificial e da automatização na premissa da possibilidade de substituição de profissões inteiras pela tecnologia pode levar a estimativas elevadas do número de empregos em risco.⁷⁷ Uma abordagem com base nas tarefas (em que as profissões são definidas por um conjunto de tarefas distintas) proporciona um quadro mais equilibrado e útil de compreensão do impacto — e do potencial — da inteligência artificial e da automatização. Existem dados que atestam que a possibilidade de substituição das tarefas pela inteligência artificial apresenta uma grande variação entre profissões e que, consequentemente, diferentes profissões exibem diversos níveis de suscetibilidade (tabela 6.1).⁷⁸

Algumas profissões abrangem várias tarefas que poderiam, facilmente, ser substituídas pela inteligência artificial, em combinação com outras tarefas cuja substituição por máquinas é difícil ou impossível. A tarefa de verificação de imagens médicas para identificação de anomalias, por parte dos radiologistas, pode ser executada pela inteligência artificial, mas uma máquina não é capaz de definir prioridades, consultar a equipa médica, elaborar planos de tratamento nem comunicar com os pacientes e a respetiva família — tarefas levadas a cabo, na sua totalidade, pelo radiologista. Este facto sugere que, nos casos em que as tarefas de um emprego podem ser separadas e recombinadas, existe um potencial de reformulação do emprego ou de criação de outros.⁷⁹ Com a prevalência do reconhecimento altamente preciso de imagens médicas, os radiologistas podem despende menos tempo a analisar as imagens e mais tempo a interagir com as outras equipas médicas e com os pacientes e as suas famílias. A reformulação e a criação de empregos oferecem, deste modo, oportunidades

A concretização do potencial da tecnologia quanto ao futuro do trabalho depende de opções fundamentais no tocante à conceção do emprego, incluindo discussões pormenorizadas acerca da criação de empregos entre os trabalhadores e a gestão

de potenciação da inteligência artificial para o aumento da procura de mão-de-obra.

A capacidade da inteligência artificial de identificar padrões, relações e tendências e exibi-las, automaticamente, através de painéis interativos ou de gerar relatórios automáticos tem melhorado constantemente. Este fenómeno acarreta a atualização da estrutura das tarefas de um grande número de empregos, incluindo os corretores das bolsas de valores, os redatores publicitários e até os jornalistas e editores. Apesar da futura automatização de muitas tarefas, a gestão e supervisão de alto nível das tarefas dos sistemas automáticos são menos suscetíveis. No entanto, a propensão de uma profissão à aprendizagem automática não está correlacionada com os salários.⁸⁰ Assim sendo, a substituição ou contração dos salários, em certas profissões, devido à inteligência artificial não é inevitável, como alguns autores defendem em relação às anteriores vagas de automatização.⁸¹

Uma agenda centrada nas pessoas exige, assim, a consideração do papel mais amplo da tecnologia na promoção de empregos decentes. A tecnologia pode libertar os trabalhadores da monotonia e do trabalho árduo. É, inclusivamente, possível que os robôs colaborativos, ou “cobôs”, reduzam o stress e as lesões de cariz profissional. A concretização do potencial da tecnologia quanto ao futuro do trabalho depende de opções fundamentais no tocante à conceção do emprego, incluindo discussões pormenorizadas acerca da criação de empregos entre os trabalhadores e a gestão.⁸²

A amplificação da inteligência (recurso a computadores para aumentar a capacidade humana de processamento de informações e de resolução de problemas complexos) significa que a inteligência artificial, ao invés de visar a automatização, pode integrar a agência humana e a automatização de uma forma benéfica para ambas. A amplificação pode ser aplicada a tarefas humanas do quotidiano. Já é uma realidade na verificação da ortografia e da gramática em processadores de texto, que destacam as palavras para a correção de erros, e no preenchimento automático de entradas de texto nos motores de busca cibernéticos. As sugestões automáticas, facilmente ignoráveis, podem acelerar a procura e refinar termos de pesquisa ambíguos. Acrescentam, ainda, valor, promovendo a eficiência, a precisão e a consideração de alternativas. Amplificam, sem substituir, a interação por parte do utilizador.⁸³

Por último, os avanços recentes no domínio da inteligência artificial não ampliam a inteligência artificial geral, que possa substituir todos os aspetos da cognição humana por máquinas. A inteligência artificial tem sido muito eficaz num dos aspetos da inteligência: a previsão.⁸⁴ Esta última, contudo, é apenas um dos fatores de

TABELA 6.1

Diferentes tarefas apresentam um potencial distinto de substituição pela inteligência artificial

Profissões com uma baixa adequação à aprendizagem automática	Pontuação de adequação à aprendizagem automática	Profissões com uma elevada adequação à aprendizagem automática	Pontuação de adequação à aprendizagem automática
Massoterapeutas	2,78	Porteiros	3,90
Zoólogos	3,09	Projetistas mecânicos	3,90
Arqueólogos	3,11	Agentes mortuários e funerários e diretores de agências funerárias	3,89
Anunciantes de sistemas de comunicações públicas e outros	3,13	Responsáveis pela autorização de créditos	3,78
Rebocadores e estuadores	3,14	Corretores de valores mobiliários	3,78

Fonte: Brynjolfsson, Mitchell e Rock 2018.

tomada de decisões. Esta tarefa é mais ampla, exigindo a recolha e organização de dados, a capacidade de tomar medidas com base numa decisão e o juízo necessário à avaliação dos benefícios associados a diferentes resultados. No caso dos trabalhadores individuais, os progressos da inteligência artificial serão importantes na medida em que a previsão for uma competência nuclear das tarefas que compõem a respetiva profissão. O diagnóstico efetuado por um radiologista pode, de igual modo, ser parcialmente realizado pela inteligência artificial, o que, porém, é muito diferente de uma decisão acerca do programa de tratamento ou da sua implementação por um cirurgião. Assim, a previsão automática reforça, ao invés de substituir, o valor destas profissões.

Exercer escolhas que tirem partido do potencial da tecnologia: Equilibrar riscos e oportunidades

Uma vez estabelecido o potencial da inteligência artificial para a recuperação de empregos, a presente secção desenvolve os elementos a ter em conta para o aproveitamento das oportunidades que a inteligência artificial e, de um modo mais geral, a tecnologia oferecem. Fazê-lo implica, igualmente, uma perspetiva lúcida dos riscos. Por exemplo, a inteligência artificial pode agravar os preconceitos e as desigualdades de cariz horizontal (caixa 6.3), incluindo a exacerbação das disparidades de género no seio da população ativa, levando a um número ainda maior de mulheres com empregos de baixa qualidade no setor terciário.⁸⁵ As mulheres, em média, desempenham mais tarefas rotineiras ou codificáveis do que os homens e um menor número de tarefas que exigem um pensamento analítico ou abstrato.⁸⁶ Estas diferenças também estão

Basear o impacto da inteligência artificial e da automatização na premissa da possibilidade de substituição de profissões inteiras pela tecnologia pode levar a estimativas elevadas do número de empregos em risco

A inteligência artificial e o risco de preconceito: Agravamento das desigualdades horizontais?

As aplicações da inteligência artificial podem apoiar as mudanças sociais positivas — de facto, nalguns domínios, o seu impacto poderia ser revolucionário. Porém, como no caso de qualquer nova tecnologia, a consecução efetiva destes resultados positivos é desafiante e arriscada.

Muitos grupos de pessoas, em todo o planeta, poderão ser lesados pelas desvantagens da inteligência artificial. Poderão perder os seus empregos, à medida que um número crescente de tarefas é desempenhado pela aprendizagem automática — ainda que a perda líquida de empregos seja refreada, poderão surgir desigualdades ao nível do rendimento e da riqueza e a qualidade dos empregos poderá deteriorar-se. É possível que os trabalhadores assistam à incorporação de preconceitos graves, em relação à cor da sua pele ou ao seu género, pela aprendizagem automática e poderão ser objeto de vigilância. Os algoritmos de colocação profissional podem reproduzir vieses e preconceitos históricos. As empresas carecem de políticas de transparência e proteção de dados, por forma a que os trabalhadores saibam o que está a ser rastreado. Poderá ser necessária regulamentação para reger a utilização de dados e a responsabilidade pelos algoritmos no mundo laboral.

A medida que a utilização da inteligência artificial se dissemina, surgem questões em torno da ascensão da propaganda e da manipulação, minando a democracia, e da monitorização e perda de privacidade. A título de exemplo, as aplicações da inteligência artificial estão associadas ao desenvolvimento de cidades inteligentes,¹ o que implica a recolha, em grande escala, de dados de câmaras e sensores. Em que medida é que isto difere da vigilância em massa?

Os algoritmos de aprendizagem automática não são inerentemente enviesados — aprendem a sê-lo. O enviesamento algorítmico ocorre quando o algoritmo de aprendizagem é treinado com base em conjuntos de dados enviesados e, posteriormente, aprende “com exatidão” os padrões de preconceito presentes nos dados.² Nalguns casos, as representações aprendidas pelos algoritmos de aprendizagem automática chegam a exacerbar estes preconceitos.³ Por exemplo, as mulheres têm uma menor probabilidade de visualizar anúncios direcionados de empregos bem remunerados, potencialmente devido ao treino do algoritmo de direcionamento dos anúncios com base em dados que indicavam que as mulheres tinham empregos com uma menor remuneração.⁴ De resto, um programa informático utilizado nos Estados Unidos para avaliar o risco de reincidência dos reclusos do sistema de justiça penal assinalou, incorretamente, os arguidos negros como de alto risco com o dobro da frequência com que o fez em relação aos arguidos brancos.⁵

Os serviços de reconhecimento facial podem ser muito menos precisos na identificação de mulheres ou pessoas com um tom de pele mais escuro.⁶

A reconhecida ausência de diversidade entre as pessoas que concebem e desenvolvem a inteligência artificial é outro problema. Poucas mulheres trabalham na área da inteligência artificial, à semelhança do setor tecnológico em geral, e, entre os homens, a diversidade racial é limitada.⁷ A formação de equipas diversas, com perspetivas diferentes, representativas do conjunto da população, poderia conter os preconceitos.

Notas

1. Glaeser e outros 2018. 2. Caliskan, Bryson e Narayanan 2017; Danks e London 2017. 3. Zhao, Wang e outros 2017. 4. Spice 2015. 5. IDRC 2018. 6. Boulamwini e Gebru 2018. 7. IDRC 2018.

O LinkedIn e o Fórum Económico Mundial descobriram uma diferença significativa entre a representação feminina e masculina no conjunto dos profissionais da inteligência artificial — apenas 22 por cento dos quais, ao nível mundial, são mulheres

presentes nas discrepâncias entre os géneros ao nível da educação e do emprego na área da tecnologia.⁸⁷ O LinkedIn e o Fórum Económico Mundial descobriram uma diferença significativa entre a representação feminina e masculina no conjunto dos profissionais da inteligência artificial — apenas 22 por cento dos quais, ao nível mundial, são mulheres.⁸⁸ As diferenças raciais e étnicas entre as mulheres no acesso a oportunidades de formação e de emprego podem agudizar estas disparidades. O desenvolvimento da inteligência artificial e da tecnologia, numa aceção mais lata, por equipas que refletem a população de um país pode contrabalançar os referidos riscos. Se as equipas não forem diversas, a inteligência artificial tenderá a formar-se com base em dados que podem incorporar preconceitos que um ambiente mais representativo poderia evitar.

Os investigadores, as empresas e os governos têm dado resposta à gestão dos riscos da inteligência artificial — que incluem o agravamento de preconceitos, bem como o desenvolvimento de aplicações enganadoras e maliciosas. Por exemplo, milhares de investigadores do ramo da inteligência artificial assinaram

uma carta aberta em que declaram a sua oposição ao futuro desenvolvimento de armas autónomas, que procuram e atacam alvos sem intervenção humana.⁸⁹ Muitas empresas — desde as grandes empresas de tecnologias a start-ups — estão a formular princípios éticos empresariais, fiscalizados por responsáveis pela ética ou comissões de avaliação. Ainda assim, o grau de responsabilidade com que se comprometem, no tocante aos princípios, não é claro — o que aponta para a necessidade de regulamentação.⁹⁰ Os próprios governos recorrem cada vez mais à inteligência artificial e alguns estão a desenvolver princípios de utilização ética dos dados (caixa 6.4). Nos casos em que os sistemas de inteligência artificial informam a tomada de decisões que afetam humanos (como o diagnóstico médico ou a prestação de avaliações do potencial de reincidência a juízes), a prevenção de enviesamentos e erros, em diferentes contextos e comunidades, é especialmente importante. Além disso, dada a aplicação e o alcance globais de muitas das inovações da inteligência artificial, a ação coletiva poderá ser necessária, eventualmente, no tocante a alguns aspetos regulamentares.

Os princípios de Enquadramento Ético dos Dados (Data Ethics Framework) do Reino Unido

1. *Comece por uma necessidade dos utentes e uma utilidade pública claras.* A utilização dos dados de formas mais inovadoras pode transformar o modo de prestação dos serviços públicos. Devemos ser sempre claros quanto ao que estamos a tentar alcançar em prol dos utentes — quer cidadãos quer funcionários públicos.
2. *Esteja ciente da legislação aplicável e dos códigos de conduta.* Deve compreender as leis e os códigos de conduta aplicáveis no tocante à utilização de dados. Em caso de dúvida, deve consultar os especialistas apropriados.
3. *Utilize dados proporcionais à necessidade dos utentes.* A utilização de dados deve ser proporcional à necessidade dos utentes. Deve utilizar o mínimo possível de dados para alcançar o resultado pretendido.
4. *Compreenda as limitações dos dados.* Os dados utilizados para informar a formulação de políticas e serviços do governo devem ser bem compreendidos. Ao aferir se a sua utilização é apropriada à satisfação de uma necessidade dos utentes, é essencial ter em consideração as limitações dos dados.
5. *No âmbito do seu conjunto de competências, certifique-se da robustez da sua conduta e do seu trabalho.* Os conhecimentos obtidos a partir de novas tecnologias são tão bons quanto as práticas e os dados utilizados para a respetiva criação. Deve trabalhar no âmbito do seu conjunto de competências, reconhecendo, se for caso disso, não possuir as competências ou experiência necessárias para o recurso a uma determinada abordagem ou ferramenta em conformidade com elevados padrões.
6. *Certifique-se da transparência do seu trabalho e seja responsável.* Deve ser transparente quanto às ferramentas, aos dados e aos algoritmos utilizados para o seu trabalho e realizá-lo, quando possível, de forma aberta. Esta prática permite que os outros investigadores examinem as suas conclusões e que os cidadãos compreendam os novos tipos de trabalho que estamos a realizar.
7. *Incorpore a utilização de dados de forma responsável.* A elaboração de um plano de garantia da utilização responsável dos conhecimentos obtidos a partir de dados é essencial. Isto implica que tanto as equipas de desenvolvimento quanto as de implementação compreendam o modo como as conclusões e os modelos de dados devem ser utilizados e monitorizados, de acordo com um plano sólido de avaliação.

Fonte: Departamento de Assuntos Digitais, Cultura, Media e Desporto do Reino Unido 2018.

Um conjunto mais vasto de perturbações do mundo laboral, alimentadas, em parte, pela inteligência artificial, está associado às plataformas de trabalho digital — anteriormente aludidas. Estas aplicações possibilitam a externalização do trabalho com recurso a pessoas geograficamente dispersas, constituindo o fornecimento coletivo de trabalho (crowdworking). Embora proporcionem novas fontes de rendimento a muitos trabalhadores de diversas regiões do mundo, o trabalho é, por vezes, pouco remunerado e não existem mecanismos oficiais para a resolução de casos de tratamento injusto. A remuneração do fornecimento coletivo de trabalho é, com frequência, inferior ao salário mínimo.⁹¹ É certo que já estão em curso muitas inovações políticas, com a intervenção proativa dos reguladores subnacionais.⁹² Contudo, a dispersão do trabalho entre jurisdições internacionais dificulta a supervisão do cumprimento da legislação laboral aplicável. É por este motivo que a Organização Internacional do Trabalho sugere o desenvolvimento de um sistema internacional de governação das plataformas de trabalho digital que prescreva um nível mínimo de direitos e de proteção e imponha a sua observação às plataformas (e aos respetivos clientes).⁹³

Prestação de proteção social

Um desafio relacionado é a prestação de proteção social, de forma a contribuir para a solução quer do impacto nefasto das perturbações tecnológicas sobre grupos específicos de rendimento quer da resistência

a essas mudanças.⁹⁴ Durante os ajustes, os trabalhadores vulneráveis enfrentam, tipicamente, períodos de desemprego ou a erosão dos seus rendimentos. No entanto, caso a tecnologia mude a um ritmo acelerado, poderá ser mais desafiante conseguir empregos dignos num novo paradigma tecno-económico⁹⁵ do que na sequência de uma recessão económica mais “normal.” Os programas de segurança social podem oferecer um sustento aos trabalhadores afetados durante os períodos de transição, embora o caráter desta última seja igualmente importante: Os setores e os locais em que o efeito de deslocalização for mais acentuado poderão necessitar de planos de proteção social vocacionados.⁹⁶

As políticas ativas de mercado de trabalho — incluindo complementos salariais, serviços de colocação profissional e programas especiais de mercado laboral — podem facilitar a adaptação a um novo paradigma tecno-económico. O ideal seria um patamar de proteção social que conferisse um nível básico de proteção a todas as pessoas que carecessem do mesmo, suplementado por planos contributivos de previdência social que oferecessem um maior grau de proteção.⁹⁷ A conceção destes sistemas coloca as pessoas responsáveis pela formulação de políticas diante de um leque de escolhas que vai da garantia de cobertura dos mais pobres, contendo, em simultâneo, o acesso indevido pelos mais abastados⁹⁸ ao equilíbrio entre a generosidade das transferências e as perdas de eficiência⁹⁹ e, em última análise, à avaliação do custo orçamental em relação a afetações alternativas.¹⁰⁰ As políticas estritamente direcionadas poderiam incluir medidas de facilitação da mobilidade geográfica,

A remuneração do fornecimento coletivo de trabalho é, com frequência, inferior ao salário mínimo

subsidiando os custos de habitação e deslocação,¹⁰¹ em particular, caso a tecnologia crie empregos numa região e contribua para a sua eliminação noutras.

Em última instância, a proteção social constituirá apenas uma parte da resposta, uma vez que os trabalhadores cujos empregos são parcial ou totalmente automatizáveis terão de ajustar-se a profissões consideravelmente alteradas ou inteiramente novas. Dado que a automatização afeta algumas tarefas e cria outras, o cariz e o conteúdo dos empregos estão em constante mudança. Esta realidade exige que os trabalhadores aprendam ao longo das suas vidas. A inteligência artificial e a automatização tendem a tornar os trabalhadores altamente qualificados mais valiosos, aumentando a procura pelos mesmos. Existem dados que comprovam que são estes os trabalhadores que tiram partido das oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, enquanto a participação entre os trabalhadores pouco qualificados e com baixos salários é muito inferior (figura 6.8). Existe, deste modo, um risco de surgimento de padrões de divergência, no local de trabalho e quanto à aprendizagem ao longo da vida, semelhantes aos que dizem respeito às capacidades avançadas. A aprendizagem ao longo da vida arrisca-se a criar um fosso, permitindo que as pessoas altamente qualificadas assumam a dianteira.¹⁰²

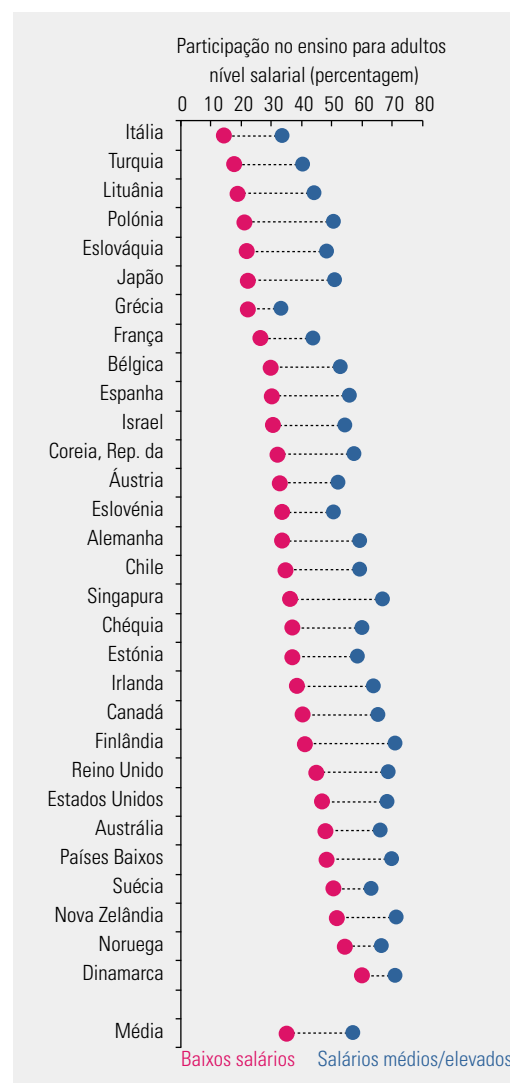
Tributação e regulamentação dos dados

Além do impacto da inteligência artificial sobre os mercados laborais, dois desafios e riscos sistémicos merecem uma atenção especial: a tributação e a regulamentação dos dados. À medida que o potencial de substituição das tarefas humanas por máquinas cresce, alguns autores argumentam que existe uma lógica de eficiência na tributação dos robôs¹⁰³ e no direcionamento da tecnologia para a recuperação, ao invés da substituição, do trabalho.¹⁰⁴ Acresce que as atividades económicas com uma componente digital intensiva, em que o valor das empresas está menos associado à sua presença física num país do que ao número de membros das suas redes em todo o mundo, têm posto em causa as premissas de longa data que subjazem aos princípios da tributação. Algumas das medidas e ideias propostas servem os interesses de ordenamentos fiscais específicos,¹⁰⁵ mas, dado que as atividades digitais são globais e que muitas empresas atuam de forma transnacional, existe uma clara necessidade de um consenso internacional em torno da tributação das atividades digitais e estão em curso esforços de negociação de um acordo internacional nesse sentido.¹⁰⁶

Os dados estão no centro da economia digital. Quer se trate do direcionamento de anúncios publicitários, da gestão de cadeias de abastecimento ou de decisões quanto à colocação de condutores à espera de passageiros, as

FIGURA 6.8

A probabilidade de frequência do ensino para adultos é superior no caso dos trabalhadores com uma remuneração média ou elevada



Fonte: OCDE 2019c.

receitas de um número crescente de empresas estão ligadas à recolha e análise de enormes quantidades de dados. A livre circulação e utilização dos dados são importantes para os negócios e os governos. Contudo, é igualmente necessária a proteção dos dados pessoais, dos dados que constituem propriedade intelectual e dos dados relativos à segurança nacional. Por enquanto, a propriedade e utilização dos dados são regidas, no essencial, por normas e regras padrão. No entanto, em muitos ordenamentos jurídicos, a vários níveis, estão a ser elaboradas políticas de dados destinadas a garantir que as inovações também protejam os utilizadores.¹⁰⁷ Os governos europeus, por meio do Regulamento Geral de Proteção de Dados da

União Europeia, instituíram normas de privacidade dos dados.¹⁰⁸ Além da regulamentação, existem propostas que visam o pagamento aos utilizadores pelos respetivos dados, de forma a difundir a riqueza gerada pela inteligência artificial. As empresas poderiam gerar melhores dados através do pagamento. O trabalho de prestação de dados poderia vir a ser encarado como uma ocupação útil, conferindo um tipo de dignidade equiparável ao do emprego remunerado.¹⁰⁹

Empregar a tecnologia como uma força de convergência no desenvolvimento humano

A promoção da convergência através da educação implica a preparação da juventude de hoje para o mundo laboral de amanhã. A tecnologia pode contribuir, por exemplo, possibilitando conteúdos personalizados para o “nível adequado de ensino.” Isto é especialmente importante, uma vez que a acelerada expansão do acesso ao ensino primário e secundário nos países em vias de desenvolvimento levou à matrícula de milhões de alunos de primeira geração.

Caso fiquem para trás e careçam de apoio educativo em casa, é possível que aprendam muito pouco na escola.¹¹⁰ Um exemplo do modo como a tecnologia pode auxiliar o ensino no terceiro ciclo é um programa educativo assente na tecnologia chamado Mindspark, utilizado nas áreas urbanas da Índia. O programa parametriza o nível inicial de aprendizagem de cada estudante e personaliza os materiais de forma a corresponderem ao nível e ao ritmo de progresso do indivíduo. Em apenas 4,5 meses, as pessoas com acesso ao programa obtiveram pontuações superiores nas disciplinas de matemática e língua hindi.¹¹¹ Em parceria com o programa, o governo indiano oferece uma plataforma de aprendizagem pessoal chamada Diksha. Apontar um telemóvel para um código QR abre um universo de conteúdos interativos — planos de aula para professores e guias de estudo para alunos e pais.¹¹²

As soluções digitais na área da saúde podem, igualmente, impulsionar a convergência. Ainda nos seus primórdios, já exibem um potencial de expansão da cobertura dos serviços. Estes últimos incluem a digitalização de cadeias de abastecimento e dados de pacientes, com plataformas digitais integradas para a obtenção de informações, marcações, pagamentos e serviços complementares. São importantes em zonas remotas e com um acesso inadequado a prestadores de cuidados de saúde. A inteligência artificial já está a ser implementada, por exemplo, para o reconhecimento automático de padrões em exames médicos e lesões dérmicas.¹¹³ É, ainda, possível que a aprendizagem automática contribua para a nutrição personalizada.¹¹⁴

Além disso, graças à disponibilidade de dados objetivos em tempo real quanto ao humor — a partir dos toques em teclas de smartphones, por exemplo — a inteligência artificial pode auxiliar o diagnóstico psiquiátrico. Os prestadores de cuidados de saúde na terceira idade estão a começar a confiar uma parte dos cuidados à inteligência artificial, desde o diagnóstico precoce de doenças até à monitorização da saúde e a deteção de quedas no domicílio.¹¹⁵ A inteligência artificial também foi utilizada para a análise exaustiva de dados genéticos, conduzindo à descoberta de que a insuficiência do elemento selénio pode estar associada aos nascimentos prematuros em África.¹¹⁶

As aplicações da inteligência artificial não se cingem à educação e à saúde, englobando outros serviços públicos, o que leva não apenas ao aumento da eficiência e da transparência, mas também a uma participação alargada em vários aspetos da vida pública. A título de exemplo, a diversidade linguística, um dado adquirido na maioria dos países, pode tornar os serviços estatais eletrónicos inacessíveis a grupos inteiros. Na África do Sul, com 11 idiomas oficiais, o Centre for Artificial Intelligence Research (Centro para a Investigação em Inteligência Artificial) tem trabalhado em abordagens de tradução automática destinadas a ampliar o acesso aos serviços públicos.¹¹⁷ No Uganda, o AI Research Group (Grupo de Investigação em IA) da Universidade de Makerere está a desenvolver conjuntos de dados de partida relativos às dezenas de línguas faladas no país.¹¹⁸

Os potenciais retornos, no tocante à prestação de serviços durante catástrofes e na sua sequência, são enormes. O Artificial Intelligence for Disaster Response (Inteligência Artificial para a Resposta a Catástrofes) é um projeto de código-fonte aberto que visa extrair, classificar e catalogar fluxos de publicações no Twitter durante crises humanitárias, convertendo as publicações em bruto numa fonte organizada de informações que possibilitem a melhoria do tempo de resposta. Logo após a ocorrência de um sismo de grandes dimensões no Equador, em 2016, a Zooniverse, uma plataforma de fornecimento coletivo de trabalhos de investigação baseada na Internet, lançou um sítio Web que reuniu os contributos dos voluntários e de um sistema de inteligência artificial para a análise de 1.300 imagens de satélite e, duas horas após o seu lançamento, criou um mapa térmico dos prejuízos.¹¹⁹

Quanto à proteção social, a tecnologia tem auxiliado o direcionamento de pagamentos e de outros benefícios, proporcionando uma prestação atempada e reduzindo a probabilidade de fraudes. As plataformas públicas que apoiam a interoperabilidade e o intercâmbio de dados podem reduzir os encargos administrativos e o tempo necessário para a prestação de serviços a grupos pobres, vulneráveis e marginalizados, promovendo a inclusão social e económica.¹²⁰

A importância da disseminação tecnológica não se cinge ao rendimento, mas também à abordagem de outros desafios, inclusive os relacionados com as alterações climáticas

A tecnologia pode contribuir, por exemplo, possibilitando conteúdos personalizados para um “ritmo adequado de ensino”

A tecnologia pode, ainda, aumentar a disponibilidade de informações e dados destinados a legisladores e negócios — e informar o debate público. A título exemplificativo, à medida que as imagens digitais se propagam e que as técnicas de visão artificial melhoram, os sistemas automáticos prestam-se à medição demográfica com uma elevada resolução espacial e quase em tempo real.¹²¹ O mesmo aplica-se à medição da pobreza e de outros indicadores sociais e económicos, com a frequente combinação de dados de telemóveis e imagens de satélite, em que o recurso a múltiplas lentes, obtidas a partir de conjuntos diversos de dados, contribui para um registo mais preciso de informações relativas ao nível de vida.¹²² No Senegal, por exemplo, é possível prever, com exatidão, o Índice de Pobreza Multidimensional de 552 comunas, através da utilização de registos de dados de chamadas e ambientais (relacionados com a segurança alimentar, a atividade económica e a acessibilidade das instalações). Esta abordagem possibilita uma geração mais frequente de mapas de pobreza e é provável que a sua capacidade de diagnóstico seja útil para que os legisladores concebam intervenções mais adequadas à erradicação da pobreza.¹²³

Do mesmo modo que a inteligência artificial pode mapear percursos individualizados de aprendizagem para cada estudante, o seu potencial de recolha de dados pormenorizados e frequentes pode ser aproveitado para a obtenção de informações localizadas altamente específicas.¹²⁴ Na Colômbia, por exemplo, a utilização de um algoritmo de inteligência artificial para a análise de dados meteorológicos e relativos às culturas locais de arroz¹²⁵ levou a recomendações distintas para diferentes povoações, auxiliando 170 agricultores de Córdoba na prevenção de prejuízos económicos diretos com um valor estimado em \$ 3,6 milhões e melhorando, potencialmente, a produção de arroz. Entre as outras aplicações, contam-se a utilização de inteligência artificial¹²⁶ de ponta para a solução de desafios urbanos relacionados com o trânsito, a segurança e a sustentabilidade. Estas aplicações abrangem desde a gestão do tráfego pela inteligência artificial até sistemas de inteligência artificial que localizam condutas em risco de mau funcionamento.¹²⁷ As redes globais de telecomunicações e os serviços em nuvem podem permitir a transferência e adaptação de conhecimentos na área da inteligência artificial a contextos diversos.¹²⁸ A partilha dos resultados da inteligência artificial entre máquinas possibilita a aprendizagem por transferência,¹²⁹ através da qual o conhecimento se desloca e ajusta a novos contextos,¹³⁰ suplementando os recursos disponíveis em áreas anteriormente negligenciadas.

* * *

O rumo das mudanças tecnológicas pode ser uma preocupação explícita dos legisladores.¹³¹ Não esqueçamos

que o setor público tem apoiado trabalhos fundamentais de investigação de tecnologias que foram, posteriormente, comercializadas pelo setor privado.¹³² A inovação tecnológica será crucial para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.¹³³ A potenciação da tecnologia para esse efeito obriga a que todos os países deem forma às instituições e políticas globais e nacionais que determinarão o impacto da mudança tecnológica sobre a sustentabilidade e a inclusão de um modo relevante para o contexto nacional.¹³⁴ É neste contexto que os direitos internacionais de propriedade intelectual são importantes. Um regime excessivamente rigoroso de direitos de propriedade intelectual pode dificultar a difusão da tecnologia (caixa 6.5).

A criação, difusão e adoção, com sucesso, de tecnologias para o desenvolvimento tem lugar numa rede que abrange vários agentes — incluindo o setor privado, o governo e a academia, frequentemente designada por sistema nacional de inovação.¹³⁵ As políticas públicas que visam influenciar a direção da tecnologia inserem-se nesses sistemas. De forma transversal aos países, existem enormes assimetrias quanto à dimensão e à organização dos esforços de inovação. A pesquisa e o desenvolvimento são ainda mais intensivos nos países desenvolvidos (figura 6.9) e, em média, a discrepância face aos outros países está a aumentar, apesar da emergência simultânea de novas regiões enquanto potências científicas e tecnológicas, como no caso da Ásia Oriental.

Importante para a capacidade nacional de investimento na ciência e na tecnologia, a difusão da inovação permanecerá um poderoso fator de aumento da produtividade. O fomento da produtividade e empregabilidade de cada trabalhador(a) — alcançando os que, atualmente, desempenham modalidades informais e precárias de trabalho e se encontram excluídos de sistemas produtivos mais modernos — tenderá à redução da desigualdade de rendimento, fazendo aumentar, em simultâneo, os próprios rendimentos.¹³⁶

Para que este mecanismo funcione, os trabalhadores devem ser capazes de utilizar a tecnologia e beneficiar do aumento da produtividade. Entre 2007 e 2017, o rendimento mediano, em muitos países, cresceu menos do que a produtividade por trabalhador, a despeito da forte correlação entre o rendimento e a produtividade (figura 6.10, painel esquerdo). Acresce que, quanto maior for a produtividade, maior é a parcela da mesma que o(a) trabalhador(a) mediano(a) auferem como remuneração (ver figura 6.10, painel direito). O divórcio entre o rendimento mediano do trabalho e a produtividade implica que o crescimento da produtividade não é suficiente para que os salários aumentem, conforme se discutiu anteriormente.¹³⁷ Contudo, uma

Direitos de propriedade intelectual, inovação e difusão da tecnologia

Em princípio, os direitos de propriedade intelectual podem ser um poderoso fator de incentivo da inovação e da criatividade, ainda que imponham restrições temporárias ao livre acesso a novos conhecimentos.

Contudo, em alguns casos, geraram “emaranhados de patentes”, especuladores de patentes (patent trolls) e práticas de prorrogação indevida de patentes (evergreening)¹—restringindo, potencialmente, não só a difusão, como também a própria inovação. Os “emaranhados de patentes” implicam longas e dispendiosas negociações para a obtenção de várias autorizações. A especulação com recurso a patentes (patent trolling) — uma prática em que os inovadores são ameaçados com processos judiciais por terceiros que detêm propriedade intelectual com o mero intuito de lucrar com o licenciamento de patentes, ao invés de empreenderem a produção — é dispendiosa.² Já a prorrogação indevida de patentes (evergreening)— que consiste no prolongamento da proteção concedida pelas mesmas por parte de empresas que inventam novas patentes subsequentes, intimamente relacionadas, mas que possibilitam um período de monopólio superior ao que seria permitido de outro modo — restringe a concorrência.

De modo geral, embora os sistemas débeis de patentes possam conduzir a um ligeiro aumento da inovação, os sistemas robustos de patentes podem abrandá-la.³ Nas últimas décadas, uma maior concentração da titularidade de patentes, refletindo o padrão mais amplo de concentração do mercado, contribuiu para o declínio da difusão do conhecimento e do dinamismo empresarial.⁴

Ao abrigo do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio da Organização Mundial do Comércio, os países em vias de desenvolvimento são incentivados a aumentar o nível e o rigor da respetiva legislação em matéria de propriedade intelectual, de forma a potenciar as transferências internacionais de tecnologia e catalisar empresas nacionais inovadoras.⁵ A questão central reside no facto de a proteção da propriedade intelectual lhes conferir direitos sobre os lucros das descobertas efetuadas mediante a investigação e o desenvolvimento. No entanto, os estudos de casos de países apresentam dados ambíguos quanto à importância dos direitos de propriedade intelectual para o afluxo de investimento externo, o desenvolvimento interno de tecnologias e as transferências tecnológicas.⁶

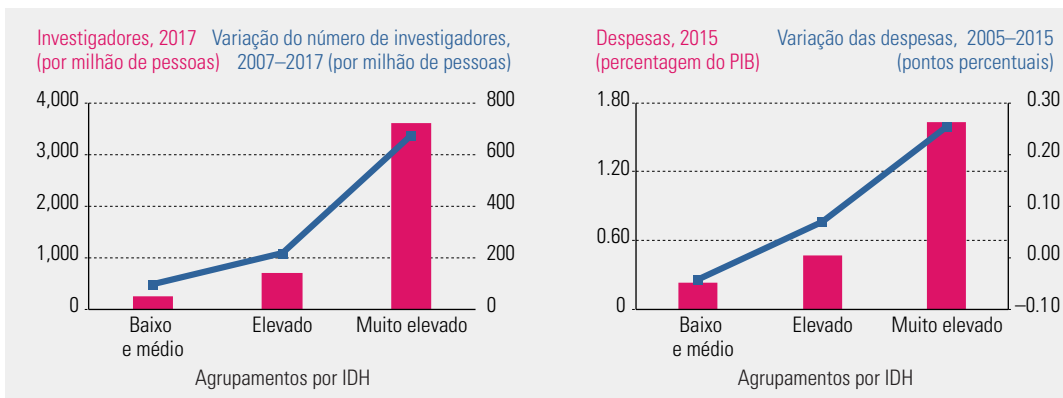
A atribuição de patentes a uma empresa fictícia num país com baixos impostos, o pagamento de direitos sobre as próprias patentes às empresas fictícias e o depósito dos rendimentos em offshores ilustram o modo como os direitos de propriedade intelectual podem ser utilizados para a fraude fiscal.⁷ Estes mecanismos acentuam a concentração do rendimento, da riqueza e do poder sobre o mercado. Neste, como noutros âmbitos, as instituições e leis económicas criadas no século XX para gerir a industrialização das economias desenvolvidas poderão precisar de reformas no século XXI.

Notas

1. Baker, Jayadev e Stiglitz 2017. 2. Bessen e Meurer 2014. 3. Boldrin e Levine 2013. 4. Akcigit e Ates 2019. 5. Baker, Jayadev e Stiglitz 2017. 6. Maskus 2004. 7. Dharmapala, Foley, e Forbes 2011; Laznick e Mazzucato 2013.

FIGURA 6.9

Existem enormes assimetrias ao nível da investigação e do desenvolvimento entre os agrupamentos de desenvolvimento humano

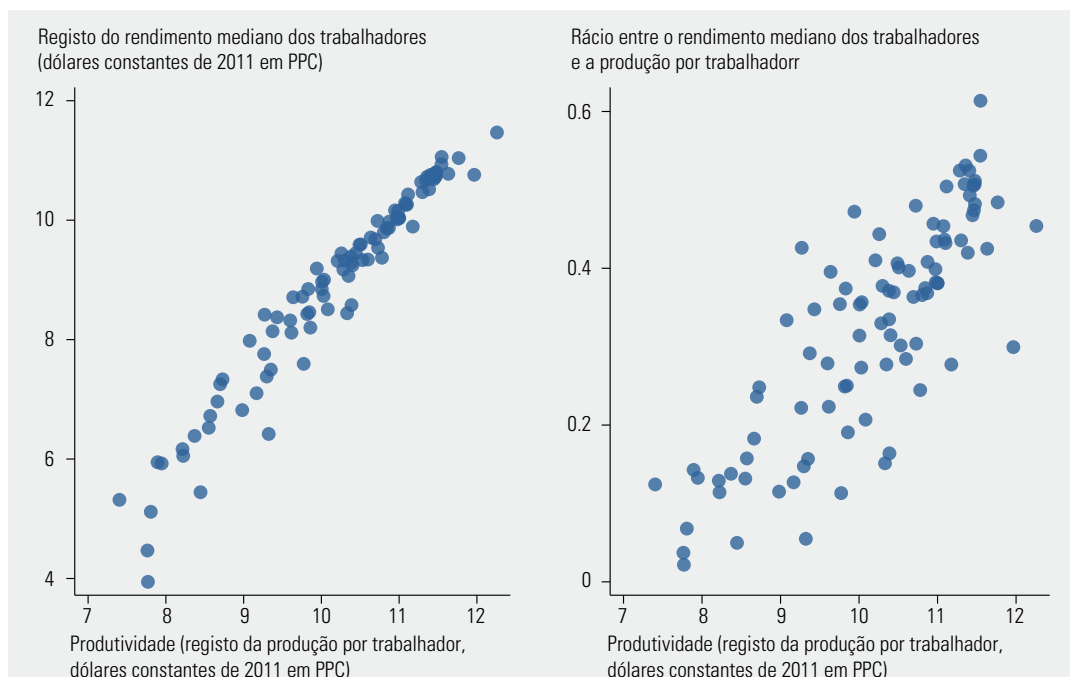


Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da base de dados de Indicadores do Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial.

FIGURA 6.10

O rendimento e a produtividade apresentam uma forte correlação e, quanto maior a produtividade, maior a parcela da produtividade que o(a) trabalhador(a) mediano(a) auferem como remuneração

O rumo das mudanças tecnológicas pode ser uma preocupação explícita dos legisladores



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da Organização Internacional do Trabalho relativos a 94 países.

produtividade mais elevada pode exercer pressão no sentido de uma maior remuneração absoluta e de uma distribuição mais equilibrada entre os trabalhadores e os detentores do capital — muita desta pressão no sentido de uma maior produtividade depende da difusão da tecnologia.

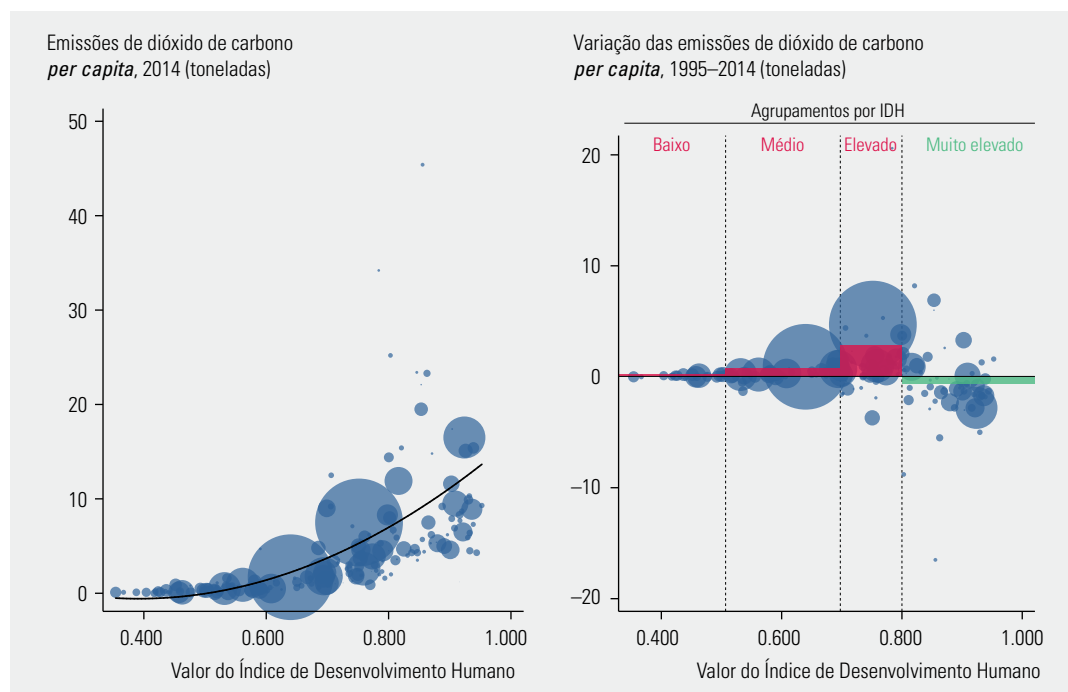
A importância da disseminação tecnológica não se cinge ao rendimento, sendo, ao invés, extensível à abordagem de outros desafios, inclusive os relacionados com as alterações climáticas (capítulo 5). A desigualdade tecnológica entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento prejudica o potencial destes últimos para a superação dos padrões tradicionais de produção e consumo.¹³⁸ Está em curso uma desassociação significativa entre as emissões e o desenvolvimento económico e, no decurso da última década, vários

países — maioritariamente membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico com um grau muito elevado de desenvolvimento humano — têm reduzido as respetivas emissões de dióxido de carbono per capita, refletindo formas mais eficientes de produção (figura 6.11).¹³⁹ A difusão da tecnologia será fundamental para alargar essa desassociação a países de todos os níveis de desenvolvimento.

O presente capítulo examinou a distribuição das capacidades avançadas relativas à tecnologia. Existe um potencial de mobilização da tecnologia para a convergência no desenvolvimento humano. Simultaneamente, é possível que estas tecnologias acabem por causar uma maior divergência. A concretização das opções e das políticas corretas, neste domínio e de um modo mais geral, é a temática do capítulo 7.

FIGURA 6.11

Uma desvinculação significativa entre as emissões e o desenvolvimento permitiu a alguns países reduzirem as respetivas emissões de dióxido de carbono, refletindo modos de produção mais eficientes



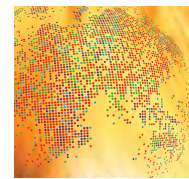
Nota: Cada bolha representa um país e o tamanho da bolha é proporcional à respetiva população.
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em dados da base de dados de Indicadores do Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial.

Capítulo 7

Políticas de redução
das desigualdades
no desenvolvimento
humano para
o século XXI: a
escolha é nossa

7.

Políticas de redução das desigualdades no desenvolvimento humano para o século XXI: a escolha é nossa



Uma análise além do rendimento e além nas médias revela três tendências das desigualdades ao nível do desenvolvimento humano. Estas últimas enquadram o contexto das políticas ao olharmos além do presente, para um mundo marcado pelo crescente impacto das alterações climáticas e por avanços tecnológicos revolucionários:

- As desigualdades ao nível das capacidades básicas estão a decrescer (algumas a um ritmo bastante acelerado), mas permanecem acentuadas, continuando a deixar muitas pessoas para trás. Além disso, o ritmo de convergência não é suficientemente rápido para erradicar as privações extremas, conforme o apelo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- As desigualdades ao nível do desenvolvimento humano estão a crescer em áreas que, provavelmente, serão fulcrais para as pessoas nas próximas décadas. A desigualdade em termos de capacidades avançadas — as que estão, rapidamente, a tornar-se essenciais à medida que nos aproximamos da década de 2020 — está a agravar-se, quer entre os países quer dentro dos mesmos.
- As desigualdades na distribuição das oportunidades entre homens e mulheres apresentam uma melhoria, mas a prossecução do progresso poderá ser mais difícil à medida que o desafio da igualdade de género transita das capacidades básicas para as avançadas. Existem, inclusivamente, dados que apontam para uma reação adversa em alguns países.

Trata-se de um retrato tão auspicioso quanto sério.

Auspicioso, porque o progresso na redução das disparidades ao nível das capacidades básicas demonstra que as políticas apropriadas surtem efeito. As políticas têm sido insuficientes para extinguir por completo as discrepâncias em termos de capacidades básicas; porém, poderá ainda ser possível corrigir a rota e eliminar as privações extremas, de acordo com o compromisso assumido na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. No entanto, as aspirações estão a mudar. Assim sendo, não basta ter em conta o modo de confluência quanto às capacidades básicas: a inversão da divergência ao nível das capacidades avançadas tem vindo a assumir uma importância crescente. Voltando, rapidamente, a atenção para esta tarefa, poderia evitar-se o enraizamento das divergências no tocante às capacidades avançadas.

Sério, porque o efeito cumulativo das desigualdades emergentes, das mudanças tecnológicas e da crise climática poderá, a prazo, tornar as medidas corretivas mais desafiantes. Sabemo-lo graças à abordagem centrada no ciclo de vida que em tão grande medida determinou a análise deste Relatório — segundo a qual as capacidades se acumulam ao longo do tempo, tal como, em alguns casos, as desvantagens (capítulos 1 e 2). A década de 2020 acolherá crianças que se prevê viverem até ao século XXII, pelo que as disparidades que parecerão diminutas nos próximos anos se poderão amplificar ao longo de décadas, acrescentando às disparidades já acentuadas em termos de rendimento e poder político.

Por isso, devemos agir agora — mas como?

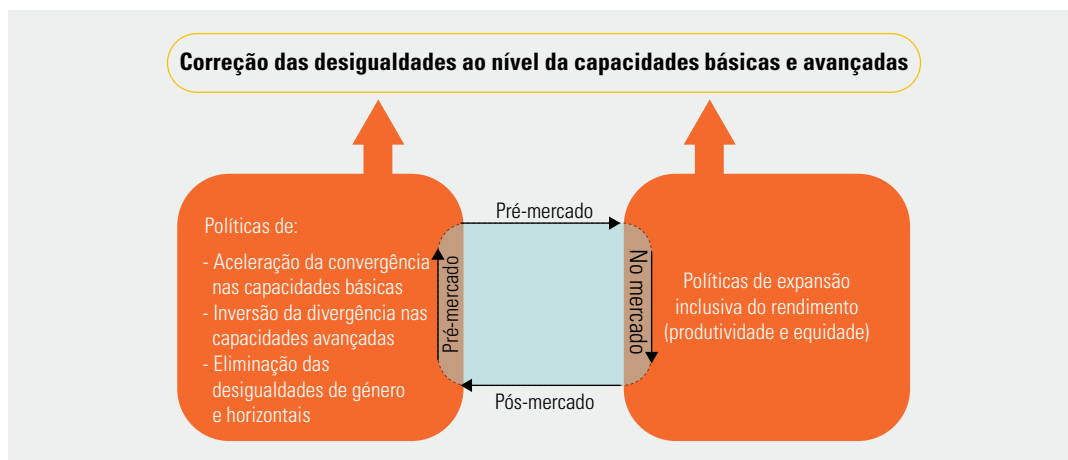
O presente capítulo propõe um enquadramento para as políticas que alia o aumento e a distribuição quer das capacidades quer do rendimento. Com o objetivo global de corrigir as desigualdades quer ao nível das capacidades básicas quer das avançadas, o quadro abrange dois blocos (figura 7.1). O primeiro bloco (no lado esquerdo da figura 7.1) abrange políticas que visam a convergência e expansão das capacidades, olhando além do rendimento.¹ Os objetivos das políticas consistem na aceleração da convergência nas capacidades básicas, invertendo, simultaneamente, a divergência ao nível das capacidades avançadas e eliminando as desigualdades assentes no género e outras de cariz horizontal. A posição de grande parte destas políticas no ciclo de vida é importante, em relação ao momento do respetivo impacto sobre o curso da vida das pessoas. Quanto mais precoce for a etapa da vida das pessoas em que certas políticas forem implementadas, menos intervenções, através de outras políticas (que podem ser, em simultâneo, mais dispendiosas e menos eficazes), serão necessárias em etapas posteriores da vida.

O segundo bloco (o do lado direito da figura 7.1) contempla as políticas de expansão inclusiva do rendimento.

O objetivo das políticas é a promoção simultânea da equidade e da eficiência nos mercados, incrementando a produtividade, o que se traduz em rendimentos crescentes e amplamente partilhados — corrigindo a desigualdade de rendimento. O enquadramento assenta

FIGURA 7.1

Um modelo para a concepção de políticas de correção das desigualdades no desenvolvimento humano



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

O enquadramento é multidimensional, enfatizando a importância intrínseca das liberdades humanas indivisíveis: O resultado global pretendido é a correção das desigualdades ao nível das capacidades básicas e avançadas

numa abordagem integrada, uma vez que os dois blocos de políticas são interdependentes. As políticas que visam o progresso das capacidades além do rendimento exigem, frequentemente, recursos para sustentar programas estatais, financiados pelos impostos. Além disso, os recursos gerais disponíveis estão, por sua vez, associados à produtividade, ligada, em parte, às capacidades das pessoas. Os dois blocos podem, assim, funcionar em simultâneo num círculo virtuoso de políticas.

O enquadramento é multidimensional, enfatizando a importância intrínseca das liberdades humanas indivisíveis: O resultado global pretendido é a correção das desigualdades ao nível das capacidades básicas e avançadas. Por conseguinte, não é consistente com a redução das desigualdades quanto a algumas capacidades à custa de uma deterioração drástica das demais. Tão-pouco é compatível com abordagens que ora levam à redução do nível de vida — pondo em cheque o crescimento sustentável através de políticas distributivas com uma concepção deficiente — ora visam a mera criação de riqueza, violando, em simultâneo, os direitos humanos e a sustentabilidade do nosso planeta.

A multidimensionalidade possibilita, de igual modo, uma melhor integração da análise instrumental dos mecanismos associados ao rendimento e independentes do mesmo que subjazem à formação e ao igualamento gradual das capacidades. O ciclo das políticas pode ser descrito como composto por políticas pré-mercado (essencialmente, no interior do bloco esquerdo da figura 7.1 relativo às capacidades independentes do rendimento, ingressando no bloco direito), políticas no mercado (maioritariamente no bloco direito relativo à expansão inclusiva do rendimento) e políticas pós-mercado (que

relegam o bloco direito ao esquerdo). Os salários, os lucros e as taxas de participação no mercado laboral são, tipicamente, determinados pelos mercados, os quais são condicionados pela regulamentação, pelas instituições e pelas políticas vigentes (no mercado). No entanto, estes fatores também dependem de políticas que afetam as pessoas antes de surtirem efeito na economia (pré-mercado). As políticas pré-mercado podem reduzir as discrepâncias em termos de capacidades, contribuindo para que todas as pessoas entrem no mercado laboral com uma melhor preparação — embora convenha realçar que este está longe de ser o único motivo pelo qual as capacidades importam e que, ao reforçarem as capacidades, os contributos para a expansão dos rendimentos transcendem a participação no mercado de trabalho (podem, a título exemplificativo, fomentar a participação política). As políticas no mercado afetam a distribuição do rendimento e das oportunidades durante o trabalho, produzindo resultados que tanto podem promover como desincentivar a inclusão. As políticas pós-mercado afetam as desigualdades depois de o mesmo, juntamente com as políticas no mercado, ter determinado a distribuição do rendimento e das oportunidades. Estes conjuntos de políticas interagem. A prestação de serviços públicos pré-mercado poderá depender, em parte, da eficácia das políticas pós-mercado (impostos sobre o rendimento derivado do mercado para financiar, a título exemplificativo, a saúde e a educação), que são importantes para arrecadar receita pública, de modo a custear esses serviços. Já os impostos, por sua vez, são «informados» pelo grau de redistribuição do rendimento, das pessoas mais abastadas para as menos favorecidas, que a sociedade está disposta a efetuar.²

Um dos corolários reside na eficácia limitada da consideração das políticas de forma isolada. Considere-se, por exemplo, as recomendações associadas à redistribuição do rendimento, que tendem a dominar o debate em torno das políticas. Tony Atkinson simulou o efeito de um pacote ambicioso de medidas redistributivas sobre a desigualdade de rendimento no Reino Unido, demonstrando que o mesmo apenas reduziria a discrepância face ao coeficiente de Gini da Suécia em metade, no tocante ao rendimento disponível, e que seria insuficiente para inverter o aumento do índice entre o final dos anos 70 e 2013.³ Este facto não deve ser lido como um sinal de que a redistribuição não tem importância — com efeito, neste capítulo, defendemos o oposto — mas uma mudança decisiva depende de uma abordagem mais ampla e sistémica das políticas.

Recorrendo a este enquadramento, o presente capítulo contém duas secções, cada uma das quais corresponde, grosso modo, às políticas associadas a cada um dos dois blocos. O objetivo do capítulo consiste na ilustração, através de exemplos concretos de políticas, do modo como o enquadramento proposto pode ser utilizado para a correção das desigualdades ao nível do desenvolvimento humano, não se destinando a oferecer uma análise exaustiva de todas as políticas relevantes. Além disso, tendo em conta a acentuada heterogeneidade entre os países e as incertezas associadas aos futuros percursos (não apenas devido às alterações climáticas e à tecnologia, mas também a outros fatores não visados no Relatório⁴), cada país deverá determinar o conjunto de políticas mais adequadas às suas circunstâncias específicas.

Na primeira secção, discute-se como expandir as capacidades além do rendimento, abordando quer as desigualdades de cariz vertical quer horizontal em termos de desenvolvimento humano. Tem-se em consideração tanto a estrutura quanto a conceção dos sistemas de educação e de saúde, assim como as políticas relacionadas com os desafios emergentes colocados pela tecnologia e pelas alterações climáticas. Entre as desigualdades horizontais, o foco incide sobre a igualdade de género, em resposta aos desafios explanados no capítulo 4.

A segunda secção trata das políticas que, em conjunto, podem elevar a produtividade de formas que se traduzem numa ampla partilha dos rendimentos — corrigindo a desigualdade de rendimento. Essas políticas influenciam o modo de funcionamento dos mercados de bens e serviços, tal como o laboral e o de capitais. A secção compreende, ainda, o efeito das políticas redistributivas ao nível nacional. Visto que as políticas nacionais podem ser restringidas ou facilitadas pela globalização, a secção tem em conta o modo como a ação coletiva internacional — ou a sua ausência — pode dar forma às desigualdades no século XXI.

Rumo à convergência nas capacidades, além do rendimento: Do universalismo básico ao universalismo avançado

As políticas de alcance universal atestam o cumprimento da promessa de “não deixar ninguém para trás” assumida na Agenda de 2030 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.⁵ O progresso no sentido das concretizações universais tem sido notável: 91 por cento das crianças frequentam o ensino primário,⁶ mais de 8 em cada 10 nascimentos são assistidos por profissionais⁷ competentes e mais de 90 por cento das pessoas têm acesso a uma fonte melhorada de água.⁸ Estas médias podem dissimular a prevalência das privações (capítulo 1), mas constituem feitos notáveis.⁹ Não aconteceram por acaso: Foram o resultado de opções políticas. A presente secção prende-se com a reforma das ambições e das medidas para o século XXI e para as novas gerações que assistirão à chegada do século XXII. Começa com o argumento de que a convergência quanto às capacidades, além do rendimento, deveria partir destas concretizações, sem deixar de ser reforçada. Um tal reforço necessitaria tanto de apoio político (o que exigiria a superação de constrangimentos ao nível das opções sociais, uma temática desenvolvida no destaque 7.1, no final do capítulo) bem como de recursos financeiros (de que trata a segunda metade do capítulo). Para lá do reforço do universalismo, a presente secção debruça-se sobre as políticas de eliminação das desigualdades de cariz horizontal (com enfoque na desigualdade de género) e a consolidação das capacidades relativas aos choques climáticos e à potenciação da tecnologia.

Rumo a sistemas universais reforçados

As políticas universais que assentam, unicamente, numa cobertura alargada — não dotada de recursos adequados nem concebida para garantir quer a qualidade quer a equidade — não são verdadeiramente universais.¹⁰ São úteis: Elevam patamares, oferecendo acesso a serviços essenciais, e têm algum mérito quanto à convergência das capacidades básicas. São, contudo, incapazes de solucionar, por si só, a persistência de desigualdades no desenvolvimento humano, conforme se manifestam nos gradientes das concretizações.

Nesta secção, defendemos que os sistemas universais reforçados (exemplificados por serviços ligados à educação e à saúde) poderiam ser mais eficazes na redução das desigualdades ao nível do desenvolvimento humano se assentassem em dois pilares:

As políticas universais que assentam, unicamente, numa cobertura alargada — não dotada de recursos adequados nem concebida para garantir quer a qualidade quer a equidade — não são verdadeiramente universais

A dependência de escolas privadas, com fins lucrativos, para o ensino básico pode deixar as pessoas mais pobres ainda mais para trás, devido, em parte, ao acesso desigual e à menor prestação de contas no tocante à qualidade, o que tende a prejudicar os alunos desfavorecidos de forma desproporcional, sobretudo as raparigas

- Serviços sociais abrangentes, que garantam a igualdade no acesso a serviços de qualidade, em consonância com as novas exigências e aspirações do século XXI.¹¹ Conforme se observou no capítulo 2, a desigualdade no desenvolvimento humano é multidimensional — transmitida por diversos veículos, incluindo os mercados, as redes familiares e sociais — e pode multiplicar-se em função de fatores como a violência. Os resultados no domínio da saúde, por exemplo, dependem do acesso aos serviços, mas também são determinados pela sociedade. Os sistemas universais reforçados incorporariam estas dimensões.
- Políticas especiais complementares destinadas aos grupos excluídos. Embora as pessoas pobres e marginalizadas possam beneficiar das políticas universais, estas, por si só, poderão não ser suficientes para alcançar os mais desfavorecidos, inclusive devido à discriminação com base em grupos. Um exemplo são as crianças pertencentes a agregados familiares que se defrontam com privações sobrepostas. Não deixar ninguém para trás implica, igualmente, políticas direcionadas de correção das desigualdades horizontais e entre grupos.¹²

Garantir o acesso universal ao conhecimento e à aprendizagem ao longo da vida

As políticas que visam assegurar o acesso equitativo a uma educação de qualidade na primeira infância têm consequências, a longo prazo, para a saúde, o desenvolvimento cognitivo e as perspetivas de emprego — chegando mesmo a beneficiar os irmãos e as crianças de cada pessoa (capítulo 2).¹³ O enfoque principal na oferta de acesso à educação com vista a um nível mínimo nacional nem sempre eliminou as disparidades em termos de progressos, inclusive nos países desenvolvidos.¹⁴ Dado que a meta 4.6 dos ODS apela à obtenção de competências de numeracia e literacia por toda a juventude, nem um nível de instrução equivalente entre os agregados familiares ricos e pobres do mesmo país garantiria, necessariamente, que esta meta fosse cumprida. Na verdade, as realizações educativas de muitos países em vias de desenvolvimento estão aquém da meta dos ODS, incluindo no caso dos estudantes oriundos de famílias mais abastadas — e as crianças dos agregados familiares mais desfavorecidos têm um nível de insucesso escolar ainda superior. Isto significa que o simples nivelamento — a elevação das crianças com um estatuto socioeconómico inferior ao nível de instrução atingido pelas crianças com o estatuto socioeconómico mais elevado, em cada país — não alcançaria a meta de aprendizagem de qualidade para todos traçada pelos ODS. Deste modo, o reforço dos resultados ao nível da aprendizagem, de modo a concretizar a meta de numeracia e literacia universais dos ODS, implica a correção de duas discrepâncias: as que existem entre os

pobres e os ricos no seio dos países e as disparidades entre as pessoas com um maior nível de instrução de cada país e a meta dos ODS.¹⁵

As crianças provenientes de grupos socioeconómicos desprivilegiados enfrentam uma dupla desvantagem — menos anos de escolaridade e uma aprendizagem menor em cada ano. As políticas focadas nos resultados, ao invés dos insumos, exigem dados relativos à aprendizagem e não apenas às matrículas, investindo no domínio de conceitos básicos pelos alunos desde as etapas iniciais e aliando as melhorias globais a intervenções direcionadas aos grupos especialmente desfavorecidos.¹⁶ A dependência de escolas privadas, com fins lucrativos, para o ensino básico pode deixar as pessoas mais pobres ainda mais para trás,¹⁷ devido, em parte, ao acesso desigual e à menor prestação de contas no tocante à qualidade, o que tende a prejudicar os alunos desfavorecidos de forma desproporcional, sobretudo as raparigas. Uma educação pública de qualidade e gratuita, o reforço da formação dos professores e a promoção da inclusão podem atenuar estes riscos, especialmente no caso das raparigas e dos alunos portadores de deficiência.¹⁸

As intervenções na primeira infância que contribuem para o nivelamento dos gradientes têm produzido resultados nos países em vias de desenvolvimento (caixa 7.1). Vários países têm alargado a cobertura do ensino pré-escolar, como no caso da Etiópia, que tem envidado esforços no sentido de uma expansão significativa da cobertura desde 2010 (caixa 7.2). É provável que este esforço não só contribua para a igualização das capacidades a longo prazo, como também afete a distribuição do trabalho não remunerado, fomentando a inclusão das mulheres no mercado laboral (um tema desenvolvido na discussão da desigualdade de género, adiante no capítulo).

Acresce que a tecnologia impõe a atualização das competências ao longo da vida (capítulo 6). A aprendizagem ao longo da vida melhoraria quer os resultados económicos quer sociais e ajudaria à obtenção de oportunidades mais equitativas em todas as idades.¹⁹ A Organização Internacional do Trabalho apresentou uma proposta concreta para a implementação de um sistema de direitos à formação, por meio da reconfiguração dos regimes de seguro de desemprego ou de prestações sociais que confirmam aos trabalhadores dispensas remuneradas para a frequência de formações.²⁰ Os trabalhadores teriam direito a um número de horas de formação, não obstante a natureza das suas funções. Nos países em que a maioria dos trabalhadores têm empregos informais, poder-se-ia estabelecer fundos nacionais ou sectoriais de educação e formação, de modo a garantir o acesso desses trabalhadores à educação e à formação. As políticas de redução do trabalho informal poderiam surtir um efeito

Reforço das capacidades na China: Abordagem das raízes da desigualdade

Além das competências cognitivas, verificou-se que as competências sociais e emocionais são marcas de um adulto produtivo.¹ No entanto, estas competências são, frequentemente, deixadas a cargo da família. Embora a debilidade das competências sociais e emocionais possa ser uma fonte emergente de desigualdade, é igualmente possível que seja uma consequência da mesma, uma vez que as raízes residem nas desigualdades ao nível da educação dos pais, passíveis de transmissão à geração seguinte. Contudo, o investimento nestas competências oferece, de igual modo, uma oportunidade para quebrar o círculo vicioso das desigualdades, ao nivelar as condições de partida de todas as crianças.

As pontuações da China quanto à parentalidade positiva e ao desenvolvimento socioemocional melhoraram substancialmente entre 2010 e 2014, especialmente no caso das crianças oriundas de famílias mais desfavorecidas. A parentalidade positiva foi medida através das questões de inquéritos em que os prestadores de cuidados são sondados acerca da frequência da sua intervenção no sentido de melhorar as competências específicas da idade dos respetivos filhos (por exemplo, lendo-lhes textos ou brincando com os mesmos no exterior). O desenvolvimento socioemocional foi medido através da avaliação das atitudes, dos comportamentos e da relação das crianças com os outros.

Quanto às crianças mais jovens do quintil inferior de rendimento, a pontuação média nos testes relativos à parentalidade positiva aumentou de

1,34 (numa escala de 1 a 5), em 2010, para 2,67, em 2014. Já em relação às crianças mais jovens do quintil mais rico, a pontuação média aumentou de 2,37 para 3,17 — menos do que no caso dos outros quintis de riqueza. As pontuações médias relativas às crianças mais velhas evidenciam um padrão semelhante, tendo aumentado de 3,41, em 2010, para 3,61, em 2014, quanto às crianças do quintil inferior, e de 3,49 para 3,65, no caso das crianças do quintil mais abastado. Deste modo, a desigualdade ao nível das pontuações nos testes de parentalidade entre os quintis mais ricos e mais pobres quase desapareceu.²

A melhoria da China está relacionada com a campanha nacional de promoção do desenvolvimento na primeira infância, lançada em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, em 2010. A campanha tem o objetivo ambicioso de alcançar o ensino universal na primeira infância. Enfatiza o desenvolvimento cerebral na primeira infância e oferece apoio aos pais através de portais na Internet, sítios Web e aplicações para telemóveis. Inclui, ainda, investimentos substanciais em jardins de infância e na formação de professores, sobretudo em áreas rurais e no caso das crianças pobres e migrantes das áreas urbanas, assim como o apoio estatal a diretrizes, ferramentas e normas nacionais de desenvolvimento da aprendizagem precoce.³

Notas

1. Heckman, Stixrud e Urzua 2016; Kautz e outros 2014. 2. Li e outros 2018. 3. Greubel e van der Gaag 2012; UNICEF 2019c.

Concretizar o potencial da educação pré-primária para o avanço do desenvolvimento humano na Etiópia

Estima-se que 50 por cento das crianças de todo o mundo não estejam matriculadas em qualquer tipo de ensino na primeira infância.¹ Nos países em vias de desenvolvimento, as crianças enfrentam barreiras ainda maiores — com apenas 20 por cento de matrículas — e é-lhes ministrada, com frequência, uma educação pré-escolar de qualidade inferior. A meta 4.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável exorta a que todas as raparigas e rapazes tenham acesso a um desenvolvimento na primeira infância, a cuidados e a um ensino pré-escolar de qualidade até 2030, mas os agregados familiares mais pobres são os que têm menos acesso a estas oportunidades de aprendizagem.

A Etiópia é um exemplo do modo como o ensino pré-escolar pode possibilitar a melhoria dos resultados dos países em vias de desenvolvimento ao nível da educação. Com uma das taxas de matrícula no ensino pré-escolar mais baixas do mundo como ponto de partida, cifrando-se em apenas 1,6 por cento em 2000, a Etiópia assistiu ao aumento da taxa para 45,9 por cento em 2017 — o que representa mais de 3 milhões de crianças.² A maior parte do crescimento ocorreu entre 2007 e 2017, iniciado pelo Quadro Político Nacional para os Cuidados e a Educação na Primeira Infância, em 2010.

Reconhecendo o papel fundamental do acesso equitativo ao ensino pré-escolar no desenvolvimento humano, um dos pilares centrais do quadro político é a expansão dos programas de preparação pré-escolar e escolar.³ Sob a orientação do Ministério da Educação, o principal catalisador do crescimento ao nível do ensino pré-escolar foi a “O-Class”, um ano de educação pré-escolar destinado aos agregados familiares vulneráveis que visa preparar as crianças de tenra idade para o ingresso na 1.ª classe, o primeiro ano do ensino primário. Embora o ministério tenha contemplado, inicialmente, dois anos de educação pré-escolar, os planos foram alterados de forma a ampliar o acesso.

Desde a sua introdução, a “O-Class” alcançou elevadas taxas de matrícula e, atualmente, constitui, de longe, o plano de ensino pré-escolar mais amplamente acessível, especialmente nas zonas rurais.⁴ No seu primeiro ano, o programa registou uma quantidade de matrículas quase três vezes superior ao número de crianças que obtiveram acesso a jardins de infância no ano anterior. Impulsionadas por estes sucessos iniciais, têm sido exploradas novas soluções para o aumento das matrículas nas áreas rurais da Etiópia. O Fundo das Nações Unidas para a Infância e a organização Save the Children realizaram o teste-piloto do modelo Accelerated School Readiness (Preparação Escolar Acelerada), destinado a alcançar as crianças que não frequentaram a “O-Class”, incluindo menores em situações de emergência.⁵ O modelo consiste num curso de verão com uma duração de dois meses, anterior à matrícula na 1.ª classe. Gerido por professores do ensino primário e apoiado por kits de aprendizagem de baixo custo, oferece às crianças mais jovens um currículo elementar de pré-literacia e pré-numeracia.

O impacto do ensino pré-escolar foi objeto de avaliação em vários estudos de caso relativos à Etiópia. Um projeto da Save the Children na área da promoção da literacia e das competências matemáticas concluiu que as crianças com origens socioeconómicas mais humildes alcançaram progressos educativos significativamente maiores — eliminando, praticamente, as disparidades ao nível da aprendizagem em relação aos seus pares com um estatuto socioeconómico mais elevado.⁶ O Young Lives (Jovens Vidas), um estudo internacional da pobreza na infância levado a cabo por investigadores da Universidade de Oxford, acompanhou as concretizações educativas de dois segmentos de crianças entre 2002 e 2016, em toda a Etiópia.⁷ As crianças das áreas urbanas que frequentaram programas de educação pré-escolar apresentavam uma probabilidade de conclusão do ensino secundário superior, em 25,7 por cento, à das suas congéneres que não ingressaram no ensino pré-escolar.

Notas

1. UNICEF 2019c. 2. UNICEF 2019c. 3. Rössiter e outros 2018. 4. Woodhead e outros 2017. 5. UNICEF 2019c. 6. Dowd e outros 2016. 7. Woldehanna e Araya 2017.

O compromisso político deve caminhar lado a lado com a afetação de recursos financeiros aos cuidados de saúde universais e diferentes países devem adotar abordagens diversas

poderoso, uma vez que os empregos formais estão associados a empresas de maior dimensão, com um maior investimento na formação dos trabalhadores e períodos mais extensos de emprego, durante os quais é possível uma maior aprendizagem no exercício de funções.

Criar condições para que todos tenham uma vida longa e saudável

Embora, em muitos casos, as desigualdades ao nível dos resultados relativos à saúde não estejam relacionadas com a disponibilidade de serviços de saúde (capítulo 2 e caixa 7.3), os cuidados de saúde universais, uma prioridade da meta 3.8 dos ODS, têm um potencial de reforço da igualdade ao nível das capacidades relacionadas com a saúde.²¹ A Tailândia e o Ruanda concretizaram planos de cobertura universal de cuidados de saúde. Na Tailândia, a política, implementada em 2001, foi alargada a todas as províncias no ano seguinte e alcançou 98 por cento da população em 2011.²² O Ruanda exibe a maior taxa de adesão a seguros de saúde da África Subsariana, com seguros de saúde comunitários que abrangem mais de 75 por cento da população.²³ No Bangladesh, no Brasil, na Etiópia, em França, no Gana, na Indonésia, no Japão, no Peru, na Tailândia, na Turquia e no Vietname — com um leque diverso de sistemas de saúde e de rendimentos — o governo recorreu a uma abordagem gradual para a criação e expansão dos respetivos programas de cobertura universal de cuidados de saúde.²⁴ Tipicamente, o processo teve início com a oferta de seguros de saúde aos funcionários públicos e trabalhadores do setor formal.

Seguiu-se a expansão da cobertura às populações pobres e vulneráveis, que necessitou de um sólido compromisso político. No Brasil e na Tailândia, os movimentos sociais desempenharam um papel de relevo (quanto ao contributo, de um modo mais geral, dos movimentos sociais para a correção das desigualdades, ver caixa D7.1.1, no final do capítulo).

O compromisso político deve caminhar lado a lado com a afetação de recursos financeiros aos cuidados de saúde universais, sendo que os diferentes países devem adotar abordagens diversas. A França recorreu à afetação de impostos: primeiro, um imposto sobre os vencimentos e, posteriormente, a afetação de impostos sobre o rendimento e o capital. O Brasil e o Gana reservaram uma parte das respetivas contribuições para a segurança social e do imposto sobre o valor acrescentado. Já o Japão, a Tailândia, a Turquia e o Vietname não afetaram montantes específicos, mas atribuíram prioridade orçamental a este objetivo. Além do financiamento, um dos principais desafios da implementação reside na escassez de profissionais de saúde. Em muitos casos, pode verificar-se um crescimento abrupto na disponibilização de cuidados de saúde privados e de cuidados de saúde de natureza pública mas não regulados. Em resposta a este fenómeno, a Indonésia reformou o seu sistema de acreditação de profissionais de saúde e normalizou os respetivos processos de certificação. O Brasil e a Etiópia ampliaram as respetivas bases de recrutamento de profissionais de saúde para a expansão dos cuidados de saúde e ofereceram oportunidades mais flexíveis de carreira aos trabalhadores comunitários da área da saúde.²⁵

CAIXA 7.3

A persistência de gradientes da saúde apesar da cobertura universal de cuidados de saúde

Nem mesmo os países com uma reduzida desigualdade de rendimento e uma cobertura universal de cuidados de saúde eliminaram os gradientes neste domínio. A Suécia tem um sistema excepcional de saúde, com uma ampla cobertura, um nível mínimo de despesas ordinárias e apoio especial aos grupos vulneráveis. Contudo, este acesso igualitário aos cuidados de saúde não produz resultados iguais nesta área. A título de exemplo:

- As taxas de mortalidade da Suécia exibem uma forte correlação com o estatuto socioeconómico. Na base, mais de 40 por cento das pessoas morrem até aos 80 anos de idade, em comparação com menos de 25 por cento no topo. As pessoas com um estatuto socioeconómico inferior têm o dobro da probabilidade, face às do topo, de sofrer de ataques cardíacos, cancro do pulmão, diabetes de tipo 2 e insuficiência cardíaca.
- Apenas 10 por cento das mulheres dos agregados familiares da base da Suécia são vacinadas contra o papilomavírus

humano, em comparação com 40 por cento das mulheres dos agregados do topo.

- Os partos de risco são mais comuns entre as famílias mais pobres da Suécia, dado que mais de 30 por cento das mães da base fumam antes da gravidez ou durante a mesma, em comparação com apenas 5 por cento das mães do grupo do topo.

Esta desigualdade persistente quanto aos resultados em termos de saúde justifica-se, em parte, pelo acesso desigual a especialistas médicos externos ao sistema formal de saúde. Entre as políticas que poderiam emular o acesso das famílias a profissionais de saúde, incluem-se programas de visitas de enfermagem a longo prazo, a disponibilização de um maior número de médicos de clínica geral e a garantia de uma maior compatibilidade cultural entre os prestadores de serviços e as respetivas comunidades, uma vez que esta medida favorece a confiança. Este tipo de políticas seriam ainda mais eficazes se fossem direcionadas às populações mais desfavorecidas.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Chen, Persson e Polyakova (2019).

Correção das desigualdades horizontais: Foco na desigualdade de gênero

As políticas universais podem proporcionar patamares mínimos, embora possam não ser suficientes para eliminar as desigualdades de cariz horizontal. Estas últimas têm, com frequência, origem em normas sociais de longa data e na exclusão social. A exclusão social ocorre quando as pessoas não conseguem participar plenamente na vida económica, social e política por serem segregadas devido a fatores de ordem cultural, religiosa, racial ou outra.²⁶ Esta realidade pode conduzir à ausência de voz ativa, de reconhecimento ou de capacidade para uma participação ativa. Pode, ainda, significar a exclusão de empregos dignos, de ativos, da propriedade de terras, de oportunidades e do acesso aos serviços sociais ou à representação política.²⁷

Quando existem grandes desigualdades horizontais, as políticas direcionadas ou de discriminação positiva que apoiam diretamente os grupos desfavorecidos — por exemplo, o fornecimento de acesso ao crédito, bolsas de estudo ou quotas para certos grupos no emprego e na educação — podem complementar as políticas universais. Vários exemplos históricos demonstram que uma combinação de políticas universais e direcionadas pode reduzir as desigualdades de cariz horizontal.²⁸ Contudo, existe, igualmente, o risco de que as políticas direcionadas consolidem as diferenças ou os ressentimentos entre grupos, visto que os respetivos membros são beneficiados exatamente em virtude da sua identidade coletiva. As políticas direcionadas são particularmente relevantes nos casos em que um grupo foi claramente desprivilegiado de um ponto de vista histórico,²⁹ onde as políticas têm um limite temporal de forma a serem aplicadas somente enquanto o grupo em questão carecer verdadeiramente de apoio. Uma comunicação clara a respeito das políticas é crucial para a prevenção de ressentimentos e sentimentos de desvantagem.

Dado que o gênero permanece um dos motivos mais disseminados de discriminação, as políticas de combate a normas discriminatórias enraizadas e a estereótipos, práticas e preconceitos nocivos em função do gênero são fundamentais para a plena concretização dos direitos humanos das mulheres.³⁰ As políticas podem visar, diretamente, as normas sociais. As intervenções destinadas a modificar relações desiguais de poder entre indivíduos no seio de uma comunidade ou a colocar em causa papéis profundamente enraizados em função do gênero podem ser realizadas através da educação, por meio da consciencialização ou da alteração dos incentivos. Tanto a educação quanto a sensibilização assentam na facultação de novas informações e conhecimentos passíveis do fomento de valores e comportamentos diferentes. Tais iniciativas podem incluir o ensino formal, a formação no local de trabalho ou campanhas midiáticas contra a os estereótipos em função do gênero. Por forma a alterar os incentivos, os mecanismos de proteção

podem fazer face aos possíveis prejuízos decorrentes das normas tradicionais de gênero ou de uma reação adversa, como o bullying nas escolas ou o assédio no local de trabalho. A modificação dos incentivos pode, igualmente, ser efetuada de modo a protelar o casamento precoce e reduzir a incidência da gravidez na adolescência. Frequentemente, as três dimensões (educação, sensibilização, incentivos) reforçam-se mutuamente, conforme sugerem os exemplos de políticas incluídos na presente secção.

Um deles é a alteração dos incentivos da licença de paternidade não transferível do Québec, em 2006, de forma a promover a participação dos pais na prestação de cuidados domésticos. Com os novos benefícios, a adesão dos pais à licença de paternidade aumentou 250 por cento,³¹ contribuindo para a inversão da norma social que determina a expectativa de que as mães assumam a responsabilidade exclusiva pelo trabalho de prestação de cuidados. Além disso, nos agregados familiares em que os homens tiveram oportunidade de recorrer aos benefícios, o tempo diariamente despendido pelos pais em tarefas domésticas foi superior, em 23 por cento, ao registado nos agregados familiares em que os pais recentes não participaram, decorrido muito tempo sobre o final do período de licença.³² Este exemplo demonstra, ainda, a importância da inclusão dos homens nas políticas de igualdade de gênero. Com efeito, de acordo com um inquérito realizado em países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), acerca da implementação de estratégias ou políticas relativas ao gênero, quase todos os inquiridos consideraram que a mudança das atitudes dos homens e rapazes quanto às atividades de prestação de cuidados era a principal prioridade.³³ Porém, ainda que a importância de uma participação adequada dos homens e rapazes na superação da desigualdade de gênero ou na correção das suas próprias vulnerabilidades relacionadas com o gênero seja amplamente reconhecida, as políticas públicas ainda não contemplam essa dimensão na sua plenitude.³⁴

Deste modo, a legislação e a regulamentação podem equilibrar a distribuição do trabalho de prestação de cuidados no seio dos agregados familiares — aumentando, por exemplo, a duração da licença de parentalidade, a exemplo do Québec. No entanto, apenas cerca de metade dos países do mundo oferecem uma licença de paternidade suplementar à de maternidade, em metade dos quais a duração é inferior a 3 semanas, no caso dos pais, e, em 80 por cento, inferior a 14 semanas, no caso das mães.³⁵ Além disso, não basta que esta política seja neutra em relação ao gênero; deve visar, explicitamente, os homens (como no Québec), precisamente porque, de outro modo, as normas sociais poderão prevalecer, impedindo que as pessoas recorram à licença de parentalidade. Em 2007, a República da Coreia começou a reservar um ano para a licença de paternidade e, em 2014, o número de trabalhadores do sexo masculino

Vários exemplos históricos demonstram que uma combinação de políticas universais e direcionadas pode reduzir as desigualdades de cariz horizontal. Contudo, existe, igualmente, o risco de que as políticas direcionadas consolidem as diferenças ou os ressentimentos entre grupos, visto que os respetivos membros são beneficiados exatamente em virtude da sua identidade coletiva

O equilíbrio da distribuição da prestação de cuidados, sobretudo a crianças, é crucial, precisamente porque uma grande parte da diferença quanto ao rendimento, ao longo do ciclo de vida, tem uma origem anterior aos 40 anos de idade, levando a que as mulheres percam muitas oportunidades no mercado laboral durante as primeiras etapas das respetivas carreiras

que tiraram partido da mesma triplicara.³⁶ Acresce que alguns países oferecem incentivos económicos ao recurso à licença por parte dos trabalhadores, como sucede na Suécia, onde os pais recebem uma pequena bonificação financeira, a título de igualdade de género, por cada dia em que utilizarem a licença de parentalidade por igual. Desta forma, é possível aumentar a quota-parte de cuidados infantis dos pais do sexo masculino, durante os primeiros meses ou anos de vida da criança, o que pode possibilitar a transformação das normas sociais relativas à puericultura, que podem repercutir-se ao longo da vida das crianças.

O equilíbrio da distribuição da prestação de cuidados, sobretudo a crianças, é crucial, precisamente porque uma grande parte da diferença quanto ao rendimento, ao longo do ciclo de vida, tem uma origem anterior aos 40 anos de idade, levando a que as mulheres percam muitas oportunidades no mercado laboral durante as primeiras etapas das respetivas carreiras.³⁷ Estas oportunidades perdidas coincidem com o parto, o que pode incentivar as mulheres a retirarem-se do mercado de trabalho. O fornecimento de acesso a cuidados infantis económicos pode proporcionar às mães oportunidades para tomarem as suas próprias decisões no tocante ao trabalho e à vida pessoal, permitindo-lhes exercer um emprego remunerado. As mães tendem a adaptar as suas opções quanto ao emprego remunerado às exigências do cuidado das crianças.³⁸ Daí a relevância dos cuidados infantis acessíveis e económicos para a liberdade das mães no tocante ao exercício de um emprego remunerado.³⁹

O impacto da regulamentação e das leis vai para além da modificação do equilíbrio da prestação de cuidados. As

políticas são importantes em áreas que abrangem desde a proteção contra a violência e a discriminação até ao acesso a serviços públicos. Contudo, o modo de conceção e implementação das medidas é parcialmente determinado pela participação política. Assim sendo, as quotas de discriminação positiva que incrementam a participação das minorias na política podem originar um compromisso institucional mais sólido para com a igualdade e a não discriminação. Apesar de ser uma jovem democracia (a sua primeira constituição foi ratificada em 2014), a Tunísia possui, atualmente, uma das leis de paridade de género mais progressistas do mundo. O país promulgou quotas relativas às candidaturas, à constituição e à lei eleitoral. Esta regulamentação garante a igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens em todos os níveis de responsabilidade e em todas as áreas, exigindo a apresentação de candidaturas com base na paridade entre homens e mulheres, de forma alternada. Em 2018, as mulheres ocupavam 47 por cento dos cargos autárquicos.⁴⁰ Quase todos os países com um elevado grau de representação política das mulheres têm medidas de incentivo análogas à discriminação positiva e às ações afirmativas.

As políticas podem, ainda, levar ao aumento da representação das raparigas nas áreas das ciências, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM; caixa 7.4). O Instituto Tecnológico da Costa Rica criou um centro de formação especializada com o objetivo de reforçar as competências das mulheres na área das CTEM e para o empreendedorismo. A instituição celebrou a sua primeira maratona de programação com a participação exclusiva de mulheres em

CAIXA 7.4

As opções e oportunidades das raparigas na área da programação

Na América Latina, 30 milhões de jovens não frequentam programas de ensino ou formação nem possuem emprego, dos quais 76 por cento são mulheres. Um outro desafio prende-se com o facto de os estudos não garantirem um futuro radioso às mulheres e raparigas: Menos de 20 por cento das mulheres da região transitam do estudo para empregos formais.¹

A Laboratória é uma organização sem fins lucrativos fundada em 2014 que se destina às raparigas de famílias com baixos rendimentos que enfrentam graves barreiras no acesso ao ensino superior. A associação combina o ensino aplicado à programação (incluindo campos de treino em programação com uma duração de seis meses), a formação socioemocional, uma participação aprofundada dos empregadores e serviços de colocação profissional, por forma a criar oportunidades para as alunas. Com atividades no Brasil, no Chile, no México e no Peru, atribuiu graus académicos a mais de 820 raparigas e pretende alcançar 5.000 jovens mulheres até 2021. Mais de 80 por cento das estudantes conseguem empregos como programadoras, o que, frequentemente, triplica os respetivos rendimentos.

As mulheres selecionadas defrontam-se com diversas barreiras, como o facto de residirem nos arredores das cidades e terem de viajar durante 2–3 horas até ao local das aulas ou terem crescido com a crença de que os empregos do setor tecnológico que exigem competências matemáticas estavam para lá do seu alcance. Nos cursos, as mulheres aprendem os rudimentos da programação de sítios Web, aplicações e jogos. As aulas seguem o modelo da sala de aula ágil, com uma aprendizagem que simula a experiência profissional. Quando as estudantes se aproximam da conclusão da formação e começam a procurar um emprego, a Laboratória atribui mentores da área das tecnologias. Empresas tecnológicas como a IBM, a Google, a LinkedIn e a Microsoft estabeleceram parcerias com a Laboratória, de modo a aumentar a oferta de programadoras. As empresas que participam no Talent Fest e o patrocinam têm prioridade no acesso à panóplia de talentos da Laboratória, embora os outros negócios também disponham da opção de pagar para consultar os perfis das estudantes.

Nota

1. OCDE 2017.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Guaqueta (2017), Laboratória (2019) e Banco Mundial (2013).

2018, recorrendo aos conhecimentos tecnológicos e no domínio das CTEM para impulsionar o desenvolvimento sustentável.⁴¹ A Universidade Cenfotec e o instituto estabelecem uma estratégia de seguimento para a criação de espaços de formação tecnológica e a prestação de apoio a todas as mulheres com interesse numa carreira na área das CTEM. A iniciativa NiñaSTEM (RaparigasCTEM), lançada no início de 2017 pelo governo mexicano, em parceria com a OCDE, convida as mulheres com carreiras ilustres no domínio da ciência e da matemática a serem mentoras, visitando escolas e exortando as raparigas a selecionarem disciplinas da área das CTEM e a serem ambiciosas.⁴²

Para que as raparigas optem pelas CTEM, é preciso que frequentem a escola. Algumas intervenções podem alterar os incentivos de modo a que as raparigas permaneçam na escola, ora através da prolação do casamento ora da redução do número de adolescentes grávidas. As transferências de rendimento têm-se revelado um fator de aumento da frequência escolar. O Zomba Cash Transfer Programme (Programa de Transferências de Rendimento de Zomba), no Malawi, um país em que a gravidez é a principal causa do abandono escolar feminino, ofereceu transferências, quer condicionais quer incondicionais, a raparigas que frequentavam a escola e a outras que tinham desistido recentemente. A iniciativa reduziu significativamente as taxas de prevalência do HIV, de gravidez e de casamento precoce e conduziu à melhoria das pontuações nos testes linguísticos.⁴³

Como no caso da educação, é importante ter em conta o modo como as mulheres podem ser especialmente vulneráveis às desigualdades no domínio da saúde devido às suas necessidades em termos de saúde sexual e reprodutiva. Esta última, que possibilita a agência e o controlo das mulheres sobre o seu próprio corpo e a sua fertilidade, ainda apresenta uma grande margem de melhoria. Em Tigray, na Etiópia, um modelo de prestação de serviços que alia a distribuição comunitária de contraceptivos ao marketing social beneficia as mulheres e as respetivas comunidades.⁴⁴ Em Bujumbura, a capital do Burundi, o governo inaugurou um módulo nacional de educação para a sexualidade, de feição abrangente, em todas as escolas, que visa capacitar as raparigas e mulheres através da consciencialização e do acesso a apoio quanto à saúde sexual e reprodutiva, bem como a serviços de planeamento familiar — e oferecer à comunidade uma plataforma de diálogo acerca da educação sexual e dos direitos sexuais e reprodutivos. O governo foi apoiado por organizações internacionais, incluindo o Fundo das Nações Unidas para a População, no desenvolvimento do modelo de clubes escolares e de dois manuais para professores e estudantes.⁴⁵

Por último, as normas sociais moldam os comportamentos e as crenças dos indivíduos no tocante à violência contra as mulheres. As políticas de prevenção podem visar tanto

as mulheres quanto os homens. A título exemplificativo, o SASA!, um programa concebido pela Raising Voices e implementado, pela primeira vez, em Kampala, no Uganda, visa as normas sociais tradicionais que perpetuam a violência contra as mulheres. Dirigido quer às mulheres quer aos homens, no seio dos agregados familiares, aborda o desequilíbrio de poder ao nível individual e estrutural, levando a que as comunidades repensem as dinâmicas das relações domésticas. Atualmente, os resultados do programa foram amplamente testados e normalizados, como sucedeu no Haiti e na Tanzânia, tendo sido alargado a 25 países.⁴⁶

Rumo às capacidades avançadas relativas aos choques climáticos e à tecnologia

É provável que as alterações climáticas e a tecnologia moldem as desigualdades ao nível do desenvolvimento humano no decurso do século XXI, uma temática explorada nos capítulos 5 e 6. As capacidades avançadas relacionadas com estes dois fatores prendem-se, em última instância, com o grau de capacitação das pessoas para se orientarem por entre as oportunidades e os desafios associados nas décadas vindouras.

Quanto às alterações climáticas, as capacidades avançadas abrangem as que permitem a preparação e a resposta das pessoas não apenas aos choques com precedentes históricos, como também às perturbações mais inauditas que as alterações climáticas, provavelmente, acarretarão. Os seguros podem ser uma fonte de auxílio neste aspeto. O artigo 8.º do Acordo de Paris de 2015, relativo à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, apela à criação de mecanismos de seguro de riscos, mecanismos de partilha de riscos climáticos e outras soluções com base em seguros.⁴⁷ Nesse mesmo ano, o Grupo dos 7 lançou uma iniciativa de seguros contra riscos climáticos, comprometendo-se a alcançar 400 milhões de pessoas não seguradas em países pobres.⁴⁸ Os seguros, no entanto, apresentam desafios bem conhecidos (como o risco moral e a seleção adversa), que implicam a necessidade de uma regulamentação adequada. O mesmo aplica-se à conceção de sistemas de seguros relacionados com o clima. Os microsseguros baseados em índices, que associam os pagamentos a parâmetros meteorológicos independentemente verificados, como a pluviosidade, podem solucionar alguns destes desafios, tendo, igualmente, sido propostos e estabelecidos agrupamentos de seguros geridos por países soberanos.⁴⁹

Ainda assim, as alterações climáticas envolvem desafios únicos — e quiçá limitações — quanto à viabilidade e ao funcionamento dos seguros, caso a partilha dos riscos seja difícil. Prevê-se que as alterações climáticas afetem vastas áreas geográficas de um modo semelhante. À medida que a correlação entre os riscos aumenta, os benefícios

Quanto às alterações climáticas, as capacidades avançadas abrangem as que permitem a preparação e a resposta das pessoas não apenas aos choques com precedentes históricos, como também às perturbações mais inauditas que as alterações climáticas, provavelmente, acarretarão

O obstáculo mais saliente à utilização da Internet móvel manifestado pelas próprias pessoas consiste nas limitações da literacia e das competências digitais: 34 por cento em África, 35 por cento na Ásia Oriental, 37 por cento na Ásia do Sul e 28 por cento na América Latina

da partilha de riscos possibilitada pelos seguros podem decrescer. Por exemplo, a probabilidade de os quatro principais países produtores de milho sofrerem uma perda simultânea de produção superior a 10 por cento é, atualmente, próxima de zero. No entanto, à medida que as temperaturas se aproximam de um aumento de 2 °C, que o rendimento médio diminui e que a variabilidade absoluta aumenta, a probabilidade cresce para 7 por cento. Com um aumento de 4 °C, ascende a 86 por cento.⁵⁰

As políticas — locais, nacionais e internacionais — desempenham, deste modo, um papel fulcral na conceção e implementação de seguros relacionados com o clima que incluam as pessoas pobres e vulneráveis. As políticas podem apoiar a aplicação de novas tecnologias. Os drones, por exemplo, têm-se revelado promissores no tocante à recolha de dados precisos acerca dos danos causados às colheitas e propriedades pelas condições meteorológicas. Poder-se-ia, em alternativa, oferecer subsídios diretos aos prémios de seguros e até condicioná-los à prova de rendimentos.⁵¹ Os resseguros serão igualmente importantes para a acessibilidade dos prémios, especialmente nos casos em que os seguros são de âmbito local e os perfis de risco climático são bastante homogêneos.

O relatório especial de 2018 do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas aborda as trajetórias de adaptação específicas de cada local enquanto oportunidades para a correção de desigualdades estruturais, desequilíbrios de poder e mecanismos de governação que originam e exacerbam desigualdades ao nível dos riscos e impactos climáticos.⁵² Contudo, o relatório adverte para a possibilidade de essas trajetórias reforçarem, igualmente, desigualdades e desequilíbrios. A título de exemplo, as narrativas de adaptação centradas na autossuficiência podem intensificar os custos climáticos suportados pelas pessoas pobres e pelos grupos marginalizados.

O relatório especial elenca, ainda, trabalhos recentes de investigação que associaram a mitigação das alterações climáticas a longo prazo e as trajetórias de adaptação a ODS individuais, em diferentes medidas. Exorta à adoção de abordagens mais próximas do paradigma “nexus”, que investiguem um subconjunto de dimensões do desenvolvimento sustentável em simultâneo. Entre os exemplos, inclui-se um “nexus” água-energia-clima, tirando partido dos percursos socioeconómicos partilhados, de uso comum. Aplicando novos métodos às projeções relativas à pobreza e à desigualdade, as avaliações com base nos percursos socioeconómicos partilhados têm sido empreendidas em relação às implicações dos impactos evitados e das necessidades conexas de adaptação para o desenvolvimento sustentável local.

O foco no desenvolvimento sustentável pode reduzir a exposição aos riscos climáticos das populações vulneráveis à pobreza em várias ordens de magnitude,⁵³

inclusive através da construção de narrativas que promovam análises mais centradas nos ODS, sendo o clima um dos objetivos, entre outros ODS.⁵⁴

No tocante à tecnologia, o capítulo 6 ressalva a importância da potenciação das mudanças tecnológicas para a inclusão e a sustentabilidade, assim como o papel crucial que a “conetividade” desempenha na capacitação dos países e das pessoas para o aproveitamento do potencial das tecnologias digitais e de inteligência artificial. Ainda que o impacto da tecnologia sobre o desenvolvimento humano transcenda o acesso, a discussão, neste ponto, exemplifica as medidas passíveis da consolidação das capacidades (sem dar a entender que se trata da resposta política mais importante). O capítulo 6 documenta a divergência no acesso às tecnologias avançadas de comunicação, que se deve, em parte, à discrepância dos custos relativos. A Comissão de Banda Larga definiu uma meta para 2025: serviços elementares de banda larga (1 gigabyte) a um custo inferior a 2 por cento do rendimento nacional bruto mensal per capita. À data, a maioria dos países desenvolvidos, quase metade dos países em vias de desenvolvimento que não pertencem ao grupo dos países menos desenvolvidos e uma pequena parte destes últimos cumpriram a meta.⁵⁵

Em todo o caso, o obstáculo mais saliente à utilização da Internet móvel manifestado pelas próprias pessoas consiste nas limitações da literacia e das competências digitais: 34 por cento em África, 35 por cento na Ásia Oriental, 37 por cento na Ásia do Sul e 28 por cento na América Latina.⁵⁶ De facto, mais de metade da população mundial carece de competências básicas no domínio das tecnologias de informação e de comunicação. Existem diferenças significativas entre os grupos de rendimento. A título de exemplo, nos países com um rendimento médio-baixo, apenas 6 por cento dos adultos já enviaram uma mensagem de correio eletrónico com um ficheiro em anexo, em comparação com 70 por cento nos países desenvolvidos.⁵⁷ Assim, a educação, quer dos jovens quer das pessoas mais velhas, será fundamental para o incremento da literacia digital.

A conectividade também pode ser melhorada através da oferta de serviços públicos de ligação sem fios em equipamentos públicos, tais como as bibliotecas e os centros comunitários. Singapura e a Macedónia do Norte são países pioneiros neste aspeto. Em 2005, Singapura implementou o programa Wireless@SG, destinado a ligar os cidadãos através de uma rede de pontos de acesso em edifícios públicos e comerciais. Em 2006, a Macedónia do Norte elaborou um plano para ligar 460 escolas primárias e secundárias e instalar 680 quiosques de ligação sem fios, com um acesso gratuito a serviços de Internet. A Indonésia lançou,

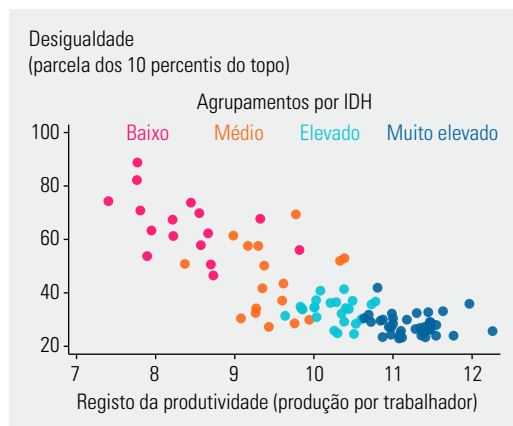
recentemente, um plano ambicioso que visa o acesso público em grande parte das suas 17.000 ilhas até 2022. Nas Filipinas, o Free Public Access Program (Programa de Acesso Público Gratuito) tem expandido a conectividade em todo o país: Em 2019, o número de pontos de acesso operacionais era de 2.677, estando previsto um acréscimo de 6.000 numa segunda fase. Na Tailândia, o governo está a alargar a conectividade a 4.000 aldeias. Já o governo da República Dominicana está a instalar 5.000 pontos de acesso. Em Madagáscar, o governo deu início a um plano para ligar as escolas e os hospitais.⁵⁸ De facto, o acesso à Internet é tão importante que está em vias de ser reconhecido como um direito. Em 2016, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução que realça a importância de “aplicar uma abordagem abrangente, com base nos direitos humanos, à oferta e expansão do acesso à Internet,” solicitando que “todos os Estados envidem esforços no sentido de atenuar as muitas formas de disparidades digitais.” Esta expansão deve ser compatível com os princípios gerais dos direitos humanos: “os mesmos direitos que as pessoas têm fora de linha devem ser igualmente protegidos em linha, sobretudo a liberdade de expressão.”⁵⁹

Rumo ao aumento inclusivo do rendimento: Elevar a produtividade e reforçar a equidade

Os episódios de crescimento económico acelerado e transformação estrutural podem ser acompanhados do agravamento da desigualdade económica (capítulo 2),⁶⁰ mas uma maior produtividade laboral está associada a uma menor concentração do rendimento do trabalho no topo (figura 7.2).⁶¹ Embora a evolução destas duas variáveis não possa ser inferida através da mera análise de uma secção transversal, que representa um recorte temporal, a relação parece manter-se, ao longo do tempo, em todos os níveis de desenvolvimento humano (com exceção das economias do Grupo dos 7; figura 7.3). Este fenómeno sugere que as trajetórias que tanto produzem melhorias do desempenho económico, bem como maiores rendimentos do trabalho não concentrados no topo, não só são exequíveis, mas também comuns — mesmo que não sejam inevitáveis, porquanto estes dados não indicam a direção da causalidade.⁶² O desafio consiste, por isso, na identificação das políticas que se coadunam com um quadro de expansão inclusiva do rendimento.⁶³ Importa, ainda, ter em conta a sustentabilidade ambiental, em especial a crise climática, abordada no destaque 7.2, no final do capítulo.

FIGURA 7.2

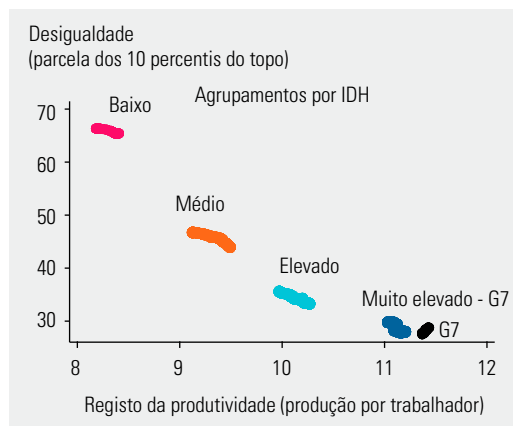
Uma maior produtividade laboral está associada a uma menor concentração do rendimento do trabalho no topo



Nota: Inclui 94 países em relação aos quais estão disponíveis microdados.
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em dados da OIT (2019a).

FIGURA 7.3

A relação entre a produtividade laboral e a concentração do rendimento do trabalho aparenta manter-se ao longo do tempo, na maioria dos níveis de desenvolvimento humano



Nota: Inclui 94 países em relação aos quais estão disponíveis microdados.
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em dados da OIT (2019a).

A melhoria das capacidades de forma transversal à população desencadeia, igualmente, o potencial produtivo de um país. Nesta secção, discutem-se, no essencial, políticas no mercado e pós-mercado que influenciam o ritmo de expansão e a distribuição do rendimento. A distribuição do rendimento no mercado depende da medida em que as pessoas conseguem utilizar os seus ativos e capacidades, do retorno sobre os mesmos e da sua capacidade de resposta a choques.⁶⁴ As políticas que aperfeiçoam o funcionamento dos mercados são, deste modo, cruciais para o aumento da produtividade, determinando, de igual modo, a distribuição do rendimento. As políticas pós-mercado

Uma maior produtividade laboral está associada a uma menor concentração do rendimento do trabalho no topo. A melhoria das capacidades de forma transversal à população desencadeia, igualmente, o potencial produtivo de um país

refletem escolhas essenciais quanto aos impostos, às transferências estatais e à despesa pública. A segunda metade deste capítulo contempla políticas que se inserem nestas dimensões.

Equilibrar o poder: Mercados laborais equitativos e eficientes

A maior parte das pessoas auferem rendimento do seu trabalho (algumas também recebem mais-valias), o qual é determinado, em grande medida, pelo modo de organização e regulamentação dos mercados. Por conseguinte, os mercados laborais e o mundo do trabalho são fatores determinantes da desigualdade de rendimento. Exemplificando, o aumento do rendimento do trabalho nos segmentos próximos da base da distribuição foi vital para a redução da desigualdade de rendimento, na década de 2000, em alguns países latino-americanos.⁶⁵

Os mercados não são uma base em que os governos intervêm;⁶⁶ estão, ao invés, incorporados na sociedade (utilizando a expressão de Karl Polanyi).⁶⁷ Além disso, os resultados dos mercados são moldados por uma série de políticas e instituições, algumas das quais são objeto desta secção. Por exemplo, os sindicatos munem os trabalhadores de capacidade de negociação coletiva na sua parcela de rendimentos, exercendo a sua agência e contribuindo para o desfecho das negociações, dando forma à distribuição do rendimento no mercado.⁶⁸ Devido, em parte, à fragmentação da produção decorrente da globalização, a adesão aos sindicatos tem vindo a tornar-se mais difícil, acarretando o declínio da sua influência em muitos países,⁶⁹ apesar das variações transnacionais e ao longo do tempo.⁷⁰ Embora a relação entre as mudanças ao nível da desigualdade no desenvolvimento humano e as vicissitudes da sindicalização varie entre os países, na prática, a promoção da equidade através do fortalecimento dos sindicatos é compatível com o incremento contínuo da produtividade.⁷¹

As políticas e instituições assentes no respeito pelos direitos humanos determinam a configuração da ilicitude dos mercados laborais, banindo práticas como a escravatura, o tráfico de seres humanos, o trabalho infantil, a degradação humana, o assédio e a discriminação.⁷² Contudo, além da erradicação destas práticas, de que modo podem as políticas no mercado contribuir para uma distribuição mais justa do rendimento sem prejudicar os incentivos à produtividade? As políticas que reforçam a participação das mulheres no mercado de trabalho, numa conjuntura em que as mães e os prestadores de cuidados reúnam as condições de capacitação para o exercício da livre escolha anteriormente

discutidas neste capítulo, alcançariam, claramente, ambos os objetivos (caixa 7.5). O remanescente desta secção abrange outras instituições e políticas relevantes para o mercado de trabalho.

Monopsónios, salário mínimo e eficiência

Uma outra política importante para o mercado laboral é o salário mínimo, que existe em 92 por cento dos países.⁷³ À medida que a negociação coletiva nas empresas se torna mais desafiante, as negociações mais amplas ao nível subnacional ou nacional parecem estar a assumir uma relevância crescente enquanto forma de proteção dos interesses dos trabalhadores.⁷⁴ O salário mínimo é um instrumento de repercussão dos ganhos em termos de produtividade no rendimento dos trabalhadores com um poder negocial limitado. Porém, um salário mínimo demasiado elevado pode reduzir o nível de emprego ou incentivar o trabalho informal.

De um modo transversal aos países, os salários mínimos evidenciam uma relação negativa com a desigualdade ao nível do rendimento do trabalho (figura 7.4).⁷⁵ Este vínculo não estabelece qualquer tipo de causalidade, embora se coadune com a literatura que postula que um salário mínimo pode, se devidamente ajustado, levar ao aumento dos salários dos grupos com baixos rendimentos, surtindo um efeito limitado sobre o emprego.⁷⁶ A função distributiva está, por seu turno, associada à produtividade.

O salário mínimo pode ser um instrumento de eficiência nos casos de monopsonio (empresas com um poder excessivo sobre o mercado de trabalho, a que o capítulo 6 faz alusão) ou quando a economia faz aumentar a produtividade em resposta ao incremento dos custos laborais.⁷⁷ Com efeito, é provável que o monopsonio agrave a desigualdade, reduzindo a parcela do trabalho.⁷⁸ Quanto mais elevado for o grau de concentração, maior será o poder das empresas sobre o mercado laboral para a determinação dos salários, dada a falta de alternativas de emprego dos trabalhadores. Nalguns casos, as empresas podem cooperar entre si, de forma a reduzir ainda mais os salários.⁷⁹ O monopsonio é mais comum nos casos em que a mobilidade geográfica do trabalho é reduzida, quer devido a leis análogas aos requisitos de residência quer à baixa qualificação dos trabalhadores, que os torna facilmente substituíveis.

Em tais casos, as políticas públicas podem desempenhar um papel fundamental. Embora as opiniões se dividam no tocante à redução do emprego pelo salário mínimo em mercados competitivos, quando o poder sobre o mercado laboral se concentra nas empresas, o salário mínimo pode, na verdade, levar ao aumento do

As plataformas geram registos digitais automáticos, pelo que existe uma oportunidade de implementação do salário mínimo no âmbito de novos tipos de formalização eletrónica do trabalho

A igualdade de género no mercado de trabalho

A contribuição das mulheres para as atividades económicas mensuradas não corresponde à sua parcela da população: É muito inferior à plenitude do seu potencial. Esta realidade tem importantes implicações macroeconómicas. Estima-se que o prejuízo, em termos de PIB per capita, atribuível às disparidades de género no mercado laboral ascenda a 27 por cento em algumas regiões.¹ A capacitação económica das mulheres fomenta resultados positivos ao nível do desenvolvimento, como a produtividade, e promove a diversificação económica e a igualdade de rendimento.²

As políticas destinadas a atenuar os preconceitos em função do género e garantir um salário igual podem estimular o crescimento económico e poderiam ser amplificadas através de uma maior presença de mulheres qualificadas no mercado de trabalho.³ As barreiras à participação das mulheres funcionam como travões à economia nacional, reprimindo a sua capacidade de crescimento. Por conseguinte, a implementação de políticas de eliminação de distorções do mercado e de criação de condições equitativas para todas as pessoas incrementariam a procura pelo trabalho das mulheres — influenciando, ainda, o lado da oferta, ao possibilitar o exercício da livre escolha das mulheres quanto à participação.⁴ Estas medidas abrangem desde alterações da regulamentação e das práticas discriminatórias até à garantia da igualdade salarial entre géneros e de condições de trabalho mais justas para as mulheres.

A reforma da regulamentação poderá exigir que as entidades patronais revejam as suas práticas remuneratórias ou apresentem cálculos das disparidades de género. Desde 2001, tanto a França quanto a Suécia têm pedido aos empregadores que revejam as respetivas práticas e desenvolvam um plano anual para a igualdade de género. A Austrália, a Alemanha, o Japão, a Suécia e o Reino Unido exigem que as organizações com número de trabalhadores igual ou superior a 250 publiquem os seus cálculos da discrepância

salarial entre os géneros.⁵ Atualmente, um salário igual por um trabalho igual só é constitucionalmente garantido em 21 por cento dos países.⁶

Entre os outros exemplos de melhoria da qualidade das condições de trabalho, contam-se a definição de critérios idênticos para a promoção de homens e mulheres, a implementação da flexibilidade laboral e o aumento da oferta de opções de cuidado, com vista à ampliação das escolhas. Na Bélgica, em França, na Alemanha e na Nova Zelândia, todos os trabalhadores das empresas com uma certa dimensão têm direito a solicitar condições flexíveis de trabalho. O Japão e a República da Coreia oferecem às mães e aos pais, respetivamente, um ano de licença intransmissível de parentalidade. Já os países nórdicos reservam, frequentemente, determinadas parcelas do período de licença de parentalidade à utilização exclusiva por cada um dos pais, durante alguns meses.⁷

Não basta adotar estas políticas se não forem complementadas por campanhas de formação ou de sensibilização que visem a alteração das normas sociais de género. Quanto ao local de trabalho, é muito importante mudar as atitudes em relação à prestação de cuidados e ao recurso a dispensas do trabalho por parte dos homens, de modo a que os pais que optam por fazê-lo não sejam estigmatizados. Esta medida pode contribuir para o equilíbrio da carga de trabalho doméstico e para a mudança das atitudes quanto aos papéis em função do género no seio dos agregados familiares. Como no caso de outras dimensões, o envolvimento dos homens é fulcral. Uma das formas de alcançá-lo é o estabelecimento de modelos masculinos a seguir, com vista ao fomento da mudança dos estereótipos em função do género. Entre as alternativas, inclui-se a consciencialização através campanhas de sensibilização, de forma a reconhecer o privilégio masculino, detetar sinais de sexismo e compreender a exclusão e os “micromachismos.”⁸

Notas

1. Cuberes e Teignier 2012. 2. FMI 2018. 3. Agenor, Ozdemir e Moreira 2018. 4. Elborgh-Woytek e outros 2013. 5. Governo Australiano 2019; OCDE 2017a. 6. Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da Gender Database do WORLD Policy Analysis Center 2019. 7. OCDE 2016. 8. Uma série de estratégias, gestos, comentários e ações do quotidiano que são subtis, quase impercetíveis, mas perpetuam e transmitem a violência com base no género entre gerações (Gómez 2014).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

emprego, nos casos em que funciona como um limiar de preço, impedindo que uma empresa com poder de monopólio, visando a maximização do lucro, reduza os salários por meio de uma menor contratação.⁸⁰ Estima-se que o efeito positivo sobre o emprego e os salários na base atenuem as desigualdades.

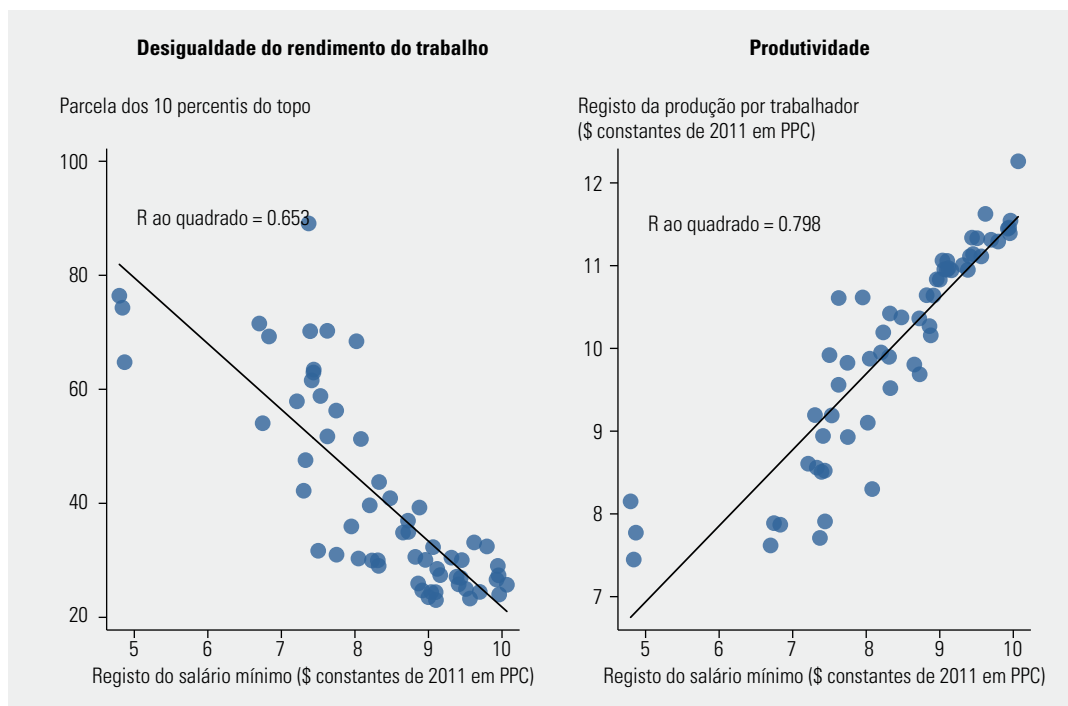
Os esforços suplementares de redução da desigualdade através da moderação do poder das empresas sobre o mercado laboral são prejudicados pela escassez de trabalhos de investigação e de dados acerca da temática do monopólio, sobretudo em comparação com a investigação e os dados relativos ao monopólio. Um indicador internacionalmente comparável e um conjunto de dados acerca do poder sobre o mercado laboral possibilitariam uma monitorização transversal aos países e a prontidão das medidas de redução do mesmo. Existe uma vasta margem de manobra política, uma vez que, em alguns casos, os salários dos trabalhadores são

comprimidos em 6 ou mais por cento em relação ao respetivo produto marginal.⁸¹

Os salários mínimos podem, ainda, ser eficazes em contextos com um elevado grau de informalidade. Segundo uma conceção errada comum, o setor informal, devido à inexistência de barreiras formais à entrada, é mais competitivo do que o setor formal. No entanto, a dificuldade da execução de contratos na economia informal pode criar um problema de quebra contratual (holdup), deixando os trabalhadores na incerteza quanto ao futuro pagamento após a conclusão do trabalho. Caso isso suceda, os empregadores dos mercados informais exercem um poder considerável sobre os seus trabalhadores.⁸² Este facto subverteria a preocupação com um potencial aumento da informalidade devido à regulamentação do mercado laboral, como no caso do salário mínimo. Quando este mecanismo se verifica, a aplicação do salário mínimo pode

FIGURA 7.4

Salário mínimo: uma ferramenta para a partilha dos frutos do progresso?



Nota: Inclui 60 países em relação aos quais estão disponíveis microdados e foi observado o salário mínimo. Dados referentes ao ano mais recente disponível.
 Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em dados da base de dados do ILOSTAT da Organização Internacional do Trabalho e em OIT (2019a).

Uma economia global mais integrada exige, igualmente, a cooperação internacional e normas que assegurem condições equitativas e evitem um nivelamento por baixo dos impostos

aliviar o problema de quebra contratual ao oferecer um instrumento de compromisso, o que poderá aumentar tanto a eficiência quanto a equidade.

Na Índia, a legislação relativa ao salário mínimo era, em larga medida, ineficaz, uma vez que a esmagadora maioria da população ativa está vinculada a contratos informais e dada a exiguidade da monitorização e responsabilização dos empregadores. No entanto, desde meados da década de 2000, essas leis têm desempenhado um papel importante, juntamente com a legislação em matéria de direito ao trabalho. O Mahatma Gandhi National Rural Employment Guarantee Act (Lei Mahatma Gandhi de Garantia do Emprego Rural) prometeu 100 dias de emprego por agregado familiar rural, remunerados de acordo com o salário mínimo oficial, em obras públicas iniciadas pelas administrações locais. A seleção dos trabalhadores do programa é efetuada pelas próprias pessoas desfavorecidas entre si, uma vez que o mesmo implica um trabalho físico árduo, remunerado segundo o salário mínimo. Esta iniciativa contribuiu para a aproximação dos salários praticados pelo mercado ao mínimo legal, para a mitigação do trabalho em condições de exploração e para a proteção dos direitos de grupos habitualmente discriminados, como as mulheres e os trabalhadores pertencentes às Castas e Tribos Registadas.⁸³

Na África Subsariana, um salário mínimo moderadamente superior apresenta uma correlação com um

crescimento económico mais acentuado, especialmente nos países mais pobres, sem qualquer redução apreciável do emprego.⁸⁴ Contudo, o salário mínimo só é extensível aos trabalhadores que auferem salários — os quais, nos países em vias de desenvolvimento, se cingem, não raro, ao setor formal, abrangendo, deste modo, uma pequena parcela do conjunto de trabalhadores.

Em suma, o salário mínimo pode ser um fator de equidade e eficiência, caso seja devidamente ajustado às condições locais, incluindo o crescimento da produtividade e a respetiva distribuição na economia, a presença de monopsonios e o nível de informalidade. As mudanças tecnológicas têm afetado estes parâmetros, conduzindo, frequentemente, ao aumento da produtividade, juntamente com o poder de monopsonio (ver capítulo 6). As plataformas geram registos digitais automáticos, pelo que existe uma oportunidade de implementação do salário mínimo no âmbito de novos tipos de formalização eletrónica do trabalho.⁸⁵ Conforme se observou anteriormente, a inserção do trabalho no setor formal ou informal pode ser importante.

Os desafios da informalidade

Em todo o mundo, 61 por cento dos trabalhadores por conta de outrem (2 mil milhões de pessoas) pertencem ao setor do trabalho informal. A taxa de informalidade é mais

elevada nos países em vias de desenvolvimento e emergentes (70 por cento) do que nos países desenvolvidos (18 por cento).⁸⁶ Em média, os trabalhadores informais são mais pobres, menos instruídos, têm uma menor produtividade e salários mais baixos, sendo, igualmente, mais vulneráveis a choques.⁸⁷ Contribuem, ainda, menos para os regimes de proteção social, o que constitui um obstáculo — quer do ponto de vista financeiro quer do ponto de vista do acesso — à consolidação de sistemas universais de elevada qualidade.⁸⁸

Embora a maioria dos trabalhadores informais, a nível mundial, sejam homens,⁸⁹ as trabalhadoras informais são particularmente vulneráveis.⁹⁰ Os trabalhadores familiares não remunerados, os trabalhadores industriais externos, as pessoas que trabalham em casa e os trabalhadores ocasionais são, maioritariamente, mulheres com baixos rendimentos e um elevado risco de pobreza, ao passo que os trabalhadores informais convencionais com salários mais elevados e um menor risco de pobreza são, com maior frequência, homens

étnicos. Os grupos com elevadas taxas de trabalho inseguro e de pobreza, em todo o mundo, são os vendedores de rua urbanos e as pessoas que trabalham a partir de casa cuja produção se insere em cadeias globais de abastecimento.

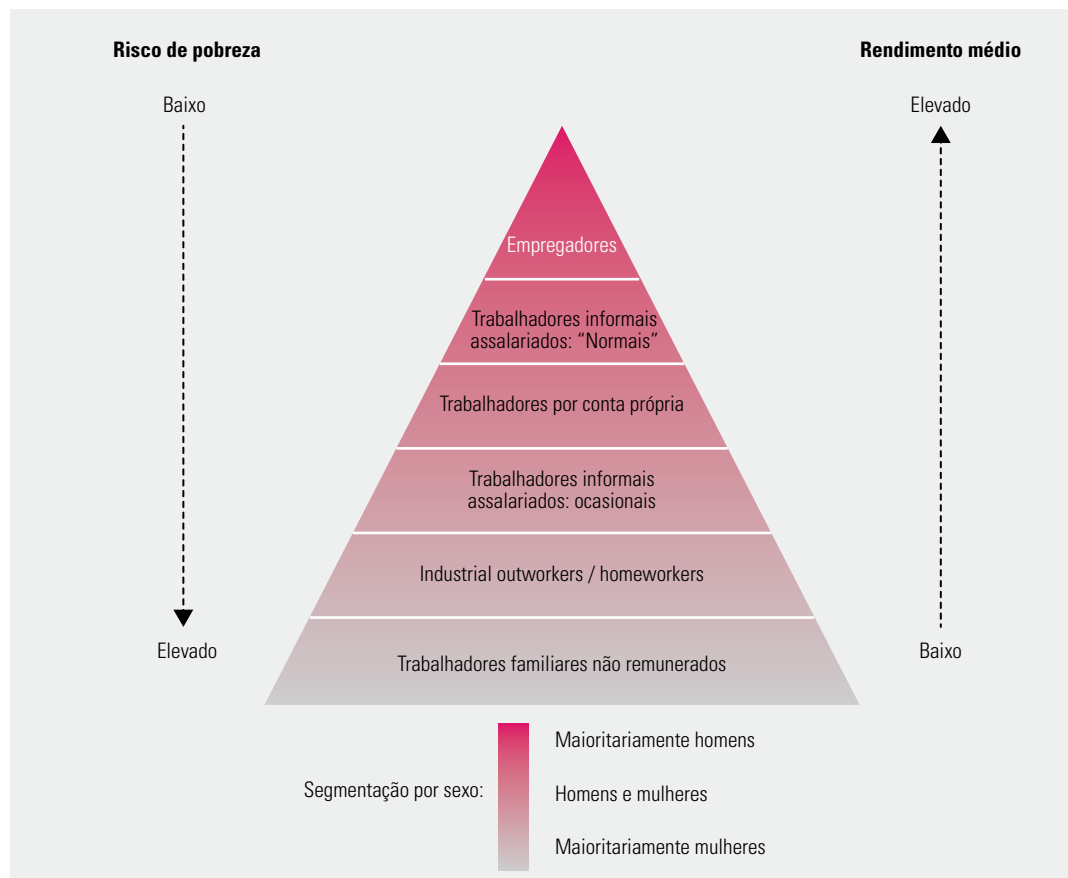
O desafio consiste em criar um mecanismo de formalização, fazendo face a algumas das causas estruturais — um baixo nível de instrução e de saúde e setores com uma reduzida produtividade — e oferecendo, simultaneamente, opções de proteção social, com uma combinação flexível que poderá aliar sistemas contributivos e não contributivos para garantir a sustentabilidade financeira.⁹¹

Existem diversas estratégias complementares, dada a heterogeneidade das condições que os trabalhadores informais enfrentam. Alguns países adotam uma abordagem que parte do topo para a base, alargando as proteções e os benefícios que os trabalhadores formais usufruem às pessoas que trabalham em casa e a outros subcontratantes. É, igualmente, possível adotar estratégias de proteção dos trabalhadores que partem da base para o topo. A organização dos trabalhadores, em especial das mulheres desfavorecidas,

O desafio consiste em criar um mecanismo de formalização, fazendo face a algumas das causas estruturais — um baixo nível de instrução e de saúde e setores com uma reduzida produtividade — e oferecendo, simultaneamente, opções de proteção social, com uma combinação flexível que poderá aliar sistemas contributivos e não contributivos para garantir a sustentabilidade financeira

FIGURA 7.5

Os trabalhadores familiares não remunerados, os trabalhadores industriais externos, as pessoas que trabalham em casa e os trabalhadores ocasionais são, maioritariamente, mulheres com baixos rendimentos e um elevado risco de pobreza, ao passo que os funcionários e trabalhadores informais convencionais com salários mais elevados e um menor risco de pobreza são, com maior frequência, homens



Fonte: Chen 2019.

O salário mínimo pode ser um instrumento de eficiência nos casos de monopólio (empresas com um poder excessivo sobre o mercado de trabalho) ou quando a economia faz aumentar a produtividade em resposta ao incremento dos custos laborais

em coletivos permite-lhes reunir ativos e competências para a produção de maiores quantidades de bens com uma qualidade superior, a aquisição de tecnologias e competências, bem como o reforço da sua voz ativa e agência, aumentando o seu poder negocial e a sua influência política.

A tecnologia pode contribuir para a transição da informalidade para uma melhor proteção dos trabalhadores. Uma grande parte dos modelos modernos de negócios assentam na recolha e utilização de grandes quantidades de dados acerca das ações dos consumidores e trabalhadores. Estes dados poderiam levar à melhoria das condições dos trabalhadores informais. As aplicações e os sensores podem facilitar a monitorização, por parte das empresas e dos parceiros sociais, das condições de trabalho e do cumprimento da legislação laboral nas cadeias de abastecimento. Os governos podem investir na incubação e no teste de tecnologias digitais, incluindo as cadeias de blocos, passíveis de contribuição para os pagamentos da segurança social às pessoas que trabalham em plataformas de trabalho.⁹²

Tornar as finanças inclusivas

O desenvolvimento financeiro pode potenciar o desenvolvimento económico através da redução das assimetrias ao nível da informação, solucionando problemas de escala e reafetando o capital de forma eficiente.⁹³ Ainda assim, permanecem questões em torno do agravamento da desigualdade devido ao excesso financeiro e, porventura mais importante, de qual o tipo mais inclusivo de finanças.⁹⁴

As provas empíricas são contraditórias. Alguns estudos concluem que o desenvolvimento financeiro reduz a desigualdade, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento.⁹⁵ Outros, no entanto, concluem que o aprofundamento financeiro conduz ao aumento da desigualdade, quer nos países em vias de desenvolvimento quer nos desenvolvidos.⁹⁶ Os possíveis veículos de agravamento da desigualdade, além da criação de rendas pelas instituições financeiras, são o aumento da remuneração dos executivos do topo da distribuição e do endividamento da base.⁹⁷ O Banco de Compensações Internacionais reexaminou a questão, com um enfoque na estrutura financeira e na sua relação com a desigualdade.⁹⁸ Ao analisar 97 países (quer desenvolvidos quer economias emergentes), descobriu uma relação não linear, em que o desenvolvimento financeiro reduz a desigualdade até um certo ponto, conduzindo, subsequentemente, ao seu aumento.⁹⁹

A análise da composição dos fluxos financeiros proporciona uma noção mais granular das finanças do que a mera consideração dos montantes. Elucida, de igual modo, os mecanismos que ligam o crescimento financeiro à desigualdade, para além dos que partem da premissa de que todo o crédito tem uma finalidade produtiva.¹⁰⁰ Os dividendos e o rendimento das rendas, assim como os juros e as taxas financeiras,

resultam em mais-valias que são desfrutadas, principalmente, pelas pessoas abastadas. Nalguns casos, o aumento das mais-valias favoreceu, no essencial, os 20 percentis do topo da distribuição do rendimento — a classe dos gestores profissionais — ao invés dos 1 por cento do topo.¹⁰¹ Na Zona Euro, a desigualdade ao nível da riqueza está intimamente associada às mais-valias decorrentes de títulos (ações), que beneficiam o topo da distribuição.¹⁰² Por outro lado, o crédito concedido a atividades produtivas leva a um crescimento do rendimento mais disseminado entre a maioria da população ativa.¹⁰³

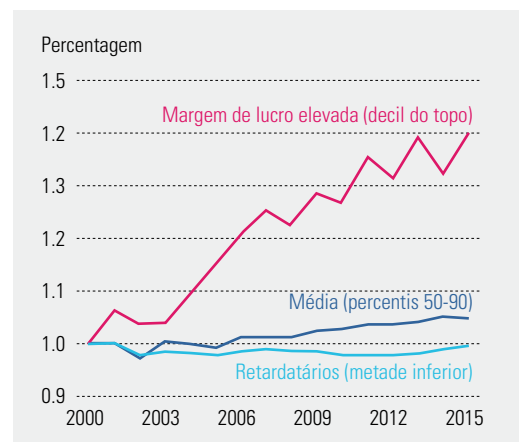
O crédito produtivo surtiu um efeito positivo sobre o crescimento económico em 46 países (tanto desenvolvidos quanto em vias de desenvolvimento, incluindo alguns dos países menos desenvolvidos).¹⁰⁴ Juntamente com a ligação entre a utilização do crédito e a desigualdade, estes dados alentam a defesa de políticas que incentivem o financiamento com um destino produtivo.¹⁰⁵ Um enquadramento regulamentar eficaz do setor bancário e financeiro é igualmente importante, na medida em que pode contribuir para a prevenção de crises bancárias ou financeiras — ambas com um grande potencial regressivo, dependendo do modo de resolução da crise.

Políticas de defesa da concorrência em prol de uma maior equidade

O crescente poder das empresas sobre o mercado (medido pelas margens de lucro) nas últimas décadas tem andado de mãos dadas com a redução da parcela de rendimentos do trabalho e, em muitos casos, com o agravamento da desigualdade (capítulo 6).¹⁰⁶ Este aumento foi impulsionado por empresas dos 10 percentis do topo da distribuição das margens de lucro (figura 7.6), tendo as empresas com uma utilização intensiva das tecnologias da informação e da comunicação

FIGURA 7.6

O crescente poder das empresas sobre o mercado, nas últimas décadas, tem sido impulsionado por empresas dos 10 percentis superiores da distribuição das margens de lucro



Fonte: Diez, Fan e Villegas-Sánchez 2019.

assistido a um aumento das suas margens de lucro significativamente superior ao das demais (capítulo 6).¹⁰⁷

Um maior poder das empresas sobre o mercado pode agravar a desigualdade, quando os acionistas e executivos acumulam mais riqueza do que os trabalhadores.¹⁰⁸ Alguns dados sugerem que as políticas de defesa da concorrência poderiam redistribuir a riqueza sem acarretar os custos indiretos da tributação, exercendo um efeito positivo sobre o conjunto da economia.¹⁰⁹ A concentração do mercado pode afetar significativamente os agregados familiares desfavorecidos (caixa 7.6). No caso dos que dispõem de menos opções para a diversificação das despesas, o menor poder de compra decorrente das práticas anticoncorrenciais, como o conluio e o monopólio, traduz-se na redução das capacidades.¹¹⁰ É, no entanto, necessário cautela ao avaliar a concentração em vários mercados. O aumento da concentração das receitas ao nível nacional não implica, necessariamente, um maior poder sobre o mercado. Numa grande parte dos casos, em termos geográficos, os mercados dos produtos são locais, mas a concentração é medida ao nível nacional, pelo que reflete uma transição das empresas locais para as nacionais, ao invés do poder sobre o mercado. Este fenómeno torna necessária uma análise mais detalhada dos mercados individuais. As margens de lucro são igualmente difíceis de observar de um modo objetivo, visto que diferentes premissas e métodos de medição conduzem a diversos resultados quanto aos níveis e às tendências das margens de lucro.¹¹¹ Existe, ainda, uma diferença entre a concentração eficiente — devido à intensa concorrência dos preços, ao investimento em ativos incorpóreos e ao aumento da produtividade das empresas que lideram o mercado — e a concentração ineficiente — quando as empresas de topo estão entrincheiradas pela menor concorrência, pela existência de maiores barreiras à entrada, por um menor investimento e pelo crescimento da produtividade, a par do aumento dos preços.¹¹²

Nos casos em que a concentração é ineficiente, existem várias políticas exequíveis para a sua redução e a atenuação do seu impacto negativo sobre o crescimento inclusivo. A política mais elementar de defesa da concorrência é a deteção e punição do colusão. Em muitos países, os cartéis já são ilegais, embora se pudesse afetar mais recursos à aplicação da lei. As fusões constituem outra forma de concentração do mercado e uma aplicação mais rígida da legislação nesta matéria poderia contribuir para fazer face ao incremento do poder sobre o mercado, ao criar entraves legais às fusões passíveis da asfixia da concorrência. As políticas podem, ainda, impedir que as empresas dominantes se sirvam da sua posição e do efeito de rede para excluir a concorrência dos mercados, através de uma investigação mais rigorosa de tais casos. Entre os demais exemplos de políticas, contam-se a redução dos requisitos de licenciamento de certas profissões e das restrições legais que protegem a posição das empresas já instaladas, bem como a regulamentação dos

monopólios através dos preços ou, no caso das empresas tecnológicas, por meio de normas quanto à propriedade dos dados, à privacidade e às interfaces abertas.¹¹³

Uma vez que os princípios jurídicos que subjazem à legislação de defesa da concorrência variam consoante os países, as empresas globais defrontam-se com uma regulamentação heterogénea. Ao longo dos últimos anos, os reguladores europeus têm sido particularmente ativos no tocante à fiscalização de potenciais práticas anticoncorrenciais das grandes empresas de tecnologias — a exemplo da multa de € 8,25 mil milhões imposta pela Comissão Europeia à Google em 2017–2019.¹¹⁴

A progressividade fiscal ao serviço do desenvolvimento sustentável

A redistribuição através da tributação e da despesa pública é um dos principais fatores determinantes para a desigualdade, não apenas ao nível do rendimento, mas também das capacidades afetadas pela educação, pelos cuidados de saúde e por outros serviços públicos. É provável que, em muitos países, várias das políticas discutidas na primeira metade deste capítulo impliquem uma maior delapidação dos recursos públicos. Deste modo, a importância dos regimes dos impostos diretos sobre o rendimento e das transferências não se cinge à sua tendência para a redução da desigualdade em termos de rendimento disponível. As despesas com transferências em espécie, como a educação e a saúde, podem, igualmente, levar à redução das desigualdades ao nível das capacidades, que reduzem, por sua vez, a desigualdade de rendimento. Importa salientar que os episódios de diminuição das desigualdades quanto ao rendimento e às oportunidades se podem reforçar mutuamente.

O efeito da redistribuição sobre a desigualdade de rendimento pode ser observado por meio da comparação da desigualdade anterior e posterior ao pagamento de impostos e às transferências (diretas e em espécie). Embora a análise do impacto da redistribuição possa ser afetada por diferenças em relação aos conceitos de rendimento e às definições de “anterior” e “posterior” aos impostos e às transferências (ver destaque 3.3, no final do capítulo 3), os efeitos podem ser apreciáveis. De um modo geral, os dados apontam para uma maior magnitude dos efeitos da redistribuição nos países desenvolvidos, face aos países em vias de desenvolvimento (caixa 7.7).

A análise da incidência fiscal levada a cabo por Nora Lustig elucidou diversas características do impacto da redistribuição fiscal sobre as economias com um baixo rendimento e emergentes.¹¹⁵ A sua análise transcende os impostos diretos e as transferências (além das pensões), que predominam na literatura, englobando quer os impostos indiretos quer as estimativas dos benefícios monetários decorrentes

O crescente poder das empresas sobre o mercado (medido pelas margens de lucro) nas últimas décadas tem andado de mãos dadas com a redução da parcela de rendimentos do trabalho e, em muitos casos, com o agravamento da desigualdade

Como a concentração do mercado pode afetar desproporcionalmente as pessoas desfavorecidas

A compreensão dos efeitos distributivos da concorrência é central para a formulação de políticas. Tipicamente, os agregados familiares mais pobres são os mais afetados pela concentração do mercado, uma vez que consomem um conjunto mais homogêneo de bens, dispõem de menos oportunidades para a substituição do consumo e têm um acesso limitado aos mercados.¹ A indução de uma maior concorrência nos mercados concentrados poderia levar à redução da pobreza, ao aumento do bem-estar dos agregados familiares² e ao estímulo do crescimento e da produtividade.

O México é conhecido pelo seu historial de monopólios, incluindo a Telmex, no setor das telecomunicações de linha fixa (privatizada em 1990), e um oligopólio dos produtos de milho, um importante componente do cabaz típico dos agregados familiares. Assolados por uma baixa produtividade e um grau limitado de inovação, que originaram preços elevados para os consumidores, estes monopólios tornaram-se uma parte integrante do crescimento paradoxal do México, levando a uma majoração do preço dos bens consumidos pelos agregados familiares em 98 por cento, segundo estimativas recentes.³

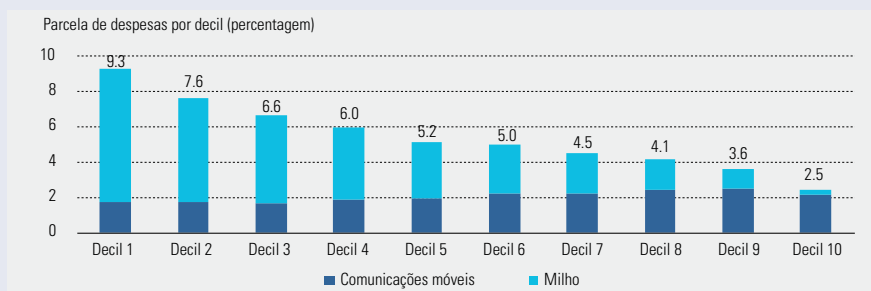
Um estudo que recorreu à ferramenta Welfare and Competition ("Bem-estar e Concorrência") para simular os efeitos distributivos de um aumento da concorrência nos setores das telecomunicações móveis e dos produtos de milho do México concluiu que o acréscimo da concorrência de 4 para 12 empresas, no setor das telecomunicações móveis, e a redução da quota de mercado do oligopólio dos

produtos de milho de 31,2 para 7,8 por cento reduziria a contagem de pessoas em situação de pobreza em 0,8 pontos percentuais e o coeficiente de Gini em 0,32 pontos (figura 1 da caixa).⁴

No setor das telecomunicações móveis, os ganhos relativos apresentam uma distribuição bastante igualitária entre os grupos de rendimento. Quanto aos produtos de milho, o decréscimo da concentração do mercado beneficiaria em maior grau os agregados familiares da base da distribuição do rendimento (em termos relativos), uma vez que destinam uma parcela maior do seu consumo a estes produtos. O milho é especialmente importante para o regime alimentar dos grupos com baixos rendimentos do México, pelo que, no caso dos agregados familiares dos quatro decis inferiores, a transição de um mercado concentrado para uma concorrência perfeita faria aumentar o rendimento médio em 1,6–2,9 por cento (figura 2 da caixa). Pelo contrário, o aumento no seio dos agregados familiares dos três decis do topo seria de apenas 0,4 por cento (embora o impacto absoluto aumente no caso dos decis com maiores rendimentos).

As políticas de incentivo à concorrência que reduzem a concentração de mercados fundamentais podem beneficiar os agregados familiares. O cenário hipotético demonstra que a concentração do mercado em setores fundamentais da economia mexicana reduz o bem-estar, sobretudo no seio dos agregados familiares pobres e vulneráveis. A transição para mercados concorrenciais, que figura entre os principais objetivos do governo mexicano, exige a remoção das imperfeições do mercado e das distorções económicas, de forma a potenciar o desempenho económico.

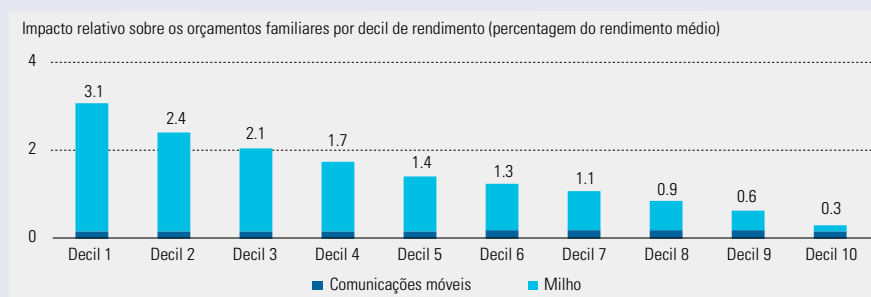
Figura 1 da caixa México: Parcela das despesas com telecomunicações móveis e milho, por decil de rendimento



Nota: A simulação assenta na premissa de que o mercado das telecomunicações móveis se comporta como um oligopólio e de que os mercados de milho se assemelham a um oligopólio parcial colusivo. Estima-se que a elasticidade do preço da procura se cifre em $-0,476$, quanto às telecomunicações móveis, e em $-0,876$, no caso dos produtos de milho.

Fonte: Rodríguez-Castelán e outros 2019.

Figura 2 da caixa México: Impacto relativo sobre os orçamentos familiares após a transição de um mercado concentrado para a concorrência perfeita, por decil de rendimento



Fonte: Rodríguez-Castelán e outros 2019.

Notas

1. Creedy e Dixon 1998; Urzúa 2013. 2. Atkin, Faber e Gonzalez-Navarro 2018; Busso e Galiani 2019. 3. Aradillas 2018. 4. A redução de 0,32 pontos do índice de Gini refere-se a uma escala de 0–100. Para mais pormenores, ver Rodríguez-Castelán e outros (2019).

Fonte: Com base em Rodríguez-Castelán e outros (2019).

O poder da redistribuição fiscal

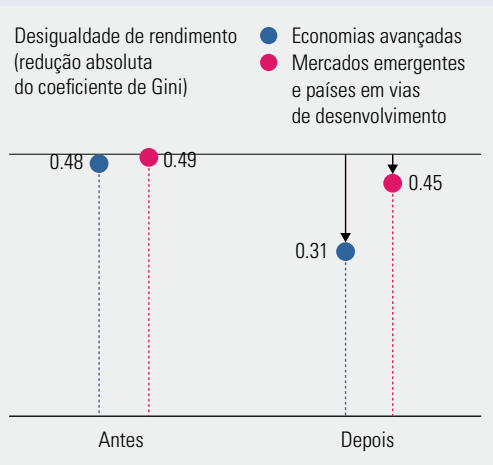
David Coady, Departamento de Assuntos Fiscais, Fundo Monetário Internacional

A política fiscal pode ser um grande contributo para a correção da desigualdade ao nível do rendimento e das oportunidades. Uma comparação da desigualdade de rendimento entre as economias avançadas e emergentes revela o efeito redistributivo dos sistemas de transferências e impostos diretos (figura 1 da caixa). Ao passo que, nas economias avançadas, as transferências e os impostos diretos reduzem o coeficiente de Gini em 0,17 pontos (de 0,48 para 0,31), essa redução é muito inferior, cifrando-se em 0,04 (de 0,49 para 0,45), nas economias emergentes e em vias de desenvolvimento, que abrangem países latino-americanos com níveis de desigualdade que se incluem entre os mais acentuados do mundo. Por conseguinte, em média, o impacto redistributivo das transferências e dos impostos diretos sobre o rendimento explica, quase na totalidade, a diferença entre a desigualdade de rendimento nas economias avançadas e emergentes.

O alcance redistributivo da política fiscal é maior quando a análise compreende o impacto das despesas públicas em espécie sobre a educação e a saúde. Por exemplo, o aumento da despesa com a educação tem sido essencial para o incremento do acesso à educação e a redução da desigualdade ao nível dos resultados educativos. À medida que um maior número de segmentos populacionais se estreia no mercado de trabalho, a desigualdade de rendimento diminui, visto que a desigualdade ao nível dos resultados educativos decresce e a maior reserva de capital humano leva à redução do retorno sobre um nível elevado de qualificação. O declínio da desigualdade em termos de resultados educativos levou a um decréscimo da desigualdade quanto ao rendimento disponível nas economias emergentes e em vias de desenvolvimento, entre 1990–2005, estimado em 2–5 pontos do índice de Gini, em média (figura 2 da caixa). Na América Latina, a melhoria dos resultados educativos foi o fator predominante da recente diminuição da

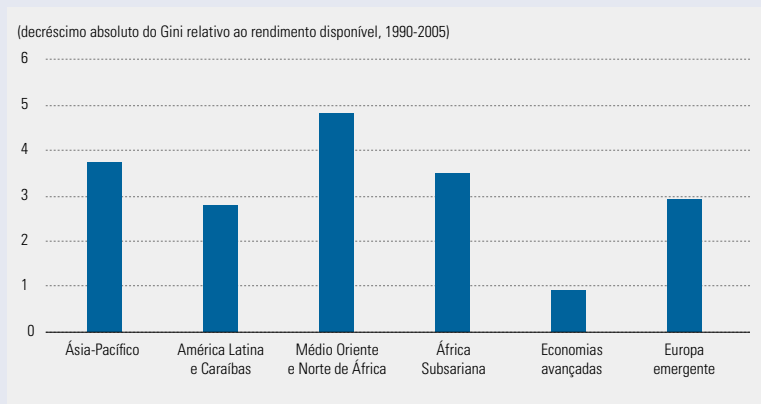
desigualdade de rendimento.¹ Do ponto de vista do crescimento inclusivo, a perspetiva da expansão do acesso ao capital humano constitui uma dupla vitória.

Figura 1 da caixa As transferências e os impostos redistributivos diretos explicam, quase na totalidade, a diferença entre a desigualdade de rendimento nas economias avançadas e emergentes



Nota: Os mercados emergentes e as economias em vias de desenvolvimento englobam os seguintes países: Argentina, Arménia, Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Etiópia, Geórgia, Gana, Guatemala, Honduras, Indonésia, República Islâmica do Irão, Jordânia, México, Nicarágua, Peru, Federação Russa, África do Sul, Sri Lanca, República Unida da Tanzânia, Tunísia, Uganda, Uruguai e República Bolivariana da Venezuela. Fonte: Com base em FMI (2017a).

Figura 2 da caixa Decréscimo absoluto do índice de Gini relativo ao rendimento disponível em virtude da redução da desigualdade quanto aos resultados educativos



Fonte: Coady e Dizioli 2018.

Nota
1. Azevedo, Inchauste e Sanfelice 2013.

Do ponto de vista do esforço fiscal, muitos países dispõem de uma margem para incrementar a redistribuição através do aumento das receitas fiscais

da prestação pública de serviços de saúde e educação (que consomem uma quantidade de recursos estatais muito superior tanto à das transferências diretas quanto das pensões). Corrobora o poder da redistribuição fiscal enquanto instrumento de correção da desigualdade de rendimento.¹¹⁶ Os impostos diretos líquidos e as despesas estatais com a saúde e a educação são sempre fatores de igualamento (medidos pela contribuição marginal para a redução da desigualdade). Mesmo os impostos indiretos, na maior parte das vezes, têm um efeito nivelador. O efeito igualitário das despesas com a saúde e a educação (incluindo, nalguns países, o ensino superior) é especialmente relevante: Não só são um fator mais poderoso de igualização, como também fomentam as capacidades relativas ao desenvolvimento humano.¹¹⁷

O impacto das políticas fiscais varia consideravelmente entre países. Esta variação pode dever-se a diferenças ao nível da dimensão dos impostos e do orçamento das transferências — ou seja, do esforço fiscal — e da progressividade dos impostos e das transferências — isto é, da progressividade fiscal (ver também o destaque 7.3, no final do capítulo).

Do ponto de vista do esforço fiscal, muitos países dispõem de uma margem para incrementar a redistribuição através do aumento das receitas fiscais. Um estudo recente, no intuito de perceber se as taxas de imposto (sobre o rendimento de pessoas singulares) são ideais para a maximização das receitas, o que depende da sua reatividade face aos impostos, concluiu que as taxas de imposto se situavam significativamente abaixo dos níveis ótimos em todos os países analisados, o que implica que poderiam aumentar as taxas de imposto sem deixarem de aumentar as receitas.¹¹⁸ Alguns estudos concluíram, ainda, que, em muitos países, o decréscimo da progressividade da tributação não estava associado a um crescimento económico superior.¹¹⁹ Por conseguinte, todos os países incluídos no estudo tinham margem para uma maior redistribuição.¹²⁰

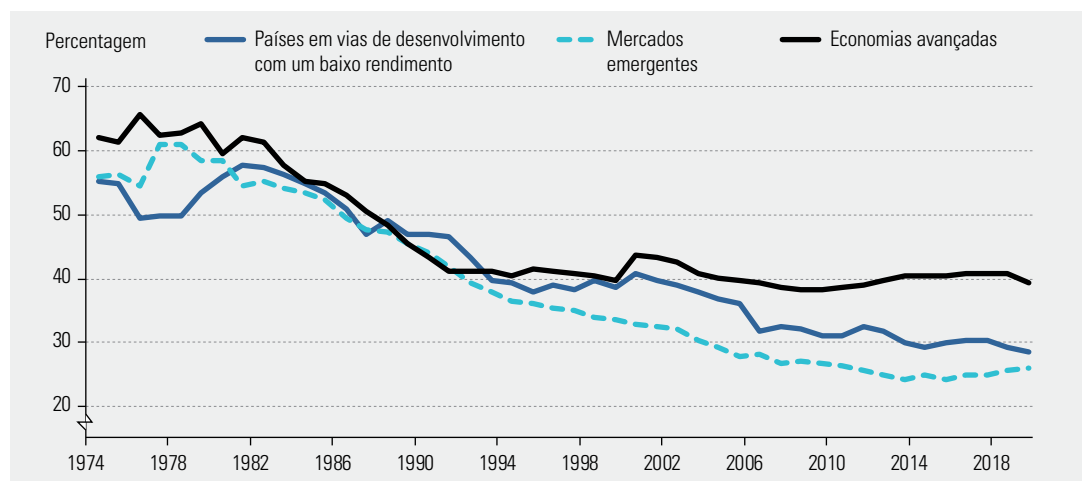
No entanto, as taxas de imposto têm vindo a diminuir. Por exemplo, a taxa marginal dos escalões mais elevados do imposto sobre o rendimento de pessoas singulares tendeu a decrescer, quer nos países desenvolvidos quer em vias de desenvolvimento, ao longo das últimas décadas (figura 7.7). As taxas do imposto sobre o rendimento coletivo também têm diminuído desde 1990, tanto nos países em vias de desenvolvimento quanto nos desenvolvidos.¹²¹

As atuais taxas reduzidas de imposto podem ser justificadas por vários fatores internos (capítulo 2).¹²² Além disso, a concorrência fiscal entre os países poderá, igualmente, ter sido um fator, sobretudo no caso dos impostos sobre o rendimento coletivo, conforme se discute adiante.

Os debates políticos mais recentes revisitaram a temática dos impostos sobre a riqueza, destinados quer a aumentar a receita pública quer a atenuar a desigualdade (ao nivelar o gradiente da riqueza e despendar os fundos angariados em serviços sociais públicos ou investimentos em infraestrutura). A vantagem da tributação da riqueza, especialmente dos imóveis, prende-se com a maior dificuldade da sua ocultação em relação ao rendimento, até um certo ponto. A tributação da riqueza é, de igual modo, altamente progressiva, devido ao grau muito elevado de concentração da riqueza no topo. Estima-se, contudo, que a diminuição da riqueza declarada pudesse ascender a 15 por cento, em resposta a tal imposto. De resto, entre os 12 países que aplicavam um imposto sobre a riqueza nos anos 90, apenas 3 (na Europa) mantêm esta medida.¹²³ Este facto deve-se, em parte, a preocupações quanto à eficiência e aos potenciais efeitos distorcivos sobre a economia.¹²⁴ A OCDE recomenda uma taxa reduzida de imposto, direcionada às pessoas mais afortunadas, com poucas isenções e a possibilidade de pagamento em prestações.¹²⁵

FIGURA 7.7

As taxas dos escalões superiores do imposto sobre o rendimento de pessoas singulares têm decrescido em todo o mundo



Fonte: Tax Policy Reform Database do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional.

Em todo o caso, a análise da progressividade deve ir além da progressividade de cada imposto — ou mesmo dos impostos agregados. Não basta simplesmente examinar a progressividade das taxas individuais de imposto, uma vez que os sistemas fiscais são concebidos quer com a receita quer com a despesa em mente. A progressividade das transferências líquidas tem um maior potencial informativo do que a progressividade dos impostos e das transferências individuais. A título exemplificativo, até um imposto eficiente, mas regressivo — como o típico imposto sobre o valor acrescentado — pode surtir um efeito igualitário se for complementado por transferências direcionadas à população pobre.¹²⁶

As avaliações da redistribuição fiscal devem, assim, contemplar a tributação e a despesa em conjunto.¹²⁷ As políticas públicas também podem maximizar o impacto da redistribuição, através do planeamento deliberado do modo de afetação dos recursos a diferentes grupos sociais e a diversas áreas de despesa. As políticas fiscais deveriam tender a uma maior despesa com os decis inferiores, por meio de um maior número de transferências (tanto diretas quanto em espécie) para os decis da base ou de uma maior despesa com programas de apoio a comunidades e grupos desfavorecidos. Os investimentos em bens públicos — incluindo o sistema educativo, as infraestruturas, o saneamento e a segurança — poderiam, de igual modo, beneficiar desproporcionalmente as pessoas dos decis inferiores que, de outro modo, não teriam acesso a esses serviços.

Não obstante o tipo de imposto, a redistribuição tem contado com um apoio crescente desde 1980 — pelo menos nos países da OCDE. O novo inquérito *Risks that Matter* (Riscos que Importam) da OCDE inquiriu mais de 22.000 pessoas, em 21 países, acerca da respetiva perceção dos riscos sociais e económicos, da sua opinião quanto à adequação da resposta dos governos a esses riscos e das políticas pretendidas e preferências quanto à proteção social. Na quase totalidade dos países da OCDE, mais de metade das pessoas inquiridas — sobretudo idosas e com baixos rendimentos — julgam que o respetivo governo deveria fazer mais pela sua segurança económica e social, embora este facto não implique, necessariamente, o apoio ao aumento das taxas de imposto.¹²⁸

Em suma, a redistribuição pode ser um poderoso instrumento de correção das desigualdades, quer ao nível do rendimento quer das capacidades. O esforço fiscal é uma das componentes desta ferramenta. O reverso da medalha da redistribuição é a progressividade fiscal, o modo como as transferências líquidas são imputadas — quem as sofre, de que modo e em que serviços públicos são despendidas e quem visam beneficiar. A decomposição destes dois aspetos revela uma grande variação — iniciando, deste modo, várias opções a ter em conta pelos países — do conjunto de políticas a adotar para a correção da

desigualdade. O que parece ser claro é o aumento do valor social da redistribuição nos casos em que a desigualdade é mais acentuada (ver destaque 7.3, no final do capítulo).

Novos princípios de tributação internacional

A globalização e a maior integração dos países acarretaram mais do que o mero aumento da circulação de bens, serviços, ativos financeiros e pessoas. As decisões das grandes empresas quanto à estruturação das respetivas cadeias de abastecimento podem moldar o investimento, a produção, o comércio, a migração e a tributação em todo o mundo. As cadeias globais de abastecimento desempenham um papel especial na configuração da produção industrial moderna e, nas últimas décadas, têm sido acompanhadas da distribuição da investigação e do desenvolvimento bem como de outros elementos¹²⁹ da cadeia de valor. As empresas multinacionais distribuem as suas atividades por várias cidades e países, de forma a tirar partido das diferenças ao nível dos custos, da disponibilidade de competências, da capacidade de inovação e das vantagens logísticas.

Os dados indicam que as repercussões internas das cadeias globais de valor contribuíram para os ganhos significativos em termos de produtividade e de rendimento que se verificaram em muitas economias.¹³⁰ É igualmente possível que exista uma relação com o aumento da desigualdade em alguns países em vias de desenvolvimento, através da valorização remuneratória das competências, e nas economias desenvolvidas em que ocorreu a deslocalização de postos de trabalho.¹³¹ Deste modo, uma economia global mais integrada exige, igualmente, a cooperação internacional e normas que assegurem condições equitativas e evitem um nivelamento por baixo dos impostos (em particular, sobre o rendimento coletivo), da transparência e da regulamentação.¹³²

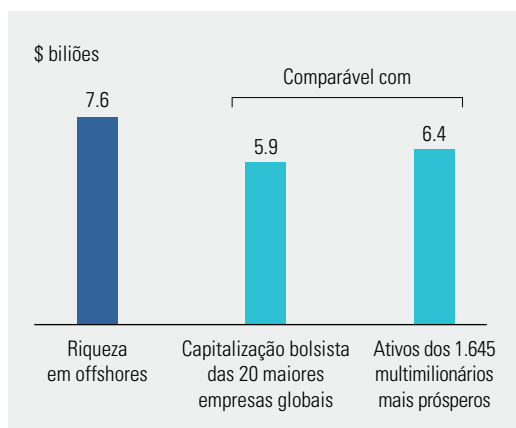
Consequentemente, a cooperação fiscal internacional deve garantir a preservação da transparência, de modo a detetar e dissuadir a evasão fiscal, a prevenção da transferência dos lucros das empresas multinacionais para ordenamentos fiscais com impostos reduzidos ou inexistentes, a obtenção pelos países da respetiva quota-parte legítima de impostos (especialmente face ao advento de novos modelos de negócio com uma utilização intensiva de meios digitais) e a possibilidade de consolidação, por parte dos países (em particular dos países em vias de desenvolvimento) de capacidades que lhes permitam fazer face a estes desafios.¹³³

As pessoas abastadas podem recorrer a centros offshore para ocultarem o seu dinheiro e reduzirem os seus encargos fiscais. Estima-se que a riqueza pessoal depositada em centros offshore, em 2014, se cifre em \$ 7,6 biliões, um montante superior à capitalização das 20 maiores empresas do mundo ou aos ativos acumulados pelas 1.645 pessoas mais afortunadas (figura 7.8).

As normas fiscais internacionais devem, igualmente, ser alteradas de modo a registar novas formas de criação de valor económico

FIGURA 7.8

A riqueza em offshores é maior do que o valor das empresas de topo ou dos multimilionários



Fonte: Com base em Zucman (2015), na Forbes e na classificação de empresas FT 500.

Em abril de 2016, o caso dos Panama Papers proporcionou um vislumbre da dimensão do problema. As projeções indicam um custo fiscal para os governos superior a \$ 190 mil milhões por ano.¹³⁴

Além disso, devido à mobilidade do capital, as grandes empresas multinacionais encontram-se, com frequência, numa posição de vantagem face os governos nacionais no que se refere ao montante de impostos que pagam e onde. Em agosto de 2016, a Comissão Europeia determinou que a taxa efetiva de imposto sobre o rendimento coletivo paga pela Apple se cifrava em 0,005 por cento no exercício de 2014, graças a um regime fiscal especial na Irlanda, que possibilitava o registo dos lucros de todas as vendas realizadas na Europa.¹³⁵

Estima-se que, em 2015, 40 por cento dos lucros globais das empresas multinacionais tenham sido imputados a ordenamentos fiscais com impostos reduzidos ou inexistentes.¹³⁶ De igual modo, nalguns ordenamentos com baixos impostos, a receita estatal aumentou à medida que as taxas de imposto decresceram.¹³⁷ Quando os lucros imputados a esses territórios não são gerados por atividades económicas subjacentes, esta prática é nociva. Em alguns casos, os governos dos países em que as atividades económicas subjacentes são realizadas perdem receita fiscal. Acresce que as empresas não estão a deslocar capital produtivo — o que poderia conduzir ao aumento dos salários e à redução da desigualdade nos países de acolhimento — mas antes o registo dos lucros. Os benefícios colhidos por esses países apresentam, tipicamente, uma acentuada concentração.

Têm sido envidados esforços significativos, na última década, para combater a evasão fiscal¹³⁸ por parte de indivíduos abastados, cujo exemplo mais notável é a participação de mais de 100 territórios no Fórum Global sobre

Transparência e Troca de Informações para efeitos Fiscais (Fórum Global). Além da partilha de informações a pedido, deu-se um passo significativo em direção à transparência fiscal através de quadros de intercâmbio automático de informações, como o Common Reporting Standard (Norma Comum de Comunicação), no âmbito do Fórum Global, e o US Foreign Account Tax Compliance Act (Lei de Cumprimento Fiscal relativa a Contas no Estrangeiro dos EUA). A primeira vaga de troca automática de informações, em 2017, e o grande volume que se seguiu, em 2018, possibilitaram o intercâmbio, pela primeira vez, de informações relativas a 47 milhões de contas em offshores — com um valor total na ordem dos € 4,9 biliões.

Verificou-se, igualmente, um reforço da coordenação global em matéria de combate à erosão da base de incidência fiscal e à transferência de lucros pelas empresas, designadamente através do Projeto BEPS do Grupo dos 20 e da OCDE. O projeto visa a fraude fiscal, estabelecendo normas internacionalmente acordadas e corroboradas por processos de revisão pelos pares, de forma a erradicar práticas fiscais nocivas e assegurar que os lucros sejam tributados nos locais em que as atividades económicas que os geram são realizadas.¹³⁹ Abrange, ainda, a avaliação dos regimes fiscais preferíveis pelo Fórum das Práticas Fiscais Prejudiciais. Nos casos em que o fórum considera um regime prejudicial, o respetivo ordenamento fiscal é obrigado a alterar ou abolir o regime em causa ou sujeitar-se à inclusão em listas negras, que pode acarretar consequências punitivas. Desde então, muitos territórios modificaram a sua legislação fiscal em conformidade com as normas internacionalmente acordadas no âmbito do projeto.

A colaboração internacional e a ação coletiva de ram, deste modo, resposta às práticas fiscais danosas e ao reforço da transparência fiscal. No entanto, são necessárias mais medidas. As empresas e os indivíduos abastados determinados em cometer evasão ou fraude fiscal continuarão a explorar as lacunas do atual enquadramento fiscal internacional. Por exemplo, os indivíduos podem recorrer à obtenção de autorizações de residência ou da cidadania através de planos de investimento, frequentemente designados por “passaportes dourados”, para evitar a declaração dos seus ativos depositados em offshores.¹⁴⁰ Os potenciais evasores fiscais podem, igualmente, ocultar a sua riqueza por meio de criptomoedas e ativos físicos, que, atualmente, não são abrangidos pelo quadro de troca automática de informações.¹⁴¹ Os intercâmbios de informação podem, ainda, ser assimétricos, devido à recolha por determinados territórios, no estrangeiro, de uma quantidade de informações relativas aos respetivos contribuintes superior à que partilham com os restantes.¹⁴²

Nos casos em que a concentração é ineficiente, existem várias políticas exequíveis para a sua redução e a atenuação do seu impacto negativo sobre o crescimento inclusivo. A política mais elementar de defesa da concorrência é a deteção e punição da colusão

As normas fiscais internacionais devem, igualmente, ser alteradas de modo a registar novas formas de criação de valor económico. Com a digitalização, as empresas da atualidade já não necessitam de manter uma presença operacional física para venderem os seus bens e serviços. Os modelos de negócio com base em redes digitais podem, ainda, gerar valor através de interações ativas e relevantes com uma vasta base de consumidores ou utilizadores. Algumas pessoas defendem que os territórios em que os utilizadores se situam deveriam poder tributar uma parcela dos lucros dos negócios em questão.¹⁴³ As discussões no seio do Grupo dos 20 e da OCDE expandiram, de igual modo, o seu âmbito para além dos negócios digitalizados, passando a incluir alterações generalizadas da economia na sua globalidade, com vista à reafetação dos lucros e dos direitos de tributação aos territórios onde se situam os mercados.¹⁴⁴

Quaisquer alterações de relevo das normas internacionais em matéria de tributação das empresas devem ser enformadas por princípios claros. A existência de condições equitativas é necessária para combater a fraude fiscal sem reduzir os incentivos para que os países invistam na sua competitividade e nas suas capacidades de criação de valor e sem deixar de obter os ganhos substanciais em termos de eficiência que as cadeias globais de valor oferecem.

Para além das normas fiscais que visam novos modelos de negócio, também se tem debatido a opção de uma taxa mínima de imposto transversal.¹⁴⁵ As taxas diferenciais de imposto poderiam, de igual modo, ser utilizadas para estimular o investimento no combate às alterações climáticas.¹⁴⁶ Os países em vias de desenvolvimento devem ter uma participação ativa nestas definições. O Quadro Inclusivo do BEPS constitui um esforço nesse sentido, embora as Nações Unidas permaneçam um fórum bem mais inclusivo para estas deliberações. Os princípios da eficiência e da equidade, desta feita segundo uma perspetiva global, devem ser uma peça central deste debate.

Pós-escrito: A escolha é nossa

No decurso das últimas três décadas, têm sido dados grandes passos no que toca ao avanço do desenvolvimento humano e ao reforço das capacidades. Contudo,

o progresso tem sido desigual. Existem grandes discrepâncias entre os países e no seu seio em relação a quanto tempo e quão saudavelmente as pessoas podem esperar viver, quanto podem aprender e quão elevado pode ser o seu nível de vida. Algumas das disparidades estão a decrescer, sobretudo no caso de capacidades básicas como a esperança de vida à nascença, o acesso ao ensino primário e a conectividade elementar, através de tecnologias como os telemóveis. Contudo, este decréscimo não é suficientemente rápido: O mundo não está em vias de erradicar as privações rudimentares até 2030. Além disso, entretanto, as disparidades ao nível das capacidades avançadas estão a agravar-se — a esperança de vida na terceira idade, o acesso ao ensino superior, as competências avançadas e a utilização de tecnologias de vanguarda.

É possível reduzir as desigualdades no desenvolvimento humano de uma forma sustentável. Uma vez que cada país tem as suas próprias características, não existe um percurso universal. Apesar da universalidade dos impactos das alterações climáticas e da tecnologia, o modo como afetam os países é variável. Assim, são necessários vários elementos para conceber uma trajetória específica para cada país, com base no diagnóstico dos fatores de origem da desigualdade em cada uma das dimensões contempladas no presente Relatório (e noutros). Entre o leque de medidas exequíveis em cada dimensão, os países devem selecionar as mais apropriadas e politicamente viáveis. As suas escolhas devem ser motivadas por uma visão pragmática dos aspetos que poderiam resultar, à luz do seu contexto e das respetivas instituições. As pessoas que ocupam a base da distribuição do rendimento ou das capacidades preocupam-se com o estreitamento da diferença em relação às que se encontram no topo, não com as políticas adotadas. Assim sendo, os países devem medir, avaliar e, se for caso disso, ajustar.

Há muitas formas de reduzir as desigualdades no desenvolvimento humano. O presente Relatório destina-se a auxiliar as pessoas responsáveis pela formulação de políticas e as partes interessadas de todo o mundo na compreensão dos desafios que enfrentam no tocante às velhas e novas desigualdades ao nível do desenvolvimento humano — e das opções de que dispõem para a sua correção. O modo como estas desigualdades irão evoluir no século XXI nada tem de inevitável.

O presente Relatório destina-se a auxiliar as pessoas responsáveis pela formulação de políticas e as partes interessadas de todo o mundo na compreensão dos desafios que enfrentam no tocante às velhas e novas desigualdades ao nível do desenvolvimento humano — e das opções de que dispõem para a sua correção

Destaque 7.1

Fazer face aos constrangimentos das opções sociais

Um sistema universal plenamente desenvolvido é exigente. Ainda que os recursos estejam disponíveis, a redução das desigualdades no desenvolvimento humano é uma escolha social. A política e o contexto importam. Existem interesses e identidades. Os elementos que condicionam as opções incluem a história e as normas sociais, a prevalência da desigualdade e o conjunto de recursos disponíveis, assim como as reivindicações conflitantes quanto à sua utilização.¹⁴⁷ As normas sociais são particularmente difíceis de alterar.¹⁴⁸ Mesmo que a legislação consagre direitos iguais, a sociedade pode abrir e fechar portas de um modo seletivo. A análise que o presente Relatório faz da desigualdade de género evidencia que as reações se tornam, com frequência, mais intensas em áreas onde está em causa mais poder, culminando, potencialmente, numa reação adversa aos próprios princípios da igualdade de género (capítulo 4). As políticas explícitas de desestigmatização e reconhecimento dos grupos com um baixo estatuto são relevantes para a redução das desigualdades.¹⁴⁹

Um dos desafios, em vários países em vias de desenvolvimento, prende-se com o modo de melhoria da cobertura existente e da qualidade dos serviços que já são prestados às pessoas mais desfavorecidas. Em muitos casos, este desafio só se torna evidente após a promoção de avanços ao nível das capacidades básicas mediante programas direcionados, a exemplo das transferências condicionais de rendimento.¹⁵⁰ As pessoas que ocupam posições superiores na escala de rendimentos poderão, entretanto, ter ampliado o seu

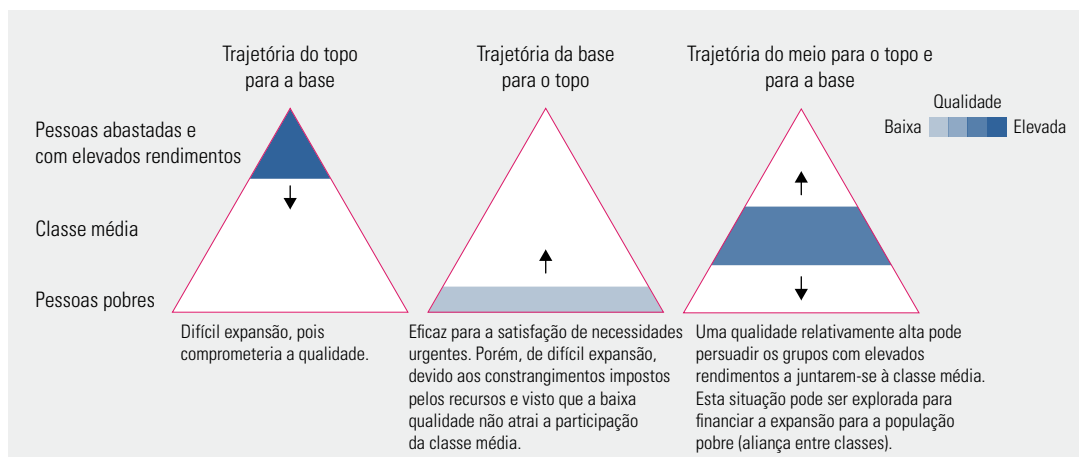
acesso a capacidades avançadas. A classe média pode ver-se cercada no meio. Quais poderiam ser os próximos passos?

A figura D7.1.1 identifica três trajetórias esquemáticas para a expansão quer da cobertura quer da qualidade dos serviços sociais, descrevendo alguns dos desafios políticos potencialmente associados a cada uma:

- A extensão, do topo para a base, dos benefícios associados a uma reduzida população ativa formal pode ser difícil de concretizar, uma vez que as pessoas que já são beneficiadas (no topo) têm poucos incentivos para o alargamento dos serviços às pessoas que ocupam uma posição inferior, caso julguem que isso dará azo à redução da qualidade. Poderão, ao invés, pugnar pela expansão dos benefícios de que já usufruem, ainda que isso exija deduções salariais mais avultadas. Frequentemente, dispõem dos recursos necessários para não participarem.
- O começo a partir da base da escala de rendimentos pode ser igualmente desafiante, caso a classe média evite a utilização de serviços que considere destinarem-se às pessoas pobres, preferindo, ao invés, recorrer às opções disponibilizadas pelo mercado. A classe média-alta pode, ainda, opor-se ao financiamento de serviços que beneficiem outros grupos.
- Partindo de um sistema unificado que abranja, inicialmente, os indivíduos que, não sendo pobres, são vulneráveis, como os trabalhadores formais com baixos salários, as políticas podem, em seguida, ser expandidas para o topo e para a base, desde que a ênfase recaia

FIGURA D7.1.1

Estratégias para o universalismo prático nos países em vias de desenvolvimento (desiguais)



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base na discussão in Martínez e Sánchez-Ancochea (2016).

sobre a qualidade (oferecendo, deste modo, incentivos à participação dos indivíduos com elevados rendimentos, sem deixar de possibilitar o alargamento às pessoas desfavorecidas). Esta abordagem, que foi bem-sucedida na Costa Rica, reduz o risco da criação de programas diferentes para as pessoas pobres e não pobres.

Ao fim e ao cabo, o caminho para o universalismo pode depender de uma combinação das três trajetórias, adaptada a cada contexto. Exemplificando, os países em que a previdência social abrange menos de 20 por cento da população carecem de uma trajetória política muito distinta em relação àqueles em que a proteção social alcança mais de 60 por cento. A consolidação de uma base ampla de apoio exige que as receitas provenham de uma variedade de fontes, incluindo a comparticipação por parte das pessoas com meios para tal, deduções salariais (dependendo da proporção de trabalhadores formais) e impostos, numa aceção geral. Nos países com profundas desigualdades horizontais, é igualmente importante constituir partes interessadas em diferentes comunidades e evitar a associação dos serviços a grupos específicos.

Nos países desenvolvidos, o desafio poderá consistir na manutenção de políticas sociais que facultem capacidades avançadas ao maior número possível de pessoas. Este tipo de sistemas são sustentáveis na medida em que funcionem para a maioria da população, sobretudo a classe média. Esta última tem sofrido erosão, recentemente, nos países da OCDE, nos quais a própria classe média considera ter sido cada vez mais deixada para trás no que diz respeito ao rendimento real, ao acesso económico a serviços de educação e saúde de qualidade e à segurança.¹⁵¹

Nos países em vias de desenvolvimento, o desafio consiste em consolidar as políticas sociais destinadas a uma classe média que permanece vulnerável. Quanto à América Latina, existem dados que indicam que a classe média paga mais pelos serviços sociais do que recebe dos mesmos. Este facto, aliado à percepção da baixa qualidade dos serviços de educação e saúde, alimenta a resistência à expansão das políticas sociais.¹⁵² Uma das consequências é a preferência por prestadores de serviços privados: A percentagem de estudantes que frequentam escolas privadas no ensino primário, na América Latina, aumentou de 12 por cento, em 1990, para 19 por cento em 2014.¹⁵³ Quanto maior for a parcela do setor privado, maior será a segmentação dos serviços sociais consoante os grupos.¹⁵⁴ O acrescimento dos recursos das pessoas que ocupam o topo seria uma resposta natural. No entanto, estes grupos, embora minoritários, têm sido, com frequência, um entrave à expansão dos serviços universais, servindo-se do seu poderio económico e político através de mecanismos estruturais e instrumentais (figura D7.1.2).¹⁵⁵

O que fazer quanto a tudo isto? A superação da narrativa das soluções de compromisso entre a eficiência e a redistribuição seria um importante primeiro passo, uma vez que os ganhos em termos de igualdade no desenvolvimento humano e de produtividade poderiam caminhar lado a lado, ao abrigo de determinadas políticas. O fortalecimento da capacidade e da autonomia do Estado para a redução da faculdade de conversão do poder económico em poder político também poderia ser um contributo — por meio da transparência, da promoção de uma imprensa livre independente e da abertura de espaços de atuação e diálogo social produtivo por parte de uma variedade de agentes.¹⁵⁶

FIGURA D7.1.2

O poder da elite económica e seus mecanismos de ação



Nota: O "poder estrutural" deriva do controlo, por parte da elite, das decisões relativas aos negócios e da sua influência sobre o investimento — e o crescimento económico. O "poder instrumental" refere-se à participação ativa do setor privado no processo político através de lóbis, da publicidade e de outras ferramentas de que muitos outros membros da sociedade poderão não dispor.

Fonte: Adaptado de Martínez e Sánchez-Ancochea (2019), com base em Fairfield (2015) e Schiappacase (2019).

Ter razão não basta: Para reduzir a desigualdade, é necessário um movimento que parta da base

Ben Phillips,
autor do livro *How to Fight Inequality*, por publicar
(Polity Press, outubro de 2020)

Trata-se de um feito notável. Apenas há alguns anos a esta parte, não existia qualquer consenso em torno da necessidade de combater a desigualdade. Hoje em dia, o caráter nocivo e perigoso da desigualdade é reconhecido por economistas de renome, pelo Fundo Monetário Internacional, pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico e pelo Banco Mundial. Além disso, todos os governos, ao adotarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, comprometeram-se a reduzir a desigualdade.

No entanto, a vitória ao nível das palavras não significou o triunfo na prática. As desigualdades continuam a agravar-se e o grosso da ação governativa é, na melhor das hipóteses, insuficiente para corrigi-las. O consenso corrente alterou-se e tem vindo a reconhecer a crise da desigualdade, sem que isso se tenha traduzido numa mudança suficiente ao nível da ação. O problema, no que se refere à derrota da desigualdade, não reside na incerteza quanto ao que deve ser feito, nem tão-pouco na junção do poder coletivo necessário para superar aqueles que se lhe opõem.

Alguns líderes assumiram o compromisso de fazer face à desigualdade sem a determinação em concretizá-lo; porém, mesmo quando os líderes estão mais predispostos à realização da mudança, não podem agir sem o respaldo que as pessoas comuns, quando se organizam, lhes podem oferecer. Lembremos a estória segundo a qual o presidente Lyndon Johnson dos EUA declarou a Martin Luther King, Jr. que "Eu sei o que tenho de fazer, mas tem de me obrigar a fazê-lo." A pressão que os 1 por cento, cada vez mais poderosos, exercem sobre os políticos é de tal ordem que até os mais bem-intencionados carecem de coação.

O motivo pelo qual a desigualdade é tão difícil de quebrar é o círculo vicioso que constitui. O desequilíbrio de poder que a concentração da riqueza acarreta — e a sua interação com a política, a economia, a sociedade e as narrativas — possibilita mais concentração da riqueza e o agravamento do desequilíbrio de poder. É este último que importa para a retificação da injustiça. Como demonstra a história — por meio do nascimento do estado social europeu, dos programas do New Deal e da Great Society, nos EUA, da educação gratuita no Quênia, do National Rural Employment Guarantee Act, na Índia, da gratuitidade dos medicamentos para o VIH na África do Sul e do declínio da desigualdade na América Latina, no início do século XXI — o ímpeto da ação de combate à desigualdade depende da pressão por parte da base.

De que forma é possível derrotar, novamente, a desigualdade? Da investigação e da observação, sobressaem três lições fundamentais.

Superar a subserviência

A primeira lição consiste na superação da subserviência. John Lewis, que participou na liderança do movimento pelos direitos civis, nos EUA, descreve o modo como, em criança, a sua mãe apelava: "Não te metas no caminho; não arranjes sarilhos." Todavia, já na adolescência, inspirado pelos ativistas que combatiam a desigualdade, apercebeu-se de que a concretização da mudança exigia que ele "arranjas sarilhos, sarilhos dos bons, sarilhos necessários." É também este o caso da ONG Treatment Action Campaign (Campanha de Ação pelo Tratamento), na África do Sul, em prol do acesso a medicamentos antirretrovirais, do movimento Gambia Has Decided (A Gâmbia Decidiu), destinado a garantir que o candidato vencido nas eleições se demitisse, conforme prometera, e dos trabalhadores sem terra da Bolívia, que exigiram acesso à mesma. Todos foram tratados como arruaceiros antes de serem reconhecidos por germinarem mudanças necessárias. Pode dizer-se o mesmo das sufragistas, que lutaram pelo direito das mulheres ao voto. Embora a resistência nem sempre resulte, a resignação nunca resulta. Além disso, não é possível dar início a profundas transformações sociais sem ser alvo de críticas — faz parte do caminho para uma maior igualdade.

Construir um poder coletivo

A segunda lição prende-se com a construção de um poder coletivo através da organização. Como reza o ditado, "Não existe justiça, só existimos nós." Mas "só nós" — organizados — somos poderosos. Jay

Naidoo, que dirigiu o movimento sindical que contribuiu para o desmantelamento do apartheid na África do Sul, sublinhou que "o poder é construído na base, aldeia a aldeia, rua a rua." A organização não se cinge às marchas. Tem que ver com todo o processo, com o que acontece nos interstícios entre os momentos mais visíveis. Tem que ver com a formação de grupos pelas pessoas, tornando-se suficientemente fortes para agir e mais difíceis de ignorar, suprimir ou explorar, devido ao seu poder coletivo. No Nepal, o Mahila Adhikar Manch, um movimento feminista de base, lançou fóruns femininos ao nível comunitário e distrital, organizando campanhas locais em torno da violência contra as mulheres. Após seis anos de iniciativas populares, as líderes das comunidades reuniram para dois dias de deliberação e constituíram um secretariado nacional. Desde então, o Mahila Adhikar Manch cresceu, tornando-se uma associação de membros que se propagou a mais de 30 distritos, contando com 50.000 aderentes.

As velhas divisões entre os grupos devem ser derrubadas para formar uma coligação vencedora. O Festival Usawa ("igualdade"), em Nairóbi, congrega, proposadamente, pessoas de áreas urbanas e rurais, jovens e idosos de todas as comunidades numa celebração e num processo de planeamento comuns, pois só o derrube de barreiras e a construção de uma comunidade permitirá a criação da unidade necessária à mudança. Do mesmo modo, a fronteira entre os sindicatos e os movimentos sociais nunca foi vencida nos seus momentos de maior eficácia. O movimento salvadoreño pela proteção da água enquanto bem público só foi eficaz, conforme observam os seus líderes, porque aliou segmentos tão amplos da igreja, dos movimentos sociais, da academia, dos grupos de moradores e das organizações não governamentais — uma coligação mais restrita não teria sido suficientemente forte para alcançar a vitória. William Barber II apelida estes movimentos de "coligações de fusão", uma vez que o seu poder decorre da junção de tantos grupos distintos.

Tecer uma nova história

A terceira lição consiste em tecer uma nova história da sociedade. Os anteriores triunfos contra a desigualdade fizeram-no e é, novamente, necessário tecer uma outra. Uma tal história não será criada nos textos das políticas. O movimento social mexicano assegurou a promulgação de uma reforma da legislação laboral, garantindo o acesso dos trabalhadores domésticos à segurança social e o seu direito a férias remuneradas, graças, em parte, à popularidade do filme Roma, que, embora não contenha qualquer mensagem política explícita, comoveu milhões de pessoas, levando a uma compreensão mais empática da sina dos trabalhadores domésticos. Do mesmo modo, é necessária uma nova narrativa para a transição dos velhos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio para os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que consagram uma renovada visão da reciprocidade. É, no entanto, necessária uma nova narrativa para dar-lhes vida. Alguns dos capítulos da estória poderão, eventualmente, proclamar que uma boa sociedade assenta nos valores segundo os quais queremos viver e nas relações que pretendemos manter, que, além do chão, é necessário um teto e que a nossa sociedade e economia são algo que podemos construir em conjunto.

Na encíclica Laudato Si, o Papa Francisco delineou uma visão que privilegia a comunidade, em detrimento da competição, e a dignidade, ao invés do materialismo.

A transição operada pelo reconhecimento do problema da desigualdade e pelo compromisso formal para com a sua correção foi uma condição necessária, mas insuficiente do combate à desigualdade. A análise das tendências e do impacto da desigualdade e o aconselhamento quanto às políticas a adotar para combatê-la são, igualmente, de uma importância capital, mas não bastam. A lição mais genérica da mudança social parece ser a de que ninguém salva ninguém: as pessoas libertam-se a si próprias, unindo-se. A mudança pode ser lenta, é sempre complexa e, por vezes, fracassa — mas só funciona desta forma. A mudança não se dá, conquista-se. Ao superar a subserviência, construir um poder coletivo e tecer uma nova história, a desigualdade pode prevalecer sobre a desigualdade.

Destaque 7.2

A produtividade e a equidade assegurando simultaneamente a sustentabilidade ambiental

A análise efetuada neste capítulo presume uma margem de crescimento económico em percursos que combinem a equidade e o aumento da produtividade. No entanto, ao longo das próximas décadas, os países defrontar-se-ão com a exigência de que os diferentes padrões de desenvolvimento mantenham o aquecimento global abaixo dos 2°C.¹

Consequentemente, os países poderão ter de recalibrar as ferramentas utilizadas para a promoção quer da equidade quer da produtividade de uma forma mais sustentável, que comporta novas oportunidades.² A questão reside em como abrir espaço para a expansão da produtividade de um modo que não destrua o planeta. Segundo o consenso exprimido pelo Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas, o mundo precisa de descarbonizar a economia, alcançando zero emissões líquidas até meados do século.³ Este objetivo exige uma mudança dos padrões de consumo, emprego e produção e da estrutura dos impostos e das transferências estatais, com implicações significativas para a distribuição do rendimento e o desenvolvimento humano.

Tome-se o exemplo dos preços do carbono — ora através de um imposto sobre o carbono ora de um regime de mercado para o comércio de licenças de emissão. Elevando o preço relativo das atividades que emitem carbono, com vista a um reflexo mais adequado dos respetivos prejuízos sociais, haveria incentivos à produção de uma menor quantidade de carbono. Os Estados Unidos foram pioneiros na adoção, com sucesso, de regimes de mercado para o comércio de licenças de emissão de alguns poluentes, designadamente o dióxido de enxofre, os óxidos de azoto e a gasolina com chumbo.⁴ No caso do carbono, o maior destes mecanismos é o Regime de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia, embora outros territórios estejam a planear ou ponderar a definição de preços para o carbono enquanto forma de cumprir os seus compromissos ao abrigo do Acordo de Paris, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, representando 55 por cento das emissões de gases com efeito de estufa.⁵ Ainda assim, apenas 20 por cento das emissões globais de gases com efeito de estufa são abrangidas por uma das 57 iniciativas de definição de preços para o carbono vigentes ou cuja implementação está agendada.⁶ Administradas por 46 ordenamentos jurídicos nacionais e 28 subnacionais, estas iniciativas geraram, aproximadamente, \$ 44 mil milhões em 2018, um aumento face aos \$ 11 mil milhões de 2017.⁷ Os preços do carbono apresentam uma ampla variação, entre um valor inferior a \$ 1 por tonelada de dióxido de carbono equivalente e \$ 127.⁸

Apenas 5 por cento das emissões de gases com efeito de estufa são abrangidas por um preço do carbono considerado suficientemente elevado para atingir os objetivos do Acordo de Paris.⁹ Cerca de metade das emissões abrangidas por preços do carbono têm um preço inferior a \$ 10 por tonelada de dióxido de carbono equivalente, bem abaixo do nível considerado necessário para combater as alterações climáticas.¹⁰

O aumento do preço do carbono, por si só, pode ser considerado regressivo, visto que as pessoas pobres despendem, geralmente, uma parcela superior do seu rendimento em bens e serviços com uma utilização intensiva de energia, em comparação com as pessoas abastadas.¹¹ Uma parte da investigação traça um retrato mais complexo: uma relação em forma de “U” invertido entre a parcela das despesas energéticas e o rendimento, levando à sugestão de que a definição de preços para o carbono pode, em média, ser regressiva no caso dos países com um rendimento per capita superior a cerca de \$ 15.000, mas progressiva no caso dos países mais pobres.¹² No entanto, o impacto das medidas de redistribuição fiscal sobre a desigualdade não deve ser encarado de uma forma parcelar e isolada da finalidade dos fundos angariados e da implementação da incidência fiscal, conforme a discussão do capítulo 7. Não existe qualquer fator mecânico que determine a inevitabilidade do cariz regressivo da definição de preços para o carbono.

Esta prática pode, por exemplo, reduzir a desigualdade se as receitas de um imposto sobre o carbono forem devolvidas aos contribuintes de acordo com um conceito orçamentalmente neutro designado por reciclagem de receitas. Um estudo realizado nos Estados Unidos demonstrou que, se apenas 11 por cento das receitas fossem devolvidas ao quintil inferior de rendimento, os respetivos agregados familiares não ficariam, em média, numa situação pior.¹³ A transferência fiscal poderia ser aumentada, quer mediante transferências de rendimento quer deduções fiscais, por forma a reduzir a desigualdade à medida que as emissões de carbono diminuíssem. A redução dos subsídios energéticos funciona de um modo idêntico à introdução de um imposto sobre o carbono, uma vez que ambos fazem aumentar o preço dos combustíveis fósseis. Um estudo levado a cabo na Índia revelou que o desfasamento dos subsídios energéticos e a devolução das poupanças estatais às pessoas sob a forma de um rendimento básico universal seriam medidas progressivas, beneficiando, significativamente, os mais desfavorecidos, que despendem, tipicamente, muito menos em energia do que as pessoas mais ricas.¹⁴

Caso sejam definidas metas ambiciosas para a redução das emissões, a definição de preços para o carbono pode gerar receitas contínuas ao longo de décadas, que poderiam, igualmente, ser despendidas noutras áreas importantes, como a saúde e a educação.¹⁵ Acresce que, na medida em que esses investimentos beneficiassem de sobremaneira as pessoas pobres e vulneráveis, a desigualdade ao nível do desenvolvimento humano também poderia diminuir. Algumas opções de reciclagem de receitas reduzem mais as desigualdades do que outras.¹⁶ Assim sendo, a definição de preços para o carbono mediante opções de reciclagem de receitas que promovessem a equidade poderia representar uma tripla vitória: uma forma de reduzir as emissões de carbono, atenuar ou evitar as desigualdades relacionadas com o clima e aliviar outras desigualdades ao nível do desenvolvimento humano.

Nos casos em que as oportunidades de reciclagem de receitas que promovem a equidade enfrentam constrangimentos no mundo real, alguns autores defendem alternativas, como o estabelecimento de preços do carbono específicos de cada setor, suplementados pela regulamentação e por investimentos públicos.¹⁷ Se é possível atribuir preços do carbono mais elevados a diferentes setores ou a diversos produtos e finalidades em que as pessoas abastadas tendem a despende o seu dinheiro, é possível definir preços do carbono mais reduzidos para áreas em que as pessoas desfavorecidas gastam dinheiro de um modo diferencial. Quanto a uma dada meta de redução de emissões, a combinação de preços diferenciados do carbono, da regulamentação direta e do investimento significa que as pessoas com maiores rendimentos suportarão, ex ante, uma maior parcela dos custos do respetivo cumprimento. Este tipo de abordagem pode suavizar alguns dos impactos distributivos indesejados de um único preço do carbono, especialmente nos casos em que a capacidade de

solucionar as preocupações relativas à distribuição ex post for limitada.

A outra vertente do ajuste prende-se com a produção e o emprego. Um desfasamento drástico dos combustíveis fósseis implica uma redução gradual do emprego nos respetivos setores. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho projetou cenários de descarbonização compatíveis com a limitação do aquecimento global a 2 °C (em acréscimo aos níveis pré-industriais). Concluiu que o efeito líquido sobre o emprego, até 2030, seria positivo, levando à criação de 24 milhões de postos de trabalho e à extinção de 6 milhões. O objetivo de ir além das médias também se aplica às políticas: Ainda que o mundo esteja melhor no que diz respeito ao emprego, os ganhos e as perdas não serão distribuídos de um modo equitativo e algumas comunidades serão mais afetadas do que outras. A gestão desta dinâmica pode acarretar consequências muito importantes para o desenvolvimento humano e para a sustentabilidade política do processo.¹⁸

Notas

- 1 Alguns autores chegam a argumentar que os objetivos de crescimento económico poderão não ser compatíveis com a manutenção do aquecimento global abaixo dos 2 °C (Hickel 2019).
- 2 Conforme propõem, por exemplo, os defensores de estratégias como os green new deals (New Deals verdes). Ver UNCTAD (2019), bem como o trabalho da New Economy Commission (Comissão para a Nova Economia). Ver também Rodrik (2007).
- 3 PIAC 2018.
- 4 Newell e Rogers 2003.
- 5 Banco Mundial 2019d.
- 6 Banco Mundial 2019d.
- 7 Banco Mundial 2019d.
- 8 Banco Mundial 2019d.
- 9 Banco Mundial 2019d.
- 10 Banco Mundial 2019d.
- 11 Grainger e Kolstad 2010.
- 12 Dorband e outros 2019.
- 13 Mathur e Morris 2012.
- 14 Coady e Prady 2018.
- 15 Jakob e outros 2019.
- 16 Klener e outros 2018.
- 17 Stern e Stiglitz 2017; Stiglitz 2019a.
- 18 Ver discussão acerca da gestão do desfasamento de empregos no capítulo 5 de PNUD (2015).

Destaque 7.3

Varição do impacto redistributivo das transferências e dos impostos diretos na Europa

David Coady, Departamento de Assuntos Fiscais, Fundo Monetário Internacional

Embora o impacto redistributivo das transferências e dos impostos diretos nos países europeus seja acentuado, pode dizer-se o mesmo da variação do grau de redistribuição fiscal entre os países. Os dados do Euromod relativos a 28 países da UE, em 2016, revelam que o impacto da política fiscal redistributiva sobre o bem-estar social (o grau de redistribuição fiscal)¹ é mais elevado (superior a 35 por cento) na Irlanda, Dinamarca, Bélgica, Estónia e Finlândia e mais reduzido (inferior a 13 por cento) na Grécia, Hungria, Eslováquia e Chipre (figura 7.3.1).

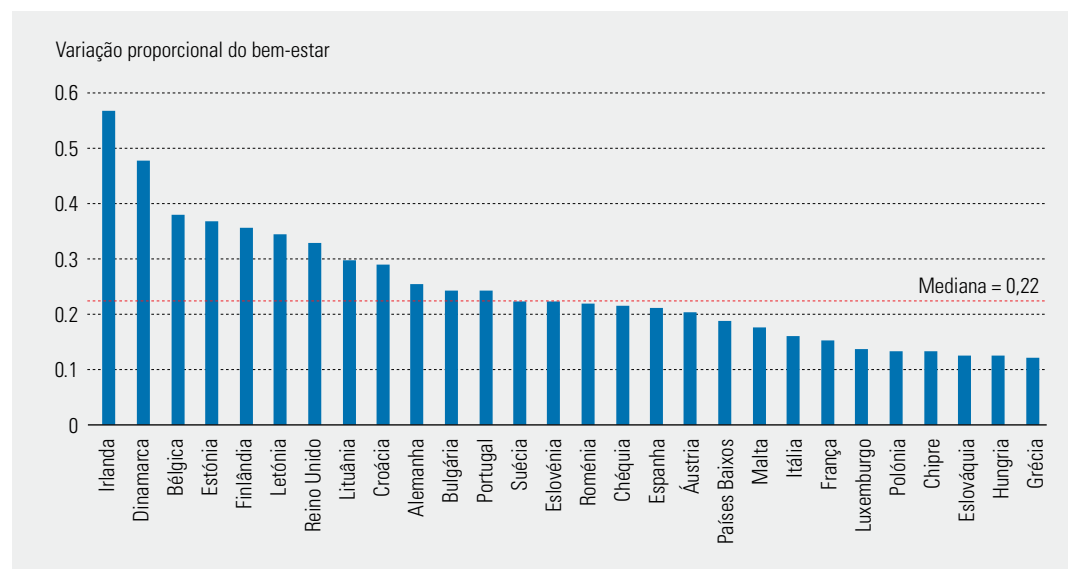
Esta variação é justificada por diferenças quanto à dimensão do orçamento fiscal e das transferências — o esforço fiscal — e pela diferença ao nível da progressividade dos impostos e das transferências — a progressividade fiscal. Em média, os países com um maior esforço fiscal apresentam uma progressividade fiscal inferior (figura 7.3.2). Por exemplo, embora a Grécia, a Itália e a Hungria exibam um esforço fiscal relativamente elevado, o mesmo é contrabalançado pela sua progressividade fiscal relativamente reduzida, originando uma redistribuição fiscal global relativamente diminuta. Pelo contrário, embora a

Irlanda, a Dinamarca, a Estónia e a Letónia apresentem um esforço fiscal relativamente reduzido, o mesmo é compensado por uma progressividade fiscal relativamente elevada, originando uma redistribuição fiscal global relativamente acentuada. A redistribuição fiscal relativamente diminuta no Chipre e na Eslováquia reflete a combinação de um pequeno esforço fiscal com uma reduzida progressividade fiscal. A redistribuição fiscal relativamente elevada na Finlândia espelha a junção de uma progressividade e um esforço fiscal acentuados.

Uma elevada progressividade pode ser o reflexo de um de dois fatores ou da sua combinação. Em primeiro lugar, uma acentuada progressividade pode refletir a transferência de uma elevada parcela aos decis inferiores do rendimento — um elevado desempenho ao nível do direcionamento. Em segundo lugar, uma elevada progressividade pode refletir uma desigualdade de rendimento acentuada no mercado (anterior ao pagamento de impostos e às transferências)² — um elevado retorno sobre o direcionamento, ou seja, a redistribuição tem um elevado retorno social nos casos em que a desigualdade de

FIGURA D7.3.1

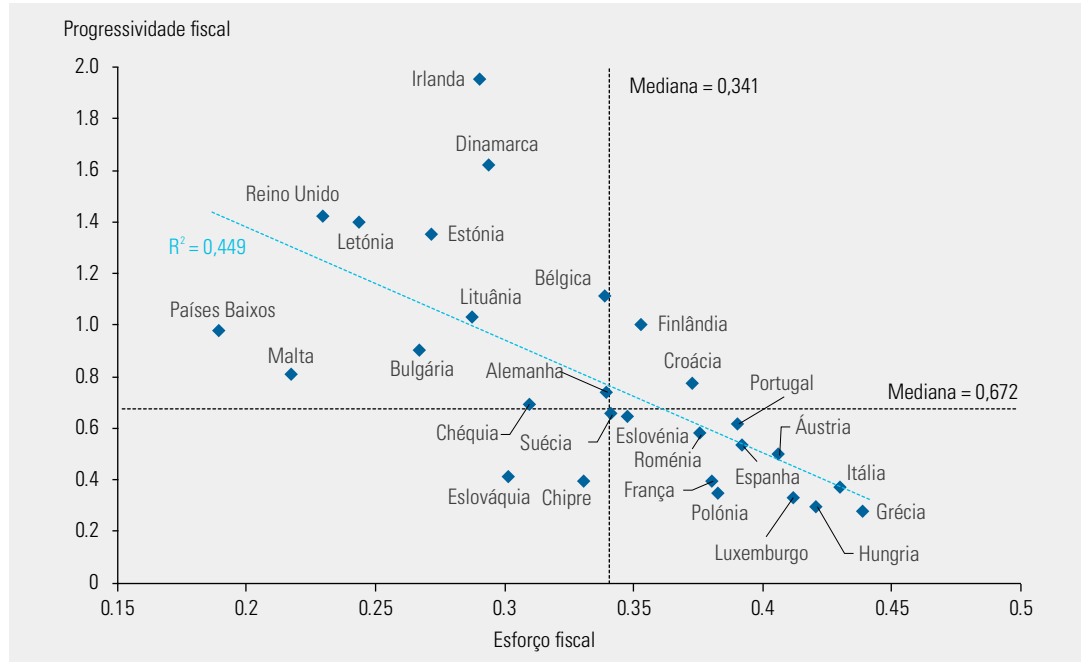
Redistribuição fiscal nos países europeus, 2016



Nota: A variação proporcional do bem-estar social é o produto da progressividade fiscal e do esforço fiscal.
Fonte: Coady, D'Angelo e Evans 2019.

FIGURA D7.3.2

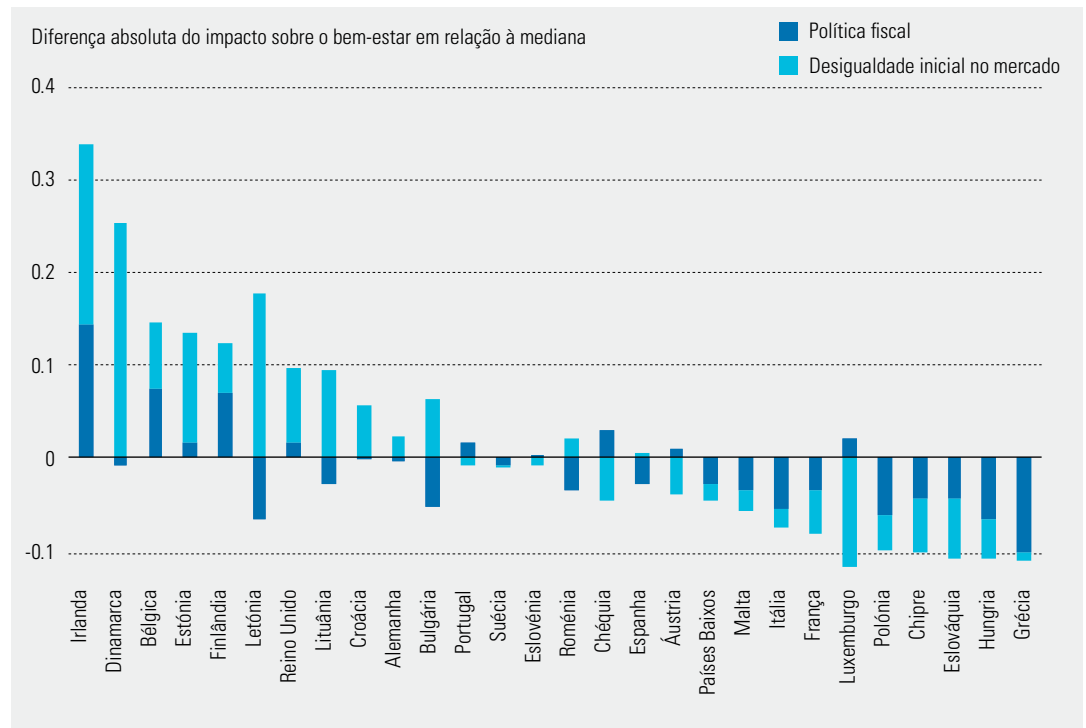
Progressividade e esforço fiscais nos países europeus, 2016



Fonte: Coady, D'Angelo e Evans 2019.

FIGURA D7.3.3

Desigualdade de rendimento no mercado e variação da redistribuição fiscal



Nota: Os países estão ordenados pelo grau de redistribuição fiscal, de acordo com a figura D7.3.1. A política fiscal consiste no impacto conjunto do esforço fiscal e do desempenho do direcionamento. A desigualdade inicial no mercado regista o impacto das diferenças ao nível do retorno sobre o direcionamento, devido a diferenças quanto à desigualdade de rendimento anterior aos impostos e às transferências. As diferenças são relativas a um país de referência com valores medianos em termos de política fiscal e retorno sobre o direcionamento.

Fonte: Coady, D'Angelo e Evans 2019.

rendimento no mercado é acentuada. Deste modo, mesmo quando os países possuem exatamente as mesmas políticas fiscais e de transferência no tocante ao esforço fiscal e ao desempenho do direcionamento — por exemplo, nos casos em que todos os países apresentam o mesmo orçamento de transferência, utilizado para o financiamento de uma transferência uniforme — é possível, ainda assim, que existam diferenças substanciais ao nível da redistribuição fiscal entre os países, refletindo, meramente, as diferenças quanto à desigualdade de rendimento no mercado. Em média, 37 por cento das diferenças ao nível da redistribuição fiscal entre os países que constam da figura D7.3.1 devem-se à heterogeneidade da desigualdade de rendimento no mercado. De um modo geral, uma redistribuição fiscal elevada — os países do lado esquerdo da figura D7.3.3 — tem origem, essencialmente, num elevado retorno sobre o

direcionamento, refletindo uma acentuada desigualdade de rendimento no mercado, e não em diferenças ao nível das políticas fiscais subjacentes. Isto é especialmente verdade nos casos da Dinamarca, Estónia, Letónia e Lituânia.

Notas

- 1 Derivado com recurso a funções de bem-estar social com uma elasticidade constante, em que um indicador de desigualdade pode ser interpretado como o custo das disparidades na distribuição do rendimento para o bem-estar social.
- 2 Uma vez que a redistribuição do rendimento gera escassos benefícios sociais nos países em que os rendimentos anteriores aos impostos e às transferências (isto é, os rendimentos no mercado) apresentam uma reduzida variação entre os agregados familiares, é possível que um país com um esforço fiscal e um desempenho do direcionamento relativamente elevados exiba, ainda assim, uma reduzida redistribuição fiscal, devido à diminuta desigualdade de rendimento no mercado. Pelo contrário, é igualmente possível que um país com um esforço fiscal e um desempenho do direcionamento reduzidos apresente uma acentuada redistribuição fiscal, simplesmente devido à elevada desigualdade de rendimento no mercado.

Notas e referências

Notas

Síntese

- 1 As fontes da maior parte dos dados e afirmações factuais desta síntese constam do Relatório, mas foram incluídas neste documento nos casos em que a precisão ou as qualificações são importantes.
- 2 Estimativas relativas aos Estados Unidos, com base em Chetty e outros (2016). Kreiner, Nielsen e Serena (2018) defendem que estes resultados sobrestimam as disparidades na esperança média de vida entre diferentes escalões de rendimento, uma vez que ignoram a mobilidade do rendimento (de acordo com o método dos autores, a sobrestimação pode ascender a 50 por cento), embora também conclua que estas disparidades têm aumentado ao longo do tempo e que a sobrestimação se atenua no caso das idades mais avançadas (desaparecendo por completo aos 80 anos). Mackenbach e outros (2018) observam que as desigualdades na área da saúde, em geral, aumentaram na Europa, entre a década de 1980 e o final dos anos 2000, inclusive, tendo-se registado uma diminuição, nalguns países, desde então.
- 3 Este assunto é discutido em maior detalhe no capítulo 2 do Relatório.
- 4 Conforme se sugere em ONU (2019b), obra que identificou a redução das desigualdades e a promoção das capacidades como “pontos de partida” para as transformações necessárias à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ver também Lusseau e Mancini (2019), onde se conclui que as desigualdades são um obstáculo fundamental à realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em todos os países, e que a respetiva redução teria efeitos benéficos cumulativos sobre o conjunto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- 5 Trata-se, igualmente, de uma premissa da Deaton Review, um projeto plurianual que analisa as desigualdades no Reino Unido (Joyce e Xu 2019).
- 6 Atkinson 2015.
- 7 Deaton (2017) argumenta que, frequentemente, os governos fazem mais pelo aumento do que pela redução da desigualdade.
- 8 Ver, por exemplo, Saad (2019), quanto ao receio das alterações climáticas, e Reinhart (2018), em relação à inteligência artificial e ao emprego.
- 9 Sen 1980.
- 10 Expressão utilizada por Angus Deaton para oferecer uma perspetiva da evolução das desigualdades (Belluz 2015).
- 11 Parafraseando Deaton (2013a).
- 12 PNUD e OPHI 2019.
- 13 Uma grande parte dos países em vias de desenvolvimento carecem de sistemas completos de registo vital, pelo que as estimativas nacionais da esperança de vida em idades mais avançadas que são utilizadas no Relatório, extraídas das estatísticas oficiais da Divisão de População das Nações Unidas, estão sujeitas a erros significativos de medição e devem ser interpretadas com prudência. Em todo o caso, a dinâmica de dilatação das disparidades ao nível da esperança de vida em idades mais avançadas é resistente à alteração da idade (permanecendo válida aos 60 anos) e, apesar de existir alguma heterogeneidade comparando diferentes países e ao longo do tempo, o mesmo padrão confirma-se, em termos gerais, no interior dos países, conforme se descreve em maior detalhe no capítulo 1 do Relatório.
- 14 Brown, Ravallion e Van de Walle 2017.
- 15 Stiglitz, Sen e Fitoussi 2009a.

Parte I

- 1 Sen (1980), reformulando a questão original: “Iguuldade de quê?”
- 2 Isto, apesar de as decomposições formais dos contributos da desigualdade de rendimento para as diferenças em termos de bem-estar social que agregam a utilidade através de diversas funções de bem-estar social — ao longo do tempo e entre países — demonstrarem que, embora a desigualdade seja importante, os níveis de rendimento e o crescimento do mesmo importam muito mais, mesmo quando o grau de aversão à desigualdade é elevado (Dollar, Kleineberg e Kraay 2015; Gaspar, Mauro e Poghosyan 2017). Ver também a discussão, no capítulo 2, da desigualdade e do crescimento económico.
- 3 Com base na contagem pelo Ngram, da Google, das expressões “crescimento global” e “desigualdade global”, entre 1950 e 2008; o termo “desigualdade global” superou “crescimento global” por volta de 2002.
- 4 A inclusão da redução da desigualdade enquanto prioridade para o desenvolvimento foi controversa durante as negociações dos ODS, em parte devido à discordância quanto ao tipo de desigualdade que os ODS deveriam refletir. Conforme defende Fukuda-Parr (2019), os compromissos políticos necessários para que as aspirações à redução das desigualdades se refletissem na Agenda 2030 levaram ao enfraquecimento da ambição de algumas pessoas, sobretudo de países em vias de desenvolvimento, que haviam pugnado por compromissos mais sólidos, especialmente no tocante à desigualdade entre países. Para uma análise exaustiva do surgimento do interesse, ao nível da investigação e das políticas, pela desigualdade global, ver Christiansen e Jensen (2019).
- 5 Deaton 2013a.
- 6 A perspetiva otimista do progresso do desenvolvimento não é universalmente partilhada. Por exemplo, Hickel (2017a, 2017b) argumenta que estamos diante de um “delírio de desenvolvimento”, dado que a desigualdade global aumentou e que as pessoas deixadas para trás estão ainda mais longe das mais abastadas. Por outro lado, o Banco Mundial (2018a) demonstra que a desigualdade intranacional decresceu na maior parte dos países em vias de desenvolvimento relativamente aos quais estão disponíveis dados. Ravallion (2018a, 2018b) clarificou o modo de emergência destes pontos de vista distintos, recorrendo, com frequência, exatamente aos mesmos dados. O mesmo depende, parcialmente, dos indicadores de desigualdade ao nível do rendimento e do consumo utilizados (a título de exemplo, absolutos versus relativos), bem como da ponderação pelo bem-estar social atribuída a diferentes segmentos populacionais (a exemplo do consumo das

- 3 pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza extrema, que mal se deslocou, apesar de muitas terem conseguido superar o limiar).
- 7 Por exemplo, nos Estados Unidos, as disparidades entre grupos socioeconómicos quanto à esperança de vida apresentam um aspeto vincado, com um afastamento do topo da distribuição do rendimento em relação aos restantes segmentos, ao passo que as pessoas mais desfavorecidas têm experiências diferentes, com um menor nível de concretização nos locais menos prósperos, sendo o grau de prosperidade avaliado a partir do nível geral de instrução, do rendimento e da despesa estatal. Ver Chetty e outros (2016). Ver também Case e Deaton (2017).
- 8 Williams, Neighbors e Jackson 2003.
- 9 Kearl 2018.
- 10 A análise histórica deve ser considerada em conjunto com o argumento de que, nas sociedades pré-industriais, a quantidade limitada de recursos pode ter determinado um nível máximo de desigualdade compatível com a subsistência das pessoas mais desfavorecidas. Ver Milanovic, Lindert e Williamson (2010).
- 11 Ver, por exemplo, os dados que comprovam os efeitos da democracia sobre o desenvolvimento humano, in Gerring, Thacker e Alfaro (2012). Os elementos que atestam o efeito da democracia sobre o crescimento económico são considerados positivos e significativos in Acemoglu e outros (2019).
- 12 Conforme se sugere in ONU (2019b), obra que identificou a redução das desigualdades e a promoção das capacidades como pontos de partida para as transformações necessárias à implementação dos ODS. Ver também Lusseau e Mancini (2019), que concluíram que as desigualdades são obstáculos fundamentais à realização dos ODS, em todos os países, e que a respetiva redução teria efeitos benéficos cumulativos sobre o conjunto dos ODS.

Capítulo 1

- 1 Trata-se de estimativas referentes às pessoas que frequentam o ensino superior, com base em inquéritos às famílias. Uma vez que os questionários são diferentes em diversos grupos de países, poderá haver um grau de heterogeneidade e enviesamento. Recorrendo a taxas brutas de matrícula completamente uniformizadas (a partir, essencialmente, de dados administrativos), o número da categoria “cursam o ensino secundário” cifrar-se-ia em 66 por cento, no caso dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, e em 7 por cento, quanto aos países com um baixo nível de desenvolvimento humano.
- 2 Chetty e outros 2016.

- 3 Acemoglu, Johnson e Robinson 2001.
- 4 PNUD 2016
- 5 A discussão que consta destes parágrafos parte de Basu e Lopez-Calva (2011) e de Sen (1993, 1999).
- 6 Basu e Lopez-Calva 2011, p. 153.
- 7 Rejeitando, em simultâneo, o “grande mausoléu [de] uma lista fixa e final de capacidades,” (Sen 2005, p. 160), especialmente se a mesma assentar, principalmente, em considerações teóricas que não levem em conta as preocupações e aspirações contemporâneas reais. Esta é, igualmente, a abordagem adotada no presente Relatório.
- 8 No artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, lê-se: “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não se inquietar pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão” (www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/).
- 9 Ver, a título exemplificativo, a discussão in Basu e Lopez-Calva (2011).
- 10 A sobrevivência de uma criança durante os primeiros cinco anos de vida (historicamente, a principal variável para a determinação da variação transversal da esperança de vida à nascença) é um ponto de partida para a perspetiva de uma vida longa e saudável. Trata-se de uma concretização que não depende da agência da criança, mas sim das condições sociais e familiares. Ao invés, a sobrevivência consecutiva — ano após ano — até se tornar um adulto idoso saudável representa a realização desse ideal. Decorre das condições sociais e familiares, como anteriormente, mas também da agência e capacitação pessoais.
- 11 Sen 1992, p. 45.
- 12 Moser 1989.
- 13 Estes dois fatores de mudança já são um motivo de preocupação para a opinião pública. Ver, por exemplo, Saad (2019), quanto ao receio das alterações climáticas, e Reinhart (2018), em relação à inteligência artificial e ao emprego.
- 14 Crocker 2008, p. 16.
- 15 Crocker 2008, com base numa análise do trabalho de Sen.
- 16 Exemplificando, a desigualdade em termos de média de anos de escolaridade baseia-se numa soma simples, presumindo que um ano de ensino primário tem o mesmo peso do que um ano de ensino secundário ou superior, ainda que estas concretizações sejam qualitativamente diferentes. Em particular, este facto conduz à potencial subestimação do papel desempenhado pelas desigualdades no ensino superior, que representa, tipicamente, um menor número de anos do que o ensino primário e secundário.
- 17 Permanyer e Smits 2019.

- 18 Deaton (2007) adverte para a alteração das conclusões relativas à desigualdade, consoante a definição do indicador. Neste capítulo, salvo indicação explícita em contrário — como no caso do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade — as comparações da desigualdade ao nível do desenvolvimento humano divergem dos indicadores sumários, contrapondo as concretizações de diferentes grupos (países, castas, quintis com base no nível de vida e assim sucessivamente). As comparações efetuadas dizem respeito à base original (tipicamente, a percentagem da população). Este método visa três finalidades. Em primeiro lugar, exprime o progresso em relação a uma base invariável com um valor intrínseco — que está associada às pessoas, em vários indicadores. No caso dos que se baseiam em rácios, a base representa as pessoas com acesso. Quanto à esperança de vida, a base corresponde a anos de vida humana. Os direitos à vida deveriam ser universais (Anand 2018). Em segundo lugar, no contexto dos indicadores delimitados, esta comparação satisfaz o axioma de simetria (Erreygers 2009), assegurando que as conclusões sejam robustas face a alterações da convenção utilizada para a construção do indicador, das concretizações para as deficiências e vice-versa. Por último, em termos práticos, evitam a extrema sensibilidade decorrente da variabilidade das bases de comparação.
- 19 Banco Mundial 2018a.
- 20 A convergência ao nível do ensino primário baseia-se em comparações entre países e no seu seio relativas à última década. UNESCO (2019b) apresenta resultados semelhantes quanto ao mesmo período, mas ressalva que, nos últimos anos, não houve quaisquer dados que comprovem uma convergência entre os países.
- 21 Deaton 2013a.
- 22 Esta análise tem base em médias simples. Na tabela estatística 1, a análise baseia-se em médias ponderadas pela população, revelando uma discrepância de 18,2 anos.
- 23 DAESNU 2019.
- 24 DAESNU 2019.
- 25 ONU 2015a.
- 26 Permanyer e Smits 2019.
- 27 Engelman, Canudas-Romo e Agree (2010) e Permanyer e Scholl (2019) documentam resultados compatíveis com esta divergência ao nível da esperança de vida na terceira idade. Seligman, Greenberg e Tuljapurkar (2016) concluem, igualmente, pela existência de uma dissociação entre a equidade e o tempo de vida.
- 28 Com base em dados do DAESNU (2019), o aumento absoluto da esperança de vida aos 70 anos nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano foi superior ao registado nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano durante a segunda metade do século XX. Entre 1955 e 1995, o acréscimo foi 63 por cento superior nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, em relação aos países com um baixo nível de desenvolvimento humano. No século XXI, verificou-se um aumento acentuado: Entre 1995 e 2015, o crescimento foi 223 por cento superior nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, em relação aos que têm um baixo nível de desenvolvimento humano. O contraste é ainda mais pronunciado em termos relativos.
- 29 A discussão cinge-se às pessoas com idades inferiores a 80 anos, visto que as pessoas raramente sobrevivem para lá dos 100 anos de idade.
- 30 Bragg e outros 2017; Di Cesare e outros 2013; Gonzaga e outros 2014; Oyebode e outros 2015; Sommer e outros 2015.
- 31 DAESNU 2019.
- 32 Estimativas relativas aos Estados Unidos, com base em Chetty e outros (2016). Estes resultados poderão sobrestimar as disparidades ao nível da esperança de vida entre diferentes escalões de rendimento, dado que ignoram a mobilidade do rendimento. Kreiner, Nielsen e Serena (2018) defendem que a sobrestimação poderá ser até 50 por cento. Utilizando dados relativos à Dinamarca, também concluem que as disparidades entre grupos socioeconómicos têm aumentado ao longo do tempo e que a sobrestimação se atenua no caso das idades mais avançadas (desaparecendo por completo aos 80 anos). Mackenbach e outros (2018) observam que as desigualdades na área da saúde, em geral, aumentaram na Europa, entre a década de 1980 e o final dos anos 2000, tendo-se registado uma diminuição, nalguns países, desde então
- 33 Chetty e outros 2016. Além disso, Finkelstein, Gentzkow e Williams (2019) estimam que, nos Estados Unidos, a deslocação de uma posição no 10.º percentil para uma posição no 90.º percentil aumente a esperança de vida aos 65 em 1,1 anos.
- 34 Baker, Currie e Schwandt 2017.
- 35 Brønnum-Hansen 2017; Kreiner, Nielsen e Serena 2018.
- 36 van Raalte, Sasson e Martikainen 2018.
- 37 Suzuki e outros 2012.
- 38 Buchan e outros 2017.
- 39 Currie e Schwandt 2016.
- 40 Majer e outros 2011. Murtin e outros (2017) avaliam a desigualdade em termos de longevidade entre grupos, conforme a instrução e o género, em 23 países pertencentes à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico. As suas estimativas quanto à longevidade esperada aos 25 e aos 65 anos de idade, por nível de instrução e género, demonstram que a disparidade relativa à esperança de vida entre as pessoas altamente instruídas e pouco instruídas se cifra em 8 anos no caso dos homens e em 5 no das mulheres, aos 25 anos de idade, e em 3,5 anos no caso dos homens e 2,5 no das mulheres, aos 65 anos de idade. Este facto implica que as desigualdades relativas ao nível da longevidade, segundo o grau de instrução, variam consoante a idade. Quanto a France, Currie, Schwandt e Thuilliez (2018), não observaram quaisquer alterações diacrónicas significativas e concluíram por um reduzido gradiente.
- 41 Szwarcwald e outros (2016) e Saikia, Bora e Luy (2019) figuram entre as primeiras tentativas de análise das crescentes disparidades em termos de saúde e esperança de vida no Brasil e na Índia. É urgente utilizar dados em grande escala, ir além dos inquéritos e abranger informações relativas ao estatuto socioeconómico e ao estado de saúde de toda a população, por forma a oferecer dados mais convincentes quanto aos gradientes socioeconómicos da saúde e preencher as correspondentes lacunas do conhecimento científico.
- 42 Ver, por exemplo, Auerbach e outros (2017).
- 43 A educação é uma variável frequentemente utilizada para a medição direta da mobilidade social. Ver, a título de exemplo, Narayan e outros (2018) e OCDE (2018a).
- 44 Apesar da endogeneidade (as taxas de matrícula estão associadas aos anos de escolaridade esperados, uma das quatro variáveis utilizadas para o cálculo do IDH), estas relações mantêm-se ao recorrer a outros agrupamentos por desenvolvimento para a análise, incluindo o rendimento.
- 45 Heckman 2011b.
- 46 Montenegro e Patrinos 2014.
- 47 See Goldin e Katz (2009) e Agarwal e Gaule (2018).
- 48 Akmal e Pritchett 2019; UNESCO 2019b.
- 49 Banerjee e Duflo 2011; Pritchett e Beatty 2015.
- 50 Bruns e Luque 2015; Filmer e Pritchett 1999.
- 51 Rözer e Van De Werfhorst 2017.
- 52 Grupo Interagências para o Cálculo de Estimativas da Mortalidade Materna 2018.
- 53 Banco Mundial 2018a.
- 54 UNESCO 2019b.
- 55 Grupo Interagências para o Cálculo de Estimativas da Mortalidade Materna 2018.
- 56 UNESCO 2019b.
- 57 Banco Mundial 2019c.
- 58 UNESCO 2018b.
- 59 UNESCO 2019b.
- 60 PNUD e OPHI 2019.
- 61 Dercon 2001.
- 62 Nussbaum 2011.
- 63 Sen 1999.
- 64 Ver a discussão do reconhecimento e dos desafios da destigmatização in Lamont (2018).
- 65 PNUD Chile 2017.
- 66 Ver Hojman e Miranda (2018).
- 67 Stewart 2005, 2016a.
- 68 ONU 2015c.
- 69 CEPALC 2018a.
- 70 Pew Research Center 2014.
- 71 Eurobarómetro 2018.
- 72 Latinobarómetro 2018.
- 73 Hauser e Norton 2017. Alesina, Stantcheva e Teso (2018) concluem que a percepção de uma menor mobilidade social tende a fazer aumentar a preferência pela redistribuição.
- 74 Cruces, Pérez-Truglia e Tetaz 2013.
- 75 Ver, por exemplo, Anand (2017), Anand, Roope e Peichl (2016) e Richardson e outros (2019).
- 76 O Banco Mundial (2018a) oferece uma interpretação alternativa.
- 77 Deaton 2013a, 2013b.
- 78 OCDE 2019f.
- 79 Este ponto de vista parece ser plausível em muitos casos. Deaton (2013a) discute o modo como algumas formas de progresso apresentam uma probabilidade de disseminação gradual.
- 80 Com base no documento pioneiro de Kuznets (1955). Ver a discussão mais ampla no capítulo 2.
- 81 Milanovic (2016) descreve as ondas de Kuznets relativas à desigualdade de rendimento, embora com base num conjunto mais vasto de mecanismos de forças malignas e benignas.
- 82 OCDE 2019f.
- 83 Estão disponíveis modelos da relação complexa entre as aspirações e a desigualdade in Besley (2017) e Genicot e Ray (2017).

Capítulo 2

- 1 Deaton 2018.
- 2 Sen 1999.
- 3 Uma análise com base no Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) do ano atual não revela qualquer correlação entre o valor do IPM e a desigualdade de rendimento (medida pelo coeficiente de Gini), mas demonstra uma forte correlação entre o valor do IPM e a perda percentual no valor do IDH devida à desigualdade, tanto na área da saúde quanto da educação (Kovacevic 2019; PNUD e OPHI 2019).
- 4 Os trabalhos recentes de investigação não só clarificaram os mecanismos causais ao nível conceptual, como também reuniram provas empíricas. Embora uma grande parte das provas sejam específicas de países quanto aos quais existem dados suficientes, o facto de o trabalho empírico estar associado a hipóteses gerais confere uma relevância universal à análise.
- 5 Deaton 2013b.
- 6 Uma mobilidade persistentemente baixa, juntamente com o agravamento da desigualdade de rendimento, multiplica as desvantagens das pessoas incapazes de ascender socialmente. Conforme afirmam Chetty e outros (2014, p. 1), "(...) as consequências da "lotaria do nascimento" — dos pais que tocam à criança — são maiores hoje em dia do que no passado. Uma analogia visual útil consiste em imaginar que a distribuição do rendimento é uma escada, em que cada percentil representa um degrau diferente. Os degraus da escada afastaram-se mais uns dos outros (a desigualdade agravou-se), mas a mudança das crianças, ao treparem os degraus inferiores em direção aos superiores, permanece igual."
- 7 Corak 2013. A curva foi apresentada em 2012, num discurso de Alan Krueger (presidente do Conselho de Assesores Económicos; Krueger 2012) e no Relatório Económico do Presidente ao Congresso (Governo dos EUA 2012), com base em dados de Corak.
- 8 Ver, por exemplo, a discussão precursora in Solon (1999) e a análise mais exaustiva in Black e Devereux (2011).
- 9 Corak 2013, p. 85.
- 10 Corak 2013, p. 98.

- 11 Brunori, Ferreira e Peragine 2013. Esta conclusão foi extraída de dois indicadores diferentes de mobilidade: a persistência intergeracional do rendimento e a persistência intergeracional da educação.
- 12 Para uma análise anterior da desigualdade de oportunidades e o indicador de desigualdade de oportunidades econômicas desenvolvido in Brunori, Ferreira e Peragine (2013).
- 14 Brunori, Ferreira e Peragine 2013. Para uma análise crítica da literatura acerca da igualdade e da desigualdade de oportunidades focada nos princípios da remuneração e da recompensa, ver Ferreira e Peragine (2016).
- 15 Mesmo em sociedades relativamente igualitárias, existem dados que demonstram que os filhos de pais prósperos são, eles próprios, abastados. As provas mais recentes, a partir da riqueza das pessoas adotadas na Noruega (Fagereng, Mogstad e Ronning 2019) e na Suécia (Black e outros 2019), sugerem que a riqueza dos pais adotivos foi um importante fator determinante quanto à acumulação de riqueza pelos respectivos filhos. Importa ressaltar que estas conclusões dizem respeito à transmissão intergeracional da riqueza, que pode diferir da do rendimento, em que esta secção se foca.
- 16 Roemer 1998.
- 17 O atual consenso entre muitos pensadores económicos postula que o bem-estar final é inadequado à avaliação da justiça distributiva. Compare-se, a título de exemplo, Dworkin (1981), Rawls (1971), Roemer (1998) e Sen (1985).
- 18 Narayan e outros 2018.
- 19 Deaton 2013b, p. 265.
- 20 Para uma perspectiva histórica dos gradientes da saúde no Reino Unido e da evolução dos debates políticos e académicos, ver Macintyre (1997).
- 21 Ver Case e Paxson (2008).
- 22 Alguns elementos indicam que nem só os níveis de rendimento importam; a variação dos rendimentos durante a infância tem efeitos nocivos sobre a saúde (sobretudo a saúde mental) em etapas posteriores da vida (Bjorkenstam e outros 2017).
- 23 Este comportamento não reflete, necessariamente, escolhas racionais ou preferências individuais, podendo, inclusive, ser moldado pelas dinâmicas das estruturas sociais, conforme argumentam Xie, Cheng e Zhou (2015).
- 24 O contributo da formação de casais segundo um modo seletivo de preferências para os níveis de desigualdade de rendimento e a respetiva variação não é uniforme na literatura. Blundell, Joyce, Keiller e Ziliak (2018) estimam que, nos Estados Unidos e no Reino Unido, a formação de casais segundo um modo seletivo de preferências seja responsável por ligeiramente mais de metade do aumento dos rendimentos dos agregados familiares, no tocante aos escalões compreendidos entre o 5.º e 95.º percentis e ao período de 1994–2015 (tabela 2, p. 58). Greenwood e outros (2014) relatam um impacto muito acentuado da formação de casais segundo um modo seletivo de preferências sobre a desigualdade, através da simulação da evolução da desigualdade de rendimento nos Estados Unidos em 2005 com base numa formação aleatória de casais; no entanto, retificaram, posteriormente, estas conclusões, por se tratarem de uma sobrestimação (Greenwood e outros 2015). As estimativas corrigidas estão em linha com as de Eika, Mogstad e Zafar (por publicar) em relação aos Estados Unidos e a outros países desenvolvidos, que demonstram que a formação de casais segundo um modo seletivo de preferências é responsável por uma parte considerável da desigualdade de rendimento, embora outros fatores desempenhem um papel mais importante. (Hryshko, Juhn e McCue 2017 também observam um efeito reduzido no caso dos Estados Unidos). Hakak e Firpo (2017) registam dados semelhantes quanto ao Brasil, demonstrando que o índice de Gini contrafactual relativo ao rendimento, num cenário de formação de casais segundo um modo seletivo de preferências, teria sido ligeiramente inferior ao que efetivamente se verificou durante um período de 20 anos (ver também Torche 2010, que observa um isomorfismo entre a formação de casais segundo um modo seletivo de preferências e a desigualdade, não só no caso do Brasil, mas ainda quanto ao Chile e ao México). Acresce que estes estudos revelam que os padrões de formação de casais segundo um modo seletivo de preferências variam entre escalões de rendimento e ao longo do tempo e que, sendo a desigualdade determinada por vários outros fatores, é difícil atribuir, sem ambiguidade, o impacto da formação de casais segundo um modo seletivo de preferências à desigualdade. Em todo o caso, os dados sugerem, enfaticamente, que a formação de casais segundo um modo seletivo de preferências tem lugar em vários países e constitui um contributo considerável para a desigualdade de rendimento.
- 25 Para um argumento e provas empíricas quanto à importância da formação de casais segundo um modo seletivo de preferências para a mobilidade intergeracional, ver Chadwick e Solon (2002).
- 26 A análise efetuada nesta secção tem, essencialmente, em conta o que acontece de uma geração para a outra, mas, ainda que os dados da literatura sejam contraditórios, a persistência pode manter-se, inclusive, entre múltiplas gerações, com efeitos que se dissipam gradualmente (para uma análise recente, ver Solon 2018).
- 27 Regressão dos anos de escolaridade dos inquiridos em relação ao maior número de anos de escolaridade dos respetivos pais (EqualChances 2019). Dados referentes ao segmento de 1980 e ao ano mais recente disponível.
- 28 Ver, entre outros, Blossfeld e outros (2017), Chevalier e Lanot (2001), Duncan, Brooks-Gunn e Klebanov (1994), Heckman e Carneiro (2003) e Phillips e Shonkoff (2000).
- 29 Black e outros 2017.
- 30 Wilkinson e Pickett 2018.
- 31 Garcia e outros 2016; Heckman 2017.
- 32 UNESCO 2018a.
- 33 Obtiveram-se resultados semelhantes quanto à Austrália, ao Canadá, ao Reino Unido e aos Estados Unidos (Bradbury e outros 2015; Heckman 2011a). Geralmente, os genes só justificam uma parte das divergências em causa. Ver, por exemplo, Rowe (1994). As influências ambientais afetam a expressão genética, conforme demonstra um estudo idêntico de gémeos. Separadamente criados, os gémeos já divergiam aos 3 anos de idade, devido a diferentes exposições a estímulos nos respetivos ambientes de vivência e aprendizagem (Fraga e outros 2005; Lee e outros 2018).
- 34 Ver, a título exemplificativo, Jensen e Nielsen (1997) e Khanam (2008).
- 35 Akmal e Pritchett 2019. Para a definição dos perfis de aprendizagem, ver Pritchett e Sandefur (2017).
- 36 Bernardi 2014; Bernardi e Boado 2013; Bernardi e Plavgo por publicar; Blossfeld e outros 2016; Hartlaub e Schneider 2012; Heckman e Krueger 2005; Yanowitch 1977.
- 37 Bernardi and Plavgo por publicar. Ver também Yastrebov, Kosyakova e Kurakin (2018).
- 38 Heckman 2010.
- 39 OCDE 2010.
- 40 Bernardi e Ballarino 2016; Bernardi e Plavgo por publicar.
- 41 Bussolo, Checchi e Peragine 2019; Kramarz e Skans 2014.
- 42 Bussolo, Checchi e Peragine 2019.
- 43 Shanmugaratnam 2019.
- 44 Deaton 2013b.
- 45 Deaton 2003, 2013b; Galama e Van Kippersluis 2018; Lindahl e outros 2016.
- 46 Ver, por exemplo, Almond e Currie (2011), ambos quanto ao impacto das condições de saúde antes dos 5 anos de idade sobre a saúde na idade adulta e quanto à correção de alguns dos impactos negativos anteriormente sofridos em etapas posteriores da vida.
- 47 Para um exemplo do modo como os fetos humanos são afetados pela poluição, ver Currie (2011).
- 48 Currie 2009.
- 49 Case e Paxson 2010; Currie 2009, 2011.
- 50 Skelton e outros 2011.
- 51 Elgar e outros 2016. A amostra deste estudo consiste em 1.371 adolescentes de sete países europeus. Os indicadores utilizados para a estimativa do estatuto socioeconómico incluem os ativos materiais declarados pelos pais e o rendimento do agregado familiar, assim como os ativos materiais declarados pelos jovens e o estatuto social subjetivo (escala de estatuto social subjetivo de MacArthur). Os indicadores de saúde abrangem a saúde geral manifestada pelas próprias pessoas e o indicador de satisfação com a vida de Cantril, assente nos próprios inquiridos.
- 52 Babones 2008; Curran e Mahutga 2018; Kim e Saada 2013; Torre e Myrskylä 2014; Wilkinson e Pickett 2011. As regressões multivariáveis da desigualdade de rendimento e da esperança de vida, bem como da desigualdade de rendimento e da mortalidade infantil, a partir de dados recentes acerca de países de todos os níveis de desenvolvimento humano revelam a existência de outras variáveis — tais como o PIB per capita, o grau de instrução, a despesa estatal com a saúde, a diversidade étnica e, no caso dos países com um nível elevado ou muito elevado de desenvolvimento humano, a democratização — mais indicadas para a justificação das variações destes indicadores de saúde do que a desigualdade de rendimento (Bernardi e Plavgo por publicar).
- 53 McEniry e outros 2018. O artigo debruça-se sobre a relação entre o estatuto socioeconómico e as condições de saúde no caso das pessoas com idades iguais ou superiores a 60 anos. O estatuto socioeconómico é medido pelo nível de instrução.
- 54 Chen, Persson e Polyakova 2019.
- 55 Kuznets 1955. O modelo dual de Lewis partilha do espírito do de Kuznets, embora o primeiro presuma que os detentores do capital, num setor moderno, possam acumular riqueza sem deixarem de pagar um salário constante a um “exército de reservistas” formado pelos trabalhadores disponíveis no setor agrícola, acarretando, deste modo, implicações muito diferentes quanto à distribuição do rendimento (Lewis 1954).
- 56 Kuznets 1955, p. 17. O autor teve, ainda, em consideração as implicações de uma taxa de poupança mais elevada e, por conseguinte, da acumulação de capital e de ativos no topo da distribuição do rendimento, sublinhando o impacto das políticas e dos impostos no tocante à restrição do acúmulo de riqueza na extremidade do topo. O “desmoronamento” destas estruturas políticas e fiscais em muitas economias de mercado é documentado por Piketty (2014), que argumenta que os meados do século XX, uma época de reduzida desigualdade, foram um período excecional, durante o qual as instituições refrearam a tendência dos retornos sobre o capital para a superação do crescimento do rendimento, e que o curso mais normal do capitalismo consiste numa elevada concentração do rendimento e da riqueza no topo — uma tendência predominante, em várias economias avançadas, desde os anos 80. Esta tese constitui, portanto, uma rejeição dos argumentos idênticos aos de Kuznets com base na mudança estrutural.
- 57 Kanbur 2017.
- 58 Milanovic 2016. Deste modo, o recente agravamento da desigualdade em muitas economias avançadas pode ser interpretado como a transição para sociedades em

processo de adaptação ao efeito combinado da globalização e das mudanças tecnológicas (Conceição e Galbraith 2001).

59 Tinbergen 1974, 1975.

60 Quanto aos Estados Unidos, em particular, ver Goldin e Katz (2009).

61 OCDE 2019f.

62 Acemoglu e Autor 2011; Autor, Levy e Murnane 2003; Goos, Manning e Salomons 2014.

63 Um dos motivos para a contestação desta teoria prende-se com a elevada dispersão dos rendimentos no seio de cada profissão e não entre as mesmas. Ver Mishel, Schmitt e Shierholz (2013).

64 Jaumotte, Lall e Papageorgiou (2013) demonstram que a tecnologia é responsável pelo aumento da desigualdade nos países em vias de desenvolvimento e que a exposição à globalização não reduz a desigualdade, como seria de esperar se, através do comércio, a produção se deslocasse dos países desenvolvidos para os que estão em vias de desenvolvimento. O motivo consiste na exposição simultânea dos países à globalização financeira, que contrapesa o efeito nivelador da globalização comercial nos países em vias de desenvolvimento. Bhorat e outros 2019.

65 Em relação aos Estados Unidos, ver Hunt e Nunn (2019). Para obter mais dados empíricos, incluindo quanto aos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, ver Autor (2014, 2019). Para uma análise exaustiva, ver Salverda e Checchi (2015).

67 Para uma ideia da evolução do debate ao longo do tempo, ver Aghion, Caroli e Garcia-Penalosa (1999), Baymul e Sen (2018), Eicher e Turnovsky (2003), Galbraith (2012), Milanovic (2005), Ostry, Loungani e Berg (2019), Piketty (2006), Stiglitz (2012) e Banco Mundial (2006).

68 Ver, por exemplo, Banerjee e Duflo (2003). Kuznets (1955) começa por uma extensa discussão dos dados ideais necessários à investigação da relação entre o crescimento e a desigualdade, reconhecendo que os seus requisitos soam aos sonhos quiméricos de um estatístico.

69 Ver Piketty (2006, 2014). Os argumentos de Kuznets não são incompatíveis com a afirmação de Piketty, dado que o próprio Kuznets reconheceu diversas limitações do seu artigo (a exemplo da exclusão das transferências estatais).

70 Scheidel 2017.

71 Okun 1975.

72 Lucas 2004, p. 20.

73 Cingano 2014; Ostry e Berg 2011; Ostry, Loungani e Berg 2019. Ver também Alesina e Rodrik (1994), Assa (2012), Barro (2008) e Stiglitz (2016).

74 Neves, Afonso e Silva 2016.

75 Ver, por exemplo, Kraay (2015) e Bourguignon (2015b).

76 Furman 2019. Ao discutir as proposições de Furman, Rodrik (2019) e Shanmugaratnam (2019) acabam por apoiar, essencialmente, o mesmo argumento.

77 López-Calva e Rodríguez-Castelán 2016.

78 Mendez Ramos 2019.

79 Chenery e outros 1974; López-Calva e Rodríguez-Castelán 2016.

80 Bourguignon 2003.

81 Lakner e outros 2019.

82 Aiyar e Ebeke 2019. Algumas provas empíricas sugerem que uma acentuada desigualdade de rendimento pode levar à redução da frequência de escolas públicas, uma vez que os pais optam ora por mandar os seus filhos trabalhar (famílias com um baixo estatuto socioeconómico) ora por inscrevê-los em escolas privadas (famílias com um elevado estatuto socioeconómico), fazendo diminuir o apoio ao ensino público e a despesa por estudante, o que pode levar ao nivelamento das oportunidades. Gutiérrez e Tanaka 2009.

83 Enquanto Marrero, Gustavo e Juan Rodríguez (2013) e Aiyar e Ebeke (2019) concluem pela existência de sustentação empírica, Ferreira e outros (2018) não o fazem.

84 CEPALC 2018a.

85 Birdsall, Ross e Sabot 1995.

86 CEPALC 2018a.

87 Bowles e outros 2012.

88 Alvaredo e outros 2018.

89 Berger-Schmitt 2000.

90 Uslaner 2002.

91 Uslaner e Brown 2005.

92 Wilkinson e Pickett 2011 (os dados relativos à confiança provêm do Inquérito Mundial de Valores). Ao incluir os países com um menor grau de desenvolvimento humano, recorrendo a dados da Sondagem Mundial da Gallup de 2010 (o ano com uma maior abrangência), não se observou qualquer correlação significativa (cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano).

93 Paskov e Dewilde 2012.

94 Dinesen e Sønderkov 2015; Leigh 2006.

95 Buttrick e Oishi 2017.

96 Van Zomeren 2019.

97 Connolly, Corak e Haec 2019, p. 35.

98 Connolly, Corak e Haec 2019.

99 Comissão Europeia, Direção-Geral da Investigação e da Inovação 2014.

100 Para um estudo da diversidade religiosa, ver Ramos e outros (2019).

101 OCDE 2010.

102 Lancee e Van de Werfhorst 2012; Solt 2008.

103 Quanto à influência da classe média-alta sobre os processos políticos dos Estados Unidos, ver Reeves (2018). Ver também Gilens e Page (2014), Igan e Mishra (2011) e Karabarbounis (2011). O clientelismo pode ser definido como “uma estratégia política caracterizada pela oferta de bens materiais em troca de apoio eleitoral” (Banco Mundial 2017b, p. 10, com base em Stokes 2009).

104 Para uma discussão mais abrangente deste aspeto, ver PNUD (2016).

105 Banco Mundial 2017b.

106 Chadwick 2017, p. 4.

107 Kennedy e Prat 2019. Os dados provêm do inquérito Digital News Report da Reuters, que abrange mais de 72.000 indivíduos em 36 países. Para uma discussão das limitações dos dados, ver Kennedy e Prat (2019). Cerca de 80 por cento dos indivíduos da amostra assistem a noticiários televisivos,

40 por cento leem jornais e apenas 30 por cento recorrem a fontes noticiosas puramente cibernéticas. O consumo de fontes da Internet é mais difundido nos casos em que estão associadas a uma plataforma tradicional, especialmente sítios Web de jornais.

108 Prat 2015.

109 Kennedy e Prat 2019.

110 As notícias falsas definem-se como “relatos propositadamente falsos ou enganadores” (Clayton e outros por publicar, p. 1).

111 Rodrik 2018.

112 Para um estudo de caso da América Latina, ver Piñeiro, Rhodes-Purdy e Rosenblatt 2016.

113 Rodrik 2018.

114 Este parágrafo baseia-se na análise in Banco Mundial (2017b).

115 Bernardi e Plavgo por publicar. Devido a alguns casos de valores extremamente aberrantes, quanto à análise multivariável dos documentos de referência para o presente Relatório, as taxas de homicídio foram convertidas para a sua forma logarítmica natural. Ver também Kawachi, Kennedy e Wilkinson (1999), Pickett, Mookherjee e Wilkinson (2005) e Wilkinson e Pickett (2011).

116 Este facto foi determinado por meio de um efeito de interação entre o coeficiente de Gini e a média de anos de escolaridade. Não existe qualquer efeito moderador deste tipo nos países com um nível baixo ou médio de desenvolvimento humano.

117 Enamorado e outros 2016.

118 Gilligan (1996), apud Pickett, Mookherjee e Wilkinson (2005).

119 Kawachi, Kennedy e Wilkinson 1999.

120 Alesina e Perotti 1996.

121 Collier e Hoeffler 1998; Fearon e Laitin 2003.

122 Stewart 2005, 2009, 2016a, 2016b.

123 Cederman, Gleditsch e Buhaug 2013. Ver também Stewart (2005). Um dos mecanismos subjacentes a este fenómeno foi explicado há longos anos pelo estudo exaustivo de Horowitz (2001), intitulado *Ethnic Groups in Conflict* (Grupos Étnicos em Conflito). A etnia equivale ao conceito de família, gerando solidariedade e um forte sentido de pertença que podem transformar-se em intensos episódios emocionais e até, por vezes, em ódio (Cederman, Gleditsch e Buhaug 2013). Uma outra explicação reside nos protestos dos grupos quando consideram as desigualdades injustas e tentam lidar com as mesmas de um modo coletivo, ao invés de individual (Van Zomeren 2019). Sen (2008b, p. 5) sugere que a “junção de identidades culturais com a pobreza” torna a desigualdade mais importante e pode, assim, contribuir para a violência.

124 Langer 2005.

125 Stewart 2009.

126 ONU e Banco Mundial 2018.

127 Kelley e outros 2015.

128 Schleussner e outros 2016.

129 Von Uexkull e outros 2016.

130 Hillesund 2019.

131 Langer e Stewart 2015; Miodownik e Nir 2016.

132 Scheidel 2017

133 Bircan, Brück e Vothknecht 2017. Os autores utilizam dados de painéis transnacionais (observações anuais de 161 países) relativos ao período de 1960–2014.

134 Gates e outros 2012. Quanto à mortalidade infantil, ver Dahlum e outros (por publicar).

135 Bircan, Brück e Vothknecht 2017.

136 ONU e Banco Mundial 2018.

137 Stewart 2016b.

Parte II

- Este facto restringe, igualmente, a capacidade de saber se as pessoas mais desfavorecidas se estão a aproximar da fuga à pobreza. Na verdade, alguns dados indicam que as pessoas que permanecem abaixo do limiar de pobreza assistiram a um fraco movimento em direção ao limiar (Ravallion 2016), ao passo que muitas das que o transcenderam permanecem pobres de acordo com outras métricas (Brown, Ravallion e Van de Walle 2017), vulneráveis ao relapso (Lopez-Calva e Ortiz-Juarez 2014).
- Rose (2016) descreve muitos dos perigos da dependência das médias para a formulação e implementação de políticas, chegando mesmo a sugerir que as políticas de promoção da igualdade de acesso, se subordinadas ao ideal do que seria, em média, necessário, irão, inevitavelmente, fracassar na criação de plenas oportunidades para todas as pessoas.
- Inspirado por Ravallion (2001).
- Ferreira (2012) fez uma observação semelhante, defendendo a importância da utilização de curvas de incidência do crescimento.
- Criado-Perez 2019.
- Atkinson 1970, p. 261–262.
- Ravallion 2018a.
- Anand 2018.
- Coyle 2015.
- Rockoff 2019, p. 147.
- Ver Deaton (2005), assim como Ferreira e Lustig (2015).
- Smith e outros 2019.
- Ver, por exemplo, Galbraith (2018). As objeções incluem a observação da escassez e incompletude dos dados relativos aos impostos sobre o rendimento. Nos casos em que existem grandes lacunas nos dados, foi necessário partir de premissas muito significativas e sujeitas ao escrutínio público (Galbraith and others 2016).

Capítulo 3

- Ver, por exemplo, Zucman (2013, 2015). Este assunto também é discutido in Alvaredo e outros (2018).
- Ver também o capítulo 5 e Chancel (2017).
- Zucman 2014.
- Ver ONU (2009).
- Ver Alvaredo e outros (2016).
- Ver Zucman (2019).
- Ver Zucman (2014).

- 8 Na Índia, o governo interrompeu a publicação de dados entre 2000 e 2010 (ver Chancel e Piketty 2017).
- 9 Esta secção baseia-se, em parte, em Ferreira, Lustig e Teles (2015).
- 10 Anteriormente conhecido como Estudo sobre Rendimento do Luxemburgo (www.lisdatacenter.org). Ver Ravallion (2015).
- 11 Gasparini e Tornarolli 2015.
- 12 Galbraith 2016.
- 13 Ver Lustig (2018a).
- 14 Ver www.wider.unu.edu/project/wiidworld-income-inequality-database.
- 15 Ver Bourguignon (2015a).
- 16 Ver, por exemplo, CEPALC (2018b).
- 17 Sítio Web da Estatística da União Europeia sobre Rendimento e Condições de Vida (<https://ec.europa.eu/eurostat/web/microdata/european-union-statistics-on-incomeand-living-conditions>, acessado em 10 de outubro de 2019).
- 18 Ver, por exemplo, Galbraith e outros 2015; Ravallion 2018b.
- 19 Alvaredo e outros 2018; Morgan 2017.
- 20 Kuznets 1953; Atkinson e Harrison (1978).
- 21 Ver Piketty (2001, 2003).
- 22 Ver Piketty e Saez (2003).
- 23 Ver Alvaredo e outros (2013).
- 24 Ver Alvaredo e outros (2016, 2018).
- 25 Ver Alvaredo e outros (2016).
- 26 Ver Alvaredo e outros (2018).
- 27 Ver Piketty (2014).
- 28 Ver <https://wid.world/>. Estão disponíveis detalhes metodológicos em Blanchet e Chancel (2016).
- 29 ONU 2009.
- 30 Ver resultados in Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009b).
- 31 A investigação, nesta secção, dos níveis e da evolução da desigualdade global de rendimento baseia-se, em grande medida, em Alvaredo e outros (2018), onde estão disponíveis informações completas acerca dos métodos e das fontes.
- 32 Neste ponto, “Europa” refere-se à Europa Ocidental. A construção estatística da Europa Ocidental realiza-se através da combinação das distribuições do rendimento da França, da Alemanha e do Reino Unido e de uma fusão agregada de outros países da Europa Ocidental (28 países no total), abrangendo 420 milhões de pessoas. Ver Chancel, Clarke e Gethin (2017). O Médio Oriente define-se como a região que se estende do Egito ao Irão e da Turquia aos países do Golfo, abrangendo 410 milhões de pessoas. Ver Alvaredo, Assouad e Piketty (2018).
- 33 O conjunto Estados Unidos–Canadá é construído do seguinte modo. O crescimento do Canadá é distribuído pela população canadiana, presumindo a mesma distribuição observada nos Estados Unidos. Esta simplificação afigura-se aceitável, dadas as trajetórias idênticas das parcelas de rendimentos do topo observadas nos dois países e justifica-se pela dimensão relativamente reduzida do Canadá em comparação com os Estados Unidos (o que implica que as diferentes premissas quanto à distribuição do rendimento nacional no Canadá apenas surtem um impacto marginal sobre a distribuição do crescimento no conjunto dos Estados Unidos e do Canadá). Ambos os países são fundidos num só agregado. Este procedimento possibilita uma estimativa simples da desigualdade numa região genericamente comparável, em dimensão, à Europa Ocidental, sem deixar de ter em conta as principais diferenças quanto aos níveis e às trajetórias de crescimento do rendimento nacional entre os Estados Unidos e o Canadá. Ver Chancel, Clarke e Gethin (2017).
- 34 A África Subsariana consiste na fusão das distribuições dos países subsarianos relativamente aos quais estão disponíveis dados de inquéritos na PovcalNet do Banco Mundial. Os dados dos inquéritos são corrigidos mediante as estimativas disponíveis quanto aos dados fiscais (as quais, à data, só estão disponíveis, em relação ao período mais recente, nos casos da Costa do Marfim e da África do Sul; a discrepância entre os inquéritos e os dados fiscais destes países é utilizada para a correção das estimativas dos inquéritos referentes a outros países africanos). Ver Chancel, Clarke e Gethin (2017) e Chancel e Czajka (2017).
- 35 Nesta secção, as pensões e os subsídios de desemprego são considerados rendimentos diferidos e, logo, contabilizados como rendimentos anteriores ao pagamento de impostos e às transferências estatais; ver destaque 3.1, no final do capítulo.
- 36 Blundell, Joyce, Norris e Ziliak 2018.
- 37 Note-se, contudo, que os 1 por cento do topo e os 50 percentis populacionais da base não são, necessariamente, compostos pelos mesmos indivíduos em 1980 e em 2016.
- 38 A “curva em forma de elefante” foi popularizada por Lakner e Milanovic (2016).
- 39 Este assunto é discutido in Alvaredo e outros (2018).
- 40 Ravallion 2018a.
- 41 A parcela da população que vive com menos de \$ 1,90 por dia decresceu de 46 por cento, em 1993, para 21,2 por cento, em 2011 (Banco Mundial 2012a).
- 42 Em particular, Lakner e Milanovic (2016) e Anand e Segal (2014). Ver também outras tentativas de medição da desigualdade global de rendimento: Bourguignon e Morrisson (2002), Niño-Zarazúa, Roope e Tarp (2017) e Ortiz e Cummings (2011). Com efeito, quando medida em termos absolutos, a curva em forma de elefante assemelha-se mais a um taco de hóquei (Ravallion 2018a). Este facto é ilustrado pelo enfoque nas parcelas do crescimento total registadas e não apenas nas taxas de crescimento de cada escalão de rendimento.
- 43 Para uma discussão mais pormenorizada das trajetórias nacionais, ver Alvaredo e outros (2018).
- 44 Ver também Milanovic (2005).
- 45 De facto, os dois cenários não são adicionais, no sentido em que a desigualdade global não consiste na soma das duas curvas.
- 46 Os valores do índice de Theil são extraídos de <http://WID.world/gpinter>, com recurso ao conjunto de dados relativos à desigualdade global elaborado para Alvaredo e outros (2018); ver <http://wir2018.wid.world>.
- 47 Recolhidos pelo Banco Mundial e disponíveis na PovcalNet.
- 48 Os valores referentes a África baseiam-se na interpolação de dados da PovcalNet (ver Chancel e outros 2019, que inclui especificações técnicas relativas a esta secção). Os valores apresentados para as Américas, a Ásia e a Europa baseiam-se nas contas distributivas nacionais.
- 49 Para as especificações completas dos métodos e fontes desta secção, relativamente a África, ver Chancel e outros (2019).
- 50 Os rendimentos dos 10 percentis da base da distribuição sofrem uma redução de 25–50 por cento, enquanto os rendimentos dos 1 por cento do topo aumentam na mesma proporção, ao transitar do consumo para a desigualdade de rendimento (Chancel e outros 2019).
- 51 Ver Morgan (2017), quanto ao Brasil, Assouad (2017), relativamente ao Líbano, e Czajka (2017), no tocante à Costa do Marfim, entre outros.
- 52 Chancel e outros 2019, p. 11. Para uma análise da África do Sul segundo uma perspetiva histórica, ver também Alvaredo e Atkinson (2010).
- 53 Ver também Odusola e outros (2017).
- 54 A taxa de pobreza extrema passou de 36,6 por cento, em 1996, para 16,9 por cento, em 2008, e para 18,9 por cento, em 2014. Ver <http://povertydata.worldbank.org/poverty/country/ZAF> (acessado em 6 de novembro de 2019).
- 55 Ver Alvaredo e outros (2018).
- 56 Algumas partes desta secção baseiam-se em Alvaredo e outros (2018) e em Blanchet, Chancel e Gethin (2019).
- 57 Blanchet, Chancel e Gethin 2019; Piketty, Saez e Zucman 2018.
- 58 Ver detalhes in Blanchet, Chancel e Gethin (2019).
- 59 Importa ressaltar que o foco, nesta secção, incide exclusivamente sobre a desigualdade ao nível do rendimento monetário, que era invulgarmente baixo na Federação Russa e na Europa Oriental sob o regime comunista. Outras formas de desigualdade prevalentes à época, em termos de acesso aos serviços públicos ou ao consumo ou de outros tipos de benefícios em espécie, podem ter permitido que as elites locais desfrutassem de padrões de vida muito superiores aos que os seus níveis de rendimento indiciam.
- 60 A percentagem da população em risco de pobreza é definida como a parcela de adultos que vivem com menos de 60 por cento do rendimento mediano nacional.
- 61 Ver <https://data.oecd.org/social/spending.htm>.
- 62 Para comparações entre os Estados Unidos e a Europa, ver OECDStats (<https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=MIN2AVE#>).
- 63 Algumas partes desta secção baseiam-se em Alvaredo e outros (2018).
- 64 Piketty e Zucman 2014.
- 65 Atkinson e Harrison 1978.
- 66 Alstadsæter, Johannesen e Zucman 2018; Zucman 2014.
- 67 Os termos “capital” e “riqueza” são indistintamente utilizados neste capítulo.
- 68 Encontram-se mais detalhes in Alvaredo e outros (2018).
- 69 No tocante aos dados relativos à desigualdade de rendimento, o conjunto de países em relação aos quais estão disponíveis rácios entre a riqueza e o rendimento está em constante expansão.
- 70 Alvaredo e outros 2018; Garbinti, Gouppille-Lebret e Piketty 2016; Saez e Zucman 2016.
- 71 Para uma discussão mais extensa dos dados subjacentes, ver Alvaredo e outros (2018, secção 4).
- 72 Ver Piketty, Yang e Zucman. 2019

Capítulo 4

- 1 PNUD 2018a; ONU Mulheres 2019; WEF 2018; Banco Mundial 2012b
- 2 PNUD 2018a; ONU Mulheres 2019; WEF 2018; Banco Mundial 2012b.
- 3 ONU Mulheres 1995.
- 4 WEF 2018.
- 5 PNUD 2018a.
- 6 Giraldo-Luque e outros 2018.
- 7 Fletcher, Pande e Moore 2017.
- 8 Butler 2019; McDonald e White 2018; UN News 2019.
- 9 Nussbaum 2001, p. 1.
- 10 PNUD 1995, p. 1.
- 11 PNUD 1995, p. 29.
- 12 ONU 2015a.
- 13 ONU Mulheres e UIP 2019.
- 14 UNICEF 2018b.
- 15 Keleher e Franklin 2008; Marcus 2018; Marcus e Harper 2014; Munoz Boudet e outros 2012; Sen, Ostlin e George 2007.
- 16 Marcus e Harper 2014.
- 17 Bicchieri 2006; Fehr, Fischbacher e Gächter 2002; Ostrom 2000.
- 18 Galvan e Garcia-Peñalosa 2018.
- 19 OCDE 2017a; PNUD e ONU Mulheres 2019; ONU Mulheres 2015b; WEF 2017.
- 20 Mackie e outros 2015.
- 21 Charles 2012.
- 22 Chamorro-Premuzic 2013.
- 23 Marcus e Harper 2015.
- 24 Green 2016.
- 25 Gintis 2007.
- 26 Cislighi, Manji e Heise 2018; Cooper e Fletcher 2013; Marcus e Harper 2014.
- 27 Bandura 2003; Mackie e outros 2015; Munoz Boudet e outros 2012; Sood, Menard e Witte 2009.
- 28 Bian, Leslie e Cimpian 2017; Cunningham 2001.
- 29 OCDE 2017a.
- 30 Borrell-Porta, Costa-Font e Philipp 2018.
- 31 Borrell-Porta, Costa-Font e Philipp 2018.
- 32 Amin e outros 2018.
- 33 Kågesten e outros 2016.
- 34 Mackie and Le Jeune 2009; Mackie and others 2015; UNICEF Innocenti Research Centre 2010.
- 35 UN Women 2015b.

36	Mackie e Le Jeune 2009; Mackie e outros 2015; Centro de Investigação Innocenti da UNICEF 2010.		necessárias à disponibilização de uma cadeira para que alguém se sente).				
37	Cialdini, Kallgren e Reno 1991; Etzioni 2000; Jacobs e Campbell 1961.	3	Dado o menor número de consumidores que dispõem de um poder de compra compatível com a aquisição de bens e serviços “verdes”, mantendo os preços a um nível superior e gerando uma menor procura por novas mudanças tecnológicas (Vona e Patriarca 2011).	13	Por exemplo, a tendência (ou seja, excluindo as alterações cíclicas do rendimento) da elasticidade entre o rendimento e as emissões, no caso de um típico país desenvolvido, foi estimada, essencialmente, em zero no tocante às emissões decorrentes da produção (o que indicia, efetivamente, a dissociação entre as emissões e o crescimento), disparando, no entanto, para 0,5 no caso das emissões relacionadas com o consumo (o que implica uma associação ainda bastante acentuada); as elasticidades estimadas para os países em vias de desenvolvimento cifram-se em 0,7, tanto no caso das emissões ligadas à produção quanto no das relativas ao consumo (Cohen e outros 2018).	15	Dado que os efeitos negativos das alterações climáticas incidem desproporcionalmente sobre as pessoas com menores rendimentos e menos capacidades (PNUD 2007).
38	Nussbaum 2003.						
39	Addati e outros 2018.						
40	O termo foi cunhado por Amartya Sen para captar o facto de a proporção de mulheres ser inferior ao que seria de esperar se as raparigas e mulheres de todo o mundo em vias de desenvolvimento nascessem e morressem à mesma taxa que os rapazes e homens (Sen 1990).	4	Existem dados que sustentam esta hipótese no caso dos estados dos Estados Unidos, quanto aos quais a análise demonstra que o índice de Gini não tem impacto sobre as emissões por estado (corroborando, deste modo, a ausência ou debilidade do primeiro mecanismo), apesar de uma relação positiva entre as emissões ao nível estadual e a concentração do rendimento entre os 10 percentis do topo, compatível com “abordagens centradas nas dinâmicas da economia política (...) que sublinham o potencial poder político e económico (...) das pessoas abastadas” (Jorgenson, Schor e Huang 2017, p. 40). A concentração do mercado foi fundamental na história do desenvolvimento do Protocolo de Montreal, em 1987, destinado a combater os clorofluorcarbonetos responsáveis pela destruição da camada de ozono. Durante anos a fio, as empresas dominantes opuseram-se às medidas regulamentares, até se aperceberem dos benefícios económicos que poderiam obter de uma regulamentação que criasse um mercado lucrativo para os substitutos químicos (Hamann e outros 2018; Maxwell e Briscoe 1998).	14	Um conceito relacionado — e mais estrito, à luz de certas formulações — e extensivamente discutido na literatura é a hipótese dos “paraísos da poluição”, inicialmente postulada por Copeland e Taylor (1994), no contexto do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio. Na sua aceção mais geral, a hipótese dos “paraísos da poluição” supõe que a liberalização comercial incentiva um maior número de empresas e indústrias poluentes a deslocarem uma parte das suas atividades para países com normas ambientais mais permissivas, conduzindo, assim, ao aumento da poluição nos países de acolhimento. Os dados empíricos relativos a esta hipótese são contraditórios; para uma análise exaustiva, ver Gill, Viswanathan e Abdul Karim (2018). Um dos empecilhos concetuais é a causalidade — isto é, se as empresas se deslocam devido às normas ambientais mais transigentes ou por outro motivo que, coincidentemente, também se correlacione com as normas mais débeis. Existem alguns dados convincentes quanto à hipótese das emissões de dióxido de carbono, incluindo, recentemente, in Itzhak, Kleimeier e Viehs (2018), que recorreram a microdados inovadores. A transferência de responsabilidades ambientais, conforme consta deste capítulo, é mais ampla do que no âmbito da tese dos “paraísos da poluição” e não é previamente condicionada por diferenças quanto à regulamentação ambiental. Pode ocorrer entre países — sob a forma de fluxos líquidos de poluição ou da utilização de recursos (como a água doce) incorporados em bens comercializados — ou comportados pelos mesmos — a exemplo da seleção do local das instalações de eliminação de resíduos. Kolcava, Nguyen e Bernauer (2019) apenas oferecem uma sustentação parcial de um elo entre a liberalização do comércio, através de acordos comerciais preferenciais, e a transferência de responsabilidades ambientais, medida através das pegadas ecológicas agregadas. Ainda assim, o referido estudo testou uma hipótese mais restrita (liberalização do comércio por meio	17	Burke e Tanutama 2019; Randell e Gray 2019. Muito depende de fatores como o modo de avaliação do impacto (a exemplo dos prejuízos económicos e das baixas) e da natureza dos perigos associados às alterações climáticas. Exemplificando, existem provas empíricas de que as ocorrências de temperaturas extremas fizeram aumentar a mortalidade, quer nos países em vias de desenvolvimento quer nos desenvolvidos, de que o número de mortes relacionadas com secas extremas baixou em ambos os grupos de países e da existência de uma polarização crescente entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento no tocante aos óbitos associados a tempestades extremas, cuja ocorrência aumentou nos países em vias de desenvolvimento (Coronese e outros 2019).
41	PNUD 2016.						
42	PNUD 2016.						
43	OCDE 2017a; UNESCO 2019a.						
44	Fundação Bill e Melinda Gates 2019.						
45	UNICEF 2019a.						
46	Kishor e Johnson 2004.						
47	Loaiza e Wong 2012.						
48	Chandra-Mouli, Camacho e Michaud 2013.						
49	Blum e Gates 2015.						
50	O enfoque das estatísticas relativas à prevalência do uso de contraceptivos nas mulheres casadas deve-se ao facto de, nos países em vias de desenvolvimento, a maioria das raparigas adolescentes sexualmente ativas serem casadas, ao passo que, em alguns, é alegado que a atividade sexual só tem lugar no matrimónio. Por conseguinte, os inquéritos às famílias não recolhem dados relativos às mulheres solteiras. Ainda assim, as mulheres solteiras devem ser tidas em consideração para a conceção de políticas e intervenções na área da saúde reprodutiva.	5	Uma grande parte dos dados empíricos aplica-se aos recursos de reservas comuns, por oposição a um bem público global, como a estabilidade climática, embora o mecanismo genérico que demonstra o modo como a desigualdade torna a ação coletiva mais desafiante permaneça válido. Ver, a título exemplificativo, Alesina e La Ferrara (2000); Anderson, Mellor e Miliyo (2008); Bardhan (2000); Costa e Kahn (2003) e Varughese e Ostrom (2001).				
51	FNUAP 2019.						
52	Kumar e Rahman 2018.						
53	PNUD 2016.						
54	UNIFEM 2000.						
55	OIT 2017a.						
56	Alonso e outros 2019.						
57	Hegewisch e Gornick 2011.						
58	A disparidade média global, para o mesmo emprego, cifra-se em 77 por cento (ONU Mulheres 2017).	6	Quer quanto ao impacto da desigualdade sobre a redução da cooperação quer no tocante ao valor da comunicação enquanto fator de possibilitação da mesma, ver Tavoni e outros (2011).				
59	Munoz Boudet e outros 2018.						
60	Banco Mundial 2017a.						
61	Schmidt e Sevak 2006; Sierminska, Frick e Gabska 2010.						
62	Demirgüç-Kunt, Klapper e Singer 2013.						
63	Munoz Boudet e outros 2018.	7	Berger e outros 2011.				
64	Ver ONU Mulheres (2019).	8	Além do modo como a desigualdade exacerbada a competição pelo estatuto social e pode incentivar políticas de crescimento, em detrimento de medidas ambientais (Baland, Bardhan e Bowles 2007; Berthe e Elie 2015; Chaigneau e Brown 2016; Franzen e Vogl 2013; Magnani 2000).				
65	Ver ONU Mulheres (2015a).						
66	OIT 2017a; PNUD 2016; ONU Mulheres 2015b; Banco Mundial 2012b.						
67	Deschamps 2018.						
		9	Cohen e outros 2018 p. 1.				
		10	Alguns dados sugerem que esta separação está associada à redução da desigualdade de rendimento — mais concretamente, à sua relação negativa com o aumento da parcela de rendimentos dos 20 percentis do topo e à sua associação positiva com o aumento da parcela de rendimentos dos 20 percentis da base (McGee e Greiner 2018).				
		11	Cumming e von Cramon-Taubadel 2018.				
		12	Para uma exploração das complexidades da identidade, dos intuítos e dos impactos				

Capítulo 5

- Este enquadramento é adaptado de Berthe e Elie (2015).
- Embora possa parecer que esta abordagem exclui a produção, é possível ter em conta não apenas as emissões diretas decorrentes do consumo (como a condução de um carro), como também as emissões indiretas relacionadas com a produção de um bem ou serviço (por exemplo, as atividades de transformação de aço, fabrico e transporte

- 28 O único furacão mais intenso alguma vez registado no Atlântico foi o Furacão Allen, em 1980, embora tenha perdido força ao atingir a costa (Le Page 2019). Ver também Rice (2019).
- 29 Semple 2019.
- 30 Burke, Davis e Diffenbaugh 2018; Kahn e outros 2019; Kompas, Pham e Che 2018; Pretis e outros 2018; Tol 2018.
- 31 Burke e Tanutama 2019; Carleton e Hsiang 2016.
- 32 Cooper 2019.
- 33 Weitzman 2012, p. 234.
- 34 Alguns dos modelos mais difundidos recorrem a funções suaves de danos, consideradas a “melhor correspondência” com os dados subjacentes, ao invés de funções de danos com não linearidades (isto é, patamares, pontos de viragem), que podem ser mais características de potenciais ocorrências catastróficas decorrentes das alterações climáticas. As funções suaves são a “melhor correspondência” precisamente porque os próprios dados subjacentes partem de premissas minimizadas em relação aos eventos catastróficos. De forma a contribuir para a retificação desta e de outras deficiências dos dados subjacentes extraídos de outros modelos, acrescenta-se um “fator de correção” (fudge factor) à função de danos do modelo DICE (Cooper 2019; Nordhaus e Moffat 2017).
- 35 Cai, Judd e Lontzek 2013; Cai e outros 2015; Lemoine e Traeger 2014.
- 36 Burke, Davis e Diffenbaugh 2018; Kahn e outros 2019; Kompas, Pham e Che 2018; Pretis e outros 2018; Tol 2018.
- 37 Daniel, Litterman e 2019. Uma ação vigorosa, neste contexto, significa a atribuição de um preço ao carbono com base em premissas probabilísticas quanto aos prejuízos climáticos. O preço do carbono, de acordo com este modelo, seria elevado e aumentaria ao longo de alguns anos, mas diminuiria gradualmente, à medida que o valor dos seguros decrescesse e a tecnologia embaratecesse a redução das emissões.
- 38 OMS 2018.
- 39 Hoegh-Gulberg e outros 2018.
- 40 Painel Global da Agricultura e dos Sistemas Alimentares para Nutrição 2016; US CDC 2014.
- 41 Um indivíduo pode ser exposto uma ou várias vezes num ano. Cada vez que uma pessoa é exposta conta como uma ocorrência de exposição. Watts e outros 2015.
- 42 OMS e Banco Mundial 2017.
- 43 Watts, Amann, Arnell e outros 2018.
- 44 Mejia e outros 2019.
- 45 Kahn e outros 2019.
- 46 Watts, Amann, Arnell e outros 2018.
- 47 Watts, Amann, Ayeb-Karlsson e outros 2018.
- 48 “A capacidade vetorial é uma medida da capacidade dos vetores para a transmissão de um agente patogénico a um hospedeiro e é influenciada pelo vetor, pelo agente patogénico e por fatores ambientais” (Watts, Amann, Ayeb-Karlsson e outros 2018, p. 2487).
- 49 Watts, Amann, Arnell e outros 2018.
- 50 Randell e Gray 2019.
- 51 Kim, Lee e Rossin-Slater 2019.
- 52 Foram propostos outros enquadramentos relacionados para os veículos através dos quais as alterações climáticas afetam a desigualdade. Ver Islam e Winkel (2017), que propõe três veículos: a exposição, a suscetibilidade e a capacidade de sobrevivência e recuperação. Através da discussão da resiliência, este capítulo abrange, de um modo geral, este enquadramento.
- 53 Ver Winsemius e outros 2018. Os autores sublinham, igualmente, um eventual trajeto inverso: o impacto das áreas propensas a desastres sobre a pobreza.
- 54 Demaria 2010.
- 55 Boillat e outros 2018; Hart 2014; Jones 2009.
- 56 Martinez-Alier e outros 2016; Sobotta, Campbell e Owens 2007.
- 57 Wenz 2007.
- 58 Asseng e outros 2015; Battisti e Naylor 2009; Challinor e outros 2016; Porter e outros 2014; Zhao, Liu e outros 2017.
- 59 King e Harrington 2018; King e outros 2015; Mora e outros 2013.
- 60 Schiermeier 2018.
- 61 Quanto aos mecanismos genéricos mediante os quais um choque meteorológico pode conduzir a uma insegurança alimentar devastadora, ver, por exemplo, Devereux (2009).
- 62 Dingel, Meng e Hsiang 2019.
- 63 Woodard, Davis e Randerson 2019.
- 64 Burke e Tanutama 2019.
- 65 Randell e Gray 2019.
- 66 Mejia e outros 2019.
- 67 Agência Europeia do Ambiente 2018; Parry e Terton 2016.
- 68 Devex s.d.; Parry e Terton 2016; Agência Espacial do Reino Unido 2018.
- 69 Nakatani 2019.
- 70 Comissão Global de Adaptação 2019.
- 71 Vörösmarty e outros 2000.
- 72 Hallegatte e Rozenberg 2017; Rozenberg e Hallegatte 2015.
- 73 PNUD 2011.
- 74 Liu e outros 2007.
- 75 Conforme documentado por Scheidel (2017). Acrecece que a resposta a um choque pode surtir um efeito igualitário, ainda que o mesmo não se aplique ao impacto. A título exemplificativo, o Furacão Mitch atingiu com maior dureza os agregados familiares mais pobres das Honduras, mas a resposta criou uma oportunidade para a correção de desigualdades crónicas (McSweeney e Coomes 2011).
- 76 Coronese e outros 2019.
- 77 Clarke e Dercon 2016.
- 78 Ver, por exemplo, Hallegatte e outros (2017).
- 79 Hallegatte e outros 2017.
- 80 UNDRR 2019.
- 81 A título de exemplo, considere-se a redução da vulnerabilidade face a inundações (Jongman e outros 2015).
- 82 PIAC 2014, p. 8.
- 83 PIAC 2014, p. 13. Quanto à segurança alimentar, ver FAO (2018).
- 84 PIAC 2014.
- 85 Dang, Lanjouw e Swinkels 2014.
- 86 Fuentes-Nieva e Seck 2010.
- 87 Kim 2010.
- 88 IDMC 2018.
- 89 Por exemplo, quando, em 2012, uma onda de calor oceânica no Atlântico Norte conduziu à antecipação do pico da captura de lagosta em um mês, verificou-se um excesso de oferta e uma descida dos preços. Na sequência deste choque “surpresa”, os investimentos em marketing e na capacidade de processamento permitiram que a indústria desse resposta ao aumento acentuado das temperaturas — como o que ocorreu em 2016, durante o qual o setor atingiu um valor recorde (Pershing e outros 2019).
- 90 Entre os exemplos de ativismo pela justiça ambiental, inclui-se a mobilização contra a instalação de aterros tóxicos na década de 1980 (Bullard 1983, 1990; Margai 2001; Taylor 2000).
- 91 Milman 2018; US EPA 2015.
- 92 Deste modo, uma parte da literatura acerca da justiça ambiental centra-se em questões de justiça processual, ao invés dos resultados distributivos (Curran 2018).
- 93 Neste capítulo, o termo “resíduos” refere-se a resíduos sólidos.
- 94 Kaza e outros 2018.
- 95 Eriksen e outros 2014.
- 96 US NOAA 2018.
- 97 Lebreton e outros 2018.
- 98 US NOAA 2018.
- 99 Choy e outros 2019; Woodall e outros 2014.
- 100 Allen e outros 2019; Gasperi e outros 2018.
- 101 Kaza e outros 2018.
- 102 Este parágrafo baseia-se em Kaza e outros (2018).
- 103 Bullard 1983, 1990; Margai 2001; Taylor 2000. Para uma análise da literatura, ver Martuzzi, Mitis e Forastiere (2010). Ver também Elliott e outros (2001); Harper, Steger e Filak (2009); Johnson, Lora-Wainwright e Lu 2018; Laurian (2008); McLaren, Cottray e Taylor (1999); Steger e outros 2007; Varga, Kiss e Ember (2002); Varró, Gombkóto e Szeremi (2001); Walker e outros (2003).
- 104 Thornton e outros (2006), apud FAO (2018).
- 105 Os dados deste parágrafo provêm de FAO (2018).
- 106 FAO 2014; Poore e Nemecek 2018.
- 107 “A agricultura utiliza, aproximadamente, 70 por cento das disponibilidades de água doce e cerca de 30 por cento da água destinada a fins agrícolas, ao nível global, é consumida pela pecuária” (FAO 2018, p. 51). O cálculo baseia-se no seguinte: 30 por cento de 70 por cento = 21 por cento.
- 108 Godfray e outros 2010; Rask e Rask 2011.
- 109 Gerbens-Leenes e Nonhebel 2002; Pimentel e Pimentel 2003; Wirsenius, Azar e Berndes 2010.
- 110 FAO 2006, 2017; Gerber e outros 2013; Tubiello e outros 2014.
- 111 O processamento, a distribuição e o comércio também são importantes, tendo em conta que as perdas são, frequentemente, responsáveis pela maior parcela de emissões nestas etapas. Poore e Nemecek 2018.
- 112 FAO 2017; Science Daily 2014.
- 113 A expressão “carne bovina” refere-se à que é obtida dos produtores de gado e laticínios. Poore e Nemecek 2018.
- 114 Poore e Nemecek 2018.
- 115 OCDE e FAO 2018.
- 116 FAO 2018.
- 117 OCDE e FAO 2017, 2018.
- 118 Bennett 1941; Block e outros 2004; Bouis, Eozenou e Rahman 2011.
- 119 Uma vez que a elasticidade do rendimento, quanto ao consumo de carne, é mais elevada no caso dos grupos com menores rendimentos.
- 120 Burton 2019.
- 121 A. T. Kearney 2019.
- 122 Giupponi e Paz 2015; Governo do Equador 2008; Estado da Califórnia 2012; Takacs 2016; Assembleia Geral da ONU 2010; Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas 2010.
- 123 Os dados deste parágrafo provêm de UNICEF e OMS (2019).
- 124 FAO 2016.
- 125 FAO 2016.
- 126 Gerten e outros 2015; Jaramillo e Destouni 2015; Rockström e outros 2009; Steffen e outros 2015.
- 127 Gleeson e outros por publicar.
- 128 Mekonnen e Hoekstra 2016.
- 129 Mekonnen e Hoekstra 2016.
- 130 Richey e outros 2015.
- 131 PNUD 2006, p. v.
- 132 Hoekstra e Mekonnen 2012.
- 133 Mekonnen e Hoekstra 2011.
- 134 Hoekstra e Mekonnen 2012.
- 135 Por outras palavras, utiliza-se uma maior quantidade de água para a produção da carne e dos cereais consumidos, ao invés de se consumir, no geral, mais carnes e cereais.
- 136 Hoekstra e Mekonnen 2012.
- 137 UNICEF e OMS 2019.
- 138 Cole e outros 2018.
- 139 República da África do Sul 1996; South Africa Department of Water and Sanitation 2016.
- 140 Gleick 2018.
- 141 Gleick 2018.
- 142 Nos Estados Unidos, o custo da transição para um sistema elétrico isento de carbono sofreu um decréscimo acentuado, devido à diminuição do custo das tecnologias ligadas às energias renováveis, como a eólica e a solar, assim como dos sistemas de armazenamento de energia (Heal 2019). Para análises do custo global e das tendências das capacidades ao nível das tecnologias fotovoltaicas e eólicas, respetivamente, bem como uma discussão dos desafios e das oportunidades que a respetiva expansão proporciona, ver Haegel e outros (2019) e Veers e outros (2019). Davis e outros (2018) explora os desafios e as oportunidades da descarbonização dos serviços energéticos e dos processos industriais, tais como o transporte de mercadorias de longa distância e as viagens aéreas, que são difíceis de oferecer sem a emissão de dióxido de carbono. Apesar das condições cada vez mais favoráveis às energias renováveis e às tecnologias associadas, o ritmo de crescimento do setor energético global ainda

supera o da descarbonização (Jackson e outros 2018).

Capítulo 6

1 A expressão popularizou-se entre os historiadores económicos após a publicação do livro *A Grande Divergência* de Kenneth Pomeranz (2000), embora a obra apresentasse, o que era na época, uma tese original acerca do modo como a Revolução Industrial teve início e dos motivos que conduziram à mesma (afirmando que a sua origem europeia foi aleatória, dadas as condições idênticas na Ásia Oriental de finais do século XVII e, ainda, que a vantagem da Europa se deveu, em larga medida, ao grande volume de recursos naturais extraídos das colónias do “Novo Mundo”). Este ponto de vista é controverso, tendo sido apresentadas uma análise recente do debate em torno das causas da Grande Divergência e diversas hipóteses, inclusive in Vries (2016). Para uma perspetiva económica recente, ver O'Rourke, Rahman e Taylor (2019).

2 A aspiração ao “desenvolvimento”, em grande parte da segunda metade do século XX, era, praticamente, um sinónimo de “industrialização”. Acresce que, de facto, no decurso da segunda metade do século XX, o setor industrial se deslocalizou para vários países desenvolvidos — embora nem todo ele e não de uma forma simultânea — levando a uma certa convergência entre os países ao nível do rendimento. Uma das manifestações da atração duradoura da industrialização reside no facto de permanecer um dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

3 Até meados do século XIX, o maior rácio registado entre o rendimento real per capita da sociedade mais rica e o da mais pobre cifrava-se em 5 para 1 (Vries 2016). Os cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base nas estimativas do rendimento por pessoa de cada país que constam da base de dados do projeto Maddison (Bolt e outros 2018), demonstram que o rácio ascendera a 50 para 1 em meados do século XX. Embora sejam contestadas, estas estimativas proporcionam, ainda assim, um ponto de referência útil. Quanto à desigualdade no seio dos países, Milanovic, Lindert e Williamson (2010) demonstram que o coeficiente de Gini relativo ao rendimento era, em média, tão elevado nas economias pré-industriais quanto nas industrializadas, com uma variação semelhante em todas as economias.

4 A utilização intensiva do carvão enquanto fonte de energia persistiu ao longo do século XX e foi exacerbada pela difusão do recurso ao motor de combustão interna. Para um relato histórico das dimensões ambientais destas inovações tecnológicas e da sua importância, ver McNeill (2001)

5 O relatório também teve em consideração a importância do equilíbrio entre os incentivos ao investimento em novas tecnologias e

a respetiva difusão e discutiu os muitos obstáculos enfrentados pelos países em vias de desenvolvimento no tocante ao usufruto dessa difusão (PNUD 2001).

6 Silver e outros 2018.

7 LeCun, Bengio e Hinton 2015. Além disso, é concebível que as máquinas aprendam não só por si próprias, mas também com outras, de forma a partilhar a aprendizagem de uma com as demais. Este processo pode ser efetuado de forma muito mais rápida do que a partilha de informações entre humanos, que comunicam a uma taxa de 10 bits por segundo, um ritmo 100 milhões de vezes mais lento do que o das máquinas (Pratt 2015).

8 Além do seu impacto sobre os mercados laborais, a inteligência artificial tem, igualmente, começado a levantar profundas questões filosóficas. Embora, até ao presente e no futuro próximo, a inteligência artificial se limite a concretizar tarefas definidas por humanos, é concebível que as máquinas venham a ser capazes de estipular os seus próprios objetivos — o que coloca questões profundas acerca da espécie humana e do modo como as pessoas interagem com a tecnologia. Ver Russell (2018).

9 Conforme demonstrado na extensa discussão dos possíveis mecanismos de interação e impactos da inteligência artificial sobre o emprego e os rendimentos in Frank e outros (2019).

10 A literatura acerca desta transformação é vasta, mas, entre os trabalhos recentes que afluem esta temática, contam-se Goldin e Katarna (2016), Iversen e Soskice (2019), Unger (2019) e a análise mais especulativa in Harari (2016).

11 Banco Mundial 2019a.

12 Russell 2018.

13 Em 1995, nos Estados Unidos, apenas 2 por cento dos casais heterossexuais se tinham conhecido online, ao passo que metade se haviam conhecido por intermédio de familiares e amigos. Já em 2017, quase 40 por cento se tinham conhecido online, face a menos de um terço que se haviam conhecido por intermédio de familiares e amigos (Rosenfeld, Thomas e Hausen 2019).

14 Frost e outros 2019.

15 Fintech News Hong Kong 2019.

16 Banco Popular da China 2019.

17 Butera 2019.

18 A revolução do Neolítico ou agrícola, que teve lugar há mais de 10.000 anos, é frequentemente evocada enquanto exemplo de uma transformação tecnológica à escala da Revolução Industrial. No entanto, embora as consequências históricas da transição dos caçadores-recolectores pertencentes a pequenos grupos nómadas para segmentos sedentários e de maior dimensão caracterizados pelo cultivo de plantas e pela criação de gado sejam indisputáveis, os trabalhos académicos mais recentes demonstram que estas transformações não estão relacionados com a disponibilidade de tecnologia per se (Scott 2017). Com efeito, a capacidade humana de domesticação de plantas e animais já existia quase 4.000 anos antes. A tecnologia, porém, só se

tornou consequente quando certas inovações institucionais, como a criação do Estado, possibilitaram a expansão de pequenos povoados, que se converteram nas primeiras civilizações do Crescente Fértil e do Delta do Nilo.

19 Conforme articula, por exemplo, o discurso de receção do Prémio Nobel de Kuznets (Kuznets 1971). Como afirmou Mokyr (2016, p. 339): “Houve um único caso em que uma tal acumulação de conhecimento se tornou constante e autossustentada a ponto de adquirir um efeito explosivo e modificar a base material da existência humana de um modo mais abrangente e acelerado do que qualquer outro fenómeno da história planetária da humanidade. Esse caso deu-se (...) durante e após a Revolução Industrial.” A tese central de Mokyr postula que o Iluminismo europeu, o qual constitui, em si próprio, uma construção que demorou várias centenas de anos a realizar e que está longe de ser predestinada, proporcionou um terreno fértil para o florescimento de um “mercado de ideias”, a par da convicção de que os seres humanos eram capazes de compreender “as regularidades da natureza e explorá-las em seu benefício” (p. 7).

20 Ver Vries (2016). Conforme argumentou o Nobel da Economia Paul Romer (1990), uma vez que vivemos num planeta em que os nossos recursos e capacidades de produção são finitos, foram as ideias e a capacidade de combinar coisas distintas de formas cada vez mais eficientes que impulsionaram o crescimento económico. Talvez a melhor forma de concretizar o pleno potencial da tecnologia seja através da manutenção daquilo que Stiglitz e Greenwald (2014) apelidaram de “sociedade da aprendizagem”.

21 Basu, Caspi e Hockett (2019) demonstram que as novas tecnologias que subjazem à economia das plataformas, embora dilatem as fronteiras das possibilidades mundiais de produção, podem deixar vastos segmentos da população isolados e sem poder negocial.

22 Mokyr 2002.

23 Vickers e Zierbarth 2019.

24 Atkinson 2015.

25 Acemoglu e Restrepo 2019.

26 Para uma abordagem do direcionamento das mudanças técnicas para a solução dos desafios ambientais, ver, a título exemplificativo, Acemoglu e outros (2012).

27 Por exemplo, o impacto da eletricidade sobre a produtividade industrial só se materializou por completo quando as fábricas passaram a estar num só piso e a presença de vários motores elétricos ligados a diversos equipamentos (David 1990).

28 Por exemplo, no contexto da iniciativa japonesa Society 5.0 (Sociedade 5.0) (Governo do Japão 2017).

29 Mazzucato 2013.

30 Lee 2018.

31 UNESCO n.d.

32 DAESNU 2018.

33 GSMA 2017.

34 GSMA 2018.

35 UIT 2019.

36 OCDE 2019b.

37 Ver, por exemplo, Gonzales (2016) e Rosenberg (2019).

38 Hilbert 2019.

39 Para projeções relativas aos proveitos gerados pela inteligência artificial, ver PwC (2017). Quanto ao crescimento da inteligência artificial na América do Norte e na Ásia Oriental, em particular na China, ver Lee (2018).

40 Ver, por exemplo, Utterback e Abernathy (1975).

41 Hilbert 2011.

42 Esta secção baseia-se, em parte, em Conceição (2019a).

43 A ponto de uma constância da parcela de rendimentos do trabalho ter sido uma das características cuja justificação se esperava dos modelos de crescimento económico, desde que Kaldor (1961) a identificou como uma regularidade empírica típica do crescimento económico. Em relação à constância da parcela de rendimentos do trabalho, ver Giovannoni (2014).

44 Autor e Salomons (2017) citaram a afirmação, por Keynes, de que esta regularidade era uma espécie de milagre.

45 Regularidade argumenta, por exemplo, Rodrik (2015). Avent (2016) vai um pouco mais longe, defendendo que, na era digital, será necessário um novo tipo de instituição. Uma vez que a promessa da revolução digital consiste na extinção do trabalho, serão igualmente necessárias instituições que providenciem o sustento das pessoas que não trabalhem, visto que o seu trabalho não será necessário para gerar crescimento económico.

46 Karabarbounis e Neiman 2013. Quanto à dimensão global do declínio da parcela do trabalho, ver Dao e outros (2017).

47 A erosão da procura por tarefas rotineiras associada às mudanças tecnológicas justifica cerca de metade da diminuição da parcela do trabalho nos países desenvolvidos (FMI 2017b). Para obter dados empíricos relativos à Europa, ver Dimova (2019). O decréscimo da sindicalização foi, de igual modo, um importante fator em alguns países, incluindo nos Estados Unidos (ver Farber e outros 2018).

48 Nos países desenvolvidos, a redução das parcelas do trabalho reflete uma expressiva substituição de mão-de-obra por capital, embora a explicação desta tendência difira nos países em vias de desenvolvimento. As empresas dos países avançados automatizam as tarefas rotineiras. Por conseguinte, as tarefas com um menor fator de substituíbilidade têm uma maior probabilidade de deslocalização. Nos países em vias de desenvolvimento, o declínio da parcela do trabalho deve-se, principalmente, à integração global, sobretudo à expansão das cadeias globais de valor, que contribuiu para o aumento, em termos gerais, da intensidade de capital da produção nos países em vias de desenvolvimento (Dao e outros 2017).

49 Para uma descrição do modo como o decréscimo do preço relativo dos bens de investimento interage com a tecnologia e a globalização, levando à diminuição da

parcela do trabalho, ver Lian (2019). Quanto ao decréscimo dos preços relativos dos bens de investimento, ver Lian e outros (2019).

50 Medidos a partir da diminuição mediana registrada nos países em vias de desenvolvimento (Lian e outros 2019).

51 Karabarbounis e Neiman 2013; Lian e outros 2019.

52 Chen, Karabarbounis e Neiman 2017.

53 As poupanças das empresas consistem nos lucros que não são utilizados para o pagamento de impostos, da remuneração da mão-de-obra, de dívidas ou de detentores de participações sociais.

54 Furman 2014.

55 OIT 2018b.

56 Autor e outros 2017; De Loecker e Eeckhout 2017; Furman e Orszag 2015.

57 Diez, Fan e Villegas-Sánchez 2019.

58 A importância destas externalidades relativas às redes é, há muito, reconhecida como uma característica fundamental de todas as plataformas, não apenas as tecnológicas. Ver Rochet e Tirole (2003).

59 Moazed e Johnson 2016.

60 Khan 2017.

61 Dellinger 2019.

62 Wu e Thompson 2019.

63 Naidu, Posner e Weyl 2018.

64 Chau e Kanbur 2018.

65 Dube e outros 2018.

66 OIT 2018a.

67 Ver, por exemplo, Atkinson (2014) e Kanbur (2018).

68 Ver, a título exemplificativo, Basu (2019b) e Stiglitz (2019b).

69 Furman e Seamans 2019.

70 Wu 2018.

71 Basu 2019b; Stiglitz 2019b; Sunstein 2018.

72 Em termos mais gerais, é possível contemplar o modo de orientação da inteligência artificial de uma forma que integre os valores éticos e o valor económico (ver Korinek 2019).

73 Acemoglu e Restrepo 2018.

74 Este fenómeno pode acarretar diversos impactos geográficos. Exemplificando, existem dados que comprovam que, nos Estados Unidos, as cidades mais pequenas enfrentaram um maior impacto negativo da automatização, enquanto as cidades de maior dimensão se defrontaram com um impacto muito inferior, dada a

75 OIT 2019c.

76 The Economist 2019.

77 The Economist 2019; Maulia 2018.

78 Bruckner, LaFleur e Pitterle 2017.

79 Brynjolfsson, Mitchell e Rock 2018.

80 Wrzesniewski e Dutton 2001.

81 Brynjolfsson, Mitchell e Rock 2018.

82 Conforme se discute no capítulo 2. Ver também Acemoglu e Autor (2011); Autor, Katz e Kearney (2006); Bhorat e outros (2019); Bruckner, LaFleur e Pitterle (2017); Goos, Manning e Salomons (2014) e Banco Mundial (2016).

83 OIT 2019c.

84 Considere-se o Voyager, um sistema interativo de análise exploratória que combina a especificação manual e automática de gráficos. Uma vez inserido um conjunto de dados, o Voyager deteta potenciais problemas quanto à qualidade ou abrangência. À medida que os utilizadores interagem com a interface, o Voyager recomenda visualizações. Os utilizadores relatam que o Voyager contribuiu para a promoção da avaliação da qualidade dos dados e para a prevenção do viés de confirmação (Heer 2019).

85 Agarwal, Gans e Goldfarb 2019.

86 Cheng, Chauhan e Chintala 2019; IWPR 2019.

87 Brussevich, Dabla-Norris e Khalid 2019.

88 A superioridade do número de rapazes que realizam as provas avançadas de ingresso na área das ciências informáticas face ao de raparigas foi documentada e, em 2013, apenas 26 por cento dos profissionais da área eram mulheres (AAUW 2015; IDRC 2018).

89 WEF 2018.

90 Metz 2019.

91 Metz 2019.

92 OIT 2018a.

93 O estado norte-americano da Califórnia declarou, recentemente, que todos os condutores dos serviços de transporte suportados em plataformas online são funcionários das respetivas empresas (Szymkowski 2019). Esta determinação garante a aplicação da legislação laboral a estes empregos. A New York City Taxi and Limousine Commission (Comissão de Táxis e Limusinas da Cidade de Nova Iorque) adotou novas normas destinadas a assegurar uma remuneração horária mínima de \$ 17,22 (líquidos) aos condutores que prestam serviços com base em plataformas, como sejam a Uber, a Lyft, a Via e a Juno (Ha 2018).

94 A OIT (2019c) indica que a Convenção do Trabalho Marítimo de 2006 — que constitui, efetivamente, um código laboral global para os marinheiros — foi uma fonte de inspiração para fazer face aos desafios dos trabalhadores, dos empregadores, das plataformas e dos clientes com atividades em diversos ordenamentos jurídicos.

95 Korinek e Stiglitz 2017.

96 Freeman e Perez 1990.

97 Acresce que a tecnologia, em si, também poderá oferecer oportunidades para que os países em vias de desenvolvimento reformulem as políticas vigentes datadas da época industrial, convertendo-as em sistemas contemporâneos de proteção social que proporcionem uma partilha mais eficaz dos riscos (Rutkowski 2018).

98 As poupanças individuais podem constituir uma opção voluntária para a suplementação de prestações sociais estáveis, equitativas e adequadas (OIT 2019c).

99 Quanto ao rendimento básico universal, ver, por exemplo, Francese e Prady (2018). Ver também Hanna, Khan e Olken (2018).

100 A título de exemplo, a oferta de subsídios de desemprego excessivamente generosos pode desincentivar a participação no mercado laboral. Ver Farber e Valletta (2015).

101 Tal como no caso da saúde, da educação e de outras rubricas orçamentais. As sustentabilidade financeira dos programas é outra consideração fundamental (Coady 2018).

102 Berger e Frey 2016.

103 OCDE 2019c.

104 De facto, um dos motivos pelos quais as firmas empregam tantos robôs, apesar do seu contributo, por vezes, questionável para a formação de lucros, é a subvenção da automatização. Os subsídios induzem as firmas a substituir a mão-de-obra por capital, inclusive nos casos em que a substituição não leva à redução dos custos sociais, embora beneficie, a título privado, a empresa (Acemoglu e Restrepo 2018; Guerreiro, Rebelo e Teles 2018).

105 A República da Coreia, o país mais robotizado do mundo, reduziu a bonificação fiscal relativa aos investimentos empresariais na automatização, o que constitui, na prática, um imposto sobre os robôs (Porter 2019). Pelo contrário, o Parlamento Europeu rejeitou uma moção que enfatiza que “deve ser ponderada a eventual necessidade de introduzir requisitos de comunicação a nível societário na medida e na proporção do contributo da robótica e da IA nos resultados económicos de uma empresa para efeitos de tributação e de contribuições para a segurança social” (Parlamento Europeu 2016, p. 10).

106 Uma das propostas consiste num imposto sobre as receitas das vendas de anúncios digitais direcionados.

107 Tankersley e Rappeport 2019.

108 O Grupo dos 20, durante a presidência do Japão, em 2019, propôs a ampliação das normas da Organização Mundial do Comércio, com vista à inclusão do comércio de dados (Bradsher e Bennhold 2019).

109 O Regulamento Geral de Proteção de Dados exige que as empresas, entre outros requisitos, obtenham o livre consentimento das pessoas antes de recolherem informações pessoais, de as partilharem entre aplicações e de as utilizarem, seja de que forma for (Wolford s.d.). A Comissão Europeia planeia, ainda, promulgar legislação que conferirá aos cidadãos da UE direitos explícitos sobre a utilização dos respetivos dados de reconhecimento facial (Khan 2019).

110 Arrieta-Ibarra e outros 2018.

111 Banerjee e Duflo 2011; Pritchett e Beatty 2015.

112 Muralidharan, Singh e Ganimian 2018.

113 A tecnologia digital pode, ainda, auxiliar os trabalhadores com uma idade mais avançada, criando oportunidades de formação, incluindo através da superação de constrangimentos ao nível do tempo e dos recursos, mediante opções de aprendizagem flexíveis e com uma menor duração.

114 O’Connor 2019; PwC n.d.

115 O’Connor 2019.

116 Sanyal 2018.

117 Prevê-se uma redução do número de partos prematuros em 15 por cento, o que poderia salvar cerca de 80.000 vidas por ano em África (Shankland 2019).

118 World Wide Web Foundation 2017.

119 IDRC 2018.

120 IDRC 2018.

121 Banco Mundial 2019b.

122 Considere-se o American Community Survey (Inquérito Americano às Comunidades). Os sistemas automáticos de monitorização demográfica poderão tornar-se um complemento cada vez mais prático ao inquérito. Algumas das características relevantes para o inquérito — como o rendimento, a raça, a instrução e os padrões de votação por código postal e circunscrição — podem ser estimadas com exatidão por meio da aplicação da inteligência artificial a imagens captadas pelo Street View da Google (Geburu e outros 2017).

123 Pokhriyal e Jacques 2017.

124 Rains, Krishna e Wibbels 2019.

125 Tödtling e Trippel 2005.

126 Cariboni 2014.

127 Pla-Castells e outros 2015.

128 Recorrendo à vistoria de condutas que já foram substituídas, através da avaliação das propriedades dinâmicas do solo e das forças eletromagnéticas provenientes das linhas de tensão (Terdiman 2017).

129 Mann e Hilbert 2018.

130 Goodfellow, Bengio e Courville 2016.

131 Mann e Hilbert 2018.

132 Atkinson 2014; Conceição 2019b.

133 Mazzucato 2011.

134 Está em curso um grande número de esforços, sob a égide das Nações Unidas e de outras entidades, destinados a acelerar as transferências tecnológicas, por forma a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Um dos exemplos é o Banco Tecnológico para os Países Menos Desenvolvidos, fundado em 2018, que, na sequência do apelo do Programa de Ação de Istambul para os Países Menos Desenvolvidos e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, está a envidar esforços no sentido de facultar recursos científicos, tecnológicos e para a inovação a instituições e indivíduos dos países menos desenvolvidos e de fortalecer o ecossistema da ciência, tecnologia e inovação nos referidos países. Ver www.un.org/technologybank/.

135 Conceição e Heitor 2007.

136 Freeman 1987; Nelson 1993; DAESNU 2018.

137 López-Calva e Rodríguez-Castelán 2016.

138 Schweltnus, Kappeler e Pionnier 2017.

139 CEPALC 2018a.

140 Ver, por exemplo, o caso da China (Zhao, Zhang e Shao 2016).

Capítulo 7

- 1 Além da convergência, a expansão, visto que, se o objetivo fosse, meramente, a convergência, é concebível que pudesse ser alcançado através da diminuição das capacidades das pessoas que já as detêm — ao passo que a meta deve, claramente, ser a aproximação das que ficaram para trás em relação às concretizações mais avançadas das restantes. Por motivos de concisão, o capítulo limitar-se-á a aludir à convergência, cuja interpretação, no entanto, deve abranger a expansão das capacidades das pessoas mais desfavorecidas.

- 2 O qual, por sua vez, é moldado quer pela história quer por considerações de economia política — nenhuma das quais, de resto, é independente do nível de desigualdade social (Piketty 1995, 2014).
- 3 As políticas incluíam impostos sobre o rendimento mais elevados e progressivos, deduções aplicadas sobre os rendimentos auferidos nos escalões inferiores, subsídios tributáveis pagos por cada criança e um rendimento mínimo para todos os indivíduos. Ver Scheidel (2018), com base em Atkinson (2015).
- 4 A título exemplificativo, o Relatório não trata das tendências associadas à migração, ao envelhecimento, à urbanização e ao comércio, entre outras.
- 5 “Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 22.º).
- 6 UNESCO 2019b.
- 7 O número relativo a todo o mundo, em 2014, cifrou-se em 80,1 por cento. Com base em dados da base de dados de Indicadores do Desenvolvimento Mundial (<http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>), acessada em 10 de outubro de 2019.
- 8 Ver ONU (2019b).
- 9 Ver, por exemplo, Ritchie (2019).
- 10 PNUD 2016.
- 11 Este pilar é compatível com as categorias de abrangência, generosidade e equidade discutidas in Martínez e Sánchez-Ancochea (2018, 2019a, 2019b).
- 12 Quanto aos enquadramentos e guias importantes para a operacionalização do compromisso de não deixar ninguém para trás, ver UNSDG (2019) e PNUD (2018b). Para uma análise mais conceptual, ver Klasen e Fleurbaey (2018).
- 13 Por exemplo, num segmento de crianças pertencentes a minorias socioeconomicamente desprivilegiadas do Michigan, acompanhadas entre os 3 os 55 anos de idade, as crianças incluídas no grupo de tratamento receberam 2,5 horas de educação por dia e uma visita semanal ao domicílio, por forma a auxiliar a interação dos pais com as mesmas. Os efeitos da combinação da educação com o envolvimento dos pais em tenras idades foram significativos. Depois de crescerem, os rapazes passaram, em média, um número de dias na prisão, entre os 20 e os 50 anos de idade, 8 por cento inferior ao dos que não participaram no programa. Apenas 7 por cento dos rapazes do grupo de tratamento foram condenados, pelo menos uma vez, a uma pena criminal, em comparação com 30 por cento no caso do grupo de controlo. Entre os 26 e os 40 anos de idade, registaram um aumento em 20 pontos percentuais do tempo despendido no emprego e um rendimento adicional cumulativo superior a \$ 180.000. Os benefícios da educação na primeira infância são extensíveis à saúde em idades posteriores. Os rapazes incluídos no grupo de tratamento apresentaram uma menor probabilidade de excesso de colesterol e de inflamação arterial. As raparigas que receberam apoio educativo exibiram níveis menores de stress crónico e uma menor probabilidade de diabetes ou abuso de substâncias psicoativas. A intervenção precoce promoveu o bem-estar e as capacidades não só das crianças, à medida que iam crescendo, mas também dos respetivos filhos e irmãos. Os descendentes das pessoas participantes exibiram níveis de emprego e de instrução superiores aos dos filhos dos não participantes. Apresentaram um número inferior de suspensões escolares e uma menor atividade criminal, especialmente no caso das crianças de pais aos quais foi ministrada educação na primeira infância (Heckman e Karapakula 2019b).
- 14 Nos Estados Unidos, por exemplo, este tipo de políticas incluíram, desde 1960, a dessegregação das escolas, a equalização do financiamento dos distritos escolares, a afetação de recursos compensatórios às escolas com um grande número de alunos desfavorecidos e a prestação de um apoio educativo suplementar na primeira infância às famílias pobres. Contudo, as disparidades em termos de progressos entre a base e o topo da distribuição socioeconómica têm sido acentuadas e persistentes há quase meio século (Hanushek e outros 2019).
- 15 Akmal e Pritchett 2019.
- 16 Akmal e Pritchett 2019.
- 17 Akmal e Pritchett 2019.
- 18 Malouf Bous e Farr 2019.
- 19 Shanmugaratnam 2019.
- 20 OIT 2019c.
- 21 Ver também Braveman e Gottlieb (2014).
- 22 George 2016.
- 23 Chemouni 2018.
- 24 Reich e outros 2016.
- 25 Reich e outros 2016.
- 26 Stewart 2006.
- 27 DAESNU 2009.
- 28 Stewart 2016a.
- 29 Langer e Stewart 2015; Stewart 2016a.
- 30 UN CEB 2017.
- 31 Silcoff 2018.
- 32 Patnaik 2019.
- 33 OCDE 2017a.
- 34 Barker and others 2016.
- 35 Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da Gender Database do WORLD Policy Analysis Center 2019.
- 36 Park 2015.
- 37 OCDE 2017a.
- 38 OCDE 2017a.
- 39 Del Boca 2015; Jaumotte 2003; Olivetti e Petrongolo 2017; Thévenon 2013. O Québec introduziu um programa de cuidados infantis universais a baixo custo em 1997, destinado a crianças com idades iguais ou inferiores a 4 anos, levando ao aumento da participação das jovens mulheres na população ativa. Este incentivo à adesão à população ativa ou a um maior número de horas de trabalho produziu, de igual modo, efeitos substanciais sobre a oferta de trabalho ao longo do ciclo de vida (Lefebvre, Merrigan e Verstraete 2009). Além disso, quando o Québec introduziu o acesso universal a cuidados infantis a baixo custo, em 2008, o número de mães que conseguiram um emprego foi superior, em 70.000, ao que se teria verificado caso o programa não tivesse existido, representando um aumento de 3,8 por cento do emprego das mulheres e de 1,7 por cento do PIB quebequense (Fortin, Godbout e St-Cerny 2012; Herrera 2019.).
- 40 ONU Mulheres 2018.
- 41 Shackelford 2018.
- 42 OCDE 2017a.
- 43 Baird, McIntosh e B. Özler 2013; Baird e outros 2013; Hagen-Zanker e outros 2017.
- 44 O programa recrutou voluntários entre os trabalhadores do setor da saúde comunitária, que administraram contraceptivos injetáveis, cobrando uma pequena taxa, ou ofereceram aconselhamento e referências quanto a outros métodos. A opção de realizar encontros comunitários e oferecer contraceptivos porta a porta teve em conta as condições culturais e sociais no que diz respeito ao fomento da consciencialização, aceitabilidade e utilização dos contraceptivos modernos (Bixby Center for Population Health and Sustainability 2014).
- 45 Assim como serviços de planeamento familiar, de modo a oferecer à comunidade uma plataforma de diálogo acerca da educação sexual e dos direitos sexuais e reprodutivos. As informações relativas à saúde sexual e reprodutiva são disseminadas através de redes de jovens, muitas das quais estão vinculadas a associações escolares, comunitárias, religiosas e de jovens. O governo foi apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para a População no desenvolvimento do modelo de clubes escolares e de dois manuais para professores e estudantes (FNUAP 2019).
- 46 A palavra “sasa”, que significa “agora” em suaíli, serve de acrónimo para as quatro fases da abordagem: Início (Start), Consciencialização (Awareness), Apoio (Support) e Ação (Action). O programa começa pela parceria com uma organização local, que seleciona o mesmo número de ativistas comunitários de sexo feminino e masculino — pessoas comuns interessadas em questões relativas à violência, ao poder e aos direitos, bem como ativistas institucionais que trabalham para a polícia e no sistema de saúde, nos governos locais e em grupos religiosos. É ministrada formação aos ativistas no tocante a novos conceitos e formas de abordar os desequilíbrios de poder. Em seguida, assumem a liderança da organização de atividades informais junto das respetivas redes comunitárias, de modo a incentivar discussões abertas e um espírito crítico. Em conjunto, estas estratégias garantem que os diversos membros da comunidade sejam expostos e recebam informação de pessoas da sua confiança (Raising Voices, London School of Hygiene & Tropical Medicine e Center for Domestic Violence Prevention 2015).
- 47 ONU 2015b.
- 48 Surminsky, Bouwer e Linnerooth-Bayer 2016; UNFCCC 2015.
- 49 Surminsky, Bouwer e Linnerooth-Bayer 2016.
- 50 Tigchelaar e outros 2018. O futuro aquecimento aumentará a probabilidade de choques globais simultâneos ao nível da produção de milho.
- 51 Betkowsky 2018.
- 52 Roy e outros 2019.
- 53 Roy e outros 2019.
- 54 Riah e outros 2017. Entre os outros métodos, contam-se a elaboração de cenários com uma elevada resolução regional (Fujimori e outros 2017), que representem as mudanças institucionais e governativas associadas aos percursos socioeconómicos partilhados de um modo mais explícito (Zimm, Spurling e Busch 2018) e a menção de estimativas locais e espacialmente explícitas da vulnerabilidade, da pobreza e da desigualdade, que têm surgido em publicações recentes baseadas nos percursos socioeconómicos partilhados e são essenciais à investigação das dimensões da equidade (Byers e outros 2018; Klinsky e Winkler 2018).
- 55 Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável 2019.
- 56 Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável 2019.
- 57 Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável 2019.
- 58 Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável 2019.
- 59 Assembleia Geral da ONU 2016.
- 60 A relação entre a desigualdade de rendimento e o crescimento económico tem sido, com frequência, apresentada como uma solução de compromisso (capítulo 2). Este enquadramento conduziu a abordagens políticas polarizadas. Num dos extremos, a ênfase excessiva em políticas pró-igualdade pode descurar os incentivos económicos à inovação e à produção. No outro extremo, as políticas pró-crescimento podem negligenciar a inclusão e a sustentabilidade. A opção por um dos lados desta solução de compromisso resulta, frequentemente, num fraco desempenho tanto ao nível do crescimento quanto da igualdade. Com vista à retificação destas ideias, a experiência da América Latina — porventura a região mais desigual do mundo, com sucessivas vagas de experiências políticas — oferece alguns exemplos que ilustram estas duas abordagens: as experiências populistas das décadas de 1970 e 1980, seguidas das políticas conservadoras dos anos 90, na senda do chamado Consenso de Washington. Algumas das experiências populistas da América Latina são analisadas in Dornbusch e Edwards (1991). As reformas latino-americanas da década de 1990 são discutidas in French-Davis (2000). Encontra-se disponível uma análise da desigualdade a longo prazo na América Latina, in Gasparini e Lustig (2011).
- 61 Ver análises semelhantes em CEPALC (2018a), figura I.1, com recurso à desigualdade global, medida pelo coeficiente de Gini.
- 62 Esta relação negativa é estatisticamente significativa. No caso das economias do Grupo dos 7, verifica-se uma dissociação entre as duas variáveis. O enfraquecimento das políticas de promoção conjunta do crescimento e da equidade foi apontado como um dos principais fatores no caso dos Estados Unidos (Furman e Orszag 2018).
- 63 López-Calva e Rodríguez-Castelán 2016.
- 64 López-Calva e Rodríguez-Castelán 2016.
- 65 Lustig, Lopez-Calva e Ortiz-Juarez 2013.

- 66 Os autores exprimem a sua gratidão para com Angus Deaton por ter enfatizado este aspeto em diálogo consigo.
- 67 Polanyi 1944.
- 68 Kus 2012.
- 69 Uma das estimativas sugere que, no caso dos Estados Unidos, o declínio dos sindicatos poderá justificar até metade do aumento da parcela de rendimentos dos 10 percentis do topo entre 1980 e 2010 (Jaumotte e Osorio 2015; Marx, Soares e Van Acker 2015).
- 70 As políticas nacionais relativas aos sindicatos apresentam uma grande variação, desde a resistência direta, passando pela cooperação tripartida com os trabalhadores e empregadores até à promoção ativa da negociação coletiva, no âmbito de uma política salarial mais ampla (Hayter 2015).
- 71 Uma meta-análise recente de 42 estudos e 269 estimativas concluiu que os sindicatos não surtem qualquer efeito significativo sobre o crescimento da produtividade, apesar da existência de diferenças entre setores (Doucouliagos, Freeman e Laroche 2017). Ver PNUD (2015).
- 72 OIT 2016a.
- 74 OIT 2016b.
- 75 Os dados relativos a salários mínimos são heterogêneos, mas foram uniformizados pela Organização Internacional do Trabalho, de forma a exprimirem salários mínimos mensais em dólares constantes de 2011, em paridade de poder de compra, sujeitos a problemas no tocante à conversão de preços. No âmbito da validação de dados, os casos em que o salário mínimo originava uma produção per capita superior e aqueles em que o salário mínimo mensal era inferior a \$ 10 foram excluídos.
- 76 Ver a análise da literatura na secção 1.5 de OIT (2016b).
- 77 Riley e Bondibene 2017.
- 78 Ver a discussão de dados empíricos recentes in Nolan, Richiardi e Valenzuela (2018). Felix e Portugal (2017) apresentam provas do vínculo entre o monopsonio e a dispersão salarial em Portugal. Webber (2015) recorre a dados relativos aos EUA para documentar o poder de monopsonio sobre os salários, que é mais acentuado na metade inferior da distribuição dos rendimentos. Existem, ainda, dados que comprovam o poder do monopsonio na China e na Índia, ainda que o grau de monopsonio tenha decrescido, ao longo do tempo, em ambos os países (Brooks e outros 2019). Caso as empresas chinesas não tivessem tido qualquer poder sobre o mercado laboral, a parcela de rendimentos do trabalho teria sido superior em 10 pontos percentuais, em 1999, e em 5 pontos percentuais, em 2007. Caso as empresas indianas não tivessem tido qualquer poder sobre o mercado laboral, a parcela do trabalho teria sido superior em 13 pontos percentuais, em 1999, e em 6 pontos percentuais, em 2011.
- 79 Brooks e outros 2019.
- 80 Bhaskar, Manning e To 2002.
- 81 Falch 2010; Ridder e van den Berg 2003; Staiger, Spetz and Phibbs 2010.
- 82 Basu, Chau e Kanbur 2015.
- 83 See Ghosh (2016, 2019).
- 84 Bhorat, Kanbur e Stanwix 2017.
- 85 Ver Chacaltana, Leung e Lee (2018).
- 86 OIT 2018.
- 87 OIT 2018.
- 88 OCDE and ILO 2019.
- 89 OIT 2018.
- 90 OCDE and ILO 2019.
- 91 OCDE and ILO 2019.
- 92 Este parágrafo baseia-se em OIT (2019c).
- 93 Levine 2005.
- 94 Arcand, Berkes e Panizza 2015. Não existe qualquer consenso em termos conceptuais. Alguns autores sugerem que o desenvolvimento financeiro pode levar à redução da desigualdade de rendimento (por exemplo, através do aumento do acesso ao crédito ou a outros serviços financeiros, como os seguros; Banerjee e Newman 1998; Galor e Zeira 1993). Outros preveem uma relação não linear, em que, numa etapa inicial, a desigualdade aumenta, dada a restrição do acesso às finanças a uma minoria, e, posteriormente, decresce, à medida que o acesso ao crédito se difunde pela sociedade (Greenwood and Jovanovic 1990). Ver também Bolton, Santos, e Scheinkman (2016); Gennaioli, Shleifer, e Vishny (2012); Korinek e Kremer (2014); e Thakor (2012).
- 95 Beck, Demirgüç-Kunt e Levine 2007; Clarke, Xu e Zou 2006; Demirgüç-Kunt e Levine 2009.
- 96 De Haan e Sturm 2017; Jauch e Watzka 2016; Jaumotte, Lall e Papageorgiou 2013.
- 97 Rajan 2011.
- 98 Brei, Ferri e Gambacorta 2018.
- 99 Contrastando com as previsões de alguns modelos teóricos.
- 100 Favara e Imbs 2015.
- 101 Mitnik, Cumberworth e Grusky 2016.
- 102 Adam e Tzamourani 2016.
- 103 Bezemer e Samarina 2016.
- 104 Bezemer, Grydaki e Zhang 2016.
- 105 Bezemer e outros 2018; Mazzucato e Semieniuk 2017.
- 106 Barkai 2016; De Loecker e Eeckhout 2017; Eggertsson, Robbins e Wold 2018; Gutiérrez e Philippon 2019.
- 107 Diez, Fan e Villegas-Sánchez 2019.
- 108 Ennis, Gonzaga e Pike 2017; Gans e outros 2018.
- 109 Gans e outros 2018.
- 110 Ver Atkinson (1995).
- 111 Basu 2019a.
- 112 Covarrubias, Gutiérrez e Philippon 2019.
- 113 Shapiro 2018.
- 114 Comissão Europeia 2019.
- 115 Ver Lustig (2018a).
- 116 Quanto à porção monetária — a redistribuição além das prestações em espécie de serviços públicos de cuidados de saúde e de educação — os impostos podem, por vezes, fazer aumentar o número de pessoas que vivem em situação de pobreza ou reduzir o seu rendimento. Na Arménia, na Bolívia, no Brasil, na Etiópia, no Gana, na Guatemala, nas Honduras, no Sri Lanka e na Tanzânia, a redistribuição do rendimento fez aumentar o número de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza de \$ 2,50 por dia. Na Indonésia, no México, na Federação Russa e na Tunísia, a redistribuição reduziu, igualmente, o rendimento de cerca de metade da população pobre (Lustig 2018b, 2018c). Alguns países podem, simplesmente, conter um número demasiado pequeno de pessoas acima do patamar de pobreza com rendimentos suficientemente elevados para serem tributados (Bolch, Ceriani e Lopez-Calva 2017).
- 117 Este parágrafo baseia-se, principalmente, em Lustig (2018b).
- 118 Klemm e outros 2018.
- 119 Ostry, Berg e Tsangarides 2014.
- 120 Grigoli e Robles 2017.
- 121 As taxas legais médias de imposto sobre o rendimento coletivo decresceram, entre 1990 e 2015, de cerca de 45 por cento para 25 por cento, no caso das economias avançadas, e de pouco menos de 40 por cento, nas economias emergentes, e cerca de 35 por cento, nos países com um baixo rendimento, para pouco mais de 20 por cento, em ambos os casos (FMI 2017a). Existem dados que comprovam que as taxas efetivamente pagas de imposto sobre o rendimento coletivo também diminuíram significativamente desde a década de 1980 (FitzGerald e Ocampo 2019).
- 122 Ver também Ardanz e Scartascini (2011) e Martínez e Sánchez-Ancochea (2019a).
- 123 OCDE 2018c.
- 124 Saez e Zucman 2019.
- 125 OCDE 2018c.
- 126 Este parágrafo baseia-se em Lustig (2018b).
- 127 Aaberge e outros (2018) fazem isto para os países nórdicos, demonstrando que, em termos globais, o impacto foi menos progressivo do que no passado.
- 128 OCDE 2019e.
- 129 Ver, a título de exemplo, Branstetter, Glennon e Jensen 2019.
- 130 Banco Mundial 2020.
- 131 Timmer e outros 2014.
- 132 FitzGerald e Ocampo 2019.
- 133 Uma das respostas, neste sentido, consiste na Plataforma for Collaboration on Tax (Plataforma para a Colaboração Fiscal), lançada pelo Fundo Monetário Internacional, pela OCDE, pelas Nações Unidas e pelo Grupo do Banco Mundial. Os objetivos da plataforma, lançada em 2016, prendem-se com a mobilização de recursos internos e o Estado; o papel dos impostos no apoio ao crescimento económico sustentável, ao investimento e ao comércio; as dimensões sociais dos impostos (pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano); o desenvolvimento de capacidades fiscais e a cooperação fiscal (ver PCT 2019).
- 134 Zucman 2015.
- 135 Comissão Europeia 2016.
- 136 Tørsløv, Wier e Zucman 2018.
- 137 Tørsløv, Wier e Zucman 2018.
- 138 A OCDE define a fraude fiscal, em termos gerais, como um prática referente a providências ilegais por meio das quais as obrigações fiscais são ocultadas ou ignoradas — isto é, o contribuinte paga menos impostos do que o montante a cujo pagamento está legalmente vinculado, através da ocultação de rendimentos ou de informações das autoridades fiscais.
- 139 O Projeto BEPS oferece 15 planos de ação que dotam os governos dos instrumentos internos e internacionais necessários ao combate à fraude fiscal. A OCDE define a evasão fiscal, em termos gerais, como um termo que descreve uma estruturação dos assuntos fiscais de um contribuinte destinada a reduzir as suas obrigações fiscais; embora esta estruturação possa ser legal, numa aceção estrita, é, normalmente,
- 140 OCDE 2018b.
- 141 Noked 2018.
- 142 Shaxton 2019.
- 143 OCDE 2018d.
- 144 OCDE 2019a.
- 145 OCDE 2019d. Vários países de pequena dimensão ou em vias de desenvolvimento recorreram a taxas inferiores de imposto sobre o rendimento coletivo ou a taxas preferenciais de imposto para determinadas atividades, no âmbito de um conjunto de medidas que visam atrair investimento e estimular o crescimento, ao invés de competir por meio da manutenção, por tempo indefinido, de baixos salários.
- 146 FitzGerald e Ocampo 2019.
- 147 Piketty 2014.
- 148 PNUD 2016.
- 149 Lamont (2018) apela à criação de uma nova agenda de investigação das políticas neste domínio, definindo alguns princípios relativos às mesmas.
- 150 Os programas devidamente implementados de transferências de rendimento aparentam ser eficazes e ter efeitos positivos a longo prazo. Ver Bouguen e outros (2019).
- 151 OCDE 2019f.
- 152 Daude e outros (2017) debruçam-se sobre nove países latino-americanos
- 153 Martínez e Sánchez-Ancochea 2019a; Verget e outros 2017.
- 154 Murillo e Martínez-Garrido 2017.
- 155 Martínez e Sánchez-Ancochea 2019a, com base em Fairfield (2015) e Schiappacasse (2019).
- 156 Martínez e Sánchez-Ancochea 2019a.

Referências

- Aaberge R., C. André, A. Boschini, L. Calmfors, K. Gunnarsson, M. Hermansen, A. Langørgen, P. Lindgren, C. Orsetta, J. Pareliussen, P.-O. Robling, J. Roine e J. E. Sjøgaard. 2018.** *Increasing Income Inequality in the Nordics: Nordic Economic Policy Review 2018*. Copenhagen: Nordic Council of Ministers. <https://norden.diva-portal.org/smash/get/diva2:1198429/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2019.
- AAUW (American Association of University Women). 2015.** *Solving the Equation: The Variables for Women's Success in Engineering and Computing*. Washington, DC. www.aauw.org/research/solving-the-equation/. Acesso em 24 de outubro de 2019.
- Abud, M.J., G.G. Molina e E. Ortiz-Juárez. 2016.** "Out-of-Poverty and Back-to-Poverty Transitions using Panel Data." Supporting document to the *2016 Regional Human Development Report for Latin America and the Caribbean*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Acemoglu, D., P. Aghion, L. Bursztyn e D. Hemous. 2012.** "The Environment and Directed Technical Change." *American Economic Review* 102(1): 131–166.
- Acemoglu, D., e D. Autor. 2011.** "Skills, Tasks and Technologies: Implications for Employment and Earnings." In O. Ashenfelter and D. Card, eds., *Handbook of Labor Economics*, Vol. 4B. Nova Iorque: Elsevier.
- Acemoglu, D., S. Johnson e J.A. Robinson. 2001.** "The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation." *American Economic Review* 91(5): 1369–1401.
- Acemoglu, D., S. Naidu, P. Restrepo e J.A. Robinson. 2019.** "Democracy Does Cause Growth." *Journal of Political Economy* 127(1): 47–100.
- Acemoglu, D., e P. Restrepo. 2018.** "Artificial Intelligence, Automation and Work." NBER Documento de trabalho 24196. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- . 2019. "The Wrong Kind of AI? Artificial Intelligence and the Future of Labor Demand." NBER Documento de trabalho 25682. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Acemoglu, D., e J.A. Robinson. 2012.** *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. Nova Iorque: Crown Publishers.
- Adam, K., e P. Tzamourani. 2016.** "Distributional Consequences of Asset Price Inflation in the Euro Area." *European Economic Review* 89: 172–192.
- Addati, L., U. Cattaneo, V. Esquivel e I. Valarino. 2018.** *Care Work and Care Jobs for the Future of Decent Work*. Geneva: Gabinete Internacional do Trabalho.
- Agarwal, A., J.S. Gans e A. Goldfarb. 2019.** "Artificial Intelligence: The Ambiguous Labor Market Impact of Automating Prediction." *Journal of Economic Perspectives* 33(2): 31–50.
- Agarwal, R., e P. Gaule. 2018.** *Invisible Geniuses: Could the Knowledge Frontier Advance Faster?* Washington, DC: Fundo Monetário Internacional.
- Agénor, P.R., K. Ozdemir e E. P. Moreira. 2018.** "Gender Gaps in the Labor Market and Economic Growth." Policy Research Documento de trabalho 8661. World Bank, Washington, DC.
- Aghion, P., E. Caroli e C. Garcia-Penalosa. 1999.** "Inequality and Economic Growth: The Perspective of the New Growth Theories." *Journal of Economic Literature* 37(4): 1615–1660.
- Aguilar, G.R., e A. Sumner. 2019.** "Who Are the World's Poor? A New Profile of Global Multidimensional Poverty." Documento de trabalho 499. Centro para o Desenvolvimento Global, Washington, DC.
- Aiyar, S.S., e C. Ebeke. 2019.** "Inequality of Opportunity, Inequality of Income and Economic Growth." IMF Documento de trabalho 19/34. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC. www.theboxistheretofore.com/wp-content/uploads/2019/02/WPIEA2019034.pdf. Acesso em 1 de agosto de 2019.
- Akcigit, U., e S.T. Ates. 2019.** "What Happened to U.S. Business Dynamism?" NBER Documento de trabalho 25756. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Akmal, M., e L. Pritchett. 2019.** "Learning Equity Requires More than Equality: Learning Goals and Achievement Gaps between the Rich and the Poor in Five Developing Countries." Documento de trabalho 504. Center for Global Development, Washington, DC.
- Alesina, A., e E. La Ferrara. 2000.** "Participation in Heterogeneous Communities." *Quarterly Journal of Economics* 115(3): 847–904.
- Alesina, A., e R. Perotti. 1996.** Income Distribution, Political Instability, and Investment. *European Economic Review* 40(6): 1203–1228.
- Alesina, A., e D. Rodrik. 1994.** "Distributive Politics and Economic Growth." *The Quarterly Journal of Economics* 109(2): 465–490.
- Alesina, A., S. Stantcheva e E. Teso. 2018.** "Intergenerational Mobility and Preferences for Redistribution." *American Economic Review* 108(2): 521–554.
- Alkire, S., e J. Foster. 2011.** "Counting and Multidimensional Poverty Measurement." *Journal of Public Economics* 95(7): 476–487.
- Allen, S., D. Allen, V.R. Phoenix, G. Le Roux, P.D. Jiménez, A. Simonneau, S. Binet e D. Galop. 2019.** "Atmospheric Transport and Deposition of Microplastics in a Remote Mountain Catchment." *Nature Geoscience* 12(5): 339–344.
- Almeida, J., R.M. Johnson, H.L. Corliss, B.E. Molnar e D. Azrael. 2009.** "Emotional Distress Among LGBT Youth: The Influence of Perceived Discrimination Based on Sexual Orientation." *Journal of Youth and Adolescence* 38(7): 1001–1014.
- Almond, D., e J. Currie. 2011.** "Human Capital Development Before Age Five." In O. Ashenfelter and D. Card, eds., *Handbook of Labor Economics*. Amsterdã: Elsevier.
- Alonso, C., M. Brussevich, M.E. Dabla-Norris, Y. Kinoshita e M.K. Kochhar. 2019.** "Reducing and Redistributing Unpaid Work: Stronger Policies to Support Gender Equality." IMF Documento de trabalho 19/225. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Altdaeter, A., N. Johannesen e G. Zucman. 2018.** "Who Owns the Wealth in Tax Havens?" Macro Evidence and Implications for Global Inequality." *Journal of Public Economics* 162: 89–100.
- . 2019. "Tax Evasion and Inequality." *American Economic Review* 109(6): 2073–2103.
- Alvaredo, F., L. Assouad e T. Piketty. 2018.** "Measuring Inequality in the Middle East 1990–2016: The World's Most Unequal Region?" *Review of Income and Wealth*
- Alvaredo, F., A.B. Atkinson. 2010.** "Colonial Rule, Apartheid and Natural Resources: Top Incomes in South Africa 1903–2007." CEPR Discussion Paper 8155. Center for Economic and Policy Research, Washington, DC.
- Alvaredo, F., A.B. Atkinson, L. Chancel, T. Piketty, E. Saez e G. Zucman. 2016.** "Distributional National Accounts (DINA) Guidelines: Concepts and Methods Used in the World Wealth and Income Database." WID.world Documento de trabalho 2016/2. World Inequality Database. <http://wid.world/document/dinaguidelines-v1/>. Acesso em 10 de outubro de 2019.
- Alvaredo, F., A.B. Atkinson, T. Piketty e E. Saez. 2013.** "The Top 1 Percent in International and Historical Perspective." *Journal of Economic Perspectives* 27(3): 3–20.
- Alvaredo, F., L. Chancel, T. Piketty, E. Saez e G. Zucman, eds. 2018.** *World Inequality Report 2018*. Cambridge, MA: Belknap Press.
- Amin, A., A. Kägesten, E. Adebayo e V. Chandra-Mouli. 2018.** "Addressing Gender Socialization and Masculinity Norms among Adolescent Boys: Policy and Programmatic Implications." *Journal of Adolescent Health* 62(3): S3–S5.
- Anand, P. 2017.** "Happiness, Well-Being and Human Development: The Case for Subjective Measures." Documento de referência para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- . 2018. "Recasting Human Development Measures." Occasional Paper: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Anand, P., L. Roope e A. Peichl. 2016.** "Wellbeing Evidence for the Assessment of Progress." IZA Discussion Paper 9840. Institute of Labor Economics, Bonn, Germany.
- Anand, S., e P. Segal. 2014.** "The Global Distribution of Income." In A.B. Atkinson and F. Bourguignon, eds., *Handbook of Income Distribution*, Vol. 2. Nova Iorque: Elsevier.
- Anderson, E. 1999.** "What is the Point of Equality?" *Ethics* 109(2): 287–337.
- Anderson, L.R., J.M. Mellor e J. Milyo. 2008.** "Inequality and Public Good Provision: An Experimental Analysis." *Journal of Socio-economics* 37: 1010–1028.
- Aradillas, A. 2018.** "Estudio Sobre el Impacto que Tiene el Poder de Mercado en el Bienestar de los Hogares Mexicanos." In COFECE, Poder de Mercado y Bienestar Social, México.
- Arcand, J.L., E. Berkes e U. Panizza. 2015.** "Too Much Finance?" *Journal of Economic Growth* 20(2): 105–148.
- Ardanz, M., e C. Scartascini. 2011.** "Why Don't We Tax the Rich? Inequality, Legislative Malapportionment, and Personal Income Taxation around the World." IDB Documento de trabalho 282. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC.
- Arnell, N.W., e S.N. Gosling. 2016.** "The Impacts of Climate Change on River Flood Risk at the Global Scale." *Climatic Change* 134(3): 387–401.
- Arrieta-Ibarra, L., L. Goff, D. Jiménez-Hernández, J. Lanier e E.G. Weyl. 2018.** "Should We Treat Data as Labor? Moving beyond 'Free'." *AEA Papers and Proceedings* 108: 38–42.
- Asa, J. 2012.** "Financialization and Its Consequences: The OECD Experience." *Finance Research* 1(1): 35–39.
- Asseng, S., F. Ewert, P. Martre, R.P. Rötter, D.B. Lobell, D. Cammarano, B.A. Kimball, M.J. Ottman, G.W. Wall, J.W. White e M.P. Reynolds. 2015.** "Rising Temperatures Reduce Global Wheat Production." *Nature Climate Change* 5(2): 143–147.
- Assouad, L. 2017.** "Rethinking the Lebanese Economic Miracle: The Extreme Concentration of Income and Wealth in Lebanon, 2005–2014." WID.world Documento de trabalho 2017/13. World Inequality Database.
- A.T. Kearney. 2019.** "How Will Cultured Meat and Meat Alternatives Disrupt the Agricultural and Food Industry." Chicago, IL. www.atkearney.com/retail/article/?a/how-will-cultured-meat-and-meat-alternatives-disrupt-the-agricultural-and-food-industry. Acesso em 15 de agosto de 2019.
- Atkin, D., B. Faber e M. Gonzalez-Navarro. 2018.** "Retail Globalization and Household Welfare: Evidence from Mexico." *Journal of Political Economy* 126(1): 1–73.
- Atkinson, A.B. 1970.** "On the Measurement of Inequality." *Journal of Economic Theory* 2: 244–263.
- . 1995. "Capabilities, Exclusion, and the Supply of Goods." Welfare State Programme Discussion Paper 097. Centre for Analysis of Social Exclusion, The London School of Economics and Political Science, Londres.
- . 2014. "After Piketty?" *British Journal of Sociology* 65(4): 619–638.
- . 2015. *Inequality What Can Be Done?* Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Atkinson, A.B., e A.J. Harrison. 1978.** *Distribution of Personal Wealth in Britain*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Atkinson, A.B., T. Piketty e E. Saez. 2011.** "Top Incomes in the Long Run of History." *Journal of Economic Literature* 49(1): 3–71.
- Auerbach, A.J., K.K. Charles, C.C. Coile, W. Gale, D. Goldman, R. Lee, C.M. Lucas, P.R. Orszag, L.M. Sheiner e B. Tysinger. 2017.** "How the Growing Gap in Life Expectancy May Affect Retirement

- Benefits and Reforms." *The Geneva Papers on Risk and Insurance Issues and Practice* 42(3): 475–499.
- Australian Workplace Gender Equality Agency. 2019.** "International Gender Equality Reporting Schemes." Australian Government, Canberra. www.wgea.gov.au/data/wgea-research/international-gender-equality-reporting-schemes. Acedido em 9 de outubro de 2019.
- Autor, D. 2014.** "Polanyi's Paradox and the Shape of Employment Growth." NBER Documento de trabalho 20485. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA. www.nber.org/papers/w20485.pdf. Acedido em 16 de setembro de 2019.
- . 2019. "Work of the Past, Work of the Future." NBER Documento de trabalho 25588. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA. www.nber.org/papers/w25588.pdf?sy=588. Acedido em 16 de setembro de 2019.
- Autor, D., D. Dorn, L.F. Katz, C. Patterson e J. Van Reenen. 2017.** "The Fall of the Labor Share and the Rise of Superstar Firms." NBER Documento de trabalho 23396. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Autor, D., L. Katz e M. Kearney. 2006.** "The Polarization of the U.S. Labor Market." *American Economic Review* 96(2): 189–194.
- Autor, D.H., F. Levy e R.J. Murnane. 2003.** "The Skill Content of Recent Technological Change: An Empirical Exploration." *Quarterly Journal of Economics* 118(4): 1279–1333.
- Autor, D., e A. Salomons. 2017.** "Does Productivity Growth Threaten Employment?" Paper presented at the ECB Forum on Central Banking, 26–28 de junho, Sintra, Portugal. www.ecbforum.eu/uploads/originals/2017/speakers/papers/D_Autor_A_Salomons_Does_productivity_growth_threaten_employment_Final_Draft_20170619.pdf. Acedido em 24 de outubro de 2019.
- Avent, R. 2016.** *The Wealth of Humans: Work, Power, and Status in the Twenty-First Century*. Nova Iorque: St. Martin's Press.
- Azevedo, J. P., G. Inchauste e V. Sanfelice. 2013.** "Decomposing the Recent Inequality Decline in Latin America." Policy Research Documento de trabalho 6715. World Bank, Washington, DC.
- Azevedo, J.P., G. Inchauste, S. Olivieri, J. Saavedra e H. Winkler. 2013.** "Is Labor Income Responsible for Poverty Reduction? A Decomposition Approach." Policy Research Documento de trabalho 6414. World Bank, Washington, DC.
- Babones, S.J. 2008.** "Income Inequality and Population Health: Correlation and Causality." *Social Science & Medicine* 66(7): 1614–1626.
- Baird, S.J., E. Chirwa, J. De Hoop e B. Özler. 2013.** "Girl Power: Cash Transfers and Adolescent Welfare: Evidence from a Cluster-Randomized Experiment in Malawi." NBER Documento de trabalho 19479. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Baird, S.J., C. McIntosh e B. Özler. 2016.** "When the Money Runs Out: Do Cash Transfers Have Sustained Effects on Human Capital Accumulation?" Policy Research Documento de trabalho 7901. World Bank, Washington, DC.
- Baker, D., A. Jayadev e J. Stiglitz. 2017.** "Innovation, Intellectual Property, and Development: A Better Set of Approaches for the 21st Century." Access/BSA: Innovation & Access to Medicines in India, Brazil & South Africa.
- Baker, M., J. Currie e H. Schwandt. 2017.** "Mortality Inequality in Canada and the US: Divergent or Convergent Trends?" National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Baland, J.M., P. Bardhan e S. Bowles. 2007.** *Inequality, cooperation and environmental sustainability*. Princeton, NJ: Princeton University Press, and Nova Iorque: Russell Sage Foundation.
- Bandura, A. 2003.** "Social Cognitive Theory for Personal and Social Change by Enabling Media." In A. Singhal, M. Cody, E. Rogers and M. Sabido, eds., *Entertainment-Education and Social Change: History, Research, and Practice*. Londres: Routledge.
- Banerjee, A.V., e E. Duflo. 2003.** "Inequality and Growth: What Can the Data Say?" *Journal of Economic Growth* 8(3): 267–299.
- . 2011. *Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty*. Nova Iorque: Public Affairs.
- Banerjee, A.V., e A.F. Newman. 1998.** "Information, the Dual Economy, and Development." *Review of Economic Studies* 65(4): 631–653.
- Bardhan, P. 2000.** "Irrigation and Cooperation: an Empirical Analysis of 48 Irrigation Communities in South India." *Economic Development and Cultural Change* 48(4): 847–865.
- Barkai, S. 2016.** "Declining Labor and Capital Shares." New Documento de trabalho 2. Stigler Center for the Study of the Economy and the State, Chicago, IL.
- Barker, G., M. Greene, E.G. Siegel, M. Nascimento, M. Segundo, C. Ricardo, J.G. Figueroa, J. Franzoni, J. Redpath, R. Morrell, R. Jewkes, D. Peacock, F. Aguayo, M. Sadler, A. Das, S.K. Singh, A. Pawar e P. Pawlak. 2016.** *What Men Have to Do with It: Public Policies to Promote Gender Equality*. Rio de Janeiro, Brazil: Instituto Promundo, and Washington, DC: International Center for Research on Women.
- Barnosky, A.D., N. Matzke, S. Tomiya, G.O. Wogan, B. Swartz, T.B. Quental, C. Marshall, J.L. McGuire, E.L. Lindsey, K.C. Maguire e B. Mersey. 2011.** "Has the Earth's Sixth Mass Extinction Already Arrived?" *Nature* 471(7336): 51–57.
- Barro, R.J. 2008.** "Inequality and Growth Revisited." ADB Documento de trabalho Series on Regional Economic Integration 11. Asian Development Bank, Manila. www.econstor.eu/bitstream/10419/109529/1/wp-011.pdf. Acedido em 1 de agosto de 2019.
- Bassett, T.J., e C. Fogelman. 2013.** "Déjà Vu or Something New? The Adaptation Concept in the Climate Change Literature." *Geoforum* 48: 42–53.
- Basu, S. 2019a.** "Are Price-Cost Markups Rising in the United States? A Discussion of the Evidence." NBER Documento de trabalho 26057. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Basu, K. 2019b.** "New Technology and Increasing Returns: The End of the Antitrust Century?" IZA Policy Paper 146. Institute of Labor Economics, Bonn, Germany.
- Basu, K., A. Caspi e R. Hockett. 2019.** "The Law and Economics of Markets with Digital Platforms." Manuscrito por publicar.
- Basu, K., e L.-F. Lopez-Calva. 2011.** "Functionings and Capabilities." In K.J. Arrow, A. Sen and K. Suzumura, eds., *Handbook of Social Choice and Welfare*, Vol. 2. Nova Iorque: North Holland.
- Basu, A., N. Chau e R. Kanbur. 2015.** "Contractual Dualism, Market Power and Informality." *Economic Journal* 125(589): 1534–1573.
- Battisti, D.S., e R.L. Naylor. 2009.** "Historical Warnings of Future Food Insecurity with Unprecedented Seasonal Heat." *Science* 323(5911): 240–244.
- Baymul, C., e K. Sen. 2018.** "Was Kuznets Right? New Evidence on the Relationship between Structural Transformation and Inequality." Documento de trabalho 2018-027. University of Manchester Global Development Institute, Manchester, UK. <http://hummedia.manchester.ac.uk/institutes/gdi/publications/workingpapers/GDI/gdi-working-paper-2018027-baymul-sen.pdf>. Acedido em 6 de agosto de 2019.
- Bayoumi, M.T., e J. Barkema. 2019.** "Stranded! How Rising Inequality Suppressed US Migration and Hurt Those Left Behind." IMF Documento de trabalho 19/122. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC. www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2019/06/03/Stranded-How-Rising-Inequality-Suppressed-US-Migration-and-Hurt-Those-Left-Behind-46824. Acedido em 5 de agosto de 2019.
- Beck, T., A. Demirgüç-Kunt e R. Levine. 2007.** "Finance, Inequality and the Poor." *Journal of Economic Growth* 12(1): 27–49.
- Belluz, J. 2015.** "Nobel Winner Angus Deaton Talks about the Surprising Study on White Mortality He Just Co-Authored." *Vox*, 7 de novembro.
- Bennett, M.K. 1941.** "Wheat in National Diets." *Wheat Studies* 18(1388-2016-116736): 37–76.
- Berger, A., C. Brown, C. Kousky e R. Zeckhauser. 2011.** "The Challenge of Degraded Environments: How Common Biases Impair Effective Policy." *Risk Analysis* 31(9): 1423–33.
- Berger, T., e C. Frey. 2016.** "Structural Transformation in the OECD: Digitalisation, Deindustrialisation and the Future of Work." Documento de trabalho da OCDE acerca de assuntos sociais, emprego e migração 193. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Paris.
- Berger-Schmitt, R. 2000.** "Social Cohesion as an Aspect of the Quality of Societies: Concept and Measurement." EuReporting Documento de trabalho 14. Zentrum für Umfrage, Methoden und Analysen, Mannheim, Germany. www.gesis.org/fileadmin/upload/dienstleistung/daten/soz_indikatoren/eusi/paper14.pdf. Acedido em 1 de agosto de 2019.
- Bernardi, F. 2014.** "Compensatory Advantage as a Mechanism of Educational Inequality: A Regression Discontinuity Based on Month of Birth." *Sociology of Education* 87(2): 74–88.
- Bernardi, F., e G. Ballarino, eds. 2016.** *Education, Occupation and Social Origin: A Comparative Analysis of the Transmission of Socio-Economic Inequalities*. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing.
- Bernardi, F., e H.C. Boado. 2013.** "Previous School Results and Social Background: Compensation and Imperfect Information in Educational Transitions." *European Sociological Review* 30(2): 207–217.
- Bernardi, F., e I. Plavgo. Por publicar.** "Education as an Equalizer for Human Development?" Documento de referência para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Berthe, A., e L. Elie. 2015.** "Mechanisms Explaining the Impact of Economic Inequality on Environmental Deterioration." *Ecological Economics* 116(C): 191–200.
- Besley, T. 2017.** "Aspirations and the Political Economy of Inequality." *Oxford Economic Papers* 69(1): 1–35.
- Bessen, J., e M. Meurer. 2014.** "The Direct Costs from NPE Disputes." *Cornell Law Review* 99(2): 387–424.
- Betkowsk, B. 2018.** "How Drones Could Improve Crop Damage Estimates." *Phys.org*, 27 de abril. <https://phys.org/news/2018-04-drones-crop.html>. Acedido em 13 de abril 2019.
- Bezemer, D., M. Grydaki e L. Zhang. 2016.** "More Mortgages, Lower Growth?" *Economic Inquiry* 54(1): 652–674.
- Bezemer, D., J. Ryan-Collins, F. van Lerven e L. Zhang. 2018.** "Credit Where it's Due: A Historical, Theoretical and Empirical Review of Credit Guidance Policies in the 20th Century." Documento de trabalho 2018-11. University College of Londres, Institute for Innovation and Public Purpose, Londres.
- Bezemer, D., e A. Samarina. 2016.** "Debt Shift, Financial Development and Income Inequality in Europe." SOM Research Reports 16020-GEM. University of Groningen, SOM Research School, The Netherlands.
- Bhaskar, V., A. Manning e T. To. 2002.** "Oligopsony and Monopsonistic Competition in Labor Markets." *Journal of Economic Perspectives* 16(2): 155–174.
- Bhorat, H., R. Kanbur e B. Stanwix. 2017.** "Minimum Wages in Sub-Saharan Africa: A Primer." *World Bank Research Observer* 32(1): 21–74.
- Bhorat, H., K. Lilenstein, M. Oosthuizen e A. Thornton. 2019.** "The Rise of the 'Missing Middle' in an Emerging Economy: The Case of South Africa." Documento apresentado na conferência do Centre for the Study of African Economies, 17–19 de março, Oxford, Reino Unido.
- Bhorat, H., M. Oosthuizen, K. Lilenstein e A. Thornton. 2019.** "The Rise of the 'Missing Middle' in an Emerging Economy: The Case of South Africa." University of Cape Town, Development Policy Research Unit, Cape Town, South Africa.
- Bian, L., S.J. Leslie e A. Cimpian. 2017.** "Gender Stereotypes about Intellectual Ability Emerge Early and Influence Children's Interests." *Science* 355(6323): 389–391.
- Bicchieri, C. 2006.** *The Grammar of Society: The Nature and Dynamics of Social Norms*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Biernat, M., e A.K. Sesko. 2013.** "Evaluating the Contributions of Members of Mixed-Sex Work Teams: Race and Gender Matter." *Journal of Experimental Social Psychology* 49(3): 471–476.
- Fundação Bill e Melinda Gates. 2019.** *Examining Inequality: How Geography and Gender Stack the Deck for (or against) You*. Seattle, WA.
- Bircan, Ç., T. Brück e M. Vothknecht. 2017.** "Violent Conflict and Inequality." *Oxford Development Studies* 45(2): 125–144.
- Birdsall, N., D. Ross e R. Sabot. 1995.** "Inequality and Growth Reconsidered: Lessons from East Asia." *World Bank Economic Review* 9(3): 477–508.
- Bixby Center for Population Health e Sustainability. 2014.** "Ethiopia: CBD of Injectable Contraceptives Scaling Up Community-Based Distribution of Injectable Contraceptives in Tigray, Ethiopia." Berkeley, CA.
- Björkstam, E., S. Cheng, B. Burström, A.R. Pebley, C. Björkstam e K. Kosidou. 2017.** "Association between Income Trajectories in Childhood and Psychiatric Disorder: A Swedish Population-Based Study." *Journal of Epidemiology and Community Health* 71(7): 648–654.

- Black, M.M., S.P. Walker, L.C. Fernald, C.T. Andersen, A.M. DiGirolamo, C. Lu, C., D.C. McCoy, G. Fink, Y.R. Shawar, J. Shiffman e A.E. Devereux.** 2017. "Early Childhood Development Coming of Age: Science Through the Life Course." *The Lancet* 389(10064): 77–90.
- Black, S.E., e P.J. Devereux.** 2011. "Recent Developments in Intergenerational Mobility." In O. Ashenfelter and D. Card, eds., *Handbook of Labor Economics*. Amsterdão: Elsevier.
- Black, S.E., P.J. Devereux, P. Lundborg e K. Majlesi.** 2019. "Poor Little Rich Kids? The Role of Nature versus Nurture in Wealth and Other Economic Outcomes and Behaviors." NBER Documento de trabalho 21409. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Blanchet, T., e L. Chancel.** 2016. "National Accounts Series Methodology." WID.world Documento de trabalho 2016/1. World Inequality Database. <http://wid.world/document/1676/>. Acedido em 10 de outubro de 2019.
- Blanchet, T., L. Chancel e A. Gethin.** 2019. "How Unequal Is Europe? Evidence from Distributional National Accounts, 1980-2017." WID.world Documento de trabalho 2019/06. World Inequality Database.
- Block, S.A., L. Kiess, P. Webb, S. Kosen, R. Moench-Pfanner, M.W. Bloem e C.P. Timmer.** 2004. "Macro Shocks and Micro Outcomes: Child Nutrition during Indonesia's Crisis." *Economics & Human Biology* 2(1): 21–44.
- Blossfeld, H.P., S. Buchholz, J. Skopek e M. Triventi, eds.** 2016. *Models of Secondary Education and Social Inequality: An International Comparison*. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing.
- Blossfeld, H.P., N. Kulic, J. Skopek e M. Triventi, eds.** 2017. *Childcare, Early Education and Social Inequality: An International Perspective*. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing.
- Blum, R.W., e W.H. Gates, Sr.** 2015. *Girlhood Not Motherhood: Preventing Adolescent Pregnancy*. Nova Iorque: United Nations Population Fund.
- Blundell, R., R. Joyce, A.N. Keiffer e J.P. Ziliak.** 2018. "Income Inequality and the Labour Market in Britain and the US." *Journal of Public Economics* 162: 48–62.
- Blundell, R., R. Joyce, A. Norris e J. Ziliak.** 2018. "Income Inequality and the Labour Market in Britain and the US." *Journal of Public Economics* 162: 48–62.
- Boillat, S., J.D. Gerber, C. Oberlack, J.G. Zaehring, C.I. Speranza e S. Rist.** 2018. "Distant Interactions, Power, and Environmental Justice in Protected Area Governance: A Telecoupling Perspective." *Sustainability* 10(11): 3954.
- Boldrin, M., e D. Levine.** 2013. "The Case against Patents." *Journal of Economic Perspectives* 27(1): 3–22.
- Bolch, K.B., L. Ceriani e L.F. Lopez-Calva.** 2017. "Arithmetics and Politics of Domestic Resource Mobilization." Documento de trabalho de investigação de políticas 8029. World Bank, Washington, DC.
- Bolt, J., R. Inklaar, H. de Jong e J.L. van Zanden.** 2018. Base de dados do projeto Maddison, versão de 2018. Universidade de Groningen, Projeto Maddison, Groningen, Países Baixos.
- Bolton, P., T. Santos e J.A. Scheinkman.** 2016. "Cream-Skimming in Financial Markets." *Journal of Finance* 71(2): 709–736.
- Borrell-Porta, M., J. Costa-Font e J. Philipp.** 2018. "The 'Mighty Girl' Effect: Does Parenting Daughters Alter Attitudes towards Gender Norms?" *Oxford Economic Papers* 71(1): 25–46.
- Bouguen, A., Y. Huang, M. Kremer e E. Miguel.** 2018. "Using RCTs to Estimate Long-Run Impacts in Development Economics." NBER Documento de trabalho 25356. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Bouis, H.E., P. Eozenou e A. Rahman.** 2011. "Food Prices, Household Income, and Resource Allocation: Socioeconomic Perspectives on their Effects on Dietary Quality and Nutritional Status." *Food and Nutrition Bulletin* 32(1_suppl1): S14–S23.
- Boulamwini, J., e T. Gebru.** 2018. "Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification." *Proceedings of Machine Learning Research* 81: 1–15.
- Bourguignon, F.** 2003. "The Growth Elasticity of Poverty Reduction: Explaining Heterogeneity across Countries and Time Periods." Documento de trabalho. World Bank, Washington, DC. <http://documents.worldbank.org/curated/en/503161468780002293/pdf/28104.pdf>. Acedido em 1 de agosto de 2019.
- . 2015a. "Appraising Income Inequality Databases in Latin America." *Journal of Economic Inequality* 13: 557–578.
- . 2015b. "Revisiting the Debate on Inequality and Economic Development." *Revue d'économie politique* 125(5): 633–663.
- Bourguignon, F., e C. Morrisson.** 1998. "Inequality and Development: The Role of Dualism." *Journal of Development Economics* 57: 233–257.
- . 2002. "Inequality among World Citizens: 1820-1992." *American Economic Review* 92(4): 727–744.
- Bowles, S., C.M. Fong, H. Gintis e U. Pagano.** 2012. *The New Economics of Inequality and Redistribution*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Bradbury, B., M. Corak, J. Waldfogel e E. Washbrook.** 2015. *Too Many Children Left Behind: The US Achievement Gap in Comparative Perspective*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.
- Bradsher, K., e K. Bennhold.** 2019. "World Leaders at Davos Call for Global Rules on Tech." *Nova Iorque Times*, 23 de janeiro. www.nytimes.com/2019/01/23/technology/world-economic-forum-data-controls.html. Acedido em 19 de agosto de 2019.
- Bragg, F., M.V. Holmes, A. Iona, Y. Guo, H. Du, Y. Chen, Z. Bian, L. Yang, W. Herrington e D. Bennett.** 2017. "Association between Diabetes and Cause-Specific Mortality in Rural and Urban Areas of China." *Journal of the American Medical Association* 317(3): 280–289.
- Branstetter, L.G., B. Glennon e J.B. Jensen.** 2019. "The Rise of Global Innovation by US Multinationals Poses Risks and Opportunities." PIE Policy Brief. Peterson Institute for International Economics, Washington DC.
- Braveman P., e L. Gottlieb.** 2014. "The Social Determinants of Health: It's Time to Consider the Causes of the Causes." *Public Health Reports* 129(Suppl 2): 19–31.
- Brei, M., G. Ferri e L. Gambacorta.** 2018. "Financial Structure and Income Inequality." BIS Documento de trabalho 756. Banco de Compensações Internacionais, Basileia, Suíça.
- Grupo de Trabalho sobre Banda Larga e Gênero da Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Digital.** 2015. *Cyber Violence against Women and Girls: A Worldwide Wake Up Call*. Geneva: União Internacional de Telecomunicações, e Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- . 2019. "The State of Broadband: Broadband as a Foundation for Sustainable Development." Geneva: International Telecommunications Union, and Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. www.itu.int/dms_pub/itu-s/opb/pol/S-POL-BROADBAND.20-2019-PDF-E.pdf. Acedido em 14 de outubro de 2019.
- Brody, A., J. Demetriades e E. Esplen.** 2008. "Gender and Climate Change: Mapping the Linkages: A Scoping Study on Knowledge and Gaps." University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, UK.
- Brønnum-Hansen, H.** 2017. "Socially Disparate Trends in Lifespan Variation: A Trend Study on Income and Mortality Based on Nationwide Danish Register Data." *BMJ Open* 7(5): e014489.
- Broockman, D., e J. Kalla.** 2016. "Durably Reducing Transphobia: A Field Experiment on Door-to-door Canvassing." *Science* 352(6282): 220–224.
- Brooks, W. J., J.P. Kaboski, Y.A. Li e W. Qian.** 2019. "Exploitation of Labor? Classical Monopsony Power and Labor's Share." NBER Documento de trabalho 25660. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Brown, C., M. Ravallion e D. Van de Walle.** 2017. "Are Poor Individuals Mainly Found in Poor Households? Evidence Using Nutrition Data for Africa." NBER Documento de trabalho 24047. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Bruckner, M., M. LaFleur e I. Pitterle.** 2017. "Frontier Issues: The Impact of the Technological Revolution on Labour Markets and Income Distribution." United Nations Department of Economic and Social Affairs, Nova Iorque.
- Brulle, R.J.** 2018. "The Climate Lobby: a Sectoral Analysis of Lobbying Spending on Climate Change in the USA, 2000 to 2016." *Climatic Change* 149: 289–303.
- Brunori, P., F.H.G. Ferreira e V. Peragine.** 2013. "Inequality of Opportunity, Income Inequality and Economic Mobility: Some International Comparisons." IZA Documento de trabalho. Institute for the Study of Labor, Bonn, Germany. <http://anon-ftp.iza.org/dp7155.pdf>. Acedido em 12 de setembro de 2019.
- Bruns, B., e J. Luque.** 2015. *Great Teachers: How to Raise Student Learning in Latin America and the Caribbean*. Washington, DC: World Bank.
- Brunwasser, M.** 2019. "Comforting the Afflicted and Afflicting the Comfortable: The Impact of Investigative Journalism on Inequality." Documento de referência para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Brussevich, M., E. Dabla-Norris e S. Khalid.** 2019. "Is Technology Widening the Gender Gap? Automation and the Future of Female Employment." IMF Documento de trabalho WP/19/91. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Brynjolfsson, E., T. Mitchell e D. Rock.** 2018. "What Can Machines Learn and What Does It Mean for Occupations and the Economy?" *AEA Papers and Proceedings* 108: 43–47.
- Bublitz, E.** 2016. "Perceptions of Inequality Survey 2015/2016." Bertelsmann Stiftung, Gütersloh, Germany.
- Buchan, I.E., E. Kontopantelis, M. Sperrin, T. Chandola e T. Doran.** 2017. "North-South Disparities in English Mortality 1965–2015: Longitudinal Population Study." *Journal of Epidemiology and Community Health* 71(9): 928–936.
- Bullard, R.D.** 1983. "Solid Waste Sites and the Black Houston Community." *Sociological Inquiry* 53(2–3): 273–288.
- . 1990. *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*. Nova Iorque, NY: Routledge.
- Burke, M., W.M. Davis e N.S. Diffenbaugh.** 2018. "Large Potential Reduction in Economic Damages under UN Mitigation Targets." *Nature* 557(7706): 549–553.
- Burke, M., e V. Tanutama.** 2019. "Climatic Constraints on Aggregate Economic Output." NBER Documento de trabalho 25779. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA. www.nber.org/papers/w25779.pdf. Acedido em 8 de agosto de 2019.
- Burton, R.J.** 2019. "The Potential Impact of Synthetic Animal Protein on Livestock Production: The New 'War Against Agriculture'" *Journal of Rural Studies* 68: 33–45.
- Busso, M., e S. Galiani.** 2019. "The Causal Effect of Competition on Prices and Quality: Evidence from a Field Experiment." *American Economic Journal: Applied Economics*, 11 (1): 33–56.
- Bussolo, M., D. Checchi e V. Peragine.** 2019. "Long-Term Evolution of Inequality of Opportunity." Policy Research Documento de trabalho 8700. World Bank, Washington, DC.
- Butera, S.** 2019. "Rwandan Central Bank Studying Ways of Issuing Digital Currency." BNN Bloomberg, 22 de agosto. www.bnnbloomberg.ca/rwandan-central-bank-studying-ways-of-issuing-digital-currency-1.1305321. Acedido em 6 de outubro de 2019.
- Butler, J.** 2019. "Judith Butler: The Backlash against 'Gender Ideology' Must Stop." *New Statesman America*, 21 de janeiro. www.newstatesman.com/2019/01/judith-butler-backlash-against-gender-ideology-must-stop. Acedido em 19 de agosto de 2019.
- Buttrick, N.R., e S. Oishi.** 2017. "The Psychological Consequences of Income Inequality." *Social and Personality Psychology Compass* 11(3): 12304.
- Byers, E., M. Gidden, D. Leclere, P. Burek, K. Ebi, P. Greve, D. Grey e P. Havlik.** 2018. "Global Exposure and Vulnerability to Multi-Sector Development and Climate Change Hotspots." *Environmental Research Letters* 13(5).
- Cai, Y., K.L. Judd, T.M. Lenton, T.S. Lontzek e D. Narita.** 2015. "Environmental Tipping Points Significantly Affect the Cost-Benefit Assessment of Climate Policies." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 112(15): 4606–4611.
- Cai, Y., K.L. Judd e T.S. Lontzek.** 2013. "The Social Cost of Stochastic and Irreversible Climate Change." NBER Documento de trabalho 18704. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA. www.nber.org/papers/w18704.pdf. Acedido em 24 de outubro de 2019.
- Cakal, H., M. Hewstone, G. Schwär e A. Heath.** 2011. "An Investigation of the Social Identity Model of Collective Action and the 'Sedative' Effect of Intergroup Contact among Black and White Students in South Africa." *British Journal of Social Psychology* 50: 606–627.

- Caliskan, A., J.J. Bryson e A. Narayanan. 2017.** "Semantics Derived Automatically from Language Corpora Contain Human-Like Biases." *Science* 356(6334): 183–186.
- Campbell, B.M., D.J. Beare, E.M. Bennett, J.M. Hall-Spencer, J.S. I. Ingram, F. Jaramillo, R. Ortiz, N. Ramankutty, J.A. Sayer e D. Shindell. 2017.** "Agriculture Production as a Major Driver of the Earth System Exceeding Planetary Boundaries." *Ecology and Society* 22(4): 8.
- Caprioli, M. 2005.** "Primed for Violence: The Role of Gender Inequality in Predicting Internal Conflict." *International Studies Quarterly* 49(2): 161–178.
- Cardona, O.D., M.K. van Aalst, J. Birkmann, M. Fordham, G. McGregor, R. Perez, R.S. Pulwarty, E.L.F. Schipper e B.T. Sinh. 2012.** "Determinants of Risk: Exposure and Vulnerability." In C.B. Field, V. Barros, T.F. Stocker, D. Qin, D.J. Dokken, K.L. Ebi, M.D. Mastrandrea, K.J. Mach, G.-K. Plattner, S.K. Allen, M. Tignor and P.M. Midgley, eds., *A Special Report of Working Groups I and II of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Cariboni, D. 2014.** "Colombia Rice Growers Saved from Ruin after Being Told Not to Plant Their Crop." *The Guardian*, 30 de setembro. www.theguardian.com/global-development/2014/sep/30/colombia-rice-growers-climate-change. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- Carleton, T.A., e S.M. Hsiang. 2016.** "Social and Economic Impacts of Climate." *Science* 353(6304).
- Caron, J., e T. Fally. 2018.** "Per Capita Income, Consumption Patterns, and CO2 Emissions." NBER Documento de trabalho 24923. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Carr, M., e E.E. Wiemers. 2016.** "The Decline in Lifetime Earnings Mobility in the US: Evidence from Survey-Linked Administrative Data." Washington Center for Equitable Growth, Washington, DC. www.sole-jole.org/16399.pdf. Acedido em 16 de agosto de 2019.
- Carroll, A.E., e T.S. Doherty. 2019.** "Meat Consumption and Health: Food For Thought." *Annals of Internal Medicine*, 1 de outubro.
- Case, A., e A. Deaton. 2017.** "Mortality and Morbidity in the 21st Century." *Brookings Papers on Economic Activity*: 397–476.
- Case, A., e C. Paxson. 2008.** "Height, Health, and Cognitive Function at Older Ages." *American Economic Review* 98(2): 463–467.
- , 2010. "Causes and Consequences of Early-Life Health." *Demography* 47(1): S65–S85.
- Cattaneo, C., e G. Peri. 2016.** "The Migration Response to Increasing Temperatures." *Journal of Development Economics* 122: 127–146.
- Ceballos, G., P.R. Ehrlich, A.D. Barnosky, A. García, R.M. Pringle e T.M. Palmer. 2015.** "Accelerated Modern Human-Induced Species Losses: Entering the Sixth Mass Extinction." *Science Advances* 1(5).
- Ceballos, G., P.R. Ehrlich e R. Dirzo. 2017.** "Biological Annihilation via the Ongoing Sixth Mass Extinction Signaled by Vertebrate Population Losses and Declines." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114(30): E6089–E6096.
- Ceballos, G., A. García e P.R. Ehrlich. 2010.** "The Sixth Extinction Crisis: Loss of Animal Populations and Species." *Journal of Cosmology* 8: 1821–1831.
- Cederman, L.E., K.S. Gleditsch e H. Buhaug. 2013.** *Inequality, Grievances, and Civil War*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Cefai, C., P.A. Bartolo, V. Cavioni e P. Downes. 2018.** "Strengthening Social and Emotional Education as a Core Curricular Area across the EU. A Review of the International Evidence." NESET II Report. Publications Office of the European Union, Luxembourg. <https://boa.unimib.it/retrieve/handle/10281/188490/268947/Strengthening-Social-and-Emotional-Education.pdf>. Acedido em 30 de julho de 2019.
- Cerra, V., e S.C. Saxena. 2008.** "Growth Dynamics: The Myth of Economic Recovery." *American Economic Review* 98(1): 439–457.
- Chacaltana, J., V. Leung e M. Lee. 2018.** "New Technologies and the Transition to Formality: The Trend towards E-formality." ILO Employment Documento de trabalho 247. Gabinete Internacional do Trabalho, Geneva.
- Chadwick, A. 2017.** *The Hybrid Media System: Politics and Power*, 2nd ed. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Chadwick, L., e G. Solon. 2002.** "Intergenerational Income Mobility among Daughters." *American Economic Review* 92(1): 335–344.
- Chaigneau, T., e K. Brown. 2016.** "Challenging the Win-Win Discourse on Conservation and Development: Analyzing Support for Marine Protected Areas." *Ecology and Society* 21(1): 36.
- Challinor, A.J., A.K. Koehler, J. Ramirez-Villegas, S. Whitfield e B. Das. 2016.** "Current Warming Will Reduce Yields Unless Maize Breeding and Seed Systems Adapt Immediately." *Nature Climate Change* 6(10): 954–958.
- Chamorro-Premuzic, T. 2013.** "Why Do So Many Incompetent Men Become Leaders?" *Harvard Business Review*, 22 de agosto.
- Chancel, L. 2017.** *Insoutenables inégalités : Pour une justice sociale et environnementale*. Paris: Les Petits Matins.
- Chancel, L., R. Clarke e A. Gethin. 2017.** "World Inequality Report 2018 Technical Notes for Figures and Tables." WID.world Technical Note 2017/8. World Inequality Database. <http://wid.world/static/technical-notes-for-figures-and-tables.pdf>. Acedido em 10 de outubro de 2019.
- Chancel, L., D. Cogneau, A. Gethin and A. Myczkowski. 2019.** "Income Inequality in Africa, 1990-2017." WID.world Issue Brief 2019/6. World Inequality Database.
- Chancel, L., e L. Czajka. 2017.** "Estimating the Regional Distribution of Income in Sub-Saharan Africa." WID.world Technical Note 2017/6. World Inequality Database.
- Chancel, L., A. Hough e T. Voituriez. 2018.** "Reducing Inequalities within Countries: Assessing the Potential of the Sustainable Development Goals." *Global Policy* 9(1): 5–16.
- Chancel, L., e T. Piketty. 2015.** "Carbon and Inequality: from Kyoto to Paris: Trends in the Global Inequality of Carbon Emissions (1998-2013) & Prospects for an Equitable Adaptation Fund." Documento de trabalho 2015/7. World Inequality Lab, Paris. <https://wid.world/document/chancel-l-piketty-t-carbon-and-inequality-from-kyoto-to-paris-wid-world-working-paper-2015-7/>. Acedido em 9 de agosto de 2019.
- , 2017. "Indian Income Inequality, 1922-2015: From British Raj to Billionaire Raj?" WID.world Documento de trabalho 2017/11. World Inequality Database.
- Chandra-Mouli, V., A.V. Camacho e P.A. Michaud. 2013.** "WHO Guidelines on Preventing Early Pregnancy and Poor Reproductive Outcomes among Adolescents in Developing Countries." *Journal of Adolescent Health* 52(5): 517–522.
- Charles, A. 2012.** "Identity, Norms, and Ideals." In *Exchange Entitlement Mapping: Theories and Evidence*. Perspectives from Social Economics. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Chau, N.H., e R. Kanbur. 2018.** "Employer Power, Labor Saving Technical Change, and Inequality." CEPR Discussion Paper DP12925. Centre for Economic Policy Research, Londres.
- Chemouni, B. 2018.** "The Political Path to Universal Health Coverage: Power, Ideas and Community-Based Health Insurance in Rwanda." *World Development* 106: 87–98.
- Chen, M. 2019.** "Informality and Inequality: In a Globalized and Urbanized World." Documento de referência para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Chen, P., L. Karabarbounis e B. Neiman. 2017.** "The Global Rise of Corporate Saving." *Journal of Monetary Economics* 89: 1–19.
- Chen, Y., P. Persson e M. Polyakova. 2019.** "The Roots of Health Inequality and the Value of Intra-Family Expertise." Documento de trabalho 25618. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA. www.nber.org/papers/w25618.pdf. Acedido em 1 de agosto de 2019.
- Chenery, H., M.S. Ahluwalia, J.H. Duloy, C.L.G. Bell e R. Jolly. 1974.** *Redistribution with Growth; Policies to Improve Income Distribution in Developing Countries in the Context of Economic Growth*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Cheng, S., B. Chauhan e S. Chintala. 2019.** "The Rise of Programming and the Stalled Gender Revolution." *Sociological Science* 6: 321–351.
- Chetty, R., N. Hendren e L.F. Katz. 2016.** "The Effects of Exposure to Better Neighborhoods on Children: New Evidence from the Moving to Opportunity Experiment." *American Economic Review* 106(4): 855–902.
- Chetty, R., N. Hendren, P. Kline, E. Saez e N. Turner. 2014.** "Is the United States Still a Land of Opportunity? Recent Trends in Intergenerational Mobility." *American Economic Review* 104(5): 141–147.
- Chetty, R., M. Stepner, S. Abraham, S. Lin, B. Scuderi, N. Turner, A. Bergeron e D. Cutler. 2016.** "The Association between Income and Life Expectancy in the United States, 2001-2014." *Journal of the American Medical Association* 315(16): 1750–1766.
- Chevalier, A., e G. Lanot. 2001.** "The Relative Effect of Family and Financial Characteristics on Educational Achievement." Centre for the Economics of Education, Londres School of Economics and Political Science, Londres.
- Chiam, Z., S. Duffy e M.G. Gil. 2017.** *Trans Legal Mapping Report 2017: Recognition before the Law*. Geneva: International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association.
- Choy, C.A., B.H. Robison, T.O. Gagne, B. Erwin, E. Firl, R.U. Halden, J.A. Hamilton, K. Katija, S.E. Lisin, C. Rolsky e K.S. Van Houtan. 2019.** "The Vertical Distribution and Biological Transport of Marine Microplastics across the Epipelagic and Mesopelagic Water Column." *Scientific Reports* 9(1).
- Christiansen, C.O., e S.L.B. Jensen, eds. 2019.** *Histories of Global Inequality: New Perspectives*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Cialdini, R.B., C.A. Kallgren e R.R. Reno. 1991.** "A Focus Theory of Normative Conduct: A Theoretical Refinement and Reevaluation of the Role of Norms in Human Behavior." *Advances in Experimental Social Psychology* 24: 201–234.
- Cingano, F. 2014.** "Trends in Income Inequality and Its Impact on Economic Growth." Documento de trabalho da OCDE acerca de assuntos sociais, emprego e migração 163. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Paris. www.oecd.org/els/soc/trends-in-income-inequality-and-its-impact-on-economic-growth-SEM-WP163.pdf. Acedido em 23 de agosto de 2019.
- Cislaghi, B., K. Manji e L. Heise. 2018.** *Social Norms and Gender-Related Harmful Practices: What Assistance from the Theory to the Practice?* Learning Report 02. Londres: Londres School of Hygiene & Tropical Medicine.
- Clarke, D.J., e S. Dercon. 2016.** *Dull Disasters? How Planning Ahead Will Make a Difference*. New Delhi: SAGE Publications.
- Clarke, G., L. Xu e H-F. Zou. 2006.** "Finance and Income Inequality: What Do the Data Tell Us?" *Southern Economic Journal* 72(3): 578–596.
- Clayton, K., S. Blair, J.A. Busam, S. Forstner, J. Glance, G. Green, A. Kawata e others. Por publicar.** "Real Solutions for Fake News? Measuring the Effectiveness of General Warnings and Fact-Check Tags in Reducing Belief in False Stories on Social Media." *Political Behavior*.
- Coady, D. 2018.** "Creating Fiscal Space." *Finance and Development* 55(4): 24–27.
- Coady, D., D. D'Angelo e B. Evans. 2019.** "Fiscal Redistribution and Social Welfare." IMF Documento de trabalho WP/19/51. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Coady, D., e A. Dizioli. 2018.** "Income Inequality and Education Revisited: Persistence, Endogeneity and Heterogeneity." *Applied Economics* 50(2): 1–15.
- Coady, D., e D. Prady. 2018.** "Universal Basic Income in Developing Countries: Issues, Options and Illustrations for India." IMF Documento de trabalho WP/18/174. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Cohen, J., R. Desai e H. Kharas. 2019.** "Spatial Targeting of Poverty Hotspots." In H. Kharas, J. McArthur and I. Ohno, eds., *Leave No One Behind: Time for Specifics on the Sustainable Development Goals*. Washington, DC: The Brookings Institution.
- Cohen, G., J.T. Jalles, P. Loungani e R. Marto. 2018.** "The Long-Run Decoupling of Emissions and Output: Evidence from the Largest Emitters." IMF Documento de trabalho. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Cole, M.J., R.M. Bailey, J.D. Cullis e M.G. New. 2018.** "Spatial Inequality in Water Access and Water Use in South Africa." *Water Policy* 20(1): 37–52.
- Collier, P., e A. Hoeffler. 1998.** "On Economic Causes of Civil War." *Oxford Economic Papers* 50(4): 563–573.
- Conceição, P. 2019a.** "Fear and Loathing of Technological Progress? Leveraging Science and Innovation for the Implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development." In A. Baimenov and

- P. Liverakos, eds., *Public Service Excellence in the 21st Century*. Singapore: Palgrave Macmillan.
- . **2019b**. “How Science and Technology Policy Shape Inequality.” In *Financing the UN Development System: Time for Hard Choices*. Dag Hammarskjöld Foundation and United Nations Multi-Partner Trust Fund Office. Uppsala, Sweden, and Nova Iorque.
- Conceição, P., e J.K. Galbraith. 2001.** “A New Kuznets Hypothesis: Theory and Evidence on Growth and Inequality.” In J.K. Galbraith and M. Berner, eds., *Inequality and Industrial Change: A Global View*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Conceição, P., e M.V. Heitor. 2007.** “Diversity and Integration of Science and Technology Policies.” *Technological Forecasting and Social Change* 74(1): 1–17.
- Connolly, M., M. Corak e C. Haec. 2019.** “Intergenerational Mobility between and within Canada and the United States.” *Journal of Labor Economics* 37(S2): S595–S641.
- Cooper, L.B., e E. Fletcher. 2013.** “Reducing Societal Discrimination against Adolescent Girls Using Social Norms to Promote Behavior Change.” *Girl Hub*, Londres.
- Cooper, R. 2019.** “The Deadly Hidden Risks within the Most Prominent Economic Model of Climate Change.” *The Week*, 4 de setembro.
- Copeland, B.R., e M.S. Taylor. 1994.** “North-South Trade and the Environment.” *Quarterly Journal of Economics* 109(3): 755–787.
- Corak, M. 2013.** “Income Inequality, Equality of Opportunity, and Intergenerational Mobility.” *Journal of Economic Perspectives* 27(3): 79–102.
- Corcoran, K.E., D. Pettinichio e J.T. Young. 2011.** “The Context of Control: A Cross-National Investigation of the Link between Political Institutions, Efficacy, and Collective Action.” *British Journal of Social Psychology* 50: 575–605.
- Coronese, M., F. Lamperti, K. Keller, F. Chiaromonte e A. Roventini. 2019.** “Evidence for Sharp Increases in the Economic Damages of Extreme Natural Disasters.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(43): 21450–21455.
- Costa, D., e M.E. Kahn. 2003.** “Civic Engagement and Community Heterogeneity: An Economist’s Perspective.” *Perspectives on Politics* 1: 103–111.
- Covarrubias, M., G. Gutiérrez e T. Philippon. 2019.** “From Good to Bad Concentration? US Industries over the Past 30 years.” NBER Documento de trabalho 25983. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Coyle, D. 2015.** *GDP: A Brief but Affectionate History: Revised and Expanded Edition*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Creedy, J., e R. Dixon. 1998.** “The Relative Burden of Monopoly on Households with Different Incomes.” *Economic New Series* 65(258): 285–293.
- Criado-Pérez, C. 2019.** *Invisible Women: Data Bias in a World Designed for Men*. Nova Iorque: Abrams Press.
- Crocker, D. 2008.** “Sen’s Concept of Agency.” University of Maryland, Silver Spring, MD.
- Crosby, A. 1986.** *Ecological Imperialism*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Cruces, G., R. Pérez-Truglia e M. Tetaz. 2013.** “Biased Perceptions of Income Distribution and Preferences for Redistribution: Evidence from a Survey Experiment.” *Journal of Public Economics* 98: 100–112.
- Cuaresma, J.C., W. Fengler, H. Kharas, K. Bekhtiar, M./ Brottrager e M. Hofer. 2018.** “Will the Sustainable Development Goals Be Fulfilled? Assessing Present and Future Global Poverty.” *Palgrave Communications* 4(29).
- Cuberes, D., e M. Teignier. 2012.** “Gender Gaps in the Labor Market and Aggregate Productivity.” Documento de trabalho. University of Sheffield, Department of Economics, UK. http://eprints.whiterose.ac.uk/74398/1/serps_2012017.pdf. Acedido em 14 de outubro de 2019.
- Cumming, G.S., e S. von Cramon-Taubadel. 2018.** “Linking Economic Growth Pathways and Environmental Sustainability by Understanding Development as Alternate Social–Ecological Regimes.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(38): 9533–9538.
- Cunningham, M. 2001.** “The Influence of Parental Attitudes and Behaviours on Children’s Attitudes towards Gender and Household Labor in Early Adulthood.” *Journal of Marriage and Family* 63(1): 111–122.
- Curran, D. 2018.** “Environmental Justice Meets Risk-Class: The Relational Distribution of Environmental Bads.” *Antipode* 50(2): 298–318.
- Curran, M., e M.C. Mahutga. 2018.** “Income Inequality and Population Health: A Global Gradient?” *Journal of Health and Social Behavior* 59(4): 536–553.
- Currie, J. 2009.** “Healthy, Wealthy, and Wise: Socioeconomic Status, Poor Health in Childhood, and Human Capital Development.” *Journal of Economic Literature* 47(1): 87–122.
- . **2011.** “Inequality at Birth: Some Causes and Consequences.” *American Economic Review* 101(3): 1–22.
- Currie, J., e H. Schwandt. 2016.** “Inequality in Mortality Decreased among the Young While Increasing for Older Adults, 1990–2010.” *Science* 352(6286): 708–712.
- Currie, J., H. Schwandt e J. Thuilliez. 2018.** “Pauvreté, Egalité, Mortalité: Mortality (In) Equality in France and the United States.” *Journal of Population Economics* 1–35.
- Cutler, D.M., e A. Lleras-Muney. 2010.** “Understanding Differences in Health Behaviors by Education.” *Journal of Health Economics* 29(1): 1–28.
- Czajka, L. 2017.** “Income Inequality in Côte d’Ivoire: 1985–2014.” WID.world Documento de trabalho 2017/8. World Inequality Database.
- Dahlum, S., H.M. Nygard, S.A. Rustad e G. Ostby. Por publicar.** “The Conflict–Inequality Trap? Linking Internal Armed Conflict to Horizontal Inequality.” Documento de referência para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Dang, H.A., P.F. Lanjouw e R. Swinkels. 2014.** “Who Remained in Poverty, Who Moved Up, and Who Fell Down? An Investigation of Poverty Dynamics in Senegal in the Late 2000s.” Policy Research Documento de trabalho 7141. World Bank, Washington, DC. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2540771. Acedido em 16 de agosto de 2019.
- Daniel, K., R.B. Litterman e G. Wagner. 2019.** “Declining CO₂ Price Paths.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(42): 20886–20891.
- Danks, D., e A.J. Londres. 2017.** “Algorithmic Bias in Autonomous Systems.” In C. Sierra, ed., *Proceedings of the Twenty-Sixth International Joint Conference on Artificial Intelligence*. Freiburg, Germany: International Joint Conferences on Artificial Intelligence.
- Dao, M.C., M. Das, Z. Koczan e W. Lian. 2017.** “Why Is Labor Receiving a Smaller Share of Global Income? Theory and Empirical Evidence.” IMF Documento de trabalho WP/17/169. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Daude, C., N. Lustig, A. Melguizo e J. R. Perea. 2017.** “On the Middle 70%: The Impact of Fiscal Policy on the Emerging Middle Class in Latin America Using Commitment to Equity.” Documento de trabalhos 1716. Tulane University, Department of Economics, New Orleans, LA.
- David, P. 1990.** “The Dynam and the Computer: An Historical Perspective on the Modern Productivity Paradox.” *American Economic Review* 80(2): 255–361.
- David, A., N. Guilbert, H. Hino, M. Leibbrandt, E. Potgieter e M. Shiva. 2018.** “Social Cohesion and Inequality in South Africa.” Research Paper 2018-63. Agence Française de Développement, Paris. www.afd.fr/en/social-cohesion-and-inequality-south-africa. Acedido em 26 de agosto de 2019.
- Davis, S.J., N.S. Lewis, M. Shaner, S. Aggarwal, D. Arent, I.L. Azevedo, S.M. Benson, T. Bradley, J. Brouwer, Y.-M. Chiang, C.T.M. Clack, A. Cohen, S. Doig, J. Edmonds, P. Fennell, C.B. Field, B. Hanegan, B.-M. Hodge, M.I. Hoffert, E. Ingersoll, P. Jaramillo, K.S. Lackner, K.J. Mach, M. Mastrandrea, J. Ogden, P.F. Peterson, D.L. Sanchez, D. Sperling, J. Stagner, J.E. Trancik, C.-J. Yang e K. Caldeira. 2018.** “Net-Zero Emissions Energy Systems.” *Science* 360(6396): 1419.
- De Loecker, J., e J. Eeckhout. 2017.** “The Rise of Market Power and the Macroeconomic Implications.” NBER Documento de trabalho 23687. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Deaton, A. 2003.** “Health, Inequality, and Economic Development.” *Journal of Economic Literature* 41(1): 113–158.
- . **2005.** “Measuring Poverty in a Growing World (or Measuring Growth in a Poor World).” *Review of Economics and Statistics* 87(1): 1–19.
- . **2007.** *Global Patterns of Income and Health: Facts, Interpretations, and Policies*. WIDER Annual Lecture 10. Helsinki: United Nations University World Institute for Development Economics Research.
- . **2013a.** *The Great Escape: Health, Wealth, and the Origins of Inequality*. Princeton University Press.
- . **2013b.** “What Does the Empirical Evidence Tell Us about the Injustice of Health Inequalities.” *Inequalities in Health: Concepts Measures, and Ethics* 263: 281.
- . **2017.** “Without Governments, Would Countries Have More Inequality, or Less?” *The Economist*, 13 de julho. www.economist.com/the-world-if/2017/07/13/without-governments-would-countries-have-more-inequality-or-less. Acedido em 10 de outubro de 2019.
- . **2018.** “How Inequality Works.” *Mint*, 1 de janeiro. www.livemint.com/Opinion/sMRTHLLePT4cfXTkjM7JOM/Angus-Deaton-How-inequality-works.html. Acedido em 10 de setembro de 2019.
- De Haan, J., J.E. Sturm. 2017.** “Finance and Income Inequality: A Review and New Evidence.” *European Journal of Political Economy* 50: 171–195.
- Del Boca, D. 2015.** “Child Care Arrangements and Labour Supply.” IDB Documento de trabalho 569. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC.
- Dellinger, A.J. 2019.** “How the Biggest Tech Companies Spent Half A Billion Dollars Lobbying Congress.” *Forbes*, 30 de abril.
- De Loecker, J., e J. Eeckhout. 2017.** “The Rise of Market Power and the Macroeconomic Implications.” NBER Documento de trabalho 23687. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Demaria, F. 2010.** “Shipbreaking at Alang-Sosiya (India): An Ecological Distribution Conflict.” *Ecological Economics* 70(2): 250–260.
- Demirgüç-Kunt, A., L. Klapper e D. Singer. 2013.** “Financial Inclusion and Legal Discrimination against Women: Evidence from Developing Countries.” Policy Research Documento de trabalho 6416. World Bank, Washington, DC.
- Demirgüç-Kunt, A., L. Klapper, D. Singer, S. Ansar e J. Hess. 2018.** *The Global Findex Database 2017: Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution*. Washington, DC: World Bank.
- Demirgüç-Kunt, A., e R. Levine. 2009.** “Finance and Inequality: Theory and Evidence.” *Annual Review of Financial Economics* 1(1): 287–318.
- Dercon, S. 2010.** “Risk, Poverty and Human Development: What Do We Know, What Do We Need to Know?” In R. Fuentes-Nieva and P. Seck, eds., *Risks, Shocks, and Human Development on the Brink*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Deschamps, P. 2018.** “Gender Quotas in Hiring Committees: A Boon or a Bane for Women?” LIEPP Documento de trabalho 82. Sciences Po, Paris.
- Devereux, S. 2009.** “Why Does Famine Persist in Africa?” *Food Security* 1:25.
- Devex. n.d.** “Turning the Tide.” <https://pages.devex.com/turningthetide.html>. Acedido em 13 de agosto de 2019.
- Dharmapala, D., C.F. Foley e K.J. Forbes. 2011.** “Watch What I Do, Not What I Say: The Unintended Consequences of the Homeland Investment Act.” *Journal of Finance* 66(3): 753–787.
- Di Cesare, M., Y.-H. Khang, P. Asaria, T. Blakely, M.J. Cowan, F. Farzadfar, R. Guerrero, N. Ikeda, C. Kyobutungi e K.P. Msyamboza. 2013.** “Inequalities in Non-Communicable Diseases and Effective Responses.” *The Lancet* 381(9866): 585–597.
- Diamond J. 1997.** *Guns, Germs and Steel*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company.
- . **2005.** *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*. Nova Iorque: Penguin Books.
- Diez, M.F.J., J. Fan e C. Villegas-Sánchez. 2019.** “Global Declining Competition” IMF Documento de trabalho WP/19/82. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Diffenbaugh, N.S., e M. Burke. 2019a.** “Global Warming Has Increased Global Economic Inequality.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(20): 9808–9813.
- . **2019b.** “Reply to Rosen: Temperature–Growth Relationship Is Robust.” *Proceedings of National Academies of Sciences* 116(33): 16171–16172.

- Dimova, D.** 2019. "The Structural Determinants of the Labor Share in Europe." IMF Documento de trabalho 19/67. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Dinesen, P.T., e K.M. Sønderskov.** 2015. "Ethnic Diversity and Social Trust: Evidence from the Micro-Context." *American Sociological Review* 80(3): 550–573.
- Dingel, J.I., K.C. Meng e S.M. Hsiang.** 2019. "Spatial Correlation, Trade, and Inequality: Evidence from the Global Climate." NBER Documento de trabalho 25447. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA. www.nber.org/papers/w25447.pdf. Acedido em 13 de agosto de 2019.
- Dirzo, R., H.S. Young, M. Galetti, M., Ceballos, N.J. Isaac e B. Collen.** 2014. "Defaunation in the Anthropocene." *Science* 345(6195): 401–406.
- Dixon, J., K. Durrheim e C. Tredoux.** 2005. "Beyond the Optimal Contact Strategy: A Reality Check for the Contact Hypothesis." *American Psychologist* 60: 697–711.
- Dobson, A.P., e E.R. Carper.** 1996. "Infectious Diseases and Human Population History." *Bioscience* 46(2): 115–126.
- Dollar, D., T. Kleineberg e A. Kraay.** 2015. "Growth, Inequality and Social Welfare: Cross-Country Evidence." *Economic Policy* 30(82): 335–377.
- Dorband I., M. Jakob, M. Kalkhul e J. Steckel.** 2019. "Poverty and Distributional Effects of Carbon Pricing in Low- and Middle-Income Countries—A Global Comparative Analysis." *World Development*. 115: 246–257.
- Dornbusch, R., e S. Edwards.** 1991. "The Macroeconomics of Populism." In R. Dornbusch and S. Edwards, eds., *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Doucouliaogis, H., R. Freeman e P. Laroche.** 2017. *The Economics of Trade Unions: A Study of a Research Field and its Findings*. Nova Iorque: Routledge.
- Dowd, A.J., I. Borisova, A. Amente e A. Yenew.** 2016. "Realizing Capabilities in Ethiopia: Maximizing Early Childhood Investment for Impact and Equity." *Journal of Human Development and Capabilities* 17(4): 477–493.
- Dube, A., J. Jacobs, S. Naidu e S. Suri.** 2018. "Monopsony in Online Labor Markets." NBER Documento de trabalho 24416. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Duño, E.** 2012. "Women Empowerment and Economic Development." *Journal of Economic Literature* 50(4): 1051–1079.
- Duncan, G.J., J. Brooks-Gunn e P.K. Klebanov.** 1994. "Economic Deprivation and Early Childhood Development." *Child Development* 65(2): 296–318.
- Dunlap, R.E., e A.M. McCright.** 2011. "Organized Climate Change Denial." In J.S. Dryzek, R.B. Norgaard and D. Schlosberg, eds., *The Oxford Handbook of Climate Change and Society*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Dworkin, R.** 1981. "What is Equality? Part 2: Equality of Resources." *Philosophy and Public Affairs* 10(3): 283–345.
- Early, R., B.A. Bradley, J.S. Dukes, J.J. Lawler, J.D. Olden, D.M. Blumenthal, P. Gonzalez, E.D. Grosholz, I. Ibañez, L.P. Miller e C.J. Sorte.** 2016. "Global Threats from Invasive Alien Species in the Twenty-First Century and National Response Capacities." *Nature Communications* 7.
- ECLAC (Economic Commission for Latin America e the Caribbean).** 2018a. *The Inefficiency of Inequality*. Thirty-Seventh Session of ECLAC, 7–11 de maio, Havana. Santiago.
- . 2018b. *Social Panorama of Latin America 2018*. Santiago.
- The Economist.** 2019. "In South-East Asia, Grab and Gojek Bring Banking to the Masses." 2 de maio. www.economist.com/special-report/2019/05/02/in-south-east-asia-grab-and-gojek-bring-banking-to-the-masses. Acedido em 24 de outubro de 2019.
- Eggertsson, G., J. Robbins e E. Wold.** 2018. "Kaldor and Piketty's Facts: The Rise of Monopoly Power in the United States." NBER Documento de trabalho 24287. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Eicher, T.S., e S.J. Turnovsky.** 2003. *Inequality and Growth: Theory and Policy Implications*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Eika, L., M. Mogstad e B. Zafar.** Por publicar. "Educational Assortative Mating and Household Income Inequality." *Journal of Political Economy*.
- Elborgh-Woytek, K., M. Newiak, K. Kochhar, S. Fabrizio, K. Kpodar, Ph. Wingender, B. Clemments e G. Schwartz.** 2013. "Women, Work, and the Economy: Macroeconomic Gains from Gender Equity." IMF Staff Discussion Note, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC. www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2013/sdn1310.pdf. Accessed 14 de outubro de 2019.
- Elgar, F.J., B. McKinnon, T. Torsheim, C.W. Schnohr, J. Mazur, F. Cavallo e C. Currie.** 2016. "Patterns of Socioeconomic Inequality in Adolescent Health Differ According to the Measure of Socioeconomic Position." *Social Indicators Research* 127(3): 1169–1180.
- Elison, M.J., S. Dibble e P.A. Robertson.** 2011. "Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender (LGBT) Physicians' Experiences in the Workplace." *Journal of Homosexuality* 58(10): 1355–1371.
- Elliott, P., D. Briggs, S. Morris, C. de Hoogh, C. Hurt, T.K. Jensen, I. Maitland, S. Richardson, J. Wakefield e L. Jarup.** 2001. "Risk of Adverse Birth Outcomes in Populations Living near Landfill Sites." *BMJ* 323: 363.
- Enamorado, T., L.F. López-Calva, C. Rodríguez-Castelán e H. Winkler.** 2016. "Income Inequality and Violent Crime: Evidence from Mexico's Drug War." *Journal of Development Economics* 120: 128–143.
- Engelman, M., V. Canudas-Romo e E.M. Agree.** 2010. "The Implications of Increased Survivorship for Mortality Variation in Aging Populations." *Population and Development Review* 36(3): 511–539.
- Ennis, S.F., P. Gonzaga e C. Pike.** 2019. "Inequality: A Hidden Cost of Market Power." *Oxford Review of Economic Policy* 35(3): 518–549.
- Eriksen, M., L.C. Lebreton, H.S. Carson, M. Thiel, C.J. Moore, J.C. Borerro, F. Galgani, P.G. Ryan e J. Reisser.** 2014. "Plastic Pollution in the World's Oceans: More than 5 Trillion Plastic Pieces Weighing over 250,000 Tons Afloat at Sea." *PLOS ONE* 9(12): e111913.
- Erreygers, G.** 2009. "Correcting the Concentration Index." *Journal of Health Economics* 28(2): 504–515.
- Etzioni, A.** 2000. "Social Norms: Internalization, Persuasion, and History." *Law & Society Review* 34(1): 157–178.
- Eurobarometer.** 2018. "Fairness, Inequality and Inter-Generational Mobility." Special Eurobarometer 471. European Commission, Directorate-General for Communication, Brussels.
- European Commission.** 2016. "State Aid: Ireland Gave Illegal Tax Benefits to Apple Worth up to Euro 13 Billion." Press Release, 30 de agosto. https://europa.eu/rapid/press-release_IP-16-2923_en.htm. Acedido em 7 de novembro de 2019.
- . 2019. "Antitrust: Commission Fines Google Euro 1.49 Billion for Abusive Practices in Online Advertising." Press Release, 20 de março. https://europa.eu/rapid/press-release_IP-19-1770_en.htm. Acedido em 7 de novembro de 2019.
- European Commission, Directorate-General for Research e Innovation.** 2014. "Trust at Risk: Implications for EU Policies and Institutions." Relatório do grupo de peritos. Luxembourg. <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/e512c11b-e922-11e6-ad7c-01aa75ed71a1>. Acedido em 1 de agosto de 2019.
- European Environment Agency.** 2018. "Environmental Indicator Report 2018: Number of Countries That Have Adopted a Climate Change Adaptation Strategy/Plan." Copenhagen. www.eea.europa.eu/airs/2018/environment-and-health/climate-change-adaptation-strategies. Acedido em 13 de agosto de 2019.
- European Parliament.** 2016. "Draft Report with recommendations to the Commission on Civil Law Rules on Robotics." 2015/2103(INL). Brussels. www.europarl.europa.eu/doceo/document/JURI-PR-582443_EN.pdf?redirect. Acedido em 24 de outubro de 2019.
- Fagereng, A., M. Mogstad e M. Rønning.** 2019. "Why Do Wealthy Parents Have Wealthy Children?" Documento de trabalho 2019-22. Universidade de Chicago, Becker Friedman Institute for Economics, Chicago, IL.
- Fairfield, T.** 2015. "Structural Power in Comparative Political Economy: Perspectives from Policy Formulation in Latin America." *Business and Politics* 17(3): 411–441.
- Falch, T.** 2010. "The Elasticity of Labor Supply at the Establishment Level." *Journal of Labor Economics* 28(2): 237–266.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura).** 2006. *Livestock's Long Shadow: Environmental Issues and Options*. www.fao.org/3/a0701e/a0701e00.htm. Acedido em 29 de outubro de 2019.
- . 2011. *The State of Food and Agriculture: Closing the Gender Gap for Development*. Rome.
- . 2014. "Animal Production." Rome. www.fao.org/animal-production/en/. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- . 2016. AQUASTAT database. Rome. www.fao.org/nr/water/aquastat/water_use/index.stm. Acedido em 10 de outubro de 2019.
- . 2017. "Livestock Solutions for Climate Change." Rome. www.fao.org/3/a-i8098e.pdf. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- . 2018. *World Livestock: Transforming the Livestock Sector through the Sustainable Development Goals*. Rome. www.fao.org/3/CA1201EN/ca1201en.pdf. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- Farber, H.S., D. Herbst, I. Kuziemko e S. Naidu.** 2018. "Unions and Inequality over the Twentieth Century: New Evidence from Survey Data." NBER Documento de trabalho 24587. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Farber, H.S., e R.G. Valletta.** 2015. "Do Extended Unemployment Benefits Lengthen Unemployment Spells? Evidence from Recent Cycles in the US Labor Market." *Journal of Human Resources* 50(4): 873–909.
- Farid, M., M. Keen, M.G. Papaioannou, I.W. Parry, C.A. Pattillo e A. Ter-Martirosyan.** 2016. "After Paris: Fiscal, Macroeconomic and Financial Implications of Global Climate Change." IMF Staff Discussion Note 16/01. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC. www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2016/12/31/After-Paris-Fiscal-Macroeconomic-and-Financial-Implications-of-Global-Climate-Change-43484. Acedido em 5 de novembro de 2019.
- Favara, G., e J. Imbs.** 2015. "Credit Supply and the Price of Housing." *American Economic Review* 105(3): 958–992.
- Fay, M.** 2005. *The Urban Poor in Latin America*. Directions in Development. Washington, DC: World Bank.
- Fearon, J.D., e D.D. Laitin.** 2003. "Ethnicity, Insurgency, and Civil War." *American Political Science Review* 97(1): 75–90.
- Fehr, E., U. Fischbacher e S. Gächter.** 2002. "Strong Reciprocity, Human Cooperation, and the Enforcement of Social Norms." *Human Nature* 13(1): 1–25.
- Felix, S., e P. Portugal.** 2017. "Labor Market Imperfections and the Firm's Wage Setting Policy." Documento de trabalho. Banco de Portugal, Economics and Research Department, Lisbon.
- Ferreira, F.H.G.** 2012. "Distributions in Motion: Economic Growth, Inequality, and Poverty Dynamics." In P.N. Jefferson, ed., *The Oxford Handbook of the Economics of Poverty*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Ferreira, F.H.G., C. Lakner, M.A. Lugo e B. Özler.** 2018. "Inequality of Opportunity and Economic Growth: How Much Can Cross-Country Regressions Really Tell Us?" *Review of Income and Wealth* 64(4): 800–827.
- Ferreira, F.H.G., e N. Lustig.** 2015. "Special Issue on "Appraising Cross-National Income Inequality Databases." *Journal of Economic Inequality* 13(4): 1–25.
- Ferreira, F., N. Lustig e D. Teles.** 2015. "Appraising Cross-National Income Inequality Databases: An Introduction." *Journal of Economic Inequality* 13(4): 497–526.
- Ferreira, F., e V. Peragine.** 2016. "Individual Responsibility e Equality of Opportunity." In M.D. Adler and M. Fleurbaey, eds., *The Oxford Handbook of Well-Being and Public Policy*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Festinger, L.** 1954. "A Theory of Social Comparison Processes." *Human Relations* 7: 117–140.
- French-Davis, R.** 2000. *Reforming the Reforms in Latin America: Macroeconomics, Trade, Finance*. Londres/Nova Iorque: Macmillan/Palgrave.
- Fiala, O., e R. Watkins.** 2019. "The Power of Convergence: Applying the Capabilities Approach to the 2030 Goals and 'Leaving No One Behind.'" Manuscrito da Save the Children elaborado para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

- Filmer, D., e L. Pritchett. 1999.** "The Effect of Household Wealth on Educational Attainment: Evidence from 35 Countries." *Population and Development Review* 25(1): 85–120.
- Finkelstein, A., M. Gentzkow e H. L. Williams. 2019.** "Place-Based Drivers of Mortality: Evidence from Migration." National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Fintech News Hong Kong. 2019.** "How China's Virtual Banks Are Offering Loans to Micro-Businesses within Minutes." 22 de agosto. <https://fintechnews.hk/9925/virtual-banking/virtual-banking-china-big-data-microbusiness/>. Acedido em 6 de outubro de 2019.
- FitzGerald, V., e J. A. Ocampo. 2019.** "Towards Fairer Global Taxation." Documento de referência para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Flake, D.F. 2005.** "Individual, Family, and Community Risk Markers for Domestic Violence in Peru." *Violence Against Women* 11(3): 353–73.
- Fletcher, E., R. Pande e C. T. Moore. 2017.** "Women and Work in India: Descriptive Evidence and a Review of Potential Policies." HKS Faculty Research Documento de trabalho RWP18-004. Harvard University, John F. Kennedy School of Government, Cambridge, MA.
- Forbes. 2019.** "The World's Billionaires." 5 de março. www.forbes.com/billionaires/#1360ce67251c. Acedido em 9 de outubro de 2019.
- Fortin, P., L. Godbout e S. St-Cerny. 2012.** "Impact of Quebec's Universal Low-Fee Childcare Program on Female Labour Force Participation, Domestic Income, and Government Budgets." University of Quebec at Montreal and University of Sherbrooke. www.oise.utoronto.ca/atkinson/UserFiles/File/News/Fortin-Godbout-St_Cerny_eng.pdf. Acedido em 9 de outubro de 2019.
- Foster, J., S. Seth, M. Lokshin e Z. Sajaia. 2013.** *A Unified Approach to Measuring Poverty and Inequality*. Washington, DC: World Bank.
- Foster, J.E., e E. Ok. 1999.** "Lorenz Dominance and the Variance of Logarithms." *Econometrica* 67(4): 901–907.
- Fourie, C., F. Schuppert e I. Wallimann-Helmer. 2015.** *Social Equality: On What It Means to Be Equals*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Fraga, M.F., E. Ballestar, M.F. Paz, S. Roper, F. Setien, M.L. Ballestar, D. Heine-Suñer, J.C. Cigudosa, M. Urioste, J. Benitez e M. Boix-Chornet. 2005.** "Epigenetic Differences Arise during the Lifetime of Monozygotic Twins." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 102(30): 10604–10609.
- Francesca, M., e D. Prady. 2018.** "Universal Basic Income: Debate and Impact Assessment." IMF Documento de trabalho WP/18/273. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Frank, M.R., D. Autor, J.E. Bessen, E. Brynjolfsson, M. Cebrian, D.J. Deming, M. Feldman, M. Groh, J. Lobo, E. Moro e D. Wang. 2019.** "Toward Understanding the Impact of Artificial Intelligence on Labor." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(14): 6531–6539.
- Frank, M.R., L. Sun, M. Cebrian, H. Youn e I. Rahwan. 2018.** "Small Cities Face Greater Impact from Automation." *Journal of the Royal Society Interface* 15(139).
- Franzen, A., e D. Vogl. 2013.** "Acquiescence and the Willingness to Pay for Environmental Protection: A Comparison of the ISSP, WVVS, and EVS." *Social Science Quarterly* 94(3): 637–659.
- Freedom House. 2019.** *Freedom in the World 2019: Democracy in Retreat*. Washington, DC. <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2019/democracy-in-retreat>.
- Freeman, C. 1987.** *Technology Policy and Economic Performance: Lessons from Japan*. Londres: Pinter.
- Freeman, C., e C. Perez. 1990.** "The Diffusion of Technological Innovations and Changes of Techno-economic Paradigm." In F. Arcangeli, P. David and G. Dos, eds., *The Diffusion of New Technologies*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Frost, J., L. Gambacorta, Y. Huang, H.S. Shin e P. Zbinden. 2019.** "BigTech and the Changing Structure of Financial Intermediation." BIS Documento de trabalho 779. BIS, Basel, Switzerland. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3369011. Acedido em 6 de outubro de 2019.
- Fuentes-Nieva, R., e P. Seck. 2010.** "The Short- and Medium-Term Human Development Effects of Climate-Related Shocks: Some Empirical Evidence." In *Risks, Shocks and Human Development*. Nova Iorque: Palgrave-Macmillan.
- Fujimori, S., T. Hasegawa, T. Masui, K. Takahashi, D.S. Herran, H. Dai, Y. Hijioka e M. Kainuma. 2017.** "SSP3: AIM Implementation of Shared Socioeconomic Pathways." *Global Environmental Change* 42: 268–283.
- Fukuda-Parr, S. 2019.** "Keeping Out Extreme Inequality from the SDG Agenda – The Politics of Indicators." *Global Policy* 10(S1): 61–69.
- Furman, J. 2014.** "Global Lessons for Inclusive Growth." Presentation to the Institute of International and European Affairs, 7 de maio, Dublin.
- . 2019. "Should Policymakers Care Whether Inequality Is Helpful or Harmful for Growth?" In O. Blanchard and L.H. Summers, eds., *Evolution or Revolution? Rethinking Macroeconomic Policy after the Great Recession*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Furman, J., e P. Orszag. 2015.** "A Firm-Level Perspective on the Role of Rents in the Rise in Inequality." Presentation at "A Just Society" Centennial Event in Honor of Joseph Stiglitz, 16 de outubro, Nova Iorque.
- . 2018. "Slower Productivity and Higher Inequality: Are They Related?" Documento de trabalho 2018-4. Peterson Institute for International Economics, Washington, DC.
- Furman, J., e R. Seamans. 2019.** "AI and the Economy." *Innovation Policy and the Economy* 19: 161–191.
- Galama, T.J., e H. Van Kippersluis. 2018.** "A Theory of Socio-Economic Disparities in Health over the Life Cycle." *The Economic Journal* 129(617): 338–374.
- Galbraith, J. 2012.** *Inequality and Instability: A Study of the World Economy Just before the Great Crisis*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- . 2016. *Inequality: What Everyone Needs to Know*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- . 2018. "Sparse, Inconsistent and Unreliable: Tax Records and the World Inequality Report." *Development and Change* 50(2): 329–346.
- Galbraith, J.K., J. Choi, B. Halbach, A. Malinowska e W. Zhang. 2015.** "A Comparison of Major World Inequality Data Sets: LIS, OECD, SILC, WDI and EHI." UTIP Documento de trabalho 69. The University of Texas at Austin.
- . 2016. "A Comparison of Major World Inequality Data Sets: LIS, OECD, EU-SILC, WDI, and EHI." In L. Cappellari, S.W. Polachek and K. Tatsiramos, eds., *Income Inequality Around the World*. Research in Labor Economics, Vol. 44. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited.
- Galar, O., e J. Zeira. 1993.** "Income Distribution and Macroeconomics." *Review of Economic Studies* 60(1): 35–52.
- Gans, J., A. Leigh, M. Schmalz e A. Triggs. 2018.** "Inequality and Market Concentration, When Shareholding Is More Skewed than Consumption." *Oxford Review of Economic Policy* 35(3): 550–563.
- Galvan, E., e C. Garcia-Peñalosa. 2018.** "Gender Norms and Labour Supply: Identifying Heterogeneous Patterns across Groups of Women." Versão preliminar do documento apresentado na Oitava Reunião da Society for the Study of Economic Inequality, 3–5 de julho, Paris.
- Garbinti, G., J. Goupille-Lebret e T. Piketty. 2016.** "Accounting for Wealth Inequality Dynamics: Methods, Estimates and Simulations for France (1800-2014)." WID.world Documento de trabalho 2016/5. World Inequality Database.
- Garcia, J.L., J.J. Heckman, D.E. Leaf e M.J. Prados. 2016.** "The Life-cycle Benefits of an Influential Early Childhood Program." NBER Documento de trabalho 22993. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Gaspar, V., P. Mauro e T. Poghosyan. 2017.** "Lessons from the Old Masters on Assessing Equity and Efficiency: A Primer for Fiscal Policymakers." IMF Documento de trabalho No. 17/214. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Gasparini, L., e N. Lustig. 2011.** "The Rise and Fall of Income Inequality in Latin America." Documento de trabalho 1110. Tulane University, Department of Economics, New Orleans, LA.
- Gasparini, L., e L. Tomarolli. 2015.** "A Review of the OECD Income Distribution Database." *Journal of Economic Inequality* 13: 579–602.
- Gasperi, J., S.L. Wright, R. Dris, F. Collard, C. Mandin, M. Guerrouache, V. Langlois, F.J. Kelly e B. Tassin. 2018.** "Microplastics in Air: Are We Breathing It In?" *Current Opinion in Environmental Science & Health* 1: 1–5.
- Gates, S., H. Hegre, H.M. Nygård e H. Strand. 2012.** "Development Consequences of Armed Conflict." *World Development* 40(9): 1713–1722.
- GDIM. 2018.** Global Database on Intergenerational Mobility. World Bank, Development Research Group, Washington, DC.
- Gebru, T., J. Krause, Y. Wang, D. Chen, J. Deng, E. Lieberman Aiden e L. Fei-Fei. 2017.** "Using Deep Learning and Google Street View to Estimate the Demographic Makeup of Neighborhoods across the United States." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114(50): 13108–13113.
- Gemici, K. 2007.** "Karl Polanyi and the Antinomies of Embeddedness." *Socio-Economic Review* 6: 5–33.
- Genicot, G., e D. Ray. 2017.** "Aspirations and Inequality." *Econometrica* 85(2): 489–519.
- Gennaioli, N., A. Shleifer e R. Vishny. 2012.** "Neglected Risks, Financial Innovation, and Financial Fragility." *Journal of Financial Economics* 104(3): 452–468.
- George, S. 2016.** "What Thailand Can Teach the World about Universal Healthcare." *The Guardian*, 24 de maio. www.theguardian.com/health-revolution/2016/may/24/thailand-universal-healthcare-ucs-patients-government-political. Acedido em 9 de outubro de 2019.
- Gerbens-Leenes, P.W., e S. Nonhebel. 2002.** "Consumption Patterns and their Effects on Land Required for Food." *Ecological Economics* 42(1–2): 185–199.
- Gerber, P.J., H. Steinfeld, B. Henderson, A. Mottet, C. Opio, J. Dijkman, A. Falucci e G. Tempio. 2013.** "Tackling Climate Change through Livestock—A Global Assessment of Emissions and Mitigation Opportunities." Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.
- Gerring, J., S.C. Thacker e R. Alfaro. 2012.** "Democracy and Human Development." *The Journal of Politics* 74(1): 1–17.
- Gert, G., e H. Kharas. 2018.** "Leave No Country Behind: Ending Poverty in the Toughest Places." Brookings Institution blog, 6 de fevereiro. www.brookings.edu/research/leave-no-country-behind/. Acedido em 10 de outubro de 2019.
- Gerten, D., J. Rockström, J. Heinke, W. Steffen, K. Richardson e S. Cornell. 2015.** "Response to Comment on "Planetary boundaries: Guiding Human Development on a Changing Planet." *Science* 348(6240): 1217–1217.
- Ghosh, J. 2016.** "The Role of Labour Market and Sectoral Policies in Promoting More and Better Jobs in Low Middle Income Countries: Issues, Evidence and Policy Options: The Case of India." Documento de trabalho sobre emprego 206. Organização Internacional do Trabalho, Genebra
- . 2019. "Asian Approaches to Tackle Inequalities." Documento de referência para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Gilens, M., e B.I. Page. 2014.** "Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens." *Perspectives on Politics* 12: 564–581.
- Gill, F.L., K. Viswanathan e M.Z. Abdul Karim. 2018.** "The Critical Review of the Pollution Haven Hypothesis." *International Journal of Energy Economics and Policy* 8(1): 167–174.
- Gilligan, J. 1996.** *Violence: Our Deadly Epidemic and Its Causes*. Nova Iorque: GP Putnam.
- Gintis, H. 2007.** "A Framework for the Unification of the Behavioral Sciences." *Behavioral and Brain Sciences* 30(1): 1–16.
- Giovannoni, O.G. 2014.** "What Do We Know about the Labor Share and the Profit Share? Part III: Measures and Structural Factors." Documento de trabalho 805. Levy Economics Institute, Annandale-On-Hudson, NY. <https://pdfs.semanticscholar.org/b3bc/2e5843472393b96caaea7f7b96c00ca40a.pdf>. Acedido em 24 de outubro de 2019.
- Giraldo-Luque, S., N. Fernández-García e J.C. Pérez-Arce. 2018.** "La centralidad temática de la movilización #Niunamos en Twitter." *El profesional de la información* 27(1).
- Giupponi, M.B.O., e M.C. Paz. 2015.** "The Implementation of the Human Right to Water in Argentina and Colombia." *Anuario Mexicano de Derecho Internacional* 15(1): 323–352.
- Glaeser, E.L., S.D. Kominers, M. Luca e N. Naik. 2018.** "Big Data and Big Cities: The Promises and Limitations of Improved Measures of Urban Life." *Economic Inquiry* 56: 114–137.

- Gleeson, T., S.C. Zipper, L.W. Erlandsson, M. Porkka, M., F. Jaramillo, D. Gerten, I. Fetzer, S. Cornell, L. Piemontese, L. Gordon e J. Rockström. Por publicar.** "The Water Planetary Boundary: A Roadmap to Illuminate Water Cycle Modifications in the Anthropocene." *Water Resources Research*. <https://eartharxiv.org/vfg6n/>. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- Gleick, P.H. 2018.** "Transitions to Freshwater Sustainability." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(36): 8863–8871.
- Global Commission on Adaptation. 2019.** *Adapt Now: A Global Call for Leadership on Climate Resilience*. Roterdão, Países Baixos: Global Center on Adaptation, and Washington, DC: World Resources Institute.
- Global Panel on Agriculture e Food Systems for Nutrition. 2016.** "The Cost of Malnutrition: Why Policy Action is Urgent." Dossier técnico 3. Londres, Reino Unido. www.glopan.org/sites/default/files/pictures/CostOfMalnutrition.pdf. Acedido em 9 de agosto de 2019.
- Godfray, H.C.J., J.R. Beddington, I.R. Crute, L. Haddad, D. Lawrence, J.F. Muir, J. Pretty, S. Robinson, S.M. Thomas e C. Toulmin. 2010.** "Food Security: The Challenge of Feeding 9 Billion People." *Science* 327(5967): 812–818.
- Goldin, C.D., e L.F. Katz. 2009.** *The Race between Education and Technology*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Goldin, I., e C. Kutarna. 2016.** *Age of Discovery: Navigating the Risks and Rewards of our New Renaissance*. Oxford, Reino Unido: Bloomsbury Publishing.
- Gómez, L. 2014.** "Micromachismos, un Machismo Silencioso y Sutil." *Tinta Libre*, Dezembro.
- Gonzaga, C.M., R. Freitas-Junior, M. R. Souza, M.P. Curado e N.M. Freitas. 2014.** "Disparities in Female Breast Cancer Mortality Rates between Urban Centers and Rural Areas of Brazil: Ecological Time-Series Study." *The Breast* 23(2): 180–187.
- Gonzales, A. 2016.** "The Contemporary US Digital Divide: From Initial Access to Technology Maintenance." *Information, Communication & Society* 19(2): 234–248.
- Goodfellow, I., Y. Bengio e A. Courville. 2016.** *Deep Learning*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Goos, M., A. Manning e A. Salomons. 2014.** "Explaining Job Polarization: Routine-Biased Technological Change and Offshoring." *American Economic Review* 104(8): 2509–2526.
- Government of Bolivia. 2012.** Ley contra el acoso y violencia política hacia las mujeres. Ley número 243. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia. 28 de maio de 2012.
- Government of Ecuador, National Assembly, Legislative e Oversight Committee. 2008.** Constitution of the Republic of Ecuador, Chapter 2, Section 1, Article 12. <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Ecuador/english08.html>. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- Government of Japan. 2017.** *Realizing Society 5.0*. Tokyo. https://www.japan.go.jp/abonomics/_userdata/abonomics/pdf/society_5_0.pdf. Acedido em 6 de outubro de 2019.
- Graham, C. 2012.** *Happiness around the World: The Paradox of Happy Peasants and Miserable Millionaires*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Grainger, C., e C. Kolstad. 2010.** "Who Pays a Price on Carbon?" *Environmental & Resource Economics* 46(3): 359–376.
- Greef, K.D. 2019.** "Botswana's High Court Decriminalizes Gay Sex." *Nova lorque Times*, 11 de junho. www.nytimes.com/2019/06/11/world/africa/botswana-ruling-criminalize-gay-sex.html. Acedido em 18 de outubro de 2019.
- Green, D. 2016.** *How Change Happens*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Green, D.P., J. Glaser e A. Rich. 1998.** "From Lynching to Gay Bashing: The Elusive Connection between Economic Conditions and Hate Crime." *Journal of Personality and Social Psychology* 75: 82–92.
- Greenwood, J., N. Guner, G. Kocharkov e C. Santos. 2014.** "Marry Your Like: Assortative Mating and Income Inequality." *American Economic Review* 104(5): 348–353.
- . 2015. "Corrigendum to Marry Your Like: Assortative Mating and Income Inequality." www.jeremygreenwood.net/papers/ggksPandPcorrigendum.pdf. Acedido em 10 de outubro de 2019.
- Greenwood, J., and B. Jovanovic. 1990.** "Financial Development, Growth, and the Distribution of Income." *Journal of Political Economy* 98(5): 1076–1107.
- Greubel, L., e J. van der Gaag. 2012.** "Early Childhood Development: A Chinese National Priority and Global Concern for 2015." The Brookings Institution, Washington, DC. www.brookings.edu/blog/up-front/2012/06/29/early-childhood-development-a-chinese-national-priority-and-global-concern-for-2015/. Acedido em 8 de novembro de 2019.
- Grigoli, F., e A. Robles. 2017.** "Inequality Overhang." IMF Documento de trabalho WP/17/76. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Grunewald, N., S. Klasen, I. Martínez-Zarzo e C. Muris. 2017.** "The Trade-off between Income Inequality and Carbon Dioxide Emissions." *Ecological Economics* 142(C): 249–256.
- GSMA. 2017.** "Number of Mobile Subscribers Worldwide Hits 5 Billion." www.gsma.com/newsroom/press-release/number-mobile-subscribers-worldwide-hits-5-billion/. Acedido em 6 de outubro de 2019.
- . 2018. *State of Mobile Internet Connectivity 2018*. Londres. www.gsma.com/mobilefordevelopment/resources/state-of-mobile-internet-connectivity-2018/. Acedido em 4 de novembro de 2019.
- GSMA Connected Women. 2015.** *Bridging the Gender Gap: Mobile Access and Usage in Low- and Middle-Income Countries*. Londres.
- Guaqueta, J. 2017.** "Bootcamps: Raising Expectations for Girls in Math, Science and Technology." Blogue do Banco Mundial, 24 de fevereiro. <https://blogs.worldbank.org/education/bootcamps-raising-expectations-girls-math-science-and-technology>. Acedido em 9 de outubro de 2019.
- Guerreiro, J., S. Rebelo e P. Teles. 2018.** "Should Robots Be Taxed?" NBER Documento de trabalho 23806. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Gutiérrez, G., e T. Philippon. 2019.** "The Failure of Free Entry." NBER Documento de trabalho 26001. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Gutiérrez, C., e R. Tanaka. 2009.** "Inequality and Education Decisions in Developing Countries." *Journal of Economic Inequality* 7(1): 55–81.
- Ha, A. 2018.** "Nova lorque's Taxi and Limousine Commission Approves Minimum Wage Rules for App-Based Drivers." Tech Crunch, 4 de dezembro.
- Haegel, N.M., H. Atwater Jr., T. Barnes, C. Breyer, A. Burrell, Y.-M. Chiang, S. De Wolf, B. Dimmler, D. Feldman, S. Glunz, J.C. Goldschmidt, D. Hochschild, R. Inzunza, I. Kaizuka, B. Kroposki, S. Kurtz, S. Leu, R. Margolis, K. Matsubara, A. Metz, W.K. Metzger, M. Morjaria, S. Niki, S. Nowak, I.M. Peters, S. Philipps, T. Reindl, A. Richter, D. Rose, K. Sakurai, R. Schlatmann, M. Shikano, W. Sinke, R. Sinton, B.J. Stanbery, M. Topic, W. Tumas, Y. Ueda, J. van de Lagemaat, P. Verlinden, M. Vetter, E. Warren, M. Werner, M. Yamaguchi e A.W. Bett. 2019.** "Terawatt-Scale Photovoltaics: Transform Global Energy." *Science* 364(6443): 836–838.
- Hagen-Zanker, J., L. Pellerano, F. Bastagli, L. Harman, V. Barca, G. Sturge, T. Schmidt e C. Laing. 2017.** "The Impact of Cash Transfers on Women and Girls." Briefing, Overseas Development Institute, Londres.
- Hakak, L., e S. Firpo. 2017.** "Household Income Inequality and Education in Marriage Market in Brazil: An Empirical Study." University of São Paulo, Faculty of Economics, Brazil. www.fea.usp.br/sites/default/files/anexo-evento/chapter2_article_new_version_3_15.pdf. Acedido em 9 de setembro de 2019.
- Hall, J. 2013.** "From Capabilities to Contentment: Testing the Links Between Human Development and Life Satisfaction." In J. Helliwell, R. Layard and J. Sachs, eds., *World Happiness Report 2013*. Nova lorque: UN Sustainable Development Solutions Network.
- Hallegatte, S., e J. Rozenberg. 2017.** "Climate Change through a Poverty Lens." *Nature Climate Change* 7(4): 250–256.
- Hallegatte, S., A. Vogt-Schilb, M. Bangalore e J. Rozenberg. 2017.** *Unbreakable: Building the Resilience of the Poor in the Face of Natural Disasters*. Climate Change and Development Series. Washington, DC: World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/512241480487839624/pdf/110618-PUB-Box396333B-PUBLIC-PUBDATE-11-24-16-UNIT-ITSKI.pdf>. Acedido em 16 de agosto de 2019.
- Hamann, M., K. Berry, T. Chaigneau, T. Curry, R. Heilmayr, P.J.G. Henriksson, J. Hentati-Sundberg, A. Jina, E. Lindkvist, Y. Lopez-Maldonado, E. Nieminen, M. Piaggio, J. Qiu, J.C. Rocha, C. Schill, A. Shepon, A.R. Tilman, I. van den Bijgaart e T. Wuet. 2018.** "Inequality and the Biosphere." *Annual Review of Environment and Resources* 43: 61–83.
- Hamilton, J. 2016.** *Democracy's Detectives: The Economics of Investigative Journalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Han, M.A., D. Zeraatkar, G.H. Guyatt, R.W.M. Vernooij, R. El Dib, Y. Zhang, A. Algarni, G. Leung, D. Storman, C. Valli, M. Rabassa, N. Rehman, M.K. Parvzian, M. Zworth, J.J. Bartoszko, L.C. Lopes, D. Sit, M.M. Bala, P. Alonso-Coello e B.C. Johnston. Por publicar.** "Reduction of Red and Processed Meat Intake and Cancer Mortality and Incidence: A Systematic Review and Meta-analysis of Cohort Studies." *Annals of Internal Medicine*.
- Hanna, R., A. Khan e B. Oikarinen. 2018.** "Targeting the Poor." *Finance and Development* 55(4): 28–31.
- Hanushek, E., P. Peterson, L. M. Talpey e L. Woessmann. 2019.** "The Unwavering SES Achievement Gap: Trends in US Student Performance." NBER Documento de trabalho 25648. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Harari, Y.N. 2016.** *Homo Deus: A Brief History of Tomorrow*. Londres: Random House.
- Harcourt, B.E. 2011.** *The Illusion of Free Markets: Punishment and the Myth of Natural Order*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Harper, G.W., e M. Schneider. 2003.** "Oppression and Discrimination among Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgendered People and Communities: A Challenge for Community Psychology." *American Journal of Community Psychology* 31(3–4): 243–252.
- Harper, K., T. Steger e R. Filčák. 2009.** "Environmental Justice and Roma Communities in Central and Eastern Europe." *Environmental Policy and Governance* 19(4): 251–268.
- Hart, C. 2014.** "The Role of Environmental Justice in Biodiversity Conservation: Investigating Experiences of Communities near Kruger National Park, South Africa." *Dalhousie Journal of Interdisciplinary Management* 10(1): 1–16.
- Hartlaub, V., e T. Schneider. 2012.** "Educational Choice and Risk Aversion: How Important Is Structural vs. Individual Risk Aversion?" SOEPpapers on Multidisciplinary Panel Data Research 433. German Institute for Economic Research (DIW Berlin), Berlin. www.diw.de/documents/publikationen/73/diw_01.c.394455.de/diw_sp0433.pdf. Acedido em 31 de julho de 2019.
- Hauser, O.P., e M.I. Norton. 2017.** "(Mis) Perceptions of Inequality." *Current Opinion in Psychology* 18: 21–25.
- Hayter, S. 2015.** "Unions and Collective Bargaining." In J. Berg, ed., *Labour Markets, Institutions and Inequality: Building Just Societies in the 21st Century*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- He, D., R. Leckow, V. Haksar, T. Mancini-Griffoli, N. Jenkinson, M. Kashima, T. Khiaonrong, C. Rochon e H. Tourpe. 2017.** "Fintech and Financial Services: Initial Considerations." IMF Staff Discussion Note SDN/17/05. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Heal, G. 2019.** "The Cost of a Carbon-free Electricity System in the U.S." NBER Documento de trabalho 26084. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA. www.nber.org/papers/w26084. Acedido em 4 de novembro de 2019.
- Heckman, J.J. 2010.** "Cognitive Skills Are Not Enough." The Heckman Equation. <https://heckmanequation.org/resource/cognitive-skills-are-not-enough/>. Acedido em 30 de julho de 2019.
- . 2011a. "The American Family in Black & White: A Post-Racial Strategy for Improving Skills to Promote Equality." *Journal of Daedalus* 140(2): 70–89.
- . 2011b. "The Economics of Inequality: The Value of Early Childhood Education." *American Educator* 35(1): 31.
- . 2017. "There's More to Gain by Taking a Comprehensive Approach to Early Childhood Development." The Heckman Equation. https://heckmanequation.org/www/assets/2017/01/F_Heckman_CBAOnePager_120516.pdf. Acedido em 20 de agosto de 2019.
- Heckman, J.J., e P. Carneiro. 2003.** "Human Capital Policy." Documento de trabalho 9495. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA. www.nber.org/papers/w9495.pdf. Acedido em 30 de julho de 2019.
- Heckman, J. J., e G. Karapakula. 2019a.** "Intergenerational and Intragenerational Externalities of the Perry Preschool Project."

- NBER Documento de trabalho 25889. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Heckman, J. J., e G. Karapakula. 2019b.** "The Perry Preschoolers at Late Midlife: A Study in Design-Specific Inference." NBER Documento de trabalho 25888. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Heckman, J.J., e A.B. Krueger. 2005.** *Inequality in America: What Role for Human Capital Policies?* Cambridge, MA: MIT Press.
- Heckman, J. J., J. Stixrud e S. Urzua. 2006.** "The Effects of Cognitive and Noncognitive Abilities on Labor Market Outcomes and Social Behavior." *Journal of Labor Economics* 24(3): 411–482.
- Heer, J. 2019.** "Agency Plus Automation: Designing Artificial Intelligence into Interactive Systems." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(6): 1844–1850.
- Hegewisch, A., e J. Gornick. 2011.** "The Impact of Work-Family Policies on Women's Employment: A Review of Research from OECD Countries." *Community, Work and Family* 14(2): 119–138.
- Heilman, B., C.M. Guerrero-López, C. Ragonese, M. Kelberg e G. Barker. 2019.** *The Cost of the Man Box: A Study on the Economic Impacts of Harmful Masculine Stereotypes in the United States.* Washington, DC, and Londres: Promundo-US and Unilever.
- Helliwell, J. 2019.** "Inequality in Subjective Well-Being." Documento de referência para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Herrera, A. 2019.** "What We Can Learn from Canada's Universal Child Care Model." *The World* [Radio program], 5 de fevereiro. www.pri.org/stories/2019-02-05/what-we-can-learn-canada-s-universal-child-care-model. Acedido em 14 de outubro de 2019.
- Hickel, J. 2017a.** *The Divide: A Brief Guide to Global Inequality and Its Solutions.* Nova Iorque: Random House.
- . **2017b.** "The Development Delusion: Foreign Aid and Inequality." *American Affairs* 1(3): 160–173.
- . **2019.** "The Contradiction of the Sustainable Development Goals: Growth versus Ecology on a Finite Planet." *Sustainable Development* (2019): 1–12. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/sd.1947>. Acedido em 14 de outubro de 2019.
- Hilbert, M. 2011.** "The End Justifies the Definition: The Manifold Outlooks on the Digital Divide and Their Practical Usefulness for Policy-Making." *Telecommunications Policy* 35(8): 715–736.
- . **2019.** "Making New Technologies Work for Equality." Documento de referência para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Hillesund, S. 2019.** "Choosing Whom to Target: Horizontal Inequality and the Risk of Civil and Communal Violence." *Journal of Conflict Resolution* 63(2): 528–554.
- Hoegh-Guldberg, O., D. Jacob, M. Taylor, M. Bindu, S. Brown, I. Camilloni, A. Diedhiou, R. Djalante, K. Ebi, F. Engelbrecht, J. Guiot e others. 2018.** "Impacts of 1.5 °C Global Warming on Natural and Human Systems." In V. Masson-Delmotte, P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, P.R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M.I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor and T. Waterfield, eds., *Global Warming of 1.5°C*. An IPCC Special Report on the Impacts of Global Warming of 1.5°C Above Pre-Industrial Levels and Related Global Greenhouse Gas Emission Pathways, in the Context of Strengthening the Global Response to the Threat of Climate Change, Sustainable Development, and Efforts to Eradicate Poverty. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press. www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/05/SR15_Chapter3_Low_Res.pdf. Acedido em 9 de agosto de 2019.
- Hoekstra, A.Y., e M.M. Mekonnen. 2012.** "The Water Footprint of Humanity." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 109(9): 3232–3237.
- Hojman, D.A., e Á. Miranda. 2018.** "Agency, Human Dignity, and Subjective Well-Being." *World Development* 101: 1–15.
- Hornbeck, R. 2012.** "The Enduring Impact of the American Dust Bowl: Short and Long-Run Adjustments to Environmental Catastrophe." *American Economic Review* 102(4): 1477–1507.
- Horowitz, D.L. 2001.** *Ethnic Groups in Conflict*, 2nd ed. Londres, Reino Unido: University of California Press.
- Hryshko, D., C. Juhn e K. McCue. 2017.** "Trends in Earnings Inequality and Earnings Instability among U.S. Couples: How Important Is Assortative Matching?" *Labour Economics* 48: 168–182.
- Hsiang, S., R. Kopp, A. Jina, J. Rising, M. Delgado, S. Mohan, D.J. Rasmussen, R. Muir-Wood, P. Wilson, M. Oppenheimer e K. Larsen. 2017.** "Estimating Economic Damage from Climate Change in the United States." *Science* 356(6345): 1362–1369.
- Hsu, Y.-C., e Tapia, H. 2019.** "Older People Facing New Inequalities: Life Expectancy in Chile." Documento de referência para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Human Rights Watch. 2017.** "'I Want to Be Like Nature Made Me': Medically Unnecessary Surgeries on Intersex Children in the US." 25 de julho. www.hrw.org/report/2017/07/25/i-want-be-nature-made-me/medically-unnecessary-surgeries-intersex-children-us. Acedido em 26 de julho de 2019.
- Humphries, D.L., J.R. Behrman, B.T. Crookston, K.A. Dearden, W. Schott e M.E. Penny. 2014.** "Households Across All Income Quintiles, Especially the Poorest, Increased Animal Source Food Expenditures Substantially During Recent Peruvian Economic Growth." *PLOS ONE* 9(11).
- Hunt, J., e R. Nunn. 2019.** "Is Employment Polarization Informative About Wage Inequality and Is Employment Really Polarizing?" NBER Documento de trabalho 26064. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- IDMC (Internal Displacement Monitoring Centre). 2018.** *Global Report on Internal Displacement 2018*. Geneva.
- CID (Centro Internacional de Investigación sobre o Desenvolvimento). 2018.** *Artificial Intelligence and Human Development: Toward a Research Agenda*. Ottawa.
- Igan, D., e P. Mishra. 2011.** "Three's Company: Wall Street, Capitol Hill, and K Street: Political Influence and Financial Regulation." *Journal of Law & Economics* 57(4): 1063–1084.
- IIPS (International Institute for Population Sciences) e ICF International. 2017.** "India National Family Health Survey NFHS-4 2015-16." Mumbai, India.
- IIPS (International Institute for Population Sciences) e Macro International. 2007.** "India National Family Health Survey NFHS-3 2005-06." Mumbai, India.
- ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans e Intersex Association). 2019.** *State-Sponsored Homophobia 2019*. Geneva.
- ILO (Organização Internacional do Trabalho). 2016a.** *Minimum Wage Policy Guide*. Geneva. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_508566.pdf. Acedido em 14 de outubro de 2019.
- ILO (International Labour Organization). 2016b.** *Global Wage Report 2016/17: Wage Inequality in the Workplace*. Geneva. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_537846.pdf. Acedido em 14 de outubro de 2019.
- ILO (International Labour Organization). 2017a.** *World Employment Social Outlook: Trends for Women 2017*. Geneva: Gabinete Internacional do Trabalho.
- . **2017b.** *World Social Protection Report: Universal Social Protection to Achieve the Sustainable Development Goals 2017-2019*. Geneva: Gabinete Internacional do Trabalho.
- . **2018a.** *Digital Labour Platforms and the Future of Work: Towards Decent Work in the Online World*. Geneva: Gabinete Internacional do Trabalho.
- . **2018b.** *Global Wage Report: What Lies Behind Gender Pay Gaps*. Geneva: Gabinete Internacional do Trabalho.
- . **2019a.** "The Global Labour Income Share and Distribution." Julho. www.ilo.org/global/statistics-and-databases/publications/WCMS_712232/lang-en/index.htm. Acedido em 10 de outubro de 2019.
- . **2019b.** Labour statistics. <https://ilostat.ilo.org/data/>. Acedido em 9 de outubro de 2019.
- . **2019c.** *Work for a Brighter Future: Global Commission on the Future of Work*. Geneva: Gabinete Internacional do Trabalho.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2017a.** "Tackling Inequality." *Fiscal Monitor*, Outubro. Washington, DC.
- . **2017b.** *World Economic Outlook*, abril. Washington, DC.
- . **2018.** "Pursuing Women's Economic Empowerment." Policy Paper. Washington, DC. www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2018/05/31/pp053118pursuing-womens-economic-empowerment. Acedido em 14 de outubro de 2019.
- IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). 2014.** *Climate Change 2014: Synthesis Report*. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva.
- . **2018.** "Summary for Policymakers." *Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the Impacts of Global Warming of 1.5°C above Preindustrial Levels*. World Meteorological Organization, Geneva.
- IPU (Inter-Parliamentary Union). 2019.** Women in national parliaments, as of 1 de fevereiro de 2019. <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acedido em 9 de outubro de 2019.
- Islam, S.N., e J. Winkel. 2017.** "Climate Change and Social Inequality." DESA Documento de trabalho 152. United Nations Department of Economic and Social Affairs, Nova Iorque.
- ITU (International Telecommunications Union). 2019.** Statistics. www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx. Acedido em 8 de outubro de 2019.
- Itzhak, B.-D., S. Kleimeier e M. Viehs. 2018.** "Exporting Pollution." NBER Documento de trabalho 25063. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Iversen, T., e D. Soskice. 2019.** *Democracy and Prosperity: Reinventing Capitalism through a Turbulent Century*. Princeton: Princeton University Press.
- Iversen, V., A. Krishna e K. Sen. 2019.** "Beyond Poverty Escapes—Social Mobility in Developing Countries: A Review Article." *World Bank Research Observer* 34(2): 239–273.
- IWDA (International Women's Development Agency). 2018.** "What Does Intersectional Feminism Actually Mean?" 11 de maio. <https://iwda.org.au/what-does-intersectional-feminism-actually-mean/>. Acedido em 9 de outubro de 2019.
- IWPR (Institute for Women's Policy Research). 2019.** "Women, Automation, and the Future of Work." Washington, DC. http://iwpr.org/wp-content/uploads/2019/03/C476_Automation-and-Future-of-Work.pdf. Acedido em 16 de agosto de 2019.
- Jackson, R.B., C. Le Quééré, R.M. Andrew, J.G. Canadell, J.I. Korsbakken, Z. Liu, G.P. Peters e B. Zheng. 2018.** "Global Energy Growth is Outpacing Decarbonization." *Environmental Research Letters* 13: 120401.
- Jacobs, R.C., e D.T. Campbell. 1961.** "The Perpetuation of an Arbitrary Tradition through Several Generations of a Laboratory Microculture." *Journal of Abnormal and Social Psychology* 62(3): 649–658.
- Jagers, R.J., D. Rivas-Drake e T. Borowski. 2018.** "Equity & Social and Emotional Learning: A Cultural Analysis." Framework Briefs, Special Issues Series. The Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning, Chicago, IL. <https://measuringel.casell.org/wp-content/uploads/2018/11/Frameworks-Equity.pdf>. Acedido em 30 de julho de 2019.
- Jakob, M., O. Edenhofer, U. Kornek, D. Lenzi e J. Minx. 2019.** "Governing the Commons to Promote Global Justice: Climate Change Mitigation and Rent Taxation." In R. Kanbur and H. Shue, eds., *Climate Justice: Integrating Economics and Philosophy*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Jaramillo, F., e G. Destouni. 2015.** "Comment on 'Planetary Boundaries: Guiding Human Development on a Changing Planet.'" *Science* 348(6240): 1217.
- Jauch, S., e S. Watzka. 2016.** "Financial Development and Income Inequality: A Panel Data Approach." *Empirical Economics* 51(1): 291–314.
- Jaumotte, M.F., e M.C. Osorio. 2015.** "Inequality and Labor Market Institutions." IMF Staff Discussion Note SDN/15/14. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Jaumotte, F., S. Lall e C. Papageorgiou. 2013.** "Rising Income Inequality: Technology, or Trade and Financial Globalization." *IMF Economic Review* 61: 271–309.
- Jaumotte, M.F., e M.C. Osorio. 2015.** "Inequality and Labor Market Institutions." IMF Staff Discussion Note SDN/15/14. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

- Jensen, P., e H.S. Nielsen. 1997.** "Child Labour or School Attendance? Evidence from Zambia." *Journal of Population Economics* 10(4): 407–424.
- Jetten, J., C. Haslam, S.A. Haslam e N.R. Branscombe. 2009.** "The Social Cure." *Scientific American Mind* 20(5): 26–33.
- Johnson, T., A. Lora-Wainwright e J. Lu. 2018.** "The Quest for Environmental Justice in China: Citizen Participation and the Rural–Urban Network against Panguanying's Waste Incinerator." *Sustainability Science* 13(3): 733–746.
- Johnston, B.C., D. Zeraatkar, M.A. Han, R.W.M. Vernooij, C. Valli, R. El Dib, C. Marshall, P.J. Stover, S. Fairweather-Tait, G. Wójcik, F. Bhatia, R. de Souza, C. Brotons, J.J. Meerpohl, C.J. Patel, B. Djulbegovic, P. Alonso-Coello, M.M. Bala e G.H. Guyatt. Por publicar.** "Unprocessed Red Meat and Processed Meat Consumption: Dietary Guideline Recommendations from the Nutritional Recommendations (NutriRECS) Consortium." *Annals of Internal Medicine*.
- Jones, P.J.S. 2009.** "Equity, Justice and Power Issues Raised by No-take Marine Protected Area Proposals." *Marine Policy* 33(5): 759–765.
- Jongman, B., H.C. Winsemius, J.C. Aerts, E.C. de Perez, M.K. van Aalst, W. Kron e P.J. Ward. 2015.** "Declining Vulnerability to River Floods and the Global Benefits of Adaptation." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 112(18): E2271–E2280.
- Jorgenson, A., J. Schor e X. Huang. 2017.** "Income Inequality and Carbon Emissions in the United States: A State-Level Analysis, 1997–2012." *Ecological Economics* 134(C): 40–48.
- Jost, J.T. 2019.** "A Quarter Century of System Justification Theory: Questions, Answers, Criticisms, and Societal Applications." *British Journal of Social Psychology* 58(2): 263–314.
- Jost, J.T., A. Ledgerwood e C.D. Hardin. 2008.** "Shared Reality, System Justification, and the Relational Basis of Ideological Beliefs." *Social and Personality Psychology Compass* 2: 171–186.
- Joyce, R., e X. Xu. 2019.** "Inequalities in the Twentieth-First Century." Introducing the IFS Deaton Review. Institute for Fiscal Studies, Londres.
- Kågesten A, S. Gibbs, R.W. Blum, C. Moreau, V. Chandra-Mouli, A. Herbert e A. Amin. 2016.** "Understanding Factors that Shape Gender Attitudes in Early Adolescence Globally: A Mixed-Methods Systematic Review." *PLoS ONE* 11(6): e0157805.
- Kahn, M.E., K. Mohaddes, R.N.C. Ng, M.H. Pesaran, M. Raissi e J.C. Yang. 2019.** "Long-Term Macroeconomic Effects of Climate Change: A Cross-Country Analysis." Globalization Institute Documento de trabalho 365. Federal Reserve Bank of Dallas, Dallas, TX.
- Kaldor, N. 1961.** "Capital Accumulation and Economic Growth." In F.A. Lutz and D.C. Hague, eds., *The Theory of Capital*. Nova Iorque: St. Martin's Press.
- Kanbur, R. 2017.** "Structural Transformation and Income Distribution: Kuznets and Beyond." IZA Discussion Paper 10636. Institute for the Study of Labour, Bonn, Germany. www.econstor.eu/bitstream/10419/161259/1/dp10636.pdf. Acedido em 1 de agosto de 2019.
- . 2018. "On Three Canonical Responses to Labour Saving Technical Change." *VoxEU*, 8 de janeiro. <https://voxeu.org/article/three-canonical-responses-labour-saving-technical-change>. Acedido em 8 de agosto de 2019.
- Karabounis, L. 2011.** "One Dollar, One Vote." *The Economic Journal* 121(553): 621–651.
- Karabounis, L., e B. Neiman. 2013.** "The Global Decline of the Labor Share." *Quarterly Journal of Economics* 129(1): 61–103.
- Kautz, T., J.J. Heckman, R. Diris, B. Ter Weel e L. Borghans. 2014.** "Fostering and Measuring Skills: Improving Cognitive and Non-Cognitive Skills to Promote Lifetime Success." NBER Documento de trabalho 20749. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Kawachi, I., B.P. Kennedy e R.G. Wilkinson. 1999.** "Crime: Social Disorganization and Relative Deprivation." *Social Science & Medicine* 48(6): 719–731.
- Kaza, S., L. Yao, P. Bhada-Tata e F. Van Woerden. 2018.** *What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050*. Urban Development Series. Washington, DC: World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30317>. Acedido em 14 de agosto de 2019.
- Kearl, H. 2018.** "The Facts Behind the #metoo Movement: A National Study on Sexual Harassment and Assault: Executive Summary." Stop Street Harassment, Reston, VA.
- Keleher, H., e L. Franklin. 2008.** "Changing Gendered Norms about Women and Girls at the Level of Household and Community: A Review of the Evidence." *Global Public Health* 3(Sup1): 42–57.
- Kelley, C.P., S. Mohtadi, M.A. Cane, R. Seager e Y. Kushnir. 2015.** "Climate Change in the Fertile Crescent and Implications of the Recent Syrian Drought." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 112(11): 3241–3246.
- Kennedy, P.J., e A. Prat. 2019.** "Where do People Get their News?" *Economic Policy* 34(97): 5–47.
- Key, T.J., P.N. Appleby, E.A. Spencer, R.C. Travis, A.W. Roddam e N.E. Allen. 2009.** "Mortality in British Vegetarians: Results from the European Prospective Investigation into Cancer and Nutrition (EPIC-Oxford)." *American Journal of Clinical Nutrition* 89(5): 1613S–1619S.
- Khan, L.M. 2017.** "The Ideological Roots of America's Market Power Problem." *Yale Law Journal Forum* 127: 960.
- Khan, M. 2019.** "EU Plans Sweeping Regulation of Facial Recognition." *Financial Times*, 22 de agosto.
- Khanam, R. 2008.** "Child Labour and School Attendance: Evidence from Bangladesh." *International Journal of Social Economics* 35(1/2): 77–98.
- Kiatpongson S., e M. Norton. 2014.** "How Much (More) Should CEOs Make? A Universal Desire for More Equal Pay." *Perspectives on Psychological Science* 9: 587–593.
- Kidd, S., e D. Athias. 2019.** *Hit and Miss: An Assessment of Targeting Effectiveness in Social Protection*. Documento de trabalho. Development Pathways, Orpington, UK.
- Kim, D., e A. Saada. 2013.** "The Social Determinants of Infant Mortality and Birth Outcomes in Western Developed Nations: A Cross-Country Systematic Review." *International Journal of Environmental Research and Public Health* 10(6): 2296–2335.
- Kim, J., A. Lee e M. Rossin-Slater. 2019.** "What to Expect When It Gets Hotter: The Impacts of Prenatal Exposure to Extreme Heat on Maternal and Infant Health." NBER Documento de trabalho 26384. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA. www.nber.org/papers/w26384. Acedido em 28 de outubro de 2019.
- Kim, N. 2010.** "Impact of Extreme Climate Events on Educational Attainment: Evidence from Cross-Section Data and Welfare Projection." In R. Fuentes-Nieva and P.A. Seck, eds. *Risk, Shocks, and Human Development*. Londres: Palgrave Macmillan.
- King, A.D., M.G. Donat, E.M. Fischer, E. Hawkins, L.V. Alexander, D.J. Karoly, A.J. Dittus, S.C. Lewis e S.E. Perkins. 2015.** "The Timing of Anthropogenic Emergence in Simulated Climate Extremes." *Environmental Research Letters* 10(9): 094015.
- King, A.D., e L.J. Harrington. 2018.** "The Inequality of Climate Change from 1.5 to 2 C of Global Warming." *Geophysical Research Letters* 45(10): 5030–5033.
- Kishor, S., e K. Johnson. 2004.** *Profiling Domestic Violence: A Multi-Country Study*. Calverton, MD: ORC Macro.
- Klasen, S. 2018.** "Human Development Indices and Indicators: A Critical Evaluation." Occasional Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Klasen, S., e M. Fleurbaey. 2018.** "Leaving No One Behind: Some Conceptual e Empirical Issues." CDP Background Paper 44 ST/ESA/2018/CDP/44. United Nations Department of Economic and Social Affairs, Nova Iorque.
- Klein, N. 2019.** *On Fire: The (Burning) Case for a Green New Deal*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Klein, R.J.T., G.F. Midgley, B.L. Preston, M. Alam, F.G.H. Berkhout, K. Dow e M.R. Shaw. 2014.** "Adaptation Opportunities, Constraints, and Limits." In C.B. Field, V.R. Barros, D.J. Dokken, K.J. Mach, M.D. Mastrandrea, T.E. Bliir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea and L.L. White, eds. *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects*. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press. www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/WGIIAR5-Chap16_FINAL.pdf. Acedido em 16 de agosto de 2019.
- Klemm, A., L. Liu, V. Mylonas e P. Wingender. 2018.** "Are Elasticities of Taxable Income Rising?" IMF Documento de trabalho WP/18/132. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Klenert, D., L. Mattauch, E. Combet, O. Edenhofer, C. Hepburn, R. Rafaty e N. Stern. 2018.** "Making Carbon Pricing Work for Citizens." *Nature Climate Change* 8(8): 669–677.
- Klinsky, S., e H. Winkler. 2018.** "Building Equity in: Strategies for Integrating Equity into Modelling for a 1.5 C World." *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences* 376(2119).
- Kolcava, D., Q. Nguyen e T. Bernauer. 2019.** "Does Trade Liberalization Lead to Environmental Burden Shifting in the Global Economy?" *Ecological Economics* 163: 98–112.
- Kompas, T., V.H. Pham e T.N. Che. 2018.** "The Effects of Climate Change on GDP by Country and the Global Economic Gains from Complying with the Paris Climate Accord." *Earth's Future* 6(8): 1153–1173.
- Korinek, A. 2019.** "Integrating Ethical Values and Economic Value to Steer Progress in Artificial Intelligence." NBER Documento de trabalho 26130. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Korinek, A., e J. Kremer. 2014.** "The Redistributive Effects of Financial Deregulation." *Journal of Monetary Economics* 68: S55–S67.
- Korinek, A., e J. Stiglitz, J. 2017.** "Artificial Intelligence and Its Implications for Income Distribution and Unemployment." NBER Documento de trabalho 24174. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Kousky, C., e R. Cooke. 2012.** "Explaining the Failure to Insure Catastrophic Risks." *Geneva Papers on Risk and Insurance-Issues and Practice* 37(2): 206–227.
- Kovacevic, M. 2019.** "Poverty and Inequality." Manuscrito por publicar.
- Kraay, A. 2015.** "Weak Instruments in Growth Regressions: Implications for Recent Cross-Country Evidence on Inequality and Growth." Policy Research Documento de trabalho 7494. World Bank, Washington, DC.
- Kramarz, F., e O.N. Skans. 2014.** "When Strong Ties Are Strong: Networks and Youth Labour Market Entry." *Review of Economic Studies* 81(3): 1164–1200.
- Kreiner, C.T., T.H. Nielsen e B.L. Serena. 2018.** "Role of Income Mobility for the Measurement of Inequality in life Expectancy." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(46): 11754–11759.
- Krishna, A. 2010.** *One Illness Away: Why People Become Poor and How They Escape Poverty*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Krueger, A.B. 2012.** "The Rise and Consequences of Inequality in the United States." Speech at the Center for American Progress, 12 de janeiro, Washington, DC. www.govinfo.gov/content/pkg/ERP-2012/pdf/ERP-2012.pdf. Acedido em 7 de agosto de 2019.
- Kumar, A., e T. Rahman. 2018.** "Can a Women's Rural Livelihood Program Improve Mental Health? Experimental Evidence from India." Paper presented at the Annual Meeting of the Agricultural and Applied Economics Association, 5–7 de agosto, Washington, DC.
- Kus, B. 2012.** "Financialisation and Income Inequality in OECD Nations: 1995-2007." *Economic and Social Review* 43(4): 477–495.
- Kuznets, S. 1953.** *Shares of Upper Income Groups in Income and Savings*. Nova Iorque: National Bureau of Economic Research.
- . 1955. "Economic Growth and Income Inequality." *American Economic Review* 45(1): 1–28.
- . 1971. "Nobel Prize Lecture: Modern Economic Growth: Findings and Reflections." nobelprize.org. www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1971/kuznets/lecture. Acedido em 6 de outubro de 2019.
- Laboratoria. 2019.** "Building the Digital Skills Young Women in Latin America Need to Thrive in Tech." www.laboratoria.la/en/impact. Acedido em 9 de outubro de 2019.
- Lakner, C., D.G. Mahler, M. Negro e E.B. Prydz. 2019.** "How Much Does Reducing Inequality Matter for Global Poverty?" Policy Research Documento de trabalho 8869. World Bank, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/31796/WPS8869.pdf>. Acedido em 1 de agosto de 2019.
- Lakner, C., e B. Milanovic. 2015.** "Global Income Distribution: From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession." *World Bank Economic Review* 30(2): 203–232.

- Lambert, S., e P. De Vreyer.** 2017. "By Ignoring Intra-Household Inequality Do We Underestimate the Extent of Poverty?" Documento de trabalho DT/2017/05. Développement, Institutions et Mondialisation, Paris.
- Lamont, M.** 2018. "Addressing Recognition Gaps: Destigmatization and the Reduction of Inequality." *American Sociological Review* 83(3): 419–44.
- Lancee, B., e H.G. Van de Werfhorst.** 2012. "Income Inequality and Participation: A Comparison of 24 European Countries." *Social Science Research* 41(5): 1166–1178.
- Langer, A.** 2005. "Horizontal Inequalities and Violent Conflict." Côte d'Ivoire Country Paper. Occasional Paper 2005/32. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque. http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2005_langer_arnim_32.pdf. Acedido em 6 de agosto de 2019.
- Langer, A., e F. Stewart.** 2015. "Regional Imbalances, Horizontal Inequalities, and Violent Conflicts: Insights from Four West African Countries." World Bank, Washington, DC. <http://documents.worldbank.org/curated/en/768071468191326719/Regional-imbalances-horizontal-inequalities-and-violent-conflicts-insights-from-four-West-African-countries>. Acedido em 6 de agosto de 2019.
- Larson, J.L.** 2010. *The Market Revolution in America: Liberty, Ambition, and the Eclipse of the Common Good*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Latinobarometro.** 2018. *Informe Latinobarómetro 2018*. Santiago. www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf. Acedido em 18 de outubro de 2019.
- Laurian, L.** 2008. "Environmental Injustice in France." *Journal of Environmental Planning and Management* 51(1): 55–79.
- Lazonick, W.H., e M. Mazzucato.** 2013. "The Risk-Reward Nexus in the Innovation-Inequality Relationship: Who Takes the Risks? Who Gets the Rewards?" *Industrial & Corporate Change* 22(4): 1093–1128.
- Le, L.T., e J. Sabaté.** 2014. "Beyond Meatless, the Health Effects of Vegan Diets: Findings from the Adventist Cohorts." *Nutrients* 6(6): 2131–2147.
- Le Page, M.** 2019. "Hurricane Dorian Is Joint Strongest Atlantic Storm Ever to Hit Land." *New Scientist*, 2 de setembro.
- Le Quééré, C., R.M. Andrew, P. Friedlingstein, S. Sitch, J. Hauck, J. Pongratz, P.A. Pickers, J.I. Korsbakken, G.P. Peters, J.G. Canadell e A. Arneeth.** 2018. "Global Carbon Budget 2018." *Earth System Science Data (Online)* 10(4).
- Lebreton, L., B. Slat, F. Ferrari, B. Sainte-Rose, J. Aitken, R. Marthouse, S. Hajbane, S. Cunsolo, A. Schwarz, A. Levivier e K. Noble.** 2018. "Evidence that the Great Pacific Garbage Patch is Rapidly Accumulating Plastic." *Scientific Reports* 8(1).
- LeCun, Y., Y. Bengio e G. Hinton.** 2015. "Deep Learning." *Nature* 521(7553): 436.
- Lee, J.J., R. Wedow, A. Okbay, E. Kong, O. Maghziyan, M. Zacher, T.A. Nguyen-Viet, P. Bowers, J. Sidorenko, R.K. Linnér e M.A. Fontana.** 2018. "Gene Discovery and Polygenic Prediction from a Genome-Wide Association Study of Educational Attainment in 1.1 Million Individuals." *Nature Genetics* 50(8): 1112–1121.
- Lee, K.-F.** 2018. *AI Superpowers: China, Silicon Valley, and the New World Order*. Boston, MA: Houghton Mifflin Harcourt.
- Lefebvre, P., P. Merrigan e M. Verstraete.** 2009. "Dynamic Labour Supply Effects of Childcare Subsidies: Evidence from a Canadian Natural Experiment on Low-Fee Universal Child Care." *Labour Economics* 16(5): 490–502.
- Leigh, A.** 2006. "Trust, Inequality and Ethnic Heterogeneity." *Economic Record* 82(258): 268–280.
- Lemoine, D., e C. Traeger.** 2014. "Watch Your Step: Optimal Policy in a Tipping Climate." *Economic Policy* 6(1): 137–66.
- Levine, R.** 2005. "Finance and Growth: Theory and Evidence." *Handbook of Economic Growth* 1: 865–934.
- Lewis, A.W.** 1954. "Economic Development with Unlimited Supplies of Labor." *Manchester School of Economic and Social Studies* 22: 139–191.
- Li, Z., Y. Jiang, M. Li e C. Lu.** 2018. "Inequalities in Socio-Emotional Development and Positive Parenting During Childhood: Evidence from China 2010–2014." *SSM-Population Health* 5: 8–16.
- Lian, W.** 2019. "Technological Changes, Offshoring, and the Labor Share." IMF Documento de trabalho 19.142. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Lian, W., N. Novta, E. Pugacheva, Y. Timmer e P. Topalova.** 2019. "The Price of Capital Goods: A Driver of Investment under Threat." IMF Documento de trabalho WP/19/134. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Liddle, B.** 2015. "What Are the Carbon Emission Elasticities for Income and Population? Bridging STIRPAT and ECK via Robust Heterogeneous Panel Estimates." *Global Environmental Change* 31: 62–73.
- Lindahl, M., E. Lundberg, M. Palme e Emilia Simeonova.** 2016. "Parental Influences on Health and Longevity: Lessons from a Large Sample of Adoptees." NBER Documento de trabalho 21946. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Liu, J., T. Dietz, S.R. Carpenter, M. Alberti, C. Folke, E. Moran, A.N. Pell, P. Deadman, T. Kratz, J. Lubchenco, E. Ostrom, Z. Ouyang, W. Provencher, C.L. Redman, S.H. Schneider e W.W. Taylor.** 2007. "Complexity of Coupled Human and Natural Systems." *Science* 317(5844): 1513–1516.
- Loaiza Sr., E., e S. Wong.** 2012. *Marrying Too Young: End Child Marriage*. Nova Iorque: United Nations Population Fund.
- López-Calva, L.F., e E. Ortiz-Juarez.** 2014. "A Vulnerability Approach to the Definition of the Middle Class." *Journal of Economic Inequality* 12(1): 23–47.
- López-Calva, L.F., e C. Rodríguez-Castelán.** 2016. "Pro-Growth Equity: A Policy Framework for the Twin Goals." Policy Research Documento de trabalho 7897. World Bank, Washington, DC. <http://documents.worldbank.org/curated/en/911711479931074058/pdf/WPS7897.pdf>. Acedido em 23 de agosto de 2019.
- Lucas, R.E.** 2004. "The Industrial Revolution: Past and Future." 2003 Annual Report Essay. Federal Reserve Bank of Minneapolis, Minneapolis, MN. <https://ideas.repec.org/a/fip/fedmar/y2004imayp5-20v1bno.1.html>. Acedido em 26 de setembro de 2019.
- Luohan Academy.** 2019. "Digital Technology and Inclusive Growth." Hangzhou, China. https://gw.alipayobjects.com/os/antifindcn/DblN6yXw6H/Luohan_Academy-Report_2019_Executive_Summary.pdf. Acedido em 14 de agosto de 2019.
- Lusseau, D., e F. Mancini.** 2019. "Income-Based Variation in Sustainable Development Goal Interaction Networks." *Nature Sustainability* 2: 242–247.
- Lustig, N.** 2000. "Crises and the Poor: Socially Responsible Macroeconomics." *Economía Journal* 1: 1–30.
- , ed. 2018a. *Commitment to Equity Handbook: Estimating the Impact of Fiscal Policy on Inequality and Poverty*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- . 2018b. "Fiscal Policy, Income Redistribution, and Poverty Reduction in Low- and Middle- Income Countries." In N. Lustig, ed., *Commitment to Equity Handbook: Estimating the Impact of Fiscal Policy on Inequality and Poverty*. Washington, DC: The Brookings Institution.
- . 2018c. "The Sustainable Development Goals, Domestic Resource Mobilization and the Poor." In J.A. Ocampo and J. Stiglitz, eds., *The Welfare State Revisited*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- , ed. Por publicar. *Commitment to Equity Handbook: Estimating the Impact of Fiscal Policy on Inequality and Poverty*, 2nd edition. Washington, DC: Brookings Institution Press, and New Orleans, LA: Tulane University.
- Lustig, N., L.F. Lopez-Calva e E. Ortiz-Juarez.** 2013. "Deconstructing the Decline in Inequality in Latin America." Policy Research Documento de trabalho 6552. World Bank, Washington, DC.
- MacInnis, C.C., e G. Hodson.** 2019. "Extending the Benefits of Intergroup Contact beyond Attitudes: When Does Intergroup Contact Predict Greater Collective Action Support?" *Journal of Theoretical Social Psychology* 3: 11–22.
- Macintyre, S.** 1997. "The Black Report and Beyond: What Are the Issues?" *Social Science & Medicine* 44(6): 723–745.
- Mackenzie, J.P., J.R. Valverde, B. Artnik, M. Bopp, H. Brønnum-Hansen, P. Deboosere, R. Kalediene, K. Kovács, M. Leinsalu, P. Martikainen, G. Menvielle, E. Regidor, J. Rychtar'iková, M. Rodriguez-Sanz, P. Vineis, C. White, B. Wojtyniak, Y. Hu e W.J. Nusselder.** 2018. "Trends in Health Inequalities in 27 European Countries." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(25): 6440–6445.
- Mackie, G., e J. Le Jeune.** 2009. "Social Dynamics of Abandonment of Harmful Practices: A New Look at the Theory." Special Series on Social Norms and Harmful Practices. Innocenti Documento de trabalho 2009-06. Florença, Itália: Fundo das Nações Unidas para a Infância, Innocenti Research Centre.
- Mackie, G., F. Moneti, H. Shakya e E. Denny.** 2015. "What Are Social Norms? How Are They Measured?" Documento de trabalho 1. Fundo das Nações Unidas para a Infância, Nova Iorque, and University of California—San Diego Centre on Global Justice, San Diego, CA.
- Magnani, E.** 2000. "The Environmental Kuznet's Curve, Environmental Protection Policy and Income Distribution." *Ecological Economics* 32: 431–443.
- Majer, I.M., W.J. Nusselder, J.P. Mackenbach e A.E. Kunst.** 2011. "Socioeconomic Inequalities in Life and Health Expectancies around Official Retirement Age in 10 Western-European Countries." *Journal of Epidemiology and Community Health* 65(11): 972–979.
- Major, B.** 1994. "From Social Inequality to Personal Entitlement: The Role of Social Comparisons, Legitimacy Appraisals, and Group Membership." *Advances in Experimental Social Psychology* 26: 293–355.
- Malouf Bous, K., e J. Farr.** 2019. "False Promises: How Delivering Education Through Public-Private Partnerships Risks Fueling Inequality Instead of Achieving Quality Education for All." Documento informativo da Oxfam. Oxfam GB, Oxford, Reino Unido. <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/false-promises-how-delivering-education-through-public-private-partnerships-ris-620720>. Acedido em 10 de outubro de 2019.
- Mann, S., and M. Hilbert.** 2018. "AI4D: Artificial Intelligence for Development." <https://ssrn.com/abstract=3197383>. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- Marcus, R.** 2018. *The Norms Factor: Recent Research on Gender, Social Norms, and Women's Economic Empowerment*. Ottawa: Centro Internacional de Investigação sobre o Desenvolvimento.
- Marcus, R., e C. Harper.** 2014. "Gender Justice and Social Norms—Processes of Change for Adolescent." Girls: Towards a Conceptual Framework 2. Overseas Development Institute, Londres.
- . 2015. "How Do Gender Norms Change?" Overseas Development Institute, Londres.
- Margai, F.L.** 2001. "Health Risks and Environmental Hazard: A Geographical Analysis of Accidental Releases of Hazardous Materials." *Professional Geographer* 53(3): 422–434.
- Marmot, M.** 2005. "Social Determinants of Health Inequalities." *Lancet* 365(9464): 1099–1104.
- Marrero, G., e J. Rodríguez.** 2013. "Inequality of Opportunity and Growth." *Journal of Development Economics* 104: 107–122.
- Martínez, J., e D. Sánchez-Ancochea.** 2016. "Achieving Universalism in Developing Countries." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano 2016. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- . 2018. "Undoing Segmentation? Latin American Healthcare Policy During the Economic Boom." *Social Policy & Administration* 52(6): 1181–1200.
- . 2019a. "The Relationship between Universal Social Policy and Inequality: A Comparative Political Economy Approach." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- . 2019b. "Undoing Segmentation? Latin American Health Care and Pensions after the Economic Boom."
- Martínez-Alier, J., L. Temper, D. Del Bene e A. Scheidel.** 2016. "Is There a Global Environmental Justice Movement?" *Journal of Peasant Studies* 43(3): 731–755.
- Martuzzi, M., F. Mitis e F. Forastiere.** 2010. "Inequalities, Inequities, Environmental Justice in Waste Management and Health." *European Journal of Public Health* 20(1): 21–26.
- Marx, A., J. Soares e W. Van Acker.** 2015. "The Protection of the Rights of Freedom of Association and Collective Bargaining. A Longitudinal Analysis over 30 Years in 73 Countries." In A. Marx, J. Wouters, G. Rayp and L. Beke, eds., *Global Governance of Labour*

- Rights: Assessing the Effectiveness of Transnational Public and Private Policy Initiatives. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing.
- Maskus, K.E. 2004.** "Encouraging International Technology Transfer." Documento temático do UNCTAD-ICTSD 7. Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e Centro Internacional para o Comércio e Desenvolvimento Sustentável, Genebra.
- Mathur, A., e A. Morris. 2012.** "Distributional Effects of a Carbon Tax in the Context of Broader Fiscal Reform." Climate and Energy Economics Discussion Paper. The Brookings Institution, Washington, DC. www.brookings.edu/research/distributional-effects-of-a-carbon-tax-in-the-context-of-broader-fiscal-reform/. Acesso em 13 de agosto de 2019.
- Maulia, E. 2018.** "Go-Jek Sparks an Indonesian Banking Revolution." *Nikkei Asian Review*, 29 de agosto. <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Cover-Story/Go-Jek-sparks-an-Indonesian-banking-revolution>. Acesso em 24 de outubro de 2019.
- Maxwell, J., e F. Briscoe. 1998.** "There's Money in the Air: The CFC Ban and DuPont's Regulatory Strategy." *Business Strategy and the Environment* 6(5): 276–286.
- Mazzucato, M. 2011.** *The Entrepreneurial State*. Londres: Demos.
- Mazzucato, M. 2013.** *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*, Vol. 1. Londres: Anthem Press.
- Mazzucato, M., e G. Semieniuk. 2017.** "Public Financing of Innovation: New Questions." *Oxford Review of Economic Policy* 33(1): 24–48.
- McCallum, M.L. 2015.** "Vertebrate Biodiversity Losses Point to a Sixth Mass Extinction." *Biodiversity and Conservation* 24(10): 2497–2519.
- McDonald, P., e D. White. 2018.** "The Backlash against Gender Equality Is Arising in New Forms. Opponents of Gender Equality Now Question the Research Methods in Studies of Sexual Harassment and Assault. Londres School of Economics Blogs." Londres School of Economic and Political Science, Londres.
- McEniry, M., R. Samper-Terret, C.E. Flórez, R. Pardo e C. Cano-Gutiérrez. 2018.** "Patterns of SES Health Disparities among Older Adults in Three Upper Middle-and Two High-Income Countries." *Journals of Gerontology: Series B* 74(6): e25–e37.
- McGee, J.M., e P.T. Greiner. 2018.** "Can Reducing Income Inequality Decouple Economic Growth from CO₂ Emissions?" *Socius: Sociological Research for a Dynamic World* 4: 1–11.
- McKinsey. 2018.** "Mobile Money in Emerging Markets: The Business Case for Financial Inclusion." www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Industries/Financial%20Services/Our%20Insights/Mobile%20money%20in%20emerging%20markets%20The%20business%20case%20for%20financial%20inclusion/Mobile-money-in-emerging-markets.ashx. Acesso em 14 de agosto de 2019.
- McLaren, D., O. Cottray e M. Taylor. 1999.** *Pollution Injustice: The Geographic Relation between Household Income and Polluting Factories*. Londres: Friends of the Earth Trust.
- McNeill, J.R. 2001.** *Something New under the Sun: An Environmental History of the Twentieth-Century World*. Global Century Series. Nova Iorque: WW Norton & Company.
- McNeill, W.H. 1976.** *Plagues and Peoples*. Garden City, NY: Anchor Press.
- McSweeney, K., e O.T. Coomes. 2011.** "Climate-Related Disaster Opens a Window of Opportunity for Rural Poor in Northeastern Honduras." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 108(13): 5203–5208.
- Mejia, S.A., C. Baccianti, M. Krkaic, N. Novta, E. Pugacheva e P. Topalova. 2019.** "Weather Shocks and Output in Low-income Countries: Adaptation and the Role of Policies." IMF Documento de trabalho. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Mekonnen, M.M., e A.Y. Hoekstra. 2011.** "National Water Footprint Accounts: The Green, Blue and Grey Water Footprint of Production and Consumption." Value of Water Research Report 50. UNESCO-IHE Institute for Water Education, Delft, The Netherlands. <https://waterfootprint.org/media/downloads/Report50-NationalWaterFootprints-Vol1.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2019.
- . 2016. "Four Billion People Facing Severe Water Scarcity." *Science Advances* 2(2).
- Meltzer, A.H., e S.F. Richards. 1981.** "A Rational Theory of the Size of Government." *Journal of Political Economy* 89(5): 914–927.
- Mendez Ramos, F. 2019.** "Uncertainty in Ex-Ante Poverty and Income Distribution: Insights from Output Growth and Natural Resource Country Typologies." Policy Research Documento de trabalho 8841. World Bank, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/31666/WPS8841.pdf?sequence=4>. Acesso em 1 de agosto de 2019.
- Messenger, C. 2017.** "Cyber Violence against Women and Girls Exacerbates Digital Exclusion." Digital @ DAI, 20 de novembro.
- Metz, C. 2019.** "Is Ethical AI Even Possible?" *Nova Iorque Times*, 1 de março. www.nytimes.com/2019/03/01/business/ethics-artificial-intelligence.html. Acesso em 19 de agosto de 2019.
- Milanovic, B. 2005.** "Can We Discern the Effect of Globalization on Income Distribution? Evidence from Household Surveys." *World Bank Economic Review* 19(1): 21–44.
- . 2016. *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Milanovic, B., P.H. Lindert e J.G. Williamson. 2010.** "Pre-Industrial inequality." *Economic Journal* 121(551): 255–72.
- Avaliação Ecosistêmica do Milênio. 2015.** "Ecosystems and Human Well-being: Synthesis." Washington, DC: Island Press. www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf. Acesso em 8 de agosto de 2019.
- Miller, D. 2016.** "Intersectionality: How Gender Interacts with Other Social Identities to Shape Bias." *The Conversation*, 4 de fevereiro.
- Milman, O. 2018.** "Robert Bullard: 'Environmental Justice Isn't Just Slang, It's Real.'" *The Guardian*, 20 de dezembro.
- Miodownik, D., e L. Nir. 2016.** "Receptivity to Violence in Ethnically Divided Societies: A Micro-Level Mechanism of Perceived Horizontal Inequalities." *Studies in Conflict & Terrorism* 39(1): 22–45.
- Mishel, L., J. Schmitt e H. Shierholz. 2013.** "Assessing the Job Polarization Explanation of Growing Wage Inequality." Documento de trabalho. Economic Policy Institute, Washington, DC. www.epi.org/files/2012/wp295-assessing-job-polarization-explanation-wage-inequality.pdf. Acesso em 18 de setembro de 2019.
- Mishra, S., e R.N. Carleton. 2015.** "Subjective Relative Deprivation Is Associated with Poorer Physical and Mental Health." *Social Science & Medicine* 147: 144–149.
- Mitnik, P.A., E. Cumberworth e D.B. Grusky. 2016.** "Social Mobility in a High-Inequality Regime." *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 663(1): 140–184.
- Moazed, A., e N.L. Johnson. 2016.** *Modern Monopolies: What It Takes to Dominate the 21st Century Economy*. Nova Iorque, NY: St. Martin's Press.
- Mokyr, J. 2002.** *The Gifts of Athena: Historical Origins of the Knowledge Economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- . 2016. *A Culture of Growth: The Origins of the Modern Economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Molyneux, M. 1985.** "Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution in Nicaragua." *Feminist Studies* 11(2): 227–254.
- Montenegro, C.E., e H.A. Patrinos. 2014.** *Comparable Estimates of Returns to Schooling around the World*. Washington, DC: World Bank.
- Mora, C., A.G. Frazier, R.J. Longman, R.S. Dacks, M.M. Walton, E.J. Tong, J.J. Sanchez, L.R. Kaiser, Y.O. Stender, J.M. Anderson, C.M. Ambrosino, I. Fernandez-Silva, L.M. Giuseffi e T.W. Giambelluca. 2013.** "The Projected Timing of Climate Departure from Recent Variability." *Nature* 502(7470): 183–187.
- Morand, S., K.M. McIntyre e M. Baylis. 2014.** "Domesticated Animals and Human Infectious Diseases of Zoonotic Origins: Domestication Time Matters." *Infection, Genetics and Evolution* 24: 76–81.
- Morgan, M. 2017.** "Falling Inequality beneath Extreme and Persistent Concentration: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015." WID.world Documento de trabalho 2017/12. World Inequality Database.
- Moser, C.O. 1989.** "Gender Planning in the Third World: Meeting Practical and Strategic Gender Needs." *World Development* 17(11): 1799–1825.
- Moser, S., e S. Kleinhüchelkotten. 2017.** "Good Intent, but Low Impact: Diverging Importance of Motivational and Socioeconomic Determinants Explaining Pro-environmental Behavior, Energy Use and Carbon Footprint." *Environment and Behavior* 50(6): 1–31.
- Mosse, D. 2018.** "Caste and Development: Contemporary Perspectives on a Structure of Discrimination and Advantage." *World Development* 110: 422–436.
- Moyer, J., D. Bohl, T. Hanna, B. Mapes e M. Rafa. 2019.** *Assessing the Impact of War on Development in Yemen*. Sana'a: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. www.arabstates.undp.org/content/rbas/en/home/library/crisis-response/assessing-the-impact-of-war-on-development-in-yemen.html. Acesso em 24 de outubro de 2019.
- Mukhopadhyay, T., C. Rivera e H. Tapia. 2019.** "Gender Inequality and Multidimensional Social Norms." Documento de trabalho. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Munoz Boudet, A.M., P. Buitrago, B. Leroy De La Briere, D.L. Newhouse, E.C. Rubiano Matulevich, K. Scott e P. Suarez Becerra. 2018.** "Gender Differences in Poverty and Household Composition through the Life-Cycle: A Global Perspective." Policy Research Documento de trabalho 8360. World Bank, Washington, DC.
- Munoz Boudet, A.M., P. Petesch e C. Turk, with A. Thumala. 2012.** *On Norms and Agency: Conversations about Gender Equality with Women and Men in 20 Countries*. Washington, DC: World Bank.
- Muralidharan, K., A. Singh e A.J. Ganimian. 2019.** "Disrupting Education? Experimental Evidence on Technology-Aided Instruction in India." *American Economic Review* 109(4): 1426–1460.
- Murillo, J., e C. Martínez Garrido. 2017.** "Segregación Social en las Escuelas Públicas y Privadas en América Latina." *Educación & Sociedad* 38(140): 727–750.
- Murtin, F., J. Mackenbach, D. Jasilionis e M.M. d'Ercole. 2017.** "Inequalities in Longevity by Education in OECD Countries: Insights from New OECD Estimates." Documento de trabalho estatístico da OCDE 2017/02. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Paris.
- Myers, M., e L. Juma. 2018.** *Defending Independent Media: A Comprehensive Analysis of Aid Flows*. Washington, DC: National Endowment for Democracy, Center for International Media Assistance. www.cima.ned.org/publication/comprehensive-analysis-media-aid-flows/. Acesso em 1 de outubro de 2019.
- Naidu, S., E.A. Posner e G. Weyl. 2018.** "Antitrust Remedies for Labor Market Power." *Harvard Law Review* 132: 536.
- Nakatani, R. 2019.** "A Possible Approach to Fiscal Rules in Small Island—Incorporating Natural Disasters and Climate Change." IMF Documento de trabalho. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Narayan, A., R. Van der Weide, A. Cojocar, C. Lakner, S. Redaelli, D.G. Mahler, R.G.N. Ramasubhaiah e S. Thewissen. 2018.** *Fair Progress?: Economic Mobility across Generations Around the World*. Washington, DC: World Bank.
- NDI (National Democratic Institute). 2019.** "#NotTheCost Stopping Violence against Women in Politics." Washington, DC.
- Nelson, R. 1993.** *National Innovation Systems. A Comparative Analysis*. Nova Iorque/Oxford: Oxford University Press.
- Neves, P.C., Ó. Afonso e S.T. Silva. 2016.** "A Meta-Analytic Reassessment of the Effects of Inequality on Growth." *World Development* 78: 386–400.
- Newell, R., e K. Rogers. 2010.** "Leaded Gasoline in the United States: The Breakthrough of Permit Trading." In W. Harrington, R. Morgenstern and T. Sterner, eds. *Choosing Environmental Policy*. Nova Iorque: Routledge.
- Niño-Zarazúa, M., L. Roope e F. Tarp. 2017.** "Global Inequality: Relatively Lower, Absolutely Higher." *Review of Income and Wealth* 63(4): 661–684.
- Noked, N. 2018.** "Tax Evasion and Incomplete Tax Transparency." *Laws* 7(3): 31.
- Nolan, B., R. Richiardi e L. Valenzuela. 2018.** "The Drivers of Inequality in Rich Countries." INET Oxford Documento de trabalho No. 2018-15. University of Oxford, Institute for New Economic Thinking, Oxford, Reino Unido.
- Nordhaus, W., e A. Moffat. 2017.** "A Survey of Global Impacts of Climate Change: Replication, Survey Methods, and a Statistical Analysis." Discussion Paper 2096. Cowles Foundation for Research in Economics, New Haven, CT. <https://cowles.yale.edu/sites/default/files/files/pub/d20/d2096.pdf>. Acesso em 24 de outubro de 2019.
- Norton, M.I., e D. Ariely. 2011.** "Building a Better America—One Wealth Quintile at a Time." *Perspectives on Psychological Science* 6: 9–12.

- . 2013. "America's Desire for Less Wealth Inequality Does Not Depend on How You Ask Them." *Judgement and Decision Making* 8: 393–394.
- Nussbaum, M.C. 2001.** *Women and Human Development: The Capabilities Approach*, Vol. 3. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- . 2003. "Tragedy and Human Capabilities: A Response to Vivian Walsh." *Review of Political Economy* 15(3): 413–418.
- . 2011. *Creating Capabilities: The Human Development Approach*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- O'Connor, A. 2019.** "How Artificial Intelligence Could Transform Medicine." *Nova Iorque Times*, 11 de março. www.nytimes.com/2019/03/11/well/live/how-artificial-intelligence-could-transform-medicine.html. Acessado em 24 de outubro de 2019.
- O'Reilly, M., A.Ó. Súilleabháin e T. Paffenholz. 2015.** *Reimagining Peacemaking: Women's Roles in Peace Processes*. Nova Iorque: International Peace Institute.
- Odusola, A., G.A. Cornia, H. Bhorat e P. Conceição. 2017** *Income Inequality Trends in Sub-Saharan Africa: Divergence, Determinants and Consequences*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2010.** *Improving Health and Social Cohesion through Education*. Paris.
- . 2016. "Be Flexible!" Background Brief on How Workplace Flexibility Can Help European Employees to Balance Work and Family. Paris.
- . 2017a. *The Pursuit of Gender Equality: An Uphill Battle*. Paris.
- . 2017b. "Terms of Reference: OECD Project on the Distribution of Household Incomes." Base de Dados sobre Distribuição do Rendimento. Paris.
- . 2018a. *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*. Paris.
- . 2018b. "OECD Clamps Down on CRS Avoidance through Residence and Citizenship by Investment Schemes." 16 de outubro. <https://oecd.org/tax/oecd-clamps-down-on-crs-avoidance-through-residence-and-citizenship-by-investment-schemes.htm>. Acessado em 7 de novembro de 2019.
- . 2018c. "The Role and Design of Net Wealth Taxes in the OECD." OECD Tax Policy Studies 26. Paris.
- . 2018d. *Tax Challenges Arising from Digitalisation—Interim Report 2018*. Paris.
- . 2019a. "Addressing the Tax Challenges of the Digitalisation of the Economy—Public Consultation Document." Documento de consulta pública da OCDE. Paris. www.oecd.org/tax/beps/public-consultation-document-addressing-the-tax-challenges-of-the-digitalisation-of-the-economy.pdf. Acessado em 7 de novembro de 2019.
- . 2019b. *Getting Skills Right: Future-Ready Adult Learning Systems*. Paris.
- . 2019c. *Getting Skills Right: Engaging Low-Skilled Adults in Learning*. Paris.
- . 2019d. "Programme of Work to Develop a Consensus Solution to the Tax Challenges Arising from the Digitalisation of the Economy." Paris www.oecd.org/tax/beps/programme-of-work-to-develop-a-consensus-solution-to-the-tax-challenges-arising-from-the-digitalisation-of-the-economy.pdf. Acessado em 7 de novembro de 2019.
- . 2019e. *Risks That Matter: Main Findings from the 2018 Risks That Matter Survey*. Paris. www.oecd.org/social/risks-that-matter.htm. Acessado em 10 de outubro de 2019.
- . 2019f. *Under Pressure: The Squeezed Middle Class*. Paris.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). 2017.** *OECD-FAO Agricultural Outlook 2017-2026*. Paris and Rome. www.fao.org/3/a-i7465e.pdf. Acessado em 29 de outubro de 2019.
- . 2018. *OECD-FAO Agricultural Outlook 2018-2027*. Paris and Rome. https://read.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/oecd-fao-agricultural-outlook-2018-2027_agr_outlook-2018-en#page1. Acessado em 15 de agosto de 2019.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2019.** *Tackling Vulnerability in the Informal Economy*. Development Centre Studies. Paris. <https://doi.org/10.1787/939b7bcd-en>. Acessado em 10 de outubro de 2019.
- Okun, A.M. 1975.** *Equality and Efficiency: The Big Tradeoff*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Oleske, J.M. 2015.** "State Inaction: Equal Protection, and Religious Resistance to LGBT Rights." *University of Colorado Law Review* 87(1): 63.
- Olivetti, C., e B. Petrongolo. 2017.** "The Economic Consequences of Family Policies: Lessons from a Century of Legislation in High-Income Countries." *Journal of Economic Perspectives* 31(1): 205–230.
- Orlich, M.J., P.N. Singh, J. Sabatè, K. Jaceldo-Siegl, J. Fan, S. Knutsen, W.L. Beeson e G.E. Fraser. 2013.** "Vegetarian Dietary Patterns and Mortality in Adventist Health Study 2." *JAMA Internal Medicine* 173(13): 1230–1238.
- O'Rourke, K.H., A. Rahman e A.M. Taylor. 2019.** "Trade, Technology, and the Great Divergence." NBER Documento de trabalho 25741. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Ortiz, I., e M. Cummins. 2011.** "Global Inequality: Beyond the Bottom Billion—A Rapid Review of Income Distribution in 141 Countries." Documento de trabalho de política social e econômica. Fundo das Nações Unidas para a Infância, Nova Iorque.
- Ostrom, E. 2000.** "Collective Action and the Evolution of Social Norms." *Journal of Economic Perspectives* 14(3): 137–158.
- Ostry, J.D., e Berg, A. 2011.** "Inequality and Unsustainable Growth: Two Sides of the Same Coin?" IMF Staff Discussion Note 11/08. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Ostry, J.D., A. Berg e C.G. Tsangarides. 2014.** "Redistribution, Inequality, and Growth." Nota para discussão pelos colaboradores do FMI SDN/14/02. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Ostry, J.D., P. Loungani e A. Berg. 2019.** "Confronting Inequality: How Societies Can Choose Inclusive Growth." Chichester, NY: Columbia University Press.
- Ottersen, G., e J. Melbourne-Thomas. 2019.** "Time to Look Forward to Adapt to Ocean Warming." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116 (37): 18157–18158.
- Ouedraogo, R., e I. Ouedraogo. 2019.** "Gender Equality and Electoral Violence in Africa: Unlocking the Peacemaking Potential of Women." IMF Documento de trabalho WP/19/174. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- OutRight Action International. 2019.** *Agenda 2030 for LGBTI Health and Well-Being*. Nova Iorque.
- Oxfam. 2019.** "Public Good or Private Wealth?" Documento informativo da Oxfam. Oxford, Reino Unido. www.oxfam.org/en/research/public-good-or-private-wealth. Acessado em 26 de setembro de 2019.
- Oyebode, O., U.J. Pape, A.A. Lavery, J.T. Lee, N. Bhan e C. Millett. 2015.** "Rural, Urban and Migrant Differences in Non-Communicable Disease Risk-Factors in Middle Income Countries: A Cross-Sectional Study of WHO-SAGE Data." *PLOS ONE* 10(4): e0122747.
- Paluck, E.L., e E. Ball, with C. Poynton e S. Siedloff. 2010.** "Social Norms Marketing Aimed at Gender-Based Violence: A Literature Review and Critical Assessment." International Rescue Committee, Nova Iorque.
- Park, J. 2015.** "South Korean 'Superdads' on Paternity Leave Break with Tradition." Reuters, 24 de setembro. www.reuters.com/article/us-southkorea-superdads/south-korean-superdads-on-paternity-leave-break-with-tradition-idUSKBN0U626220151224. Acessado em 9 de outubro de 2019.
- Parry, J.-E., e A. Terton. 2016.** "How Are Vulnerable Countries Adapting to Climate Change?" International Institute for Sustainable Development, Winnipeg, Canada. www.iisd.org/faq/adapting-to-climate-change/. Acessado em 13 de agosto de 2019.
- Paskov, M., e C. Dewilde. 2012.** "Income Inequality and Solidarity in Europe." *Research in Social Stratification and Mobility* 30(4): 415–432.
- Patnaik, A. 2019.** "Reserving Time for Daddy: The Consequences of Fathers' Quotas." *Journal of Labor Economics* 37(4): 1009–1059.
- PCT (Platform for Collaboration on Tax). 2019.** "PCT Progress Report 2018-2019." Paris. www.oecd.org/ctp/tax-global/platform-for-collaboration-on-tax-progress-report-2018-2019.pdf. Acessado em 10 de outubro de 2019.
- Banco Popular da China. 2019.** "PBC Holds Video Conference on Its Work in H2 2019." www.pbc.gov.cn/english/130721/3872760/index.html. Acessado em 6 de outubro de 2019.
- Permanyer, I., e N. Scholl. 2019.** "Global Trends in Lifespan Inequality: 1950-2015." *PLOS ONE* 14(5): e0215742.
- Permanyer, I., e J. Smits. 2019.** "Uncovering Subnational Variation in Human Development around the World: 1990-2017." Documento de referência para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Pershing, A., N.R. Record, B.S. Franklin, B.T. Kennedy, L. McClenachan, K.E. Mills, J.D. Scott, A.C. Thomas e N.H. Wolff. 2019.** "Challenges to Natural and Human Communities from Surprising Ocean Temperatures." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(37): 18378–18383.
- Pew Research Center. 2014.** "Emerging and Developing Economies Much More Optimistic than Rich Countries about the Future." Washington, DC.
- Phillips, D.A., e J.P. Shonkoff, eds. 2000.** *From Neurons to Neighborhoods: The Science of Early Childhood Development*. Washington, DC: National Academies Press.
- Pickett, K.E., J. Mookherjee e R.G. Wilkinson. 2005.** "Adolescent Birth Rates, Total Homicides, and Income Inequality in Rich Countries." *American Journal of Public Health* 95(7): 1181–1183.
- Piketty, T. 1995.** "Social Mobility and Redistributive Politics." *The Quarterly Journal of Economics* 110(3): 551–584.
- . 2001. *Les hauts revenus en France au XX^{ème} siècle*. Paris: Grasset.
- . 2003. "Income Inequality in France, 1901–1998." *Journal of Political Economy* 111(5): 1004–1042.
- . 2006. "The Kuznets Curve: Yesterday and Tomorrow." In A.V. Banerjee, R. Benamou e D. Mookherjee, eds., *Understanding Poverty*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- . 2014. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Piketty, T., e E. Saez. 2003.** "Income Inequality in the United States, 1913–1998." *Quarterly Journal of Economics* 118(1): 1–41.
- Piketty, T., E. Saez e G. Zucman. 2018.** "Distributional National Accounts: Methods and Estimates for the United States." *Quarterly Journal of Economics* 133(2): 553–609.
- Piketty, T. L. Yang e G. Zucman. 2019.** "Capital Accumulation, Private Property and Rising Inequality in China, 1978-2015." *American Economic Review* 100(7): 2469–2496.
- Piketty, T., e G. Zucman. 2014.** "Capital Is Back: Wealth-Income Ratios in Rich Countries 1700-2010." *Quarterly Journal of Economics* 129(3): 1155–1210.
- Pimentel, D., e M. Pimentel. 2003.** "Sustainability of Meat-Based and Plant-Based Diets and the Environment." *American Journal of Clinical Nutrition* 78(3): 660S–663S.
- Pimm, S.L., C.N. Jenkins, R. Abell, T.M. Brooks, J.L. Gittleman, L.N. Joppa, P.H. Raven, C.M. Roberts e J.O. Sexton. 2014.** "The Biodiversity of Species and their Rates of Extinction, Distribution, and Protection." *Science* 344(6187): 1246752.
- Piñeiro, R., M. Rhodes-Purdy e F. Rosenblatt. 2016.** "The Engagement Curve: Populism and Political Engagement in Latin America." *Latin American Research Review* 51(4): 3–23.
- Pistor, K. 2019.** *The Code of Capital: How the Law Creates Wealth and Inequality*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Pizer, J.C., B. Sears, C. Mallory e N.D. Hunter. 2012.** "Evidence of Persistent and Pervasive Workplace Discrimination Against LGBT People: The Need for Federal Legislation Prohibiting Discrimination and Providing for Equal Employment Benefits." *Loyola of Los Angeles Law Review* 45(3): 715–780.
- Pla-Castells, M., J.J. Martínez-Durá, J.J. Samper-Zapater e R.V. Cirilo-Gimeno. 2015.** "Use of ICT in Smart Cities: A Practical Case Applied to Traffic Management in the City of Valencia." 2015 Smart Cities Symposium, Prague.
- Pokhriyal, N., e Jacques, D.C. 2017.** "Combining Disparate Data Sourced for Improved Poverty Prediction and Mapping." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114(46): E9783–E9792.
- Polanyi, K. 1944.** *The Great Transformation*. Boston, MA: Beacon Press.

- Pomeranz, K. 2000.** *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Poore, J., e T. Nemecek. 2018.** "Reducing Food's Environmental Impacts through Producers and Consumers." *Science* 360(6392): 987–992.
- Porter, E. 2019.** "Don't Fight the Robots. Tax Them." *Nova Iorque Times*, 23 de fevereiro. www.nytimes.com/2019/02/23/sunday-review/tax-artificial-intelligence.html. Acedido em 19 de agosto de 2019.
- Porter, J.R., L. Xie, A.J. Challinor, K. Cochrane, S.M. Howden, M.M. Iqbal, D.B. Lobell e M.I. Travasso. 2014.** "Food Security and Food Production Systems." In Field, C.B., V.R. Barros, D.J. Dokken, K.J. Mach, M.D. Mastrandrea, T.E. Bilir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea and L.L. White, eds. 2014. *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects*. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press. www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/WGIIAR5-PartA_FINAL.pdf. Acedido em 16 de agosto de 2019.
- Prat, A. 2015.** "Media Capture and Media Power." In S.P. Anderson, J. Waldfogel and D. Stromberg, eds., *Handbook of Media Economics*, Vol. 1A. Amsterdão: North-Holland. www.columbia.edu/~ap3116/papers/MediaHandbookPrat_v6.pdf. Acedido em 26 de agosto de 2019.
- Pratt, G.A. 2015.** "Is a Cambrian Explosion Coming for Robotics?" *Journal of Economic Perspectives* 29(3): 51–60.
- Prezis, F., M. Schwarz, K. Tang, K. Haustein e M.R. Allen. 2018.** "Uncertain Impacts on Economic Growth When Stabilizing Global Temperatures at 1.5 C or 2 C Warming." *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences* 376(2119).
- Pritchett, L., e A. Beatty. 2015.** "Slow Down, You're Going Too Fast: Matching Curricula to Student Skill Levels." *International Journal of Educational Development* 40: 276–288.
- Pritchett, L., e J. Sandefur. 2017.** "Girls' Schooling and Women's Literacy: Schooling Targets Alone Won't Reach Learning Goals." CGD Policy Paper 104. Center for Global Development, Washington, DC.
- Purdie-Vaughns, V., e R.P. Eibach. 2008.** "Intersectional Invisibility: The Distinctive Advantages and Disadvantages of Multiple Subordinate-Group Identities." *Sex Roles* 59(5–6): 377–391.
- PwC. 2017.** "Sizing the Prize: What's the Real Value of AI for Your Business and How Can You Capitalise?" www.pwc.com/gx/en/issues/analytics/assets/pwc-ai-analysis-sizing-the-prize-report.pdf. Acedido em 13 de agosto de 2019.
- . n.d. "No Longer Science Fiction, AI and Robotics Are Transforming Healthcare." www.pwc.com/gx/en/industries/healthcare/publications/ai-robotics-new-health/transforming-healthcare.html. Acedido em 24 de outubro de 2019.
- Rains, E., A. Krishna e E. Wibbels. 2019.** "Combining Satellite and Survey Data to Study Indian Slums: Evidence on the Range of Conditions and Implications for Urban Policy." *Environment and Urbanization* 31(1): 267–292.
- Raising Voices, Londres School of Hygiene & Tropical Medicine e Center for Domestic Violence Prevention. 2015.** *Is Violence Against Women Preventable? Findings from the SASA! Study Summarized for General Audiences*. Kampala: Raising Voices.
- Rajan, R. G. 2011.** *Fault Lines: How Hidden Fractures Still Threaten the World Economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Ramos, M.R., M.R. Bennett, D.S. Massey e M. Hewstone. 2019.** "Humans Adapt to Social Diversity over Time." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(25): 12244–12249.
- Randell, H., e C. Gray. 2019.** "Climate Change and Educational Attainment in the Global Tropics." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(18): 8840–8845.
- Rask, K.J., e N. Rask. 2011.** "Economic Development and Food Production—Consumption Balance: A Growing Global Challenge." *Food Policy* 36(2): 186–196.
- Ravallion, M. 2001.** "Growth, Inequality and Poverty: Looking Beyond Averages." *World Development* 29(11): 1803–1815.
- . 2015. "The Luxembourg Income Study." *Journal of Economic Inequality* 13: 527–547.
- . 2016. "Are the World's Poorest Being Left Behind?" *Journal of Economic Growth* 21(2): 139–164.
- . 2018a. "Inequality and Globalization: A Review Essay." *Journal of Economic Literature* 56(2): 620–642.
- . 2018b. "What Might Explain Today's Conflicting Narratives on Global Inequality?" WIDER Documento de trabalho 2018/141. Instituto Mundial para a Investigação Económica sobre o Desenvolvimento – Universidade das Nações Unidas, Helsínquia.
- Ravallion, M., M. Heil e J. Jaan. 2000.** "Carbon Emissions and Income Inequality." *Oxford Economic Papers* 52(4): 651–669.
- Rawls, J. 1971.** *A Theory of Justice*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Reich, M.R., J. Harris, N. Ikegami, A. Maeda, C. Cashin, E.C. Araujo, K. Takemi e T.G. Evans. 2016.** "Moving towards Universal Health Coverage: Lessons from 11 Country Studies." *Lancet* 387(10020): 811–816.
- Reeves, R.V. 2018.** *Dream Hoarders: How the American Upper Middle Class Is Leaving Everyone Else in the Dust, Why That Is a Problem, and What To Do about It*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Reinhart, C., e K. Rogoff. 2009.** "The Aftermath of Financial Crises." *American Economic Review* 99(2): 466–472.
- Reinhart, R.J. 2018.** "AI Seen as Greater Job Threat Than Immigration, Offshoring." Gallup, 9 de março. <https://news.gallup.com/poll/228923/seen-greater-job-threat-immigration-offshoring.aspx>. Acedido em 18 de outubro de 2019.
- República da África do Sul. 1996.** Constituição da República da África do Sul. Chapter 2, 27. www.justice.gov.za/legislation/constitution/SAConstitution-web-eng.pdf. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- Riahi, K., D.P. Van Vuuren, E. Kriegler, J. Edmonds, B.C. O'Neill, S. Fujimori, N. Bauer, K. Calvin, R. Dellink, O. Fricko e W. Lutz. 2017.** "The Shared Socioeconomic Pathways and their Energy, Land Use, and Greenhouse Gas Emissions Implications: An Overview." *Global Environmental Change* 42: 153–168.
- Ricardo, C., e MenEngage. 2014.** *Men, Masculinities, and Changing Power: A Discussion Paper on Engaging Men in Gender Equality from Beijing 1995 to 2015*. Washington, DC: MenEngage.
- Rice, D. 2019.** "Dorian's Legacy: The Slowest, Strongest Hurricane to Ever Hit the Bahamas." *USA Today*, 6 de setembro.
- Richardson, R., N. Schmitz, S. Harper e A. Nandi. 2019.** "Development of a Tool to Measure Women's Agency in India." *Journal of Human Development and Capabilities* 20(1): 26–53.
- Richey, A.S., B.F. Thomas, M.H. Lo, J.T. Reager, J.S. Famiglietti, K. Voss, S. Swenson e M. Rodell. 2015.** "Quantifying Renewable Groundwater Stress with GRACE." *Water Resources Research* 51(7): 5217–5238.
- Ridder, G., e G. van den Berg. 2003.** "Measuring Labor Market Frictions: A Cross-Country Comparison." *Journal of the European Economic Association* 1(1): 224–244.
- Riley, R., e C.R. Bondibene. 2017.** "Raising the Standard: Minimum Wages and Firm Productivity." *Labour Economics* 44: 27–50.
- Ritchie, H. 2019.** "12 Key Metrics to Understand the State of the World." <https://ourworldindata.org/12-key-metrics>. Acedido em 10 de outubro de 2019.
- Ritchie, H., e M. Roser. 2018.** "CO2 and Greenhouse Gas Emissions." <https://ourworldindata.org/co2-and-other-greenhouse-gas-emissions>. Acedido em 9 de agosto de 2019.
- Robeyns, I. 2005.** "The Capability Approach: A Theoretical Survey." *Journal of Human Development* 6(1): 93–114.
- . 2019. "What, If Anything, Is Wrong with Extreme Wealth?" *Journal of Human Development and Capabilities* 20(3): 251–266. <https://doi.org/10.1080/19452829.2019.1633734>. Acedido em 10 de outubro de 2019.
- Roca, J. 2003.** "Do Individual Preferences Explain the Environmental Kuznet's Curve?" *Ecological Economics* 45(1): 3–10.
- Rochet, J.-C., e J. Tirole. 2003.** "Platform Competition in Two-Sided Markets." *Journal of the European Economic Association* 1(4): 990–1029.
- Rockoff, H. 2019.** "On the Controversies Behind the Origins of the Federal Economic Statistics." *Journal of Economic Perspectives* 33(1): 147–164.
- Rockström, J., W. Steffen, K. Noone, A. Persso, F.S. Chapin III, E.F. Lambin, T.M. Lenton, M. Scheffer, C. Folke, H.J. Schellnhuber e B. Nykvist. 2009.** "A Safe Operating Space for Humanity." *Nature* 461(7263): 472–475.
- Rodriguez-Castelan, C., A. Araar, E. A. Malasquez, S. D. Olivieri e T. Vishwanath. 2019.** "Distributional Effects of Competition: A Simulation Approach." Documento de trabalho de investigação de políticas 8838. World Bank, Washington, DC.
- Rodrik, D. 2007.** *One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions, and Economic Growth*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- . 2015. "Premature Deindustrialization." NBER Documento de trabalho 20935. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- . 2018. "Populism and the Economics of Globalization." *Journal of International Business Policy* 1–2: 12–33.
- . 2019. "Policy, Inequality and Growth." In O. Blanchard and L.H. Summers, eds., *Evolution or Revolution? Rethinking Macroeconomic Policy after the Great Recession*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Roemer, J.E. 1998.** *Equality of Opportunity*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Rohland, E. 2018.** "Adapting to Hurricanes: A Historical Perspective on New Orleans from Its Foundation to Hurricane Katrina, 1718–2005." *WIREs Climate Change* 9(1): e488.
- Romer, P. 1990.** "Endogenous Technological Change." *Journal of Political Economy* 98(5): S71–S102.
- . 2019. "A Tax That Could Fix Big Tech." *Nova Iorque Times*, 6 de maio. www.nytimes.com/2019/05/06/opinion/tax-facebook-google.html. Acedido em 19 de agosto de 2019.
- Rose, A., D. Wei e A. Bento. 2019.** "Equity Implications of the COP21 Intended Nationally Determined Contributions to Reduce Greenhouse Gas Emissions." In R. Kanbur and H. Shue, eds., *Climate Justice: Integrating Economics and Philosophy*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Rose, T. 2016.** *The End of Average*. Nova Iorque: Harper Collins.
- Rosen, R.A. 2019.** "Temperature Impact on GDP Growth Is Overestimated." *Proceedings of National Academies of Sciences* 116(33): 16170.
- Rosenberg, D. 2019.** "Use of E-Government Services in a Deeply Divided Society: A Test and an Extension of the Social Inequality Hypotheses." *New Media & Society* 21(2): 464–482.
- Rosenfeld, M.J., R.J. Thomas e S. Hausen. 2019.** "Disintermediating Your Friends: How Online Dating in the United States Displaces Other Ways of Meeting." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(36): 17753–17758.
- Rossiter, J., B. Hagos, P. Rose, T. Teferra e T. Woldehanna. 2018.** *Early Learning in Ethiopia: Equitable Access and Learning. System Diagnostic Report for World Bank Early Learning Program*. Cambridge, Reino Unido: University of Cambridge, Research for Equitable Access and Learning Centre.
- Rowe, D.C. 1994.** *The Limits of Family Influence: Genes, Experience, and Behavior*. Nova Iorque: Guilford Press.
- Roy, J., P. Tschakert, H. Waisman, S. Abdul Halim, P. Antwi-Agyei, P. Dasgupta, B. Hayward, M. Kanninen, D. Liverman, C. Okereke, P.F. Pinho, K. Riahi e A.G. Suarez Rodriguez. 2019.** "Sustainable Development, Poverty Eradication and Reducing Inequalities." In V. Masson-Delmotte, P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts, J. Shee, P.R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M.I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor and T. Waterfield, eds., *Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the Impacts of Global Warming of 1.5°C Above Pre-Industrial Levels and Related Global Greenhouse Gas Emission Pathways, in the Context of Strengthening the Global Response to the Threat of Climate Change, Sustainable Development, and Efforts to Eradicate Poverty*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press. www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/02/SR15_Chapter5_Low_Res.pdf. Acedido em 16 de agosto de 2019.
- Rozenberg, J., e S. Hallegatte. 2015.** "The Impacts of Climate Change on Poverty in 2030 and the Potential from Rapid, Inclusive, and Climate-Informed Development." Documento de trabalho de investigação de políticas 7483. World Bank, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/23447>

TheImpactsOf0informedDevelopment.pdf?sequence=1. Acessado em 13 de agosto de 2019.

Rözer, J., e H. Van De Werfhorst. 2017. “Inequalities in Educational Opportunities by Socioeconomic and Migration Background: A Comparative Assessment across European Societies.” ISOTIS Report. University of Amsterdão.

Russell, S. 2018. “How to Make AI That Works, for Us.” *Science Focus*, 16 de novembro. www.sciencefocus.com/future-technology/how-to-make-ai-that-works-for-us/. Acessado em 6 de outubro de 2019.

Rutgers. 2014. “Burundi Embraces Comprehensive Sexuality Education.” 17 de dezembro. www.rutgers.international/news-opinion/news-archive/burundi-embraces-comprehensive-sexuality-education. Acessado em 9 de outubro de 2019.

Rutkowski, M. 2018. “Reimagining Social Protection.” *Finance and Development* 55(4).

Saad, L. 2019. “Americans as Concerned as Ever About Global Warming.” Gallup, 25 de março. <https://news.gallup.com/poll/248027/americans-concerned-ever-global-warming.aspx>. Acessado em 18 de outubro de 2019.

Saez, E., e G. Zucman 2016. “Wealth Inequality in the United States since 1913: Evidence from Capitalized Income Tax Data.” *Quarterly Journal of Economics* 131(2): 519–578.

———. 2019. “How Would a Progressive Wealth Tax Work? Evidence from the Economics Literature.” Manuscrito por publicar.

Sager, L. 2017. “Income Inequality and Carbon Consumption: Evidence from Environmental Engel Curves.” Documento de trabalho do GRI 285. Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment, Londres.

Saguy, T. 2018. “Downside of Intergroup Harmony? When Reconciliation Might Backfire and What to Do.” *Policy Insights from the Behavioral and Brain Sciences* 5: 75–81.

Saikia, N., J.K. Bora e M. Luy. 2019. “Socioeconomic Disparity in Adult Mortality in India: Estimations using the Orphanhood Method.” *Genus* 75(1): 7.

Salverda, W., e D. Checchi. 2015. “Labor Market Institutions and the Dispersion of Wage Earnings.” In A.B. Atkinson and F. Bourguignon, eds., *Handbook of Income Distribution*, Vol. 2. Nova Iorque: Elsevier.

Sanyal, S. 2018. “How Is AI Revolutionizing Elderly Care.” *Forbes*, 31 de outubro.

Sardinha, L., e H.E. Catalán. 2018. “Attitudes towards Domestic Violence in 49 Low- and Middle-Income Countries: A Gendered Analysis of Prevalence and Country-Level Correlates.” *PLoS One* 13(10): e0206101.

Scheidel, W. 2017. *The Great Leveler: Violence and the Global History of Inequality from the Stone Age to the Present*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Schelling, T. 1978. *Micromotives and Macrobehavior*. Nova Iorque: Norton.

Schiappacasse, I. 2019. “Business Elites and the Development of Social Policy in Latin America: The Case of Pensions in Chile”. Tese não publicada de doutoramento pela Universidade de Oxford, Departamento de Desenvolvimento Internacional, Oxford, Reino Unido.

Schiermeier, Q. 2018. “Telltale Warming Likely to Hit Poorer Countries First.” *Nature* 556: 415–416.

Schiffrin, A. 2019. “The Contribution of Free Media to the Fight against Corruption and to Human Development.” Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Schleussner, C.-F., J.F. Donges, R.V. Donner e H.J. Schellnhuber. 2016. “Armed-Conflict Risks Enhanced by Climate-Related Disasters in Ethnically Fractionalized Countries.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 113(33): 9216–9221.

Schlozman, K.L. 2012. *The Unheavenly Chorus: Unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Schmidt, L., e P. Sevak. 2006. “Gender, Marriage, and Asset Accumulation in the United States.” *Feminist Economics* 12(1–2): 139–166.

Schwellnus, C., A. Kappeler e P.-A. Pionnier. 2017. “The Decoupling of Median Wages from Productivity in OECD Countries.” *International Productivity Monitor* 32: 44–60.

Science Daily. 2014. “A More Potent Greenhouse Gas than Carbon Dioxide, Methane Emissions Will Leap as Earth Warms.” 27 de março. www.sciencedaily.com/releases/2014/03/140327111724.htm. Acessado em 15 de agosto de 2019.

Scott, J.C. 2017. *Against the Grain: A Deep History of the Earliest States*. New Haven, CT: Yale University Press.

Sears, B., e C. Mallory. 2011. “Documented Evidence of Employment Discrimination & Its Effects on LGBT People.” The Williams Institute, Los Angeles, CA. <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/Sears-Mallory-Discrimination-July-2011.pdf>. Acessado em 26 de julho de 2019.

Seebens, H., F. Essl, W. Dawson, N. Fuentes, D. Moser, J. Pergl, P. Pyšek, M. van Kleunen, E. Weber, M. Winter e B. Blasius. 2015. “Global Trade Will Accelerate Plant Invasions in Emerging Economies under Climate Change.” *Global Change Biology* 21(11): 4128–4140.

Seligman, B., G. Greenberg e S. Tuljapurkar. 2016. “Equity and Length of Lifespan Are Not the Same.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 113(30): 8420–8423.

Semple, K. 2019. “Corpses Strawn, People Missing a Week After Dorian Hit the Bahamas.” *Nova Iorque Times*, 8 de setembro.

Sen, A. 1980. “Equality of What?” In S. McMurrin, ed., *Tanner Lectures on Human Values*. Vol. I. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

———. 1982. “Food Battles: Conflict in the Access to Food.” Coromandel Lecture, 13 de dezembro.

———. 1985. *Commodities and Capabilities*. Amsterdão: North-Holland.

———. 1990. “More than 100 Million Women Are Missing.” *The Nova Iorque Review of Books* 37(20): 61–66.

———. 1992. *Inequality Reexamined*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

———. 1993. “Capability and Well-Being.” In M. Nussbaum and A. Sen, *The Quality of Life*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

———. 1999. *Development as Freedom*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

———. 2005. “Human Rights and Capabilities.” *Journal of Human Development* 6(2): 151–166.

———. 2008a. “The Economics of Happiness and Capability.” In L. Bruni, F. Comim and M. Pugno, eds., *Capabilities and Happiness*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

———. 2008b. “Violence, Identity and Poverty.” *Journal of Peace Research* 45(1): 5–15.

Sen, G., P. Ostlin e A. George. 2007. “Unequal, Unfair, Ineffective and Inefficient Gender Inequity in Health: Why It Exists and How We Can Change It.” Relatório Final apresentado à Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da OMS. Women and Gender Equity Knowledge Network, Geneva.

Seriño, M.N.V., e S. Klasen. 2015. “Estimation and Determinants of the Philippines Household Carbon Footprint.” *Developing Economies* 53(1): 44–62.

Shackelford, A.H. 2018. “The Why and the How of Central America’s First All Female Hackathon.” 28 de março. https://undg.org/silofighters_blog/the-why-and-the-how-of-central-americas-first-all-female-hackathon/. Acessado em 9 de outubro de 2019.

Shankland, S. 2019. “Bill Gates Says AI Should Improve Education and Medicine.” CNET, 18 de março. www.cnet.com/news/bill-gates-says-ai-should-improve-education-and-medicine/. Acessado em 24 de outubro de 2019.

Shanmugaratnam, T. 2019. “Absolute Mobility Matters, Too: Regenerating People and Cities.” In O. Blanchard and L.H. Summers, eds., *Evolution or Revolution? Rethinking Macroeconomic Policy after the Great Recession*. Cambridge, MA: MIT Press.

Shapiro, C. 2018. “Antitrust in a Time of Populism.” *International Journal of Industrial Organization* 61:714–748.

Shaxton, N. 2019. “Tackling Tax Havens.” *IMF Finance and Development Magazine*, setembro de 2019. www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2019/09/tackling-global-tax-havens-shaxton.htm. Acessado em 7 de novembro de 2019.

Shorrocks, A.F., e J.E. Foster. 1987. “Transfer Sensitive Inequality Measures.” *Review of Economic Studies* 54(3): 485–497.

SIDA (Swedish International Development Cooperation Agency). 2015. “Gender Analysis Principles and Elements.” Gender Tool Box. Estocolmo.

Sierminska, E.M., J.R. Frick e M.M. Grabka. 2010. “Examining the Gender Wealth Gap.” *Oxford Economic Papers* 62(4): 669–690.

Silcoff, M. 2018. “The Daddy Quota: How Quebec Got Men to Take Parental Leave.” *The Guardian*, 15 de junho. www.theguardian.com/world/2018/jun/15/the-daddy-quota-how-quebec-got-men-to-take-parental-leave. Acessado em 9 de outubro de 2019.

Silver, D., T. Hubert, J. Schrittwieser, I. Antonoglou, M. Lai, A. Guez, M. Lanctot, L. Sifre, D. Kumaran, T. Graepel e T. Lillicrap. 2018. “A General Reinforcement Learning Algorithm that Masters Chess, Shogi, and Go through Self-Play.” *Science* 362(6419): 1140–1144.

Sim, A., E. Lim, C. Forde e B. Cheon. 2018. “Personal Relative Deprivation Increases Self-Selected Portion Sizes and Food Intake.” *Appetite* 121: 268–274.

Skeldon, J.A., M.B. Irby, J.G. Grzywacz e G. Miller. 2011. “Etiologies of Obesity in Children: Nature and Nurture.” *Pediatric Clinics* 58(6): 1333–1354.

Skopek, J., e G. Passaretta. 2018. “The Social Stratification of Skills from Infancy to Adolescence—Evidence from an Accelerated Longitudinal Design.” Trinity College Dublin, Department of Sociology, Dublin. <https://osf.io/preprints/socarxiv/xkctv/>. Acessado em 8 de agosto de 2019.

Smith, H. J., T.F. Pettigrew, G.M. Pippin e S. Bialosiewicz. 2012. “Relative Deprivation: A Theoretical and Meta-Analytic Review.” *Personality and Social Psychology Review* 16(3): 203–232.

Smith, M., D. Yagan, O. Zidar e E. Zwick. 2019. “Capitalists in the Twenty-First Century.” NBER Documento de trabalho 25442. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.

Sobotta, R.R., H.E. Campbell e B.J. Owens. 2007. “Aviation Noise and Environmental Justice: The Barrio Barrier.” *Journal of Regional Science* 47(1): 125–154.

Soens, T. 2011. “Floods and Money: Funding Drainage and Flood Control in Coastal Flanders from the Thirteenth to the Sixteenth Centuries.” *Continuity and Change* 26(3): 333–365.

———. 2018. “Resilient Societies, Vulnerable People: Coping with North Sea Floods before 1800.” *Past & Present* 241: 143–177.

Solon, G. 1999. “Intergenerational Mobility in the Labor Market.” In O. Ashenfelter and D. Card, eds., *Handbook of Labor Economics*, Vol. III. Amsterdão: Elsevier.

———. 2018. “What Do We Know So Far about Multigenerational Mobility?” *Economic Journal* 128(612): F340–F352.

Solt, F. 2008. “Economic Inequality and Democratic Political Engagement.” *American Journal of Political Science* 52(1): 48–60.

Sommer, I., U. Griebler, P. Mahlknecht, K. Thaler, K. Bouskill, G. Gartlehner e S. Mendis. 2015. “Socioeconomic Inequalities in Non-Communicable Diseases and Their Risk Factors: An Overview of Systematic Reviews.” *BMC Public Health* 15(1): 914.

Sood, S., T. Menard e K. Witte. 2009. “The Theory behind Entertainment-Education.” In A. Singhal, M. Cody, E. Rogers and M. Sabido, eds., *Entertainment-Education and Social Change: History, Research, and Practice*. Londres: Routledge.

South Africa Department of Water e Sanitation. 2016. “National Sanitation Policy.” Pretória. www.dwa.gov.za/Documents/sanitation/17005SC_POLICY_National%20Sanitation%20Policy%202016%20FINAL310117.pdf. Acessado em 15 de agosto de 2019.

Spice, B. 2015. “Questioning the Fairness of Targeting Ads Online.” *Carnegie Mellon University News*, 7 de julho. www.cmu.edu/news/stories/archives/2015/july/online-ads-research.html. Acessado em 24 de outubro de 2019.

Springmann, M., H.C.J. Godfray, M. Rayner e P. Scarborough. 2016. “Analysis and Valuation of the Health and Climate Change Cobenefits of Dietary Change.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 113(15): 4146–4151.

Spruyt, B., e T. Kuppens. 2015. “Education-Based Thinking and Acting? Towards an Identity Perspective for Studying Education Differentials in Public Opinion and Political Participation.” *European Journal of Cultural and Political Sociology* 2: 291–312.

- Spruyt, B., T. Kuppens, R. Spears e J. van Noord. Por publicar.** "Talking Politics? Educational Category Salience Reinforces Differences in People's Willingness to Participate in Deliberative Initiatives." *Political Psychology*.
- Staiger, D.O., J. Spetz e C.S. Phibbs. 2010.** "Is There Monopsony in the Labor Market? Evidence from a Natural Experiment." *Journal of Labor Economics* 28(2): 211–236.
- State of California. 2012.** Assembleia N.º 685 – Capítulo 524. https://leginfo.ca.gov/faces/billNavClient.xhtml?bill_id=201120120AB685 Acedido em 10 de outubro de 2019.
- Steffen, W., K. Richardson, J. Rockström, S.E. Cornell, I. Fetzer, E.M. Bennett, R. Biggs, S.R. Carpenter, W. De Vries, C.A. De Wit e C. Folke. 2015.** "Planetary Boundaries: Guiding Human Development on a Changing Planet." *Science* 347(6223).
- Steger, T., A. Antypas, L. Atkins, F. Borthwick e C. Cahn. 2007.** "Making the Case for Environmental Justice in Central and Eastern Europe." CEU Center for Environmental Law and Policy, Budapest. www.env-health.org/IMG/pdf/Making_the_case_for_environmental_justice.pdf. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- Stern, N., e J.E. Stiglitz. 2017.** *Report of the High-Level Commission on Carbon Prices*. Washington, DC: World Bank.
- Stewart, F. 2005.** "Horizontal Inequalities: A Neglected Dimension of Development." In UNU-WIDER, A.B. Atkinson, B. Kaushik, J.N. Bhagwati, D.C. North, D. Rodrik, F. Stewart, J.E. Stiglitz, J.G. Williamson, eds., *Wider Perspectives on Global Development*. Londres, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- . **2006.** "Social Exclusion and Conflict: Analysis and Policy Implications." Oxford Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, Oxford, Reino Unido. www.qeh.ox.ac.uk/pdf/pdf-research/crise-pp1. Acedido em 9 de outubro de 2019.
- . **2009.** "Horizontal Inequalities as a Cause of Conflict." Bradford Development Lecture, 21 de outubro. University of Bradford, West Yorkshire, UK.
- . **2016a.** "The Dynamics of Horizontal Inequalities." Think Piece for *Human Development Report 2016*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque. http://hdr.undp.org/sites/default/files/stewart_layout.pdf. Access 6 de agosto de 2019.
- , ed. **2016b.** *Horizontal Inequalities and Conflict: Understanding Group Violence in Multiethnic Societies*. Nova Iorque: Springer.
- Stewart, F., G. Ranis e E. Samman. 2018.** *Advancing Human Development: Theory and Practice*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Stiglitz, J.E. 2012.** *The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers our Future*. Nova Iorque: WW Norton & Company.
- . **2016.** "Inequality and Economic Growth." In M. Mazzucato and M. Jacobs, eds., *Rethinking Capitalism*. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell.
- . **2019a.** "Addressing Climate Change through Price and Non-Price Interventions." NBER Documento de trabalho 25939. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- . **2019b.** "Market Concentration Is Threatening the US Economy." Project Syndicate, 11 de março. www.project-syndicate.org/commentary/united-states-economy-rising-market-power-by-joseph-e-stiglitz-2019-03?barrier=accesspaylog. Acedido em 8 de outubro de 2019.
- Stiglitz, J.E., e B.C. Greenwald. 2014.** *Creating a Learning Society: A New Approach to Growth, Development, and Social Progress*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Stiglitz, J., A. Sen e J.-P. Fitoussi. 2009a.** "The Measurement of Economic Performance and Social Progress Revisited: Reflections and Overview." Comissão para a Medição do Desempenho Económico e do Progresso Social (Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress), Paris.
- . **2009b.** "Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress." Paris.
- Stokes, S. 2009.** "Political Clientelism." In C. Boix and S. Stokes, eds., *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Stone, L. 2015.** "Women Transforming Conflict: A Quantitative Analysis of Female Peacemaking." Documento de trabalho. Universidade de Seton Hall, South Orange, NJ.
- Sullivan, D. 2016.** "Want More 'Panama Papers'? Here's How." *Foreign Policy*, 11 de abril de 2016. <https://foreignpolicy.com/2016/04/11/want-more-panama-papers-heres-how/>. Acedido em 1 de outubro de 2019.
- Sunstein, C. 2018.** "A New View of Antitrust Law That Favors Workers." Bloomberg, 14 de maio. www.bloomberg.com/opinion/articles/2018-05-14/antitrust-law-gets-a-chicago-school-makeover. Acedido em 8 de outubro de 2018.
- Surminski, S., L. M. Bouwer e J. Linnerooth-Bayer. 2016.** "How Insurance can Support Climate Resilience." *Nature Climate Change* 6(4): 333–334.
- Sutherland, H., e F. Figari. 2013.** "EUROMOD: The European Union Tax-Benefit Microsimulation Model." *International Journal of Microsimulation* 6(1): 4–26.
- Suzuki, E., S. Kashima, I. Kawachi e S. Subramanian. 2012.** "Social and Geographic Inequalities in Premature Adult Mortality in Japan: A Multilevel Observational Study from 1970 to 2005." *BMJ Open* 2(2): e000425.
- Sy, A.N., R. Maino, A. Massara, H. Perez-Saiz e P. Sharma. 2019.** "FinTech in Sub-Saharan African Countries. A Game Changer?" Documento departamental do FMI 19/04. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Szwarcwald, C.L., P.R.B. de Souza Júnior, A.P. Marques, W.d.S. de Almeida e D.E.R. Montilla. 2016.** "Inequalities in Healthy Life Expectancy by Brazilian Geographic Regions: Findings from the National Health Survey, 2013." *International Journal for Equity in Health* 15(1): 141.
- Szymkowski, S. 2019.** "California Bill Passes to Classify Lyft, Uber Drivers as Employees." Roadshow, 11 de setembro. www.Cnet.Com/Roadshow/News/California-Ab5-Uber-Lyft-Employees/. Acedido em 24 de outubro de 2019.
- Takacs, D. 2016.** "South Africa and the Human Right to Water: Equity, Ecology and the Public Trust Doctrine." *Berkeley Journal of International Law* 34(2): 55–108.
- Takasu, Y. 2019.** "SDGs and Japan: Human Security Indicators (HSI) of Japan." Manuscrito por publicar.
- Tankersley, J., e A. Rappeport. 2019.** "As Nations Look to Tax Tech Firms, U.S. Scrambles to Broker a Deal." *Nova Iorque Times*, 12 de julho. www.nytimes.com/2019/07/12/business/economy/tech-company-taxes.html. Acedido em 24 de outubro de 2019.
- Tavoni, A., A. Dannenberg, G. Kallis e A. Loschel. 2011.** "Inequality, Communication, and the Avoidance of Disastrous Climate Change in a Public Goods Game." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 108(29): 11825–11829.
- Taylor, D.E. 2000.** "The Rise of the Environmental Justice Paradigm: Injustice Framing and the Social Construction of Environmental Discourses." *American Behavioral Scientist* 43: 508–580.
- Terdiman, D. 2017.** "How Robots And AI Could Save American Water Utilities Half A Trillion Dollars." *Fast Company*, 24 de fevereiro. www.fastcompany.com/3068423/how-robots-and-ai-could-save-american-water-utilities-half-a-trillion-dollar. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- Thakor, A.V. 2012.** "Incentives to Innovate and Financial Crises." *Journal of Financial Economics* 103(1): 130–148.
- Thévenon, O. 2013.** "Drivers of Female Labour Force Participation in the OECD." Documento de trabalho da OCDE acerca de assuntos sociais, emprego e migração 145. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Paris.
- Thornton, P.K., P.G. Jones, T. Owiyo, R.L. Kruska, M.T. Herrero, P.M. Kristjanson, A.M.O. Notenbaert, N. Bekele e A. Omolo. 2006.** "Mapping Climate Vulnerability and Poverty in Africa." Relatório apresentado ao Departamento de Desenvolvimento Internacional. Nairobi. https://cgsp.cepr.org/bitstream/handle/10568/2307/Mapping_Vuln_Africa.pdf?sequence=1%26isAllowed=y. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- Tigchelaar, M., D.S. Battisti, R.L. Naylor e D.K. Ray. 2018.** "Future Warming Increases Probability of Globally Synchronized Maize Production Shocks." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(26): 6644–6649.
- Tilman, D., e M. Clark. 2014.** "Global Diets Link Environmental Sustainability and Human Health." *Nature* 515(7528): 518–522.
- Timmer, M.P., A. Erumban, B. Los, R. Stehrer e G. De Vries. 2014.** "Slicing Up Global Value Chains." *Journal of Economic Perspectives* 28(2): 99–118.
- Tinbergen, J. 1974.** "Substitution of Graduate by Other Labour." *Kyklos* 27(2): 217–226.
- . **1975.** "Substitution of Academically Trained by Other Manpower." *Review of World Economics* 11(3): 466–476.
- Tödting, F., e M. Trippel. 2005.** "One Size Fits All? Towards a Differentiated Regional Innovation Policy Approach." *Research Policy* 34(8): 1203–1219.
- Toi, R.S.J. 2018.** "The Economic Impacts of Climate Change." *Review of Environmental Economics and Policy* 12(1): 4–25.
- Torche, F. 2010.** "Educational Assortative Mating and Economic Inequality: A Comparative Analysis of Three Latin American Countries." *Demography* 47(2): 481–502.
- Torre, R., e M. Myrskylä. 2014.** "Income Inequality and Population Health: An Analysis of Panel Data for 21 Developed Countries, 1975–2006." *Population Studies* 68(1): 1–13.
- Torslov, T.R., L.S. Wier e G. Zucman. 2018.** "The Missing Profits of Nations." NBER Documento de trabalho 24701. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Tschakert, P. 2016.** "The Role of Inequality in Climate-Poverty Debates." Policy Research Documento de trabalho 7677. World Bank, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/1098624515/TheRoleOfIncomeInequalityAndPovertyDebates.pdf;sequence=1>. Acedido em 16 de agosto de 2019.
- Tubiello, F.N., M. Salvatore, R.D. Córdor Golec e A. Ferrara. 2014.** "Agriculture, Forestry and Other Land Use Emissions by Sources and Removals by Sinks: 1990-2011 Analysis." Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Divisão de Estatística, Roma.
- Turchin, P., e S.A. Nefedov. 2009.** *Secular Cycles*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Uchino, B.N. 2006.** "Social Support and Health: A Review of Physiological Processes Potentially Underlying Links to Disease Outcomes." *Journal of Behavioral Medicine* 29(4): 377–387.
- Departamento de Assuntos Digitais, Cultura, Media e Desporto do Reino Unido. 2018.** "Guidance. Data Ethics Framework." www.gov.uk/government/publications/data-ethics-framework/data-ethics-framework. Acedido em 19 de agosto de 2019.
- UK Space Agency. 2018.** "Case Study: CommonSensing. Fostering Climate Resilience for Small Island Nations Using Remote Sensing." Londres. www.gov.uk/government/case-studies/commonsensing. Acedido em 13 de agosto de 2019.
- UN (Organização das Nações Unidas). 2009.** *System of National Accounts 2008*. Nova Iorque.
- . **2015a.** *The Millennium Development Goals Report*. Nova Iorque.
- . **2015b.** *Paris Agreement*. https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf. Acedido em 14 de outubro de 2019.
- . **2015c.** *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. Nova Iorque.
- . **2019a.** *The Age of Interdependence*. Report of the High-Level Panel on Digital Cooperation. Nova Iorque.
- . **2019b.** *Global Sustainable Development Report: The Future is Now: Science for Achieving Sustainable Development*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.
- ONU (Organização das Nações Unidas) e Banco Mundial. 2018.** *Pathways for Peace: Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict*. Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28337>. Acedido em 6 de agosto de 2019.
- UNCDF (United Nations Capital Development Fund). 2019.** "Financial Inclusion." www.uncdf.org/financial-inclusion. Acedido em 13 de agosto de 2019.
- UN CEB (Conselho Executivo de Coordenação do Sistema das Nações Unidas). 2017.** *Leaving No One Behind: Equality and Non-Discrimination at the Heart of Sustainable Development*. Nova Iorque.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 2019.** *Trade and Development Report 2019: Financing A Global Green New Deal*. Geneva.
- DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2009.** *Creating an Inclusive Society: Practical Strategies to Promote Social Integration*. Nova Iorque. www.un.org/esa/socdev/egms/docs/2009/Ghana/inclusive-society.pdf. Acedido em 10 de outubro de 2019.

- . **2016.** *World Economic and Social Survey 2016: Climate Change Resilience—An Opportunity for Reducing Inequalities.* Nova lorque. www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/publication/WESS_2016_Report.pdf. Acesso em 16 de agosto de 2019.
- . **2018.** *World Economic and Social Survey 2018: Frontier Technologies for Sustainable Development.* Nova lorque.
- . **2019.** *World Population Prospects 2019.* Nova lorque.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).**
- 1995.** *Human Development Report 1995: Gender and Human Development.* Nova lorque.
- . **2001.** *Human Development Report 2001: Making New Technologies Work for Human Development.* Nova lorque. http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/262/hdr_2001_en.pdf. Acesso em 6 de outubro de 2019.
- . **2006.** *Human Development Report 2006: Beyond Scarcity: Power, Poverty and the Global Water Crisis.* Nova lorque: Palgrave Macmillan. www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/2006%20Global%20HDR/HDR-2006-Beyond%20scarcity-Power-poverty-and-the-global-water-crisis.pdf. Acesso em 15 de agosto de 2019.
- . **2007.** *Human Development Report 2007/2008: Fighting Climate Change: Human Solidarity in a Divided World.* Nova lorque: Palgrave Macmillan. http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/268/hdr_20072008_en_complete.pdf. Acesso em 8 de agosto de 2019.
- . **2011.** *Human Development Report 2011: Sustainability and Equity: A Better Future for All.* Nova lorque. http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/271/hdr_2011_en_complete.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2019.
- . **2015.** *Human Development Report 2015: Work for Human Development.* Nova lorque.
- . **2016.** *Human Development Report 2016: Human Development for Everyone.* Nova lorque. http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf. Acesso em 5 de agosto de 2019.
- . **2018a.** *Human Development Indices and Indicators: Statistical Update 2018.* Nova lorque.
- . **2018b.** “What Does It Mean to Leave No One Behind? A UNDP Discussion Paper and Framework for Implementation.” Nova lorque. www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/poverty-reduction/what-does-it-mean-to-leave-no-one-behind.html. Acesso em 14 de outubro de 2019.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)**
- Chile. 2017.** *Desiguales: Orígenes, cambios y desafíos de la brecha social en Chile.* Santiago.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e OPHI (Oxford Poverty e Human Development Initiative). 2019.** *Global Multidimensional Poverty Index 2019: Illuminating Inequalities.* Nova lorque and Oxford, Reino Unido. http://hdr.undp.org/sites/default/files/mpi_2019_publication.pdf. Acesso em 9 de setembro de 2019.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres). 2019.** “Gender Equality as an Accelerator for Achieving the SDGs.” Nova lorque.
- UNDRR (Gabinete das Nações Unidas para Redução do Risco de Catástrofes). 2019.** *Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction 2019.* Geneva.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific e Cultural Organization). 2018a.** Data Centre. <http://uis.unesco.org/>. Acesso em 2 de outubro de 2019.
- . **2018b.** “One in Five Children, Adolescents and Youth Is Out of School.” Paris. <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/fs48-one-five-children-adolescents-youth-out-school-2018-en.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2019.
- . **2019a.** *Global Education Monitoring Report 2019: Gender Report: Building Bridges for Gender Equality.* Paris.
- . **2019b.** *Meeting Commitments: Are Countries on Track To Achieve SDG4?* Montreal.
- . **n.d.** “Girls’ and Women’s Education in Science, Technology, Engineering and Mathematics (STEM).” Paris. <https://en.unesco.org/themes/education-and-gender-equality/stem>. Acesso em 24 de outubro de 2019.
- UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas). 2015.** “G7 Climate Risk Insurance Initiative—Stepping Up Protection for the Most Vulnerable.” Paris. <https://unfccc.int/news/g7-climate-risk-insurance-initiative-stepping-up-protection-for-the-most-vulnerable>. Acesso em 13 de agosto de 2019.
- UNFPA (United Nations Population Fund). 2016.** *Universal Access to Reproductive Health: Progress and Challenges.* Nova lorque.
- . **2019.** “In Burundi, Sexual Health Education Helps Youth Protect Themselves, Their Futures.” 18 de janeiro.
- Assembleia Geral da ONU. 2006.** “In-depth Study on All Forms of Violence against Women: Report of the Secretary General.” A/61/122/Add.1. Nova lorque.
- . **2010.** “The Human Right to Water and Sanitation.” Resolução n.º 64/292. Nova lorque. www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292. Acesso em 15 de agosto de 2019.
- . **2016.** “Promotion and Protection of All Human Rights, Civil, Political, Economic, Social and Cultural Rights, Including the Right to Development.” Nova lorque www.un.org/data/files/Internet_Statement_Adopted.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2019.
- Unger, R.M. 2019.** *The Knowledge Economy.* Londres: Verso Books.
- UNHRC (United Nations Human Rights Council). 2018.** “The Safety of Journalists.” Resolução adotada pelo Conselho de Direitos Humanos, 27 de setembro. A/HRC/RES/39/6. Nova lorque.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2013.** *Female Genital Mutilation/Cutting: A Statistical Overview and Exploration of the Dynamics of Change.* Nova lorque.
- . **2014a.** *A Statistical Snapshot of Violence against Adolescent Girls.* Nova lorque.
- . **2014b.** *UNICEF Annual Report 2014: China.* Nova lorque. www.unicef.org/about/annualreport/files/China_Annual_Report__2014.pdf. Acesso em 8 de novembro de 2019.
- . **2018a.** “Female Genital Mutilation.” Fevereiro, Nova lorque. <https://data.unicef.org/topic/child-protection/female-genital-mutilation/>. Acesso em 9 de outubro de 2019.
- . **2018b.** “Gender and Education.” junho de 2018. <https://data.unicef.org/topic/gender/gender-disparities-in-education/>. Acesso em 9 de outubro 2019.
- . **2019a.** “Child Marriage Is a Violation of Human Rights but Is All Too Common.” Junho. Nova lorque. <https://data.unicef.org/topic/child-protection/child-marriage/>. Acesso em 9 de outubro de 2019.
- . **2019b.** “Cyclone Idai and Kenneth Post-Impact Situation.” maio de 2019. Paris. www.unicef.org/appeals/files/UNICEF-Idai-Situation-and-Response-12-May-2019.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2019.
- . **2019c.** *A World Ready to Learn: Prioritizing Quality Early Childhood Education.* Nova lorque.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) Innocenti Research Centre. 2010.** *The Dynamics of Social Change: Towards the Abandonment of Female Genital Mutilation/Cutting in Five African Countries.* Innocenti Insight. Florença, Itália.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e OMS (Organização Mundial da Saúde). 2019.** *Progress on Household Drinking Water, Sanitation and Hygiene 2000-2017: Special Focus on Inequalities.* Nova lorque. www.who.int/water_sanitation_health/publications/jmp-2019-full-report.pdf?ua=1. Acesso em 15 de agosto de 2019.
- UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres). 2000.** *Progress of the World’s Women 2000: UNIFEM Biennial Report.* Nova lorque.
- UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation. 2018.** *Levels & Trends in Child Mortality: Report 2019.* Fundo das Nações Unidas para a Infância.
- Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. 2010.** “The Human Right to Safe Drinking Water and Sanitation.” Resolução A/HRC/RES/18/1. Nova lorque. www.right-docs.org/doc/a-hrc-res-18-1/. Acesso em 15 de agosto de 2019.
- UN News. 2019.** “Despite Progress, Companies Face Gender Equality ‘Backlash’: UN Business Body.” 18 de março.
- UNSDG (United Nations Sustainable Development Group). 2019.** “Leaving No One Behind: A UNSDG Operational Guide for UN Country Teams.” Projeto provisório, março de 2019. Nova lorque.
- ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres). 1995.** *Beijing Declaration and Platform for Action: Beijing+ 5 Political Declaration and Outcome.* Adotada na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, 4–15 de setembro, Beijing.
- . **2015a.** “Making National Social Protection Floors Work for Women.” Policy Brief 1. Nova lorque.
- . **2015b.** *Progress of the World’s Women 2015-2016: Transforming Economies, Realizing Rights.* Nova lorque.
- . **2017.** “Equal Pay for Work of Equal Value.” www.unwomen.org/en/news/in-focus/csw61/equal-pay. Acesso em 9 de outubro de 2019.
- . **2018.** “Historic Leap in Tunisia: Women Make Up 47 Per Cent of Local Government.” 27 de agosto. Nova lorque. www.unwomen.org/en/news/stories/2018/8/feature-tunisian-women-in-local-elections. Acesso em 9 de outubro de 2019.
- . **2019.** *Progress of the World’s Women Report: Families in a Changing World.* Nova lorque.
- ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres) e UIP (União Interparlamentar). 2019.** “Women in Politics 2019.” Nova lorque.
- ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). 2018.** *The Cost of the Gender Gap in Agricultural Productivity: Five African Countries.* Nova lorque.
- Urzua, C. 2013.** “Distributive and Regional Effects of Monopoly Power.” *Economía Mexicana* 22(2): 279–295.
- US CDC (Centers for Disease Control e Prevention). 2014.** “Health and Academic Achievement.” Atlanta, GA. www.cdc.gov/healthyyouth/health_and_academics/pdf/health-academic-achievement.pdf. Acesso em 9 de agosto de 2019.
- US EPA (Environmental Protection Agency). 2015.** “Environmental Justice Timeline.” Washington, DC. www.epa.gov/environmentaljustice/environmental-justice-timeline. Acesso em 14 de agosto de 2019.
- US Government. 2012.** *Economic Report of the President.* Washington, DC. https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/microsites/ERP_2012_Complete.pdf. Acesso em 9 de setembro de 2019.
- US NOAA (Administração Oceânica e Atmosférica Nacional dos EUA). 2018.** “Garbage Patches: How Gyres Take Our Trash Out to Sea.” Ocean Podcast: Episode 14. <https://oceanservice.noaa.gov/podcast/mar18/nop14-ocean-garbage-patches.html>. Acesso em 8 de agosto de 2019.
- Uslaner, E.M. 2002.** *The Moral Foundations of Trust.* Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Uslaner, E.M., e M. Brown. 2005.** “Inequality, Trust, and Civic Engagement.” *American Politics Research* 33(6): 868–894.
- Uthman, O., S. Lawoko e T. Moradi. 2011.** “Factors Associated with Attitudes towards Intimate Partner Violence against Women.” In S.D. Palmer, ed., *Social Work and Community Practice.* Nova lorque: Taylor & Francis.
- Utterback, J.M., e W.J. Abernathy. 1975.** “A Dynamic Model of Process and Product Innovation.” *Omega* 3(6): 639–656.
- van Bavel, B. 2016.** *The Invisible Hand? How Market Economies have Emerged and Declined since AD 500.* Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- . **2019.** “Open Societies before Market Economies: Historical Analysis.” *Socio-Economic Review*, mwz007.
- van Bavel, B., D.R. Curtis e T. Soens. 2018.** “Economic Inequality and Institutional Adaptation in Response to Flood Hazards: A Historical Analysis.” *Ecology and Society* 23(4): 30.
- Van den Hove, S., M. Le Menestrel e H.C. De Bettignies. 2002.** “The Oil Industry and Climate Change: Strategies and Ethical Dilemmas.” *Climate Policy* 2(1): 3–18.
- van Raalte, A.A., I. Sasson e P. Martikainen. 2018.** “The Case for Monitoring Life-Span Inequality.” *Science* 362(6418): 1002–1004.

- van Zomeren, M.** 2019. "Key Insights from the Social Psychology of Inequality and Human Development: From Social Embeddedness and Relative Deprivation to Health and Participation." Documento de referência para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Varga, C., I. Kiss e I. Ember.** 2002. "The Lack of Environmental Justice in Central and Eastern Europe." *Environmental Health Perspectives* 110(11): A662–A663.
- Varró, M.J., G. Gombkőti e M. Szeremi.** 2001. "Risk Factors of a Mass Lead Exposure, Heves, Hungary." *Egészségtudomány* 45: 167–180.
- Varughese, G., e E. Ostrom.** 2001. "The Contested Role of Heterogeneity in Collective Action: Some Evidence from Community Forestry in Nepal." *World Development* 29(5): 747–765.
- Veers, P., K. Dykes, E. Lantz, S. Barth, C.L. Bottasso, O. Carlson, A. Clifton, J. Green, P. Green, H. Holtinen, D. Laird, V. Lehtomäki, J.K. Lundquist, J. Manwell, M. Marquis, C. Meneveau, P. Moriarty, X. Munduate, M. Muskulon, J. Naughton, L. Pao, J. Paquette, J. Peinke, A. Robertson, J.S. Rodrigo, A.M. Sempreviva, J.C. Smith, A. Tuohy e R. Wisser.** 2019. "Grand Challenges in the Science of Wind Energy." *Science* 366(6464): 443.
- Verger, A., M. Moschetti e C. Fontdevila.** 2017. *La Privatización Educativa en América Latina: Una Cartografía de Políticas, Tendencias y Trayectorias*. Barcelona: Educación Internacional.
- Vernooij, R.W.M., D. Zeraatkar, M.A. Han, R. El Dib, M. Zworth, K. Miiro, D. Sit, Y. Lee, H. Goma, C. Valli, M.J. Swierz, Y. Chang, S.E. Hanna, P.M. Brauer, J. Sievenpiper, R. de Souza, P. Alonso-Coello, M.M. Bala, G.H. Guyatt e B.C. Johnston.** Forthcoming. "Patterns of Red and Processed Meat Consumption and Risk for Cardiometabolic and Cancer Outcomes: a Systematic Review and Meta-analysis of Cohort Studies." *Annals of Internal Medicine*.
- Vickers, C., e N. Zierbarth.** 2019. "Lessons for Today from Past Periods of Rapid Technological Change." DESA Documento de trabalho 158. United Nations Department of Economic and Social Affairs, Nova Iorque.
- Von Uexkull, N., M. Croicu, H. Fjelde e H. Buhaug.** 2016. "Civil Conflict Sensitivity to Growing-Season Drought." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 113(44): 12391–12396.
- Vona, F., e F. Patriarca.** 2011. "Income Inequality and the Development of Environmental Technologies." *Ecological Economics* 70(11): 2201–2213.
- Vörösmarty, C.J., P. Green, J. Salisbury e R.B. Lammers.** 2000. "Global Water Resources: Vulnerability from Climate Change and Population Growth." *Science* 289(5477): 284–288.
- Vries, P.** 2016. "What We Do and Do not Know about the Great Divergence at the Beginning of 2016." *Historische Mitteilungen der Ranke-Gesellschaft* 28: 249–297. www.researchgate.net/publication/290920219_What_we_do_and_do_not_know_about_the_Great_Divergence_at_the_beginning_of_2016. Acessado em 6 de outubro de 2019.
- Waites, E.A.** 1993. *Trauma and Survival: Post-Traumatic and Dissociative Disorders in Women*. Nova Iorque: Norton.
- Wake, D.B., e V.T. Vredenburg.** 2008. "Are We in the Midst of the Sixth Mass Extinction? A View from the World of Amphibians." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 105(Supplement 1): 11466–11473.
- Walker, G., J. Fairburn, G. Smith e G. Mitchell.** 2003. "Environmental Quality and Social Deprivation." R&D Technical Report E2-067/1/TR. Bristol, UK: Environment Agency. www.researchgate.net/publication/237606377_Environmental_Quality_and_Social_Deprivation. Acessado em 14 de agosto de 2019.
- Watts, N., W.N. Adger, P. Agnolucci, J. Blackstock, P. Byass, W. Cai, S. Chaytor, T. Colbourn, M. Collins, A. Cooper e P.M. Cox.** 2015. "Health and Climate Change: Policy Responses to Protect Public Health." *Lancet* 386(10006): 1861–1914.
- Watts, N., M. Amann, N. Arnell, S. Ayeb-Karlsson, Belesova, H. Berry, T. Bouley, M. Boykoff, P. Byass, W. Cai e D. Campbell-Lendrum.** 2018. "The 2018 Report of the Lancet Countdown on Health and Climate Change: Shaping the Health of Nations for Centuries to Come." *Lancet* 392(10163): 2479–2514.
- Watts, N., M. Amann, S. Ayeb-Karlsson, K. Belesova, T. Bouley, M. Boykoff, P. Byass, W. Cai, D. Campbell-Lendrum, J. Chambers e P.M. Cox.** 2018. "The Lancet Countdown on Health and Climate Change: from 25 Years of Inaction to a Global Transformation for Public Health." *Lancet* 391(10120): 581–630.
- Webber, D.** 2015. "Firm Market Power and the Earnings Distribution." *Labour Economics* 35(C): 123–134.
- WEF (World Economic Forum).** 2017. *The Global Gender Gap Report 2017*. Geneva.
- . 2018. *The Global Gender Gap Report 2018*. Geneva.
- Weitzman, M.** 2012. "GHG Targets as Insurance against Catastrophic Climate Damages." *Journal of Public Economic Theory* 14(2): 221–244.
- Wenz, P.** 2007. "Does Environmentalism Promote Injustice for the Poor?" In R. Sandler and P.C. Pezzullo, eds., *Environmental Justice and Environmentalism: The Social Justice Challenge to the Environmental Movement*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- OMS (Organização Mundial da Saúde).** 2013. *Global and Regional Estimates of Violence against Women: Prevalence and Health Effects of Intimate Partner Violence and Non-Partner Sexual Violence*. Geneva.
- . 2017. *World Malaria Report*. Geneva.
- . 2018. "Fact Sheet on Climate Change and Human Health." Geneva. www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health. Acessado em 9 de agosto de 2019.
- . 2019. "Ebola Virus Disease: Democratic Republic of the Congo." Relatório de situação externa 40. Geneva. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/312264/SITREP_EVD_DRC_20190507-eng.pdf. Acessado em 18 de outubro de 2019.
- Grupo de Estudo da OMS (Organização Mundial da Saúde) sobre a Mutilação Genital Feminina e Resultados Obstétricos.** 2006. "Female Genital Mutilation and Obstetric Outcome: WHO Collaborative Prospective Study in Six African Countries." *Lancet* 367(9525): 1835–1841.
- OMS (Organização Mundial da Saúde) e Banco Mundial.** 2017. *Tracking Universal Health Coverage: 2017 Global Monitoring Report*. Genebra e Washington, DC. <http://pubdocs.worldbank.org/en/193371513169798347/2017-global-monitoring-report.pdf>. Acessado em 9 de agosto de 2019.
- Wilensky, U.** 1997 "Netlogo Segregation Model." Center for Connected Learning and Computer-Based Modeling, Northwestern University, Evanston, IL. <http://ccl.northwestern.edu/netlogo/models/Segregation>. Acessado em 18 de setembro de 2019.
- Wilkinson, R., e K. Pickett.** 2011. *The Spirit Level: Why Greater Equality Makes Societies Stranger*. Nova Iorque: Bloomsbury Publishing USA.
- . 2018. *The Inner Level: How More Equal Societies Reduce Stress, Restore Sanity and Improve Everyone's Well-Being*. Nova Iorque: Penguin Press.
- Williams, D.R., H.W. Neighbors e J.S. Jackson.** 2003. "Racial/Ethnic Discrimination and Health: Findings from Community Studies." *American Journal of Public Health* 93(2): 200–208. www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2518588/.
- Wilson, G.** 2012. "Intersex Genital Mutilation – IGM: The Fourteen Days of Intersex." 25 February. Organization Intersex International. <http://oiinternational.com/2574/intersex-genital-mutilation-igm-fourteen-days-intersex/>. Acessado em 26 de julho de 2019.
- Winsemius, H.C., B. Jongman, T.I. Veldkamp, S. Hallegatte, M. Bangalore e P.J. Ward.** 2018. "Disaster Risk, Climate Change, and Poverty: Assessing the Global Exposure of Poor People to Floods and Droughts." *Environment and Development Economics* 23(3): 328–348.
- Wirsenius, S., C. Azar e G. Berndes.** 2010. "How Much Land Is Needed for Global Food Production under Scenarios of Dietary Changes and Livestock Productivity Increases in 2030?" *Agricultural Systems* 103(9): 621–638.
- Woldehanna, T., e M.W. Araya.** 2017. "Early Investment in Preschool and Completion of Secondary Education in Ethiopia: Lessons from Young Lives." Documento de trabalho do projeto Young Lives 168. Universidade de Oxford, Departamento de Desenvolvimento Internacional de Oxford, Oxford, Reino Unido.
- Wolfe, N.D., C.P. Dunavan e J. Diamond.** 2007. "Origins of Major Human Infectious Diseases." *Nature* 447(7142): 279–282.
- Wolford, B. n.d.** "What Are the GDPR Consent Requirements?" <https://gdpr.eu/gdpr-consent-requirements/>. Acessado em 24 de outubro de 2019.
- Woodall, L.C., A. Sanchez-Vidal, M. Canals, G.L.J. Paterson, R. Coppock, V. Sleight, A. Calafat, A.D. Rogers, B.E. Narayanaswamy e R.C. Thompson.** 2014. "The Deep Sea is a Major Sink for Microplastic Debris." *Royal Society Open Science* 1: 140317.
- Woodard, D.L., S.J. Davis e J.T. Randerson.** 2019. "Economic Carbon Cycle Feedbacks May Offset Additional Warming from Natural Feedbacks." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(3): 759–764.
- Woodhead, M., J. Rossiter, A. Dawes e A. Pankhurst.** 2017. "Scaling-up Early Learning in Ethiopia: Exploring the Potential of O-Class." Documento de trabalho do projeto Young Lives 163.. Universidade de Oxford, Departamento de Desenvolvimento Internacional de Oxford, Oxford, Reino Unido.
- World Bank.** 2006. *World Development Report 2006: Equity and Development*. Washington, DC.
- . 2012a. *World Development Indicators 2012*. Washington, D.C.. <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>. Acessado em 01 de novembro de 2019.
- . 2012b. *World Development Report 2012: Gender Equality and Development*. Washington, DC.
- . 2013. "Solutions for Youth Employment." Washington, DC. www.s4ye.org/sites/default/files/S4YE%20Digital%20Jobs%20Case%20Study%20-%202013.%20Laboratoria.pdf. Acessado em 7 de novembro de 2019.
- . 2016. *World Development Report 2016: Digital Dividends*. Washington, DC.
- . 2017a. Global Index database. <https://globalindex.worldbank.org/>. Acessado em 9 de outubro de 2019.
- . 2017b. *World Development Report 2017: Governance and the Law*. Washington, DC.
- . 2018a. *Poverty and Shared Prosperity: Piecing Together the Poverty Puzzle*. Washington, DC: World Bank.
- . 2018b. "The Human Capital Project." World Bank, Washington, DC.
- . 2019a. "Afronomics: M-Pesa and Rise of Digital Financial Services in Africa." <https://olc.worldbank.org/content/afronomics-m-pesa-and-rise-digital-financial-services-africa>. Acessado em 6 de outubro de 2019.
- . 2019b. "Mainstreaming Disruptive Technologies at the World Bank Group." Documento do Comité de Desenvolvimento. Washington, DC.
- . 2019c. "World Bank, UNESCO Institute for Statistics Join Forces to Help Countries Measure Student Learning." Press Release, 4 de julho. World Bank, Washington, DC. www.worldbank.org/en/news/press-release/2019/07/03/world-bank-unesco-institute-for-statistics-join-forces-to-help-countries-measure-student-learning. Acessado em 11 de novembro de 2019.
- . 2019d. *State and Trends of Carbon Pricing 2019*. Washington, DC: World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/19180159846379845/pdf/State-and-Trends-of-Carbon-Pricing-2019.pdf>. Acessado em 1 de novembro de 2019.
- . 2020. *World Development Report 2020: Trading for Development in the Age of Global Value Chains*. Washington, DC.
- World Policy Analysis Center.** 2019. Gender Data Base. www.worldpolicycenter.org/maps-data/data-download. Acessado em 10 de outubro de 2019.
- World Wide Web Foundation.** 2017. "Artificial Intelligence: The Road Ahead in Low and Middle-Income Countries." Livro branco. Washington, DC.
- Wrzesniewski, A., e J.E. Dutton.** 2001. "Crafting a Job: Revisioning Employees as Active Crafters of Their Work." *Academy of Management Review* 25: 179–201.
- Wu, T.** 2018. *The Curse of Bigness: Antitrust in the New Gilded Age*. Nova Iorque: Columbia Global Reports.
- Wu, T., e S.A. Thompson.** 2019. "The Roots of Big Tech Run Disturbingly Deep." *Nova Iorque Times*, 7 de junho. www.nytimes.com/interactive/2019/06/07/opinion/google-facebook-mergers-acquisitions-antitrust.html. Acessado em 9 de agosto de 2019.
- Xie, Y., S. Cheng e X. Zhou.** 2015. "Assortative Mating without Assortative Preference." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 112(19): 5974–5978.

- Yanowitch, M. 1977.** *Social and Economic Inequality in the Soviet Union: Six Studies*. White Plains, NY: Sharpe.
- Yastrebov, G., Y. Kosyakova e D. Kurakin. 2018.** "Slipping Past the Test: Heterogeneous Effects of Social Background in the Context of Inconsistent Selection Mechanisms in Higher Education." *Sociology of Education* 91(3): 224–241.
- Zeraatkar, D., B.C. Johnston, J. Bartoszko, K. Cheung, M.M. Bala, C. Valli, M. Rabassa, D. Sit, K. Milio, B. Sadeghirad, A. Agarwal, A.M. Zea, Y. Lee, M.A. Han, R.W.M. Vernooij, P. Alonso-Coello, G.H. Guyatt e R. El Dib. Por publicar.** "Effect of Lower Versus Higher Red Meat Intake on Cardiometabolic and Cancer Outcomes: a Systematic Review of Randomized Trials." *Annals of Internal Medicine*.
- Zeraatkar, D., M.A. Han, G.H. Guyatt, R.W.M. Vernooij, R. El Dib, K. Cheung, K. Milio, M. Zworth, J.J. Bartoszko, C. Valli, M. Rabassa, Y. Lee, J. Zajac, A. Prokop-Dorner, C. Lo, M.M. Bala, P. Alonso-Coello, SE. Hanna e B.C. Johnston. Por publicar.** "Red and Processed Meat Consumption and Risk for All-Cause Mortality and Cardiometabolic Outcomes: a Systematic Review of Meta-analysis of Cohort Studies." *Annals of Internal Medicine*.
- Zhao, C., B. Liu, S. Piao, X. Wang, D.B. Lobell, Y. Huang, M. Huang, Y. Yao, S. Bassu, P. Ciaia e J.L. Durand. 2017.** "Temperature Increase Reduces Global Yields of Major Crops in Four Independent Estimates." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114(35): 9326–9331.
- Zhao, J., T. Wang, M. Yatskar, V. Ordonex e K.-W. Chang. 2017.** "Men Also Like Shopping: Reducing Gender Bias Amplification Using Corpus-level Constraints." *Proceedings of the 2017 Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing*.
- Zhao, X., X. Zhang e S. Shao. 2016.** "Decoupling CO2 Emissions and Industrial Growth in China over 1993–2013: The role of Investment." *Energy Economics* 60: 275–292.
- Zheng, B. 2018.** "Almost Lorenz Dominance." *Social Choice and Welfare* 51(1): 51–63.
- Zimm, C., F. Sperling e S. Busch. 2018.** "Identifying Sustainability and Knowledge Gaps in Socio-Economic Pathways vis-à-vis the Sustainable Development Goals." *Economies* 6(2): 20.
- Zucman, G. 2013.** "The Missing Wealth of Nations: Are Europe and the U.S. Net Debtors or Net Creditors?" *Quarterly Journal of Economics* 128(3): 1321–1364.
- . **2014.** "Taxing across Borders: Tracking Personal Wealth and Corporate Profits." *Journal of Economic Perspectives* 28(4): 121–148.
- . **2015.** *The Hidden Wealth of Nations: The Scourge of Tax Havens*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- . **2019.** "Global Wealth Inequality." *Annual Review of Economics* 11: 109–138.
- Zwijnenburg, J., S. Bournot e F. Giovannelli. 2017.** "OECD Expert Group on Disparities in a National Accounts Framework – Results from the 2015 Exercise." Documento de trabalho 76. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Paris.

Anexo estatístico

Guia do leitor	289
----------------	-----

Tabelas estatísticas

Índices compostos de desenvolvimento humano

1	Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes	294
2	Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990–2018	298
3	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	302
4	Índice de Desenvolvimento Humano por Género	306
5	Índice de Desigualdade de Género	310
6	Índice de Pobreza Multidimensional: países em desenvolvimento	314

Painéis do desenvolvimento humano

1	Qualidade do desenvolvimento humano	317
2	Disparidades de género no decurso da vida	322
3	Capacitação das mulheres	327
4	Sustentabilidade ambiental	332
5	Sustentabilidade socioeconómica	337

Regiões em vias de desenvolvimento	342
------------------------------------	-----

Referências estatísticas	343
--------------------------	-----

Guia do leitor

As 20 tabelas estatísticas deste Anexo fornecem uma panorâmica geral de aspetos-chave do desenvolvimento humano. As primeiras seis tabelas contêm o conjunto dos Índices compostos de Desenvolvimento Humano e seus componentes, estimados pelo Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH). A sexta tabela foi elaborada em parceria com a Iniciativa para a Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford (OPHI). As restantes tabelas apresentam um conjunto mais alargado de indicadores relacionados com o desenvolvimento humano. Os cinco painéis utilizam códigos de cores para a visualização de agrupamentos parciais de países, de acordo com o desempenho em cada indicador.

As Tabelas 1–6 e os painéis 1–5 fazem parte da versão impressa do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019. O conjunto completo das 20 tabelas estatísticas faz parte da versão digital do relatório e está disponível em <http://hdr.undp.org/en/human-development-report-2019>.

Salvo observação em contrário, as tabelas utilizam os dados disponibilizados ao GRDH até 15 de julho de 2019. Todos os índices e indicadores, assim como as notas técnicas sobre os cálculos dos índices compostos e fontes de informação suplementares, encontram-se disponíveis online em <http://hdr.undp.org/en/data>.

Os países e territórios encontram-se classificados pelos valores do IDH de 2018. A avaliação da solidez e fiabilidade demonstrou que, no que se refere à maioria dos países, as diferenças verificadas no IDH não são significativas em termos estatísticos a partir da quarta casa decimal. Por esta razão, os países que apresentam os mesmos valores, até três casas decimais, do IDH são classificados *ex-aequo*.

Fontes e definições

O GRDH usa os dados fornecidos pelas agências de dados internacionais que dispõem do mandato, dos recursos e das competências para recolher dados nacionais sobre indicadores concretos, salvo especificação em contrário.

No final de cada tabela, são apresentadas as definições dos indicadores e fontes dos componentes dos dados originais, com referências completas na secção *Referências Estatísticas*, no fim deste anexo.

Atualizações da Metodologia

O Relatório de 2019 mantém a totalidade dos índices compostos da família dos índices do desenvolvimento humano: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG), o Índice de Desigualdade de Género (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). A metodologia utilizada para calcular estes índices é a mesma que foi usada na Atualização Estatística de 2018. Para mais pormenores, ver *Notas técnicas 1–5* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

O Relatório de 2019 contém cinco painéis com códigos de cores (qualidade do desenvolvimento humano, disparidades de género no decurso da vida, capacitação das mulheres, sustentabilidade ambiental e sustentabilidade socioeconómica). Para mais pormenores acerca da metodologia usada para

a sua criação, ver *Nota técnica 6* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

Comparações ao longo do tempo e entre edições

Dado que as agências internacionais e nacionais melhoram continuamente as suas séries de dados, os dados apresentados neste relatório — incluindo os valores e classificações de IDH — não são comparáveis com os publicados em edições anteriores. No que diz respeito à comparabilidade entre anos diferentes e comparabilidade transnacional do IDH, a tabela 2 apresenta tendências fundamentadas em dados consistentes e a hiperligação <http://hdr.undp.org/en/data> apresenta dados consistentes interpolados.

Discrepâncias entre estimativas nacionais e internacionais

As estimativas nacionais e internacionais de dados podem apresentar discrepâncias, uma vez que as agências de dados internacionais harmonizam os dados nacionais através de um processo metodológico consistente e, ocasionalmente, produzem uma estimativa dos dados inexistentes para efeitos de comparabilidade entre países. Noutros casos, as agências internacionais poderão não ter acesso aos dados nacionais mais recentes. Quando o GRDH se apercebe da existência de discrepâncias, estas são levadas ao conhecimento das autoridades de dados nacionais e internacionais.

Agrupamentos e agregados de países

Nas tabelas apresentam-se diversos dados agregados para grupos de países. Em geral, só é mostrado um agregado quando estão disponíveis dados relevantes para, pelo menos, metade dos países e esses dados representam, pelo menos, dois terços da população disponível nesse agrupamento. Os agregados para cada agrupamento representam apenas os países para os quais estão disponíveis dados.

Classificação do desenvolvimento humano

As classificações do IDH têm por base limiares fixos para os IDH, que derivam dos quartis da distribuição dos indicadores componentes. Os limiares são: valores de IDH inferiores a 0,550 para um desenvolvimento baixo; entre 0,550 e 0,699 para um desenvolvimento humano médio; entre 0,700 e 0,799 para um desenvolvimento humano elevado; e superiores ou iguais a 0,800 para um desenvolvimento humano muito elevado.

Agrupamentos regionais

Os agrupamentos regionais têm por base a classificação regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os Países Menos Desenvolvidos e os Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento são definidos de acordo com classificações das Nações Unidas (ver www.unohrls.org).

Países em desenvolvimento

Os agregados dos países em vias de desenvolvimento incluem todos os países pertencentes a um agrupamento regional.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE)

Dos 36 membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, 33 são considerados países desenvolvidos e 3 (Chile, México e Turquia) são considerados países em vias de desenvolvimento. Os agregados incluem todos os países do grupo relativamente aos quais existem dados disponíveis.

Notas sobre países

Os dados relativos à China não incluem a Região Administrativa Especial de Hong Kong, a Região Administrativa Especial de Macau e a Província de Taiwan.

A partir de 2 de maio de 2016, Chéquia passou a ser a designação abreviada a utilizar para a República Checa.

A partir de 1 de junho de 2018, Reino de Essuatíni passou a ser o nome do país outrora conhecido como Suazilândia.

A partir de 14 de fevereiro de 2019, República da Macedónia do Norte (forma abreviada: Macedónia do Norte) passou a ser o nome do país outrora conhecido como a antiga República Jugoslava da Macedónia.

Símbolos

Um traço entre dois anos, como em 2012–2018, indica que os dados disponíveis dizem respeito ao ano mais recente para o período especificado. Uma barra entre anos, como em 2013/2018, indica que os dados consistem na média relativa aos anos indicados. As taxas de crescimento são geralmente taxas médias anuais de crescimento entre o primeiro e o último ano do período referido.

As tabelas utilizam os seguintes símbolos:

..	Valor não disponível
0 ou 0,0	Nulo ou irrelevante
—	Não se aplica

Agradecimentos no domínio da estatística

Os índices compostos e outros recursos estatísticos utilizados no Relatório têm como fonte um vasto leque dos mais respeitados fornecedores de dados internacionais nos respetivos campos de especialização. O GRDH está particularmente grato ao Centro de Investigação sobre a Epidemiologia de Catástrofes; à Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e as Caraíbas; ao Eurostat; à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura; à Gallup; à ICF Macro; ao Observatório de Deslocamento Interno (IDMC); à Organização Internacional do Trabalho; ao Fundo Monetário Internacional; à União Internacional das Telecomunicações; à União Interparlamentar; ao Estudo sobre Rendimento do Luxemburgo; ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos

Humanos; ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados; Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico; à Base de Dados Socioeconómicos da América Latina e Caraíbas; ao Centro Sírio para a Investigação Política; ao Fundo das Nações Unidas para a Infância; à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; ao Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas; à Comissão Económica e Social da ONU para a Ásia Ocidental; ao Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; à Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres; ao Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime; ao Banco Mundial e à Organização Mundial da Saúde. A base de dados internacional mantida por Robert Barro (Universidade de Harvard) e Jong-Wha Lee (Universidade da Coreia) constitui igualmente uma inestimável fonte de informações para o cálculo dos índices utilizados no Relatório.

Tabelas estatísticas

As primeiras seis tabelas incluídas neste anexo estão relacionadas com os cinco Índices de Desenvolvimento Humano e seus componentes. Desde o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, foram calculados quatro índices compostos da família dos índices do desenvolvimento humano: o IDH, o IDHAD, o IDG e o IPM para os países em vias de desenvolvimento. O Relatório de 2014 introduziu o IDHG, que compara o IDH calculado separadamente para homens e mulheres.

As restantes tabelas apresentam um conjunto mais alargado de indicadores de desenvolvimento humano e fornecem uma visão mais abrangente do desenvolvimento humano de um país.

No caso dos indicadores que são indicadores globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou que podem ser utilizados para a monitorização do progresso no sentido de objetivos específicos, os cabeçalhos das tabelas contêm os objetivos e as metas relevantes.

A Tabela 1, “Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes”, classifica os países segundo o valor do Índice de Desenvolvimento Humano de 2018 e dá a conhecer, de forma circunstanciada e detalhada, os valores dos três componentes do IDH: longevidade, educação (com dois indicadores) e rendimento per capita. A tabela apresenta, igualmente, a diferença de classificações por valor de IDH e rendimento nacional bruto per capita, bem como a classificação no IDH de 2017, calculada com recurso à mais recente revisão dos dados históricos disponível em 2019.

A Tabela 2, “Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990-2018”, apresenta uma série cronológica dos valores relativos ao IDH que permite comparar os valores relativos ao IDH de 2018 com os dos anos anteriores. A tabela recorre à mais recente revisão dos dados históricos disponíveis em 2019 e à mesma metodologia aplicada para calcular os valores de IDH de 2018. A tabela inclui, ainda, as alterações de classificação com base no IDH ao longo dos últimos cinco anos, bem como a média anual de crescimento do IDH ao longo de quatro intervalos de tempo: 1990–2000, 2000–2010, 2010–2018 e 1990–2018.

A Tabela 3, “Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade”, contém duas medições relacionadas de desigualdade — o IDH ajustado à desigualdade (IDHAD) e a perda no Índice do Desenvolvimento Humano devida à desigualdade. O IDHAD vai mais longe do que a

simples análise das realizações médias em matéria de longevidade, educação e rendimento de um país, refletindo a distribuição dessas realizações entre os residentes. O valor do IDHAD pode ser interpretado como o nível de desenvolvimento humano quando a desigualdade é tomada em consideração. A diferença relativa entre os valores do IDHAD e do IDH é a perda devida à desigualdade na distribuição do IDH dentro do país. A tabela apresenta o coeficiente de desigualdade humana, que é a média não ponderada das desigualdades nas três dimensões. Além disso, a tabela mostra a diferença de classificação por país no que respeita ao IDH e ao IDHAD. Um valor negativo significa que o facto de ter em conta a desigualdade reduz a classificação de IDH de um país. A tabela apresenta, ainda, as partes do rendimento correspondentes aos 40 por cento mais pobres, aos 10 por cento mais ricos e aos 1 por cento mais ricos da população, assim como o coeficiente de Gini.

A Tabela 4, “Índice de Desenvolvimento Humano por Género”, mede as disparidades relativas ao IDH por género. A tabela contém os valores de IDH estimados separadamente para mulheres e homens, cujo rácio é o valor do IDHG. Quanto mais o rácio se aproximar de 1, menores são as disparidades entre mulheres e homens. Os valores para os três componentes do IDH — longevidade, educação (com dois indicadores) e rendimento per capita — também são apresentados por género. A Tabela inclui cinco agrupamentos de países por desvio absoluto da paridade de género nos valores do IDH.

A Tabela 5, “Índice de Desigualdade de Género”, apresenta uma medida composta da desigualdade de género recorrendo a três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Os indicadores da saúde reprodutiva são a taxa de mortalidade materna e a taxa de fertilidade adolescente. Os indicadores da capacitação são a percentagem de assentos parlamentares detidos pelas mulheres e a percentagem da população que frequentou o ensino secundário por género. O indicador do mercado de trabalho é a participação na força de trabalho por género. Um valor baixo do IDG indica uma reduzida desigualdade entre mulheres e homens e vice-versa.

A Tabela 6, “Índice de Pobreza Multidimensional”, regista as múltiplas privações que as pessoas dos países em desenvolvimento enfrentam em matéria de saúde, educação e padrões de vida. O IPM mostra simultaneamente a incidência da pobreza multidimensional não relacionada com o rendimento (uma contagem per capita das pessoas em situação de pobreza multidimensional) e a sua intensidade (a pontuação média de privações que as pessoas pobres sofrem). Com base nos limiares de pontuação de privações, as pessoas são classificadas como vulneráveis à pobreza multidimensional, em situação de pobreza multidimensional ou em situação de pobreza multidimensional grave. A Tabela inclui o contributo das privações verificadas em cada uma das dimensões para a pobreza multidimensional total. Também apresenta as medições de pobreza de rendimento: uma população que vive abaixo do limiar de pobreza nacional e uma população que vive com menos de 1,90 USD, em termos de paridade de poder de compra, por dia. Os valores de IPM baseiam-se numa metodologia revista desenvolvida em parceria com a OPHI. Para mais pormenores, ver *Nota Técnica 5* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf e o sítio Web da OPHI (<http://ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/>).

A Tabela 7, “Tendências populacionais”, contém os principais indicadores populacionais, incluindo a população total, a idade média da população, os rácios de dependência e as taxas de fertilidade total, o que pode contribuir para avaliar a carga que recai sobre a população ativa num determinado país.

A Tabela 8, “Resultados relativos à saúde”, apresenta indicadores de saúde infantil (percentagem de lactentes exclusivamente amamentados nas 24 horas anteriores ao inquérito, percentagem de lactentes com imunização tríplice insuficiente contra a difteria, tétano e tosse convulsa, bem como contra o sarampo, e taxa de mortalidade infantil) e de saúde da criança (percentagem de crianças com menos de 5 anos de idade que sofrem de atraso no crescimento e taxas de mortalidade antes dos cinco anos). A Tabela contém, ainda, indicadores da saúde do adulto (taxas de mortalidade em adulto divididas por género, taxas de mortalidade devido a doenças não transmissíveis em função da incidência de malária e tuberculose e das taxas de prevalência do VIH, divididas por género). Por fim, inclui a esperança de vida saudável à nascença e as atuais despesas de saúde em percentagem do PIB.

A Tabela 9, “Progressos na educação”, apresenta os indicadores normalizados relativos à educação. A tabela disponibiliza também indicadores de sucesso escolar: taxa de alfabetização juvenil e de adultos, bem como a percentagem da população adulta com frequência do ensino secundário. Os rácios brutos de matrículas em cada nível de ensino são complementados com a taxa de abandono escolar no ensino primário e a taxa de sobrevivência até ao último ano do primeiro ciclo do ensino secundário geral. A Tabela apresenta, igualmente, a despesa pública com a educação enquanto percentagem do PIB.

A Tabela 10, “Rendimento nacional e composição dos recursos”, combina indicadores macroeconómicos, como o produto interno bruto (PIB), a percentagem do PIB correspondente ao trabalho (incluindo salários e transferências no âmbito da proteção social), a formação bruta de capital fixo (FBCF) e os impostos sobre o rendimento, os lucros e as mais-valias como percentagem das receitas totais dos impostos. A formação bruta de capital fixo é um indicador aproximado do rendimento nacional que é investido e não consumido. Em tempos de incerteza económica ou recessão, a FBCF tende a diminuir. A despesa geral de consumo final das administrações públicas (apresentada como percentagem do PIB e como taxa de crescimento anual) é um indicador da despesa pública. Além desses indicadores macroeconómicos, dois outros indicadores para medição da dívida são apresentados, ambos como percentagens do PIB ou do RNB: o crédito interno fornecido pelo setor financeiro e o serviço da dívida total. O Índice de Preços ao Consumidor, uma medida da inflação, é igualmente apresentado.

A Tabela 11, “Trabalho e emprego”, apresenta indicadores sobre quatro tópicos: emprego, desemprego, trabalho que constitui um risco para o desenvolvimento humano e segurança social relacionada com o emprego. Os indicadores relativos ao emprego são o rácio emprego-população, a taxa de participação na força de trabalho, o emprego na agricultura e o emprego nos serviços. Os indicadores relativos ao desemprego são o desemprego total, o desemprego dos jovens e a juventude NEET (não trabalha, não estuda e não segue uma formação). Os indicadores relativos ao trabalho que constitui um risco para o desenvolvimento humano são o trabalho infantil, os trabalhadores pobres e a percentagem do emprego não agrícola representada pelo trabalho informal. Foi acrescentado um novo indicador relativo ao nível de qualificação do emprego: o rácio entre o emprego altamente qualificado e o emprego pouco qualificado. O indicador relativo à segurança social relacionada com o emprego é a percentagem da população elegível que recebe uma pensão de velhice.

A Tabela 12, “Segurança humana”, reflete a dimensão da segurança da população. A tabela começa com a percentagem de nascimentos registados,

seguidos do número de refugiados por país de origem e do número de pessoas deslocadas internamente. São também fornecidos dados sobre a dimensão da população sem-abrigo devido a catástrofes naturais, o número de mortes e de pessoas desaparecidas atribuído a catástrofes, a população de crianças órfãs e a população prisional. Exibe, ainda, as taxas de homicídio e de suicídio (por género), um indicador relativo à justificação da violência marital e um indicador relativo à relevância do défice alimentar (adequação do fornecimento médio de energia alimentar).

A **Tabela 13, “Mobilidade humana e do capital”**, apresenta indicadores relativos a vários aspetos da globalização. O comércio internacional é registado através da medição das exportações e importações em percentagem do PIB. Os fluxos financeiros são representados por entradas líquidas de investimento direto estrangeiro e fluxos de capital privado, ajuda pública ao desenvolvimento líquida e entradas de remessas. A mobilidade humana é registada pelo índice líquido de migração, pela percentagem de imigrantes, pelo número de estudantes estrangeiros do ensino superior (expresso como percentagem do total de matrículas no ensino superior no país) e pelo turismo internacional recebido. As comunicações internacionais têm por base as percentagens das populações total e feminina que usam a Internet, o número de assinaturas de telemóveis por 100 pessoas e a variação da percentagem de assinaturas de telemóveis entre 2010 e 2017.

A **Tabela 14, “Indicadores suplementares - percepções de bem-estar”**, inclui indicadores que refletem as percepções dos indivíduos sobre as dimensões relevantes do desenvolvimento humano: a qualidade da educação, a qualidade dos cuidados de saúde, o nível de vida, a segurança pessoal, a liberdade de escolha e a satisfação global com a vida. A tabela apresenta também indicadores que refletem percepções sobre a comunidade e o governo.

A **Tabela 15, “Estatuto dos tratados de direitos humanos fundamentais”**, revela o momento em que os diversos países ratificaram as principais convenções de direitos humanos fundamentais. As 11 convenções selecionadas abrangem liberdades e direitos humanos básicos relacionados com a eliminação de todas as formas de discriminação e violência racial e de género, a proteção dos direitos das crianças, os direitos dos trabalhadores migrantes e das pessoas com deficiência. Abrangem, igualmente, a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, bem como a proteção do desaparecimento forçado.

O **Painel 1, “Qualidade do desenvolvimento humano”**, contém uma seleção de indicadores associados à qualidade da saúde, da educação e do nível de vida. Os indicadores relativos à qualidade da saúde são a esperança de vida perdida, o número de médicos e o número de camas hospitalares. Os indicadores relativos à qualidade da educação são o rácio alunos–professores das escolas primárias; os professores de escolas primárias com formação para o ensino; a percentagem de escolas primárias e secundárias com acesso à Internet e as pontuações do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) nos domínios da matemática, da leitura e das ciências. Os indicadores relativos à qualidade do nível de vida são a percentagem dos empregos que consistem em emprego vulnerável, a percentagem da população rural com acesso à eletricidade, a percentagem da população que utiliza, pelo menos, serviços básicos de água potável e a percentagem da população que utiliza, pelo menos, instalações básicas de saneamento. Um país que se situe no terço superior da distribuição de um indicador apresentou um melhor desempenho do que, pelo menos, dois terços dos países a nível mundial. Um país que pertença ao grupo do terço superior em todos os indicadores pode

ser considerado um país com a mais elevada qualidade de desenvolvimento humano. O painel revela que nem todos os países do grupo de desenvolvimento humano muito elevado possuem a mais alta qualidade de desenvolvimento humano em todos os indicadores de qualidade e que muitos países do grupo de baixo desenvolvimento humano se posicionam no terço inferior de todos os indicadores de qualidade da tabela.

O **Painel 2, “Disparidades de género no decurso da vida”**, contém uma seleção de indicadores que representam as disparidades de género relativas às escolhas e oportunidades ao longo da vida — infância e juventude, idade adulta e terceira idade. Os indicadores referem-se à saúde, à educação, ao mercado laboral e ao trabalho, aos assentos no parlamento, à utilização do tempo e à proteção social. A maioria dos indicadores são apresentados em forma de rácio feminino/masculino dos valores. O rácio entre os sexos à nascença constitui uma exceção ao agrupamento por tercil — os países dividem-se em dois grupos: o grupo natural (países com um valor de 1,04–1,07, inclusive) e o grupo com preconceito de género (os demais países). Os desvios no rácio natural dos géneros à nascença têm implicações nas taxas de substituição das populações, podendo indiciar eventuais futuros problemas sociais e económicos e indicar a existência de preconceitos sexistas. Os países com valores de um índice de paridade concentrados em torno de 1 formam o grupo com as melhores realizações quanto ao mesmo indicador. Os desvios face à paridade são tratados do mesmo modo, independentemente de qual dos géneros apresentar resultados superiores.

O **Painel 3, “Capacitação das mulheres”**, contém uma seleção de indicadores de capacitação específicos para as mulheres que permitem que a capacitação seja comparada em três dimensões: a saúde reprodutiva e o planeamento familiar, a violência contra raparigas e mulheres e a capacitação socioeconómica. A maioria dos países possui, pelo menos, um indicador em cada tercil, o que sugere que a capacitação das mulheres é desigual entre indicadores e países.

O **Painel 4, “Sustentabilidade ambiental”**, contém uma seleção de indicadores que abrangem a sustentabilidade ambiental e as ameaças ao ambiente. Os indicadores de sustentabilidade ambiental apresentam níveis ou variações do consumo de energia, das emissões de dióxido de carbono, da área florestal, das retiradas de água doce e do esgotamento de recursos naturais. Os indicadores relativos às ameaças ambientais são as taxas de mortalidade atribuídas à poluição do ar doméstico e do ar ambiente e a serviços de água, saneamento e higiene insalubres, a percentagem de terras maioritariamente degradadas por atividades e práticas humanas e o valor do Índice da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, que mede o risco agregado de extinção de vários grupos de espécies.

O **Painel 5, “Sustentabilidade socioeconómica”**, contém uma seleção de indicadores que abrangem a sustentabilidade económica e social. Os indicadores de sustentabilidade económica são as poupanças líquidas ajustadas, o serviço da dívida total, a formação bruta de capital, a mão-de-obra qualificada, a diversidade das exportações e as despesas com investigação e desenvolvimento. Os indicadores de sustentabilidade social são o rácio de dependência dos idosos projetado para 2030, o rácio entre as despesas com a educação e a saúde e as despesas militares, a variação da perda global no valor do IDH devida à desigualdade e a variações da desigualdade de género e de rendimento.

Índices compostos de desenvolvimento humano

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3 Esperança de vida à nascença	ODS 4.3 Anos de escolaridade esperados	ODS 4.6 Média de anos de escolaridade	ODS 8.5 Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Classificação do RNB per capita menos classificação do IDH	Classificação do IDH	
	Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(PPC em \$ de 2011)			
	2018	2018	2018 ^a	2018 ^a	2018	2018	2017	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO								
1	Noruega	0,954	82,3	18,1 ^b	12,6	68.059	5	1
2	Suíça	0,946	83,6	16,2	13,4	59.375	8	2
3	Irlanda	0,942	82,1	18,8 ^b	12,5 ^c	55.660	9	3
4	Alemanha	0,939	81,2	17,1	14,1	46.946	15	4
4	Hong Kong, China (RAE)	0,939	84,7	16,5	12,0	60.221	5	6
6	Austrália	0,938	83,3	22,1 ^b	12,7 ^c	44.097	15	5
6	Islândia	0,938	82,9	19,2 ^b	12,5 ^c	47.566	12	7
8	Suécia	0,937	82,7	18,8 ^b	12,4	47.955	9	7
9	Singapura	0,935	83,5	16,3	11,5	83.793 ^d	-6	9
10	Países Baixos	0,933	82,1	18,0 ^b	12,2	50.013	3	10
11	Dinamarca	0,930	80,8	19,1 ^b	12,6	48.836	4	11
12	Finlândia	0,925	81,7	19,3 ^b	12,4	41.779	12	12
13	Canadá	0,922	82,3	16,1	13,3 ^c	43.602	10	13
14	Nova Zelândia	0,921	82,1	18,8 ^b	12,7 ^c	35.108	18	14
15	Reino Unido	0,920	81,2	17,4	13,0 ^e	39.507	13	15
15	Estados Unidos	0,920	78,9	16,3	13,4	56.140	-4	15
17	Bélgica	0,919	81,5	19,7 ^b	11,8	43.821	5	17
18	Listenstaine	0,917	80,5 ^f	14,7	12,5 ^a	99.732 ^{d,h}	-16	18
19	Japão	0,915	84,5	15,2	12,8 ⁱ	40.799	6	19
20	Áustria	0,914	81,4	16,3	12,6	46.231	0	20
21	Luxemburgo	0,909	82,1	14,2	12,2 ^e	65.543	-13	21
22	Israel	0,906	82,8	16,0	13,0	33.650	13	22
22	Coreia (República da)	0,906	82,8	16,4	12,2	36.757	8	22
24	Eslovênia	0,902	81,2	17,4	12,3	32.143	13	24
25	Espanha	0,893	83,4	17,9	9,8	35.041	8	25
26	Chéquia	0,891	79,2	16,8	12,7	31.597	12	27
26	França	0,891	82,5	15,5	11,4	40.511	0	26
28	Malta	0,885	82,4	15,9	11,3	34.795	6	28
29	Itália	0,883	83,4	16,2	10,2 ^e	36.141	2	29
30	Estônia	0,882	78,6	16,1	13,0 ^e	30.379	10	30
31	Chipre	0,873	80,8	14,7	12,1	33.100	5	31
32	Grécia	0,872	82,1	17,3	10,5	24.909	20	31
32	Polónia	0,872	78,5	16,4	12,3	27.626	13	33
34	Lituânia	0,869	75,7	16,5	13,0	29.775	7	34
35	Emirados Árabes Unidos	0,866	77,8	13,6	11,0	66.912	-28	35
36	Andorra	0,857	81,8 ^f	13,3 ^j	10,2	48.641 ^k	-20	38
36	Arábia Saudita	0,857	75,0	17,0 ^e	9,7 ^e	49.338	-22	36
36	Eslováquia	0,857	77,4	14,5	12,6 ^c	30.672	3	37
39	Letónia	0,854	75,2	16,0	12,8 ^c	26.301	10	39
40	Portugal	0,850	81,9	16,3	9,2	27.935	4	40
41	Qatar	0,848	80,1	12,2	9,7	110.489 ^d	-40	40
42	Chile	0,847	80,0	16,5	10,4	21.972	17	42
43	Brunei Darussalam	0,845	75,7	14,4	9,1 ⁱ	76.389 ^d	-39	43
43	Hungria	0,845	76,7	15,1	11,9	27.144	4	44
45	Bahrein	0,838	77,2	15,3	9,4 ^e	40.399	-18	45
46	Croácia	0,837	78,3	15,0	11,4 ^e	23.061	9	46
47	Omã	0,834	77,6	14,7	9,7	37.039	-18	47
48	Argentina	0,830	76,5	17,6	10,6 ^c	17.611	18	48
49	Federação Russa	0,824	72,4	15,5	12,0 ^e	25.036	2	49
50	Bielorrússia	0,817	74,6	15,4	12,3 ^l	17.039	18	50
50	Cazaquistão	0,817	73,2	15,3	11,8 ⁱ	22.168	8	51
52	Bulgária	0,816	74,9	14,8	11,8	19.646	9	51
52	Montenegro	0,816	76,8	15,0	11,4 ^e	17.511	15	51
52	Roménia	0,816	75,9	14,3	11,0	23.906	2	51
55	Palau	0,814	73,7 ^f	15,6 ^e	12,4 ^e	16.720	14	56
56	Barbados	0,813	79,1	15,2 ^e	10,6 ^m	15.912	18	51
57	Koweit	0,808	75,4	13,8	7,3	71.164	-52	57
57	Uruguai	0,808	77,8	16,3	8,7	19.435	5	58
59	Turquia	0,806	77,4	16,4 ^e	7,7	24.905	-6	59
60	Bahamas	0,805	73,8	12,8 ⁿ	11,5 ^e	28.395	-17	60
61	Malásia	0,804	76,0	13,5	10,2	27.227	-15	61
62	Seicheles	0,801	73,3	15,5	9,7 ⁱ	25.077	-12	62

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3 Esperança de vida à nascença	ODS 4.3 Anos de escolaridade esperados	ODS 4.6 Média de anos de escolaridade	ODS 8.5 Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Classificação do RNB per capita menos classificação do IDH	Classificação do IDH
	Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(PPC em \$ de 2011)		
	2018	2018	2018 ^a	2018 ^a	2018	2018	2017
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
63 Sérvia	0,799	75,8	14,8	11,2	15.218	15	65
63 Trindade e Tobago	0,799	73,4	13,0 ^e	11,0 ^l	28.497	-21	63
65 Irão (República Islâmica do)	0,797	76,5	14,7	10,0	18.166	-2	63
66 Maurícia	0,796	74,9	15,0	9,4 ⁱ	22.724	-10	66
67 Panamá	0,795	78,3	12,9	10,2 ⁱ	20.455	-7	66
68 Costa Rica	0,794	80,1	15,4	8,7	14.790	12	68
69 Albânia	0,791	78,5	15,2	10,1 ^m	12.300	20	69
70 Geórgia	0,786	73,6	15,4	12,8	9.570	34	70
71 Sri Lanka	0,780	76,8	14,0	11,1 ^e	11.611	24	72
72 Cuba	0,778	78,7	14,4	11,8 ^e	7.811 ^o	43	71
73 São Cristóvão e Nevis	0,777	74,6 ^f	13,6 ^e	8,5 ⁿ	26.770	-25	73
74 Antígua e Barbuda	0,776	76,9	12,5 ^e	9,3 ^j	22.201	-17	73
75 Bósnia-Herzegovina	0,769	77,3	13,8 ⁱ	9,7	12.690	10	75
76 México	0,767	75,0	14,3	8,6	17.628	-11	76
77 Tailândia	0,765	76,9	14,7 ^e	7,7	16.129	-6	77
78 Granada	0,763	72,4	16,6	8,8 ⁿ	12.684	8	78
79 Brasil	0,761	75,7	15,4	7,8 ^e	14.068	2	78
79 Colômbia	0,761	77,1	14,6	8,3	12.896	4	78
81 Armênia	0,760	74,9	13,2 ^e	11,8	9.277	26	81
82 Argélia	0,759	76,7	14,7 ^e	8,0 ^l	13.639	0	81
82 Macedónia do Norte	0,759	75,7	13,5	9,7 ^l	12.874	2	81
82 Peru	0,759	76,5	13,8	9,2	12.323	6	85
85 China	0,758	76,7	13,9 ^e	7,9 ^m	16.127	-13	86
85 Equador	0,758	76,8	14,9 ^e	9,0	10.141	17	84
87 Azerbaijão	0,754	72,9	12,4 ^e	10,5	15.240	-10	87
88 Ucrânia	0,750	72,0	15,1 ^e	11,3 ^m	7.994	25	88
89 República Dominicana	0,745	73,9	14,1	7,9	15.074	-10	90
89 Santa Lúcia	0,745	76,1	13,9 ^e	8,5	11.528	7	89
91 Tunísia	0,739	76,5	15,1	7,2 ^e	10.677	10	91
92 Mongólia	0,735	69,7	14,2 ^e	10,2 ^e	10.784	7	94
93 Líbano	0,730	78,9	11,3	8,7 ⁿ	11.136	5	93
94 Botsuana	0,728	69,3	12,7 ^e	9,3 ^m	15.951	-21	97
94 São Vicente e Granadinas	0,728	72,4	13,6 ^e	8,6 ⁿ	11.746	-2	95
96 Jamaica	0,726	74,4	13,1 ^e	9,8 ^e	7.932	18	96
96 Venezuela (República Bolivariana da)	0,726	72,1	12,8 ^e	10,3	9.070 ^p	14	92
98 Dominica	0,724	78,1 ^f	13,0 ^e	7,8 ^j	9.245	10	98
98 Ilhas Fiji	0,724	67,3	14,4 ^e	10,9 ⁱ	9.110	11	102
98 Paraguai	0,724	74,1	12,7 ^e	8,5	11.720	-5	99
98 Suriname	0,724	71,6	12,9 ^e	9,1	11.933	-8	99
102 Jordânia	0,723	74,4	11,9 ^e	10,5 ⁱ	8.268	10	99
103 Belize	0,720	74,5	13,1	9,8 ^l	7.136	17	103
104 Maldivas	0,719	78,6	12,1 ^q	6,8 ^q	12.549	-17	105
105 Tonga	0,717	70,8	14,3 ^e	11,2 ⁱ	5.783	26	104
106 Filipinas	0,712	71,1	12,7 ^e	9,4 ^e	9.540	-1	106
107 Moldávia (República da)	0,711	71,8	11,6	11,6	6.833	16	106
108 Turquemenistão	0,710	68,1	10,9 ^e	9,8 ^q	16.407	-38	108
108 Usbequistão	0,710	71,6	12,0	11,5	6.462	18	109
110 Líbia	0,708	72,7	12,8 ⁿ	7,6 ^m	11.685 ^r	-16	111
111 Indonésia	0,707	71,5	12,9	8,0	11.256	-14	111
111 Samoa	0,707	73,2	12,5 ^e	10,6 ^j	5.885	18	110
113 África do Sul	0,705	63,9	13,7	10,2	11.756	-22	111
114 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,703	71,2	14,0 ^s	9,0	6.849	8	114
115 Gabão	0,702	66,2	12,9 ⁿ	8,3 ^q	15.794	-40	114
116 Egito	0,700	71,8	13,1	7,3 ⁱ	10.744	-16	116
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
117 Ilhas Marshall	0,698	73,9 ^f	12,4 ^e	10,9 ^e	4.633	21	116
118 Vietname	0,693	75,3	12,7 ^l	8,2 ⁱ	6.220	10	118
119 Palestina (Estado da)	0,690	73,9	12,8	9,1	5.314	15	119
120 Iraque	0,689	70,5	11,1 ^q	7,3 ^e	15.365	-44	120
121 Marrocos	0,676	76,5	13,1 ^e	5,5 ⁱ	7.480	-3	121
122 Quirguizistão	0,674	71,3	13,4	10,9 ^l	3.317	30	122
123 Guiana	0,670	69,8	11,5 ^e	8,5 ^l	7.615	-7	123

TABELA 1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SEUS COMPONENTES

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3 Esperança de vida à nascença	ODS 4.3 Anos de escolaridade esperados	ODS 4.6 Média de anos de escolaridade	ODS 8.5 Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Classificação do RNB per capita menos classificação do IDH	Classificação do IDH
	Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(PPC em \$ de 2011)		
	2018	2018	2018 ^a	2018 ^a	2018	2018	2017
124 El Salvador	0,667	73,1	12,0	6,9	6.973	-3	124
125 Tajiquistão	0,656	70,9	11,4 ^e	10,7 ^q	3.482	26	126
126 Cabo Verde	0,651	72,8	11,9	6,2	6.513	-1	128
126 Guatemala	0,651	74,1	10,6	6,5	7.378	-7	127
126 Nicarágua	0,651	74,3	12,2 ^s	6,8 ⁱ	4.790	11	125
129 Índia	0,647	69,4	12,3	6,5 ^e	6.829	-5	129
130 Namíbia	0,645	63,4	12,6 ^q	6,9 ⁱ	9.683	-27	129
131 Timor-Leste	0,626	69,3	12,4 ^e	4,5 ^q	7.527	-14	131
132 Honduras	0,623	75,1	10,2	6,6	4.258	7	133
132 Quiribati	0,623	68,1	11,8 ^e	7,9 ^j	3.917	11	132
134 Butão	0,617	71,5	12,1 ^e	3,1 ^e	8.609	-23	134
135 Bangladeche	0,614	72,3	11,2	6,1	4.057	6	136
135 Micronésia (Estados Federados da)	0,614	67,8	11,5 ^j	7,7 ^j	3.700	10	135
137 São Tomé e Príncipe	0,609	70,2	12,7 ^e	6,4 ^e	3.024	20	138
138 Congo	0,608	64,3	11,6 ⁿ	6,5 ^m	5.804	-8	136
138 Essuatíni (Reino de)	0,608	59,4	11,4 ^e	6,7 ^l	9.359	-32	138
140 República Democrática Popular do Laos	0,604	67,6	11,1	5,2 ⁱ	6.317	-13	140
141 Vanuatu	0,597	70,3	11,4 ^e	6,8 ^l	2.808	17	141
142 Gana	0,596	63,8	11,5	7,2 ⁱ	4.099	-2	142
143 Zâmbia	0,591	63,5	12,1 ^q	7,1 ^q	3.582	7	144
144 Guiné Equatorial	0,588	58,4	9,2 ⁿ	5,6 ⁱ	17.796	-80	143
145 Mianmar	0,584	66,9	10,3	5,0 ^q	5.764	-13	146
146 Camboja	0,581	69,6	11,3 ^e	4,8 ⁱ	3.597	2	145
147 Quênia	0,579	66,3	11,1 ^e	6,6 ⁱ	3.052	9	148
147 Nepal	0,579	70,5	12,2	4,9 ⁱ	2.748	13	148
149 Angola	0,574	60,8	11,8 ^q	5,1 ^q	5.555	-16	147
150 Camarões	0,563	58,9	12,7	6,3 ^l	3.291	3	150
150 Zimbabué	0,563	61,2	10,5	8,3 ^e	2.661	12	153
152 Paquistão	0,560	67,1	8,5	5,2	5.190	-17	151
153 Ilhas Salomão	0,557	72,8	10,2 ^e	5,5 ^q	2.027	13	152
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO							
154 República Árabe da Síria	0,549	71,8	8,9 ^e	5,1 ^l	2.725 ^r	7	154
155 Papua-Nova Guiné	0,543	64,3	10,0 ^e	4,6 ^j	3.686	-9	155
156 Comores	0,538	64,1	11,2 ^e	4,9 ^q	2.426	7	156
157 Ruanda	0,536	68,7	11,2	4,4 ^e	1.959	11	158
158 Nigéria	0,534	54,3	9,7 ^l	6,5 ^q	5.086	-22	157
159 Tanzânia (República Unida da)	0,528	65,0	8,0	6,0 ⁱ	2.805	0	160
159 Uganda	0,528	63,0	11,2 ^e	6,1 ^q	1.752	11	160
161 Maurítânia	0,527	64,7	8,5	4,6 ^j	3.746	-17	159
162 Madagáscar	0,521	66,7	10,4	6,1 ⁿ	1.404	19	162
163 Benim	0,520	61,5	12,6	3,8 ^m	2.135	2	163
164 Lesoto	0,518	53,7	10,7	6,3 ⁱ	3.244	-9	164
165 Costa do Marfim	0,516	57,4	9,6	5,2 ⁱ	3.589	-16	165
166 Senegal	0,514	67,7	9,0	3,1 ^e	3.256	-12	166
167 Togo	0,513	60,8	12,6	4,9 ^q	1.593	10	166
168 Sudão	0,507	65,1	7,7 ^e	3,7 ⁱ	3.962	-26	168
169 Haiti	0,503	63,7	9,5 ⁿ	5,4 ^q	1.665	6	169
170 Afeganistão	0,496	64,5	10,1	3,9 ⁱ	1.746	1	170
171 Djibouti	0,495	66,6	6,5 ^e	4,0 ^j	3.601 ^u	-24	171
172 Malauí	0,485	63,8	11,0 ^q	4,6 ^j	1.159	11	172
173 Etiópia	0,470	66,2	8,7 ^e	2,8 ^q	1.782	-4	173
174 Gâmbia	0,466	61,7	9,5 ^e	3,7 ^q	1.490	4	178
174 Guiné	0,466	61,2	9,0 ^e	2,7 ^q	2.211	-10	175
176 Libéria	0,465	63,7	9,6 ^e	4,7 ⁱ	1.040	9	173
177 Iémen	0,463	66,1	8,7 ^e	3,2 ^m	1.433 ^r	3	175
178 Guiné-Bissau	0,461	58,0	10,5 ⁿ	3,3 ^l	1.593	-2	177
179 Congo (República Democrática do)	0,459	60,4	9,7 ^e	6,8	800	8	179
180 Moçambique	0,446	60,2	9,7	3,5 ^e	1.154	4	180
181 Serra Leoa	0,438	54,3	10,2 ^e	3,6 ⁱ	1.381	1	181
182 Burquina Faso	0,434	61,2	8,9	1,6 ^q	1.705	-8	183
182 Eritreia	0,434	65,9	5,0	3,9 ⁿ	1.708 ^u	-9	182
184 Malí	0,427	58,9	7,6	2,4 ^l	1.965	-17	184
185 Burundi	0,423	61,2	11,3	3,1 ^q	660	4	185

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3 Esperança de vida à nascença	ODS 4.3 Anos de escolaridade esperados	ODS 4.6 Média de anos de escolaridade	ODS 8.5 Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Classificação do RNB per capita menos classificação do IDH	Classificação do IDH
	Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(PPC em \$ de 2011)		
	2018	2018	2018 ^a	2018 ^a	2018	2018	2017
186 Sudão do Sul	0,413	57,6	5,0 ^e	4,8	1.455 ^u	-7	186
187 Chade	0,401	54,0	7,5 ^e	2,4 ^q	1.716	-15	187
188 República Centro-Africana	0,381	52,8	7,6 ^e	4,3 ^l	777	0	188
189 Níger	0,377	62,0	6,5	2,0 ^e	912	-3	189
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS							
.. Coreia (República Popular Democrática da)	..	72,1	10,8 ^e
.. Mónaco
.. Nauru	11,3 ^e	..	17.313
.. São Marino	15,1
.. Somália	..	57,1
.. Tuvalu	12,3	..	5.409
Agrupamentos por IDH							
Desenvolvimento humano muito elevado	0,892	79,5	16,4	12,0	40.112	—	—
Desenvolvimento humano elevado	0,750	75,1	13,8	8,3	14.403	—	—
Desenvolvimento humano médio	0,634	69,3	11,7	6,4	6.240	—	—
Desenvolvimento humano baixo	0,507	61,3	9,3	4,8	2.581	—	—
Países em desenvolvimento	0,686	71,1	12,2	7,4	10.476	—	—
Regiões							
Estados Árabes	0,703	71,9	12,0	7,1	15.721	—	—
Ásia Oriental e Pacífico	0,741	75,3	13,4	7,9	14.611	—	—
Europa e Ásia Central	0,779	74,2	14,6	10,2	15.498	—	—
América Latina e Caraíbas	0,759	75,4	14,5	8,6	13.857	—	—
Ásia do Sul	0,642	69,7	11,8	6,5	6.794	—	—
África Subsaariana	0,541	61,2	10,0	5,7	3.443	—	—
Países menos avançados	0,528	65,0	9,8	4,8	2.630	—	—
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,723	71,8	12,2	8,6	15.553	—	—
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,895	80,4	16,3	12,0	40.615	—	—
Mundo	0,731	72,6	12,7	8,4	15.745	—	—

NOTAS

- a Dados referentes a 2018 ou ao ano mais recente disponível.
- b No cálculo do valor do IDH, os anos de escolaridade esperados estão limitados aos 18 anos.
- c Com base em dados da OCDE (2018).
- d No cálculo do valor do IDH masculino, o RNB per capita é limitado a \$75.000.
- e Atualizado pelo GRDH com base em dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2019).
- f Valor do UNDESA (2011).
- g Média de anos de escolaridade calculada para a Austrália.
- h Estimado com base na paridade de poder de compra (PPC) e na taxa de crescimento projetada da Suíça.
- i Com base em dados de Barro e Lee (2018).
- j Com base em dados do instituto nacional de estatística.
- k Estimado com base na PPC e na taxa de crescimento projetada de Espanha.
- l Atualizado pelo GRDH com base em dados dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de 2006–2018.
- m Atualizado pelo GRDH com recurso a estimativas de Barro e Lee (2018).

n Baseado em regressão transnacional.

o Baseado numa regressão transnacional e na taxa de crescimento projetada pela CEPALC (2019).

p Estimativa do GRDH baseada em dados do Banco Mundial (2019a), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2019b) e da CEPALC (2019).

q Atualizado pelo GRDH com base em dados dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro de 2006–2018.

r Estimativa do GRDH baseada em dados do Banco Mundial (2019a), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2019b) e em taxas de crescimento projetadas pela UNESCWA (2018).

s Atualizado pelo GRDH com base em dados do CEDLAS e do Banco Mundial (2018).

t Atualizado pelo GRDH com base no Centro Sírio para a Investigação Política (2017).

u Estimativa do GRDH baseada em dados do Banco Mundial (2019a), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2019b) e do FMI (2019).

DEFINIÇÕES

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, ver *Nota técnica 1* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

Esperança de vida à nascença: Número de anos que uma criança recém-nascida poderia esperar viver se os padrões prevalentes das taxas de mortalidade por idades à data do nascimento permanecessem iguais ao longo da sua vida.

Anos de escolaridade esperados: Número de anos de escolaridade que uma criança em idade de entrada na escola pode esperar receber, se os padrões prevalentes das taxas de matrícula por idades persistirem ao longo da sua vida.

Média de anos de escolaridade: Número médio de anos de escolaridade das pessoas com idade igual ou superior a 25 anos, convertido com base nos níveis de realização educativa usando as durações oficiais de cada nível.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita: Rendimento agregado de uma economia gerado pela sua produção e propriedade dos fatores de produção, deduzido dos rendimentos pagos pela utilização de fatores de produção pertencentes ao resto do mundo, convertido para dólares internacionais usando as taxas de PPC e dividido pelo total da população a meio do ano.

Classificação do RNB per capita menos classificação do IDH: Diferença de classificações por RNB per capita e por valor de IDH. Um valor negativo significa que o país está mais bem classificado quanto ao RNB do que pelo valor de IDH.

Classificação do IDH em 2017: Classificação pelo valor de IDH em 2017, que foi calculado com recurso à mesma revisão mais recente dos dados disponível em 2019 utilizada para o cálculo dos valores de IDH em 2018.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 e 7: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2019b), do Instituto de Estatística da UNESCO (2019), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2019b), do Banco Mundial (2019a), de Barro e Lee (2018) e do FMI (2019).

Coluna 2: UNDESA (2019b).

Coluna 3: Instituto de Estatística da UNESCO (2019), Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro, Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF e OCDE (2018).

Coluna 4: Instituto de Estatística da UNESCO (2019), Barro e Lee (2018), Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro, Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF e OCDE (2018).

Coluna 5: Banco Mundial (2019a), FMI (2019) e Divisão de Estatística das Nações Unidas (2019b).

Coluna 6: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 5.

Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990–2018

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Variação da classificação do IDH	Média anual de crescimento do IDH			
	Valor								2013–2018*	(%)			
	1990	2000	2010	2013	2015	2016	2017	2018		1990–2000	2000–2010	2010–2018	1990–2018
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO													
1 Noruega	0,850	0,917	0,942	0,946	0,948	0,951	0,953	0,954	0	0,76	0,27	0,16	0,41
2 Suíça	0,832	0,889	0,932	0,938	0,943	0,943	0,943	0,946	0	0,67	0,47	0,18	0,46
3 Irlanda	0,764	0,857	0,890	0,908	0,926	0,936	0,939	0,942	13	1,16	0,38	0,71	0,75
4 Alemanha	0,801	0,869	0,920	0,927	0,933	0,936	0,938	0,939	0	0,82	0,57	0,25	0,57
4 Hong Kong, China (RAE)	0,781	0,827	0,901	0,916	0,927	0,931	0,936	0,939	6	0,58	0,86	0,51	0,66
6 Austrália	0,866	0,898	0,926	0,926	0,933	0,935	0,937	0,938	0	0,37	0,30	0,17	0,29
6 Islândia	0,804	0,861	0,892	0,920	0,927	0,932	0,935	0,938	3	0,69	0,35	0,64	0,55
8 Suécia	0,816	0,897	0,906	0,927	0,932	0,934	0,935	0,937	-4	0,96	0,09	0,42	0,49
9 Singapura	0,718	0,818	0,909	0,923	0,929	0,933	0,934	0,935	-1	1,31	1,07	0,35	0,95
10 Países Baixos	0,830	0,876	0,911	0,924	0,927	0,929	0,932	0,933	-3	0,55	0,39	0,31	0,42
11 Dinamarca	0,799	0,863	0,910	0,926	0,926	0,928	0,929	0,930	-6	0,77	0,54	0,27	0,54
12 Finlândia	0,784	0,858	0,903	0,916	0,919	0,922	0,924	0,925	-2	0,90	0,52	0,30	0,59
13 Canadá	0,850	0,868	0,895	0,910	0,917	0,920	0,921	0,922	2	0,21	0,31	0,38	0,29
14 Nova Zelândia	0,820	0,870	0,899	0,907	0,914	0,917	0,920	0,921	4	0,59	0,34	0,30	0,42
15 Reino Unido	0,775	0,867	0,905	0,914	0,916	0,918	0,919	0,920	-3	1,13	0,43	0,21	0,62
15 Estados Unidos	0,860	0,881	0,911	0,914	0,917	0,919	0,919	0,920	-3	0,24	0,34	0,12	0,24
17 Bélgica	0,806	0,873	0,903	0,908	0,913	0,915	0,917	0,919	-1	0,80	0,33	0,22	0,47
18 Listenstaine	..	0,862	0,904	0,912	0,912	0,915	0,916	0,917	-4	..	0,48	0,17	..
19 Japão	0,816	0,855	0,885	0,900	0,906	0,910	0,913	0,915	0	0,47	0,34	0,42	0,41
20 Áustria	0,795	0,838	0,895	0,896	0,906	0,909	0,912	0,914	0	0,54	0,66	0,26	0,50
21 Luxemburgo	0,790	0,860	0,893	0,892	0,899	0,904	0,908	0,909	2	0,85	0,37	0,22	0,50
22 Israel	0,792	0,853	0,887	0,895	0,901	0,902	0,904	0,906	-1	0,74	0,39	0,27	0,48
22 Coreia (República da)	0,728	0,817	0,882	0,893	0,899	0,901	0,904	0,906	0	1,17	0,77	0,33	0,78
24 Eslovênia	0,829	0,824	0,881	0,884	0,886	0,892	0,899	0,902	0	-0,05	0,67	0,29	0,30
25 Espanha	0,754	0,825	0,865	0,875	0,885	0,888	0,891	0,893	1	0,90	0,47	0,40	0,60
26 Chêquia	0,730	0,796	0,862	0,874	0,882	0,885	0,888	0,891	1	0,86	0,80	0,41	0,71
26 França	0,780	0,842	0,872	0,882	0,888	0,887	0,890	0,891	-1	0,77	0,35	0,27	0,48
28 Malta	0,744	0,787	0,847	0,861	0,877	0,881	0,883	0,885	2	0,56	0,74	0,55	0,62
29 Itália	0,769	0,830	0,871	0,873	0,875	0,878	0,881	0,883	-1	0,77	0,48	0,17	0,49
30 Estônia	0,730	0,780	0,844	0,863	0,871	0,875	0,879	0,882	-1	0,67	0,79	0,54	0,68
31 Chipre	0,731	0,799	0,850	0,854	0,864	0,869	0,871	0,873	2	0,90	0,62	0,34	0,64
32 Grécia	0,753	0,796	0,857	0,858	0,868	0,866	0,871	0,872	-1	0,56	0,74	0,22	0,53
32 Polónia	0,712	0,785	0,835	0,851	0,858	0,864	0,868	0,872	2	0,98	0,62	0,54	0,72
34 Lituânia	0,732	0,755	0,824	0,840	0,855	0,860	0,866	0,869	5	0,31	0,88	0,67	0,62
35 Emirados Árabes Unidos	0,723	0,782	0,821	0,839	0,860	0,863	0,864	0,866	5	0,78	0,48	0,68	0,65
36 Andorra	..	0,759	0,828	0,846	0,850	0,854	0,852	0,857	-1	..	0,88	0,43	..
36 Arábia Saudita	0,698	0,744	0,810	0,846	0,857	0,857	0,856	0,857	-1	0,64	0,85	0,71	0,74
36 Eslováquia	0,739	0,763	0,829	0,844	0,849	0,851	0,854	0,857	1	0,33	0,82	0,42	0,53
39 Letónia	0,698	0,728	0,817	0,834	0,842	0,845	0,849	0,854	4	0,41	1,16	0,56	0,72
40 Portugal	0,711	0,785	0,822	0,837	0,843	0,846	0,848	0,850	1	0,98	0,46	0,42	0,64
41 Qatar	0,757	0,816	0,834	0,857	0,851	0,847	0,848	0,848	-9	0,74	0,22	0,22	0,41
42 Chile	0,703	0,753	0,800	0,830	0,839	0,843	0,845	0,847	2	0,70	0,61	0,71	0,67
43 Brunei Darussalam	0,768	0,805	0,832	0,844	0,843	0,844	0,843	0,845	-6	0,47	0,33	0,19	0,34
43 Hungria	0,704	0,769	0,826	0,835	0,835	0,838	0,841	0,845	-1	0,89	0,72	0,28	0,65
45 Bahrein	0,736	0,792	0,796	0,807	0,834	0,839	0,839	0,838	6	0,74	0,06	0,64	0,46
46 Croácia	0,670	0,749	0,811	0,825	0,830	0,832	0,835	0,837	-1	1,12	0,79	0,41	0,80
47 Omã	..	0,704	0,793	0,811	0,827	0,834	0,833	0,834	1	..	1,19	0,63	..
48 Argentina	0,707	0,770	0,818	0,824	0,828	0,828	0,832	0,830	-2	0,86	0,61	0,18	0,58
49 Federação Russa	0,734	0,721	0,780	0,803	0,813	0,817	0,822	0,824	3	-0,18	0,79	0,69	0,41
50 Bielorrússia	..	0,682	0,792	0,808	0,811	0,812	0,815	0,817	0	..	1,50	0,39	..
50 Cazaquistão	0,690	0,685	0,764	0,791	0,806	0,808	0,813	0,817	9	-0,07	1,10	0,84	0,61
52 Bulgária	0,694	0,712	0,779	0,792	0,807	0,812	0,813	0,816	6	0,26	0,90	0,58	0,58
52 Montenegro	0,793	0,801	0,807	0,809	0,813	0,816	1	0,36	..
52 Roménia	0,701	0,709	0,797	0,800	0,806	0,808	0,813	0,816	2	0,11	1,18	0,29	0,54
55 Palau	..	0,736	0,776	0,811	0,803	0,808	0,811	0,814	-7	..	0,53	0,60	..
56 Barbados	0,732	0,771	0,799	0,812	0,812	0,814	0,813	0,813	-9	0,53	0,35	0,22	0,38
57 Koweit	0,712	0,786	0,794	0,798	0,807	0,809	0,809	0,808	-2	1,00	0,10	0,22	0,45
57 Uruguai	0,692	0,742	0,774	0,797	0,802	0,806	0,807	0,808	-1	0,69	0,42	0,54	0,55
59 Turquia	0,579	0,655	0,743	0,781	0,800	0,800	0,805	0,806	5	1,26	1,26	1,03	1,19
60 Bahamas	..	0,787	0,795	0,797	0,799	0,800	0,804	0,805	-4	..	0,10	0,16	..
61 Malásia	0,644	0,724	0,773	0,787	0,797	0,801	0,802	0,804	-1	1,18	0,66	0,49	0,80
62 Seicheles	..	0,712	0,762	0,782	0,801	0,801	0,800	0,801	1	..	0,68	0,63	..

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Variação da classificação do IDH	Média anual de crescimento do IDH			
	Valor									(%)			
	1990	2000	2010	2013	2015	2016	2017	2018		2013–2018*	1990–2000	2000–2010	2010–2018
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
63 Sérvia	0,706	0,710	0,762	0,775	0,785	0,791	0,794	0,799	4	0,06	0,71	0,60	0,45
63 Trindade e Tobago	0,667	0,721	0,788	0,787	0,796	0,796	0,799	0,799	-3	0,78	0,90	0,17	0,65
65 Irão (República Islâmica do)	0,577	0,671	0,756	0,785	0,789	0,799	0,799	0,797	-3	1,53	1,20	0,68	1,17
66 Maurícia	0,620	0,674	0,748	0,775	0,786	0,790	0,793	0,796	1	0,84	1,04	0,79	0,90
67 Panamá	0,659	0,719	0,758	0,775	0,782	0,788	0,793	0,795	0	0,87	0,53	0,60	0,67
68 Costa Rica	0,655	0,711	0,754	0,777	0,786	0,789	0,792	0,794	-2	0,82	0,59	0,64	0,69
69 Albânia	0,644	0,667	0,740	0,781	0,788	0,788	0,789	0,791	-5	0,35	1,05	0,84	0,74
70 Geórgia	..	0,669	0,732	0,756	0,771	0,776	0,783	0,786	5	..	0,90	0,91	..
71 Sri Lanka	0,625	0,687	0,750	0,765	0,772	0,774	0,776	0,780	2	0,95	0,88	0,49	0,80
72 Cuba	0,676	0,686	0,776	0,762	0,768	0,771	0,777	0,778	2	0,15	1,24	0,02	0,50
73 São Cristóvão e Nevis	0,747	0,767	0,769	0,772	0,774	0,777	-2	0,48	..
74 Antígua e Barbuda	0,771	0,767	0,770	0,772	0,774	0,776	-3	0,08	..
75 Bósnia-Herzegovina	..	0,669	0,714	0,748	0,755	0,765	0,767	0,769	5	..	0,65	0,93	..
76 México	0,652	0,705	0,739	0,750	0,759	0,764	0,765	0,767	2	0,79	0,48	0,47	0,59
77 Tailândia	0,574	0,649	0,721	0,731	0,746	0,753	0,762	0,765	12	1,24	1,05	0,74	1,03
78 Granada	0,743	0,750	0,756	0,760	0,760	0,763	0	0,33	..
79 Brasil	0,613	0,684	0,726	0,752	0,755	0,757	0,760	0,761	-3	1,11	0,59	0,59	0,78
79 Colômbia	0,600	0,662	0,729	0,746	0,753	0,759	0,760	0,761	2	0,99	0,96	0,54	0,85
81 Armênia	0,633	0,649	0,729	0,743	0,748	0,751	0,758	0,760	3	0,24	1,17	0,52	0,65
82 Argélia	0,578	0,646	0,730	0,746	0,751	0,755	0,758	0,759	-1	1,11	1,23	0,49	0,97
82 Macedônia do Norte	..	0,669	0,735	0,743	0,753	0,757	0,758	0,759	2	..	0,94	0,41	..
82 Peru	0,613	0,679	0,721	0,742	0,750	0,755	0,756	0,759	4	1,03	0,59	0,65	0,76
85 China	0,501	0,591	0,702	0,727	0,742	0,749	0,753	0,758	7	1,66	1,74	0,95	1,48
85 Equador	0,642	0,669	0,716	0,751	0,758	0,756	0,757	0,758	-8	0,41	0,68	0,71	0,59
87 Azerbaijão	..	0,641	0,732	0,741	0,749	0,749	0,752	0,754	0	..	1,34	0,36	..
88 Ucrânia	0,705	0,671	0,732	0,744	0,742	0,746	0,747	0,750	-5	-0,49	0,87	0,29	0,22
89 República Dominicana	0,593	0,653	0,701	0,712	0,733	0,738	0,741	0,745	10	0,97	0,71	0,76	0,82
89 Santa Lúcia	..	0,694	0,730	0,726	0,736	0,744	0,744	0,745	4	..	0,50	0,26	..
91 Tunísia	0,569	0,653	0,717	0,725	0,731	0,736	0,738	0,739	3	1,40	0,93	0,39	0,94
92 Mongólia	0,583	0,589	0,697	0,728	0,736	0,730	0,729	0,735	-1	0,11	1,70	0,66	0,83
93 Líbano	0,751	0,741	0,728	0,725	0,732	0,730	-6	-0,36	..
94 Botswana	0,570	0,578	0,660	0,699	0,714	0,719	0,724	0,728	11	0,14	1,34	1,22	0,88
94 São Vicente e Granadinas	..	0,674	0,711	0,714	0,721	0,725	0,726	0,728	4	..	0,54	0,29	..
96 Jamaica	0,641	0,669	0,723	0,720	0,722	0,722	0,725	0,726	0	0,42	0,78	0,05	0,44
96 Venezuela (República Bolivariana da)	0,638	0,672	0,753	0,772	0,763	0,752	0,735	0,726	-26	0,51	1,14	-0,45	0,46
98 Dominica	..	0,694	0,733	0,730	0,729	0,729	0,723	0,724	-8	..	0,54	-0,15	..
98 Ilhas Fiji	0,640	0,675	0,694	0,707	0,718	0,718	0,721	0,724	3	0,53	0,28	0,52	0,44
98 Paraguai	0,588	0,640	0,692	0,709	0,718	0,718	0,722	0,724	2	0,85	0,80	0,56	0,75
98 Suriname	0,701	0,724	0,730	0,725	0,722	0,724	-3	0,41	..
102 Jordânia	0,616	0,702	0,728	0,720	0,721	0,722	0,722	0,723	-6	1,31	0,36	-0,07	0,57
103 Belize	0,613	0,643	0,693	0,707	0,715	0,722	0,719	0,720	-2	0,49	0,74	0,49	0,58
104 Maldivas	..	0,610	0,669	0,693	0,709	0,713	0,716	0,719	4	..	0,92	0,90	..
105 Tonga	0,645	0,666	0,692	0,699	0,714	0,715	0,717	0,717	0	0,31	0,39	0,45	0,38
106 Filipinas	0,590	0,631	0,672	0,692	0,702	0,704	0,709	0,712	3	0,67	0,62	0,73	0,67
107 Moldávia (República da)	0,653	0,609	0,681	0,702	0,703	0,705	0,709	0,711	-3	-0,70	1,12	0,56	0,30
108 Turcomenistão	0,673	0,691	0,701	0,706	0,708	0,710	2	0,67	..
108 Usbequistão	..	0,596	0,665	0,688	0,696	0,701	0,707	0,710	3	..	1,10	0,83	..
110 Líbia	0,676	0,728	0,757	0,707	0,691	0,690	0,704	0,708	-9	0,74	0,39	-0,84	0,16
111 Indonésia	0,525	0,604	0,666	0,688	0,696	0,700	0,704	0,707	0	1,40	0,99	0,74	1,07
111 Samoa	0,621	0,638	0,690	0,696	0,699	0,704	0,706	0,707	-4	0,26	0,79	0,30	0,46
113 África do Sul	0,625	0,629	0,662	0,683	0,699	0,702	0,704	0,705	0	0,06	0,52	0,78	0,43
114 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,540	0,616	0,655	0,673	0,685	0,692	0,700	0,703	3	1,31	0,63	0,88	0,94
115 Gabão	0,619	0,627	0,658	0,679	0,692	0,696	0,700	0,702	1	0,13	0,48	0,81	0,45
116 Egito	0,546	0,611	0,666	0,681	0,690	0,695	0,696	0,700	-2	1,13	0,86	0,62	0,89
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
117 Ilhas Marshall	0,696	0,698
118 Vietname	0,475	0,578	0,653	0,673	0,680	0,685	0,690	0,693	-1	1,99	1,23	0,74	1,36
119 Palestina (Estado da)	0,671	0,681	0,685	0,687	0,689	0,690	-5	0,35	..
120 Iraque	0,574	0,608	0,652	0,662	0,665	0,672	0,684	0,689	-1	0,58	0,71	0,68	0,65
121 Marrocos	0,458	0,531	0,618	0,646	0,660	0,669	0,675	0,676	2	1,48	1,53	1,14	1,40
122 Quirguizistão	0,618	0,594	0,636	0,658	0,666	0,669	0,671	0,674	-1	-0,39	0,69	0,73	0,31
123 Guiana	0,537	0,606	0,639	0,656	0,663	0,666	0,668	0,670	-1	1,21	0,53	0,61	0,79

TABELA 2 TENDÊNCIAS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1990–2018

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Variação da classificação do IDH	Média anual de crescimento do IDH			
	Valor									%			
	1990	2000	2010	2013	2015	2016	2017	2018	2013–2018*	1990–2000	2000–2010	2010–2018	1990–2018
124 El Salvador	0,529	0,608	0,659	0,662	0,660	0,662	0,665	0,667	-5	1,40	0,82	0,14	0,83
125 Tadjiquistão	0,603	0,538	0,630	0,643	0,642	0,647	0,651	0,656	-1	-1,13	1,60	0,50	0,30
126 Cabo Verde	..	0,564	0,626	0,641	0,643	0,645	0,647	0,651	-1	..	1,06	0,48	..
126 Guatemala	0,477	0,546	0,602	0,616	0,647	0,648	0,649	0,651	2	1,36	0,98	0,98	1,11
126 Nicarágua	0,494	0,568	0,614	0,630	0,644	0,649	0,653	0,651	0	1,41	0,77	0,74	0,99
129 Índia	0,431	0,497	0,581	0,607	0,627	0,637	0,643	0,647	1	1,43	1,57	1,34	1,46
130 Namíbia	0,579	0,543	0,588	0,622	0,637	0,639	0,643	0,645	-3	-0,64	0,78	1,17	0,38
131 Timor-Leste	..	0,505	0,620	0,613	0,628	0,628	0,624	0,626	-2	..	2,06	0,13	..
132 Honduras	0,508	0,555	0,598	0,603	0,613	0,618	0,621	0,623	0	0,88	0,76	0,51	0,73
132 Quiribati	..	0,564	0,589	0,605	0,619	0,622	0,623	0,623	-1	..	0,43	0,71	..
134 Butão	0,571	0,594	0,606	0,610	0,615	0,617	0	0,98	..
135 Bangladeche	0,388	0,470	0,549	0,572	0,588	0,599	0,609	0,614	5	1,95	1,56	1,40	1,65
135 Micronésia (Estados Federados da)	..	0,541	0,595	0,599	0,606	0,608	0,612	0,614	-2	..	0,95	0,41	..
137 São Tomé e Príncipe	0,437	0,480	0,546	0,568	0,590	0,593	0,603	0,609	5	0,94	1,31	1,36	1,19
138 Congo	0,531	0,495	0,557	0,581	0,614	0,613	0,609	0,608	-1	-0,71	1,19	1,12	0,49
138 Essuatíni (Reino de)	0,545	0,468	0,513	0,558	0,585	0,596	0,603	0,608	6	-1,51	0,92	2,15	0,39
140 República Democrática Popular do Laos	0,399	0,466	0,546	0,579	0,594	0,598	0,602	0,604	-2	1,55	1,60	1,28	1,49
141 Vanuatu	0,585	0,588	0,592	0,592	0,595	0,597	-6	0,26	..
142 Gana	0,454	0,483	0,554	0,578	0,585	0,587	0,591	0,596	-3	0,61	1,39	0,91	0,97
143 Zâmbia	0,424	0,428	0,531	0,559	0,570	0,580	0,589	0,591	0	0,11	2,17	1,35	1,20
144 Guiné Equatorial	..	0,520	0,580	0,588	0,593	0,592	0,590	0,588	-9	..	1,09	0,18	..
145 Mianmar	0,349	0,424	0,523	0,551	0,565	0,571	0,577	0,584	2	1,94	2,13	1,39	1,85
146 Camboja	0,384	0,419	0,535	0,555	0,566	0,572	0,578	0,581	-1	0,89	2,46	1,05	1,49
147 Quênia	0,467	0,446	0,533	0,551	0,562	0,568	0,574	0,579	0	-0,46	1,79	1,04	0,77
147 Nepal	0,380	0,446	0,527	0,555	0,568	0,572	0,574	0,579	-2	1,61	1,70	1,18	1,52
149 Angola	..	0,394	0,510	0,547	0,565	0,570	0,576	0,574	1	..	2,63	1,50	..
150 Camarões	0,445	0,438	0,471	0,531	0,548	0,556	0,560	0,563	3	-0,15	0,71	2,26	0,84
150 Zimbabué	0,498	0,452	0,472	0,527	0,543	0,549	0,553	0,563	4	-0,95	0,43	2,22	0,44
152 Paquistão	0,404	0,449	0,524	0,537	0,550	0,556	0,558	0,560	-1	1,06	1,55	0,85	1,17
153 Ilhas Salomão	..	0,476	0,524	0,550	0,555	0,553	0,555	0,557	-4	..	0,97	0,78	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO													
154 República Árabe da Síria	0,558	0,590	0,644	0,572	0,540	0,539	0,544	0,549	-14	0,57	0,88	-1,98	-0,06
155 Papua-Nova Guiné	0,377	0,436	0,510	0,521	0,539	0,541	0,543	0,543	0	1,45	1,58	0,80	1,31
156 Comores	..	0,457	0,513	0,532	0,535	0,537	0,539	0,538	-4	..	1,15	0,60	..
157 Ruanda	0,245	0,337	0,488	0,506	0,515	0,525	0,529	0,536	2	3,24	3,77	1,19	2,84
158 Nigéria	0,484	0,520	0,527	0,528	0,533	0,534	-2	1,25	..
159 Tanzânia (República Unida da)	0,373	0,395	0,487	0,503	0,519	0,518	0,522	0,528	2	0,59	2,10	1,03	1,25
159 Uganda	0,312	0,395	0,489	0,503	0,515	0,520	0,522	0,528	2	2,37	2,16	0,97	1,89
161 Mauritânia	0,378	0,446	0,490	0,511	0,521	0,519	0,524	0,527	-4	1,67	0,94	0,91	1,19
162 Madagáscar	..	0,456	0,504	0,509	0,514	0,515	0,518	0,521	-4	..	1,01	0,42	..
163 Benim	0,348	0,398	0,473	0,500	0,510	0,512	0,515	0,520	0	1,36	1,74	1,19	1,45
164 Lesoto	0,488	0,444	0,461	0,486	0,499	0,507	0,514	0,518	2	-0,93	0,37	1,46	0,21
165 Costa do Marfim	0,391	0,407	0,454	0,475	0,494	0,508	0,512	0,516	5	0,40	1,09	1,61	0,99
166 Senegal	0,377	0,390	0,468	0,494	0,504	0,506	0,510	0,514	-2	0,36	1,84	1,17	1,12
167 Togo	0,405	0,426	0,468	0,490	0,502	0,506	0,510	0,513	-2	0,50	0,94	1,16	0,85
168 Sudão	0,332	0,403	0,471	0,477	0,501	0,505	0,507	0,507	1	1,97	1,57	0,93	1,53
169 Haiti	0,412	0,440	0,467	0,483	0,492	0,497	0,501	0,503	-1	0,67	0,60	0,92	0,72
170 Afeganistão	0,298	0,345	0,464	0,485	0,490	0,491	0,493	0,496	-3	1,47	3,01	0,83	1,84
171 Djibouti	..	0,361	0,446	0,467	0,482	0,489	0,492	0,495	0	..	2,14	1,32	..
172 Malaui	0,303	0,362	0,437	0,463	0,475	0,478	0,482	0,485	0	1,79	1,90	1,32	1,69
173 Etiópia	..	0,283	0,412	0,439	0,453	0,460	0,466	0,470	3	..	3,81	1,66	..
174 Gâmbia	0,328	0,382	0,437	0,448	0,454	0,456	0,459	0,466	0	1,53	1,35	0,79	1,26
174 Guiné	0,278	0,335	0,408	0,439	0,449	0,456	0,463	0,466	2	1,86	2,00	1,67	1,86
176 Libéria	..	0,422	0,441	0,463	0,463	0,463	0,466	0,465	-4	..	0,44	0,67	..
177 Iémen	0,392	0,432	0,499	0,506	0,493	0,477	0,463	0,463	-18	0,99	1,44	-0,94	0,59
178 Guiné-Bissau	0,426	0,441	0,453	0,457	0,460	0,461	-3	1,01	..
179 Congo (República Democrática do)	0,377	0,333	0,416	0,429	0,445	0,453	0,456	0,459	0	-1,24	2,24	1,24	0,70
180 Moçambique	0,217	0,301	0,396	0,412	0,428	0,435	0,442	0,446	3	3,34	2,79	1,51	2,61
181 Serra Leoa	0,270	0,298	0,391	0,426	0,422	0,423	0,435	0,438	-1	0,99	2,74	1,45	1,74
182 Burquina Faso	..	0,286	0,375	0,401	0,413	0,420	0,429	0,434	3	..	2,74	1,84	..
182 Eritreia	0,433	0,425	0,433	0,434	0,431	0,434	-1	0,02	..
184 Mali	0,231	0,308	0,403	0,408	0,412	0,420	0,426	0,427	0	2,92	2,72	0,72	2,22
185 Burundi	0,295	0,293	0,402	0,422	0,427	0,427	0,421	0,423	-3	-0,07	3,20	0,65	1,29

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Variação da classificação do IDH	Média anual de crescimento do IDH			
	Valor									%			
	1990	2000	2010	2013	2015	2016	2017	2018		1990–2000	2000–2010	2010–2018	1990–2018
186 Sudão do Sul	0,425	0,439	0,428	0,418	0,414	0,413	-10	-0,35	..
187 Chade	..	0,298	0,374	0,399	0,403	0,398	0,401	0,401	-1	..	2,29	0,89	..
188 República Centro-Africana	0,320	0,307	0,355	0,351	0,362	0,372	0,376	0,381	-1	-0,41	1,44	0,89	0,62
189 Níger	0,213	0,253	0,319	0,345	0,360	0,365	0,373	0,377	-1	1,75	2,34	2,09	2,06
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS													
.. Coreia (República Popular Democrática da)
.. Mónaco
.. Nauru
.. São Marino
.. Somália
.. Tuvalu
Agrupamentos por IDH													
Desenvolvimento humano muito elevado	0,779	0,823	0,866	0,878	0,886	0,888	0,890	0,892	—	0,55	0,52	0,36	0,48
Desenvolvimento humano elevado	0,568	0,630	0,706	0,727	0,738	0,743	0,746	0,750	—	1,04	1,15	0,75	1,00
Desenvolvimento humano médio	0,436	0,497	0,575	0,599	0,616	0,625	0,630	0,634	—	1,30	1,48	1,22	1,34
Desenvolvimento humano baixo	0,352	0,386	0,473	0,490	0,499	0,501	0,505	0,507	—	0,94	2,04	0,88	1,32
Países em desenvolvimento	0,516	0,571	0,642	0,663	0,674	0,680	0,683	0,686	—	1,02	1,19	0,82	1,02
Regiões													
Estados Árabes	0,556	0,613	0,676	0,688	0,695	0,699	0,701	0,703	—	0,99	0,98	0,49	0,84
Ásia Oriental e Pacífico	0,519	0,597	0,691	0,714	0,727	0,733	0,737	0,741	—	1,42	1,48	0,87	1,28
Europa e Ásia Central	0,652	0,667	0,735	0,759	0,770	0,772	0,776	0,779	—	0,23	0,97	0,72	0,64
América Latina e Caraíbas	0,628	0,687	0,731	0,748	0,754	0,756	0,758	0,759	—	0,90	0,62	0,46	0,68
Ásia do Sul	0,441	0,505	0,585	0,607	0,624	0,634	0,639	0,642	—	1,36	1,48	1,18	1,35
África Subsaariana	0,402	0,423	0,498	0,521	0,532	0,535	0,539	0,541	—	0,50	1,65	1,03	1,06
Países menos avançados	0,350	0,399	0,485	0,504	0,516	0,520	0,525	0,528	—	1,30	1,98	1,08	1,48
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,595	0,642	0,702	0,708	0,717	0,719	0,722	0,723	—	0,77	0,91	0,35	0,70
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,785	0,834	0,873	0,883	0,889	0,892	0,894	0,895	—	0,61	0,45	0,32	0,47
Mundo	0,598	0,641	0,697	0,713	0,722	0,727	0,729	0,731	—	0,71	0,84	0,60	0,72

NOTAS

No que diz respeito à comparabilidade entre anos diferentes e à comparabilidade transnacional dos valores de IDH, dever-se-á utilizar esta tabela ou os dados interpolados disponíveis em <http://hdr.undp.org/en/data>, onde se apresentam tendências com base em dados consistentes.

a Um valor positivo indica uma melhoria na classificação.

DEFINIÇÕES

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, ver *Nota técnica 1* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

Média anual de crescimento do IDH: Um crescimento anual regularizado do IDH num determinado período, calculado como taxa de crescimento anual composta.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1–8: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2019b), do Instituto de Estatística da UNESCO (2019), da Divisão de

Estatística das Nações Unidas (2019b), do Banco Mundial (2019a), de Barro e Lee (2018) e do FMI (2019).

Coluna 9: Cálculos baseados nos dados das colunas 4 e 8.

Colunas 10–13: Cálculos baseados nos dados das colunas 1, 2, 3 e 8.

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

ODS 10.1

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)			Coefficiente de Desigualdade Humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação ^a	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade de rendimento ^a	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	Parte do rendimento detida por				
	Valor	Valor	Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH ^b	2018	2015-2020 ^c	2018	2018 ^d	2018	2018 ^d	2018	2010-2017 ^e				
												40 por cento mais pobres	10 por cento mais ricos	1 por cento mais ricos	Coefficiente de Gini	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO																
1	Noruega	0,954	0,889	6,8	0	6,7	3,0	0,929	4,4	0,879	12,7	0,860	23,1	22,3	8,4	27,5
2	Suíça	0,946	0,882	6,8	-1	6,6	3,5	0,945	1,9	0,879	14,5	0,825	20,3	25,2	11,9	32,3
3	Irlanda	0,942	0,865	8,2	-6	8,0	3,4	0,923	3,5	0,885	16,9	0,793	20,9	25,4	12,8	31,8
4	Alemanha	0,939	0,861	8,3	-7	8,1	3,8	0,905	2,7	0,920	17,7	0,765	20,7	24,8	11,1	31,7
4	Hong Kong, China (RAE)	0,939	0,815	13,2	-17	12,6	2,5	0,970	9,8	0,776	25,6	0,720
6	Austrália	0,938	0,862	8,1	-4	7,9	3,7	0,938	2,7	0,898	17,3	0,761	18,8	27,8	9,1	35,8
6	Islândia	0,938	0,885	5,7	4	5,6	2,4	0,944	2,8	0,892	11,7	0,822	23,2	23,5	6,8	27,8
8	Suécia	0,937	0,874	6,7	2	6,6	2,9	0,936	3,8	0,880	13,0	0,811	22,1	22,9	8,3	29,2
9	Singapura	0,935	0,810	13,3	-14	12,8	2,5	0,952	11,0	0,745	25,0	0,750	14,0	..
10	Países Baixos	0,933	0,870	6,8	2	6,7	3,1	0,926	4,9	0,862	12,1	0,826	22,8	23,0	6,2	28,2
11	Dinamarca	0,930	0,873	6,1	4	6,0	3,6	0,901	3,0	0,892	11,4	0,829	23,3	23,8	12,8	28,2
12	Finlândia	0,925	0,876	5,3	7	5,2	3,0	0,921	2,3	0,894	10,4	0,816	23,4	22,4	7,3	27,1
13	Canadá	0,922	0,841	8,8	-4	8,5	4,6	0,915	2,7	0,867	18,2	0,751	18,9	25,3	13,6	34,0
14	Nova Zelândia	0,921	0,836	9,2	-4	9,1	4,3	0,915	6,4	0,863	16,4	0,740	8,2	..
15	Reino Unido	0,920	0,845	8,2	0	8,0	4,1	0,903	2,8	0,890	17,0	0,750	19,7	25,4	11,7	33,2
15	Estados Unidos	0,920	0,797	13,4	-13	12,8	6,3	0,848	5,5	0,849	26,6	0,702	15,2	30,6	20,2	41,5
17	Bélgica	0,919	0,849	7,6	3	7,6	3,6	0,912	7,7	0,824	11,4	0,814	22,6	22,2	6,7	27,7
18	Listenstaine	0,917
19	Japão	0,915	0,882	3,6	15	3,6	2,9	0,963	1,6	0,836	6,3	0,851	20,3 ^f	24,7 ^f	10,4	32,1 ^f
20	Áustria	0,914	0,843	7,7	3	7,5	3,7	0,910	3,0	0,845	15,9	0,780	21,1	23,8	8,2	30,5
21	Luxemburgo	0,909	0,822	9,5	1	9,3	3,4	0,923	8,0	0,738	16,6	0,817	19,3	25,4	9,1	33,8
22	Israel	0,906	0,809	10,8	-3	10,2	3,3	0,935	3,7	0,844	23,7	0,671	15,9	27,7	..	38,9
22	Coreia (República da)	0,906	0,777	14,3	-9	13,9	3,0	0,938	18,5	0,702	20,2	0,712	20,3	23,8	12,2	31,6
24	Eslôvênia	0,902	0,858	4,8	11	4,7	2,9	0,914	2,2	0,874	9,1	0,792	24,1	21,0	6,7	25,4
25	Espanha	0,893	0,765	14,3	-13	14,0	3,0	0,947	17,1	0,683	21,9	0,692	17,5	26,2	9,8	36,2
26	Chéquia	0,891	0,850	4,6	12	4,5	3,0	0,884	1,4	0,880	9,2	0,789	24,4	22,1	9,5	25,9
26	França	0,891	0,809	9,2	1	9,1	3,8	0,926	9,1	0,737	14,4	0,777	20,7	26,6	10,8	32,7
28	Malta	0,885	0,815	8,0	6	7,9	4,6	0,915	6,7	0,763	12,5	0,774	21,9	23,6	11,7	29,4
29	Itália	0,883	0,776	12,1	-4	11,8	3,1	0,944	11,0	0,706	21,3	0,700	18,0	25,7	7,5	35,4
30	Estônia	0,882	0,818	7,2	9	7,0	3,6	0,869	2,1	0,862	15,5	0,730	20,0	24,4	7,0	32,7
31	Chipe	0,873	0,788	9,7	1	9,6	3,6	0,902	11,0	0,722	14,3	0,751	20,0	27,4	8,6	34,0
32	Grécia	0,872	0,766	12,2	-5	11,9	3,5	0,922	12,8	0,727	19,5	0,671	17,7	26,2	10,8	36,0
32	Polónia	0,872	0,801	8,1	4	8,0	4,3	0,862	5,2	0,821	14,4	0,727	21,3	24,6	12,5	30,8
34	Lituânia	0,869	0,775	10,9	-1	10,5	5,5	0,810	4,3	0,852	21,8	0,673	17,7	28,6	7,0	37,4
35	Emirados Árabes Unidos	0,866	5,2	0,843	18,2	0,606	22,8	..
36	Andorra	0,857	10,0	0,637
36	Árbita Saudita	0,857	6,4	0,792	18,0	0,651	19,7	..
36	Eslováquia	0,857	0,804	6,2	8	6,1	5,0	0,839	1,6	0,811	11,7	0,764	23,1	20,9	5,2	26,5
39	Letónia	0,854	0,776	9,1	3	8,8	5,4	0,803	2,6	0,849	18,5	0,686	19,4	26,1	7,6	34,2
40	Portugal	0,850	0,742	12,7	-6	12,4	3,5	0,918	15,8	0,639	18,1	0,697	18,7	27,3	7,4	35,5
41	Qatar	0,848	5,7	0,872	11,8	0,583	29,0	..
42	Chile	0,847	0,696	17,8	-14	17,0	6,3	0,866	12,0	0,711	32,7	0,548	14,4	37,9	23,7	46,6
43	Brunei Darussalam	0,845	7,6	0,792
43	Hungria	0,845	0,777	8,0	8	7,8	4,2	0,836	3,2	0,790	16,1	0,711	21,1	23,8	7,7	30,4
45	Bahrein	0,838	5,5	0,831	22,7	0,570	18,0	..
46	Croácia	0,837	0,768	8,3	4	8,1	4,3	0,859	4,9	0,757	15,2	0,697	20,4	23,2	7,6	31,1
47	Omã	0,834	0,725	13,1	-3	12,0	6,7	0,827	11,9	0,644	20,1	0,714	19,5	..
48	Argentina	0,830	0,714	14,0	-4	13,6	8,6	0,795	6,2	0,790	25,8	0,579	15,3	29,4	..	40,6
49	Federação Russa	0,824	0,743	9,9	1	9,6	7,1	0,749	3,1	0,807	18,7	0,679	18,0	29,7	20,2	37,7
50	Bielorrússia	0,817	0,765	6,4	6	6,3	4,4	0,803	3,7	0,806	10,8	0,692	24,1	21,3	..	25,4
50	Cazaquistão	0,817	0,759	7,1	4	7,1	7,7	0,756	3,2	0,791	10,3	0,732	23,4	23,0	..	27,5
52	Bulgária	0,816	0,714	12,5	0	12,1	6,1	0,793	6,3	0,754	23,9	0,607	17,8	28,8	8,4	37,4
52	Montenegro	0,816	0,746	8,6	5	8,5	3,6	0,842	7,4	0,738	14,6	0,667	20,8	25,7	6,4	31,9
52	Roménia	0,816	0,725	11,1	2	10,8	6,3	0,806	5,3	0,722	20,7	0,656	16,9	24,7	6,8	35,9
55	Palau	0,814	1,9	0,829
56	Barbados	0,813	0,675	17,0	-10	15,9	8,7	0,830	5,5	0,730	33,6	0,509
57	Koweit	0,808	5,9	0,802	22,1	0,487	19,9	..
57	Uruguai	0,808	0,703	13,0	0	12,7	7,9	0,819	8,2	0,684	22,0	0,621	16,5	29,7	14,0	39,5
59	Turquia	0,806	0,675	16,2	-8	16,1	9,0	0,804	16,5	0,594	22,6	0,645	15,6	32,1	23,4	41,9

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)			Coeficiente de Desigualdade Humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação ^a	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade de rendimento ^a	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	ODS 10.1					
	Valor	Valor	P perda global (%)	Diferença da classificação do IDH ^b								Parte do rendimento detida por					
	2018	2018	2018	2018	2015–2020 ^c	2018	2018 ^d	2018	2018	2018	2018	2010–2017 ^e (%)			Coeficiente de Gini		
												40 por cento mais pobres	10 por cento mais ricos	1 por cento mais ricos		2010–2017 ^e	
60 Bahamas	0,805	6,8	0,771	6,3	0,694
61 Malásia	0,804	6,1	0,809	12,1	0,627	15,9	31,3	14,5	41,0
62 Seicheles	0,801	9,6	0,742	29,3	0,590	15,2	39,9	..	46,8
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO																	
63 Sérvia	0,799	0,685	14,4	–4	13,7	4,9	0,817	8,1	0,719	28,1	0,546	22,5	23,1	6,4	28,5
63 Trindade e Tobago	0,799	14,9	0,699
65 Irão (República Islâmica do)	0,797	0,706	11,5	5	11,3	9,2	0,789	5,0	0,706	19,7	0,631	16,6	30,9	16,3	40,0
66 Maurícia	0,796	0,688	13,7	0	13,6	9,4	0,765	13,2	0,634	18,2	0,671	19,2	29,0	7,1	35,8
67 Panamá	0,795	0,626	21,2	–13	20,3	12,0	0,790	12,5	0,610	36,5	0,510	11,5	37,7	..	49,9
68 Costa Rica	0,794	0,645	18,7	–7	18,0	7,1	0,859	14,7	0,611	32,2	0,511	12,8	37,0	..	48,3
69 Albânia	0,791	0,705	10,9	8	10,9	7,2	0,835	12,3	0,665	13,2	0,631	22,1	22,9	6,4	29,0
70 Geórgia	0,786	0,692	12,0	5	11,6	7,9	0,759	3,2	0,828	23,6	0,526	17,4	28,9	..	37,9
71 Sri Lanca	0,780	0,686	12,1	4	11,8	7,0	0,813	7,4	0,700	21,0	0,567	17,7	32,9	..	39,8
72 Cuba	0,778	5,1	0,857	10,9	0,704
73 São Cristóvão e Nevis	0,777
74 Antígua e Barbuda	0,776	5,8	0,824
75 Bósnia-Herzegovina	0,769	0,658	14,4	–2	14,2	5,4	0,833	17,0	0,586	20,2	0,584	19,8	25,1	6,2	33,0
76 México	0,767	0,595	22,5	–17	21,8	10,5	0,757	18,5	0,558	36,3	0,498	15,5	34,8	..	43,4
77 Tailândia	0,765	0,635	16,9	–4	16,7	7,9	0,807	18,3	0,543	23,8	0,585	18,4	28,4	20,2	36,5
78 Granada	0,763	11,2	0,716
79 Brasil	0,761	0,574	24,5	–23	23,8	10,9	0,763	23,8	0,525	36,7	0,473	10,6	41,9	28,3	53,3
79 Colômbia	0,761	0,585	23,1	–16	22,4	10,7	0,785	20,3	0,545	36,2	0,468	12,4	39,0	20,5	49,7
81 Armênia	0,760	0,685	9,9	9	9,7	8,7	0,772	2,9	0,737	17,4	0,565	20,8	28,4	..	33,6
82 Argélia	0,759	0,604	20,4	–8	19,7	14,1	0,749	33,7	0,448	11,4	0,658	23,1	22,9	..	27,6
82 Macedônia do Norte	0,759	0,660	13,1	5	12,9	7,9	0,789	10,5	0,623	20,3	0,585	17,3	24,8	5,8	35,6
82 Peru	0,759	0,612	19,4	–5	19,1	10,8	0,776	18,1	0,567	28,3	0,521	14,4	32,3	..	43,3
85 China	0,758	0,636	16,1	4	15,7	7,9	0,803	11,7	0,573	27,4	0,558	17,0	29,4	13,9	38,6
85 Equador	0,758	0,607	19,9	–4	19,5	11,5	0,773	16,5	0,596	30,5	0,485	14,1	33,8	..	44,7
87 Azerbaijão	0,754	0,683	9,4	13	9,3	13,9	0,700	5,3	0,657	8,9	0,692
88 Ucrânia	0,750	0,701	6,5	21	6,5	7,4	0,740	3,6	0,768	8,5	0,605	24,5	21,2	..	25,0
89 República Dominicana	0,745	0,584	21,5	–8	21,4	17,0	0,688	19,1	0,532	28,1	0,545	13,9	35,4	..	45,7
89 Santa Lúcia	0,745	0,617	17,2	4	16,9	10,6	0,771	12,6	0,584	27,4	0,521	11,0	38,6	..	51,2
91 Tunísia	0,739	0,585	20,8	–4	20,2	9,0	0,791	32,8	0,442	18,9	0,573	20,1	25,6	..	32,8
92 Mongólia	0,735	0,635	13,6	10	13,6	13,1	0,664	11,9	0,646	15,7	0,596	20,4	25,6	..	32,3
93 Líbano	0,730	7,4	0,839	6,2	0,566	20,6	24,8	23,4	31,8
94 Botsuana	0,728	19,4	0,611	10,9	41,5	..	53,3
94 São Vicente e Granadinas	0,728	11,3	0,715
96 Jamaica	0,726	0,604	16,7	3	15,9	10,0	0,753	5,6	0,653	32,0	0,449
96 Venezuela (República Bolivariana da)	0,726	0,600	17,3	1	17,0	17,1	0,665	8,8	0,638	25,2	0,510
98 Dominica	0,724
98 Ilhas Fiji	0,724	14,9	0,620	18,8	29,7	..	36,7
98 Paraguai	0,724	0,545	24,7	–14	23,8	13,8	0,718	18,1	0,519	39,5	0,435	13,2	39,2	..	48,8
98 Suriname	0,720	0,557	22,7	–9	21,9	12,8	0,692	15,6	0,551	37,3	0,453
102 Jordânia	0,723	0,617	14,7	11	14,7	10,6	0,748	15,4	0,574	17,9	0,547	20,3	27,5	16,1	33,7
103 Belize	0,720	0,558	22,6	–8	21,6	11,1	0,745	15,9	0,582	37,9	0,400
104 Maldivas	0,719	0,568	21,0	–5	20,4	6,0	0,848	29,3	0,399	25,8	0,541	17,4 ^g	29,9 ^g	..	38,4 ^g
105 Tonga	0,717	10,4	0,700	4,5	0,736	18,2	29,7	..	37,6
106 Filipinas	0,712	0,582	18,2	1	17,8	15,3	0,666	10,1	0,599	28,1	0,495	16,8	31,3	..	40,1
107 Moldávia (República da)	0,711	0,638	10,4	21	10,3	9,6	0,721	7,3	0,656	14,0	0,549	24,1	21,7	6,1	25,9
108 Turquemenistão	0,710	0,579	18,5	1	17,9	23,4	0,567	3,6	0,606	26,8	0,564
108 Usbequistão	0,710	13,9	0,683	0,7	0,713
110 Líbia	0,708	9,1	0,737
111 Indonésia	0,707	0,584	17,4	6	17,4	13,9	0,682	18,2	0,511	20,1	0,570	17,5	29,5	..	38,1
111 Samoa	0,707	10,0	0,736	4,9	0,666	17,9	31,3	..	38,7
113 África do Sul	0,705	0,463	34,4	–17	31,4	19,2	0,545	17,3	0,596	57,7	0,305	7,2	50,5	19,2	63,0
114 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,703	0,533	24,2	–6	24,1	22,5	0,611	20,0	0,552	29,7	0,449	13,6	31,7	..	44,0
115 Gabão	0,702	0,544	22,5	–4	22,5	22,8	0,549	23,5	0,486	21,2	0,602	16,8	27,7	..	38,0
116 Egito	0,700	0,492	29,7	–8	28,7	11,6	0,705	38,1	0,376	36,5	0,449	21,9	27,8	19,1	31,8
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO																	
117 Ilhas Marshall	0,698	4,3	0,677

TABELA 3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO AJUSTADO À DESIGUALDADE

	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Coeficiente de Desigualdade Humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação ^a	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade de rendimento ^a	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	Parte do rendimento detida por				
		Valor	Perda global (%)								Diferença da classificação do IDH ^b	ODS 10.1			
												40 por cento mais pobres		1 por cento mais ricos	
Classificação do IDH	2018	2018	2018	2018	2015–2020 ^c	2018	2018 ^d	2018	2018 ^d	2018	2010–2017 ^e	2010–2017 ^e	2010–2017 ^e	2010–2017 ^e	
118 Vietname	0,693	0,580	16,3	8	16,2	12,9	0,741	17,6	0,515	18,1	0,511	18,8	27,1	...	35,3
119 Palestina (Estado da)	0,690	0,597	13,5	16	13,5	12,0	0,730	11,9	0,582	16,6	0,500	19,2	25,2	15,8	33,7
120 Iraque	0,689	0,552	19,8	3	19,4	15,9	0,653	29,7	0,389	12,7	0,664	21,9	23,7	22,0	29,5
121 Marrocos	0,676	13,0	0,756	21,7	0,510	17,4	31,9	..	39,5
122 Quirguizistão	0,674	0,610	9,5	23	9,5	11,3	0,700	5,0	0,697	12,2	0,465	23,6	23,3	..	27,3
123 Guiana	0,670	0,546	18,5	4	18,3	19,0	0,620	10,7	0,537	25,1	0,490
124 El Salvador	0,667	0,521	21,9	1	21,6	12,5	0,715	29,1	0,401	23,2	0,492	17,4	29,1	..	38,0
125 Tadjiquistão	0,656	0,574	12,5	12	12,4	16,7	0,652	6,0	0,632	14,5	0,459	19,4	26,4	..	34,0
126 Cabo Verde	0,651	12,2	0,713	23,7	0,410	47,2
126 Guatemala	0,651	0,472	27,4	–2	26,9	14,6	0,710	30,8	0,353	35,4	0,420	13,1	38,0	..	48,3
126 Nicarágua	0,651	0,501	23,0	1	22,7	13,1	0,726	25,7	0,420	29,2	0,414	14,3	37,2	..	46,2
129 Índia	0,647	0,477	26,3	1	25,7	19,7	0,610	38,7	0,342	18,8	0,518	19,8	30,1	21,3	35,7
130 Namíbia	0,645	0,417	35,3	–14	33,6	22,1	0,520	25,0	0,437	53,6	0,321	8,6	47,3	..	59,1
131 Timor-Leste	0,626	0,450	28,0	–5	26,7	21,7	0,593	44,9	0,273	13,6	0,564	22,8	24,0	..	28,7
132 Honduras	0,623	0,464	25,5	0	25,0	13,3	0,735	26,6	0,369	34,9	0,369	11,0	37,7	..	50,5
132 Quiribati	0,623	24,7	0,557
134 Butão	0,617	0,450	27,1	–3	26,3	17,1	0,656	41,7	0,257	20,0	0,539	17,5	27,9	..	37,4
135 Bangladeche	0,614	0,465	24,3	4	23,6	17,3	0,666	37,7	0,320	15,7	0,472	21,0	26,8	..	32,4
135 Micronésia (Estados Federados da)	0,614	16,1	0,616	26,4	0,402	16,2	29,7	..	40,1
137 São Tomé e Príncipe	0,609	0,507	16,7	10	16,7	17,0	0,641	18,3	0,463	14,9	0,438	21,1	24,2	..	30,8
138 Congo	0,608	0,456	25,0	2	24,9	22,8	0,526	20,9	0,426	31,0	0,423	12,4	37,9	..	48,9
138 Essuatíni (Reino de)	0,608	0,430	29,3	–4	29,0	25,1	0,454	24,1	0,411	37,9	0,426	11,5 ^g	40,0 ^g	..	51,5 ^g
140 República Democrática Popular do Laos	0,604	0,454	24,9	3	24,7	22,6	0,567	31,3	0,330	20,3	0,499	19,1	29,8	..	36,4
141 Vanuatu	0,597	14,4	0,663	19,7	0,405	17,8	29,4	..	37,6
142 Gana	0,596	0,427	28,3	–3	28,1	24,2	0,511	34,9	0,364	25,3	0,419	14,3	32,2	..	43,5
143 Zâmbia	0,591	0,394	33,4	–6	32,3	26,5	0,492	21,7	0,448	48,6	0,278	8,9	44,4	..	57,1
144 Guiné Equatorial	0,588	34,6	0,386
145 Mianmar	0,584	0,448	23,2	3	23,2	22,8	0,557	26,9	0,330	19,9	0,490	18,6	31,7	..	38,1
146 Camboja	0,581	0,465	20,1	12	19,9	18,1	0,625	27,3	0,346	14,3	0,464
147 Quênia	0,579	0,426	26,3	0	26,2	22,5	0,553	22,9	0,406	33,1	0,345	16,5	31,6	..	40,8
147 Nepal	0,579	0,430	25,8	3	24,9	17,5	0,641	40,9	0,296	16,3	0,419	20,4	26,4	..	32,8
149 Angola	0,574	0,392	31,8	–2	31,7	32,0	0,427	34,3	0,327	28,9	0,432	15,0 ^f	32,3 ^f	..	42,7 ^f
150 Camarões	0,563	0,371	34,1	–6	34,1	33,5	0,398	33,0	0,378	35,9	0,338	13,0	35,0	..	46,6
150 Zimbabué	0,563	0,435	22,8	7	22,7	24,2	0,480	16,8	0,473	27,0	0,362	15,3	33,8	..	43,2
152 Paquistão	0,560	0,386	31,1	–1	30,2	29,9	0,508	43,5	0,230	17,2	0,494	21,1	28,9	..	33,5
153 Ilhas Salomão	0,557	12,1	0,714	19,4	0,366	18,4	29,2	..	37,1
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO															
154 República Árabe da Síria	0,549	13,0	0,693	14,7	..
155 Papua-Nova Guiné	0,543	24,1	0,517	11,5	0,382	15,1 ^g	31,0 ^g	..	41,9 ^g
156 Comores	0,538	0,294	45,3	–22	44,2	28,9	0,483	47,6	0,249	56,0	0,212	13,6	33,7	..	45,3
157 Ruanda	0,536	0,382	28,7	–1	28,4	19,5	0,603	29,3	0,324	36,4	0,286	15,8	35,6	..	43,7
158 Nigéria	0,534	0,349	34,6	–5	34,5	37,1	0,332	38,1	0,301	28,2	0,426	15,1 ^g	32,7 ^g	..	43,0 ^g
159 Tanzânia (República Unida da)	0,528	0,397	24,9	7	24,9	25,3	0,517	27,0	0,309	22,4	0,391	18,5	31,0	..	37,8
159 Uganda	0,528	0,387	26,7	4	26,7	27,2	0,481	27,9	0,371	24,9	0,325	15,9	34,2	..	42,8
161 Maurítânia	0,527	0,358	32,1	1	31,8	30,0	0,481	40,8	0,230	24,6	0,413	19,9	24,9	..	32,6
162 Madagascar	0,521	0,386	25,8	6	25,5	21,1	0,567	35,0	0,320	20,4	0,318	15,7	33,5	..	42,6
163 Benim	0,520	0,327	37,1	–6	36,9	34,9	0,415	43,7	0,268	32,0	0,315	12,8	37,6	..	47,8
164 Lesoto	0,518	0,350	32,5	3	32,0	33,1	0,347	21,9	0,398	41,1	0,310	9,6	40,9	..	54,2
165 Costa do Marfim	0,516	0,331	35,8	–3	35,0	33,3	0,384	47,4	0,232	24,4	0,409	15,9	31,9	17,1	41,5
166 Senegal	0,514	0,347	32,5	2	31,6	21,2	0,578	46,0	0,190	27,7	0,381	16,4	31,0	..	40,3
167 Togo	0,513	0,350	31,7	6	31,5	30,5	0,436	38,9	0,314	25,1	0,313	14,5	31,6	..	43,1
168 Sudão	0,507	0,332	34,6	1	34,3	27,4	0,504	42,5	0,195	33,0	0,372	18,5 ^g	26,7 ^g	..	35,4 ^g
169 Haiti	0,503	0,299	40,5	–7	40,0	32,2	0,455	37,3	0,279	50,4	0,211	15,8	31,2	..	41,1
170 Afeganistão	0,496	28,3	0,491	45,4	0,225
171 Djibouti	0,495	23,4	0,549	27,7	0,391	15,8	32,3	..	41,6
172 Malauí	0,485	0,346	28,7	5	28,6	25,1	0,505	28,4	0,328	32,4	0,250	16,2	38,1	..	44,7
173 Etiópia	0,470	0,337	28,4	5	27,3	24,9	0,534	43,5	0,189	13,4	0,377	17,6	31,4	..	39,1
174 Gâmbia	0,466	0,293	37,2	–8	36,4	28,5	0,459	49,3	0,195	31,5	0,279	19,0	28,7	..	35,9
174 Guiné	0,466	0,310	33,4	–1	32,2	31,3	0,435	48,3	0,176	17,1	0,388	19,8	26,4	..	33,7
176 Libéria	0,465	0,314	32,3	2	31,8	29,8	0,472	42,9	0,241	22,7	0,273	18,8	27,1	..	35,3

ODS 10.1

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Coeficiente de Desigualdade Humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação ^a	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade de rendimento ^a	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	Parte do rendimento detida por							
	Valor	Valor	Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH ^b								Valor	Valor	Valor	Valor	(%)			
																2018	2018	2018	2018
	2018	2018	2018	2018	2018	2015-2020 ^c	2018	2018 ^d	2018	2018 ^e	2018	2010-2017 ^f	2010-2017 ^g	2010-2017 ^h	2010-2017 ⁱ				
	Valor	Valor	Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH ^b	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	40 por cento mais pobres	10 por cento mais ricos	1 por cento mais ricos	Coeficiente de Gini				
177 Iémen	0,463	0,316	31,8	5	30,9	24,7	0,534	46,1	0,187	21,8	0,315	18,8	29,4	15,7	36,7				
178 Guiné-Bissau	0,461	0,288	37,5	-5	37,4	32,3	0,396	41,9	0,233	37,9	0,260	12,8	42,0	..	50,7				
179 Congo (República Democrática do)	0,459	0,316	31,0	7	30,9	36,1	0,397	28,5	0,354	28,2	0,225	15,5	32,0	..	42,1				
180 Moçambique	0,446	0,309	30,7	4	30,7	29,8	0,434	33,8	0,257	28,4	0,265	11,8	45,5	..	54,0				
181 Serra Leoa	0,438	0,282	35,7	-3	34,6	39,0	0,322	46,9	0,214	17,7	0,326	19,8	26,9	..	34,0				
182 Burquina Faso	0,434	0,303	30,1	5	29,5	32,0	0,431	39,2	0,183	17,3	0,354	20,0	29,6	..	35,3				
182 Eritreia	0,434	21,4	0,556				
184 Mali	0,427	0,294	31,2	3	30,4	36,7	0,379	39,2	0,176	15,4	0,381	20,1 ^g	25,7 ^g	..	33,0 ^g				
185 Burundi	0,423	0,296	30,1	5	29,6	28,5	0,454	39,5	0,253	20,9	0,225	17,9	31,0	..	38,6				
186 Sudão do Sul	0,413	0,264	36,1	-1	36,0	36,2	0,369	39,6	0,182	32,3	0,274	12,5 ^g	33,2 ^g	..	46,3 ^g				
187 Chade	0,401	0,250	37,7	-1	37,4	40,9	0,309	43,0	0,164	28,4	0,307	14,6	32,4	..	43,3				
188 República Centro-Africana	0,381	0,222	41,6	-1	41,3	40,1	0,302	34,5	0,231	49,2	0,157	10,3 ^f	46,2 ^f	..	56,2 ^f				
189 Níger	0,377	0,272	27,9	3	27,4	30,9	0,447	35,0	0,161	16,4	0,279	19,6	27,0	..	34,3				
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS																			
Coreia (República Popular Democrática da)	11,5	0,709				
.. Mónaco				
.. Nauru	23,9	0,592				
.. São Marino				
.. Somália	38,9	0,348				
.. Tuvalu	10,5	17,4	30,7	..	39,1				
Agrupamentos por IDH																			
Desenvolvimento humano muito elevado	0,892	0,796	10,7	—	10,5	5,2	0,868	7,0	0,796	19,3	0,730	18,2	27,6	14,9	—				
Desenvolvimento humano elevado	0,750	0,615	17,9	—	17,6	10,0	0,764	14,8	0,563	27,9	0,541	16,6	31,1	..	—				
Desenvolvimento humano médio	0,634	0,470	25,9	—	25,4	20,5	0,604	36,3	0,342	19,6	0,502	19,4	29,9	..	—				
Desenvolvimento humano baixo	0,507	0,349	31,1	—	30,9	30,4	0,442	37,4	0,261	25,0	0,368	16,4	32,1	..	—				
Países em desenvolvimento	0,686	0,533	22,3	—	22,2	16,6	0,655	25,6	0,435	24,3	0,532	17,6	30,8	..	—				
Regiões																			
Estados Árabes	0,703	0,531	24,5	—	24,2	15,0	0,679	32,5	0,386	25,0	0,571	20,6	26,9	..	—				
Ásia Oriental e Pacífico	0,741	0,618	16,6	—	16,3	9,8	0,766	13,5	0,550	25,6	0,560	17,2	29,5	..	—				
Europa e Ásia Central	0,779	0,688	11,7	—	11,6	9,7	0,753	8,3	0,682	16,8	0,634	19,9	26,7	..	—				
América Latina e Caraíbas	0,759	0,589	22,3	—	21,7	11,6	0,754	19,5	0,553	34,1	0,491	13,1	37,3	..	—				
Ásia do Sul	0,642	0,476	25,9	—	25,3	20,2	0,611	37,5	0,340	18,4	0,520	19,9	29,7	..	—				
África Subariana	0,541	0,376	30,5	—	30,4	29,7	0,445	34,0	0,308	27,6	0,387	15,4	33,8	..	—				
Países menos avançados	0,528	0,377	28,6	—	28,4	26,3	0,510	36,3	0,275	22,5	0,383	17,6	31,1	..	—				
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,723	0,549	24,0	—	23,6	16,6	0,665	19,7	0,503	34,3	0,496	—				
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	0,895	0,791	11,7	—	11,4	5,3	0,880	8,0	0,783	20,9	0,717	18,0	28,0	14,2	—				
Mundo	0,731	0,584	20,2	—	20,1	14,7	0,690	22,3	0,492	23,3	0,586	17,7	30,2	..	—				

TABELA 3

NOTAS

- a** Para consultar a lista de inquéritos utilizados para estimar as desigualdades, ver <http://hdr.undp.org/en/composite/IHDI>.
- b** Com base nos países para os quais foi calculado o valor do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade.
- c** Cálculo pelo GRDH com base nas tabelas de vida do UNDESA (2019b) relativas ao período 2015-2020.
- d** Dados referentes a 2018 ou ao ano mais recente disponível.
- e** Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- f** Referente a 2008.
- g** Referente a 2009.

DEFINIÇÕES

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, ver *Nota técnica 1* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD): O valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajustado à desigualdade nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Para mais pormenores sobre o cálculo do IDHAD, ver *Nota técnica 2* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

Perda global: Diferença percentual entre o valor do IDHAD e o valor do IDH.

Diferença da classificação do IDH: Diferença das classificações do IDHAD e do IDH, calculada apenas para países para os quais é calculado um valor de IDHAD.

Coeficiente de Desigualdade Humana: Desigualdade média nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano.

Desigualdade na esperança de vida: Desigualdade na distribuição da esperança de vida com base nos dados das tabelas de vida calculados usando o índice de desigualdade de Atkinson.

Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade: Valor do índice de esperança de vida do IDH ajustado à desigualdade na distribuição do tempo de vida esperado, com base nos dados das tabelas de vida listadas nas *Fontes de dados principais*.

Desigualdade na educação: Desigualdade dos anos de escolaridade com base nos dados dos inquéritos às famílias calculados usando o índice de desigualdade de Atkinson.

Índice de educação ajustado à desigualdade: Valor do índice de educação do IDH ajustado à desigualdade na distribuição dos anos de escolaridade, com base nos dados dos inquéritos às famílias listados nas *Fontes de dados principais*.

Desigualdade de rendimento: Desigualdade na distribuição do rendimento com base nos dados dos inquéritos às famílias calculados usando o índice de desigualdade de Atkinson.

Índice de rendimento ajustado à desigualdade: Valor do índice de rendimento do IDH ajustado à desigualdade na distribuição do rendimento, com base nos dados dos inquéritos às famílias listados nas *Fontes de dados principais*.

Parte do rendimento: Percentagem do rendimento (ou do consumo) correspondente aos subgrupos populacionais indicados.

Coeficiente de Gini: Medida da variação da distribuição de rendimento entre indivíduos ou famílias no mesmo país face a uma distribuição perfeitamente igual. Um valor de zero representa a igualdade absoluta, um valor de 100 a desigualdade absoluta.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2019b), do Instituto de Estatística da UNESCO (2019), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2019b), do Banco Mundial (2019a), de Barro e Lee (2018) e do FMI (2019).

Coluna 2: Calculado como a média geométrica dos valores do índice de esperança de vida ajustado à desigualdade, do índice de educação ajustado à desigualdade e do índice de rendimento ajustado à desigualdade, utilizando a metodologia descrita na *Nota Técnica 2* (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf).

Coluna 3: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 2.

Coluna 4: Cálculos baseados nos valores de IDHAD e nas classificações de IDH recalculadas dos países para os quais é calculado um valor de IDHAD.

Coluna 5: Calculado como a média geométrica dos valores de desigualdade na esperança de vida, de desigualdade na educação e de desigualdade de rendimento, utilizando a metodologia descrita na *Nota Técnica 2* (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf).

Coluna 6: Cálculos baseados nas tabelas de vida resumidas do UNDESA (2019a).

Coluna 7: Cálculos baseados na desigualdade na esperança de vida e no índice de esperança de vida do IDH.

Colunas 8 e 10: Cálculos baseados em dados do Estudo do Rendimento do Luxemburgo, das Estatísticas do Eurostat da União Europeia sobre Rendimento e Condições de Vida, da Base de Dados do Banco Mundial sobre Distribuição Internacional de Rendimento, da Base de Dados Socioeconômicos para a América Latina e Caraíbas do Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais e do Banco Mundial, dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro e dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF, utilizando a metodologia descrita na *Nota Técnica 2* (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf).

Coluna 9: Cálculos baseados na desigualdade na educação e no índice de educação do IDH.

Coluna 11: Cálculos baseados na desigualdade de rendimento e no índice de rendimento do IDH.

Colunas 12, 13 e 15: Banco Mundial (2019a).

Coluna 14: World Inequality Database (2019).

Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero		Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		ODS 3 Esperança de vida à nascença		ODS 4.3 Anos de escolaridade esperados		ODS 4.6 Média de anos de escolaridade		ODS 8.5 Rendimento Nacional Bruto estimado per capita ^e		
	Valor	Grupo ^b	Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(PPC em \$ de 2011)		
			Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018 ^e	2018 ^e	2018 ^e	2018 ^e	2018	2018	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO													
1	Noruega	0,990	1	0,946	0,955	84,3	80,3	18,8 ^d	17,4	12,6	12,5	60,283	75,688 ^e
2	Suíça	0,963	2	0,924	0,959	85,5	81,7	16,1	16,3	12,7	13,6	49,275	69,649
3	Irlanda	0,975	2	0,929	0,953	83,7	80,4	18,9 ^d	18,7 ^d	12,7 ^f	12,3 ^f	44,921	66,583
4	Alemanha	0,968	2	0,923	0,953	83,6	78,8	17,0	17,2	13,7	14,6	38,470	55,649
4	Hong Kong, China (RAE)	0,963	2	0,919	0,954	87,6	81,8	16,4	16,6	11,6	12,5	43,852	79,385 ^e
6	Austrália	0,975	1	0,926	0,949	85,3	81,3	22,6 ^d	21,6 ^d	12,7 ^f	12,6 ^f	35,900	52,359
6	Islândia	0,966	2	0,921	0,954	84,4	81,3	20,4 ^d	18,0 ^d	12,3 ^f	12,7 ^f	39,246	55,824
8	Suécia	0,982	1	0,928	0,945	84,4	80,9	19,6 ^d	18,0 ^d	12,5	12,3	41,919	53,979
9	Singapura	0,988	1	0,929	0,941	85,6	81,3	16,5	16,1	11,1	12,0	74,600	92,163 ^e
10	Países Baixos	0,967	2	0,916	0,947	83,8	80,4	18,3 ^d	17,8	11,9	12,5	40,573	59,536
11	Dinamarca	0,980	1	0,920	0,938	82,8	78,8	19,8 ^d	18,4 ^d	12,7	12,4	41,026	56,732
12	Finlândia	0,990	1	0,920	0,929	84,6	78,9	20,1 ^d	18,5 ^d	12,6	12,3	35,066	48,689
13	Canadá	0,989	1	0,916	0,926	84,3	80,3	16,6	15,6	13,5 ^f	13,1 ^f	35,118	52,221
14	Nova Zelândia	0,963	2	0,902	0,936	83,9	80,4	19,7 ^d	17,9	12,6 ^f	12,8 ^f	26,754	43,745
15	Reino Unido	0,967	2	0,904	0,935	83,0	79,5	18,0 ^d	17,1	12,9 ^g	13,0 ^g	28,526	50,771
15	Estados Unidos	0,991	1	0,915	0,923	81,4	76,3	16,9	15,7	13,5	13,4	44,465	68,061
17	Bélgica	0,972	2	0,904	0,931	83,8	79,1	20,6 ^d	18,8 ^d	11,6	11,9	34,928	52,927
18	Listenstaine	13,4	16,1
19	Japão	0,976	1	0,901	0,923	87,5	81,3	15,2	15,3	13,0 ^h	12,6 ^h	28,784	53,384
20	Áustria	0,963	2	0,895	0,929	83,8	79,0	16,6	16,0	12,3	13,0	32,618	60,303
21	Luxemburgo	0,970	2	0,893	0,921	84,2	80,0	14,3	14,1	11,8 ^g	12,6 ^g	53,006	77,851 ^e
22	Israel	0,972	2	0,891	0,917	84,4	81,1	16,6	15,4	13,0	13,0	24,616	42,792
22	Coreia (República da)	0,934	3	0,870	0,932	85,8	79,7	15,8	16,9	11,5	12,9	23,228	50,241
24	Eslôvênia	1,003	1	0,902	0,899	83,9	78,4	18,2 ^d	16,7	12,2	12,3	28,832	35,487
25	Espanha	0,981	1	0,882	0,899	86,1	80,7	18,2 ^d	17,5	9,7	10,0	28,086	42,250
26	Chéquia	0,983	1	0,882	0,897	81,8	76,6	17,6	16,1	12,5	13,0	24,114	39,327
26	França	0,984	1	0,883	0,897	85,4	79,6	15,8	15,2	11,2	11,6	33,002	48,510
28	Malta	0,965	2	0,867	0,899	84,1	80,5	16,4	15,4	11,0	11,6	25,023	44,518
29	Itália	0,967	2	0,866	0,895	85,4	81,1	16,6	15,9	10,0 ^g	10,5 ^g	26,471	46,360
30	Estônia	1,016	1	0,886	0,872	82,6	74,1	16,8	15,3	13,4 ^f	12,6 ^f	22,999	38,653
31	Chipre	0,983	1	0,865	0,880	82,9	78,7	15,1	14,3	12,0	12,2	27,791	38,404
32	Grécia	0,963	2	0,854	0,887	84,5	79,6	17,1	17,5	10,3	10,8	19,747	30,264
32	Polónia	1,009	1	0,874	0,867	82,4	74,6	17,3	15,6	12,3	12,3	21,876	33,739
34	Lituânia	1,028	2	0,880	0,856	81,2	70,1	16,9	16,1	13,0 ^g	13,0 ^g	25,665	34,560
35	Emirados Árabes Unidos	0,965	2	0,832	0,862	79,2	77,1	14,3	13,4	12,0	9,8	24,211	85,772 ^e
36	Andorra	10,1	10,2
36	Arábia Saudita	0,879	5	0,784	0,892	76,6	73,8	15,8 ^g	17,6 ^g	9,0 ^g	10,1 ^g	18,166	72,328
36	Eslováquia	0,992	1	0,852	0,859	80,8	73,8	15,0	14,1	12,5 ^f	12,7 ^f	23,683	38,045
39	Letónia	1,030	2	0,865	0,840	79,9	70,1	16,7	15,3	13,1 ^f	12,5 ^f	21,857	31,520
40	Portugal	0,984	1	0,843	0,856	84,7	78,8	16,2	16,4	9,2	9,2	23,627	32,738
41	Qatar	1,043	2	0,873	0,837	81,9	79,0	14,1	11,1	11,1	9,3	57,209	127,774 ^e
42	Chile	0,962	2	0,828	0,860	82,4	77,6	16,8	16,3	10,3	10,6	15,211	28,933
43	Brunei Darussalam	0,987	1	0,837	0,848	77,0	74,6	14,8	14,0	9,1 ^h	9,1 ^h	65,914	86,071 ^e
43	Hungria	0,984	1	0,836	0,850	80,1	73,1	15,4	14,8	11,7	12,1	21,010	33,906
45	Bahrein	0,937	3	0,800	0,854	78,3	76,3	16,1	14,7	9,3 ^g	9,5 ^g	18,422	52,949
46	Croácia	0,989	1	0,832	0,842	81,5	75,1	15,7	14,3	10,9 ^g	12,0 ^g	19,441	26,960
47	Omã	0,943	3	0,793	0,841	80,1	75,9	15,5	14,1	10,6	9,4	11,435	50,238
48	Argentina	0,988	1	0,818	0,828	79,9	73,1	18,9 ^d	16,4	10,7 ^f	10,5 ^f	12,084	23,419
49	Federação Russa	1,015	1	0,828	0,816	77,6	66,9	15,9	15,2	11,9 ^g	12,1 ^g	19,969	30,904
50	Bielorrússia	1,010	1	0,820	0,811	79,4	69,4	15,7	15,0	12,2 ⁱ	12,4 ⁱ	13,923	20,616
50	Cazaquistão	0,999	1	0,814	0,815	77,3	68,8	15,6	14,9	11,9 ^h	11,7 ^h	16,492	28,197
52	Bulgária	0,993	1	0,812	0,818	78,5	71,4	15,0	14,6	11,9	11,8	15,621	23,905
52	Montenegro	0,966	2	0,801	0,829	79,2	74,3	15,3	14,7	10,7 ^g	12,0 ^g	14,457	20,634
52	Roménia	0,986	1	0,809	0,821	79,4	72,5	14,6	13,9	10,6	11,3	19,487	28,569
55	Palau	16,3 ^g	15,0 ^g
56	Barbados	1,010	1	0,816	0,808	80,4	77,7	16,6 ^g	13,8 ^g	10,9 ^j	10,3 ^j	13,686	18,292
57	Koweit	0,999	1	0,802	0,803	76,5	74,7	14,3	12,9	8,0	6,9	49,067	85,620 ^e
57	Uruguai	1,016	1	0,810	0,797	81,4	74,0	17,1	15,1	9,0	8,4	14,901	24,292
59	Turquia	0,924	4	0,771	0,834	80,3	74,4	15,9 ^g	16,9 ^g	6,9	8,4	15,921	34,137
60	Bahamas	75,9	71,5	11,7 ^g	11,4 ^g	22,830	34,288

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		ODS 3 Esperança de vida à nascença		ODS 4.3 Anos de escolaridade esperados		ODS 4.6 Média de anos de escolaridade		ODS 8.5 Rendimento Nacional Bruto estimado per capita*		
			Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(PPC em \$ de 2011)		
	Valor	Grupo ^a	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018 ^e	2018 ^e	2018 ^e	2018 ^e	2018	2018	
61	Malásia	0,972	2	0,792	0,815	78,2	74,1	13,8	13,1	10,0	10,3	20.820	33.279
62	Seicheles	77,3	69,8	16,2	14,7
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
63	Sérvia	0,976	1	0,789	0,808	78,5	73,3	15,3	14,3	10,7	11,6	12.549	17.995
63	Trinidade e Tobago	1,002	1	0,798	0,796	76,1	70,8	13,8 ^g	12,0 ^g	11,1 ^l	10,9 ^l	22.266	34.878
65	Irão (República Islâmica do)	0,874	5	0,727	0,832	77,7	75,4	14,6	14,8	9,9	10,1	5.809	30.250
66	Maurícia	0,974	2	0,782	0,803	78,4	71,5	15,5	14,4	9,3 ^h	9,5 ^h	14.261	31.385
67	Panamá	1,005	1	0,794	0,790	81,6	75,2	13,3	12,1	10,4 ^h	9,9 ^h	16.106	24.788
68	Costa Rica	0,977	1	0,782	0,800	82,7	77,5	15,8	14,9	8,8	8,5	10.566	19.015
69	Albânia	0,971	2	0,779	0,802	80,2	76,8	15,8	14,8	9,9 ⁱ	10,2 ^j	9.781	14.725
70	Geórgia	0,979	1	0,775	0,791	78,0	69,2	15,7	15,2	12,8	12,8	6.505	12.929
71	Sri Lanca	0,938	3	0,749	0,799	80,1	73,4	14,2	13,7	10,5 ^g	11,6 ^g	6.766	16.852
72	Cuba	0,948	3	0,753	0,794	80,7	76,8	14,8	13,9	11,8 ^g	11,7 ^g	5.035	10.625
73	São Cristóvão e Nevis	13,8 ^g	13,5 ^g
74	Antígua e Barbuda	78,0	75,7	13,1 ^g	11,8 ^g
75	Bósnia-Herzegovina	0,924	4	0,735	0,796	79,7	74,8	13,9 ^k	13,5 ^k	8,6	10,9	8.432	17.123
76	México	0,957	2	0,747	0,781	77,8	72,1	14,6	14,0	8,4	8,8	11.254	24.286
77	Tailândia	0,995	1	0,763	0,766	80,7	73,2	14,8 ^g	14,5 ^g	7,5	8,0	14.319	18.033
78	Granada	74,9	70,1	17,0	16,2
79	Brasil	0,995	1	0,757	0,761	79,4	72,0	15,8	15,0	8,1 ^g	7,6 ^g	10.432	17.827
79	Colômbia	0,986	1	0,755	0,765	79,9	74,3	14,9	14,3	8,5	8,2	10.236	15.656
81	Arménia	0,972	2	0,746	0,767	78,4	71,2	13,6 ^g	12,8 ^g	11,8	11,8	6.342	12.581
82	Argélia	0,865	5	0,685	0,792	77,9	75,5	14,9 ^g	14,5 ^g	7,7 ^l	8,3 ^l	4.103	22.981
82	Macedónia do Norte	0,947	3	0,737	0,778	77,7	73,7	13,6	13,3	9,2 ^l	10,2 ^l	9.464	16.279
82	Peru	0,951	2	0,738	0,776	79,3	73,8	14,1	13,7	8,7	9,7	8.839	15.854
85	China	0,961	2	0,741	0,771	79,1	74,5	14,1 ^g	13,7 ^g	7,5 ^l	8,3 ^l	12.665	19.410
85	Equador	0,980	1	0,748	0,763	79,6	74,1	15,7 ^g	14,1 ^g	8,9	9,1	7.319	12.960
87	Azerbaijão	0,940	3	0,728	0,774	75,3	70,3	12,4	12,5	10,2	10,8	9.849	20.656
88	Ucrânia	0,995	1	0,745	0,749	76,7	67,0	15,2 ^g	14,8 ^g	11,3 ^j	11,3 ^j	6.064	10.232
89	República Dominicana	1,003	1	0,744	0,742	77,2	70,8	14,8	13,5	8,3	7,6	11.176	18.974
89	Santa Lúcia	0,975	2	0,734	0,753	77,4	74,7	14,2 ^g	13,6 ^g	8,8	8,2	9.085	14.046
91	Tunísia	0,899	5	0,689	0,767	78,5	74,5	15,8	14,4	6,4 ^g	7,9 ^g	4.737	16.722
92	Mongólia	1,031	2	0,746	0,724	74,0	65,6	14,8 ^g	13,7 ^g	10,5 ^g	9,9 ^g	9.666	11.931
93	Líbano	0,891	5	0,678	0,762	80,8	77,1	11,4	11,6	8,5 ^l	8,9 ^l	4.667	17.530
94	Botsuana	0,990	1	0,723	0,731	72,0	66,2	12,8 ^g	12,6 ^g	9,2 ^l	9,5 ^l	14.176	17.854
94	São Vicente e Granadinas	75,0	70,2	13,7 ^g	13,4 ^g	8.615	14.780
96	Jamaica	0,986	1	0,719	0,729	76,0	72,8	13,9 ^g	12,4 ^g	10,0 ^g	9,5 ^g	6.326	9.559
96	Venezuela (República Bolivariana da)	1,013	1	0,728	0,719	76,1	68,4	13,8 ^g	11,8 ^g	10,7	10,0	6.655	11.546
98	Dominica
98	Ilhas Fiji	69,2	65,6	11,0 ^h	10,7 ^h	5.839	12.292
98	Paraguai	0,968	2	0,710	0,734	76,3	72,2	13,2 ^g	12,2 ^g	8,5	8,4	8.325	15.001
98	Suriname	0,972	2	0,710	0,731	74,9	68,4	13,4 ^g	12,4 ^g	9,0	9,2	7.953	15.868
102	Jordânia	0,868	5	0,654	0,754	76,2	72,7	12,1 ^g	11,6 ^g	10,2 ^h	10,7 ^h	2.734	13.668
103	Belize	0,983	1	0,713	0,725	77,7	71,6	13,4	12,9	9,9 ⁱ	9,7 ⁱ	5.665	8.619
104	Maldívas	0,939	3	0,689	0,734	80,5	77,2	12,2 ^m	12,0 ^m	6,7 ^m	6,9 ^m	7.454	15.576
105	Tonga	0,944	3	0,692	0,733	72,8	68,9	14,4 ^g	13,9 ^g	11,3 ^h	11,2 ^h	3.817	7.747
106	Filipinas	1,004	1	0,712	0,710	75,4	67,1	13,0 ^g	12,4 ^g	9,6 ^g	9,2 ^g	7.541	11.518
107	Moldávia (República da)	1,007	1	0,714	0,709	76,1	67,5	11,8	11,4	11,6	11,5	5.886	7.861
108	Turquemenistão	71,6	64,6	10,5 ^g	11,1 ^g	11.746	21.213
108	Usbequistão	0,939	3	0,685	0,730	73,7	69,4	11,8	12,2	11,3	11,8	4.656	8.277
110	Líbia	0,931	3	0,670	0,720	75,8	69,9	13,0 ^l	12,6 ^l	8,0 ^j	7,2 ^j	4.867	18.363
111	Indonésia	0,937	3	0,681	0,727	73,7	69,4	12,9	12,9	7,6	8,4	7.672	14.789
111	Samoa	75,3	71,2	12,9 ^g	12,1 ^g	3.955	7.685
113	África do Sul	0,984	1	0,698	0,710	67,4	60,5	14,0	13,3	10,0	10,5	9.035	14.554
114	Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,936	3	0,678	0,724	74,2	68,4	14,0 ⁿ	14,0 ⁿ	8,3	9,8	4.902	8.780
115	Gabão	0,917	4	0,669	0,729	68,3	64,2	12,5 ^l	13,3 ^l	7,5 ^m	9,2 ^m	11.238	20.183
116	Egito	0,878	5	0,643	0,732	74,2	69,6	13,1	13,1	6,7 ^h	8,0 ^h	4.364	16.989
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
117	Ilhas Marshall	10,9 ^g	11,2 ^g
118	Vietname	1,003	1	0,693	0,692	79,4	71,2	12,9 ⁱ	12,5 ⁱ	7,9 ^h	8,5 ^h	5.739	6.703
119	Palestina (Estado da)	0,871	5	0,624	0,716	75,6	72,3	13,7	12,0	8,9	9,3	1.824	8.705

TABELA 4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POR GÊNERO

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero		Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		ODS 3 Esperança de vida à nascença		ODS 4.3 Anos de escolaridade esperados		ODS 4.6 Média de anos de escolaridade		ODS 8.5 Rendimento Nacional Bruto estimado per capita ^a	
	Valor	Grupo ^b	Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(PPC em \$ de 2011)	
			Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018 ^c	2018 ^c	2018 ^c	2018 ^c	2018	2018
120 Iraque	0,789	5	0,587	0,744	72,5	68,4	10,2 ^m	12,1 ^m	6,0 ^g	8,6 ^g	3,712	26,745
121 Marrocos	0,833	5	0,603	0,724	77,7	75,2	12,6 ^g	13,6 ^g	4,6 ^h	6,4 ^h	3,012	12,019
122 Quirguizistão	0,959	2	0,656	0,684	75,5	67,3	13,6	13,2	11,0 ⁱ	10,8 ⁱ	2,192	4,465
123 Guiana	0,973	2	0,656	0,674	73,0	66,8	11,9 ^g	11,1 ^g	8,9 ⁱ	8,0 ⁱ	4,676	10,533
124 El Salvador	0,969	2	0,654	0,675	77,6	68,2	11,9	12,2	6,6	7,3	5,234	8,944
125 Tajiquistão	0,799	5	0,561	0,703	73,2	68,7	10,9 ^g	12,3 ^g	10,1 ^m	11,2 ^m	1,044	5,881
126 Cabo Verde	0,984	1	0,644	0,655	76,0	69,3	12,1	11,6	6,0	6,5	5,523	7,497
126 Guatemala	0,943	3	0,628	0,666	76,9	71,1	10,5	10,8	6,4	6,5	4,864	9,970
126 Nicarágua	1,013	1	0,655	0,646	77,8	70,7	12,5 ⁿ	11,9 ⁿ	7,1 ^h	6,5 ^h	4,277	5,318
129 Índia	0,829	5	0,574	0,692	70,7	68,2	12,9	11,9	4,7 ^g	8,2 ^g	2,625	10,712
130 Namíbia	1,009	1	0,647	0,641	66,2	60,4	12,7 ^m	12,5 ^m	7,3 ^h	6,6 ^h	8,917	10,497
131 Timor-Leste	0,899	5	0,589	0,655	71,4	67,3	12,0 ^g	12,8 ^g	3,6 ^m	5,3 ^m	5,389	9,618
132 Honduras	0,970	2	0,611	0,630	77,4	72,8	10,6	9,8	6,6	6,6	3,214	5,305
132 Quiribati	72,1	64,0	12,2 ^g	11,4 ^g
134 Butão	0,893	5	0,581	0,650	71,8	71,1	12,2 ^g	12,0 ^g	2,1 ^g	4,2 ^g	6,388	10,579
135 Bangladeche	0,895	5	0,575	0,642	74,3	70,6	11,6	10,8	5,3	6,8	2,373	5,701
135 Micronésia (Estados Federados da)	69,5	66,1
137 São Tomé e Príncipe	0,900	5	0,571	0,635	72,6	67,8	12,8 ^g	12,6 ^g	5,7 ^g	7,2 ^g	1,885	4,162
138 Congo	0,931	3	0,591	0,635	65,7	62,8	11,5 ^l	11,9 ^l	6,1 ⁱ	7,5 ⁱ	4,989	6,621
138 Essuatíni (Reino de)	0,962	2	0,595	0,618	64,0	55,3	10,9 ^g	11,7 ^g	6,3 ⁱ	7,2 ⁱ	7,030	11,798
140 República Democrática Popular do Laos	0,929	3	0,581	0,625	69,4	65,8	10,8	11,3	4,8 ^h	5,6 ^h	5,027	7,595
141 Vanuatu	72,0	68,8	10,9 ^g	11,7 ^g	2,185	3,413
142 Gana	0,912	4	0,567	0,622	64,9	62,7	11,4	11,7	6,4 ^h	7,9 ^h	3,287	4,889
143 Zâmbia	0,949	3	0,575	0,606	66,4	60,5	11,6 ^m	12,5 ^m	6,7 ^m	7,5 ^m	3,011	4,164
144 Guiné Equatorial	59,6	57,4	3,9 ^k	7,2 ^k	12,781	21,809
145 Mianmar	0,953	2	0,566	0,594	69,9	63,8	10,5	10,1	5,0 ^m	4,9 ^m	3,613	8,076
146 Camboja	0,919	4	0,557	0,606	71,6	67,3	10,9 ^g	11,8 ^g	4,1 ^h	5,7 ^h	3,129	4,089
147 Quênia	0,933	3	0,553	0,593	68,7	64,0	10,3 ^g	10,9 ^g	6,0 ^h	7,2 ^h	2,619	3,490
147 Nepal	0,897	5	0,549	0,612	71,9	69,0	12,7	11,7	3,6 ^h	6,4 ^h	2,113	3,510
149 Angola	0,902	4	0,546	0,605	63,7	58,1	11,0 ^m	12,7 ^m	4,0 ^m	6,4 ^m	4,720	6,407
150 Camarões	0,869	5	0,522	0,601	60,2	57,7	11,9	13,6	4,8 ⁱ	7,8 ⁱ	2,724	3,858
150 Zimbabuê	0,925	4	0,540	0,584	62,6	59,5	10,3	10,6	7,6 ^g	9,0 ^g	2,280	3,080
152 Paquistão	0,747	5	0,464	0,622	68,1	66,2	7,8	9,3	3,8	6,5	1,570	8,605
153 Ilhas Salomão	74,7	71,2	9,7 ^g	10,7 ^g	1,569	2,469
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
154 República Árabe da Síria	0,795	5	0,457	0,575	77,8	66,6	8,7 ^g	8,8 ^g	4,6 ^o	5,6 ^o	656	4,779
155 Papua-Nova Guiné	65,6	63,0	3,9 ^h	5,4 ^h	3,248	4,106
156 Comores	0,888	5	0,504	0,568	65,9	62,4	11,1 ^g	11,4 ^g	3,9 ^m	5,9 ^m	1,812	3,030
157 Ruanda	0,943	3	0,520	0,551	70,8	66,5	11,2	11,2	3,9 ^g	4,9 ^g	1,708	2,218
158 Nigéria	0,868	5	0,492	0,567	55,2	53,5	8,6 ⁱ	10,1 ⁱ	5,3 ^m	7,6 ^m	4,313	5,838
159 Tanzânia (República Unida da)	0,936	3	0,509	0,544	66,8	63,2	7,7	8,1	5,6 ^h	6,4 ^h	2,436	3,175
159 Uganda	0,863	5	0,484	0,561	65,2	60,7	10,4 ^g	11,5 ^g	4,8 ^m	7,4 ^m	1,272	2,247
161 Maurítânia	0,853	5	0,479	0,562	66,3	63,1	8,5	8,5	3,7 ^h	5,5 ^h	2,018	5,462
162 Madagáscar	0,946	3	0,504	0,533	68,3	65,1	10,3	10,4	6,4 ^l	5,8 ^l	1,119	1,690
163 Benim	0,883	5	0,486	0,550	63,0	59,9	11,4	13,8	3,0 ^j	4,4 ^j	1,863	2,407
164 Lesoto	1,026	2	0,522	0,509	57,0	50,6	11,1	10,3	7,0 ^h	5,5 ^h	2,641	3,864
165 Costa do Marfim	0,796	5	0,445	0,559	58,7	56,3	8,2	10,0	4,1 ^h	6,3 ^h	1,790	5,355
166 Senegal	0,873	5	0,476	0,545	69,6	65,5	9,4	8,6	1,8 ^g	4,4 ^g	2,173	4,396
167 Togo	0,818	5	0,459	0,561	61,6	59,9	11,4	13,7	3,3 ^m	6,6 ^m	1,200	1,989
168 Sudão	0,837	5	0,457	0,546	66,9	63,3	7,7	8,3	3,2 ^h	4,2 ^h	1,759	6,168
169 Haiti	0,890	5	0,477	0,536	65,8	61,5	9,6 ^l	10,4 ^l	4,3 ^m	6,6 ^m	1,388	1,949
170 Afeganistão	0,723	5	0,411	0,568	66,0	63,0	7,9	12,5	1,9 ^h	6,0 ^h	1,102	2,355
171 Djibouti	68,8	64,6	6,0 ^g	6,9 ^g	2,900	4,232
172 Malaui	0,930	3	0,466	0,501	66,9	60,7	10,9 ^m	11,0 ^m	4,1 ^h	5,1 ^h	925	1,400
173 Etiópia	0,844	5	0,428	0,507	68,2	64,4	8,3 ^g	9,1 ^g	1,6 ^m	3,9 ^m	1,333	2,231
174 Gâmbia	0,832	5	0,416	0,500	63,2	60,4	9,5 ^g	9,4 ^g	3,0 ^m	4,3 ^m	800	2,190
174 Guiné	0,806	5	0,413	0,513	61,7	60,5	7,7 ^g	10,3 ^g	1,5 ^m	3,9 ^m	1,878	2,569
176 Libéria	0,899	5	0,438	0,487	65,1	62,3	8,8 ^g	10,1 ^g	3,5 ^h	5,9 ^h	1,051	1,030
177 Iémen	0,458	5	0,245	0,535	67,8	64,4	7,4 ^g	10,1 ^g	1,9 ^j	4,4 ^j	168	2,679
178 Guiné-Bissau	59,9	56,0	1,305	1,895

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero		Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		ODS 3 Esperança de vida à nascença		ODS 4.3 Anos de escolaridade esperados		ODS 4.6 Média de anos de escolaridade		ODS 8.5 Rendimento Nacional Bruto estimado per capita*	
	Valor		Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(PPC em \$ de 2011)	
	2018	Grupo ^b	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018 ^e	2018 ^e	2018 ^e	2018 ^e	2018	2018
179 Congo (República Democrática do)	0,844	5	0,419	0,496	61,9	58,9	8,7 ^g	10,6 ^g	5,3	8,4	684	917
180 Moçambique	0,901	4	0,422	0,468	63,0	57,1	9,3	10,2	2,5 ^g	4,6 ^g	1,031	1,284
181 Serra Leoa	0,882	5	0,411	0,465	55,1	53,5	9,7 ^g	10,6 ^g	2,8 ^h	4,4 ^h	1,238	1,525
182 Burquina Faso	0,875	5	0,403	0,461	61,9	60,4	8,7	9,1	1,0 ^m	2,1 ^m	1,336	2,077
182 Eritreia	68,2	63,8	4,6	5,4	1,403	2,011
184 Mali	0,807	5	0,380	0,471	59,6	58,1	6,8	8,6	1,7 ⁱ	3,0 ⁱ	1,311	2,618
185 Burundi	1,003	1	0,422	0,420	63,0	59,4	10,9	11,7	2,7 ^m	3,6 ^m	763	555
186 Sudão do Sul	0,839	5	0,369	0,440	59,1	56,1	3,5 ^g	5,9 ^g	4,0	5,3	1,277	1,633
187 Chade	0,774	5	0,347	0,449	55,4	52,6	6,0 ^g	8,9 ^g	1,3 ^m	3,6 ^m	1,377	2,056
188 República Centro-Africana	0,795	5	0,335	0,421	55,0	50,6	6,2 ^g	8,9 ^g	3,0 ^h	5,6 ^h	622	935
189 Níger	0,298	5	0,130	0,435	63,2	60,9	5,8	7,2	1,4 ^g	2,7 ^g	112	1,705
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS												
.. Coreia (República Popular Democrática da)	75,5	68,4	10,4 ^g	11,3 ^g
.. Mónaco
.. Nauru	11,8 ^g	10,8 ^g
.. São Marino	15,6	14,6
.. Somália	58,8	55,4
.. Tuvalu
Agrupamentos por IDH												
Desenvolvimento humano muito elevado	0,979	—	0,880	0,898	82,4	76,7	16,7	16,1	12,0	12,1	30,171	50,297
Desenvolvimento humano elevado	0,960	—	0,732	0,763	77,8	72,7	14,0	13,6	8,0	8,6	10,460	18,271
Desenvolvimento humano médio	0,845	—	0,571	0,676	70,9	67,8	11,9	11,5	5,0	7,8	2,787	9,528
Desenvolvimento humano baixo	0,858	—	0,465	0,542	63,0	59,7	8,5	9,9	3,8	5,8	1,928	3,232
Países em desenvolvimento	0,918	—	0,653	0,711	73,2	69,1	12,2	12,2	6,7	8,1	6,804	14,040
Regiões												
Estados Árabes	0,856	—	0,634	0,740	73,8	70,2	11,7	12,3	6,4	7,8	5,338	25,343
Ásia Oriental e Pacífico	0,962	—	0,725	0,754	77,8	72,9	13,5	13,3	7,5	8,3	11,385	17,728
Europa e Ásia Central	0,953	—	0,757	0,794	77,5	70,8	14,4	14,7	9,9	10,5	10,588	20,674
América Latina e Caraíbas	0,978	—	0,747	0,764	78,6	72,3	14,9	14,1	8,6	8,5	9,836	18,004
Ásia do Sul	0,828	—	0,570	0,688	71,1	68,5	12,0	11,6	5,0	8,0	2,639	10,693
África Subsariana	0,891	—	0,507	0,569	62,9	59,4	9,3	10,4	4,8	6,6	2,752	4,133
Países menos avançados	0,869	—	0,489	0,562	66,9	63,2	9,3	10,2	3,9	5,7	1,807	3,462
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,967	—	0,718	0,743	74,0	69,8	13,1	12,6	8,5	9,0	12,022	19,066
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico	0,976	—	0,882	0,903	83,0	77,7	16,6	16,0	11,9	12,1	31,016	50,530
Mundo	0,941	—	0,707	0,751	74,9	70,4	12,7	12,6	7,9	9,0	11,246	20,167

NOTAS

- a Não estando disponíveis dados discriminados por gênero relativos ao rendimento, os dados foram estimados de forma grosseira. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero, ver *Definições e Nota técnica 3* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notas.pdf.
- b Os países estão classificados em cinco grupos, por desvio absoluto da paridade de gênero nos valores do IDH.
- c Dados referentes a 2018 ou ao ano mais recente disponível.
- d No cálculo do valor do IDH, os anos de escolaridade esperados estão limitados aos 18 anos.
- e No cálculo do valor do IDH masculino, o rendimento nacional bruto per capita encontra-se limitado a \$75.000.
- f Com base em dados da OCDE (2018).
- g Atualizado pelo GRDH com base em dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2019).
- h Com base em dados de Barro e Lee (2018).
- i Atualizado pelo GRDH com base em dados dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de 2006–2018.
- j Atualizado pelo GRDH com recurso a estimativas de Barro e Lee (2018).
- k Com base em dados do instituto nacional de estatística.

l Baseado em regressão transnacional.

- m Atualizado pelo GRDH com base em dados dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro de 2006–2018.
- n Atualizado pelo GRDH com base em dados do CEDLAS e do Banco Mundial (2018).
- o Atualizado pelo GRDH com base no Centro Sírio para a Investigação Política (2017).

DEFINIÇÕES

Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero: Valores do rácio feminino/masculino do IDH. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero, ver *Nota técnica 3* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notas.pdf.

Grupos do Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero: Os países estão classificados em cinco grupos, por desvio absoluto da paridade de gênero nos valores do IDH. Grupo 1: países com uma igualdade elevada entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto inferior a 2,5%; Grupo 2: países com uma igualdade média-alta entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 2,5% e 5%; Grupo 3: países com uma igualdade média entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 5% e 7,5%; Grupo 4: países com uma igualdade média-baixa entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 7,5%

e 10%; Grupo 5: países com uma igualdade reduzida entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto superior a 10%.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, ver *Nota técnica 1* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notas.pdf.

Esperança de vida à nascença: Número de anos que uma criança recém-nascida poderia esperar viver se os padrões prevalentes das taxas de mortalidade por idades à data do nascimento permanecessem iguais ao longo da sua vida.

Anos de escolaridade esperados: Número de anos de escolaridade que uma criança em idade de entrada na escola pode esperar receber, se os padrões prevalentes das taxas de matrícula por idades persistirem ao longo da sua vida.

Média de anos de escolaridade: Número médio de anos de escolaridade das pessoas com idade igual ou superior a 25 anos, convertido com base nos níveis de realização educativa usando as durações oficiais de cada nível.

Rendimento Nacional Bruto estimado per capita: Calculado com base no rácio dos salários feminino/masculino, nas percentagens feminina/masculina da

população economicamente ativa, e no rendimento nacional bruto (PPC em \$ constantes de 2011). Para mais pormenores, ver *Nota técnica 3* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notas.pdf.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

- Coluna 1:** Cálculos baseados nos dados das colunas 3 e 4.
- Coluna 2:** Cálculos baseados nos dados da coluna 1.
- Colunas 3 e 4:** Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2019b), do Instituto de Estatística da UNESCO (2019), de Barro e Lee (2018), do Banco Mundial (2019a), da OIT (2019) e do FMI (2019).
- Colunas 5 e 6:** UNDESA (2019b).
- Colunas 7 e 8:** Instituto de Estatística da UNESCO (2019), Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro, Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF e OCDE (2018).
- Colunas 9 e 10:** Instituto de Estatística da UNESCO (2019), Barro e Lee (2018), Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro, Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF e OCDE (2018).
- Colunas 11 e 12:** Cálculos do GRDH baseados em dados da OIT (2019), do UNDESA (2019b), do Banco Mundial (2019a), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2019b) e do FMI (2019).

Índice de Desigualdade de Género

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Género		ODS 3.1	ODS 3.7	ODS 5.5	ODS 4.6		Taxa de participação na força de trabalho ^a		
	Valor	Classificação	Taxa de mortalidade materna	Taxa de partos na adolescência	Porcentagem de assentos no parlamento	População com pelo menos uma parte do ensino secundário		Feminino	Masculino	
			(mortes por 100.000 nados vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres dos 15 aos 19 anos)	(% do sexo feminino)	(% com 25 anos ou mais)		(% com 15 anos ou mais)		
	2018	2018	2015	2015-2020 ^b	2018	2010-2018 ^c	2010-2018 ^c	2018	2018	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO										
1	Noruega	0,044	5	5	5,1	41,4	96,1	94,8	60,2	66,7
2	Suíça	0,037	1	5	2,8	29,3	96,4	97,2	62,6	74,1
3	Irlanda	0,093	22	8	7,5	24,3	90,2 ^d	86,3 ^d	55,1	68,1
4	Alemanha	0,084	19	6	8,1	31,5	96,0	96,6	55,3	66,2
4	Hong Kong, China (RAE)	2,7	..	76,6	82,9	54,1	67,8
6	Austrália	0,103	25	6	11,7	32,7	90,0	90,7	59,7	70,5
6	Islândia	0,057	9	3	6,3	38,1	100,0 ^e	100,0 ^e	72,1	80,6
8	Suécia	0,040	2	4	5,1	46,1	88,8	89,0	61,1	67,6
9	Singapura	0,065	11	10	3,5	23,0	76,3	83,3	60,5	76,3
10	Países Baixos	0,041	4	7	3,8	35,6	86,6	90,1	58,0	68,9
11	Dinamarca	0,040	2	6	4,1	37,4	89,2	89,4	58,1	65,9
12	Finlândia	0,050	7	3	5,8	42,0	100,0	100,0	55,0	62,2
13	Canadá	0,083	18	7	8,4	31,7	100,0 ^e	100,0 ^e	60,9	69,7
14	Nova Zelândia	0,133	34	11	19,3	38,3	97,2	96,6	64,6	75,7
15	Reino Unido	0,119	27	9	13,4	28,9	82,9	85,7	57,1	67,8
15	Estados Unidos	0,182	42	14	19,9	23,6	95,7	95,5	56,1	68,2
17	Bélgica	0,045	6	7	4,7	41,4	82,6	87,1	47,9	58,9
18	Listenstaine	12,0
19	Japão	0,099	23	5	3,8	13,7	95,2 ^d	92,2 ^d	51,4	70,7
20	Áustria	0,073	14	4	7,3	34,8	100,0	100,0	54,8	65,9
21	Luxemburgo	0,078	16	10	4,7	20,0	100,0	100,0	53,5	62,7
22	Israel	0,100	24	5	9,6	27,5	87,8	90,5	59,2	69,1
22	Coreia (República da)	0,058	10	11	1,4	17,0	89,8	95,6	52,8	73,3
24	Eslovénia	0,069	12	9	3,8	20,0	97,0	98,3	53,4	62,7
25	Espanha	0,074	15	5	7,7	38,6	73,3	78,4	51,7	63,4
26	Chéquia	0,137	35	4	12,0	20,3	99,8	99,8	52,4	68,4
26	França	0,051	8	8	4,7	35,7	81,0	86,3	50,3	60,0
28	Malta	0,195	44	9	12,9	11,9	74,3	82,2	43,3	66,2
29	Itália	0,069	12	4	5,2	35,6	75,6	83,0	40,0	58,4
30	Estónia	0,091	21	9	7,7	26,7	100,0 ^e	100,0 ^e	57,0	70,9
31	Chipre	0,086	20	7	4,6	17,9	78,2	82,6	57,3	67,2
32	Grécia	0,122	31	3	7,2	18,7	61,5	73,2	45,3	60,7
32	Polónia	0,120	30	3	10,5	25,5	82,9	88,1	48,9	65,5
34	Lituânia	0,124	33	10	10,9	21,3	92,9	97,5	56,4	66,7
35	Emirados Árabes Unidos	0,113	26	6	6,5	22,5	78,8 ^d	65,7 ^d	51,2	93,4
36	Andorra	32,1	71,5	73,3
36	Arábia Saudita	0,224	49	12	7,3	19,9	67,8	75,5	23,4	79,2
36	Eslováquia	0,190	43	6	25,7	20,0	99,1	100,0	52,7	67,4
39	Letónia	0,169	40	18	16,2	31,0	100,0 ^e	99,1 ^e	55,4	68,0
40	Portugal	0,081	17	10	8,4	34,8	53,6	54,8	53,9	64,2
41	Qatar	0,202	45	13	9,9	9,8	73,5	66,1	57,8	94,7
42	Chile	0,288	62	22	41,1	22,7	79,0	80,9	51,0	74,2
43	Brunei Darussalam	0,234	51	23	10,3	9,1	69,5 ^d	70,6 ^d	58,2	71,7
43	Hungria	0,258	56	17	24,0	12,6	96,3	98,2	48,3	65,0
45	Bahrein	0,207	47	15	13,4	18,8	64,2 ^d	57,5 ^d	44,5	87,3
46	Croácia	0,122	31	8	8,7	18,5	94,5	96,9	45,7	58,2
47	Omã	0,304	65	17	13,1	8,8	73,4	63,7	31,0	88,7
48	Argentina	0,354	77	52	62,8	39,5	66,5 ^d	63,3 ^d	49,0	72,8
49	Federação Russa	0,255	54	25	20,7	16,1	96,3	95,7	54,9	70,5
50	Bielorrússia	0,119	27	4	14,5	33,1	87,2	92,5	58,1	70,3
50	Cazaquistão	0,203	46	12	29,8	22,1	98,3 ^d	98,9 ^d	65,2	77,1
52	Bulgária	0,218	48	11	39,9	23,8	94,2	96,2	49,5	61,6
52	Montenegro	0,119	27	7	9,3	23,5	88,0	97,5	43,6	58,1
52	Roménia	0,316	69	31	36,2	18,7	87,2	93,1	45,6	64,2
55	Palau	13,8	96,9	97,3
56	Barbados	0,256	55	27	33,6	27,5	94,6 ^d	91,9 ^d	61,9	69,6
57	Koweit	0,245	53	4	8,2	3,1	56,8	49,3	57,5	85,3
57	Uruguai	0,275	59	15	58,7	22,3	57,8	54,0	55,8	73,8
59	Turquia	0,305	66	16	26,6	17,4	44,3	66,0	33,5	72,6
60	Bahamas	0,353	76	80	30,0	21,8	88,0	91,0	67,6	82,0

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Género		ODS 3.1 Taxa de mortalidade materna	ODS 3.7 Taxa de partos na adolescência	ODS 5.5 Porcentagem de assentos no parlamento	ODS 4.6 População com pelo menos uma parte do ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho ^a		
	Valor	Classificação	(mortes por 100.000 nados vivos) 2015	(nascimentos por 1.000 mulheres dos 15 aos 19 anos) 2015–2020 ^b	2018 (% do sexo feminino)	(% com 25 anos ou mais)		(% com 15 anos ou mais)		
						Feminino 2010–2018 ^c	Masculino 2010–2018 ^c	Feminino 2018	Masculino 2018	
61 Malásia	0,274	58	40	13,4	15,8	79,8 ^d	81,8 ^d	50,9	77,4	
62 Seicheles	62,1	21,2	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
63 Sérvia	0,161	37	17	14,7	34,4	85,7	93,6	46,8	62,1	
63 Trinidad e Tobago	0,323	72	63	30,1	30,1	74,4 ^d	71,2 ^d	50,4	71,3	
65 Irão (República Islâmica do)	0,492	118	25	40,6	5,9	67,4	72,0	16,8	71,2	
66 Maurícia	0,369	82	53	25,7	11,6	65,7 ^d	68,1 ^d	45,0	71,8	
67 Panamá	0,460	108	94	81,8	18,3	74,8 ^d	68,4 ^d	52,5	80,5	
68 Costa Rica	0,285	61	25	53,5	45,6	53,8	52,3	45,7	74,6	
69 Albânia	0,234	51	29	19,6	27,9	93,5	92,8	47,2	64,9	
70 Geórgia	0,351	75	36	46,4	16,0	97,4	98,6	57,8	78,7	
71 Sri Lanca	0,380	86	30	20,9	5,8	82,6 ^d	83,1 ^d	34,9	72,2	
72 Cuba	0,312	67	39	51,6	53,2	86,7 ^d	88,9 ^d	40,0	67,4	
73 São Cristóvão e Nevis	13,3	
74 Antígua e Barbuda	42,8	31,4	
75 Bósnia-Herzegovina	0,162	38	11	9,6	19,3	73,1	90,0	35,6	58,6	
76 México	0,334	74	38	60,4	48,4	58,4	61,1	43,8	78,9	
77 Tailândia	0,377	84	20	44,9	5,3	43,1	48,2	59,5	76,2	
78 Granada	27	29,2	39,3	
79 Brasil	0,386	89	44	59,1	15,0	61,0	57,7	54,0	74,4	
79 Colômbia	0,411	94	64	66,7	19,0	53,1	50,9	58,6	82,0	
81 Arménia	0,259	57	25	21,5	18,1	96,9	97,6	49,6	69,9	
82 Argélia	0,443	100	140	10,1	21,3	39,1 ^d	38,9 ^d	14,9	67,4	
82 Macedónia do Norte	0,145	36	8	15,7	38,3	41,6 ^f	57,6 ^f	42,7	67,5	
82 Peru	0,381	87	68	56,9	27,7	57,4	68,5	69,9	84,7	
85 China	0,163	39	27	7,6	24,9	75,4 ^d	83,0 ^d	61,3	75,9	
85 Equador	0,389	90	64	79,3	38,0	51,9	51,9	56,6	81,8	
87 Azerbaijão	0,321	70	25	55,8	16,8	93,9	97,5	63,1	69,7	
88 Ucrânia	0,284	60	24	23,7	12,3	94,0 ^d	95,2 ^d	46,7	62,8	
89 República Dominicana	0,453	104	92	94,3	24,3	58,6	54,4	50,9	77,6	
89 Santa Lúcia	0,333	73	48	40,5	20,7	49,2	42,1	60,2	75,3	
91 Tunísia	0,300	63	62	7,8	31,3	42,3 ^d	54,6 ^d	24,1	69,9	
92 Mongólia	0,322	71	44	31,0	17,1	91,2	86,3	53,3	66,7	
93 Líbano	0,362	79	15	14,5	4,7	54,3 ^g	55,6 ^g	23,5	70,9	
94 Botsuana	0,464	111	129	46,1	9,5	89,6 ^d	90,3 ^d	66,2	78,6	
94 São Vicente e Granadinas	45	49,0	13,0	57,3	79,2	
96 Jamaica	0,405	93	89	52,8	19,0	69,9	62,4	60,4	73,9	
96 Venezuela (República Bolivariana da)	0,458	106	95	85,3	22,2	71,7	66,6	47,7	77,1	
98 Dominica	25,0	
98 Ilhas Fiji	0,357	78	30	49,4	19,6	78,3 ^d	70,2 ^d	38,1	76,1	
98 Paraguai	0,482	117	132	70,5	16,0	47,3	48,3	56,9	84,1	
98 Suriname	0,465	112	155	61,7	25,5	61,5	60,1	39,2	64,2	
102 Jordânia	0,469	113	58	25,9	15,4	82,0 ^d	85,9 ^d	14,1	64,0	
103 Belize	0,391	91	28	68,5	11,1	78,9	78,4	53,3	81,4	
104 Maldivas	0,367	81	68	7,8	5,9	44,9 ^d	49,3 ^d	41,9	82,0	
105 Tonga	0,418	96	124	14,7	7,4	94,0 ^d	93,4 ^d	45,3	74,1	
106 Filipinas	0,425	98	114	54,2	29,1	75,6 ^d	72,4 ^d	45,7	74,1	
107 Moldávia (República da)	0,228	50	23	22,4	22,8	95,5	97,4	38,9	45,6	
108 Turquemenistão	42	24,4	24,8	52,8	78,2	
108 Usbequistão	0,303	64	36	23,8	16,4	99,9	99,9	53,4	78,0	
110 Lúbia	0,172	41	9	5,8	16,0	69,4 ^d	45,0 ^d	25,7	79,0	
111 Indonésia	0,451	103	126	47,4	19,8	44,5	53,2	52,2	82,0	
111 Samoa	0,364	80	51	23,9	10,0	79,1 ^h	71,6 ^h	23,7	38,6	
113 África do Sul	0,422	97	138	67,9	41,8 ⁱ	75,0	78,2	48,9	62,6	
114 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,446	101	206	64,9	51,8	52,8	65,1	56,6	79,4	
115 Gabão	0,534	128	291	96,2	17,4 ⁱ	65,6 ^d	49,8 ^d	43,4	60,2	
116 Egipto	0,450	102	33	53,8	14,9	59,2 ^d	71,2 ^d	22,8	73,2	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
117 Ilhas Marshall	9,1	91,6	92,5	
118 Vietname	0,314	68	54	30,9	26,7	66,2 ^d	77,7 ^d	72,7	82,5	
119 Palestina (Estado da)	45	52,8	..	60,0	62,2	19,3	71,1	

TABELA 5 ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE GÊNERO

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Gênero		ODS 3.1	ODS 3.7	ODS 5.5	ODS 4.6		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Valor	Classificação	Taxa de mortalidade materna (mortes por 100.000 nados vivos)	Taxa de partos na adolescência (nascimentos por 1.000 mulheres dos 15 aos 19 anos)	Percentagem de assentos no parlamento (% do sexo feminino)	População com pelo menos uma parte do ensino secundário (% com 25 anos ou mais)		Taxa de participação na força de trabalho ^a (% com 15 anos ou mais)	
	2018	2018	2015	2015–2020 ^b	2018	Feminino 2010–2018 ^c	Masculino 2010–2018 ^c	Feminino 2018	Masculino 2018
120 Iraque	0,540	131	50	71,7	25,2	39,5 ^d	56,5 ^d	12,4	72,6
121 Marrocos	0,492	118	121	31,0	18,4	29,0 ^d	35,6 ^d	21,4	70,4
122 Quirguizistão	0,381	87	76	32,8	19,2	98,6 ^d	98,3 ^d	48,0	75,8
123 Guiana	0,492	118	229	74,4	31,9	70,9 ^d	55,5 ^d	41,2	73,6
124 El Salvador	0,397	92	54	69,5	31,0	39,9	46,3	46,1	78,9
125 Tajiquistão	0,377	84	32	57,1	20,0	98,8 ^d	87,0 ^d	27,8	59,7
126 Cabo Verde	0,372	83	42	73,8	20,8 ^k	28,7	31,2	65,1	73,2
126 Guatemala	0,492	118	88	70,9	12,7	38,4	37,2	41,1	85,0
126 Nicarágua	0,455	105	150	85,0	45,7	48,3 ^d	46,6 ^d	50,7	83,7
129 Índia	0,501	122	174	13,2	11,7	39,0 ^d	63,5 ^d	23,6	78,6
130 Namíbia	0,460	108	265	63,6	39,7	40,5 ^d	41,9 ^d	56,2	65,9
131 Timor-Leste	215	33,8	33,8	25,0	52,6
132 Honduras	0,479	116	129	72,9	21,1	34,2	32,6	47,2	83,7
132 Quiribati	90	16,2	6,5
134 Butão	0,436	99	148	20,2	15,3	7,6	17,5	58,2	74,5
135 Bangladeche	0,536	129	176	83,0	20,3	45,3 ^d	49,2 ^d	36,0	81,3
135 Micronésia (Estados Federados da)	100	13,9	0,0 ^l
137 São Tomé e Príncipe	0,547	136	156	94,6	14,5	31,5	45,8	43,3	76,2
138 Congo	0,579	145	442	112,2	14,0	46,7 ^d	51,3 ^d	66,9	71,6
138 Essuatíni (Reino de)	0,579	145	389	76,7	12,1	31,3 ^d	33,9 ^d	41,4	65,9
140 República Democrática Popular do Laos	0,463	110	197	65,4	27,5	35,0 ^d	46,0 ^d	76,8	79,7
141 Vanuatu	78	49,4	0,0 ^l	61,5	79,6
142 Gana	0,541	133	319	66,6	12,7	55,7 ^d	71,1 ^d	63,6	71,5
143 Zâmbia	0,540	131	224	120,1	18,0	39,2 ^d	52,4 ^d	70,8	79,8
144 Guiné Equatorial	342	155,6	18,0	55,2	67,1
145 Mianmar	0,458	106	178	28,5	10,2	28,7 ^d	22,3 ^d	47,7	77,3
146 Camboja	0,474	114	161	50,2	19,3	15,1 ^d	28,1 ^d	75,2	87,6
147 Quênia	0,545	134	510	75,1	23,3	29,8 ^d	37,3 ^d	63,6	69,1
147 Nepal	0,476	115	258	65,1	33,5	29,0 ^d	44,2 ^d	81,7	84,4
149 Angola	0,578	144	477	150,5	30,5	23,1	38,1	75,4	80,1
150 Camarões	0,566	140	596	105,8	29,3	32,7	40,9	71,2	81,4
150 Zimbabué	0,525	126	443	86,1	34,3	55,9	66,3	78,6	89,0
152 Paquistão	0,547	136	178	38,8	20,0	26,7	47,3	23,9	81,5
153 Ilhas Salomão	114	78,0	2,0	62,4	80,3
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO									
154 República Árabe da Síria	0,547	136	68	38,6	13,2	37,1 ^d	43,4 ^d	12,0	70,3
155 Papua-Nova Guiné	0,740	161	215	52,7	0,0 ^l	9,9 ^d	15,2 ^d	46,0	47,6
156 Comores	335	65,4	6,1	37,4	50,7
157 Ruanda	0,412	95	290	39,1	55,7	12,9 ^d	17,9 ^d	84,2	83,6
158 Nigéria	814	107,3	5,8	50,6	59,8
159 Tanzânia (República Unida da)	0,539	130	398	118,4	37,2	11,9 ^d	16,9 ^d	79,4	87,2
159 Uganda	0,531	127	343	118,8	34,3	27,4 ^d	34,7 ^d	67,2	75,0
161 Maurítânia	0,620	150	602	71,0	20,3	12,7 ^d	24,9 ^d	29,2	63,2
162 Madagáscar	353	109,6	19,6	83,6	89,3
163 Benim	0,613	148	405	86,1	7,2	18,2 ^d	33,6 ^d	69,2	73,3
164 Lesoto	0,546	135	487	92,7	22,7	32,8 ^d	25,1 ^d	59,8	74,9
165 Costa do Marfim	0,657	157	645	117,6	9,2 ^m	17,8 ^d	34,1 ^d	48,3	66,0
166 Senegal	0,523	125	315	72,7	41,8	11,1	21,4	35,2	58,6
167 Togo	0,566	140	368	89,1	17,6	27,6 ^d	54,0 ^d	76,1	79,3
168 Sudão	0,560	139	311	64,0	31,0	15,3 ^d	19,6 ^d	24,5	70,3
169 Haiti	0,620	150	359	51,7	2,7	26,9 ^d	39,9 ^d	63,3	72,8
170 Afeganistão	0,575	143	396	69,0	27,4 ^j	13,2 ^d	36,9 ^d	48,7	82,1
171 Djibouti	229	18,8	26,2	54,8	71,1
172 Malawi	0,615	149	634	132,7	16,7	17,6 ^d	25,9 ^d	72,9	82,0
173 Etiópia	0,508	123	353	66,7	37,3	11,5 ⁿ	22,0 ⁿ	74,2	86,5
174 Gâmbia	0,620	150	706	78,2	10,3	30,7 ⁿ	43,6 ⁿ	51,7	67,7
174 Guiné	679	135,3	21,9	64,1	65,1
176 Libéria	0,651	155	725	136,0	11,7	18,5 ^d	39,6 ^d	54,7	57,5
177 Iémen	0,834	162	385	60,4	0,5	19,9 ^d	35,5 ^d	6,0	70,8

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Género		ODS 3.1 Taxa de mortalidade materna	ODS 3.7 Taxa de partos na adolescência	ODS 5.5 Porcentagem de assentos no parlamento	ODS 4.6 População com pelo menos uma parte do ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Valor	Classificação	(mortes por 100.000 nados vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres dos 15 aos 19 anos)	(% do sexo feminino)	(% com 25 anos ou mais)		(% com 15 anos ou mais)	
						Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	2018	2018	2015	2015–2020 ^b	2018	2010–2018 ^c	2010–2018 ^c	2018	2018
178 Guiné-Bissau	549	104,8	13,7	67,3	78,9
179 Congo (República Democrática do)	0,655	156	693	124,2	8,2	36,7	65,8	60,8	66,5
180 Moçambique	0,569	142	489	148,6	39,6	14,0	27,3	77,5	79,6
181 Serra Leoa	0,644	153	1.360	112,8	12,3	19,9 ^d	32,9 ^d	57,7	58,5
182 Burkina Faso	0,612	147	371	104,3	11,0	6,0 ⁿ	12,1 ⁿ	58,5	75,1
182 Eritreia	501	52,6	22,0	74,1	87,1
184 Mali	0,676	158	587	169,1	8,8	7,3 ^f	16,4 ^f	61,3	80,9
185 Burundi	0,520	124	712	55,6	38,8	7,5 ^d	11,0 ^d	80,4	77,6
186 Sudão do Sul	789	62,0	26,6	71,8	74,3
187 Chade	0,701	160	856	161,1	15,3	1,7 ⁿ	10,3 ⁿ	64,8	77,9
188 República Centro-Africana	0,682	159	882	129,1	8,6	13,4 ^d	31,1 ^d	64,7	79,8
189 Níger	0,647	154	553	186,5	17,0	4,3 ^d	8,9 ^d	67,3	90,5
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS									
.. Coreia (República Popular Democrática da)	82	0,3	16,3	74,3	87,3
.. Mónaco	33,3
.. Nauru	10,5
.. São Marino	26,7
.. Somália	732	100,1	24,3	19,1	74,3
.. Tuvalu	6,7
Agrupamentos por IDH									
Desenvolvimento humano muito elevado	0,175	—	15	16,7	27,2	87,0	88,7	52,1	69,0
Desenvolvimento humano elevado	0,331	—	56	33,6	24,4	68,9	74,5	53,9	75,6
Desenvolvimento humano médio	0,501	—	198	34,3	20,8	39,5	58,7	32,3	78,9
Desenvolvimento humano baixo	0,590	—	557	101,1	21,3	17,8	30,3	58,2	73,1
Países em desenvolvimento	0,466	—	231	46,8	22,4	55,0	65,8	46,6	76,6
Regiões									
Estados Árabes	0,531	—	148	46,6	18,3	45,9	54,9	20,4	73,8
Ásia Oriental e Pacífico	0,310	—	62	22,0	20,3	68,8	76,2	59,7	77,0
Europa e Ásia Central	0,276	—	25	27,8	21,2	78,1	85,8	45,2	70,1
América Latina e Caraíbas	0,383	—	68	63,2	31,0	59,7	59,3	51,8	77,2
Ásia do Sul	0,510	—	176	26,1	17,1	39,9	60,8	25,9	78,8
África Subariana	0,573	—	550	104,7	23,5	28,8	39,8	63,5	72,9
Países menos avançados	0,561	—	434 ^T	94,4	22,5	25,3	34,9	57,3	78,8
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,453	—	192	57,5	24,6	59,0	61,5	51,0	70,2
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,182	—	14	20,5	30,1	84,8	87,7	51,6	68,5
Mundo	0,439	—	216^T	42,9	24,1	62,8	71,2	48,0	74,9

NOTAS

- a Modelos de estimativas da Organização Internacional do Trabalho.
- b Os dados correspondem às estimativas médias anuais para 2015–2020.
- c Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- d Com base em dados de Barro e Lee (2018).
- e Com base em dados da OCDE (2018).
- f Atualizado pelo GRDH com base em dados dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância de 2006–2018.
- g Baseado em regressão transnacional.
- h Com base em dados do instituto nacional de estatística.
- i Excluídas as 36 delegadas especiais, nomeadas ad hoc em regime rotativo.

- j Referente a 2017.
- k Referente a 2013.
- l Ao calcular o Índice de Desigualdade de Género, foi usado um valor de 0,1 por cento.
- m Referente a 2015.
- n Atualizado pelo GRDH com base em dados dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro de 2006–2018.
- T Adicionado a partir da fonte original dos dados.

DEFINIÇÕES

Índice de Desigualdade de Género: Uma medida composta que reflete a desigualdade de realização entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desigualdade de Género, ver *Nota técnica 4* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

Taxa de mortalidade materna: Número de mortes maternas expresso por 100.000 nados vivos.

Taxa de partos na adolescência: Número de partos de mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos por 1.000 mulheres da mesma faixa etária.

Porcentagem de assentos no parlamento: Proporção de assentos detidos por mulheres no parlamento nacional, expressa como percentagem dos assentos totais. Nos países com um sistema legislativo de duas câmaras, a percentagem de lugares no parlamento nacional é calculada com base nas duas câmaras.

População com pelo menos uma parte do ensino secundário: Percentagem da população com idade igual ou superior a 25 anos que atingiu (mas poderá não ter concluído) um nível de ensino secundário.

Taxa de participação na força de trabalho: Percentagem da população em idade ativa (com pelo menos 15 anos de idade) que participa no mercado de trabalho, seja a trabalhar ou a procurar ativamente trabalho, expressa em percentagem da população em idade ativa.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

- Coluna 1:** Cálculos do GRDH baseados nos dados das colunas 3–9.
- Coluna 2:** Cálculos baseados nos dados da coluna 1.
- Coluna 3:** Grupo das Nações Unidas para o Cálculo das Estimativas da Mortalidade Materna (2017).
- Coluna 4:** UNDESA (2019b).
- Coluna 5:** UIP (2019).
- Colunas 6 e 7:** Instituto de Estatística da UNESCO (2019) e Barro e Lee (2018).
- Colunas 8 e 9:** OIT (2019).

Índice de Pobreza Multidimensional: países em desenvolvimento

ODS 1.2

ODS 1.2
ODS 1.1
População que vive abaixo do limiar de pobreza

	Ano e inquérito ^b	Índice de Pobreza Multidimensional ^a		População em pobreza multidimensional ^a						Contribuição das privações para a pobreza multidimensional global por dimensão ^a			População que vive abaixo do limiar de pobreza (%)	
		Valor	%	Contagem de pessoas		Intensidade da privação	Desigualdade entre as populações pobres	População em situação de pobreza multidimensional grave	População vulnerável à pobreza multidimensional ^a	Saúde	Educação	Condições de vida	Limiar nacional de pobreza	1,90 \$ em PPC por dia
				(milhares)	No ano do inquérito									
Afganistão	2015/2016 D	0,272 ^d	55,9 ^d	19.376 ^d	19.865 ^d	48,6 ^d	0,020 ^d	24,9 ^d	18,1 ^d	10,0 ^d	45,0 ^d	45,0 ^d	54,5	..
Albânia	2017/2018 D	0,003	0,7	21	21	39,1	.. ^e	0,1	5,0	28,3	55,1	16,7	14,3	1,1
Argélia	2012/2013 M	0,008	2,1	805	868	38,8	0,006	0,3	5,8	29,9	46,8	23,2	5,5	0,5
Angola	2015/2016 D	0,282	51,1	14.725	15.221	55,3	0,024	32,5	15,5	21,2	32,1	46,8	36,6	30,1
Arménia	2015/2016 D	0,001	0,2	5	5	36,2	.. ^e	0,0	2,7	33,1	36,8	30,1	25,7	1,4
Bangladeche	2014 D	0,198	41,7	66.468	68.663	47,5	0,016	16,7	21,4	23,5	29,2	47,3	24,3	14,8
Barbados	2012 M	0,009 ^f	2,5 ^f	7 ^f	7 ^f	34,2 ^f	.. ^e	0,0 ^f	0,5 ^f	96,0 ^f	0,7 ^f	3,3 ^f
Belize	2015/2016 M	0,017	4,3	16	16	39,8	0,007	0,6	8,4	39,5	20,9	39,6
Benim	2017/2018 D	0,368	66,8	7.672	7.465	55,0	0,025	40,9	14,7	20,8	36,3	42,9	40,1	49,5
Butão	2010 M	0,175 ^g	37,3 ^g	272 ^g	302 ^g	46,8 ^g	0,016 ^g	14,7 ^g	17,7 ^g	24,2 ^g	36,6 ^g	39,2 ^g	8,2	1,5
Bolívia (Estado Plurinacional da)	2008 D	0,094	20,4	1.958	2.254	46,0	0,014	7,1	15,7	21,6	26,6	51,8	36,4	5,8
Bósnia-Herzegovina	2011/2012 M	0,008 ^f	2,2 ^f	80 ^f	77 ^f	37,9 ^f	0,002 ^f	0,1 ^f	4,1 ^f	79,7 ^f	7,2 ^f	13,1 ^f	16,9	0,1
Brasil	2015 N ^h	0,016 ^{d,g,h}	3,8 ^{d,g,h}	7.913 ^{d,g,h}	8.041 ^{d,g,h}	42,5 ^{d,g,h}	0,008 ^{d,g,h}	0,9 ^{d,g,h}	6,2 ^{d,g,h}	49,8 ^{d,g,h}	22,9 ^{d,g,h}	27,3 ^{d,g,h}	26,5	4,8
Burquina Faso	2010 D	0,519	83,8	13.083	16.091	61,9	0,027	64,8	7,4	20,0	40,6	39,4	40,1	43,7
Burundi	2016/2017 D	0,403	74,3	8.067	8.067	54,3	0,022	45,3	16,3	23,3	27,5	49,2	64,9	71,8
Camboja	2014 D	0,170	37,2	5.679	5.952	45,8	0,015	13,2	21,1	21,8	31,7	46,6	17,7	..
Camarões	2014 M	0,243	45,3	10.081	10.903	53,5	0,026	25,6	17,3	23,2	28,2	48,6	37,5	23,8
República Centro-Africana	2010 M	0,465 ^g	79,4 ^g	3.530 ^g	3.697 ^g	58,6 ^g	0,028 ^g	54,7 ^g	13,1 ^g	27,8 ^g	25,7 ^g	46,5 ^g	62,0	66,3
Chade	2014/2015 D	0,533	85,7	12.002	12.765	62,3	0,026	66,1	9,9	20,1	34,4	45,5	46,7	38,4
China	2014 N ⁱ	0,016 ^{j,k}	3,9 ^{j,k}	53.688 ^{j,k}	54.437 ^{j,k}	41,3 ^{j,k}	0,005 ^{j,k}	0,3 ^{j,k}	17,1 ^{j,k}	35,2 ^{j,k}	39,2 ^{j,k}	25,5 ^{j,k}	3,1	0,7
Colômbia	2015/2016 D	0,020 ^d	4,8 ^d	2.358 ^d	2.378 ^d	40,6 ^d	0,009 ^d	0,8 ^d	6,2 ^d	12,0 ^d	39,5 ^d	48,5 ^d	27,0	3,9
Comores	2012 D	0,181	37,3	270	303	48,5	0,020	16,1	22,3	20,8	31,6	47,6	42,4	17,9
Congo	2014/2015 M	0,112	24,3	1.212	1.277	46,0	0,013	9,4	21,3	23,4	20,2	56,4	46,5	37,0
Congo (República Democrática do)	2013/2014 D	0,389	74,0	54.590	60.230	52,5	0,020	43,9	16,8	26,1	18,4	55,5	63,9	76,6
Costa do Marfim	2016 M	0,236	46,1	10.916	11.192	51,2	0,019	24,5	17,6	19,6	40,4	40,0	46,3	28,2
República Dominicana	2014 M	0,015 ^d	3,9 ^d	404 ^d	418 ^d	38,9 ^d	0,006 ^d	0,5 ^d	5,2 ^d	29,1 ^d	35,8 ^d	35,0 ^d	30,5	1,6
Equador	2013/2014 N	0,018 ^g	4,5 ^g	714 ^g	746 ^g	40,0 ^g	0,007 ^g	0,8 ^g	7,5 ^g	40,8 ^g	23,4 ^g	35,8 ^g	23,2	3,2
Egito	2014 D	0,019 ^l	5,2 ^l	4.742 ^l	5.038 ^l	37,6 ^l	0,004 ^l	0,6 ^l	6,1 ^l	39,8 ^l	53,2 ^l	7,0 ^l	27,8	1,3
El Salvador	2014 M	0,032	7,9	494	501	41,3	0,009	1,7	9,9	15,5	43,4	41,1	29,2	1,9
Essuatíni (Reino de)	2014 M	0,081	19,2	249	263	42,3	0,009	4,4	20,9	29,3	17,9	52,8	63,0	42,0
Etiópia	2016 D	0,489	83,5	85.511	87.643	58,5	0,024	61,5	8,9	19,7	29,4	50,8	23,5	27,3
Gabão	2012 D	0,066	14,8	261	301	44,3	0,013	4,7	17,5	31,0	22,2	46,8	33,4	3,4
Gâmbia	2013 D	0,286	55,2	1.027	1.160	51,7	0,018	32,0	21,8	28,2	34,4	37,5	48,6	10,1
Gana	2014 D	0,138	30,1	8.109	8.671	45,8	0,016	10,4	22,0	22,3	30,4	47,2	23,4	13,3
Guatemala	2014/2015 D	0,134	28,9	4.694	4.885	46,2	0,013	11,2	21,1	26,3	35,0	38,7	59,3	8,7
Guiné	2016 M	0,336	61,9	7.668	7.867	54,3	0,022	37,7	17,2	18,7	38,7	42,6	55,2	35,3
Guiné-Bissau	2014 M	0,372	67,3	1.161	1.253	55,3	0,025	40,4	19,2	21,3	33,9	44,7	69,3	67,1
Guiana	2014 M	0,014	3,4	26	26	41,8	0,008	0,7	5,8	31,5	18,7	49,8
Haiti	2016/2017 D	0,200	41,3	4.532	4.532	48,4	0,019	18,5	21,8	18,5	24,6	57,0	58,5	25,0
Honduras	2011/2012 D	0,090 ^m	19,3 ^m	1.642 ^m	1.788 ^m	46,4 ^m	0,013 ^m	6,5 ^m	22,3 ^m	18,5 ^m	33,0 ^m	48,5 ^m	61,9	17,2
Índia	2015/2016 D	0,123	27,9	369.546	373.735	43,9	0,014	8,8	19,3	31,9	23,4	44,8	21,9	21,2
Indonésia	2012 D	0,028 ^d	7,0 ^d	17.452 ^d	18.512 ^d	40,3 ^d	0,009 ^d	1,2 ^d	9,1 ^d	23,2 ^d	30,0 ^d	46,8 ^d	10,6	5,7
Iraque	2018 M	0,033	8,6	3.397	3.305	37,9	0,005	1,3	5,2	33,1	60,9	6,0	18,9	2,5
Jamaica	2014 N	0,018 ^f	4,7 ^f	134 ^f	135 ^f	38,7 ^f	.. ^e	0,8 ^f	6,4 ^f	42,1 ^f	17,5 ^f	40,4 ^f	19,9	..
Jordânia	2017/2018 D	0,002	0,4	43	42	35,4	.. ^e	0,0	0,7	37,5	53,5	9,0	14,4	0,1
Cazaquistão	2015 M	0,002 ^g	0,5 ^g	80 ^g	82 ^g	35,6 ^g	.. ^e	0,0 ^g	1,8 ^g	90,4 ^g	3,1 ^g	6,4 ^g	2,5	0,0
Quênia	2014 D	0,178	38,7	17.801	19.223	46,0	0,014	13,3	34,9	24,9	14,6	60,5	36,1	36,8
Quirguizistão	2014 M	0,008	2,3	132	138	36,3	0,002	0,0	8,3	52,8	13,0	34,3	25,6	1,5
República Democrática Popular do Laos	2017 M	0,108	23,1	1.582	1.582	47,0	0,016	9,6	21,2	21,5	39,7	38,8	23,4	22,7
Lesoto	2014 D	0,146	33,6	720	750	43,4	0,010	8,5	24,4	20,6	21,5	57,9	57,1	59,7
Libéria	2013 D	0,320	62,9	2.698	2.978	50,8	0,019	32,1	21,4	19,7	28,2	52,1	50,9	40,9
Líbia	2014 P	0,007	2,0	124	127	37,1	0,003	0,1	11,3	39,0	48,6	12,4
Madagáscar	2008/2009 D	0,453	77,8	15.995	19.885	58,2	0,023	57,1	11,8	17,5	31,8	50,7	70,7	77,6
Malawi	2015/2016 D	0,243	52,6	9.520	9.799	46,2	0,013	18,5	28,5	20,7	23,1	56,2	51,5	70,3
Maldivas	2016/2017 D	0,003	0,8	3	3	34,4	.. ^e	0,0	4,8	80,7	15,1	4,2	8,2	7,3
Mali	2015 M	0,457	78,1	13.640	14.479	58,5	0,024	56,6	10,9	22,0	41,6	36,3	41,1	49,7
Mauritânia	2015 M	0,261	50,6	2.115	2.235	51,5	0,019	26,3	18,6	20,2	33,1	46,6	31,0	6,0
México	2016 N ⁿ	0,025 ^f	6,3 ^f	8.039 ^f	8.141 ^f	39,2 ^f	0,008 ^f	1,0 ^f	4,7 ^f	67,0 ^f	14,1 ^f	18,8 ^f	43,6	2,5
Moldávia (República da)	2012 M	0,004	0,9	38	38	37,4	.. ^e	0,1	3,7	9,2	42,4	48,4	9,6	0,1
Mongólia	2013 M	0,042	10,2	292	313	41,7	0,007	1,6	19,2	24,0	20,9	55,1	21,6	0,6

	Ano e inquérito ^b	Índice de Pobreza Multidimensional ^a		População em pobreza multidimensional ^a					Contribuição das privações para a pobreza multidimensional global por dimensão ^a			População que vive abaixo do limiar de pobreza		
		Valor	Contagem de pessoas			Intensidade da privação	Desigualdade entre as populações pobres	População em situação de pobreza multidimensional grave	População vulnerável à pobreza multidimensional ^a	Saúde Educação Condições de vida			Limiar nacional de pobreza	1,90 \$ em PPC por dia
			(%)	(milhares)						Saúde	Educação	Condições de vida		
			No ano do inquérito	2017	(%)									
Montenegro	2013 M	0,002 ^g	0,4 ^g	2 ^g	2 ^g	45,7 ^g	.. ^e	0,1 ^g	4,3 ^g	24,4 ^g	46,0 ^g	29,7 ^g	24,0	0,0
Marrocos	2011 P	0,085 ^g	18,6 ^g	6.101 ^g	6.636 ^g	45,7 ^g	0,017 ^g	6,5 ^g	13,2 ^g	25,6 ^g	42,1 ^g	32,3 ^g	4,8	1,0
Moçambique	2011 D	0,411	72,5	18.069	21.496	56,7	0,023	49,1	13,6	17,2	32,5	50,3	46,1	62,4
Mianmar	2015/2016 D	0,176	38,3	20.263	20.449	45,9	0,015	13,8	21,9	18,5	32,3	49,2	32,1	6,2
Namíbia	2013 D	0,171	38,0	880	963	45,1	0,012	12,2	20,3	30,3	14,9	54,9	17,4	13,4
Nepal	2016 D	0,148	34,0	9.851	9.961	43,6	0,012	11,6	22,3	31,5	27,2	41,3	25,2	15,0
Nicarágua	2011/2012 D	0,074	16,3	956	1.011	45,2	0,013	5,5	13,2	11,1	36,5	52,4	24,9	3,2
Níger	2012 D	0,590	90,5	16.042	19.431	65,2	0,026	74,8	5,1	20,3	37,3	42,4	44,5	44,5
Nigéria	2016/2017 M	0,291	51,4	98.175	98.175	56,6	0,029	32,3	16,8	27,0	32,2	40,8	46,0	53,5
Macedónia do Norte	2011 M	0,010 ^f	2,5 ^f	52 ^f	53 ^f	37,7 ^f	0,007 ^f	0,2 ^f	2,9 ^f	62,5 ^f	17,0 ^f	20,5 ^f	22,2	5,2
Paquistão	2017/2018 D	0,198	38,3	76.976	75.520	51,7	0,023	21,5	12,9	27,6	41,3	31,1	24,3	3,9
Palestina (Estado da)	2014 M	0,004	1,0	43	47	37,5	0,003	0,1	5,4	53,3	32,8	13,9	29,2	1,0
Paraguai	2016 M	0,019	4,5	303	307	41,9	0,013	1,0	7,2	14,3	38,9	46,8	26,4	1,2
Peru	2012 D	0,053	12,7	3.818	4.072	41,6	0,009	2,9	12,5	20,3	23,7	56,0	21,7	3,4
Filipinas	2017 D	0,024 ^d	5,8 ^d	6.081 ^d	6.081 ^d	41,8 ^d	0,010 ^d	1,3 ^d	7,3 ^d	20,3 ^d	31,0 ^d	48,7 ^d	21,6	7,8
Ruanda	2014/2015 D	0,259	54,4	6.329	6.644	47,5	0,013	22,2	25,7	13,6	30,5	55,9	38,2	55,5
Santa Lúcia	2012 M	0,007 ^f	1,9 ^f	3 ^f	3 ^f	37,5 ^f	.. ^e	0,0 ^f	1,6 ^f	69,5 ^f	7,5 ^f	23,0 ^f	25,0	4,7
São Tomé e Príncipe	2014 M	0,092	22,1	42	45	41,7	0,008	4,4	19,4	18,6	37,4	44,0	66,2	32,3
Senegal	2017 D	0,288	53,2	8.428	8.428	54,2	0,021	32,8	16,4	22,1	44,9	33,0	46,7	38,0
Sérvia	2014 M	0,001 ^g	0,3 ^g	30 ^g	30 ^g	42,5 ^g	.. ^e	0,1 ^g	3,4 ^g	20,6 ^g	42,7 ^g	36,8 ^g	25,7	0,1
Serra Leoa	2017 M	0,297	57,9	4.378	4.378	51,2	0,020	30,4	19,6	18,6	28,9	52,4	52,9	52,2
África do Sul	2016 D	0,025	6,3	3.505	3.549	39,8	0,005	0,9	12,2	39,5	13,1	47,4	55,5	18,9
Sudão do Sul	2010 M	0,580	91,9	9.248	11.552	63,2	0,023	74,3	6,3	14,0	39,6	46,5	82,3	42,7
Sudão	2014 M	0,279	52,3	19.748	21.210	53,4	0,023	30,9	17,7	21,1	29,2	49,8	46,5	14,9
Suriname	2010 M	0,041 ^f	9,4 ^f	49 ^f	53 ^f	43,4 ^f	0,018 ^f	2,5 ^f	4,5 ^f	45,7 ^f	25,5 ^f	28,8 ^f
República Árabe da Síria	2009 P	0,029 ^g	7,4 ^g	1.539 ^g	1.350 ^g	38,9 ^g	0,006 ^g	1,2 ^g	7,7 ^g	40,7 ^g	49,0 ^g	10,2 ^g	35,2	..
Tajiquistão	2017 D	0,029	7,4	664	664	39,0	0,004	0,7	20,1	47,8	26,5	25,8	31,3	4,8
Tanzânia (República Unida da)	2015/2016 D	0,273	55,4	30.814	31.778	49,3	0,016	25,9	24,2	21,1	22,9	56,0	28,2	49,1
Tailândia	2015/2016 M	0,003 ^g	0,8 ^g	541 ^g	542 ^g	39,1 ^g	0,007 ^g	0,1 ^g	7,2 ^g	35,0 ^g	47,4 ^g	17,6 ^g	8,6	0,0
Timor-Leste	2016 D	0,210	45,8	581	594	45,7	0,014	16,3	26,1	27,8	24,2	48,0	41,8	30,7
Togo	2013/2014 D	0,249	48,2	3.481	3.755	51,6	0,023	24,3	21,8	21,7	28,4	50,0	55,1	49,2
Trinidade e Tobago	2011 M	0,002 ^g	0,6 ^g	8 ^g	9 ^g	38,0 ^g	.. ^e	0,1 ^g	3,7 ^g	45,5 ^g	34,0 ^g	20,5 ^g
Tunísia	2011/2012 M	0,005	1,3	144	153	39,7	0,006	0,2	3,7	25,7	50,2	24,1	15,2	0,3
Turquemenistão	2015/2016 M	0,001	0,4	23	23	36,1	.. ^e	0,0	2,4	88,0	4,4	7,6
Uganda	2016 D	0,269	55,1	22.857	23.614	48,8	0,017	24,1	24,9	22,4	22,5	55,1	21,4	41,7
Ucrânia	2012 M	0,001 ^d	0,2 ^d	109 ^d	106 ^d	34,5 ^d	.. ^e	0,0 ^d	0,4 ^d	59,7 ^d	28,8 ^d	11,5 ^d	2,4	0,1
Vanuatu	2007 M	0,174 ^g	38,8 ^g	85 ^g	107 ^g	44,9 ^g	0,012 ^g	10,2 ^g	32,3 ^g	21,4 ^g	22,5 ^g	56,2 ^g	12,7	13,1
Vietname	2013/2014 M	0,019 ^d	4,9 ^d	4.530 ^d	4.677 ^d	39,5 ^d	0,010 ^d	7,7 ^d	5,6 ^d	15,2 ^d	42,6 ^d	42,2 ^d	9,8	2,0
Iémen	2013 D	0,241	47,7	12.199	13.475	50,5	0,021	23,9	22,1	28,3	30,7	41,0	48,6	18,8
Zâmbia	2013/2014 D	0,261	53,2	8.317	9.102	49,1	0,017	24,2	22,5	23,7	22,5	53,7	54,4	57,5
Zimbabué	2015 D	0,137	31,8	5.018	5.257	42,9	0,009	8,0	27,4	27,3	12,3	60,4	72,3	21,4
Países em desenvolvimento	—	0,114	23,1	1.279.663	1.325.994	49,4	0,018	10,5	15,3	25,8	29,5	44,7	21,3	14,2
Regiões														
Estados Árabes	—	0,076	15,7	48.885	52.251	48,4	0,018	6,9	9,4	26,2	35,3	38,6	25,2	4,6
Ásia Oriental e Pacífico	—	0,024	5,6	110.775	113.247	42,3	0,009	1,0	14,9	27,4	35,6	37,0	6,6	2,1
Europa e Ásia Central	—	0,004	1,1	1.237	1.240	37,9	0,004	0,1	3,6	52,8	23,3	23,9	11,9	0,6
América Latina e Caraíbas	—	0,033	7,5	38.067	39.324	43,1	0,011	2,0	7,7	35,4	25,7	38,9	31,5	4,1
Ásia do Sul	—	0,142	31,0	542.492	548.048	45,6	0,016	11,3	18,8	29,2	27,9	42,9	22,9	17,5
África Subariana	—	0,315	57,5	538.206	571.884	54,9	0,022	35,1	17,2	22,2	29,6	48,1	43,7	44,7

NOTAS

^a Nem todos os indicadores estavam disponíveis para todos os países; deve ser usada cautela nas comparações transnacionais. Nos casos em que falta um indicador, a ponderação dos indicadores disponíveis foi ajustada para totalizar 100 por cento. Para mais pormenores, ver Nota Técnica 5 em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

^b *D* indica que os dados são de Inquéritos sobre Demografia e Saúde; *M* indica que os dados são de Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos; *P* indica que os dados são de inquéritos nacionais e *F* indica que os dados são do Inquérito Panel sobre População e Saúde Familiar (consultar a lista de inquéritos nacionais em <http://hdr.undp.org/en/faq-page/multidimensional-poverty-index-npi>).

^c Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.

^d Falta o indicador sobre nutrição.

^e O valor não é comunicado por se basear num pequeno número de pessoas multidimensionalmente pobres.

^f Falta o indicador sobre mortalidade infantil.

^g Tem em conta as mortes infantis ocorridas em qualquer momento, dado que o inquérito não recolheu a data das mortes infantis.

^h A metodologia foi ajustada para ter em conta o indicador em falta sobre a nutrição e o indicador incompleto sobre a mortalidade infantil (o inquérito não recolheu a data das mortes infantis).

ⁱ Com base em dados acessados a 7 de junho de 2016.

^j Falta o indicador sobre habitação.

^k A mortalidade infantil foi calculada com base nas mortes ocorridas entre os inquéritos –isto é, entre 2012 e 2014. As mortes infantis comunicadas por um homem adulto do agregado familiar foram tidas em conta, uma vez que a data da morte foi comunicada.

^l Falta o indicador sobre combustível para cozinhar.

^m Falta o indicador sobre eletricidade.

ⁿ As estimativas do Índice de Pobreza Multidimensional baseiam-se no Inquérito Nacional sobre Saúde e Nutrição de 2015. As estimativas baseadas no Inquérito de Grupo para Indicadores Múltiplos de 2015 são de 0,010 para o valor do Índice de Pobreza Multidimensional, de 2,6 para a contagem de pessoas (%) em situação de pobreza multidimensional, de 3.125.000 para a contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional no ano do inquérito, de 3.200.000 para a contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional projetada para 2017, de 40,2 para a intensidade da privação, de 0,4 para a população em situação de pobreza multidimensional grave, de 6,1 para a população vulnerável à pobreza multidimensional, de 39,9 para a contribuição das privações de saúde, de 23,8 para a contribuição das privações de educação e de 26,3 para a contribuição das privações de padrões de vida.

Contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional: População com uma pontuação de privações de, pelo menos, 33%. Expressa em percentagem da população no ano do inquérito, número de pessoas no ano do inquérito e número projetado de pessoas em 2017.

Intensidade da privação da pobreza multidimensional: A pontuação média de privações sentidas pelas pessoas em estado de pobreza multidimensional.

Desigualdade entre as populações pobres: Variação das pontuações individuais de privações das pessoas pobres. É calculada subtraindo a pontuação de privação de cada pessoa multidimensionalmente pobre à intensidade média, elevando as diferenças ao quadrado e dividindo a soma dos quadrados ponderados pelo número de pessoas multidimensionalmente pobres.

População em situação de pobreza multidimensional grave: Percentagem da população em estado de pobreza multidimensional grave, ou seja, as pessoas com uma pontuação de privações de 50% ou mais.

População vulnerável à pobreza multidimensional: Percentagem da população em risco de sofrer privações múltiplas, ou seja, as pessoas com uma pontuação de privações de 20-33%.

Contribuição das privações para a pobreza multidimensional global por dimensão: Percentagem do Índice de Pobreza Multidimensional atribuída às privações em cada dimensão.

Percentagem da população que vive abaixo do limiar nacional de pobreza: Percentagem da população que vive abaixo do limiar nacional de pobreza, que é o limiar de pobreza considerado adequado a um país pelas suas autoridades. As estimativas nacionais baseiam-se em estimativas ponderadas de subgrupos de população obtidas de inquéritos às famílias.

População que vive com menos de 1,90 \$ em PPC por dia: Percentagem da população que vive abaixo da linha internacional de pobreza de 1,90 \$ (em termos de paridade de poder de compra (PPC)) por dia.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Coluna 1: Referente ao ano e ao inquérito cujos dados foram utilizados para calcular o valor do Índice de Pobreza Multidimensional do país e os seus componentes.

Colunas 2-12: Cálculos do GRDI e da OPH baseados em dados sobre as privações das famílias em termos de saúde, educação e padrões de vida, provenientes de vários inquéritos às famílias, conforme a lista da coluna 1, utilizando a metodologia descrita na Nota Técnica 5 (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf) e em Akoto, Kanagaratnam e Suppa (2019). As colunas 4 e 5 utilizam, igualmente, dados populacionais do UNDESA (2017b).

Colunas 13 e 14: Banco Mundial (2019a).

Painéis do desenvolvimento humano

Agrupamentos de países (tercis)

Terço superior	Terço médio	Terço inferior
----------------	-------------	----------------

O código tricolor é utilizado para a visualização dos agrupamentos parciais de países por indicador. Em cada indicador, os países são divididos em três grupos com uma dimensão aproximadamente igual (tercis): o terço superior, o terço médio e o terço inferior. Atribui-se um código de cor aos agregados, utilizando os mesmos limites de tercil. Ver as *Notas* após a tabela.

Classificação do IDH	Qualidade da saúde			ODS 4.c		ODS 4.a Qualidade da educação		ODS 4.1			ODS 7.1 Qualidade do nível de vida			ODS 6.1	ODS 6.2
	Esperança de vida perdida	Médicos	Camas hospitalares	Rácio de alunos por professor no ensino primário	Professores do ensino primário com formação para o ensino	Escolas com acesso à Internet		Pontuação do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)			Vulnerabilidade laboral ^a	População rural com acesso à eletricidade	População que utiliza, pelo menos, fontes básicas de água potável	População que utiliza, pelo menos, instalações básicas de saneamento	
						Primário	Secundário	Matemática ^b	Leitura ^a	Ciências ^c					
	(%)	(por 10.000 pessoas)	(alunos por professor)	(%)	(%)	(%)	Matemática ^b	Leitura ^a	Ciências ^c	(% do emprego total)	(%)	(%)	(%)		
2017	2010-2018 ^d	2010-2015 ^e	2013-2018 ^f	2010-2018 ^g	2010-2018 ^h	2015	2015	2015	2018	2017	2017	2017			
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO															
1	Noruega	14,7	46,3	39	9	..	100	100	502	513	498	4,8	100	100	98
2	Suíça	14,3	42,4	47	10	..	100	100	521	492	506	9,0	100	100	100
3	Irlanda	13,9	30,9	28	504	521	503	10,9	100	97	91
4	Alemanha	13,8	42,1	83	12	506	509	509	5,9	100	100	99
4	Hong Kong, China (RAE)	14	97	99	95	548	527	523	5,9	100
6	Austrália	14,6	35,9	38	100	100	494	503	510	10,7	100	100	100
6	Islândia	13,8	39,7	32	10	488	482	473	8,0	100	100	99
8	Suécia	14,1	54,0	26	12	494	500	493	6,2	100	100	99
9	Singapura	12,5	23,1	24	15	99	564	535	556	9,8	100	100	100
10	Países Baixos	13,9	35,1	47 ^e	12	..	100	100	512	503	509	12,6	100	100	98
11	Dinamarca	13,9	44,6	25	11	..	100	100	511	500	502	5,1	100	100	100
12	Finlândia	14,3	38,1	44	13	..	100	100	511	526	531	9,2	100	100	99
13	Canadá	14,0	26,1	27	516	527	528	10,7	100	99	99
14	Nova Zelândia	15,3	30,3	28	15	495	509	513	12,4	100	100	100
15	Reino Unido	14,4	28,1	28	15	492	498	509	13,0	100	100	99
15	Estados Unidos	15,3	25,9	29	14	..	100	100	470	497	496	3,8	100	99	100
17	Bélgica	14,5	33,2	62	11	..	100	100	507	499	502	10,2	100	100	99
18	Listenstaine	8	100
19	Japão	13,2	24,1	134	16	532	516	538	8,4	100	99	100
20	Áustria	13,9	51,4	76	10	497	485	495	7,7	100	100	100
21	Luxemburgo	14,7	30,3	48	8	486	481	483	6,3	100	100	98
22	Israel	14,0	32,2	31	12	..	85	85	470	479	467	8,3	100	100	100
22	Coreia (República da)	13,2	23,7	115	16	..	100	100	524	517	516	23,5	100	100	100
24	Eslovénia	15,3	30,0	46	14	..	100	100	510	505	513	10,6	100	100	99
25	Espanha	13,2	40,7	30	13	..	100	100	486	496	493	11,3	100	100	100
26	Chéquia	14,9	43,1	65	19	492	487	493	14,0	100	100	99
26	França	13,4	32,3	65	18	..	98	99	493	499	495	7,4	100	100	99
28	Malta	13,8	38,3	47	13	479	447	465	9,9	100	100	100
29	Itália	13,6	40,9	34	11	..	70	88	490	485	481	17,0	100	99	99
30	Estónia	14,2	34,7	50	11	..	100	100	520	519	534	5,5	100	100	99
31	Chipre	13,5	19,5	34	12	437	443	433	11,1	100	100	99
32	Grécia	13,7	45,9	43	9	454	467	455	26,7	100	100	99
32	Polónia	14,4	24,0	65	11	..	100	100	504	506	501	16,3	100	100	99
34	Lituânia	14,3	43,4	73	13	478	472	475	9,5	100	98	93
35	Emirados Árabes Unidos	13,9	23,9	12	25	100	427	434	437	0,8	100	98	99
36	Andorra	13,9	33,3	25 ^e	11	100	100	100	100	100	100
36	Arábia Saudita	13,7	23,9	27	12	100	100	100	2,9	100	100	100
36	Eslováquia	14,3	24,6	58	15	..	100	100	475	453	461	12,0	100	100	98
39	Letónia	14,1	31,9	58	11	..	100	100	482	488	490	7,9	100	99	92
40	Portugal	13,9	33,4	34	13	..	100	100	492	498	501	12,3	100	100	100
41	Qatar	14,7	0,0	12	12	49 ^e	100	100	402	402	418	0,1	100	100	100
42	Chile	13,8	10,8	22	18	423	459	447	24,1	100	100	100
43	Brunei Darussalam	12,1	17,7	27	10	85	6,0	100	100	96 ^f
43	Hungria	14,3	32,3	70	11	..	100	99	477	470	477	5,7	100	100	98
45	Bahrein	14,7	9,3	20	12	84	100	100	1,1	100	100	100
46	Croácia	14,1	30,0	56	14	464	487	475	7,6	100	100	97
47	Omã	14,7	19,7	16	10	100	71	87	2,6	100	92	100
48	Argentina	12,8	39,6	50	38	56	456 ^g	475 ^g	475 ^g	21,5	100	99 ^h	94 ^h
49	Federação Russa	13,7	40,1	82	21	494	495	487	5,3	100	97	90
50	Bielorrússia	13,6	40,8	110	19	100	100	100	3,4	100	96	98
50	Cazaquistão	12,9	32,5	67	20	100	25,8	100	96	98

PAINEL 1 QUALIDADE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Classificação do IDH	Qualidade da saúde			ODS 4.c		ODS 4.a Qualidade da educação		ODS 4.1			ODS 7.1 Qualidade do nível de vida		ODS 6.1		ODS 6.2
	Esperança de vida perdida	Médicos	Camas hospitalares	Rácio de alunos por professor no ensino primário	Professores do ensino primário com formação para o ensino	Escolas com acesso à Internet		Pontuação do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)			Vulnerabilidade laboral ^a	População rural com acesso à eletricidade	População que utiliza, pelo menos, fontes básicas de água potável	População que utiliza, pelo menos, instalações básicas de saneamento	
						Primário	Secundário	Matemática ^b	Leitura ^c	Ciências ^c					
	(%)	(por 10.000 pessoas)	(alunos por professor)	(%)	(%)	(%)	Matemática ^b	Leitura ^c	Ciências ^c	(% do emprego total)	(%)	(%)	(%)		
2017	2010–2018 ^d	2010–2015 ^d	2013–2018 ^e	2010–2018 ^e	2010–2018 ^d	2010–2018 ^e	2015	2015	2015	2018	2017	2017	2017		
52 Bulgária	13,4	39,9	68	18	441	432	446	8,3	100	99	86	
52 Montenegro	13,7	23,3	40	418	427	411	13,3	100	97	98	
52 Roménia	14,0	22,6	63	19	444	434	435	25,2	100	100	84	
55 Palau	..	11,8	48	100	100	100	
56 Barbados	11,9	24,9	58	14	80	15,8	100	98	97	
57 Koweit	14,9	25,8	20	9	79	1,1	100	100	100	
57 Uruguai	12,7	50,5	28	11	100	100	100	418	437	435	24,0	100	99	97	
59 Turquia	13,9	17,6	27	18	420	428	425	28,0	100	99	97	
60 Bahamas	11,7	19,4	29	19	90	9,9	100	99	95	
61 Malásia	11,6	15,1	19	12	99	100	100	21,8	100	97	100	
62 Seicheles	11,7	9,5	36	14	84	86	97	100	96	100	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO															
63 Sérvia	13,7	31,3	57	14	56	27,1	100	86	98	
63 Trindade e Tobago	12,4	26,7	30	..	88 ^e	417	427	425	18,1	100	98	93	
65 Irão (República Islâmica do)	15,1	11,4	15	29	100	11	36	41,3	100	95	88	
66 Maurícia	13,4	20,2	34	18	100	35	94	16,3	100	100	96	
67 Panamá	12,5	15,7	23	21	99	32,2	100	96	83	
68 Costa Rica	12,2	11,5	12	12	94	22	51	400	427	420	20,1	99	100	98	
69 Albânia	13,7	12,0	29	18	413	405	427	54,9	100	91	98	
70 Geórgia	12,4	51,0	26	9	95 ^e	100	100	404	401	411	49,2	100	98	90	
71 Sri Lanca	12,3	9,6	36	23	85	38,9	97	89	96	
72 Cuba	11,9	81,9	52	9	100	8,0	100	95	93	
73 São Cristóvão e Nevis	..	25,2	23	14	72	100	100	100	99 ⁱ	92 ⁱ	
74 Antígua e Barbuda	12,6	27,6	38	12	55	..	91	100	97	88	
75 Bósnia-Herzegovina	14,3	20,0	35	17	19,3	100	96	95	
76 México	12,3	22,5	15	27	97	39	53	408	423	416	26,9	100	99	91	
77 Tailândia	12,3	8,1	21	16	100	99	97	415	409	421	47,3	100	100	99	
78 Granada	12,0	14,5	37	16	64	100	100	96	96	91	
79 Brasil	13,4	21,5	22	20	..	32	69	377	407	401	27,6	100	98	88	
79 Colômbia	12,1	20,8	15	24	95	39	70	390	425	416	46,8	98	97	90	
81 Arménia	13,0	29,0	42	40,2	100	100	94	
82 Argélia	14,4	18,3	19	24	100	360	350	376	26,8	100	94	88	
82 Macedónia do Norte	13,7	28,7	44	14	371	352	384	19,1	100	93	99	
82 Peru	12,5	12,7	16	17	95	41	74	387	398	397	50,9	84	91	74	
85 China	11,7	17,9	42	17	..	93	98	531 ^j	494 ^j	518 ^j	43,8	100	93	85	
85 Equador	12,4	20,5	15	25	82	37	69	46,2	100	94	88	
87 Azerbaijão	12,4	34,5	47	15	98	53	61	55,0	100	91	93	
88 Ucrânia	13,5	30,1	88	13	87	48	94	14,9	100	94	96	
89 República Dominicana	12,2	15,6	16	19	95	23	..	328	358	332	40,2	100	97	84	
89 Santa Lúcia	12,2	1,1 ^e	13	15	89	99	100	29,3	99	98	88	
91 Tunísia	14,0	12,7	23	16	100	58	..	367	361	386	20,6	100	96	91	
92 Mongólia	12,5	28,9	70	30	100	71	83	48,9	56	83	58	
93 Líbano	15,0	22,7	29	12	396	347	386	27,6	100	93	98	
94 Botsuana	14,8	3,7	18	23	99	..	86	25,3	24	90	77	
94 São Vicente e Granadinas	12,2	6,6	26	14	84	100	100	17,9	100	95	87	
96 Jamaica	12,1	13,2	17	22	96	84	73	35,7	99	91	87	
96 Venezuela (República Bolivariana da)	12,1	..	8	32,9	100	96	94	
98 Dominica	12,0	10,8	38	13	66	100	93	100	97 ^f	78 ^f	
98 Ilhas Fiji	13,2	8,4	23	20	90	43,3	91	94	95	
98 Paraguai	13,3	13,7	13	..	92	5	22	38,5	99	100	90	
98 Suriname	12,4	12,3	31	13	98	12,1	91	95	84	
102 Jordânia	14,6	23,4	14	21	100	67	91	380	408	409	8,6	100	99	97	
103 Belize	12,5	11,3	13	20	73	27,1	98	98	88	
104 Maldivas	12,7	10,4	43 ^e	10	90	100	100	19,3	100	99	99	
105 Tonga	13,2	5,2	26	22	92	53,3	98	100	93	
106 Filipinas	12,5	12,8	10	29	100	33,8	90	94	77	
107 Moldávia (República da)	13,6	32,0	58	18	99	85	87	420	416	428	34,3	100	89	76	
108 Turquemenistão	12,0	22,2	74	23,6	100	99	99	
108 Usbequistão	12,4	23,7	40	21	99	91	90	40,1	100	98	100	

Classificação do IDH	Qualidade da saúde			ODS 4.c		ODS 4.a Qualidade da educação		ODS 4.1			ODS 7.1 Qualidade do nível de vida		ODS 6.2	
	Esperança de vida perdida	Médicos	Camas hospitalares	Rácio de alunos por professor no ensino primário	Professores do ensino primário com formação para o ensino	Escolas com acesso à Internet		Pontuação do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)			Vulnerabilidade laboral ^a	População rural com acesso à eletricidade	População que utiliza, pelo menos, fontes básicas de água potável	População que utiliza, pelo menos, instalações básicas de saneamento
						Primário	Secundário	Matemática ^b	Leitura ^c	Ciências ^c				
	(%)	(por 10.000 pessoas)	(alunos por professor)	(%)	(%)	Matemática ^b	Leitura ^c	Ciências ^c	(% do emprego total)	(%)	(%)			
2017	2010–2018 ^d	2010–2015 ^d	2013–2018 ^d	2010–2018 ^d	2010–2018 ^e	2010–2018 ^e	2015	2015	2015	2018	2017	2017	2017	
110 Líbia	14,8	21,6	37	5,7	70	99	100	
111 Indonésia	12,3	3,8	12	16	51	386	397	403	47,3	96	89	73
111 Samoa	13,2	3,4	14	23	31,0	96	97	98
113 África do Sul	13,9	9,1	..	30	9,7	67	93	76
114 Bolívia (Estado Plurinacional da)	12,5	16,1	11	19	58	58,1	75	93	61
115 Gabão	14,2	3,6	63	31,5	49	86	47
116 Egito	13,9	7,9	16	24	74	48	49	21,3	100	99	94
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
117 Ilhas Marshall	12,6	4,6	27	26	92	88	83
118 Vietname	11,7	8,2	26	20	100	495	487	525	54,5	100	95	84
119 Palestina (Estado da)	15,2	25	100	57	72	22,9	100
120 Iraque	16,0	8,2	14	25,9	100	97	94
121 Marrocos	14,6	7,3	11	28	100	79	89	48,8	100	87	89
122 Quirguizistão	12,8	18,8	45	25	95	41	44	33,9	100	87	97
123 Guiana	12,7	8,0	16	..	70	56,8	89	96	86
124 El Salvador	12,2	15,7	13	28	95	36	40	36,1	100	97	87
125 Tajiquistão	12,8	17,0	48	22	100	45,2	99	81	97
126 Cabo Verde	13,1	7,7	21	21	93	10	100	28,8	90	87	74
126 Guatemala	12,3	3,6	6	20	..	9	44	34,5	89	94	65
126 Nicarágua	12,7	10,1	9	..	75	39,4	68	82	74
129 Índia	13,9	7,8	7	35	70	76,7	89	93	60
130 Namíbia	14,1	3,7 ^e	27 ^e	..	96	24,8	29	83	35
131 Timor-Leste	13,6	7,2	59	71,2	72	78	54
132 Honduras	12,3	3,1	7	26	..	16	40,5	72	95	81
132 Quiribati	13,5	2,0	19	25	73	100	72	48
134 Butão	13,4	3,7	17	35	100	46	71,3	97	97	69
135 Bangladeche	13,7	5,3	8	30	50	4	82	55,5	81	97	48
135 Micronésia (Estados Federados da)	13,4	1,9 ^e	32 ^e	20	77	79	88
137 São Tomé e Príncipe	12,9	3,2	29	31	27	46,9	45	84	43
138 Congo	13,7	1,2	80	76,9	24	73	20
138 Essuatíni (Reino de)	14,2	0,8	21	27	70	16	69	32,9	67	69	58
140 República Democrática Popular do Laos	12,0	5,0	15	22	97	80,0	91	82	74
141 Vanuatu	13,0	1,7	17 ^e	27	70,8	53	91	34
142 Gana	13,0	1,8	9	27	60	8	20	68,9	65	81	18
143 Zâmbia	12,8	0,9	20	42	99	6	77,8	14	60	26
144 Guiné Equatorial	13,9	4,0	21	23	37	55,8	6	65	66
145 Mianmar	12,6	8,6	9	23	98	0	5	59,5	60	82	64
146 Camboja	13,2	1,7	8	42	100	50,8	86	79	59
147 Quênia	12,6	2,0	14	31	97 ^e	53,5	58	59	29
147 Nepal	13,8	6,5	3	21	97	79,4	95	89	62
149 Angola	14,3	2,1	..	50	47	3	17	67,1	0	56	50
150 Camarões	13,4	0,9	13	45	81	..	23	73,8	21	60	39
150 Zimbabué	13,2	0,8	17	36	86	65,6	19	64	36
152 Paquistão	13,2	9,8	6	45	82	59,3	54	91	60
153 Ilhas Salomão	12,9	2,0	14	26	74	..	14	80,3	60	68	34
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
154 República Árabe da Síria	14,3	12,2	15	34,4	78	97	91
155 Papua-Nova Guiné	13,2	0,5	..	36	78,3	50	41	13
156 Comores	12,5	1,7	22	19	55	8	11	64,6	74	80	36
157 Ruanda	12,9	1,3	16 ^e	58	93	25	33	68,7	24	58	67
158 Nigéria	14,3	3,8	66	78,4	23	71	39
159 Tanzânia (República Unida da)	12,7	0,4	7	47	99	82,7	17	57	30
159 Uganda	13,2	0,9	5	43	80	75,2	11	49	18
161 Mauritània	13,6	1,8	..	36	85	52,8	0	71	48
162 Madagáscar	12,8	1,8	2	41	15	85,3	0	54	11
163 Benim	13,6	1,6	5	44	68	88,0	17	66	16
164 Lesoto	13,9	0,7	..	33	87	54,7	20	69	43
165 Costa do Marfim	13,3	2,3	..	42	100	72,4	37	73	32
166 Senegal	13,5	0,7	3 ^e	33	75	17	83	65,1	35	81	51

PAINEL 1 QUALIDADE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Classificação do IDH	Qualidade da saúde			ODS 4.c		ODS 4.a Qualidade da educação		ODS 4.1			ODS 7.1 Qualidade do nível de vida		ODS 6.1		ODS 6.2	
	Esperança de vida perdida	Médicos	Camas hospitalares	Rácio de alunos por professor no ensino primário	Professores do ensino primário com formação para o ensino	Escolas com acesso à Internet		Pontuação do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)			Vulnerabilidade laboral ^a	População rural com acesso à eletricidade	População que utiliza, pelo menos, fontes básicas de água potável	População que utiliza, pelo menos, instalações básicas de saneamento		
						Primário	Secundário	Matemática ^b	Leitura ^c	Ciências ^c					(% do emprego total)	(%)
	(%)	(por 10.000 pessoas)	(alunos por professor)	(%)	(%)	(%)	Matemática ^b	Leitura ^c	Ciências ^c	(% do emprego total)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
2017	2010–2018 ^d	2010–2015 ^d	2013–2018 ^e	2010–2018 ^e	2010–2018 ^d	2010–2018 ^e	2015	2015	2015	2018	2017	2017	2017	2017		
167 Togo	13,2	0,5	7	40	73	77,4	19	65	16			
168 Sudão	14,7	4,1	8	40,0	43	60	37			
169 Haiti	13,3	2,3	7	85,0	3	65	35			
170 Afeganistão	16,4	2,8	5	44	89,4	97	67	43			
171 Djibouti	11,9	2,2	14	29	100	47,3	26	76	64			
172 Malawi	13,0	0,2	13	70	91	59,5	4	69	26			
173 Etiópia	13,0	1,0	3	..	85 ^e	86,0	31	41	7			
174 Gâmbia	13,7	1,1	11	36	100	72,3	21	78	39			
174 Guiné	13,0	0,8	3	47	75	89,9	9	62	23			
176 Libéria	15,7	0,4	8	27	47	..	5	77,7	7	73	17			
177 Iémen	16,6	3,1	7	27	45,4	69	63	59			
178 Guiné-Bissau	13,3	2,0	10 ^e	..	39	78,4	9	67	21			
179 Congo (República Democrática do)	14,4	0,9	..	33	95	79,7	0	43	20			
180 Moçambique	13,2	0,7	7	52	97	83,1	2	56	29			
181 Serra Leoa	13,7	0,3	..	39	54	0	3	86,3	5	61	16			
182 Burquina Faso	13,5	0,6	4	41	86	..	3	86,4	10	48	19			
182 Eritreia	13,1	..	7	39	41	78,2	30	52 ^h	12 ^h			
184 Mali	14,2	1,4	1	38	52	89,6	12	78	39			
185 Burundi	12,5	0,5	8	50	100	..	1	94,7	2	61	46			
186 Sudão do Sul	14,5	47	44	87,3	21	41	11			
187 Chade	14,2	0,5	..	57	65	93,1	2	39	8			
188 República Centro-Africana	13,5	0,6	10	83	93,6	15	46 ^h	25 ^h			
189 Níger	13,0	0,5	3	36	66	89,0	11	50	14			
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS																
.. Coreia (República Popular Democrática da)	11,8	36,7	132	20	65,9	52	95	83			
.. Mónaco	..	65,6	138	10	..	100	100	100	100	100			
.. Nauru	..	12,4	50	40	100	99	66			
.. São Marino	..	61,5	38	100	100	100			
.. Somália	12,5	0,2	9	77,7	9	52	38			
.. Tuvalu	..	9,2	..	17	77	100	99	84			
Agrupamentos por IDH																
Desenvolvimento humano muito elevado	14,0	30,4	55	14	10,3	100	99	98			
Desenvolvimento humano elevado	12,3	16,5	32	19	40,2	98	94	85			
Desenvolvimento humano médio	13,6	7,3	9	33	75	68,6	82	90	60			
Desenvolvimento humano baixo	13,9	2,1	..	41	80	79,1	24	59	29			
Países em desenvolvimento	13,0	11,5	21	25	53,3	77	88	69			
Regiões																
Estados Árabes	14,5	11,1	15	21	24,5	82	89	83			
Ásia Oriental e Pacífico	11,9	14,8	35	18	45,0	96	92	83			
Europa e Ásia Central	13,4	24,9	51	18	28,4	100	96	97			
América Latina e Caraíbas	12,7	21,6	20	21	32,7	92	97	87			
Ásia do Sul	13,9	7,8	8	35	72	71,6	86	93	60			
África Subariana	13,6	2,1	..	39	80	74,9	22	61	30			
Países menos avançados	13,6	2,5	7	37	76	73,7	38	64	34			
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	12,6	22,2	25	18	94	40,1	60	82	67			
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	14,0	28,9	50	15	11,8	100	99	99			
Mundo	13,2	14,9	28	23	45,1	79	90	73			

NOTAS

O código tricolor é utilizado para a visualização dos agrupamentos parciais de países e agregados por indicador. Em cada indicador, os países são divididos em três grupos com uma dimensão aproximadamente igual (tercis): o terço superior, o terço médio e o terço inferior. Atribui-se um código de cor aos agregados, utilizando os mesmos limites de tercil. Para mais pormenores acerca do agrupamento parcial nesta tabela, ver *Nota técnica 6* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

- a Modelos de estimativas da Organização Internacional do Trabalho.
- b A classificação média nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) é de 490.
- c A classificação média nos países da OCDE é de 493.
- d Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- e Referente a um ano entre 2007 e 2009.
- f Referente a 2015.
- g Referente à região adjudicada da Cidade Autónoma de Buenos Aires.
- h Referente a 2016.
- i Referente a 2013.

j Referente às províncias de Pequim, Cantão, Jiangsu e Xangai.

DEFINIÇÕES

Esperança de vida perdida: Diferença relativa entre a esperança de vida e a esperança de vida saudável, expressa em percentagem da esperança de vida à nascença.

Médicos: Número de médicos (generalistas ou especialistas), expresso por 10.000 pessoas.

Camas hospitalares: Número de camas hospitalares disponíveis, expresso por 10.000 pessoas.

Rácio de alunos por professor no ensino primário: Número médio de alunos (estudantes) por professor no ensino primário.

Professores do ensino primário com formação para o ensino: Percentagem de professores do ensino primário com o mínimo de formação de professores (recebida previamente ou já em exercício da profissão) exigida para lecionarem ao nível do ensino básico.

Escolas com acesso à Internet: Percentagem de escolas do nível de ensino indicado com acesso à Internet para fins educativos.

Pontuação do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA): Pontuação obtida em testes das competências e dos conhecimentos dos alunos com 15 anos de idade nos domínios da matemática, da leitura e das ciências.

Vulnerabilidade laboral: Percentagem de empregados contratados como trabalhadores familiares não remunerados e trabalhadores por conta própria.

População rural com acesso à eletricidade: Número de pessoas que vivem em áreas rurais com acesso à eletricidade, expresso em percentagem da população rural total. Inclui a eletricidade vendida comercialmente (tanto em rede como fora dela) e a eletricidade autogerada, mas não as ligações ilegais.

População que utiliza, pelo menos, serviços básicos de água potável: Percentagem da população que utiliza, pelo menos, serviços básicos de água potável — ou seja, a população que bebe água de uma fonte melhorada, contanto que o tempo de recolha não exceda 30 minutos para a ida e a volta. Este indicador abrange pessoas que utilizam serviços básicos de água potável, bem como as que utilizam serviços de água potável com uma gestão segura. As fontes melhoradas de água incluem água canalizada, furos ou poços tubulares, poços escavados protegidos da contaminação, nascentes protegidas e água engarrafada ou entregue.

População que utiliza, pelo menos, serviços básicos de saneamento: Percentagem da população que utiliza, pelo menos, serviços básicos de saneamento — ou seja, instalações melhoradas de saneamento não partilhadas com outros agregados familiares. Este indicador abrange pessoas que utilizam serviços básicos de saneamento, bem como as que utilizam serviços de saneamento com uma gestão segura. As instalações melhoradas de saneamento incluem sanitas com descarga/autoclismo ligadas a sistemas de esgotos canalizados, fossas sépticas ou latrinas convencionais, latrinas convencionais com lajes (incluindo latrinas convencionais ventiladas) e sanitas de compostagem.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados sobre a esperança de vida à nascença e a esperança de vida saudável à nascença do IHME (2018).

Colunas 2, 13 e 14: OMS (2019).

Colunas 3 e 12: Banco Mundial (2019a).

Colunas 4–7: Instituto de Estatística da UNESCO (2019).

Colunas 8–10: OCDE (2017).

Coluna 11: OIT (2019).

Disparidades de género no decurso da vida

Agrupamentos de países (tercis)

Terço superior Terço médio Terço inferior

O código tricolor é utilizado para a visualização dos agrupamentos parciais de países por indicador. Em cada indicador, os países são divididos em três grupos com uma dimensão aproximadamente igual (tercis): o terço superior, o terço médio e o terço inferior. Atribui-se um código de cor aos agregados, utilizando os mesmos limites de tercil. Ver as *Notas* após a tabela.

Rácio entre os sexos à nascença*	Infância e juventude			Taxa de desemprego dos jovens	População com pelo menos uma parte do ensino secundário	Taxa de desemprego total	Idade adulta		Tempo despendido em tarefas domésticas e na prestação de cuidados sem remuneração	Beneficiários de pensão de velhice		
	Taxa bruta de matriculas						Mulheres com idade igual ou superior a 15 anos					
	(rácio feminino/masculino)											
	Pré-escolar	Primário	Secundário									
(nascimentos de crianças do sexo masculino/feminino)	2015-2020 ^a	2013-2018 ^b	2013-2018 ^b	2013-2018 ^b	2018	2010-2018 ^b	2018	2018	2018	2008-2018 ^b	2008-2018 ^b	2013-2017 ^c

Classificação do IDH

DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO

1 Noruega	1,06	1,00	1,00	0,96	0,72	1,01	0,81	47,9	41,4	15,3	1,2	0,87
2 Suíça	1,05	0,99	0,99	0,96	0,96	0,99	1,11	46,6	29,3	16,8	1,6	1,04
3 Irlanda	1,06	0,98	0,99	1,03	0,84	1,05	0,93	47,4	24,3	0,61
4 Alemanha	1,05	0,99	0,99	0,95	0,74	0,99	0,84	46,9	31,5	15,9 ^d	1,6 ^d	1,00
4 Hong Kong, China (RAE)	1,08	0,99	0,98	0,96	0,87	0,92	0,83	49,4	..	10,8	3,3	..
6 Austrália	1,06	0,96	1,00	0,89	0,80	0,99	1,04	46,8	32,7	1,06
6 Islândia	1,05	1,02	1,00	1,00	0,67	1,00	0,93	48,2	38,1	1,12
8 Suécia	1,06	1,00	1,03	1,12	0,84	1,00	0,90	48,2	46,1	16,0	1,3	1,00
9 Singapura	1,07	..	1,00	0,99	1,92	0,92	1,17	45,1	23,0
10 Países Baixos	1,05	1,00	1,00	1,02	0,84	0,96	1,17	46,4	35,6	14,7 ^e	1,6 ^e	1,00
11 Dinamarca	1,06	0,99	0,99	1,03	0,76	1,00	1,08	47,9	37,4	15,6 ^e	1,4 ^e	1,02
12 Finlândia	1,05	1,00	1,00	1,10	0,92	1,00	0,96	48,9	42,0	14,5 ^d	1,5 ^d	1,00
13 Canadá	1,05	..	1,00	1,01	0,78	1,00	0,93	47,7	31,7	14,6 ^f	1,7 ^f	1,00
14 Nova Zelândia	1,06	0,99	1,00	1,06	0,91	1,01	1,12	48,2	38,3	18,1 ^f	1,7 ^f	1,00
15 Reino Unido	1,05	1,00	1,00	1,11	0,86	0,97	0,98	47,0	28,9	12,7	1,8	1,00
15 Estados Unidos	1,05	1,00	1,00	0,99	0,74	1,00	0,93	46,4	23,6	15,4	1,6	0,87
17 Bélgica	1,05	1,00	1,00	1,12	0,91	0,95	1,02	46,0	41,4	15,9 ^f	1,6 ^f	1,00
18 Listenstaine	..	1,06	0,96	0,78	12,0
19 Japão	1,06	..	1,00	1,01	0,85	1,03	0,88	43,9	13,7	14,4 ^d	4,7 ^d	..
20 Áustria	1,06	0,99	1,00	0,96	1,02	1,00	0,98	46,9	34,8	18,3 ^d	1,9 ^d	0,99
21 Luxemburgo	1,05	0,97	1,00	1,03	0,72	1,00	1,08	46,1	20,0	14,4 ^d	2,0 ^d	0,66
22 Israel	1,05	1,00	1,01	1,02	0,97	0,97	1,03	47,3	27,5
22 Coreia (República da)	1,06	1,00	1,00	1,00	0,99	0,94	0,95	42,3	17,0	14,0 ^d	4,2 ^d	0,96
24 Eslovénia	1,06	0,97	1,00	1,02	1,36	0,99	1,31	46,6	20,0
25 Espanha	1,06	1,00	1,01	1,01	0,94	0,93	1,29	46,1	38,6	19,0 ^e	2,2 ^e	0,47
26 Chêquia	1,06	0,97	1,01	1,01	1,13	1,00	1,45	44,8	20,3	1,00
26 França	1,05	1,00	0,99	1,01	0,93	0,94	1,01	47,4	35,7	15,8	1,7	1,00
28 Malta	1,06	1,03	1,04	1,04	0,85	0,90	1,00	39,8	11,9	0,43
29 Itália	1,06	0,97	1,00	0,98	1,20	0,91	1,18	42,4	35,6	20,4	2,4	0,83
30 Estónia	1,07	..	1,00	1,01	0,73	1,00	0,86	49,5	26,7	17,2 ^d	1,6 ^d	1,00
31 Chipre	1,07	0,99	1,00	0,99	0,59	0,95	1,01	47,0	17,9	0,77
32 Grécia	1,07	1,01	1,00	0,94	1,22	0,84	1,54	41,6	18,7	17,5 ^d	2,6 ^d	..
32 Polónia	1,06	0,97	1,01	0,97	0,97	0,94	1,00	45,6	25,5	17,6 ^d	1,8 ^d	1,00
34 Lituânia	1,06	1,00	1,00	0,96	0,88	0,95	0,85	52,2	21,3	1,00
35 Emirados Árabes Unidos	1,05	1,08	0,97	0,94	2,00	1,20	4,41	14,9	22,5
36 Andorra	0,97	32,1
36 Arábia Saudita	1,03	1,05	0,98	0,77	2,12	0,90	6,77	14,9	19,9
36 Eslováquia	1,05	0,98	0,99	1,01	1,03	0,99	1,13	46,1	20,0	1,00
39 Letónia	1,07	0,99	1,00	0,99	1,06	1,01	0,76	52,0	31,0	1,00
40 Portugal	1,06	0,98	0,96	0,97	1,13	0,98	1,17	49,7	34,8	17,8	1,7	0,77
41 Qatar	1,05	1,03	0,99	1,25	8,33	1,11	6,00	14,2	9,8	8,2	3,7	0,36
42 Chile	1,04	0,98	0,97	1,01	1,20	0,98	1,16	43,0	22,7	22,1 ^f	2,2 ^f	1,59
43 Brunei Darussalam	1,06	1,03	0,99	1,02	1,04	0,98	1,17	43,4	9,1
43 Hungria	1,06	0,96	1,00	0,99	1,43	0,98	1,18	46,5	12,6	16,6 ^d	2,2 ^d	1,00
45 Bahrein	1,04	0,99	1,00	1,01	6,10	1,12	11,67	20,2	18,8
46 Croácia	1,06	0,96	1,01	1,05	1,66	0,98	1,28	46,6	18,5
47 Omã	1,05	1,05	1,03	0,97	4,79	1,15	7,59	12,0	8,8	18,9	2,5	..
48 Argentina	1,04	1,01	1,00	1,04	1,34	1,05	1,27	41,2	39,5	23,4	2,5	..
49 Federação Russa	1,06	0,98	1,01	0,99	1,09	1,01	0,94	49,4	16,1	18,4	2,3	1,00

Classificação do IDH	Infância e juventude				Idade adulta			Terceira idade				
	Taxa bruta de matrículas				Taxa de desemprego dos jovens	População com pelo menos uma parte do ensino secundário	Taxa de desemprego total	Porcentagem de emprego não agrícola (feminino)	Porcentagem de assentos no parlamento	Tempo despendido em tarefas domésticas e na prestação de cuidados sem remuneração	Beneficiários de pensão de velhice	
	(rácio feminino/masculino)											
	(nascimentos de crianças do sexo masculino/feminino)	2015-2020 ^a	2013-2018 ^b	2013-2018 ^b	2013-2018 ^b	2018	2010-2018 ^c	2018	2018	2018	2008-2018 ^d	2008-2018 ^d
50 Bielorrússia	1,06	0,96	1,00	0,98	0,66	0,94	0,56	52,4	33,1	19,2 ^d	2,0 ^d	..
50 Cazaquistão	1,07	1,02	1,02	1,01	1,13	0,99	1,33	48,6	22,1	17,9 ^d	3,0 ^d	..
52 Bulgária	1,06	0,99	0,99	0,97	0,84	0,98	0,84	47,9	23,8	18,5 ^e	2,0 ^e	1,00
52 Montenegro	1,07	0,98	0,99	1,00	0,84	0,90	1,05	44,1	23,5
52 Roménia	1,06	1,00	0,99	0,99	0,99	0,94	0,77	44,1	18,7	19,0 ^d	2,0 ^d	1,00
55 Palau	..	1,09	0,96	1,05	..	1,00	13,8
56 Barbados	1,04	1,04	0,98	1,04	1,12	1,03	1,10	50,0	27,5
57 Koweit	1,05	1,00	1,00	1,08	4,18	1,15	5,11	31,8	3,1
57 Uruguaí	1,05	1,02	0,98	..	1,43	1,07	1,49	46,9	22,3	19,9	2,4	1,04
59 Turquia	1,05	0,95	0,99	0,98	1,39	0,67	1,42	28,3	17,4	19,2	5,2	..
60 Bahamas	1,06	1,07	1,05	1,06	1,59	0,97	1,28	47,1	21,8
61 Malásia	1,06	1,04	1,01	1,05	1,13	0,98	1,23	39,9	15,8
62 Seicheles	1,06	1,03	1,01	1,07	21,2
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
63 Sérvia	1,07	1,00	1,00	1,01	1,17	0,92	1,14	45,2	34,4	19,2	2,2	..
63 Trinidad e Tobago	1,04	1,05	1,05	1,11	43,2	30,1
65 Irão (República Islâmica do)	1,05	1,00	1,03	1,02	1,85	0,93	1,99	16,5	5,9	21,0	4,0	0,10
66 Maurícia	1,04	1,00	1,02	1,07	1,55	0,96	2,10	38,5	11,6
67 Panamá	1,05	1,03	0,98	1,03	1,61	1,09	1,59	41,9	18,3	17,7	2,4	..
68 Costa Rica	1,05	1,00	1,01	1,05	1,47	1,03	1,51	40,7	45,6	21,3 ^f	2,6 ^f	..
69 Albânia	1,09	0,99	0,97	0,94	0,82	1,01	0,90	39,4	27,9	21,7 ^d	6,3 ^d	..
70 Geórgia	1,07	..	1,01	1,02	1,20	0,99	0,83	44,3	16,0	0,92
71 Sri Lanca	1,04	0,97	0,99	1,05	1,76	0,99	2,33	32,5	5,8
72 Cuba	1,06	1,00	0,95	1,03	0,92	0,98	1,19	42,3	53,2
73 São Cristóvão e Nevis	13,3
74 Antígua e Barbuda	1,03	1,09	0,97	0,96	31,4	0,95
75 Bósnia-Herzegovina	1,07	1,17	0,81	1,26	37,4	19,3
76 México	1,05	1,02	1,01	1,09	1,09	0,96	1,03	40,1	48,4	28,1 ^f	3,0 ^f	0,84
77 Tailândia	1,06	0,99	1,00	0,96	1,68	0,89	1,17	47,5	5,3	11,8 ^g	3,2 ^g	..
78 Granada	1,05	1,06	0,95	1,05	39,3
79 Brasil	1,05	1,05	0,97	1,05	1,26	1,06	1,30	44,9	15,0	13,3	4,3	..
79 Colômbia	1,05	..	0,97	1,06	1,63	1,04	1,66	46,1	19,0	16,3 ^d	3,7 ^d	0,99
81 Arménia	1,11	1,10	1,00	1,05	1,50	0,99	1,02	43,6	18,1	21,7	5,0	1,17
82 Argélia	1,05	..	0,95	..	1,73	1,00	2,11	17,2	21,3	21,7 ^f	5,8 ^f	..
82 Macedónia do Norte	1,06	0,99	1,00	0,98	1,00	0,72	0,91	39,8	38,3	15,4 ^d	2,8 ^d	..
82 Peru	1,05	1,01	1,00	1,00	1,31	0,84	1,42	46,4	27,7	22,7 ^f	2,6 ^f	..
85 China	1,13	1,01	1,01	1,02	0,81	0,91	0,78	45,4	24,9	15,3	2,6	..
85 Equador	1,05	1,05	1,01	1,03	1,64	1,00	1,56	42,5	38,0	19,8	4,4	..
87 Azerbajão	1,13	1,00	1,02	..	1,27	0,96	1,39	44,0	16,8	25,4	2,9	1,51
88 Ucrânia	1,06	0,97	1,02	0,98	0,88	0,99	0,77	49,3	12,3
89 República Dominicana	1,05	1,02	0,93	1,08	2,07	1,08	1,95	42,8	24,3	16,7	4,4	..
89 Santa Lúcia	1,03	1,08	..	1,01	1,23	1,17	1,26	48,6	20,7
91 Tunísia	1,06	1,00	0,97	1,11	1,12	0,78	1,75	25,3	31,3
92 Mongólia	1,03	1,00	0,98	..	1,42	1,06	0,88	47,3	17,1	17,6 ^f	2,8 ^f	..
93 Líbano	1,05	0,96	0,92	0,99	1,34	0,98	1,98	22,8	4,7
94 Botsuana	1,03	1,04	0,97	..	1,44	0,99	1,45	47,7	9,5
94 São Vicente e Granadinas	1,03	1,05	0,98	0,96	1,04	..	0,82	47,5	13,0
96 Jamaica	1,05	1,01	..	1,06	1,47	1,12	1,73	48,1	19,0
96 Venezuela (República Bolivariana da)	1,05	1,01	0,97	1,08	1,44	1,08	1,13	41,2	22,2	0,72
98 Dominica	..	1,03	0,97	0,99	25,0
98 Ilhas Fiji	1,06	..	0,99	..	1,92	1,12	1,47	33,2	19,6	15,2	2,9	..
98 Paraguai	1,05	1,01	1,46	0,98	1,45	41,9	16,0	14,5	3,4	0,80
98 Suriname	1,08	1,01	1,00	1,32	2,37	1,02	2,54	37,6	25,5
102 Jordânia	1,05	1,03	1,64	0,96	1,73	16,5	15,4
103 Belize	1,03	1,05	0,95	1,05	2,83	1,01	2,83	42,9	11,1
104 Maldivas	1,07	1,00	1,00	..	0,63	0,91	0,92	28,9	5,9

PAINEL 2 DISPARIDADES DE GÉNERO NO DECURSO DA VIDA

Classificação do IDH	ODS 4.2 Infância e juventude				ODS 4.1				ODS 8.5		ODS 8.6		ODS 8.5		ODS 8.3		ODS 5.5		ODS 5.4		ODS 1.3
	Taxa bruta de matrículas				Taxa de desemprego dos jovens		População com pelo menos uma parte do ensino secundário		Taxa de desemprego total		Porcentagem de emprego não agrícola (feminino)		Porcentagem de assentos no parlamento		Tempo gasto em tarefas domésticas e na prestação de cuidados sem remuneração		Beneficiários de pensão de velhice				
	(rácio feminino/masculino)														Mulheres com idade igual ou superior a 15 anos						
	(nascimentos de crianças do sexo masculino/feminino)	Pré-escolar	Primário	Secundário	(rácio feminino/masculino)	(rácio feminino/masculino)	(rácio feminino/masculino)	(rácio feminino/masculino)	(% do emprego total no setor não agrícola)	(% do sexo feminino)	(% do dia de 24 horas)	(rácio feminino/masculino)	(rácio feminino/masculino)								
	2015-2020 ^a	2013-2018 ^b	2013-2018 ^b	2013-2018 ^b	2018	2010-2018 ^b	2018	2018	2018	2018	2008-2018 ^b	2008-2018 ^b	2013-2017 ^c								
105 Tonga	1,05	1,01	0,97	1,06	4,50	1,01	5,00	51,7	7,4									
106 Filipinas	1,06	0,99	0,97	1,10	1,19	1,04	1,04	43,4	29,1									
107 Moldávia (República da)	1,06	0,99	1,00	0,99	0,94	0,98	0,79	52,1	22,8	19,5 ^d	1,8 ^d	..									
108 Turquemenistão	1,05	0,97	0,98	0,96	0,55	..	0,42	42,8	24,8									
108 Usbequistão	1,06	0,96	0,98	0,99	1,04	1,00	0,93	39,0	16,4									
110 Líbia	1,06	1,57	1,54	1,65	22,0	16,0									
111 Indonésia	1,05	0,89	0,96	1,03	1,03	0,84	0,93	40,1	19,8									
111 Samoa	1,08	1,13	1,00	1,10	1,61	1,11	1,34	38,2	10,0									
113 África do Sul	1,03	1,00	0,96	1,09	1,22	0,96	1,17	44,6	41,8 ^h	15,6 ^d	2,4 ^d	..									
114 Bolívia (Estado Plurinacional da)	1,05	1,00	0,98	0,97	1,52	0,81	1,48	41,5	51,8									
115 Gabão	1,03	1,35	1,32	2,01	25,1	17,4 ⁱ									
116 Egito	1,06	0,99	1,00	0,98	1,53	0,83	2,96	17,4	14,9	22,4 ^d	9,2 ^d	..									
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO																					
117 Ilhas Marshall	..	0,93	1,02	1,10	..	0,99	9,1									
118 Vietname	1,12	0,98	1,00	..	1,01	0,85	0,90	47,2	26,7									
119 Palestina (Estado da)	1,05	1,00	1,00	1,10	1,77	0,97	2,06	14,7	..	17,8 ^d	6,0 ^d	..									
120 Iraque	1,07	1,97	0,70	1,71	13,0	25,2									
121 Marrocos	1,06	0,83	0,95	0,89	1,03	0,81	1,21	15,7	18,4	20,8	7,0	..									
122 Quirguizistão	1,06	1,01	0,99	1,00	1,62	1,00	1,48	38,7	19,2	16,8 ^f	1,8 ^f	..									
123 Guiana	1,05	1,65	1,28	1,54	39,1	31,9									
124 El Salvador	1,05	1,01	0,97	0,99	1,24	0,86	0,76	49,0	31,0	22,7	2,9	..									
125 Tajiquistão	1,07	0,86	0,99	0,90	0,90	1,14	0,84	20,6	20,0									
126 Cabo Verde	1,03	1,02	0,93	1,10	1,10	0,92	1,08	50,2	20,8 ^j									
126 Guatemala	1,05	1,02	0,97	0,95	1,82	1,03	1,68	43,3	12,7	17,8	7,5	0,50									
126 Nicarágua	1,05	1,99	1,04	1,36	51,1	45,7									
129 Índia	1,10	0,93	1,17	1,02	1,32	0,61	1,57	16,7	11,7									
130 Namíbia	1,01	1,05	0,97	..	1,32	0,97	1,14	48,5	39,7									
131 Timor-Leste	1,05	1,02	0,97	1,08	2,03	..	1,50	31,7	33,8	1,13									
132 Honduras	1,05	1,01	1,00	1,14	2,05	1,05	1,56	48,2	21,1	17,3	4,0	..									
132 Quiribati	1,06	..	1,06	6,5									
134 Butão	1,04	1,06	1,00	1,10	1,48	0,43	1,76	32,2	15,3	15,0	2,5	..									
135 Bangladeche	1,05	1,04	1,07	1,17	1,57	0,92	1,97	20,2	20,3									
135 Micronésia (Estados Federados da)	1,06	0,92	1,00	0,0									
137 São Tomé e Príncipe	1,03	1,09	0,96	1,15	2,25	0,69	2,40	38,3	14,5									
138 Congo	1,03	0,93	0,91	1,14	47,6	14,0									
138 Essuatíni (Reino de)	1,03	..	0,92	0,98	1,10	0,93	1,15	40,9	12,1									
140 República Democrática Popular do Laos	1,05	1,03	0,97	0,93	0,94	0,76	0,86	47,0	27,5	10,4 ^d	4,2 ^d	..									
141 Vanuatu	1,07	0,97	0,98	1,06	1,10	..	1,24	42,6	0,0									
142 Gana	1,05	1,02	1,02	0,99	0,97	0,78	1,00	53,4	12,7	14,4 ^d	4,1 ^d	..									
143 Zâmbia	1,03	1,07	1,02	..	0,99	0,75	0,92	39,5	18,0	0,22									
144 Guiné Equatorial	1,03	1,02	0,99	..	1,08	..	1,11	36,9	18,0									
145 Mianmar	1,03	1,01	0,95	1,10	1,58	1,29	1,75	43,7	10,2									
146 Camboja	1,05	1,04	0,98	..	0,86	0,54	0,75	48,5	19,3	0,15									
147 Quênia	1,03	0,98	1,00	..	0,99	0,80	0,98	41,4	23,3									
147 Nepal	1,07	0,94	1,06	1,11	0,62	0,66	0,73	34,6	33,5									
149 Angola	1,03	0,88	0,86	0,63	0,99	0,61	1,10	43,6	30,5									
150 Camarões	1,03	1,02	0,90	0,86	1,19	0,80	1,34	41,8	29,3	14,6 ^d	3,1 ^d	..									
150 Zimbabué	1,02	1,02	0,98	0,98	1,23	0,84	1,23	42,5	34,3									
152 Paquistão	1,09	0,87	0,86	0,81	1,57	0,57	2,04	10,0	20,0									
153 Ilhas Salomão	1,07	1,02	0,99	..	0,93	..	0,80	42,3	2,0									
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO																					
154 República Árabe da Síria	1,05	0,96	0,97	1,00	2,55	0,86	3,43	12,8	13,2									
155 Papua-Nova Guiné	1,08	0,99	0,91	0,73	0,58	0,66	0,38	45,4	0,0									
156 Comores	1,05	1,03	0,96	1,06	0,79	..	1,17	35,9	6,1									
157 Ruanda	1,02	1,03	0,99	1,12	1,67	0,72	1,00	36,1	55,7									
158 Nigéria	1,06	..	0,94	0,90	0,97	..	1,12	52,6	5,8									

Classificação do IDH	Infância e juventude				Idade adulta				Terceira idade			
	Taxa bruta de matrículas				População com pelo menos uma parte do ensino secundário	Taxa de desemprego total		Porcentagem de emprego não agrícola (feminino)	Porcentagem de assentos no parlamento	Tempo despendido em tarefas domésticas e na prestação de cuidados sem remuneração	Beneficiários de pensão de velhice	
	(rácio feminino/masculino)					Taxa de desemprego dos jovens	(rácio feminino/masculino)		(feminino)	(feminino)	(rácio feminino/masculino)	
	(nascimentos de crianças do sexo masculino/feminino)	Pré-escolar	Primário	Secundário	(rácio feminino/masculino)		(rácio feminino/masculino)	(rácio feminino/masculino)	(% do emprego total no setor não agrícola)	(% do sexo feminino)	(% do dia de 24 horas)	(rácio feminino/masculino)
2015–2020 ^a	2013–2018 ^b	2013–2018 ^b	2013–2018 ^b	2018	2010–2018 ^b	2018	2018	2018	2018	2008–2018 ^c	2008–2018 ^c	2013–2017 ^e
159 Tanzânia (República Unida da)	1,03	1,01	1,02	1,01	1,41	0,70	1,60	44,3	37,2	16,5 ^k	3,9 ^k	..
159 Uganda	1,03	1,04	1,03	..	1,41	0,79	1,50	39,2	34,3
161 Mauritânia	1,05	1,26	1,06	0,96	1,19	0,51	1,42	31,2	20,3
162 Madagascar	1,03	1,09	1,00	1,01	1,25	..	1,20	53,7	19,6
163 Benim	1,04	1,04	0,94	0,76	1,10	0,54	1,10	55,6	7,2
164 Lesoto	1,03	1,05	0,97	1,36	1,38	1,31	1,30	56,2	22,7
165 Costa do Marfim	1,03	1,01	0,91	0,75	1,57	0,52	1,55	47,3	9,2 ^l
166 Senegal	1,04	1,12	1,16	1,09	1,28	0,52	1,24	41,8	41,8
167 Togo	1,02	1,04	0,95	0,73	0,61	0,51	0,70	53,6	17,6
168 Sudão	1,04	1,02	0,94	1,02	2,16	0,78	2,52	16,8	31,0
169 Haiti	1,05	1,59	0,67	1,49	60,6	2,7
170 Afeganistão	1,06	..	0,69	0,57	1,76	0,36	2,18	25,5	27,4 ^l
171 Djibouti	1,04	0,94	0,88	0,84	1,08	..	1,15	41,3	26,2
172 Malawi	1,03	1,01	1,04	0,94	1,18	0,68	1,42	39,5	16,7
173 Etiópia	1,04	0,95	0,91	0,96	1,80	0,52	1,85	55,6	37,3	19,3 ^d	2,9 ^d	..
174 Gâmbia	1,03	1,07	1,09	..	1,92	0,71	1,88	38,7	10,3
174 Guiné	1,02	..	0,82	0,66	0,64	..	0,59	44,4	21,9
176 Libéria	1,05	1,01	0,92	0,78	1,57	0,47	1,05	48,7	11,7	6,3	2,4	..
177 Iémen	1,05	0,90	0,87	0,73	1,37	0,56	1,94	4,4	0,5
178 Guiné-Bissau	1,03	1,03	..	1,08	44,4	13,7
179 Congo (República Democrática do)	1,03	1,07	0,99	0,64	0,60	0,56	0,66	36,1	8,2
180 Moçambique	1,02	..	0,93	0,91	0,89	0,51	1,06	33,2	39,6
181 Serra Leoa	1,02	1,10	1,01	0,95	0,42	0,60	0,69	53,1	12,3
182 Burquina Faso	1,05	0,99	0,98	0,97	2,31	0,50	2,32	48,5	11,0	0,13
182 Eritreia	1,05	0,98	0,86	0,90	1,09	..	1,11	41,6	22,0
184 Mali	1,05	1,07	0,89	0,81	1,19	0,45	1,38	45,2	8,8	0,11
185 Burundi	1,03	1,02	1,00	1,02	0,43	0,68	0,55	24,1	38,8
186 Sudão do Sul	1,04	0,95	0,71	0,54	0,87	..	1,21	36,7	26,6
187 Chade	1,03	0,93	0,78	0,46	1,14	0,17	1,37	39,9	15,3
188 República Centro-Africana	1,03	1,03	0,76	0,66	1,12	0,43	1,20	41,9	8,6
189 Níger	1,05	1,06	0,87	0,73	0,17	0,48	0,50	51,4	17,0
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS												
.. Coreia (República Popular Democrática da)	1,05	..	1,00	1,01	0,80	..	0,83	41,9	16,3
.. Mónaco	33,3
.. Nauru	..	1,05	1,03	1,03	10,5
.. São Marino	26,7
.. Somália	1,03	1,12	..	1,13	17,5	24,3
.. Tuvalu	..	1,04	0,97	1,25	6,7
Agrupamentos por IDH												
Desenvolvimento humano muito elevado	1,05	0,99	1,00	0,99	1,08	0,98	1,15	44,3	27,2	—	—	0,93
Desenvolvimento humano elevado	1,08	0,99	0,99	1,03	1,17	0,92	1,15	42,8	24,4	—	—	..
Desenvolvimento humano médio	1,08	0,96	1,08	1,00	1,32	0,67	1,51	22,8	20,8	—	—	..
Desenvolvimento humano baixo	1,04	1,01	0,94	0,84	1,20	0,59	1,46	43,5	21,3	—	—	..
Países em desenvolvimento	1,07	0,98	1,01	0,99	1,24	0,84	1,30	36,8	22,4	—	—	..
Regiões												
Estados Árabes	1,05	0,98	0,96	0,93	1,67	0,84	2,46	16,3	18,3	—	—	..
Ásia Oriental e Pacífico	1,10	0,99	0,99	1,02	0,90	0,90	0,81	44,8	20,3	—	—	..
Europa e Ásia Central	1,06	0,98	1,00	0,98	1,17	0,91	1,09	40,0	21,2	—	—	..
América Latina e Caraíbas	1,05	1,02	0,99	1,05	1,33	1,01	1,31	43,6	31,0	—	—	..
Ásia do Sul	1,09	0,94	1,09	1,00	1,41	0,66	1,74	17,0	17,1	—	—	..
África Subsaariana	1,04	1,00	0,96	0,88	1,06	0,72	1,16	46,9	23,5	—	—	..
Países menos avançados	1,04	1,00	0,96	0,92	1,32	0,72	1,52	36,6	22,5	—	—	..
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	1,06	..	0,95	1,00	1,55	0,96	1,48	44,1	24,6	—	—	..
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	1,05	0,99	1,00	1,01	0,98	0,97	1,08	44,7	30,1	—	—	0,91
Mundo	1,07	0,98	1,01	0,99	1,20	0,88	1,24	39,2	24,1	—	—	..

NOTAS

O código tricolor é utilizado para a visualização dos agrupamentos parciais de países e agregados por indicador. Em cada indicador, os países são divididos em três grupos com uma dimensão aproximadamente igual (tercis): o terço superior, o terço médio e o terço inferior. Atribui-se um código de cor aos agregados, utilizando os mesmos limites de tercil. O rácio entre os sexos à nascença constitui uma exceção — os países dividem-se em dois grupos: o grupo natural (países com um valor de 1,04–1,07, inclusive), para o qual é utilizado um tom mais escuro, e o grupo com preconceito de género (os demais países), com um tom mais claro. Para mais pormenores acerca do agrupamento parcial nesta tabela, ver *Nota técnica 6* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

- a O rácio natural entre os sexos à nascença é habitualmente considerado e empiricamente confirmado como sendo de 1,05 crianças do sexo masculino para 1 crianças do sexo feminino.
- b Os dados correspondem às estimativas médias anuais para 2015-2020.
- c Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- d Referente à população com idade igual ou superior a 10 anos.
- e Referente à população com idades compreendidas entre os 20 e os 74 anos.
- f Referente à população com idade igual ou superior a 12 anos.
- g Referente à população com idade igual ou superior a 6 anos.
- h Excluídas as 36 delegadas especiais, nomeadas ad hoc em regime rotativo.

- i Referente a 2017.
- j Referente a 2013.
- k Referente à população com idade igual ou superior a 5 anos.
- l Referente a 2015.

DEFINIÇÕES

Rácio entre os sexos à nascença: Relação entre o número de nascimentos de crianças do sexo masculino e o número de nascimentos de crianças do sexo feminino.

Taxa bruta de matrículas (rácio feminino/masculino): Para um determinado nível de ensino (pré-escolar, primário, secundário), a relação entre a taxa bruta de matrículas de estudantes do sexo feminino e a taxa bruta de matrículas de estudantes do sexo masculino. A taxa bruta de matrículas sexo feminino ou masculino) é o número total de matrículas num determinado nível de ensino, independentemente da idade, expresso em percentagem do total oficial da população em idade escolar para o mesmo nível de ensino.

Taxa de desemprego dos jovens (rácio feminino/masculino): Relação entre a percentagem da população ativa feminina entre os 15 e os 24 anos que não exerce atividade profissional por conta de outrem ou independente, mas que está disponível para trabalhar e está ativamente à procura de um emprego remunerado ou por conta própria, e a percentagem da população ativa masculina entre os 15 e os 24 anos que não exerce atividade profissional por conta de outrem ou independente, mas que está disponível para trabalhar e está ativamente à procura de um emprego remunerado ou por conta própria.

População com pelo menos uma parte do ensino secundário (rácio feminino/masculino): Relação entre a percentagem da população feminina com idade igual ou superior a 25 anos que atingiu (mas poderá não ter concluído) um nível de ensino secundário e a população masculina com idade igual ou superior a 25 anos e o mesmo nível de instrução.

Taxa de desemprego total (rácio feminino/masculino): Relação entre a percentagem da população ativa feminina a partir dos 15 anos de idade que não exerce atividade profissional por conta de outrem ou independente, mas que está disponível para trabalhar e está ativamente à procura de um emprego remunerado ou por conta própria, e a percentagem da população ativa masculina a partir dos 15 anos de idade que não exerce atividade profissional por conta de outrem ou independente, mas que está disponível para trabalhar e está ativamente à procura de um emprego remunerado ou por conta própria.

Percentagem de emprego não agrícola (feminino): Percentagem de mulheres com emprego no setor não agrícola, que inclui as atividades industriais e de serviços.

Percentagem de assentos no parlamento: Proporção de assentos detidos por mulheres no parlamento nacional, expressa como percentagem dos assentos totais. Nos países com um sistema legislativo de duas câmaras, a percentagem de lugares no parlamento nacional é calculada com base nas duas câmaras.

Tempo despendido em tarefas domésticas e na prestação de cuidados sem remuneração: Número médio diário de horas despendidas em trabalhos domésticos e de prestação de cuidados não remunerados, expresso em percentagem de

um dia de 24 horas. Por trabalhos domésticos e de prestação de cuidados não remunerados entende-se as atividades relacionadas com a prestação de serviços para utilização final própria por membros de um agregado familiar ou por membros da família pertencentes a outros agregados familiares.

Beneficiários de pensão de velhice (rácio feminino/masculino): Relação entre a percentagem de mulheres com idades acima da idade da reforma legal e que recebem uma pensão de velhice (contributivas, não contributivas ou ambas) e a percentagem de homens com idades acima da idade da reforma legal e que recebem uma pensão de velhice (contributivas, não contributivas ou ambas).

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

- Coluna 1:** UNDESA (2019b).
- Colunas 2–4:** Instituto de Estatística da UNESCO (2019).
- Colunas 5 e 7:** Cálculos do GRDH baseados em dados da OIT (2019).
- Coluna 6:** Cálculos do GRDH baseados em dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2019) e de Barro e Lee (2018).
- Coluna 8:** OIT (2019).
- Coluna 9:** UIP (2019).
- Coluna 10:** Divisão de Estatística das Nações Unidas (2019a).
- Colunas 11 e 12:** Cálculos do GRDH com base em dados da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2019a).

Agrupamentos de países (tercis)

Terço superior Terço médio Terço inferior

O código tricolor é utilizado para a visualização dos agrupamentos parciais de países por indicador. Em cada indicador, os países são divididos em três grupos com uma dimensão aproximadamente igual (tercis): o terço superior, o terço médio e o terço inferior. Atribui-se um código de cor aos agregados, utilizando os mesmos limites de tercil. Ver as *Notas* após a tabela.

Classificação do IDH	Saúde reprodutiva e planeamento familiar				Violência contra raparigas e mulheres				Capacitação socioeconómica						
	ODS 3.1		ODS 3.7, 5.6		ODS 5.3		ODS 5.2		ODS 5.5			ODS 1.3			
	Cobertura de cuidados pré-natais, pelo menos uma consulta	Percentagem de nascimentos assistidos por profissionais de saúde qualificados	Prevalência do uso de contraceptivos (qualquer método)	Necessidades de planeamento familiar por satisfazer	Casamento infantil	Mulheres casadas antes dos 18 anos de idade	Prevalência da mutilação/incisão genital feminina entre raparigas e mulheres	Mulheres vítimas de violência ^a	Parceiro íntimo	Parceiro não íntimo	Percentagem de mulheres com diplomas do ensino superior formadas em ciências, tecnologia, engenharia e matemática	Percentagem de pessoas com diplomas do ensino superior em ciências, tecnologia, engenharia e matemática do sexo feminino	Percentagem de emprego feminino na gestão de topo e intermédia:	Mulheres com conta junto de uma instituição financeira ou um prestador de serviços de dinheiro móvel	Licença de maternidade obrigatória remunerada
	(%)	(%)	(% de mulheres casadas ou em união de facto em idade fértil, 15-49 anos)		(% de mulheres entre 20-24 anos casadas ou em união de facto)	(% de raparigas e jovens mulheres entre 15-49 anos)		(% da população feminina com 15 anos ou mais)			(%)	(%)	(%)	(% da população feminina com 15 anos ou mais)	(dias)
	2007-2017 ^b	2013-2018 ^b	2008-2018 ^b	2008-2018 ^b	2003-2018 ^b	2004-2018 ^b	2005-2019 ^b	2005-2019 ^b	2008-2018 ^b	2008-2018 ^b	2010-2018 ^b	2017	2017		
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO															
1 Noruega	..	99,2	27,0	..	9,9	28,4	33,5	100,0	..		
2 Suíça	72,9	11,1	22,1	31,6	98,9	98		
3 Irlanda	..	99,7	73,3	15,0	5,0	14,1	29,0	33,5	95,3	182		
4 Alemanha	..	98,7	80,3	22,0	7,0	19,3	27,1	28,6	99,2	98		
4 Hong Kong, China (RAE)	74,8	94,7	70		
6 Austrália	98,3	97,0	66,9	22,8	10,0	9,7	31,7	..	99,2	..		
6 Islândia	..	97,9	22,4	..	10,3	35,2	43,1	..	90		
8 Suécia	28,0	12,0	15,0	35,2	39,4	100,0	..		
9 Singapura	..	99,6	6,1	..	22,3	33,7	..	96,3	105		
10 Países Baixos	73,0	25,0	12,0	6,3	25,3	24,8	99,8	112		
11 Dinamarca	..	94,7	32,0	11,0	12,7	34,2	27,0	100,0	126		
12 Finlândia	..	99,9	85,5	30,0	11,0	13,5	27,1	32,0	99,6	147		
13 Canadá	100,0	97,9	11,6	31,4	..	99,9	105		
14 Nova Zelândia	..	96,3	12,9	35,0	..	99,3	112 ^c		
15 Reino Unido	84,0	29,0	7,0	17,5	38,1	34,2	96,1	42		
15 Estados Unidos	..	99,1	75,9	9,0	10,4	34,0	40,5	92,7	..		
17 Bélgica	66,8	24,0	8,0	7,9	27,5	33,5	98,8	105		
18 Listense	33,8	40,7		
19 Japão	..	99,9	39,8	98,1	98		
20 Áustria	..	98,4	65,7	13,0	4,0	14,3	25,9	28,9	98,4	112		
21 Luxemburgo	22,0	8,0	9,5	27,6	16,1	98,2	112		
22 Israel	93,7	105		
22 Coreia (República da)	..	100,0	79,6	15,4	26,4	..	94,7	90		
24 Eslovénia	13,0	4,0	12,5	29,8	38,2	96,9	105		
25 Espanha	70,9	13,0	3,0	12,7	29,7	31,9	91,6	112		
26 Chéquia	..	99,8	86,3	4,3	21,0	4,0	13,5	35,4	26,6	78,6	196		
26 França	..	98,0	78,4	26,0	9,0	14,5	31,8	34,5	91,3	112		
28 Malta	..	99,7	15,0	5,0	8,6	28,1	27,6	97,0	126		
29 Itália	..	99,9	65,1	19,0	5,0	15,7	39,5	23,2	91,6	150		
30 Estónia	..	99,2	20,0	9,0	16,4	38,3	33,2	98,4	140		
31 Chipre	99,2	96,0	15,0	2,0	10,4	42,2	22,4	90,0	126		
32 Grécia	..	99,9	19,0	1,0	18,9	39,8	30,5	84,5	119		
32 Polónia	..	99,8	62,3	13,0	2,0	15,3	44,1	39,5	88,0	140		
34 Lituânia	..	100,0	24,0	5,0	11,4	29,8	38,2	81,0	126		
35 Emirados Árabes Unidos	100,0	99,9	17,3	43,5	12,2	76,4	45		
36 Andorra	..	100,0	4,7		
36 Arábia Saudita	97,0	99,7	24,6	17,2	41,7	..	58,2	70		
36 Eslováquia	..	98,5	23,0	4,0	12,0	35,6	30,4	83,1	238		
39 Letónia	..	99,9	32,0	7,0	10,0	31,9	43,2	92,5	112		
40 Portugal	..	98,8	73,9	19,0	1,0	19,3	39,1	32,2	90,6	..		
41 Qatar	90,8	100,0	37,5	12,4	4	14,5	41,9	..	61,6 ^d	50		
42 Chile	..	99,7	76,3	6,8	18,8	..	71,3	126		
43 Brunei Darussalam	99,0	99,8	23,6	51,9	37,0	..	91		
43 Hungria	..	99,7	61,6	21,0	3,0	11,7	31,5	37,1	72,2	168		
45 Bahrein	100,0	99,7	10,9	44,3	..	75,4	60		
46 Croácia	..	99,9	13,0	3,0	16,0	37,9	26,1	82,7	208		

PAINEL 3 CAPACITAÇÃO DAS MULHERES

Classificação do IDH	Saúde reprodutiva e planeamento familiar				Violência contra raparigas e mulheres				Capacitação socioeconómica									
	ODS 3.1		ODS 3.7, 5.6		ODS 5.3		ODS 5.3		ODS 5.2		ODS 5.5			ODS 1.3				
	Casamento infantil		Mulheres vítimas de violência*		Mulheres casadas antes dos 18 anos de idade		Prevalência da mutilação/incisão genital feminina entre raparigas e mulheres		Parceiro íntimo / Parceiro não íntimo		Porcentagem de mulheres com diplomas do ensino superior formadas em ciências, tecnologia, engenharia e matemática		Porcentagem de pessoas com diplomas do ensino superior em ciências, tecnologia, engenharia e matemática do sexo feminino		Mulheres com conta junto de uma instituição financeira ou um prestador de serviços de dinheiro móvel		Licença de maternidade obrigatória remunerada	
	Cobertura de cuidados pré-natais, pelo menos uma consulta	Porcentagem de nascimentos assistidos por profissionais de saúde qualificados	Prevalência do uso de contraceptivos (qualquer método)	Necessidades de planeamento familiar por satisfazer	Mulheres casadas antes dos 18 anos de idade	Prevalência da mutilação/incisão genital feminina entre raparigas e mulheres	Parceiro íntimo	Parceiro não íntimo	Porcentagem de mulheres com diplomas do ensino superior formadas em ciências, tecnologia, engenharia e matemática	Porcentagem de pessoas com diplomas do ensino superior em ciências, tecnologia, engenharia e matemática do sexo feminino	Porcentagem de emprego feminino na gestão de topo e intermédia:	Mulheres com conta junto de uma instituição financeira ou um prestador de serviços de dinheiro móvel	Licença de maternidade obrigatória remunerada					
(%)	(%)	(% de mulheres casadas ou em união de facto em idade fértil, 15-49 anos)	(% de mulheres casadas ou em união de facto em idade fértil, 15-49 anos)	(% de mulheres entre 20-24 anos casadas ou em união de facto)	(% de raparigas e jovens mulheres entre 15-49 anos)	(% da população feminina com 15 anos ou mais)	(% da população feminina com 15 anos ou mais)	(%)	(%)	(%)	(% da população feminina com 15 anos ou mais)	(dias)						
	2007-2017 ^a	2013-2018 ^b	2008-2018 ^b	2008-2018 ^b	2003-2018 ^b	2004-2018 ^b	2005-2019 ^a	2005-2019 ^a	2008-2018 ^b	2008-2018 ^b	2010-2018 ^b	2017	2017					
47 Omã	98,6	99,1	29,7	17,8	4	39,8	52,8	..	63,5 ^d	50					
48 Argentina	98,1	93,9	81,3	26,9	12,1	11,5	46,5	32,6	50,8	90					
49 Federação Russa	..	99,7	68,0	8,0	39,3	76,1	140					
50 Bielorrússia	99,7	99,8	72,1	7,0	3	15,4	26,7	..	81,3	126					
50 Cazaquistão	99,3	99,4	54,8	10,6	7	..	16,5	1,5	14,8	32,9	..	60,3	126					
52 Bulgária	..	99,8	23,0	6,0	12,3	38,3	39,3	73,6	410					
52 Montenegro	91,7	99,0	23,3	21,8	5	..	17,0	1,0	23,8	67,6	45					
52 Roménia	76,3	95,2	24,0	2,0	20,3	41,2	30,1	53,6	126					
55 Palau	90,3	100,0	25,2	15,1	35,5					
56 Barbados	93,4	99,0	59,2	19,9	11	40,5	84					
57 Koweit	100,0	99,9	73,5	70					
57 Uruguai	97,2	99,7	79,6	..	25	..	16,8	..	10,8	44,6	37,3	60,6	98					
59 Turquia	97,0	98,0	73,5	5,9	15	..	38,0	..	14,2	34,7	16,3	54,3	112					
60 Bahamas	98,0	99,0	91					
61 Malásia	97,2	99,5	52,2	18,1	38,6	..	82,5	60					
62 Seicheles	8,5	38,9	43,8	..	98					
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO																		
63 Sérvia	98,3	98,4	58,4	14,9	3	..	17,0	2,0	18,1	39,7	29,8	70,1	135					
63 Trinidad e Tobago	95,1	100,0	40,3	24,3	11	..	30,2	19,0	73,6	98					
65 Irão (República Islâmica do)	96,9	99,0	77,4	5,7	17	32,1	30,1	..	91,6	270					
66 Maurícia	..	99,8	63,8	12,5	30,8	87,1	98					
67 Panamá	93,4	94,2	62,8	16,4	26	..	14,4	..	12,7	49,0	43,5	42,3	98					
68 Costa Rica	98,1	98,7	77,8	7,6	21	..	35,9 ^e	..	7,7	33,4	..	60,9	120					
69 Albânia	97,3	99,8	46,0	15,1	12	..	21,0	1,3	14,8	49,4	29,3	38,1	365					
70 Geórgia	97,6	99,9	53,4	12,3	14	..	6,0	2,7	15,8	43,7	..	63,6	183					
71 Sri Lanca	95,5	..	61,7	7,5	10	40,3	25,6	73,4	84					
72 Cuba	98,5	99,9	73,7	8,0	26	6,1	39,9					
73 São Cristóvão e Nevis	100,0	100,0	91					
74 Antígua e Barbuda	100,0	100,0	1,8	33,3	91					
75 Bósnia-Herzegovina	87,0	99,9	45,8	9,0	4	..	11,0	1,0	14,8	42,9	24,2	54,7	365					
76 México	98,5	97,7	66,9	13,0	26	..	24,6	38,8	14,8	31,1	35,6	33,3	84					
77 Tailândia	98,1	99,1	78,4	6,2	23	15,0	30,1	29,5	79,8	90					
78 Granada	100,0	98,9	8,2	35,4	90					
79 Brasil	97,2	99,1	80,2	..	26	..	16,7	..	10,7	36,6	..	67,5	120					
79 Colômbia	97,2	99,2	81,0	6,7	23	..	33,3	..	14,4	34,1	..	42,5	126					
81 Arménia	99,6	99,8	57,1	12,5	5	..	8,2	..	8,4	32,8	..	40,9	140					
82 Argélia	92,7	96,6	57,1	7,0	3	26,9	55,5	..	29,3	98					
82 Macedónia do Norte	98,6	99,9	40,2	17,2	7	..	10,0	2,0	15,7	45,1	28,2	72,9	270					
82 Peru	97,0	93,1	75,4	6,5	19	..	31,2	..	13,7	32,9	..	34,4	98					
85 China	96,5	99,9	84,5	76,4	128					
85 Equador	..	96,4	80,1	8,8	20	..	40,4	..	8,0	29,2	35,3	42,6	84					
87 Azerbaijão	91,7	99,8	54,9	..	11	..	13,5	..	16,4	40,1	..	27,7	126					
88 Ucrânia	98,6	99,9	65,4	4,9	9	..	26,0	5,0	12,5	27,4	..	61,3	126					
89 República Dominicana	98,0	99,8	69,5	11,4	36	..	28,5	..	7,0	40,0	..	54,1	98					
89 Santa Lúcia	96,9	99,0	55,5	17,0	8	91					
91 Tunísia	98,1	..	62,5	7,0	2	37,8	58,1	19,3	28,4	30					
92 Mongólia	98,7	98,9	54,6	16,0	5	..	31,2	14,0	11,9	33,7	40,0	95,0	120					
93 Líbano	54,5	..	6	18,0	43,3	..	32,9	70					
94 Botsuana	94,1	99,7	52,8	9,6	46,8	84					
94 São Vicente e Granadinas	99,5	98,6	91					
96 Jamaica	97,7	97,6	72,5	10,0	8	..	27,8	23,0	77,8 ^f	56					
96 Venezuela (República Bolivariana da)	97,5	95,4	75,0	70,0	182					
98 Dominica	100,0	97,0	84					

Classificação do IDH	Saúde reprodutiva e planeamento familiar				Violência contra raparigas e mulheres				Capacitação socioeconómica						
	ODS 3.1		ODS 3.7, 5.6		ODS 5.6		ODS 5.3		ODS 5.2		ODS 5.5			ODS 1.3	
	Cobertura de cuidados pré-natais, pelo menos uma consulta		Percentagem de nascimentos assistidos por profissionais de saúde qualificados		Prevalência do uso de contraceptivos (qualquer método)		Necessidades de planeamento familiar por satisfazer		Casamento infantil		Mulheres vítimas de violência*		Mulheres com conta conjunta de uma instituição financeira ou um prestador de serviços de dinheiro móvel		Licença de maternidade obrigatória remunerada
	(%)	(%)	(% de mulheres casadas ou em união de facto em idade fértil, 15-49 anos)	(% de mulheres casadas ou em união de facto em idade fértil, 15-49 anos)	(% de mulheres entre 20-24 anos casadas ou em união de facto)	(% de raparigas e jovens mulheres entre 15-49 anos)	Parceiro íntimo	Parceiro não íntimo	Percentagem de mulheres com diplomas do ensino superior formadas em ciências, tecnologia, engenharia e matemática	Percentagem de pessoas com diplomas do ensino superior em ciências, tecnologia, engenharia e matemática do sexo feminino	Percentagem de emprego feminino na gestão de topo e intermédia:	(% da população feminina com 15 anos ou mais)	(dias)		
2007-2017 ^a	2013-2018 ^b	2008-2018 ^b	2008-2018 ^b	2003-2018 ^b	2004-2018 ^b	2005-2019 ^a	2005-2019 ^a	2008-2018 ^b	2008-2018 ^b	2010-2018 ^b	2017	2017			
98 Ilhas Fiji	100,0	99,8	64,1	8,5	38,6	..	84		
98 Paraguai	98,7	97,3	68,4	12,1	22	..	20,4	46,0	..	98		
98 Suriname	90,9	80,0	47,6	16,9	19		
102 Jordânia	99,1	99,7	51,8	14,2	8	..	19,0	26,6	..	70		
103 Belize	97,2	92,2	51,4	22,2	34	..	22,2	..	11,7	41,8	41,7	52,3 ^f	98		
104 Maldivas	99,1	95,6	34,7	28,6	4	..	16,3	19,5	..	60		
105 Tonga	99,0	..	34,1	25,2	6	..	39,6	6,3		
106 Filipinas	95,4	84,4	54,1	16,7	17	..	14,8	..	17,8	36,3	25,5	38,9	60		
107 Moldávia (República da)	98,8	99,7	59,5	9,5	12	..	34,0	4,0	12,1	32,2	..	44,6	126		
108 Turquemenistão	99,6	100,0	50,2	12,1	6	35,5	..		
108 Usbequistão	99,4	100,0	7	36,0	126		
110 Líbia	93,0	99,9	27,7	40,2	59,6	98		
111 Indonésia	95,4	93,6	61,0	14,8	11	..	18,3	..	12,2	37,1	19,4	51,4	90		
111 Samoa	93,3	82,5	26,9	34,8	11	..	46,1	10,6	41,6	..	28		
113 África do Sul	93,7	96,7	54,6	14,9	6	..	21,3	..	12,7	41,9	33,9	70,0	120		
114 Bolívia (Estado Plurinacional da)	90,1	71,3	66,5	23,2	20	..	58,5	26,8	53,9	90		
115 Gabão	94,7	..	31,1	26,5	22	..	48,6	5,0	53,7	98		
116 Egito	90,3	91,5	58,5	12,6	17	87,2	25,6	..	7,7	36,9	..	27,0	90		
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO															
117 Ilhas Marshall	81,2	92,4	26	..	50,9	13,0		
118 Vietname	95,8	93,8	75,7	6,1	11	..	34,4	2,3	15,4	36,5	..	30,4	180		
119 Palestina (Estado da)	99,4	99,6	57,2	10,9	15	11,7	44,9	17,8	15,9	84		
120 Iraque	77,7	95,6	52,8	13,3	28	7,4	19,5	98		
121 Marrocos	77,1	86,6	70,8	13,8	13	17,5	45,2	..	16,8	98		
122 Quirguizistão	98,4	98,4	42,0	19,1	12	..	26,6	0,1	13,3	38,7	..	38,9	126		
123 Guiana	90,7	85,7	33,9	28,0	30	5,2	27,2	35,4	..	91		
124 El Salvador	96,0	99,9	72,0	11,1	26	..	14,3	..	9,4	23,5	32,7	24,4	112		
125 Tajiquistão	78,8	94,8	29,3	16,5	9	..	26,4	42,1	140		
126 Cabo Verde	..	92,6	18	..	12,6	..	8,0	30,6	60		
126 Guatemala	91,3	69,2	60,6	13,9	30	..	21,2	..	5,4	34,7	34,5	42,1	84		
126 Nicarágua	94,7	89,6	80,4	5,8	35	..	22,5	24,8	84		
129 Índia	..	81,4	53,5	12,9	27	..	28,8	..	27,7	43,9	13,0	76,6	182		
130 Namíbia	96,6	88,2	56,1	17,5	7	..	26,7	..	8,1	41,9	48,2	80,7	84		
131 Timor-Leste	84,4	56,7	26,1	25,3	15	..	58,8	13,9	84		
132 Honduras	96,6	74,0	73,2	10,7	34	..	27,8	..	8,6	37,5	41,0	41,0	84		
132 Quiribati	88,4	..	22,3	28,0	20	..	67,6	9,8	84		
134 Butão	97,9	96,4	65,6	11,7	26	..	15,1	5,8	27,7 ^f	56		
135 Bangladeche	63,9	67,8	62,3	12,0	59	..	54,2	3,0	7,9	19,8	11,5	35,8	112		
135 Micronésia (Estados Federados da)	80,0	32,8	8,0	18,2		
137 São Tomé e Príncipe	97,5	92,5	40,6	33,7	35	..	27,9	98		
138 Congo	93,5	91,2	30,1	17,9	27	21,0	105		
138 Essuatíni (Reino de)	98,5	88,3	66,1	15,2	5	54,6	27,4 ^d	14		
140 República Democrática Popular do Laos	54,2	64,4	54,1	14,3	33	..	15,3	5,3	8,6	25,2	23,4	31,9	105		
141 Vanuatu	75,6	89,4	49,0	24,2	21	..	60,0	33,0	84		
142 Gana	90,5	78,1	33,0	26,3	21	3,8	24,4	4,0	7,4	22,5	..	53,7	84		
143 Zâmbia	95,7	63,3	49,0	21,1	31	..	45,9	28,5	40,3	84		
144 Guiné Equatorial	91,3	..	12,6	33,8	30	..	56,9	84		
145 Mianmar	80,7	60,2	52,2	16,2	16	..	17,3	..	47,3	64,9	31,5	26,0	98		
146 Camboja	95,3	89,0	56,3	12,5	19	..	20,9	3,8	6,0	16,7	..	21,5	90		
147 Quênia	93,7	61,8	60,5	14,9	23	21,0	40,7	..	11,2	30,7	..	77,7	90		
147 Nepal	83,6	58,0	52,6	23,7	40	..	25,0	13,9	41,6	52		
149 Angola	81,6	46,6	13,7	38,0	30	..	34,8	..	9,9	38,4	..	22,3 ^f	90		
150 Camarões	82,8	64,7	34,4	18,0	31	1,4	51,1	5,0	30,0	98		

PAINEL 3 CAPACITAÇÃO DAS MULHERES

Classificação do IDH	Saúde reprodutiva e planeamento familiar				Violença contra raparigas e mulheres				Capacitação socioeconómica					
	ODS 3.1		ODS 3.7, 5.6		ODS 5.3		ODS 5.2		ODS 5.5			ODS 1.3		
	Casamento infantil		Mulheres vítimas de violência*		Casamento infantil		Mulheres vítimas de violência*		Capacitação socioeconómica		Mulheres com conta junto de uma instituição financeira ou um prestador de serviços de dinheiro móvel		Licença de maternidade obrigatória remunerada	
	Cobertura de cuidados pré-natais, pelo menos uma consulta	Percentagem de nascimentos assistidos por profissionais de saúde qualificados	Prevalência do uso de contraceptivos (qualquer método)	Necessidades de planeamento familiar por satisfazer	Mulheres casadas antes dos 18 anos de idade	Prevalência da mutilação/incisão genital feminina entre raparigas e mulheres	Parceiro íntimo	Parceiro não íntimo	Percentagem de mulheres com diplomas do ensino superior formadas em ciências, tecnologia, engenharia e matemática	Percentagem de pessoas com diplomas do ensino superior em ciências, tecnologia, engenharia e matemática do sexo feminino	Percentagem de emprego feminino na gestão de topo e intermédia:	(% da população feminina com 15 anos ou mais)	(dias)	
(%)	(%)	(% de mulheres casadas ou em união de facto em idade fértil, 15-49 anos)	(% de mulheres casadas ou em união de facto em idade fértil, 15-49 anos)	(% de mulheres entre 20-24 anos casadas ou em união de facto)	(% de raparigas e jovens mulheres entre 15-49 anos)	(% da população feminina com 15 anos ou mais)	(% da população feminina com 15 anos ou mais)	(%)	(%)	(%)	(%)	(dias)		
2007-2017 ^a	2013-2018 ^a	2008-2018 ^a	2008-2018 ^a	2003-2018 ^a	2004-2018 ^a	2005-2019 ^a	2005-2019 ^a	2008-2018 ^a	2008-2018 ^a	2010-2018 ^a	2017	2017		
150 Zimbabué	93,3	78,1	66,8	10,4	32	..	37,6	..	20,9	28,8	..	51,7	98	
152 Paquistão	73,1	69,3	34,2	17,3	21	..	24,5	4,2	7,0	84	
153 Ilhas Salomão	88,5	86,2	29,3	34,7	21	..	63,5	18,0	25,1	..	84	
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
154 República Árabe da Síria	87,7	..	53,9	16,4	13	19,2	49,5	..	19,6 ^d	120	
155 Papua-Nova Guiné	21	19,3	..	0	
156 Comores	92,1	..	19,4	31,6	32	..	6,4	1,5	17,9 ^d	98	
157 Ruanda	99,0	90,7	53,2	18,9	7	..	37,1	..	9,2	32,2	36,3	45,0	84	
158 Nigéria	65,8	43,0	27,6	23,1	44	18,4	17,4	1,5	28,9	27,3	84	
159 Tanzânia (República Unida da)	91,4	63,5	38,4	22,1	31	10,0	46,2	17,3	42,2	84	
159 Uganda	97,3	74,2	41,8	26,0	34	0,3	49,9	52,7	84	
161 Mauritània	86,9	69,3	17,8	33,6	37	66,6	29,4	28,9	..	15,5	98	
162 Madagáscar	82,1	44,3	47,9	16,4	41	13,6	28,1	24,5	16,3	98	
163 Benim	82,8	78,1	15,5	32,3	26	9,2	23,8	..	19,1	54,9	..	28,6	98	
164 Lesoto	95,2	77,9	60,2	18,4	17	4,5	23,4	..	46,5	84	
165 Costa do Marfim	93,2	73,7	23,3	26,5	27	36,7	25,9	35,6	98	
166 Senegal	95,0	68,4	27,8	21,9	29	24,0	21,5	38,4	98	
167 Togo	72,7	44,6	19,9	33,6	22	4,7	25,1	37,6	98	
168 Sudão	79,1	77,7	12,2	26,6	34	86,6	27,8	47,2	..	10,0 ^f	56	
169 Haiti	91,0	41,6	34,3	38,0	15	..	26,0	30,0	42	
170 Afeganistão	58,6	58,8	22,5	24,5	35	..	50,8	4,3	7,2	90	
171 Djibouti	87,7	..	19,0	..	5	93,1	8,8 ^d	98	
172 Malauí	94,8	89,8	59,2	18,7	42	..	37,5	29,8	56	
173 Etiópia	62,4	27,7	40,1	20,6	40	65,2	28,0	..	7,6	17,3	21,1	29,1	90	
174 Gâmbia	86,2	57,2	9,0	24,9	30	74,9	20,1	..	53,1	45,7	33,7	..	180	
174 Guiné	84,3	55,3	8,7	27,6	51	96,8	19,7	98	
176 Libéria	95,9	61,1	31,2	31,1	36	44,4	38,5	2,6	20,1	28,2	98	
177 Iémen	64,4	44,7	33,5	28,7	32	18,5	1,7 ^f	70	
178 Guiné-Bissau	92,4	45,0	16,0	22,3	24	44,9	60	
179 Congo (República Democrática do)	88,4	80,1	20,4	27,7	37	..	50,7	..	11,0	25,1	..	24,2	98	
180 Moçambique	90,6	73,0	27,1	23,1	53	..	21,7	..	5,1	26,7	22,2	32,9	60	
181 Serra Leoa	97,1	81,6	22,5	26,3	30	86,1	48,8	15,4	84	
182 Burquina Faso	92,8	79,8	31,7	22,8	52	75,8	11,5	..	7,0	15,1	..	34,5	98	
182 Eritreia	88,5	..	8,4	27,4	41	83,0	21,8	27,8	60	
184 Mali	75,6	67,3	15,6	17,2	50	82,7	35,5	25,7	98	
185 Burundi	99,2	85,1	28,5	29,7	19	..	48,5	..	10,4	18,2	..	6,7 ^f	84	
186 Sudão do Sul	61,9	..	4,0	26,3	52	4,7	56	
187 Chade	54,7	20,2	5,7	22,9	67	38,4	28,6	14,9	98	
188 República Centro-Africana	68,2	..	15,2	27,0	68	24,2	29,8	9,7	98	
189 Níger	82,8	39,7	11,0	15,0	76	2,0	6,4	29,1	..	10,9	98	
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS														
.. Coreia (República Popular Democrática da)	100,0	99,5	78,2	7,0	22,2	19,3	
.. Mónaco	
.. Nauru	94,5	27	..	48,1	47,3	
.. São Marinho	630	
.. Somália	45	97,9	33,7 ^f	..	
.. Tuvalu	97,4	10	..	36,8	36,7	

Classificação do IDH	Saúde reprodutiva e planeamento familiar				Violência contra raparigas e mulheres				Capacitação socioeconómica			
	ODS 3.1		ODS 3.7, 5.6		ODS 5.3		ODS 5.2		ODS 5.5		ODS 1.3	
	Cobertura de cuidados pré-natais, pelo menos uma consulta		Prevalência do uso de contraceptivos (qualquer método)		Casamento infantil		Mulheres vítimas de violência*		Porcentagem de pessoas com diplomas do ensino superior em ciências, tecnologia, engenharia e matemática do sexo feminino		Mulheres com conta junto de uma instituição financeira ou um prestador de serviços de dinheiro móvel	
	2007–2017 ^a	2013–2018 ^b	2008–2018 ^b	2008–2018 ^b	2003–2018 ^b	2004–2018 ^b	2005–2019 ^b	2005–2019 ^b	2008–2018 ^b	2008–2018 ^b	2010–2018 ^b	2017
Agrupamentos por IDH												
Desenvolvimento humano muito elevado	..	98,9	69,1	13,2	33,5	—	86,8	116
Desenvolvimento humano elevado	96,3	97,7	75,4	—	65,4	116
Desenvolvimento humano médio	..	78,1	53,0	13,9	28	..	30,7	26,0	43,7	—	58,2	94
Desenvolvimento humano baixo	77,8	56,5	29,4	23,7	39	36,7	31,5	—	26,1	86
Países em desenvolvimento	90,1	85,2	60,5	15,0	27	—	58,2	99
Regiões												
Estados Árabes	86,5	88,5	47,9	15,8	20	19,0	48,1	—	27,0	75
Ásia Oriental e Pacífico	95,8	96,6	77,2	—	..	88
Europa e Ásia Central	97,1	98,9	63,3	8,2	10	..	27,8	14,0	32,9	—	53,4	165
América Latina e Caraíbas	97,1	95,1	74,5	..	25	..	23,8	11,6	33,6	—	52,1	96
Ásia do Sul	..	78,8	52,9	13,3	29	..	31,0	—	65,0	110
África Subsariana	81,8	60,6	34,0	22,3	36	30,3	31,4	—	36,0	89
Países menos avançados	77,9	61,5	38,2	21,4	40	..	38,3	—	28,4	87
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	95,2	83,6	54,1	20,1	23	—	..	79
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	..	98,8	70,7	12,9	32,6	—	86,2	122
Mundo	..	87,0	61,9	—	64,6	108

NOTAS

O código tricolor é utilizado para a visualização dos agrupamentos parciais de países e agregados por indicador. Em cada indicador, os países são divididos em três grupos com uma dimensão aproximadamente igual (tercis): o terço superior, o terço médio e o terço inferior. Atribui-se um código de cor aos agregados, utilizando os mesmos limites de tercil. Para mais pormenores acerca do agrupamento parcial nesta tabela, ver *Nota técnica 6* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

- a Os métodos de recolha de dados, as faixas etárias, as mulheres utilizadas como amostra (que alguma vez tiveram um parceiro, que alguma vez foram casadas ou todas as mulheres) e as definições das formas de violência e dos agressores variam consoante o inquérito. Por este motivo, os dados não são, necessariamente, comparáveis entre países.
- b Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- c Referente a 2015.
- d Referente a 2011.
- e Referente a 2003.
- f Referente a 2014.

DEFINIÇÕES

Cobertura de cuidados pré-natais, pelo menos uma consulta: Percentagem de mulheres com idades compreendidas entre 15–49 anos assistidas, pelo menos uma vez, durante o parto por profissionais de saúde qualificados (médicos, enfermeiros ou parteiros).

Percentagem de nascimentos assistidos por profissionais de saúde qualificados: Percentagem de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados (geralmente, médicos, enfermeiros ou parteiros) formados para a prestação de cuidados obstétricos vitais — incluindo a oferta da supervisão, do aconselhamento e dos cuidados necessários às mulheres durante a gravidez, o parto e o período pós-parto, a realização autónoma de partos e o cuidado dos recém-nascidos. Os assistentes de parto tradicionais, ainda que concluem um breve curso de formação, não estão incluídos.

Prevalência do uso de contraceptivos (qualquer método): Percentagem de mulheres casadas ou em união de facto em idade fértil (15–49 anos) que utilizam, atualmente, qualquer método contraceptivo.

Necessidades de planeamento familiar por satisfazer: Percentagem de mulheres casadas ou em união de facto em idade fértil (15–49 anos) que, sendo fecundas, têm uma necessidade por satisfazer, caso não pretendam dar (novamente) à luz, pretendam adiar o próximo parto ou estejam indecisas quanto à data do mesmo, mas não utilizam qualquer método contraceptivo.

Casamento infantil (mulheres casadas antes dos 18 anos de idade): Percentagem de mulheres com idades compreendidas entre 20–24 anos que casaram ou constituíram união de facto, pela primeira vez, antes dos 18 anos de idade.

Prevalência da mutilação/incisão genital feminina entre raparigas e mulheres: Percentagem de raparigas e mulheres com idades compreendidas entre 15–49 anos que sofreram mutilação/incisão genital feminina.

Mulheres vítimas de violência (relações íntimas): Percentagem da população feminina com idade igual ou superior a 15 anos que já sofreram violência física e/ou sexual por parte de um parceiro íntimo.

Mulheres vítimas de violência (relações não íntimas): Percentagem da população feminina com idade igual ou superior a 15 anos que já sofreram violência sexual por parte de um parceiro não íntimo.

Percentagem de mulheres com diplomas do ensino superior formadas em ciências, tecnologia, engenharia e matemática: Percentagem de mulheres com diplomas do ensino superior em ciências, tecnologia, engenharia e matemática no conjunto das mulheres com diplomas do ensino superior.

Percentagem de pessoas com diplomas do ensino superior em ciências, tecnologia, engenharia e matemática do sexo feminino: Percentagem de mulheres no conjunto das pessoas com diplomas do ensino superior em ciências, tecnologia, engenharia e matemática.

Percentagem de emprego feminino na gestão de topo e intermédia: Percentagem de mulheres no conjunto dos empregos de gestão de topo e intermédia.

Mulheres com conta junto de uma instituição financeira ou um prestador de serviços de dinheiro móvel: Percentagem de mulheres com idade igual ou superior a 15 anos que declaram possuir uma conta, individual ou em cotitularidade, num banco ou noutro tipo de instituição financeira ou que declaram ter usado, a título pessoal, um serviço de dinheiro móvel nos 12 meses anteriores.

Licença de maternidade obrigatória remunerada: Número de dias remunerados a que a mulher empregada tem direito para cuidar do filho recém-nascido.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Coluna 1: UNICEF (2019b).

Colunas 2, 5 e 6: Divisão de Estatística das Nações Unidas (2019a).

Colunas 3 e 4: UNDESA (2019a).

Colunas 7 e 8: ONU Mulheres (2019).

Colunas 9 e 10: Instituto de Estatística da UNESCO (2019).

Coluna 11: OIT (2019).

Colunas 12 e 13: Banco Mundial (2019b).

Agrupamentos de países (tercis)

Terço superior Terço médio Terço inferior

O código tricolor é utilizado para a visualização dos agrupamentos parciais de países por indicador. Em cada indicador, os países são divididos em três grupos com uma dimensão aproximadamente igual (tercis): o terço superior, o terço médio e o terço inferior. Atribui-se um código de cor aos agregados, utilizando os mesmos limites de tercil. Ver as *Notas* após a tabela.

Classificação do IDH	ODS 12.c		ODS 7.2		ODS 9.4		ODS 15.1		ODS 6.4		ODS 12.2		ODS 3.9		ODS 3.9		ODS 15.3		ODS 15.5		
	Consumo de energia produzida a partir de combustíveis fósseis		Consumo de energia renovável		Emissões de dióxido de carbono		Área florestal		Retiradas de água doce		Esgotamento dos recursos naturais		Poluição do ar doméstico e do ar ambiente		Serviços de água, saneamento e higiene insalubres		Terrenos degradados		Índice da Lista Vermelha		
	(% do consumo total de energia)		(% do consumo final total de energia)		Per capita (toneladas)		(% da área total de terreno ^a)		(% dos recursos hídricos renováveis totais)		(% do RNB)		(por 100.000 pessoas)		(por 100.000 pessoas)		(por 100.000 pessoas)		(valor)		
	2010-2015 ^b		2015		2016		2016		1990-2016		2007-2017 ^a		2012-2017 ^a		2016		2016		2015		2018
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO																					
1 Noruega	57,0	57,8	6,8	0,11	33,2	-0,1	0,8	4,4	9	0,2	0,940							
2 Suíça	50,2	25,3	4,5	0,08	31,8	9,3	3,8	0,0	10	0,1	0,974								
3 Irlanda	85,3	9,1	7,9	0,12	11,0	63,4	1,5	0,1	12	0,1	0,925								
4 Alemanha	78,9	14,2	8,9	0,21	32,7	1,0	16,5	0,0	16	0,6	0,983								
4 Hong Kong, China (RAE)	93,2	0,9	6,2	0,11	0,821								
6 Austrália	89,6	9,2	16,2	0,35	16,3	-2,8	3,2	3,0	8	0,1	0,825								
6 Islândia	11,3	77,0	6,2	0,14	0,5	213,7	0,2	0,0	9	0,1	0,861								
8 Suécia	25,1	53,2	3,9	0,08	68,9	0,8	1,6	0,2	7	0,2	0,993								
9 Singapura	90,6	0,7	8,0	0,10	23,1	-5,5	..	0,0	26	0,1	0,860								
10 Países Baixos	93,5	5,9	9,2	0,20	11,2	9,4	9,8	0,3	14	0,2	0,943								
11 Dinamarca	64,9	33,2	5,9	0,13	14,7	14,7	10,6	0,4	13	0,3	0,972								
12 Finlândia	40,2	43,2	8,3	0,21	73,1	1,8	..	0,1	7	0,1 ^c	1	0,990									
13 Canadá	74,1	22,0	14,9	0,35	38,2	-0,4	1,2	0,7	7	0,4	0,969								
14 Nova Zelândia	59,7	30,8	6,5	0,19	38,6	5,1	1,6	0,5	7	0,1	0,626								
15 Reino Unido	80,4	8,7	5,6	0,15	13,1	13,8	5,7	0,4	14	0,2	0,783								
15 Estados Unidos	82,4	8,7	15,0	0,29	33,9	2,7	14,5	0,2	13	0,2	0,836								
17 Bélgica	75,9	9,2	8,1	0,20	22,6	..	32,8	0,0	16	0,3	11	0,986									
18 Listenstaine	..	63,1	43,1	6,2	0,993								
19 Japão	93,0	6,3	9,0	0,24	68,5	0,0	18,9	0,0	12	0,2	0,781								
20 Áustria	65,7	34,4	7,2	0,17	46,9	2,6	4,5	0,1	15	0,1	0,894								
21 Luxemburgo	80,6	9,0	14,6	0,16	35,7	..	1,3	0,0	12	0,1 ^c	4	0,987									
22 Israel	97,4	3,7	7,9	0,23	7,7	26,7	..	0,1	15	0,2	0,758								
22 Coreia (República da)	81,0	2,7	11,6	0,33	63,4	-4,1	..	0,0	20	1,8	0,733								
24 Eslovénia	61,1	20,9	6,5	0,23	62,0	5,1	2,8	0,0	23	0,1 ^c	5	0,937									
25 Espanha	73,0	16,3	5,1	0,16	36,9	33,6	28,7	0,0	10	0,2	18	0,843									
26 Chéquia	77,7	14,8	9,5	0,31	34,6	1,6	12,4	0,1	30	0,2	6	0,971									
26 França	46,5	13,5	4,5	0,12	31,2	18,5	13,9	0,0	10	0,3	12	0,873									
28 Malta	97,8	5,4	3,1	0,09	1,1	0,0	83,0	..	20	0,1 ^c	..	0,883									
29 Itália	79,9	16,5	5,4	0,16	31,8	23,2	17,9	0,0	15	0,1	13	0,902									
30 Estónia	13,1	27,5	12,4	0,47	51,3	-1,4	13,4	0,2	25	0,1 ^c	..	0,986									
31 Chipre	92,9	9,9	5,4	0,24	18,7	7,2	28,0	0,0	20	0,3	19	0,983									
32 Grécia	82,6	17,2	5,9	0,25	31,7	23,8	14,0	0,1	28	0,1 ^c	16	0,848									
32 Polónia	90,3	11,9	7,7	0,31	30,9	6,5	17,5	0,4	38	0,1	5	0,971									
34 Lituânia	68,0	29,0	3,7	0,14	34,8	12,3	11,3	..	34	0,1	3	0,989									
35 Emirados Árabes Unidos	86,1	0,1	20,5	0,31	4,6	32,1	..	4,0	55	0,1 ^c	1	0,863									
36 Andorra	..	19,7	34,0	0,0	0,917									
36 Arábia Saudita	99,9	0,0	16,3	0,33	0,5	0,0	871,7	7,9	84	0,1	4	0,908									
36 Eslováquia	64,1	13,4	5,6	0,19	40,4	1,0	1,1	0,0	34	0,1 ^c	4	0,963									
39 Letónia	56,7	38,1	3,4	0,15	54,0	5,8	0,6	0,0	41	0,1 ^c	13	0,988									
40 Portugal	77,0	27,2	4,6	0,17	34,6	-7,8	11,8	0,1	10	0,2	32	0,854									
41 Qatar	100,0	0,0	29,8	0,27	0,0	0,0	..	7,4	47	0,1 ^c	6	0,826									
42 Chile	74,6	24,9	4,7	0,22	24,3	18,2	..	6,5	25	0,2	1	0,755									
43 Brunei Darussalam	100,0	0,0	15,1	0,21	72,1	-8,0	..	10,9	13	0,1 ^c	..	0,825									
43 Hungria	69,5	15,6	4,5	0,18	22,9	14,3	4,9	0,2	39	0,2	13	0,930									
45 Bahrein	99,4	0,0	20,8	0,49	0,8	145,9	132,2	3,2	40	0,1 ^c	..	0,844									
46 Croácia	70,7	33,1	3,8	0,19	34,4	3,8	0,6	0,3	35	0,1	..	0,901									
47 Omã	100,0	0,0	14,1	0,37	0,0	0,0	..	18,1	54	0,1 ^c	7	0,885									
48 Argentina	87,7	10,0	4,4	0,24	9,8	-22,9	4,3	1,0	27	0,4	39	0,861									
49 Federação Russa	92,1	3,3	9,9	0,45	49,8	0,8	1,5	5,8	49	0,1	6	0,955									
50 Bielorrússia	92,4	6,8	5,6	0,34	42,6	11,1	2,5	0,6	61	0,1	1	0,972									

Classificação do IDH	ODS 12.c	ODS 7.2	ODS 9.4		ODS 15.1		ODS 6.4	ODS 12.2	ODS 3.9	ODS 3.9		ODS 15.3	ODS 15.5
	Consumo de energia produzida a partir de combustíveis fósseis	Consumo de energia renovável	Emissões de dióxido de carbono		Área florestal		Retiradas de água doce	Esgotamento dos recursos naturais	Poluição do ar doméstico e do ar ambiente	Ameaças ambientais		Terrenos degradados	Índice da Lista Vermelha
			Taxa de mortalidade atribuída a:		Serviços de água, saneamento e higiene insalubres								
			(% do consumo total de energia)	(% do consumo final total de energia)		(% da área total de terreno)				(% dos recursos hídricos renováveis totais)	(por 100.000 pessoas)		
2010-2015 ^a	2015	Per capita (toneladas)	(kg por dólar de 2010 do PIB)	2016	Variação (1990/2016)	2007-2017 ^b	2012-2017 ^b	2016	2016	2015	2018		
50 Cazaquistão	99,2	1,6	12,9	0,56	1,2	-3,3	19,8	8,7	63	0,4	36	0,871	
52 Bulgária	71,0	17,7	5,7	0,33	35,4	17,6	26,4	0,7	62	0,1	..	0,944	
52 Montenegro	64,7	43,0	3,4	0,22	61,5	32,1	..	0,5	79	0,1 ^c	6	0,813	
52 Roménia	72,5	23,7	3,4	0,17	30,1	8,4	3,0	0,5	59	0,4	2	0,949	
55 Palau	..	0,0	87,6	0,732	
56 Barbados	..	2,8	14,7	0,0	..	0,0	31	0,2	..	0,914	
57 Koweit	93,7	0,0	22,8	0,33	0,4	81,2	..	8,1	104	0,1 ^c	64	0,845	
57 Uruguai	46,3	58,0	1,8	0,09	10,7	134,1	..	1,2	18	0,4	26	0,832	
59 Turquia	86,8	13,4	4,2	0,18	15,4	22,8	27,8	0,2	47	0,3	9	0,875	
60 Bahamas	..	1,2	51,4	0,0	..	0,0	20	0,1	..	0,702	
61 Malásia	96,6	5,2	7,0	0,28	67,6	-0,7	..	3,1	47	0,4	16	0,677	
62 Seicheles	..	1,4	88,4	0,0	..	0,0	49	0,2	12	0,664	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
63 Sérvia	83,9	21,2	5,1	0,49	31,1	9,9	2,9	0,4	62	0,7	6	0,958	
63 Trindade e Tobago	99,9	0,3	15,3	0,52	46,0	-1,9	8,8	6,9	39	0,1	..	0,813	
65 Irão (República Islâmica do)	99,0	0,9	7,1	0,39	6,6	17,8	..	4,6	51	1,0	23	0,837	
66 Maurícia	84,5	11,5	3,2	0,17	19,0	-6,0	..	0,0	38	0,6	27	0,396	
67 Panamá	80,7	21,2	2,5	0,12	61,9	-8,7	0,9	0,1	26	1,9	14	0,733	
68 Costa Rica	49,9	38,7	1,5	0,10	54,6	8,7	2,8	0,3	23	0,9	9	0,818	
69 Albânia	61,4	38,6	1,3	0,12	28,1	-2,3	..	1,1	68	0,2	8	0,844	
70 Geórgia	72,2	28,7	2,2	0,26	40,6	2,6	2,9	0,7	102	0,2	6	0,864	
71 Sri Lanca	50,5	52,9	1,0	0,09	32,9	-9,7	..	0,1	80	1,2	36	0,564	
72 Cuba	85,6	19,3	2,1	0,10	31,3	63,2	18,3	0,5	50	1,0	..	0,651	
73 São Cristóvão e Nevis	..	1,6	42,3	0,0	51,3	0,731	
74 Antígua e Barbuda	..	0,0	22,3	-4,9	8,5	..	30	0,1	..	0,888	
75 Bósnia-Herzegovina	77,5	40,8	6,5	0,58	42,7	-1,1	0,9	0,4	80	0,1	4	0,905	
76 México	90,4	9,2	3,6	0,21	33,9	-5,5	18,6	2,2	37	1,1	47	0,677	
77 Tailândia	79,8	22,9	3,5	0,23	32,2	17,3	13,1	1,6	61	3,5	21	0,795	
78 Granada	..	10,9	50,0	0,0	7,1	..	45	0,3	..	0,763	
79 Brasil	59,1	43,8	2,0	0,15	58,9	-9,9	0,7	1,9	30	1,0	27	0,902	
79 Colômbia	76,7	23,6	1,8	0,14	52,7	-9,2	0,5	3,4	37	0,8	7	0,737	
81 Arménia	74,6	15,8	1,7	0,21	11,7	-0,8	36,7	2,9	55	0,2	2	0,846	
82 Argélia	100,0	0,1	3,1	0,23	0,8	17,8	77,8	9,3	50	1,9	1	0,904	
82 Macedónia do Norte	79,4	24,2	3,3	0,26	39,6	10,3	8,6	1,2	82	0,1	..	0,972	
82 Peru	79,6	25,5	1,7	0,14	57,7	-5,3	0,7	5,5	64	1,3	..	0,724	
85 China	87,7	12,4	6,4	0,47	22,4	33,6	20,9	0,9	113	0,6	27	0,744	
85 Equador	86,9	13,8	2,1	0,21	50,2	-5,0	..	2,9	25	0,6	30	0,679	
87 Azerbaijão	98,4	2,3	3,2	0,21	14,1	37,7	36,9	13,4	64	1,1	..	0,912	
88 Ucrânia	75,3	4,1	4,4	0,62	16,7	4,4	5,6	1,0	71	0,3	25	0,946	
89 República Dominicana	86,6	16,5	2,2	0,15	41,7	82,5	30,4	1,6	43	2,2	..	0,734	
89 Santa Lúcia	..	2,1	33,2	-7,2	14,3	0,0	30	0,6	..	0,842	
91 Tunísia	88,9	12,6	2,2	0,21	6,8	63,5	103,3	1,6	56	1,0	13	0,974	
92 Mongólia	93,2	3,4	5,9	0,53	8,0	-0,6	1,3	22,8	156	1,3	13	0,948	
93 Líbano	97,6	3,6	3,5	0,30	13,4	4,9	40,2	0,0	51	0,8	..	0,961	
94 Botsuana	74,7	28,9	3,2	0,20	18,9	-21,7	1,7	0,5	101	11,8	51	0,979	
94 São Vicente e Granadinas	..	5,8	69,2	8,0	7,9	0,0	48	1,3	..	0,772	
96 Jamaica	81,0	16,8	2,5	0,31	30,9	-2,8	12,5	0,3	25	0,6	..	0,724	
96 Venezuela (República Bolivariana da)	88,4	12,8	4,3	0,33	52,7	-10,6	1,7	1,0	35	1,4	15	0,825	
98 Dominica	..	7,8	57,4	-13,9	10,0	0,0	0,672	
98 Ilhas Fiji	..	31,3	55,9	7,3	..	0,8	99	2,9	..	0,669	
98 Paraguai	33,7	61,7	0,9	0,11	37,7	-29,1	0,6	1,6	57	1,5	52	0,948	
98 Suriname	76,3	24,9	3,4	0,25	98,3	-0,7	..	28,1	57	2,0	21	0,983	
102 Jordânia	97,6	3,2	2,5	0,31	1,1	-0,6	96,4	0,1	51	0,6	4	0,963	
103 Belize	..	35,0	59,7	-15,8	..	0,5	69	1,0	81	0,743	
104 Maldivas	..	1,0	3,3	0,0	15,7	0,0	26	0,3	..	0,843	
105 Tonga	..	1,9	12,5	0,0	..	0,0	73	1,4	..	0,725	
106 Filipinas	62,4	27,5	1,1	0,16	27,8	26,3	17,8	0,7	185	4,2	38	0,644	

PAINEL 4 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Classificação do IDH	ODS 12.c	ODS 7.2	ODS 9.4		ODS 15.1		ODS 6.4	ODS 12.2	ODS 3.9	ODS 3.9 Ameaças ambientais		ODS 15.3	ODS 15.5
	Consumo de energia produzida a partir de combustíveis fósseis	Consumo de energia renovável	Emissões de dióxido de carbono		Área florestal		Retiradas de água doce	Esgotamento dos recursos naturais	Poluição do ar doméstico e do ar ambiente	Taxa de mortalidade atribuída a:		Terrenos degradados	Índice da Lista Vermelha
			Per capita (toneladas)	(kg por dólar de 2010 do PIB)	Variação (%)	Serviços de água, saneamento e higiene insalubres				Terrenos degradados			
											(% do consumo total de energia)		
2010–2015 ^b	2015	2016	2016	2016	1990/2016	2007–2017 ^a	2012–2017 ^b	2016	2016	2015	2018		
107 Moldávia (República da)	88,7	14,3	1,9	0,45	12,6	29,6	8,7	0,2	78	0,1	29	0,969	
108 Turquemenistão	..	0,0	12,2	0,79	8,8	0,0	79	4,0	22	0,975	
108 Usbequistão	97,7	3,0	2,7	0,45	7,5	5,4	108,1	9,4	81	0,4	29	0,969	
110 Líbia	99,1	2,0	6,7	0,96	0,1	0,0	822,9	6,7	72	0,6	..	0,969	
111 Indonésia	66,1	36,9	1,7	0,17	49,9	-23,8	11,0	1,9	112	7,1	21	0,754	
111 Samoa	..	34,3	60,4	31,5	..	0,0	85	1,5	..	0,806	
113 África do Sul	86,8	17,2	7,4	0,62	7,6	0,0	30,2	2,7	87	13,7	78	0,772	
114 Bolívia (Estado Plurinacional da)	84,2	17,5	1,8	0,28	50,3	-13,2	0,4	5,8	64	5,6	18	0,870	
115 Gabão	22,8	82,0	1,7	0,10	90,0	5,5	..	10,5	76	20,6	16	0,961	
116 Egito	97,9	5,7	2,2	0,21	0,1	67,3	114,1	4,0	109	2,0	1	0,909	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
117 Ilhas Marshall	..	11,2	70,2	0,839	
118 Vietname	69,8	35,0	2,0	0,35	48,1	67,1	..	1,0	64	1,6	31	0,733	
119 Palestina (Estado da)	..	10,5	1,5	1,0	42,8	15	0,780	
120 Iraque	96,0	0,8	3,8	0,24	1,9	3,4	42,9	10,9	75	3,0	26	0,799	
121 Marrocos	88,5	11,3	1,6	0,22	12,6	13,5	35,7	0,3	49	1,9	19	0,887	
122 Quirguizistão	75,5	23,3	1,5	0,47	3,3	-24,8	..	6,3	111	0,8	24	0,984	
123 Guiana	..	25,3	83,9	-0,9	0,5	13,3	108	3,6	16	0,922	
124 El Salvador	48,4	24,4	1,1	0,14	12,6	-30,9	..	1,0	42	2,0	16	0,826	
125 Tajiquistão	46,0	44,7	0,6	0,20	3,0	1,9	..	3,5	129	2,7	97	0,985	
126 Cabo Verde	..	26,6	22,5	57,3	..	0,5	99	4,1	17	0,890	
126 Guatemala	37,4	63,7	1,0	0,14	32,7	-26,2	..	1,7	74	6,3	24	0,721	
126 Nicarágua	40,7	48,2	0,8	0,17	25,9	-31,0	0,9	2,9	56	2,2	..	0,852	
129 Índia	73,6	36,0	1,6	0,26	23,8	10,8	33,9	1,0	184	18,6	30	0,678	
130 Namíbia	66,7	26,5	1,7	0,17	8,3	-21,9	..	2,6	145	18,3	19	0,966	
131 Timor-Leste	..	18,2	45,4	-30,1	..	29,7	140	9,9	..	0,885	
132 Honduras	52,5	51,5	1,0	0,23	40,0	-45,0	..	1,6	61	3,6	..	0,743	
132 Quiribati	..	4,3	15,0	0,0	..	0,0	140	16,7	..	0,760	
134 Butão	..	86,9	72,5	35,1	0,4	2,7	124	3,9	10	0,799	
135 Bangladeche	73,8	34,7	0,5	0,14	11,0	-4,5	2,9	0,6	149	11,9	65	0,760	
135 Micronésia (Estados Federados da)	..	1,2	91,9	152	3,6	..	0,686	
137 São Tomé e Príncipe	..	41,1	55,8	-4,3	1,9	0,0	162	11,4	..	0,785	
138 Congo	40,5	62,4	0,5	0,10	65,4	-1,8	..	31,4	131	38,7	10	0,983	
138 Essuatíni (Reino de)	..	66,1	34,3	25,1	..	1,7	137	27,9	13	0,817	
140 República Democrática Popular do Laos	..	59,3	82,1	7,4	..	6,3	188	11,3	..	0,810	
141 Vanuatu	..	36,1	36,1	0,0	..	0,0	136	10,4	..	0,662	
142 Gana	52,5	41,4	0,4	0,12	41,2	8,6	..	11,4	204	18,8	14	0,844	
143 Zâmbia	10,6	88,0	0,2	0,06	65,2	-8,2	..	8,3	127	34,9	7	0,879	
144 Guiné Equatorial	..	7,8	55,5	-16,3	..	22,9	178	22,3	19	0,813	
145 Mianmar	44,3	61,5	0,4	0,08	43,6	-27,3	..	2,7	156	12,6	23	0,806	
146 Camboja	30,6	64,9	0,6	0,17	52,9	-27,9	..	1,0	150	6,5	33	0,816	
147 Quênia	17,4	72,7	0,3	0,11	7,8	-5,8	13,1	2,5	78	51,2	40	0,797	
147 Nepal	15,5	85,3	0,3	0,13	25,4	-24,7	..	0,9	194	19,8	..	0,825	
149 Angola	48,3	49,6	0,7	0,12	46,3	-5,3	..	12,8	119	48,8	20	0,934	
150 Camarões	38,3	76,5	0,3	0,08	39,3	-23,5	..	2,5	208	45,2	0	0,836	
150 Zimbabué	29,1	81,8	0,7	0,35	35,5	-38,0	17,9	3,1	133	24,6	36	0,789	
152 Paquistão	61,6	46,5	0,8	0,17	1,9	-43,5	74,4	0,8	174	19,6	5	0,859	
153 Ilhas Salomão	..	63,3	77,9	-6,2	..	20,9	137	6,2	..	0,767	
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO													
154 República Árabe da Síria	97,8	0,5	1,5	0,77	2,7	32,1	75	3,7	..	0,943	
155 Papua-Nova Guiné	..	52,5	74,1	-0,2	..	14,0	152	16,3	21	0,839	
156 Comores	..	45,3	19,7	-25,3	..	1,8	172	50,7	22	0,764	
157 Ruanda	..	86,7	19,7	53,1	..	5,4	121	19,3	12	0,848	
158 Nigéria	18,9	86,6	0,5	0,09	7,2	-61,8	4,4	4,4	307	68,6	32	0,874	
159 Tanzânia (República Unida da)	14,4	85,7	0,2	0,08	51,6	-18,3	..	2,2	139	38,4	..	0,689	
159 Uganda	..	89,1	9,7	-59,3	1,1	14,1	156	31,6	22	0,751	
161 Maurítânia	..	32,2	0,2	-46,7	..	12,4	169	38,6	3	0,977	

Classificação do IDH	ODS 12.c	ODS 7.2	ODS 9.4		ODS 15.1		ODS 6.4	ODS 12.2	ODS 3.9		ODS 15.3	ODS 15.5
	Consumo de energia produzida a partir de combustíveis fósseis	Consumo de energia renovável	Emissões de dióxido de carbono		Área florestal		Retiradas de água doce	Esgotamento dos recursos naturais	Ameaças ambientais		Terrenos degradados	Índice da Lista Vermelha
			Taxa de mortalidade atribuída a:		Poluição do ar doméstico e do ar ambiente	Serviços de água, saneamento e higiene insalubres						
			(% do consumo total de energia)	(% do consumo final total de energia)					(% da área total de terreno)	(% dos recursos hídricos renováveis totais)		
2010-2015 ^a	2015	Per capita (toneladas)	(kg por dólar de 2010 do PIB)	2016	Variação (%)	2007-2017 ^b	2012-2017 ^b	2016	2016	2015	2018	
162 Madagascar	..	70,2	21,4	-9,1	..	0,8	160	30,2	30	0,788
163 Benim	36,7	50,9	0,5	0,27	37,8	-26,0	..	1,8	205	59,7	53	0,910
164 Lesoto	..	52,1	1,6	25,0	..	5,1	178	44,4	20	0,953
165 Costa do Marfim	26,5	64,5	0,4	0,13	32,7	1,7	1,4	2,2	269	47,2	14	0,888
166 Senegal	53,9	42,7	0,5	0,23	42,8	-11,9	..	1,0	161	23,9	6	0,943
167 Togo	17,8	71,3	0,3	0,19	3,1	-75,4	..	13,4	250	41,6	12	0,854
168 Sudão	31,7	61,6	0,5	0,11	71,2	2,8	185	17,3	12	0,933
169 Haiti	22,0	76,1	0,3	0,18	3,5	-17,1	10,3	1,2	184	23,8	..	0,721
170 Afeganistão	..	18,4	2,1	0,0	..	0,3	211	13,9	8	0,837
171 Djibouti	..	15,4	0,2	0,0	..	0,7	159	31,3	..	0,816
172 Malauí	..	83,6	33,2	-19,7	..	8,2	115	28,3	17	0,808
173 Etiópia	6,6	92,2	0,1	0,07	12,5	..	8,7	9,4	144	43,7	29	0,842
174 Gâmbia	..	51,5	48,4	10,8	..	5,7	237	29,7	14	0,981
174 Guiné	..	76,3	25,8	-12,9	..	13,0	243	44,6	11	0,894
176 Libéria	..	83,8	43,1	-15,8	..	19,2	170	41,5	29	0,887
177 Iémen	98,5	2,3	0,3	0,15	1,0	0,0	..	0,2	194	10,2	..	0,884
178 Guiné-Bissau	..	86,9	69,8	-11,5	..	11,4	215	35,3	15	0,960
179 Congo (República Democrática do)	5,4	95,8	0,0	0,03	67,2	-5,0	..	23,2	164	59,8	6	0,891
180 Moçambique	12,6	86,4	0,3	0,23	48,0	-13,0	0,7	1,3	110	27,6	..	0,825
181 Serra Leoa	..	77,7	43,1	-0,3	..	12,9	324	81,3	18	0,911
182 Burquina Faso	..	74,2	19,3	-22,7	..	15,0	206	49,6	19	0,988
182 Eritreia	23,1	79,8	0,2	0,08	14,9	-7,1	174	45,6	35	0,907
184 Mali	..	61,5	3,8	-30,7	..	9,5	209	70,7	3	0,981
185 Burundi	..	95,7	10,9	-2,9	..	15,7	180	65,4	29	0,921
186 Sudão do Sul	72,2	39,1	0,2	0,08	1,3	14,0	165	63,3	..	0,931
187 Chade	..	89,4	3,8	-29,2	..	13,1	280	101,0	34	0,920
188 República Centro-Africana	..	76,6	35,6	-1,8	..	0,1	212	82,1	13	0,943
189 Níger	24,1	78,9	0,1	0,11	0,9	-41,9	5,1	11,9	252	70,8	7	0,936
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS												
Coreia (República Popular Democrática da)	62,1	23,1	1,0	0,25	40,7	-40,2	207	1,4	..	0,899
.. Mónaco	0,759
.. Nauru	..	0,1	0,0	0,0	0,772
.. São Marino	0,0	0,0	0,992
.. Somália	..	94,3	10,0	-24,1	..	8,9	213	86,6	23	0,900
.. Tuvalu	..	0,0	33,3	0,0	0,840
Agrupamentos por IDH												
Desenvolvimento humano muito elevado	82,4	10,5	9,6	0,25	32,9	1,2	6,4	0,7	25	0,3	..	—
Desenvolvimento humano elevado	84,9	15,8	4,7	0,36	31,6	-4,3	5,9	1,5	94	1,9	25	—
Desenvolvimento humano médio	69,0	39,8	1,3	0,23	30,9	-7,7	..	2,2	164	18,0	23	—
Desenvolvimento humano baixo	..	81,0	24,9	-12,0	..	6,4	202	46,5	16	—
Países em desenvolvimento	80,5	23,5	3,1	0,32	27,1	-6,4	..	2,1	133	14,0	23	—
Regiões												
Estados Árabes	95,5	4,0	4,4	0,29	1,8	-1,9	76,1	6,6	101	7,0	7	—
Ásia Oriental e Pacífico	..	15,9	29,8	3,9	..	1,1	115	2,2	..	—
Europa e Ásia Central	87,0	9,1	4,6	0,29	9,2	8,6	20,3	2,1	67	0,5	28	—
América Latina e Caraíbas	74,5	27,7	2,6	0,19	46,2	-9,6	1,5	2,3	40	1,7	28	—
Ásia do Sul	76,9	31,1	1,6	0,26	14,7	7,8	25,0	1,3	174	17,1	23	—
África Subsariana	39,2	70,2	0,8	0,25	28,1	-11,9	..	6,1	187	47,8	22	—
Países menos avançados	..	73,2	29,1	-11,3	..	5,7	167	34,3	16	—
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	..	17,8	69,4	1,3	..	1,5	92	8,9	..	—
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	79,6	12,0	9,0	0,24	31,4	1,6	9,1	0,4	19	0,4	..	—
Mundo	80,6	18,2	4,3	0,27	31,2	-3,0	7,7	1,1	114	11,7	20	—

NOTAS

O código tricolor é utilizado para a visualização dos agrupamentos parciais de países e agregados por indicador. Em cada indicador, os países são divididos em três grupos com uma dimensão aproximadamente igual (tercis): o terço superior, o terço médio e o terço inferior. Atribui-se um código de cor aos agregados, utilizando os mesmos limites de tercil. Para mais pormenores acerca do agrupamento parcial nesta tabela, ver *Nota técnica 6* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

- a** Esta coluna foi intencionalmente deixada sem cor, pois destina-se a contextualizar o indicador relativo à variação da área florestal.
- b** Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- c** Inferior a 0,1.

DEFINIÇÕES

Consumo de energia produzida a partir de combustíveis fósseis: Percentagem do consumo total de energia proveniente de combustíveis fósseis, que consistem em produtos de carvão, óleo, petróleo e gás natural.

Consumo de energia renovável: Percentagem de energia renovável do consumo final total de

energia. As fontes renováveis incluem a energia hidroelétrica, geotérmica, solar, das marés, eólica, biomassa e biocombustíveis.

Emissões de dióxido de carbono: Emissões de dióxido de carbono originadas pelo homem e decorrentes da queima de combustíveis fósseis e de gás e da produção de cimento. Inclui o dióxido de carbono emitido pela biomassa florestal devido ao esgotamento das áreas de floresta. Os dados são expressos em toneladas per capita (com base na população a meio do ano) e em quilogramas por unidade de produto interno bruto (PIB) em dólares constantes de 2010.

Área florestal: Área de terreno total com mais de 0,5 hectares, com árvores acima de 5 metros e um coberto florestal de mais de 10%, ou árvores capazes de atingirem esses limiares. Estão excluídos terrenos predominantemente sob utilização agrícola ou urbana, plantações de árvores em sistemas de produção agrícola (por exemplo, em pomares e em sistemas agrossilvopastorais) e árvores existentes em parques e jardins urbanos. Estão incluídas as superfícies em vias de reforestação que ainda não alcançaram mas que se prevê que alcancem um coberto florestal de 10% e 5 metros de altura das árvores, bem como as superfícies que, devido à intervenção humana ou a causas naturais, se

encontram temporariamente não florestadas mas que normalmente se regeneram.

Retiradas de água doce: Total de água doce retirada num dado ano, expresso como percentagem do total de recursos hídricos renováveis.

Esgotamento dos recursos naturais: Avaliação monetária do esgotamento de energia, minerais e florestas, expressa como percentagem do rendimento nacional bruto (RNB).

Taxa de mortalidade atribuída à poluição do ar doméstico e do ar ambiente: Mortes decorrentes da exposição à poluição do ar ambiente (exterior) e à poluição do ar doméstico (interior) devido à utilização de combustíveis sólidos para cozinhar, expressas por 100.000 pessoas. A poluição do ar ambiente resulta das emissões das atividades industriais, dos agregados familiares, dos automóveis e dos camiões.

Taxa de mortalidade atribuída a serviços de água, saneamento e higiene insalubres: Mortes atribuídas à água, ao saneamento e à higiene insalubres, com enfoque em serviços inadequados de lavagem, expressas por 100.000 pessoas.

Terrenos degradados: Terrenos de cultivo regados pela chuva e terrenos de cultivo irrigados ou terrenos de criação de animais, pastagens, florestas

e zonas florestais que sofreram uma redução ou perda da produtividade e complexidade biológica ou económica em virtude de um conjunto de pressões, incluindo as práticas de utilização e gestão dos terrenos.

Índice da Lista Vermelha: Indicador do risco agregado de extinção de vários grupos de espécies. Baseia-se em variações genuínas do número de espécies em cada categoria de risco de extinção da Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. Varia entre 0, que indica a extinção de todas as espécies, e 1, que indica que todas as espécies são consideradas de menor preocupação.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1, 2, 5 e 8: Banco Mundial (2019a).

Colunas 3, 4, 11 e 12: Divisão de Estatística das Nações Unidas (2019a).

Coluna 6: Cálculos do GRDH baseados nos dados relativos à área florestal do Banco Mundial (2019a).

Coluna 7: FAO (2019b).

Colunas 9 e 10: OMS (2019).

Agrupamentos de países (tercis)

Terço superior Terço médio Terço inferior

O código tricolor é utilizado para a visualização dos agrupamentos parciais de países por indicador. Em cada indicador, os países são divididos em três grupos com uma dimensão aproximadamente igual (tercis): o terço superior, o terço médio e o terço inferior. Atribui-se um código de cor aos agregados, utilizando os mesmos limites de tercil. Ver as *Notas* após a tabela.

Classificação do IDH	ODS 17.4					ODS 9.5			ODS 10.1			ODS 5	ODS 10.1
	Sustentabilidade econômica					Sustentabilidade social							
	Poupanças líquidas ajustadas	Serviço da dívida total	Formação bruta de capital	Mão-de-obra qualificada	Índice de concentração (exportações)	Despesas com investigação e desenvolvimento	Rácio de dependência		Despesas com a educação e a saúde versus despesas militares		Perda global no valor do IDH devida à desigualdade ^c	Índice de Desigualdade de Gênero ^c	Parte do rendimento dos 40 por cento mais pobres
							Idosos (65 anos ou mais)	Despesas militares ^a	Relação entre as despesas com a educação e a saúde e as despesas militares ^a	Variação anual média (%)			
(% do RNB)	(% de exportações de bens, serviços e rendimentos primários)	(% do PIB)	(% de força de trabalho)	(valor)	(% do PIB)	(por 100 pessoas com idades entre 15-64 anos)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(%)			
2015-2017 ^a	2015-2017 ^a	2015-2018 ^a	2010-2018 ^a	2018	2010-2017 ^a	2030 ^a	2010-2018 ^b	2010-2018 ^b	2010/2018 ^b	2005/2018 ^b	2005/2017		
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO													
1 Noruega	16,9	..	27,6	84,3	0,368	2,0	31,9 ^h	1,6	11,7	0,3	-3,7	0,3	
2 Suíça	16,4	..	23,2	86,5	0,246 ⁱ	3,4	37,9	0,7	25,5	-0,4	-3,8	0,8	
3 Irlanda	16,0	..	25,4	84,9	0,269	1,2	27,8	0,3	32,7	-2,3	-4,0	0,4	
4 Alemanha	14,1	..	21,3	87,4	0,093	2,9	44,0	1,2	13,5	0,5	-2,2	0,0	
4 Hong Kong, China (RAE)	21,7	77,0	0,286	0,8	43,2	
6 Austrália	5,6	..	24,3	78,9	0,291	1,9	31,0 ^j	1,9	7,5	0,4	-2,0	-0,6	
6 Islândia	16,6	..	22,6	74,5	0,461	2,1	31,8	-1,7	-4,2	0,2	
8 Suécia	19,1	..	26,5	86,8	0,097	3,3	36,4	1,0	17,2	-0,4	-1,8	-0,4	
9 Singapura	36,8	..	26,6	65,9	0,269	2,2	34,5	3,1	2,1	..	-4,7	..	
10 Países Baixos	18,4	..	21,2	78,4	0,082	2,0	40,8	1,2	13,9	-2,1	-3,9	0,3	
11 Dinamarca	18,3	..	22,7	78,7	0,101	2,9	37,1	1,2	15,5	-0,7	-2,9	-0,5	
12 Finlândia	10,2	..	23,7	89,9	0,143	2,7	43,1 ^k	1,4	11,5	-3,6	-3,3	0,0	
13 Canadá	6,5	..	23,1	91,8	0,147	1,5	36,7	1,3	13,0	0,2	-2,9	-0,3	
14 Nova Zelândia	13,9	..	23,5	82,2	0,175	1,3	33,3	1,2	13,2	..	-2,2	..	
15 Reino Unido	5,5	..	17,2	83,6	0,111	1,7	34,8	1,8	8,5	-1,9	-3,2	0,3	
15 Estados Unidos	6,1	..	20,6	96,4	0,099	2,7	32,5	3,2	6,2	2,2	-2,4	-0,4	
17 Bélgica	12,0	..	25,4	85,5	0,096	2,5	37,6	0,9	18,1	-1,2	-4,3	0,1	
18 Listenstaine	
19 Japão	7,3	..	23,9	99,9	0,139	3,1	53,2	0,9	15,3	..	-2,5	..	
20 Áustria	14,1	..	25,3	87,4	0,061	3,1	38,5	0,7	22,6	0,4	-2,9	-0,5	
21 Luxemburgo	20,9	..	18,3	78,3	0,106	1,2	27,1	0,6	20,9	0,7	-3,8	-0,9	
22 Israel	15,6	..	20,8	90,6	0,223	4,3	22,5	4,3	2,3	-1,8	-3,2	0,7	
22 Coreia (República da)	20,1	..	30,2	85,7	0,175	4,2	38,2	2,6	4,7	-1,8	-3,5	0,1	
24 Eslovênia	10,1	..	21,9	91,1	0,177	2,0	41,8	1,0	14,4	-3,9	-3,9	-0,2	
25 Espanha	9,1	..	21,9	66,9	0,096	1,2	39,8 ^l	1,3	10,6	5,9	-2,8	-1,2	
26 Chéquia	10,3	..	26,2	95,7	0,128	1,7	35,3	1,1	13,7	-3,0	-0,8	0,2	
26 França	9,3	..	23,5	84,8	0,089	2,2	40,4	2,3	7,5	-0,1	-4,8	-0,5	
28 Malta	18,4	63,4	0,292	0,6	41,9	0,5	29,8	..	-2,8	-0,3	
29 Itália	6,0	..	18,0	69,6	0,053	1,3	45,8	1,3	10,8	0,1	-4,7	-0,6	
30 Estônia	15,2	..	27,0	89,8	0,099	1,3	38,3	2,1	5,8	-3,2	-4,4	0,0	
31 Chipre	3,2	..	19,1	85,1	0,401	0,5	27,0 ^m	1,6	7,9	-2,0	-3,0	-0,9	
32 Grécia	-3,1	..	13,1	78,3	0,295	1,0	42,5	2,4	..	2,4	-2,4	-0,7	
32 Polónia	10,6	..	20,7	95,1	0,063	1,0	37,0	2,0	5,2	-3,2	-2,1	0,9	
34 Lituânia	18,2	96,2	0,116	0,8	45,2	2,0	9,4	-0,6	-2,5	-0,7	
35 Emirados Árabes Unidos	22,4	52,8	0,276	1,0	6,4	5,6	-6,2	..	
36 Andorra	0,189	
36 Arábia Saudita	13,4	..	25,9	58,6	0,515	0,8	8,3	8,8	1,1 ⁿ	..	-5,1	..	
36 Eslováquia	5,6	..	23,6	95,5	0,216	0,8	32,7	1,2	10,3	-1,0	0,1	0,2	
39 Letónia	6,0	..	24,2	92,5	0,084	0,4	42,3	2,0	10,5	-2,2	-1,7	1,2	
40 Portugal	3,4	..	17,5	54,1	0,080	1,3	44,3	1,8	7,7	0,8	-4,3	0,4	
41 Qatar	26,8	..	44,6	43,9	0,450	0,5	5,7	1,5	4,2	
42 Chile	3,6	..	22,7	70,3	0,325	0,4	26,0	1,9	7,2	1,0	-1,9	1,4	
43 Brunei Darussalam	34,6	..	41,1	79,2	0,623	..	14,4	2,4	1,9	
43 Hungria	13,2	..	27,1	88,6	0,108	1,2	34,5	1,1	12,7	-0,9	0,0	0,7	
45 Bahrein	20,4	..	32,9	19,3	0,372	0,1	7,1	3,6	1,6	..	-2,8	..	
46 Croácia	10,8	..	21,4	91,5	0,071	0,8	40,5	1,5	6,9	-5,7	-1,9	0,6	
47 Omã	-11,3	..	31,3	..	0,447	0,2	6,0	8,2	0,9	..	-1,7	..	
48 Argentina	5,4	..	20,8	65,8	0,227	0,5	19,7	0,9	16,1	-3,6	-0,4	2,0	
49 Federação Russa	8,0	26,0	22,7	96,4	0,327	1,1	31,1	3,9	1,9	-1,8	-2,2	1,2	

PAINEL 5 SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA

Classificação do IDH	Sustentabilidade econômica					Sustentabilidade social							
	Poupanças líquidas ajustadas		Serviço da dívida total	Formação bruta de capital	Mão-de-obra qualificada	Índice de concentração (exportações)	Despesas com investigação e desenvolvimento	Rácio de dependência	Despesas com a educação e a saúde versus despesas militares		Perda global no valor do IDH devida à desigualdade ^e	Índice de Desigualdade de Gênero ^e	Parte do rendimento dos 40 por cento mais pobres
	(% do RNB)	(% de exportações de bens, serviços e rendimentos primários)	(% do PIB)	(% de força de trabalho)	(valor)	(% do PIB)	Idosos (65 anos ou mais)	Despesas militares ^a	Relação entre as despesas com a educação e as despesas militares ^b				
	(por 100 pessoas com idades entre 15-64 anos)						(% do PIB)			Variação anual média (%)			
	2015-2017 ^d	2015-2017 ^d	2015-2018 ^d	2010-2018 ^d	2018	2010-2017 ^d	2030 ^e	2010-2018 ^d	2010-2016 ^f	2010/2018 ^g	2005/2018 ^g	2005/2017	
50 Bielorrússia	21,2	11,8	27,5	98,6	0,183	0,6	32,5	1,3	8,9	-3,9	..	0,5	
50 Cazaquistão	5,8	47,9	26,6	74,0	0,601	0,1	17,4	1,0	6,8	-5,9	-3,4	3,1	
52 Bulgária	14,8	21,3	20,7	88,8	0,092	0,8	37,2	1,7	7,4	1,4	-1,1	-0,3	
52 Montenegro	..	13,4	31,4	90,7	0,218	0,4	30,1	1,5	..	-1,6	..	-0,4	
52 Romênia	3,4	22,4	24,2	81,0	0,114	0,5	32,6	1,9	5,5	-1,0	-0,8	0,8	
55 Palau	28,5	92,6	0,499	
56 Barbados	-6,8 ^o	..	18,3	..	0,160	..	35,4	-2,0	..	
57 Kuwait	14,6	..	29,1	..	0,303	0,1	10,0	5,1	-2,5	..	
57 Uruguai	10,2	..	16,5	26,4	0,226	0,4	27,0	2,0	7,6	-2,4	-2,0	1,7	
59 Turquia	11,4	40,2	29,2	44,2	0,076	0,9	18,5	2,5	4,6	-3,9	-3,5	0,2	
60 Bahamas	7,1	..	27,1	..	0,423	..	17,1	-0,1	..	
61 Malásia	10,0	..	23,6	66,9	0,218	1,3	14,7 ^p	1,0	6,1	..	-1,2	1,5	
62 Seicheles	32,5	94,2	0,469	0,2	19,2	1,4	4,5	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
63 Sérvia	-3,2 ^q	22,0	21,5	83,2	0,081	0,9	32,7 ^r	1,9	7,0	0,4	..	2,0	
63 Trindade e Tobago	71,9	0,348	0,1	24,1	0,8	-0,6	..	
65 Irão (República Islâmica do)	..	0,4	34,7	18,0 ^s	0,523	0,3	14,1	2,7	3,9	..	-0,3	1,0	
66 Maurícia	-6,4	19,8	19,1	61,1	0,219	0,2	26,7 ^t	0,2	57,3	..	0,0	-0,1	
67 Panamá	25,3	..	41,7	53,3	0,143	0,1	17,4	0,0	..	-3,1	-0,2	1,5	
68 Costa Rica	15,9	14,8	18,6	39,1	0,262	0,5	22,6	0,0	..	-0,7	-1,3	-0,1	
69 Albânia	8,2	10,4	25,0	54,6	0,292	0,2 ⁿ	32,7	1,2	9,7	-1,7	-2,2	0,5	
70 Geórgia	12,5	29,4	33,3	92,5	0,209	0,3	29,5 ^u	1,9	5,6	-3,7	-0,7	0,0	
71 Sri Lanca	28,5	21,2	28,6	38,1	0,194	0,1	24,2	1,9	3,4	-3,7	-1,0	0,3	
72 Cuba	10,3	69,4	0,235	0,3	33,8	2,9	7,1	..	-0,6	..	
73 São Cristóvão e Nevis	0,283	
74 Antígua e Barbuda	0,416	..	20,7	
75 Bósnia-Herzegovina	..	15,6	21,7	85,0	0,100	0,2	37,5	1,1	..	-3,7	..	0,2	
76 México	7,5	14,0	23,0	40,9	0,137	0,5	15,2	0,5	16,5	0,9	-1,7	1,6	
77 Tailândia	14,0	4,7	25,0	38,0	0,079	0,8	29,6	1,3	5,4	-2,5	0,6	1,2	
78 Granada	..	9,4	0,208	..	18,8	
79 Brasil	6,1	36,2	15,4	64,1	0,159	1,3	19,9	1,5	13,0	-1,2	-1,4	1,0	
79 Colômbia	2,8	41,6	21,2	58,1	0,341	0,2	19,3	3,2	3,4	-2,4	-1,3	1,0	
81 Armênia	1,5	27,0	22,4	95,7	0,264	0,2	26,1	4,8	3,1	-1,2	-2,8	0,4	
82 Argélia	21,2	0,6	48,4	40,4	0,483	0,5	14,0	5,3	2,8 ⁿ	..	-1,6	..	
82 Macedônia do Norte	15,4	13,7	33,0	81,4	0,221	0,4	27,4	1,0	..	-2,7	..	3,3	
82 Peru	7,1	21,7	21,7	82,8	0,295	0,1	17,5	1,2	6,9	-4,6	-1,3	2,0	
85 China	20,1	7,6	44,3	..	0,094	2,1	25,0	1,9	..	-3,7	-2,3	0,7	
85 Equador	11,4	29,3	26,0	46,3	0,393	0,4	15,5	2,4	5,2	-0,2	-1,2	2,4	
87 Azerbaijão	9,5	10,7	20,1	93,3	0,827	0,2	17,3 ^v	3,8	2,6	-4,0	-0,1	..	
88 Ucrânia	3,5	20,7	18,8	98,3	0,140	0,4	30,2 ^w	3,8	3,2	-2,5	-1,8	0,9	
89 República Dominicana	17,3	15,6	24,4	43,8	0,188	..	15,7	0,7	10,0 ^x	-1,7	-0,4	1,2	
89 Santa Lúcia	-2,3	4,6	21,8	..	0,268	..	21,1	
91 Tunísia	-9,6	17,2	19,8	54,9	0,137	0,6	19,0	2,1	6,0	-2,2	-0,9	1,3	
92 Mongólia	-10,3	56,2	42,2	79,3	0,445	0,1	10,5	0,8	10,4	-1,3	-1,7	0,2	
93 Líbano	-16,9	70,6	17,2	..	0,117	..	17,9	5,0	2,4	
94 Botsuana	26,6	2,5	29,4	34,0	0,891	0,5	8,6	2,8	5,1 ^y	..	-0,9	3,6	
94 São Vicente e Granadinas	0,4	11,6	26,4	..	0,524	..	20,0	
96 Jamaica	15,9	27,3	22,6	..	0,498	..	17,9	1,4	11,9	0,1	-1,0	..	
96 Venezuela (República Bolivariana da)	7,2 ^q	57,4	24,8	42,3	0,734	0,1	15,0	0,5	11,2 ^y	-2,3	-0,3	..	
98 Dominica	..	11,7	0,409	
98 Ilhas Fiji	8,1	2,3	..	62,5	0,220	..	12,5	0,9	5,3	..	-1,2	0,5	
98 Paraguai	14,5	12,4	23,1	43,7	0,348	0,2	13,0	0,9	13,2	-1,1	-0,8	0,9	
98 Suriname	22,9 ^z	..	36,2	45,0	0,668	..	15,1	-0,8	-0,8	..	
102 Jordânia	4,4	12,4	18,2	..	0,163	0,3	8,2	4,7	2,0	-2,9	-1,3	1,2	
103 Belize	-0,9	9,7	17,9	43,5	0,311	..	10,5	1,3	10,6	-2,7	-1,2	..	
104 Maldivas	..	3,5	..	32,7	0,617	..	9,0	4,4	-1,2	-0,1	
105 Tonga	9,3 ^{aa}	9,9	33,4	..	0,297	..	10,8	-1,1	0,4	

Classificação do IDH	ODS 17.4 Sustentabilidade econômica					ODS 9.5		ODS 10.1 Sustentabilidade social				ODS 5	ODS 10.1
	Poupanças líquidas ajustadas	Serviço da dívida total	Formação bruta de capital	Mão-de-obra qualificada	Índice de concentração (exportações)	Despesas com investigação e desenvolvimento	Rácio de dependência	Despesas com a educação e a saúde versus despesas militares		Perda global no valor do IDH devida à desigualdade ^e	Índice de Desigualdade de Gênero ^e	Parte do rendimento dos 40 por cento mais pobres	
							Idosos (65 anos ou mais)	Despesas militares ^a	Relação entre as despesas com a educação e a saúde e as despesas militares ^b				
	(% do RNB)	(% de exportações de bens, serviços e rendimentos primários)	(% do PIB)	(% de força de trabalho)	(valor)	(% do PIB)	(por 100 pessoas com idades entre 15-64 anos)	(% do PIB)	Relação entre as despesas com a educação e a saúde e as despesas militares ^b	Variação anual média (%)			
2015-2017 ^a	2015-2017 ^a	2015-2018 ^b	2010-2018 ^b	2018	2010-2017 ^c	2030 ^a	2010-2018 ^b	2010-2018 ^b	2010/2018 ^b	2005/2018 ^b	2005/2017		
106 Filipinas	28,5	11,3	26,9	29,9	0,250	0,1	11,5	1,1	5,6 ^y	-0,5	-0,7	0,3	
107 Moldávia (República da)	14,7	10,7	25,3	60,0	0,189	0,3	24,6 ^{ab}	0,3	35,8	-2,9	-1,7	2,2	
108 Turquemenistão	47,2	..	0,645	..	10,8	-3,7	
108 Usbequistão	40,2	..	0,349	0,2	11,3	3,6	
110 Líbia	29,8 ⁿ	..	0,798	..	9,0	15,5	-3,3	..	
111 Indonésia	12,0	34,0	34,6	39,8	0,134	0,1	13,5	0,7	7,4	-0,2	-1,2	-1,4	
111 Samoa	..	8,9	..	66,6	0,366	..	11,4	-1,6	0,5	
113 África do Sul	0,6	12,2	18,0	51,2	0,151	0,8	9,9	1,0	13,1	1,3	0,0	-0,2	
114 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,8	10,5	20,6	44,0	0,379	0,2 ^y	13,7	1,5	6,9	-4,6	-1,5	4,4	
115 Gabão	8,9 ^{aa}	3,8 ^{aa}	21,4	35,5	0,546	0,6 ^y	6,4	1,5	4,5	0,8	-0,7	0,5	
116 Egito	1,2	15,1	16,7	54,9	0,154	0,6	10,2	1,2	3,8 ⁿ	1,0	-1,7	0,1	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
117 Ilhas Marshall	22,4	..	0,752	
118 Vietname	13,4	5,9	27,5	32,3	0,188	0,4	17,9	2,3	5,5	-0,1	-0,1	0,1	
119 Palestina (Estado da)	24,2	46,9	0,176	0,5	6,7 ^{ac}	0,0	
120 Iraque	-7,0	..	17,8	28,3	0,958	0,0	6,1	2,7	-0,6	
121 Marrocos	20,9	9,8	33,4	18,7 ^s	0,174	0,7	17,1	3,1	3,4 ^y	..	-1,2	0,3	
122 Quirguizistão	12,9	29,9	35,4	92,7	0,364	0,1	11,3	1,6	7,5	-4,6	-3,4	1,1	
123 Guiana	14,1	5,0	31,1	42,0	0,452	..	16,1	1,7	6,8	-0,1	-0,6	..	
124 El Salvador	6,4	20,2	20,4	37,4	0,213	0,1	16,3	1,0	10,5	-2,6	-1,4	2,9	
125 Tajiquistão	6,3	26,1	27,2	80,1 ^y	0,265	0,1	8,4	1,2	9,9	-4,3	0,0	-0,2	
126 Cabo Verde	11,7	5,9	40,4	59,8	0,315	0,1	10,4	0,6	17,1	
126 Guatemala	1,9	28,6	12,1	18,1	0,136	0,0	9,5	0,4	20,4	-2,3	-1,1	1,4	
126 Nicarágua	14,4	19,8	22,9	30,5	0,221	0,1	12,0	0,6	20,0	-0,8	-1,2	0,8	
129 Índia	16,3	10,1	31,0	17,6	0,139	0,6	12,5	2,4	3,1	-5,4	-1,6	-0,5	
130 Namíbia	4,5	..	12,6	66,7	0,265	0,3	6,6	3,3	2,7	-2,5	-1,0	0,3	
131 Timor-Leste	-14,6	0,1	22,5	28,2	0,467	..	8,2	0,6	6,9	-2,0	..	1,5	
132 Honduras	19,5	23,9	25,5	24,3	0,222	0,0	10,0	1,7	8,8	-2,1	-0,5	3,2	
132 Quiribati	48,3	0,907	..	10,1	
134 Butão	23,3	10,5	51,3	19,5	0,392	..	11,1	0,4	
135 Bangladeche	24,5	5,5	31,2	25,8	0,404	..	10,7	1,4	2,8	-2,2	-1,2	0,0	
135 Micronésia (Estados Federados da)	65,0	0,805	..	9,7	0,6	
137 São Tomé e Príncipe	..	3,4	0,688	..	6,7	0,5	
138 Congo	-40,4	3,2	18,2	..	0,613	..	5,9	2,5	1,3	-2,7	-0,5	-1,4	
138 Essuatíni (Reino de)	0,8	2,2	11,7	17,9	0,331	0,3	6,0	1,5	8,1	-2,2	-0,5	-0,5	
140 República Democrática Popular do Laos	-1,2	13,4	29,0	34,2	0,231	..	8,5	0,2	29,7	0,1	-1,2	-0,9	
141 Vanuatu	20,8 ⁿ	2,1	26,4	..	0,450	..	7,0	
142 Gana	-8,4	10,4	22,0	28,6	0,459	0,4	6,8	0,4	26,7	1,5	-0,4	-0,5	
143 Zâmbia	9,2	18,1	38,2	40,3	0,681	0,3 ⁿ	4,3	1,4	3,3 ⁿ	0,7	-1,0	-1,4	
144 Guiné Equatorial	15,1	..	0,641	..	3,5	0,2	
145 Mianmar	23,1	5,2	32,8	17,5	0,216	..	12,4	2,9	
146 Camboja	13,1	3,9	23,4	13,5	0,296	0,1	10,1	2,2	5,2	-3,8	-1,2	..	
147 Quênia	-2,2	14,8	18,4	40,5	0,232	0,8	5,4	1,2	7,5	-2,2	-1,3	1,6	
147 Nepal	38,1	8,5	51,8	41,9	0,141	0,3	10,2	1,4	6,3	-2,4	-2,1	3,3	
149 Angola	-16,3	13,4	24,1	10,2	0,933	..	4,6	1,8	1,5	-2,5	..	4,5	
150 Camarões	4,5	10,7	22,4	19,8	0,336	..	5,0	1,3	5,6	0,1	-1,1	-1,7	
150 Zimbabuê	-22,2	8,4	12,6	13,0	0,325	..	5,4	2,2	7,0	-3,0	-0,8	..	
152 Paquistão	12,7	22,8	16,4	27,9	0,204	0,2	8,3	4,0	1,5	-0,2	-0,7	-0,2	
153 Ilhas Salomão	..	3,9	..	18,7	0,676	..	7,6	3,4	
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO													
154 República Árabe da Síria	..	3,1 ^z	27,8 ^x	..	0,235	0,0	9,4	4,1	2,2 ^y	..	0,0	..	
155 Papua-Nova Guiné	..	27,1	..	26,7	0,293	0,0	6,9	0,3	0,7	..	
156 Comores	5,8 ^{aa}	1,9	17,5	..	0,560	..	6,3	0,4	..	2,1	
157 Ruanda	-4,4	3,9	24,4	17,1	0,390	..	7,3	1,2	8,0	-2,8	-1,2	2,1	
158 Nigéria	1,4	6,8	15,5	35,2	0,783	0,2 ^x	5,2	0,5	..	-2,1	..	-1,1	
159 Tanzânia (República Unida da)	23,1	8,4	34,0	5,0	0,288	0,5	5,3 ^{ad}	1,2	7,3	-1,5	-0,7	0,2	

PAINEL 5 SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA

Classificação do IDH	ODS 17.4					ODS 9.5		ODS 10.1			ODS 5	ODS 10.1
	Sustentabilidade econômica					Sustentabilidade social						
	Poupanças líquidas ajustadas	Serviço da dívida total	Formação bruta de capital	Mão-de-obra qualificada	Índice de concentração (exportações)	Despesas com investigação e desenvolvimento	Rácio de dependência	Despesas com a educação e a saúde versus despesas militares		Perda global no valor do IDH devida à desigualdade ^c	Índice de Desigualdade de Gênero ^e	Parte do rendimento dos 40 por cento mais pobres
	(% do RNB)	(% de exportações de bens, serviços e rendimentos primários)	(% do PIB)	(% de força de trabalho)	(valor)	(% do PIB)	Idosos (65 anos ou mais)	Despesas militares ^a	Relação entre as despesas com a educação e a saúde e as despesas militares ^b		Variação anual média (%)	
2015-2017 ^d	2015-2017 ^d	2015-2018 ^d	2010-2018 ^d	2018	2010-2017 ^d	2030 ^a	2010-2018 ^d	2010-2016 ^d	2010/2018 ^b	2005/2018 ^e	2005/2017	
159 Uganda	-9,5	3,8	24,6	37,1	0,250	0,2	4,1	1,4	6,9	-2,1	-0,8	-0,1
161 Maurítânia	-10,3	13,2	55,3	5,8	0,308	..	6,2	3,0	2,4	-1,1	..	1,5
162 Madagáscar	7,7	3,2	15,2	18,5	0,213	0,0	6,4	0,6	12,1	-1,4	..	-1,5
163 Benim	-3,4	4,2	25,8	17,1	0,346	..	6,3	0,9	8,5	0,7	-0,5	-2,8
164 Lesoto	8,2	3,6	27,9	..	0,288	0,0	8,7	1,8	13,2 ⁿ	-0,5	-0,5	-1,1
165 Costa do Marfim	16,6	17,6	19,8	25,5	0,361	..	5,3	1,4	5,5	-0,1	-0,4	-0,4
166 Senegal	12,3 ^q	14,2	28,7	10,9	0,239	0,8	5,8	1,9	5,9	-1,3	-1,3	-0,5
167 Togo	-7,5	5,8	25,3	47,6	0,235	0,3	5,5	2,0	6,3	-0,4	-0,8	-0,9
168 Sudão	0,2	4,2	19,3	22,8	0,440	..	7,1	2,3	1,4 ^y	..	-1,2	..
169 Haiti	17,6	1,5	29,0	9,4	0,508	..	9,7	0,0	..	-0,1	0,3	..
170 Afeganistão	2,7	4,0	19,2	19,2	0,387	..	5,1	1,0	15,1	..	-1,1	..
171 Djibouti	-1,8	11,1	57,8	..	0,222	..	9,4	3,7 ⁿ	3,2 ^x	-0,3
172 Malauí	-16,7	5,7	13,4	17,6	0,558	..	4,8	0,8	22,8	-1,3	-0,5	-0,7
173 Etiópia	9,3	20,8	34,1	6,8	0,288	0,6	6,4	0,6	12,4	-2,2	-1,3	-2,2
174 Gâmbia	-12,7 ^{oa}	16,9	17,0	12,3	0,449	0,1	4,8	1,1	4,9	-0,6	-0,4	2,9
174 Guiné	-6,5	1,4	36,2	..	0,493	..	5,4	2,5	3,2	-1,6	..	2,4
176 Libéria	-99,0	3,5	13,0	21,1	0,394	..	6,4	0,8	19,5	-1,7	-0,3	0,3
177 Iémen	..	14,6	..	29,7	0,319	..	5,4	4,0	2,5 ⁿ	-0,9	0,2	-0,6
178 Guiné-Bissau	-11,0	2,4	10,9	..	0,875	..	5,1	1,6	3,3	-1,4	..	-4,8
179 Congo (República Democrática do)	-4,4	3,0	25,8	43,1	0,505	0,1 ^y	5,9	0,7	6,3	-1,8	-0,1	-0,1
180 Moçambique	-13,5	5,0	37,7	7,1	0,305	0,3	5,1	1,0	12,0	-4,0	-0,7	-1,8
181 Serra Leoa	-33,5	3,8	18,5	15,2	0,255	..	5,2	0,8	17,2	-1,2	-0,3	1,9
182 Burquina Faso	-9,0	3,7	25,7	3,9	0,658	0,2	4,8	2,1	7,5	-2,1	-0,4	2,3
182 Eritreia	10,0	..	0,319	..	7,0
184 Mali	-2,3 ^q	4,5	23,8	4,7	0,670	0,3	4,5	2,9	2,7	-2,3	-0,3	2,4
185 Burundi	-19,0	14,4	9,2	2,5	0,425	0,1	5,2	1,9	5,1	-2,4	-0,7	1,0
186 Sudão do Sul	1,6	6,2	1,3
187 Chade	19,7	..	0,774	0,3	4,7	2,1	1,4	-0,5	..	-1,7
188 República Centro-Africana	11,4	..	0,313	..	5,0	1,4	2,2	-0,1	-0,1	-6,7
189 Níger	5,0	15,6	33,7	1,8	0,352	..	5,2	2,5	4,6	-2,2	-0,6	2,6
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS												
.. Coreia (República Popular Democrática da)	0,255	..	18,7
.. Mónaco
.. Nauru	96,5	0,512
.. São Marino	55,7
.. Somália	0,552	..	5,6
.. Tuvalu	50,1	0,554
Agrupamentos por IDH												
Desenvolvimento humano muito elevado	8,9	..	22,1	84,7	—	2,3	33,2	2,3	7,0	-1,1	-2,4	—
Desenvolvimento humano elevado	16,2	12,9	36,5	..	—	1,5	20,4	1,7	..	-2,5	-1,2	—
Desenvolvimento humano médio	13,2	10,0	28,1	21,6	—	0,5	11,4	2,3	3,3	-3,9	-1,2	—
Desenvolvimento humano baixo	2,7	8,9	21,9	22,2	—	..	5,7	1,0	4,0	-1,7	-0,6	—
Países em desenvolvimento	14,9	13,7	33,5	32,5	—	1,3	14,7	2,1	4,5	-2,8	-0,9	—
Regiões												
Estados Árabes	10,4	16,8	27,0	41,1	—	0,6	9,7	5,5	1,7	-1,3	-1,0	—
Ásia Oriental e Pacífico	19,7	9,0	41,6	..	—	..	21,7	1,8	..	-3,0	-0,8	—
Europa e Ásia Central	9,7	31,8	28,1	71,8	—	0,6	20,1	2,4	4,6	-3,5	-2,1	—
América Latina e Caraíbas	6,8	24,0	20,1	54,6	—	0,7	17,8	1,2	10,8	-1,4	-1,1	—
Ásia do Sul	17,1	10,7	30,3	20,0	—	0,5	11,9	2,5	3,0	-4,5	-1,2	—
África Subsariana	-0,1	10,6	21,0	25,6	—	0,5	5,7	1,1	7,0	-1,7	-0,6	—
Países menos avançados	9,8	8,1	29,5	20,6	—	..	7,0	1,6	3,7	-1,8	-0,8	—
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	24,0	44,3	—	..	17,1	-2,1	—	—
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico	8,6	..	21,9	81,9	—	2,4	34,1	2,1	7,8	-0,6	-2,3	—
Mundo	10,9	14,8	26,2	46,3	—	2,0	18,0	2,2	6,7	-2,6	-0,8	—

NOTAS

O código tricolor é utilizado para a visualização dos agrupamentos parciais de países e agregados por indicador. Em cada indicador, os países são divididos em três grupos com uma dimensão aproximadamente igual (tercis): o terço superior, o terço médio e o terço inferior. Atribui-se um código de cor aos agregados, utilizando os mesmos limites de tercil. Para mais pormenores acerca do agrupamento parcial nesta tabela, ver *Nota técnica 6* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf.

- a Esta coluna foi intencionalmente deixada sem cor, pois destina-se a contextualizar o indicador relativo às despesas com a educação e a saúde.
- b Estão disponíveis dados sobre as despesas públicas com a saúde e a educação nas Tabelas 8 e 9 e em <http://hdr.undp.org/en/data>.
- c Um valor negativo indica que a desigualdade diminuiu durante o período especificado.
- d Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- e Projeções baseadas na variação da fertilidade média.
- f Os dados referem-se ao ano mais recente relativamente ao qual foram disponibilizadas informações acerca dos três tipos de despesas (educação, saúde e militares) durante o período especificado.
- g Os dados relativos a tendências utilizados para o cálculo da variação estão disponíveis em <http://hdr.undp.org/en/data>.
- h Inclui o arquipélago de Svalbard e a ilha de Jan Mayen.
- i Inclui o Listenstaine.
- j Inclui as ilha de Natal, Cocos (Keeling) e Norfolk.
- k Inclui as ilhas Åland.
- l Inclui as ilhas Canárias, Ceuta e Melilha.
- m Inclui o Norte de Chipre.
- n Referente a 2008.
- o Referente a 2013.
- p Inclui Sabá e Saravaque.

- q Referente a 2014.
- r Inclui o Kosovo.
- s Apenas inclui a educação intermédia.
- t Inclui as ilhas de Agalega, Rodrigues e S. Brandão.
- u Inclui a Abcásia e a Ossétia do Sul.
- v Inclui Nagorno-Karabakh.
- w Inclui a Crimeia.
- x Referente a 2007.
- y Referente a 2009.
- z Referente a 2010.
- aa Referente a 2012.
- ab Inclui a Transnístria.
- ac Inclui Jerusalém Oriental.
- ad Inclui Zanzibar.

DEFINIÇÕES

Poupanças líquidas ajustadas: As poupanças líquidas nacionais acrescidas das despesas com a educação e deduzidas do esgotamento de energia, do esgotamento de minerais e do esgotamento líquido de florestas, bem como dos danos causados por emissões de dióxido de carbono e partículas. As poupanças líquidas nacionais são equivalentes às poupanças brutas nacionais deduzidas do valor do consumo de capital fixo.

Serviço da dívida total: Somatório dos reembolsos de capital e juros efetivamente pagos em moeda, bens ou serviços sobre a dívida a longo prazo, juros pagos sobre a dívida a curto prazo, e reembolsos (acordos de recompra e encargos) do Fundo Monetário Internacional. É expresso em percentagem de exportações de bens, serviços e rendimentos primários.

Formação bruta de capital: Despesas relativas a aquisições de ativos imobilizados da economia acrescidas da variação líquida dos inventários. Os ativos imobilizados incluem benfeitorias em terrenos (tais como vedações, valas e fossas), compras de fábricas, máquinas e equipamento e a construção de estradas, ferrovias e estruturas afins,

incluindo escolas, escritórios, hospitais, residências privadas e edifícios comerciais e industriais. Os inventários são existências de bens detidos por empresas para atender a oscilações temporárias ou inesperadas da produção ou das vendas, assim como bens cuja produção está em curso. As aquisições líquidas de objetos de valor são igualmente consideradas formação de capital. A formação bruta de capital era anteriormente designada por investimento doméstico bruto.

Mão-de-obra qualificada: Percentagem da população ativa com idade igual ou superior a 15 anos e um nível de ensino intermédio ou avançado, conforme a Classificação Internacional Normalizada da Educação.

Índice de concentração (exportações): Um indicador do grau de concentração das exportações de um país em determinados produtos (também designado por Índice Herfindahl-Hirschmann). Um valor mais próximo de 0 indica que as exportações de um país se encontram distribuídas de um modo mais homogêneo por uma série de produtos (refletindo uma economia devidamente diversificada); um valor mais próximo de 1 indica um elevado grau de concentração das exportações de um país num número reduzido de produtos.

Despesas com investigação e desenvolvimento: Despesas correntes e de capitais (públicas e privadas) em trabalho criativo com caráter sistemático destinado a reforçar o conhecimento, incluindo o conhecimento da humanidade, da cultura e da sociedade, e a utilização do conhecimento em novas aplicações. A investigação e o desenvolvimento abrangem a investigação fundamental, a investigação aplicada e o desenvolvimento experimental.

Rácio de dependência dos idosos: Rácio entre os totais da população no escalão dos 65 ou mais anos de idade e no escalão 15–64 anos. Os rácios são expressos como número de dependentes por 100 pessoas em idade ativa (15–64 anos).

Despesas militares: Todas as despesas correntes e de capitais com: as forças armadas, incluindo as

forças de manutenção da paz; ministérios da defesa e outros organismos governamentais envolvidos em projetos de defesa; forças paramilitares, caso se considerem treinadas e equipadas para operações militares, e atividades espaciais militares.

Relação entre as despesas com a educação e a saúde e as despesas militares: Somatório das despesas públicas com a educação e a saúde dividido pelas despesas militares.

Perda global no valor do IDH devida à desigualdade (variação anual média): Variação percentual da perda global do valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) devida à desigualdade entre 2010–2018, dividida pelo número correspondente de anos.

Índice de Desigualdade de Género (variação anual média): Variação percentual do valor do Índice de Desigualdade de Género entre 2005–2018, dividida pelo número correspondente de anos.

Parte do rendimento dos 40 por cento mais pobres (variação anual média): Variação percentual da parte do rendimento dos 40 percentis mais pobres da população entre 2005–2017, dividida pelo número correspondente de anos.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1–3, 6 e 8: Banco Mundial (2019a).

Coluna 4: OIT (2019).

Coluna 5: UNCTAD (2019).

Coluna 7: UNDESA (2019b).

Colunas 9 e 12: Cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2019a).

Coluna 10: Cálculos do GRDH baseados na série cronológica do IDH Ajustado à Desigualdade.

Coluna 11: Cálculos do GRDH baseados na série cronológica do Índice de Desigualdade de Género.

Regiões em vias de desenvolvimento

Estados Árabes (20 países ou territórios)

Argélia, Bahrein, Djibouti, Egito, Iraque, Jordânia, Koweit, Líbano, Líbia, Marrocos, Estado da Palestina, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, República Árabe da Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, Iémen

Ásia Oriental e Pacífico (26 países)

Brunei Darussalam, Camboja, China, Ilhas Fiji, Indonésia, Quiribati, República Popular Democrática da Coreia, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Ilhas Marshall, Estados Federados da Micronésia, Mongólia, Mianmar, Nauru, Palau, Papua-Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Singapura, Ilhas Salomão, Tailândia, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu, Vanuatu, Vietname

Europa e Ásia Central (17 países)

Albânia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia-Herzegovina, Geórgia, Cazaquistão, Quirguizistão, República da Moldávia, Montenegro, Macedónia do Norte, Sérvia, Tajiquistão, Turquia, Turquemenistão, Ucrânia, Usbequistão

América Latina e Caraíbas (33 países)

Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai, República Bolivariana da Venezuela

Ásia do Sul (9 países)

Afeganistão, Bangladeche, Butão, Índia, República Islâmica do Irão, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanca

África Subsariana (46 países)

Angola, Benim, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro-Africana, Chade, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Eritreia, Reino de Essuatíni, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quénia, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seicheles, Serra Leoa, África do Sul, Sudão do Sul, República Unida da Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué

Nota: Todos os países listados nas regiões em vias de desenvolvimento estão incluídos nos agregados relativos aos países em vias de desenvolvimento. Os países incluídos nos agregados relativos aos Países Menos Desenvolvidos e Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento seguem as classificações da ONU, disponíveis em www.unohrls.org. Os países incluídos nos agregados relativos à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico encontram-se listados em www.oecd.org/about/membersandpartners/list-oecd-member-countries.htm.

Referências estatísticas

Nota: As referências estatísticas dizem respeito a todos os materiais estatísticos do Relatório de 2019, incluindo as tabelas estatísticas publicadas em <http://hdr.undp.org/en/human-development-report-2019>.

- Alkire, S., U. Kanagaratnam e N. Suppa. 2019.** “The Global Multidimensional Poverty Index (MPI) 2019.” OPHI MPI Methodological Note 47. University of Oxford, Oxford Poverty and Human Development Initiative, Oxford, Reino Unido.
- Barro, R. J. e J.-W. Lee. 2018.** Dataset of Educational Attainment, Revisão de junho de 2018. www.barrolee.com. Acedido em 15 de junho de 2019.
- CEDLAS (Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais) e Banco Mundial. 2018.** Socio-Economic Database for Latin America and the Caribbean. www.cedlas.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/. Acedido em 15 de julho de 2019.
- CRED EM-DAT (Centre for Research on the Epidemiology of Disasters). 2019.** The International Disaster Database. www.emdat.be. Acedido em 25 de junho de 2019.
- Eurostat. 2018.** Estatística da União Europeia sobre Rendimento e Condições de Vida. EUSILC UDB 2016 — versão de 2 de agosto de 2016. Bruxelas. <http://ec.europa.eu/eurostat/web/microdata/european-union-statistics-on-income-and-living-conditions>. Acedido em 15 de junho de 2019.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). 2019a.** FAOSTAT Database. www.fao.org/faostat. Acedido em 30 de julho de 2019.
- . **2019b.** AQUASTAT Database. www.fao.org/aquastat/en/. Acedido em 2 de julho de 2019.
- Gallup. 2019.** Gallup World Poll Analytics Database. <https://ga.gallup.com>. Acedido em 7 de maio de 2019.
- ICF Macro. Vários anos.** Demographic and Health Surveys. www.measuredhs.com. Acedido em 15 de julho de 2019.
- IDMC (Observatório das Situações de Deslocações Internas). 2019.** Global Internal Displacement Database. www.internal-displacement.org/database. Acedido em 10 de maio de 2019.
- IHME (Institute for Health Metrics and Evaluation). 2018.** Global Burden of Disease Collaborative Network. Global Burden of Disease Study 2017 (GBD 2017) Disability-Adjusted Life Years and Healthy Life Expectancy 1990–2017. Seattle, WA. <http://ghdx.healthdata.org/record/ihme-data/gbd-2017-dalys-and-hale-1990-2017>. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2019.** ILOSTAT Database. www.ilo.org/ilostat. Acedido em 17 de junho de 2019.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2019.** World Economic Outlook database. Washington, DC. www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2019/01/weodata/index.aspx. Acedido em 15 de julho de 2019.
- UIP (União Interparlamentar). 2019.** Women in national parliaments. www.ipu.org/wmn-e/classif-arc.htm. Acedido em 11 de abril de 2019.
- UIT (União Internacional de Telecomunicações). 2019.** ICT Facts and Figures 2019. www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/. Acedido em 8 de agosto de 2019.
- LIS (Estudo sobre Rendimento do Luxemburgo). 2019.** Luxembourg Income Study Project. www.lisdatacenter.org/data-access. Acedido em 19 de agosto de 2019.
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). 2017.** Resultados do Estudo PISA 2015 em Foco. Paris. www.oecd.org/pisa/. Acedido em 1 de julho de 2019.
- . **2018.** Education at a Glance 2018. Paris. www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2018_eag-2018-en. Acedido em 15 de junho de 2019.
- Palma, J. G. 2011.** “Homogeneous Middles vs. Heterogeneous Tails, and the End of the ‘Inverted-U’: The Share of the Rich is What It’s All About.” *Cambridge Working Papers in Economics, 1111*. Cambridge University, Reino Unido. www.econ.cam.ac.uk/research-files/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf. Acedido em 15 de setembro de 2013.
- Centro Sírio para a Investigação Política. 2017.** Social Degradation in Syria: The Conflict Impact on Social Capital. <http://scpr-syria.org/publications/social-degradation-in-syria/>. Acedido em 15 de julho de 2019.
- UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). 2019.** Data Center. <http://unctadstat.unctad.org>. Acedido em 15 de agosto de 2019.
- UNDESA (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2011.** World Population Prospects: The 2010 Revision. Nova Iorque. www.un.org/en/development/desa/population/publications/trends/population-prospects_2010_revison.shtml. Acedido em 15 de outubro de 2013.
- . **2017a.** Trends in International Migrant Stock: The 2017 Revision. Nova Iorque. www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/. Acedido em 15 de julho de 2019.
- . **2017b.** World Population Prospects: The 2017 Revision. Nova Iorque. <https://esa.un.org/unpd/wpp/>. Acedido em 30 de abril de 2019.
- . **2018.** World Urbanization Prospects: The 2018 Revision. Nova Iorque. <https://esa.un.org/unpd/wup/>. Acedido em 23 de julho de 2019.
- . **2019a.** World Contraceptive Use 2019. Nova Iorque. www.un.org/en/development/desa/population/publications/dataset/contraception/wcu2019.asp. Acedido em 3 de maio de 2019.
- . **2019b.** World Population Prospects: The 2019 Revision. Nova Iorque. <https://population.un.org/wpp/>. Acedido em 19 de junho de 2019.
- CEPALC (Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas). 2019.** Preliminary Overview of the Economies of Latin America and the Caribbean 2018. Santiago. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44327/135/S1801218_en.pdf. Acedido em 15 de julho de 2019.
- Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2019.** Data Centre. <http://data.uis.unesco.org>. Acedido em 11 de abril de 2019.
- UNESCWA (Comissão Económica e Social para a Ásia Ocidental das Nações Unidas). 2018.** Survey of Economic and Social Developments in the Arab Region 2017–2018. Beirut. www.unescwa.org/publications/survey-economic-social-development-arab-region-2017-2018. Acedido em 15 de julho de 2019.
- ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). 2019.** UNHCR Global Trends 2018. Genebra. www.unhcr.org/globaltrends2018/. Acedido em 20 de junho de 2019.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2019a.** UNICEF Global Databases: Infant and Young Child Feeding; Exclusive Breastfeeding, Predominant Breastfeeding. maio de 2019. Nova Iorque.
- . **2019b.** UNICEF Data. <https://data.unicef.org>. Acedido em 25 de julho de 2019.
- . **Vários anos.** Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos. Nova Iorque. <http://mics.unicef.org>. Acedido em 15 de julho de 2019.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), OMS (Organização Mundial da Saúde) e Banco Mundial. 2019.** Joint Child Malnutrition Estimates Expanded Database: Stunting. Edição de março de 2019. Nova Iorque. <https://data.unicef.org/topic/nutrition/malnutrition/>. Acedido em 26 de julho de 2019.
- Grupo Interagências para o Cálculo de Estimativas da Mortalidade Materna. 2018.** Child mortality estimates. www.childmortality.org. Acedido em 29 de julho de 2019.
- Divisão de Estatística das Nações Unidas. 2019a.** Global SDG Indicators Database. <https://unstats.un.org/sdgs/indicators/database/>. Acedido em 15 de julho de 2019.
- . **2019b.** National Accounts Main Aggregates Database. <http://unstats.un.org/unsd/snaama>. Acedido em 15 de julho de 2019.
- Grupo Interagências para o Cálculo de Estimativas da Mortalidade Materna (OMS, UNICEF, Divisão da População das Nações Unidas e Banco Mundial). 2017.** Maternal mortality data. <http://data.unicef.org/topic/maternal-health/maternal-mortality/>. Acedido em 15 de julho de 2019.
- UNODC (Gabinete das Nações Unidas para o Controlo da Droga e a Prevenção do Crime). 2019.** UNODC Statistics and Data. <https://data.unodc.un.org>. Acedido em 3 de junho de 2019.
- ACNUDH (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos). 2019.** Human rights treaties. http://tbineternet.ohchr.org/_layouts/TreatyBodyExternal/countries.aspx. Acedido em 5 de julho de 2019.
- UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente). 2019.** “UNRWA in Figures 2018-2019.” Amã. www.unrwa.org/resources/about-unrwa/unrwa-figures-2018-2019. Acedido em 25 de junho de 2019.
- ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres). 2019.** UN Women Global Database on Violence against Women. Nova Iorque. <http://evaw-global-database.unwomen.org>. Acedido em 19 de abril de 2018.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2019.** Observatório da Saúde Mundial. www.who.int/gho/. Acedido em 15 de julho de 2019.
- OMS (Organização Mundial da Saúde) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2019.** Estimates of national routine immunization coverage, revisão de 2018 (concluída em julho de 2019). <https://data.unicef.org/topic/child-health/immunization/>. Acedido em 26 de julho de 2019.
- Banco Mundial. 2019a.** World Development Indicators database. Washington, DC. <http://data.worldbank.org>. Acedido em 15 de julho de 2019.
- . **2019b.** Gender Statistics database. Washington, DC. <http://data.worldbank.org>. Acedido em 3 de julho de 2019.
- World Inequality Database. 2019.** World Inequality Database. <http://wid.world>. Acedido em 15 de agosto de 2019.

Relatórios do Desenvolvimento Humano 1990–2019

- 1990 Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano
- 1991 Financiamento do Desenvolvimento Humano
- 1992 Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano
- 1993 Participação das Pessoas
- 1994 Novas Dimensões da Segurança Humana
- 1995 Género e Desenvolvimento Humano
- 1996 Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano
- 1997 Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza
- 1998 Padrões de Consumo para o Desenvolvimento Humano
- 1999 Globalização com Uma Face Humana
- 2000 Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano
- 2001 Fazer as Novas Tecnologias Trabalhar para o Desenvolvimento Humano
- 2002 Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado
- 2003 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto Entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana
- 2004 Liberdade Cultural num Mundo Diversificado
- 2005 Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual
- 2006 A Água para lá da Escassez: Poder, Pobreza e a Crise Mundial da Água
- 2007/2008 Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido
- 2009 Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos
- 2010 A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano
- 2011 Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos
- 2013 A Ascensão do Sul: o Progresso Humano num Mundo Diversificado
- 2014 Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência
- 2015 O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano
- 2016 Desenvolvimento Humano para Todos
- 2019 Além do Rendimento, Além das Médias, Além do Presente: As Desigualdades no Desenvolvimento Humano no Século XXI

Chave para as classificações e países do IDH 2018

Afganistão	170	Gana	142	Noruega	1
Albânia	69	Grécia	32	Omã	47
Argélia	82	Granada	78	Paquistão	152
Andorra	36	Guatemala	126	Palau	55
Angola	149	Guiné	174	Palestina (Estado da)	119
Antígua e Barbuda	74	Guiné-Bissau	178	Panamá	67
Argentina	48	Guiana	123	Papua-Nova Guiné	155
Arménia	81	Haiti	169	Paraguai	98
Austrália	6	Honduras	132	Peru	82
Áustria	20	Hong Kong, China (RAE)	4	Filipinas	106
Azerbaijão	87	Hungria	43	Polónia	32
Bahamas	60	Islândia	6	Portugal	40
Bahrein	45	Índia	129	Qatar	41
Bangladeche	135	Indonésia	111	Roménia	52
Barbados	56	Irão (República Islâmica do)	65	Federação Russa	49
Bielorrússia	50	Iraque	120	Ruanda	157
Bélgica	17	Irlanda	3	São Cristóvão e Nevis	73
Belize	103	Israel	22	Santa Lúcia	89
Benim	163	Itália	29	São Vicente e Granadinas	94
Butão	134	Jamaica	96	Samoa	111
Bolívia (Estado Plurinacional da)	114	Japão	19	São Marino	..
Bósnia-Herzegovina	75	Jordânia	102	São Tomé e Príncipe	137
Botsuana	94	Cazaquistão	50	Arábia Saudita	36
Brasil	79	Quénia	147	Senegal	166
Brunei Darussalam	43	Quiribati	132	Sérvia	63
Bulgária	52	Coreia (República Popular Democrática da)	..	Seicheles	62
Burquina Faso	182	Coreia (República da)	22	Serra Leoa	181
Burundi	185	Koweit	57	Singapura	9
Cabo Verde	126	Quirguizistão	122	Eslováquia	36
Camboja	146	República Democrática Popular do Laos	140	Eslovénia	24
Camarões	150	Letónia	39	Ilhas Salomão	153
Canadá	13	Libano	93	Somália	..
República Centro-Africana	188	Lesoto	164	África do Sul	113
Chade	187	Libéria	176	Sudão do Sul	186
Chile	42	Líbia	110	Espanha	25
China	85	Listenstaine	18	Sri Lanca	71
Colômbia	79	Lituânia	34	Sudão	168
Comores	156	Luxemburgo	21	Suriname	98
Congo	138	Madagáscar	162	Suécia	8
Congo (República Democrática do)	179	Maláui	172	Suíça	2
Costa Rica	68	Malásia	61	República Árabe da Síria	154
Costa do Marfim	165	Maldívas	104	Tajiquistão	125
Croácia	46	Mali	184	Tanzânia (República Unida da)	159
Cuba	72	Malta	28	Tailândia	77
Chipre	31	Ilhas Marshall	117	Timor-Leste	131
Chéquia	26	Mauritânia	161	Togo	167
Dinamarca	11	Maurícia	66	Tonga	105
Djibouti	171	México	76	Trinidade e Tobago	63
Dominica	98	Micronésia (Estados Federados da)	135	Tunísia	91
República Dominicana	89	Moldávia (República da)	107	Turquia	59
Equador	85	Mónaco	..	Turquemenistão	108
Egito	116	Mongólia	92	Tuvalu	..
El Salvador	124	Montenegro	52	Uganda	159
Guiné Equatorial	144	Marrocos	121	Ucrânia	88
Eritreia	182	Moçambique	180	Emirados Árabes Unidos	35
Estónia	30	Mianmar	145	Reino Unido	15
Essuatíni (Reino de)	138	Namíbia	130	Estados Unidos	15
Etiópia	173	Nauru	..	Uruguai	57
Ilhas Fiji	98	Nepal	147	Usbequistão	108
Finlândia	12	Países Baixos	10	Vanuatu	141
França	26	Nova Zelândia	14	Venezuela (República Bolivariana da)	96
Gabão	115	Nicarágua	126	Vietname	118
Gâmbia	174	Níger	189	Iémen	177
Geórgia	70	Nigéria	158	Zâmbia	143
Alemanha	4	Macedónia do Norte	82	Zimbabué	150



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
One United Nations Plaza
New York, NY 10017

www.undp.org

Na generalidade dos países, são muitos os que têm poucas perspectivas de um futuro melhor. São pessoas desprovidas de esperança, sentido e dignidade, que assistem nas margens da sociedade, ao progresso de outros, rumo a uma prosperidade cada vez maior. Se é verdade que, a nível mundial, muitas pessoas escaparam à pobreza extrema, são muitos mais os que nunca tiveram as oportunidades ou recursos para gerir as suas vidas. O género, a etnia ou a riqueza dos países continuam a ser elementos preponderantes para a determinação do lugar de qualquer pessoa na sociedade.

Desigualdades. As provas estão por todo o lado. As desigualdades nem sempre refletem um mundo injusto, mas, quando os percursos de desigualdade têm pouco a ver com a valorização do esforço, do talento ou dos riscos assumidos por empreendedores, podem chocar com o sentimento de justiça da generalidade das pessoas e constituir uma afronta à dignidade humana. Sob o espectro das arrematadoras mudanças tecnológicas e da crise climática, essas desigualdades no desenvolvimento humano prejudicam as sociedades, enfraquecendo a coesão social e a confiança das pessoas nos governos, nas instituições e entre si. Na sua maioria, lesam as economias, desperdiçam o potencial das pessoas, no trabalho e na vida pessoal, impossibilitando-as de concretizá-lo plenamente. Muitas vezes, são as desigualdades que impedem as decisões políticas de refletir as aspirações da sociedade no seu todo e de proteger o planeta, se, na verdade são uns poucos, melhor posicionados, que exercem o seu poder para moldar as decisões à medida dos seus interesses. Em casos extremos, os povos saem à rua.

Estas desigualdades no desenvolvimento humano são um obstáculo à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Não se trata somente de discrepâncias no rendimento e na riqueza. Não é possível representá-las através da mera utilização de indicadores sumários de desigualdade que se focam numa única dimensão. Mais do que isso, irão, também, enformar as perspectivas das pessoas que viverem até ao século XXII. O Relatório explora as desigualdades no desenvolvimento humano, indo além do rendimento, além das médias e além do presente. Interroga que formas de desigualdade importam e o que as catalisa, reconhecendo que as desigualdades perniciosas devem, geralmente, ser pensadas enquanto sintomas de problemas mais amplos numa sociedade e numa economia. Inquire, ainda, que políticas podem enfrentar esses catalisadores — políticas simultaneamente capazes de auxiliar o crescimento da economia das nações, promover o desenvolvimento humano e reduzir a desigualdade.

É difícil obter uma imagem clara das desigualdades no desenvolvimento humano e do modo como estão a mudar. Por um lado, porque são tão amplas e multifacetadas quanto a própria vida. Por outro, porque os indicadores em que nos baseamos e os dados que lhes subjazem são, frequentemente, inadequados. Porém, há padrões importantes que se repetem, uma e outra vez.

Em todos os países, os objetivos estão em mudança. A desigualdade no desenvolvimento humano é elevada ou está a aumentar nas áreas que se espera virem a ser mais importantes no futuro. Houve algum progresso, a nível mundial, em áreas fundamentais, como o escape à pobreza e a obtenção de um nível básico de escolaridade, apesar da permanência de importantes disparidades. No entanto, ao mesmo tempo, as desigualdades têm-se dilatado nos patamares mais altos da escala do progresso.

Uma abordagem assente no desenvolvimento humano abre novas perspectivas acerca das desigualdades — por que motivo importam, de que modo se manifestam e o que fazer quanto às mesmas — o que ajuda à conceção de medidas concretas. O Relatório realça a importância do realinhamento dos atuais objetivos das políticas: enfatizando, por exemplo, a qualidade da educação em todas as faixas etárias, incluindo ao nível pré-primário, além do foco nas taxas de matrícula no ensino primário e secundário. Muitas destas aspirações já se repercutem na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esta abordagem implica, igualmente, fazer face aos desequilíbrios de poder que estão no âmago de muitas desigualdades, nomeadamente através da criação de condições equitativas por meio de medidas anti monopólio. Nalguns casos, o combate às desigualdades implica lidar com normas sociais profundamente enraizadas na história e na cultura de uma nação. Muitas políticas abrangem opções que tanto potenciariam a equidade quanto a eficiência. O principal motivo para a raridade da sua prossecução poderá estar associado ao poder dos interesses estabelecidos, que têm pouco a ganhar com a mudança.

O futuro das desigualdades no desenvolvimento humano, no século XXI, está nas nossas mãos. Não podemos, contudo, ser complacentes. A crise climática demonstra que o preço a pagar pela inação se agrava à medida que o tempo passa, pois gera mais desigualdade, o que, por sua vez, pode dificultar a aplicação de medidas ambientais. A tecnologia já está a transformar o mercado de trabalho e a vida, embora se desconheça, por enquanto, até que ponto as máquinas irão substituir as pessoas. Estamos, porém, à beira de um abismo para lá do qual o regresso será difícil. No entanto, a escolha é nossa — e devemos fazê-la agora.